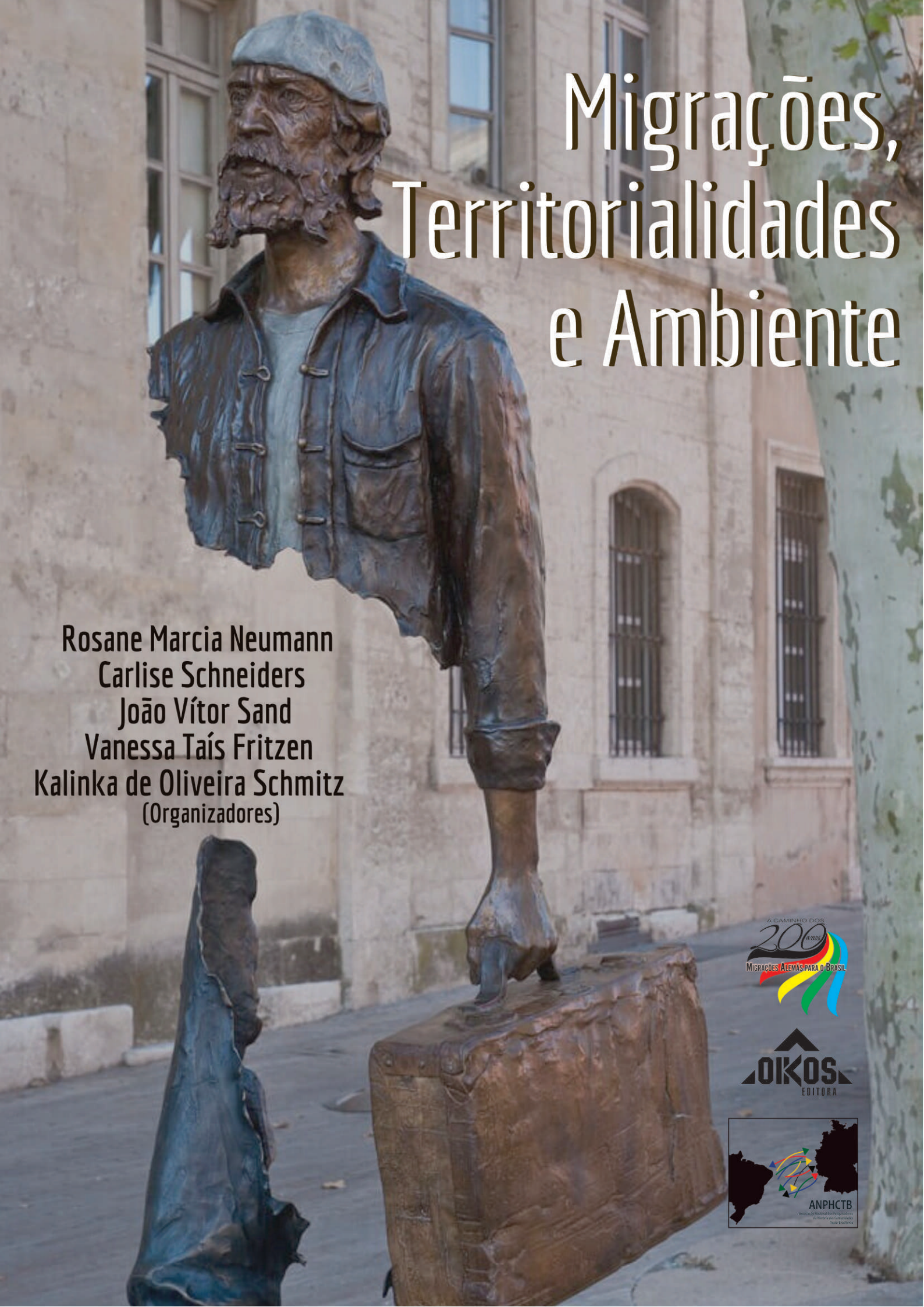
Migrações, Territorialidades e Ambiente

Rosane Marcia Neumann
Carlise Schneiders
João Vítor Sand
Vanessa Taís Fritzen
Kalinka de Oliveira Schmitz
(Organizadores)



Migrações, territorialidades e ambiente

Rosane Marcia Neumann
Carlise Schneiders
João Vítor Sand
Vanessa Taís Fritzen
Kalinka de Oliveira Schmitz
(Organizadores)

E-book

São Leopoldo
2021

© Dos autores – 2021

Editoração: Oikos
Capa: Carlise Schneiders
Imagem da capa: “Les Voyageurs”, Bruno Catalano. Fotógrafo: Andrew Littlewood. Marseille, Bouches-du-Rhône, France (5/set./2013).
Revisão textual: De autores/as
Revisão geral: Rosane M. Neumann
Padronização de arquivos: Rodrigo Luis dos Santos

Conselho Editorial (Editora Oikos)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

M636 Migrações, territorialidades e ambiente. [e-book] / Organizadores: Rosane Marcia Neumann, Carlise Schneiders, João Vítor Sand, Vanessa Taís Fritzen e Kalinka de Oliveira Schmitz. – São Leopoldo: Oikos, 2021.

770 p.; il.; color.; 21 x 29,7cm.

ISBN 978-65-5974-015-4

1. Migrações. 2. Territorialidade. 3. Mobilidade populacional. 4. Educação. 5. Cultura. 6. Patrimônio histórico. I. Neumann, Rosane Marcia. II. Schneiders, Carlise. III. Sand, João Vitor. IV. Fritzen, Vanessa Taís. V. Schmitz, Kalinka de Oliveira.

CDU 325

Catalogação na publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação **9**

1 Migrações e Educação **11**

AS ESCOLAS PARTICULARES LUTERANAS NO CONTEXTO POMERANO DA SERRA DOS TAPES-RS: TRANSIÇÕES E CARACTERÍSTICAS 11

Karen Laiz Krause Romig

Simone Gomes de Faria

UM OLHAR PARA COLÔNIA PINHAL COMO ESPAÇO EDUCATIVO 1962 – 1982 23

Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira

Ricardo Coser Mergulhão

Graciele Aparecida da Silva

OS GRUPOS ESCOLARES EM REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ: ENSINO PRIMÁRIO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX 37

José Edimar de Souza

IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES DE CONTEXTO NO MUNICÍPIO DE VACARIA 50

Rosemeri Barreto Argenta

Mariana Lisbôa de Oliveira

EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE HAMÔNIA (IBIRAMA) DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945): "UM PROBLEMA MAIS DE INTELIGÊNCIA DO QUE DE FORÇA" 61

Carlos Eduardo Bartel

MIGRAÇÃO, PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E ARQUITETURA ESCOLAR NA SERRA GAÚCHA: 1930-1950 75

Rafael de Souza Pinheiro

Samanta Vanz (UCS)

O IMPRESSO "O AMIGO DAS CRIANÇAS": UMA LONGA TRAJETÓRIA QUE TEVE INÍCIO NA IMIGRAÇÃO ALEMÃ..... 89

Marcio Nilander Ávila Barreto

O IMPRESSO JUVENIL COMO ESPAÇO EDUCATIVO NÃO FORMAL..... 101

Elias Kruger Albrecht

Patrícia Weiduschadt

A IMIGRAÇÃO NO CINEMA: POSSIBILIDADES DE ENSINO..... 112

Carla Cristine Spies Stallbaum

OS PROCESSOS METODOLÓGICOS DE ENSINO: DO MODELO JESUÍTICO AOS DIAS DE HOJE 122

Tatiele Moreira Marques

Eliege Marizel Moreira Barbosa

Mariel Moreira Barbosa

HISTÓRIA DAS MULHERES IMIGRANTES NA INDÚSTRIA CAXIENSE 132
Elen Lemaire Pedri
Karoline Sander Farinha
DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS A PARTIR DA PRÁTICA EXTENSIONISTA..... 142
Bárbara Birk de Mello
Márcia Blanco Cardoso
2 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico 154
DE ESTRELA A GOIÁS: A PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS REGIONAIS E O SEU POTENCIAL DIDÁTICO 154
Cristiano Nicolini
Luiz Eduardo Barbosa Gonçalves
FAXINAL COMO MODO DE VIDA: ENFATIZANDO A CULTURA E A MEMÓRIA ATRELADA AS PRÁTICAS DO VIVER EM FAXINAL..... 166
Wellerson Emanuel Ferreira
MEMÓRIAS DE UMA MULHER PRETA FRIBURGUENSE: NÃO SÓ DE SUÍÇO E ALEMÃO É FEITA A HISTÓRIA DE NOVA FRIBURGO 181
Gabriel Vabo
ACERVOS MUSICAIS DE RELIGIOSAS GERMANÓFONAS RECOLHIDOS A DUAS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES NA REGIÃO SUL DO BRASIL 195
Fernando Lacerda Simões Duarte
FESTIVAL DE CULTURA NEGRA DO QUILOMBO SAMBAQUIM 209
José Luiz Xavier Filho
OKTOBERFEST DE IGREJINHA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ANÁLISES..... 224
Douglas Márcio Kaiser
AS IGREJAS DE PORTO NOVO: SIMBOLOGIA DA ARQUITETURA ENXAIMEL E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO TEUTO-BRASILEIRO 235
Douglas Orestes Franzen
ALTO FELIZ: UMA LEITURA DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL..... 248
Laís Specht Schütz
3 Migrações, Etnicidades, Religião e Gênero 263
ANNA MARIA PAULETTI RECH: ATUAÇÃO FEMININA NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO RIO GRANDE DO SUL (1876-1916)..... 263
Karina Bortolanza
ALTERIDADE EM PORTO NOVO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS A PARTIR DO LIVRO “ESPÍRITO PIONEIRO” (1926-1950) 278
Carlise Schneiders
GÊNERO, CRIME E VIOLÊNCIA: AS MULHERES NAS FONTES CRIMINAIS (SÃO LEOPOLDO, SÉCULO XIX)..... 294
Caroline von Mühlen

UM ELO DE IDENTIDADE: A RELIGIOSIDADE DOS IMIGRANTES UCRANIANOS EM PRUDENTÓPOLIS 309

Henrique Schlumberger Vitchmichen

Tiago Boruch

A GERMANIDADE ENTRE CULTOS E PRISÕES: REPRESSÃO POLICIAL E CONFLITOS DIPLOMÁTICOS NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA (1942-1945) 321

Ana Lena Grosse

Dimy José Moreira Dornelles

IMIGRAÇÃO SENEGALESA:O IMPACTO DAS REDES DE ACOLHIMENTO 333

Vania B.M.Herédia

Julia Z Jaeger

POLÍTICA DE ESQUECIMENTO E A OCUPAÇÃO "VILA DOS SONHOS" ... 345

Leonardo Souza das Neves

4 Migrações e Política 358

A ALLGEMEINER ARBEITER-VEREIN E OS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO DOS SOCIALDEMOCRATAS ALEMÃES EM PORTO ALEGRE (1892-1928). 358

Frederico Duarte Bartz

ENTRE A REGIÃO FRONTEIRIÇA PLATINA E A EUROPA: POLÍTICA, GUERRA E MIGRAÇÕES NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895)..... 369

Dra. Monica Rossato

MIGRAÇÕES POLÍTICAS: EXÍLIO LIBERAL E EXILADOS NA EUROPA E NO BRASIL (1820-1840) 380

Luiz Gustavo Martins da Silva

5 Migrações, Economia E Sociedade 394

ALEMÃES EM MINAS GERAIS: CONTRIBUIÇÕES DA COLÔNIA DOM PEDRO II NA INDUSTRIALIZAÇÃO E NA VIDA SOCIAL DE JUIZ DE FORA..... 394

Rita de Cássia Lara Couto

PERFIS E CAMPOS DE ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO SETOR PRIVADO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO SUL E SUDESTE DO BRASIL (1850 – 1914) 409

Patrícia Bosenbecker

POLÍTICA REPUBLICANA E COLONIZAÇÃO: *A EMPRESA COLONIZADORA SERAFIM FAGUNDES & CIA* E A COMPRA DE TERRAS PÚBLICAS NA REGIÃO DO PLANALTO RIO-GRANDENSE, 1904 423

João Sand

SANTA ROSA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO MISTA (1914)..... 435

Kalinka de Oliveira Schmitz

NOTAS INICIAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO PASTOR HERMANN BUCHLI E OUTRAS LIDERANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE

IMIGRANTES DA REGIÃO SERRANA DO RIO GRANDE DO SUL (1900-1940) 447

Paulo Adam

O COOPERATIVISMO NO OESTE PAULISTA E A INFLUÊNCIA ALEMÃ: A COOPERATIVA RIOGRANDENSE E AS TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS 463

Luis de Castro Campos Jr

AGRICULTURA FAMILIAR: RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE E COMPLEXIDADE 475

Indaia Dias Lopes

UM NÚCLEO CABOCLO NA SERRA DO BOTUCARAÍ- RS 490

Jane Cunha Pinto

"DE MALA E CUIA": EMIGRAÇÃO DE RIO-GRANDENSES AO PARAGUAI (1970 - 1980) 501

Vanucia Gnoatto

IRAÍ, A MENINA DOS OLHOS DE TORRES GONÇALVES: DA COLONIZAÇÃO AO PROCESSO DE REVIDICAÇÃO INDÍGENA DE 1980 513

Alana da Silva Follador

TRABALHO E MIGRAÇÃO NO BRASIL RECENTE: A EXPERIÊNCIA DE AMBULANTES NORDESTINOS NO OESTE DO PARANÁ 524

Emeson Tavares da Silva

6 Migrações, Literatura e Imprensa 538

DO HOLOCAUSTO À DITADURA: A NARRATIVA CONTEMPORÂNEA *K.: RELATO DE UMA BUSCA* COMO RECEPTÁCULO DAS MIGRAÇÕES E PERSEGUIÇÕES TRAUMÁTICAS 538

Airton Pott

Ivânia Campigotto Aquino

Mariane Rocha Silveira

UNIVERSO JUDAICO EM O EXÉRCITO DE UM HOMEM SÓ 553

Tiago Miguel Stieven

Patrícia dos Santos Muller

Dra. Ivânia Campigotto Aquino

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO 569

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues

O PRIMEIRO NATAL NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO: A IMIGRAÇÃO AÇORIANA NO CONTO DE LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL 580

Edemilson Antônio Brambilla

Ivânia Campigotto Aquino

A IMIGRAÇÃO, O MACARRONISMO E O IRREVERENTE JUÓ BANANÈRE 591

Beatriz Rodrigues

"O ESPIRITO DO HERÓI FUNDADOR": ANALISE DA FUNDAÇÃO DE SERRO AZUL DESCRITA NO DIÁRIO REMINISCÊNCIAS. 603
Vanessa Taís Fritzen
"ESCREVO PARA PEDIR..." CARTAS À CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL 616
Rosane Marcia Neumann
Marlise Regina Meyrer
TEMÁTICAS PREDOMINANTES EM UM CONJUNTO DE CARTAS DE UMA FAMÍLIA DE DESCENDENTES POMERANOS 637
Matheus Lucas Esteves
Vania Grim Thies
7 Migrações Atuais, Exilados e Refugiados 652
VIDAS ENTRELAÇADAS: A MIGRAÇÃO HAITIANA NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL 652
Débora Kieling Pavan
Vania Beatriz Merlotti Herédia
IMIGRANTES CONTEMPORÂNEOS NO VALE DO PARANHANA/RS: A INSERÇÃO SOCIOCULTURAL DE HAITIANOS NO MUNICÍPIO DE IGREJINHA/RS 666
Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli
A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM CONCÓRDIA/SC: AS DIFICULDADES DE SER IMIGRANTE NEGRO ENTRE DESCENDENTES DE ALEMÃES E ITALIANOS 681
Jordan Brasil dos Santos
IMIGRAÇÃO E REFÚGIO DOS VENEZUELANOS: IMPLICAÇÕES SOCIAIS PARA A FAMÍLIA 693
Rosangela Maria Hüning
Isabel Rosa Gritti
REFLEXÕES GEOJURÍDICAS SOBRE AS CRIANÇAS MIGRANTES 705
Laila Roxina Moliterno Abi Cheble
POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS BRASILEIRAS EM MEIO À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: O DESMONTE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS E IMIGRANTES 717
Victória Antônia Tadiello Passarela e Vania Beatriz Merlotti Herédia
8 Imigração, Colonização e Ambiente 730
"A FUMAÇA MATA ATÉ O DIABO": ASPECTOS DE CONTATO COM A BIODIVERSIDADE DURANTE A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO SUL DO BRASIL, SÉCULO XIX 730
Adriano Sequeira Avello

ENTRE PRESTÍGIO, ADEQUAÇÃO E LEALDADE: A LÍNGUA COMO MEIO DE APROPRIAÇÃO DO NOVO MUNDO PELOS IMIGRANTES ALEMÃES NO SÉCULO XIX 744

Claudia Fernanda Pavan

"ÁRDUOS E INCESSANTES TRABALHOS POR BANHADOS, LAGOAS E RIOS": AS INTERVENÇÕES NO MEIO AMBIENTE PARA A COMUNICAÇÃO ENTRE O LITORAL NORTE E PORTO ALEGRE (1900-1920) 756

Dalva Reinheimer

Apresentação

Migrações, territorialidades e ambiente é o tema transversal que costura os textos da presente obra. Os estudos abrangem as migrações históricas e contemporâneas, suas territorialidades locais, regionais, transnacionais e os impactos no ambiente. As discussões propostas são atuais, pertinentes e necessárias em um momento de "crise migratória", com o crescimento do número de imigrantes indocumentados, campos de refugiados e deslocados. Soma-se a esse cenário a "crise sanitária", decorrente da pandemia de Covid-19, momento delicado em que o "ódio ao outro" reforça, no imaginário social, a representação do imigrante como portador e disseminador do vírus e, simultaneamente, empurra-o para a marginalidade nas políticas de saúde pública, contenção e controle da pandemia.

O diálogo teórico e metodológico entre os estudiosos das migrações históricas e das migrações contemporâneas têm se mostrado frutífero, contribuindo na/para produção de novas e outras leituras e interpretações sobre o tema, onde velhos dilemas (re)aparecem com novas roupagens. A mobilidade populacional está no centro das discussões e suas múltiplas implicações sociais, econômicas, políticas, demográficas e culturais, na construção e reconfiguração das identidades nacionais, das identidades de grupo e gênero, das identidades étnicas, das relações de alteridade e xenofobia.

Os trabalhos ora publicados foram primeiramente apresentados e discutidos em Simpósios Temáticos durante a realização do "Seminário Internacional Migrações, Territorialidades e Ambiente e XV Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras", promovido pela Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (ANPHCTB), entre 5 e 8 de maio de 2021, no formato *online*, com sede no município de Forquetinha, no Rio Grande do Sul. O XV Seminário contou com o apoio do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL), do Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari (IHGVT) e do Grupo de Trabalho Estudos Étnicos e Migrações – ANPUH-RS. O evento promovido pela ANPHCTB e a publicação da presente obra são a contrapartida da associação no Projeto "A Caminho de 2024: 200 anos de migrações alemãs para o Brasil", do IHSL.

O livro está organizado em oito eixos temáticos. 1) *Migrações e Educação*, que aborda o tema em diferentes temporalidades, espacialidades, tratamento teórico, metodológico e fontes. 2) *Cultura, memória e patrimônio histórico*, que relaciona as migrações históricas e contemporâneas com a questão patrimonial no âmbito material e

imaterial; a construção de lugares de memória, representações e inserções culturais, as práticas de preservação e educação patrimonial. 3) *Migrações, etnicidades, religião e gênero*, o qual discute as migrações, diásporas e as relações de alteridade, no que diz respeito às etnicidades, religião e manifestações religiosas e relações de gênero em seus diferentes aspectos. 4) *Migrações e Política,* que trata das migrações históricas e recentes no quesito político, no que tange às políticas imigratórias, cidadania, organizações étnicas e associativas, inserção em espaços de poder e funções administrativas. 5) *Migrações, economia e sociedade*, traz estudos que correlacionam as migrações históricas e recentes com os aspectos econômicos e sociais, tratando das colônias, os colonos e as colonizadoras, a inserção dos imigrantes nos espaços rurais e urbanos, a compra e venda de terras, as entidades e instituições sociais e associativas. 6) *Migrações, literatura e imprensa,* têm como enfoque a produção literária e a imprensa étnica, na perspectiva transnacional, e a representação dos imigrantes na imprensa, tanto na área da Literatura quanto da História. 7) *Migrações atuais, exilados e refugiados,* ocupa-se da problemática das migrações atuais, os exilados e refugiados, as políticas e leis imigratórias dos Estados, os fluxos migratórios e as implicações sociais, políticas, econômicas e culturais. 8) *Imigração, colonização e ambiente* aborda a correlação entre imigração, colonização e ambiente, nas suas diferentes interfaces, abordagens teóricas, metodológicas e fontes.

Portanto, os múltiplos olhares, abordagens e fontes trazem à tona um universo migratório complexo e multifacetado, resultado de um longo processo histórico, atravessado por políticas públicas, interesses regionais e transnacionais, que cimentam nosso tecido social. O livro *Migrações, territorialidades e ambiente* contribui para situar e compreender a temática atemporal dos deslocamentos migratórios, de forma multidisciplinar, centrado na área das Ciências Humanas e Ciências Sociais.

Os organizadores

1 Migrações e Educação

AS ESCOLAS PARTICULARES LUTERANAS NO CONTEXTO POMERANO DA SERRA DOS TAPES-RS: TRANSIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Karen Laiz Krause Romig[1]

Simone Gomes de Faria[2]

1 Introdução

Este artigo surge para apresentar ao leitor alguns aspectos da realidade de duas escolas particulares luteranas que funcionaram na maior parte do século XX, na região da Serra dos Tapes, área meridional do Rio Grande do Sul. Desta forma, o estudo busca apresentar esse cotidiano das escolas particulares luteranas, seus modos de funcionamento, suas características e mudanças que ocorreram em seu meio ao longo desse período.

Este estudo possui relevância, pois foi a partir do século XIX, que a imigração de origem europeia ganhou força para essa região. Entre os grupos étnicos que se estabeleceram nessa área da Serra dos Tapes, estavam os pomeranos. Este grupo trouxe a prática religiosa luterana para este contexto, e junto da igreja luterana foram constituídas também as instituições escolares.

No artigo de Lúcio Kreutz (1999, p. 142) aponta-se que "uma característica marcante destes imigrantes foi à importância dada à questão escolar. Na década de 1930 havia-se alcançado alto índice de alfabetização em mais de mil núcleos rurais". Kreutz (2000) também demonstra que o Brasil foi o país com o maior número de escolas étnicas na América. Segundo esse autor, na história da educação brasileira registra-se uma iniciativa singular de escolas comunitárias pelos imigrantes que, após a sua adaptação nas colônias, perceberam a não existência de escolas no meio rural, providenciando a edificação dessas instituições como forma de garantir a educação de seus filhos dentro das comunidades. Ao mesmo tempo, isso seria uma estratégia também de manter sua identidade étnica.

Para tanto, em questões metodológicas o estudo se baseia na História Oral (Ferreira; Amado, 2006) e na análise documental de Cellard (2014). Em que são trazidos trechos de narrativas de ex-alunos e ex-professores dessas duas escolas particulares luteranas citadas no artigo, além de elementos documentais sobre essas instituições, que foram angariados ao longo do estudo.

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Mestra em Educação e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: karenlaizromig@gmail.com.

[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande – Furg. E-mail: simonegomesdefaria@gmail.com.

Neste estudo são analisadas duas escolas particulares luteranas. Da escola Matias de Albuquerque foi utilizada para a pesquisa uma entrevista de história oral, a narrativa de Penning (2019), além dessa narrativa, foi utilizada sobre essa escola, uma ata que descreveu as atividades dessa comunidade religiosa e escolar entre os anos 1941 a 1986. Sobre a análise da escola Silveira Martins foram relatadas as narrativas de Venzke (2020) e de Müller (2020). O uso dessas fontes orais e documentais permitiu as análises feitas ao longo desse artigo.

2 Contexto educacional pomerano

Primeiramente cabe destacar que a construção e idealização de escolas no Brasil, e principalmente na Serra dos Tapes-RS, foi algo diretamente relacionado às igrejas e, consequentemente, às práticas religiosas, fatos que contribuíram para essa constituição e a consequente organização religiosa e escolar na região sul do Rio Grande do Sul.

> Na maioria dos países da América Latina as primeiras escolas foram construídas pelas igrejas. São as escolas confessionais ou comunitárias. No catolicismo destacaram-se as escolas ligadas a ordens religiosas, como os jesuítas, os maristas, os camilianos, os salesianos, etc. Também as igrejas protestantes trouxeram a educação como um dos pilares fundamentais de sua missão (AHLERT, 2006, p. 2).

No que tange a relação entre igreja e escola, são trazidas as afirmações de Barbosa (2017), que discorre que:

> A história da educação e a história da igreja mostram-se articuladas em determinados momentos, fonte de influências recíprocas. Foi na Idade Média que essa relação se mostrou mais intensa, com a Igreja encarregada da educação escolar, visando à garantia de instrução de seus religiosos e de seus clérigos, que buscavam formar crianças e jovens com aspiração a vida religiosa (BARBOSA, 2017, p. 75).

Os princípios doutrinários luteranos advêm dos ideais defendidos por Martin Lutero, reformador da Igreja Luterana, o qual menciona, em suas obras selecionadas, sobre a educação, incentivando que as crianças frequentassem as escolas (LUTERO, 2011). Nos mesmo escritos, Lutero reafirma que a escola é o espaço que destina a criança ao caminho de Deus.

Com a organização dessas escolas comunitárias, que foram inicialmente baseadas na religiosidade luterana, os imigrantes tinham também a pretensão de perpetuar a cultura, a religiosidade e seu modo de vida rural. Como discorre o trabalho clássico de Willems (1946), existe a necessidade de perceber a educação sob dois aspectos gerais, primeiramente como parte integrante das culturas humanas e consequentemente como mecanismo de transmissão das próprias culturas. Como dito, “a escola de alfabetização, embora houvesse tido desenvolvimento bastante desigual nos diversos Estados alemães, exercia uma função vital na perpetuação cultural” (WILLEMS, 1946, p. 378).

Estas escolas particulares luteranas foram posteriormente extintas, dando lugar às escolas multisseriadas públicas rurais. Desta forma, a igreja e a escola estiveram unidas em um mesmo local desde o início da colonização, evidenciando um caráter comunitário. Como argumenta Weiduschadt (2007),

> Os pomeranos, a exemplo de outras etnias alemãs, buscaram uma organização comunitária no Brasil, a fim de se estruturar e tentar obter sucesso em terras estranhas. Como a maioria dos imigrantes, eles organizaram-se em pequenas propriedades, dedicaram-se à agricultura e prezaram uma educação relacionada à religião (WEIDUSCHADT, 2007, p. 16).

Desta forma, a importância cultural alemã e pomerana para com a escolarização possui suas raízes remontadas nos ideais de Lutero, que consolida a formação religiosa luterana deste grupo étnico. Expõe-se neste momento do artigo as duas instituições educativas que foram palco de análise.

2.1 Escola Matias de Albuquerque

A Escola Matias de Albuquerque desenvolveu suas atividades junto à Sociedade[3] ou Associação Religiosa Escolar da Favila, localizada na zona rural do município de Canguçu, região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Essa comunidade foi organizada para prestar subsídio escolar e religioso para seus sócios e após o período da nacionalização passou a se chamar Escola Matias de Albuquerque. Essa comunidade luterana caracterizou-se por ser uma comunidade luterana independente, sem vínculo com sínodos superiores.

Ao tratar sobre o estudo das escolas particulares luteranas, entende-se que tanto as escolas multisseriadas públicas e comunitárias luteranas tinham a característica de escolas isoladas dentro dessa região cultural da Serra dos Tapes. Como destaca Weiduschadt e Castro (2015, p.172), "as escolas étnicas tiveram a arquitetura muito próxima daquelas destinadas às escolas isoladas, funcionavam em muitos casos em uma única sala ou no espaço do templo religioso e não tiveram recursos públicos na sua construção", isto é, a infraestrutura dessas escolas era precária, oferecendo apenas elementos básicos de escolarização.

Esta comunidade religiosa ainda existe com a mesma denominação. Segundo ata consultada, as atividades dessa escola da Associação tiveram início no ano de 1912 e encerramento no ano de 1968. Após o ano de 1968, os alunos dessa escola foram direcionados para uma escola municipal pública que foi constituída nas proximidades. Neste artigo é

[3] As comunidades denominadas de Sociedade Religiosas e Escolares eram de caráter independente. Segundo Steyer (1999), eram denominadas de *Schulgemeinde.*

enfocado a entrevista com uma ex-aluna da instituição que teve sua escolarização entre os anos de 1952 e 1957, relatando detalhes sobre o seu processo de escolarização.

Nas narrativas desta escola reforça-se a origem étnica dos alunos, que eram descendentes de alemães e pomeranos, mas que não podiam falar a língua de origem na escola, pois eram reprimidos em virtude de um contexto nacionalista, em que a prioridade era o reforço da identidade e da língua nacional, como afirma a narrativa de Penning (2019): "Na rua os alunos falavam pomerano e português tudo misturado, mas dentro da escola só podia falar brasileiro" (PENNING, 2019).

Outro fato que chamou atenção, após a consulta às atas dessa comunidade, foi o impacto da nacionalização do ensino nas atividades da escola. Na ata há muitos páginas em branco do ano de 1944 até 1948, denotando um silenciamento das atividades que pode ter ocorrido por causa da nacionalização do ensino (MÜLLER, 1994).

Ao tratar sobre o material didático utilizado na escola, uma das narrativas traz que, "tinha um caderno para escrever, mas não tinha caneta, tinha uma pena de aço que nós tínhamos que molhar na tinta, as vezes nós derrubávamos a tinta na mesa, porque tinha que botar várias vezes na tinta porque secava rápido" (PENNING, 2019).

No trecho anterior, a entrevistada fala, também sobre os instrumentos utilizados na escola, ao citar que usavam tinta e pena para escrever. Esses instrumentos, são muito diferentes dos materiais utilizados atualmente nas escolas e demonstram assim, a precariedade do ensino daquela época.

2.2 A Escola Silveira Martins

A escola Silveira Martins levou este nome após o ano de 1938, também com a intensificação da campanha de nacionalização do ensino. Porém, essa escola iniciou suas atividades em 1869, com a constituição da Comunidade Religiosa Luterana do Cerrito, que abarcava a igreja e a escola comunitária, em território que hoje pertence ao município de Arroio do Padre-RS. Esta comunidade sempre teve suas atividades ligadas ao luteranismo como uma comunidade Independente, também sem vínculos a sínodos superiores.

Em meados do século XIX, no início da colonização germânica nessa região, a localidade era pertencente ao município de São Lourenço do Sul[4]. Em seguida, passou para o domínio do município de Pelotas e, desde o ano de 1996, a localidade desta escola passou a

[4] É um município localizado na beira da Lagoa dos Patos, no sul do RS. É o município onde a imigração pomerana começou e que atualmente carrega fortes traços culturais desse processo colonizador. Está constituído dentro de área cultural de forte predominância da cultura pomerana.

pertencer ao pequeno município de Arroio do Padre[5], quando este foi, desta forma, emancipado de Pelotas. Atualmente, a Escola Silveira Martins existe como escola pública da rede municipal de Arroio do Padre, sua municipalização ocorreu em meados dos anos de 1970.

Desde sua fundação, a comunidade luterana do Cerrito prestou serviços religiosos e escolares para seus sócios, sendo a escola localizada junto da igreja. Segue imagem do atual prédio da igreja e do que foi a escola:



Figura 1 - Prédios atuais da Comunidade do Cerrito.
Fonte: Karen Romig, 2020.

Para saber mais informações sobre essa instituição realizou-se uma entrevista, em caráter de história oral, com um ex-professor e ex-pastor da instituição, que atuou nesta instituição escolar e religiosa, entre os anos de 1958 e 1969.

O ex-pastor relata que desde o início do período escolar já havia a preparação para o estudo da confirmação, que é um ritual semelhante a crisma, e é celebrado por jovens entre as idades de 12 a 14 anos, esse rito é considerado muito importante no contexto cultural e religioso pomerano, pois marca o "início" da vida adulta do indivíduo. Havia, em muitas instituições religiosas deste cunho, já uma formação escolar, direcionada para a preparação para a confirmação:

> [...] já se estudava para a confirmação a partir do 1ª ano da escola, já sempre se começava a estudar um pouquinho. Mas depois (se refere a nacionalização), se

[5] Arroio do Padre é um pequeno município localizado ao sul do Rio Grande do Sul. Emancipou-se de Pelotas no dia 17 de abril de 1996, tornando-se um dos quatro municípios enclaves do Brasil. Município pertencente a Serra dos Tapes (BEIERSDORF; WEIDUSCHADT, 2013).

> começou a ir menos tempo, começava em dezembro até a páscoa do ano seguinte, tinha instrução todo o sábado (VENZKE, 2020).

A narrativa considera que dentro do próprio tempo de estudos escolares, nas escolas particulares luteranas, havia também um tempo de estudos dedicados para a religião e para a preparação para a confirmação.

Outro relato da Escola Silveira Martins (Comunidade Cerrito), o entrevistado Venzke (2020) traz que:

> Eu sempre estudei nessa escola, ela se chamava Silveira Martins. Eram assim as escolas particulares, antes da nacionalização chamava de escola particular da Comunidade da colônia Cerrito, mas depois ela foi nacionalizada e eles trocaram o nome, aí ela se chamou Escola Silveira Martins de número 45, porque cada escola tinha um número. Ela foi nacionalizada em 1938. Neste período as escolas trocavam de nome (VENZKE, 2020).

Esta narrativa do entrevistado Venzke é bastante esclarecedora, ele fala sobre o processo de transição da escola particular da comunidade para escola pública, sendo chamada, depois da nacionalização, por outro nome. Mesmo com essa descaracterização, as escolas mantiveram suas atividades vinculadas às comunidades luteranas, isto porque sua localização geográfica, igreja perto da escola, permaneceu. Como afirma Kreutz (1994):

> O período da nacionalização do ensino, especialmente na fase compulsória, trouxe dificuldades de adaptação, provocou acentuada queda no nível de ensino, mas não significou o fechamento o fim e o fechamento das escolas teuto-brasileiras. Não é verdade que o governo fechasse as escolas pura e simplesmente. Obrigou-as, sim, a adaptarem a um nacionalismo bastante exacerbado. Num primeiro momento, grande parte dessas escolas recebeu a subvenção municipal, mantendo certa autonomia administrativa. Num segundo momento, estas escolas foram municipalizadas, isto é, tornaram-se públicas (KREUTZ, 1994, p. 31).

Mesmo tendo continuado com suas atividades após a nacionalização, as escolas particulares luteranas passam a enfraquecer com o tempo e a escola pública adentra as colônias de imigração alemã e pomerana. Por isso, Miritz (1986) traz que:

> A escola funcionou porque é mantida e fiscalizada pela própria comunidade e era ensinado aquilo que era de interesse e necessidade da comunidade. Existia a autêntica escola comunitária. Com o passar dos anos e imitando exemplos de escolas públicas que, apesar de inicial descrédito, o pagamento de um melhor salário convidando o professor, aliviando a comunidade desta carga, acabava de passar de escola particular e comunitária para escola pública (MIRITZ, 1986, p. 249).

Até, aproximadamente 1970, essas escolas comunitárias eram mantidas pelos membros das comunidades. As famílias pagavam essas escolas com o objetivo de formarem seus filhos na escola, a partir de conhecimentos que lhe eram necessários para a vida no campo e, ao mesmo tempo, manterem seus filhos juntos da igreja e dos ensinamentos comunitários.

Ou seja, com o passar dos anos e com o surgimento das escolas públicas nas zonas rurais, as famílias foram enxergando nessas escolas a possibilidade de "alívio" financeiro, pois em vez de seus filhos estudarem em uma escola que era paga, poderiam estudar em uma escola pública em que não pagariam nada pelo serviço. E as próprias comunidades viram também vantagens nesse processo, pois não precisariam mais arcar com às custas do salário do professor.

Outra característica dessas escolas foi a sua organização multisseriada. O ex-aluno da escola Silveira Martins, traz relatos sobre essas características:

> Era tudo na mesma sala, estudavam todos juntos, da 1º até a 5º série, depois que se terminava tinha que seguir os estudos na cidade se caso quisesse, assim só alguns que seguiam os estudos na cidade de Pelotas, alguns chegaram a trabalhar em algum escritório, alguns não gostavam e acabam voltando para a lavoura (MÜLLER, 2020).

Nesta afirmação, o entrevistado revela também que poucos alunos seguiam os estudos, e que muitos deles ainda não obtinham sucesso, destacando que o refúgio predominante era o do trabalho familiar na agricultura, pois muitas gerações já haviam vivenciado esse trabalho, logo os mais jovens também se conformavam em seguir este caminho camponês.

3 Transições e características escolares luteranas

As investigações de Weiduschadt e Alves (2019) abordam que essas escolas luteranas mesmo depois da nacionalização do ensino permaneceram com vínculos estreitos com a comunidade ao qual estavam inseridas e podiam gozar de certa autonomia na escolha dos conteúdos e na organização curricular buscando a formação do sujeito para que este atuasse na propriedade agrícola da família e tivesse seus ensinamentos escolares pautados na organização religiosa luterana.

Após o período da nacionalização, o uso da língua e de materiais didáticos em alemão foi proibido. Mesmo assim, muitas dessas escolas continuaram suas atividades com a denominação de escolas particulares.

Antes da nacionalização, na maioria dos casos, o professor e pastor ocupavam quase as mesmas funções, seus papéis sociais eram semelhantes, considerados autoridade máxima na comunidade religiosa e escolar. Depois da nacionalização, na maioria dos casos, as comunidades contratavam pessoas mais instruídas na própria região, para que atuassem como professores dessas escolas.

Após a nacionalização do ensino, os papéis sociais sofreram alterações pois em muitas comunidades luteranas, especialmente nas comunidades analisadas nas Serra dos Tapes, o pastor passou a ficar mais restrito às atividades da igreja e o cargo de professor (a), daquele que

tinha responsabilidade pela escola, passou para terceiros. Esses professores, em sua maioria, não tinham formação específica, eram considerados leigos.

Muitas dessas características das comunidades pomeranas foram afetadas com a política de nacionalização, que ocorreu no período do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas. Conforme Müller (1994),

> A nacionalização do ensino significou um esforço do governo para a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos, prescrevendo o uso obrigatório do português e a intensificação de ensino de história e geografia brasileira (MULLER, 1994, p. 45).

O período da nacionalização fez com que muitos elementos da cultura dos imigrantes, principalmente o ensino e língua, fossem reprimidos. Mesmo assim, os costumes continuaram se mantendo, pois muitos imigrantes e descendentes isolaram-se em suas colônias e mantiveram seu modo de vida. Mas com o passar dos anos, seus hábitos foram sendo reinventados[6] de distintas maneiras.

Em seguida surgem outros acontecimentos históricos que também influenciaram nestes contextos educacionais luteranos. Como a LDB de 1961, percebendo-se que nesse período houve uma ênfase no ensino primário, em que poucos alunos tinham acesso à educação secundária ou a uma formação mais específica.

Na década seguinte é constituída outra LDB de 1971 (5692/1971), no contexto da Ditadura Civil-Militar. Com a crescente necessidade de universalização do ensino, diante das altas taxas de analfabetismo no país e da industrialização e urbanização crescente, a LDB de 1971 consolida-se numa perspectiva tecnicista e força as escolas particulares a se tornarem públicas. A referida lei prevê que a formação especial de currículo terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional no ensino de 2º grau (BRASIL, 1971). Desta forma entende-se que a questão tecnicista se manifesta no objetivo de preparar o cidadão para o trabalho, deixando para segundo plano as questões como religião e formação cidadã, enfraquecendo, assim, as intencionalidades das escolas particulares luteranas.

Mais recentemente, com a LDB 9.394/1996, favoreceu-se que as escolas luteranas particulares fossem extintas e que os descendentes de pomeranos e alemães frequentassem as "escolas polo[7]", que são de ensino fundamental completo, ampliando o acesso à educação nessa região cultural pomerana no sul do Rio Grande do Sul. Essa desvinculação dos estudantes das escolas particulares luteranas para integrarem as escolas públicas de maior porte trouxe também

[6] Ver melhor em na obra: "Invenção das Tradições", de Hobsbawn (2012).
[7] Denominam-se escolas que englobaram em uma única escola várias escolas multisseriadas de pequeno porte.

consequências para o processo de valorização cultural, como destaca Rodrigues et al. (2017, p. 710): “a nucleação das escolas do campo e o deslocamento para escolas distantes da sua comunidade desvinculam os sujeitos da sua forma de viver e da sua cultura”.

A nucleação em escolas polo, e a consequente extinção de escolas multisseriadas, sejam luteranas ou públicas, é mencionada no trabalho de Weiduschadt (2015, p. 3), que afirma que “principalmente na década de 1990 grande parte dessas escolas localizadas na Serra dos Tapes foram nucleadas, denominadas escolas polos”.

Sobre a nucleação das escolas rurais, recorre-se ao estudo de Pastorio (2015), que diz que:

> No decorrer do século XX, a questão educacional na sociedade brasileira, bem como os povos do campo sofreram profundas mudanças, principalmente quanto a responsabilidade de sua oferta. Isso pode ser percebido pelas ações desenvolvidas pelos poderes federais, chamadas de municipalização do ensino, representado pela transferência da gestão educacional (Educação Infantil e fundamental), da união aos estados e, principalmente, aos municípios que em consequência proporcionou um processo chamado de nucleação das escolas localizadas no meio rural, ou seja, o fechamento da escola multisseriada e a nucleação dos educandos para escolas seriadas, chamadas de Escolas Polos (PASTORIO, 2015, p. 52).

O processo de nucleação das escolas, desta forma, foi determinante para à desativação da escola particular luterana. A nucleação se configura como o deslocamento de crianças e jovens para as redes municipais e estaduais de ensino das escolas rurais, localizadas em comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura em relação às escolas de comunidades vizinhas mais bem aparelhadas. Essas escolas, que antes eram nucleadas, passam seus alunos para uma escola de maior porte, escolas consequentemente mais distantes da residência do aluno (RODRIGUES et al., 2017).

4 Considerações finais

Verifica-se ao longo deste trabalho que as escolas luteranas, localizadas na região da Serra dos Tapes-RS, surgiram a partir de um processo histórico e imigração cultural alemã e pomerana na região.

Esse grupo, desde o início do processo imigratório, percebeu a necessidade da consolidação de igrejas em suas comunidades, pois, no quesito religião foram desassistidos pelo governo brasileiro. Desta forma, consolidaram primeiramente as comunidades ditas independentes, mas que tinham uma direção luterana.

Junto dessas igrejas luteranas, os imigrantes e seus descendentes consolidaram também as escolas comunitárias, que eram escolas étnicas, inclusive lecionavam e utilizavam material em língua alemã, em que o professor e pastor da comunidade eram a mesma pessoa.

As escolas seguiram neste estilo étnico até aproximadamente os anos de 1938, quando é instituída a nacionalização do ensino, essas escolas não poderiam mais ter ligação com a língua alemã e passam por um processo de ressignificação. Muitas escolas da região foram consequentemente extintas, mas uma grande parte seguiu com suas atividades. Porém a partir desse período elas passaram a ser conhecidas como escolas particulares luteranas, pois eram então escolas vinculadas as comunidades luteranas e eram subsidiadas e sustentadas pelo pagamento dos sócios e membros da comunidade religiosa.

Desta forma seguiram com suas atividades até meados das décadas de 1960 e 1970, quando sua consolidação vai perdendo força para a municipalização do ensino, ou seja, muitas dessas escolas particulares luteranas forma municipalizadas e passaram a pertencer ao poder público. Havendo também uma migração de seus alunos para as escolas municipais que foram se constituindo nas proximidades das comunidades.

Ao visualizar a presença de uma comunidade religiosa luterana na Serra dos Tapes, é perceptível que existe uma escola ali próxima, pois estrategicamente essas escolas e igrejas continuaram a ser instituições histórica e culturalmente unidas. Desta forma, percebe-se que ao longo dos anos as marcas escolares nas comunidades de descendência pomerana é perceptível.

Neste trabalho, foi visto que as escolas particulares luteranas, aqui abordadas, atuaram de forma enfática com forte penetração nas comunidades, foram enfraquecidas pelo momento da nacionalização do ensino e a presença da instauração, ainda que débeis, de políticas educacionais públicas, até a completa extinção com o fortalecimento das escolas polo.

Mas, mesmo com essas transições, suas características demarcaram de maneira muito significativa as comunidades luteranas, bem como as pessoas que tiveram sua formação ali constituída. Fazendo dessas escolas uma marca característica dessa região de da cultura que ali prevalece.

Referências

AHLERT, A. Educação e migração: A educação comunitária de confissão luterana no Brasil. **Revista de Antropologia Experimental,** n. 8, p.193-206, 2008. Disponível em: https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rae. Acesso em: 01 mai. 2019.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **As origens do Direito a Educação**: Martinho Lutero e a Reforma Protestante. Curitiba: CRV, 2017.

BEIERSDORF, C. R.; WEIDUSCHADT. P. **Arroio do Padre /RS e sua identidade luterana:** Práticas de educação e cultura de uma comunidade (1950-1960): Revista Latino-Americana de História. UNISINOS. v. 2, nº. 7, p.1-17, 2013.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 17 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 295-316.

FERRREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

KREUTZ, L. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 159-176, set/dez, 2000.

KREUTZ, Lúcio. Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

Livro de Atas da Sociedade Religiosa Escolar da Favila. 1941-1986.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas- Ética:** fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5. 2ª ed. Tradução de Martin Dreher. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2011. 516 p.

MIRITZ, Rui Carlos. Escola comunitária, educação e cultura da colonização alemã em São Lourenço, Canguçu e Pelotas. In: **Anais do VII Simpósio de História da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**, São Leopoldo, 19 a 21 de setembro de 1986. Nova Petrópolis: Amstad, 2000. p. 247-253.

MÜLLER, Osvaldo. Entrevista [mai. 2020]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2020, Canguçu. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica.

MÜLLER, Telmo (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

PASTORIO, Eduardo. **Nucleação das escolas do campo**: o caso do município de São Gabriel/RS. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

PENNING, Renilda Reichow. Entrevista [jul. 2019]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2019, Canguçu. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica.

RODRIGUES, A. C. S. Et al. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017.

STEYER, Walter. **Os imigrantes alemães no Rio grande do Sul e o Luteranismo**: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense, 1900-1904. Porto Alegre: Singulart, 1999.

VENZKE, Willi. Entrevista [mai. 2020]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2020, Arroio do Padre. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica.

WEIDUSCHADT, P.; ALVES, M. F. O ensino de cálculo mental nas instituições escolares luteranas da Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul, Brasil (1930 1970). **Revista de Educação (PUCCAMP).** v. 24, p. 282-299, 2019.

WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B.; Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953). **História Unicap**, v. 2, n. 4, jul./dez. 2015.

WEIDUSCHADT, Patrícia. Acervos Escolares na Escola Riachuelo em Pelotas/RS - Escrituração Escolar (1973-1995). In: **Anais XIII Jornada do HISTEDBR**. 2015.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: identidade e cultura escolar. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil:** estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

UM OLHAR PARA COLÔNIA PINHAL COMO ESPAÇO EDUCATIVO 1962 – 1982

Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira [1]
Ricardo Coser Mergulhão[2]
Graciele Aparecida da Silva[3]

1 Introdução

Este artigo é parte de um estudo mais amplo que investiga algumas facetas dos 60 anos da história da Colônia Pinhal – SP, enfatizando como as instituições e organizações nesta colônia japonesa contribuem para manter as tradições do seu país de origem e, ao mesmo tempo, para o processo de integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade local.

A Colônia Pinhal foi formada por imigrantes japoneses e está localizada na região sudoeste do Estado de São Paulo, zona rural do município de São Miguel Arcanjo.

Neste trabalho abordaremos, alguns aspectos da fundação da Colônia Pinhal e sua organização durante as duas primeiras décadas, no período de 1962 a 1982, que nos possibilita analisar o processo de organização e estruturação da colônia, como um espaço educativo.

Durante estas duas décadas os imigrantes japoneses e descendentes construiram suas casas, cultivaram as primeiras lavouras e também fundaram e iniciaram as atividades da "Associação Esportiva Cultural", "Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo", "Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Massanori Karazawa" e a "Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal".

Compreender suas ações torna-se relevante para inferir como a Colônia Pinhal se constitui como um espaço educativo, com o objetivo de identificar e analisar as ações educativas fora do espaço escolar durante as duas primeiras décadas da Colônia Pinhal.

Para Gohn (2006, p.40) "...os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados ...", o que ela denomina de educação informal, porém a autora também destaca a educação não formal, aquela "... que se aprende 'no mundo da vida', via processos de compartilhamento de experiências, sobretudo em espaços e ações coletivos cotidianas".

Desta forma, compreendemos educação de forma ampla, comungando com a ideia de Bittar (2018, p. 195), educação como "... tudo aquilo que é aprendido ao longo da vida dos seres

[1] Pós-doutoranda na UFSCar, graduação em pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação.
[2] Professor associado na UFSCar, no curso de Engenharia de Produção.
[3] Graduanda no curso de Licenciatura em Geografia na UFSCar.

humanos em suas práticas sociais, uns com os outros, já que em sociedade não existe eu desprovido de nós". A autora tem uma visão ampla de educação, compreendida no processo de formação cotidiana do ser humano, isto é, possível de acontecer em todo lugar ou tempo. Nesta linha de raciocinio, a escola perde seu status de unico lugar que educa. Segundo Zoppei a educação fora do espaço escolar é resultado das "[...] relações entre manifestações culturais e educação" (ZOPPEI, 2015, p. 50).

Nesta direção todos os processos educativos que acontecem na família, igreja, sindicatos, ONGs, terreiros, espaços de trabalho, são fecundos e fazem parte de um processo ampla de formação sensível do ser humano, por meio da experiência, memória e observação, é um aprender consigo e com o outro. Segundo Severo,

> Torna-se especialmente necessário ressaltar que o termo educação não corresponde à escolarização nem à instrução. Designa um processo global de formação humana através da inserção dos sujeitos na cultura a partir de mediações exercidas por agentes e dispositivos em contextos variados. A Pedagogia tem como objeto a educação como formação humana e não somente à formação escolar ou instrução formal, estando estas inseridas no contexto daquela (SEVERO, 2018, p. 5).

Portanto, o cotidiano da Colônia Pinhal, seja na Associação Esportiva Cultural, seja na Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo podem ser considerados espaços não escolares fecundos.

Na tentativa de abordar estas questões foram utilizados documentos escritos, iconográficos e orais. Dentre as fontes destacamos a escrituração da JICA *(Japan Internacional Cooperation Agency)*; Discursos de autoridades japonesas que visitaram a Colônia; Livros de Matrículas e Atas da Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil LTDA; Coleção de correspondência escolar; Revista do 40º Aniversário Comemorativa da Colônia Pinhal; Avisos e pauta de organização de eventos da Associação Esportiva Cultural da Colônia Pinhal: Revista do 50º Aniversário Comemorativa da Colônia Pinhal; Recortes de jornais; Fotografias e depoimentos de moradores locais.

As fotografias foram utilizadas como fontes e foram entrelaçadas com as fontes orais. A maior dificuldade com os relatos orais, assim como algumas fontes escritas foi que muitos moradores da Colônia Pinhal falam português com muita dificuldade ou só falam japonês.

A fotografia exprime histórias que falam das representações sociais, das ideias e dos significados de uma determinada época. Segundo Mauad,

> [...] as imagens não falam por si mesmas, interpretar seus significados, atribuir-lhe valor estético, compreender suas representações sociais, descrever seus espaços de sociabilidades comportamentos subjacentes, identificar seus personagens, tudo isso obriga os estudiosos das imagens do passado o recurso a outras fontes de informação. Dentre estas, o relato oral, quando possível, é o que mais se acomoda às tramas da memória (MAUAD, 2009, p. 03).

Tendo em vista o cotejamento de informações entre as fontes, utilizamos a fotografia entrelaçada, principalmente, com fontes orais, sem a exclusão das demais. Procuramos nortear os depoimentos dividido nas seguintes partes:

História da família - trajetória do Japão para o Brasil, trajetória no Brasil até chegar a Colônia;

Cotidiano na Colônia Pinhal - dificuldades, vantagens, rotina, convívio com os antigos moradores de São Miguel Arcanjo, atividades na associação, cooperativa e escolas;

Pollak (1992, p.2) destaca que "na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis" e, assim como a fonte oral é socialmente construída, também o é a fonte escrita, cabendo ao historiador aplicar a qualquer tipo de fonte a crítica, já que "nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta" (POLLAK, 1992, p. 8).

A partir do constante diálogo com as fontes, dividimos este artigo nas seguintes partes: "Aspectos do processo de imigração Japonesa no Brasil e a fundação da Colônia Pinhal" nesta parte discorremos sobre a história da imigração japonesa no Brasil, destacando o processo de fundação da Colônia Pinhal e sua estruturação ao longo das duas primeiras décadas, destacando as ações da JICA e a fundação da Associação Esportiva Cultural da Colônia Pinhal, a Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo LTDA. Na sequência "A Colônia Pinhal como espaço educativo" apresentamos a análise das ações educativas na Colônia Pinhal caracterizando-a como um espaço educativo, por fim tecemos algumas considerações finais ou melhor dizer preliminares.

2 Aspectos do processo de imigração japonesa no Brasil e a fundação da Colônia Pinhal

Há um leque grande de trabalhos sobre a imigração japonesa antes da segunda guerra mundial: Demartini (2000; 2004; 2006;2012), Gonçalves (2008), Handa (1987), Miyao (1980) e Silva (2016), entre outros que comungam da leitura de Saito (1961) e Cardoso (1995), que caracterizam o processo de imigração japonesa no Brasil em três períodos distintos.

Segundo Saito (1961) e Cardoso (1995) o primeiro período durou 14 anos, estendendo-se de 1908 até 1925. Nesse primeiro período, os japoneses vieram para suprir a mão de obra nos cafezais. O segundo período de imigração, que abrange os anos de 1925 até 1941, no qual o Brasil recebeu mais de cento e quarenta e cinco mil japoneses (número que corresponde a cerca de 75% dos imigrantes japoneses antes do Brasil entrar na II Guerra Mundial), foi marcado pela vinda dos imigrantes japoneses para trabalhar nas mais diversas áreas, mas principalmente como colonos em pequenas propriedades.

A imigração japonesa entra em declínio com a implementação do sistema de cotas, fruto da política nacionalista que controlava a imigração, até sua paralisação em 1941, ano em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial.

A imigração japonesa no Brasil retorna em 1952, com a retomada de declarações diplomáticas com Japão, porém segundo Sakurai (2008), apenas oficializada em 1962, pelo Decreto n. 52920. Definido por Saito (1961) e Cardoso (1995) como o terceiro período tem como principais características a vinda de mão de obra qualificada ou como pequenos proprietários de terras.

Segundo Sakurai,

> O panorama do pós-guerra mostra profundas mudanças no quadro da imigração japonesa se comparado com antes da guerra, Apesar de as motivações não serem diferentes – pressão demográfica, miséria, a imigração vista como elemento de um plano mundializado e planejado de deslocamento de populações e de capitais é nova. Já não se trata de uma imigração apenas de famílias que vêm com o objetivo de fugir das dificuldades no país de origem, mas sim de ver a imigração japonesa para o Brasil como parte de um planejamento mundial (SAKURAI, 2008, p. 221).

A autora ainda completa, enfatizando o interesse do Brasil e do Japão na imigração japonesa como um projeto de desenvolvimento, possibilitando respeito ao Japão e projetos na indústria e agricultura para o Brasil. Nas palavras de Sakurai,

> O Brasil apresenta-se como alternativa que interessa a ambos os lados, na medida em que necessita dos investimentos japoneses e mão de obra especializada para seu projeto de desenvolvimento; pelo lado japonês, a sua participação nos setores público e privado brasileiro assegura visibilidade, respeito, sem que necessariamente se reverta em retornos financeiros vultosos. Dentro do raciocínio da cooperação do humanismo, a implantação de indústrias e de projetos agrícolas japoneses trazendo para o Brasil tecnologia e mão de obra é considerada positiva no contexto da época (SAKURAI, 2008, p. 221).

Circulava no país ideias contrárias ou apoiando com certas restrições, a discriminação em relação ao japonês prevalece grande no Brasil, mesmo após a guerra, porém interessa ao Brasil a vinda dos imigrantes japoneses que possa dar contribuições concretas ao país.

> Vale acentuar que, na concessão do visto permanente individual para o Brasil, depois de demorada e minuciosa seleção, satisfeitas todas as exigências da legislação brasileira, tem sido sempre uma constante da minha atuação de Cônsul verificar se o candidato à emigrar possa levar ao Brasil uma contribuição e se está imbuído da vontade de trabalhar – qualidade esta inerente aos imigrantes japoneses do começo do século e que tanto serviu de estímulo as populações campesinas locais, sobretudo nos rincões mais afastados das grandes cidades (FERREIRA, 1995, p. 11 *apud* SAKURAI, 2008).

Exemplos desta verificação minuciosa foram apresentados nos depoimentos dos primeiros imigrantes japoneses moradores da Colônia Pinhal:

> (...) ele tinha que trazer o pai, os pai.... já tava na idade, já tinham uns setenta anos naquela época e trouxe as...., tinha que preparar, outra preparação que precisava é que o meu vô, quer dizer vô, ele tinha problema de saúde ai para ele viajar de navio não saiu a ordem de viagem então na verdade, acho que era pra ter vindo junto com elas no mesmo navio, elas vieram três meses antes mas só que a gente não conseguiu, saiu lá do.... do Japão, não deram ordem de saída da saúde do vô, mas no fim a gente conseguiu e veio três meses depois, atrasou, mas chegou.[4]

Outro depoimento:

> A gente veio com minha irmã, eu, meu pai e minha mãe, deixou meu irmão mais velho porque sofreu paralisia infantil, aí não podia trazer porque ele não podia trabalhar na lavoura né, então imigração era pra trabalhar na lavoura, no sítio mesmo né, então o governo não quis pagar a viagem do meu irmão e aí ficou.[5]

Falas que revelam um pouco do que significou na vida dos imigrantes as verificações minuciosas para receber a autorização para emigrar para o Brasil e que o país realmente estava interessado na mão de obra qualificada que trouxesse contribuições.

Segundo Ferreira (1995) apud Sakurai (2008, p. 3) o governo brasileiro tinha interesse na criação de colônias japonesas, principalmente em regiões afastadas das grandes cidades, o que autora chama de "rincões mais afastados das grandes cidades", com objetivo de povoar essas regiões mais isoladas, como é o caso da Colônia Pinhal.

No período pós-guerra além de financiar a viagem, organizar as colônias por meio das empresas de emigração, o governo japonês mantém organizações que auxiliam tecnicamente e financeiramente projetos das colônias japonesas.

A JAMIC – *Japan Migration and Colonization*, era uma empresa criada pelo governo japonês para organização a emigração para países da América Latina e Havia. A empresa financiava a compra de terras, criação das colônias agrícolas e oferecia suporte técnico (HASHIMOTO, 2008).

Outro órgão japonês é a JICA *(Japan International Cooperation Agency)* uma agência pertencente ao governo japonês, responsável pela execução da assistência oficial para o desenvolvimento, que apoia o esforço do desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento, e cujo objetivo principal é contribuir para a paz e o desenvolvimento da sociedade internacional.

A Colônia Pinhal – SP é um núcleo japonês rural fundado pela JAMIC que recebe apoio da JICA em aspectos estruturais, culturais e educacionais.

---

[4] YUMIKO, Fujizawa. Entrevista III. (jan. 2020). Entrevistador: Adriana A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020. Arquivo.mp3.
[5] NISHIDA, Midori. Entrevista IV. (jan. 2020). Entrevistador: Adriana A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020. Arquivo.mp3.

2.1 Colônia Pinhal – fundação e sua organização

A Colônia Pinhal fica localizada na zona rural de São Miguel Arcanjo, região sudoeste do estado São Paulo. São Miguel Arcanjo tem como base econômica a agricultura e a pecuária.

Em 1950 chegou a primeira família de imigrante japonês na cidade trazendo as primeiras mudas de uva Itália, que mais tarde tornou-se a principal fonte de renda do município (LOPES; 2017), porém o número de imigrantes japoneses só aumentou com a fundação da Colônia Pinhal.

No início da década de 1960, a JAMIC *(Japan Migration and Colonization)*, mobilizou o capital financeiro e as compras da terra no Brasil, enquanto o governo da província de Fukui no Japão fazia propaganda para incentivar as primeiras famílias a emigrarem, como parte do plano de ação de colonização e por fim a Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil LTDA se encarregou de receber os imigrantes no porto de Santos e auxiliá-los na instalação e adaptação.

Em 1962, chegaram as três primeiras famílias vindas da província de Fukui, cada família japonesa recebeu um lote, de um total de 60 lotes de três a seis hectares cada um, estes lotes deveriam ser pagos em parcelas após o progresso da primeira colheita e assim nascia a Colônia Pinhal.

Nos anos seguintes, chegaram em torno de 54 famílias vindo de diversas regiões do Brasil e do Japão. O governador de Província de Fukui, esteve na Colônia Pinhal em 1998, destaca a chegada das primeiras famílias:

> Yukio Ota, Shigueru Okawa e Seitti Deguti, em dezembro de 1962; desde então, esta colônia tem prosperado magnificamente até a presente data. Este desenvolvimento ocorreu graças a perserverança destes imigrantes que superaram as dificuldades provinientes das diferenças de cultura, costumes e clima… . Como Provincia de Fukui, também nos esforçamos para colaborar com esta colônia. Ajudamos na construção deste Kaikan e na aquisição dos bens necessários ao seu funcionamento. Cooperamos na construção da Escola de Língua Japonesa e equipamentos a mesma com todos os materiais didáticos necessários ao seu bom desempenho (Transcrição do Discurso do Presidente da Provincia de Fukui, 1998).

O alojamento foi construído pelos moradores com o auxílio da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de Pilar do Sul. Era um espaço onde os recém-chegados ficavam provisoriamente até a limpeza de seus terrenos e a construção das casas. O prédio do alojamento também foi utilizado pela Escola de Língua Japonesa.

De acordo com a *Revista 50º Aniversário Comemorativo da Colônia Pinhal*, no ano seguinte após a chegada das primeiras famílias foi fundado a Associação Japonesa que depois passou a ser chamada Associação Cultural Esportiva da Colônia Pinhal, que atua como associação de bairro, centralizando todas as decisões sobre a colônia e também como espaço cultural e educacional.

A Associação teve um papel fundamental para melhoramento da infraestrutura do bairro, assim como na fundação das escolas: Escola japonesa, atual Escola Modelo de Língua Japonesa e a "Escola Brasileira" - Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal (escola primária), atual E.E. Massanori Karazawa em 1964.

Em 1964 as famílias primeiro se filiaram ao deposito da Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de Pilar do Sul e em 1969 foi fundada a Cooperativa Agrícola Sul-Brasil de São Miguel Arcanjo, constituída por associados e produtores rurais da Colônia Pinhal, sendo um marco do desenvolvimento da colônia em diversos aspectos, tanto educacional como econômico.

Segundo Ricciardi: "A premissa das cooperativas japonesas eram as mesmas do cooperativismo: tendo como identidade de propósitos e interesses; ação conjunta, voluntária e objetiva para a coordenação de contribuição e serviços; obtenção de resultado útil e comum a todos" (RICCIARDI, 1990, p. 101).

A imagem a seguir registra a comemoração em virtude da instalação do depósito da Cooperativa Central Agricola Sul-Brasil de Pilar do Sul na Colônia Pinhal e é importante destacar os dizeres: "Colônia Pinhal – propriedade de JAMIC - Imigração e Colonização - Ltda". Como destacamos anteriormente a JAMIC era uma agência de imigração japonesa e as terras da Colônia Pinhal inicialmente pertenciam a JAMIC e depois passaram a ser de responsabilidade da JICA que transfereiu a administração das terras e benfeitorias aos moradores locais em 1983.



Figura 1 – Comemoração da abertura do deposito da Cooperativa Central Agrícola Sul-Brasil de Pilar do Sul.
Fonte: Arquivo da Associação Esportiva e Cultural da Colônia Pinhal.

Durante o período investigado, até os dias atuais, a JICA atuou como benfeitora na Colônia Pinhal, financiando treinamento de professores, a vinda de professores voluntários do Japão, a instalação da energia elétrica, a compra de mobiliário e material didático para escolas,

a construção dos prédios: da Associação Japonesa da Colônia, da Escola de Língua Japonesa, da Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal (escola primária), atual E.E. Massanori Karazawa.

Apresentar as ações da JICA na Colônia Pinhal, assim como discorrer sobre as instituições/associações fundadas nas duas primeiras décadas da colônia, torna-se fundamental para analisar como a Colônia Pinhal se constituiu ao longo de sua história como um espaço educativo, pois, como destacamos anteriormente, o alargamento da noção de educação, não a restringindo apenas ao espaço escolar, nos possibilita pensar uma educação além do "cotidiano escolar" para uma "educação do cotidiano" (BRANDÃO, 2002, p. 156).

3 A Colônia Pinhal como um espaço educativo

Não nos cabe neste momento aprofundar nas delimitações epistemológicas sobre os conceitos educação formal ou informal ou não formal, porém é importante destacar autores como Zoopei (2015) Gohn (2010), Garcia (2009), Fernandes (2007), que delimitam os conceitos. Para Gohn,

> Quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006, p. 40).

Para delimitar esses conceitos Gohn (2006) apresenta algumas questões simples como "Quem é o educador?"; "Quem se educar?" entre outras, todavia, destacamos a seguinte questão apresentada por Gohn:

> Onde se educa? Qual é o espaço físico territorial onde transcorrem os atos e os processos educativos? Na educação formal estes espaços são os do território das escolas, são instituições regulamentadas por lei, certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais. Na educação não -formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Já a educação informal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu etc. (GOHN, 2006, p. 40).

Considerando as delimitações apresentadas por Gohn (2006), e as evidencias trazidas nas fontes primárias podemos afirmar que a Colônia Pinhal se constitui em um espaço educativo, em uma rede de educação formal, não formal e informal.

Identificamos as ações de educação formal na fundação e no funcionamento das escolas da Colônia Pinhal. Em 1964 iniciou o funcionamento de duas escolas: A Escola Japonesa atual Escola Modelo de Língua Japonesa e a "Escola Brasileira" - Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal (escola primária) sob a responsabilidade da professora Yume Yamazoe, atual E.E. Massanori Karazawa. A necessidade de abertura de duas escolas pelos imigrantes japoneses recém-chegados, é uma característica que faz com que a Colônia Pinhal se diferencie de outras colônias japonesas já estudas pela historiografia.

A escola foi reivindicada pela Associação Esportiva Cultural da Colônia Pinhal, que também cedeu o espaço, mobiliário e materiais para o início do funcionamento da escola, conforme encontramos registros no livro de inventário da instituição e no livro de visita: "Prédio, sala e material escolar, ótimos, pertencentes a colônia"[6]. Era uma escola municipal, sob supervisão do Estado. Interessante destacar tanto nesta visita como nas demais registradas, a preocupação com o ensino da "Língua Pátria", pois a escola está localizada em um "Núcleo Japonês"

As orientações didáticas, em sua maioria tem como objetivo do ensino da Língua Portuguesa, mas o ensino Cívico, e conhecimentos gerais do Brasil e o desenvolvimento do plano rural também aparecem nas orientações.

Segundo Sr. Yamashita, um dos autores da Revista em Comemoração do 50º da Colônia Pinhal: "através do ensino da língua japonesa, dar aos alunos a formação integral e internacional que capacite o aluno brasileiro a viver plenamente com o vigor o século XXI, no contexto da sociedade e da humanidade".[7]

Nos primeiros anos as atividades da escola eram informais e aconteciam apenas aos sábados, depois passou a ser diária durante a década de 1970, no contraturno da escola primária, e tinham como objetivo ensinar a língua japonesa escrita, pois os recém-chegados dominavam a oralidade da língua japonesa e manter os costumes e tradições japoneses. Os professores eram voluntários da comunidade e no final dos anos 1970 começaram a ser enviados pela JICA professores voluntários do Japão

Além do aspecto comercial baseado na venda de produtos agrícolas, escoamento da produção, a Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo atuava fortemente para o desenvolvimento das técnicas que resultavam no aprimoramento dos processos de produção. O auxílio técnico acontecia por meio orientações de agrônomos e ações educacionais promovidas pela cooperativa.

---

[6] Termo de Visita da Escola Mista Municipal da Colônia Pinhal, 1965, p. 2.
[7] *Revista em comemoração do 50º da Colônia Pinhal*, 2012, p. 63.

No regimento da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo prevê um fundo educacional:

> Art.41 – O Balanço Geral, incluindo o confronto da receita e despesa, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano, devendo ser deduzidos, da sobra: -10% para o Fundo de Reserva; juro fixo de 10% sobre o capital, creditando para integralização ou aumento da própria conta de capital; 20% para Fundo de Desenvolvimento e 10% para o Fundo Educacional....[8]

Nos Livros de Matrículas e Atas da Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo não encontramos detalhamento do uso do Fundo Educacional, apenas o valor destinado ao fundo anualmente, porém podemos apresentar algumas evidências no uso dos fundos a partir dos relatos dos moradores e fotografias.

Segundo Sr. Yamashita, presidente da cooperativa na época, a cooperativa, juntamente com a associação promoviam visitas técnicas a sede de outras cooperativas ou lugares que desenvolviam o cultivo de um determinado produto.



Figura 2 – Viagem técnica (Santa Catarina, 1976).
Fonte: Arquivo da Escola Modelo de Língua Japonesa.

Também eram promovidos cursos na própria Colônia Pinhal pela cooperativa ou em parceria com a JAMIC e JICA.

[8] Ata Assembleia Geral da Cooperativa Sul Brasil da Cooperativa de São Miguel Arcanjo de 28 de fevereiro de 1969.



Figura 3 – Jovens que participaram do curso da JAMIC durante a década de 1970.
Fonte: Arquivo pessoal Midori Nishida.

A Associação Esportiva e Cultural da Colônia também promovia ações como prática de esportes para diferentes idades, atividades do grupo de senhoras e grupo de poesia. O grupo de senhoras, inicialmente tinha como principal atividade preparar alimentos diversos para as festas na colônia, porém ao longo dos anos 1970 começaram a desenvolver intercambio esportivo com associações vizinhas, aulas de culinária, desenvolvimento das festas e excursões de confraternização.



Figura 4 – Reunião Funjikai (grupo de senhoras).
Fonte: Arquivo pessoal Mayumi Ota.

A biblioteca da Colônia Pinhal é um outro elemento de educação não formal, pois é um espaço da cultura japonesa, principalmente da língua Japonesa. Na porta da biblioteca da Colônia Pinhal, há uma placa dizendo: “O povo que esquece a sua língua materna um dia perderá seu dinamismo”.

Segundo o senhor Amano, morador local e fundador da biblioteca, a escola e a biblioteca são essenciais para manter a cultura:

> Quero que progrida com a colônia, então se tem esse tudo, a colônia acho que consegue manter, então pra manter sempre pensa muito nisso...quer deixar essa cultura japonesa assim, se morrer essa cultura ele acha que Brasil não é nada, que Brasil só pensa em lucrar, lucrar aí a pessoa fica muito pobre na parte espiritual tudo, isso não quer que fique.[9]

A biblioteca foi financiada pelo senhor Amano e recebeu doações de livros de moradores da província de Fukui no Japão, e é considerada pelos moradores como o maior acervo da América Latina em exemplares em japonês.

As festas tinham papel fundamental para manter as tradições japonesas, além de serem momentos de confraternização. Um exemplo de festa é o Undokai, uma gincana japonesa com atividades artísticas, esportivas e de recreação para diversas idades.

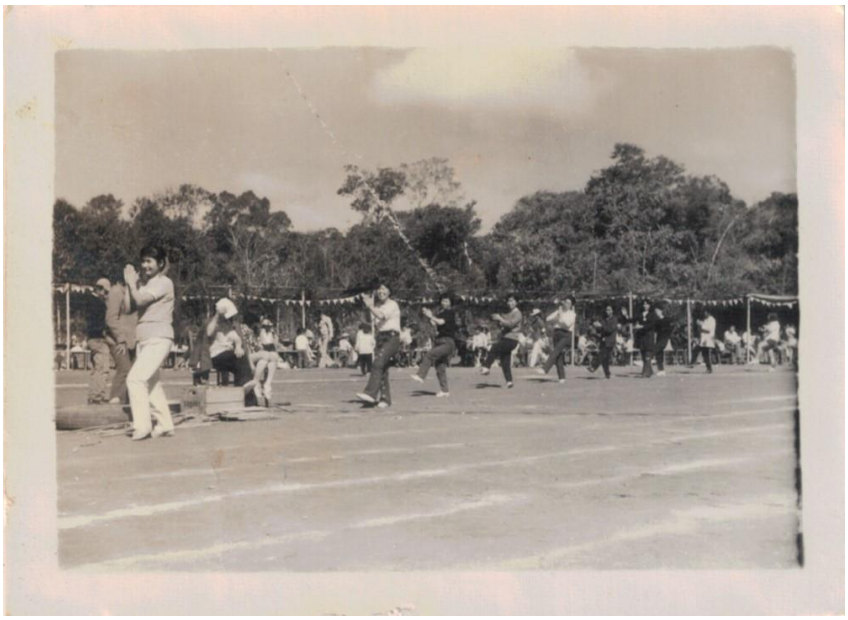


Figura 5 – Undokai (1972).
Fonte: Arquivo pessoal Midore Nishida.

Além de identificar as ações de educação formal e educação não formal, é importante destacar a Colônia Pinhal como um espaço social de lutas, conflitos e interações estabelecidos no seio de cada família imigrante, em cada aprendizagem em um país novo, nas relações estabelecidas como os brasileiros, nas relações de trabalho e com a própria terra e natureza também diferente do país de origem.

[9] TETSUHITA, Amano. Entrevista II. (jan. 2020). Entrevistador: Adriana A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020. Arquivo.mp3

4 Considerações finais

A análise evidenciou que a Colônia Pinhal se constitui como espaço educativo na sua rede ações.

Uma rede composta por educação formal nas escolas fundadas na colônia, por educação não formal com: cursos, visitas técnicas, biblioteca e por uma educação informal que destacamos: festas, excursões e principalmente no cotidiano, na experiência individual/coletiva de cada um ou grupo.

Rede está tecida nas relações sociais em um espaço de lutas e conflitos chamado Colônia Pinhal que ao mesmo tempo tenta manter sua identidade étnica e se integrar nesse novo espaço recém-nascido, em um país diferente com modos de viver e pensar diferentes do seu lugar de origem.

É necessário salientar que essas formas de educação estão em coexistência no cotidiano daqueles que vivem na Colônia Pinhal, tornando-a um espaço vivido e dinâmico nas mais variadas interfaces das relações entre os sujeitos, contribuindo para com a experiência individual/coletiva de cada um ou grupo.

Referências

BITTAR, M. Educação. In: MILL, D. (Org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2018, p. 195-198.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social:** estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

FERNANDES, S. R. **A educação não-formal como acontecimentos.** Tese (Doutorado em Educação), Unicamp, 2009. Disponível em: http://libdigi.unicamp.br/document/?code =000469595. Acesso em: mai. 2021.

FUJIZAWA, Yumiko. **Entrevista III**. (jan. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020.

GARCIA, A. V. O papel da questão social e da educação não formal nas discussões e ações educacionais. In: Revista de Ciências da Educação, v. 18, p. 65, 2013.

GOHN, M. G. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: Proceedings online do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn.

HANDA, T. **O imigrante japonês:** História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASHIMOTO, F.; OKAMOTO, S. M.; TANNO, L. J. **Cem anos da imigração japonesa:** história, memória e arte**.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

JICA. **50 anos de cooperação Brasil-Japão.** Agência de Cooperação Internacional do Japão. 2009.

JICA. **JICA no Brasil:** atuando como parceiro global. Agência de Cooperação Internacional do Japão. 2011.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social**. História, Comunicação e Educação. São Paulo: Cortes, 2004, p. 19-36.

MIYAO, S. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO (org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1980.

NISHIDA, Midori. **Entrevista IV**. (jan. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

RICCIARDI, Luiz. **Cooperativismo:** uma solução para os problemas atuais. Vitória: Lineart, 1990.

SAITO, Hiroshi; MAYEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos Japoneses no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p. 189-200.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAKURAI, Célia; A Imigração dos Japoneses para o Brasil no Pós-Guerra (1950-1980). In: HASHIMOTO, Francisco; OKAMOTO, Monica Setuyo; TANNO, Janete Leiko. **Cem anos da imigração japonesa:** história, memória e arte. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 189-223.

SEVERO, J. L. R. L. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar. **Educação em Revista**, 34 (e176656), 2018.

TETSUHITA, Amano. **Entrevista II**. (jan. 2020). Entrevistador: A. Alves. São Miguel Arcanjo. 2020.

ZOPPEI, E. **A educação não escolar no Brasil.** Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OS GRUPOS ESCOLARES EM REGIÃO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ: ENSINO PRIMÁRIO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

José Edimar de Souza[1]

1 Introdução

A história das instituições escolares se apresenta como um campo em projeção de múltiplas possibilidades de pesquisas considerando suas dimensões organizativas. Embora muitos trabalhos consagrem o campo investigativo com significativos estudos, nas últimas décadas cresce uma tendência em reunir e agregar estudos que evidenciem o mapeamento de oferta dos diferentes tipos de estruturas de atendimentos aos estudantes ao longo do tempo, tanto em espaços urbanos como rurais. Magalhães (2018, p. 42), argumenta que a instituição escolar é o espaço legítimo da prática, um lugar de socialização e de ideação. Além disso, para compor a histórica de uma instituição educativa e integrá-la na realidade se reescreve os itinerários da vida institucional, conferindo-lhe um sentido histórico.

Considerando que sobre os estudos da escola pública primária no Brasil, verifica-se um renovado interesse dos historiadores da educação brasileira, no entanto, ainda carece de investigações que possam contemplar o âmbito das práticas, da organização do espaço e tempo escolar. Souza-Chaloba (2019) acrescenta que grande parte dessa produção é constituída por dissertações de mestrado e tem contribuído de modo muito especial para a preservação da memória da escola como para a reconstituição da história local. Não obstante, é perceptível nessa produção tanto o sincretismo teórico quanto as dificuldades de articulação do referencial enunciado.

A pesquisa conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.[2] O objetivo deste trabalho consiste em socializar os resultados do levantamento de dados iniciais da presença dos grupos escolares primários estaduais na região do Vale dos Sinos.[3]

A perspectiva teórica é a da história cultural, por considerar na análise dos processos de escolarização dos grupos escolares aspectos da cultura, os sentidos e significados evidenciados em documentos. A história cultural é nossa perspectiva teórico-metodológica de trabalho,

---

[1] Graduado em História, Geografia e Pedagogia. Mestre e Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da UCS. E-mail: jesouza1@ucs.br.

[2] Projeto - Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha: práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX. Processo número 19.2551.00013035 – FAPERGS.

[3] Região próxima a Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Recebeu esse nome em função do Rio dos Sinos, principal recurso hídrico que corta os municípios que compreendem esse vale, por exemplo, Estância Velha, São Leopoldo, Parobé, Sapiranga, Novo Hamburgo, Campo Bom, entre outros.

considerando que ao investigar os processos e práticas de escolarização por este viés amplia-se a leitura dos signos, dos sentidos, das tradições e convenções estabelecidas pelos grupos sociais na tessitura de suas identidades de pertencimento.

O estudo vale-se de acervos públicos e privados, acessando em arquivos: ofícios, cartas, mensagens, livros atas, legislações, fotografias, entre outros. A institucionalização do ensino primário por meio do ensino graduado implica compreender os impactos da implantação deste tipo de instituição como processo de contribuição para formação de saberes, práticas que contextualizados possibilitam inferir sobre as permanências e (des)continuidades da escola moderna na contemporaneidade.

Trata-se de um estudo com análise documental. Portanto, o entendimento é de que o que torna um documento relevante é a análise que se faz dele, não o documento em si. São as perguntas que o pesquisador elabora e as lentes que utiliza para analisar teórico e epistemologicamente que possibilitam recompor cenários vividos, distinguir, selecionar e interpretar o que se escolhe analisar.

No Rio Grande do Sul (RS), foco da nossa pesquisa, alguns resultados deste esforço se traduzem em obras como: a coleção organizada por Tambara e Corsetti (2008), sobre instituições formadoras de professores; o trabalho sobre instituições escolares primárias no século XIX e XX de Grazziotin e Almeida (2016), entre outros tantos estudos regionalizados que poderiam ser aqui elencados, como exemplo o de Araújo, Souza e Pinto (2012). Portanto, o contexto em que se insere nosso estudo consiste em uma pesquisa mais ampla que pretende analisar os modos de organização do ensino primário no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é mapear grupos escolares da região do Vale dos Sinos, situadas em três municípios: Sapiranga, Campo Bom e Novo Hamburgo, a partir de três instituições.

2 O contexto de escolarização em região de imigração alemã

A escolarização em uma região de imigração é aqui compreendida através dos processos e práticas apreendidas a partir de uma história cultural que procura investigar com suporte em documentos distintos, o modo como os sujeitos envolvidos nesse fenômeno se organizaram, desenvolveram e mobilizaram forças para empreender escolas (SOUZA, 2018).

Os primeiros imigrantes que começaram a chegar em 1824 na Colônia de São Leopoldo foram instalados lugar denominado Real Feitoria do Linho Cânhamo e posteriormente passaram a ocupar a vasta área que compreendia a antiga Colônia. Thum (2009) argumenta que os imigrantes já tinham o hábito de aprender as primeiras letras e o processo de contar. Isto fez

com que as próprias comunidades criassem suas escolas. Esse hábito vem dos processos da Reforma e da Contrarreforma, marcados pelo fato de que Martinho Lutero muito se empenhou para a popularização da leitura da Bíblia.

As comunidades de imigrantes alemães, tanto evangélicas quanto católicas, estabeleceram escolas comunitárias em língua alemã, desde meados do século XIX até o começo do século XX. Além disso, os imigrantes já tinham o hábito de aprender as primeiras letras e o processo de contar e como o governo não implantou escolas nas regiões de imigração, as próprias comunidades criaram suas escolas. Esse hábito vem dos processos da Reforma e da Contrarreforma, marcados pelo fato de que Martinho Lutero muito se empenhou para a popularização da leitura da Bíblia.

Com a proibição da construção de templos religiosos, os evangélicos construíram Escola-Igreja, isso acontece no contexto dos três municípios investigados neste trabalho. Nesse sentido, a Escola-Capela surge também a partir de um espírito de "comunitarismo" que fortalece a prática das escolas comunitárias, bem como uma das primeiras experiências comunitárias de escola dos imigrantes europeus em que se cantava, rezava-se e se lia palavras da Bíblia.

Um aspecto importante a se considerar é que, dentre os colonos que se radicaram na Colônia de São Leopoldo, ou seja, na região atual do Vale dos Sinos, havia imigrantes com formação superior como é o caso do pastor Klingelhöeffer (SOUZA, 2018b).

No final do século XIX, a educação era vista com um instrumento redentor, a valorização da ciência e de uma cultura letrada dominavam os pilares da República, controlada por grandes proprietárias de terra e que por sua vez tinha acesso à educação. Assim, a educação era instrumento fundamental para a execução deste projeto civilizador da nação, que se dava construindo uma identidade nacional. Assim, era preciso uma educação popular que transformasse todo o país em sociedade moderna.

No início do período republicano no Brasil, o país passava por uma profunda transformação política, uma vez que o governo da recém-criada República pretendia superar a Monarquia. Além disso, nascia uma grande massa de trabalhadores urbanos e rurais que por sua vez, e nem sempre, possuíam acesso às mínimas condições de acesso a educação. E como a Constituição de 1891 excluía da participação política os analfabetos e o acesso a educação, nesse contexto, surge como possibilidade para corrigir essa lacuna os grupos escolares que pretendia, dentre muitas funções garantir a manutenção do projeto republicano.

Criado no Estado de São Paulo, mais especificamente no início da década de 1890, os Grupos Escolares representaram uma organização administrativa e pedagógica, que tinha como princípios a racionalidade cientifica e a divisão do trabalho, resultando em um ensino

homogêneo, padronizado e uniforme. Assim, não demorou muito para este modelo de ensino primário ser adotado em todo o país (SOUZA, 1998).

A base para este novo modelo era as escolas americana, inglesa e francesa. É fundamental destacar a figura do intelectual brasileiro Rui Barbosa que junto com outros intelectuais da elite brasileira consideravam necessário e ideal este modelo de educação para a população afim de que está fora o propulsor do progresso da nação e um difusor dos ideais republicanos (SOUZA, 1998).

Para Souza (1998), a implantação do projeto republicano de educação popular, nas primeiras décadas no Brasil, projeta a idealização de um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. Para esta autora, foi à instituição, o surgimento dos grupos escolares no Estado de São Paulo, na década de 1890, que marcou inovações e modificações no Ensino Primário. Esta forma de organizar e modernizar o ensino, no Rio Grande do Sul, foi morosamente implantado até 1950, inicialmente com os colégios elementares, a partir de 1909 e, posteriormente, com a criação dos grupos escolares.

Cabe considerar que este modelo dos Grupos escolares influenciou concomitantemente na concepção arquitetônica da escola, bem como na composição material da escola, adotando outro tipo de mobília escolar e vasto material didático. Apesar de extintos na década de 1970 o formato dos grupos escolares foi de extrema importância na educação primária no Brasil, permanecendo vivo na memória daqueles que fizeram parte desta história, como alunos, professores e gestores.

3 Notas sobre os Grupos Escolares em Sapiranga, Campo Bom e Novo Hamburgo

Sapiranga é um município do Vale dos Sinos, situado no estado do Rio Grande do Sul e localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Em 2015, a população representava aproximadamente 74.985 habitantes distribuídos em uma área de 138,315 quilômetros quadrados (SAPIRANGA, 2015).

Em Sapiranga, Campo Bom e Novo Hamburgo a história da educação no município está associada a presença dos imigrantes alemães na região, a partir de 1826. Nesse sentido, em Sapiranga a escola da comunidade era dirigida pelo pastor João Jorge Klein, que ministrava as aulas em sua residência. Essa escola originou a mais antiga instituição e que ainda se encontra em funcionamento, o atual Instituto Sinodal Duque de Caxias, fundado no ano de 1850.

Na década de 1930, do século XX, a presença da escola pública começa a se efetivar na localidade em 10/02/1934 quando foi criado o Grupo Escolar Sapiranga, denominado hoje Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio (SAPIRANGA, 2015). Além disso, a história de Sapiranga está imbricada na história de São Leopoldo, considerando que só em 28 de fevereiro

de 1955 é que a emancipação acontece e possibilita os primeiros tempos de organização de uma estrutura administrativa independente.

A primeira metade do século XX ficou conhecida no Brasil como período de continuidade da expansão da educação pública, manifestação da propaganda republicana. Para Bastos (2005), na década de 1930, a escola assumiu um caráter estratégico na obra da reconstrução nacional. Como política social, a escola seria a instituição legítima para imprimir na sociedade "certa unidade de pensamento". O nacionalismo estava presente nas discussões, debates e realizações do governo Estadual desde o início do século XX, visível, por exemplo, nas subvenções escolares que contribuem para este projeto de governo. No Rio Grande do Sul, entre 1930 a 1945, ocorreu crescimento do número de escolas públicas, ora pelo aspecto da subvenção, em função do processo de nacionalização do ensino, como já foi referido anteriormente, ora pela criação de novas instituições de ensino. Além disso, outras ações que envolveram a instância educativa contribuíram para qualificar o ensino público gaúcho.

Para Souza (2016), o Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio, ou apenas "Genuíno Sampaio", tem sua história a partir da década de 1930, com a implantação do Grupo Escolar inaugurado em 1934 e que posteriormente chamou-se Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio. Até 1975, a instituição funcionou no prédio situado na Rua Carlos Biehl, número 108, e mesmo que fosse uma residência particular, demonstra que era um destacado prédio na municipalidade, como se observa na fotografia da figura 1, uma fachada ampla e com identificação da instituição:



Figura 1 – Grupo Escolar de Sapiranga, 1934.
Fonte: Acervo do Instituto Estadual de Educação Sapiranga.

O Grupo Escolar[4] foi criado em 10 de fevereiro de 1934, através do decreto nº 5526, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, João Carlos Machado, no exercício da função de Interventor Federal. No final da década de 1930, o governador José Antônio Flores da Cunha denomina os grupos escolares para perpetuar nomes de personalidades ligadas ao desenvolvimento histórico ou educacional do Rio Grande do Sul. Através do decreto nº. 6702 de 27 de agosto de 1937 passou a ser denominado Grupo Escolar Coronel Genuíno Sampaio, justificado por ser "[...] bravo official do Exército, prestou relevantes serviços à Pátria pela qual sucumbiu em combate (D.O., 27 de agosto de 1937)" (INSTITUTO, 2011).

Para Bencostta (2005), a estrutura dos grupos escolares influenciou na estrutura da dimensão do espaço de outras formas de escolas. Com implantação de prédios escolares, construídos em um só pavimento. As salas de classe terão preferentemente a forma retangular, boa iluminação e ventilação sem prejudicar a saúde das crianças. Nesse sentido, alguns aspectos podem se evidenciados nas fotografias localizadas no arquivo da própria instituição e principalmente no arquivo público municipal.

Em Campo Bom, município da região metropolitana, distante cerca de 50 quilômetros de Porto Alegre (capital do Estado). A cidade se destaca pelas ciclovias, suas festas populares e pelo pioneirismo na exportação de calçado, sendo a principal fonte econômica da região. Emancipou-se em 31 de janeiro de 1959, do munícipio de São Leopoldo. E em 1960, realizou-se a 1ª. Feira de Amostras de Produtos Industrializados do Vale dos Sinos, que originou a FENAC (Feira Nacional do Calçado). Em uma tentativa de reativar os primórdios desta 1ª. Feira, em 2006 surge a Festa do Sapato que se encontra na sua 7ª. edição (2018).

Sobre a presença da escola pública no município, há documentos que evidenciam a presença de aulas desde 1853, como o documento, do professor "Frederico Michaelsen", *Brummer*, que exerceu o magistério público em Campo Bom, no período de oito meses no final de 1853. Os proventos, na época, ocorriam sob a responsabilidade do governo federal. Contudo, as primeiras cadeiras públicas de ensino da instrução primária, do sexo masculino, em Campo Bom e Sapiranga, foram criadas pela Lei provincial número 771, de 04 de maio de 1871, e Ato de 30 de novembro de 1871, sendo, respectivamente, as cadeiras de número 144 e 145. A criação de cadeiras não garantia a concretização da mesma; por isso, conseguir professor, com curso normal que ocupasse essas classes era um grande desafio.

[4] Sobre a história da escola é importante destacar que em 1955, com a emancipação do município, o Curso Ginasial agrega-se a instituição. Em 1958, o curso ginasial passou a ser oferecido no período noturno e passou a funcionar a Escola Técnica de Comércio. Em 1962, a escola oferecia o Curso Ginasial, Científico e Colegial ou o Clássico. Além da oferta do Curso Normal Regional nas modalidades de 1º. Ciclo, e 2º. Ciclo. Em 1969, o Grupo Escolar é transformado em Escola primária de aplicação da Escola Normal, para as alunas normalistas e que atuariam em escolas da região funcionando até 1972.

A vila de São Leopoldo foi elevada à categoria de município na década de 1840 e Campo Bom e Sapiranga, nesta época, se caracterizavam em localidades rurais, considerando a sede do município que eram distrito. Os imigrantes alemães instituíram as escolas comunitárias em diferentes localidades e, além do ensino doméstico, realizado pelos familiares, utilizando a "ardósia" – pedra pra riscar as primeiras letras – foi com a implantação das primeiras cadeiras de ensino primário que uma rede de ensino público começou a ser construída em nossa região (SOUZA, 2019).

Como já referido anteriormente, Campo Bom é pioneira no que se refere a escolarização dos imigrantes, pois desde 1826 possuía a escola étnica ou escola da comunidade Trindade, instituição atualmente identificada como Colégio Sinodal Tiradentes.

A história do grupo escolar implantado em 1933 se relaciona a presença da 15ª. Aula Pública implantada em 1927, com a chegada à localidade de Campo Bom, da professora Ida Guilhermina Knieling de Souza. O grupo escolar que teve diferentes denominações foi criado em 22 de agosto de 1933, tendo como patrono o engenheiro Ildefonso Soares Pinto.

O senso de ação comunitária e a mobilização dos moradores para ter escola também se estendeu à implantação de instituições públicas, talvez uma contribuição cultural dos grupos sociais destas comunidades nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, um grupo de moradores constituiu uma Comissão Procriação do Grupo Escolar.[5] O êxito da campanha resultou na criação do Grupo Escolar de Campo Bom, pelo Decreto Estadual, n. 5412, de 22 de agosto de 1933, como se identifica na fotografia abaixo:

[5] Dentre os integrantes estavam representantes da indústria e comércio. Cito: Emílio Haubrich, João Fritsch, Gustavo Vetter, Ernesto Kunz, Alfredo Spitzer, João Pedro Dias, Walter Thoen e as mães de alunos: Florência Pereira, Dalila Blos, Ida von Reisswitz Zerwes, Lídia Uhlmann Schneider, Lili Vetter Kunz e a professora Ida Guilhermina. Essa comissão fora assessora pela assessora da Secretaria de Educação, professora Camila Furtado Alves.



Fotografia 2 – Grupo Escolar de Campo Bom (1934).
Fonte: São Leopoldo (1934, p. XXIV).

A fotografia do grupo escolar registra professoras e alunos na ocasião da visita do prefeito municipal de São Leopoldo. Percebe-se a presença da professora Ida Guilhermina, sua irmã Luiza e seu esposo João Francisco de Souza. É importante destacar que o prédio fora construído pelo industriário Gustavo Vetter e ainda preserva a fachada original, mesmo em estado de deterioração. Há no "balcão", no alto, local por onde se hasteava a Bandeira. Atualmente o prédio está desocupado e em péssimo estado de conservação.

Ao analisar os relatórios da Instrução Pública de São Leopoldo, identifica-se a preocupação que administração municipal destinava a educação no interior do município. O Distrito de Campo Bom refletia a concepção de uma época, em que a educação contribuiria para formação de "bons homens para pátria". O prefeito municipal Theodomiro Porto da Fonseca argumenta:

> A instrucção primaria constitui sempre para a minha administração uma das mais evidentes preocupações. Tenho empregado os maiores esforços no sentido de disseminá-la, tanto quanto possível, dentro do município. A população colonial que compreende perfeitamente a necessidade que tem de bem conhecer a língua-patria, recebe com o maior dos benefícios a creação de novos grupos escolares nos districtos, que vêm sempre satisfazer velhas aspirações e cobrir necessidade que têm tanto de uteis como de patrióticas (SÃO LEOPOLDO, 1934, p. XX).

O contexto do Estado Novo de Vargas, no final da década de 1930 e na primeira metade da década de 1940 contribuiu para o desenvolvimento do uso da língua vernácula como também procurou disseminar um sentimento nacionalista.

Novo Hamburgo, está situado a 40 km da capital do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião da Grande Porto Alegre. Até 1927, era um dos mais destacados distritos de São Leopoldo, principalmente na produção coureiro calçadista. Em 1940, a área territorial de Lomba Grande, atualmente um bairro rural, foi incorporada pelo município de Novo Hamburgo, já emancipado desde 1927, passando a condição de 3º Distrito.

Do conjunto dos distritos da antiga Colônia, Novo Hamburgo foi pioneira no processo emancipacionista. Isto se deve ao fato, de que desde o final do século XIX existia um próspero crescimento artesanal e industrial. Este episódio se caracteriza como um dos mais importantes para a história das Câmaras municipais do Rio Grande do Sul, considerando o enfrentamento feito pelo poder legislativo de São Leopoldo, ao "poderoso Borges de Medeiros", que havia se posicionado favorável a petição realizada pela frente emancipacionista de Novo Hamburgo, liderada por Pedro Adams Filho (GERTZ, 2006).

O pouco investimento do Estado em educação e de modo geral, uma educação no espaço rural, possibilitou a construção de uma identidade específica de valor étnico, cultural e agrícola nas diferentes comunidades rurais. As políticas educacionais atinham-se nos estudos iniciais, bastando, portanto, ensinar a decifrar códigos de leitura e escrita.

Neste contexto, a história do "Madre Benícia", como popularmente é identificado pelos moradores de Lomba Grande associa-se à intensa participação e mobilização dos moradores do lugar, que desde a década de 1930 aspirava pela implantação de um grupo escolar.

A implantação dos grupos escolares produziu, com o passar do tempo, o desaparecimento da rede de escolas paroquiais, pois eles permitiram ensinar doutrina católica nas escolas públicas, viabilizada pela aproximação entre o Estado republicano e a Igreja católica (DALLABRIDA, 2005). Tudo indica que o esforço do Estado em instalar os grupos escolares no espaço rural era relacionado ao movimento de nacionalização. A nacionalização colocada em marcha pelo Estado Novo expandiu e tonificou a rede escolar pública e inviabilizou o projeto das escolas paroquiais, mesmo que em muitos casos os prédios ocupados pelo estado fossem os cedidos pela Igreja, católica ou evangélica.

Em Lomba Grande, o grupo escolar funcionava no salão da Igreja Católica São José, subvencionado pelo Estado e posteriormente pelo município. E sua origem está associada ao surgimento das Aulas Reunidas Número 5, em 1939. O salão era internamente dividido com lonas e cada parte do salão agrupava classes do ensino primário. Para as escolas localizadas em espaços urbanos, o agrupamento das escolas primárias em um único prédio escolar beneficiou a administração pública, que entendeu esta prática como um benefício financeiro aos seus cofres, o fato de não ter que arcar com os aluguéis das diversas Aulas.

A instrução pública, localidade, estava em destaque em 1940, especialmente com a criação do Grupo Escolar:

> Na 'Revista do Ensino, 14 órgão de divulgação sob o patrocínio da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, publicou em o n. 11, vol. 3, a bela síntese [...]'. A educação ostentava o status de progresso, bem como elevaria o nível cultural da população por meio da escola e de seu processo de ampliação, eliminando o 'mal da ignorância'. Em Lomba Grande havia '[...] 12 aulas federais, estaduais e municipais, com a matrícula total de 422, para uma população de 4.000 alunos' [...], o que representa o atendimento de apenas 10% da população em idade escolarizada. Nesse sentido, a iniciativa do governo municipal consistia na [...] ação eficiente [...] combinada dos poderes públicos e dos particulares, da sincronia de esforços orientados pelos supremos interesses coletivos, é justo asperar a consolidação e a afirmação das nossas carateristicas distintivas de povo livre e realizador, das nossas prerrogativas e ideais de cultura [...] (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2015, p. 396).

Em 1940, as Aulas Reunidas originaram o Grupo Escolar de Lomba Grande, que, em 1942, passou a chamar-se Madre Benícia, em função de sua patrona. A ação conjunta do Estado e do município, em Novo Hamburgo, resultou em ações que se converteram no aprimoramento de algumas instituições escolares, como se observa nesse relato do jornal *O 5 de Abril* (1940b, p. 2):

> [...] verificou o snr. Prefeito Odon Cavalcanti, ser de urgente necessidade de alojar mais confortável e higienicamente as aulas da sede distrital, que funcionavam em prédios inadequados. [...]. Por esse contrato ficou à disposição da Prefeitura de Novo Hamburgo um grande prédio de material, abandonado há mais de dez anos. A prefeitura por sua vês faria uma remodelação integral nesse mesmo prédio, destinando-o às Aulas Reunidas, da sede do distrito. Essa total remodelação foi feita sob a orientação da Delegacia da Secretaria da Educação com sede em São Leopoldo. [...] Dona Nair Becker, Orientadora, desempenhando atualmente a Delegacia Regional [...]. O prédio que é murado em torno, fica sobre uma linda coxilha no centro da sede e ao lado da igreja católica. As cercanias estavam repletas do povo lomba-grandense. Após festiva recepção das autoridades, deu-se início à solenidade da inauguração com o hino nacional, cantado por 200 crianças que, uniformisados, estavam formadas em frente do prédio. Seguiu-se o discurso de recepção, proferido pela interessante menina Iraci Bohrer, que se saiu de sua missão com muito brilho, sendo entusiasticamente aplaudida. Seguiram-se os seguintes números do programa: Hino á Bandeira; poesia "As Aulas Reunidas" dita pela aluna Clotilde Enck. Hino á Independencia. Poesia "A Pátria" pelo aluno A. Machado.

A data festiva da inauguração das aulas que abrigariam o grupo escolar demonstra o sentimento nacionalista, característico desse período. Além disso, a Igreja foi uma das principais aliadas da escola primária para divulgar os preceitos de civilidade e inspirar o nacionalismo cívico. Pretendia-se levar o Brasil à modernidade, moldando os sujeitos e educando-os com condutas, boas maneiras, regras e comportamento ordeiro, cosmopolita, para que tivessem a conduta esperada pela "boa sociedade" (CUNHA, 2009).

Embora as escolas étnicas existiram nas comunidades alemãs, desde o final do século XIX as escolas públicas figuraram o contexto de escolarização nestas regiões. Luchese e Kreutz (2021) argumentam que, no primeiro quartel do século XX, tenham existido cerca de 2.500

escolas étnicas no Brasil. Destas, o maior número de estabelecimentos associa-se aos imigrantes alemães, contabilizando, aproximadamente, 1.579 escolas, sendo 1.041 localizadas no Rio Grande do Sul. Contudo, identifica-se, que a implantação dos colégios elementares ou grupos escolares, contribuiu para que, nestas comunidades muitas famílias buscassem esta modalidade de ensino.

A proposta pedagógica, a figura do diretor, a estrutura arquitetônica, bem como a cultura escolar instituída com os grupos escolares apresenta-se como uma propaganda de modernização do ensino até então desenvolvidos nestas regiões. A possibilidade da seriação, a presença de um diretor acompanhando e supervisionando o trabalho docente, também agregam nesta perspectiva a qualidade pedagógica e formativa. Ao analisar os documentos percebe-se que havia uma expectativa ainda sob influência do próprio positivismo de que esta escola poderia contribuir para manutenção do regime republicano.

4 Considerações finais

A escolarização das crianças e dos jovens se consagrou entre o final do século XIX e início do século XX a partir de diferentes finalidades, instituições e projetos culturais que circunscreveram os modos, como a escola primária foi organizada. A disseminação de ideias positivistas; a influência de modelos de modernização; a valorização de um determinado tipo de grupo social e de uma cultura escolar foram práticas que contribuíram para o desenvolvimento dos processos de escolarização da população brasileira.

A primeira metade do século XX ficou conhecida como período de continuidade da expansão da educação pública, manifestação da propaganda republicana. No transcorrer do século XX, a escolarização foi interpretada como instrumento mais adequado para civilizar e garantir o projeto republicano da pátria.

Com a colonização europeia, especialmente a germânica, deu origem na região a uma sociedade *sui generis,* que, mesmo sem evitar o surgimento de desigualdades sociais, não apresentou, historicamente, as enormes assimetrias e polarização que caracterizaram a sociedade brasileira em geral. Nesse sentido, a presença de escola nestes municípios desde o início do século XIX, agregou hábito e produziu uma cultura escolarizada nos diferentes grupos sociais. A importância e as possibilidades de frequentar uma instituição com arquitetura modular, com elementos da cultura escolar seriada também foi um elemento importante desenvolvido neste período.

A implantação do grupo escolar, mesmo que a nomenclatura tenha começado a ser utilizada a partir de 1915, no Rio Grande do Sul, nestes três municípios popularizou-se na década de 1930. O destaque urbano e a influência da industrialização também parecem sugerir

que para alcançar o progresso no desenvolvimento local carecia do empenho, investimento e de políticas para aperfeiçoamento no modo de oferta da escola pública primária nesta região. Contudo, mesmo com as adaptações e situações de improviso que o cotidiano das práticas exigira nestas localidades, como é o caso do Grupo Escolar Madre Benícia, que iniciou em 1939, como Aula Reunida, as representações em torno destas instituições favoreceram a imersão da comunidade no universo das escolarização seriada, de uma cultura escolar que foi adquirindo sentido e significado a partir da contribuição de cada sujeito. Desse modo, em Campo Bom, a implantação do Grupo Escolar acontece em 1933 e em Sapiranga em 1934, e em Novo Hamburgo (Lomba Grande) em 1940. Além disso, em ambas as localidades, na ocasião distritos rurais identifica-se que o fato destes municípios contribuírem significativamente para arrecadação de São Leopoldo, seja pelo desenvolvimento industrial ou pela agricultura parece ter sido outro aspecto relevante para decisão da criação e implantação destas instituições nestas localidades.

Referências

ALMEIDA, Dóris Bitencourt; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos (Org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul:** memórias e cultura escolar: séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016.

ARAUJO, José Carlos S.; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). **Escola primária na Primeira República (1889-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012, p. 100-150.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 95-140.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários íntimos de professoras: letras que duram. In: MIGNOT, A. et al. (Org.). **Refúgios do eu**: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 159-180.

CUNHA, M. T. S. Diários pessoais: territórios abertos para a História. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 251-280.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil**, vol. 2. Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 76-86.

GERTZ, René. Apresentação. A câmara de vereadores de São Leopoldo de 1846 a 1937. In: SILVA, Haike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques. **A história da Câmara na história**. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 56-71.

INSTITUTO ESTADUAL CORONEL GENUÍNO SAMPAIO. História da escola. Blog oficial do I. E. Cel. Genuíno Sampaio. Sapiranga, 5 de jun. 2011. Disponível em: < http://iegenuinosampaio.blogspot.com.br/2011/07/historia-da-escola.html>. Acesso em: 24 jan. 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das Escolas de Improviso às Escolas Planejadas: Um Olhar Sobre os Espaços Escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do

Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 45-75, maio/ago. 2012.

MAGALHÃES, Justino. The educational institution in the modernization of the local. Historical – pedagogical perspective. **Revista di storia dell'educazione**, 1/2018, p. 41-55.

O 5 de Abril. Notícias de Lomba Grande. Novo Hamburgo, ano XIV, n. 10, 1940a, 7 de junho de 1940.

SÃO LEOPOLDO. Relatório de 1934 apresentado ao Exmo. Snr General Interventor Federal Dr. José Antonio Flores da Cunha pelo Prefeito Municipal de São Leopoldo Theodomiro Porto da Fonseca. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund & Co, 1935.

SAPIRANGA. **Lei Municipal n. 5.636, de 25 de junho de 2015**. Institui o Plano Municipal de Educação – PME, para período de 2015-2025, e dá outras providências. Sapiranga, RS, 25 de junho de 2015.

SOUZA-CHALOBA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação,** 19, e063. https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e063.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, José Edimar de. A escolarização em uma região de imigração: processos, práticas e o ensino no meio rural de Lomba Grande/RS nas primeiras décadas do século XX**. Revista de História Regional,** v. 2, p. 221-238, 2018.

SOUZA, José Edimar de. **Educar:** perspectivas e construções. Oikos: São Leopoldo, 2019.

SOUZA, José Edimar de. O "Estadual de Sapiranga /RS" nas memórias de Normalistas (1963-1972). **Revista Latino-Americana de História**. UNISINOS, São Leopoldo, v. 5, n. 2, Dez. 2016, p. 117-198. Disponível: http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view /735/688 >. Acesso em: 20 mar. 2017.

SOUZA, José Edimar de. **O Pastor Klingelhoeffer e a revolução farroupilha.** 2a. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018b.

SOUZA, José Edimar de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Memórias de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS (1931-1942). **Rev. Bras. Educ**. [online]. 2015, vol. 20, n. 61, p.383-407.

TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice (Org.). **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul.** Pelotas: UFPel, 2008.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória:** silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.

IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES DE CONTEXTO NO MUNICÍPIO DE VACARIA

Rosemeri Barreto Argenta[1]
Mariana Lisbôa de Oliveira[2]

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo identificar as contribuições dos diferentes grupos étnicos no processo de escolarização desenvolvido em Vacaria, RS, no decorrer do século XX. O ponto de partida é a contextualização sócio-histórica do povoamento do município de Vacaria, e como esse fenômeno influenciou o desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional.

O artigo é resultado de um estudo do contexto histórico do município de Vacaria e da instituição dos sistemas educacionais localizados na cidade e suas expressões no desenvolvimento local, que comporão parte importante do projeto de pesquisa de doutorado " os Percursos na Profissionalização: os significados do processo formativo de egressos do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária do IFRS – Campus Vacaria/RS (2016-2018), e da proposta de dissertação de mestrado, intitulado "Instituição e práticas escolares do grupo escolar Padre Efrem de Vacaria/RS (1922-1960)", ambas da linha de pesquisa de história e filosofia e sob a luz teórico metodológica da história social e cultural, a primeira pela característica evolucionista da cidade, tendo a imigração e a migração de grupos étnicos como eixo central, e a segunda pela característica híbrida, oportunizadas pela heterogeneização de identidades presentes na constituição da cidade na perspectiva do povoamento.

Supõe-se que, o contexto social, político, econômico e cultural do município de Vacaria é resultante das condições históricas de sua constituição, que tinha na criação extensiva do gado dos jesuítas sua origem e sua fonte econômica na passagem e no pouso das tropas e tropeiros. Assim é necessário, no primeiro momento a contextualização sócio-histórica do povoamento do Município de Vacaria, para então compreender como se deu o processo de escolarização e quais foram as influências dos grupos étnicos nesse movimento.

[1] Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Bacharel em Serviço Social, Mestre em Serviço Social pela PUCRS. Assistente Social no IFRS. Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: rosemeri.argenta@vacaria.ifrs.edu.br.
[2] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Caxias do Sul. Pós-graduada em Organização do Trabalho Pedagógico: Orientação educacional, supervisão e gestão escolar pela UNINTER. Professora de Educação Infantil na rede municipal de Vacaria. Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). E-mail: mloliveira@ucs.br.

2 Contextualização sócio-histórica do povoamento de Vacaria

O contexto social, político, econômico e cultural do município de Vacaria é resultante das condições históricas de sua constituição, que tinha na criação extensiva do gado dos jesuítas sua origem e sua fonte econômica na passagem e no pouso das tropas e tropeiros.

Vacaria é uma das cidades mais antigas do Rio Grande do Sul, em 1761 teve sua Capela Curada e foi elevada à freguesia em 1768, pertencendo ao município de Santo Antônio da Patrulha, passando para Vila em 1850 e para cidade em 1936. Durante dois séculos a pecuária foi o pilar da sua economia, sendo que a agropecuária nunca deixou de fazer parte integrante dela.

> A ocupação das Missões permitiu, nos anos 1816, que se estabelecesse o chamado "Caminho Novo da Vacaria" ou "Estrada das Missões", que ligava os campos de Vacaria, no Nordeste do Rio Grande do Sul, a Santo Ângelo [...]. Mais tarde, diversas povoações surgiram ao longo do Caminho Novo da Vacaria [...], Passo Fundo (1827), Carazinho, Lagoa Vermelha, etc. (MAESTRI, 2010, p. 39).

É certo, contudo, que em meados do século XVI a Vacaria do Mar começou a se esgotar, em decorrência da extração de gados e vaqueiros dos Sete Povos introduziram milhares de animais nos campos de Cima da Serra, formando a Vacaria dos Pinhais. Maestri (2010, p. 74) refere que "as vacarias do Mar e dos Pinhais eram enormes territórios abertos, onde pastavam manadas de gado selvagens. Cada missão dos Sete Povos tinha suas vacarias ou grandes estâncias".

A criação de gado, portanto, expandiu a economia pastoril, o que atraiu muitos tropeiros para o Rio Grande do Sul pelo fato da região apresentar um lugar tranquilo e seguro para os animais e de fácil abrigo para os homens, sendo escolhida pelos tropeiros para a construção de seus ranchos e por sua privilegiada localização geográfica, próxima aos núcleos de povoamento de Santa Catarina e Paraná. Conforme Borges (2001, p. 20), "com isso dá-se a ocupação dos campos de cima da serra e o nascimento da então freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria". A partir do povoamento dos tropeiros na freguesia, deu-se origem a atual cidade de Vacaria.

A importância da região é demonstrada pelo censo de 1780, onde são apontados "os limites dos domínios em quatro províncias: Rio Grande, Viamão, Rio Pardo e Vacaria ou Cima da Serra" (ABREU et al, 2013, p. 21, grifo do autor).

Nesta figura I está representado o caminho das tropas e do gado entre as Missões e o pouso da Vacaria.

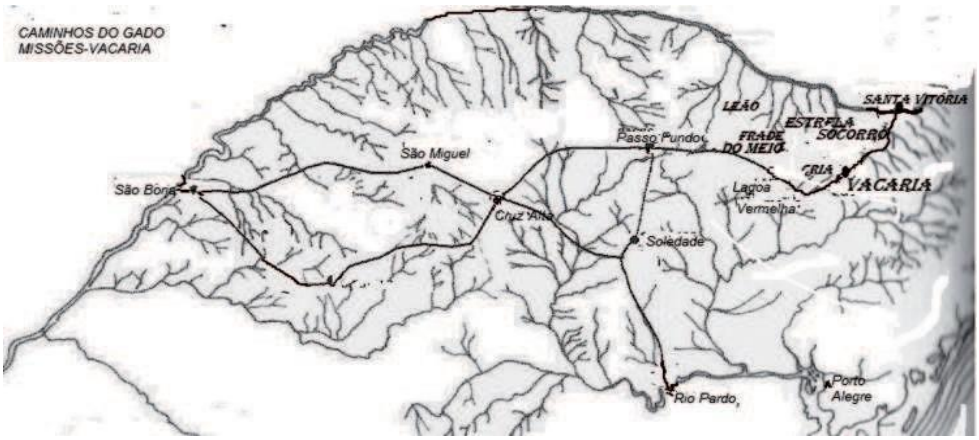


Figura 1 - O caminho das tropas e do gado entre as Missões e o pouso da Vacaria.
Fonte: Extraído do Livro Lembranças de Vacaria de ABREU et al, 2013, p. 21.

O tropeirismo foi fundamental para o povoamento de Vacaria, mas a fundação da cidade deu-se através de um fato religioso, a aparição da imagem de Nossa Senhora da Oliveira, o que originou a Capela em honra a Nossa Senhora da Oliveira.

Conta a história que antigos estancieiros da região serrana, faziam a queima de parte dos campos antes de começar a primavera para renovar a pastagem objetivando o engorde do gado e em 1750 um campônio lançou fogo ao campo localizado entre os arroios Uruguaizinho e Carazinho. O campo estava totalmente favorável à queima, porém parou em torno de uma pedra e continuou em outras direções. Quando o campônio verificou a queima observou que praticamente todo o campo estava queimado, mas havia um único local que ainda estava com mato alto e volta colocar fogo, mas algo estranho desperta a sua atenção, e nas palavras do professor e escritor que contribui imensamente no desenvolvimento de Vacaria, José Fernandes de Oliveira: "Aproxima-se e enxerga a imagem de uma santa sôbre a pedra a que acima se alude. Em meio da queimada, cae de joelhos e, alçando os olhos ao céu, eleva o pensamento a Deus" (OLIVEIRA, 1959, p. 168).

Em seu pedestal trazia o dizer "Nossa Senhora da Oliveira". Os moradores da região recolhem a imagem da Santa e rezam o primeiro terço em louvor a Nossa Senhora da Oliveira, a qual se tornará a Padroeira da cidade. Muitos povoados que moravam longe e vinham fazer orações para a Santa começaram a estabelecer moradia ao redor da mesma, dando assim início ao povoamento de Vacaria.

A imagem da Santa foi encontrada no dia 8 de dezembro de 1750, dia em que ainda hoje é dedicado à Padroeira. Muito embora, este dia tenha uma significação de ordem histórica e espiritual para o povo católico de Vacaria, Maestri (2010, p. 219) refere que "catolicismo romano, patriarcal, natalista e autoritário, apoiava e interpretava essas necessidades religiosa, ideológica e simbolicamente, como uma forma de controle e desenvolvimento.

Corolário, a essas características, o povoamento de Vacaria se constitui como consequência natural da diversidade de povos e culturas dos que ali passaram como índios, negros, espanhóis, portugueses, açorianos, alemães, italianos, entre outros. De acordo com vários autores (ABREU et al., 2013; ARGENTON, 2015; BORGES, 2001), Vacaria é a de povoamento mais antigo do Rio Grande do Sul, datando do século XVII, e como já citado, tem sua origem ligada à história dos caminhos do gado e ao pouso das tropas e tropeiros.

Nos findos do século XIX e início do XX, período contraditório nos países capitalistas europeus, marcado de um lado por um processo de desenvolvimento e modernização industrial, e por outro, de pressões socioeconômicas decorrentes da crise no campo e do desemprego que incorre na geração de uma exclusão social e marginalização de sua população mais empobrecida, muitos europeus emigraram de seus países para o Brasil com a promessa de trabalho e a superação de suas dificuldades socioeconômicas.

Nessas condições, a emigração tanto era estimulada pelos países de origem, como também por representar uma solução de sobrevivência para as famílias imigrantes. Exemplo disso, foram os italianos, "cerca de 18 milhões [...] procuraram trabalho no exterior entre 1870 e 1930" (GONÇALVES, 2008, p. 20). Esses imigrantes atraídos para o Brasil, conformaram um verdadeiro exército rural e industrial de reserva, uma vez que era formado por trabalhadores desempregados e camponeses desprovidos de meios de subsistência.

Para o Brasil, supõe-se que, a imigração representava a manutenção da mão de obra na agricultura em substituição a mão-de-obra escrava, bem como mais um recurso de branqueamento da sua população como aponta Gonçalves (2008, p. 158-159), sobre a

> chamada política de branqueamento apoiada em teorias raciais originárias da Europa e Estados Unidos e desenvolvidas com a chancela da ciência à época [ ] encontrava-se diretamente ligada à idéia de progresso, representado pelo trabalho livre e pela obrigatoriedade da eliminação da escravidão, considerada por muitos a principal responsável pela crise na agricultura e pelo atraso brasileiro.

Na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, destacam-se os imigrantes italianos, que por força do governo imperial, entre os anos 1870 e 1872, decide ocupar áreas da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul "com o objetivo de ocupar vazios do território na sua porção mais meridional e de intensificar a produção de alimentos para abastecer as cidades" (Museu etnográfico da colônia Maciel). A serra gaúcha, por conta de sua localização foi a escolha que melhor atenderia ao império para estabelecer as primeiras colônias.

Entre os períodos de 1774 e 1885 foram estabelecidas as cinco primeiras colônias imperiais: Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), Conde d'Edu (Garibaldi), Colônia Fundos

de Nova Palmira (Caxias do Sul), Silveira Martins (próximo a Santa Maria), Colônia Alfredo Chaves (Veranópolis), São Marcos e Antônio Prado.

Os imigrantes italianos provindos das colônias Caxias do Sul e Antônio Prado migraram para a Região de Cima da Serra, desencadeando uma importante modificação geográfica e cultural. O município de Vacaria, no início do século XX, recebeu esses imigrantes, os quais mudaram o contexto urbano da cidade, fazendo surgir novas colônias e distritos.

Na área urbana da cidade de Vacaria, entre os anos de 1900 a 1930, quando ainda era considerada uma Vila por suas casas de madeira cobertas por tabuinhas, onde a partir da construção da Catedral na década de 1920, enalteceu perspectivas de mudanças em seu aspecto urbano com a construção das primeiras casas de material, embora muitas utilizassem pedras, foram construídas pelos italianos, configurando expressivas mudanças no espaço urbano de Vacaria e serviram como um impulso também para o crescimento econômico, onde em 1970 se inicia a formação dos bairros junto a instalação de uma centena de sesmaria que iniciavam a exploração de madeira, dando início a atividade industrial.

Os aspectos arquitetônicos promovidos pela imigração podem ser conferidos em Maestri (2010, p. 212):

> No Rio Grande do Sul, os imigrantes foram distribuídos em lotes individuais, que lhes garantiam abundância relativa de terras. Perderam, para sempre, a vida no paese. Para diminuir o isolamento relativo, a residência colonial era erguida junto à linha, à beira do caminho, em local ensolarado. Uns 300m separavam as moradias de dois lotes vizinhos. Os colonos-camponeses sentiam-se relativamente isolados em relação à Itália; no que dizia respeito à zona pastoril rio-grandense, viviam em regiões literalmente urbanizadas.

A população de Vacaria em 1922, segundo Abreu et al. (2013 apud COSTA ,1922, p. 471) "era de 22.718 habitantes, destes 19% viviam na zona urbana e 80% na zona rural" e *"enquanto os de origem lusa dominavam a pecuária, os de origem italiana já se destacavam no comércio"* (Apud COSTA ,1922, p. 472, grifo do autor).

Com esses dados, pressupõe-se que os imigrantes italianos contribuíram com a configuração das várias áreas que compõem a cidade, sobretudo nas áreas econômica, social, cultural e, consequentemente, política. Maestri (2010), aponta o sentido político como eixo propulsor para o desenvolvimento das colônias italianas, segundo ele

> "os emigrantes partiam da Itália para se verem livres de seus patrões". Muitas vezes, essa decisão assumia um sentido quase revolucionário, expresso no grito angustiado e dolorido da massa camponesa explorada de "Viva l'America, morte ai padroni!". ("Viva a América, morte aos patrões"). Porém, na América o imigrante não perseguia o sonho de pôr fim ao patrão, mas, sim, de se transformar em patrão (MAESTRI, 2010, p. 219).

Contudo, não foram encontrados registros que denotam grande influência na área da educação, embora se concorde com Molina (2011, p. 19) ao compreender "os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vividas [...] em suas lutas cotidianas para manterem essa identidade como elementos essenciais de seu processo formativo."

É certo, no entanto, que as manifestações culturais dos diferentes povos que constituíram a cidade de Vacaria promoveram e promovem até os atuais uma multiplicidade de práticas sociais, ideológicas, políticas e de crenças que podem transformar-se no decorrer dos tempos e espaços de acordo com as interações sociais.

Com a migração, os imigrantes chegaram ao Brasil trazendo a sua cultura, seu estilo de vida que se misturou aos demais povos, agregando em diferentes hábitos como os alimentares, comportamentais, religiosos, dentre outros, resultando dessa incorporação, uma cultura híbrida.

O hibridismo cultural representa uma mescla de hábitos e costumes com possibilidade de romper as barreiras que separam o que é popular, culto e massivo. Pela multiculturalidade, as estruturas sociais se fundem gerando uma nova configuração cultural que acaba por modificar totalmente os grupos e espaços.

Canclini (2011, p. 288), defende que a hibridação decorre da multiculturalidade que se "configura em processos socioculturais nos quais estruturas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas". Esse argumento, rompe com a ideia unívoca de que existe uma identidade étnica pura, homogênea ou definitiva, ainda que apresentem alguns vestígios de alguma dessas identidades.

Neste sentido, os diversos povos étnicos que constituíram Vacaria, conformam para uma identidade cultural singular, reconhecida como regionalismo que

> abrange as peculiaridades que fazem com que os habitantes de determinada região se identifiquem e que se firmam "na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos" (ARGENTON, 2015, p. 20).

Na cidade de Vacaria o regionalismo, como representação cultural de origem sociocultural, é acentuado em vários aspectos formativos do ser social: expressões artísticas, movimentos cívicos, arranjos produtivos, sociais e políticos. E a hipótese aqui levantada é que esse fenômeno sociocultural tem influenciado o processo formativo promovido pelas instituições de ensino da cidade. Isto, porque, a educação é, também processo sistemático de experiências vividas e transmitidas intergeracionalmente, que pelo intercâmbio de hábitos,

costumes e tradições comporão uma cultura híbrida compreendida pela troca de saberes entre povos e etnias.

Assim, no item que segue, será analisada à luz da história cultural a conformação da educação básica no município e as influências da cultura regional na sua constituição.

3 Marcas étnicas e culturais na constituição da Educação Básica de Vacaria

Em estudo realizado por Maestri (2010), mais de 50% dos imigrantes Italianos que chegaram no Rio Grande do Sul em meados de 1875 e 1910 não sabiam ler. Com exceção dos seminários, não há registros de escolas secundárias no Estado "apenas algumas dezenas de escolas primárias funcionaram precariamente. Praticamente sem subsídios, não prosperaram [...]. Os colonos necessitavam dos braços dos filhos e poucos os enviavam às raras escolas italianas ou nacionais" (MAESTRI, 2010, p. 219).

A primeira geração de italianos do Rio Grande do Sul, cresceram divididos entre os dialetos que falavam, o italiano e o português, e muitos cresceram analfabetos.

Ainda conforme Maestri (2010), em 1846, em todo o Rio Grande do Sul havia 51 escolas públicas primárias, 36 para o ensino de meninos e 15 para meninas. De forma geral, a própria população livre era analfabeta e a educação era um privilégio para os filhos das famílias abastadas.

Em contrapartida, no governo Estadual de Osvaldo Cordeiro de Farias, período entre 1938 a 1943, o Rio Grande do Sul registrou 845 escolas públicas, 2.830 escolas municipais e 1.938 escolas particulares. Sendo que estas últimas, diferentemente das públicas não precisavam trabalhar com programas unificados, tampouco funcionavam sob o controle público.

Nessa conjuntura, as escolas éticas localizadas, especialmente nas regiões coloniais italianas e alemãs foram nacionalizadas ou fechadas, em decorrência da exigência do programa unificado mínimo que previa o ensino português (MAESTRI, 2010).

A região dos Campos de Cima da Serra, onde localiza-se Vacaria, foi afetada por essas conjunturas de interesses políticos e ideológicos. Por muito tempo, a alfabetização era feita nas casas de fazendeiros com professores ambulantes. Esta modalidade era proporcionada apenas à elite Vacariense e para as pessoas comuns, isso era inacessível. O professor contratado ficava morando na fazenda o tempo necessário para ensinar a ler, escrever e as quatro operações matemáticas básicas. Os filhos dos fazendeiros próximos também se associavam, e a casa era transformada em uma pequena escola. Muitas vezes os professores também não eram bem alfabetizados, mas ensinavam o que sabiam. Para cada filho alfabetizado o professor recebia uma rês.

A instrução sistematizada tem seu início em 30 de agosto de 1847 com a inauguração da primeira escola pública sob a direção do maranhense Luís Augusto Branco até 1853. Esta escola era destinada a meninos e funcionava na casa do Cel. José Luís Teixeira.

Em 13 de maio de 1862 foi criada a primeira escola pública para meninas, a qual era regida pela professora Maurícia Cândida Fernandes. A professora veio transferida de Sapucaia onde também comandou uma escola de meninas e permaneceu até 1884, sendo substituída posteriormente pela professora Vitória do Amaral Quintela (nome de solteira), nomeada mediante concurso público.

Durante 1885 a 1887, o professor particular Eduardo Secundino de Oliveira manteve um internato para meninos e o Dr. Joaquim de Melo Rocha foi o primeiro a manter uma escola mista que posteriormente foi regida pelo professor José Fernandes de Oliveira.

Em 1906 a escola mista foi resgatada e regida pela professora Bernardina Rodrigues Padilha.

Já em 1922, o Governo do Estado criou o primeiro Grupo Escolar em Vacaria, instalado onde hoje é Escola de Ensino Médio Padre Efrem e confiou a direção à professora Andreia Cecy Sá Brito. Instalada no dia 9 de maio de 1922, nela foram anexadas as outras três escolas isoladas que tinham seus trabalhos feitos na casa dos professores José Fernandes de Oliveira (escola dos meninos), Vitória Quintela da Silva Ly (escola de meninas), Bernardina Rodrigues Padilha (escola mista). Todos fizeram parte do corpo docente do Grupo Escolar e junto com eles também fez parte o aluno-mestre Reinaldo Tuccheto.

A implantação dos Grupos Escolares trouxe um ensino regular primário, disseminando valores, normas sociais e educacionais junto a propagação de um ideal civilizatório reverenciando as práticas patrióticas, além da preparação para o trabalho, assumindo o papel de uma escola de verdade nas primeiras décadas da República.

A reestruturação pedagógica e administrativa trouxe também a ampliação do currículo, contemplando outras disciplinas e modificou o tempo e espaço da escola. Com isso constituiu uma nova realidade urbana para as cidades e tornou-se um símbolo da escola primária brasileira.

Os Grupos Escolares aparecem como elemento modernizador do sistema escolar que vinha com a intenção de substituir as então escolas isoladas, consideradas antiquadas para o novo modelo de escola que os republicanos almejavam.

As investigações sobre os grupos escolares fazem parte das pesquisas em história da educação no Brasil sobre a cultura escolar, auxiliando na compreensão não somente das práticas de escolarização, mas também para o conhecimento de tempos, espaços, materiais pedagógicos, práticas simbólicas como festas escolares, comemorações cívicas e como as culturas escolares

produzem os sujeitos que dela fazem parte e que dão visibilidade e identidade para a escola primária, desvendando os processos que fizeram parte desta transformação.

Nessa premissa, instituem-se os Grupos Escolares, sua criação era pautada não só para 'organizar' o ensino, mas como forma de reinventar a escola, numa efetiva contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

Essas reflexões acerca do caráter histórico são importantes não somente para compreender a história da educação, mas também sobre seus espaços e tempos. Nos leva também a compreensão do ser humano e as relações que constituem sua vida escolar ao longo dos tempos (SOUZA; PILETTI, 2020, p. 250).

Seguindo então o que nos fala Souza e Piletti (2020, p. 250),

> Estudar a história das instituições escolares é abordar de forma mais abrangente aspectos sobre a escola, seus espaços, tempos, rituais e símbolos, além dos sujeitos que fazem parte da sua constituição. [..] a união desses elementos nos faz perceber como se dá a formação das práticas e representações acerca das culturas escolares em um determinado espaço e tempo.

O que nos leva ao entendimento, que as instituições de ensino são redutos, embora não únicos, de conhecimento que mobilizam para o desenvolvimento humano, social e institucional, haja vista que a escola se faz na transversalidade dos saberes dos estudantes, com educadores, comunidade e influenciados pela cultura social. Souza (2019, p. 57), refere que: "A cultura é como uma teia de significados que busca interpretar os mais diferentes significados produzidos pela ação humana, desvelando ou interpretando as expressões sociais enigmáticas manifestadas."

Atualmente, Vacaria registra dezenove (19) escolas com oferta de educação básica, oito (8) municípios, com oferta de ensino fundamental, oito (8) estaduais, com ensino fundamental e médio, duas (2) particulares, com oferta de ensino fundamental e médio e, uma (1) Federal com oferta de ensino nas modalidades técnico integrado ao ensino médio e técnico subsequente ao médio.

Para este trabalho, duas dessas escolas ganham relevância, a primeira a Escola Estadual Pe. Efrem e a segunda o Instituto Federal de educação, campus Vacaria.

Estas duas escolas, ao mesmo tempo que diferem espacial e temporalmente, se assemelham nos aspectos sociais e políticos que a constituíram. Estas duas escolas, ao mesmo tempo que diferem espacial e temporalmente, se assemelham nos aspectos sociais e políticos que a constituíram. A escola Pe. Efrem é a escola pública mais antiga de Vacaria e aproxima-se dos seus 100 anos de história dedicados à educação da comunidade vacariense desde 1922, quando ainda era Grupo Escolar, colaborando decisivamente para o desenvolvimento cultural

de toda a região. Atualmente a escola oferece ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e continua construindo história e fazendo parte da vida escolar de muitas pessoas oriundas das mais diferentes regiões.

O IFRS, Campus Vacaria, embora tenha se instalado mais recentemente no município de Vacaria, meados de 2008, tem sua história atrelada à luta pela educação, sua instituição é resultado da mobilização da comunidade política, sindical, da sociedade civil organizada, entre outras associações e serviços de educação. A intensificação das mobilizações ocorreu a partir de 2009, com a realização de audiências públicas em todos os municípios da região e coleta de abaixo assinados. Naquela ocasião, a reitoria do IFRS prestou apoio e incentivo à comissão que estava conduzindo todo o processo, orientando-a quanto às necessidades de contrapartida municipal para aprovação do projeto no âmbito do Ministério da Educação. Com isso, o município de Vacaria conseguiu junto à FEPAGRO a doação de 60 hectares para a instalação do Campus, e subsidiou as instalações da escola pelo período de 2014 a 2016, quando o campus mudou para prédio próprio.

Atualmente o Campus Vacaria, tem aproximadamente 600 estudantes regularmente matriculados, divididos entre cursos técnicos integrado e subsequente, superior e pós-graduação. Sua expectativa é chegar a 1200 matriculados quando da conclusão do projeto arquitetônico.

Essas considerações, apontam que a realidade não é um contexto pronto e posto, mas uma construção sócio-histórica que envolve correlações de forças numa linha tênue entre tensões e consensos. Neste sentido, a História que é também, a história da educação ganha destaque, especialmente quando desvela as práticas e culturas envolvidas no processo formativo.

3 Considerações finais

Neste artigo tratamos de aspectos históricos para que fosse possível compreender e analisar a influência na educação referente ao processo imigratório ocorrido no município de Vacaria/RS no decorrer do século XX. Com base nas pesquisas realizadas nos deparando com o fato de que apesar de não termos encontrado estudos e documentos específicos sobre o movimento provocado pela imigração e o desenvolvimento da educação no município, é possível perceber que o processo imigratório foi influência para a constituição de cultura vacariense provocada pelo movimento cultural entre os povos que na cidade fizeram morada.

Podemos dizer que a educação brasileira, em específico a realizada em Vacaria, foi indispensável aos imigrantes para disseminar o aprendizado da língua nacional, o que também auxiliaria nas negociações, garantindo o sucesso e a sobrevivências desses imigrantes.

Referências

ABREU, Arlene Medeiros de; GIRON, Loraine Slomp; GIROTTO, Magali Giuseppina Paim. **Lembranças de Vacaria**. Vacaria: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

ARGENTON, Silmara. **No Badalar dos Cincerros**: Léxico e Representação da Cultura Tropeira na Música Regionalista Gauchesca. Dissertação de Mestrado. PPG em Letras, Cultura e Regionalidade. UCS: Caxias do Sul, 2015.

BORGES, Maria Nely Ferreira. Colonos e Fazendeiros Imigrantes Italianos nos Campos de Cima da Serra. **Evolução Histórica de Vacaria**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011. p. 283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo. UPF, 2000.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braços:** Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Européia para o Novo Mundo. Tese de Doutorado. PPG em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP: São Paulo, 2008.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA. Maciel. https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/. Acesso em: 26 abr. 2021.

OLIVEIRA, José Fernandes. **Rainha do Planalto**. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1959.

SOUZA, José Edimar. Escola no Rio Grande do Sul (1899-1950): Ensino, culturas e práticas escolares. In: PILETTI, Fernanda; SOUZA, José Edimar. **Memórias, histórias e a escola:** O Grupo Escolar Jansen Farroupilha, RS (1937-1958). Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2020.

EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE HAMÔNIA (IBIRAMA) DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945): "UM PROBLEMA MAIS DE INTELIGÊNCIA DO QUE DE FORÇA"

Carlos Eduardo Bartel[1]

1 Introdução

Depois de décadas, novamente o Exército brasileiro se fez presente no pequeno município de Presidente Getúlio, localizado no Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina. Dessa vez para ajudar na reconstrução da cidade atingida pelas fortes chuvas e pelos deslizamentos de terra, ocorridos na madrugada de 17 de dezembro de 2020, que provocaram a destruição de casas, de pontes e de estradas, deixando um rastro de 21 pessoas mortas na região. Contando com caminhões e tratores do exército, os militares estavam nas ruas do município, ajudando na remoção dos escombros, na desobstrução das ruas, no socorro às vítimas e aos desabrigados.[2] Antes disso, a última vez que o exército estivera na região, durante a Campanha de Nacionalização promovida pelo Estado Novo, suas ações não foram tão nobres, conforme lembranças ainda hoje gravadas na memória coletiva da população local.[3]

Nessa mesma região do Alto Vale do Itajaí, nas eleições presidenciais de 2018, o candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro, obteve expressiva votação, em Ibirama foram 8.815 votos (82,77%) e, em Presidente Getúlio, obteve 8.350 votos (83,80%).[4] A explicação para votação tão expressiva nas duas cidades, que entre outras, faziam parte do antigo município de Hamônia, se explica em parte pela própria conjuntura de 2018, mas também pela força do passado nos municípios. Em Hamônia movimentos de extrema-direita constituíam-se como as principais forças políticas, a cidade inclusive elegeu um prefeito

A ligação com o passado ocorre através de diversos pontos fazendo com que algumas ideias adquiram força, como por exemplo, o lema "Deus, Pátria e Família", uma assertiva

---

[1] Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Docente do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Ibirama, Brasil. E-mail: carlos.bartel@ifc.edu.br.

[2] A tropa, especializada em ações de ajuda humanitária, composta por militares do 23° Batalhão de Infantaria do Exército, sediada em Blumenau, chegou ao município no sábado 19/12/2020. Cerca de 100 homens auxiliaram na desobstrução de vias e na limpeza da cidade. Cf. Exército Brasileiro chega em Presidente Getúlio. *Rede Vale Norte*, 19/12/2020. Disponível em: https://redevalenorte.com/?p=18848. Acesso em: 29 abr. 2021.

[3] Alguns estudos falam em "primeira" e "segunda" Campanhas de Nacionalização, atribuindo a nomenclatura de "primeira Campanha de Nacionalização" à reforma e a modernização do ensino promovidas localmente no estado catarinense, na década de 1910. Tal classificação trata-se de um equívoco, primeiro, devido essa reforma aceitar a língua e materiais didáticos alemães em seu programa e, segundo, por se tratar de um movimento de abrangência regional. Desse modo, para evitar a descontextualização histórica e utilizar o termo de forma precisa e bem delimitada historicamente, Campanha de Nacionalização se trata do movimento ocorrido, única e exclusivamente, durante o Estado Novo (1937-1945).

[4] Informações disponíveis em: https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/candidatos-eleitos-em-sc/. Acesso em: 29 abr. 2021.

integralista, utilizada como *slogan* de campanha do candidato Jair Bolsonaro, rapidamente tornou-se uma palavra de ordem. Igualmente, em 2018 um evento de caráter religioso intitulado "Juntos somos todos um feixe de varas", percorreu Blumenau e o Alto Vale do Itajaí. Também vale lembrar o aforismo "Brasil acima de tudo", sinonímia de "Alemanha acima de tudo" do Partido Nazista, bem como a força do movimento "o Sul é o meu país" no Alto Vale, são ideias que estabelecem pontos de ligação com o ideário fascista.

Temas como o desprezo pela democracia, a mobilização e permanente estado de excitação dos seguidores contra inimigos reais e imaginários, a unificação das massas através do culto personalista que se corporifica na figura do chefe, o triunfo da vontade prevalecendo sobre a razão e o ataque aos intelectuais, entre outros temas que também se aproximam do ideário fascista, igualmente atraem grande número de simpatizantes.

Contudo, cabe lembrar, conforme escreveu Jacques Julliard (1997, p. 110), que a palavra fascismo "não deve ser aviltada em virtude do princípio que não se deve gritar 'Olha o lobo!' sempre que passa um vira-lata" qualquer. Assim, por fatores históricos e políticos não é possível afirmar que o Bolsonarismo seja uma forma de fascismo, tal questão exigiria um estudo mais aprofundado, bem como não podemos esquecer que a história do tempo presente é uma história em movimento. Assim, nos limitamos a dizer que no Brasil de 2021 há sim um flerte com ideias autoritárias (enraizadas na história do Brasil) e fascistas, que ao serem mobilizadas ou terem sua gravidade relativizada pelo discurso do então candidato à presidência, encontrou ressonância no Brasil e, em especial, no Alto Vale do Itajaí. Porém, em nossa abordagem, ao ligarmos o passado e o presente, há um nó górdio que dificulta a compreensão dessa história: o papel do Exército brasileiro, ou melhor a maneira como o Exército é representado e percebido. Compreender corretamente o papel dessa instituição e suas representações é um dos objetivos de nosso estudo.

O Exército brasileiro uma instituição parceira e vinculada ao projeto da ditadura varguista foi utilizado para reprimir, perseguir e praticar violências diversas contra às populações de origem alemã e suas culturas no sul do Brasil, por sua vez, na conjuntura de 2018, o Exército é percebido como instituição capaz de assumir postos no meio político, de pautar o sistema educacional e de restabelecer no Brasil um passado idealizado, que não corresponde ao passado reconstruído através da pesquisa histórica e nem às memórias acerca do período estado-novista.

Outro esclarecimento necessário, é que ao longo do texto tivemos o cuidado com as generalizações, para não correrrmos o risco de reproduzir as visões dos ideólogos do Estado Novo, para os quais todos os alemães e seus descendentes se vinculavam de uma maneira ou

de outra ao Nacional-Socialismo. A questão aqui é outra, pois "a denúncia de infiltração nazista nas zonas de colonização dava legitimidade à política de repressão institucionalizada que seria implementada pelo governo brasileiro a partir de 1938" (SCHWARTZMAN, 2000, p. 163).

Tendo em vista esse contexto, a presente pesquisa decorre de indagações surgidas no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Interdisciplinar do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Ibirama, onde ministramos a disciplina de História da Educação no Brasil.[5] Considerando a ação do Estado Novo no Alto Vale, a partir da perspectiva da história política, entendida como o ramo da história que analisa as relações entre as instituições e os grupos sociais, desejamos saber quais seriam as transformações e permanências? quais pontos ligam o passado e o presente?

Estudar esse passado, a partir dos movimentos fascistas, integralismo e nazismo,[6] e a ações do Estado brasileiro durante a ditadura varguista (1937-1945), bem como avaliar suas ligações com o tempo presente constitui nosso objetivo. No texto são analisadas as justificativas e as ações do Estado Novo para colocar em prática a Campanha de Nacionalização, e em especial, no município catarinense de Hamônia. Nesse sentido, são identificados os recursos e as estratégias utilizadas para implementação do projeto político ideológico estadonovista, em especial no campo da educação, alvo por excelência da Campanha. Com isso, pretendemos reconstruir essa história a partir dos meandros locais e das mudanças sociais, políticas e culturais implementadas pela ação do Estado brasileiro. Mostrar esse passado e sua continuidade histórica na região, auxiliando assim para a compreensão do presente, justifica nossa abordagem.

Para isso, a pesquisa utilizou fontes diversas, como notícias em periódicos, livros escritos na época, documentos e bibliografia em geral. As fontes periódicas, jornais das décadas de 1930 e 1940, foram consultadas e pesquisadas no Acervo *online* da Biblioteca Nacional (BN) e na Hemeroteca Digital Catarinense (HDC).

De grande valia para o estudo foram as obras apologéticas do Estado Novo, as quais devido seu caráter ideológico, serviram mais como objeto de estudo do que como referências de pesquisa. São elas, os livros O punhal nazista no Coração do Brasil (1943) e, em especial, Vale do Itajaí - Jornadas de Civismo (1939), obra aqui analisada de forma mais aprofundada. Enquanto a primeira se dedica a denunciar a "infiltração nazista dos súditos do eixo" no Brasil,

[5] A Pesquisa contou com o apoio e foi desenvolvida no Campus Ibirama do Instituto Federal Catarinense, e com o trabalho da bolsista Alessandra Duarte, estudante do Curso Técnico em Administração.
[6] Analisamos a movimentação nazista em Hamônia no texto "O Nazismo está nas ruas: Nazismo e Estado Novo no Município de Hamônia/Ibirama (1933-1945)" (BARTEL, 2020).

a segunda, também nesse sentido, avança ao propor caminhos a serem seguidos para nacionalização de estrangeiros e de nascidos no Brasil que não se percebiam como brasileiros.

Nossa abordagem propõe assim, analisar como os imigrantes alemães e seus descendentes foram percebidos e/ou caracterizados pelo Estado Novo, e como ideias de extrema-direita correntes no município de Hamônia nas décadas de 1930 e 1940, escondidas e guardadas em camadas profundas da memória, por vezes, ainda hoje refletem modos de pensar e de agir da população, principalmente, no campo político. Inicialmente, são apresentadas as razões que justificam a intervenção do Estado Novo na região e, em um momento posterior, as ações criadoras da "brasilidade". Por fim, mostramos alguns exemplos de como esse passado tem sido apropriado pelo senso comum e por segmentos político-partidários.

2 A Campanha de Nacionalização: destruir para criar o novo

O livro *Vale do Itajaí - Jornadas de Civismo* (1939), um libelo estadonovista escrito pelo tenente do exército Hugo Bethlem e publicado pela Livraria José Olympio, apresenta o início da Campanha de Nacionalização e as primeiras ações ocorridas nos estados do Paraná e de Santa Catarina, na obra são identificados problemas que deveriam ser solucionados, as ações que já estavam um curso e as que deveriam ser realizadas.

Em linhas gerais, a ideia defendida no livro para justificar a Campanha de Nacionalização é de fácil compreensão: segundo o ideário estadonovista, os imigrantes foram deixados à própria sorte no interior do país, devido ao abandono por parte do Estado brasileiro, por isso, criaram instituições estrangeiras ligadas ao país de origem e desvinculadas de onde estão radicados, desconhecendo, assim, a história do Brasil, sua cultura e a própria língua. Contudo, até "certa época, não muito longínqua, esses núcleos em geral produtores e progressistas – indiscutivelmente, o alemão muito mais que o polaco – eram por suas índoles" camponeses e trabalhadores, "pacíficos e despretenciosos cidadãos". Porém, "de uns anos para cá, em consequência da evolução brusca da mentalidade europeia", o Brasil passou a ser invadido por "agitadores" e "agentes mercenários", que encontraram o terreno preparado pelo descuido das autoridades brasileiras (BETHLEM, 1939, p. 23). Entre as consequências dessa situação, surgiram brasileiros que se percebiam e agiam como estrangeiros dentro do Brasil, os quais precisavam ser salvos.

A partir desse cenário, o livro relata "os primórdios" da Campanha de Nacionalização, informando que na "progressiva e simpática capital do maravilhoso Estado do Paraná – foi que a Campanha tomou corpo" (BETHLEM, 1939, p. 8; 7). Em Curitiba se verificou que "o 7 de setembro de 1937 – data máxima da Pátria" havia se desenrolado "com pouco entusiasmo". A

partir de então, sob a liderança do General Meira de Vasconcellos,7 representantes de diferentes instituições se reuniram para marcar o início da Campanha. A reunião ocorreu exatamente um mês após o golpe de Estado:

> É de 10 de dezembro de 1937 a ata que como documento histórico se lavrou, em uma sessão solene, realizada com o consentimento do General e em que se firmou a diretiva da Campanha de Nacionalização. A ela compareceram as mais representativas figuras de Curitiba, os representantes das associações e das escolas, jornalistas, políticos, observadores, e embora nas declarações e assinaturas desta ata, haja muito de insenciridade por parte de muitos, ela firma um marco decisivo, no movimento importante que dava seus primeiros passos (BETHLEM, 1939, p. 11).

Antes da "sessão solene" que "demarcou o início da campanha", dois membros do exército, o Comandante Pinto de Oliveira e o Capitão Adacto de Mello, tinham recebido denúncias quanto à maneira que "funcionava a Escola Alemã de Curitiba" e "resolveram de surpresa, ir à referida Escola, a fim de presenciarem os fatos que lhes haviam adiantado". Conforme Bethlem, "lá entraram, vagamente convencidos de que iriam presenciar aqueles fatos e voltaram impressionados "com a constatação absoluta da denúncia":

> Na Escola Alemã tudo era alemão, desde o nome das classes escrito nas paredes, aos quadros que representavam personagens, paisagens e cenas históricas alemãs, aos professores alemães ou de origem, às aulas que eram todas ministradas em alemão, aos programas de ensino igual ao aprovado na Alemanha, ao regime escolar, à disciplina, ao método de educação física.
> Perdia-se a sensação de Brasil dentro da Escola, e ao único professor – Fernando Moreira – que qual um Daniel perdido entre os leões, sustentava uma luta encarniçada, batalha formidável, sozinho, em prol da nacionalização... (BETHLEM, 1939, p. 14-15).

A partir da constatação e contando com o apoio "sereno e decisivo do General", os oficiais resolveram nacionalizar a escola alemã de Curitiba. Em vista disto, determinaram que a festa de encerramento deveria "se realizar em brasileiro", que os "quadro-vivos e hinos e canções patrióticas que entoassem, fossem exclusivamente os nossos". A direção da Escola, porém, reagiu, explica Bethlem. Declarou que era impossível realizar o que desejavam os oficiais, por que os alunos não sabiam o que se pedia e era impossível instruí-los num curto espaço de tempo. "Dá-se a luta, influi Fernando Moreira, e a festa se realiza mal, mas como deveria ser. É a primeira vitória. Primeira, palpável, mas penosa vitória..." (BETHLEM, 1939, p. 17-18).

Apesar da interferência e da imposição autoritária dos militares na Escola, a ação era vista "mais como um trabalho de inteligência do que de força", conforme expressão do General

---

[7] O General José Meira de Vasconcellos, nomeado comandante interino da 5ª Região Militar (5ª RM), em Curitiba, era o responsável pelas organizações militares do Paraná e Santa Catarina. Segundo o Boletim Diário n. 189, da 5ª RM, de 15 de agosto de 1937, o General Meira assumiu o lugar do general João Guedes de Fontoura.

Meira Vasconcellos. Nos dizeres de Bethlem (1939, p. 12), "não era uma campanha de perseguição contra quem quer que fosse"; mas sim "uma campanha movida pela serenidade de um chefe, uma campanha de inteligência, visando exclusivamente conseguir que milhares de brasileiros, transviados por efeito de uma má educação social e cívica" regressassem e conhecessem nossa língua e nossa história.

A partir do episódio de Curitiba, a 5ª RM preocupada com as consequências funestas da colonização estrangeira no Brasil, comunicou a situação ao Estado-maior. Assim, em janeiro de 1938, o tema da nacionalização se tornou matéria de ofício reservada ao chefe do Estado-maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, e ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (SCHWARTZMAN, 2000, p. 158). Ainda em janeiro, foi criada pelo governo federal, através do Decreto Lei n. 2265, uma Comissão com o objetivo regulamentar a entrada, fixação, a naturalização e a expulsão de estrangeiros no Brasil.

Nesse contexto de colonização estrangeira, encontrava-se a região do Vale do Itajaí, caracterizada pelo abandono, pois "cincoenta anos de República irresponsável e alguns anos de descuido do Império, permitiram que os núcleos de colonização estrangeira se transformassem em verdadeiros quistos raciais" (1939, p. IX). No Vale do Itajaí, conforme o tenente Bethlem, havia uma tentativa de dominação dos alemães:

> Formados porém, por uma educação mal orientada, de que nós mesmos fomos culpados, estes núcleos de colonizadores, constituídos atualmente, em sua maioria quase absoluta, de brasileiros natos, mantem-se com seus hábitos línguas, costumes e tradições, na convicção criminosa de serem estrangeiros.
> Para os núcleos de origem alemã, a orientação, embora visasse a igreja, era muito mais enérgica e sensível na organização do ensino, principalmente o primário e o secundário, e na disseminação das sociedades, tudo isto mais tarde enquadrado e dirigido pelo partido nazista no Brasil (BETHLEM, 1939, p. 23; 25).

O tenente, sem informar a fonte de onde retirou os dados estatísticos, informava que no Vale do Itajaí 60% da população não sabia falar, nem compreendia a língua portuguesa, 30% compreendiam e sabiam falar o português, porém não usavam a língua, nem se consideravam como brasileiros, e apenas 10% falavam a "nossa língua" e amavam a "nossa Pátria" (1939, p. 32).

Em relação aos alemães e seus descendentes, a ação estadonovista resolveria assim uma anomalia, qual seja, a identidade híbrida teuto-brasileira, percebida como não brasileira, nem alemã, uma "espécie de designação de nacionalidade fictícia, que alguns tentavam energicamente impor":

> a este título [teuto-brasileiro], a campanha de nacionalização moveu violenta guerra, considerando-o execrável, absurdo, inexistente, taxando definitivamente os indivíduos pelas suas verdadeiras e únicas nacionalidades: - aos nascidos no Brasil,

> de qualquer origem, não pode haver outra designação sinão (sic) a de brasileiros (BETHLEM, 1939, p. 47).

Porém, o maior problema era outro: a infiltração nazista, isto é, a ação de uma "legião de metecos" atuando dentro do Brasil, que precisava ser combatida. A visão segundo a qual todos alemães e seus descendentes eram suspeitos, e vistos como "súditos do eixo" em potencial, recrudesceria com o passar dos anos, com a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, em 1942, e o desmantelamento de grupos nazistas no Brasil. Casos envolvendo grupos nazistas radicados em Santa Catarina foram registrados no livro "O punhal nazista no Coração do Brasil" (1943), obra policial e também apologética do Estado Novo, que exagerava seus números para justificar e dar legitimidade às ações de Estado.

Seguindo também essa linha, Bethlem identificava o Partido Nazista no Brasil, "organizado por elementos inteligentes, astutos e ambiciosos, ávidos de poder e de domínio" como o maior responsável pela perigosa transformação dos núcleos coloniais. Nesse sentido, "em boa hora a campanha nacionalizadora" apoiada pelas leis do Governo Federal "fechou esse partido, apreendeu seus arquivos, colheu uma farta e impressionante documentação que comprometia os quadros dirigentes, apontando seus nomes e suas funções":

> Surgiram os nomes de Von Kossel – que era apontado como governador geral do Sul do Brasil – de Werner Hoffman – dirigente do partido nazista em Curitiba – de Spanaus – prócer do partido em São Paulo – de Kurt Prayon - chefe em Blumenau – de Otto Schinke – brasileiro nato, mas agente alemão, e de muitos outros penoso de enumerar (1939, p. 48-50).

O processo de formação desse brasileiro-estrangeiro, segundo as autoridades brasileiras, iniciava na infância dentro de casa, no lar, que não poderia ser visto de forma superficial, pois o lar era o resultado final de um processo de "civilização secular". Após formar a mentalidade da família, era simples orientar o "espírito da criança":

> (…) ela já ingressa no jardim da infância com a sua preparação moral organizada. Toda formação é levada até o exagero na formação da consciência cívica, do sentimento patriótico, de uma Pátria porém que não a dela -; é a noção de pátria fictícia, é a formação de traidores inconscientes... Macabramente, estes agentes estrangeiros, preparam o espírito destas gerações. E conseguem um grande resultado, porque partindo dos primeiros anos da infância, com todos os recursos que a técnica moderna permite, em matéria de propaganda e ensino, formam de fato a convicção de serem alemães (BETHLEM, 1939, p. 40-41).

De acordo, com a ideologia do Estado Novo, as escolas alemãs incutiam "nas crianças o sentimento de uma Pátria estranha, de uma longínqua Alemanha que eles não conheciam, nem compreendiam, mas que passaram a respeitar e amar" (BETHLEM, 1939, p. 31). Esse trabalho educativo de formação identitária, iniciava no lar e seguia através de instituições como a escola, a igreja e associações diversas. Como reverter esse quadro? Para as autoridades

brasileiras, a maneira de fazer isso seria replicar "suas mesmas armas: escola, igreja e associações" (BETHLEM, 1939, p. 40).

O problema era grave, pois devido os alemães serem mais cultos inverteu-se a questão racial, em vez dos alemães serem assimilados na região, passaram a assimilar os demais. É comum, "no nordeste catarinense, encontrar brasileiros de origem brasileira de todas as cores – branco, mulato, preto, caboclo – falando apenas, o alemão" (BETHLEM, 1939, p. 31). Assim, as autoridades estadonovistas lançavam em um lugar comum movimentos de extrema-direita, alemães, seus descendentes e suas associações culturais e comunitárias. Eram todos percebidos como estrangeiros ou como brasileiros que desconheciam sua condição, ambos precisavam se transformar ou ser transformados em brasileiros.

A tarefa pedagógica de formação nacional tratava-se de um trabalho de inteligência, "mais do que nunca convém repetir o lema que o General Meira com sobriedade traçou: - 'é preciso energia, mas não violência. O problema é mais um problema de inteligência do que de força'" (1939, p. 37). Para os ideólogos do Estado Novo, a formação nacional "passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia" (SCHWARTZMAN, 2000, p. 182).

Nesse contexto, a educação, principal alvo do projeto nacionalizador de formação da brasilidade, merecia atenção especial. Porém, antes de construir o novo era necessário destruir as estruturas estabelecidas nas zonas de imigração, entre elas a educação que criava para os estudantes uma "pátria fictícia" e "a convicção de serem alemães", esta deveria ser substituída por outra, que os fizesse "amar a terra em que nasceram" (BETHLEM, 1939, p. 41), sendo, assim, necessário criar uma educação voltada para os valores nacionais.

O instrumento para colocar em prática tais ideias na localidade foi o projeto educativo das forças armadas. Esse projeto, na conjuntura das décadas de 1930 e 1940, segundo Simon Schwartzman, pode ser definido por meio de uma pedagogia que tinha como objetivo inculcar o amor pela pátria, os "princípios de disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições":

> A justificação simbólica deste projeto era buscada na figura de Olavo Bilac, que tivera um papel tão importante, nas primeiras décadas do século, no fortalecimento do Exército brasileiro e na implantação do serviço militar obrigatório. A idéia de Bilac [...] era a de formar o cidadão-soldado através da interpenetração cada vez mais estreita entre o Exército e o povo (SCHWARTZMAN, 2000, p. 85).

O trabalho de "inteligência", enfatizado por Hugo Bethlem, se valia também, e principalmente, da força e da repressão policial para impor suas ideias e ações, para perseguir inimigos reais e imaginários (no entanto, essas ações não são mencionadas na obra). Para isso,

era essencial a participação militar e de seus agentes, “o Exército é em qualquer época e lugar o maior agente nacionalizador, a mais completa escola na qual se nivelam todos os tipos e todos os caractéres” (BETHLEM, 1939, p. 38-39).

3 “Um trabalho mais de inteligência do que de força”

No município catarinense de Hamônia o Estado Novo fez se sentir logo no início da ditadura varguista. Em janeiro de 1938, Frederico Schmidt, o prefeito integralista do município foi destituído do cargo, sendo substituído por Rodolpho Koffke, ex-prefeito de Hamônia e homem de confiança vinculado ao governo ditatorial, que permaneceu no cargo de 05/01/1938 a 29/10/1945.

Além da ocupação de postos no campo político, a ação ditatorial visava outros espaços, como o lar, a igreja e associações comunitárias, nesse conjunto, o campo da educação era visto como local por excelência para inculcar valores cívicos e patrióticos, em outras palavras, para formar através da consciência nacional uma nova geração de brasileiros. O amplo projeto de engenharia social proposto pelo Estado brasileiro, de modo autoritário (mas não totalitário), contava com repressão e educação para criação de novos brasileiros, bem como com a colaboração de muitos descendentes de origem alemã.

Retratar de maneira desdenhosa aqueles que eram objeto das ações políticas do Estado, foi outro recurso bastante utilizado pelas autoridades, que servia também para justificar essas ações. Assim, os descendentes de origem alemã e a decadência de Hamônia contrastavam com o “garbo” de Florianópolis. Por sua vez, a tropa escoteira de Hamônia se apresentava “com um humilde uniforme kaki, sem chapéu e sem sapatos, meninos fortes mas de cabelos compridos trepando sobre as orelhas”. O município, conforme escreveu Bethlem, “era um centro fechado. Lá a língua brasileira penetrara timidamente, e apenas o prefeito Rodolpho Koffke, de boa mentalidade, e um ou outro rapaz sabiam-na falar bem, e algumas crianças que pouca coisa conheciam” (1939, p, 206). Hamônia era retratada de modo diferente de outras cidades, onde a Campanha já colhia seus primeiros frutos:

> Ao chegarmos, a cidade [Florianópolis] já se achava pronta para a recepção. O povo em festa todo na praça do Palácio, ostentando as cores nacionais, a tropa formada com garbo extraordinário, todos os colegiais da capital, com seus vistosos uniformes, empunhando bandeirinhas nacionais; espetáculo grandioso, enfeitando a mimosa cidade, graciosa e acolhedora, recostada na ilha sobre o mar, que lá em baixo, a engasta avaro como anel maravilhoso. Florianópolis é de um encanto sem par. Seu aspecto garrido prende logo a gente, por um não sei que de acolhedor e amigo. Sua ponte soberba, vencendo o canal, é de uma imponência notável; e a cidade, toda alegre e simpática, é caprichosa na variedade imensa de seus panoramas soberbos (BETHLEM, 1939, p. 220-221).

Em 1939, tropas do exército brasileiro se instalaram em Hamônia, cidade considerada pelas autoridades estadonovistas como o "coração da zona alemã". Segundo essas autoridades, e conforme mostramos acima, a presença do exército fazia parte de um plano maior, uma ação pedagógica que tinha como propósito nacionalizar a população local, através do ensino da língua de Olavo Bilac e da inculcação valores cívicos e patrióticos. Não por acaso o primeiro prédio a ser ocupado pelas forças nacionalizadoras foi o da Escola Alemã.[8]

Em Hamônia foi colocado em prática projeto educativo das forças armadas, que além da repressão, consistia em difundir mitos da nacionalidade brasileira, em exercitar o civismo e o patriotismo. No município, respondia pelas ações do Estado Novo o Capitão Emmanuel de Moraes, definido por Bethlem como "sacerdote do ideal patriótico" (1939, p. 8). Celebravam-se o dia de Tiradentes, o dia do soldado, o dia da independência e a Proclamação da República, entre outras datas cívicas. Nesse contexto, os militares eram considerados como professores de brasilidade. Também o escotismo era considerado um importante meio para promover a ação cívica e nacionalizadora:

> (...) o êxito extraordinário dessa campanha, que terá que prosseguir pelos anos afóra (sic), transformado-se numa tradição patriótica de nosso povo – a difusão que se fez da prática do escotismo. Auxiliaria, mais ainda na consolidação das mentalidades futuras, o apoio integral do governo a esta doutrina educacional incomparável. O escotismo é antes de mais nada uma escola prática de civismo. Sob sua perfeita orientação, o menino é solicitado, ao máximo, em seu sentimento patriótico e tem efetivamente a concepção de Pátria, sente-se verdadeiramente, porque é criado na mentalidade de ser útil a seu País (BETHLEM, 1939, p. 88).

O tenente Bethlem alertava que, no "insidioso trabalho" do nazismo nos núcleos coloniais, a Organização da Juventude era a "mais perigosa de todas", a Juventude Teuto-Brasileira, segundo suas palavras era similar a "Hitler Jugend, Juventude Hitlerista, na Alemanha". Ao apresentar esse cenário, esclarecia que "diante desse ambiente real" e "inquietante" teve início a campanha nacionalizadora. Sua "enérgica e entusiástica propaganda" começou pela escola e pelas "sociedades", sendo organizadas "grandes festas cívicas" e ações contra "a pregação em línguas exóticas", documentos foram apreendidos e jornais estrangeiros censurados, despertando assim "a alma patriótica dos dois Estados", Paraná e Santa Catarina (1939, p. 88; 51; 70).

Hugo Bethlem sintetiza bem a combinação entre repressão e educação que caracterizava a ação nacionalizadora ao referir que nacionalizaram-se rapidamente as escolas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nacionalizaram-se as sociedades, foram organizadas festas

[8] A ocupação da escola foi um ato simbólico condizente com os programas nacionalistas. Segundo Eric Hobsbawm (1990), a escola foi na Europa a principal fonte de formação da ideologia nacional, e no Brasil das décadas de 1930 e 1940 não foi diferente, a escola servia para formar almas, isto é, para formar o novo cidadão brasileiro.

cívicas extraordinárias, onde foi possível conhecer "a nossa Pátria", partidos políticos foram fechados, mas ainda era preciso "impedir os jornais em outras línguas, a propaganda pelo correio e pelo rádio, os sermões e prédicas sinão (sic) em brasileiro (1939, p. 50-51).

Seguindo essas premissas, no campo da educação, duas escolas foram criadas no município de Hamônia em substituição à Escola Alemã. No bairro Bela Vista (antes Neu Berlin) foi criado, em 1938, o Grupo Escolar Eliseu Guilherme, e no distrito de Getúlio Vargas, em 1941, foi criado o Grupo Escolar Gustavo Capanema:

> Nos primeiros dias de maio de 1938, o Dr. Ivens de Araújo, Secretário de Segurança do Estado de Santa Catarina, vindo à Curitiba, trouxe consigo o convite que o Interventor Federal naquele Estado, Dr. Nereu Ramos, fazia ao General Meira de Vasconcellos, para assistir à inauguração solene do Grupo Escolar Eliseu Guilherme, mandado construir por aquela autoridade, em Hamônia, no coração da zona de colonização germânica.
> Em substituição à Escola Alemã, que antigamente existia, situada em prédio magnífico, em contraste chocante com a tosca e desabitada escola brasileira, aquele ilustre governador, fez erigir em local mais apropriado ainda, uma casa escolar modelo, com todas as exigências da técnica pedagógica moderna, onde os filhos dos colonos, ensinados por professores brasileiros, poderão se tornar verdadeiros cidadãos brasileiros (BETHLEM, 1939, p. 113-114).

A inauguração das escolas foi amplamente noticiada em jornais de Santa Catarina, ambas contaram com a presença do Governador Nereu Ramos, com altas autoridades catarinenses e do Exército brasileiro. Notícias sobre a inauguração do Grupo Escolar Gustavo Capanema foram publicadas no Jornal *A Notícia*, de Joinville, nos dias 8 e 11 de junho de 1941, respectivamente com as seguintes manchetes: "Inauguração do grupo escolar Gustavo Capanema" e "É este um espetáculo grandioso". Em Getúlio Vargas, Distrito de Hamônia, a cerimônia de inauguração do Grupo Escolar Gustavo Capanema, "novo e modelar estabelecimento de ensino construído naquela localidade", foi presidido pelo Interventor Federal Nereu Ramos e pelo General Pedro Cavalcanti (*A Notícia*, 08/06/1941).

O "Imortal Bilac", poeta por excelência do Exército brasileiro e do Estado Novo, esteve presente em ambas as inaugurações, suas poesias foram declamadas nas escolas, como a poesia "A pátria", por exemplo. Em Ibirama seu busto continua vigilante ainda nos dias de hoje, na frente do prédio da antiga escola alemã, onde atualmente funciona a Biblioteca Municipal.

4 Considerações finais

A partir de um fragmento, isto é, de um livro escrito por um fervoroso adepto do Estado Novo que, em meio às arbitrariedades cometidas, acreditava estar cumprindo a constituição, abordamos o início da Campanha de Nacionalização e suas ações no município catarinense de Hamônia.

Ao institucionalizar a violência a Campanha de Nacionalização cometeu inúmeras arbitrariedades. Ao analisar às ações do Estado Novo, Simon Schwartzman informa que "documentos e depoimentos dos próprios grupos estrangeiros aludem frequentemente à prisão de alemães só pelo fato de serem alemães, por identificá-los automaticamente com o nazismo (SCHWARTZMAN, 2000, p. 169). Contudo, ainda que houvesse grupos nazistas nas zonas de colonização alemã, construir o estigma e associar as populações locais ao nazismo, de forma generalizada, tratava-se de uma estratégia discursiva para afirmar e legitimar as ações estatais e das autoridades policiais. Denúncias sobre à infiltração nazista e a formação de "quistos étnicos" em Santa Catarina ajudaram a justificar a política de nacionalização da ditadura varguista.

Entre as consequências produzidas pelo Estado Novo em Hamônia podemos citar a desestruturação parcial da base cultural e da vida comunitária dos grupos teuto-brasileiros, bem como os traumas gerados que ainda permanecem na memória local, conforme os depoimentos mostrados no documentário "Sem Palavras" (2009), que aborda a Campanha de Nacionalização na região do Vale do Itajaí, e na obra de Marlene de Fáveri (2005), que mostra o cotidiano e o medo das populações alemãs em Santa Catarina, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Nos primeiros anos após 1945, em Ibirama (nome de origem Tupi que substituiu Hamônia, em 1943) poucos são os registros relacionados ao *Deutschtum*, - que pode ser traduzido como nacionalismo alemão ou germanismo e "tinha a não-assimilação como proposta central de seu programa" (GERTZ, 1987, p. 101). Um periódico da década de 1950 informa que "a população ibiramense é um misto de lusos, alemães e ítalos, todos irmanados num ambiente de brasilidade" (FOCALIZANDO, [1956?]). São assim enfatizados aspectos da cidade muito distantes daquilo que se vivia nos anos 1930.

Também, a memória da cidade expressa através dos monumentos remete para questões novas e/ou diversas das anteriores. Em 10 de março de 1948, foi criada no centro da cidade a Praça "Jardim Expedicionário Lindo Sardagna", soldado brasileiro residente no interior de Ibirama que morreu no campo de Batalha, em Abateia, na Itália), na Praça, um lugar da memória, consta o busto de bronze do soldado.[9] Outro busto, o do "Expedicionário Jacó

[9] Lindo Sardagna, soldado catarinense da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combateu na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), nasceu no município de Rodeio, em 14 de maio de 1919, residiu em Ibirama, no distrito de José Boiteux. No dia 20 de setembro de 1944 embarcou para Itália, onde morreu em campo de batalha no dia 12 de dezembro do mesmo ano, foi sepultado em Pistóia no cemitério militar brasileiro. Lindo Sardanha recebeu várias homenagens pós-morte. Em 1948 foi inaugurada em Ibirama a praça em sua homenagem, e em 1951 seu nome foi dado ao grupo escolar do Distrito Gustavo Richard (atual município de Dona Emma).

Zermiani" que também lutou contra as forças do Eixo, encontra-se no pátio dos Correios no bairro Dalbérgia, em Ibirama.

Tendo em vista esse cenário, é bastante intrigante a atual glamourização e o apoio da população local ao Exército brasileiro, considerado como símbolo da ordem, do saber, da moralidade, do desenvolvimento e do bem estar. Ainda que nem todos os seus eleitores concordem integralmente com as ideias do candidato à presidência, eleito em 2018, os temas da "revolução de 1964", da "intervenção militar", das "escolas militarizadas" e a "exaltação de torturadores como heróis nacionais" encontram-se entre os principais símbolos de seu governo, que entregou diversos cargos do governo para um contingente expressivo de militares.

Do ponto de vista histórico ao estabelecermos a ligação entre o passado e o presente percebe-se facilmente uma incongruência anacrônica e a manipulação histórica do papel do Exército brasileiro. O Estado Novo e o Exército, conforme visto, deixaram traumas ainda lembrados pela população na região, porém segmentos político-partidários, situados à direita e extrema-direita no campo político partidário brasileiro, e parte da população, de acordo com o senso comum, defendem uma visão neoliberal de Estado mínimo, na qual o setor privado é considerado "bom e eficaz" e o "serviço público não funciona".

Entre os exemplos utilizados para justificar uma suposta presença nociva e a falta de eficácia do Estado, contraditoriamente são lembradas as perseguições, as intervenções e o autoritarismo do Estado Novo, porém sem citar a presença das forças armadas, que quando não desaparece dessa história é ressignificada. Nesse sentido, há uma admiração pelo militarismo, exalta-se o regime militar de 1964 e uma maior intervenção das Forças Armadas na política e na educação. Obviamente, que se trata de um discurso ideológico e anti-histórico afeito à conveniências políticas de ocasião.

O atual apoio às Forças Armadas trata-se de uma situação permeada por ambiguidades, e diversos são os pontos para se compreender os meandros desse processo, como o pragmatismo político e o desconhecimento ou manipulação do passado. Por outro lado, o Estado Novo valendo-se também de práticas fascistas desmantelou grupos nazifascistas de Hamônia, sendo esse passado ocultado de forma muito conveniente e substituído, nos anos seguintes, por outras versões. Assim, desconsiderando a reflexão e o conhecimento histórico, o atual apoio ao militarismo pode ser explicado também pelo triunfo da vontade sobre razão.

Referências

ACERVO *online* da Biblioteca Nacional (BN) (https://bndigital.bn.gov.br/)

ACERVO *online* da Hemeroteca Digital Catarinense (HDC) (http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/).

BARTEL, Carlos Eduardo. O Nazismo está nas ruas: Nazismo e Estado Novo no Município de Hamônia/Ibirama (1933-1945), p. 1-13, In: **Anais** do XVIII Encontro Estadual de História: Direitos Humanos, sensibilidades e Resistências, Criciúma/SC: UNESC; ANPUH-SC, 2020.

BETHLEM, Hugo. **Vale do Itajaí - Jornadas de Civismo.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

É ESTE um espetáculo grandioso. **A Notícia,** Joinville, 11 de jun. de 1941. ACERVO *on line* da Biblioteca Nacional (BN).

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra:** cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2ª ed. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2005.

FOCALIZANDO Ibirama e Ituporanga. **Edições Focalizando.** s/l: Paulista-Catarinense, s/d [1956?].

Gal. Meira de Vasconcelos, galhardo e valoroso pioneiro da sagrada causa nacionalista. Jornal **A Gazeta**, A Voz do Povo, capa, Florianópolis, 31 de maio de 1938**.** ACERVO *online* da Hemeroteca Digital Catarinense (HDC).

GERTZ, René E. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto,1987.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780:** Programa, Mito e Realidade. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INAUGURAÇÃO do grupo escolar Gustavo Capanema. **A Notícia**, Joinville, 8 de jun. de 1941. ACERVO *online* da Biblioteca Nacional (BN)

JULLIARD, Jacques. **O Fascismo está voltando?** A queda do comunismo e a crise do capitalismo. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

RIBAS, Antônio de Lara. **O punhal nazista no Coração do Brasil.** Florianópolis/SC: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEM PALAVRAS. Documentário de Kátia Klock. DVD, Brasil, 2009.

MIGRAÇÃO, PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E ARQUITETURA ESCOLAR NA SERRA GAÚCHA: 1930-1950

Rafael de Souza Pinheiro[1]

Samanta Vanz[2]

1 Introdução

O presente trabalho é o resultado parcial da aproximação das pesquisas de mestrado e doutorado que se estabelecem a partir da investigação dos Grupos Escolares na região da Serra Gaúcha no Estado do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1930 e 1950, inseridas na linha de pesquisa em História e Filosofia da Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Utilizando a perspectiva da História Cultural, e a metodologia da Análise Documental, volta-se a investigação para os marcadores materiais da cultura escolar, em especial a arquitetura escolar, considerando o espaço escolar como um elemento importante para analisar os processos históricos que permearam a escolarização dos filhos dos imigrantes italianos nestas localidades.

Justificamos o recorte temporal da referida análise a partir de dois pontos: o fortalecimento das campanhas de nacionalização e da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa pelos imigrantes e filhos de imigrantes, e a criação de prédios escolares condicionados pela política de modernização.

Para Pesavento (2004, p. 54) é pela escrita da história que o historiador recompõe fatos edificados no espaço e no tempo, "[...] inventa o mundo, dentro de um horizonte de aproximações com a realidade [...]. Processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão, ou seja, o historiador cria o passado". Sendo assim, a História Cultural permite que esta análise seja feita a partir das escolas, do espaço escolar, visto que esta abordagem teórica "tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p.16-17). É nos aspectos da experiência destes imigrantes, e do contexto em que se estabelecem, que se constituem as narrativas de escolarização desta região.

Optando pelo aprofundamento do estudo da materialidade escolar, é fundamental que se considere a análise das fontes como um processo interpretativo, onde os documentos possuem intencionalidade, não podendo ser encarados como uma descrição objetiva e neutra dos fatos (PIMENTEL, 2001). Para Cellard (2014), é tarefa do historiador utilizar os

[1] Mestrando em Educação PPGEDU da Universidade de Caxias do Sul - UCS, e-mail: rspinheiro@ucs.br.
[2] Doutoranda em Educação PPGEDU da Universidade de Caxias do Sul - UCS, e-mail: svanz1@ucs.br.

documentos para organizar, desconstruir e reconstruir os dados a fim de elaborar uma narrativa histórica representante do tempo, do espaço e das práticas de determinado grupo de sujeitos.

Para Le Goff (2012), todo o documento analisado já foi monumento, identidade da intenção de certos sujeitos sociais. Interrogar este documento, portanto, é uma movimentação necessária. Estes questionamentos permitem utilizar o documento para conhecer e compreender os vestígios das dimensões das práticas, representações e materialidades do passado da escola dos imigrantes italianos. Para a referida análise, serão utilizados jornais da época, decretos, livros de atas e relatórios municipais, e as fotografias escolares.

A escola, como configuração formal do processo de escolarização,[3] institui determinada cultura: a escola enquanto espaço, do material, e a escola enquanto lugar, das interações sociais, é representante de um discurso de ordem estética, ideológica e simbólica, onde os sujeitos incorporam elementos constituintes da cultura, apropriando-se de práticas específicas.

O intenso movimento migratório nos finais do século XIX e início do século XX, foi responsável pela chegada de muitos imigrantes europeus em território brasileiro. No Rio Grande Sul, o movimento iniciou-se a partir de 1874 na localidade da Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Conde d'Edu (Garibaldi). Um ano depois, em 1875, chegam à localidade Campo Dos Bugres, que mais tarde se torna Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul). Em 1877, altera-se para Colônia de Caxias, por determinações do Ministério da Agricultura (AZEVEDO, 1982). Em meados de 1890, a Colônia é emancipada dividindo seu território em distritos: Vila de Santa Tereza de Caxias sendo a sede e Nova Trento (Flores da Cunha)[4], sendo a 2º Colônia.

O distrito de Nova Trento recebe seus primeiros imigrantes ainda em 1876, porém o fluxo se intensifica nos anos posteriores. Neste contexto de imigração, a educação se torna um tema importante entre os colonos, e são diversas as iniciativas de escolarização nesta região, sendo elas: as escolas comunitárias, as étnicas italianas, públicas e as confessionais, colégios elementares e os colégios complementares.

Outra questão que está atrelada com a chegada dos italianos é a religião, sendo as construções religiosas caracterizadas por pequenas igrejas e/ou capelas tornam-se para os

[3] Nesta pesquisa valer-se-á da concepção apresentada por Faria Filho (2004, p. 522), que afirma que escolarização é um "processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão do conhecimento, como eixo articulador de seus sentidos e significados" e/ou ainda [...] a escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à "organização" de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados (FARIA FILHO, 2007, p. 96).

[4] Pelo Decreto Municipal nº. 12 de 21 de dezembro de 1935 a denominação da localidade foi alterada para Flores da Cunha, em homenagem ao então governador do Estado do Rio Grande do Sul – General José Antônio Flores da Cunha, como forma de diferenciar a nomenclatura do município de Nova Trento, localizado no Estado de Santa Catarina.

imigrantes o centro social e de integração da localidade. Com a construção da capela, outro condicionante que se faz presente é a estruturação da comunidade, com a criação da bodega, de escolas, o cemitério, comércio e outras construções, tendo como referência a igreja ou as capelas. A religião católica nesse processo é responsável pelos processos educativos nos primeiros anos da imigração na região da Serra Gaúcha.

A educação na realidade destes imigrantes e seus filhos tinha como função elementar o aprendizado da escrita, da leitura e do cálculo; Kreutz (2000, p. 359) aponta que "a partir da década de 20 em São Paulo, e de 1930 nos estados sulinos, as escolas da imigração italiana foram passando gradativamente para escolas públicas, de modo que em 1938, início da nacionalização compulsória, já não tinham muita expressão". É importante mencionar que as subvenções tinham como principal argumento da Intendência o "acesso à cultura e, principalmente, ao ensino de português aos imigrantes" (LUCHESE, 2015, p. 157), visto que o dialeto era comum, não apenas entre as famílias de alunos, mas também entre os alunos e professores.

Para Bomeny (1999, p. 151), "o grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer, a afirmação da identidade nacional brasileira". Essa nacionalização, que incluía a cultura e o ensino nessa nova representação de cidadão brasileiro, visava uma padronização e uniformização da cultura, além da supressão de formas de organização que funcionassem além do poder do Estado, o que incluía a ação política dos estrangeiros neste âmbito das escolas (QUADROS, 2017).

A educação, durante o período do Estado Novo, passou por reformas que substancialmente deram origem ao Plano Nacional de Educação, à reforma do ensino secundário, com a criação do sistema de ensino profissional, ao projeto universitário; do ensino primário, porém, essas novas reformas não deram conta, sendo que o "Estado Novo teve na educação um grande pretexto de implantação do que seria a prioridade daquele momento histórico nacional" (BOMENY, 1999, p. 141). A proibição da língua estrangeira em esfera nacional foi uma das primeiras movimentações do governo, tendo como resultante a imposição da língua portuguesa. A Campanha de Nacionalização do ensino, ainda em 1939, demonstra de forma clara o controle ideológico que marcava a ditadura. A obrigatoriedade de assumir a língua portuguesa fomentou conflitos entre alunos, professores e comunidade (FORMOLO; HERÉDIA; RAMOS, 1998). Mesmo após o fim do Estado Novo, e com a promulgação da Constituição de 1946, a questão da nacionalização da língua foi ponto importante apresentado

na Lei Orgânica de 1948, Art. 76º: "I – o ensino primário é obrigatório e só será dado em língua nacional".[5]

Além da língua, o âmbito escolar é caracterizado pela ocupação de cargos de diretores por professores brasileiros, tendo as aulas ministradas em língua pátria. Em relação aos currículos, é introduzido "disciplinas obrigatórias como história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, e educação física", ministrada por instrutores militares (SEYFERTH, 1999, p. 220). As movimentações do Estado Novo, marcavam também as construções das edificações escolares, que se constituíam basicamente por linhas geométricas. As construções dos edifícios, localizam-se em lugares estratégicos, em lotes de esquina, próximo aos centros urbanos, que se destacavam pela verticalização de paisagens (SEGAWA, 1997). Desta forma, articular a relação entre este período político e a arquitetura dos Grupos Escolares Frei Caneca e Henrique Emílio Meyer é tecer possibilidades de compreender a materialidade representada pelos espaços como constituição da identidade escolar da região.

2 O espaço escolar: Flores da Cunha e Caxias do Sul/RS

Partindo da perspectiva da cultura escolar, assumimos que a materialidade é um dos elementos essenciais para a compreensão da história da educação. Neste sentido, o espaço escolar, o edifício-escola, representa um objeto de concretização das propostas pedagógicas de determinadas épocas. Para Souza (1998), este espaço escolar pressupõe sua ocupação, sua construção e sua utilização, sua estrutura física. Assim, a escola se configura como um lugar e um espaço: "um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado" (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 62).

Para estabelecer este tensionamento entre a materialidade escolar e o processo de escolarização dos filhos de imigrantes italianos, é importante que primeiramente se compreenda a escola e suas modalidades a partir de seu sentido histórico: durante a década de 1890 até aproximadamente 1950, a educação na região de Caxias do Sul e Flores da Cunha[6] foi regida por aulas públicas municipais e subsidiadas pelo Estado, bem como escolas étnicas comunitárias (isoladas, criadas pela comunidade), escolas confessionais, escolas particulares, ensino elementar, ensino complementar e os Grupos Escolares.

[5] AHMJSA.

[6] A Colônia de Nova Trento, assim denominada, pertencia à Caxias (hoje Caxias do Sul), tendo seu processo emancipatório ocorrendo em 1924, após tratativas políticas com o presidente do Estado, Borges de Medeiros. O processo de emancipação política dá-se pelos poucos investimentos, como as manutenções de estradas e o cuidado com a educação.

Neste contexto em que predominavam as aulas públicas multisseriadas, as escolas graduadas surgem como um modelo urbano, onde a escolarização em massa necessitava de uma organização mais complexa, com maior investimento no espaço, nos objetos escolares e no ordenado dos professores (SOUZA, 1998). Assim, além de servir ao propósito de um projeto de modernização da educação no país, os Grupos Escolares passam a representar um ideal de espaço escolar, que fundamentado nos preceitos higienistas da época, reforçavam conceitos de disciplina e civilidade nos indivíduos.

De acordo com o Jornal A Época, de 1 de setembro de 1940, a instrução pública de Flores da Cunha se configurava em "[..] 36 aulas municipais, 4 aulas isoladas estaduais, 1 convento dos RR.PP Capuchinhos e mais um colégio das Irmãs São José, com uma matrícula de 2.000 alunos aproximadamente[...]construiu um modelar prédio para o Grupo Escolar[...]".

Destaca-se, além da situação da instrução pública do município, a caracterização do prédio para o grupo escolar como "um modelar prédio". Nesse sentido, compreender o espaço escolar é também compreender as implicações socioculturais que se reforçam a partir de representações e ressignificações da própria concepção pedagógica do período. Como afirma Bencostta (2001, p. 105), os grupos escolares funcionavam como "uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime", permitindo, assim, que estas construções tivessem o objetivo de institucionalizar os ideais da Primeira República. A instituição escolar desta forma, torna-se responsável pela difusão dos ideais republicanos, como o civismo, nacionalismo, culto a símbolos nacionais e enaltecimento dos grandes heróis e datas, onde se faziam presentes em diferentes momentos da vida escolar, como nas festividades, desfiles, ritualidades, início e encerramento do ano letivo e outros.

Conforme o jornal *A Época*, de 20 de dezembro de 1938, esta mesma denominação foi utilizada para se referir a construção do prédio de um novo grupo escolar em Caxias do Sul: "Segundo fomos informados, as obras de construção do novo e modelar estabelecimento de ensino, serão atacadas em princípios do ano vindouro".

A escolarização proposta pelos Grupos Escolares implicou em novas maneiras de se ordenar o espaço, o tempo, as atividades, os ritmos (VINÃO FRAGO, 2001). Compreender os Grupos Escolares a partir da perspectiva positivista permite também propor uma reflexão a respeito da importância do espaço nas ações educativas, no discurso que reforça determinados comportamentos que procuravam fomentar a ordem e a disciplina e a própria representação da escola na civilização[7] de uma nação.

[7] O termo civilização é utilizado a partir de Souza (1998, p. 27), "Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX".

Os Grupos Escolares, surgem a partir do agrupamento de diferentes escolas isoladas existentes em um determinado local do município, passam a se referir a um espaço especializado para a educação, com projetos alinhados ao pensamento pedagógico da época (ERMEL; BENCOSTTA, 2019). Nos Grupos Escolares, surge a presença do diretor, com funções relacionadas a ordenar o cotidiano escolar, estando junto e debatendo com os docentes (BENCOSTTA, 2005). Em relação às condições de trabalho, de acordo com Souza (1998), nos grupos, se ofertava melhores condições do trabalho docente, tendo consigo os melhores salários e prestígio social. As professoras viam no Grupo Escolar como ponto máximo da ascensão a sua carreira docente, pois os cargos superiores (diretor, inspetores) eram ocupados basicamente por sujeitos do sexo masculino.

No Rio Grande do Sul surgem, a partir do decreto do presidente da Província em 1909, os colégios elementares, que significavam um novo modelo de escola primária, próximo ao conceito dos Grupos Escolares que eram difundidos em outros estados. Os colégios elementares tinham como ideal "contribuir para a formação do cidadão dos tempos novos do capitalismo. Essa formação exigiu que a escola, além de ensinar, educasse para a disciplina, para a produtividade e para os cuidados com a saúde" (CORSETTI, 2000, p. 192). A partir do Decreto nº 7.680 de janeiro de 1939, todos os colégios elementares passam a se denominar Grupos Escolares.

Em Caxias do Sul, em 1912 o Colégio Elementar José Bonifácio[8] é inaugurado, surgindo da reunião de escolas isoladas, iniciando, assim, este formato de escolarização no município. Segundo Adami (1981), a escola teve como seu espaço físico um "prédio de alvenaria, assobradado", sendo comum a instalação dos colégios em edifícios cedidos pelo município.

Para Peres (2000, p. 93), o espaço era um dos critérios que asseguravam o benefício dos colégios elementares, sendo os principais a reunião de professores sob direção impessoal, a divisão graduada dos alunos, a fiscalização, a perspectiva da melhoria dos prédios, os cuidados com a higiene escolar e a uniformidade dos grupos de alunos. A organização dos Colégios Elementares, segundo Luchese (2015, p. 85), constituiu-se por "diferentes salas, agrupamento de alunos pelo grau de adiantamento, uma professora para cada classe, com uma direção única", percebe-se assim uma organização com similaridade muito próxima com os Grupos Escolares.

[8] O Colégio Elementar José Bonifácio foi criado em 1912 e reunia as pequenas "escolas isoladas ou aulas públicas" que funcionavam na cidade. Destinava-se à formação primária e teve como primeiro Diretor, o Professor Apolinário Alves dos Santos. O Colégio Elementar José Bonifácio funcionou em diferentes locais, sendo instalado, em janeiro de 1936, junto com a Escola Complementar, no prédio onde atualmente funciona a Escola Estadual Presidente Getúlio Vargas (Rua Visconde de Pelotas/Bento Gonçalves). Devido às mudanças da legislação educacional, o Colégio Elementar José Bonifácio passou por sucessivas transformações de organização e nomenclatura, evoluindo até o Colégio Estadual Cristóvão de Mendoza - Decreto Estadual nº 10.045 de 23/01/1959 (ADAMI, 1981).

Segundo o jornal *A Época* de 28 de janeiro de 1940, neste período existiam os seguintes Grupos Escolares Estaduais em Caxias do Sul: Grupo Escolar Emilio Meyer (bairro Guarany), Grupo Escolar Pena de Moraes (bairro São Pelegrino); Grupo Escolar Maguary (7ª Légua junto ao Cortume), Grupo Escolar da Conceição (núcleo colonial Conceição); Grupo escolar de São Marcos (2º Distrito São Marcos); Grupo Escolar de Galópolis (3º Distrito Galópolis); Grupo Escolar de Forqueta (Forqueta); Grupo Escolar do Frigorífico Rizzo (Rizzo) e Grupo Escolar de Vila Seca (5° Distrito Vila Seca), sendo estes três últimos em processo de abertura na data em que o jornal era publicado. Já em Flores da Cunha, nesse mesmo período existem o Grupo Escolar Jacinto Targa, Grupo Escolar Luiz Gelain e o Grupo Escolar Frei Caneca, sendo este último localizado ao núcleo da localidade.

A escolha do Grupo Escolar Frei Caneca e do Grupo Escolar Emilio Meyer é feita a partir dos elementos arquitetônicos das construções escolares e do alinhamento deste projeto com o Governo do Estado na implementação de uma identidade para o povo brasileiro, tendo consigo aspectos ligados à modernização, característicos do governo Vargas, onde serão abordados nas seções seguintes desta pesquisa.

2.1 Grupo Escolar Frei Caneca

A década de 1940, trouxe importantes movimentações educacionais para a Serra Gaúcha em especial para a cidade de Flores da Cunha/RS. O Grupo Escolar Frei Caneca[9], surge a partir dos processos de urbanização e industrialização presentes no contexto político-social marcado pelas forças positivistas e republicanas. Outro condicionante que marca e caracteriza a década de 1940, está relacionado pela vigência do Estado Novo (1937-1945), se fazendo presente no período Varguista. Gustavo Capanema, o então ministro da Educação e Saúde, é responsável por reformas do ensino, marcando as diferentes etapas de formação. A Europa se apresentando em meio a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), percebe-se receio do governo em relação às instituições que aqui eram dirigidas por órgãos estrangeiros. A presença dessas instituições transformava-se em um perigo para a nação, e também caracterizada como uma suposta ameaça nazista no território brasileiro (BASTOS, 2014).

A nacionalização segundo Bastos (2014, p. 128), "era objeto de atenção e preocupação constante dos militares". Esse perigo estava atrelado às práticas educativas dos docentes, por

[9] O Grupo Escolar de Nova Trento ou Grupo Escolar General Osório, atual Flores da Cunha/RS é inaugurado em 07 de setembro de 1925 e ao longo do tempo sofreu respectivas mudanças de nomenclatura: Grupo Escolar General Osório (1925-1927), Grupo Escolar Silva Jardim (1927-1936), Grupo Escolar Eduardo Marques (1936-1940), Grupo Escolar Frei Caneca (1940- 1980) Escola Estadual Frei Caneca Escola Estadual de 1º Grau Frei Caneca (1980-2000), Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca (2000-2012) e na atualidade se designando Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca.

assuntos e pelo idioma estrangeiro, tendo diversas diretrizes estabelecidas como forma de controle, designando professores como fiscais da nacionalização, onde as escolas não poderiam ter diretores estrangeiros e nem professores que não dominassem a língua pátria. Atrelado aos processos de modernidade e de nacionalidade, emergindo uma nova construção para comportar as instituições de ensino, em especial ao Grupo Escolar Frei Caneca. A nova estrutura mais ampla e robusta se caracterizava por sua opulência em relação às demais construções da cidade. Cabe mencionar também a localização do Grupo Frei Caneca, que se constituiu em virtude da doação de um terreno pela prefeitura municipal, no centro do núcleo, disposto na esquina desse terreno. Sendo assim, Buffa e Pinto (2002, p. 42-43) dissertam que a implementação dos grupos se apresentava em "regiões nobres, ocupando quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa do edifício e permitisse múltiplos acessos".



Figura 1 – Imagem frontal do novo prédio escolar, década de 90.
Fonte: Arquivo e Museu Histórico Pedro Rossi.

Na Figura 1, é possível perceber a arquitetura predominante com traços da *Art Déco*, amplas janelas, estrutura com composição por meio de figuras geométricas (retângulos e quadrados), telhado reto e sua estrutura comportada por dois andares (verticalidade). A entrada é composta por um acesso principal. Outra característica da arquitetura dá-se pelas janelas que se apresentam na lateral esquerda dispostas no primeiro andar, com formato da letra "L".

A nova estrutura em sua totalidade se destaca em meio a traços geométricos, salas espaçosas, corredores amplos e grandes janelas, para ventilação e entrada de luz natural. Outra característica presente no Grupo Escolar Frei Caneca, é a existência de nomes dados às salas de aula, onde destacam-se Rui Barbosa, Olavo Bilac e D. Pedro I, conforme localizado nos Livros de Atas analisados.

O Grupo Escolar Frei Caneca, configura uma instituição ligada à formação, que ao longo de seus anos foi responsável pelos processos de escolarização de inúmeros sujeitos, no qual destacaram-se na sociedade. A instituição escolar também se destaca em relação ao seu prédio arquitetônico, sendo uma das construções mais antigas da cidade. Neste ano de 2021, a Escola

Estadual de Ensino Médio Frei Caneca (EEEMFC), completa 96 anos de existência, se configurando como a instituição de ensino pública, gratuita e laica mais antiga e atuante de Flores da Cunha/RS.

2.2 Grupo Escolar Henrique Emilio Meyer

Em 02 de setembro de 1940 é inaugurado o Grupo Escolar Henrique Emílio Meyer, coincidindo com os festejos da Semana da Pátria, como divulgado no jornal *A Época* do dia 1 de setembro do mesmo ano e amplamente festejado pela comunidade de Caxias do Sul:

> Dia 2 de setembro - Segunda-Feira. Ás 9 horas - Hasteamento da Bandeira pelo dr. Dante Marcucci, prefeito municipal, com a presença do Grupo Escolar Emilio Meyer, que, com a inauguração de seu novo e modelar edifício, centralizará as festividades do dia.

Para a solenidade, estavam presentes autoridades oficiais, como o Secretário da Educação, Dr. Coelho de Souza, que pronunciou o discurso de inauguração do Grupo Escolar, e que chegou em uma comitiva governamental, junto com o Interventor Federal, secretário de Obras Públicas e demais membros do governo do Rio Grande do Sul. A inauguração do Grupo Escolar, de fato, deu-se propositalmente em uma semana de comemorações, visto que estavam programadas as inaugurações de outros Grupos Escolares Estaduais na semana de comemorações cívicas, gerando comoção na comunidade.[10]

A construção do Grupo Escolar foi resultado de alguns fatores que aqui serão apresentados: a) o crescente número de alunos no Grupo Escolar Dr. Júlio Prates de Castilhos, Grupo escolar anterior ao Henrique Emílio Meyer; b) envolvimento da comunidade nas solicitações por melhorias nos espaços escolares; e c) o prestígio da construção de um Grupo Escolar para um município como Caxias do Sul, que estava em pleno desenvolvimento industrial e econômico.

Em 1938, o então prefeito, Dante Marcucci solicitou ao governo do Estado a construção de um novo prédio escolar para o Grupo Escolar Dr. Júlio Prates de Castilhos[11], já institucionalizado pelo Estado, com o objetivo de tentar melhorar a situação da escola, que se encontrava com um número alto de alunos matriculados e falta de espaço. Esta solicitação partiu da insistência da comunidade e dos docentes. Em correspondências trocadas em dezembro de

[10] "Pelos preparativos e número de participantes, a parada do trabalho, da raça e do civismo, deverá ultrapassar de muito a todas quantas já se tenham realizado nesta cidade" (A ÉPOCA, 1940).
[11] Chamado também de Grupo escolar do Bairro Guarany, em função de sua localização.

1938 entre o então prefeito e o Secretário da Educação, Dr. Coelho Souza, é intensamente frisado o quanto a comunidade se alegra com a autorização para a construção.[12]

Neste ínterim, o Grupo escolar ficou sediado em uma casa alugada, como identificado na correspondência enviada pelo prefeito Dante Marcucci em 8 de julho de 1938 a Sr. Dr. Romulo Carbone, cidadão de Caxias do Sul.[13] Sabe-se, a partir de correspondência expedida pela prefeitura em 6 de julho de 1938 e por meio do jornal *A Época* de 28 de janeiro de 1940, que o Grupo Escolar funcionou em prédio de propriedade de Miguelina Gonçalves Cunha, viúva de Franklin Cunha, cujo aluguel era de responsabilidade da prefeitura.

A comunidade também se envolveu na escolha do nome do Grupo Escolar, como homenagem ao professor que dedicou sua carreira ao ensino no Rio Grande do Sul; em fonograma trocado com o Secretário da Educação, fica a aprovação do nome do Grupo Escolar. Desta forma, o governo Municipal doou um terreno no então Bairro Guarany, e o governo estadual iniciou a construção do prédio em 1939, sendo que a execução das obras foi feita pela empresa Barcellos & Cia Ltda, como inscrito na placa que marca a construção do edifício.

O projeto fazia parte de diretrizes estabelecidas pelo governo federal, alinhadas com a ideologia política, e deveriam planejar ambientes como "sala de espera, administração, biblioteca, museu didático, sala para trabalhos manuais, sala para consultório médico, sala para atendimento odontológico, salão para solenidades e banheiro" (CABRAL; OLIVEIRA; CORDEIRO, 2020, p.7). Estes modelos de escolas idealizados no governo de Getúlio Vargas possuíam linhas geométricas características da *Art Déco*, sustentando o conceito de eficiência, funcionalidade e economia (SEGAWA, 1997). Desta forma, mesmo em diferentes localizações, o projeto modelo permitia que os edifícios mantivessem características semelhantes em suas formas. O projeto do Grupo Escolar Henrique Emilio Meyer e o Grupo Escolar Frei Caneca fazem parte de um conjunto de 49 prédios escolares com tipologia padrão estabelecidos em zonas urbanas dos municípios ou distritos.[14]

---

[12] Correspondência expedida pelo Prefeito de Caxias do Sul, Dante Marcucci, ao então Secretário da Educação, Dr. Coelho Souza, em 17 de dezembro de 1938 (AHMJSA).

[13] Tendo o Governo do estado interesse em conseguir um prédio mais amplo para o grupo Escolar do Bairro Guarany, porquanto o que é ocupado presentemente por esse estabelecimento de ensino, é deficiente em face das necessidades, vimos a presença de V.S. solicitar-lhe a fineza de informar se pretende alugar a casa de sua propriedade, situada a rua Julio de Castilhos, esquina Humberto Campos e, em caso afirmativo, quaes condições.

[14] Em sua dissertação, Lisiê Kremer Cabral debruça-se sobre a questão das escolas em características *Art Déco* no Estado do Rio Grande do Sul, sendo importante salientar o seguinte trecho: "Conforme mencionado anteriormente, o Secretário de Educação J.P. Coelho de Souza, em seu livro Denúncia publicado em 1941, coloca que seriam construídas 49 escolas de tipologia padrão com capacidade para atender de 150 a 750 alunos. Essas Instituições seriam implementadas em distintas cidades do estado de acordo com a necessidade e demanda" (CABRAL, 2020, p. 99)

Algumas características deste projeto podem ser verificadas a partir da Figura 2, um painel desenvolvido a partir de imagens do Grupo Escolar onde se apresentam os volumes geométricos, a fachada com janela em arco, formas retas e pouca ornamentação, localização de esquina:



Figura 2 – Painel com imagens do Grupo Escolar Emilio Meyer.
Fonte: a) Imagem do Acervo Digital AHMJSA; b) imagem retirada do Facebook do Colégio Estadual Henrique Emilio Meyer; c) imagem retirada do acervo de Costa e Stumpp (2013).

A construção do edifício do Grupo escolar Emilio Meyer trazia a comunidade um senso de desenvolvimento, como manifestado no Decreto n° 96 de 19 de agosto de 1939:[15] "considerando que naquele local está sendo construído imponente edifício destinado ao Grupo Escolar Emilio Meyer, o qual virá a cooperar para maior desenvolvimento da mesma zona". O mesmo acontecia nas comunicações do Jornal A Época, que se referia ao edifício como imponente, reflexo de progresso e civismo do município.

O ideal republicano destes projetos escolares passava pelo ideário de afirmação de uma identidade nacional: o Dr. Coelho de Souza, Secretário da Educação do estado, utilizou o projeto destas escolas públicas com o objetivo de nacionalizar os imigrantes e seus descendentes (WERLE, 2014). Os projetos destes grupos escolares, junto com a campanha de nacionalização e a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, foram ações que o governo instituiu junto aos locais com elevado número de imigrantes europeus. Como se apresenta no trecho do Jornal A Época, de 20 de agosto de 1939:

> Mas esse espírito nacionalista está bem evidenciado. Caxias, graças á sua patriótica ação governamental, e toda a região colonial italiana, graças a orientação do eminente D. José Baréa, que se antecipou às próprias leis de nacionalização, constituem hoje um padrão de civismo para todo o paiz.

[15] Decreto que dá numeração e denominação a diversas ruas e quadras da cidade.

A arquitetura, o currículo escolar, a cultura escolar e a sua materialidade funcionaram aos propósitos de investida do governo em uma construção cada vez maior da identidade nacional e de brasilidade, por meio do patriotismo e progresso.

3 Considerações finais

A construção dos Grupos Escolares pautou a consagração da educação primária sob a perspectiva do positivismo; olhar para a arquitetura escolar como um vestígio da cultura material do período de 1930-1950 permitiu pensar a partir da perspectiva histórica e local em que estes Grupos Escolares se estabeleceram e da importância que eles tiveram para as comunidades da época, que muitas vezes se caracterizavam como uma ruptura, entre o novo e o velho.

É perceptível por meio das fontes utilizadas para análise que estas construções tornavam presente na sociedade da época a representação de modernidade e desenvolvimento dos municípios, assim como a presente afirmação da importância da educação para a formação do cidadão brasileiro. A este cidadão brasileiro não cabe nenhuma língua que não seja a portuguesa, que desta forma, os Grupos Escolares teriam em seu papel o fortalecimento da Campanha de Nacionalização e da obrigatoriedade da língua portuguesa. O Grupo Escolar Frei Caneca e o Grupo Escolar Emilio Meyer, com sua imponência, projetados a partir de um projeto modelar padrão de arquitetura *Art Decó*, estabelecidos nas zonas urbanas dos municípios, fazem parte de uma proposta do Governo do Estado em estabelecer um conjunto de Grupos Escolares semelhantes em todo o estado, pautados na urgência de instaurar por meio de símbolos ideológicos, aqui presentes na materialidade dos prédios, a organização e o patriotismo necessários para a construção da identidade nacional entre os imigrantes e seus filhos.

Pode-se afirmar que a padronização dos prédios escolares potencializa o apelo à uma ideia progressista, relacionando educação e desenvolvimento por meio da edificação escolar da época, caracterizando uma identidade cultural, por meio das construções ligadas à modernidade e ao desenvolvimento nacional, condicionada às movimentações políticas do período em questão.

Referências

ADAMI, João. Spadari. **História de Caxias do Sul (educação)**. Caxias do Sul: EST, 1981.

AZEVEDO, Tales de. **Italianos e gaúchos:** os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2.ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982.

BASTOS, Maria Helena Câmara; TAMBARA; Elomar Callegaro. A nacionalização do ensino e a renovação educacional no Rio Grande do Sul**.** In: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma**

gota amarga itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Ed. UFSM, 2014, p. 71-118.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR.

BENCOSTA, M. L. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; CAMARA BASTOS, M. H. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. III: Séculos XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 68-76.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação:** organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas: 1893 - 1971. São Carlos: EDUFSCAR; Brasília: INEP, 2002.

CABRAL, Lisiê Kremer. **Arquitetura Art Déco nas escolas do Rio Grande do Sul no período do Estado Novo (1930-1950)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Federal de Pelotas, PROGRAU, Pelotas, 2020.

CABRAL, Lisiê Kremer; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; CORDEIRO, José Henrique Carlucio. A identificação e documentação das escolas padrão Art Déco no Rio Grande do Sul. **Revista Jatobá**, Goiânia, 2020, v.2, e-65651.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. de Ana Cristina Arantes Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.

CORSETTI, Berenice. A construção do cidadão: os conteúdos escolares nas escolas públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (8): 175 – 192, set. 2000.

CORSETTI, Berenice. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930). **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [31]: 55- 69, julho/dezembro 2008.

COSTA, Ana Elísia da; STUMPP, Monika Maria. Janelas "modernas": materialidade das berturas na arquitetura moderna de Caxias do Sul. **Norma e Licença na Arquitetura Moderna do Cone Sul Americado**. Porto Alegre, março de 2013.

ERMEL, Tatiane. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Escola graduada e arquitetura escolar no Paraná e Rio Grande do Sul: a pluralidade dos edifícios para a escola primária no cenário brasileiro (1903-1928). **Revista História da Educação (Online)**, 2019, v. 23: e83527.

FORMOLO, Marisa V. Dalla Vecchia; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber**:100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; SHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Escola Primária na Primeira**

República (1889-1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Educs, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir**. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909 – 1959). Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: FAE / UFMG, 2000.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 114, p. 179-195, nov. 2001.

QUADROS, Claudemir de. Estado novo e nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: a população e a educação como um problema de governo. **Anais** do XI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos (CIEIA) 17 a 19 de outubro de 2017.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da universidade de SP, acadêmica 21, 1997. 224 p.

SEYFERTH, Giralda. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WERLE, Bibiana. **A campanha de nacionalização e sua memória no alto do Taquari (RS)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, Porto Alegre, 2014.

O IMPRESSO "O AMIGO DAS CRIANÇAS": UMA LONGA TRAJETÓRIA QUE TEVE INÍCIO NA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Marcio Nilander Ávila Barreto[1]

1 Introdução

Este texto busca descrever e discutir, ainda que de forma sucinta, a trajetória de um impresso intitulado "O Amigo das Crianças". Pretende-se apresentar de forma geral, o seu histórico e, a partir de exemplos advindos de algumas fases de sua produção, fomentar a discussão acerca da materialidade deste impresso, bem como o circuito de sua circulação. É necessário destacar que nesta proposta ele será considerado conforme (LUCA, 2008) como fonte e objeto. Primeiramente devemos considerar que a circulação deste, quase que em toda a sua totalidade, está vinculada a um contexto muito específico, qual seja, as chamadas "escolas dominicais para crianças" ou "culto infantil". Eles ocorrem no interior das dependências das comunidades da IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Portanto, pode-se afirmar que este é um impresso vinculado diretamente ao luteranismo.

Se está afirmado que o objeto deste estudo circula nas comunidades luteranas vinculadas à IECLB, deve ser destacado o caráter formativo destas pois o cenário e o contexto em que se deu este evento é um fator preponderante e determinante para a continuidade desta discussão. É comprovado historicamente que estas comunidades foram fundadas pelos primeiros imigrantes alemães que pela região sul brasileira chegaram. Portanto o exercício de analisar o impresso "O amigo das Crianças" nos remeterá diretamente a focarmos o cenário da imigração alemã no Brasil, neste caso, especificamente, a chegada destes ao Rio Grande do Sul.

Por conta destas afirmações pode-se levantar, ainda como primeiros questionamentos, os motivos ou até mesmo quais seriam algumas das principais motivações que fizeram com que os imigrantes atravessassem o oceano atlântico em busca de uma nova localidade para fixar residência. Segundo (SALAMONI, 2001) uma das grandes motivações seria o processo que vai ser iniciado por volta de 1807, quando a abolição definitiva da servidão camponesa, decretada pelo governo que, neste caso, é representado pelo Estado Prussiano, fora validada oficialmente.

A partir desta prerrogativa,

> [...] a maior parte dos camponeses perdeu parte ou todas as terras que cultivava, sendo obrigada a se submeter ao trabalho nas propriedades senhorais ou, então, buscar ocupação nas indústrias urbanas, engrossando a massa de deserdados que passaram a

[1] Doutorando PPGE / FaE / UFPel. E-mail: intergi11@gmail.com.

> viver nas cidades. Além dessas possibilidades restava, ainda, a alternativa de migrar para a América, na busca de melhores condições de vida (SALAMONI, 2001, p. 27).

Este pode ser considerado um cenário que se repetiu durante este período nas mais variadas regiões da Alemanha. Com a exponencial crise vivida pelos camponeses, a então oportunidade de imigração se tornara uma opção válida para a retomada da constituição laboral, social e econômica de suas vidas, agora em outro país.

Por outro lado, o governo brasileiro e sua política demonstrava uma relativa preocupação em defender suas fronteiras. Sendo a região mais ao sul do país uma das áreas que mais se enquadravam neste quesito. A vinda de imigrantes poderia auxiliar neste povoamento das regiões fronteiriças onde possíveis ataques ou tentativas de conquista territorial se faziam presentes naquele momento.

Segundo Kreutz,

> O motivo para incentivar a imigração para o Brasil era a necessidade de ocupação do espaço geográfico no Sul, onde havia frequentes conflitos de fronteiras [...]. Oficialmente, incentivava-se a formação de núcleos etnicamente homogêneos. Cada família teria uma pequena propriedade, próxima a uma vila na qual se organizava uma estrutura que favorecesse a vida comunitária: escola, igreja, comércio, arte cemitério e clube. No contexto de políticas para a imigração no Brasil, os povos de língua alemã formaram a primeira corrente imigratória. De 1824 até 1947 vieram em torno de 250.000 imigrantes (KREUTZ, 2014, p. 152).

Seguindo nesta linha cronológica do tempo, percebe-se que no decorrer dos anos, os imigrantes alemães começaram a formar pequenas comunidades. Porém, a questão da representatividade destas já despertava certa preocupação em seus líderes. Eles identificavam principalmente e necessidade da criação de uma associação, o que mais tarde se configuraria na criação de um sínodo, que trouxesse uma maior unidade para os povoados, representados através de uma nomenclatura que poderia os abranger colaborando na efetivação deste intuito.

Tentando disseminar/fomentar ainda mais esta ideia de trabalho em comunidade pelo território rio-grandense, surge a figura do pastor Wilhelm Rotermund[2] que atuou no sentido de convencer as então lideranças comunitárias, entre elas professores e pastores, da necessidade da criação de um órgão representativo. E a partir deste movimento, nos dias 19 e 20 de maio de 1886, ocorre em São Leopoldo-RS, a fundação do Sínodo Riograndense.[3]

---

[2] Nascido em Stemmen -Alemanha- em 25 de novembro de 1843 e falecido em *São Leopoldo* em 5 de abril de 1925. Foi um pastor luterano, professor e jornalista teuto-brasileiro. Ajudou a fundar o Sínodo Rio-Grandense, em 1886, bem como fomentou na região a imprensa, gráfica e edição de livros didáticos e religiosos. Maiores informações ver: Dreher, 2014.

[3] Maiores informações em Ana Carolina Walzburger: Sínodo Riograndense completa 130 anos de fundação. Disponível em: http://www.luteranos.com.br/conteudo//noticias/historia/sinodoriograndense-completa-130-anos-de-fundacao. Acesso em: 10 abr. 2021.

Este sínodo, conforme Tessmann (2013), estabelecerá união junto aos demais sínodos que foram sendo criados tanto na região sul brasileira, como em grande parte do território nacional de igual forma. Eles fundarão a Federação Sinodal, o que, posteriormente, será denominada como IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).

Atualmente essa instituição possui reconhecimento no campo religioso no qual atua. Ela está distribuída em 18 sínodos em várias regiões do país. Por isso se faz necessário expor este contexto histórico. Ele possui grande importância para esta discussão. Observar e discutir a trajetória do impresso "O amigo das crianças" nos remete justamente a sua origem, pois este foi idealizado e disponibilizado para um uso voltado prioritariamente ao contexto das comunidades vinculadas à IECLB.

2 O impresso

Denominado como "O Amigo das Crianças", este impresso surgiu na região sul brasileira no ano de 1937 estendendo-se a sua impressão e distribuição até aos dias de hoje. Sua utilização se dá em cultos infantis ou escolinhas dominicais. Além deste público específico ele também circula em algumas escolas sinodais, que, sendo vinculadas à rede sinodal, aproximam-se das próprias comunidades luteranas[4], pois ambas atuam sob a ação diretiva da IECLB.

Atualmente ele possui uma trajetória de 84 anos. E ao ser destacado o seu longo período de existência, depreende-se, rapidamente, que muitos seriam os detalhes passíveis de reflexão sobre ele. Realmente, por conta desta condição, é possível até mesmo afirmar que, de certa forma, sua história pode ser abordada das mais variadas formas, pois há um longo período de existência certamente estará vinculado uma igual riqueza de detalhes.

Porém, nesta exposição que aqui pretendo realizar, farei uma breve apresentação do impresso, pois preciso destacar os fatos que elenquei como sendo os que possuem maior relevância em todo este cenário. Desta forma, ainda que de maneira diminuta em detalhes, pretendo apresentar o impresso de forma ampla fazendo para isso, uso de alguns exemplares escolhidos dentre tantos outros que não puderam aqui ser contemplados.

Ele surge então em 1937. Era impresso em língua alemã até o ano de 1938, quando por conta de questões relativas a políticas governamentais nacionalistas institucionalizadas em solo brasileiro no cenário da segunda guerra mundial, sua equipe diretiva teve que revogar esta

[4] Escolas dominicais ou culto infantil são espaços frequentados por crianças de até 12 anos de idade. Durante o sermão no templo, elas são levadas para estes locais onde desenvolvem práticas de leitura, escrita, trabalhos manuais diversos. Ao final do sermão, elas retornam ao templo para o encerramento do culto (que geralmente ocorrem aos domingos). Escolas Sinodais ofertam cursos que se estendem da educação básica até o ensino médio. São vinculadas a Rede Sinodal da IECLB – que nesta frente também possui faculdades de formação teológica.

condição. Neste período ele é denominado como sendo um “jornalzinho infantil” com distribuição semanal. Era destinado especificamente para crianças de 6 até 11 anos de idade. Assim, seguindo as determinações do governo brasileiro vigentes na época, passou a ser impresso em língua portuguesa desde então, como pode ser verificado abaixo.



Figura 1 – No exemplar a esquerda observa-se a impressão em alemão “*Evangelischer Kinderfreund*”.
Fonte: portalsinodors.org.br.

Os dois exemplares da figura 1 nos mostram a modificação substancial que o impresso sofreu por conta da determinação imposta pela legislação vigente à época. Desde o principal fator – a troca do idioma – até mesmo a figura que era apresentada como imagem central do impresso sofreu significativas modificações. Este já pode ser considerado um marco importante na história deste impresso.

Atualmente podemos analisar impressos sobre uma perspectiva diferenciada. E igualmente nos valer nas discussões propostas em nossas pesquisas da mesma forma. Como Luca (2008) apontou, isso ocorreu, pois, a prática historiográfica, alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX com a terceira geração dos Annales. Eles não negaram a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, ainda assim, realizaram deslocamentos com vistas à observação de "novos objetos, problemas e abordagens". Para tanto, eles utilizaram aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica.

E esta condição é o passo fundamental que propiciou uma nova discussão na forma das análises sobre documentos impressos utilizados em trabalhos acadêmicos que giram em torno da esfera da história da educação e suas particularidades.

Avançando por entre a trajetória do impresso, referente ao ano de 1954 temos o exemplar abaixo:



Figura 2 - Revista O Amigo das Crianças (fev/1954).
Fonte: Hisales[5]

Este é o exemplar de número 8 do corrente ano. O impresso, nesta data, já possui 17 anos de existência. A capa, ou primeira folha, traz uma ilustração onde a figura de Jesus Cristo está rodeada por crianças. É perceptível que, já na capa do impresso, o formato da edição procura destacar e relacionar o título da revista com a imagem apresentada.

Podemos notar que a impressão deste exemplar é toda ela feita em preto e branco. Quanto aos elementos que compõem o resultado desta edição, devemos salientar as limitações ou condições técnicas tipográficas que à época, acabava por ser determinante no formato ou na qualidade dos materiais durante o processo de impressão que estão disponíveis neste exemplar utilizado como estudo. Na capa em questão, pode-se observar as condições citadas acima dispostas em um grande texto, localizado à metade esquerda da capa.

Um olhar mais acurado quanto ao formato das letras impressas, o tipo de letra, o modelo de impressão entre outras questões, torna perceptível que a relação texto/público-alvo e as ferramentas utilizadas na área tipográfica no ano de 1954, neste caso, denotam que o conteúdo deste impresso contrasta de certa forma, se comparado as atuais tecnologias que encontramos no campo textual, tipográfico e de impressão. Sabemos que houve uma alteração que trouxe variações aos formatos dos impressos conforme as demandas foram surgindo.

[5] Hisales: História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares é um centro de memória e de pesquisa, cadastrado no CNPq desde junho de 2006. Coordenado pelas professoras Dra. Eliane Peres, Dra. Vania Grim Thies e Dra. Chris de Azevedo Ramil, é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e reúne alunos de graduação e de pós-graduação. Embora tenha sido cadastrado como grupo de pesquisa no CNPQ em 2006, desde 2001 já eram realizadas, na Faculdade de Educação da UFPel, investigações envolvendo essas temáticas (alfabetização, leitura e escrita) e desde 2004 produzidas dissertações de mestrado no PPGE. Esses trabalhos resultariam, em 2006, na criação do referido grupo de pesquisa que reúne alunos de graduação e de pós-graduação – mestrandos e doutorandos do PPGE/FaE/UFPel.

É no detalhe que abarca a questão destas "variedades" que podemos descobrir algo relevante: o leitor não espera a mesma coisa de um bilhete, de uma ficha, de um jornal, de uma revista ou de um livro. No âmbito do mundo como o conhecemos foi estabelecida uma hierarquia, pelo menos até antes do aparecimento das telas com escrito ou das escritas de tela. E nesta classificação é onde reside uma organização do mundo da escrita. Ela articula-se a partir da ligação entre objeto e discurso que correspondem a uma classe de texto (CHARTIER, 2005, p. 100).

Seguindo esta lógica, a partir de 1964, as edições de "O Amigo das Crianças" passaram por outra reformulação. A ideia do formato chamado "jornalzinho", que media 12X8 cm, é modificada por uma edição em formato um pouco maior, no tamanho 15X10 cm. Ainda outras modificações também começam a surgir nas abordagens e comunicações que são direcionadas ao público leitor. As edições continuaram a ser semanais.

Como as edições eram semanais, logo, um vasto número de exemplares está contido neste período da revista. E no caso específico da observação histórica da utilização do gênero denominado "revista", Luca (2008) afirma que encontraremos um desafio ainda mais singular. Estes impressos, se considerarmos suas longas trajetórias em alguns casos, possuem uma tiragem inicialmente semanal, mensal e bimensal. Logo, teremos como base de estudos muitos edições e exemplares destas.

> No caso das revistas [...] o desafio de conceituar esse gênero de impresso, esclarecer suas condições de produção, mapear o seu processo de difusão e inquirir acerca da natureza da amplíssima gama de semanários e mensários [...] exigem larga pesquisa, domínio de ampla bibliografia e rigor conceitual são fundamentais, não só pelos dados que inventariam e organizam, mas pelo muito que sugerem e ensinam acerca dos procedimentos teórico-metodológicos adotados no tratamento das fontes (LUCA, 2008, p. 122).



O Amigo das Crianças

PUBLICAÇÃO SEMANAL

2º DOMINGO APÓS O NATAL
E 1º DOMINGO APÓS EPIFANIA
Nº 1 – Ano 46 – 02 e 09/01/83

EM COMEMORAÇÃO AOS 500 ANOS DO NASCIMENTO DE LUTERO
1483–1983

WITTENBERG RECEBE VISITA DE CRIANÇAS

A cidade de Wittenberg está movimentada. Chegaram crianças para um encontro com Lutero. As crianças desejam saber mais a respeito da sua vida e obra. O príncipe Frederico, o Sábio, veio especialmente de Wartaurgo para recepcioná-las e conduzi-las até a residência de Lutero, conhecida como "o Claustro Negro".

Além do príncipe Frederico, as crianças também serão recepcionadas por outros amigos de Lutero, como o professor Filipe Melanchthon, o pintor Lucas Cranach, o impressor Hans Lufft e o doutor Justus Jonas.

Neste número apresentaremos o QUEM É QUEM EM WITTENBERG, na história da Reforma Luterana:

"O Claustro Negro" em Wittenberg, Alemanha

Figura 3 - Revista O Amigo das Crianças – Tema: "Em comemoração aos 500 anos do nascimento de Lutero" (jan/1983).
Fonte: Hisales.

Prosseguimos na observação de exemplares ao longo dos anos. O exemplar acima é de janeiro de 1983. Ele ainda era impresso em preto e branco, seguindo a linha dos anos anteriores. Mas no final da década de 1980, como poderemos notar abaixo no modelo de 1988, ainda que o impresso continuasse possuindo quatro páginas, começa, neste período, a surgir as primeiras capas coloridas. As cores- na verdade tarjas alocadas na parte superior das capas - serviam para demarcar os meses dos anos. Para cada mês, uma cor correspondente era utilizada. Como a distribuição era semanal, logo, quatro delas, delimitariam o período de um mês, pois teriam uma só cor. Por consequência, eram selecionadas então doze cores distintas para perfazer o período de um ano.

Isso nos mostra que o pesquisador necessita compreender as relações do aspecto material dos impressos, as condições e características de sua circulação, o modo como se apresenta ao público-alvo, suas características em geral. Com este enfoque ainda poderá observar, através dos próprios impressos por ele estudados, um modelo de investigação que apontará, os objetos culturais contemporâneos à fonte em questão. Isso é possível porque as condições do entorno do impresso descrevem o cenário pelo qual este esteve inserido, algo que pode ser evidenciado através de quesitos como: produção, apropriação, forma, circulação, frequência, entre outros (CHARTIER, 1991).

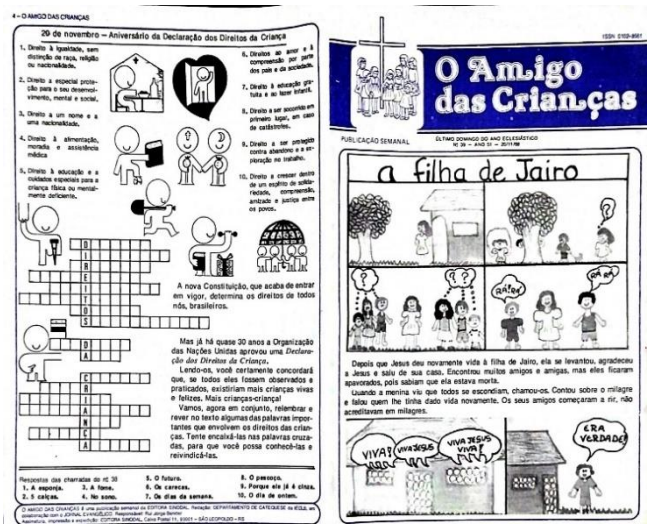


Figura 4 - Revista O Amigo das Crianças – Tema: "A filha de Jairo" (nov/1988).
Fonte: Hisales.

Já em meados de 1997, além da capa, a última folha do impresso também começa a ser apresentada em cores. Isso ocorreu pois nela estavam alocadas as produções feitas pelos leitores. Tal iniciativa fazia parte de uma série de atividades que o impresso propunha aos leitores. Tratava-se de recortes, colagem, desenhos para colorir. Por isso, tornou-se a necessário reproduzi-los de tal forma nas edições. Esta questão se tornou algo imprescindível. As crianças enviavam as atividades – coloridas -, via correio, para que fossem publicadas nas edições seguintes.

Agora a revista toma contornos de uma proposta de interatividade ainda maior com o leitor. O principal diferencial desta abordagem pode ser considerado o processo de observação, aproximação e posterior identificação da leitura do todo que os editores das revistas pretendiam atingir. Para tanto, as edições contam com uma gama maior de imagens e cores nas edições.

Para o pesquisador/investigador este também é um marco importante. Ele agora pode trabalhar buscando vincular a intencionalidade dos textos e as imagens que compõem as páginas das revistas, descrevendo, relacionando e discutindo seu conteúdo.

Para os pesquisadores,

> A análise das imagens, por sua vez, não apenas propicia a realização de uma História da pintura, da fotografia, da televisão e/ou do cinema, isto é, da evolução técnica de meios que permitem o registro de textos e imagens, mas também constitui-se em representações do vivenciado e do visto, do sentido e do imaginado. O trabalho com uma ampla gama de registros demanda, assim, novas competências do historiador (SAMARA; TUPY 2010, p. 119).


PUBLICAÇÃO SEMANAL

Amigo das Crianças

ASSINATURA:
ANUAL: R$ 12,00 - Novembro/Dezembro: R$ 2,60

13º DOMINGO APÓS PENTECOSTES
16/10/2003

A VIDA NO TEMPLO

História baseada em 1 Samuel 2.18-21

Como faziam há muito tempo, uma vez por ano, Ana e sua família iam para Silo oferecer um sacrifício a Deus. Este sacrifício era uma forma de adorar e louvar a Deus. Em Silo, no templo, estava Samuel, o filho de Ana e Elcana, servindo a Deus.

Sempre preocupada com o bem-estar de Samuel, Ana costurava e levava uma túnica nova toda vez que ia visitá-lo. A túnica era usada por baixo de alguma capa ou outra roupa. Embora ainda fosse jovem, Samuel já vestia um manto sacerdotal. O manto era uma roupa usada por reis, autoridades e pessoas ricas. O manto sacerdotal era usado pelo grande sacerdote.

Samuel crescia e aprendia novos ensinamentos com o sacerdote Eli. Esta, toda vez que encontrava Ana e Elcana, abençoava-os, dizendo:

— Que o Senhor Deus dê a vocês outros filhos, em gratidão por Samuel, que foi dedicado a ele.

E foi isso que aconteceu. Ana teve mais três filhos e duas filhas. Samuel continuou vivendo no templo em Silo, estudando, desenvolvendo como servir a Deus e ajudando as pessoas.

Figura 5 - Revista O Amigo das Crianças – Tema: “A vida no templo” (out/2003).
Fonte: Hisales.

O exemplar acima é de 2003. Suas características, foram mantidas e se tornariam uma constante até meados de 2006. No ano de 2006 este formato passou por outra transformação, com o impresso passando a ser, então, distribuído como uma revista de circulação bimensal. Desde então ela conta com 20 páginas coloridas, ilustradas e preparadas para que, segundo o conselho editorial (CEC, 2019), a criança "aprenda interagindo, brincando e criando."

Ainda no ano de 2006 outro ajuste pelo qual o impresso passaria se deu no tamanho dos exemplares que também sofrera alterações significativas, passando de doze para 35 centímetros. Agora, a então, revista, passaria por uma transformação substancial no número de páginas: de quatro para vinte. Todas coloridas e com um layout totalmente remodelado. A abordagem ao público leitor é completamente diferenciada, se comparadas com edições de datas anteriores.

Embora este mesmo formato ainda seja mantido, é a partir do ano de 2014 que foram elaboradas e agregadas outras propostas que acompanham cada edição da revista. Além do exemplar que segue para o público leitor, junto a eles há uma espécie de “caderno para professores”, disponíveis para download, que traz em seu conteúdo, propostas pedagógicas/metodológicas que visam auxiliar professores e alunos. Elas estão voltadas para auxiliar nas abordagens em sala de aula, a partir dos temas tratados no conteúdo da revista.

Atualmente, como pode ser melhor observado abaixo, as edições ainda possuem vinte páginas, todas coloridas, e sua distribuição aos leitores ocorre igualmente a cada dois meses. Seguindo este modelo, atualmente, a distribuição conta com seis exemplares da revista a cada ano e junto a eles, seguem igualmente, o caderno de atividades para professores.



Figura 6 - Revista O Amigo das Crianças – Tema: "Vamos arrumar o mundo" (jan-fev/2018).
Fonte: Hisales

Sendo assim, baseado nesta breve apresentação, fica evidenciado que ao longo de seus 84 anos de existência, diversas crianças e adultos, de diferentes gerações já estiveram em contato com este impresso e dele fizeram uso em diferentes épocas. Alguns detalhes um pouco mais aprofundados e questões de cunho voltado aos aspectos técnicos de formatação, criação, edição, conteúdos, distribuição entre outros pertinentes ao processo pelo qual "O Amigo das Crianças" passou e ainda passa, fazem parte de uma pesquisa de maior abrangência que agora encontra-se ainda em fase de construção.

3 Considerações finais

Tendo como origem o movimento iniciado no século XIX, os imigrantes alemães foram enfrentando os desafios que a profunda mudança de sair de país natal para uma localidade distante por milhares de quilômetros lhes trouxera. Ao longo dos anos eles foram vencendo períodos reconhecidamente difíceis, estabeleceram-se ao ponto de organizarem-se em pequenos vilarejos e, no campo religioso, o fizeram através dos modelos de comunidades e logo após em sínodos. É importante destacar que é desta gênese que o formato da instituição IECLB surgiu. Ele foi quem produziu e ainda produz o impresso "O Amigo das Crianças" aqui observado.

Neste pequeno texto procurei destacar seu histórico, elencando alguns detalhes ou diferenças neles existentes, quer sejam estas identificadas nas propostas de impressão, edição, conteúdo textual entre outros. A presença destes podem ser evidenciados nesta investigação entre determinados períodos aqui selecionados para uma breve demonstração e discussão.

Assim é correto afirmar que debruçar-se sobre a investigação de um impresso é algo bastante enriquecedor. Quer seja para o pesquisador ou para os leitores que poderão apropriar-se dos resultados de tais pesquisas. É importante verificar que assim vai-se constituindo o

campo da história da educação, neste caso em específico, unido à história da imigração alemã no sul do Brasil.

Hoje podemos contar com ferramentas que auxiliam a compreender, através da análise de um impresso, como a trajetória deste encontra-se imbricada a diversos aspectos sejam estes educacionais, étnicos, culturais, políticos, tecnológicos, sociológicos entre outros, ocorridos em determinada época ou período.

De igual forma, sabemos que ao propormos o movimento de análise de um impresso, seja ele um jornal ou uma revista, não significa, necessariamente, que nossa observação estará direcionada apenas a eles. O seu contexto também deverá ser considerado como parte fundamental deste ato. O pesquisador precisa compreender que voltar-se para o estudo de um impresso implica em transitar diretamente pelas suas origens e pelas relações históricas e culturais que ele possui. Este movimento enriquece o entorno da pesquisa que amplia assim o seu foco de discussão.

Neste caso, uma pesquisa que analisa um impresso/revista pode voltar-se para o contexto da imigração alemã, na medida em que esta faz o pesquisador e o leitor exercitarem a ação de observar o cenário da história cultural de determinado objeto que está sendo estudado. (BURKE, 2005) nos aponta que, como resultado, este ato pode contribuir enriquecendo as inferências, descrições, questionamentos e apontamentos. Este pressuposto permite que ambos possam olhar para as tradições da cultura popular analisada, a partir da ótica da história cultural. Desta forma estabeleceremos associações ao unirmos a história do impresso com as experiências histórica e humana que o circundam.

Por conta deste movimento podemos destacar que os impressos foram assumindo e consolidando o seu lugar no campo da história da educação. E nela encontraram as ferramentas que auxiliaram o público leitor e os pesquisadores a compreender, através dos mais variados trabalhos acadêmicos, a real importância oriunda da análise de um impresso e suas contribuições no período histórico e social de um determinado local em uma determinada época.

Por fim, descobrimos assim que o ato de pesquisadores utilizarem os impressos tais como as revistas como fonte e objeto, mostra que, analisá-los pode ajudar-nos a estabelecer laços que os definem desde sua origem até sua atual configuração, o que neste caso implica em apontarmos para todo o contexto da imigração alemã em território brasileiro.

Referências

BURKE. Peter. **O que é história Cultural**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros**: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Editora Universidade de Brasília, 1991.

CHARTIER. Roger. **Práticas da Leitura**. 5ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHARTIER. Roger. As revoluções da Leitura no ocidente. In: ABREU, Marcia (org.). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

CHARTIER. Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

DREHER, Martin Norberto**. Wilhelm Rotermund**: Seu Tempo – Suas Obras**.** 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

KREUTZ. Lúcio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. II: século XIX. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUCA. Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

WALZBURGER. Ana Carolina. **Sínodo Riograndense completa 130 anos de fundação.** Disponível em: <http://www.luteranos.com.br/conteudo//noticias/historia/sinodo-riograndense-completa-130-anos-de-fundacao>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SALAMONI. Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, 25-42, dezembro/2001.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TESMANN. Mario Francisco. **Caderno de Teologia.** Fatev. Breve história da IECLB, 2013.

O IMPRESSO JUVENIL COMO ESPAÇO EDUCATIVO NÃO FORMAL

Elias Kruger Albrecht[1]
Patrícia Weiduschadt [2]

1 Introdução

A educação, historicamente, não se restringe aos espaços formais, podendo ocorrer em diferentes locais e com suportes didáticos variados, que envolvem os valores e a cultura própria de cada lugar. Dito isso, a proposta deste texto é apresentar a revista "O Jovem Luterano" enquanto fonte de pesquisa para investigar a cultura educacional juvenil não formal (TRILLA, 2008).

A revista foi um veículo de comunicação juvenil promovida sob coordenação do Sínodo de Missouri (Igreja Evangélica Luterana do Brasil).[3] Com edições mensais, o periódico circulou, interruptamente, de 1929 a 1973, sendo nos dez primeiros anos editado em língua alemã. Como um veículo de comunicação vinculado à imprensa religiosa, a revista tinha por objetivo orientar a vida social e religiosa dos jovens e adolescentes segundo as recomendações da igreja cristã luterana (WARTH, 1979), além de ser um espaço para promover a socialização de atividades culturais e recreativas desenvolvidos com e pela juventude.

A instituição luterana, provedora da revista, segundo estudos de Weiduschadt (2007; 2012) e Albrecht (2019), mantinha um sistema escolar de ensino e aprendizagem que se entrelaçava com a religiosidade. Nesse contexto, o Sínodo de Missouri destacava-se pela produção de material didático e paradidático com o objetivo de promover atividades educacionais e doutrinárias complementares e adaptadas para idades específicas (WEIDUSCHADT, 2012). Com isso, entende-se que o periódico, enquanto meio de comunicação e difusão doutrinária, serviu como uma importante ferramenta educativa, destinado a influenciar a formação do pensamento sociocultural de jovens e adolescentes através de discursos construtivos, dialógicos e interativos, envolvendo a participação do público leitor.

---

[1] Possui graduação em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas e Mestrado em Educação, ênfase em História da Educação, pelo Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE/ UFPEL). Atualmente é doutorando em Educação, ênfase em História da Educação pelo mesmo programa. E-mail: eliask.albrecht@gmail.com.
[2] Possui doutorado em Educação, ênfase em História da Educação, pela UNISINOS e mestrado em Educação pela UFPEL, na mesma linha. É Professora da Faculdade da Educação da UFPEL e atua no Programa de Pós-graduação em Educação da mesma unidade. E-mail: prweidus@gmail.com.
[3] Instituição religiosa herdeira da reforma protestante, que chegou ao Brasil em 1900 por intermédio de missionários norte-americanos, oficializando-se como igreja no Brasil em 1904. Para aprofundar o assunto, ver: Rehfeldt (2003).

A hipótese básica deste texto recai na percepção de que a revista apresenta características que a definem como um veículo de educação não formal, que é aquele que proporciona a aprendizagem de conteúdos em lugares onde as atividades são desenvolvidas de forma direcionada e com objetivos definidos (TRILLA, 2008). Ocorre quando existe a intenção de determinadas instituições e sujeitos em criar ou buscar formação complementar fora da instituição formal de ensino.

Para tanto, este texto se dedica a mobilizar uma aproximação com a fonte, catalogar os principais temas abordados pela revista e observar a recorrência de mecanismos educacionais estrategicamente pensados para uma educação sociocultural e religiosa de acordo com os princípios da instituição provedora da revista.

2 A revista "O Jovem Luterano" como fonte e objeto: aspectos teóricos, metodológicos e apresentação do periódico

Marília Scalzo, em seu livro "Jornalismo de revista", afirma que a imprensa periódica por muito tempo ajudou "[...] na formação e na educação de grandes fatias da população que necessitavam de informações específicas, mas que não queriam ou não podiam dedicar-se aos livros" (SCALAZO, 2004, p. 13). Por conseguinte, diversas instituições sociais, políticas, culturais e religiosas utilizaram-se dos impressos para mobilizar estratégias no sentido de promover o agenciamento cultural de sujeitos em direção a interesses em comum. O que nos leva a pensar o quanto a revista "O Jovem Luterano", enquanto veículo de comunicação juvenil que manteve um relacionamento próximo entre a religiosidade e a cultura escolar, influenciou a formação do pensamento dos jovens leitores desse periódico.

O primeiro contato com a fonte sempre diz respeito à sua materialidade. Segundo Chartier (2002, p. 61- 62), é preciso lembrar que os textos não existem fora dos suportes materiais e que "[..] as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados". Sua natureza, forma de apresentação e organização sempre antecipam algumas informações e desdobramentos com relação ao que iremos nos deparar ao fazer a leitura do texto.

Desta maneira, entende-se conveniente, primeiramente apresentar algumas capas da revista produzidas em momentos diferentes (figura 01) para melhor visualizar o campo empírico do trabalho. Cabe lembrar que a revista iniciou as suas publicações em língua alemã

em 1929 e somente em 1940, por consequência da nacionalização do ensino[4], ela passou a adotar oficialmente a língua portuguesa.



Figura 1 - Capas da Revista "O Jovem, Luterano" das décadas de 1930, 40, 50,60 e 70.
Fonte: Biblioteca do Seminário Concórdia.

Essas primeiras aproximações permitem observar três momentos distintos quanto a sua materialidade, apresentação e organização. Desde as primeiras edições as capas da revista são coloridas e temáticas. Em relação ao tipo de papel utilizado, observa-se que as duas primeiras décadas apresentam folhas que se assemelham a papel jornal, mas com uma textura um pouco mais densa, tendo sua impressão em preto e branco, incluindo as figuras. Já a partir da década de 1950, observam-se mudanças graduais da revista, que inclusive traz algumas impressões coloridas no corpo do periódico. Outra mudança significativa observada em relação a sua materialidade é que as suas folhas ficaram mais lisas e com um aspecto mais brilhante, muito próximo ao do papel couchê. Apesar de manter certa unidade de tamanho e não apresentar grandes oscilações em número de páginas e de edições, o corpo da revista ressalta as ações do tempo ao qual ela se torna testemunha. A esse respeito, Tânia de Luca (2008) enfatiza que a materialidade do impresso e seu suporte têm muito a dizer sobre a época de sua produção e funções sociais nele operadas.

Por ser um condutor de intencionalidades, a revista "O Jovem Luterano" torna-se um instrumento significativo para analisar o processo de disciplinamento da juventude luterana. Suas narrativas irão permitir compreender as influências sofridas pelo contexto no qual ela foi produzida e a função social exercida sobre os sujeitos. Os objetos materiais funcionam como veículos de qualificação social, são registros que orientam leituras e carregam métodos, técnicas

[4] Conjunto de medidas adotadas durante o governo de Getúlio Vargas, como proibição da fala e literatura estrangeira, entre outras medidas, para diminuir a influência das comunidades de imigrantes estrangeiros no Brasil e forçar sua integração junto à população brasileira.

e práticas de ensino que nos permitem conhecer tanto a materialidade como a subjetividade histórica do objeto (MENESES, 1998). A revista não somente guarda as marcas de sua historicidade, mas oferece subsídios para refletir sobre determinados "tipos de aprendizagem que são oferecidos a subgrupos específicos, mediante procedimentos educativos diferenciados" (TRILLA, 2008, p. 33).

As abordagens da revista manifestam certo grau de didatismo, o que nos leva a inferir que a mesma pode ser percebida também como um instrumento de ensino paradidático[5], que é aquele onde os conteúdos são constituídos com informações objetivas e trabalhados em forma de narrativa com a finalidade de transmitir conhecimento, informação e algum tipo de lição aos leitores (AZEVEDO, 1999).

Esses diferentes métodos e suportes de ensino são percebidos por Bastos (2002) como fontes privilegiadas nos estudos relacionados à história da educação. Para a autora, a imprensa:

> [...] é um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em história da educação. A imprensa pedagógica- jornais, boletins, revistas, magazines feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou por outras instituições- sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, as práticas educativas (BASTOS, 2002, p. 153).

A autora destaca, assim, a importância do impresso como fonte de pesquisa quando se objetiva investigar a cultura educacional e as diferentes esferas que exercem influências na formação do pensamento em contextos específicos e em épocas distintas.

Por ser um condutor de intencionalidades, a revista "O Jovem Luterano" torna-se um instrumento significativo para analisar o processo de disciplinamento da juventude luterana. Mas para saber como se deu esse processo de educação condicionada, precisamos primeiro conhecer a revista e exemplificar suas abordagens. Assim poderemos fazer uma ponte entre os textos e a realidade, em uma tentativa de compreender as influências sofridas pelo contexto no qual ela foi produzida e a função social exercida sobre os sujeitos.

2.1 Estratégias educativas da revista

As intencionalidades educacionais da revista "O Jovem luterano" são percebidas no editorial de lançamento, em abril 1929,[6] onde observa-se que o objetivo da criação do periódico é auxiliar o jovem a manter o juramento de fidelidade a Deus feito no momento de sua

[5] Instrumentos produzidos para fins de ensino, porém sem as características funcionais de composição do manual didático. Para saber mais sobre ver Munakata (1997).

[6] A revista lançada em 1229 era intitulada de "*WalterLiga-Bote"* e somente em 1940, por consequência da nacionalização, ela passa a se chamar "O Jovem Luterano".

confirmação[7] e "contribuir para que sejam preservados nas congregações individuais da igreja". A partir desse momento os jovens passam a ter necessidades especiais, experimentar novas alegrias, novas experiências e consequentemente estão sujeitos aos perigos intrínsecos à idade (WALTERLIGA-BOTE, abr. 1929).

A revista se coloca como o elo entre o jovem e a igreja, contribuindo para a sua formação identitária enquanto sujeito cristão luterano, proporcionando conhecimento sobre o mundo que envolve os indivíduos e suas relações sociais. Cumpre o papel de mostrar aos jovens "oportunidades de cumprir os mandamentos e como evitar a transgressão" (O JOVEM LUTERANO, jan. 1943, p. 7).

Ao estabelecer aproximações com temas recorrentes na revista, principalmente no que tange às instruções para a vivência dos jovens após a confirmação, é possível observar que ela aborda diferentes assuntos relacionados a vida em sociedade de jovens cristãos. O que leva a entender que a intencionalidade do periódico era promover condições para que os jovens e adolescentes pudessem elaborar o seu projeto de vida inspirados em princípios cristãos luteranos. Assim, para manter a influência da igreja sobre os jovens após a confirmação, a revista lembra que é necessário envolvê-los em programas de cunho educativo e recreativo, conforme segue:

> Para evitar estagnação espiritual é necessário que os jovens moços e moças, se afiliem a uma sociedade juvenil. Somente dessa maneira grande parte deles aprenderá a viver o seu cristianismo e compreenderá o que se espera dum membro vivo e ativo em nossa igreja. Deve começar o quanto antes, logo depois da confirmação a serem introduzidos no programa da liga, isto é, nos dois campos de sua atividade: o saber cristão e o serviço cristão (O JOVEM LUTERANO, ago. 1940, p. 129).

Com isso, nota-se a preocupação da igreja em envolver os jovens em alguma atividade prática, para que eles pudessem continuar a exercer e aprimorar os conhecimentos adquiridos durante os anos que frequentaram o ensino confirmatório, uma vez que o ritual da confirmação disseminava a ideia nas comunidades luteranas de que os jovens obtinham certa liberdade. Para tanto, necessitariam de orientações complementares e de preferência oriundas da Igreja. Assim, a revista servia para orientar comportamentos considerados adequados para as bases confessionais da igreja luterana.

[7] Confirmação é um ritual praticado pelos luteranos equivalente à crisma católica, em que o jovem, após passar por um período preparatório que enfatiza a educação dos principais temas inerentes à fé cristã segundo a perspectiva luterana, é submetido a um exame de aptidão para fazer a primeira comunhão e prestar votos de fidelidade à religião. Esse ritual é praticado entre 12 e 14 anos, aproximadamente. No meio luterano pode ser considerado um ritual de passagem para a vida adulta, pois o adolescente adquire certas liberdades frente aos pais e a comunidade, como sair sozinho, ir ao baile, namorar e contrair relação conjugal. Para saber mais sobre ver Krone (2014) e Krause; Albrecht (2020).

No exemplar de março de 1943, a revista expõe que os encontros de jovens[8], promovidos semanalmente pela igreja, funcionam como cursos secundários para aquisição de conhecimentos para esse seguimento da comunidade. E ressalta que o seu papel é disponibilizar "meios para o aperfeiçoamento do jovem luterano, oferecendo a eles um esboço para discussões nas reuniões, notícias das atividades nos diversos campos, leitura recreativa e comunicação social" (O JOVEM LUTERANO, mar. 1943, p. 38). Logo, entende-se que a revista carrega métodos, técnicas e práticas de ensino de formação complementar que nos permitem conhecer a subjetividade da cultura juvenil social e religiosa luterana. Trata-se, portanto, de um meio de educação não formal, voltado para a formação humana e social em um contexto específico (GOHN, 2016).

Observa-se que na revista os jovens e adolescentes são convidados a refletir sobre temas variados relacionados à vida, ao corpo e a alma. Entre estes estão meditações, conhecimentos bíblicos e catequéticos, o papel do jovem na igreja, cuidados com a saúde e o bem-estar físico e social, recomendações para as moças e rapazes sobre seu papel na sociedade, vida matrimonial e família. Traz também atividades de recreação para serem desenvolvidas nos encontros de jovens, bem como trocas de experiências, em espaço dedicado para os leitores compartilharem assuntos variados relacionados ao cotidiano da juventude, além do caderno de cultura e curiosidades históricas e contemporâneas. São, portanto, atividades educativas e recreativas que se confrontam com os outros processos educativos, estabelecendo diálogos, conflitos, ações e considerações, "julgados como adequados" para aquele grupo específico, que nos permitem conhecer a visão de mundo que estão construindo, os valores defendidos e os que são rejeitados (GOHN, 2016).

A intencionalidade de educar e informar a juventude luterana de forma condicionada é observada em agosto de 1928, momento em que lideranças jovens e da igreja se reuniram para decidir sobre a criação de "um jornal juvenil que deveria oferecer instrução e entretenimento a todos os jovens e nele deveriam constar todos as notícias sobre o trabalho da liga" (WALTERLIGA BRASILIENS[9] ago. 1928, p. 1). Observam que é direito e dever de todo o cristão ser feliz e que a proposta de "fornecer instrução e entretenimento justos [...] é contribuir

[8] Também chamado de "departamento de jovens", são encontros geralmente semanais onde os jovens, após serem confirmados, reúnem-se na igreja para momentos de estudo, reflexão e comunhão. Essas atividades são geralmente mediadas pelo pastor ou por algum líder jovem. Além desses encontros, são também promovidas pelo sínodo encontros distritais, regionais e nacionais direcionados ao jovem luterano.

[9] *Walterliga Brasilians* foi o nome dado à primeira liga juvenil luterana criada na América Latina, no ano de 1925. Por jovens pertencentes ao Sínodo de Missouri, atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil, na região então conhecida como Picada Hartz, atual Nova Hartz/ Rio Grande do Sul. Para saber mais sobre ver Warth (1979).

para que a juventude em crescimento seja preservada para as congregações e, portanto, para a igreja" (WALTERLIGA BRASILIENS, ago. 1928, p. 1).

Pressupõe-se, com isso, a mobilização de um processo de educação não formalizado, mas com fins específicos de orientar a vida social e religiosa dos jovens e adolescentes segundo as recomendações da igreja cristã luterana. Esclarecem que "as lições publicadas mensalmente na revista o jovem luterano hão de contribuir muito para ampliar o saber do jovem em utilidade" (O JOVEM LUTERANO, jun. 1940, p. 100). O que nos leva a compreender que a revista funcionava como uma espécie de filtro educativo que possibilitava aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da ética luterana[10]. Trata-se, assim, de uma ação educacional complementar, apoiada nos valores e na cultura própria de cada lugar e ou instituição, no caso a Igreja Evangélica Luterana do Brasil. E sustentada pela troca de experiências entre indivíduos, promovida em espaços coexistentes ao sistema oficial de ensino com o objetivo promover aprendizados complementares (TRILLA, 2008).

Engajada em capacitar os jovens luteranos a conhecer e vivenciar sua própria cultura religiosa, os conteúdos da revista eram postos de modo que fizessem sentido para os indivíduos inseridos naquele contexto social. Logo temos, segundo Gohn (2016), um espaço educativo que não se enquadra na educação formal, mas que apresenta um exercício para a manifestação das diferenças culturais. O que nos dá a ideia de que a revista tinha por finalidade última moldar uma identidade luterana coletiva, uma vez que suas abordagens visam determinados modelos de comportamento que eram esperados de um jovem cristão luterano.

Dentro dessa linha de pensamento, observou-se algumas discussões que são recorrentes na revista e que nos permitem pensar tratar-se ela de uma proposta socioeducativa voltada à aprendizagem de saberes entendidos como "necessários" para as vivências sociais e coletivas da juventude luterana. A revista não se omite em discutir os temas que são contemporâneos à faixa etária para a qual se dirige, porém aborda estes assuntos dentro de uma perspectiva cristã luterana. Como, por exemplo, a participação dos jovens e adolescentes em atividades culturais, esportivas e recreativas. Vários debates e reflexões são construídas em torno desses temas. Os conteúdos do impresso não proíbem que o jovem participe de atividades desse cunho, porém procuram orientar o comportamento dos jovens nesses eventos, conforme observa-se no exemplar de janeiro de 1947, que diz: "a recreação constitui, sem dúvida, uma necessidade para todo o ser humano [...], porém tudo o que o cristão participa e ou faz deve contribuir para a

[10] A ética luterana considera Os Dez Mandamentos como a base para a convivência humana de forma justa e ordeira. Pode ser resumida em "amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como a si mesmo". Tem por base o livro "Das Boas Obras", escrito por Martim Lutero e traduzido na versão atualizada como "Ética Cristã".

glória de Deus e para o bem do próximo" (O JOVEM LUTERANO, jan. 1947, p. 4). Desta maneira, são perceptíveis as interlocuções construídas entre as vivências diárias dos jovens e adolescentes leitores da revista e a ética cristã luterana e seus significados.

Existe toda uma orientação sobre os divertimentos mundanos, com recomendações para a vivência de moças e rapazes. São apresentadas dicas de comportamento e de lugares propícios para serem frequentados pelos jovens luteranos, ressaltando espaços que devem ser evitados para que a imagem do jovem não seja desacreditada perante a sociedade e o nome de Deus seja honrado. Por outro lado, existe um trabalho de incentivo às atividades de recreação e divertimento cristão, com espaços dedicados a disseminar programas culturais como teatro, música, congressos, passeios e literatura secular e religiosa, inclusive incentivando os departamentos de jovens a constituírem bibliotecas de uso coletivo. Reforçam o desenvolvimento de programas esportivos, como voleibol, futebol, jogos de tabuleiros, entre outras atividades desportivas, que são divulgados e debatidos nas páginas da revista sob a orientação de um departamento cultural e esportivo com dedicação exclusiva ao tema. Por conseguinte, o jovem era estimulado através do espaço do leitor, onde ele é convidado a participar e compartilhar suas experiências, divulgar as atividades desenvolvidas pelos jovens em suas comunidades, como eventos religiosos, culturais e esportivos que aconteciam em diferentes espaços do Brasil, como se fosse um *feedback* sobre como o trabalho da liga de jovens[11] e sua revista repercutiam dentro das sociedades juvenis.

As diferentes abordagens da revista ressaltam a preocupação e o cuidado do impresso em influenciar todos os espaços da vida dos jovens. Um exemplo disso é a escolha do cônjuge, com recomendações para todas as etapas, que vão desde dicas sobre onde procurar o par ideal, passando pela fase do namoro, noivado, vida matrimonial e o papel do homem e da mulher no casamento. Além disso, existiam recomendações para evitar casamentos com jovens de outras denominações religiosas, sendo também uma forma de manter a nova família ligada ao luteranismo. Nesse sentido observam que:

A mais importante e significativa das decisões do jovem é justamente a de casar-se/e com quem se casar. O jovem muitas vezes se encanta com o rosto bonito da moça e essa com os encantos do jovem, esquecendo ambos do caráter e da responsabilidade, em quando estes são descobertos talvez já seja tarde (O JOVEM LUTERANO, jan/fev. 1967, p. 5).

[11] Conselho Geral (CG) é uma diretoria jovens e pastores conselheiros eleitos em Congresso Nacional da JELB (Juventude Evangélica Luterana do Brasil) para coordenar e orientar o trabalho das Uniões Juvenis a nível nacional. Ver: https://www.jelb.org.br.

A constituição da família e todas as implicações que daí derivam faziam parte das páginas da revista. Dentro deste campo são recorrentes as proposições relacionadas a planejamento familiar, sexo, adultério e divórcio.

A educação higienista[12] também se encontra presente na revista. Dentro desse quadro podemos observar discussões e orientações relacionados à higiene, alimentação e a saúde, com críticas ao alcoolismo e ao tabagismo, ressaltando principalmente a importância do exercício físico para o bom funcionamento do corpo de da mente. Observam que "a prática diária de alguma atividade física contribuirá para o melhor funcionamento de todos os órgãos do corpo, além da sensação de bem-estar e conforto" (O JOVEM LUTERANO, 1958, p. 22). Isso mostra a preocupação dos coordenadores e redatores da revista em atingir todos os campos da juventude luterana, oferecendo a eles uma coleção de textos para o corpo, para a mente e para a alma.

E como viviam em um mundo globalizado e multicultural, a revista também se encarregava de informar o jovem a respeito do que estavam acontecendo no mundo. Em pequenas notas informativas e em reflexões mais aprofundadas, os leitores tomavam ciência sobre acontecimentos mundiais relacionados aos mais variados temas, de cunho científico, religioso, social, político, econômico, entre outras curiosidades. Assim evitavam que o jovem buscasse orientações de qualquer natureza fora do crivo da igreja.

3 Considerações finais

Este artigo é fruto das primeiras aproximações com o conteúdo da revista "O Jovem Luterano". Ainda não é possível estabelecer grandes problematizações, porém esse contato inicial permitiu fazer algumas observações e estabelecer algumas categorias de assuntos que eram discutidos no periódico, as quais serão aprofundadas em análises futuras.

Em uma análise geral é possível inferir que a revista funcionava como uma espécie de tutorial das práticas luteranas. Sua intencionalidade era controlar as vaidades e liberdades mundanas, bem como assegurar o enquadramento apropriado dos jovens e adolescentes luteranos, atendendo às aspirações e necessidades específicas da juventude luterana.

O impresso confrontava o/a jovem com o evangelho de Cristo e contribuía para que a juventude permanecesse fiel à igreja mediante atividades reflexivas, discursivas e interativas. Sua intencionalidade era orientar a passagem da juventude para a vida adulta e as escolhas que dela poderiam resultar, além de integrar os jovens na vida da comunidade.

[12] Tratava-se de uma parceria com o Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), que era um órgão oficial do governo brasileiro no período.

Segundo as prerrogativas dos teóricos que auxiliaram a embasar essa pesquisa, o Sínodo de Missouri, além atuar no campo educacional formal, desenvolveu uma produção bibliográfica fundamentada nos preceitos da doutrina luterana, com uma linguagem específica para cada seguimento da família. Logo, a revista "O Jovem Luterano" pode ser considerada uma espécie de manual de formação complementar para a juventude luterana. Existia todo um processo educacional iniciado na infância que culminava na confirmação. Este momento pode ser entendido, no campo do luteranismo, como o fechamento de um ciclo da vida e o início de uma nova etapa com novas perspectivas e novas responsabilidades. Nesse sentido, a revista se apresenta com um guia para auxiliar o jovem a descobrir a sua liberdade condicional. Ou seja, como aplicar aquilo que aprendeu durante o período de sua educação cristã luterana, em sua vivência diária, dentro das perspectivas que o mundo oferece.

A estrutura material da revista permite visualizar que ela se colocava como uma produtora de conhecimento em potencial, abarcando vários âmbitos educacionais e informacionais. Isso pode ter implicado em uma estratégia da instituição promotora da revista para atender às demandas impostas pela modernidade. E, assim, pôde-se manter como espaço de referência na circulação de informações religiosas e culturais, fazendo com que o jovem não se dispersasse com outras leituras.

Referências

ALBRECHT, Elias Kruger: **Cartilhas em língua alemã produzidas pelos Sínodos Luteranos no Rio Grande do Sul:** usos e memórias (1923-1945). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

AZEVEDO, Ricardo. Livro para crianças e literatura infantil: convergência e dissonâncias. **"Jornal do Alfabetizador**. Porto Alegre: Kuarup. Ano XI - nº 61, 1999, p. 6-7.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezí. **Fontes históricas**, 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de Papel: a imprensa e a história da educação. IN: SOUZA, José Carlos Araújo e GATTI, Décio Júnior. **Novos Temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, Autores Associados, 2002.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

JUVENTUDE EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL: Estatuto. Portal eletrônico. Brasil. Online. Disponível em: https://www.jelb.org.br/. Acesso em: 23 abr. 2021.

KRONE, Evander Eloí. **Comida, memória e patrimônio cultural**: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

REHFELDT, Mario L. **Um grão de mostarda**: A História da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. v.1. Porto Alegre: Concórdia, 2003. 180 p.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezí (Org). **Fontes Históricas**, 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LUTERO, Martim**. Ética cristã**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

MENESES, UlpianoT. Bezerra de Memória e Cultura Material: documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível on-line em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>. Acesso: 22 abr. 2021.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 217 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1997.

O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano II, ago. 1940.

_____. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano IV, ago. 1943.

_____. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano VIII, ago. 1947.

_____. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIX, Jan/Fev. 1958.

_____. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXVIII, Jan/Fev. 1967.

ROMIG, Karen Laiz Krause: ALBRECHT, Elias Kruger. O rito da confirmação e a educação da juventude luterana. In: VIEGAS, Danielle Heberle Viegas; SANTOS Rodrigo Luís dos (ogrs). **Estudos étnicos e migrações**: desafios contemporâneos no campo da cultura e da memória. Canoas: Unilasalle, 2020. p. 117-125.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **A educação formal e não-formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Sumos, 2008, p. 15-58.

WALTERLIGABOTE. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano I, abr. 1929

WARTH, Carlos H. **Crônicas da Igreja**: Fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900-1974). Porto Alegre, Concórdia S. A, 1979.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: Identidade e cultura escolar. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.

_____. **A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

A IMIGRAÇÃO NO CINEMA: POSSIBILIDADES DE ENSINO

Carla Cristine Spies Stallbaum[1]

1 Introdução

As produções cinematográficas são uma das formas mais democráticas de acesso à cultura em nosso país. Grande parte da população brasileira acompanha algum filme ao menos uma vez na semana. Os jovens, cada vez mais conectados acompanham as plataformas de streaming com muita avidez. A escola é parte obrigatória da vida dos jovens, então, quais as justificativas para não unir o necessário ao agradável?

O cinema pode influenciar vários contextos de percepção do espectador, diante das realidades apontadas, julga-se necessário refletir ainda mais sobre os mecanismos promoção da diversidade cultural no espaço escolar. Assim, o que buscamos quando nos propomos a trabalhar outra linguagem, com a qual a escola não está acostumada, é verificar sua validade e eficácia real, é perceber como os cineastas imprimem seus pontos de vistas nas histórias que narram.

Pierre Bourdieu (2007) do cinema como responsável para o que chamamos de "competência para ver". O mundo do cinema é um espaço privilegiado de produção de sociabilidade, uma prática social importante que atua na formação cultural das pessoas. Por isso, devemos pensar a educação como um processo de socialização constante, onde quanto mais variadas forem as fontes de informação de conhecimento, mais desenvolvidos serão os processos dos estudantes.

Ao trabalharmos com esta perspectiva diferente, filmes, séries, em sala de aula é necessário averiguarmos o fator tempo/duração de uma obra cinematográfica, pois, geralmente, as aulas nas escolas são bastante limitadas e ao trabalhar com um longa-metragem para os estudantes "perdem-se" muitas horas-aula. Por isso, uma das saídas é escolher recortes temáticos das obras para tratar de determinado assunto, fazer dele uma análise mais aprofundada da realidade, estimulando o pensamento crítico e a ampliação das percepções dos estudantes.

A definição de cinema não deve ser feita numa perspectiva simplista ou reducionista do termo. Há diversas situações e nuances que constroem o que é o cinema. Essa construção de ideias está retratada na obra de Bernardet (2006), onde o autor afirma que o cinema se configura

[1] Graduada em História pela URI Santo Ângelo, Mestranda do PPGH da UPF, Professora da rede pública Estadual do Rio Grande do Sul. E-mail: carla-spies2@hotmail.com.

como um ritual, formado por mais de mil elementos diferentes, que irão mudar a perspectiva de cada um e de sua apreciação. Entre esses elementos podem ser destacados o gosto dos espectadores, a publicidade feita pelos estúdios, as empresas que investem dinheiro nas produções, os donos de salas de exibição, os exibidores, a censura e as traduções dos filmes estrangeiros. Todos estes aspectos são alicerces que enquadrarão as obras como adequadas ou inadequadas para determinada faixa etária e para uma possível exibição em sala de aula.

Para este trabalho, foram analisadas três obras cinematográficas: "O Visitante" (Ano: 2007, Gênero: Drama/Romance, Tempo: 1h 45min, Direção: Tom McCarthy, Nacionalidade: Estados Unidos); "Brooklyn" (Ano: 2015, Gênero: Drama/Romance, Tempo: 1h 45min, Direção: John Crowley, Nacionalidades: Irlanda, Reino Unido, Canadá); e "Que Horas Ela Volta?" (Ano: 2015, Gênero: Drama, Tempo: 1h 52min, Direção: Anna Muylaert, Nacionalidade: Brasil). Estas obras foram selecionadas por demonstrarem uma íntima ligação com o tema principal, que é a (i)migração e suas diversas formas e contextos. Ao utilizarmos essas obras podemos aprofundar a análise de temas como as redes migratórias, a xenofobia, relações sociais, entre diversas outras possibilidades advindas da ampliação dos conhecimentos dos estudantes.

2 O que é um imigrante?

A pergunta inicial de qualquer análise sobre o tema imigração deve ser esta: O que é um imigrante? O que faz um imigrante? Sabemos que migrar, mudar de lugar, é algo intrínseco ao ser humano, pois afinal, foi desta maneira que o homem povoou o globo. A partir da formação dos Estados Nação ergueram-se fronteiras e barreiras (tanto físicas como ideológicas) que têm o intuito de impedir a livre movimentação das pessoas. Segundo Sayad (1998a, p. 54): "Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito." Fica clara então a posição do imigrante como algo puramente necessário à economia, desejado como força motriz econômica, mas possivelmente, não desejado como membro da sociedade.

Nos filmes fica sempre muito clara a necessidade do imigrante para preencher as vagas de trabalho. O filme "Que Horas Ela Volta?" mostra a vida da imigrante nordestina Val e suas relações sociais e de trabalho na cidade de São Paulo, local para onde a mesma migrou a mais de 10 anos. Ainda segundo Sayad (1998b, p. 55): "Foi o trabalho que fez "nascer" o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz "morrer" o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser." A partir dos momentos em que não há mais vagas de trabalho, o imigrante passa a ser visto como o incômodo, o indesejado, aquele que atrapalha. São essas relações de trabalho que muitas vezes fazem nascer um sentimento de xenofobia, de ódio ao

outro, sem sobrar espaço para perceber que muitas vezes a força de trabalho daquele outro é que fez a sua realidade se desenvolver.

Aceitar o outro, o que vem de fora, é uma tarefa complicada, pois implica em ver o outsider como um ser humano, com direitos, sentimentos, deveres. A partir disto, surgem outros questionamentos: O que leva o (i)migrante a se encorajar a imigrar? Ele sai do seu lar e vai para um lugar diferente, com, muitas vezes, uma língua diferente. Pode o Imigrante fazer isso sozinho? Sem apoio? É aí que entra a importância das redes de imigração, que muitas vezes são o fator mais importante que leva a pessoa a trocar seu lar pelo desconhecido. Mas o que são redes migratórias? Segundo Massey (1998, p. 396), “redes migratórias podem ser definidas como "complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”.

As redes migratórias são demonstradas claramente na obra “Brooklyn”, onde a irlandesa Eilish vai para os Estados Unidos através de contatos com um padre, amigo de sua irmã mais velha. O padre consegue um emprego para ela em uma loja e uma vaga em um curso noturno, além de moradia em uma casa de pensão. Esta obra mostra com riqueza de detalhes uma rede migratória organizada dentro de uma imigração legalizada, e bem quista pelos EUA. Esta migração foi incentivada como forma de movimentar a economia. O mesmo não pode ser dito de todas as situações. O filme O Visitante mostra a realidade de um casal de imigrantes que vêm da África e do Oriente Médio, como imigrantes ilegais. Por estes não terem uma rede de apoio nem documentação, estão sujeitos a ficar à margem do sistema. Conforme Truzzi,

> De fato, nesse último sentido, compreende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após a emigração. Daí o valor estratégico dos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade, normalmente estudados segundo uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns (2008, p. 210).

O ser humano é um ser social e cria seus vínculos primeiramente com sua família. Faz sentido que, em um processo de mudança de lar, busque-se o apoio da família na construção de uma nova realidade. Ser imigrante é uma constante presença na ausência. O migrante nunca mais voltará a “encaixar-se” na totalmente na sua antiga realidade por ter alterado a si mesmo na sua mudança de vida e espaço. Da mesma maneira nunca conseguirá Ser exatamente como um nativo em sua sociedade de destino pois terá sua base formada em um lugar diferente, de maneira diferente. Nas análises de obras cinematográficas também podemos perceber as diferentes abordagens que se dá à estrutura oferecida pela sociedade de destino para os seus

migrantes. Enquanto Ellis foi bem recebida nos EUA, por ser uma irlandesa, jovem, bonita e solteira. O casal, representado no filme "O Visitante", possui poucos contatos além de um familiar distante no país, não tendo uma estrutura sólida em caso de problemas e necessidades. Ainda conforme Sayad,

> Ainda podemos nos perguntar, sobre cada um dos pontos enunciados, se este mínimo – na verdade indispensável para a sobrevivência do imigrante – é concedido ao imigrante por ele mesmo ou então para manter limpa a consciência da sociedade que dele se utiliza; se este mínimo lhe é concedido pelo homem que ele continua sendo (embora diminuído, mutilado, alienado) ou, ao contrário, só lhe é concedido para permitir à sociedade ser (ou parecer) coerente consigo mesma (1998a, p. 59-60).

Fica o questionamento, a partir desta fala de Sayad, será que os direitos dados aos imigrantes e refugiados o são dados de boa vontade? Ou por uma mera obrigação de a sociedade "parecer" boa? Afinal, cabe reflexão: Se o imigrante vem para trabalhar, melhorar a sociedade, do ponto de vista econômico, não deveria ele poder colher os frutos deste avanço? São reflexões que devem ser feitas com os estudantes, pois estes, muitas vezes, cometem atos de discriminação e preconceito por estarem reproduzindo discursos que não têm base científica. Uma das características da imigração como força de trabalho é a sua provisoriedade e precariedade, também analisada por Sayad:

> Da mesma forma como se impõe a todos – aos imigrantes, é claro, mas também à sociedade que os recebe, bem como à sociedade da qual provém –, essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõem a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório, nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que este "provisório" possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse "definitivo" jamais seja enunciado como tal (1998b, p. 46):

Seria então a condição provisória do imigrante um dos requisitos para que ele seja assim aceito na sociedade de destino? Será um bom imigrante, bem-quisto, aquele que não exigir direitos, aquele que "não der problemas" que se comportar da maneira esperada pela sociedade. Aquele que tiver a cor certa, o que não destoar dos cidadãos de bem serão sempre os que terão uma melhor aceitação. No momento em que o imigrante ousar levantar a voz, exigir os seus direitos, passará a ser visto como um incômodo, como um problema.

Os migrantes são necessários à construção da sociedade, mas muitas vezes são vistos como apenas a força de trabalho, jamais como cidadãos de fato. Dentro dessa construção da sociedade e da luta pela aceitação na sociedade de destino, é quase que inevitável que os migrantes acabem por criar espaços de sociabilidade e convivência para tentar contornar os conflitos inerentes à sua condição. Alguns exemplos são espaços como o largo da Batata, em São Paulo, tradicional ponto de encontro da comunidade migrante Nordestina ou até mesmo os

diversos Centros Culturais Germânicos que se espalham pelo Rio Grande do Sul, nas cidades de colonização alemã. Sobre este aspecto, Waldely diz,

> três categorias se relacionam o tempo todo: o urbano, o trabalhador e o migrante. Os sujeitos se movem na cidade e a cidade se move com os sujeitos. [...]Na medida em que vão conseguindo melhores condições de trabalho, vão mudando sua maneira de habitar a cidade – de um cômodo compartilhado com muitas pessoas, para um cômodo compartilhado com poucas pessoas, para uma casa compartilhada –. Toda uma vida compartilhada e em movimento. E a cidade se constrói nessa subjetividade como metamorfose constante (2018, p. 74-75).

O filme "Que Horas Ela Volta?" demonstra claramente este aspecto. A doméstica Val começa a história vivendo em um quarto na casa dos patrões, criando o filho deles. Ela representa a figura materna para o jovem. Quando da vinda de sua filha Jéssica para São Paulo, Val vai mudar sua relação com a cidade, vendo com outros olhos o espaço urbano, procurando um lugar para morar com a filha. A transição da percepção de Val é influenciada diretamente por suas vivências com outras empregadas e com outros migrantes e pela fricção intergeracional com sua filha, que tem uma visão diferenciada do papel da mulher/empregada nas relações trabalhistas e sociais. A jovem Jéssica vai para São Paulo atrás do sonho de se tornar arquiteta, tendo em mente a capacidade de transformação social trazida pela educação formal.

O estudo de História é apenas uma das ferramentas de discussão e de transformação social. Ao levar estas discussões teóricas para a sala de aula podemos aproximar os estudantes de realidades diferentes, ampliando os horizontes deles a fim de que sejam mais receptivos a novas visões e culturas. São pequenos passos, pequenos trechos que atingirão os estudantes para que estes tenham atitudes mais humanas e solidárias. Desenvolver a empatia é fundamental para a construção da sociedade.

2.1 Filmografia em sala de aula

O uso dos filmes em sala de aula se dá sempre com um objetivo de reflexão e de significação sobre determinado assunto. Sempre que o professor opta por utilizar um filme ele precisa deixar claro quais os aspectos que deseja enfatizar na sensibilização dos estudantes, quais as características que precisam ser pensadas e analisadas. No caso da disciplina de História, orientar a significação é uma necessidade, pois por se tratar, geralmente, de filmes de época, é necessário situar o estudante no espaço-tempo, com todas as suas peculiaridades, costumes e visões. Conforme Chartier,

> A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (2002, p. 17).

A partir disso ressalta-se da importância essencial de trazer à discussão os usos e costumes de cada época, para que eles não acabem gerando estranhamentos que podem acabar atrapalhando a compreensão da obra audiovisual apresentada. Vale ressaltar sempre a importância da compreensão das peculiaridades de cada obra, com suas características puramente individuais e específicas aos objetivos de seus diretores e produtores. Ranzi esclarece da seguinte maneira:

> o filme é um documento de História Contemporânea no campo das mentalidades, pois reflete a mentalidade dos homens e das mulheres que fazem filmes. Permite compreender o espírito do nosso tempo e aproximar o aluno do passado de uma maneira diferente, abrindo espaços de reflexão sobre a construção da História (RANZI, 1998, p. 26).

É preciso sempre levar em consideração o pensamento e as visões da época que o filme foi gravado, além, é claro, de se compreender o período que o filme representa, quem são os produtores, qual o contexto da história contada. Não podemos, por exemplo, julgar com olhos exclusivos do séc. XXI uma obra que fale sobre escravidão no Brasil Império. No Brasil do séc. XIX a escravidão era algo absolutamente normal, aceito pela sociedade, era, inclusive, uma prerrogativa legal de cada indivíduo. Naquele período, o diferente não era quem detinha a posse de um ser humano escravizado. Diferente era quem não a tinha. Não podemos usar os pesos e medidas de uma contemporaneidade que acaba ocorrendo quase 200 anos depois. Segundo Domanski,

> A maneira como os indivíduos se portam em sociedade, suas funções e ações, a estratificação social assim como tantas outras características podem ser observadas e analisadas de maneira crítica a partir do uso da filmografia. Muitas intepretações podemos ter a partir dessas reflexões (2020).

Portanto, além de se trabalhar todo o aspecto histórico da obra, precisa-se trabalhar os aspectos humanos e a sociedade que a obra cinematográfica representa. Neste aspecto precisamos salientar que, mesmo em períodos históricos similares, as sociedades, através de seus costumes e tradições individuais, apresentam características distintas e peculiares. Podemos, através dos filmes, conhecer as preocupações dos grupos sociais representados, seus preconceitos, suas ocupações. Ao conhecer melhor o outro, podemos desenvolver em nossos estudantes uma maior capacidade de empatia e humanidade. Podemos sempre apontar as características marcantes em cada personagem e em cada atitude para traçar o pano de fundo que ilustrará a história a ser contada.

No caso do filme “Que Horas Ela Volta?” além de toda a problemática do trabalho e da imigração, pode-se perceber ainda outros preconceitos que, infelizmente, estão enraizados, alguns sutilmente outros escancaradamente, na base da sociedade brasileira. Uma das cenas

mais emblemáticas da obra é quando Bárbara (patroa de Val) contrata um funcionário para trocar a água da piscina sob a justificativa de que havia caído um rato na água. O "rato" citado por Bárbara era, na verdade, Jéssica, a filha de Val, que havia mergulhado na piscina. Esta cena, juntamente com uma cena anterior em que, ao saber que Jéssica vinha de Escola Pública, Bárbara demostra um sentimento de comiseração, já dando como certa a não classificação da jovem no vestibular, demonstram um desprezo arraigado na classe que Bárbara (branca e abastada) representa para com uma classe (no caso, nordestina e afrodescendente) que não tem as mesmas condições de educação e/ou moradia que ela.

A capacidade de observação e sensibilização dos estudantes diante de cenas como essas são a gênese de uma mudança de comportamento da sociedade. É um processo que se inicia lentamente, mas que urge ser levado a cabo, pois o Brasil é um país plural, advindo de diversas colonizações, cujos imigrantes provém de todos os continentes e são de todas as cores. Em pleno século XXI é inadmissível que nossos estudantes ainda repitam preconceitos tão torpes e arcaicos quanto o racismo e a discriminação por local de nascimento.

No caso da História, os benefícios de se trabalhar com filmografia vão desde o compreender os contextos e realidades de uma sociedade, até demonstrar usos e costumes dos povos. Meirelles diz:

> Através do filme podemos observar nos seus personagens a distribuição dos papéis sociais e os esquemas culturais que identificam os seus lugares na sociedade. As lutas, reivindicações e desafios no enredo e os diversos grupos envolvidos nessas ações. O modo como aparece representada a organização social, as hierarquias e as sociais. Como são percebidos e mostrados pelos cineastas: lugares, fatos, eventos, tipos sociais, relações entre campo e cidade, rico e pobre, centro e periferia etc. (MEIRELLES, 2004, p. 79).

A obra "O Visitante" demonstra claramente esta distribuição de papeis socias atribuída pelos diretores e roteiristas. Quando o jovem Tarek, imigrante ilegal é preso, aparece um ‘‘cavaleiro de armadura reluzente", o homem branco, professor universitário, respeitável. A obra mostra claramente essa necessidade quase que patológica de ter sempre um herói, alguém que ajude os imigrantes não documentados a salvarem-se do problema.

Discussões sobre culturas, o que é o caso de um dos filmes analisados e de muitos outros, apresentam reflexões riquíssimas para a elaboração de um pensamento mais aprofundado e crítico sobre os diversos temas abordados. Sobre isso:

> Em dado momento o saber biológico, percebia seres humanos com diferentes raças alicerçados em seus biótipos, este conhecimento foi refutado com dados científicos que somente existe uma única raça: a humana. Mesmo com essa comprovação através

> da ciência, o imaginário social de raças inferiores e superiores, em certas instâncias, ainda nos interpelam (ÁVILA; SOARES, 2017, p. 207).

Essa fala de Ávila e Soares, mostra o quanto está arraigada na população esta ideia de ser superior. Os exemplos dessa situação estão perfeitamente claros em "O Visitante" e em "Que Horas Ela Volta?", obras que mostram alguns aspectos interessantes do conflito étnico-social da imigração. Conflitos estes que, caso queiramos ver minimizados, precisamos discutir profundamente em salas de aula do Brasil inteiro.

Sabemos ainda, que nas normativas educacionais em vigência, temas como esse, assim como as intolerâncias e segregações, precisam ser trabalhados com especial atenção. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) traz entre as competências para a Ciências Humanas, muitas razões para esse trabalho. Uma das competências que trazem este tema com destaque é a de número cinco, que diz: "Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (BNCC, 2017, p. 578).

A BNCC vem para deixar claro que as mudanças sociais e educativas necessitam ser reinventadas, abandonado os modelos 'tradicionais' e partindo para novas transformações, para novos métodos que possam desenvolver com plasticidades e inventividade os novos processos de ensino-aprendizagem. No entanto, é preciso ponderar cuidadosamente que mudanças queremos e que resultados alcançaremos. E, ainda, refletir sobre como promover uma construção em que as pessoas evoluam individual e coletivamente, determinando uma involução progressiva entre as relações sociais e a subjetividade humana.

Para tanto, cabe à escola, e a todos que o constituem (professores, funcionários, pais, estudantes), definir estratégias e objetivos cujo foco principal seja a formação do cidadão consciente e atuante na sociedade, repensando teorias e modelos que estão vigentes na sociedade a muito tempo, desenvolvendo metodologias para o contexto das escolas do século XXI, de maneira que as formas de aprender e ensinar sejam adaptadas à esta realidade cada vez mais tecnológica e intuitiva.

As mudanças educacionais, em função da entrada das novas tecnologias do conhecimento, nos trazem a necessidade de estudar a relação entre comunicação e educação de modo interdisciplinar, valorizando os diversos agentes do processo educacional, inclusive deixando abertos espaços de valorização da cultura trazida pelos jovens e adolescentes para dentro das escolas. Isto engloba aprender a aprender, aceitar sem pré-conceitos outros ritmos musicais, outros gêneros de filmes e séries. Após esse período pandêmico é preciso também aprender a aceitar a cada vez maior participação dos jovens nas redes sociais e toda a carga que

esta exposição ao mundo cibernético traz. As próprias redes sociais são ferramentas importantes para diagnosticar e analisar processos como *bullying,* xenofobia e preconceito racial e as maneiras como os estudantes posicionam-se diante destes fatos.

A função primordial da escola é a alfabetização, entretanto, seu papel como base da sociedade é ainda maior. Nesse sentido, o papel da escola no século XXI é ajudar a população como assimilar e participar de todas as demandas exigidas pelo mundo moderno. E a escola deve influenciar esse processo estabelecendo atributos e aprendizagens que possibilitem ao estudante estar apto a enfrentar os desafios de um mundo onde a informação verdadeira e o conhecimento útil são cada vez mais essenciais, possibilitando a compreensão de seus processos e suas influências na vida da sociedade.

3 Considerações finais

O cinema é uma ferramenta importante para o desenvolvimento da aprendizagem em qualquer nível de ensino, proporcionando aos estudantes o processo de experimentação, descobertas e invenções, além de ampliar as visões de mundo e de culturas. Ampliar estas nossas capacidades de aproveitar as obras cinematográficas é um dos desafios que o cinema vem nos colocar enquanto educadores. Lembrando sempre das palavras do eterno Paulo Freire:

> ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de inteligir e comunicar o inteligido. É nesse sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo, aprendo a falar com ele (FREIRE, 2005, p. 119).

Tomando por base as palavras de Freire temos o cinema como uma das ferramentas para falarmos a língua dos nossos estudantes, como forma de ouvi-lo, de nos aproximarmos de sua visão e de seus anseios. É preciso que os docentes sejam a ponte que instiga a busca pela aprendizagem e pelo conhecimento. Saber colocar-se no lugar do outro e entender os seus anseios. Em uma sociedade cada vez mais conectada esta é uma tarefa quase hercúlea.

O texto deste artigo apresenta alguns aspectos observados em salas de aula no decorrer dos últimos anos. É uma breve reflexão acerca das realidades observadas em algumas escolas públicas do Rio Grande do Sul. Um dos fatores essenciais destas análises são as discussões que são levantadas em salas de aula acerca de temas como as migrações, a aceitação do migrante na sociedade de destino, racismo, xenofobia. Possivelmente estas discussões poderão formar uma maior compreensão destes jovens sobre o olhar sobre a realidade do outro, sobre ter respeito pela cultura do próximo.

Finalizando podemos compreender que o grande resultado dessa atividade é sempre lembrar da importância de viabilizar essas práticas, que inevitavelmente acabam sendo atrativas aos estudantes, com usos de ferramentas diversas, como filmes, músicas e tantas outras que encontramos nas artes, capazes de promover a conscientização e a sensibilização para o aprofundamento dos assuntos de sala de aula, tornando-o mais dinâmico, criativo e, principalmente, trazendo a alteridade para as relações às quais nossos estudantes serão protagonistas quando saírem da escola e passarem a atuar em sociedade.

Referências

AVILA, Luciane dos Santos; SOARES, Luiz Paulo da Silva. Docência, racismo e ações afirmativas através das mídias cinemáticas. **Revista Interacções,** v. 13 n. 45, 2017.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. **BNCC – Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural*:*** entre práticas e representações. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.

DOMANSKI, A. Filmografia E Reescrita Criativa Como Possibilidades Para O Aprendizado De História. In: **Anais** [do] Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História & resistências, Passo Fundo 21 a 24 de julho de 2020 [recurso eletrônico] / orgs. José Edimar de Souza, Gizele Zanotto, Clarice G. Speranza, Marcelo Vianna, Marluza Marques Harres. – Porto Alegre, RS: ANPUH-RS, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 2005.

MASSEY, Douglas. "Economic development and international migration in comparative perspective". **Population and Development Review***,* vol. 14, 1988, pp. 383-413.

MEIRELLES. Willian Reis. O cinema na história. O uso do filme como recurso didático no ensino de história. **História e Ensino**, v. 10, 2005.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 38, 2003, p. 11-42.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2018.

RANZI, Sirlei Maria Fischer. Cinema e aprendizagem em História. **História & Ensino**, v. 4, p. 25-33, out. 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo. v. 20, n. 1, p. 199-218, junho de 2008.

WALDELY, Aryadne. Pensar a partir dos migrantes: a perspectiva de Thomas e Znaniecki. **Revista Argumentos**, vol. 15, n. 1, 2018, p. 68-86.

OS PROCESSOS METODOLÓGICOS DE ENSINO: DO MODELO JESUÍTICO AOS DIAS DE HOJE

Tatiele Moreira Marques[1]
Eliege Marizel Moreira Barbosa[2]
Mariel Moreira Barbosa[3]

1 Introdução

Para dialogarmos acerca dos Processos Metodológicos de Ensino no Brasil, optamos por construir um recorte cronológico que vai desde os primórdios da educação no Brasil, implantados ainda na época dos primeiros colonizadores. Juntamente com eles, os responsáveis pela difusão e compartilhamento de seus conhecimentos científicos, veio para as brasileiras a chamada educação jesuítica, comandada por padres e sacerdotes católicos.

Posteriormente abordamos a criação das primeiras legislações da educação implantada em solo brasileiro. A priorização da educação foi um dos principais processos legais cuja regulamentação embasou o que viria a ser prioridade em termos de expansão da escolarização no que tange ao ensino e sua democratização para toda a população.

Como consolidação de tais diretrizes foram construídas diversas legislações para regulamentar a educação e suas práticas nos mais diversos âmbitos e abrangências do país, como a LDB e a BNCC, por exemplo que norteiam a maior parte dos processos educacionais, advindos da Constituição Federal desde 1988 até os dias de hoje. Embora tenha havido mudanças significativas e imprevistas, podemos perceber sua importância e necessidade, considerando que sua base garante, mesmo em tempos incertos, a formação legal e necessária aos cidadãos.

1 Graduanda em Filosofia pela instituição Universidade Federal de Pelotas. Atua como Auxiliar Institucional, responsável pelo Comitê Enade e integrante da Comissão Própria de Avaliação do Centro Universitário da Região da Campanha. E-mail: tatielemmarques@gmail.com.
2 Graduada em Letras-Português (Furg), Graduada em Licenciatura em Filosofia (Ufpel), Especialista em Tradução e Interpretação em Libras (IEB), Mestre em Letras (Furg) e Doutoranda em Educação (Unisc). E-mail: eliegemmoreira@mx2.unisc.br.
3 Graduada em Administração (Unigran), Graduada em Licenciatura em Filosofia (Ufpel), Especialista em Metodologias de Ensino Remoto e Híbrido (Uniamérica) e Mestranda em Ensino (Unipampa). E-mail: marielmm@gmail.com.



Figura 1 – Jesuítas dando aula.

2 Desenvolvimento

O verbo aprender, derivado de apreender por síncope, significa tomar conhecimento, reter na memória mediante estudo, receber a informação *de*… É preciso distinguir quais ações estão presentes na meta que estabelecemos ao ensinar. Se for apenas *receber a informação de,* bastará passá-la por meio da exposição oral. Nessa perspectiva, uma boa palestra é o suficiente para a transmissão da informação (ANASTASIOU, 2012, p. 19).

Os primórdios da história da educação brasileira remontam à chegada das missões jesuíticas em 1549. Estes religiosos, movidos pela fé cristã e pelo ímpeto de propagação da religião, foram responsáveis pela construção de toda a base da qual germinou o que hoje chamamos escolas. Nesse período não havia prédios específicos nos quais praticavam os ensinamentos. Porém, alguns níveis, como o secundário, por exemplo, foram os primeiros a ter um local definido para ensino e aprendizagem que em alguns casos alçaram o posto de Nível Superior. Entretanto, os jesuítas não se prendiam a espaços físicos e ministravam seus ensinamentos em igrejas, ao ar livre ou em residências, locais esses onde muitos aprenderam a ler, escrever e contar. O modelo jesuítico de ensino consiste basicamente em uma metodologia de transferência de conhecimento, ou seja, de acordo com Anastasiou, estes padres praticavam seus ensinamentos, através da memorização e da repetição dos conteúdos a seus aprendizes que, após repeti-los sistematicamente, eram então considerados letrados.



Figura 2 – Jesuítas durante missa.

Somente em 1808, com a vinda da família real, o Brasil dá início aos primeiros movimentos em direção à construção de um sistema educacional formal a fim de educar aqueles que eram ligados à corte portuguesa. É nesse momento que surgem os primeiros cursos técnicos e são criados os primeiros cursos superiores, no Rio de Janeiro e na Bahia. É importante salientar que nesses períodos descritos a educação era viabilizada somente para uma minoria da população, visto que somente os mais abastados tinham condições de pagar por um professor para ensinar seus filhos ou a quem lhes interessasse. O que mais tarde veio a se tornar o ensino primário, ainda sendo um privilégio, majoritariamente para os nobres. Em 1824, após a Independência do Brasil, com a nova constituição os governantes assumem o compromisso de ofertar o ensino primário e gratuito a todos os cidadãos.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte… XXXII. A Instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos XXXIII. Colégios, e Universidades, onde serão ensinados os elementos das Ciências, Bellas Letras, e Artes.

Posteriormente, após a queda do Estado Novo em 1945, a educação brasileira passa por mudanças significativas, como o surgimento de campanhas de alfabetização de adultos, além da ampliação do ensino primário e superior. Em 1961 é criada a Lei 4.024, de 20 de dezembro, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional resultando na ampla defesa da escola pública, gratuita e universal.

Durante o período da ditadura militar o ensino primário passou a ser obrigatório, o que aumentou significativamente o número de matrículas nas escolas, passando a abrangência e o acesso à educação a ser um direito de todos, aumentando, consequentemente, as necessidades de investimentos não apenas em estrutura, mas também em recursos humanos e materiais.

Porém, tais recursos e investimentos não acompanharam esse crescimento que serviu para evidenciar as desigualdades na educação, dando espaço para problemas como a evasão e os altos índices de retenção. O ensino também se torna, nesse período, livre à ação da iniciativa privada, dando origem assim ao processo que hoje conhecemos como educação mercadológica que visa, em termos gerais, o lucro, a produtividade e a mão de obra barata para o mercado capitalista em detrimento de uma formação humanista, filosófica e crítica. Tais problemas já mostravam seus primeiros sinais na profissionalização do segundo grau, tanto em escolas públicas quanto privadas, todas deveriam ter seu ensino reformulado para atender a Lei 5.692/71.

2.1 A globalização e o novo momento na educação brasileira



Figura 3 - Modelo de sala de aula década 90.

A partir do novo contexto mundial de globalização o Brasil precisou se adequar às novas demandas capitalistas, pois o perfil de trabalhador exigido pela classe empresarial já não era

mais suprido pelas legislações e metodologias de ensino até então aplicados. Dessa forma, para os estudantes, não era mais suficiente apenas ouvir e replicar o que lhe era transmitido. Nesse momento, o mercado de trabalho exigia ação e interação constantes com as novas tecnologias de forma mais efetiva, para garantir o desenvolvimento econômico do país e garantia de cidadania plena, transformando a função inicial da educação que era o conhecimento para uma nova função: a de tornar os alunos empregáveis.

A mão de obra qualificada tornou-se o principal objetivo da educação e a formação de pesquisadores juntamente com o incentivo à pós-graduação tiveram um papel determinante nesse novo cenário, no qual o governo passou a oferecer incentivos financeiros para que a iniciativa privada desenvolvesse mais amplamente o ensino, principalmente em nível superior, enquanto o estado assumia o papel de legislar e fiscalizar. A nova LDB de 1996, surge com a intenção de flexibilização do antagonismo dicotômico entre os conceitos de *ensinar para a cidadania* e o *ensinar para a competitividade.* Dentre seus princípios, destacamos que a nova legislação pretendia lançar os critérios para defender a liberdade de aprender, a garantia de padrões mínimos de qualidade no ensino, além da garantia da formação continuada e capacitação dos docentes. A necessidade da mão de obra qualificada deixou de estar restrita aos meios fabris e se instalou também no meio acadêmico com o incentivo à atualização e constante capacitação dos professores de redes públicas e privadas de ensino.

É importante ressaltar que o acesso à internet e aos recursos tecnológicos, embora tenha crescido consideravelmente durante os anos 2000, ainda não atinge toda a população brasileira e nem todos os alunos, especialmente os da rede pública de ensino. Neste sistema educacional mantido pelo poder público, há um sucateamento de recursos que tem se perpetuado ao longo de décadas, com falta e corte de investimentos, além da precarização crescente dos materiais de uso cotidiano. Os índices de avaliação da qualidade do ensino preconizados pela LDB, buscam, entre outras tantas coisas, evidenciar/minimizar as defasagens encontradas nas escolas. Ainda assim, após vinte e cinco anos de sua publicação, percebemos algumas resistências de parte dos profissionais envolvidos em adotar medidas que corroborem para o protagonismo dos alunos e os transformem em agentes do conhecimento.

2.1.1 A educação como via de autonomia



Figura 4 – Modelo de sala de aula invertida, protagonismo do estudante.



Figura 5 – Sala de aula.

Nessa visão de ensino, a aula é o espaço em que o professor fala, diz, explica o conteúdo, e compete ao aluno anotá-lo para depois memorizá-lo. Daí poder prescindir da presença do próprio aluno, pois se há um colega que copia tudo, basta fotocopiar suas anotações e estudá-las, para dar conta dessa maneira de memorizar os conteúdos (ANASTASIOU, 2012).

Via de regra, quando falamos em educação nos dias de hoje, nosso referencial é a Base Nacional Comum de Educação, além dos processos e locais formais de uma escola ou instituição de ensino, seja para o ensino teórico ou prático, regulamentados pela política vigente. No entanto, mesmo considerando todas as legislações e políticas que advém de estudos, pesquisa e necessidade pública, a educação passou - e passa - por transformações fora de

qualquer planejamento, já que os espaços não formais se tornaram novamente locais onde a educação se faz acontecer, com professores sendo "catequizadores". A diferença nos dias de hoje para o período jesuítico se dá, dentre outras coisas, pelo fato de não haver a presença física dos alunos e professores. Atualmente estes se utilizam de espaços não formais e virtuais que podem ser suas próprias casas ou locais públicos com acesso à internet, de acordo com a realidade econômica de cada estudante. E, novamente, obviamente, nessa modalidade pandêmica, as desigualdades educacionais escancaram um problema que se arrasta e assola os brasileiros desde os tempos coloniais: a desigualdade econômica que desde sempre favoreceu os mais privilegiados economicamente e continua a fazê-lo.

Não temos a intenção de dizer que houve um retrocesso pois muitas foram as lutas, as conquistas e os avanços não apenas nas metodologias quanto na legislação, tanto que hoje o poder público oferta-nos o direito subjetivo à educação para todos, ou seja, às famílias é dado o direito e, ao mesmo tempo, o dever de manter e zelar pela educação de seus filhos, transformação que atribui tanto aos governantes quanto às famílias o comprometimento com o ensino. Todas essas conquistas são relevantes e reforçam as necessidades da atualidade, tanto para o mercado de trabalho quanto para o aprendizado e o conhecimento, embora não alcancem, ainda, as mudanças necessárias que somente um planejamento prévio poderia nos proporcionar. "Nesta forma de compreender e de viver o processo formador e, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o *falso sujeito* da "formação,, do futuro objeto de meu ato formador" (FREIRE, 2011, p. 25).

Ao nos depararmos com uma situação de necessidade de isolamento, devido a uma propagação alarmante de um vírus letal, nesse ano de 2021 todos os processos educacionais, sociais, econômicos e de saúde precisaram ser repensados, principalmente no que tange à educação como direito de todos. Não há hoje acesso tecnológico abrangente e este fato atinge em cheio quem já vivia em desigualdade educacional, isolando os estudantes sem acesso à internet daqueles que possuem, evidenciando que o abismo social perpetuado há 5 séculos de história no Brasil. A posição de superioridade vivenciada pelo estudante que conseguem acessar o ensino remoto através das tecnologias lhes coloca num patamar de superioridade em relação a diversas situações competitivas tais como Exame Nacional do Ensino Médio, mercado de trabalho e conhecimentos culturais, somente para destacar alguns.

Esse acentuamento das desigualdades digitais, portanto, tem elevado os cidadãos e estudantes com acesso à rede mundial de computadores a uma categoria ainda mais elitista tal qual era na época dos jesuítas, ou seja, uma espécie de nova nobreza. Provavelmente as riquezas destes privilegiados não se compare às dos nobres daquela época, porém, a educação deveria

ser considerada o bem maior de uma nação, cuja autonomia defendida por Paulo Freire e colocada como essencial ao progresso de nossa nação deveria ocupar o patamar de um bem de inestimável valor e importância.

Analisar a trajetória histórico-educacional brasileira nos faz perceber que diversas vezes somos levados de volta ao modelo expositivo, o jesuítico. Um modelo formal e arcaico que não se adequa à tecnologia ou ao novo modo de consumir informações e conhecimentos, além de salientar ainda mais as mazelas sociais. Enquanto alguns alunos adentram hoje as salas de aula virtuais munidos de todo tipo de informação possuindo, literalmente, um mundo em suas mãos, há tantos outros que nem sequer conseguem saber o que está sendo ensinado/compartilhado pois não têm condições nem acesso à internet para as aulas em período remoto. Desse modo, defendemos que somente através da compreensão da importância de políticas públicas que atendam a todos de fato e de direito poderemos nos denominar uma nação cuja educação é para todos. A utilização desses novos métodos precisa ser urgentemente democratizada e de fato acessada por todos de maneira igualitária, pois somente assim é que conseguimos alcançar um novo patamar de ensino minimamente adequado para o século XXI.

Os alunos com os quais nos deparamos nos dias de hoje trazem para o contexto educacional exigências outras e um método de ensino arcaico já não faz sentido algum, embora ainda praticado em escalas bem maiores do que deveria. Diversas pesquisas e investimentos têm sido feitos no campo das Metodologias Ativas na busca por tornar os alunos protagonistas com capacidades que vão além da repetição e da memorização, abrangendo pensamento crítico e capacidade de tomar decisões, por exemplo. Entretanto, não sabemos sequer transformar os nossos futuros professores em protagonistas de seus aprendizados. No contexto pandêmico pudemos perceber os diferentes perfis de educandos e educadores, vivemos vários conflitos quanto às suas responsabilidades, angústias e medos engolidos pelos processos metodológicos "duros" e engessados. Muitos professores que estão dando aula há muitos anos e possuem "tempo de casa", acostumados com um modelo tradicional se viram desafiados a conviver com modelos virtuais de ensino e se sentem desamparados e perdidos, pois os alunos se tornaram apenas ícones em uma tela.

3 Considerações finais

A educação no Brasil, assim como em todos os seus aspectos culturais, foi se constituindo também por meio da miscigenação. A cada novo governo nos deparamos com diferentes formas de pensar e conceber o que é e como deve ser o ensino. Passamos por um modelo de um ensino voltado para a religiosidade com o objetivo de humanização dos indígenas, o conhecido mito do bom selvagem, retratado na obra *O Guarani*, de José de

Alencar. Posteriormente ao modelo jesuítico surgiu então o modelo que prezava pela educação de nobres, pelos bons costumes, pela leitura e pela escrita formal, seguido por um modelo que priorizava a mão de obra, o ser trabalhador que faria com que a máquina do capitalismo nunca parasse.

Em suma, pudemos perceber, que a educação de qualidade e para todos só é/será possível quando houver equilíbrio entre transferência de conhecimento, oralidade, repetição, profissionalização, uso e acesso às tecnologias aliados ao pensamento crítico e autocrítico com base numa filosofia educacional de uma nação cujo bem maior seja o saber aprender e o saber compartilhar os saberes, construindo, portanto, sujeitos autônomos e capazes de pensar sobre a própria sociedade na qual se inserem. Dito isso, não percebemos como positivo simplesmente descartar métodos sem entender a sua real eficácia, bem como sem filtrar seus possíveis benefícios. O ensino para ser considerado libertador e capaz de proporcionar autonomia aos alunos deve, antes de tudo, respeitar os seus conhecimentos e vivências pregressas, buscando sempre compreender as diferentes realidades e trabalhar com as especificidades de cada região, indivíduo, comunidade ou situação contextualizando o ensino e a aprendizagem para estes alunos e seus universos de potencialidades.

Referências

ALENCAR, José. **O guarani**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel; PENA-VEGA, Alfredo (org). **Edgar Morin:** ética, cultura e educação. São Paulo: Cortez, 2001

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Jorge Luis. **Esse ofício do verso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Filosofia e Ensino Médio.** Certos porquês, alguns senões, uma proposta. Petrópolis: Vozes, 2009.

GEGe, Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. **Palavras e contrapalavras:** Glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

GEGe, Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. **Palavras e contrapalavras:** procurando outras leituras com Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**.** 4ª ed. (1ª edición: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

GALLO, Sílvio; ASPIS, Renata Lima. **Ensinar filosofia.** Um livro para professores. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

INCONTRI, Dora. **Pestalozzi:** educação e ética. São Paulo: Scipione, 1997.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PRETCH, Richard David. **Quem sou eu? E, se sou, quantos sou?** Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem**. Iluminuras: São Paulo, 1989.

WINCH, Christopher; GINGELL, John. **Dicionário de Filosofia e Educação**. São Paulo: Contexto, 2007.

HISTÓRIA DAS MULHERES IMIGRANTES NA INDÚSTRIA CAXIENSE

Elen Lemaire Pedri [1]
Karoline Sander Farinha[2]

1 Introdução

Michele Perrot, no livro Minha História das Mulheres (2007) afirma que "as mulheres sempre trabalharam" (PERROT, 2007, p. 109). Porém, suas atividades não eram prestigiadas porque não eram remuneradas. As mulheres seguiam em suas atividades domésticas e de reprodução, sem valorização de nenhuma ordem. Confinadas a uma vida de servidão à família e de aparências junto à sociedade, a mulher é, por muitos anos, considerada inapta para a execução de atividades que não fossem de cunho doméstico. Apesar da imposição social que a encarcera e cala, a mulher também demonstra força e rebeldia, que a faz galgar posições na sociedade.

O proletariado no Brasil, no começo do século XX era constituído principalmente por mulheres e crianças. Nesse período, foram arrebatados muitos imigrantes europeus com o objetivo de substituir a mão de obra escrava. Essas pessoas chegaram ao país com a expectativa de melhorar suas condições de vida, já que a situação social em seus países de origem não estava nada fácil. Assim, entre 1880 e 1930, desembarcaram no país 3,5 milhões de imigrantes (RAGO, 1997). Toda essa população tornou-se operária nas fábricas ou nas fazendas.

O interesse de nosso trabalho é analisar de que maneira as mulheres imigrantes se instalaram como operárias em Caxias do Sul e quais foram os saberes desenvolvidos nesse processo. Segundo Machado (1996), as mulheres imigrantes sempre foram muito ativas na cidade desde sua chegada. Trabalhando em ofícios, e posteriormente nas indústrias. As mulheres, e neste caso em específico as imigrantes, sempre estiveram presentes desde o início no processo de industrialização da cidade, como força massiva de trabalho, ao lado dos homens. Porém, sempre anônimas, seguiram trabalhando durante décadas, fortalecendo a renda de suas famílias e, muitas vezes, sendo as únicas provedoras do lar.

2 Contextualização histórica, econômica e geográfica do município de Caxias do Sul

Caxias do Sul é um município localizado na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, nas terras provenientes da "Encosta Superior da Serra, entre os rios das Antas, e as

[1] Mestranda em Educação pelo PPG em Educação – UCS.
[2] Graduanda em História pela UCS.

colônias alemãs do baixo Taquari e bacia do Rio Caí" (MACHADO, 1998, p. 31), em uma área de 144 mil braças quadradas (cada braça corresponde à 4,48 m²), que equivale a 16 léguas quadradas. Seu povoamento iniciou em 1875, com os imigrantes italianos que chegaram devido ao incentivo do governo imperial e ao processo abolicionista que ocorria paralelamente à entrada dos europeus no país. Esse período apresenta uma legislação conturbada e contraditória, recebendo apoio conforme o interesse dos grandes latifundiários. Os imigrantes eram recrutados sob a promessa de posse de terra e, quando chegaram, depararam-se com inúmeras dificuldades (GIRON; NASCIMENTO, 2010). Essas famílias eram atraídas, tanto para trabalhar na lavoura, quanto nas fábricas que estavam surgindo. Em Caxias do Sul, os imigrantes europeus trabalhavam principalmente no meio rural e produziam tanto para sua subsistência, quanto para a comercialização (MACHADO, 1998).

Os imigrantes recém-chegados a Caxias do Sul viviam da agricultura, sendo que sua primeira safra foi colhida em 1878. Não havia trabalho assalariado, posto que as famílias trabalhavam para seu próprio sustento. Como o trabalho na colônia era duro e a necessidade de ferramentas e outros artigos se fez necessário, era preciso buscar esses artigos junto a Porto Alegre. Porém, o acesso e a viagem eram muito difíceis, o que fez com que os moradores começassem a incentivar seus parentes na Itália a emigrarem também, trazendo consigo peças de tecidos, ferramentas e outros instrumentos de trabalho.

O desenvolvimento da produção local se deu exatamente devido ao isolamento da cidade em relação à capital e as dificuldades em conseguir os produtos de que necessitavam. Outro fator importante está no fato desses imigrantes chegarem ao Brasil no auge da Revolução Industrial na Europa, no qual trouxeram consigo técnicas, métodos de trabalho e utensílios que, inevitavelmente, geraram maior estímulo ao surgimento das indústrias na cidade de Caxias do Sul. Com o passar dos anos, e o aumento das famílias rurais, passa a faltar terra para destinar a todos os descendentes desses imigrantes. Esse processo inicia um movimento de migração para as cidades. Assim, as famílias menos favorecidas tornam-se proletárias e a mulher assume, além de todas as atividades domésticas e familiares, uma posição nas indústrias locais (MACHADO, 1998).

Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 51) destacam que "[...] em 1884 já existiam em Caxias 25 negociantes, 8 sapateiros, 4 padeiros, 2 farmacêuticos, 5 ferreiros, além de outros [...]". Também, segundo as mesmas autoras, a população entre 1875 e 1885 já era constituída de 10.521 habitantes e no recenseamento de 1890 esse número já havia crescido para 15.142. Com o crescimento da população, diferentes artigos começaram a se fazer necessários e, devido ao capitalismo, iniciou-se um processo de diferenciação econômica entre os produtores rurais

e as classes produtoras urbanas. Os agricultores vendiam sua produção para o comércio local que pagava preços baixos, enquanto estes revendiam os produtos com lucros muito maiores, o que resultou no acúmulo do capital por parte de uma parcela pequena da população.

Giron (1977, p. 76) nos apresenta que o crescimento econômico da cidade de Caxias do Sul, no período compreendido entre 1890 e 1975, foi impulsionada em parte pela Grande Guerra, mas também devido à "[...] instalação do telégrafo (1895), a construção da ferrovia (1910), ligando o município à capital, a instalação de energia elétrica (1913) [...]" terminando com o isolamento da região. Um dado relevante para essa pesquisa é o crescimento econômico ocorrido entre 1950 e 1975 que saltou de 413 para 1.443 indústrias e de 450 para 1.671 casas comerciais. Foram ao todo 2.251 novos negócios em 25 anos de expansão econômica. A população, no mesmo período, também demonstra um aumento significativo, sendo de 54.000 habitantes em 1950 e 180.000 em 1975, correspondendo a um aumento de 126.000 habitantes em 25 anos.

Tabela 1 – Evolução econômica de Caxias do Sul entre 1890 e 1975.

Ano	**1890**	**1899**	**1910**	**1925**	**1950**	**1975**
Indústrias	120	204	235	280	413	1.443
Casas Comerciais	38	168	186	235	450	1.671
População	10.000	16.000	18.000	32.000	54.000	180.000

Fonte: Giron (1977, p. 76).

A ampliação da agricultura e do comércio se estende também à indústria, iniciando-se pela vitivinicultura. Com o processo de industrialização se desenvolvendo na cidade, surge também a necessidade de formar profissionais que possam atuar junto às fábricas. Essa formação do trabalhador é apresentada por Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 65) como:

Cada modo de transformar a matéria-prima exige um determinado tipo de trabalhador. No artesanal, a habilidade do trabalhador é um requisito fundamental a ser desenvolvido também pela "escola", pois o produto dependerá exclusivamente da virtuosidade do trabalhador na utilização de sua ferramenta. Na manufatura, com a introdução da divisão do trabalho, a "escola" e o sistema produtivo terão que incutir no trabalhador a necessidade de submeter-se a uma coordenação, que se faz necessária a partir da fragmentação introduzida no processo produtivo. Na maquinofatura, a alienação do trabalhador é concluída, pois nesse estágio ele não só se submete a uma coordenação, como também à própria máquina, que passam a determinar a forma e o ritmo da produção (DALLA VECCHIA, HERÉDIA E RAMOS, 1998, p. 65).

Inicialmente a fabricação, principalmente do vinho, era realizada de forma artesanal e caseira. O desenvolvimento de tecnologias permitiu que a produção apresentasse maior qualidade e os poucos produtores que detinham o capital e o conhecimento eram mais

competitivos e lucravam mais. E para desenvolver a indústria de vinhos e demais atividades que despontavam àquela época, a educação apresenta-se como formadora de uma população dentro das necessidades das fábricas, em que era preciso a subordinação, o cumprimento das regras e horários e a produtividade em larga escala.

3 A educação na cidade de Caxias do Sul

Nas transcrições feitas por João Spadari Adami no livro História de Caxias do Sul (Primeiro Tomo), encontraremos um relatório elaborado pelo engenheiro chefe da comissão de lotes, Bacharel Manuel Barata Góis, apontando que em 30 de julho de 1885 a população da cidade era de 10.591 pessoas em idades entre 0 e 75 anos, formada por 5.707 pessoas do sexo masculino e 4.884 do sexo feminino. Dentre esse contingente, apenas 2.856 sabia ler, contra 7.735 que eram analfabetos. Ainda, a naturalidade dos habitantes era composta por 7.237 italianos, 1045 austríacos (Tiroleses Austríacos), 416 alemães, 12 franceses, 5 espanhóis e 1876 brasileiros (os brasileiros são, em sua maioria, de origem estrangeira) (ADAMI, p. 26).

Nos textos de Adami, identificamos também a transcrição de diversos pedidos realizados ao Conselho Municipal de Caxias, entre o final do século XIX e início do século XX, para que fossem disponibilizados recursos para a educação local. Tendo em vista o descaso com a instrução, os colonos organizam-se de forma que os moradores mais instruídos ministravam aulas aos adultos analfabetos, aos jovens e às crianças. A solução encontrada pelos moradores gerou uma didática muito particular, que não era comprometida com um sistema rígido de ensino, mas que atendia as necessidades da população. Apesar de todo o esforço para manter esses estabelecimentos, os recursos escassos e a obrigação dos colonos com a dívida da compra de suas terras, impeliram a população a exigir do governo a manutenção financeira dessas escolas.

Em decorrência da dívida contraída com as terras, os colonos viam na escola um grande peso para as finanças familiares. Permitir que os filhos e filhas frequentassem esses estabelecimentos, significava a perda de força de trabalho nas lavouras. Além disso, as escolas eram financeiramente mantidas pelos cidadãos e, por isso, manter a escola e manter os filhos estudando era muito dispendioso. As famílias avaliavam a educação de formas muito diferentes, pois a realidade econômica de cada uma delas, influenciava diretamente na permanência dos filhos. Segundo Dalla Vechia, Herédia e Ramos (1998, p. 93) “em várias localidades não existia escola; em outras, a escola representava uma despesa, pois não era considerada por certos colonos como investimento, visto sua visão pragmática do trabalho na terra”.

A falta de escolas em geral, mas principalmente, destinadas às meninas pode ser observada desde o período imperial. Na Constituição de 1824, observa-se uma certa

preocupação com a educação, mas foi com a Lei de 15 de outubro de 1827, que teremos uma das primeiras tentativas de regulamentar a educação no Brasil. Essa lei, promulgada na época do império, tratava da criação das escolas nas cidades, vilas e lugares mais populosos para o ensino das primeiras letras e da contratação de professores. Também, definia a necessidade de os professores serem aprovados por exame do currículo, a ser estudado pelos alunos, e dos ordenados a serem percebidos. Em seu art. 11, a lei estabelecia que "Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento." Esse artigo deixa claro o descaso com o ensino das meninas, visto que ele não é obrigatório e fica a critério do Presidente defender sua instituição ou não.

O artigo 6º da referida lei trata dos conteúdos a serem ensinados pelos professores, onde:

> Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (BRASIL, 1827).

Nesse artigo, o legislador atribui que o ensino da matemática deverá ser realizado pelo professor aos meninos. Às meninas, cabe o que disciplina o Art. 12, no qual as professoras ensinarão os conteúdos previstos "[...] no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações [...]". Nas escolas para meninas, as professoras ensinavam esses conteúdos e as prendas que se destinavam à gestão doméstica, formando mulheres destinadas a se preocuparem com o casamento e seus afazeres.

De acordo com as leis que regiam a educação no estado em 1871, o ensino primário era obrigatório para as crianças de 7 a 15 anos, com previsão de multa e prisão para os pais que descumprissem as regras. A legislação foi complementada mais tarde, em 1888, pelo Ato número 219, que mantém a obrigatoriedade para os indivíduos entre 7 a 15 anos do sexo masculino e de 7 a 13 anos para o sexo feminino. Apesar da legislação se esforçar em obrigar as crianças e adolescentes a estudarem, o próprio estado e município eram relapsos em relação às condições e ao aparelhamento das escolas na região. A própria Lei Orgânica do Município de 1892 não faz menção à educação. É de se pressupor que havia o conhecimento dessa necessidade entre o conselho municipal e a população, não apenas de escolas que ensinassem a ler, escrever e contar, mas que oportunizassem o processo de nacionalização dessa população (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

É notório, pois, que as legislações federais e estaduais previssem regimes e obrigações distintas para o ensino primário de meninos e meninas. Os meninos podiam avançar ainda dois anos nos estudos segundo o previsto na legislação estadual. Essa distinção será observada

também no interior das famílias dos imigrantes, regidas pelo sistema patriarcal, onde à mulher coube todas as atividades domésticas e o cuidado com animais, hortas, pomares e consertos nos arredores da propriedade. Além disso, era comum a sua participação no preparo da lavoura, no plantio e na colheita. Suas atividades eram consideradas inferiores e, aos homens, cabiam as atividades remuneradas.

Os imigrantes, ao se estabelecerem na região, fizeram prevalecer diversos costumes trazidos da Europa, dentre eles o da sucessão. Aos homens cabia a terra, quando o pai morria, enquanto as filhas mulheres não tinham direito nenhum. Saíam de casa apenas com o dote para o casamento, que era adquirido a partir de seu árduo trabalho. Juntavam dinheiro para seu enxoval, máquina de costura e objetos de uso doméstico. Esse dote mostrou-se mais um encargo na vida da mulher da zona rural, que além dos afazeres da propriedade da família, saía para vender produtos artesanais e do cultivo da terra na cidade para obter os recursos necessários para o casamento.

Como alternativa à vida de sacrifícios e de submissão ao pai e aos irmãos na zona rural, as fábricas tornam-se uma alternativa de sobrevivência para muitas mulheres que saem do interior para a cidade. Essas mulheres encontram trabalho nas fábricas e como domésticas e babás em famílias mais abastadas. Muitas chegam ao centro urbano com pouca ou nenhuma escolaridade.

4 A participação feminina no processo de industrialização de Caxias do Sul

A marcha das mulheres para a liberdade foi bastante turbulenta e de muitas lutas contra preconceitos. Nas fábricas eram obrigadas a trabalhar até 16 horas por dia, sem direitos trabalhistas, como horas extras. Em casa, eram submetidas aos caprichos do marido e aos cuidados da casa e dos filhos. O trabalho feminino nas fábricas era considerado pela sociedade como algo acessório ao trabalho masculino. Apesar disso, sua presença silenciosa e submissa reforçava a renda, quando não eram as únicas provedoras do sustento de todos os integrantes do núcleo familiar. Ganhavam pouco e se sujeitavam a condições precárias de trabalho para sobreviver.

Em Caxias do Sul, no início do século XX, encontramos registros da presença feminina nas fábricas, a partir de 1904, na empresa Eberle, no qual trabalhavam 35 mulheres nesse ano, crescendo para 130 em 1924 (MACHADO, 1998, p. 113). O levantamento dessas informações foi realizado a partir da análise de fotografias, pois as empresas e a sociedade não se preocupavam em registrar esse contingente. Essa preocupação só irá ocorrer a partir de 1940, quando surge a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e o Ministério do Trabalho. Machado (1998), salienta que foi necessário buscar os registros dessas mulheres através do estudo de

fotografias e da pesquisa pela História Oral, exatamente pela falta de documentos tidos como oficiais para a averiguação.

É importante destacar, que a empresa Eberle foi comandada, durante 10 anos, por Luiza Eberle, mulher imigrante de origem italiana que chega ao país com o marido e os filhos e adquirem uma pequena funilaria, em 1886 (LAZZAROTTO, 1981). A empresa e o sobrenome Eberle são muito conhecidos na cidade de Caxias do Sul e, durante muitos anos, destacou-se no polo industrial da região (muitos homens e mulheres entregaram sua força de trabalho para a construção e manutenção do que foi a Metalúrgica Eberle). Porém, a história de Luiza foi completamente ignorada pela própria empresa. Luiza Eberle, mãe de Abramo Eberle (conhecido como o fundador da empresa) trabalhou na funilaria e ensinou seu ofício para o filho, que em 1896 comprou a fábrica de seu pai. O pai de Abramo não se envolvia com a empresa, optando por trabalhar na roça. Luiza acaba por tornar-se apenas a mãe de Abramo, e não a mulher forte e de negócios, pois esse não era o papel social que lhe cabia como mulher. Destaca-se também, que ao ensinar seu trabalho ao filho, observamos que a educação vai além do que é ensinado em sala de aula, sendo que o trabalho, passado de geração em geração, formou o caráter de muitas pessoas na região.

Além de Luiza, a História conta com a presença de Ermelinda Viero Gianella, que fora casada com Matteo Gianella, e "foi a primeira mulher em Caxias a operar uma máquina de malhas, importada pelo seu marido, da Itália, que introduziu na região a 'arte' de malharia, e que se tornou, com o tempo, uma das mais importantes atividades da região da Serra" (MACHADO, 1998, p. 85). Matteo Gianella, sem recursos financeiros suficientes para alavancar o negócio fundado em 1917, tentou angariar empréstimos para adquirir insumos para a fábrica. Sem sucesso nessa empreitada, sua esposa Ermelinda sugere desmanchar o colchão do casal, presente de casamento, para utilizar a lã e assim iniciar as atividades na tecelagem. Ermelinda, após a morte do marido, assume os negócios, mas como mulher, seu lugar na história da sociedade caxiense é o de viúva do fundador do Lanifício Gianella.

Machado (1998) pesquisou a presença feminina no processo de industrialização da cidade e efetuou o levantamento de pequenos estabelecimentos manufatureiros que foram comandados por mulheres entre os anos de 1904 e 1929. O estudo foi realizado a partir do Livro de Impostos de Indústrias e Profissões do acervo disponível no Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul. Nesse período, a autora relatou a existência de 3 fábricas de chapéus, comandadas por Maria Guzzi, Mariana Agostinetto e Magdalena Bonotto; 1 serraria, de Luiza Zanol; 1 Selaria e Curtume, de Amélia Gattermann; 1 fábrica de salame e barbaquá, de Maria Cesa; 1 engenho de cana, de Maria Marchante; 1 fábrica de licores, de Josephina Conti; 1

moinho, de Maria Guaselli; 1 fábrica de coroas artificiais, de Mathilde Goyes & CIA. Esses estabelecimentos não resistiram à concorrência. Sem dinheiro suficiente para investir e capitalizar seus negócios, acabaram por serem engolidas pela entrada de produtos concorrentes vindos de outras regiões do país.

Todas essas mulheres assumiram o seu papel social de esposa e mãe. Atendiam e realizavam todas as tarefas domésticas, auxiliavam na educação e criação dos filhos, eram religiosas e participavam da igreja. A sociedade do final do século XIX e início do século XX, esperavam que elas permanecessem no ambiente doméstico. Porém, por necessidade própria e para ajudar financeiramente sua família, elas saíram de casa e conquistaram espaço nas indústrias da região.

A administração industrial adotada pelas fábricas da cidade seguiu o padrão utilizado em outros locais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, no período em que se inicia o processo de industrialização no país encontraremos o modelo paternalista de gestão que, curiosamente, ainda hoje se reflete nas empresas mais antigas da região serrana. Nesse modelo, existe a necessidade de disciplinar os funcionários, o patrão está sempre presente nos locais de trabalho, é um sistema baseado no patriarcado, onde o patrão é o pai e os funcionários são submissos às suas ordens. Muitos funcionários que trabalharam durante anos em empresas, como a própria Metalúrgica Eberle, sentem-se em casa e tem orgulho de pertencer à empresa. O paternalismo torna os funcionários dependentes do patrão, e eles se sentem agradecidos pelo emprego que têm.

Nesse contexto, as fábricas foram instaladas em ambientes muito precários e, para as mulheres, tornam-se ambientes ameaçadores. Nas entrevistas realizadas por Machado (1998, p.108) o modelo de submissão e controle paternalista aparecem nas falas das entrevistadas:

> "sempre tive muita dificuldade com os contramestres. As operárias eram divididas em dois grupos, as que fechavam com o contramestre, porque cediam às suas pressões e as que não fechavam; as do segundo grupo eram obrigadas a executar as tarefas mais difíceis, sofriam um controle mais rígido no horário e na produção, tinham que andar na linha". (Zoraide - funcionária Lanifício São Pedro) (MACHADO, 1998, p. 108).

Observa-se nesse trecho que, as mulheres no interior das fábricas, sofriam diversos tipos de situações constrangedoras o que tornava o convívio com seus superiores por vezes insuportável. Apesar disso, elas permaneciam trabalhando, de cabeça baixa e atendendo ao que lhes era solicitado. A necessidade de dinheiro para sustentar a si e a sua família as obrigava a manter sua postura de submissão.

No recorte temporal localizado entre 1875 e 1940, são escassos os documentos oficiais que comprovem qualquer participação feminina na vida industrial da cidade de Caxias do Sul.

A história das mulheres operárias da cidade foi pouco pesquisada e documentada, por isso a importância do trabalho de Maria Abel Machado. Em seu livro "Mulheres sem rosto" (1998) foram publicados recortes de entrevistas realizadas pela autora que nos trazem informações importantes sobre o contingente feminino que atuou nas fábricas caxienses, mesmo que se trate de uma amostragem. Nessa amostra da população, que contou com 30 depoentes, vamos identificar que as mulheres começaram, em média, a trabalhar entre os 13 e 15 anos de idade nessas fábricas. Porém, essa idade também varia, pois depende da sua chegada ao meio urbano, podendo ser muito mais cedo.

Outro dado relevante da pesquisa, se trata do grau de escolaridade das mulheres depoentes. Do total de entrevistas (30 ao todo), apenas 9 entrevistadas terminaram o quinto livro, o que corresponde ao quarto/quinto ano do ensino fundamental atualmente. Três mulheres não estudaram e 3 foram alfabetizadas na idade adulta. A partir desses dados, pode-se verificar que a educação formal, realizada pela escola, não foi tão importante na vida dessas mulheres, mas sim os conhecimentos relacionados ao trabalho, à execução das tarefas dentro das fábricas. É de se pressupor que havia uma rede de troca de conhecimentos acerca do trabalho, para que se pudesse executar as atividades com destreza. A educação, o aprendizado dessas mulheres, baseou-se primeiramente na submissão ao pai, aos irmãos e ao marido, aos afazeres domésticos e, posteriormente, aos patrões no chão de fábrica. A personalidade dessas mulheres acaba por ser moldada para o trabalho.

Diante desse contexto, observa-se que a educação formal, que deveria ser proporcionada pelo Estado, nunca recebeu importância significativa. Os imigrantes que chegaram à cidade, buscaram aprender o básico e, aqueles que possuíam maior conhecimento, ensinavam aos demais. As mulheres, saem de seus lares em busca de melhores condições financeiras, trabalhando por horas nas fábricas e outras tantas nos afazeres domésticos. Elas se caracterizam por serem mulheres fortes e com pouca instrução, mas são responsáveis, juntamente com os homens, na construção da cidade de Caxias do Sul, como um dos maiores polos industriais do país.

5 Considerações finais

A história do trabalho feminino e sua influência na construção econômica da cidade de Caxias do Sul sempre foi mantido às margens, e o reconhecimento pelo trabalho sempre recaiu sobre os homens.

Nesse artigo, buscamos demonstrar que a riqueza da cidade também foi construída pelo trabalho duro e silencioso de mulheres imigrantes que se estabeleceram no centro urbano, ou que migraram do meio rural para a cidade. Algumas delas foram proprietárias de pequenos

estabelecimentos manufatureiros que acabaram por serem engolidos pela concorrência dos produtos vindos de outras regiões e a falta de recursos financeiros para manterem-se competitivas no mercado (MACHADO, 1998). Outras, empregaram-se como domésticas, costureiras, tecelãs, nas vinícolas, na metalurgia e no comércio. Seu conhecimento foi desenvolvido a partir do trabalho que necessitaram aprender para garantir seu espaço nas indústrias da região.

Referências

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber**: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1998.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Délia Eberle. **Casas de negócio**: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **Caxias centenária**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. **Pobres construtores de riqueza:** absorção da mão de obra e expansão industrial na Metalúrgica Abramo Eberle: 1905 – 1970. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1981.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas**: uma escola de mulheres. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. *In:* DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto:** operárias de Caxias do Sul/1900-1950. Caxias do Sul: Maneco - Livraria & Editora, 1998.

MACHADO, Maria Abel. O trabalho feminino na indústria de Caxias do Sul - 1900/1930. In: Estudos Ibero-Americanos, PUC/RS, Porto Alegre. **Anais** do XXII Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, p. 177-194, dez. 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In*:* DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.

DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E MIGRAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS A PARTIR DA PRÁTICA EXTENSIONISTA

Bárbara Birk de Mello[1]

Márcia Blanco Cardoso[2]

1 Introdução

Hoje, a extensão universitária assume cada vez mais centralidade dentro das universidades, sendo a principal ligação entre comunidade e universidade, relação esta central em meio a pandemia da COVID-19. O estudo tem como tema as experiências e vivências extensionistas da autora, as quais englobam educação, História, direitos humanos, migrantes e refugiados.

Aa experiências da autora ocorreram em 2019 e 2020 no Projeto de Extensão O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos da Universidade Feevale-RS. Já em 2021, O Mundo em NH terminou e iniciou-se o Projeto Integrado Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDUCA DH), dando continuidade as atividades que ocorriam no Mundo em NH e dando início à outras voltadas para a educação em direitos humanos.

Neste estudo, optou-se por focar no planejamento e realização das oficinas de Realidade Brasileira com migrantes da região do Vale do Rio dos Sinos desde 2019. As oficinas tratam de diversas temáticas em torno da História do Brasil, as quais são selecionadas a partir do interesse dos participantes que tem entre 5 e 50 anos e são de diversas nacionalidades como Haiti, Senegal, Argentina, Colômbia, Palestina, entre outras.

Justifica-se este estudo na medida em que a extensão é um dos pilares da universidade, além de que o estudo aborda as temáticas da educação, direitos humano, migrantes e refugiados, discussões cada vez mais necessárias em nossa sociedade. Por último destaca-se a importância de discutir a migração e educação em tempos de COVID-19.

Os objetivos do estudo são apresentar O Mundo em NH e o CEDUCA DH, analisar as práticas das oficinas de Realidade Brasileira nos anos de 2019 a 2021 e investigar a relevância delas para acadêmicos e beneficiados envolvidos. Neste estudo, parte-se de uma pesquisa-ação a partir da prática da autora e da educação a partir de Freire, principalmente, educação em

[1] Graduada em História pela Universidade Feevale e mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela mesma instituição com bolsa integral PROSUC/CAPES. Endereço eletrônico: barbaramello@feevale.br.

[2] Mestre em Estudos Históricos Latino-americanos pela UNISINOS. Professora adjunta dos cursos de História e Pedagogia da Universidade Feevale. Endereço eletrônico: mcardoso@feevale.br.

direitos humanos a partir de Benevides e utiliza-se de diversos artigos e livros que abordam a migração, extensão e história do Brasil.

2 Desenvolvimento

Em seguida, buscar-se-á apresentar o Projeto de Extensão O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos e o Centro de Educação em Direitos Humanos da Universidade Feevale. Após isto, as práticas das oficinas de Realidade Brasileiras nos anos de 2019 a 2021 serão analisadas e, por fim, investigar-se-á a relevância destas oficinas para acadêmicos e beneficiados envolvidos.

2.1 Projeto O Mundo em NH e CEDUCA DH

Ao longo dos três anos de práticas extensionistas da autora, esta participou em dois projetos, os quais serão apresentados agora. O Projeto de Extensão "O Mundo em NH: refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos" foi vinculado à Universidade Feevale, localizada em Novo Hamburgo – RS e teve duração de 2016 até final de 2020. É importante citar que o Rio Grande do Sul é o quarto que mais recebe refugiados do País, sendo 6% do total (CORREIO DO POVO, 2018). Já no que tange migração, o Ministério da Justiça divulgou que o Brasil atraiu diversos estrangeiros nos últimos anos, tendo registrado 1 milhão e 85 mil migrantes, de 2010 a 2019 (RODRIGUES, 2020).

O município de Novo Hamburgo faz parte da região metropolitana de Porto Alegre, localizado a 42 km da capital. Esta cidade é um importante polo industrial da região do Vale do Rio dos Sinos, possui população estimada (2018) de 246.452 pessoas e densidade demográfica de 1.067,55 hab/km² (IBGE, 2010). Além disso, o município fica a 80 km de Caxias do Sul, que durante anos foi polo de entrada de migrantes senegaleses e, posteriormente, haitianos no Rio Grande do Sul.

Até hoje, o trabalho extensionista aqui tratado já atingiu mais de 80 migrantes de mais de 8 nacionalidades, sendo que quando estes se afastam do projeto é devido a terem saído do Brasil, conseguido ingressar na faculdade ou começado a trabalhar no horário das oficinas, mesmo assim o vínculo se mantém através das redes sociais, como o grupo do WhatsApp que é sempre ativo. Isso é sinônimo de alegria para todos os bolsistas e professores da Universidade.

A idealização do Mundo em NH ocorreu a partir de uma demanda do município, que passou a receber maior número de estrangeiros no período de 2014. Em 2015, a COMPPRIR (Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial) realizou um levantamento acerca do número de refugiados ou de solicitantes de refúgio em Novo Hamburgo

e concluiu que havia no município 70 refugiados ou pessoas solicitando refúgio, sendo a grande maioria de senegaleses.

A partir destes dados viu-se a necessidade de uma política de inserção destas pessoas na comunidade e professores do curso de História da Universidade Feevale propuseram o projeto de extensão O Mundo em NH para a instituição e as atividades iniciaram em janeiro de 2016 com oficinas semanais com refugiados e migrantes e atendimento psicossocial e jurídico sempre que necessário.

O projeto "O Mundo em NH: Refugiados e Migrantes, uma questão de Direitos Humanos" iniciou suas atividades com os seguintes objetivos:

> [...] articular ações, com foco no acolhimento e inserção social de imigrantes e refugiados atendidos pelo município de Novo Hamburgo. Sendo assim, o projeto se propõe a atuar junto desses refugiados e imigrantes, além contribuir na formação de gestores, agentes públicos e privados, na busca de maior inserção e acolhimento a esses grupos, na região, consolidando uma prática efetiva de Direitos Humanos (UNIVERSIDADE FEEVALE, 2016, n.p.).

Para isso, O Mundo em NH, através de oficinas com os refugiados e migrantes, buscou melhorar a comunicação deles em 50% e seus conhecimentos sobre cotidiano brasileiro e seus direitos, na mesma proporção. No que se refere às ações realizadas pelo Projeto para atingir a comunidade, ele promoveu eventos sobre a temática auxiliando na formação de cidadãos conscientes diminuindo situações de intolerância e preconceito (UNIVERSIDADE FEEVALE, 2016).

As oficinas ocorriam semanalmente (quarta-feira à noite) na Universidade Feevale com os refugiados e migrantes da região do Vale do Rio dos Sinos e eram divididas em duas partes, sendo a primeira sempre Língua Portuguesa e após intercalavam-se oficinas de Psicologia, Realidade Brasileira e Fotografia.

Para realizar estas oficinas o projeto de extensão mantinha uma equipe de professores da área de Direito, História, Letras, Psicologia e Artes. Fora isso, ao longo dos anos, houve participação de alunos e professores de outros cursos através de experiências de curricularização da extensão ou a partir de convite dos professores do Projeto para realizarem uma oficina diferenciada, como foi o caso de oficinas de contabilidade que foram ministradas por professora dessa área.

Ademais, o Projeto era interligado ao Projeto de Pesquisa "Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea" e ao Projeto de Pesquisa intitulado "Caracterização da população em situação de refúgio e migração na região do Vale dos Sinos: principais demandas e possibilidades de intervenção". Assim, teve-se interação entre extensão e pesquisa ocorrendo no projeto O Mundo em NH, fator importante para o crescimento

de ambas as modalidades de projeto e fortalecimento da temática dos refugiados, migrantes e direitos humanos.

Além das oficinas, atendimento psicossocial e jurídico, o projeto contou com diversas atividades de organização de eventos para aproximar os participantes do Mundo em NH e a comunidade. Alguns exemplos de ações que ocorrem todos os anos são o Seminário de Direitos Humanos, Evento Culturas do Mundo e o Sarau Cultural.

No final de 2020, os professores da Universidade Feevale que coordenavam o Projeto O Mundo em NH foram desafiados pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão da Universidade Feevale a pensar em uma nova proposta de projeto que integrasse ensino pesquisa e extensão e que tivesse a educação e os direitos humanos como foco, então surgiu o Centro de Educação em Direitos Humanos. Para a construção deste Centro, tem-se como base que:

> [...] ensino-pesquisa-extensão apresentam-se hoje, no âmbito das universidades brasileiras, como uma de suas maiores virtudes e expressão de compromisso social, uma vez que o exercício de tais funções é requerido como dado de excelência na Educação Superior, fundamentalmente voltada para a formação acadêmica e profissional de docentes e discentes, à luz da apropriação e produção do conhecimento científico (SANTOS, 2010, p. 13).

O CEDUCA DH tem como objetivo promover experiências integradas de extensão universitária visando à efetivação de direitos individuais e coletivos de sujeitos vulnerabilizados socialmente e a construção de uma cultura de paz, por meio da educação em direitos humanos. Para tanto, o Centro mantém as mesmas atividades que já eram desenvolvidas no Mundo em NH e agrega outras que eram desenvolvidas em outros projetos, sendo estas: oficinas sobre direitos humanos com sujeitos privados de liberdade em Novo Hamburgo e Montenegro, educação e formação em ambientes escolares e não escolares, como o Centro de Referência de Assistência Social do bairro Canudos e a EMEF Francisco Cândido Xavier, escola de São Leopoldo que tem um currículo voltado para a educação em direitos humanos e atuação com agentes das áreas de segurança, saúde e justiça, dentre outras.

A metodologia deste projeto envolve a construção de materiais didáticos, realização de oficinas multidisciplinares, atendimentos individualizados e formação de agentes sociais. Para além dos marcos regulatórios na área de direitos humanos, tem-se o compromisso na formação de um profissional-cidadão, atuante e crítico no que diz respeito ao mundo que o cerca e que possa contribuir para a construção de uma sociedade equânime, que acolha grupos vulneráveis, de diferentes culturas e gerações.

O CEDUCA DH vem sendo um grande desafio, pois engloba ensino, pesquisa e extensão juntos, onde todos os professores e alunos bolsistas participam de todas as atividades

do centro, tanto desenvolvendo materiais didáticos, quanto produzindo artigos e participando de eventos. O Centro recebe professores e bolsistas das mais diversas áreas, principalmente das ciências humanas, e o diálogo interdisciplinar é uma constante necessária.

Em meio a pandemia da COVID-19, em 2020 as atividades no Projeto O Mundo em NH passaram a ocorrer de forma síncrona e em 2021, o início do CEDUCA DH, a situação não mudou, pois o vírus continua com uma alta taxa de contágio e de óbitos, sendo necessário o máximo de distanciamento físico possível. Devido a esse contexto, algumas das atividades do CEDUCA DH ainda não puderam iniciar como as oficinas com sujeitos privados de liberdade e as formações em espaços escolares e não-escolares.

Porém, as atividades com os migrantes puderam continuar e estão trazendo resultados satisfatórios com cerca de 10 beneficiados por cada oficina. A seguir, abordaremos mais sobre as oficinas de Realidade Brasileira ao longo de 2019, 2020 e 2021, onde adentraremos também nas possibilidades e limites que a COVID-19 trouxe.

2.2 Oficinas de realidade brasileira

Ao ingressar, em 2019, no Projeto O Mundo em NH, um dos primeiros textos que li foi o de Benevides (2000) que falava os pontos necessários para uma educação em direitos humanos e, desde então, a seguinte percepção é base para a formulação das oficinas:

> A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional – os educadores e os educandos - ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos (BENEVIDES, 2000, p. 1).

A educação em direitos humanos é transformadora e compartilhada. Não pode partir apenas do educador como se fosse algo imposto de cima para baixo, assim como a extensão universitária que busca o diálogo horizontal entre universidade e comunidade. Para auxiliar nestas reflexões, utiliza-se de Freire (2004) que aponta para a autonomia dos alunos no processo pedagógico e questiona: “Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?” (FREIRE, 2004, p. 87). Essa é a questão que guia as oficinas, as quais são constantemente repensadas, pois “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2004, p. 22).

Aqui, pensa-se em uma educação em direitos humanos dentro de oficinas de Realidade Brasileira, ou seja, sobre a história e culturas do País. Parte-se de uma premissa básica para os

historiadores: “[...] pensar a história como disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipatória e libertadora” (FONSECA, 2003, p. 89).

Mas o que seriam os direitos humanos? Para responder isso, parte-se de Miranda (2007):

> [...] são princípios, normas, valores universalmente reconhecidos como fundamentais para a existência e coexistência humanas. Sua aceitação advém da compreensão de que Direitos Humanos baseiam-se na igualdade de todos os seres humanos e na dignidade do ser humano (MIRANDA, 2007, p. 182).

Tendo estas questões em mente, as oficinas de Realidade Brasileira são planejadas a partir do interesse dos migrantes que participam dos encontros. Em média, eram 15 participantes por oficina em 2019 e em 2020 e 2021 a média está de 10 pessoas. As oficinas de Realidade ocorrem a cada três semanas e a idade dos participantes é entre 5 e 50 anos, sendo um grupo muito diverso também nas nacionalidades, nível de conhecimento da Língua Portuguesa e necessidades, como, por exemplo, alguns querem aprender questões mais específicas relacionadas à história do Brasil para realizarem provas de vestibulares, outros tem interesse em aprender mais sobre determinada cultura do País e assim por diante.

Devido a esse contexto, a primeira oficina de cada semestre é dedicada a trazer uma linha do tempo geral da história do Brasil e de suas culturas para conversar com os migrantes acerca do que eles consideram mais interessante. As oficinas sempre são organizadas pensando em atividades didáticas onde haja inteiração entre todos, com utilização de palavras de fácil compreensão, imagens e pensando em aulas com duração de média de 45 minutos por assunto. Claro que, caso necessário, o mesmo assunto continuará sendo abordado na oficina seguinte, mas como ela ocorre a cada três semanas, é mais difícil manter uma sequência de conteúdo e de alunos, pois o público é variante.

Para o planejamento das oficinas, duas semanas antes delas, se reúnem a bolsista e os professores de História para discussão da temática e produção de material didático. Então, a bolsista faz leituras, organiza o material e retorna para a avaliação dos professores. Em 2019, esse encontro era presencial, mas a partir da pandemia passou a ocorrer de forma on-line sem prejuízo de resultados.

Antes de adentrar mais especificamente nas oficinas, é importante destacar que ao longo destes anos como bolsista, além destas atuou-se na organização e participação de eventos, ações conjuntas com professores e bolsistas de outras áreas do projeto e organização do Argus, sistema on-line de projetos que a Universidade Feevale utiliza para controle de suas ações.

Em 2019, foram realizadas 10 oficinas de Realidade Brasileira que contaram com temas como processo de formulação do Rio Grande do Sul, história de Novo Hamburgo e de São

Leopoldo, heróis e/ou figuras nacionais, culturas brasileiras e formulação de mapa do Brasil. As oficinas ocorreram sempre na segunda parte da noite, logo isso também é algo para ser levado em conta ao planejar as atividades que buscam ser mais interativas e trazer o compartilhamento de histórias entre migrante e bolsista em um processo constante de ensino-aprendizagem.

Devido ao espaço deste artigo, analisar-se-ão duas atividades do ano de 2019: a oficina heróis e/ou figuras históricas e a oficina de construção de um mapa diferenciado do Brasil. Esta última ocorreu no primeiro semestre do ano e contou com a participação de 18 migrantes. Após já ter tido algumas oficinas no semestre trabalhando com história do Brasil, do Rio Grande do Sul e de São Leopoldo e Novo Hamburgo, foi proposta uma noite em que pudessem todos criar um mapa do País a partir da seguinte frase: Brasil, tanta gente, tantas culturas, tantos sentimentos. A ideia era que cada um criasse uma placa de 5x5 cm onde colocasse o seu sentimento em relação ao Brasil e depois adicionasse ao pedaço de isopor onde o contorno do mapa do País foi desenhado.

Ao final da atividade, obtiveram-se respostas muito positivas em relação a visão dos migrantes para com o Brasil: casa, segurança, felicidade, união e alegria são alguns dos exemplos. Os professores e alunos da Feevale presentes naquela noite também realizaram a atividade, que depois foi exposta no evento Sarau Culturas do Mundo para que os demais alunos da instituição e comunidade pudessem acompanhar e participar da criação do mapa.

Este é o exemplo de uma atividade em que a criatividade foi central e que tinha como objetivo refletir sobre como os beneficiados estavam se sentindo em relação ao país e porque aquela escolha de palavras. Como dois objetivos centrais do projeto O Mundo em NH eram a inserção e acolhimento, poderíamos dizer que estes estavam sendo atingidos.

Já a atividade dos heróis e/ou figuras históricas surgiu do interesse de um migrante venezuelano em saber quais eram os heróis brasileiros, pois ele não os conhecia. A partir disso, foi feito o planejamento de uma oficina em que se explicasse o que eram heróis e figuras históricas e explicou-se para os participantes que todas as pessoas são sujeitos históricos (BORGES, 1986) e figuras históricas, mas que algumas se destacaram mais ao longo da história, sendo que algumas são consideradas heróis nacionais. Em seguida, foram distribuídas entre os participantes 18 fotografia e/ou pintura referente a figuras históricas brasileiras selecionadas previamente e 18 resumos da biografia de cada uma delas.

Cada pessoa na sala leu uma biografia e foram juntos tentando analisar quem seria essa figura histórica a partir das imagens e quando faziam isso, era mostrado um slide com alguma das obras desta pessoa e aprofundada um pouco mais sua história. Um dos exemplos de figura

histórica foi Cacique Raoni, conhecido internacionalmente por sua luta pela preservação da Amazônia e dos povos indígenas. Outro exemplo foi Zumbi dos Palmares e a partir de sua figura, alguns participantes trouxeram o processo de escravização em seus países e as formas de resistência daqueles espaços, compartilhando saberes com os demais.

Ao final da atividade e tendo o quadro com as 18 figuras completas, foi perguntado quem era o herói de cada um e a resposta deveria ser através de um desenho. A maioria trouxe algum familiar, mas alguns também trouxeram figuras históricas de seus países de origem, o que foi enriquecedor para o debate. Concluída a atividade, todos explicaram os seus desenhos. Essa foi uma forma de trazer um conteúdo que alguns participantes haviam pedido e um pouco da história do Brasil através de figuras que marcaram e/ou ainda marcam a trajetória dos brasileiros e, ao mesmo tempo, aprender sobre figuras de outros países como Colômbia, Senegal e Haiti.

Agora, no ano de 2020, houve uma grande mudança com a chegada da COVID-19. No primeiro semestre, a principal preocupação era garantir que os migrantes atendidos pelo projeto estavam com saúde e mantendo os cuidados contra o vírus. Neste período foram distribuídas cestas básicas, máscaras e álcool gel. As atividades do projeto eram enviadas via grupo do WhatsApp, o qual todos conseguiram manter acompanhamento, pois a internet é central para conversarem com suas famílias. Além disso, alguns vídeos relacionados à Língua Portuguesa foram postados em canal do Youtube.

Antes de iniciar o planejamento das oficinas online, ocorreram leituras de artigos e livros que abordam a realização de aulas virtuais, sendo que as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) são centrais no período pandêmico. Segundo Soares e Oliveira (2019):

> [...] as TICs chegam com todo vigor, permitindo a modernização das ferramentas de trabalho, a aceleração de tarefas e o aumento da produtividade nas inúmeras atividades desempenhadas, tudo isso em nome de equiparar as instituições às exigências dos sistemas de ensino no país que [...] volta-se na integração das TICs nestes espaços [...] (SOARES; OLIVEIRA, 2019, p. 2).

No segundo semestre, voltaram as oficinas através do Google Meet. O horário das oficinas foi diminuído em 45 minutos do que era antes, pois a aula on-line é mais cansativa e pensou-se que desta forma seria mais fácil de fazer a transição para o on-line, o que acabou se comprovando (antes era das 19:30 às 22:00 com 15 minutos de intervalo e agora é das 20:30 as 22:00).

Aqui, destacam-se duas atividades realizadas: oficina em parceria com o Projeto Social Sustentabilidade Econômica e Financeira e uma oficina sobre a origem da Língua Portuguesa. Na primeira oficina, ouviu-se dos migrantes sobre a situação econômica atual deles e pensou-

se em fazer uma parceria com uma professora de contabilidade do projeto acima citado. A professora trouxe informações referentes a como migrantes e refugiados poderiam abrir lojas, pois isso era dúvida de alguns migrantes empreendedores e trabalhou questões de como realizar compras no mercado de forma mais econômica. Essa oficina trouxe ótimos resultados e esclareceu diversas dúvidas dos beneficiados, tanto que ela voltou em mais uma oficina para falar sobre finanças, questão crucial em meio à pandemia, onde muitos dos atingidos com cortes empregatícios são os migrantes.

Já a oficina acerca da formação da Língua Portuguesa tratou desde o período anterior a colonização do Brasil com os povos indígenas, passando pela invasão dos europeus, escravização de sujeitos do continente africano e migrações no século XX ao país que acabaram por auxiliar na formação de regionalismos, questão que foi discutida na segunda parte da aula de Língua Portuguesa com a bolsista de Letras.

Ao longo desta oficina, surgiram questões sobre a escravização de sujeitos do continente africano por parte de migrantes senegaleses e haitianos, principalmente. A ideia dessa oficina surgiu dos próprios beneficiados que queriam entender de onde surgiu o português que estão falando e o porquê de diferentes estados do Brasil terem diferentes formas de falar. A ligação com a oficina de Língua Portuguesa foi ótima, pois um assunto complementou o outro e obteve-se uma maior interdisciplinaridade.

Em 2021, até então foram realizadas cinco oficinas de Realidade Brasileira, seguindo no mesmo modelo de 2020. Foram realizados alguns testes usando outra plataforma on-line parecida com o Google Meet, mas optou-se por manter ele visto que exige menos potência de internet e é uma ferramenta mais intuitiva e que a maioria dos migrantes já estavam mais acostumados.

As duas oficinas que se tem como exemplo são: o que cabe em uma música? e feriados e datas comemorativas do Brasil. Na primeira, trabalhou-se a temática da ditadura civil-militar brasileira a partir de músicas de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque. A temática surgiu de uma beneficiada que na primeira aula do semestre, quando se apresentou uma linha geral da história do Brasil, disse que não sabia que havia tido ditadura no País e que queria aprender mais. A ideia de trabalhar com músicas era para abordar o período de regime de uma forma que inspirasse a participação dos alunos e que fosse, de certa forma, mais leve, devido ao contexto pandêmico em que a morte já é uma realidade tão presente.

As duas músicas principais eram “De baixo dos caracóis dos seus cabelos” e “Aquele abraço”. Os resultados foram muito positivos, todos cantaram, até dançaram e o significado por de trás das músicas também foi bem compreendido, além de trazer novos vocabulários para os

beneficiados. As músicas tinham relação com o exílio e com a saudade de casa, então os migrantes conseguiram se identificar mais com aquelas músicas, guardadas as devidas proporções. No futuro, devido a esta oficina, a música será usada em mais temáticas.

A segunda oficina sobre feriados nacionais e datas comemorativas surgiu da ideia de ter um calendário de atividades das oficinas e dialogar sobre os feriados brasileiros a partir de um jogo de perguntas e respostas de múltipla escolha sobre cada um dos feriados do País, do Rio Grande do Sul e de Novo Hamburgo para ter como produto um calendário.

Essa é uma atividade interessante onde discutiu-se brevemente sobre alguns eventos marcantes da história do Brasil e conversou-se sobre algo do cotidiano de todos. Ainda, nessa oficina, foi feita uma parceria com o professor de Direito que atua no CEDUCA DH: ele fez um vídeo e uma apresentação de slides explicando como funcionam os vínculos empregatícios em feriados, o que sanou algumas dúvidas dos participantes.

Durante esta seção, buscou-se analisar algumas das atividades desenvolvidas nas oficinas de Realidade Brasileira e junto delas já trazer uma investigação acerca da relevância delas para a bolsista e migrantes. São diversos os pontos positivos para ambas as partes, como constante processo de ensino-aprendizagem, onde as temáticas das oficinas são pensadas a partir do cotidiano e curiosidade dos migrantes, e formulação de vínculos que vão além do momento de sala de aula.

A prática extensionista é inovadora e abre diversas possibilidades de conhecimento de realidades que de outra forma os universitários provavelmente não acessariam. Assim, busca-se "Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade" (SERRANO, 2012, p. 11).

Quando falando mais especificamente da formação acadêmica, as práticas possibilitaram à bolsista inserção em sala de aula e estudos mais aprofundados acerca da temática dos direitos humanos, educação, refugiados, migrantes e história do Brasil. Ademais, desde 2020, as atividades ocorrem de forma síncrona devido à COVID-19, o que também leva a uma aprendizagem diária do uso das TICs, tanto para a autora, quanto para os demais professores e acadêmicos da Universidade participantes do CEDUCA DH.

Desde o início da pandemia, houve diversos desafios nas oficinas on-line, como conexão de internet e dificuldades de não poder estar junto do aluno, principalmente. Porém, foram muitos pontos positivos, uma vez que alguns migrantes que antes não conseguiam acompanhar as oficinas devido ao tempo e/ou dinheiro para deslocamento, agora conseguem acompanhar.

Ainda, pessoas que não vinham em tantas oficinas presenciais devido a ser muito tarde para voltar para casa, agora não tem mais esta dificuldade. Assim, a transição para o meio on-line trouxe benefícios para o processo de ensino-aprendizagem, mas principalmente para manutenção de vínculos durante o período pandêmico, o que foi essencial para acadêmicos da Universidade e migrantes participantes.

Acredita-se que tanto estas oficinas quanto as demais atividades desenvolvidas no CEDUCA DH são essenciais para a inserção e acolhimento dos migrantes da região do Vale do Rio dos Sinos. Essa inserção e acolhimento se dão através de um conhecimento e prática cada vez maiores da Língua Portuguesa, das culturas e história do Brasil e de uma relação de amizade que se estabelece entre os alunos da Feevale, professores e migrantes. Ainda, é importante destacar as oficinas de Psicologia e atendimentos psicossociais, principalmente no período da pandemia da COVID-19.

3 Considerações finais

Este artigo tratou da experiência de três anos da autora atuando junto da extensão no campo da educação, direitos humanos e migração, mas claro que não poderia ser abordada toda a prática extensionista, então optou-se por focar nas oficinas de Realidade Brasileira que a autora planejou e ministrou neste período juntamente de outros professores da área de História.

Mesmo finalizado o Projeto de Extensão O Mundo em NH, todas as suas atividades continuaram sendo desenvolvidas no CEDUCA DH, junto de novas que vieram para fortalecer a educação em direitos humanos a partir de um projeto que integre pesquisa, extensão e educação e as mais diversas áreas do conhecimento como Pedagogia, História, Psicologia, Letras, Direito, Artes, dentre outras.

Ao longo dos três anos de práticas, foram muitas experiências e vivências compartilhadas com os migrantes, com os acadêmicos e professores da Universidade, sendo estas essenciais para a formação da autora enquanto cidadã e enquanto professora. Seria justo dizer que a autora foi mais beneficiada do que os migrantes com quem atuou nestes três anos. São muitas culturas e realidades que de outra forma não teria possibilidade de acessar. Acima de tudo, estes anos mostraram a importância e necessidade da extensão universitária e da educação voltada para os direitos humanos.

Ao final do estudo, pontua-se a necessidade de projetos que cada vez mais integrem ensino, pesquisa e extensão e trabalhem tendo os direitos humanos como um eixo norteador. Destaca-se a importância do CEDUCA DH para as discussões teóricas e atividades práticas com refugiados e migrantes, sendo estas guiadas a partir da educação como ferramenta transformadora.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos:** de que se trata? Espírito Santo: Biblioteca Digital Interna da Subsecretaria de Direitos Humanos da SEADH-ES, 2000. Disponível em: http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/Benevides%20MV%202000%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20DH%20de%20que%20se%20trata.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História?** 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORREIO DO POVO. **Rio Grande do Sul é o quarto Estado com maior número de refugiados no país.** Disponível em: https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/rio-grande-do-sul-%C3%A9-o-quarto-estado-com-maior-n%C3%BAmero-de-refugiados-no-pa%C3%ADs-1.258774. Acesso em: 12 mar. 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IBGE. **Novo Hamburgo.** Brasília: 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama. Acesso em 21 mar. 2021.

MIRANDA, Nilmário de. **Por que direitos humanos?** São Paulo: Autêntica, 2007.

RODRIGUES, Basília. CNN Brasil. **Brasil registrou 1 milhão de imigrantes em dez anos.** Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/12/17/brasil-registrou-1-milhao-de-imigrantes-em-dez-anos. Acesso em: 12 abr. 2021.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da Extensão Universitária Brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário. **Revista Conexão UEPG.** Paraná: Ponta Grossa, v. 6, n°1, 2010. Disponível: http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao06/1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

SERRANO, Maria. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Escola Técnica de Saúde da UFPB**, p. 1-15, 2012. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Universidade%20e%20Sociedade/US%2013_Texto%201%20Serrano_Conceitos%20de%20extensao%20universitaria.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SOARES, Lucas de Vasconcelos; OLIVEIRA, Lílian Aquino. A exclusão digital no século XXI: diálogos na incorporação de TICs na Gestão Educacional em escolas da rede pública de São Luís/MA. **ARTEFACTUM – Revista de Estudos em Linguagens e Tecnologia**, n. 1, 2019. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1795>. Acesso em: 21 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEEVALE. **Projeto de Extensão "O Mundo em NH:** refugiados e migrantes, uma questão de Direitos Humanos". PROPPEX - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, 2016.

2 Cultura, Memória e Patrimônio Histórico

DE ESTRELA A GOIÁS: A PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS REGIONAIS E O SEU POTENCIAL DIDÁTICO

Cristiano Nicolini[1]

Luiz Eduardo Barbosa Gonçalves[2]

1 Introdução

Os processos de patrimonialização de memórias se intensificaram marcadamente a partir do que Pierre Nora (1993) chamou de *boom* da memória. Neste contexto, é possível identificar uma variedade de iniciativas que investiram na diferenciação territorial e identitária das diversas regiões que compõem as outrora evidenciadas nacionalidades. No Brasil, esse esforço pela distinção do regional no âmbito nacional trouxe à tona passados, histórias e memórias que foram materializadas em espaços diversos, identificados também por Nora (1993) como *lugares de memória*.

A partir desse cenário, destacamos nesse texto dois territórios com os quais tivemos contato a partir de pesquisas recentes: o município de Estrela, no estado do Rio Grande do Sul, e a Cidade de Goiás, situada no estado de Goiás (ambos no Brasil). Partindo desses dois estudos de caso, pretendemos mostrar como, apesar das referidas intenções de diferenciação territorial, ambos os espaços selecionados possuem um potencial didático que transcende as intenções dos sujeitos que investem na elaboração desses lugares de memória.

Para isso, evocamos estudos do campo da Educação Histórica (BARCA, 2011; SCHMIDT, GARCIA, 2006; NICOLINI, 2019; PINTO, 2016) e da Didática da História (RÜSEN, 2015; SADDI, 2012; SCHMIDT, 2020) para analisar o potencial que esses lugares apresentam para o desenvolvimento de aprendizagens históricas significativas e para o consequente desdobramento de uma consciência histórica mais ampla e intercultural. Compreendemos, dessa forma, que os processos e os lugares de patrimonialização devem ser compreendidos como espaços que apresentam narrativas

[1] Doutor em História pela UFSM (2019), com período de Doutorado Sanduíche na Universidade do Porto (PT); professor de Estágio Supervisionado em História e Didática da História na Faculdade de História (UFG). Endereço eletrônico: cristianonicolini@ufg.br.

[2] Graduando em História – Licenciatura na Faculdade de História (UFG); pesquisador Prolicen FH/UFG. Endereço eletrônico: luiz_eduardo@discente.ufg.br.

sobre o passado, passíveis de serem problematizadas, desnaturalizadas, questionadas e reelaboradas pelos visitantes que, partindo das experiências do presente e das suas carências de orientação (RÜSEN, 2015), interpretam as narrativas e elaboram novas formas estar no mundo. Nessa dinâmica, a atuação de professores-historiadores surge como função inequívoca para estabelecer mediações entre o público (estudantes ou não) e os referidos lugares de memória.

2 Processos de patrimonialização em Estrela (RS) e na cidade de Goiás (GO)

O território brasileiro se caracteriza pela ampla diversidade cultural. Ao percorrermos o mapa do país, identificamos também diferentes formas de representação das regionalidades, manifestadas em diferentes espaços e através de múltiplas expressões: música, festa, culinária, artesanato, religiosidades e um vasto conjunto de modos de ser e de viver que constitui esse imenso mosaico identitário. No entanto, ao contrário do que por vezes se reivindica, essas expressões não são cristalizadas e não representam todos os sujeitos que atuam nestes cenários. Todo processo de patrimonialização gera invisibilidades e hierarquizações culturais que, na perspectiva historiográfica, são passíveis de questionamentos e ressignificações (NICOLINI, 2021).

Nesse sentido, propomos refletir sobre como esses processos de patrimonialização se materializam em dois espaços distintos do território brasileiro: o município de Estrela, no estado do Rio Grande do Sul, e a Cidade de Goiás, no estado de Goiás. A escolha dessas localidades se deu em função de duas investigações realizadas pelos autores do texto, em diferentes momentos e contextos. No primeiro caso, o lugar foi analisado no âmbito de uma pesquisa de âmbito mais amplo, que tratou de analisar as representações acerca da *germanicidade*[3] na região de colonização alemã no sul do Brasil (NICOLINI, 2021). A Cidade de Goiás, por sua vez, localizada no estado de Goiás, é objeto de análise de uma investigação em nível de graduação, em fase de desenvolvimento, cujo objetivo é analisar as perspectivas de aprendizagem contidas em espaços de memória do estado, principalmente nas propostas didáticas que alguns desses lugares oferecem ao público (GONÇALVES, 2020).

[3] O termo é utilizado por Weber (2006) para se referir às reconfigurações da *germanidade* no sul do Brasil, quando diferentes atores sociais investem em ações que se *inspiram* no sentimento de pertencimento à nação de origem dos imigrantes alemães, porém não podem ser confundidas com esse termo que está associado ao nacionalismo do século XIX (*Deutschtum*).

2.1 Estrela: patrimonialização de memórias e *germanicidade*

O município de Estrela se configura como um dos principais destinos da imigração germânica, no estado do Rio Grande do Sul, através da fundação das chamadas linhas e picadas, nos arredores dos núcleos urbanos que já haviam se instalado pelos portugueses. A partir da década de 1850, o atual município passou a ser um dos destinos de inúmeros imigrantes que chegaram de São Leopoldo, navegando pelo Rio Taquari e ocupando em seguida as terras a eles destinadas. Estrela foi o primeiro município a se emancipar de Taquari, o núcleo inicial do povoamento europeu no Vale do Taquari, através da Lei 1.044/76, de 20 de maio de 1876. O território que atualmente representa este município abrange 184,2 quilômetros quadrados, bem inferior à sua primeira divisão político-administrativa, que compreendia diversos municípios hoje emancipados.[4]

A colonização das terras que atualmente pertencem a Estrela se desencadeou com a atuação dos latifundiários Antônio Victor Menna Barreto, à margem esquerda do Rio Taquari, e Antônio Fialho de Vargas, à margem direita (hoje Lajeado). O processo de ocupação começou com poucas famílias, oriundas, em sua maioria, de Dois Irmãos (RAMBO, 1999).

Por volta de 1856, foi criada a colônia de Estrela, por Vitorino José Ribeiro, na fazenda de sua propriedade, entre os arroios Estrela e Boa Vista. A partir desta data, os imigrantes alemães passaram a ocupar os seus lotes de terra, criando as suas comunidades. Segundo Hessel (1983, p.22): "[...] Antônio Vítor mandou abrir grandes picadas: Boa Vista, Picada Grande e outras, nas quais foram se estabelecendo os colonos que em grande número afluíam das zonas de São Leopoldo e de Feliz." Em seguida, a colonização atingiu as terras do interior desta região, onde foi fundada a colônia particular denominada Teutônia, em 1858 (hoje município com este nome). Na terceira fase da colonização, as picadas atingiram os distritos de Arroio da Seca e Corvo, hoje denominados, respectivamente, municípios de Imigrante e Colinas. O atual município de Roca Sales, na parte setentrional do território que pertencia a Estrela, também foi ocupado por imigrantes alemães, bem como recebeu italianos vindos das colônias do norte (Conde d'Eu, por exemplo). Esta parte de Estrela passou a ser Distrito em 1898, vindo a emancipar-se no ano de 1954 (HESSEL, 1983).

Por volta de 1868, segundo Hessel (1983, p. 24), "[...] Estrela passou a atrair migrantes não-agricultores, os quais, estabelecendo-se junto à sede da Fazenda, iriam

[4] Entre 1891 e 1954, Estrela possuía 749 quilômetros quadrados de extensão territorial (HESSEL, 1983).

propiciar o surto de um comércio ativo, o aumento da população local, a formação do primeiro povoado do Alto Taquari, a criação da primeira freguesia e [...] a emancipação política em 1876." A partir de então, o município de Estrela passou a se desenvolver a partir das suas colônias e pequenos núcleos urbanos, os quais foram se emancipando a partir do final do século XIX (Lajeado) e ao longo do século XX (Roca Sales, Imigrante, Teutônia, Colinas).

No município de Estrela, as manifestações culturais que evocam a imigração germânica estão presentes nas narrativas locais desde o começo do século XX, como mostra Werle (2018), principalmente em iniciativas da administração municipal e de entidades privadas ou comunitárias. Inicialmente, eram ações organizadas pela própria comunidade, conforme revelam as narrativas dos antepassados, contidas em livros e outros documentos sobre a história local ou nas memórias de testemunhas vivas de tempos passados. De acordo com obras como *Reminiscências da Colônia Teutônia-Estrela*, de Arno Sommer (2001), *A Virada do Milênio: História e Memória (volumes I e II)*, do colinense Herbert Bergesch (2001/2003), *O Município de Estrela: História e Crônica*, de Lothar Hessel (1983), *Colonização de Teutônia e Corvo: imigração alemã no sul do Brasil*, de Ruben Gerhardt (2004), *Estrela: ontem e hoje*, de José Alfredo Schierholt (2002), *Nas Barrancas*, de Assis Sampaio (2004), dentre outros trabalhos realizados por pesquisadores locais, o passado de Estrela foi marcado por inúmeras ocasiões em que as manifestações culturais tinham destaque, como nos bailes de *Kerb*[5], por exemplo.

Atualmente, o calendário de eventos anuais do município de Estrela demonstra que as atividades culturais, festividades e demais manifestações culturais continuam servindo como estratégias de afirmação da identidade cultural local e regional, integrando um amplo projeto que grande parte dos municípios do Vale do Taquari desencadeia no sentido de afirmar e divulgar as suas potencialidades, a partir do enaltecimento da identidade cultural germânica.

Se andarmos pela cidade, podemos encontrar múltiplos espaços e formas de materialização dessa identidade: praças, monumentos, nomes de ruas, placas comemorativas, construções inspiradas na arquitetura germânica (estilo *enxaimel*)[6] e outros exemplos que revelam ao público as intenções das narrativas que sustentam tais

[5] Festas tradicionais da cultura alemã. Originalmente significa "o dia da inauguração da igreja".
[6] Casas cujas paredes são construídas com hastes de madeira encaixadas entre si na posição vertical, horizontal ou inclinada, e depois preenchidas com tijolos ou pedras. No sul do Brasil, os imigrantes germânicos adaptaram essas construções utilizando materiais disponíveis nos locais onde fixaram as suas moradias.

manifestações. No entanto, em meio a esse conjunto de iniciativas, a cidade não conta com nenhum tipo de arquivo público ou privado. Os lugares que funcionam como centros de memória são uma casa-museu, pertencente a um casal de ascendência germânica, e um acervo mantido pela Comunidade Evangélica Luterana local. Portanto, os dois únicos espaços que assumem essa função de preservar a memória local acabam atuando basicamente como colaboradores dessa narrativa hegemônica presente nos demais espaços (WERLE, 2018).

Nesse sentido, fica evidente que os processos de patrimonialização no município de Estrela tendem a reproduzir, de forma colaborativa entre diferentes segmentos sociais, a narrativa hegemônica associada à imigração alemã do final do século XIX e começo do XX. Pensando na perspectiva historiográfica, identificamos neste cenário específico do sul do Brasil a possibilidade de pensarmos sobre a dimensão didática da cultura memorativa (RÜSEN, 2014). Nessa perspectiva, compreendemos que os pertencimentos territoriais são negociáveis e envolvem a construção de uma determinada cultura histórica passível de ser problematizada e reelaborada. Diante de cenários como esse apresentado no município de Estrela, quais são as possibilidades para que historiadores, docentes e outros mediadores possam construir roteiros didáticos para que os sujeitos observem, interpretem e se orientem no tempo presente a partir das narrativas sobre o passado? Em que medida a Didática da História pode nos mostrar que o patrimônio e a patrimonialização apresentam possibilidades de aprendizagem histórica, mas que esse potencial não significa necessariamente (ou somente) reproduzir aquilo que se narra?

2.2 Cidade de Goiás: a cidade patrimônio

A Cidade de Goiás, município do estado de Goiás, é um dos principais pontos históricos e turísticos da região goiana. Antiga capital do estado, desde 2001 é detentora do título de Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A cidade possui conjuntos arquitetônicos que remetem ao século XVIII, época do apogeu aurífero no estado.

A exploração do atual território goiano se deu com a descoberta das Minas Gerais em 1692, e anos depois as minas de Caxipó e Cuiabá. Com a descoberta de ouro nestes territórios, cresceu o interesse da Coroa Portuguesa pela exploração do interior da colônia. Com o objetivo de encontrar as Minas dos Goyazes e indígenas, Bartolomeu Bueno da Silva, alcunhado como “Anhanguera”, em 1722 parte de São Paulo com uma bandeira composta de 152 homens, sendo estes portugueses, paulistas, indígenas e clérigos

(ARRAIS, 2019, p. 18). Após a descoberta de ouro na região, Bartolomeu funda primeiro o povoado da Barra, e depois o Arraial de Sant'Anna, que veio a ser depois o único núcleo urbano da Capitania de Goiás com condição de vila, sendo então denominada de Villa Boa de Goyaz (hoje, Cidade de Goiás).

Na primeira metade do século XX, com a mudança da capital para Goiânia, a Cidade de Goiás foi vista como um vestígio fiel do passado colonial, com poucas modificações na paisagem urbana. Nesse aspecto, surge a preocupação em salvaguardar a arquitetura colonial quando, na década de 1950, algumas edificações isoladas foram tombadas como patrimônio pelo *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN); contudo, até o final do século, outros bens foram tombados, como os demais conjuntos urbanísticos - praças, ruas, etc. No início do século XXI, o município recebe o título internacional de *Patrimônio Cultural da Humanidade* pela UNESCO.

Atualmente, o centro histórico da Cidade de Goiás contém diversos espaços patrimonializados pelo *Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional* (IPHAN, antigo SPHAN), tais como a antiga *Casa de Câmara e Cadeia* (1761), que hoje abriga o *Museu das Bandeiras*; o *Museu Palácio Conde dos Arcos*, antiga sede do governo no estado; o *Museu de Arte Sacra da Boa Morte*, onde o edifício é a *Igreja Nossa Senhora da Boa Morte* (1779); o *Chafariz de Cauda da Boa Morte* (1778); a casa da poetisa Cora Coralina, o *Museu Cora Coralina*; além dos demais conjuntos urbanos.

Neste aspecto, fica evidente o valor que a cidade dá ao seu passado, em que a narrativa hegemônica é centrada no ciclo do ouro e nos processos de colonização da região. A cidade possui uma variedade de acervos e de lugares de memória, se tornando um local eminente para as diversas formas de aprendizagem histórica.

3 Potencial didático dos lugares de memória: patrimonialização e aprendizagem histórica

A consciência histórica exerce assume diferentes dimensões, segundo Rüsen (2014): funcional, reflexiva e pragmática. Neste terceiro caso, os museus e demais espaços de memória podem ser citados como exemplos de manifestações que visam rememorar o passado, tornando-o presente. Assim, o passado se torna útil para a vida das pessoas. A orientação temporal circunscreve esse "proveito" do passado, cuja memoração apresenta diferentes aspectos: serve como ponto de referência, atua como ato comunicativo, orienta a ação dos sujeitos, incentiva pretensões de reconhecimento e unidade, forma identidades e temporaliza as subjetividades (RÜSEN, 2014).

Pensando a partir desses referenciais, podemos compreender as diferentes narrativas regionais no Brasil como manifestações dessa consciência histórica, principalmente no sentido pragmático. Diferentes sujeitos atuam nos usos públicos de um passado que, apesar de múltiplo, é enquadrado para se conformar às intenções que estão em jogo. Por isso, cabe perguntar: como os lugares analisados nesse texto articulam essas memorações e de que forma podemos problematizar e explorar o potencial didático dessas manifestações? Como, a partir da perspectiva de uma educação histórica, que leve em consideração a consciência histórica como conceito norteador, podemos transcender as intenções dessas narrativas e promover a aprendizagem histórica situada, crítica e reflexiva?

Geralmente, para compreender o labor memorativo, historiadores direcionam sua atenção para arquivos, museus e memoriais. Porém, segundo Rüsen (2014), parece que dimensão estética, simbólica e afetiva da história escapa a esses olhares para o passado. Porém, é quando o público frequenta esses espaços de memória que a história se torna visível, audível, palpável e vivenciável. Todos os sentidos são acionados nesses lugares, tornando as narrativas do passado, presentes. A ação sobre a consciência histórica dos sujeitos se intensifica nos espaços de recordação, provocando lamentações, comoções, fascinação, indignação moral e paixões (RÜSEN, 2014).

Nos espaços públicos, a rememoração coletiva fortalece narrativas que, ao longo do tempo, se tornam cristalizadas, inquestionáveis, naturalizadas. Por isso, devemos perceber a dimensão didática dos processos de patrimonialização, não no sentido de "narrar a verdade sobre o passado", mas para articular os saberes da ciência histórica àqueles que são construídos nesses espaços públicos. Afinal, todas as narrativas devem ser consideradas quando pensamos e escrevemos sobre o passado, mesmo que algumas sejam mais historicamente mais coerentes que outras (BARCA, 2011).

No caso do município de Estrela, cujas narrativas predominantes evidenciam a *germanicidade*, muitas outras narrativas acabam sendo invisibilizadas, subalternizadas ou ganham uma visibilidade negativa, dependendo da situação. Um exemplo que revela essas assincronias é a Praça Menna Barreto, situada no ponto mais alto e central da cidade. Nela estão situados diversos monumentos e placas alusivas a diferentes momentos históricos e personagens que se relacionam às narrativas locais: uma placa com um trecho da Carta Testamento de Getúlio Vargas, um obelisco comemorativo ao centenário da imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul (1924), um monumento em homenagem às mães, uma estátua do fundador da cidade, dentre outros. Ao reunirmos essas

representações, percebemos que todas elas se referem predominantemente a brancos, geralmente descendentes de imigrantes alemães, homens e pertencentes à elite local. Muitas outras memórias e narrativas não são contempladas nesse espaço, evidenciando uma seleção de passagens que, segundo o poder público e outros agentes, "merece" ser narrada no espaço público.



Figura 1 - Obelisco erguido nas comemorações do centenário da imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul (1924), situado na Praça Menna Barreto, em Estrela, RS.
Fonte: https://valemaisrs.com.br/fotos/Nfoto_3042_6441.jpg. Acesso em: 1 abr. 2021.

Na antiga capital do estado de Goiás, nos debruçamos com uma narrativa centrada na exploração do território, no seu apogeu aurífero, concentrada na colonização com a origem do estado ligada a um 'mito fundador'. Nesse sentido, no município o passado é sentido na presentificação das bandeiras, dos bandeirantes como heróis fundadores que trouxeram o progresso e a civilização para a região, que até então era 'deserta'. Dessa forma, estes tipos de narrativas são excludentes, tornando as demais inviabilizadas, uma vez que a cidade foi curso do encontro das três raças (o branco, o indígena e o negro). Na cidade, nos seus museus e nos lugares de memória, os demais protagonistas da história ficam em segundo plano, tendo as suas histórias narradas apenas como subalternos, seres passivos dos acontecimentos históricos. Por outro lado, o branco paulista e o português são vistos como desbravadores, heróis domadores dos "gentios hostis" e donos de "escravos", presença de destaque e em primeiro plano nos locais de memória. Para

elucidar essa questão, se encontra próximo às margens do Rio Vermelho, em um pedestal, a *Cruz do Anhanguera*, escultura simbólica que remete à uma suposta cruz ficada por Bartolomeu Filho no 'descobrimento' do território.



Figura 2 - Cruz do Anhanguera, escultura simbólica tida como marco no processo de ocupação do território goiano. Situada na Rua Moretti Foggia, próximo às margens do Rio Vermelho, Cidade de Goiás, Goiás.
Fonte: https://live.staticflickr.com/3676/9271017974_965eb58f60_b.jpg. Acesso em: 19 mai. 2021

Portanto, pensando a partir desses dois exemplos de cenários onde ocorrem processos de patrimonialização de memórias regionais no Brasil, identificamos o potencial didático que essas fontes nos oferecem para a aprendizagem histórica. Esse processo de compreensão, interpretação e orientação temporal provocado pelo acesso às narrativas sobre o passado pode potencializar diversos tipos de consciência histórica. Porém, numa perspectiva voltada para uma aproximação entre a ciência histórica e os usos públicos do passado, é importante projetar formas de interação com esses lugares e suas narrativas. De que forma historiadores, professores e demais envolvidos com a produção e difusão do conhecimento histórico podem atuar nesse sentido?

A Educação Histórica como campo de investigação evidencia que dialogar na perspectiva da Didática da História compreende transcender a sala de aula como único espaço de aprendizagem histórica (SCHMIDT, 2020). O ensino de História escolar tem as suas especificidades, mas as narrativas emergem da vida prática e é nela que são ressignificadas e atualizadas. Como podemos articular o ensino de História a essa dimensão? Uma das alternativas é essa que apresentamos nesse texto: visitar os lugares

de memória que as cidades oferecem ao público, propondo perguntas, novos olhares, novas sensibilidades e possibilidades de reelaboração das narrativas que são apresentadas. Levar estudantes e outros públicos aos espaços que narram as múltiplas regionalidades do Brasil são formas viáveis, instigantes e potentes para ampliar aprendizagens históricas. As narrativas não se limitam a reproduzir verdades cristalizadas; são potentes fontes para compreender como o conhecimento histórico se constrói coletivamente, envolvendo diferentes sujeitos, interesses e intenções. Quais são as nossas intenções e possibilidades ao acessarmos essas narrativas, seja como pesquisadores, docentes, estudantes ou público em geral?

4 Considerações finais

A história antiquária ou monumental, que enaltece os momentos "grandiosos e memoráveis" do passado, foi apropriada ao ensino escolar, segundo Albuquerque Júnior (2017), sob orientação da burguesia. Isso gerou um saber histórico disciplinado, metódico. Mais tarde, adere à ideia de nação, tornando-se militante, agressivo e xenófobo. Como podemos, segundo propôs Benjamin (1987), recuperar os projetos, sonhos e aspirações daqueles que tiveram as suas narrativas excluídas ao longo desse processo de disciplinarização da História?

Esse medo que o conhecimento histórico gera naqueles que por muito tempo detiveram o poder da narrativa hegemônica é perturbador, principalmente quando se propõe questionar as estruturas vigentes, os cenários predominantes e todas as demais apropriações que historicamente se constituíram nos espaços regionais no Brasil. O texto aqui apresentado, parte dessa intenção de gerar estranhamentos e perturbações em relação às narrativas sobre a regionalidade, propondo pensar no potencial didático que os diferentes espaços de memória podem produzir na esfera pública.

Para isso, pensamos essa problematização a partir dos referenciais teóricos da Educação Histórica e da Didática da História, cujas investigações promovem levantamentos empíricos e reflexões sobre as propostas de aprendizagem presentes nesses cenários que portam narrativas sobre o passado, mas que repercutem no presente. São espaços que promovem aprendizagens ao acionar os múltiplos sentidos do público e isso instiga a memória histórica, que por sua vez incide sobre a formação da consciência histórica dos sujeitos.

A regionalidade traz consigo a discussão sobre a identidade e a diferença. Por isso, as narrativas sobre diferentes lugares possibilitam estabelecer aproximações entre estudos

de caso como esses que aqui apresentamos: um no sul do Brasil, numa região de colonização e imigração germânica, e outro no Brasil Central, uma região marcada pela colonização com a origem focada em um mito fundador.

O texto promove essa valorização da dimensão regional e suas narrativas, identificando os respectivos processos de patrimonialização e promovendo a sua problematização, evitando cristalizações que naturalizam os processos históricos. O Brasil é reconhecido por essa diversidade, mas sabemos que elas não são narradas num mesmo plano e numa única temporalidade. Há diferentes estratos de tempo que se articulam no presente, mantendo passados vivos e projetando futuros possíveis (KOSELLECK, 2014).

O Brasil viveu, ao longo de sua história, tentativas de padronização cultural ou de negação das diferenças regionais. Por isso, precisamos reconhecer essa multiplicidade de manifestações e narrativas, porém sem reproduzir hierarquizações ou exclusões. Todas as regionalidades têm a sua potência, mas também são passíveis novas elaborações, contribuindo para uma compreensão histórica mais ampla, crítica, intercultural e que desvele as diferenças, as exclusões, o racismo e tantas outras fissuras que estão presentes nesses estratos de tempo e de espaços que compõem o mosaico identitário brasileiro.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Uma história sem sentido: por que a profissão de historiador não é regulamentada? **História Unisinos**, 21(2): p. 159-168, Maio/Agosto 2017.

ARRAIS, Cristiano Alencar et al. **O século XVIII em Goiás**: a construção da Colônia. Goiânia, GO: Cânone Editorial, 2019.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARCA, Isabel. Narrativas históricas de alunos em espaços lusófonos. In: BARCA, Isabel (Org.). **Consciência Histórica na Era da Globalização**. Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho: Braga, 2011.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. *In:* BENJAMIN, W. **Obras escolhidas 1:** magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

GERHARDT, Ruben. **Colonização de Teutônia e Corvo**: imigração alemã no sul do Brasil. Lajeado: Univates, 2004.

GONÇALVES, Luiz Eduardo Barbosa. Patrimônio histórico material e a aprendizagem histórica em Goiás. **Caderno de Resumos** - XIX Semana de História - História em tempos de crise*:* anticientificismos, negacionismos, revisionismos. Goiânia: FH/UFG, 2021, p. 83.

HESSEL, Lothar. **O Município de Estrela**: história e crônica. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS/ Martins Livreiro Editor, 1983.

KOSELLECK, R. **Estratos do Tempo** – estudos sobre História. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2014.

NICOLINI, Cristiano. **Entre histórias e memórias**: o pensamento histórico e as narrativas sobre a regionalidade na educação básica do Vale do Taquari-RS. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993.

PINTO, H. **Educação histórica e patrimonial**: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente. Porto: CITCEM, 2016.

RAMBO, Arthur Blásio (trad.). **Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul**: 1824 – 1924. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido***:* orientações entre o ontem e o amanhã. Tradução de Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história***:* uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SADDI, Rafael. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma Didática da História ampliada. **Acta scientiarum***, Maringá*, v. 34, n. 2, p. 211-220, jul-dec., 2012.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela: ontem e hoje**. Lajeado: O autor, 2002.

SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. B. Pesquisas em Educação Histórica: algumas experiências. **Educar em Revista**, n.º especial, p.11-31, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Didática reconstrutivista da História**. Curitiba: CRV, 2020.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário***:* história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS. Porto Alegre: 2006. Tese (Doutorado) – PPG em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

WERLE, Bibiana. **Com quantos passados se faz um presente?** Por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2018.

FAXINAL COMO MODO DE VIDA: ENFATIZANDO A CULTURA E A MEMÓRIA ATRELADA AS PRÁTICAS DO VIVER EM FAXINAL

Wellerson Emanuel Ferreira[1]

1 Faxinal como modo de vida

Objetivamos para este artigo uma análise de faxinais como um modo de vida tradicional, para isto, a presente abordagem foca em relatos de moradores das comunidades faxinalenses tomadas para a realização desta pesquisa, Faxinal do Salto e Marmeleiro de Cima, ou seja, uma abordagem específica oriunda da concepção dos próprios moradores. Segundo Souza (2009) e as classificações por ele observadas, no município de Rebouças, recorte desta pesquisa, foram identificados 15 faxinais, contando com os quais já passaram pelo processo de desagregação e, sendo 6 ainda organizados pelo modo de vida tradicional faxinalense, estre estes Salto, Marmeleiro de Cima, Marmeleiro de Baixo, Barreirinho dos Beltrão, Marmeleiro dos Ingleses e Barro Branco.

Localizando-se na Zona Rural de Rebouças, a área de criadouro comum no Faxinal do Salto possui atualmente 92,00ha[2], enquanto o Faxinal Marmeleiro de Cima é um dos menores em área de criadouro comum no município, girando em torno de 25,00ha.[3] Em ambos os faxinais, em entrevistas realizadas almejando uma compreensão aprofundada referente aos faxinais, notou-se exposições dos moradores voltadas à faxinal qual divergia de um sistema de produção, comumente abordado desta forma em pesquisas referentes a esta temática. Nasceu assim a necessidade de analisarmos estes faxinais indo além da tradicional reflexão qual toma estes como sistema de produção.

Analisando o faxinal por meio do conviver, Cicilian Luiza Löwen Sahr destaca que, este modo de vida coletivo, apesar de passar por transformações, as permanências de características elementares do viver em faxinal mantêm a continuidade desta cultura:

> O cotidiano, as rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas, as festas religiosas e pagãs, compõe uma estrutura e as representações de um modo de vida faxinalense que se transforma continuamente, embora existam várias permanências. Neste espaço o uso da terra é coletivo, mas a propriedade sobre a terra continua sendo privada (SAHR, 2005, p. 94).

[1] Pós-graduado em Ensino de História pela Faculdade de Educação São Luís. Mestrando pelo Programa em História e Região da Universidade Estadual do Centro Oeste do PR. E-mail: wellersonferreira@gmail.com.
[2] Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1434.html. Acesso em: 09 out. 2020.
[3] Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Fasciculo3.pdf. Acesso em: 09 out. 2020.

Habitar, viver em um faxinal, está muito mais relacionado ao modo de viver e conviver do que em um produzir, relacionando faxinal a um sistema, pois inclusive o modo de produzir, seja a criação de animais no criadouro quanto as lavouras nas terras de plantar, por muito tempo ocorreram de forma coletiva, através de puxirões entre os faxinalenses. As festas e interações religiosas se davam de forma grupal, seja as pequenas festividades para santos ou novenas, em especial em época de Natal em que era comum as reuniões e partilhas[4] nas casas dos faxinalenses. Além disto, mesmo ao relacionarmos o viver em faxinal com as produções necessárias, estas estão intimamente ligadas a um modo sustentável e aos recursos naturais que a terra oferece, sem findar como um sistema, pois é justamente a continuidade que se almeja no produzir faxinalense, como relata Coelho (2016, p. 9) "o modo de vida das comunidades faxinalenses está relacionado com a interação com os recursos naturais e a floresta de Araucária, pelo uso comum da terra, e pelo criadouro comunitário intimamente associado à área de cultivo agrícola mesmo que separados por cercas".

Mais que um sistema, o faxinal apresenta-se como um modo de vida interacional entre os moradores, pois as relações de divisões de terras na criação de animais, assim como, a união presente nos trabalhos comunais realizados em grupos, são oriundos da vivência comunitária em grupo. Não restringindo-se, portanto, ao "sistema de criação", mas o modo de prestatividade que permeia praticamente todo o faxinal, além do prezar por uma produção sustentável e consciente nos recursos naturais. A coletividade torna-se elemento característico, tão significante quanto os animais à "solta" no criadouro, todavia, para aqueles que de momento se deparam com um faxinal, é normal que o modo de criar os animais chame a atenção de imediato, pois basta adentrar ao criadouro que qualquer pessoa, por mais leiga que seja em relação a este modo de vida logo constata tal fato. Já no que diz respeito as formas de interação em coletividade,[5] é necessário um aprofundamento no viver desse povo.

Contudo, ao considerar relações de proximidade espacial e étnica cultural, além dos faxinalenses praticando um modo de vida essencialmente coletivo, usufruindo de recursos naturais na sobrevivência alimentar e econômica, assim como a criação de animais "soltos" beneficiando-se dos alimentos da floresta, torna-se importante neste

[4] Divisão de alimentos levados pelos moradores para realizar uma partilha após as reuniões.
[5] Como já citado anteriormente, muitos trabalhos e outras formas de interação eram e ainda são desenvolvidos de maneira coletiva nos faxinais, tais como o uso coletivo das terras de criar, o trabalho comunal em puxirões, a organização das festas tradicionais da comunidade, as novenas em época de quaresma e natalinas etc.

caso, uma analogia considerando os caboclos e suas relações de proximidade em um modo de vida.

1.1 Modo de vida essencialmente coletivo: uma análise comparativa entre faxinalenses e caboclos no oeste catarinense

Especialmente ao considerar o Estado de Santa Catarina, vizinho ao Paraná onde encontram-se ambos os faxinais pesquisados, notaremos esta proximidade entre faxinalenses e caboclos com mais afinco, para isto, destacamos uma teorização do conceito de caboclo:

> Historicamente, o conceito de caboclos não recebe conceituação única e varia amplamente de acordo com a região do Brasil. Segundo Lima, que analisou a construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico, o termo, na região estudada, representa também "uma categoria de "mistura racial" e refere-se ao filho do branco e do índio, se refere a um grupo social originado a partir da miscigenação entre os conquistadores portugueses e os povos indígenas durante o período colonial" (MORETTO, SILVA, VALENTINI, 2020, p. 03).

Como destacado, o conceito de caboclo não recebe uma única conceituação, vindo a variar conforma a região pesquisada, devido este fato, a categoria/conceito caboclo é complexa, e até mesmo ambígua, por muito utilizada para referir-se aos sujeitos interioranos, rurais, além de ser utilizado como um termo pejorativo, preconceituoso, especialmente no contexto de colonização, buscando trazer europeus para "civilizar" e ocupar as terras ao Sul brasileiro, como sinônimo de desenvolvimento. Assim, o caboclo descendente de nativos e brancos da colonização não era bem-visto neste "projeto de qualificar" a população. Nesta mesma percepção, Lima-Ayres (1999) destaca que, "os parâmetros desta classificação coloquial incluem a qualidade rural, descendência indígena e "não civilizada" (analfabeta e rústica) que contrastam com as qualidades urbana, branca, civilizada".

Todavia, conforme apontado anteriormente, objetivamos aqui, salientar as relações de adjacência entre estes povos e, na descrição da utilização do espaço e a vivência/convivência nele praticadas, percebemos as ligações entre os modos de vida, faxinalense e caboclos no oeste de Santa Catarina:

> Como afirmam Moretto e Brandt, "as práticas de uso e acesso à terra pela população cabocla do oeste de Santa Catarina modelaram a paisagem dos espaços rurais dominados pela floresta – até a primeira metade do século XIX". Para os autores, verifica-se nesses espaços a existência de uma rede complexa de elementos humanos e não humanos em atividades "que combinavam o uso privado e coletivo das áreas de floresta, ligadas à criação de animais soltos, à extração da erva-mate e à agricultura, formando o que pode ser definido como 'paisagem cabocla" (MORETTO, SILVA, VALENTINI, 2020, p. 07).

A importância na discussão das semelhanças culturais, ressaltamos, não se restringe a proximidade étnica, mas inclusive pela física espacial, neste caso em questão, povos do Paraná e Santa Catarina. Moreto, Silva e Valentin (2020), apontam que nos espaços ocupados pelos caboclos no Oeste de SC, encontrava-se uma rede complexa de elementos humanos e não humanos, além de um uso particular e coletivo dos benefícios que a floresta possibilitava, estes voltados para a criação de animais "soltos", assim como também praticado pelos povos faxinalenses. Além do modo de aproveitamento de recursos naturais para alimentação de animais, temos assim como nos faxinais no Paraná, a extração da erva-mate e a prática da agricultura nas terras de plantar por estes caboclos.

Como um dos elementos em destaque no criadouro comum faxinalense, a criação de porcos "soltos", sendo um dos principais meios/fonte de alimento para subsistência, também possuía considerável significância na alimentação cabocla, assim como destacam Brandt e Naibo (2018, p. 02) "a criação de suínos, "à solta", foi um importante meio de subsistência e sobrevivências das famílias caboclas4 na região. Essa prática consistia na criação de animais, soltos em meio a floresta, compartilhando espaços em comum, em terras de posse, propriedade legal ou devoluta". Esta criação de animais em geral, mas com destaque para suinocultura, era voltada para a subsistência das próprias famílias, ou posterior comercialização quando ocorria em maior escala.

Realizando uma produção pecuária e agrícola, estes povos dividiam de uma mesma forma para a realização do plantio e cuido das áreas destinadas a lavoura. Assim como nos faxinais, se julgou mais pertinente cercar as áreas de plantar e soltar os animais, ou seja, a divisão entre terras de plantar e terras de criar, também eram praticadas pelos caboclos, todavia, a terra de plantar por estes era denominada por "roça cabocla", como aponta Brandt e Moretto:

> Na "roça cabocla", cercavam-se não os espaços de criação, mas as "terras de plantar", para evitar a invasão de animais. Após a abertura da roça, esta poderia ser cercada com tábuas lascadas de pinheiros, os chamados rachões, trincheiras em volta da plantação ou mesmo as imensas araucárias existentes que eram derrubadas para formar, com o tronco, o perímetro da plantação (BRANDT, MORETTO, 2019, p. 180).

Temos na descrição acima, mais uma cultura utilizada por ambos os povos, com divergências apenas na maneira e material para se produzir a cerca para proteção da lavoura. Enquanto os caboclos usavam tábuas lascadas de araucária, sistemas de valas, também chamadas de trincheiras em volta da plantação (este modo de delimitação impedido os animais de terem acesso as lavouras também por muito foi utilizado nos faxinais), nos faxinais – especialmente na região Centro Sul do Paraná – a cerca que se tornou quase um símbolo do faxinal, é a cerca de frechame, pequenos palanques largos de Imbuia alinhados, como pode-se observar na imagem 1:



Figura 1 – Resquícios de palanques de Imbuia em cerca faxinalense.
Fonte: Acervo particular do autor. Fotografia retirada em Faxinal dos Vieiras 2021.

Para os faxinalenses, um faxinal possui diversas relações na composição, não apenas formado em seus elementos físicos, como as cercas, as entradas feitas com mata-burro, as divisões de "terra de criar" e "terra de planar", as aguadas naturais, temos para estes moradores sentidos e significados simbólicos, que muitas vezes somente quem convive e divide desta cultura compreende. Entre estes significados, citamos a identificação carregada e defendida pelo grupo, a união, lações de solidariedade e, destacamos aqui, como semelhança ao analisarmos a vivência e convivência em relação aos caboclos, sendo a terra como recurso natural, de fundamental importância, cultivada com respeito no sentido de oferecer e propiciar fontes especialmente voltadas a alimentação. A terra, desta forma, torna-se fonte de recursos naturais e, através de um cultivo consciente seguido de reconhecimento por este motivo, temos uma representatividade sociocultural envolvendo a terra.

> A terra era percebida como recurso natural, mas também sociocultural, como parte estruturante da vida material e simbólica. Esta preciosa semente continuou como fundamental entre os elementos advindos da violenta miscigenação entre os povoadores da Floresta Ombrófila Mista com os

> conquistadores espanhóis e portugueses que conquistaram o Brasil Meridional entre os séculos XVI e XVIII. Alguns traços culturais dos grupos indígenas permaneceram entre estes nativos nacionais – denominados caboclos (MORETTO, SILVA, VALENTINI, 2020, p. 10-11).

Conforme relatado na citação acima, há uma relação de significados, devido a importância que a terra representa para esses povos. Descendentes de indígenas, percebe-se nos caboclos, assim como nos faxinalenses, essa relação com a terra indo além de um meio para um fim, ou seja, apenas um espaço físico que possibilita um cultivo; mas uma relação de gratidão. Entre os modos de cultivar a terra de plantar, outro método/cultura presente entre caboclos e faxinalenses, destacando essa proximidade étnica-cultural, é a prática da coivara, ato de queimar o mato para limpar uma área e prepará-la para o cultivo, Moretto e Brandt destacam que (2019, p. 180) "as roças eram cultivadas sob o sistema de rotação de terras, após derrubarem e queimarem parte da floresta. Na 'roça cabocla', cercavam-se não os espaços de criação, mas as 'terras de plantar', para evitar a invasão de animais".

Além desse ressalto, temos ainda um apontamento direto da similitude cultural referente aos hábitos de cultivar a terra e apropriar-se do espaço, como as interações entre o grupo, os estudiosos acima citados também dividem dessa percepção, e relatam que os caboclos faziam uso do "sistema de faxinais" em relação a divisão de terras:

> A maioria da população se dedicava ao cultivo de pequenas lavouras de subsistência, à criação de animais soltos, coleta de frutos silvestres e extração de erva-mate. Como vimos anteriormente, eram posseiros que, entre outros costumes, também utilizavam as terras no sistema de faxinais. As "roças caboclas", divididas entre "terras de plantar" e "terras de criar", podem ser sintetizadas da seguinte forma: nas terras de plantar, praticava-se a "policultura com rotação de terras" centrada no plantio de milho "consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia" (MORETTO, SILVA, VALENTINI, 2020, p. 11).

A própria produção agrícola nas terras de plantar realizada por estes caboclos possuía a mesma finalidade da produção faxinalense, além dos mesmos alimentos, como feijão, milho, abobora, entre outros, a finalidade centrava-se na subsistência do grupo/famílias, com o excedente sendo vendido.

Os moradores de ambas os faxinais pesquisados, inclusive trazem um significado de faxinal indo além dos critérios físicos, comumente destacado em pesquisas no tema. Floriano Espírito Santo, nos relata o significar de faxinal para ele:

> Muitas pessoas de outros lugares vêm aqui pra visitar o "faxiná" sabe, pra eles é bonito essa bicharada solta, indo pra lá, comendo pra cá, pra eles "faxiná" é isso, o lugar de criar os bichos. Pra quem nasce aqui, tipo eu, você vai aprendendo desde criança o "faxinà", um jeito nosso de viver assim em união,

> tudo junto, se ajudando. Você veja, se você quiser vir morar aqui e criar seus bichos você pode, mesmo não tendo terra, mas você vai ter que viver o faxiná, vai ter que participar, ajudar, seja nas cercas, nas roça, um favor pra um vizinho. Tem um significado pra nós essa união, que quem vem de fora não sabe, é só convivendo aqui na comunidade você pega (Floriano Espírito Santo, 2020).[6]

Pelas palavras de Floriano Espírito Santo, podemos perceber faxinal como um modo de vida qual necessita ser aprendido, no seu caso em particular, este destaca que, "você vai aprendendo desde criança o 'faxiná'", nesta fala, cabe destacar a necessidade de romper com a tradicional abordagem restrita a sistema, de fato, ela se mostra muito importante na compreensão e estudos de faxinais, porém, este apresenta-se em diversos momentos como uma organização além de um caráter de sistema de produção. Voltado a um modo de viver, o faxinal contempla relações coletivas de união, uma das principais características destes povos, ou como Floriano Espírito Santo menciona, "um jeito nosso de viver".

2 Modo de vida em faxinal: relatos faxinalenses

Faxinal como modo de vida, se justifica em especial pela própria categorização de tradicionais, pois presando por uma forma de produção sustentável e continuável por gerações, contrariando sistemas de produção que passam por mudanças, findam na busca de novos meios mais lucrativos, o modo de produção faxinal atrelado ao viver tradicional visa a continuidade pela preservação de seus biomas, em destaque as matas de araucária. Pedro Henrique Sanches Lemes, menciona que a oficialidade na categoria de tradicional, além de um marco recente, está atrelado ao modo de vida e, ao relatar a produção, traz esta como "forma":

> Tais comunidades foram, a partir da década de 1980, consideradas como organização social camponesa presente no Centro-Sul do Paraná. Apenas recentemente, a partir de 2006, estas passaram "oficialmente" (Decreto Presidencial n. 10.884) a ser consideradas comunidades tradicionais, devido às particularidades no seu modo de vida e na sua forma de produção (LEMES, 2009, p. 17).

Indo ao encontro a análise realizada por Lemes (2009), Henrique Menezes aponta como fator significativo nos ganhos com a conquista da categorização, assim como a própria categorização, sendo fruto do reconhecimento do modo de viver em faxinal:

[6] Floriano Espírito Santo, faxinalense morador do Faxinal do Salto. Entrevista concedida a Wellerson Emanuel Ferreira em 01 de outubro de 2020.

> Quando nós fomos reconhecidos como povo tradicional, muita coisa melhorou pra gente, teve várias verbas e benefícios que vieram pra comunidade. Viver desse modo não é fácil, a gente tem um cuidado maior em preservar enquanto outros produtores pensam em lucrar e desmatar. Desse jeito os lucros pra nós é menor, os auxílios ajudam muito. Mas esse reconhecimento veio pelo nosso jeito de viver, pelo cuidado de fazer sustentável que eles gostam de falar né. Esse viver nosso ta não só no dividir as terras "pros" bicho, mas a gente divide meio de tudo, seja comida, dia de serviço como já te contei, é uma união geral (Henrique Menezes, 2020).[7]

É por meio do viver em faxinal, a cultura e as tradições deste modo de vida, que temos os principais elementos na categorização destes entre os povos tradicionais, desse modo, a própria categorização sustenta-se no viver, cultivado e transmitido culturalmente, não em um produzir como sistema. Além disso, novamente é destacado por um morador a união, não apenas em relação a utilização das terras voltadas à criação dos animais, mas uma união que baliza e permeia o faxinal em praticamente todo seu viver, desde comidas trocadas, dias de trabalho em puxirões, seja nas lavouras particulares de cada faxinalense, ou seja em serviços para o próprio faxinal.

Temos nos faxinais, diferentes de outras formas de produção agrícola focadas em produções em alta escala e lucratividade, uma busca pela subsistência, contemplando nestas comunidades um modelo comunitário de produção como resultado desta união e vice e versa. O modo de vida praticado nos faxinais, indo além de um sistema de produção, torna-se reflexo de cultivos variados (animal, vegetal, florestal, cereal, entre outros) em conformidade com práticas sociais típicas de povos de luta e resistência, assim como laços de solidariedade como sinônimos da união expressa de formas diferentes, resultando em uma gestão coletiva do território ocupado. Além das caracterizações essencialmente sustentáveis e coletivas, Edson Luis Kuzma menciona a transmissão desta cultura:

> Essas áreas, definidas como modos essencialmente tradicionais de subsistência, aliam o modelo comunitário de produção dos meios de vida com o compartilhamento comum de território. Além disso, apresentam uma configuração histórico-social bastante peculiar, que permite a transmissão de seus costumes e cultura ao longo de gerações (KUZMA, 2017, p. 139).

Em meio aos processos de desagregação pelos quais alguns faxinais passaram e outros ainda enfrentam, que se faz de suma importância a colocação de Kuzma (2017) em respeito a transmissão desta cultura às gerações vindouras de jovens faxinalenses. Ao tocar no assunto com faxinalenses de ambas as comunidades, estes relatam a força em de

[7] Henrique Menezes, faxinalense morador de Faxinal Marmeleiro de Cima. Entrevista concedida a Wellerson Emanuel Ferreira em 05 de outubro de 2020.

fato presar por um modo de vida sustentável e a continuidade dos costumes por meio dos ensinamentos aos jovens. Amaro de Oliveira aponta a perseverança na vida comunitária e o preservar como diferenciais na continuidade do faxinal em Marmeleiro de Cima:

> Quando começou a chegar as tecnologias e promessas de riquezas com as plantações principalmente de soja, isso subiu a cabeça de muita gente, eu lembro bem nas comunidades vizinhas aqui. Só que eles esqueceram que o faxinalense não vive assim. Mas como é a decisão da maioria que é aceita, quem quis sair saiu. Mas o faxinalense tem pouco terreno, a gente vivia bem juntos, sozinhos contra os grandes produtores perderam força e muitos venderam o resto que tinha e foram embora pra cidade. Aqui nos Soares, sempre foi forte o jeito unido de viver e é a união que nos mantem firme, porque aqui se busca a continuidade do jeito faxinalense, ensinando pros pequenos assim como os pais me ensinaram (Amaro de Oliveira, 2020).[8]

Cabe ressaltar na fala de Amaro de Oliveira, três pontos essenciais pelo qual o Marmeleiro de Cima, mesmo com a chegada das inovações capitalistas, não desagregou enquanto faxinal, segundo este, a ambição intrínseca a produção agrícola capitalista despertou anseios em alguns faxinalenses em deixar a prática deste modo tradicional, o próprio modo de vida descrito por Amaro de Oliveira como "o jeito unido de viver" de fato defendido por estes especialmente não presando exclusivamente por lucratividade, mas compreendido como necessário pela função sustentável presente neste e, por fim, meios de continuidade deste modo de vida, maneiras de continuar esta cultura de produção consciente e um viver coletivo.

Faxinais como Salto e Marmeleiro de Cima, mesmo permanecendo organizados pelo modo de vida em faxinal, tiveram a chegada de mudanças consequentes do agronegócio capitalista. Em seus arredores, a maioria das terras que circundam as terras de plantar, inclusive as próprias terras de plantar são usadas por alguns faxinalenses para o plantio da soja. Segundo os moradores, economicamente tornou-se necessário a busca por outras fontes de renda, pois a inflação encarece os preços, aquilo que não se pode produzir no faxinal, tem de ser comprado nos comércios. Contudo, Ricardo Perek nos fala que não há a necessidade de desestruturar o faxinal para realização de outros plantios, relatando um caráter flexível na cultura tradicional, na qual mesmo adquirindo novos costumes, não faz com que o faxinalense perca suas "raízes" tradicionais:

> Chegou um tempo que as coisas foram encarecendo, e a gente teve de procurar meios de ter uma renda melhor também, eu vivo praticamente do que o faxinal me dá, mas pra ter um ganho extra, eu maior parte dos moradores aqui lidam com batata e soja. Mas isso nunca trouxe vontade em deixar de ser faxinal,

[8] Amaro de Oliveira, faxinalense morador de Faxinal Marmeleiro de Cima. Entrevista concedida a Wellerson Emanuel Ferreira em 05 de outubro de 2020.

> nossos costumes e união é a mesma, até fortificou, porque é nesses trabalhos que a gente vê que eles separar as pessoas, coisa que aqui a gente busca unir, e usa muito veneno, o que foge do nosso jeito. Por uma questão de necessidade a gente também planta, mas o faxinal segue forte aqui, é nosso jeito de viver, assim juntos né (Ricardo Perek, 2020).[9]

Segundo Ricardo Perek, com o tempo, devido a homogeneização de sistemas de comércio e o encarecimento de produtos que necessitam de serem adquiridos por compra, um ganho extra com plantios visando uma rentabilidade maior passou a ser aderido. Todavia, mesmo com a chegada de cultivos oriundo do mercado capitalista, a consciência na produção não foi deixada de lado, o modo de viver e conviver em faxinal permanece e pelas palavras de Ricardo Perek "segue forte". De fato, ao adentrar o Faxinal Marmeleiro de Cima, as características elementares do faxinal permanecem, o modo comunitário ainda é cultivado, um exemplo de que o tradicional é flexível, assim como aponta Juliano Strachulski:

> Esta cultura tradicional, entendida como aberta ao diálogo com outros modos de vida, inclui também a aquisição de elementos de outras culturas a partir do contato com estas. Ela é o resultado de uma experiência cotidiana, cujo aprendizado adquirido mostra que seu modo de vida não é estático, sendo aberta a inúmeras situações a que é exposta, capaz de entrar e sair de outras culturas, podendo gerar uma cultura híbrida (STRACHULSKI, 2015, p. 119).

Ao considerar o que Strachulski (2015) menciona como a possibilidade de uma cultura híbrida, temos como exemplo a cultura da soja relatada anteriormente por Ricardo Perek. Há de fato, traços inseridos de uma nova cultura nos faxinais, entretanto, não será esta necessariamente híbrida, pois Ricardo Perek faz questão em destacar que estes cultivos visando uma lucratividade maior diverge do modo faxinalense, devido necessidades econômicas passaram a produzir outros alimentos, mas estas são culturas de agricultores no geral, ainda é bem claro e dividido entre os faxinalenses seu modo de vida e os produtos naturais desta cultura. Intencionou-se aqui, a partir do que nos foi relatado por Ricardo Perek que "é preciso ter a noção de que as comunidades tradicionais têm a capacidade de dialogar com outros modos de vida, por exemplo, o [...] urbano-industrial, não sendo assim um sistema fechado" (CAMPOS; LOMBA, 2013, p. 4).

Justamente devido os modos de produção divergirem, ou nesse caso não necessariamente representarem a intenção de produção, que a concepção de faxinal deve ir além de um sistema, pois mesmo com a chegada do capitalismo, nem todos os faxinais

[9] Ricardo Perek, faxinalense morador de Faxinal Marmeleiro de Cima. Entrevista concedida a Wellerson Emanuel Ferreira em 03 de outubro de 2020.

se desagregaram. Ao concebermos faxinal como um modo de vida, é possível abarcarmos a este o modo de produzir tradicional e sustentável destas comunidades juntamente com o modo de conviver praticado pelos faxinalenses expresso na união comunitária e nas relações de coletividade.

Sendo uma cultura manifestada pelos moradores de ambos os faxinais como um jeito faxinalense de viver, este modo de vida pode ser percebido em diversas relações de interação coletiva e comunitária, possuindo representações simbólicas e abstratas do que configura o faxinal. Por mais que haja a tradicional divisão entre terras de criar e terras de plantar, há entres os moradores um entendimento de homogeneização, pois mesmo possuindo funções completamente divergentes entre os dois espaços, em ambos são praticadas relações de união e coletividade, assim como menciona Natalin de Andrade:

> Quem vem visitar o faxinal acha que é o criadouro, ele chama atenção mesmo, até porque é aquilo de você nota já de cara né, o jeito das cercas, o mata burro. O faxinal é isso, mas o faxinal também é o nosso jeito de viver, quem vê a bicharada solta não sabe que são terras emprestadas pra aquele que não tem, não sabe que a gente divide o que pode, as reunida pra fazer os serviços. Quando no proseamos dos puxirão, a gente vai lá nas terras pra plantar, e lá "tá" o faxinal, porque "tà" a união do puxirão. Faxinal é isso, essa união nossa pra ajudar o outro, é tentar produzir sem fazer mal pro ambiente, porque é dele que vem a comida (Natalin de Andrade, 2020).[10]

Natalin chama atenção para a importância que o viver em faxinal possui, apontando que comumente o faxinal é tratado a partir de seus elementos físicos que de fato destoam de outras organizações de comunidades rurais. Em um sentido e em sentimentos expressos nas falas dos faxinalenses entrevistados percebemos o faxinal nas relações de união ao conviver, segundo estes, o faxinal estará onde estiver alguma forma de união, de prestatividade, como na reciprocidade inerente aos puxirões citados por Natalin. O faxinal, através do relato não se restringe ao criadouro comum, ou as terras de plantar apresentam-se apenas como uma extensão dele, temos divisões necessárias para a criação de animais e para que eles não prejudiquem as lavouras, contudo, o faxinal se caracteriza onde é praticado esse modo de viver na comunidade como um todo, seja na terra de criar ou plantar.

Este choque cultural, entre pessoas acostumadas com a propriedade privada ao chegar em um modo de organização comunitário é expresso nas palavras de João Krevelin, quando este menciona que "quem vem de fora e compra terra aqui, não tem o

[10] Natalin de Andrade, faxinalense morador de Faxinal do Salto. Entrevista concedida a Wellerson Emanuel Ferreira em 27 de setembro de 2020.

nosso jeito né, pode até ser que aprenda, mas é aí que a pessoa vê que faxinal não é só soltar os bicho lá e pronto, já teve gente que se assustou quando chegou um mutirão pra cobrir a casa dele quando o tempo destelhou".[11] O faxinal expressa-se por meio desse viver e conviver unido e comunitário, pois até as estruturas físicas como o criadouro e as cercas ocorrem desta forma, seja terras emprestadas para a criação de animais, seja nos puxirões para a manutenção das cercas.

Uma comunidade faxinalense acontece por meio dessa afluência de fatores, muitas vezes simbólicos e abstratos ligados as relações faxinalenses em seus laços de convivência, uma simbologia para esses moradores trazendo sentido e significado, traduzindo-se como identificação e sentimentos de pertencer, conforme ressalta Edson Luis Kuzma:

> O modo de vida e atributos de cada comunidade são relativos, variando de faxinal para faxinal. A forma de trabalho, relacionamento e uso de espaços comuns são distintos entre as comunidades, mesmo sendo próximas geograficamente. Dessa forma, o faxinal é uma comunidade que mantém entre seus membros um sentimento de pertença, no qual as semelhanças se referem à origem, costumes, tradições e práticas, fazendo dessa confluência de fatores uma comunidade faxinalense. Muito mais que a cultura, portanto, o que define o faxinal é a simbologia que norteia as relações do grupo, os traços coletivos que os identificam. Dessa maneira, é o sentimento de pertença à comunidade e não regras predefinidas que os une (KUZMA, 2015, p. 141).

Conforme enfatizamos anteriormente, é comum que leigos não percebam de imediato as relações de um cotidiano faxinalense, munidas de trocas, favores, ajudas, sejam elas individuais ou coletivamente. Gera-se um ciclo de ajudas e benfeitoras cotidianamente, pois tendo recebido a ajuda de um morador, ou de um grupo, o faxinalense beneficiado tende a ser recíproco em devolver a ajuda assim que necessário.[12] Ainda que abordado como sistema, há autores que partem do modo de vida praticado, em um dia-a-dia balizado por um espírito de vida comunitária, demostrar que a base da vida no faxinal acontece nos laços de união e ajuda recíproca, tal como destaca Shar (2003, p. 78) ao expor que "este sistema se alicerça através de fortes laços de dependência e solidariedades econômicas, sociais, familiares e culturais entre as pessoas que nele convivem".

---

[11] João Krevelin, faxinalense morador de Faxinal do Salto. Entrevista concedida a Wellerson Emanuel Ferreira em 27 de setembro de 2020.

[12] Este tema será trabalho com ênfase no próximo capítulo, qual discutirá as relações de reciprocidade, especialmente as quais manifestam-se em forma de trabalho comunal, possuindo como principais denominações nestas comunidades puxirão/mutirão.

Hodiernamente, as comunidades que permanecem organizadas pelo modo de vida comunitária em faxinal, divergindo das demais comunidades interioranas na região Centro Sul, até mesmo pelas localidades antes faxinais, mas que passaram pelo processo de desagregação e desestruturação deste modo de vida (Faxinal dos Vieiras, Faxinal dos Francos, Faxinal da Barra, Faxinal da Conceição, entre outros) optando por cercar as áreas, vivendo apenas das produções particulares, além do processo de desagregação, passam por um processo de homogeneização estrutural. Este fato resulta em uma padronização estrutural destas localidades, possuindo poucas diferenças entre uma e outras em relação a utilização dos espaços e do estilo de vida praticado.

A manutenção e continuidade da vida em faxinal, os diferencia e destaca dos demais, o modo de vida continua sendo o mesmo – com algumas mudanças no decorrer dos anos, mas a essência de união comunitária prevalece – são as outras comunidades que mudam em uma direção homogênea. Ou seja, as particularidades dos faxinais destacam-se até mesmo pelo fato deste seguir na "contramão" dos padrões procedentes da privatização capitalista.[13]

3 Considerações finais

Portanto, atualmente, a comunidade ainda estruturada pelo modo de vida de em faxinal destaca-se entre as demais que tiveram o cercamento de terras, prevalecendo a intenção pelo privado. Deste modo, devido ao "faxinal ter conseguido manter-se, até hoje, parcialmente afastado dos processos de modernização, preservando seu modo de vida, sobreviveu a um processo de homogeneização, o que lhe atribui um aspecto singular em termos culturais" (MONTEIRO, 2013, p. 13).

A partir do que fora relatado, em especial nas falas dos faxinalenses, estes transparecem um sentimento de que as comunidades que vivenciaram com mais afinco a necessidade de um faxinal, uma organização comunitária, estão ainda hoje convivendo através deste modo de vida. Em todas sentiu-se a pressão do agronegócio sobre áreas de faxinal, contudo, nem todas aderiram a estas intenções de produção. Por este motivo,

[13] O destaque das particularidades e peculiaridades deste modo de vida lhe propicia inclusive uma potencialidade turística. Mozart Martins Silva realiza uma análise dos benefícios econômicos que a prática de turismo proporciona aos faxinais, a partir do interesse em conhecer este modo de vida sustentável, tradicional e comunitário, este destaca que "o faxinal em si também é a principal motivação dos turistas irem até a propriedade, por ser algo que a sociedade urbana não está acostumada, e o modo de criação sem cerca alguma em que se pode soltar os animais pela manhã e pelo entardecer é possível vê-los voltando para as suas casas. E o modo de convivência entre os moradores do faxinal, de troca favores e a disposição para ajudar uns aos outros é o diferencial (SILVA, 2012, p. 40- 41).

segundo Tulio Barbosa (2013, p. 7) “a desagregação dos faxinais deve ser compreendida como uma possibilidade, mas não como certa, pois os faxinalenses historicamente têm mostrado resistências consideráveis às pressões económicas, políticas e sociais”. Amaro de Oliveira salienta que “nosso faxinal é pequeno, mas é unido pelo jeito de viver. Se abandonarmos isso aqui pra plantar pra ganhar dinheiro, além de não cuidar mais da terra, muitos perdem o lugar onde moram”.[14]

O modo de viver faxinalense é sinônimo de união, identificação com o próximo, solidarismo, consciência sustentável, prestatividade, reciprocidade, entre outros elementos que compõem este viver comunitário. Mas acima de tudo, os faxinais que ainda encontram-se estruturados por este jeito de viver, se mostram resistentes, pois mesmo pressionados com imposições do mercado agrícola capitalista. Assim como relatado por faxinalenses entrevistados, alguns por necessidade tiram lucro do sistema capitalista sem deixar de viver em faxinal, transparecendo e demostrando “o quanto eles são dinâmicos e flexíveis, mas também o quanto são integrativos, tendo reagido a diferentes fases e modificações do sistema social e econômico hegemônico” (SAHR, 2006, p. 22).

Referências

BARBOSA, Tulio; PEDROSA, António de Sousa. O Ecomuseu como forma de preservação do modo de vida dos faxinais e como vetor de desenvolvimento sustentável dos seus territórios**. Configurações** [Online], 11, 2013. Disponível em: http://journals.openedition.org/configuracoes/1920. Acesso em: 8 out. 2020.

BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Paisagens caboclas: agricultura e criação de animais no oeste de Santa Catarina. In*:* MACHADO, Ironita Adenir Policarpo; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (org). **Mundo rural, regiões e fronteiras no processo de (re)apropriação territorial e agrária.** Passo Fundo: EDIUPF, 2019.

CAMPOS, R. J. A.; LOMBA, R. M. Quilombo Curiaú entre o tradicional e o moderno. In: Encuentro de geógrafos de América latina: Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos, 14., 2013, Lima. **Anais eletrônicos...** Lima: EGAL, 2013. p. 1-16. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wpcontent/uploads/2013/07/Tra_Roberto-Roni.pdf. Acesso em: 07 out. 2020.

COELHO, Mariely de Andrade. **Reflexões, possibilidades e limitações da atividade turística na comunidade faxinalense de taquari dos ribeiros de rio azul pr**. Irati, 2016.

KUZMA, Edson Luis. **Sustentabilidade em Comunidades Tradicionais de Faxinal:** Um Olhar a Partir do ICMS Ecológico. Ijuí: Editora Unijuí, 2017.

LEMES, Pedro Henrique Sanches. **Turismo comunitário e populações tradicionais**: o caso do faxinal Barra Bonita no município de Prudentópolis PR. Dissertação (Mestrado

[14] Amaro de Oliveira, faxinalense morador de Faxinal Marmeleiro de Cima. Entrevista concedida a Wellerson Emanuel Ferreira em 05 de outubro de 2020.

em Gestão do Território), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009.

LIMA-AYRES, Déborah. A construção histórica da categoria caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural**. Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, nº 2, UFPA. 1999.

MONTEIRO Rodrigo Rocha. O turismo em comunidades tradicionais faxinalenses: uma discussão sobre as transformações recentes no campo brasileiro e seus reflexos para as comunidades tradicionais. **Revista Pegada,** vol. 14, n. 2, dezembro, 2013.

MORETTO, Samira Peruchi; SILVA, Claiton Marcio; VALENTINI, Delmir José. "Árvore é quase bicho, e bicho é quase gente": os caboclos da América Subtropical e um *Buen Vivir* alternativo. **Boletim Historiar**, vol. 07, n. 03, UFSE, 2020.

NAIBO, Gerson Junior; BRANDT, Marlon. Caboclos, colonos e a criação de porcos no oeste de Santa Catarina: Transformações na paisagem (décadas de 1920 a 1950). **IX JIC.** Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018.

NERONE, Maria Magdalena. **Sistema Faxinal:** terras de plantar, terras de criar. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal:** Rebouças – 1950-1997. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen**.** "O pré-Moderno na Pós-Modernidade: refletindo sobre as comunidades de Faxinais da Floresta com Araucária do Paraná". **XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2006, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. v. 1, p. 1- 25.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. IEGELSKI, F. **O sistema Faxinal no município de Ponta Grossa:** diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa: Prefeitura de Ponta Grossa, 2003. 108 p.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **O significado social e ecológico dos faxinais:** Reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. Ponta Grossa: Pesquisa financiada pelo CNPq e pela Fundação Araucária, 2005.

STRACHULSKI, Juliano. Comunidade rural Faxinal Taquari dos Ribeiros, Rio Azul (PR): hibridação e ressignificação de práticas produtivas e sociais. Maringá, **Revista Espaço Acadêmico**, UEM, 2015.

MEMÓRIAS DE UMA MULHER PRETA FRIBURGUENSE: NÃO SÓ DE SUÍÇO E ALEMÃO É FEITA A HISTÓRIA DE NOVA FRIBURGO

Gabriel Vabo[1]

1 Os negros precisam contar as suas histórias

Esse trabalho de história oral nasce como muitos outros, segundo Alessandro Portelli, no desejo de:

> ouvir aqueles que não foram ouvidos – as pessoas comuns, os trabalhadores, os pobres e os marginalizados, os homossexuais, os negros, as mulheres, os colonizados. Em nossa área de atuação, a voz de todos esses indivíduos, isolados e obscuros – e, sem exceção, muito especiais -, é igualmente importante e necessário (PORTELLI, 1997a, p. 18).

Falar sobre os negros em Nova Friburgo e os próprios negros falarem sobre si é adentrar em um território ainda não muito explorado. Até pouco tempo o passado dessa cidade da região Serrana do estado do Rio de Janeiro era conhecido apenas pela história de colonização suíço-alemã datada de 1818. Nesse discurso adotado como oficial prevalece uma visão colonizadora e eurocêntrica, que, ao eleger como marco fundador absoluto e único a vinda dos imigrantes suíços, e posteriormente alemães, acaba por ignorar e desqualificar um processo histórico mais antigo e complexo. A história da atual região de Nova Friburgo, para além da contribuição e participação dos imigrantes europeus, contou também com forte colaboração de outros grupos, como a dos indígenas das tribos puri, puri-coroado e guayacaz, a dos povos africanos escravizados e de seus descendentes (MAYER, 2003, p. 39).

Porém, apesar dos estudos mais recentes reconhecerem em suas narrativas o negro na história friburguense, eles ainda são construídos sob a ótica colonizadora. Tal observação não visa desqualificar esses estudos, mas colocar a seguinte questão: esses estudos são resultados de pesquisas em fontes documentais escritas, produzidas pelos setores da elite letrada friburguense. Considerando que no censo de 1872 toda a população negra escravizada foi declarada como analfabeta, dificilmente encontraremos registros escritos por eles (IBGE, 1872). Desta forma, queremos dizer que as fontes escritas encontradas no arquivo da cidade, Fundação D. João VI, retratam o negro pela visão dos

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa; Pós-Graduado em Sociologia; Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: vabobiel@gmail.com.

homens brancos. Desta forma, para superarmos a máxima de que sem documento não há história, reconhecemos a história oral como campo metodológico real de produção de conhecimento sobre a população negra em Nova Friburgo (FENELON, 1996, p. 26).

Sendo assim, este trabalho surge como uma resposta a uma demanda pela história e por mais histórias da população negra de Nova Friburgo. A relevância em se fazer um trabalho com história oral em Nova Friburgo está no fato de que entrevistas sempre revelam eventos e/ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (PORTELLI, 1997b, p. 37). Além disso, Djamila Ribeiro (2019, p.75) acrescenta, em sua obra *Lugar de fala*, que "os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias".

Através da entrevista de uma mulher preta e periférica, moradora de uma cidade com um discurso conservador e excludente, se revelam fatos novos ou diferentes dos já conhecidos, não apenas por estes não estarem registrados e documentados em papel, mas por conta do exercício que quem relata tem que fazer ao buscar sentido no passado e dar forma à sua vida, e assim colocar a narração em seu contexto histórico. A história oral utiliza como fonte a memória para a compreensão de uma sociedade, a qual dá à história um campo de pesquisa considerável.

Por fim, esse trabalho em história oral "pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais" (PORTELLI, 2000, p.69).

2 Com a palavra de Luana Negralu

2.1 A história oral como estratégia de pesquisa

Luana dos Santos Freitas de Oliveira ou somente Luana Negralu é uma mulher preta de 32 anos, moradora da periferia de Nova Friburgo, casada, mãe de dois filhos. Luana é trabalhadora de uma confecção, faz parte do Coletivo Negro Lélia Gonzalez, é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/NF) e é estudante de Psicologia.

Essa breve apresentação nos mostra a complexidade do sujeito e das narrativas de histórias de vida em história oral, construídas a partir de processos experienciados e herdados por esses atores narradores. Desta forma, a entrevista com a proposta de estudar e refletir a história dos negros em Nova Friburgo remete a uma diversidade de temas, tais como, a memória da escravidão, das relações familiares, da formação da identidade negra,

da violência e racismo. É uma produção narrativa da dinâmica da vida, dos espaços afetivos, sociais e culturais que liga a identidade individual e de grupo ao território.

A análise da entrevista de Negralu não reside na busca pela novidade ou excepcionalidade dos fatos, mas na subjetividade de suas vivências e estratégias construídas no processo de rememorar. Segundo Halbawchs (2006) memórias individuais, grupais e coletivas, são construídas na subjetividade e representadas em discursos sociais. Sobre o uso do termo "memórias coletivas" corroboramos com Portelli (1997a, p. 16) na definição de serem lembranças coletivamente compartilhadas e não lembranças iguais.

Durante a entrevista podemos observar um cruzamento e diálogo entre versões oficiais e aquelas herdadas e experienciadas por Luana e pelos seus grupos familiar, afetivo e social. Esse processo reforça a excepcionalidade dos trabalhos de história oral no tocante de que "trabalhamos com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade, por um lado e, por outro, com os fatos razoavelmente comprovados" (PORTELLI, 1997, p. 25).

A percepção de um passado escravo, subordinado a diversas violências, o racismo e outros campos de discussão sensíveis são aspectos constantes na fala de Luana. Essa memória sensível não fez Luana negar a sua origem, pelo contrário, a motivou ainda mais para a discussão sobre os aspectos da história de seus antepassados e da comunidade negra friburguense, declarando ao lembrar a trajetória da sua mãe e tias que: "quando eu olho para essas mulheres eu sinto vontade, força de continuar. É uma história de resiliência e de resistência [...]".

A narrativa de Negralu se aproxima da construção da identidade étnica apresentada pelas pesquisadoras Ana Maria Lugão Rios e Hebe Mattos sobre o tempo do cativeiro. Segundo Rios e Mattos, esse processo:

> [...] se constrói a partir da rememoração de casos e de histórias que os depoentes ouviram contar dos pais e avós. Constrói de maneira coerente uma memória coletiva sobre os significados da experiência da escravidão associada às ideias de violência, torturas, maus-tratos e animalização, bem como ao poder sensorial e a seu arbítrio, para fazer bem ou mal. E a partir dessa representação genérica do tempo do cativeiro é que se organizaram os recursos de periodização das narrativas consideradas, emprestando significados precisos ao "tempo do cativeiro" e permitindo aos depoentes refletir criticamente sobre as suas continuidades e descontinuidades com o tempo atual (RIOS; MATTOS, 2005, p. 75).

2.2 Memórias de experiências pessoais e de família

Negralu inicia sua fala trazendo sua família como elemento indispensável para realizar sua apresentação e iniciar sua fala. Nas primeiras declarações ela nos traz a informação que é filha de pai branco e de mãe preta. Essa origem miscigenada trouxe um dos seus primeiros conflitos que a acompanhou durante toda a infância e adolescência, um conflito na construção da sua identidade.

Nas palavras de Negralu essa dificuldade de formação de sua identidade negra resultou muito do fato de ter criado sua personalidade e subjetividade dentro da família do seu pai, que é a branca. Esse ambiente é descrito como um lugar com práticas racistas e um tratamento diferenciado, um tratamento melhor para os primos brancos e loiros. Para ela, crescer nesse ambiente teria dificultado ou retardado o seu entendimento identitário como mulher negra.

Durante os primeiros instantes da entrevista identificamos dois momentos distintos na formação da identidade de Luana, um primeiro ligado ao tempo em que esteve mais em contato com a família paterna (branca) – momento de conflito - e o segundo quando já na adolescência passou a ter mais contato com as tias maternas (pretas) no Morro do Rui - momento descrito também como em que começou a ter maior atenção para as questões sociais e históricas sobre a comunidade negra em Nova Friburgo. Se avançarmos mais podemos ainda citar um terceiro momento, ligado a sua militância, atuação política e formação acadêmica como estudante de psicologia. Toda essa trajetória ajuda a mostrar um aspecto não fixo e não permanente das identidades dos sujeitos, o que é mais bem definido pela noção de sujeito sociológico de Stuart Hall. Segundo o teórico o "sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos –a cultura- dos mundos que ele/ela habitava" (HALL, 1997, p. 9). A identidade é vista como interativa, e o eu "é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. Sendo a identidade construída por interações entre o eu e a sociedade, então as novas interações com a família preta, com o movimento negro, partido políticos e universidades, representam novos diálogos e novas possibilidades de identidades.

Com esta exposição pode ser mais bem explicado quando no início do texto se disse que é uma análise de um sujeito complexo. Torna-se complexo porque o sujeito possui uma identidade fragmentada, composta "de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas" (HALL, 1997, p. 12).

A prática do racismo é apontada dentro desse ambiente familiar paterno como elemento potencializador desse conflito identitário. Negralu narra diversas práticas e comportamentos de seus familiares brancos que nas palavras dela: "[foi] como uma forma de me desvalorizar, de me bloquear, de me anular, de me invisibilizar enquanto pessoa negra, única pessoa negra que corre o sangue daquela família, da família Freitas[...]".

Os relatos sobre o processo de discriminação e tratamento diferenciado sofrido por essa mulher preta dentro da sua família branca é levado para uma análise e comparação com a sua percepção das dinâmicas, dos padrões e estruturas da cidade de Nova Friburgo. Para explicar melhor essa comparação, Negralu cita como exemplo a escolha para marco inicial e oficial da história de Friburgo a narrativa da chegada dos suíços, escolha que desconsiderou a população negra já existente na região.

> Não se falava da contribuição negra para formação de Nova Friburgo, mas também nunca foi falado, eu nunca escutei durante meu período escolar, durante a minha vida, até depois de adulta. Eu fui ter contato com isso muito depois, ouvir dizendo que teve presença negra escravizada na cidade de Nova Friburgo (NEGRALU).

Esse processo percebido na história de Nova Friburgo é adjetivado por Negralu dentro do mesmo campo semântico das palavras que usou no caso vivido com a sua família branca, ou seja, mais um processo de anulação e invisibilização da população negra.

Gwyn Prins (1992) explica essa invisibilidade/ invisibilização da história dos negros a partir de uma tradição historiográfica que defende a construção da história apenas a partir do uso do documento. Sendo assim, "a menos que haja documentos, não pode haver uma história adequada" (1992, p. 164). Esse grupo de historiadores a que Prins se refere foi responsável por uma série de críticas e hostilidades a sociedades sem uma tradição escrita. Para esses pesquisadores, a África das tradições orais seria um continente a-histórico. Hegel em 1831 chegou a declarar que: "África não possuía história, apenas evoluções sem sentido de tribos bárbaras" (1992, p. 164).

Já uma explicação para a origem da discriminação vivida dentro da família e a percebida na história da cidade pode ser encontrada na análise de Florestan Fernandes, que nos diz que

> a discriminação que se pratica no Brasil é parte da herança social da sociedade escravista. [...] a discriminação existente é um produto do que chamei 'persistência do passado', em todas as esferas das relações humanas – na mentalidade do 'branco' e do 'negro', nos seus ajustamentos à vida prática e

> na organização das instituições e dos grupos sociais (FERNANDES, 1972, p.42 - 43).

Sobre o modelo brasileiro de preconceito e discriminação raciais Florestan Fernandes segue a mesma linha de pensamento de Costa Pinto de que há uma "persistência de atitudes e orientações raciais dos brancos, profundamente arraigadas, no sentido de tratar os negros e mulatos como subalternos (e depois subalternizá-los)" (FERNANDES, 1972, p.70). Numa linha de análise mais amplas, que englobaria outros sociólogos como, por exemplo, Oracy Nogueira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, o preconceito e discriminação constituiriam "um padrão herdado, tão difundido na sociedade brasileira quanto o foi a escravidão no passado" (FERNADES, 1972, p.71).

Esses primeiros aspectos destacados na fala de Luana apontam também para uma percepção da existência de dois processos importantes para a construção da identidade dos sujeitos negros: primeiro, a importância do seu reconhecimento com a cor da sua pele; segundo, a importância da definição do seu lugar histórico e social, no passado e no presente.

Se mantendo no campo temático dos relatos ligados à parentela, agora ouviremos a fala sobre a família preta de Luana, dos parentes por parte de sua mãe. Nossa entrevistada apresenta essa parte da sua família com uma carga emocional maior, percebida nos momentos em que se comove e confessa: "[...] a gente lembra de situações engraçadas, mas também tem muito chororô ali"; "é algo que lembra e dá vontade de chorar"; ou "eu fico emocionada quando eu conto isso, desculpa!".

A parte materna de sua família é descrita com mais detalhes, sendo um grupo extenso, majoritariamente feminino (entre seus tios, tias e mãe são três homens e nove mulheres). Apesar de numerosa, essa família foi dispersada muito cedo em decorrência da morte da avó de Luana aos 35 anos e agravada porque o pai [avô de Luana], assim que [esta] mãe faleceu, começou a distribuir os filhos".

Para análise desta dispersão da família negra de Luana podemos tomar emprestado o comentário de Luis Nicolau Parés (2014) acerca do documentário *Passados presentes* de Hebe Mattos e Martha Abreu:

> Nesse contexto de adversidade, os "Laços de Família" [...] constituíam os elos primários do tecido social, responsáveis, em última instância, pela sobrevivência do grupo. A crescente importância conferida pela historiografia à família escrava encontra um paralelo na lembrança recorrente dos depoentes das genealogias e dos nomes dos antepassados, como mnemotécnica fundamental na imaginação das origens e da identidade coletivas. Por isso, a memória da ruptura das famílias, com a separação de crianças gerada pelo tráfico interno, resulta tão traumática (PARÉS, 2014, p. 356).

Neste comentário procuramos trazer a importância dada à família negra, dos *laços de família* como responsáveis pela sobrevivência do grupo. No relato de Luana a separação do grupo de irmãos – tios e mãe de Luana - teria comprometido os laços familiares, os tornando mais vulneráveis às violências sociais que a população negra está exposta, tais como, as violências física, sexual e psicológica. Desta forma, podemos reformular a frase final da citação para dar um melhor entendimento a nossa análise, assim dizendo que 'a memória da ruptura da família, com a separação das crianças gerada após a morte da mãe, resultou em um trauma'. Trauma que vai impulsionar toda narrativa que se segue sobre esse núcleo familiar.

A valorização dos laços familiares como uma rede de proteção do grupo aparece de forma muito clara em duas situações, a primeira quando Luana diz que a vida dela, apesar de todas as adversidades e hostilidade, foi melhor que a da mãe e tias porque, nas palavras dela: "pelo menos eu tive a minha mãe, e pelo menos eu tive o meu pai. Pelo menos eu tive alguém para lutar por mim". O outro momento se dá quando é narrada uma conversa entre a mãe de Luana e a tia que não foi adotada e viveu na rua sofrendo diversas violências, sendo a fala da tia: "a única coisa que eu queria, era ter uma família, [...] eu só queria ter alguém para cuidar de mim, nem que fosse uma pessoa".

Nesse momento da entrevista sobre a família materna também está sendo contada a história dos negros escravizados. As violências sofridas pelos povos escravizados e pela família de Luana se misturam ao longo de toda a sua narrativa, constituindo-se em memórias que são tanto coletivas como individuais/familiares.

Essa construção dialógica entre a memória familiar da narradora e a memória do povo preto é identificada quando Negralu revela sobre um dos seus tios que tinha um rasgo no canto da boca, uma cicatriz. Essa marca teria sido produzida pela avó ao introduzir uma colher e um ovo quente na boca dele a fim de puni-lo por ter comido uma banana sem permissão. Negralu analisa esse episódio como a "reprodução dos castigos da escravidão", uma prática que teria passado de geração em geração. Essa sua avaliação do episódio se aproxima a de Silvio Almeida, de que "[...] as sociedades contemporâneas, mesmo após o fim oficial dos regimes escravistas, permaneceriam presas a padrões mentais e institucionais escravocratas, ou seja, racistas, autoritários e violentos" (ALMEIDA, 2020, p. 183).

Luana apresenta outro episódio que possui elementos associados à prática violenta da escravidão que sobreviveram às gerações e que ainda se manifesta nas relações entre brancos e pretos. Esse relato fala da ocasião em que três tias de Negralu foram levadas

pelo pai a uma mulher branca que escolheu ficar as duas mais velhas para prestarem serviços domésticos. A escolha pelas jovens não foi definida apenas pelas idades, mas também após avaliação das condições físicas e estéticas das jovens, uma análise dos dentes das meninas pretas. A irmã mais nova na ocasião tinha apenas nove anos e por essa razão não foi levada pela mulher branca por esta dizer que ela não serviria para o serviço. Negralu complementa a narrativa lembrando uma declaração dessa tia mais nova que, ao conversar sobre o episódio, revela que as irmãs mais velhas teriam sido na verdade vendidas pelo pai por "fumo de rolo e uma pequena quantia em dinheiro." Para Pollak:

> Este exemplo mostra também a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas (POLLAK, 1989, p. 5).

Os relatos de violência sofridos pelos familiares negros de Luana são narrativas de situações que ocorreram na década de 1970 e que não se encerraram ali, chegando aos dias de hoje. Mesmo com o fim da escravidão essas práticas permanecem como heranças estruturais e ideológicas de uma prática que foi comum, aceita e institucionalizada por quase quatro séculos.

Memórias como as de Luana, de seus familiares e de muitos outros negros orbitam na esfera das lembranças proibidas, indivisíveis ou vergonhosas. São lembranças que estão "zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (POLLAK, 1989, p. 8). Trabalhos de história oral trazem à luz essas vozes que antes só circulavam nos meios familiares e afetivos. Podem surgir como novidades, narrativas questionadoras, novas demandas, ou nas palavras de Portelli (2000) uma forma de enfrentar o pensamento dominante, o único legítimo, a visão autorizada, o modo oficial de pensar.

2.3 Os negros na história de Nova Friburgo: da invisibilização à luta pela representatividade

Muito do que já foi comentado neste artigo e que ainda será apresentado nesta seção, pode soar como novidade, com certa estranheza e/ou desconfiança. Não ficaríamos surpresos em ouvir moradores de Nova Friburgo pronunciando frases do tipo: "Como assim negro em Nova Friburgo?", "Impossível ter havido escravos aqui, nossa cidade foi construída com trabalho livre dos suíços e alemães".

O negro no discurso historiográfico brasileiro durante muitos anos esteve assimilado apenas à escravidão, destituído da condição de sujeito e a uma narrativa negativa e discriminatória (isso quando era citado).

A produção intelectual realizada ao longo de todo o século XX através das diversas manifestações e mobilizações, por exemplo, do Movimento Negro, com Abdias do Nascimento, a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), além das contribuições da "Escola de São Paulo", com Florestan Fernandes no debate que questionava o 'mito da democracia racial', culminaram em diversos avanços, conquistas e mudanças no processo contra a invisibilização da população preta e luta antirracista. Mesmo assim, essas transformações não representaram uma democratização total do debate racial. Dizemos isso a partir da análise do ensino básico, que é para a maioria da população brasileira a única escolaridade que conseguem acessar. Somente no ano de 2003 foi sancionada a lei 10639/03, alterada pela lei 11645/08, em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Desse modo, mesmo de forma rápida, já se torna mais fácil de entender o estranhamento com o tema 'O negro em Nova Friburgo'. O morador friburguense seja branco ou preto, que cresceu dentro da lógica discursiva de valorização da história branca, foi condicionado a olhar para o negro sem o enxergar. O negro nesse contexto é um elemento estranho no discurso assimilado e internalizado durante todo o processo de construção identitária de cada sujeito.

As memórias negras, com suas histórias e representantes, permaneceram marginalizadas através de um racismo historiográfico. Logo, por muito tempo se fez acreditar que não existiam negros em Nova Friburgo porque a cidade teria sido fundada e se desenvolvido apenas a partir da colaboração de imigrantes europeus, majoritariamente suíços e alemães. Porém, até o observador mais desatento, em uma breve visita à cidade, é capaz de identificar que há uma diversidade étnica e cultural maior que a declarada pelas narrativas e políticas oficiais. A presença na sociedade friburguense das culturas e manifestações originárias de povos descendentes do continente africano pode estar ausente e pouco representada na escrita oficial da história local, mas o cotidiano da cidade faz oposição a essa narrativa que as excluiu. A dinâmica de Friburgo é representada por expressiva parcela da população negra transitando nas ruas, indo trabalhar nas confecções de moda íntima, indústrias e comércio, fazendo o segundo maior

carnaval do estado do Rio de Janeiro, animando as praças e desfiles cívicos com suas duas bandas sinfônicas centenárias compostas majoritariamente por músicos negros, por exemplo. Retornando a nossa entrevistada Luana, ela junto com o Coletivo Negro Lélia Gonzalez reivindica esse protagonismo para população afrodescendente, um protagonismo identificado na forte participação e no desenvolvimento das atividades econômicas e culturais. Nas palavras de Luana:

> [...] quando a gente fala, por exemplo, 'é o polo da moda íntima' [...] quem desce é o morro, quem desce é a perifa, quem tá lá dentro com ventilação escassa, sentindo calor do motor da máquina pegando nas pernas, suando, passando mal, somos nós população preta que é a maioria dos trabalhadores de Nova Friburgo. Isso não tem como negar, não tem como tentar invisibilizar. O que dá, é simplesmente não falar (NEGRALU).

A citação acima nos remete a um tema que circula na entrevista em quase todos os momentos, a invisibilização da população negra friburguense na história passada e presente. Segundo o autor João Raimundo de Araújo esse processo foi sistematizado por agentes políticos e por personalidades da elite local a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Araújo apresenta a hipótese de que:

> [...] para explicar e reforçar o projeto industrializante da cidade de Nova Friburgo - projeto estabelecido com capitais provenientes de empresários alemães - foi necessário recorrer a um passado idealizado, à origem supostamente suíça do povo e da cidade. Na serra fluminense teria surgido uma cidade peculiar, diferente de outras, uma cidade suíça, branca, industrializada, com trabalhadores livres, por iniciativa do rei português (ARAÚJO, 2003, p. 7).

O autor completa que para a construção e subsequente consolidação dessa narrativa eurocêntrica, foi realizado um trabalho paralelo de desqualificação e apagamento de manifestações de outros grupos, como por exemplo, a dos negros. A discriminação e marginalização da população preta foram identificadas por João Raimundo durante sua análise do jornal *A Sentinela* de 1898, onde observou citações que tratam "[...] as práticas sociais dos negros, como a expressão de sua religiosidade, seu lazer, bem como a desocupação dessa mão de obra adventícia, [sendo] encaradas como perigosas e indesejáveis" (ARAÚJO, 2003, p. 45).

Esse processo sistemático de invisibilização e discriminação do negro identificado na construção da história e nas relações sociais de Nova Friburgo é um processo recorrente em muitas outras cidades brasileiras. Sobre isso, Florestan Fernandes no prefácio de *O significado do protesto negro* (1989), comenta que "os negros são os

testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável" (FERNANDES, 1989, p. 2).

No caso friburguense a dimensão dessa prática destrutiva e opressora do negro fica muito evidente quando a entrevistada comenta a percepção de que "não tem nada em Friburgo que faça menção a história negra [...], nada que seja um símbolo para poder trabalhar o inconsciente coletivo da população".

Para todo esse processo de esquecimento sistêmico e proposital da memória negra em solo friburguense podemos usar o conceito de epistemicídio. O termo do professor Boaventura Santos é enquadrado pela filósofa Sueli Carneiro em sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), de 2005, como a negação à população preta da condição de sujeitos de conhecimento, através da desvalorização e exclusão das suas contribuições na sociedade. Quando falamos da perspectiva da análise do sujeito histórico, o epistemicídio fica evidente na sua invisibilização e prática do racismo historiográfico.

> Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Desta passagem de Sueli Carneiro, para além da definição de epistemicídio, também podemos destacar o uso da educação, do ensinar e aprender, como uma das ferramentas de prática, aplicação e disseminação do projeto de desvalorização e enquadramento negativo do negro na sociedade brasileira. Os movimentos sociais, neste caso mais específico o movimento negro, reconhecem essa dinâmica e para combatê-la se articulam e constroem parte de suas estratégias de enfrentamento também no campo do ensino, seja através de educação formal ou/e não formal.

O Coletivo Lélia Gonzalez, do qual Luana faz parte, tem como uma de suas propostas a realização de atividades pedagógicas que colocam a população negra em lugar de destaque e status social. Segundo nossa entrevistada, o seu trabalho junto ao Coletivo:

> É primeiramente educar a população e mostrar para essa população que nós [população preta] estávamos aqui antes da chegada dos suíços, que não é certo anular a presença e a contribuição histórica de nenhuma população. Nós não queremos que deixe de falar dos suíços, nós queremos que fale de nós também (NEGRALU).

As ações compreendem atividades dentro das escolas, como, por exemplo, as rodadas culturais, mas também englobam práticas no campo da educação não formal, como as visitas às comunidades periféricas onde se busca dialogar para "desconstruir a mentalidade colonizada da população preta de Nova Friburgo". Sobre esse processo, Luana tem uma fala incisiva sobre a necessidade de "conversar e levar essa educação, a educação que não nos ensinam na escola, para todos aqueles, para todo mundo, e principalmente para aqueles que precisam ouvir e precisam se reconhecer".

Negralu ao contar como desenvolve sua conversa com a população dá como exemplo a forma que apresenta a história do preto escravizado Antônio Pernambuco e o episódio que protagonizou, a Revolta da Fazenda Ponte de Tábuas. Ao contrário das narrativas comuns que trazem um incessante sofrimento, negação, desvalorização e desinformação sobre quaisquer aspectos da ação do negro Antônio, Luana o apresenta como "a única referência de personalidade negra que nós temos, que tentou quebrar os grilhões da escravidão dentro da cidade de Nova Friburgo."

Ela menciona ainda sua proposta durante a campanha eleitoral de 2020, em que foi candidata à vereança, de erguer um busto de Antônio Pernambuco na Praça Marcílio Dias. O lugar atualmente não possui nenhuma menção ao seu passado de pelourinho da cidade e lugar onde Antônio Pernambuco recebeu os 400 açoites como punição a revolta que liderou. O projeto ainda não foi executado porque sofreu muita resistência e crítica, mas a militância em prol da valorização da memória preta continua forte nas suas ações e do Coletivo Lélia Gonzalez:

> [...] a gente tornar o Antônio Pernambuco uma personalidade e levar a história desse negro escravizado, que teve a audácia no interior do estado, quase que sozinho, na maior fazenda da cidade, de tentar quebrar os grilhões da escravidão e denunciar a tortura, e as crueldades, as mazelas que eles viviam ali, a crueldade que eles viviam ali, é um dos nossos objetivos enquanto coletivo negro, é tornar público e reconhecida a imagem de Antônio Pernambuco (NEGRALU).

Esta última análise reforça o aspecto central de todo esse texto, e principalmente da fala de nossa entrevistada Luana Negralu, sobre a importância das falas negras, em se buscar e valorizar as versões reverberadas por diferentes sujeitos, que historicamente foram silenciados pelas forças da colonialidade do saber. Repetindo parte da fala já citada

acima, “Nós não queremos que deixe de falar dos suíços, nós queremos que fale de nós também.”. O que se quer e é preciso fazer é construir uma história diversa que não leve em consideração apenas um único ponto de vista sobre os eventos históricos.

3 Considerações finais

Através da análise da entrevista de Luana Negralu pudemos observar o ato de lembrar, rememorar, sendo uma forma e um momento de construir uma visão da dinâmica e das várias etapas da sua trajetória e do grupo social ao qual pertence. Ao relatar a sua história de vida, Negralu estava reforçando a sua identidade com o coletivo.

As falas sobre situações de violência, racismo e discriminação contra a população preta nos ajudam a compreender e perceber as tensões entre os vários grupos sociais e os sujeitos individuais dentro da comunidade friburguense.

A emergência de estudos sobre a população preta em Nova Friburgo fortalece um campo de disputa pela memória local e de reivindicação e reconhecimento das identidades afrodescentes dentro do hall de atores formadores e colaboradores para a construção da cidade.

Portelli diz que a excepcionalidade das pesquisas em história oral está na arte de ouvir baseada na consciência de que todas as pessoas entrevistadas enriquecem nossa experiência.

Hoje podemos dizer que a história de Nova Friburgo está mais rica depois que ouvimos algumas memórias de Luana dos Santos Freitas de Oliveira, a Luana Negralu.

Referências

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo**: a construção do mito da Suíça brasileira – (1910-1960). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2005.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Corpo e alma do Brasil**. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1972

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez, 1989

FENELON, Déa Ribeiro. O papel da história oral na historiografia moderna. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)Introduzindo história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã/Universidade de São Paulo, 1996.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MAYER, Jorge Miguel. A criação de Nova Friburgo. In: **Teia serrana:** formação histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003, p. 19-45.

PARÉS, Luis Nicolau. Escravidão, pós-abolição e a política da memória. **Afro-Ásia**, 49. 2014, p. 353-364.

PEREIRA, Marco Antonio. **E do silêncio fez-se a fala:** Oralidade e trajetória de vida de mulheres negras da Cidade de Sorocaba. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, Sorocaba, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 15, 1997a. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223. Acesso em: 20 mai. 2021.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, 1997b.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; ALBERTI, Tania Maria FernandeseVerena (orgs.). **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PRINS, Gwyn. História Oral. In*:* BURKE, Peter (org.). **A Escrita a história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista,1992.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativeiro:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ACERVOS MUSICAIS DE RELIGIOSAS GERMANÓFONAS RECOLHIDOS A DUAS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Fernando Lacerda Simões Duarte[1]

1 Introdução

No vasto território brasileiro, diversas instituições são custodiadoras de acervos que contêm documentos musicográficos. Bandas de músicas, coros, igrejas, escolas de música, bibliotecas, arquivos pessoais, familiares, públicos e eclesiásticos, dentre outras. Nesse rol, figuram em lugar menos óbvio as instituições hospitalares. Nestas, os documentos musicográficos têm estreita ligação com a atividade religiosa.

No Brasil, a atuação de instituições religiosas nos cuidados com a saúde se confunde com o momento de fundação dos primeiros hospitais da América Portuguesa. Num cenário de escassos recursos, na colônia, as irmandades da Misericórdia certamente tiveram papel de destaque, mas também outras irmandades e as ordens terceiras. Até hoje existem instituições hospitalares ligadas aos terceiros, tais como o Hospital da Ordem Terceira do Carmo, no Rio de Janeiro, o antigo Hospital Venerável Ordem Terceira da Penitência da Tijuca, na mesma cidade, e o Hospital da Ordem Terceira, em Belém, no Pará, estes dois últimos ligados à Ordem Terceira de São Francisco. Há ainda instituições sob cuidados de religiosas e religiosos, das ordens e congregações católicas, tais como a Ordem dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos – também chamados de Camilianos –, as Irmãs de Santa Marcelina e a Congregação das Irmãs de Santa Catarina de Alexandria – as duas últimas também bastante atuantes no ramo da Educação.

Finalmente, existiram, entre fins do século XIX e primeira metade do XX, atividades de gestão de hospitais já existentes por religiosas vindas da Europa, na época em que a autocompreensão reinante na Igreja Católica era a chamada Romanização. Esse movimento foi oriundo de uma série de conflitos entre os poderes religioso e temporal, e acabou por resultar num fortalecimento da autoridade do bispo de Roma, declarado infalível no Concílio Vaticano I, em 1870. Ademais, houve um reforço aos dogmas – como o da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 –, a condenação aos "vícios" da

[1] Graduado em Música com habilitação em Composição e Regência pela UNESP, mestre e doutor pela mesma instituição. Realizou estágios pós-doutorais juntos ao PPG-Música/UFMG e PPG-Artes/UFPA, ambos com bolsas PNPD/CAPES. Atualmente é docente da carreira EBTT na Escola de Música da Universidade Federal do Pará, onde coordena do Laboratório de Documentação Musical da UFPA. É líder do PatriMusi - Grupo de Pesquisa Patrimônio Musical no Brasil (DGP/CNPq). E-mail: lacerda.lacerda@yahoo.com.br.

Modernidade, proclamado pelo *Syllabus Errorum*, de 1864, documento que condenava a Maçonaria, o Espiritismo, o Protestantismo e, principalmente, o Comunismo (WERNET, 1987). No tocante aos ritos, ocorreu uma centralização das atividades religiosas na figura dos clérigos, algo um tanto incomum no Brasil colonial, uma vez que o leigo tinha destaque em uma série de devoções, as quais foram legadas ao "catolicismo popular" (MARCHI, 1989, p. 92). Em suma, houve, na Igreja, a assimilação de um modelo mais estritamente europeu, em detrimento das liberdades – não raro consideradas "abusos" por parte do clero alinhado aos preceitos da Romanização.

Há de se observar ainda um movimento migratório de ordens e congregações religiosas para o Brasil a partir do último quartel do século XIX, algumas das quais já estavam no país há séculos, mas que viam declinar o número de religiosos, em razão da proibição aos noviciados, em 1855 – neste âmbito, é possível citar os beneditinos, franciscanos observantes, capuchinhos e carmelitas – além de outras, nunca antes em solo brasileiro, tais como os verbitas, servitas, salesianos, orionitas, redentoristas, espiritanos, dentre outras. É relevante observar ainda que parte razoável dos religiosos dessas congregações provinha da Alemanha, onde existia, desde meados do século XIX, uma *Kulturkampf* ou "guerra cultural", que era caracterizada pelo anticlericalismo estatal que acabou por suprimir uma série de direitos e benefícios que até então a Igreja Católica possuía (TÔRRES, 1968). Ademais, a imigração das congregações de língua alemã para o Brasil serviu particularmente à assistência espiritual das comunidades de imigrantes germanófonos.

Neste trabalho, busca-se abordar dois acervos musicais localizados em entidades custodiadoras ligadas a instituições hospitalares da região Sul do Brasil, que se relacionam à atuação de religiosas católicas a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, período marcado pela Romanização. Trata-se dos documentos musicográficos que integram o acervo do Memorial da Santa Casa de Pelotas e a uma espécie de Arquivo do Imperial Hospital de Caridade, em Florianópolis.

Em nossa investigação doutoral acerca das práticas musicais do catolicismo romano no Brasil entre 1903 e 2013 (DUARTE, 2016), pudemos visitar setenta cidades brasileiras, nas vinte e sete unidades da Federação. Nesta pesquisa pudemos consultar in loco e produzir fotografias digitais de parte do acervo do Imperial Hospital de Florianópolis. Foi ao longo dos estágios pós-doutorais, contudo, que nosso conhecimento de acervos de música religiosa em instituições hospitalares se ampliou, passando a abranger também a Santa Casa de Pelotas (DUARTE, 2020) e outro, recolhido à sacristia

da Capela do Hospital Dom Luiz I, da Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará, em Belém-PA (DUARTE, 2018).

Se no Pará, as religiosas eram de origem italiana – Congregação das Filhas de Sant'Ana –, em Florianópolis e Pelotas, foi constatada a presença de freiras de origem alemã. Ademais, outras semelhanças foram observadas entre as duas instituições das cidades do Sul, o que acabou por dar origem ao presente trabalho. Sua elaboração partiu da seguinte questão: quais as características dos acervos e quais atividades musicais no Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis e na Santa Casa de Pelotas, na primeira metade do século XX, promovidas por religiosas católicas imigrantes de língua alemã, esses documentos revelam? Para respondê-la, recorreu-se à pesquisa *in loco* nos acervos mencionados, com a produção de fotografias digitais dos documentos musicográficos e dos instrumentos musicais. Procedeu-se ainda à pesquisa bibliográfica, a fim de melhor compreender o catolicismo romano ao tempo da Romanização, em Wernet (1987) e Marchi (1989), as diretrizes acerca da música no período (DUARTE, 2016), bem como produção acadêmica acerca das congregações religiosas em tela (BORESTEIN, 2000; TOMASCHEWSKI, 2007; CARMO, 2012; DE PIERI, 2014; OLIVEIRA, 2014). Ademais, foi pesquisado o modelo de gestão praticado pelas religiosas (FRANCO, 2014), além de dados institucionais e de divulgação, acerca das atividades voltadas ao patrimônio cultural (TADEO, 2020; SANTA CASA DE PELOTAS, [2007]).

Quanto aos referenciais teóricos, partiu-se da relação entre memória e identidade coletivas na obra de Joël Candau (2011), bem como os lugares onde essa memória se inscreve quando não mais existem meios de memória que nos reconectem com elas (NORA, 1993). Recorreu-se ainda ao rol de fontes para o estudo da Musicologia em *Archivo de los Sonidos* (GÓMEZ GONZÁLEZ et al., 2008) e à taxonomia do patrimônio musical proposta por Antonio Ezquerro Esteban (2016). Para este último autor, o patrimônio musical pode ser compreendido a partir de quatro categorias complementares entre si. A primeira delas diz respeito ao patrimônio propriamente musical, que tem caráter evanescente, imaterial se relaciona diretamente ao ato performativo. O patrimônio musical espacial é a segunda categoria e se refere aos espaços onde ocorrem práticas musicais, tais como nos teatros, igrejas, escolas de música, dentre outros. Este trabalho aponta, portanto, para um patrimônio musical espacial até então pouco mencionado: as instituições hospitalares. A terceira categoria abrange as fontes emissoras de som, tais como os instrumentos musicais e os aparelhos de reprodução mecânica ou eletrônica da música. Trata-se do patrimônio musical organológico, que será de particular relevância

para este estudo. Finalmente, o patrimônio musical documental abrange um amplo rol de suportes de informação nos quais se registram as informações propriamente musicais, como também aquelas acerca da música. Eles se aproximam, portanto, daquelas que Gómez González e seus colaboradores denominaram fontes para o estudo da Musicologia, tendo as dividido em fontes diretas e indiretas. São exemplos de fontes diretas: partituras, registros sonoros e audiovisuais, libretos e textos, escritos pessoais dos compositores, tratados sobre música, documentação de órgãos governamentais ou instituições com atividades musicais, objetos artísticos (objetos tridimensionais e de iconografia musical), livros de contas (de caixa ou de "fábrica"), dentre outros. Já as fontes indiretas abrangem guias de arquivos, inventários, catálogos, bases de dados e índices informatizados (GÓMEZ GONZÁLEZ et al., 2008, p. 93-94).

De posse desses referenciais, parte-se para um olhar abrangente para os acervos musicais do Imperial Hospital de Florianópolis e da Santa Casa de Pelotas, ambos recolhidos a lugares de memória (NORA, 1993), seja um arquivo ou um memorial. Em seguida, aponta-se o contexto de produção e acumulação dos acervos, trazendo à baila a atuação das religiosas oriundas da Alemanha nas duas instituições e, finalmente, passa-se a uma análise do repertório musical no contexto da Romanização e da Restauração Musical Católica.

2 Os acervos musicais

Os dois acervos em questão encontram-se recolhidos a lugares de memória, no sentido proposto por Pierre Nora (1993), apontando a percepção de suas entidades custodidoras de que a atividade musical integra a memória coletiva e, portanto, a identidade coletiva de seus integrantes (CANDAU, 2011), bem como a institucional, das instituições dedicadas à saúde. Nesse sentido, é possível afirmar que os acervos musicais, ao serem musealizados ou recolhidos a arquivos representam a percepção de serem bens culturais passíveis de preservação e, em sentido mais amplo, de salvaguarda.

A música e seus vestígios na Santa Casa de Pelotas e no Imperial Hospital de Florianópolis, a partir da taxonomia proposta por Antonio Ezquerro Esteban (2016), revelam as quatro vertentes: os próprios espaços das capelas dos hospitais permanecem como ambientes que abrigaram práticas musicais; nas celebrações religiosas atuais também se usa música, seja nas missas cotidianas da Santa Casa de Pelotas, seja nas monumentais procissões do Senhor dos Passos em Florianópolis; as duas instituições conservam um patrimônio organológico representado por harmônios (Fig. 1) – pequenos

"órgãos" de palhetas ao invés de tubos e foles pedais – e, no caso da Santa Casa de Pelotas, vestígios de aparelhos para transmissão interna, ao modo de uma rádio, na qual músicas de discos de vinil eram dedicadas aos doentes (DUARTE, 2020); finalmente, o patrimônio documental, constituído de documentos musicográficos em suporte de papel e, no caso de Pelotas, também dos fonogramas.



Figura 1 – Harmônio alemão, de manufatura M. Hörügel, de Leipzig.
Fonte: Capela da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

O acervo de documentos musicográficos recolhido ao Memorial da Santa Casa de Misericórdia tem partituras manuscritas em um caderno de música que estava ligado às atividades religiosas da capela, sob os cuidados das religiosas da Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, ali atuantes a partir de 1900. Nele é possível ler, na contracapa: "Caderno de Música da Irmã Franciscana Érica Erick da Misericórdia no ano de 1935" (ERICK, 1935, f. 1v) com anotação manuscrita em alemão na contracapa e indicação de São Leopoldo-RS. Repertório: música religiosa em língua alemã e em língua latina, a três e quatro vozes iguais. Há ainda impressos, tais como um *Gradual romano*, da casa impressora de Friedrich Pustet, de 1911, que teria pertencido ao provedor da irmandade; *Cecilia*, uma coletânea de cantos religiosos em português, na qual se lê "Irmãs Franciscanas | S.ta Casa, Pelotas | n. 7 IIª voz" (canto a mais de uma voz nos serviços religiosos), sugerindo uma catalogação; *Benedicte*, com a indicação "Irmãs Franciscanas | S.ta Casa, Pelotas. 3"; e *Vierstimmiges Gesangbuch für die Diöcese Trier*, livro de cânticos a quatro vozes para a diocese de Tréveris, de 1893, o "n.1". Há ainda uma partitura de uma missa pós-conciliar – posterior ao Concílio Vaticano II (1962-1965) –

com o texto das partes fixas da missa em português, da autoria de Monsenhor Guilherme Schubert, também presente em um exemplar no Hospital de Florianópolis.

O acervo documental do Imperial Hospital de Caridade é temporalmente mais amplo, abrangendo cerca de um século, desde fins de século XIX a fins do XX. Nesta pesquisa, foi feito um recorte, a fim de contemplar especificamente a atuação das religiosas entre fins do século XIX e primeira metade do XX, mas espera-se oportunamente publicar um trabalho específico sobre esse acervo, que o considere em sua totalidade. Nesse recorte temporal, é possível destacar *Gesang und Gebetbuch für das Bistum Münster*, um livro de cânticos e orações para a diocese de Münster, possivelmente do primeiro quartel do século XX (GESANG UND GEETBUCH, [19--]), uma cópia heliográfica de uma coletânea não identificada, com cânticos espirituais em língua alemã (COLETÂNEA, [19--]), bem como cadernos de música manuscritos contendo repertório de música religiosa em língua latina, sendo que um deles tem a marca de um carimbo úmido que remete ao "Asilo de Órfãs S. Vicente de Paulo".

3 Religiosas germanófonas e sua atuação

Atuaram na Santa Casa de Pelotas as Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco (TOR), desde a virada do século XIX para o XX. Sua função seria "administrar o hospital, e a farmácia que seria criada. Em outubro de 1900, mesmo ano em que as irmãs foram contratadas, a Mesa da Santa Casa mostra quem detém a decisão sobre o funcionamento da instituição" (TOMASCHEWSKY, 2007, p. 107). Já as Irmãs da Divina Providência – chamadas de irmãs "enfermeiras" – chegaram ao Imperial Hospital em 1897, provenientes da cidade de Münster, na Alemanha. Sua escolha estava diretamente relacionada aos católicos imigrantes de língua alemã que viriam a ocupar parte de Santa Catarina:

> Fuck (1995, p. 17), baseada numa cronista alemã não identificada, mas possivelmente uma irmã da Congregação da Divina Providência, fez o seguinte relato: "logo após a independência do Brasil, o governo imperial brasileiro promoveu a imigração de colonizadores europeus não portugueses para o Sul do país. Prometendo-lhes terras férteis e a necessária assistência inicial para aqui construírem um futuro para si e suas famílias, enquanto ajudariam a colonizar imensas regiões ainda incultas do território brasileiro. O primeiro grupo de imigrantes alemães chegado em 1824, foi destinado ao Rio Grande do Sul, enquanto que em 1828/29 chegava um novo contingente de famílias alemãs, destinadas ao sertão catarinense; a estes, foi destinado o Município de São Pedro de Alcântara".
> Um grupo foi considerado particularmente decisivo, segundo Fuck (1995, p.18), no desenvolvimento cultural e social da comunidade alemã; foram os alemães provenientes da Westphalia. Católicos tradicionais da Diocese de Münster, em 1860, estabeleceram-se no Vale do Capivari. Praticamente junto

> com estes, veio, em 1861, o Padre Guilherme Roer, a fim de atender as questões religiosas de seus conterrâneos. No entanto, com o passar dos anos, este religioso, percebendo não ter forças para continuar sua obra religiosa, retornou à Alemanha, solicitando que outro padre o substituísse. Após inúmeras tentativas de substituição, a Diocese enviou o Padre Topp, que se mostrou bastante interessado em assumir a função pastoral (BORENSTEIN, 2000, p. 80-81).

Após a negativa de diversas congregações, ao apelar ao diretor das Irmãs da Divina Providência, padre Topp obteve um aceite. A congregação fora recentemente fundada na Alemanha, em 1842, por um sacerdote de Münster, padre Eduardo Michelis. Embora as religiosas tivessem até então se dedicado às atividades de educação de crianças e jovens, o diretor espiritual da congregação providenciou para que algumas irmãs se formassem enfermeiras anteriormente à vinda para o Brasil (BORENSTEIN, 2000, p. 80-81).

Sendo a Santa Casa de Misericórdia uma instituição confessional, assim como o Imperial Hospital de Caridade – este último, gerido por uma irmandade, ou seja, por uma agremiação religiosa constituída de leigos –, não é de se estranhar a contratação de religiosas. Há de se notar, contudo, que o modelo de assistência à saúde vigente no Brasil do entre séculos obedecia, em grande parte, a um sistema de concessão à iniciativa privada – especialmente as confessionais – da obrigação do Estado em garantir a saúde dos cidadãos, sendo tais grupos por ele financiados (FRANCO, 2014).

Sobre a situação vigente no catolicismo romano no último quartel do século XIX, cabe observar uma grande reação à separação que ocorria entre Estado e Igreja em grande parte do Ocidente onde ainda existia uma relação de mutualismo entre essas esferas. Longe de alijar-se totalmente do debate público, a Igreja o fez, contudo, de maneira menos direta, preconizando uma espécie de restauração interna, com ênfase na formação e moralização do clero, mas também da sociedade (WERNET, 1987). Se os bispos franceses – que estavam "além dos Alpes" – ao afirmarem a primazia da autoridade papal mais do que quaisquer sínodos locais, lançando, assim, as bases do Ultramontanismo, com a Romanização – que passava a se tornar uma autocompreensão majoritária entre os clérigos no Brasil já no último quartel do século XX – o reforço à hierarquia eclesiástica e o papel central dos clérigos na realização das atividades religiosas ficou definitivamente evidente. O ensino deixará de ser monopólio da Igreja Católica após a Devolução do Padroado, mas isto não significou que a instituição tenha abandonado tais atividades; pelo contrário, diversas foram as congregações e ordens religiosas que se dedicaram ao ensino e às instituições filantrópicas, inclusive no ramo da saúde. Assim, tanto as Irmãs da

Terceira Ordem Regular de São Francisco, quanto as Irmãs da Divina Providência acabaram por ter a dupla atuação, na saúde e na educação (DE PIERI, 2014).

4 O repertório musical e sua prática

Os dois acervos aqui abordados têm em comum o fato de as fontes terem pertencido a religiosas de congregações de origem alemã. Isso se percebe, por exemplo, nas marcas de propriedade dos impressos e manuscritos, tais como a indicação dos nomes das congregações ou mesmo de uma ou outra irmã. Como em ambos existe a indicação de nomes de religiosas em partituras que possuíam também partes de instrumento de teclado, é razoável supor que algumas religiosas tocassem os harmônios localizados nos acervos durante as celebrações pré-conciliares. Outro aspecto relativo à performance que chama atenção é a divisão a vozes, que se percebe nos dois acervos, nos quais há fontes que apontam primeira ou segunda voz, diferentemente do que ocorre, por exemplo, nos mosteiros masculinos onde é cantado apenas o canto gregoriano.

Quanto à identidade da Congregação das Irmãs da Divina Providência, chama a atenção uma missa escrita em língua latina, possivelmente utilizada em solenidades das religiosas intitulada *Missa da Divina Providência* (Ex. 1). Esta missa foi escrita para duas vozes femininas com acréscimo opcional de voz de barítono, o que leva a supor que tivesse sido pensada para um convento de religiosas, mas eventualmente pudesse ser executada a três vozes iguais, como era próprio do repertório alinhado aos paradigmas musicais vigentes no período. Além dela, devem ser destacadas as fontes que apontam para a origem germânica das religiosas, especificamente os manuais de cantos e orações das dioceses de Tréveris (Ex. 2) e Munique (Ex. 3). Trata-se de cânticos espirituais ou cantos religiosos populares, usualmente empregados nas missas baixas – cotidianas ou não-solenes – anteriormente ao Concílio Vaticano II (1962-1965).

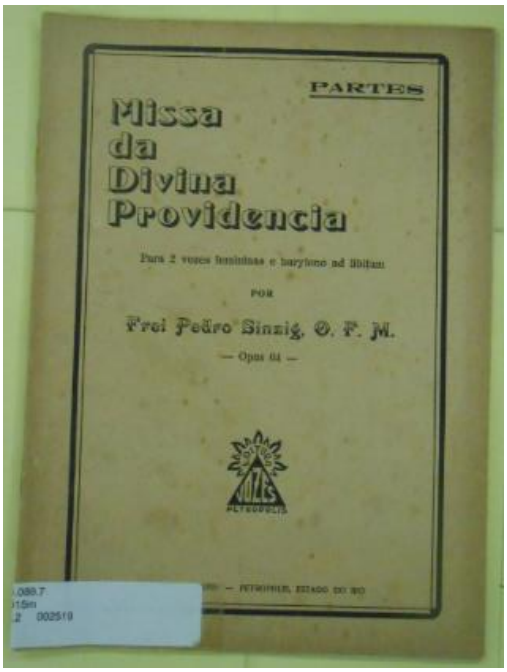


Figura 2 - *Missa da Divina Providência*, composta pelo frade franciscano Pedro Sinzig (19--).
Fonte: Acervo do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis.

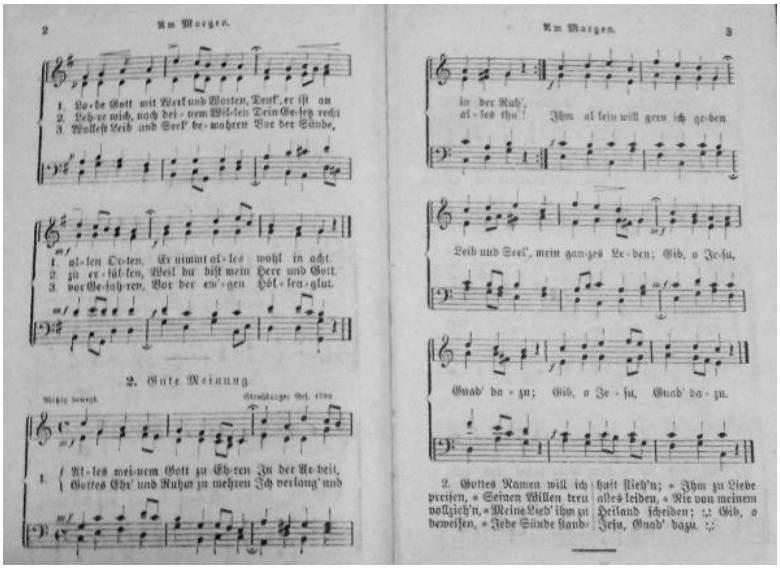


Figura 3 – Primeiras páginas com musicografia do Livro de Canto a Quatro Vozes da diocese de Tréveris ou *Vierstimmiges Gesangbuch für die Diöcese Trier* (VIERSTIMMIGES GESANGBUCH, 1893, f. 1; p. 2-3).
Fonte: Acervo do Memorial da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

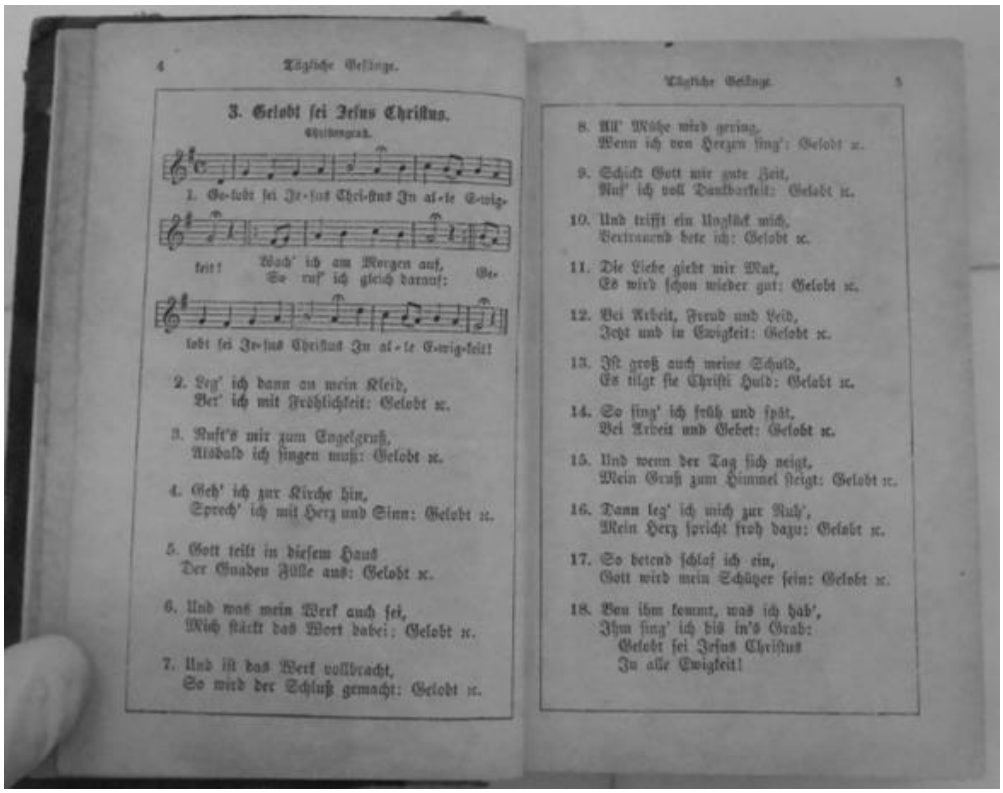


Figura 4 – *Gesang und Gebetbuch für das Bistum Münster* ou Livro de cânticos e orações para a diocese de Munique (GESANG UND GEBETBUCH, [19--]).
Fonte: Acervo do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis.

Há ainda no acervo do Hospital de Caridade um exemplar de uma publicação impressa intitulada *Choralschule*, um manual para o canto coral de 1899, que possivelmente foi trazido pelas religiosas, além de repertório para órgão de publicação alemã e uma cópia heliográfica de uma coleção de cantos religiosos em língua alemã manuscrita sem autoria ou o título identificado. Destaca-se ainda como exemplo um caderno de música manuscrito com repertório em língua latina a duas vozes que integra o acervo (Ex. 4). A divisão de vozes seria possível provavelmente nos institutos educacionais geridos pelas religiosas, mas não parece de todo impossível que também elas praticassem, em seus serviços religiosos, o repertório dessa maneira. Num caderno manuscrito semelhante recolhido ao Memorial da Santa Casa de Pelotas, que teria pertencido à irmã Erica Erick – e possivelmente sido redigido por ela – foram copiados cânticos em língua latina, em alemão e em português (ERICK, 1935).

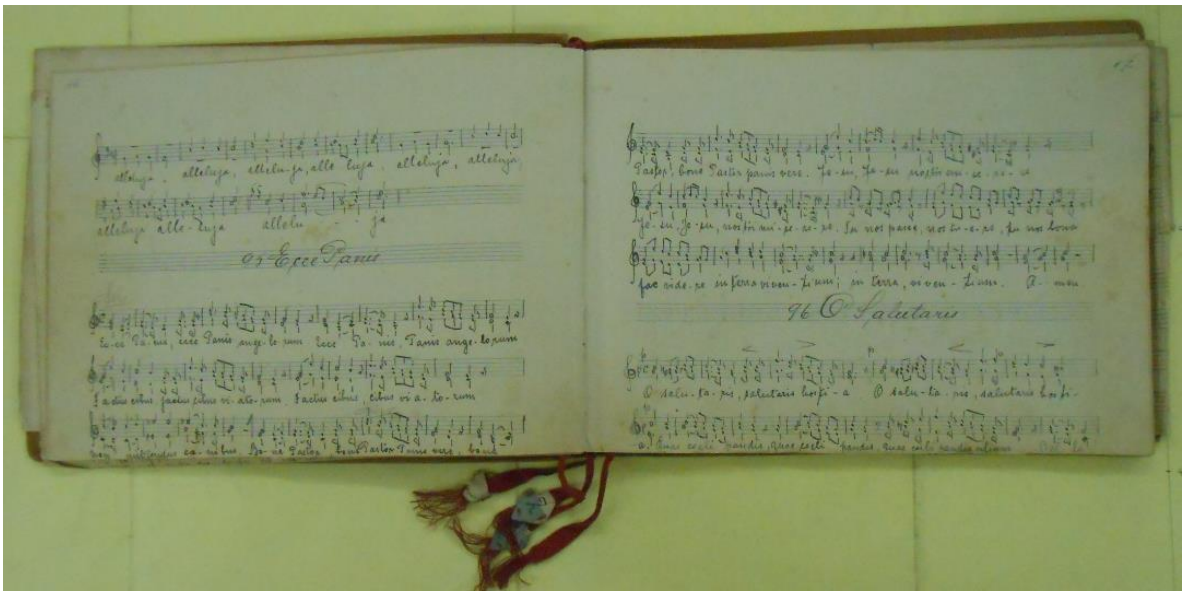


Figura 5 – Caderno de música manuscrito contendo repertório restaurista em língua latina ([CADERNO DE MÚSICA], [19--], f. 42v-43).
Fonte: Acervo do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis

Quanto ao estilo musical do repertório observado, trata-se claramente do chamado Repertório Restaurista. Este tipo de repertório era composto de acordo com as diretrizes do *motu proprio* "*Tra le Sollecitudini*" de Pio X, outorgado em 22 de novembro de 1903. O documento oficializou, entretanto, as expectativas de um movimento conhecido como Cecilianismo, que foi presente em diversas regiões da Europa, mas também da América e que teve na aprovação pontifícia à Academia de Santa Cecília da Alemanha – agremiação de acadêmicos e especialistas em música sacra –, em 1868, o primeiro sinal concreto do alinhamento entre o chamado movimento da Restauração Musical e a Romanização crescente no catolicismo. O movimento propunha uma restauração da música sacra ao lugar de uma suposta dignidade perdida em razão da influência da ópera – ou música teatral – e do repertório sinfônico na música executada nos templos católicos. Assim, é compreensível que publicações alemãs já estivessem alinhadas aos princípios restauristas antes mesmo da promulgação do *motu proprio* por Pio X. O resultado da Restauração Musical foi, em termos práticos, a configuração de um repertório denominado "polifonia moderna", sendo escrito, na maioria das vezes, a vozes iguais – uma vez que os coros mistos eram proibidos – com o canto coral sendo somente sustentado pelo órgão, sem que esse tivesse extensas passagens a solo, tampouco executando figuração no acompanhamento. Ademais, o repertório, embora mantivesse as características harmônicas tonais do Romantismo, se inspirava na construção melódica do canto gregoriano, valorizando passagens diatônicas no lugar de grandes saltos

dramáticos, característicos da ópera (DUARTE, 2016). Todas essas características foram observadas no repertório das fontes recolhidas aos dois acervos.

5 Considerações finais

Ao fim deste trabalho, é possível afirmar que seria incompleta qualquer análise da documentação propriamente musical – com todo o repertório de música religiosa em alemão, latim e português – de maneira dissociada da história das instituições hospitalares, bem como das religiosas imigrantes que nelas atuaram.

As duas entidades custodiadoras se revelam lugares de memória (NORA, 1993) das atividades voltadas aos cuidados da saúde, mas também das devoções religiosas e das práticas musicais a elas conexas. O reconhecimento das atividades musicais como parte da memória e da identidade coletivas fica evidente no processo de musealização ou arquivamento – na Santa Casa e no Hospital de Caridade, respectivamente – dos documentos musicográficos.

O repertório reflete claramente memórias e a identidade das religiosas na escolha dos cantos religiosos em sua língua natal, mas também um alinhamento aos grandes movimentos religioso e musical do período: a Romanização e a Restauração Musical católica. Ele situa as atividades musicais de religiosas que imigraram de um país onde a *Kulturkampf* gerava oposição à Igreja, mas que não apenas se adequaram ao catolicismo romanizado, como também mantiveram memórias, práticas musicais e livros religiosos de música de suas dioceses de origem, bem como a de parte dos colonos de língua alemã que povoavam as cidades onde as irmãs atuaram, revelando também a manutenção de parte da identidade associadas a suas origens. O repertório, constituído, em parte de cânticos espirituais ou cantos religiosos populares, bem como, de missas solenes em língua latina aponta para o alinhamento ao chamado repertório restaurista, alinhado às propostas do Cecilianismo – movimento de especialistas em música sacra desenvolvido especialmente na Alemanha –, que foram oficializadas pela Igreja no *motu proprio* "*Tra le Sollecitudini*" de Pio X

Finalmente, destaca-se que a localização de três acervos de religiosas imigrantes em instituições hospitalares associada à pesquisa bibliográfica, que revela a extensa atuação de freiras no cuidado aos doentes aponta para desdobramentos em estudos futuros, nos quais se buscará alcançar outras instituições das religiosas.

Referências

BORESTEIN, Miriam S. **O cotidiano da enfermagem no Hospital de Caridade de Florianópolis, no período de 1953 a 1968**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

[CADERNO DE MÚSICA]. [Florianópolis]: copista não identificado, [19--]. 50 f. Recolhido ao arquivo do Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARMO, Catarina Lisboa do. **Vozes em trânsito**: um estudo sobre o agenciamento de diferentes discursos acerca da presença das Irmãs da Divina Providência no Hospital Colônia de Sant'Ana (1941-1985). Florianópolis-SC, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2012.

DE PIERI, Marlise de Medeiros Nunes. **A educação infantil em Tubarão/SC**: um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por congregações religiosas (1908-1969). Tubarão-SC, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Atividade musical na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas no século XX: uma abordagem a partir do patrimônio musical documental e organológico. *In*: CONGRESSO DA ANPPOM, 30., Manaus/Online, 2020. **Anais**. Manaus: UFAM, 2020. p. 1-11. Disponível em: http://anppom-congressos.org.br/index.php/30anppom/30CongrAnppom/paper/viewFile/17/8. Acesso em: 20 mai. 2021.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Resgatando a função social de documentos musicográficos: o retorno de fontes à fase corrente a partir das atividades de gestão do acervo musical da capela do Hospital Beneficente Portuguesa em Belém – Pará. *In*: CONGRESSO DA ANPPOM, 28., Manaus, 2018. **Anais**. Manaus: UFAM, 2018. p. 1-8. Disponível em: https://www.anppom.com.br/congressos/index.php/28anppom/manaus2018/paper/view/5150. Acesso em: 20 mar. 2021.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. **Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)**. Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016.

ERICK, Irmã Érica. [**Caderno de Música**]. Códice, 1935, São Leopoldo. Memorial Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, não catalogado. 50 f.

EZQUERRO ESTEBAN, Antonio. Desafios da Musicologia Panhispanica na atualidade: uma reflexão. In: ROCHA, Edite; ZILLE, J. A. Baeta. (Org.). **Musicologia[s].** Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 25-40.

FRANCO, Renato Júnio. O Modelo Luso de Assistência e a Dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 5-25, 2014.

GESANG UND GEBETBUCH für das Bistum Münster. Trier: Druck und Verlag der Paulinus-Druckerei, [19--].

GÓMEZ GONZÁLEZ, P. J. et al. **El archivo de los sonidos**: la gestión de fondos musicales. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2008.

MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social**: o Discurso e a práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915). São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Irmãs religiosas e instituições escolares públicas em região de fronteira no Mato Grosso. **Poíesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.12, n.2, p. 80-101, 2014.

SANTA CASA DE PELOTAS. **História.** [2007]. Disponível em: http://santacasadepelotas.com.br/index.php/historia. Acesso em: 10 jan. 2020.

TADEO, Salvador. Memorial da Santa Casa também pode ser conhecido: mais uma opção de visitação no Dia do Patrimônio. **Prefeitura Municipal de Pelotas**, Pelotas-RS, 17 ago. 2018. Disponível em: http://www.pelotas.com.br/noticia/memorial-da-santa-casa-tambem-pode-ser-conhecido. Acesso em: 10 jan. 2020.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **História das idéias religiosas no Brasil**: a Igreja e a sociedade brasileira. São Paulo: Grijalbo, 1968.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e Filantropia na Distribuição da Assistência**: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922). Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VIERSTIMMIGES GESANGBUCH für die Diöcese Trier. Trier: Paulinus Verlag, 1893. Partitura. 369 f.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no Século XIX**: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

FESTIVAL DE CULTURA NEGRA DO QUILOMBO SAMBAQUIM

José Luiz Xavier Filho[1]

1 Introdução

Nosso interesse pelo Quilombo Sambaquim nasce de uma interferência na trajetória da pesquisa: quando localizamos a comunidade, fortuitamente, em 2009, e o lugar tornou-se ponto de encontro com os moradores e um espaço de estudos.

As únicas fontes que existem são seus moradores. Conhecemos a história do quilombo a partir das entrevistas e narrativas da comunidade. Percebemos que o reconhecimento dado pela *Fundação Cultural Palmares* (*FCP*), de que a comunidade é um remanescente de quilombos, deu aos moradores um significado de se sentirem importantes historicamente. O reconhecimento seria um marco na valorização de pertencer ao grupo.

Em Cupira, a população, de certa forma, os discrimina, ou pelo menos os moradores de Sambaquim sentem-se discriminados, mas o reconhecimento pela *FCP* fez nascer um sentimento de certeza e orgulho do quanto eles fazem parte da história de maneira significativa, num contexto, inclusive, nacional. Eles passam a valorizar suas memórias, os ensinamentos deixados pelos mais velhos, suas tradições, sua cor e etnia e a comemorar seus momentos de festas. Passaram, então, a não se sentirem tão inferiorizados. O estudo contribuiria na preservação destes aspectos, pois pretende-se dar o retorno aos seus moradores, através de uma relação a ser estabelecida pela Associação e da Escola que lá existem.

Os relatos que nos foram fornecidos são decorrentes de uma herança ancestral, que ao passar do tempo, passaram a fazer parte da memória coletiva dos moradores. Em nossa pesquisa, buscamos reconstituir o processo de ocupação territorial do quilombo através dessas histórias, muito embora, elas parecessem um quebra-cabeça, os relatos foram significativos, no sentido de que, por meio delas, os entrevistados retomam o passado e reelaboram o significado de sua identidade no presente.

[1] Graduado em História (UPE), graduando em Sociologia (FAVENI), especialista em Ensino de História (FAVENI) e em História e Cultura Afro-Brasileira (IPEMIG), mestrando em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas (UPE), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos – PE, ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/4762429040202808, e-mail: jlxfilho@hotmail.com.

Alguns aspectos foram essenciais para identificar o significado dado, pelos moradores, aos seus ancestrais, como, nossas idas à casa de farinha, ao terreiro,[2] às serras e aos rios do sítio. Através desses elementos visitados, os moradores ressaltam a importância dos "antigos" do sítio e os relacionam a sua identidade, pois eles registram esses locais como herança que faz parte da história deles.

Nesse aspecto, abre-se um leque de possibilidades para analisar e interpretar os estudos sobre os grupos étnicos, neste caso, a ancestralidade quilombola e suas relações históricas e interétnicas através da memória coletiva, tendo em vista que estes conceitos, como afirma Ginzburg, "são instrumentos de distanciamento para encarar criticamente a realidade, sem se deixar tragar por ela" (GINZBURG, 2001, p. 12). Logo, colocamos a identidade étnica como diferente de outras, pois ela está ligada e orientada para o passado:

> Essa referência a uma origem comum presumida parece recuperar, de certo modo, a própria noção de quilombo definida pela historiografia. Vale assinalar, contudo, que o passado a que se referem os membros desses grupos "não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva" — portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica (O'DWYER, 2002, p. 7).

O que nos leva a considerar o Festival de Cultura Negra no quilombo Sambaquim, nessa pesquisa, é exatamente a importância que os moradores dão a ele e as relações de identidade que eles estabelecem a partir dessas festas, que pudemos observar durante o nosso contato com esses moradores. As festas nessas comunidades são arraigadas de simbolismos míticos e que fazem parte da história e da cultura local.

> Independente de suas origens, as festas são verdadeiras encenações a céu aberto que têm como cenário as ruas e praças públicas das cidades. As festas possuem características únicas, por estarem associadas à civilidade, por reviverem lutas, batalhas e conquistas, homenagearem heróis, personalidades e mitos. Podem estar associadas à religiosidade como acontece com as festas litúrgicas ou em louvor aos santos, principalmente em louvor aos santos padroeiros de cada localidade; podem estar ligadas aos ciclos do calendário para comemorar os momentos importantes da vida cotidiana, como no caso das festas de colheitas ou festas da culinária; podem ser festas folclóricas que recriam algo que ficou na memória coletiva; podem ser festas étnicas por expressarem a tradição cultural das comunidades de imigrantes, sobretudo europeias ou podem, ainda, ser festas do peão, tão difundidas no interior do país. Lanternari afirma que não existe sociedade humana sem festa. A festa é um 'espelho no qual o ser humano se reflete, buscando, respostas para sua condição de precariedade frente à vida' (CARPONERO; LEITE, 2010, p. 100-101).

[2] Destacamos aqui que o termo terreiro, de acordo com os moradores do quilombo Sambaquim, é usado como espaço para reuniões festivas e não para práticas de religiões africanas.

A festa é uma celebração que reflete a diversidade de olhares e conceitos de uma determinada cultura (ÁGUAS, 2012). Não é o tipo de afeto ou emoção dominante que define uma festa como tal, "a alegria de uns pode ser a tristeza de outros", afirma Norberto Guarinello (2001, p. 974), pois, 'festa' é um termo vago, que pode ser aplicado a uma ampla esfera de situações sociais concretas. A sua própria definição é complexa, sendo assim, abre um leque que possibilita diferentes interpretações do viver em sociedade.

> Sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa dos participantes (GUARINELLO, 2001, p. 972).

Como afirma o autor, as festas podem ter vários enquadramentos, depende de uma dupla percepção: de quem a estuda ou dos participantes dela. Nessa lógica, podem ser discutidas como reafirmação ou transgressão, sagrada ou pagã,[3] libertadora, como aceitação social ou até mesmo de resistência, ou seja, está relacionada com a visão de cada contexto. O objetivo focal da festa pode estimular diferentes sensações nos participantes como sentimentos de pertencimento ao local, ligação histórica junto aos demais ou fé, por exemplo. Diz Guarinelo que: "A reunião comemorativa que constitui a festa é seu próprio objetivo" (Ibidem, p. 971).

Nessa condição, pensamos na festa não exclusivamente como uma celebração ao passado, visto que trabalhamos em especial as festividades culturais em Sambaquim, mas que seja relevante uma contextualização histórica dos principais aspectos tradicionais na comunidade em consonância com a contemporaneidade. De acordo com Ikeda e Pellegrini:

> As festas representam momentos da maior importância social. São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia a dia dão lugar às práticas diferenciadas que as transcendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados. As diversas espécies de práticas culturais populares podem ser a ocasião da afirmação ou da crítica de valores e normas sociais; o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal (IKEDA; PELLEGRINI FILHO, 2008, p. 207).

[3] Usamos o termo "pagã" aqui por ser o vocábulo referência a tudo que é profano ou mundano, religiosamente falando dentro da comunidade quilombola. Visto que a religião católica é muito forte e dominante dentro do quilombo, e os próprios membros da comunidade a utilizam fazendo referência a práticas que não sejam católicas.

Coube-nos questionar se as festividades no quilombo são culturalmente fortes para enfrentarem os impactos que a comunidade recebe devido a modernidade e o avanço das tecnologias. Eventualmente poderiam levar a um enfraquecimento visto que a parcela mais jovem estuda e trabalha fora da "*terra*", ou até mesmo a perda pela devoção e empenho na realização do festival, causando assim uma transformação para a cultural local, podendo até chegar, em caso extremo: à decadência da determinada festa.

Maria Sileide da Silva, 34 anos, natural do quilombo, mostra-se consciente das mudanças quando a questionamos sobre as tradições do quilombo da época dos seus pais e as de hoje: "Não, eu acho que é diferente né. Cada tempo vai passando, aí vai mudando, mais tecnologia e vai mudando tudo, né".[4] Mas mostra-se preocupada e se considera um membro ativo na perpetuação da cultura local, considerando que o morador da comunidade é o responsável pela preservação de sua história e cultura:

> É muito importante pra nós, que assim, que nós e também os que vai crescendo né, não deixa acabar essa cultura, né. A nós, a Cecília, a Edneide, que nós sempre levantar pra não acabar a nossa cultura porque é muito importante, a mazurca. [...] Tem na comunidade a reunião né, que é todo mês, a associação. Porque se não for a associação, né aí cai. Porque senão ninguém se reúne né, pra fazer a dança, todo mês a gente se reúne lá em cima, aí quando chega a época que é em novembro, aí se reúne todo mundo e é festa o dia inteiro. É um festão visse (Maria Sileide da Silva, 34 anos).

Pensamos na festa realizada dentro do quilombo como um momento importante para as relações sociais, um elemento constitutivo da história e saberes do quilombo, como uma ação que interrompe as dinâmicas rotineiras e atividades do cotidiano individual e gera um sentimento de pertença coletivo que interage com as comunicações da tradição histórica de Sambaquim. A festa representa um momento precioso na vida dos participantes, socializando os costumes e enriquecendo a vida coletiva. Nas palavras de Ferreira:

> Antes da invenção dos modernos meios de comunicação, as festas constituíam a mais importante atividade pública. Eram momentos de afirmação da identidade coletiva, através dos quais o indivíduo tomava consciência do seu "pertencimento" a determinado grupo. A festa era também um "lugar simbólico" através do qual eram veiculados os valores e as crenças do grupo, transformando-se, portanto, no principal lugar onde afloram os conflitos de significado na disputa pelo monopólio da informação e, até mesmo, do controle social (FERREIRA, 2001, p. 15).

[4] SILVA, Maria Sileide. Entrevista concedia a José Luiz Xavier Filho. Comunidade Quilombola Sambaquim, 28 de novembro de 2019.

São essas festas populares que constituem as características culturais das quais emergem as identidades que caracterizam os grupos humanos e as sociedades. Atualmente, vêm ganhando não só importância social, mas também política e econômica.

Nosso recorte temporal consiste num espaço de 74 anos, que vai de 1946 a 2020. Essa escolha foi baseada na média da idade dos entrevistados. Nossa principal fonte são as histórias narradas: contamos com 9 entrevistas, entre homens e mulheres. Nosso narrador mais antigo tem 92 anos de idade,[5] e o mais jovem 34. Há uma ênfase nas narrativas dos mais velhos, acreditando que, dessa forma, podemos extrair histórias mais antigas, contadas por esses personagens, a respeito do quilombo e dos seus antepassados. Foram histórias contadas sobre a comunidade, sobre suas próprias vidas e de seus ancestrais e sobre as questões culturais.

Analisar a comunidade quilombola é fazer uma viagem e se aventurar em suas narrativas, pois, é a através da tradição oral que são preservados os saberes dos seus ancestrais. Essas falas são transmitidas de uma geração para outra, e é assim que chegam aos dias atuais. Percebemos que nenhuma alternativa para estudar a fundo a história em Sambaquim teria a validação sem que nos apoiássemos nessa herança de conhecimentos.

2 A redação definitiva

2.1 Festival de Cultura Negra do Quilombo Sambaquim

Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de presenciar as relações sociais e festivas na comunidade, no período do Festival de Cultura Negra do Quilombo. Antigamente, o festival era realizado por famílias que tinham o maior destaque, que formaram as primeiras lideranças da comunidade ou parentes próximos delas. As primeiras festas tinham como principal motivo a reunião dos grupos familiares o que favorecia assim, o encontro com os parentes que moravam fora do quilombo. Serviam assim também para reafirmar os laços fraternais e a convivência com os grupos familiares que moram na circunvizinhança, fortalecendo dessa forma o prestígio da família que organizava a festas dentro da comunidade.

> A festa é uma trégua indecisa da luta: todos interrompem o confronto direto, o trabalho, as atividades rotineiras para participar da celebração comum. As pessoas procuram a transcendência, os pequenos desafios do cotidiano são esquecidos. Pode-se fazer uma imagem da festa como um caleidoscópio no qual se refletem vários aspectos da vida social [A festa] [...] permite entrever as múltiplas relações que têm lugar numa microssociedade e os valores que

[5] Lembrando que as entrevistas foram realizadas no ano de 2019.

> assim ela explicita: do parentesco ao meio ambiente, do calendário agrícola ao respeito aos mais velhos, da produção artesanal à história dos ancestrais, da liderança feminina ao conhecimento das plantas, das relações de afetividade aos valores humanos considerados fundamentais. Por esta razão, a festa, com seus ritos e símbolos, revela os costumes, os comportamentos, os gestos herdados e aponta ao mesmo tempo para as negociações simbólicas entre essas comunidades negras e os grupos com os quais interagem (MOURA, 1998, p. 13-14).

Lembrando que as festividades aconteciam esporadicamente no quilombo, as reuniões eram feitas com o intuito apenas de festejar e se encontrar para dançar e brincar, até então não existia na comunidade a ideia de o porquê ser dia 20 de novembro ou até mesmo quem era Zumbi dos Palmares. Neste ponto, os mecanismos da memória são acionados, mesmo sendo algo novo ao grupo, Zumbi é levado a um passado coletivo da comunidade, o que Pollak denomina trabalho de enquadramento da memória. Segundo o autor, "A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo" (POLLAK, 1992, p. 204).

O festival foi inserido no calendário oficial do estado, na gestão do prefeito José João Inácio, em 2005, remetendo-o as comemorações que acontecem no Dia da Consciência Negra. Atualmente, é realizado pela comunidade numa tentativa de mesclar os novos aspectos de afirmação da identidade quilombola e a valorização da cultura africana, é uma fusão entre atividades consideradas pagãs, devido ao catolicismo que impede as práticas religiosas africanas, e as consideradas religiosas. Vale ressaltar que foi no mesmo ano que a comunidade foi reconhecida como remanescente quilombola.

Em meio às políticas de reconhecimento do quilombo, da fundação *Associação Comunitária Remanescente de Quilombo (ACORQ)*[6] dentro da comunidade, da oficialização do festival, as tradições locais vão sendo mais valorizadas entre os mais jovens, principalmente, mas é todo um processo lento de construção de identidade, de identificação com a história e a cultura do quilombo e a valorização de suas relações com a cultura africana. A aceitação e a reinvenção identitária fez com o que o quilombo participasse de eventos relacionados ao quilombismo, o que permitiu a troca de

[6] Fundada em data de 06 (seis) de fevereiro do ano de 2002 (dois mil e dois), com sede no Sítio Sambaquim, município de Cupira, estado de Pernambuco e foro em Cupira, estado de Pernambuco, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins econômicos e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de promover o desenvolvimento da Comunidade Quilombola do Sambaquim e adjacências, fortalecer a cidadania quilombola e atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

informação e influências com outras comunidades negras. Apoiados nesse novo discurso de “ser quilombola”, alguns moradores passaram a pesquisar mais sobre suas raízes históricas a fim de enriquecer a festividades negras e a estima pelos seus antepassados.

 .

Figura 1 - Solônia Josefa da Silva.
Fonte: Arquivo do autor, 2019. (Foto autorizada).

Nesse contexto, Solônia Josefa da Silva, é a mais importante mediadora desse processo. Nascida no quilombo e ativista das causas da comunidade, transita em lugares diferentes na busca de melhorias, não só nas causas sociais, mas principalmente culturais, das quais extrai influências em outros quilombos. Assume na *ACORQ* o cargo de secretária e atua nas questões culturais, exercendo um papel fundamental na recriação das identidades, o que contribui diretamente nas recriações e fortalecimento das tradições locais. Apesar disso, Solônia se recusa ao papel de líder do quilombo.

Sendo assim, segundo a secretária do quilombo, ao identificar-se como comunidade remanescente quilombola, a comunidade de Sambaquim enriqueceu seu Festival da Cultura Negra adicionando a ele novidades culturais resultantes de sua participação nos movimentos negros sociais, como, por exemplo, a participação em congressos de comunidades negras rurais, assim como a abertura a grupos de outras comunidades, a aceitação de acadêmicos e a integração ativa da escola na valorização da cultura local vivenciada em sala de aula.

Durante o Festival, os estudantes e os moradores mais velhos palestram sobre questões a respeito do preconceito, da discriminação e dos direitos dos negros e dos quilombolas. Assim, as capoeiras e os estudos da origem africana que foram debatidos em sala de aula são apresentados; poesias com a temática são declamadas; as danças,

principalmente a mazurca, uma dança típica da comunidade também é apresentada. Além disso, há apresentações de grupos folclóricos de outras regiões. As músicas cantadas no festival têm a ver com a questão do negro, e que, antecipadamente, são discutidas em sala de aula com seus professores.

Ainda sobre as apresentações e manifestações artísticas do festival, foi criado na comunidade, em parceria com a escola municipal e seus respectivos professores, um grupo de poesias intitulado, pelas participantes, como *Dandara,*[7] que é formado por meninas quilombolas. Elas recitam poesias e cordéis, onde mesclam autores nacionais e produções autorais. No momento de sua apresentação é cedido o espaço para os discursos de mulheres ativistas negras:



Figura 2 – Grupo de Poesia Dandara.
Fonte: Arquivo do autor, 2019. (Foto autorizada).

Os discursos quando tratam de questões étnico-raciais, mesmo que novo e muito recente em Sambaquim, estão sendo apropriados e repetidos diversas vezes quando dialogamos com os membros da comunidade. Percebemos também que é um evento introspectivo celebrado por eles e para eles. A dimensão da festa, mesmo que aberta ao

[7] Nome escolhido pelo grupo em homenagem a guerreira negra do período colonial. Dandara foi esposa de Zumbi, líder daquele que foi o maior quilombo das Américas: o Quilombo dos Palmares. Valente, ela foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII e auxiliou Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa do quilombo. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?p=33387. Acesso em: jan. 2021.

público, centraliza-se para o interior do quilombo, fortalecendo assim os laços internos entre eles, isso é perceptível na repetição de discursos sobre o orgulho negro.

Mesmo com uma abrangência maior em termos de apresentações culturais, alguns quilombolas afirmam que a festa sofreu um recuo, "ficou menor", as mudanças que estão ocorrendo estão despertando críticas nos antigos moradores que se sentem saudosos do tradicionalismo, isto é, como eram realizadas as festas antigamente. Segundo Otávio Miguel da Silva:

> As festas participavam aqui, meus pais, minhas avós e avôs. Se eu digo pra você que era original mesmo. Era: novena, terço, reizado, guerreiro, essas coisas, ciranda, a mazurca que é coisa antiga, que é do começo, festa de casamento, sanfoneiro, tocador, isso aí tudo tinha e tem, né. Pronto, era o que eles participavam. [...]E as festas aqui só era assim nesse regra. [...]E hoje em dia não tem mais isso, que até... não uso mai, mai tenho saudade, que a gente distrai ainda (Otávio Miguel da Silva, 76 anos).

Interpretamos a fala do entrevistado no sentido que houve uma diminuição na amplitude que a festa tinha antigamente e não à inexistência das festividades quilombolas. Há dois momentos de receio e relação às festividades: o primeiro é quanto aos mais velhos, que percebem as mudanças e a tecnologia interferindo nas tradições locais; o segundo é que, o estranhamento a essas mudanças, distancie os mais velhos das comemorações. Outra preocupação é o fato de que, sendo aberto ao público, os eventos adquiram características externas ao quilombo, uma vez que os de fora participam não só como expectadores, mas como integrantes do festival.

2.1.1 Mazurca

Abrimos espaço nessa pesquisa para a Mazurca, por se tratar da dança típica e tradicional da comunidade. Não existe uma data específica para suas apresentações, ela pode ser realizada em qualquer momento festivo. No entanto, a partir da oficialização do calendário, incluindo o Festival de Cultura Negra no quilombo, a dança passou a fazer parte do evento, ganhando uma conotação mais expressiva.

A mazurca tem um significado histórico e cultural para o quilombo. Ela faz parte, dentre as diversas manifestações culturais existentes, de um forte instrumento de resistência cultural negra em Sambaquim, fundamentada em um legado histórico dos seus antepassados, afirmando-se etnicamente e contando suas histórias.

> Qualquer tipo de expressão, como objeto de análise histórica, pode ser considerada uma forma de permanência que traduz memória e reverbera politicamente na vida de determinados grupos sociais, influenciando, interferindo, alterando ou preservando. O que se poderia chamar descrição global na discussão das brincadeiras de adultos remete à discussão sobre as

> necessidades e princípios dos indivíduos e grupos praticantes, a significação para a comunidade onde é praticada e as possibilidades de oferecer uma abordagem contextualizada e contemporânea dos novos problemas enfrentados para a produção de conhecimento (ALMEIDA, 2013, p. 15).

A mazurca, para a comunidade, além do seu histórico, cultural e artístico, tem forte ligação sagrada porque envolve toda uma questão nostálgica, quando por meio dela, estabelecem forte ligação com seus pais, de quem herdaram o costume, e por meio dela expressam uma saudosa homenagem aos ancestrais, fazendo dessa dança a principal atração cultural do quilombo.

Os integrantes sabem da seriedade e responsabilidade desse momento. Celebrando a vida, são trabalhados também a corporeidade e a oralidade da comunidade. A regra principal ao entrar na roda da mazurca é estar e se sentir bem, a dança requer liberdade, felicidade e emoção. Logo, começam as cantigas em pequenos versos e os sorrisos se completam quando são entoadas. A historiadora Mary del Priore (2000), ao tratar sobre festas no Brasil Colonial, propõe uma discussão que nos parece importante e aplicável em relação aos encontros e interações sociais em momentos de reunião da comunidade para a celebração da dança. Segundo a autora:

> [...] é também fato político, religioso e simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários (DEL PRIORE, 2000, p. 62).

A mazurca é uma dança coletiva, onde os participantes dão as mãos e giram em círculo cantado, apenas à capela, sem uso de instrumentos. As vozes ecoam pelo espaço da apresentação enquanto as cantigas são acompanhadas por forte batida dos pés no chão:



Figura 3 - Roda de Mazurca.
Foto: Arquivo do autor, 2019. (Foto autorizada).



Figura 4 – Roda de Mazurca.
Foto: Arquivo do autor, 2019. (Foto autorizada).

Em sua origem etimológica, o conceito de mazurca, está relacionado à tradição polaca. A mazurca era frequentemente utilizada pelos compositores da Polônia da era romântica. Chegou a Cabo Verde nos meados do século XIX. O ritmo adaptou-se às Ilhas, resultando numa música e dança mais lenta do que a original polaca. Na Polônia já não se dança a mazurca, mas em Cabo Verde ainda hoje é dançada.[8]

A principal característica da dança é ser de roda. O passo é quase sempre o mesmo, variando conforme o andamento da música, as quais são entoadas em uníssono ou por improvisação, um dos participantes canta e os demais que compõem a roda respondem em coro. Em relação ao espaço, pode ser em locais fechados, como mostrado na figura abaixo ou em locais abertos, geralmente em terreiros.



Figura 5 – Preparação Para a Mazurca.
Fonte: Arquivo do autor, 2019. (Foto autorizada).

[8] Disponível em: http://forum.dancastradicionais.net/viewtopic.php?f=5&t=8. Acesso em: jan. 2021.

Analisamos algumas letras das músicas cantadas enquanto eles "batem a mazurca", termo usado pelos membros ao se referirem à prática da dança de roda. Descrevemos detalhadamente a letra *Xô Gavião,*[9] que segue abaixo. A forma como é entoada traz dinamicidade durante a realização, com divisões de vozes, refrãos e quantidade que é repetida minuciosamente para que se possa imaginar como funciona.

São letras simples, que retratam o cotidiano dos jovens da comunidade em tempos mais antigos. Falam do cortejo do rapaz à moça e do empecilho paterno na conquista. Metaforicamente, "gavião" representa a mocidade do homem, ou como eles dizem "o preto novo sabido", fazem referência aos jovens da comunidade que buscavam namoradas. A referência para a beleza feminina é evidenciada no verso: /mas teus olhos negros valem tudo/, quando no ato da conquista, o jovem diz que /o teu pai não tem dinheiro/ faz menção as qualidades de desinteresse financeiro do rapaz pelas posses do pai. Para ele o que importa são os dotes físicos. As moças eram conquistadas através dos elogios. O rapaz deveria ser galanteador. No caso de *Xô Gavião* podemos perceber esses aspectos:

> Xô gavião, xô gavião / faz tararararararará, meu gavião / Menina que sai na roça / Xô gavião / Trazendo botão de rosa / Xô gavião / Três brancas e três amarelas / Xô gavião / Chegando em casa tá cheirosa / Xô gavião / Xô gavião, xô gavião / Ele faz tararararararará, meu gavião / Cadê a dona da casa? / Xô gavião / Eu não sei onde ela está / Xô gavião / Se tá morta ou se tá viva / Xô gavião / Quero mandar enterrar / Xô gavião, xô gavião / Ele faz tararararararará, meu gavião / Senhora dona da casa / Xô gavião / Bote a cabeça na porta / Xô gavião / Que eu quero lhe perguntar / Xô gavião / Quantas galinhas tem morta / Xô gavião / Xô gavião, xô gavião / Ele faz tararararararará, meu gavião / Menina, minha menina / Xô gavião / Quando me vê pra que corre? / Xô gavião / Se és bonita me aparece / Xô gavião / Se és feia pra que não morre? / Xô gavião / Xô gavião, xô gavião / faz tararararararará, meu gavião / Menina, minha menina / Xô gavião / Sobrancelha de veludo / Xô gavião / O teu pai não tem dinheiro / Xô gavião / Mas teus olhos negros valem tudo / Xô gavião / Xô gavião, xô gavião / faz tararararararará, meu gavião.[10]

Entre outras músicas cantadas na roda, existem as que tem poucos versos e repetições constantes, um exemplo dela é "*Ô aiá, ô aiá*".[11] O termo "aiá" refere-se a como os escravos chamavam as moças no período da escravidão. Redução de Sinhá/Sinhazinha/Senhora. A música é mais uma forma de representar a vida do jovem no campo, da lida diária, que mesmo trabalhando, moça e rapaz, se percebem um ao outro.

---

[9] Música de roda típica do Quilombo Sambaquim.

[10] Ressalta-se que são músicas culturais e representativas dos quilombolas, passados de geração em geração por meio da tradição oral, estas captadas por meio de gravadores e transcritas, pertencendo assim ao arquivo pessoal do autor.

[11] Música de roda típica do Quilombo Sambaquim.

São as relações sociais possíveis de serem estabelecidas em comunidades como as de quilombo, essencialmente voltadas para o trabalho no campo:

> Mas quando eu chego numa casa / Ô Aiá ô aiá / Quando eu entro pra dentro dela / Ô Aiá ô aiá / A primeira coisa que eu abro / Ô Aiá ô aiá / É as portas e as janelas / Ô Aiá ô aiá / As meninas que tão na roça / Ô Aiá ô aiá / Pode olhar que eu tô passando / Ô Aiá ô aiá / Tô deixando para o campo / Ô Aiá ô aiá / As meninas que tão chorando / Ô Aiá ô aiá / Mas as mulher que nós toma conta / Ô Aiá ô aiá / Mas quem tá do lado de fora / Ô Aiá ô aiá / Escute pra entrar pra dentro / Ô Aiá ô aiá / Que cantador não é bexiga / Ô Aiá ô aiá / Pra ficar nos adulando / Ô Aiá ô aiá / Ô menino vamos a ela / Ô Aiá ô aiá.

Os versos são cantados rápidos e com participação coletiva, não havendo nessa música divisão de vozes, é cantada em uníssono e com batidas rápidas de pés e girando em círculo. Aos que estão de fora da roda, acompanham com palmas harmonicamente com a batida de quem está dançando.

As letras das músicas não possuem temas como protestos, denúncias sociais, histórias sobre a luta e sofrimento quilombola. Muito pelo contrário, retratam e exaltam a natureza, o saudosismo, a infância, os amores, os encontros e os reencontros. A função da roda de mazurca é divertimento, compartilhamento de alegrias e lazer, por juntar a comunidade em torno de um único propósito. Nas palavras de João Miguel Filho, 71 anos: "*festejar a cultura local e não deixar morrer*". Os mais velhos se preocupam em manter preservada a dança. Acreditam que é uma forma de respeitar suas tradições e a memória de seus ancestrais. Mas muitos jovens vão embora. Os filhos de Josefa Estelina já se foram, ela fala com pesar:

> Não, vou falar a verdade, meus filho se criaram tudo aqui, mai adespois, quando tá de idade, foram simbora tudim pra São Paulo para trabalhar, porque aqui não tem trabalho. Repassei pra minha filha, a Solange. Gravamos e levei pra lá num DVD, aí tem um filho meu que diz: "Oh, mãe, eu desejava tá lá nessa Mazurca". Aí eu digo: "Porque você não arruma um tempo e vai pra lá quando tiver?". "Porque, mãe sabe que a gente não pode ir". Porque assim, eles trabalham na usina né, e é difícil eles terem umas férias. Quando tem umas férias, aí é 20 dia, aí num dá (Josefa Estelina da Silva, 60 anos).

Essa preocupação de Josefa Estelina, em preservar suas raízes, também é percebida e confirmada na fala de Solônia Josefa, 38 anos, e de Quitéria Josefa da Silva, 43 anos:

> Assim, eu sempre... não é só pensamento, é um sonho que eu tenho que é preservar sempre a Mazurca, porque ela já vem de muito antigo pra gente repassar pra os filhos, pra os netos, os bisnetos, não deixar que essa cultura morra, e a gente ter uma prevenção melhor pra poder ajudar (Solônia Josefa da Silva, 38 anos).

> Como Solange já falou, a gente tá tentando, a educação tá tentando, é ensinar aqueles mais jovens né, as tradições, os costumes, a mazurca, essas coisas, pra poder continuar pra não vê acabar (Quitéria Josefa da Silva, 43 anos).

3 Considerações finais

A forma pelas quais conhecemos as características culturais em Sambaquim é porque estes aprenderam com alguém e assim sucessivamente. Os valores morais, éticos e educacionais foram passados de geração em geração até os dias atuais, e cabe aos moradores de Sambaquim propagar/repassar à parcela mais jovem e manterem vivas as tradições quilombolas.

Hoje, eles contam com a presença institucional da *ACORQ* e da escola municipal que desenvolve um trabalho nesse sentido. Mas é importante esclarecer, que em comunidades como quilombos, a tradição oral e a manutenção do conhecimento através dela é bastante significativa, pois faz parte de todo o contexto da ancestralidade.

É preciso conscientizar a população, sobretudo a comunidade acadêmica cupirense do que está sendo perdido. O patrimônio cultural imaterial é protegido e reconhecido pelo Estado brasileiro. Porém, muito há o que se fazer para efetivar tal direito. Sobretudo, no que diz respeito às minorias, dentre elas as comunidades tradicionais.

Enquanto comunidade tradicional e grupo formador da sociedade brasileira, os quilombos fazem parte da história e da cultura nacional. Esses povos dependem do apoio de autoridades e de acadêmicos interessados em escrever sobre o legado deles para garantir a própria existência, a continuidade dos seus saberes e da preservação da memória e história, de quem sabe, do embrião da sociedade negra de Cupira.

Referências

ÁGUAS, Carla L. P. **Quilombo em festa:** pós-colonialismos e os caminhos da emancipação social. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2012.

ALMEIDA, Magdalena Maria de. **Samba de coco e políticas públicas:** patrimônio e formação cultural em Pernambuco. Brasília: FCP, 2013.

CARPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, São Paulo, v. 7, n. 10, abr/maio/jun. 2010, p. 99-113.

FERREIRA, Maria Nazareth. **As festas populares na expansão do turismo**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano, In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 2001, v. 2, p. 969-975.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo. Celebrações populares: do sagrado ao profano. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ação Comunitária (org). **Terra paulista*:*** histórias, artes, costumes, v. 3, Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008. p. 201-229.

MOURA, Glória. As Festas Quilombolas e a construção da Identidade. In: DOPCKE, Wolfgang (org). **Crises e Reconstruções:** estudos afro-brasileiros africanos e asiáticos. Brasília: Linhas Gráficas, 1998. p. 7-19.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, 5 (10), 1992.

Fontes orais:

SILVA, Josefa Estelina da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Maria Sileide. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Otávio Miguel da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Quitéria Josefa da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 29 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

SILVA, Solônia Josefa da. Entrevista concedida a José Luiz Xavier Filho. Quilombo Sambaquim, 28 de novembro de 2019. Entrevista completa encontra-se no arquivo pessoal do autor em áudio e transcrita.

OKTOBERFEST DE IGREJINHA: ASPECTOS HISTÓRICOS E ANÁLISES

Douglas Márcio Kaiser[1]

1 Introdução

A formação cultural do Brasil, desde a época da chegada de Pedro Alvares Cabral, no ano de 1500, teve a influência de diferentes elementos, relacionados com a África, a Europa e a Ásia, em diferentes contextos e momentos históricos.

Da Europa, destacou-se a imigração de pessoas originárias de países como Itália e Alemanha, por exemplo. Os motivos que levaram pessoas do "Velho Mundo" a aventurarem-se em busca de uma vida nova nos trópicos brasileiros foram variados, mas sobressaem as dificuldades enfrentadas na Europa na época da imigração mais maciça, como crescimento populacional desenfreado, industrialização em ascensão (criando um contingente de pessoas sem trabalho, por estarem acostumadas aos trabalhos agrícolas, queda na produção agrícola etc.). Com promessas de apoio por parte do Império Brasileiro, levas de imigrantes cruzaram o Atlântico. Como mencionado, muitos imigrantes eram originários da Alemanha, e essas pessoas se estabeleceram em diferentes regiões do país, inclusive no Vale do Paranhana, interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente na cidade de Igrejinha.

Nessa localidade, os imigrantes construíram suas vidas, deixaram descendentes e legados e então, no ano de 1988, objetivando resgatar e manter a cultura alemã oriunda dos imigrantes pioneiros, surgiu a *Oktoberfest de Igrejinha*, evento organizado pela comunidade que até 2019, última edição realizada antes da elaboração desde estudo, contabilizava 32 edições. Programada para 2020, a 33ª edição foi adiada em função da pandemia de COVID-19.

A *Oktoberfest de Igrejinha* agregou ao princípio inicial de manutenção da cultura alemã mais cinco princípios: solidariedade, diversão, responsabilidade social, voluntariado e transparência. Em 32 edições já realizadas, a *Oktoberfest de Igrejinha* retornou para a comunidade do Vale do Paranhana, na forma de repasses, cerca de R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais). Cerca de 3.000 voluntários organizam o evento anualmente.

[1] Graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas de Taquara/ RS (FACCAT) e mestrando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo/ RS. E-mail: douglas.mkaiser@gmail.com.

Diante dos números expressivos e da importância do evento para a região onde está inserido, este artigo aborda aspectos históricos da *Oktoberfest de Igrejinha*, traçando paralelos com obras bibliográficas que tratam de imigração e cultura.

Como metodologia será usada pesquisa bibliográfica bem como pesquisa histórica, baseada em documentos e participação do autor como voluntário, desde 2009, da *Oktoberfest de Igrejinha*. Posteriormente será feito um comparativo com elementos que tenham relação entre si, baseado nas evidências levantadas e no material bibliográfico considerado.

2 A imigração em terras brasileiras

Os primeiros registros de imigrantes alemães no Brasil remontam aos anos entre 1820 e 1830, quando as primeiras famílias desembarcaram em terras brasileiras. Em busca oportunidades, muitos imigrantes se aventuraram na terra desconhecida. Uma ideia do que era prometido aos imigrantes é observada no trecho a seguir:

> A Coroa Imperial brasileira vendera uma imagem de sonho para convencer os alemães: um pacote fechado incluía passagem paga, lotes de terras, suprimentos, materiais de trabalho e animais, isenção de impostos por alguns anos, liberdade de culto e direito à cidadania (ENGELMANN, 2004, p. 77).

Importante ainda destacar que "a primeira geração de imigrantes enfrentou a dura tarefa de subsistir enquanto abriam clareiras na mata selvagem enfrentando, por vezes, índios hostis, de construir suas casas e estradas, vivendo uma existência exitosa e severa" (RIBEIRO, 2015, p. 320).

Ribeiro ainda (2015) menciona a formação de "ilhas de população gringa" nos centros dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e áreas de Estados vizinhos. Complementa Ribeiro (2015) dizendo que os primeiros imigrantes acabaram criando núcleos numa sociedade muito diferente (a brasileira), e isso contribuiu para formação das próprias vidas num modo muito similar ao país de origem, com tradições, escolas e igrejas; salienta-se ainda o domínio tardio do idioma português, motivando o uso de línguas relacionados aos países de origem dos imigrantes. O bilinguismo ainda é presente em muitas comunidades, não apenas naquelas relacionados à imigração alemã, mas também de outras etnias.

O mesmo autor comenta em seus estudos que "a característica básica do Brasil Sulino, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural" (RIBEIRO, 2015, p. 299). Não se trata aqui apenas dos imigrantes alemães, mas

também de outras nacionalidades. Na mesma obra, destaca-se o seguinte trecho, retratando características dos imigrantes que se estabeleceram especialmente na região sul do Brasil:

> Embora brasileiros como os demais, porque não saberiam viver nas pátrias de seus pais e avós e porque são brasileiras suas lealdades fundamentais, configuram uma parcela diferenciada da população por sua forma de participação na sociedade nacional. Distinguem-se o bilinguismo, com o emprego de uma língua estrangeira como língua doméstica, alguns hábitos que ainda os vinculam a suas matrizes europeias e, sobretudo, um modo de vida rural fundado na pequena propriedade policultora, intensivamente explorada, e um nível educacional mais alto do que o da população geral (RIBEIRO, 2015, p. 318).

Também é mencionado que uniformidades culturais "[...] provém da segregação em que viveram nas primeiras décadas, como quistos implantados numa sociedade profundamente diferente, com a qual não mantinham convívio" (RIBEIRO, 2015, p. 319).

Por características próprias da maneira como ocorreu a imigração alemã, Ribeiro relata que "cada grupo pode, por isso, organizar autonomamente sua própria vida, instalar suas escolas e igrejas, constituir suas autoridades, formando as primeiras gerações ainda no espírito e segundo as tradições dos pais e avós imigrados" (RIBEIRO, 2015, p. 329). Complementa afirmando que "vivendo ilhados, o próprio domínio da língua portuguesa só seria alcançado muito mais tarde, como meio de comunicação com os brasileiros e entre os próprios colonos de diferentes idiomas" (RIBEIRO, 2015, p. 319-320).

Encerrando as contribuições de Ribeiro (2015) para este estudo, as influências dos aspectos religiosos, sociais e comerciais característicos dos primeiros imigrantes, com relação às áreas de colonização europeia no Brasil, são salientadas no seguinte trecho: "As diversas áreas de colonização europeia formam, hoje, uma região com fisionomia própria aglutinada em vilas pela concentração de moradores em torno do comércio, da igreja e da escola" (RIBEIRO, 2015, p. 321).

Em relação à imigração, identifica-se nos estudos de Schwarcz e Starling (2018) que alguns acontecimentos ocorridos durante o Segundo Reinado no Brasil motivaram uma nova onda de imigração. A implantação da Lei de Terras e abolição do tráfico de escravos (especialmente por pressões da Inglaterra) estimulou a vinda de imigrantes. Houve inclusive incentivo por parte do Governo para que a imigração de fato ocorresse, pois a vinda de imigrantes era uma alternativa ao trabalho escravo. A Europa, no tempo dessa onda de imigração, enfrentava problemas sérios, com estimativa de mais de 50 milhões de europeus tenham aderido à imigração como alternativa de uma nova vida, para

diferentes partes do mundo. Sobre a vinda dos imigrantes de diferentes nacionalidades, é importante citar:

> Enganados por uma propaganda ilusória, poloneses, alemães, espanhóis, italianos, portugueses e, mais tarde (a partir dos últimos anos da década de 1910), japoneses foram tomados por uma febre imigratória. O mito da abundância dos trópicos casou-se bem com uma Europa que expelia sua população pobre e seus pequenos proprietários endividados. Por fim, o considerável aumento em escala mundial, coadunado com a melhoria dos transportes, acabou por colocar à disposição grandes grupos de camponeses desempregados (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 323).

Da mesma forma que Engelmann e Ribeiro relataram, Schwarcz & Starling (2018) mencionam adversidades vividas pelos imigrantes, como problemas envolvendo indígenas, dificuldades de comércio, isolamento. Alguns aspectos contribuíram para que a adaptação nas terras brasileiras conservasse traços dos países de origem, como se observa no seguinte trecho:

> As línguas eram várias, os dialetos também, e todos estranhavam a dieta à base de farinha, arroz, feijão e as casas enfileiradas, construídas com tijolos de barro e teto de palha. Assim, longe de constituírem grupo homogêneo, os recém-chegados recriavam nos trópicos seus costumes distintos (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 324).

As mesmas autoras trazem números a respeito da imigração:

> A maior parte dos imigrantes transatlânticos dirigiu-se para a América do Norte, mas 22% deles – em torno de 11 milhões – desembarcaram na América Latina: 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses, e 3% franceses e alemães (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 323).

No caso de São Paulo, vingou a "[...] imigração estrangeira subvencionada pelo Estado ou pelos proprietários de terra, para o trabalho direto nas fazendas." (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 324). Conforme as mesmas autoras, somente na virada do século firmou-se a imigração através de subsídio privado.

Expostos os tópicos principais relacionados à vinda de imigrantes para o Brasil, na sequência apresenta-se histórico da cidade de Igrejinha, localizada no Vale do Paranhana, Estado do Rio Grande do Sul. Nessa cidade realiza-se desde 1988 a *Oktoberfest de Igrejinha*, como brevemente retratado na introdução.

2.1 Histórico da cidade de Igrejinha – RS

A cidade de Igrejinha localiza-se no Vale do Paranhana, Estado do Rio Grande do Sul, e tem, segundo estimativa do IBGE (2020) cerca de 37.340 habitantes. O Portal IBGE (2021) informa ainda que a cidade é um polo fabricante de calçados.

O avanço dos imigrantes para regiões como o Vale do Paranhana é relatado por Engelmann (2005, p. 115): "o ano de 1846 marca o nascimento da colônia de Santa Maria do Mundo Novo, compreendendo uma área que se estendia de Sander a Taquara, [...]". Os primeiros colonizadores da região subiam o Rio dos Sinos em busca de terras para se instalarem.

Nas linhas abaixo, percebe-se como ocorriam as negociações das terras e mercadorias produzidas:

> Eram-lhes oferecidas grandes áreas de terra por preços baixos e os que pagavam em espécie ainda recebiam desconto de 10% sobre o valor. Evidentemente, porém, quanto menor o valor pago pelas terras, mais difícil seu acesso e, em consequência, muito mais complicada a comercialização das futuras produções, já que o rio era a única forma de escoamento da produção da época, pois toda a colônia ainda era de matas virgens e de difícil acesso. Em botes construídos de madeira, a produção da terra era transportada até um moinho de Sapiranga, de onde seguia para São Leopoldo (ENGELMANN, 2005, p. 115).

Em 1850, registros apontam que na região de Igrejinha, chamada na época de Média Santa Maria e Judengasse, já estavam estabelecidas famílias como Schäefer, Koetz, Müller, Jung, Stumpf, Kirsch, dentre outros citados por Engelmann (2005) em seus estudos.

Superadas as dificuldades iniciais na região onde hoje fica o município de Igrejinha, os imigrantes organizaram sua educação e religiosidade. Em 1866, nas palavras de Engelmann (2005, p. 117), "[...] já se registravam 6 escolas na região com um total de 289 crianças inscritas". Narra Engelmann (2005) que, na área espiritual, a partir de 1850, os pastores Recke, de Campo Bom, e Haesbert, de Hamburgo Velho, reuniam os moradores em casas das famílias, em intervalos de 3 a 4 meses, quando cumpriam as formalidades religiosas. Sepultamentos eram atendidos pelos professores dos vilarejos. Havia, entretanto, a necessidade de intensificar os trabalhos religiosos. Dessa forma, os colonos escolhiam entre si próprios aqueles que poderiam ser pastores. Um dos escolhidos foi um alfaiate de nome Cristoph Schäfer. Relata Engelmann (2005) que houve uma divisão na Igreja, restando ao pastor Haesbert somente 40 famílias. As rusgas somente cessaram com a chegada de ordens superiores da Igreja. O marco mais forte da união de forças se deu com o início da construção do prédio da igreja, por volta de 1860. Segundo Engelmann (2005), o colono Friedrich Feller deu a madeira, Philipp Renck e Franz Koch colocaram suas carretas à disposição para as obras e Johaness Dreher doou a área de terra. Outros colonos auxiliaram com a mão de obra. O prédio, "[...] de madeira

simples, de enxaimel (Fachwerkkirche) [...] serviu como elo de ligação e união de um povo por um mesmo propósito" (ENGELMANN, 2005, p. 117).

A Igreja foi então inaugurada em 1863. O ano de 1862 (construção da igreja) foi considerado como ano de fundação da comunidade. Engelmann (2005, p. 117) relata que "[...] até 1874, esta era a única igreja em toda a região de Santa Maria do Mundo Novo [...]". Devido à construção dessa pequena igreja, que acabou por reagrupar uma comunidade dividida, nascia a cidade de Igrejinha, conforme os relatos de Engelmann (2005).

Passadas algumas décadas, em 1º de janeiro de 1935, no município de Taquara, foi assinado pelo prefeito da época, Cel. Theobaldo Fleck, o Ato Municipal nº. 01, quando foi criado o 8º distrito de Taquara, com o nome de Igrejinha, que passou a ser vila, conforme relatam Sander e Mohr (2004).

O movimento emancipacionista e consequentemente o desmembramento do município de Taquara iniciaria alguns anos mais tarde, como verificado nas linhas seguintes:

> Em 8 de outubro de 1961 reuniu-se na Sociedade União de Cantores de Igrejinha (SUCI) um grupo de emancipacionistas para eleger uma comissão que representaria o município junto ao Governo Estadual, levando a ideia de emancipação. O presidente eleito para esta comissão foi Selson Flesch.
> Em 1º de junho de 1964, sob a lei nº 4733, sancionada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, criou-se o Município de Igrejinha.
> Em 9 de fevereiro de 1965, ocorreu a instalação do município, após os trâmites legais. A partir daí a população igrejinhense mobilizou-se para eleger o primeiro prefeito e os primeiros vereadores. Houve apenas um candidato a prefeito. Segundo o IBGE, havia no município 6290 habitantes, sendo que 1652 escolheram para prefeito João Darcy Rheinheimer e para vice Oscar Schaeffer. Estes exerceram o primeiro mandato do Executivo Municipal de janeiro de 1965 a janeiro de 1969 (SANDER e MOHR, 2004, p. 15).

Apresentados os aspectos relacionados à cidade de Igrejinha, apresentam-se dados sobre a *Oktoberfest de Igrejinha*, desde sua criação, em 1988.

2.2 A *Oktoberfest* De Igrejinha

Com forte influência da cultura germânica, Igrejinha incorporou à sua cultura local uma série de elementos relacionados à Alemanha, como percebe-se na arquitetura de alguns prédios, nos ofícios, na prática e uso de dialetos da língua alemã, nas sociedades de canto, nas práticas culturais como grupos de tiro, de bolão, de danças folclóricas, em bailes de *kerb*, dentre outras características.

Assim, com o propósito de resgatar a cultura alemã e promover a integração de seus moradores, criou-se, em Igrejinha, no ano de 1988, a *Oktoberfest de Igrejinha*, ocasião em que aproximadamente 34.000 pessoas compareceram ao evento, conforme registros da AMIFEST, entidade que coordena o evento desde 1994.

Krupp (2008, p. 03) comenta que "a ideia da Oktoberfest, sem dúvida, foi do ex-gerente da Caixa, Osvaldo Jungblut, que foi também o primeiro presidente da festa". Krupp (2008, p. 03) ainda destaca que "[…] quem deu forma e viabilizou a ideia na verdade, e implantou a Oktoberfest de Igrejinha, foi o prefeito Lauri Krause [...]".

Com o crescimento gradual da festa, percebeu-se a necessidade de criar uma entidade jurídica para a organização do evento. No trecho seguinte, destaca-se a criação da AMIFEST, entidade que passou a organizar a Oktoberfest desde então:

> […] em agosto de 1994, a comunidade criou a Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha – AMIFEST, cuja diretoria é composta por pessoas que trabalham voluntariamente na organização das atividades, reunindo-se em comissões responsáveis pela realização dos eventos (PORTAL 22ª OKTOBERFEST DE IGREJINHA, 2009).

Entre as finalidades da AMIFEST, contidas no artigo 4º de seus estatutos sociais, estão:

> I – Promover, anualmente, no mês de outubro, uma festa popular denominada **OKTOBERFEST**, já tradicionalmente consagrada, desde 1988, bem como os demais eventos necessários e/ou relacionados com a realização da festa, buscando ampliar, desenvolver e difundir os usos e costumes da Comunidade local, e de seus antepassados;
> II – Incrementar o desenvolvimento da Comunidade em geral, enfocando os aspectos sociais, culturais, de filantropia e congêneres, no âmbito Regional;
> [...]
> **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A OKTOBERFEST é uma festa de caráter comunitário – beneficente, seus organizadores e responsáveis são membros integrantes da Comunidade em geral, mantendo estreita relação com as finalidades da AMIFEST, que tem como objetivo social a preservação da sua existência e manutenção dos usos, costumes e tradições da Comunidade.
> **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Operados os resultados das receitas e despesa, investimentos presentes e futuros e formado um fundo de reserva, a Diretoria irá deliberar sobre os valores que serão revertidos para as entidades locais, bem como outras que tenham contribuído para a realização do evento, os quais deverão ser voltados para fins sociais e de interesse comunitário. (ESTATUTOS SOCIAIS DA AMIFEST, 2008, grifos do autor).

A partir da criação da AMIFEST, cada vez mais a entidade passou a vincular a imagem do voluntariado às ações desenvolvidas pela organização, destacando a participação comunitária.

Até o ano de 2019, quando ocorreu a 32ª da *Oktoberfest de Igrejinha*, em informações levantadas junto à diretoria da entidade, a AMIFEST distribuiu para a

comunidade do Vale do Paranhana (que contempla as cidades de Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas) cerca de R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais), para entidades de diferentes áreas, como segurança, saúde, educação, assistência social, cultura, dentre outros. Cerca de 3.000 voluntários atuam na festa anualmente. A *Oktoberfest de Igrejinha* é Patrimônio Cultural do RS desde 2007, conforme declaração da Assembleia Legislativa; foi vencedora do Prêmio Líderes & Vencedores 2016 na categoria Destaque Comunitário (evento organizado pela FEDERASUL e Assembleia Legislativa do RS); e foi vencedora do Prêmio Top de Marketing 2018 na categoria Desenvolvimento Social (evento promovido pela ADVB/RS).

A AMIFEST também funciona como um agente propagador do princípio da solidariedade, por meio do Projeto de Socialização, que já beneficiou mais de 300.000 pessoas. Este projeto, existente desde 2012, estimula grupos e pessoas com objetivos em comum a reunirem-se e realizar atividades em benefício da sociedade (antes do período da festa), promovendo ações solidárias.

Os diferentes segmentos que participam da *Oktoberfest de Igrejinha* recebem uma atenção especial, com dias e atrações criados especialmente para estes públicos, no período da festa: *Kindertag* – Dia dedicado às crianças; *Seniorentag* – Dia dedicado à Terceira Idade; além do *Besonderentag* – Dia dedicado aos portadores de necessidades especiais. Durante o evento, também são promovidas muitas outras atividades, abrangendo diversos tipos de públicos. Na cultura, a manutenção dos costumes dos colonizadores do Paranhana é promovida com apresentações folclóricas; recriação de uma Vila Germânica; realização de jogos germânicos; espaços de convívio e atividades disseminando a cultura típica, como o *Bier Platz* e o *Bierwagen* – veículo que distribui chopp - e os desfiles temáticos, este envolvendo sobretudo a comunidade escolar.

Realizada de forma ininterrupta desde 1988, a edição de número 33, programada para ocorrer em outubro de 2020, acabou transferida por conta da pandemia de COVID-19.

A partir das abordagens realizadas, passa-se às análises relacionadas à Oktoberfest de Igrejinha.

3 Análise da imigração alemã e da Oktoberfest de Igrejinha

Pela análise dos autores presentes neste artigo, torna-se evidente que uma série de fatores influenciou à vinda de imigrantes de diferentes nacionalidades para o Brasil.

Motivados pela possibilidade de uma vida nova, especialmente por conta das dificuldades existentes nas terras europeias, cruzar o Atlântico rumo às terras brasileiras foi uma escolha de muitas pessoas e até mesmo famílias. Convém ressaltar que houve uma propaganda demasiada, especialmente por parte do Império Brasileiro, interessado em trazer os imigrantes, sendo que a realidade imposta aos recém chegados foi bem diferente do que se esperava.

Com um certo isolamento nas novas terras, muitos costumes permaneceram dentre os imigrantes alemães, objeto deste estudo. Alguns destes costumes, mesmo com o entrosamento e adaptações aos costumes existentes no Brasil, permaneceram nas gerações seguintes, o que permitiu a criação de eventos e atividades ligados à cultura alemã e sua preservação, como é o caso da *Oktoberfest de Igrejinha.*

Bem relatado por autores como Engelmann (2004) e Ribeiro (2015), muitas das comunidades recém-formadas agruparam-se em torno de escolas, do comércio e das igrejas. Isso aconteceu inclusive na cidade de Igrejinha, que nos seus primórdios surgiu de uma aglutinação em torno de uma agremiação religiosa, fato que inspirou inclusive o nome da cidade.

A vida difícil e com obstáculos exigiu dos imigrantes esforços e dedicação, conforme os relatos de Ribeiro. De forma semelhante, a transformação da *Oktoberfest de Igrejinha* em um evento de porte considerável exigiu um grande esforço dos seus voluntários, transformando o evento em uma das maiores festas comunitárias do país. Destaca-se aqui outro ponto: a constituição de objetivos comuns, que exigem união de esforços para sua realização, tais quais as primeiras atividades dos imigrantes em terras brasileiras. A união de esforços e dedicação dos primeiros imigrantes pode ser comparada a força voluntária que move a *Oktoberfest* dos dias atuais.

Voltando a falar da abordagem usada para motivar os imigrantes a cruzarem os mares em direção ao Brasil, demasiada e sem entregar tudo o que era prometido, por outro lado a Oktoberfest de Igrejinha adotou a transparência como um de seus princípios balizadores, que somou-se a ideia inicial de preservação de cultura e os princípios da diversão, da responsabilidade social, da solidariedade e voluntariado.

Mesmo com desafios, os imigrantes alemães foram agentes participantes ativos da construção de uma realidade e da formação da cultura brasileira, a exemplo de outras etnias que também imigraram para o Brasil, como italianos, japoneses, poloneses e tantos outros. A vida em terras brasileiras exigiu dos imigrantes, independentemente de sua origem, na maioria das vezes, persistência, dedicação e trabalho.

Realizadas as considerações estabelecendo análises entre os aspectos históricos da *Oktoberfest de Igrejinha* e bibliografias referenciais para este estudo, apresenta-se na sequência as considerações finais.

4 Conclusão

A cultura que cruzou os mares, da Europa para o Brasil, na "bagagem" dos primeiros imigrantes, inclusive os alemães, permaneceu, mesmo adaptada, dentre os recém-chegados. Em terras brasileiras, uma série de fatores permitiu que a cultura alemã continuasse sendo cultivada através de gerações posteriores. É fato que houve adaptações com o passar do tempo, mas características germânicas ainda são muito presentes em comunidades brasileiras, especialmente na região Sul do Brasil.

A cultura germânica foi um dos motivos que inspirou a criação, em 1988, da *Oktoberfest de Igrejinha*, evento que até 2019 somava 32 edições. Números expressivos confirmam a importância do evento, como os 3.000 voluntários envolvidos e os R$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais) distribuídos em forma de repasse para a comunidade regional, consideradas todas as edições.

Tal qual a força que inspirou os primeiros imigrantes, a mesma força parece motivar os voluntários do evento realizado em solo igrejinhense. Outra comparação pertinente é quanto ao esforço necessário para o atingimento de objetivos.

Bem relatado nos referenciais bibliográficos que auxiliaram neste artigo, a aglutinação em torno do comércio, da escola e da igreja foi um dos fatores que culminou com a criação da comunidade de Igrejinha. Tão presente na vida dos primeiros imigrantes, a religiosidade acabou por influenciar até o nome da cidade que sedia a *Oktoberfest de Igrejinha.*

O evento igrejinhense já foi objeto de muitos estudos acadêmicos, e a extensão de assuntos e temas relacionados pode ser objeto de diferentes estudos. A presença de elementos da cultura germânica até os momentos atuais é agregada de outros aspectos, como a cultura do voluntariado que se formou em Igrejinha, mobilizando toda uma comunidade.

Interessante finalizar salientando a característica primordial que levou à criação da Oktoberfest de Igrejinha: a manutenção da cultura alemã. Deste importante propósito, surgiu um dos maiores eventos solidários do país, referência em diferentes aspectos, mas sobretudo no voluntariado e união, agregando princípios altruístas a um evento inspirado

na cultura dos primeiros imigrantes alemães que, assim como outras nacionalidades, contribuíram para a formação de uma cultura diversificada como a cultura brasileira.

Referências

AMIFEST. **Oktoberfest de Igrejinha**: Onde o amor vira festa. 2018.

ENGELMANN, Erni Guilherme. **A saga dos alemães**: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha: E. G. Engelmann, 2004. 3 v, v. 1.

ENGELMANN, Erni Guilherme. **A saga dos alemães**: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha: E. G. Engelmann, 2005. 3 v, v. 2.

ESTATUTOS SOCIAIS DA AMIFEST – Associação dos Amigos da Oktoberfest de Igrejinha. Igrejinha, 1 dez. 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/igrejinha.html. Acesso em: 18 mai. 2021.

KRUPP, Arno. Ex-vereador de Igrejinha faz um relato compacto da história de Igrejinha. **Jornal RS 115**, Igrejinha, 20 jun. 2008, p. 03.

OKTOBERFEST DE IGREJINHA. Disponível em: https://www.oktoberfest.org.br/. Acesso em: 02 mai. 2021.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo, Global, 2015.

SANDER, Berenice Fulber; MOHR, Flávia Corso (Org). **Igrejinha:** uma história em construção. Igrejinha: Prefeitura Municipal de Igrejinha, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil:** uma biografia**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AS IGREJAS DE PORTO NOVO: SIMBOLOGIA DA ARQUITETURA ENXAIMEL E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO TEUTO-BRASILEIRO

Douglas Orestes Franzen[1]

1 Introdução

As igrejas em madeira são símbolo de uma época para a colonização Porto Novo, atual Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis no extremo oeste de Santa Catarina. Como símbolo da paisagem, sintetizam a religiosidade tão característica da colonização étnica e confessional que se desenvolveu a partir de 1926 sob a égide da etnicidade germânica e da religiosidade católica. Como representação arquitetônica sintetizam a singularidade da arquitetura enxaimel, aspecto que as tornam muito significativas no contexto da valorização dos elementos históricos e patrimoniais.

As igrejas em madeira construídas a partir da arquitetura enxaimel são muito expressivas e possuem um valor arquitetônico singular. Por isso, entende-se de que devam receber uma atenção especial no que tange ao resgate das técnicas construtivas e da vinculação patrimonial a elas atribuída.

A proposta do estudo é de compreender o processo de colonização de Itapiranga a partir de suas especificidades étnicas vinculando essa dimensão com a formação da paisagem dos núcleos coloniais, onde a igreja ocupou e ainda ocupa um papel de destaque.

A hipótese que se defende é de que o enxaimel é uma técnica construtiva que possui vínculo com a história e com as tradições culturais, por isso denota um valor patrimonial, bem como, entende-se de que essa técnica vernacular não está inerte a sua temporalidade histórica, e sim, apresenta a possibilidade de uma adequação às novas possibilidades contemporâneas da arquitetura.

2 A colonização Porto Novo: uma identidade histórica

O projeto de colonização Porto Novo foi idealizado pela Sociedade União Popular, denominada em alemão de *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e

[1] Doutor em História. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff. Membro do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Teuto-Brasileiro. Email: douglas@uceff.edu.br.

social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928, a colonização recebeu o nome de Itapiranga, atual nome do município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A *Volksverein für die deutschen Katholiken von Rio Grande do Sul* não era necessariamente uma empresa de colonização. Era, na verdade, uma entidade associativa fundada para dar assistência à população de descendência alemã e católica no Sul do Brasil. Essa associação chegou a ter no período da Primeira Guerra Mundial cerca de oito mil associados.[2]

A característica do empreendimento Porto Novo era de aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica. Nesse sentido, famílias originárias das colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina compraram terras nessa colônia em busca de novas fronteiras agrícolas, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica-política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

O processo de fundação da colônia Porto Novo promoveu a transferência de um local para outro de uma bagagem cultural alicerçada em sujeitos através de uma estrutura socioeconômica e cultural que esses sujeitos trataram de transportar de seu local de origem através das instituições, organizações e no seu estilo de vida. O processo de migração/imigração é bastante complexo, envolve subjetividades e construção de vínculos trans territoriais, onde a cultura, os padrões de vida, as redes simbólicas de sociabilidade se ressignificam pela transposição territorial, quando o ato de deixar uma região para se estabelecer em outra simboliza uma perda, mas também um ganho, uma nova vida, um novo desafio de construir um destino num novo espaço, muitas vezes inóspito e distante. Essa bagagem cultural e social dos migrantes adaptou-se ao meio, às limitações do isolamento percebido no período no extremo oeste catarinense, fazendo com que os sujeitos construíssem uma nova identidade, com fortes traços herdados das colônias de origem, mas com uma nova dinâmica estrutural.

---

[2] A Sociedade União Popular – *Volksverein* – criada no ano de 1912 em Venâncio Aires, teve como objetivo principal dar suporte cultural, educacional, religioso e assistencial aos colonos alemães do Sul do Brasil, frente a vulnerabilidade social e política em que se encontravam no período. Seus líderes mais destacados foram o Pe. Theodor Amstad e Pe. João Rick. Caracterizou-se como uma entidade notadamente étnica e confessional.

De maneira geral podemos sintetizar a origem dos colonizadores de Porto Novo sob duas perspectivas. A primeira das famílias imigrantes originárias da Alemanha e de colônias alemãs europeias como da região da Bessarábia, os *Deutschrumänen*, e do vale do Rio Danúbio na Iugoslávia, os *Donauschwaben* (JUNGBLUT, 2000). Essas famílias deixaram a Europa motivadas por questões econômicas, políticas e territoriais do cenário conturbado das décadas de 1920 e 1930, sendo significativo o número de imigrantes que se estabeleceram em Porto Novo, principalmente por intermédio de agenciadores e de influência dos padres jesuítas e da *Volksverein* nesses processos imigratórios. A segunda, composta de famílias descendentes da primeira geração de imigrantes alemães do século XIX que se estabeleceram nas colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essas famílias já estavam adaptadas ao território e ao clima brasileiro e deixaram suas regiões de origem motivadas principalmente pela questão fundiária e a degradação das relações produtivas, pela escassez de terras e limitações produtivas (ROCHE, 1969). Além disso, muitas famílias compraram terras em Porto Novo motivados pela propaganda de prosperidade, fartura territorial, de solo e de riqueza natural, além do atrativo étnico e cultural do catolicismo e da germanidade (MAYER, 2016).

Na concepção de Woortmann (1994) a migração de uma colônia velha para uma colônia nova seria um processo de dispersão que minimizaria a pressão demográfica nas primeiras, "fazendo com que o mesmo processo que produz a colônia nova reproduza a colônia velha" (WOORTMANN, 1994, p. 182). Ou seja, nesse processo migratório se reconfiguram conhecimento e vivências simbólicas que estruturam padrões de vida e de compreensões espaço-temporais.

A colonização Porto Novo foi organizada da forma que fossem vendidos lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares. Para a ocupação do território foram planejados centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, e em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos. A partir desses núcleos comunitários que se irradiavam as linhas coloniais, onde se assentavam as propriedades agrícolas e as famílias que adquiriam um lote, elemento que se repetiu em grande parte das colonizações alemãs no Sul do Brasil. Da mesma forma idealizados núcleos urbanos, que se formataram mais tarde nas sedes dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.

3 A arquitetura colonial e a identidade germânica

Simbolicamente o projeto de colonização inseriu um padrão de sociedade no território. De maneira geral, os projetos de colonização implantados no Oeste de Santa Catarina foram coordenados por empresas de colonização que recebiam as terras por concessão do Estado ou através da compra de glebas que eram divididas em lotes coloniais para a venda às famílias colonizadoras. Esse processo de ocupação do território foi diverso, mas há alguns elementos de formação de nichos étnico-culturais de ascendência germânica, como, por exemplo, a colonização de Porto Feliz, atualmente município de Mondaí, que inicialmente fora idealizada para ser uma colonização de alemães de confissão evangélica sob coordenação da empresa Chapecó-Pepery e também na colonização do município de São Carlos, onde se instalaram diversas famílias de origem alemã bem de teuto-russos na comunidade interiorana de Aguinhas. Esses nichos étnicos se formatam pela sociabilidade comunitária, pela influência familiar na aquisição de terras e pela identidade étnica-cultural.

Como atividade econômica inicial e obviamente como uma necessidade de ocupação do espaço, pode-se destacar a exploração da madeira muito vasta na região. A exploração da madeira movimentou um dos primeiros ciclos econômicos regionais fornecendo matéria prima para as edificações e para a comercialização. Esse ciclo econômico movimentou um capital financeiro considerável e colaborou enormemente na estruturação da economia regional (BAVARESCO, 2005). Além do potencial econômico, a exploração da madeira serviu de suporte para a constituição de um padrão arquitetônico local, principalmente residencial e de estruturação da propriedade como o paiol, o galpão e o estábulo. Grande parte das edificações construídas nas primeiras décadas eram feitas de madeira, principalmente com madeiras com durabilidade e qualidade para tal.

Da mesma forma também nos interessa a dimensão do patrimônio imaterial do colonizador, ou seja, seu conhecimento sobre edificações e ocupação do território. A migração para Porto Novo exigiu uma adequação das famílias às limitações e potencialidades do território, tanto na abertura das zonas de colonização e derrubada da mata, bem como na assimilação de um novo padrão de vida diante da realidade e dos recursos disponíveis. Isso formatou uma simbiose entre a personalidade do colonizador e a natureza local, formatando uma relação de complementaridade. Há de se destacar que para as famílias colonizadoras foram muito importantes os conhecimentos dos caboclos e posseiros que viviam na região, conhecedores dos recursos naturais locais.

4 Síntese da arquitetura enxaimel: sua relevância patrimonial

O estilo enxaimel, ou *Fachwerk*, é um padrão arquitetônico atribuído historicamente às regiões germânicas da Europa central, mas não se limita a essa região. Segundo Weimer (2005) o *Fachwerkbau* designa um padrão construtivo centenário, originário da sociedade feudal, em que as paredes são estruturadas por um tramado de madeira onde as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si, em que os tramos são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedra, tijolos, ou outro material que torne possível a vedação das paredes. O enxaimel europeu passou por processos de readaptação e reconfiguração ao longo dos tempos, reflexo da disponibilidade de recursos e das limitações na exploração da madeira para a construção civil. Paulatinamente foram agregados elementos estruturais, como blocos de pedra e no século XIX a alvenaria. Mas é preciso destacar de que o enxaimel é de relevância estrutural, como uma técnica construtiva. O elemento estético é uma consequência dessa premissa.

Assim, a priori concordamos com Weimer (2005) e Wittmann (2019) de que o enxaimel é uma técnica construtiva, onde a plástica caracterizante de tal padrão arquitetônico se torna uma consequência de tal postulado. Ou seja, é preciso criar uma consciência de que o enxaimel é muito mais do que meramente aquela imagem romântica que se constitui de uma casa formada por um tramado de madeira com paredes compostas de tijolos à vista. O enxaimel, sendo essencialmente uma técnica de construção, parte do princípio da estrutura onde a plástica é uma composição final do processo, não a sua essência.

Conforme Wittmann (2019, p. 120),

> Observando a linha histórica da civilização e constatando como todos os períodos desta, desde o momento em que o homem se fixou como agricultor e pastor no território da atual Alemanha, como também o fez, em outros locais do planeta, em diferentes contextos (períodos históricos, práticas e locais) a técnica construtiva enxaimel, no momento atual é o resultado de uma evolução tecnológica e de materiais da casa de madeira primitiva[...] Paulatinamente foi adaptada tanto às diferentes regiões do continente, em diferentes tempos, de acordo com a disponibilidade e tipos de materiais disponíveis, quanto às práticas dos homens que construíam estas casas.

Ao longo dos tempos essas construções foram recebendo novas adequações e elementos conforme a disponibilidade de materiais ou as necessidades climáticas e naturais, bem como a sua diversificação de usos, gostos e práticas sociais e culturais, mas sem perder a sua essência: a estrutura em madeira, independente das paredes e dos

fechamentos (WITTMANN, 2019). O senso comum atribui o enxaimel como uma prática arquitetônica caraterística somente das regiões germânicas, como Alemanha, Áustria e Suíça, mas, no entanto, essa concepção construtiva se disseminou pelo mundo e por variadas culturas sendo um princípio construtivo. Mas, temos de admitir de que o enxaimel ganha notoriedade pela sua ligação com as culturas germânicas do centro da Europa e das colônias fundadas pelos imigrantes que dali partiu para os outros continentes.

Diversos elementos estruturantes compõe a arquitetura enxaimel como os baldrames, os frechais e as tesouras como componentes do telhado, a composição dos esteios e os barrotes para escoras da estrutura. O sistema alemânico, por exemplo, é caracterizado por um afastamento maior dos esteios principais, o que exige um vigamento horizontal maior. Diferentemente do sistema franco, onde os esteios estão mais próximos e as escoras possuem leves ondulações. Os contraventamentos ocorrem nas três tipologias do enxaimel e oferecem maior estabilidade e rigidez à estrutura (GISLON, 2013).

É importante destacar também de que o enxaimel possui um programa bem amplo de aplicação, que vão desde residências com uma volumetria e escala mais reduzida e modesta a edificações de maior porte, com uma verticalidade mais expressiva. Além de ser aplicado em edificações, o enxaimel como técnica construtiva e conhecimento vernacular de uso da madeira, pode ser percebido em peças de mobiliário e em variadas formas de construtivas de aplicabilidade da carpintaria (WITTMANN, 2019).

Para o momento queremos considerar o fato de que esse partido construtivo veio para o Brasil junto com os imigrantes e se manifestou em diversas regiões de colonização germânica. No entanto, é preciso ter ciência de que houve a necessidade da adaptação do sistema construtivo às limitações impostas pelo meio, pela disponibilidade de matéria prima e pelas exigências climáticas. Apesar da ocorrência do frio na Região Sul do Brasil, as altas temperaturas que também ali ocorrem exigiram novos processos arquitetônicos, como a varanda por exemplo.

Outro fator que é preciso considerar é a relevância patrimonial do enxaimel como símbolo cultural e de relevância paisagística. Primeiro porque se trata de um conhecimento milenar de construir em carpintaria, um trabalho que vincula práticas de saber fazer, de conhecimento e de técnica de trabalho constituindo um símbolo de relevância material e imaterial. Segundo porque caracteriza o processo de formação da paisagem, porque o enxaimel se conecta com o ambiente natural. A casa do colono alemão, por exemplo, se conecta na cultura do *Hof*, termo que não pode ser traduzido

literalmente, mas que designa o conjunto de funções que identificam o espaço da propriedade agrícola, compondo-se da residência, das benfeitorias, da horta, do pomar e do pátio (WEIMER, 2005).

5 As igrejas enxaimel: ponto focal da paisagem

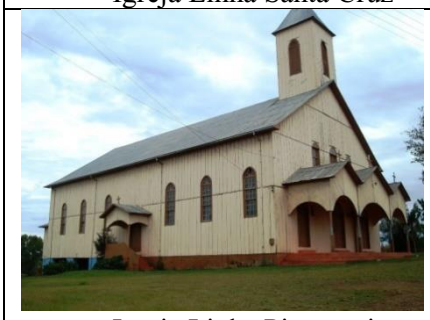
A arquitetura em madeira representou um padrão construtivo muito comum em Porto Novo. Em primeiro lugar pela exuberância da matéria prima e em segundo por se tratar de uma manifestação muito comum pelo baixo custo construtivo em relação às edificações de alvenaria além de sintetizar um conhecimento de valor cultural. Nesse sentido diversas igrejas foram construídas em madeira na antiga colônia Porto Novo.

A igreja desempenha um caráter de relevância simbólica por representar, de maneira geral, o elemento comunitário de referência para grande parte dos núcleos coloniais, geralmente localizada em um espaço de destaque com um aclive acentuado e pela sua volumetria singular, o que a diferencia das demais edificações. Por isso a arquitetura das igrejas simboliza o ponto focal da paisagem no contexto dos núcleos comunitários.

Apresentamos um panorama das edificações que foram mapeadas e consideradas para esse estudo, sendo que muitas igrejas em madeira foram demolidas ao longo do tempo, principalmente para dar lugar às igrejas de alvenaria. Consideramos nesse panorama as igrejas que possuem referencial de arquitetura enxaimel. Os exemplares elencados não possuem a estrutura enxaimel aparente, sendo ocultada pelo fechamento com tábuas.

Tabela 1 – Panorama de igrejas enxaimel da Colonização Porto Novo (Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis).

Igreja	Localização	Construção	Situação atual
 Igreja Matriz São João do Oeste	São João do Oeste	1945-1948	Bem conservada e utilizada pela comunidade. Possui elementos de enxaimel na estrutura e no campanário
	Linha Jaboticaba, São João do Oeste	1936	Demolida

Igreja Linha Jaboticaba			
 Igreja São Rafael	Linha Popi, Itapiranga	1950-1952	Bem conservada e utilizada pela comunidade. Possui elementos de enxaimel na estrutura.
 Antiga Igreja Matriz Itapiranga	Itapiranga	1929	Antiga edificação hoje é depósito de uma casa comercial. Mal conservada. Possui elementos de enxaimel na estrutura.
 Igreja Linha Macuco	Linha Macuco, São João do Oeste	1948	Bem conservada e utilizada pela comunidade. Possui elementos de enxaimel na estrutura.
 Igreja Linha Santa Cruz	Linha Santa Cruz, Itapiranga		Bem conservada e utilizada pela comunidade. Possui elementos do enxaimel na estrutura
 Igreja Linha Pitangueira	Linha Pitangueira, Tunápolis		Demolida

 Igreja Presidente Linha Becker	Linha Becker, Itapiranga	1937	Demolida

A Igreja São Rafael, por exemplo, foi construída entre os anos de 1950 e 1952. O mestre carpinteiro da obra foi Reinoldo Goetz. A comunidade se engajou na construção da igreja, tanto na doação e coleta de madeira, na construção através de mão de obra voluntária (na cultura popular se chamava esse trabalho voluntário e *Frohnarbeit*, algo como um trabalho comunitário obrigatório). Para a estrutura foi utilizada a madeira da Cabreúva (*Myrocarpus frondosus)*, a Canafístula (*Peltophorum dubium*) e o Pinus (*Pinus elliottii)* para o fechamento de tábuas.

Na imagem 1 observamos a estrutura enxaimel num flagrante de sua construção em 1952, com uma perspectiva frontal (1) e lateral (2). Podemos visualizar os esteios na nave central em peça única de aproximadamente 11 metros de altura. De forma longitudinal observam-se os baldrames encaixados com os esteios e escoras. Nas duas torres também observamos os encaixes estruturais caracterizantes do enxaimel.

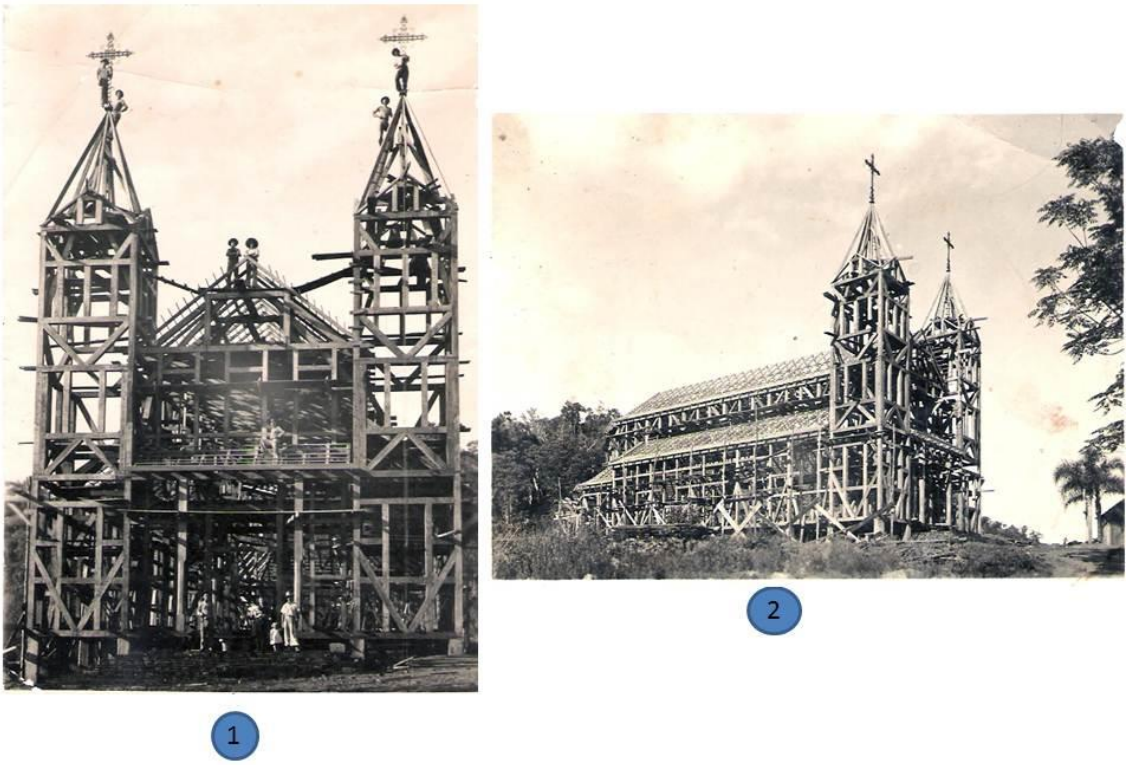


Figura 1 - Igreja São Rafael, detalhes construtivos.

Fonte: Arquivo da Comunidade São Rafael. Adaptado pelo autor. 2020.

Na construção da igreja de Linha Becker, construída em 1937, podemos perceber a estrutura do enxaimel bastante evidente. A comunidade de Linha Presidente Becker recebeu uma grande leva de imigrantes alemães na década e 1930, formando um nicho étnico bastante considerável de cultura alemã (SCHNEIDER, 2019). A primeira igreja (Imagem 2) foi destruída por uma tempestade e a comunidade construiu uma nova igreja também no padrão enxaimel.



Figura 2 – Detalhe da construção da Igreja enxaimel de Linha Presidente Becker na década de 1930.
Fonte: Arquivo da comunidade.

A igreja de São João do Oeste é um exemplar enxaimel ainda presente na paisagem. Foi construída entre 1945 e 1948 apresentando toda a sua estrutura em madeira. Mesmo não estando aparente na igreja, o enxaimel pode ser percebido também no campanário em anexo.



Figura 3 - Igreja de São João do Oeste com campanário enxaimel
Fonte: Arquivo do Autor. 2020

6 Conclusão

A história da colonização de Porto Novo reflete um padrão cultural que torna sua identidade germânica muito representativa. Nesse sentido, o processo de formação da colônia constituiu um processo sociocultural que formou uma gênese étnica que se manifesta atualmente nas tradições, nos valores e nos símbolos culturais.

Dentre esses símbolos, destacamos aqui as igrejas enxaimel que foram construídas ao longo do processo de desenvolvimento da colônia, muitas delas já não mais presentes na paisagem e outras ainda vivas no contexto atual como símbolo de uma identidade histórica da arquitetura em madeira. Assim, destacamos aqui a relevância dessas igrejas para a dimensão patrimonial e como tal, merecem uma valorização pela sua dimensão simbólica e pela relevância paisagística que desempenham no contexto local.

Dessa forma o estudo buscou discutir a importância da arquitetura enxaimel como símbolo de identidade germânica que se vincula à história e à cultura, tanto na sua dimensão material como manifesto arquitetônico, bem como, um saber edificar a partir da técnica construtiva enxaimel, constituindo um valor de conhecimento vernacular.

Referências

BADALOTTI, Claudine M. **Arquitetura, etnicidade e patrimônio:** as construções da imigração italiana na Rota dos Caminhos de Pedra no Rio Grande do Sul. 2015.

Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

BAVARESCO, Paulo. **Ciclos econômicos regionais:** modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.

GISLON, Jacinta Milanez. **A invenção da cidade germânica:** tradição, memória e identidade na arquitetura contemporânea de Forquilhinha-SC. Florianópolis. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFSC, 2013.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura:** o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 2009.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro:** a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

RUSCHEINSKY, Elena W. **"Uma vez" falando em alemão:** o uso da variante no português falado em Itapiranga e São João do Oeste-SC. 118 f. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFFS, Chapecó, 2014.

SCHNEIDER, Maikel Gustavo. **Talvez eu nunca mais veja minha terra natal:** a trajetória de imigrantes alemães na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942). São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim:** um estudo de desenvolvimento. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SPOHR, P. Inácio. **História das casas**: um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil – Paróquia São Pedro Canísio Itapiranga/SC. Porto Alegre: Padre Reus, 2016.

WEIMER, Günter. **A arquitetura popular da imigração alemã.** 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

WITTMANN, Angelina. **Fachwerk**: a técnica construtiva enxaimel. Blumenau: AmoLer Editora, 2019.

WERLE, André Carlos. **Porto Novo**: o reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina. Curitiba: CRV, 2011.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Hucitec, 1994

ALTO FELIZ: UMA LEITURA DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Laís Specht Schütz[1]

1 Introdução

O conceito de patrimônio, sob a ótica do senso comum, costuma estar vinculado à ideia de herança, de bens de valor. No entanto, publicações e artigos de cunho científico destacam que patrimônio cultural "são todas as expressões de natureza cultural representativas de um povo e que carregam testemunhos da sua história." (SCHNEIDER, 2013, p. 15). Ademais, de acordo com o Artigo 216 da Constituição de 1988, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira." (BRASIL, 1988).

O governo federal brasileiro, reconhecendo a relevância do patrimônio cultural para a formação da sociedade brasileira e preocupado em proteger a memória e a história do povo brasileiro, criou, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Atualmente, o órgão denomina-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Brasil, as primeiras ações educativas no âmbito cultural surgiram nesse período. No início, o desejo de preservação do patrimônio nacional esteve vinculado aos bens de natureza material (edificações). Somente no final do século XX, com a ampliação do conceito de patrimônio, a iniciativa passou a englobar os bens de natureza imaterial nas ações de preservação, tombamento e registro.

Desde sua criação, o IPHAN destacou a relevância da educação como ferramenta que contribui para salvaguardar os bens culturais. Horta, Grunberg e Monteiro (1999), destacam que a educação patrimonial é um processo educativo sistemático e permanente, que visa ao conhecimento por meio da experiência e do contato com as diferentes manifestações da cultura.

Entendendo que o patrimônio cultural possibilita a reconstrução simbólica de memórias, a valorização da cultura e o fomento de sentimentos de pertencimento, o presente artigo propõe-se a pensar as possíveis relações que os atores privados e o poder

[1] Graduada em Pedagogia pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora da Rede Municipal de Alto Feliz, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: laisspechtschutz@gmail.com.

público estabelecem com o patrimônio cultural, analisando as ações no âmbito do patrimônio histórico desenvolvidas por esses atores no município de Alto Feliz/RS desde seu processo emancipatório, ocorrido em 1992. Para tanto, realizou-se um estudo de caso das ações de preservação e educação patrimonial realizadas por atores públicos e privados no município de Alto Feliz.

Dessa forma, o presente artigo inicia-se abordando os conceitos de cultura, patrimônio cultural e educação patrimonial, discutindo autores como Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Jacques (2003, 2005), Choay (2006), Bidou-Zachariasen (2006), Castriota (2009), Schneider (2014, 2017) e Silva (2015). Em seguida, a medida em que o contexto da pesquisa é delimitado, tais conceitos são explorados para discutir as ações de preservação e educação patrimonial desenvolvidas no município de Alto Feliz, tanto por atores privados quanto pelo poder público, buscando compreender a relação entre as ações de preservação, os processos de identificação dos sujeitos e de gentrificação, e espetacularização das cidades. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais conceitos discutidos ao longo do artigo, trazendo-se as principais considerações sobre as ações de preservação patrimonial desenvolvidas pelos setores público e privado em Alto Feliz.

2 Cultura, patrimônio cultural e educação patrimonial: elementos para discussão

Abordar o conceito de cultura exige reconhecer seu caráter polissêmico. Desde o século XVIII, quando surgiram as primeiras definições do conceito, diferentes concepções têm sido elaboradas e discutidas, ampliando as noções existentes sobre cultura. Laraia (2004) apontou o caráter dinâmico da cultura, destacando que ela muda ao longo dos anos, assim como muda de um lugar para o outro. Para o autor, a cultura é algo que se aprende e cada povo tem características culturais próprias, que foram elaboradas, acumuladas e modificadas de acordo com necessidades dos processos evolutivos.

A dinamicidade da cultura e suas mudanças acarretam a diversidade cultural. Em vista disso, faz-se o uso do termo "culturas" entendido como "[...] o conjunto complexo e diferenciado de significações relativas aos vários setores da vida dos grupos sociais e das sociedades e por eles historicamente produzidos" (FISCHER, 2013, p. 28). Nessa perspectiva, todas as práticas sociais têm uma dimensão cultural.

Ademais, segundo Hall (2015), as culturas constroem identidades porque os sistemas de representação das práticas sociais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar. Assim sendo, "o sujeito assume identidades diferentes em diferentes

momentos" (HALL, 2015, p. 12). O autor aponta, ainda, que "[...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento" (HALL, 2015, p. 24).

Atualmente, as transformações culturais são influenciadas principalmente pela globalização que, segundo Hall (2015), refere-se aos processos que integram e conectam comunidades e organizações numa escala global. Bauman (2013) cita que a desregulamentação do Estado é uma consequência da globalização em tempos de modernidade líquida. Segundo o autor, anteriormente o Estado se responsabilizava por instruir a população, imprimindo uma nova ordem social em prol da construção do Estado-nação, comprimindo modos de vida locais num modelo de cultura nacional comum a todos. Em vez disso, atualmente, "[...] os governos ficam, de fato, com a estratégia única chamada 'desregulamentação': ceder o controle dos processos econômicos e culturais às 'forças do mercado', que são essencialmente extraterritoriais, livres do controle político" (BAUMAN, 2013, p. 75).

Dessa forma, a lógica do mercado de consumo orienta as ações culturais, inclusive no âmbito do patrimônio histórico, tornando-as sinônimo de consumo, produtos a serem vendidos. Segundo Choay (2006), sob a influência da lógica de mercado, a valorização do patrimônio cultural passou a estar relacionada à rentabilidade, transformando o patrimônio em espetáculo, em produto de consumo, deixando de ser vinculada à consolidação de uma cultura nacional.

Uma das características desse processo é a gentrificação, conceito de Bidou-Zachariasen, que segundo a autora, é um fenômeno que deve ser considerado globalmente, observando-se o novo regime de acumulação de economias, a evolução dos modelos de consumo da nova classe média e os "[...] espaços urbanizados suscetíveis de atrair – em razão da oferta de equipamentos culturais, lazer, consumo e concentração de oportunidades de emprego que eles representam – camadas altamente qualificadas [...]" (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 24). A autora também destaca que "[...] a gentrificação não concerne [...] à simples revitalização de antigos bairros da elite, mas sobretudo à mudança funcional dos antigos bairros [...] e sua transformação sociológica." (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 28).

A lógica do mercado de consumo orientando as ações culturais também provoca o processo chamado por Jacques (2003) de espetacularização das cidades. De acordo com a autora, esse processo de transformação dos espaços da cidade, no qual a cultura se torna mercadoria, visando ao lucro, pode contribuir positivamente para a sociedade – ser fonte

de renda para o desenvolvimento das cidades que as praticam. Porém, Jaques (2003) menciona que é preciso atentar para o fato de que, nessas práticas, muitas vezes, o foco está em vender uma imagem singular da cidade, ou seja, a própria cidade se torna mercadoria, um espetáculo. Além disso, a autora aponta que as administrações municipais, percebendo o potencial lucrativo do turismo cultural, transformam o patrimônio em cenários, "ao só manter fachadas, que são restauradas sem grandes preocupações quanto ao valor histórico, artístico e cultural das edificações, para promover a instalação de novos restaurantes de luxo, bares ou centros ditos culturais" (JACQUES, 2003, p. 39).

Castriota (2009) destaca que a cidade mineira de Ouro Preto exemplifica a forma como a preservação dos bens culturais se transforma em espetáculo, trazendo como exemplo o Largo do Coimbra. Localizado em frente à Igreja de São Francisco de Assis, inicialmente, esse espaço reunia diversas atividades da vida cotidiana da população (comércio, convívio social). Segundo Castriota (2009, p. 145), ao longo dos anos, o mercado que funcionava ali foi extinto "[...] por uma ação de inspiração puramente estética" para dar maior visibilidade ao monumento: a Igreja de São Francisco de Assis. Apesar de o uso comercial do Largo do Coimbra ter voltado a figurar nesse local, Castriota (2009) adverte que "[...] se o uso comercial resiste, o destinatário passa a ser outro – o turista, que lá irá comprar artesanato em pedra-sabão, pedra típica da região." (CASTRIOTA, 2009, p. 148-149) Nesse processo, apenas o bem cultural prestigiado nacionalmente (arquitetura barroca) é valorizado, desconsiderando as relações sociais existentes.

Ao expor o processo de espetacularização das cidades, Jacques (2005, p. 19) também apresenta algumas soluções para ele: "a participação [popular], a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos." Segundo a autora, é imprescindível uma apropriação popular e participativa do espaço público de modo que o cidadão se torna um ator protagonista, um participante ativo nos espaços preservados, ao invés de um mero espectador. De acordo com Costa (2002) a participação só se torna efetiva quando aprendemos sobre o patrimônio cultural. Para a autora, a defesa do patrimônio está vinculada ao conhecimento dos bens culturais. Conhecimento que não se refere àquele específico dos órgãos responsáveis pelo seu estudo e preservação, mas às experiências populares, porque os bens culturais pertencem a todos.

Schneider (2017) destaca que, para evitar a cidade como espetáculo, a educação tem um papel importante. Para que haja uma preservação patrimonial que supera

processos de espetacularização e gentrificação, Schneider (2017, p. 312) destaca que são necessárias ações que priorizem interações e relações horizontais, pautadas na cooperação, na confiança e na solidariedade. Além disso, são fundamentais a participação e o fluxo de informações, ou seja, ações de educação patrimonial.

A Constituição Nacional Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) mencionam que, além do espaço escolar, diversos contextos e lugares podem proporcionar processos formativos, visto que a cultura é uma ferramenta de conhecimento. De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial é um processo educativo sistemático e permanente, que visa ao conhecimento, à apropriação e à valorização dos bens culturais, por meio da experiência e do contato com as diferentes manifestações culturais. Para as autoras, "o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania." (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p. 4). Para além disso, autores como Silva (2015), Costa (2002) e Schneider (2014), destacam que a salvaguarda dos bens culturais é responsabilidade de todos – Poder Público, instituições, órgãos específicos de estudo e preservação, população em geral.

3 As ações no âmbito do patrimônio cultural em Alto Feliz

Antes de iniciar a análise das ações de preservação e educação patrimonial desenvolvidas em Alto Feliz, faz- se necessário apresentar algumas informações históricas, sociais e geográficas sobre o município. Localizada no Vale do Caí, região metropolitana de Porto Alegre, Alto Feliz é uma cidade cuja população é de 2.917 pessoas, segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [2018]). Colonizado por alemães e italianos, o município possui diversas características arquitetônicas e culturais advindas dessa colonização. Na cidade não há patrimônio nacional, mas há diferentes construções, lugares, saberes e fazeres, que compõem a paisagem e contam a história da formação do município e de sua população.

Segundo Ruschel (2017), a formação do município iniciou em 1846 com a vinda de imigrantes alemães, que se instalaram na atual localidade de Morro das Batatas (*Batatenberg*). Em 1875, chegaram os imigrantes italianos. Emancipada em 1992, a cidade tem extensão territorial de 84,1 km². De acordo com Alto Feliz (2018), esse território inclui o centro e quinze localidades. O centro econômico-administrativo

localiza-se nas proximidades da rodovia Júlio de Castilhos, a principal rodovia do município visto que, em sua extensão, encontram-se os dois principais acessos à cidade.

A estrutura administrativa da prefeitura municipal está organizada em nove secretarias, dentre elas a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SMECD, organizada de modo que a estrutura municipal de cultura está vinculada a outras áreas. A rede escolar de Alto Feliz, sob responsabilidade da SMECD, atende desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental e é composta por três escolas de educação básica. Além disso, o município também conta com uma escola estadual, que atende os ensinos fundamental e médio.

Dentre as ações desenvolvidas pela administração pública em relação ao patrimônio cultural municipal, pode-se citar o tombamento do antigo Hotel Lanfredi, pelo decreto nº 874/09, de 29 de julho de 2009, e a criação do Conselho Municipal de Turismo (CMT) em 2017. De acordo com o Artigo 7º da lei nº 1177/2017, uma das atribuições do CMT é "[...] promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do município" (ALTO FELIZ, 2017).

Para investigar as ações de preservação e educação patrimonial realizadas em Alto Feliz, tanto pelo poder público quanto pelos atores privados, foi realizado um estudo de caso, que, de acordo com Yin (2015), investiga um fenômeno em profundidade, contando com múltiplas fontes de pesquisa e possibilitando linhas de investigação, que convergem de maneira triangular. Neste estudo, a pesquisa documental (ou de fontes primárias), a pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias), a observação e a entrevista foram as técnicas empregadas como fontes de evidências.

Em relação às fontes de evidências, cabe destacar que foram realizadas consultas a documentos de arquivos públicos, documentos oficiais e à imprensa escrita, especificamente algumas edições do jornal *Primeira Hora*,[2] que contemplam informações pertinentes ao alcance dos objetivos da pesquisa.

Nas entrevistas, a escolha das pessoas ouvidas não foi aleatória. Tendo em conta o objetivo de analisar as ações de preservação patrimonial desenvolvidas pelo setor

[2] O jornal *Primeira Hora* tem edições semanais e abrange nove municípios do Vale do Rio Caí: Alto Feliz, Bom Princípio, Feliz, Harmonia, Pareci Novo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real. A pesquisa procura analisar as ações de preservação patrimonial em Alto feliz desde sua constituição como município, em 1993, até os dias atuais. Dessa forma, consultaram-se, *in loco*, algumas edições do jornal Primeira Hora. Devido à impossibilidade de consultar todas as edições do jornal publicadas nesse período, optou-se por escolher alguns intervalos de tempo. Dessa forma, as edições consultadas são dos anos 2009, 2010, 2011, 2016 e 2017, nos quais houve mais ações realizadas pelo poder público local.

privado e pelo setor público, foram escolhidas como representantes dos atores privados as pessoas envolvidas nas poucas ações de preservação patrimonial, que puderam ser identificadas em Alto Feliz. Sendo assim, a entrevista foi realizada com três proprietários de edificações. Todos são homens, com idades entre 39 e 77 anos. Um deles é formado em Administração de Empresas e dois deles não concluíram o Ensino Fundamental. Além disso, foi entrevistado um representante do poder público, de 55 anos de idade, com formação em Administração de Empresas, sendo esse a pessoa que mais detém informações sobre o assunto pesquisado. Os entrevistados são identificados por meio de nomes fictícios, a fim de manter em sigilo a identidade das fontes de informação.

Buscando entrevistar professores que já desenvolveram alguma atividade relacionada à educação patrimonial, realizou-se uma conversa inicial com a direção das escolas que existem no município, com o intuito de identificar tais profissionais. Entretanto, nenhum professor foi entrevistado porque os representantes das direções escolares informaram que não se recordam de algum professor que já tenha desenvolvido alguma atividade referente à educação patrimonial.

O estudo possibilitou identificar que, tanto o poder público quanto o privado realizaram ações que buscaram salvaguardar o patrimônio material e imaterial. No entanto, as ações são paralelas, mas não conjuntas, havendo pouco diálogo entre os setores. Por isso, a análise das ações de preservação patrimonial desenvolvidas em Alto Feliz foi dividida em duas categorias, abordando separadamente as ações desenvolvidas pelos atores privados e as ações desenvolvidas pelo poder público. Em outra categoria de análise está a educação patrimonial, na qual se busca destacar as contribuições dessa educação como forma de resistência aos processos de espetacularização e gentrificação.

3.1 As ações desenvolvidas pelos atores privados

A análise dos dados permitiu identificar que os atores privados realizam diversas ações de preservação do patrimônio, movidos por diferentes motivações. Dentre as ações realizadas destacam-se aquelas cujo objetivo principal foi evitar a deterioração da edificação ou combater a ação de pragas, conforme relata Paulo: “Chegamos num tempo em que tivemos que fazer a restauração dela. Ela estava sendo consumida. Como ela tinha o forro em madeira, as paredes em madeira e o assoalho, estava sendo tudo consumido pelos cupins.” (Paulo, 39 anos). Além disso, a seguinte fala: “Os prédios antigos não tinham o piso de concreto. A madeira foi perdendo a resistência e teve que se trocar o piso, teve que se trocar o forro. Mas mantendo a fachada.” (João, 68 anos) indica que as

ações também procuraram conservar a estrutura física das propriedades, por meio da substituição de partes danificadas pelo tempo.

Cabe destacar, ainda, que as ações desenvolvidas pelo setor privado foram motivadas por sentimentos de pertencimento, vinculados à memória do lugar. Um dos entrevistados relata que "Então, aquele prédio lá, além de um valor histórico em si, tem um significado especial pra mim, porque é um mérito, uma coisa importante que aconteceu lá e que trouxe seus frutos" (João, 68 anos). Tal relato mostra que, o vínculo afetivo e a identificação com o lugar motivam ações de preservação patrimonial por parte dos atores privados.

Ademais, a "memória do lugar", conceito apresentado por Dolores Hayden, e que, segundo Schneider (2017, p. 291), "seria uma persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências, que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca", também motiva os atores privados a salvaguardarem o bem material. Corrobora essa afirmativa a seguinte fala: "Mesmo depois deixando de morar aqui, tem que sempre lembrar que tem aquelas lembranças que eu morei aqui" (Paulo, 39 anos).

Os lugares têm sentido para os entrevistados, porque fazem parte da história das famílias. Percebe-se esse fato por meio dos seguintes excertos: "A minha vó mora aqui há mais de 50 anos. Eu moro aqui mais ou menos 33 anos já" (Paulo, 39 anos). "A casa sempre foi da família. Meu avô veio da Alemanha. Ele tinha 16 anos quando veio pra cá. [...] Eu morava ali dentro dois anos. Primeiro morava com o sogro e depois fiz minha casa. Até que ela estava pronta morei ali" (José, 77 anos). De acordo com Schneider (2017, p. 292), "os usos, as apropriações e as vivências temporais do indivíduo em determinado espaço produzem memórias e dão sentido ao lugar." Ou seja, os motivos da preservação estão relacionados aos processos de identificação que, segundo Hall (2015), são construídos à medida que nos identificamos com os sentidos produzidos pelas culturas.

3.2 As ações desenvolvidas pelo poder público

O poder público realizou algumas ações, dentre as quais estão tombamentos e projetos culturais e arquitetônicos, em prol da preservação do patrimônio no município de Alto Feliz. Por meio da análise de dados, notou-se que tais ações estão atreladas principalmente à espetacularização da cidade e ao turismo.

Em suas ações, a administração municipal preocupou-se em construir os prédios do centro administrativo (a prefeitura, a câmara de vereadores, o posto de saúde e a escola de educação infantil) de modo que trouxessem características arquitetônicas que remetessem aos modos de construir das duas etnias que colonizaram Alto Feliz: alemã e italiana. Corrobora essa afirmativa a seguinte fala: "[...] a gente procurou aqui nos prédios públicos preservar as características da predominância dos alemães e italianos [...] A pedra ferro que foi colocada nesses prédios é para caracterizar a questão dos italianos e a outra parte a questão dos alemães" (Pedro, 55 anos). Nesse caso, não há uma preservação dos prédios em si, e sim a intensão de preservação dos modos de construir usados pelos imigrantes alemães e italianos. Schneider (2017, p. 310) destaca que "[...] pode-se constatar o fachadismo e a espetacularização decorrentes do objetivo de compor ambientações que possam ser mais facilmente identificáveis pelo turista, com a criação de espaços cenarizados para o lazer e o consumo.".

Também foi possível identificar a descontinuidade das ações do poder público. Um exemplo disso é o caso do prédio conhecido no município como Hotel Lanfredi. A edificação teve seu primeiro registro de tombamento realizado em 29 de julho de 2009, por meio do Decreto Municipal nº 874. Entretanto, em 2018 o Decreto Municipal nº 1.544 revogou o primeiro desígnio e declarou o prédio do antigo hotel como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do município. Ainda em 2009 a administração municipal providenciou a elaboração de um projeto cultural vinculado ao prédio tombado. Uma reportagem do jornal Primeira Hora da edição nº 803, de 12 de fevereiro de 2009, informou que o projeto recebeu o nome de Museu Integrado do Cinema Sonoro Roman Konrad e seria implantado no prédio do antigo hotel, cedido ao município pelo proprietário. Embora tenha sido elaborado e encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o projeto não chegou a ser executado. Corrobora essa afirmativa a fala do proprietário da edificação:

> A prefeitura começou a fazer o projeto. [...] O projeto existia. Tudo bonito, com sala de cinema, com sala de espera, com restaurante. Mas não tinha um lugar físico onde colocar aquilo ali. Então eu cedi para uso da prefeitura, gratuitamente, durante 10 anos. Mas durante esses 10 anos não saiu nada (João, 68 anos).

Os dados coletados ainda permitiram perceber que a principal motivação das ações de preservação desenvolvidas pela administração municipal é o turismo. Tal fato pode ser constatado na seguinte fala: "O município tem um grande potencial turístico hoje. Embora o turismo seja uma questão que não é muito rápida, ele precisa ser

trabalhado. Não só pelas construções, mas também pelas rotas que poderão ser construídas" (Pedro, 55 anos). A forte vinculação do patrimônio cultural ao turismo também se faz presente na fala de um dos atores privados. Segundo ele, "Aqui no Alto Feliz temos bastante casas antigas no estilo enxaimel, que são atrações. Que o pessoal da cidade vem pro interior, eles ficam maravilhados de ver uma casa dessas preservada. Eu acredito que o Alto Feliz tem potencial para o turismo" (João, 68 anos).

Nesse contexto, concorda-se com Castriota (2009) e com Jacques (2003) ao entender que o turismo pode ser uma alternativa econômica para a cidade, assim como pode trazer efeitos negativos, quando o foco das práticas turísticas está em vender uma imagem singular da cidade. Ademais, partilha-se com Jacques (2005, p. 19) a ideia de que "a participação [popular], a experiência efetiva e a vivência dos espaços urbanos" são algumas alternativas que, permeadas pela educação patrimonial, tornam-se mais eficazes na resistência à espetacularização das cidades.

3.3 A educação patrimonial como resistência aos processos de espetacularização

A educação, segundo Freire (1987), possibilita ao sujeito participar criticamente da sociedade. Nesse sentido, ao ser entendida como um processo que contribui para o conhecimento e a apropriação dos bens culturais, a educação patrimonial pode ser uma alternativa para os processos de gentrificação e espetacularização. Apesar disso, a coleta de dados permitiu perceber que há poucas ações de educação patrimonial desenvolvidas em Alto Feliz. Nas escolas locais, não foram localizados professores que tenham desenvolvido estratégias pedagógicas relacionadas à educação patrimonial. Em contrapartida, o representante da administração municipal destaca que "[...] a gente tem muitas construções que nós procuramos, aos poucos, fazer a preservação, porque os moradores, às vezes, procuram modificar a construção, mas a gente está tentando conscientizar essas pessoas da importância dessas casas." (Pedro, 55 anos). Entretanto, a pesquisadora, residente no município, não tem recordações de ações de educação patrimonial desenvolvidas na cidade.

Entende-se que um dos motivos para a inexistência de ações de educação patrimonial é o fato de as formações de docentes não abordar a educação patrimonial, trazendo pouco conhecimento aos professores sobre essa temática. Além disso, em Alto Feliz não existe uma secretaria exclusiva para o setor cultural, ou seja, a estrutura municipal de cultura está vinculada a outros setores, por meio da Secretaria Municipal de

Educação, Cultura e Desporto. Acredita-se que, por esse motivo, o poder público não contribui para o desenvolvimento de propostas voltadas ao patrimônio cultural.

Ademais, nas entrevistas com os atores privados notou-se que os entrevistados têm consciência de que ter informações sobre o bem cultural e sobre a sua importância muda a percepção em relação à preservação patrimonial. Os seguintes excertos confirmam essa afirmação: "Nunca a gente se deu conta disso. Nunca foi atrás. Se soubesse antes podia deixar o resto da casa também. Foi construída a casa nova em cima do mesmo fundamento da outra [que foi derrubada]" (José, 77 anos). "O estudo que a gente teve, a vivência que a gente teve estando fora daqui, ou mesmo aqui. A gente aprendeu a ver com outros olhos o futuro. [...] Nós procuramos preservar para que sirva de exemplo pra outras gerações" (João, 68 anos).

Entendendo que a educação patrimonial é fundamental para a salvaguarda do referencial cultural, concorda-se com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4) quanto ao fato de que "o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania." Além disso, compartilha-se a ideia de que "a educação patrimonial, muito mais que uma mera intervenção ou metodologia, configura um elemento fundamental nas elaborações e reelaborações simbólicas evidentes nos processos de patrimonialização cultural" (SILVA; ROSA, 2017, p. 180).

Considerando o parágrafo primeiro do Art. 216 da Constituição Federal, que destaca que a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro são responsabilidades do Poder Público, com a colaboração da comunidade, entende-se que o diálogo entre os diversos setores da sociedade é fundamental nas ações que se referem ao patrimônio cultural. Nesse sentido, a educação patrimonial não deve ser "difusão cultural, mas ação cultural. Não se trata da transferência de conteúdos, mas da produção coletiva de sentidos e experiências" (REDE... [2018]) Sendo assim, as ações de educação patrimonial necessitam da participação dos professores, num trabalho conjunto com o poder público e o setor privado, para que a preservação do patrimônio tenha a participação efetiva da população.

4 Considerações finais

Localizado no Vale do Rio Caí, o município de Alto Feliz emancipou-se em 1992. Sua estrutura administrativa está organizada em nove secretarias, dentre elas a Secretaria

Municipal de Educação Cultura e Desporto, responsável pela estrutura municipal de cultura. Dentre as ações da administração municipal no âmbito do patrimônio cultural municipal, pode-se citar a declaração do antigo Hotel Lanfredi como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do município, pelo Decreto Municipal nº 1.544, de 03 de janeiro de 2018.

O presente artigo propôs-se a pensar as possíveis relações que os setores público e privado estabelecem com o patrimônio cultural, analisando as ações no âmbito do patrimônio histórico desenvolvidas no município de Alto Feliz. Tal estudo possibilitou identificar as ações desenvolvidas por atores públicos e privados para a preservação do patrimônio na cidade, e constatar também que essas iniciativas possuem diferentes motivações.

Observou-se que os atores privados se relacionam com o patrimônio por meio de sentimentos de pertencimento e que suas ações visam, principalmente, à conservação da estrutura física das edificações, através da substituição de partes danificadas pelo tempo ou do combate à deterioração causada pela ação de pragas. Acredita-se que a "memória do lugar" pode ser uma estratégia de valorização do protagonismo da população nos processos de preservação patrimonial e no turismo, uma vez que essa memória incentiva as ações de preservação dos atores à medida que os lugares preservados contam a história de suas famílias, provocando sentimentos de pertencimento e de identificação com o local.

Identificou-se ainda que o poder público realiza ações de preservação patrimonial voltadas à espetacularização da cidade e ao turismo. Um exemplo disso é a construção dos prédios do centro administrativo baseada nos modos de construir das etnias alemã e italiana, que colonizaram Alto Feliz. Considera-se que tal iniciativa, ao invés de caracterizar a preservação dos modos de construir, ou seja, do patrimônio imaterial, configura-se na criação de um cenário, de um espetáculo para os turistas. A partir disso e considerando os dados apontados por Jacques (2003, 2005) e Castriota (2009) em relação às cidades históricas de Minas Gerais, pondera-se que Alto Feliz pode estar seguindo o mesmo caminho dessas cidades.

Pôde-se perceber ainda o que os estudos de Schneider (2017) e Silva e Rosa (2017) apontaram: a existência de ações descontínuas. Existem projetos prontos, porém não foram realizados. Acredita-se que o fato de a estrutura municipal de cultura estar vinculada à educação e ao desporto, dividindo as atenções entre as três áreas, acarreta a descontinuidade das ações relacionadas ao patrimônio cultural.

Para mais, ao constatar a raridade de ações de educação patrimonial em Alto Feliz, este estudo entende que tal circunstância deve-se ao fato de a formação de professores ser pouco voltadas a educação patrimonial, fornecendo poucos conhecimentos aos professores sobre essa prática. Além disso, compreende-se que as ações de educação patrimonial não podem ser consideradas única e exclusivamente responsabilidade dos professores. Nesse sentido, concorda-se com Silva (2015), Costa (2002) e Schneider (2014), no entendimento de que a salvaguarda dos bens culturais é responsabilidade de todos – Poder Público, instituições, órgãos específicos de estudo e preservação, população em geral.

Tendo em vista que a educação patrimonial contribui para o conhecimento e a apropriação dos bens culturais, tornando-se essencial nas ações de preservação patrimonial como uma alternativa para os processos de gentrificação e espetacularização, acredita-se que presença da educação patrimonial nos diversos espaços – escolares e não escolares – é relevante pois possibilita que os sujeitos se reconheçam como participantes ativos, como produtores dos valores atribuídos ao patrimônio cultural, percebendo que também podem fazer parte das decisões em relação à salvaguarda dos referenciais culturais.

Referências

ALTO FELIZ. **Lei municipal nº 1.177/2017, 11 de maio de 2017**. Cria o conselho municipal de turismo e o fundo municipal de turismo. Altera a lei municipal nº 991/2014. Disponível em: http://187.84.56.98:8080/tlnet Acesso em: 23 jun. 2018.

ALTO FELIZ. Prefeitura Municipal. **Turismo**. Alto Feliz, 2018. Disponível em: https://www.altofeliz.rs.gov.br/web/turismo. Acesso em: 23 jun. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Trad. Carlos Alberto Medeiros.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BRASIL. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/ L9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2018.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 abr. 2018.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. O patrimônio histórico na era da indústria cultural. In: CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006. p. 205-237.

COSTA, Lygia Martins. **De museologia, arte e políticas de patrimônio**. Pesquisa de Clara Emília Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão e educação:** fruir e pensar a TV. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_opoprimi.pdf. Acesso em: 19 mai. 2018.

HALL. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial, 2006. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. [S.l., 2018?]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alto-feliz/panorama. Acesso em: 23 jun. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347. Acesso em: 20 mai. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. **Revista Arquitexto 7**, Porto Alegre, n. 7, p. 16-25, jan./jun. 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

REDE Paulista de Educação Patrimonial (Repep). **Princípios da educação patrimonial**. São Paulo, [2018?]. Disponível em: http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Principios%20da%20Repep.pdf. Acesso em: 08 nov. 2018.

RUSCHEL, Dulce Maria Simon. **Alto Feliz e os ecos de sua história**. Bom Princípio: Primeira Hora, 2017.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. Patrimônio cultural. In: DALLA ZEN, Laura H. (Org.). **Linguagens artístico-culturais I**. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2013, p. 15-26.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. O valor do patrimônio cultural local. **SAPERE:** revista científica multidisciplinar do CESF (Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha), Farroupilha, v. 3, n. 3, p. 63-76, jul. 2014.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. **As cidades de tempos lentos:** o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2017.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/n56/0101-4358-er-56-00207.pdf. Acesso em: 26 maio 2018.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; ROSA, Gabriel Claro da. Educação patrimonial e reelaboração simbólica em processos de patrimonialização cultural: a situação de Antônio Prado, RS. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 163-182, jan./jun. 2017. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/21841/15679. Acesso em: 11 mar. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Livro eletrônico. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/cfi/1!/4/4@0.00:58.1. Acesso em: 12 jun. 2018.

3 Migrações, Etnicidades, Religião e Gênero

ANNA MARIA PAULETTI RECH: ATUAÇÃO FEMININA NAS COLÔNIAS ITALIANAS DO RIO GRANDE DO SUL (1876-1916)

Karina Bortolanza[1]

1 Introdução

A problemática central da pesquisa é a ascensão de uma viúva que migra da Itália para o Brasil, se estabelece na colônia de Caxias, na Serra Gaúcha, e obtém sucesso na sua vida profissional com a instalação de uma hospedaria e loja de comércio para tropeiros. Anna Rech também era possuidora de conhecimentos curativos e das técnicas de parteira. Hoje, um bairro da cidade de Caxias do Sul carrega seu nome, assim como uma estátua sua está no centro da localidade. A questão em pauta é que, segundo a historiografia escrita sobre mulheres parteiras e curadoras, Anna não se enquadra nesse contexto, visto que outras mulheres que exerciam as mesmas funções, sofreram acusações e eram alvo de difamações por parte da população. Desta forma, perguntamo-nos por que Anna Rech não foi retratada como curandeira e parteira pela historiografia tradicional?[2]

A presente pesquisa está ligada a questões culturais e comportamentais da população imigrante no Rio Grande Sul, com ênfase na imigrante Anna Pauletti Rech. A figura desta mulher colabora para a compreensão da mulher nas colônias de imigração. Ela era uma mulher chefe de família, dona de uma hospedagem para tropeiros e com conhecimentos curativos, inclusive uma reconhecida parteira. Em sua homenagem nos anos de 1970, construiu-se uma estátua da sua figura na praça da igreja da localidade.

2 A historiografia da imigração italiana

É importante fazer uma breve revisão bibliográfica sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul, também sobre o papel feminino no tema, imigração e como este é tratado pela historiografia já produzida.[3] A historiografia sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul sofreu mudanças ao longo das últimas décadas. No cinquentenário da

---

[1] Mestranda na Universidade do Vale do Rio dos Sinos; endereço eletrônico: http://lattes.cnpq.br/671550895140906.

[2] Viúvas/amasiadas/desquitadas que se assemelham ao caso de Anna Rech, contudo não recebem o mesmo reconhecimento após a morte.

[3] O assunto já foi tratado em monografia de conclusão de curso de Karina Bortolanza (UNISINOS, 2019), *"Me gá contato cozi": práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos em Farroupilha*.

imigração italiana é possível destacar escritos que fazem propaganda da imigração, assim como expande a ideia de uma vida melhor no Brasil. Segundo Constantino:

> É o caso daqueles publicados por Roque Callage, Clodomiro Carriconde ou Archymedes Fortini, contaminados pelo conceito norte-americano do melting pot. Foram sucedidos por outros estudos que fizeram apologia aos imigrantes e aos seus descendentes, apresentando-os de forma homogênea e idealizada, como heróis que venceram sozinhos todas as adversidades graças às qualidades naturais da sua etnia, longe do apoio das autoridades. Assinavam essa historiografia personagens inseridos na sociedade colonial como membros do clero secular e de ordens religiosas, viajantes italianos interessados na emigração, publicistas vinculados aos partidos da direita italiana, diplomatas, memorialistas, missivistas, cujos escritos foram posteriormente reelaborados e mil vezes divulgados (2011, p. 5).

Os historiadores que escreveram sobre a população imigrante, por volta do ano de 1925, quando se comemorava o cinquentenário da imigração italiana, exaltaram as qualidades de alguns indivíduos. Nas comemorações do Centenário, em 1975, começaram a destacar o heroísmo e força do imigrante camponês, anônimo, que, frente às dificuldades que teve que enfrentar, venceu para formar uma das regiões mais prósperas do Rio Grande do Sul.

A historiografia da imigração italiana sofreu inúmeras transformações na forma de abordagem temporal. Segundo Núncia Constantino, houve uma primeira fase, inspirada na política feita por personalidades importantes do Rio Grande do Sul, que procurou ligar as regiões de colonização italiana a nomes de heróis regionais.[4]

Os historiadores que escreveram sobre a população imigrante, na época em que se comemorava o Centenário da imigração italiana, tenderam a exaltar as qualidades deste povo. Tornar heróis e vangloriar suas vitórias diante das dificuldades é o que mais é encontrado nas obras sobre o assunto. Trabalhos como os de Luís De Boni, Olívio Manfroi e Rovílio Costa, que foram escritos durante as comemorações do centenário de imigração italiana no Rio Grade do Sul, é possível identificar a exaltação feita sobre o povo imigrante. Estas publicações começaram a ser questionadas pelos historiadores na atualidade e uma nova forma de pesquisa sobre esta etnia se iniciou, abrindo caminhos para outra compreensão destes imigrantes. Como já se tem conhecimento através de trabalhos como o de Maíra Vendrame, Yonissa Wadi e Núncia Constantino, questões

[4] Um tipo de regionalismo que pode ser percebido já no momento de renomear as regiões ocupadas por imigrantes: em 1890, a colônia Dona Isabel é emancipada como município, recebendo o nome de Bento Gonçalves, em homenagem ao principal chefe farroupilha; Conde d'Eu, por sua vez, é emancipada em 1900, como município de Garibaldi (CONSTANTINO, 2011, p. 3).

como desordem e conflitos familiares e entre vizinhos não era nada incomum na época. Assim como também crimes hediondos eram cometidos por esta população.

Assim sendo, é possível notar que os trabalhos produzidos pela "geração de 1975" consolida uma percepção idealizada, romantizada do imigrante e da sociedade fundada pelos italianos no território sul-rio-grandense:

> O imigrante era o herói que vencera sozinho todas as adversidades, graças às qualidades naturais da sua etnia, apesar das autoridades opressoras. Tal historiografia foi responsabilidade de pesquisadores inseridos na sociedade colonial, especialmente padres católicos. Reelaborados e divulgados, seus escritos reforçam o mito do trabalho, da religiosidade, da solidariedade e harmonia entre os colonos, da visão alegre de mundo, da solidez da ordem familiar, entre outros atributos (CONSTANTINO, 2011, p. 6).

Aspectos como a religiosidade, a força, a benevolência e a dedicação ao trabalho são aspectos bastantes exaltados, sendo eles definidores das condutas da população nas regiões coloniais. Mitos e o discurso do herói persistiram por um bom tempo após o centenário da imigração italiana. Como ressalta Constantino (2011), foi apenas no centenário que o tema (imigração italiana) adentra na academia, porém isso não impediu a proliferação de monografias que enalteciam a figura do imigrante.

É possível identificar os aspectos acima citados como característica de uma historiografia que ressalta o heroísmo do imigrante. Nota-se essa questão ao ler livros como o de Olívio Manfroi (1975). Para este autor, os imigrantes italianos e seus descendentes foram responsáveis por tornar algumas das regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul as mais prósperas: "A história dessa epopeia foi marcada por lutas e sofrimentos, mas o sucesso final suscita em todos os que conhecem uma profunda admiração".

Essas obras ainda ressaltam que os italianos foram abandonados pelas autoridades brasileiras assim que chegaram aos núcleos coloniais, tendo enfrentado muitas dificuldades para conseguir superá-las, já que houve o não cumprimento das promessas que a eles haviam sido feitas. De acordo com Manfroi (1975, p. 65), um "regime de abandono conheceu a maioria dos imigrantes italianos, enviados pelo governo geral e acolhidos pelas autoridades provinciais". Também foram criticadas as propagandas realizadas na Europa pelos representantes do Império Brasileiro para atrair imigrantes. As autoridades falharam e não cumpriram com suas promessas realizadas aos italianos na terra de origem.

> [...] os favores prometidos aos imigrantes, tais como: o transporte gratuito até a colônia, a hospedagem, a ajuda financeira para a construção da casa e para a

> alimentação, o trabalho remunerado 15 dias por mês, a concessão de sementes e instrumentos agrícolas, a assistência médica e religiosa, e ainda outros serviços que o Estado havia prometido, foram suprimidos em 1890, restabelecidos em 1896 e, finalmente, modificados em 1898 (MANFROI, 1975, p. 67).

O destaque para as promessas que não foram cumpridas, tornando as imigrantes vítimas, é algo que fica bastante evidente na historiografia tradicional, como a apresentada acima. Contudo, é importante ressaltar que nem todos os imigrantes se viam ou se imaginavam como vítimas das autoridades. Mas isto é resultado de uma nova fase da historiografia da imigração, sendo os trabalhos pioneiros de Núncia Constantino (2011) e Maíra Vendrame (2007; 2016; 2017). Nesse último exemplo, é possível perceber outro ponto de vista a respeito da situação dos imigrantes. Ao analisar cartas de imigrantes destinadas a seus parentes na Itália, Vendrame (2017, p. 73) aponta que "o processo migratório foi articulado por algumas famílias, o que reflete a existência de um projeto coletivo pensado e, consequentemente, rearticulado após a partida de um ou mais indivíduos". Muitos dos imigrantes buscavam mostrar as vantagens dos deslocamentos para os parentes e conhecidos que haviam ficado nos locais de origem, bem como também procuravam informar e orientar novas saídas, o que garantiria a união de grupos familiares nas regiões coloniais e o cumprimento dos projetos coletivos firmados antes da partida para América.

Nessa nova fase da historiografia, a participação feminina nas colônias também passou a ganhar destaque. Obras como: "Assim vivem os italianos"– Vol I, II e III, de Rovílio Costa e Arlindo Battistel; Os livros comemorativos "Cinquantenario della colonizzazine italiana nel Rio Grande del Sud" – Vol I e II, e o "Centenario della immigrazione italiana"; "As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu" de Rovílio Costa, Luiz De Boni, Nilo Salvaghi e Élyo Grison; "Povoadores da Quarta colônia" de José Vicente Righi, Edir Bisognin e Valmor Torri; "A presença italiana no Brasil" - Vol. I, de Luis De Boni; "Far la mérica: A presença italiana no Rio Grande do Sul" de Luis De Boni e Rovílio Costa. Mesmo que alguns destes livros tenham tentado enaltecer aspectos da cultura do grupo imigrante,[5] bem como ressaltar as dificuldades, o isolamento e os sofrimentos enfrentados pelo grupo nos primeiros anos de instalação nas terras gaúchas,[6]

[5] Assunto tratado na monografia de conclusão de curso de Karina Bortolanza (UNISINOS, 2019), intitulada como *"Me gá contato cozi": práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos, Farroupilha.*

[6] Os autores que fazem parte da historiografia clássica são: Rovílio Costa (1975), Mario Gardelin (1988;1992), Luiz Alberto De Boni (1977; 1996; 1992), Olívio Manfroi (1975), Julio Lorenzoni (1975), Thales de Azevedo (1994), Loraine Giron (2008) e Vânia Herédia Merlot (1979)), que são os que vou utilizar durante este trabalho.

muitos deles apresentaram fontes primárias importantes que seriam reutilizadas em estudos recentes.[7] Essa nova historiografia vem analisando o processo de e/imigração a partir de outros ângulos, apresentando novas perspectivas, relativizando, assim, alguns consensos historiográficos criados.

A historiografia existente sobre as mulheres imigrantes não é abundante. Cito algumas que mostram a mulheres mais como uma figura subordinada, oprimida, e não como agente no processo de imigração: "Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade" de Loraine Giron e "A presença das mulheres na economia da zona colonial italiana no Rio Grande do Sul" de Vânia Merlotti Herédia. Este olhar sobre a figura feminina se altera em trabalhos como o de Yonissa Wadi "A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura", e nas pesquisas de Maíra Vendrame "Donas do próprio destino?: experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional". Além dessas, cito também a dissertação de Egiselda Charão, intitulada "Mulheres italianas e trabalho em Porto Alegre/RS (1945 - 1965)"; e, por fim, a tese intitulada "Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres", de Syrléa Marques Pereira.

Segundo Vânia Herédia (2017), o cotidiano feminino nas comunidades de imigrantes teria sido marcado por "submissão e repressão". Contudo, tendo em vista a maneira que as imigrantes e descendentes de italianas eram apresentadas pela historiografia, este projeto busca trazer uma perspectiva de análise para repensar a participação feminina por meio da trajetória de Anna Rech. A realização de estudos como o que pretendemos fazer busca trazer novos elementos para a análise do mundo colonial. Entendemos ser necessário observar as estratégias que as mulheres acionavam para fugir das normas patriarcais e das regras morais que recaiam sobre aquelas que não tinham um "bom comportamento".

Devemos pensar a mulher imigrante de um modo distinto daquele até então apresentado. Se acompanharmos a trajetória daquelas que saíram sozinhas da Itália, ou mesmo acompanhadas, talvez possamos entendê-las melhor no sul do Brasil. Durante décadas, a historiografia tratava as emigrantes mais como seguidoras de seus companheiros e familiares do que como protagonistas no processo migratório. É importante destacar que a partir destas novas análises as mulheres saem do papel de

[7] Destacam-se os trabalhos de Maíra Ines Vendrame (2007; 2016), Núncia Constantino (2011) e Yonissa Wadi (2009).

coadjuvantes e passam a ter importância fundamental dentro das dinâmicas migratórias, conforme ressalta Vendrame (2017) no artigo "Donas do próprio destino?: experiências transnacionais de imigrantes italianas no Brasil meridional". Isso ocorre tanto quando elas partem como quando permanecem na aldeia de origem aguardando o chamado de alguém que havia emigrado.

Pensar as migrações transatlânticas como escolhas gestadas no interior de um grupo familiar, como um projeto coletivo de uma ou mais famílias, bem como toda uma comunidade, não permite que se ignore o papel das mulheres, mesmo que elas tenham partido apenas depois da saída dos maridos e parentes. As emigrantes podiam partir acompanhadas por algum conhecido ou mesmo sozinhas, após terem recebido o chamado de algum parente ou obtido informações sobre as vantagens que poderiam ser encontradas em terras brasileiras.

A escolha do caminho da emigração podia tanto representar a "possibilidade de mudança" como "a garantia da preservação de certas características tradicionais da sociedade de origem". Porém, "diferentemente do que ocorreu em relação aos deslocamentos para os meios urbanos [...], a vivência nas comunidades rurais fundadas em terras brasileiras reforçou o controle sobre o desempenho feminino" (VENDRAME, 2017, p. 94).

Ser mulher acarretava diversos compromissos comunitários e familiares, e as que extrapolavam os limites sofriam consequências. Era preciso evitar o surgimento de falatórios sobre certas condutas femininas, principalmente aquelas tidas como vergonhosas e que ofendiam a moralidade e a honra familiar, pois poderiam causar escândalo público. Pensando essas questões e de acordo com Vendrame (2016, p. 296), existia um "código de honra feminino" que deveria ser seguido, pois, caso contrário, macularia a honra da família se exposto publicamente. Nesse sentido, "a mulher honrada [era] aquela que não causava surpresa alguma entre os conhecidos e vizinhança.

A família patriarcal italiana que vem para o Brasil é definida segundo Herédia (2017, p. 235) como:

> [...] organizada sob o jugo do poder paterno e carregava os atributos da família patriarcal; o pai tinha autoridade máxima, e os demais membros deviam a ele submissão, obediência e respeito. A organização familiar colocava a mulher numa posição de subalternidade, mesmo que fosse responsável por funções que apenas ela exercia. Pela sua condição feminina, ficava encarregada da manutenção da prole, do trabalho doméstico e de seus respectivos espaços.

Discutindo o trabalho feminino nas regiões coloniais, Loraine Giron (2008, p. 30) afirma que as mulheres realizavam as atividades não lucrativas dentro do âmbito familiar. Seus horários de trabalho eram mais extensos até porque tinham as tarefas da casa (a primeira a se levantar e a última a se deitar). Enquanto o homem descansava nos finais de semana, as mulheres continuavam trabalhando nos afazeres domésticos. Segundo a mesma autora, os papéis eram divididos por gênero, "ao homem cabiam três papéis: o de proprietário da terra, de chefe da família e de dono da casa. À mulher cabia o papel de mãe, de doméstica e de auxiliar geral" (GIRON, 2008, p. 34), sendo, portanto, colocada numa posição secundária em relação ao homem. Mas muitas mulheres assumiam atividades que não eram essencialmente femininas, como, por exemplo, a de comerciantes e chefes de família, especialmente quando da morte dos maridos. No entanto, para terem sucesso ao assumirem tais papéis, necessitavam de apoio de conhecidos, devendo também acionar estratégias para controlar os comentários e oposições que eventualmente surgissem por estarem em posição de liderança sem a presença masculina ao lado.

Apesar de a educação ou formação profissional não ser algo que devesse ser almejado pelas mulheres, pois não deviam frequentar a escola. Segundo Herédia (2017, p. 236), não se pode negar o fato de que algumas conseguiram obter algum tipo de formação, tornando-se inclusive professoras. Mas é certo que as mulheres não tinham muitas chances nos trabalhos rentáveis, seguindo elas o caminho para o qual a família havia determinado, quase sempre o de esposa, mãe e dona de casa. Segundo Giron (2008, p. 84-92), havia imigrantes e descentes que exerciam outras profissões, sendo essas normalmente atividades artesanais, tropeiras, donas de pensões, donas de terras[8] e parteiras.

A presente pesquisa está ligada a questões culturais e comportamentais da população imigrante no Rio Grande Sul, com ênfase na imigrante Anna Pauletti Rech, viúva que imigra para o Brasil com sete filhos e com 47 anos de idade. A figura desta mulher colabora para a compreensão da mulher nas colônias de imigração. Ela era uma mulher chefe de família, dona de uma hospedagem para tropeiros e com conhecimentos curativos, inclusive uma reconhecida parteira. Em sua homenagem nos anos de 1970, construiu-se uma estátua da sua figura na praça da igreja da localidade.

[8] Normalmente, viúvas, mesmo se tornando donas de terras, não altera sua condição e a forma como eram tratadas, geralmente com desigualdade. Essas mulheres proprietárias passavam a seguir o exemplo de seus pais e maridos, ao invés de assumir sua posição feminina (GIRON, 2008, p. 88 e 89).

Através de um livro escrito sobre o povo de Ana Rech, ela seria "digna" de tal homenagem[9] por ser "a fundadora" da localidade. Enquanto Anna é positivada, outras, contudo, eram vistas como bruxas, mulheres sem honra e conhecedoras do sobrenatural (BORTOLANZA, 2019). Queremos estudar uma mulher imigrante que não tinha um marido ao seu lado para obter prestígio e sucesso nos negócios, além de possuir conhecimentos de cura. A figura de Anna Pauletti Rech abre questões importantes para entender o grupo e enriquecer ainda mais a bibliografia sobre a imigração e as mulheres no contexto da região colonial do final do século XIX e boa parte do século XX.

3 Na Itália: um pouco da história de Anna em território europeu

Anna Maria Paoletti, nascida no dia primeiro de outubro de 1828, na região do Pren, na Itália. Filha de Giovanni Pauletti e Maria Rocen di Marco. Aos 19 anos, Anna casa-se com Osvaldo Rech, no dia 20 de novembro de 1847[10]. Juntos tiveram nove filhos: Maria Teresa Rech; Angelo Rech (25); Teresa Rech (22); Giuseppe Rech; Líbera Rech (20); Giuseppe Rech (17); Vitório Rech (14); Maria Joana Rech (12) e João Rech (10). Sua filha mais velha Maria Teresa Rech casou-se com Pietro Menegat em 1868 e no mesmo ano faleceu ainda na Itália. O primeiro Giuseppe Rech, faleceu e assim o próximo filho homem recebeu o mesmo nome que o irmão falecido.

Osvaldo e Anna viviam com a sua família em Pedavena, mais precisamente em um povoado chamado de Murle. Trabalhavam de empregados, através de um contrato agrário. Osvaldo sofria com dores causadas por uma hérnia e no Natal de 1876, veio a falecer. Anna agora era uma viúva com sete filhos vivos e dependente da renovação do contrato com seu patrão. Para a tristeza da viúva o contrato não foi renovado visto que para os olhos da sociedade Anna não seria útil sem um marido para comandar a casa.

Neste período, a Itália vivia uma crise, que deixou a população passando fome em situação crítica. A superpopulação e a péssima condição de vida, fez com que muitos civis deixassem o solo italiano. "O grande movimento emigratório italiano dos fins do século XIX está intimamente relacionado com a grave crise econômica que atravessou o país logo após a sua unificação. Com efeito, após a proclamação do Novo Reino, a Itália foi submergida por inúmeros problemas jurídicos, econômicos e sociais, resultado de

[9] No livro do Pe. João Leonor Dall'Alba, (1987, p. 54) intitulado *"História do povo de Ana Rech"* o autor coloca como sendo traços da imigrante ser "caridosa, pela amizade que a ligava a quase todas as famílias da região".
[10] Informações encontradas no livro *"Origens e descendência de Anna Pauletti Rech"*, organizado pelo Pe. João Leonir Dall'Alba (2003).

cinquenta anos de lutas e conspirações pela unificação" (MANFROI, 1975, p. 47) Como destacou Manfroi, a Itália sofria conflitos que pediam pela unificação do país, o que só colaborou para o aumento da crise e do caos social.

O Brasil, no período de 1875, ainda era um Império escravista. Este cenário só mudou em 1888 com a abolição da escravatura, o que já era discutido a um bom tempo. Um dos motivos para o Império Brasileiro incentivar e financiar a imigração de europeus, foi justamente, a troca da mão de obra negra pela européia (branca). Visto que o tráfico negreiro já não era mais uma atividade legal no Brasil.

Para entender como as famílias camponesas saíram do território italiano, Maíra Vendrame (2016, p. 91) ressalta que a "emigração deve ser compreendida em um quadro de estratégias complexas e de arranjo das demandas dos camponeses proprietários. Nesse sentido, é equivocada a ideia do deslocamento como fruto de uma desordenada fuga de miseráveis". É importante ressaltar que boa parte destes imigrantes não abandonou sua terra sem ter uma garantia de que pudesse retornar, caso algo desse errado nas novas terras no além-mar. Como reforça Vendrame (2016), os primeiros que partiam só o faziam após terem vendido parte de seus bens, e não a totalidade. Assim, as primeiras famílias emigraram com algum recurso financeiro, além de também poderem contar com o apoio dos parentes que ficaram e que eram, geralmente, aqueles que iriam administrar as posses remanescentes.

Foi neste contexto que Anna Maria Pauletti Rech, decide emigrar para o Brasil, com sua família. Ao pedir ajuda para as autoridades, nenhuma alternativa para um bom futuro dentro da Itália foi encontrada para a viúva, foi então que surge a hipótese da emigração como uma saída para ela e sua família. Foi através de um agente imigratório que Anna fez o intermédio, para a compra das passagens e onde se estabeleceria ao chegar no Brasil.

3.1 Rio Grande do Sul: Anna e sua ascensão em território brasileiro

Em 1875, os primeiros grupos de imigrantes italianos começaram a chegar ao território sul-rio-grandense para ocupar colônias criadas por iniciativa do Império brasileiro. Na região da Serra, nordeste do Rio Grande do Sul, foram fundadas as três primeiras colônias, sendo elas: Colônia Caxias, hoje compreendendo a atual cidade de Caxias do Sul e Farroupilha; colônia Conde d'Eu, hoje Garibaldi; e a colônia Dona Isabel, correspondente à cidade de Bento Gonçalves. Posteriormente, em 1877, foi criado um quarto núcleo de colonização italiana, esse localizado na região central do Rio Grande do

Sul, próximo à cidade de Santa Maria. Deve-se ressaltar que a divisão política/geográfica quando da fundação das áreas coloniais não permaneceu a mesma. Lugares que, atualmente, pertencem ao município de Farroupilha, antes faziam parte do território de Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Já em território brasileiro, Anna se estabelece no lote 104, do Travessão Leopoldina na Colônia Caxias no Rio Grande do Sul. Contudo, antes de receber seu lote Anna e sua família ficaram no barracão, onde todos os imigrantes destinados para os, Campo de Cima da Serra ficavam até serem direcionados a sua parcela de terras. Já estabelecida em seu lote, Anna e sua família começaram a trabalhar em cima da terra para que pudessem ter seu sustento através do trabalho agrícola. Ao notar que suas instalações estavam localizadas na estrada de tropeiros, o que lhes dava um ótimo ponto para o comércio. Sendo assim Anna resolve abrir um comércio na localidade, um ponto de parada para os tropeiros, em seguida a viúva decide criar uma hospedagem para que os tropeiros pudessem descansar e consumir em seu comércio na sua passagem pelo Travessão Leopoldina.

Além de comerciante, Anna também era parteira, arte que aprendeu com sua sogra ainda na Itália. A viúva atendia todas as regiões nas proximidades de sua estadia. Anna era muito conhecida na região, principalmente pelo fato de ser parteira. Investigar as habilidades de Anna como benzedeira e parteira é indispensável para entendermos os espaços de atuação das mulheres nas colônias. Mulheres tinham padrões de comportamento que deviam ser seguidos, e Anna foi uma mulher viúva que obteve respeito mesmo sem estar sob a tutela de um marido[11], além de comandar uma hospedaria para tropeiros. Porém, a prosperidade de Anna e suas relações sociais não a livraram de ser alvo de fofocas, falatórios e críticas, assim como muitos casos de imigrantes na mesma posição.[12]

A respeito da atuação de Anna Rech como parteira, sabemos que nas regiões colonizadas por italianos na Serra Gaúcha "o número de mulheres no universo da cura possivelmente era maior do que o número de homens (BORTOLANZA, 2019, p. 22). Segundo Nikelen Witter (2001, p. 108), "embora o curandeirismo fosse praticado por

[11] É importante ressaltar que dos sete filhos que vieram com Anna, quatro eram maiores de idade e três menores de 18 anos. Porém, ao que tudo indica, Anna Rech teve em seu filho primogênito, Angelo, apoio importante para construir seu patrimônio social e material.

[12] No artigo de Maíra Inês Vendrame (2017), intitulado *"Donas do próprio destino: experiências transnacionais de imigrantes italianos no Brasil Meridional"*, a autora apresenta a trajetória de algumas imigrantes. A forma como Vendrame aborda as trajetórias servirá de inspiração para nosso trabalho.

ambos os sexos, era mais comum que se associasse mulheres curandeiras à feitiçaria", um medo que permeava os pensamentos da população pelo poder em mãos femininas. Algumas dessas mulheres, além disso, eram consideradas "bruxas" por serem consideradas de má índole e de conduta duvidosa. Anna Rech, segundo Giron (2001), atuava na colônia de Caxias como parteira e curandeira, visto que era conhecedora de chás e do corpo feminino.

Assim como ressalta Vendrame (2017, p. 124), "a atuação das italianas como parteiras, curandeiras e comerciantes, bem como as implicações de tais trabalhos para o grupo familiar, aparecem como temas a serem estudados". Concordando com o que Maíra Vendrame pontua em seu artigo, acredito que olhar para as condutas femininas abre um leque de possibilidades para a compreensão do universo camponês/imigrante feminino, ideais e condutas vindas com eles do além-mar.

Sem dúvida Anna contou com a ajuda de seus filhos e filhas[13], para fazer funcionar o comércio e hospedagem, assim como também produzir em seu lote e praticar seus saberes como parteira. Seu filho Ângelo casou-se com Luísa, que ficou viúva na viagem de vinda para o Brasil, com Anna e sua família. Assim sendo, Ângelo já se comprometeu em cuidar da viúva e em terras brasileiras logo se deu o matrimônio dos dois. João chega com 13 anos, depois de anos casa-se com Lúcia Buffon. Joana chega com 12 anos e quando completa 15 anos casa-se com Antunes Custódio da Silva, um fazendeiro com 70 anos. Vitório foi casado com Maria Balanzin, era muito ligado a assuntos da paróquia. Líbera chegou com 20 anos e nunca se casou, assim como Teresa que chegou com 24 anos, ambas tinham problemas mentais. José acabou se tornando um tropeiro e nunca se casou.

Anna adotou uma criança deixada em sua porta, que era uma menina preta. Anna acolheu a criança e a batizou como Maria Joana Rech. Em seguida Ana se dirige até a Sede Dante para entregar a menina às autoridades, contudo convencem Anna a ficar com a menina que eles a ajudariam com um auxílio oficial. Assim Anna retorna para sua moradia com a criança que vem a falecer sete meses depois.

[13] Informações sobre seus filhos, retirado do livro: *"Origens e descendência de Anna Pauletti Rech"*, organizado pelo Pe. João Leonir Rech.

4 A mulher imigrante: a figura de Anna Maria Pauletti Rech na Colônia Caxias

A realidade feminina dentro das colônias de imigração italiana era complexa. O trabalho por elas exercido no meio agrícola, segundo Loraine Giron (1996, p. 291), era reconhecido pelos homens. Contudo, por mais que se empenhassem e trabalhassem dificilmente se tornariam as chefas da família, realidade diferente para a mulher que emigrasse sozinha, sem uma figura masculina ao seu lado. Para essas, havia a possibilidade de se tornarem proprietárias de lotes de terra e serem "donas" da própria vida profissional. Ao mesmo tempo em que as oportunidades apareciam, estas mulheres precisavam estar prontas para lutar contra os preconceitos sociais que iam surgindo, pois, elas, por serem detentoras de seus destinos, acabavam por se tornar alvos principais das fofocas. Desta forma, com o presente projeto, buscamos enxergar figuras femininas como Anna Rech, uma imigrante que fugiu dos padrões estipulados e alcançou certo protagonismo social em seu tempo. Posteriormente, sua figura foi ressignificada pelos festejos do Centenário da Imigração, que de mulher autônoma, sem marido e bem-sucedida comercialmente, passou a modelo de mãe e vencedora pelo seu trabalho.

A mulher é retratada na historiografia tradicional como sendo incapaz de ser chefe de família e que esta seria uma função masculina. Loraine Giron aponta que a mulher estava "submetida a condições de desigualdade de atividades e de bens, tendo sido treinada para obedecer. A mulher, ao enviuvar, deveria assumir as funções desempenhadas pelo marido, para as quais não havia sido preparada" (GIRON, 1996, p. 295). Contudo, é possível constatar que em muitos dos casos eram as mulheres que gerenciavam a casa, assim como a família, sendo verdadeiras chefas. As mulheres assumiam compromissos, mas o crédito do êxito familiar e econômico seria atribuição exclusiva da figura masculina da casa. Mesmo que a mulher seja retratada como submissa e escondida atrás do nome do marido, os casos apresentados por Giron (1996) atestam que muitas imigrantes obtinham a independência financeira, tornando-se donas de suas próprias vidas.

As mulheres que escolhiam migrar para o Brasil sem um companheiro enfrentavam dificuldades em serem aceitas nos lugares de instalação. As regras morais que regiam as comunidades eram rígidas com elas, muito embora existissem mulheres a frente de negócios agindo como verdadeiras matriarcas. Ao analisar a trajetória da imigrante Anna Rech, buscamos compreender os espaços de atuação feminina que se diferenciavam dos que eram impostos pela sociedade, ligados à maternidade, a ser esposa

e dona de casa. Giron (1996, p. 294) destaca que “a fraqueza parece ter sido um estereótipo atribuído pelo grupo social ao sexo feminino”. Contudo, é através de casos como o de Anna Rech que poderemos problematizar este consenso social e historiográfico, ligando nosso trabalho às investigações atuais que destacam o protagonismo feminino nas regiões de imigração do Rio Grande do Sul.

Como destaca Vendrame (2017, p. 129), o sucesso ou o fracasso destas mulheres imigrantes que escolheram enfrentar o mundo sem um marido dependia muito do apoio que recebiam do grupo familiar e das redes sociais formadas. Sendo assim, Anna Rech teria sido bem-sucedida e alcançado certo reconhecimento social somente como dona de pousada? Então, perguntamo-nos quais outras atividades desempenhadas por Anna que permitiriam a ela ter aceitação social na comunidade? Buscar essa resposta pode colaborar com a compreensão dos valores locais prezados pela comunidade imigrante italiana. Como hipótese, afirmamos que sua história foi ressignificada por ocasião dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, muitos anos após a morte dela. Estas são questões que permeiam a problemática do atual projeto.

5 Conclusões

Como considerações finais, até o momento podemos destacar que Anna foi uma figura muito importante para a região da colônia de Caxias, principalmente por seus saberes como parteira, que praticava por toda a região. Além disso, Anna soube utilizar estratégias para se sobressair em meio a uma sociedade patriarcal, o que é perceptível nas fontes, as suas relações estabelecidas com a comunidade. As comemorações do centenário da imigração italiana colaboraram para que a imagem de Anna se estabelecesse como a fundadora (mãe, religiosa, bondosa), a imagem projetada sobre a mulher imigrante. Por fim, a imigrante tem muito ainda a ser analisadas e estudadas, colaborando para enriquecer principalmente a historiografia das mulheres imigrantes.

Referências

Cinquentenário della Colonizzacione italiana nel Rio Grande do Sul: 1875-1925. Porto Alegre. Globo, 1925.

BATTISTEL, Arlindo I; COSTA, Rovílio**. Assim vivem os italianos:** vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: EST/EDUCS: 1934.

BATTISTEL, Arlindo I; COSTA, Rovílio**. Assim vivem os italianos:** religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre: EST/EDUCS: 1934.

BATTISTEL, Arlindo I; COSTA, Rovílio**. Assim vivem os italianos:** a vida italiana em fotografias. Porto Alegre: EST/EDUCS: 1934.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

BORTOLANZA, Karina. "Quem sabe curar sabe destruir": práticas de cura entre os descendentes de imigrantes italianos, Farroupilha, século XXI. In: CEHLA: Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos, 2018, São Leopoldo. **Polaridade, Conexões Brasil e América Latina.** São Leopoldo: UNISINOS, 2018, p. 621-629.

CONSTANTINO, Núncia S. de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional. São Paulo. **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST, 1992.

COSTA, Rovílio. **Imigração Italiana no Rio Grande do Sul:** vida, costumes e tradições. Porto Alegre: EST, 1975.

DALL'ALBA, João L.; RECH, Juarez E.; SUSIN, Valter A.; TOMIELLO, Antônio. **História do povo de Ana Rech.** Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil, Vol. III**. Porto Alegre: Torino, 1996.

_____; COSTA, Rovilio. ***Far la Mérica,* a presença italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RIOCELL, 1991.

_____ (org.). **La Mérica:** escritos dos primeiros imigrantes italianos. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

GARDELIN, Mario. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul:** Fontes Literárias. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1988.

GARDELIN, Mario; COSTA, Rovílio. **Os Povoadores da Colônia Caxias.** Porto Alegre: EST, 1992.

GIRON, Loraine. **Dominação e subordinação:** mulheres e trabalho na pequena propriedade. Porto Alegre: EST, 2008.

LEVI, Giovanni**. A herança imaterial.** Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude – O feiticeiro e sua magia in antropologia estrutural. "Le Sorcier et sa magie". **Les Temps Modernes**, 4º ano, nº 41, 1949, pp. 3-24. [Em português no Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1975, pp. 193- 213].

LIOTTA, Salvatore. **A viagem de Anna Rech.** Caxias do Sul: Maneco, 2016.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante Italiano.** Estante do centenário da imigração italiana. Porto Alegre: SULINA, 1975.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** Implicações econômicas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MERLOT, Vânia H. **O mito do padre entre descendentes de imigrantes italianos**. Porto Alegre: EST, 1979.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos:** imigração italiana e memórias de mulheres. Niterói: UFF, 2008.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia.** Porto Alegre: EST, 2001.

ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania B. M. **L'emigrazione Italiana Nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)** Fonti diplomatiche. Ravenna, Italy: Angelo Longo Editore, 2018.

SHARPE, Jin. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 39-62.

VENDRAME, Maíra Ines. "Com tinta do meu sangue": redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano". In: BENEDUZI, Luis; DADALTO, Maria Cristina. **Mobilidade Humanidade e circularidade de ideias**: diálogos entre América Latina e a Europa. Venezia: Edizioni Ca'Foscari, 2017, p. 67-78.

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo R. Staudt (Orgs.). **Ensaios de micro-história, trajetórias e imigração.** São Leopoldo: OIKOS, 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. **Lá éramos servos, aqui somos senhores**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines; PEREIRA, Syrléa M. **Mulheres em movimento**: Experiências, conexões e trajetórias transnacionais. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na Aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: OIKOS, 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. "Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do sul do Brasil". **Métis**: história & cultura. V. 12, n. 23, jan/jun. 2013, p. 218-232.

VENDRAME, Maíra Ines. Em busca da -República de Deus-: revoltas camponesas e agentes da emigração no norte italiano (século XIX). **Tempo** (Niterói. Online), v. 23, p. 22-42, 2017.

VENDRAME, Maíra Ines. Segredos revelados: vergonha, escândalo e crime de infanticídio nos núcleos de colonização europeia no sul do Brasil. In: VENDRAME, Maíra Ines (Orgs.). **Crime e Justiça:** reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: OIKOS, 2018. p. 100-135.

WADI, Yonissa M. **A história de Pierina:** Subjetividade, crime e loucura. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WITTER, Nikelen Acosta. Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. **Tempo** [online]. 2005, vol.10, n.19, pp.13-25.

ALTERIDADE EM PORTO NOVO: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS A PARTIR DO LIVRO "ESPÍRITO PIONEIRO" (1926-1950)

Carlise Schneiders[1]

1 A sociedade perfeita

> Se tivésseis estado na Utopia, se tivésseis assistido ao espetáculo de suas instituições e de seus costumes, como eu, que lá passei cinco anos de minha vida, e que não me decidi a sair senão para revelar esse novo mundo ao antigo, confessaríeis que em nenhuma outra parte existe sociedade perfeitamente organizada (MORUS, 2001, p. 21).

Não foram poucos aqueles que tinham o sonho da sociedade perfeita. Thomas Morus foi apenas mais um, vivendo sob um regime absolutista, o autor descreve em 1516 a sociedade de seus sonhos, com perfeita harmonia entre seus habitantes e primorosa distribuição de riquezas. Outros são mais impetuosos, pensam na classificação (ou segregação) das raças e classes. Cabe então indagar em que se fundamentam essas sociedades e qual seria o objetivo dessas dis/utopias. Sabe-se se, contudo, que majoritariamente ao longo da história, a idealização da *sociedade perfeita* envolve um personagem principal que projeta suas ideais e ideologias particulares sob uma população, e estas se referem, comumente à padronização de costumes, regras, comportamentos e muitas vezes, à tipologia dos seus habitantes.

Com objetivo similar, a *Volkverein* ou Sociedade União Popular tentou implantar na região do extremo oeste catarinense, uma colônia que formaria uma *Sociedade Perfeita*, ou uma comunidade imaginada[2]. Com preceitos étnicos e religiosos bem desenhados, a colônia deveria receber alemães ou teuto-brasileiros católicos, exclusivamente. Estes, com auxílio ininterrupto da *Volksverein* e de seus projetos educacionais, financeiros e culturais uniriam forças para desenvolver econômica e culturalmente a região rural que faz divisa com o Rio Grande do Sul e a Argentina.

O oeste catarinense era uma região de *vazio demográfico*[3] na segunda década do século XX. As terras que preenchiam esse território eram consideradas devolutas, ou seja,

---

[1] Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo; Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2017). E-mail: caarlise@hotmail.com.

[2] O conceito de comunidade imaginada é cunhada por Benedict Anderson em 1983 e publicado em livro reeditado em 1991. O livro se refere majoritariamente a idealização e constituição da Nação, contudo é possível usar o conceito de Comunidades Imaginadas em Porto Novo, pois, assim como uma Nação, certos preceitos étnicos, religiosos e políticos são imprescindíveis para a construção desta colônia.

[3] Vazio demográfico seria um discurso utilizado pelos governantes como justificativa para a inclusão do oeste catarinense como destinos para imigrantes. Paulo Zarth (2016, p. 16) desmitifica esse conceito.

pertencentes ao Estado. Qualquer esforço de habitar a área daria uma sensação de segurança e proteção para as fronteiras brasileiras. Dessa forma, o projeto de colonização de Porto Novo estava dentro das demandas federais e estaduais do período. Além disso, a colonização mais ao sul do país já havia iniciado há um século, no ano de 1824, e as terras que antes ofereciam abundância, agora já não supriam as necessidades das grandes famílias de colonos[4] (RADIN, 2016, p. 158).

Enquanto a preocupação dos governos era de povoar territórios e garantir a soberania nacional, companhias colonizadoras passaram a se inteirar dessa demanda, comercializando terras e idealizando projetos de colonização na parte oeste do Estado de Santa Catarina. Empresas catarinenses e gaúchas passaram a propagandear territórios, a maioria com objetivos econômicos de compra e venda, muitas, organizando comunidades étnicas de italianos, poloneses ou alemães. Outras mais ousadas, tinha projetos de segmentação não apenas étnica, mas também confessional (NEUMANN, 2016, p. 44). Neste âmbito, Werle (2011, p. 166) destaca que os líderes da colonização alemã possuíam, desde o início, a preocupação e segregar alemães em seu credo e origem, para que desta forma houvesse conservação da língua e o atendimento religioso a todos.

Para além da preocupação com a terra e com a migração, em 1912 foi idealizada por um grupo de padres jesuítas alemães e católicos[5] a Sociedade União Popular ou *Volksverein.* Ela surge da divisão da *Bauernverein*, associação de agricultores do Rio Grande do Sul que também se preocupava com homogeneidade étnica, mas acreditava que colônias com misturas de crenças poderia funcionar se a população seguisse determinadas regras.[6]

A *Volksverein*, idealizando a sociedade perfeita, tinha profunda preocupação com a manutenção da cultura, língua e religião dos teuto-brasileiros católicos. Atenta em conservar a Alemanha como pátria mãe e sustentar as suas origens, desenvolveu-se preocupada com os moldes das novas colonizações. Para os jesuítas, a colônia perfeita deveria ser homogênea, alemã e católica, sem misturas de etnias e de credos. Para atingir

[4] Neste texto, a palavra *colono* será utilizada sempre que falarmos dos (i)migrantes teuto-católicos.
[5] Os padres jesuítas Max Von Lassberg, Theodor Amstad e João Rick foram os pioneiros e idealizadores da associação.
[6] Ver Werle (2011).

seus objetivos, a *Volksverein* também organizou um periódico, a *St. Paullus-Blatt*[7] e a Caixa Rural, um fundo financeiro dos colonos teuto-brasileiros.

Em 1926, após diversos trâmites com a compra de terras, a *Volksverein* finalmente dá início ao projeto da sua sociedade perfeita, a Colônia Porto Novo. Esta, estaria localizada no sudoeste do estado de Santa Catarina, fazendo divisa com a província argentina de *Missiones* e o noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Atualmente os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis e um pequeno pedaço de Iporã do Oeste compõe o território.[8]

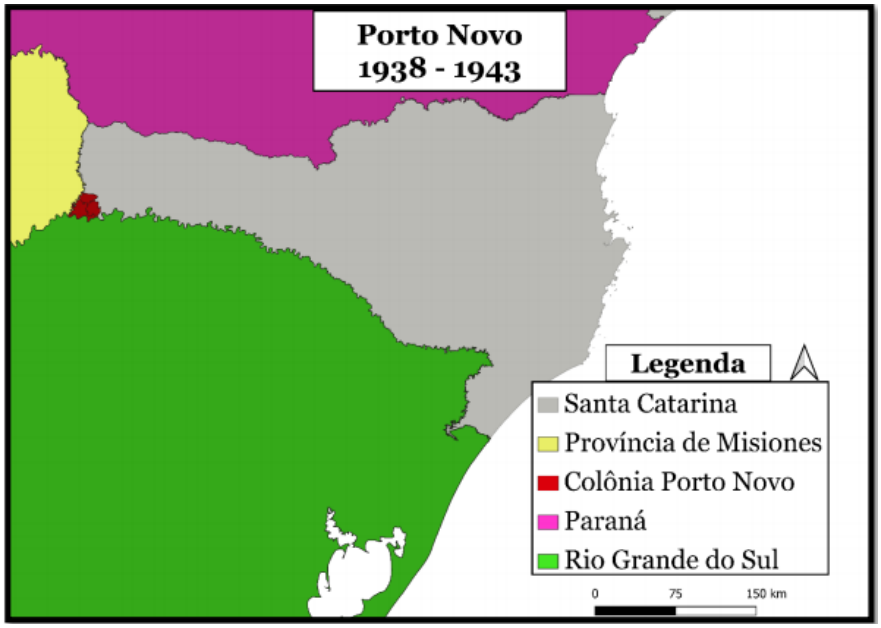


Figura 1 – Mapa de localização da Colônia Porto Novo
Fonte: SAUSEN, 2020, p. 3

A partir deste momento, o presente artigo se propõe analisar os primeiros 25 anos da Colônia Porto Novo, fazendo um recorte mais específico para as relações interétnicas que os colonos estabeleceram quando chegaram ao território de Porto Novo e os processos de alteridade[9] que deles surgiram. O objeto de análise é o livro *Pioniergeist, der Väter Erbe: Wie eine Frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah*[10] escrito em 1951 pela pioneira

[7] A *ST. Paullus-Blatt* foi um periódico que fazia as vezes de informar os seus assinantes sobre as novidades das colônias, propagandas de terras e colônias, liturgias religiosas, dicas sobre manejo das propriedades rurais e orientações sobre a educação dos filhos e catequese. Ver: Samuel Klauck (2009).
[8] Sobre a dinâmica de ocupação de povoamento de Porto Novo, ver Mayer e Neumann (2016).
[9] Concepção de parte do pressuposto básico de que todo homem interage e interdepende de outros indivíduos. Assim, a existência do eu-individual só é possível com a mediação do contato com o outro. Dessa forma, o *eu* só existe a partir do *outro* – da visão do *outro* – o que permite também compreender o mundo a partir de um olhar diferenciado, tomando por referência tanto o diferente quanto eu mesmo, devido a sensibilização pela experiência do contato (TEDESCO, CARON, 2013, p. 146-147).
[10] Heranças dos pioneiros. Como uma mulher viu o desenvolvimento de uma povoação na selva [Tradução livre].

Maria Wiersch Rohde e posteriormente traduzido e publicado com o título *Espírito Pioneiro: a Herança dos antepassados.* Primeiramente, o texto aborda as questões de alteridade com os povos indígenas e depois, sobre como Maria Rohde vê e relata as relações com as mulheres deste grupo; da mesma forma será feita a análise com o grupo de caboclos.

2 Alteridade em Espírito Pioneiro

O final do século XIX e início do XX colocaram em pauta a construção da identidade nacional. Junto dessa demanda apareceram diversas teorias sobre a composição social brasileira e projetos tratando do progresso e do futuro da nação. O darwinismo social estava em voga, Seyferth destaca que "O branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações) produziria uma população de fenótipo branco". Essa noção de que a entrada de imigrantes em território nacional produziria uma sociedade branca e progressista ao longo do tempo imperou no imaginário de grande parte dos cientistas. Dessa forma, "os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e ao mesmo tempo submergir na cultura brasileira através do processo de assimilação".[11]

Neste período, "produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus no topo, os negros 'bárbaros' e os índios 'selvagens' se revezando na base e todos os demais ocupando posições intermediárias" (SEYFERTH, 1996, p. 55). Essa noção perpassou os campos das ciências e chegou nas camadas sociais, Silva (2014, p. 344) exemplifica citando o preconceito que os grupo de alemães tinham em relação aos caboclos. Esse imaginário construído na virada do século permanece no inconsciente da população e em Porto Novo, muitas das teorias discutidas no período anterior são colocadas em voga e praticadas no cotidiano da colonização.

Segundo Jungblut (2000, p. 72) o povoamento da região de Porto Novo teve três momentos, o primeiro momento foi caracterizado pela ocupação indígena e presença de alguns brancos como demarcadores de terras, missionários, militares e bandeirantes, essa fase teria durado até 1850. A segunda fase foi marcada pela ocupação cabocla, predominantemente ligados a extração de madeira e teria como marco inicial o ano de

[11] A constituição de colônias homogêneas, principalmente por alemães, passou mais tarde a ser um problema para a população teuto-brasileira, considerada como um "quisto étnico", a sua germanidade, nas palavras de Seyferth (1997, p. 103) seria um vírus que afeta a nação, ameaçando a sua integridade.

1850 e final o ano de 1926. A última fase, após 1926, seria a fase da colonização branca e o desalojamento dos caboclos. Reichert (2016) diverge em alguns pontos, pois defende que a migração mais intensa de colonos ao território de Porto Novo acontece após a colonização da *Volksverein,* e que seu desalojamento é posterior ao ano de 1960.

Maria Rohde nasceu na Alemanha, mas viveu por grande parte de sua vida em Nova York (EUA), lá ela conheceu grupos indígenas como os *Ojibwais*, que seria uma "tribo pura de índios" que, "vivem de acordo com as suas tradições e com o apoio do governo", e por isso "apresenta, anualmente, a peça tradicional *Hyawata* de Longfellow orientados por missionários". Estes indígenas ela classificou como

> maravilhosos e representantes da mais pura tradição indígena: mulheres, homens e crianças, seres humanos bonitos, naturalmente fortes, ágeis de movimento, de olhar vivo e inteligente, vestindo suas roupas de pele tradicionais, exóticas e muito decoradas. Quase eram de uma beleza clássica. É óbvio que os índios brasileiros despertavam minha curiosidade (ROHDE, 1996, p. 92).

A narrativa aqui analisada inicia no ano de 1926, quando a autora do livro migra para Porto Novo. Maria Wiersch Rohde chega em seu novo lar em dezembro do mesmo ano e passa a descrever os principais episódios de seu cotidiano, sempre fazendo ligação com o desenvolvimento da colônia teuto-católica. Em sua narrativa, a autora cita diversas passagens em relação aos *habitantes da mata,* se referindo aos caboclos e ao *habitante original* ou *Bugre,* se referindo aos indígenas.

Carbonera e Onghero fazem um apanhado das descobertas e povos indígenas que viveram em Porto Novo antes da chegada dos colonos alemães, "a relação destes colonizadores com a natureza do local foi marcada pela transformação do espaço natural em um espaço cultural", ou autores endossam que a retirada de vegetação original para plantio, construção de casas e estradas fez com que estes encontrassem diferentes vestígios de antigos povos que habitaram a região por milhares de anos (CARBONERA, ONGHERO, 2016, p. 12).

> O território ao longo da margem do rio havia sido habitado, antigamente, por toda sua extensão, por Bugres. Disso dão testemunho os achados arqueológicos que são feitos e escavados por toda parte. Constituídos, em geral, de potes de cerâmica de todos os tipos e tamanhos, muitos de formatos muitos belo e bastante decorados. Ao que parece, já tinham o hábito de enterrar seus mortos em uma espécie de cemitério, pois onde se encontrava um dos grandes *panelões de morto* – urna funerário (n.t.) – geralmente se encontrava outros por perto. Começamos a perceber que, em vários lugares havia elevações pronunciadas de terra amontoada artificialmente, formando um agrupamento relativamente próximo, e que, quando escavados com cuidado, revelavam grandes urnas de cerâmica com ossos de humanos semidecompostos – além de

> outros objetos estranhos – a respeito do significado dos quais nós não tínhamos ideia (ROHDE, 1996, p. 91-92).

Rohde tinha clareza da existência de povos indígenas nos arredores de Porto Novo, citava, diversas vezes, que tinha conhecimento sobre as Missões Jesuíticas os inteligentes indígenas que ergueram aquele patrimônio. Sua curiosidade sobre os povos remanescentes foi endossada diversas vezes.

> Eu já estava há meses na mata, conhecia a fauna e a flora bastante bem. Já sabia identificar as mais variadas árvores e tipos de madeira, mas o verdadeiro senhor de toda essa criação, o seu habitante original, o Bugre brasileiro eu ainda não tinha conhecido (a não ser os mestiços que viviam do outro lado do Rio). Eu tinha muita curiosidade de vê-los. Naturalmente a imagem que eu fazia deles, era mais ou menos influenciada pelas lembranças vividas que eu vira no norte, junto ao Lago Michigan e na fronteira com o Canadá (ROHDE, 1996, p. 92).

Logo após uma passagem onde a autora caracteriza o lavrador nacional, ela coloca

> muitas vezes eu me perguntava: se muitas dessas pobres criaturas [os caboclos] já tem essa aparência lamentavelmente degenerada, como então, serão os legítimos Bugres? Até agora só tinha visto alguns doentes que vinham pedir ajuda, mas de alguns poucos isolados não podemos conceber um quadro genérico (ROHDE, 1996, p. 97).

No entanto, a curiosidade de Maria é suprimida logo em seguida. A autora faz o relato após conhecem um grupo de indígenas vindos do Rio Grande do Sul para vender mercadorias. “São criaturas lamentáveis, estes pobres remanescentes dos antigos e livres donos destas matas, só nos resta pensar: *“Criaturas que já foram seres humanos”* – uma raça em extinção” (ROHDE, 1996, p. 101).

Elias e Scotson (2000, p. 167) revelam que em uma comunidade que recebe migrantes existem dois grupos de pessoas, os estabelecidos, que seriam aqueles que já moram no local e que tem “padrões, normas e um estilo de vida que eles haviam criado entre si”, e por isso este grupo se considera melhor, com mais valor; e um grupo de *outsiders*, que seria os que vem de fora e são considerados inferiores, tanto em sua cultura quanto em outros aspectos. Os *outsiders*, então, se esforçam para alcançar o lugar dos estabelecidos. No caso das colonizações, Neumann (2012, p. 7) ressalta que os estabelecidos de outrora (indígenas e caboclos) foram realocados na hierarquia social e as relações se inverteram, neste momento, os colonos tomaram as vezes de estabelecidos, colocando-se como superiores.

Dois elementos podem ser ressaltados nessa narrativa sobre o indígena que Maria Rohde nos coloca: O primeiro é o elemento da superioridade dos colonos (estabelecidos)

em relação aos indígenas (*outsiders);* o outro é o elemento da precariedade indígena que está posta.

No trecho que ressaltamos, é bastante notável a autodeterminação de *estabelecida* de Maria. Para a pioneira, o grupo de regras que os indígenas estavam seguindo torna-os inferiores, não apenas na cultura, religião ou nos padrões econômicos e políticos, como seria mais comum supor, mas rebaixa-os na classificação de *criaturas que já foram seres humanos*. Para Rohde, a forma de vida dos indígenas, mesmo vendo-os uma única vez, já os direciona a uma categoria abaixo dos seres humanos, logo, uma categoria abaixo dos colonos, tão bem-organizados, promissores e saudáveis de corpo e de alma:

> [Rohde citando o Padre Petrus Lenz] Meu amado povo de Porto Novo – escolhe, também tu, meu povo, entre a benção ou a maldição. Se vocês observarem todos os mandamentos do senhor, vocês serão abençoados em casa e no campo, abençoados no fruto de vossa lavouras e no fruto de vossos animais... [...] De maneira impressionante ele traçou um paralelo entre a Terra Prometida de outrora, do povo escolhido, e a Terra Prometida atual, a nossa amada Porto Novo e de seu povo que é, igualmente, escolhido para transformar esse belo cantinho do Mundo, em um paraíso. Um lugar no qual um povo escolhido, saudável de corpo e alma, possa crescer e desabrochar (ROHDE, 1996, p. 151-152).

O segundo elemento é a precariedade indígena ressaltada pela autora que não pode ser ignorada e que tem motivos para ser. Zarth (1997, p. 29) retrata o processo de expulsão, extermínio e aldeamento em que os povos indígenas do Sul foram submetidos ao longo dos séculos. Grupos inteiros de Guarani e Caingangue foram fortemente combatidos antes de 1926. Quando Rohde escreve esse relato, em meados dos anos 1930, os povos indígenas do Sul já tinham sido submetidos a diversas injustiças, não sem resistência, mas vencidos pela força do Estado e da iniciativa Privada.

Esses dois elementos revelam um ideal estatal que estava em voga no momento, Zarth (1997) afirma que a o modelo de agricultura modernizador, que seria aplicado pelos colonos nas terras mais ao interior, deveria ser uma contraposição ao modelo arcaico e atrasado aplicado pelos povos indígenas e caboclos nessas regiões. Assim, em busca do progresso econômico e do ideal capitalista, grupos inteiros tiveram de se habituar ou foram preteridos e expropriados de seus territórios (SILVA, 2004, p. 152).

> Para expandir nuestra agricultura habría necesidad de hispanizar a nuestros indios. Su ociosidad, estupidez e indiferencia hacia los esfuerzos humanos normales nos llevan a pensar que provienen de una raza degenerada que se detentora en proporción a la distancia de su origen [...] *sería muy conveniente que se extinguieran los indios, mezclándolos con* los *blancos, declarándolos*

> *libre de tributo y otros cargos, y otorgándoles la propiedad privada de la tierra"*[12] (LYNCH *apud* ANDERSON, 1993, p. 32).

Após a primeira impressão, Maria Rohde revela outros encontros, quando alguns grupos de indígenas os visitavam mais frequentemente, às vezes para vender artesanatos, outras para procurar remédio ou ajuda para curar feridas. O que se destaca dessas passagens é a profunda piedade que a autora sentia desse grupo, outra característica que revela o seu sentimento de superioridade.

> Eu nunca vi que um bugue tivesse se comportado de forma atrevida ou insistente. Eles ficavam parados a uma distância considerável de casa e esperavam, até que alguém aparecia e os percebia. Então eles ofereciam seus trabalhos timidamente. Apesar de toda a miséria, eles possuem um admirável senso de cortesia e decoro, sabem agradecer gentilmente, não esquecem um favor feito e se mostram agradecidos por isso em outra ocasião (ROHDE, 1996, p. 102).

Da mesma forma como se estabelecem a relações de Rohde com os grupos de indígenas, as relações com as mulheres desse grupo as colocam em quadro inferior,

> As mulheres, vestidas com sacos e trapos. Com cabelos longos, sujos e desgrenhados, carregando seus filhos desnutridos e nus, apoiados nos quadris. Elas sempre caminham alguns passos atrás de seus homens e são elas que tem que carregar qualquer carga, quando tem algo para vender (ROHDE, 1996, p. 101).

Bhabha, (1991, p. 179) afirma que existe um discurso colonial que é usado enquanto aparato de poder e que "o corpo se encontra sempre e simultaneamente tanto na economia do prazer e do desejo, quanto na do discurso, da dominação e do poder". Dessa forma, a passagem que Maria Rohde narra, pode ser fruto desse discurso onde o colono se coloca e se vê como superior ao indígena, principalmente no âmbito higienista, onde a aparência "desnutrida e nua com cabelos sujos e desgrenhados" das mulheres indígenas evidencia, para Rohde, a sua inferioridade.

Para Rohde, ressaltar que a mulher indígena caminha atrás do homem e carrega mais carga, pode ser uma prova de que Maria não se via como sendo uma mulher que caminha *atrás* dos homens. Em toda a sua narrativa, ela se coloca em pé de igualdade quanto à importância dos homens e mulheres para a colônia, contudo, ressalta diversas vezes os "bravos homens" que construíram Porto Novo. De certa forma, a sua vivência

---

[12] Para expandir nossa agricultura seria necessário hispanizar nossos índios. Sua ociosidade, estupidez e indiferença, fazendo os esforços humanos normais, nos levam a pensar que provém de uma raça degenerada que se deteriora em proporção a distância de sua origem […] *seria muito conveniente que extinguissem os índios, mesclando-os com brancos, declarando-os livres de tributos e outros encargos, e outorgando-lhes a propriedade privada da terra".* [Tradução livre]

demonstra que homens sempre estão em situação de liderança, enquanto mulheres, apesar de essenciais e andarem *ao lado* dos homens, são menos importantes no cenário da colonização.

Nessa mesma linha hierárquica, ou talvez um pouco acima, se encontram os grupos conceituados como caboclos. Silva, (2014) faz uma profunda análise do termo caboclo, sua gênese e desenvolvimento em diversos momentos da história. O que vale destacar aqui é uma delimitação imprescindível, o caboclo não é uma etnia, e sim um modo de vida. A palavra "caboclo" quer representar, portanto, um tipo social que habita o mundo rural, que tem uma forma de viver, comparativamente aos colonos imigrantes, diferenciada e que é interpretada pelo imigrante como "pobre" (p. 345); o adjetivo (caboclo) é usado como categoria analítica para designar um tipo de camponês com características e modo de vida singulares (p. 350).

Uma importante contribuição ao estudo do caboclo que habitou Porto Novo nos anos de 1930 é realizado por Patrício Reichert (2016, p. 186-187). O autor defende que o lavrador nacional que vem a Porto Novo tem origem no Rio Grande do Sul, a partir "da atividade econômica do tropeirismo e do cultivo da erva mate no planalto gaúcho". Após a lei de terras de 1850 o seu sustento com essas atividades fica impossibilitado, o que faz com que a categoria do caboclo se torne proletarizada pelos estancieiros ou donos dos ervais gaúchos. Aqueles que não se submeteram a essa realidade, adaptam o seu *ethos* camponês em outras paragens. Uma destas, sendo as novas áreas de colonização, onde conseguiriam trabalho e remuneração, pelo menos por um período.

Reichert ressalta que Porto Novo é uma região estratégica, faz divisa com a Argentina e o Rio Grande do Sul, essa situação facilita a locomoção do caboclo, pois, "a identidade camponesa cabocla, diferente da cultura indígena, precisa estar inserida num mercado econômico para a manutenção dos seus padrões sociais" (ZARTH *apud* REICHERT, 2016, p. 183). Assim, Porto Novo seria um destino estratégico, pois, quando acabasse a disponibilidade de trabalho nessa terra, outras estariam nas redondezas.

Jungblut (2000, p. 62) classifica os caboclos de Porto Novo em duas categorias, os primeiros seriam os *intrusos,* estes eram alfabetizados, se vestiam com roupas boas-vindas da Argentina, muitos estavam assentados sobre um pedaço de terra e tinham um certo prestígio por parte dos colonos. Já no início do livro, Maria Rohde conta que teve contato com o caboclo Mathias, guia da balsa que conduziu Rohde e a família Timm de Porto Feliz à Porto Novo. Ela se refere a ele da seguinte maneira: "era a primeira vez que eu encontrava um caboclo assim, pois, na região do Alto Taquari, onde nós morávamos

anteriormente, os caboclos não eram muito frequentes. Ao menos Mathias me pareceu uma pessoa muito boa e pronta para ajudar" (ROHDE, 1996, p. 54).

Outro personagem importante do livro e que se encaixa na categoria de *intruso* era o caboclo Fabiano, o caçador de onças, que morava nas proximidades da família Rohde e sempre estava disponível para os serviços solicitados pelos colonos, principalmente na caça da temida onça. Rohde se refere a ele com certa admiração, "na época ele morava com os filhos e as filhas, próximo de nós e era muito bem quisto devido à sua simpatia e confiabilidade" (ROHDE, 1996, p. 85).

O velho Fabiano era um homem muito educado, com modos estranhamente refinados, que chamavam a atenção dos estranhos (ROHDE, 1996, p. 163)

Dentre os filhos de Fabiano, um havia frequentado a escola de Porto Novo onde a irmã de Maria era professora.

> Mateus era um menino querido, bem-educado e disposto a ajudar, aluno exemplar, aprendia com facilidade e por que gostava [...] sem ela, Mateus teria continuado a ser um pobre nômade das matas como todos os demais. Mas, ao que essas pessoas poderiam chegar se tivessem a chance... (ROHDE, 1996, p. 97).

Faz-se destacar a descrição que Maria faz sobre estes caboclos, "bem-educado e disposto a ajudar, pessoa muito boa e pronta pra ajudar, simpatia e confiabilidade", expressões estas que ressaltam a função dos caboclos nessa região; atender demandas dos colonos, estes que, de certa maneira, valorizavam os esforços dos caboclos, principalmente os que se aproximam mais da cultura do colono teuto.

Rohde relata que um certo dia as filhas Fabiano, o caçador de onças, vieram fazer uma visita a Maria, pois, queriam que seu marido, Carlos, comprasse para elas uma máquina de costurar.

> Só consegui me comunicar através de sinais e alguns vocábulos, porém acabei aprendendo muito com elas. As moças haviam juntado uma bela quantia em dinheiro, fabricando e vendendo peças artesanais muito bonitas de Junco e Criciúma: bolsas, chapéus, cestos, etc., e agora queriam que meu marido comprasse uma máquina de costura manual. Admiravam muito a minha máquina e quase não conseguiam afastar-se dela. Uma delas contou-me que, dessa forma, poderiam costurar mais rápido e melhor do que até então – já que costuravam tudo à mão – para todos os moradores dos arredores. Ela também me mostrou o que sabia fazer em trabalhos e artesanato (ROHDE, 1996, p. 96).

Meyrer (2014) ressalta que entre as mulheres teuto-sul-riograndenses há grande diferenciação social, as que moram nas áreas rurais cumprem funções e têm características distintas daquelas residentes nas áreas urbanas. Mesmo estas tendo a mesma origem étnica, possuem diferenças marcantes em relação à vestimenta,

comportamento, trabalho e educação. Se em sociedades etnicamente homogêneas há grande alteridade entre mulheres, pode-se concluir que em sociedades onde há diferentes etnias e modos de vida, as questões de alteridade e etnicidade tornam-se ainda mais evidentes.

A passagem de Rohde revela mais uma característica da deficiente relação entre caboclos e colonos: a questão da língua. A manutenção da língua alemã era algo caro aos teuto-católicos, esse aspecto é evidenciado nesse trecho, muitos dos colonos recém estabelecidos não tinham domínio do português, Rohde era uma dessas pessoas, prova disso é seu livro todo escrito em alemão. Assim como a língua foi um fator de distanciamento entre os diferentes grupos, as questões culturais podem ser desenhadas com distanciamento e aproximações.

O interesse das filhas de Fabiano em adquirir uma máquina de costura mostra como alguns hábitos perpassam as fronteiras interétnicas, alcançando assim, um grau de proximidade entre diferentes modos de vida. Da mesma forma, é inconcebível pensar que os colonos se estabeleceram em meio a mata virgem sem a interferência primordial dos caboclos, que tendo conhecimento profundo sobre a vegetação, as plantas medicinais e o terreno foram indispensáveis para o assentamento dos colonos.

Outro grupo de caboclos classificados por Jungblut eram o *Waldläufer*, ou andarilhos do mato. Como o nome já diz, estes eram seminômades, "perambulavam de um lugar para outro, percorrendo rios e matas". Jungblut também observa que as características culturais dos *Waldläufer* eram mais distantes das dos teuto-católicos, e isso dificultava ainda mais a sua interação na colônia. Rohde faz diversas menções a esta categoria, uma destas se dá quando relata a necessidade dos agrimensores em realizar a medição dos lotes e por isso precisavam de mão de obra.

> De todos os cantos e grotas da mata foram surgindo os seus habitantes. Como a notícia se espalhara, onde ficavam seus ranchos ou abrigos, onde e como viviam – eu não consegui descobrir. Eles estavam ali, em todo lugar e em lugar nenhum – nômades das matas. Em todo caso, se um agrimensor precisava de operários, eles surgiam, em grupos, se oferecer. Se um colono precisava de ajuda para derrubar o mato, eles – muitas vezes – ficavam por dias, acordados nas redondezas, esperando para serem convocados[...]. Eles eram tratados honestamente, podiam dormir nos acampamentos, recebiam comida e bebida e, depois disso tudo, ainda um salário qual eles podiam comprar tudo o que podiam imaginar (ROHDE, 1996, p. 93).

Foram vistos grandes grupos desses animais [porcos do mato]. Porém, eram muito difíceis de serem abatidos. Quem sabia caçá-los com mais destreza eram os antigos habitantes das matas. Eles sabiam onde ficavam os esconderijos e trocas dos animais. Um

desses mateiros, que morava nas proximidades, sabia descobrir uma rede de túneis subterrâneos e cavernas, fechando todas as suas saídas e preenchendo as com fumaça de enxofre até os porcos se reunir em uma caverna escolhida por ele. O resultado era uma caçada de 25 a 30 porcos selvagens que ele distribuía em toda a vizinhança (ROHDE, 1996, p. 88).

Ponto importante a ser destacado faz referência às festas e dias santos dos lavradores nacionais. Para os caboclos, existiam dois dias sagrado durante o ano; o dia de pagamento, e o dia de São João. Rohde relata com destreza os rituais destes dias:

> Em frente à nossa propriedade, do lado rio-grandense, junto da foz do rio Pardo, morava, na época, bem sozinho, o velho mestiço de bugre, caolho, o Januário, no Chalé espaçoso abandonado por um antigo madeireiro. Lá eu já observava há dias uma bandeirola branca, com algum símbolo escuro que eu não conseguia definir, tremulando ao vento, bem acima da copa das árvores. Chamava a atenção o grande número de canoas que começou a entrar pela desembocadura do rio Pardo. Pela manhã, bem cedo, na véspera de São João, toda esta Frota se dirigiu ao nosso porto. Não demorou muito, e um bom número de caboclos subiu, em fila indiana, pela barranca em direção a nossa casa e pediram para falar com o "Patrão". Como o meu marido não estava e eu não sabia como lidar com essas pessoas, mandei o peão chamar o nosso antigo auxiliar, Eckhard, que ajudava a instalar a serraria do nosso vizinho. Emílio tinha prática e negociar com os caboclos e me explicou a situação. Fiquei sabendo, então, por ele, que a bandeirola que tremulava a dias do outro lado do Rio, era a bandeira de São João, sendo que o símbolo escuro sobre a mesma, representava o santo no deserto, – que eles consideravam seu patrão – e que eles pretendiam comprar o que fosse necessário para a festa de amanhã (ROHDE, 1996, p. 93-94).

> Aí aconteceu o fato, para mim, mais interessante. Neste momento eu percebi profundamente a sorte a riqueza que nós temos em podermos nos valer do conhecimento que nos torna seres livre e independentes. O primeiro “homem de dinheiro” que, ao que parecia tinha recebido seu salário no dia anterior, largou uma nota de cem mil réis no balcão e pediu uma garrafa de cachaça, que Emílio encheu, lembrando-o que patrão não permitia que bebessem ali, o que todos confirmaram espontaneamente. Emília devolveu nove nota e mais o restante do troco em moedas. Até dez ele sabia contar – portanto, estava certo. Então ele colocou outra nota no balcão, de dez mil réis; ele queria um par de chinelos. Escolhidos os mesmos, recebeu seu troco. Mais uma vez ele colocou a nota na mesa e pediu um quilo de açúcar, que recebeu juntamente com o troco, mais tarde um pedaço de sabão e assim por diante. Enquanto ele recebia o troco, podia continuar comprando. Quando, por fim, restavam apenas alguns níqueis (moedas), colocou-as no balcão e pediu balas. Ficou feliz como uma criança por ter gasto todo seu dinheiro e tendo ganho tanto por ele. [...]Somar, eles não sabem, e, convencidos que, desta forma, não podem ser enganados, eles não percebem o quanto estão à mercê da honestidade do vendedor (ROHDE, 1996, p. 95).

Todas essas passagens são fundamentais para compreender o processo de alteridade que surge das relações interétnicas. A cultura, modo de vida, economia e política do colono estabelecido nesta comunidade imaginada torna-se a regra, o certo, enquanto aqueles que possuem diferentes modos de vida, principalmente em relação ao

sistema econômico tornam-se preteridos, segregados ou, na melhor das situações, alvo de piedade. Bhabha (1991, p. 203) diz que é no espaço dessa coexistência que se utilizam estratégias de hierarquização e marginalização para administrar as sociedades coloniais.

As relações entre colonos e caboclos relatados por Maria Rohde são ambíguas, em muitos momentos ela ressalta a habilidade e a confiabilidade dos *povos das matas* em diversas atividades fundamentais para a sobrevivência em Porto Novo, em outros momentos ela os coloca como *pobres criaturas com aparência degenerada.* Independente da caracterização, todas as passagens nos revelam que os escritos de Rohde representa o imaginário dos colonos teutos. Jungblut, ressalta que

> Os alemães foram tomando os espaços e os caboclos foram tratados com os seguintes princípios socioculturais:
> - são de uma raça inferior e não são capazes de fazer um serviço do início ao fim;
> - não devem ser tratados com benevolência ou dignidade, pois logo abusam da confiança;
> - são potencialmente criminosos;
> - são ladrões;
> - ao caboclo se reservam serviços que o branco não quer fazer ou os trabalhos pesados, como roçar capoeira, derrubar mato, cavoucar barranco, etc. (JUNGBLUT, 2005, p. 69).

Neste momento é possível retomar Elias e Scotson (2000, p. 175), eles ressaltam que a maioria das pessoas, "são indivíduos criados com uma rigidez particular de visão e de conduta; muitas vezes, foram criados acreditando que todo o mundo tem ou deveria ter, essencialmente, os mesmos sentimentos e comportamentos que eles". Situação esta que fica clara quando se observa a conduta e pensamento recorrente de Maria Rohde e os colonos teuto-católicos de Porto Novo.

Reichert (2016, p. 191) ressalta, nesse contexto, que nem mesmo a disponibilidade e importância da mão-de-obra do caboclo conseguiu inseri-lo na comunidade teuto-católica de Porto Novo. Ao longo dos anos, a sua presença na região diminui bruscamente, após o fim da demanda pela mão-de-obra do lavrador nacional, muitos se retiraram, procurando outras áreas de colonização, principalmente na Argentina e no Oeste do Paraná. Os que permaneceram, não conseguiram se adaptar a modernidade agrícola em constante avanço. Para manter seu modo de vida camponês em Porto Novo, se tornaram agregados de colonos, "aqueles que "optaram" pelo serviço urbano e não se adaptaram à proletarização, incham a periferia e sobrevivem com o subemprego".

Schneider (2016, p. 98) confirma, ressaltando que os caboclos que resistiram e permaneceram nas proximidades das terras ocupadas pelos colonizadores alemães,

sujeitaram-se a função de subordinados e diferentes, vivendo em “guetos” de caboclos, segregados geográfica e culturalmente.

3 Considerações Finais

Anderson (1993, p. 37) diz que o catolicismo, a partir do século XVIII usa o relativismo e a territorialização para fins inteiramente conscientes e políticos. Porto Novo poderia se encaixar nesse projeto. Os padres jesuítas e os colonos alemães idealizaram a sociedade perfeita, e dentro de um momento histórico de desvalorização de povos originais, se colocaram como povo escolhido para tornar a “Terra Prometida” como um local de perfeita harmonia e prosperidade econômica.

Esse cenário possibilita a autodeterminação dos colonos como estabelecidos, colocando outros povos em patamares abaixo do seus “Sim, eles vão para o céu, pois não receberam conhecimento” (Frase de Padre Rick em episódio de batismo de caboclos citada por Rohde, 1996, p. 119). O que é central nessa discussão é que o espírito comunitário, pautado na língua alemã e no catolicismo, seria corrompido em caso de assimilação de novas etnias ou religiões. A sociedade perfeita, outrora idealizada pelos jesuítas, estaria comprometida e fadada ao fracasso caso a pureza étnica e confessional não se concretizasse.

Por consequência dessas relações, acontecem, também, neste espaço de Porto Novo, trocas culturais, Barth (1998, p. 17) afirma que “não devemos pensar os materiais culturais como tradições fixas no tempo que são transmitidas do passado, mas sim como algo que está basicamente em um estado de fluxo” ou seja, toda vez que grupos humanos se relacionam, há trocas de material cultural. Os teuto-brasileiro que vieram à Porto Novo já tinham, por sua vez, uma cultura diferente daquela que os seus antepassados tinham quando chegaram ao Brasil ainda no século XIX. Da mesma forma, os caboclos e indígenas presentes no território modificaram ligeiramente as suas características culturais. Por isso, é inconcebível pensar que os colonos não assimilaram certas características caboclas ou indígenas, ou que os caboclos não incorporaram elementos da cultura teuto-brasileira.

Contudo, vale ressaltar que o processo de apagamento de certos modos culturais também é verdadeiro, Barth (1998, p. 22) assinala que a cultura está sempre em fluxo e em mudança, mas também sempre sujeita a formas de controle, e isso pode se dar de várias formas, inclusive com o silenciamento e o apagamento das experiências. No caso exclusivo de Porto Novo, é possível perceber esse silenciamento ou controle quando não

vemos nas narrativas oficiais e festivas dos municípios que atualmente compõem Porto Novo a atuação dos caboclos, ou a valorização da arqueologia indígenas nos museus ou casas de cultura. Quando as festas comemorativas dos municípios, da igreja e das comunidades não trazem a cultura cabocla como elemento formador de Porto Novo, elas acabam silenciando ou apagando essa característica ou quando não o fazem, apropriam-se dela.

Em função disso, é necessário não apenas ressaltar a diversidade étnica e cultural de Porto Novo no âmbito acadêmico, mas torna-se mais necessário pensar essas relações em solo popular, onde a narrativa colonialista e de superioridade cultural tem território mais fértil e domina o imaginário da população.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. P. 187-227.

BHABA, Homi K. A questão do "Outro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLANDA, Heloísa, Burque de. **Pós-modernidade e Política.** Rio de Janeiro: ROCCO. 1991. P- 178-203.

EIDT, Paulino. Porto Novo: modelo jesuítico de comunidade. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos:** perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 122-139.

EIDT, Paulino. SILVA JUNIOR, Edinaldo Enoque. **Porto Novo**: do reino religioso ao poder de mercado. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2011.

ELIAS Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco-Íris Gráfica e Editora, 2000.

KLAUCK, Samuel. **O apostolado da imprensa:** a revista St. Paulus-blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR. 294 f: il. 2009.

MAYER, Leandro. NEUMANN, Rosane M. A dinâmica de ocupação e povoamento de Porto Novo: uma colônia étnica e religiosamente homogênea no extremo oeste de Santa Catarina. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Vol. 8 Nº 16, Julho - Dezembro de 2016. P. 73-88

MEYRER. Marlise Regina. As mulheres teuto-sul-rio-grandenses: a produção da distinção social. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014, p. 153-166.

NEUMANN, Rosane M. Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da Colonizadora Meyer (planalto rio-grandense, 1897-1932). **Tempos Históricos**, Vol. 16, ago.-dez. de 2012, p. 313 – 336.

NEUMANN, Rosane M. Porto Novo: a *canaã* dos colonos e imigrantes alemães católicos na década de 1920. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos:** perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 36-48.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. In: RADIN, J. C., VALENTINI, D. J., & ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul.** Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

RAMBO, Lorival Inácio. Colonização Porto Novo: a relação homem/natureza. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos:** perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 140-160.

REICHERT, Patrício. Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos:** perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 179-192.

ROHDE, Maria Wiersch. 1996. **Espírito Pioneiro***:* A Herança dos Antepassados. Itapiranga: Porto Novo Gráfica e Editora.

SAUSEN, João Vitor. Os nacionais estrangeiros: as políticas estatais de nacionalização cultural de Porto Novo (SC) em uma era de conflitos (1938-1943). **XIII Encontro Estadual de História – ANPUH-PE: Anais Eletrônico. 2020**

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **MANA** 3(1):95-131, 1997.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor (Org.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCB, 1996.

SILVA, Marcio A. Both. Caboclos. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, maio/ago. 2014.

SILVA, Marcio A. Both. **Por uma lógica camponesa**: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1859-1900. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. 183 f: il. 2004.

TEDESCO, João Carlos. CARON, Márcia dos Santos. A preocupação com "os de dentro" e a reconstituição do etos camponês: relações interétnicas na colônia Erechim, norte do RS – 1908-1915. In: TEDESCO, João Carlos. NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e Colonizadores:** aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Vol. III. Porto Alegre: Letra & Vida. 2013. P. 144-169)

WERLE, André Carlos. Religião e Etnia na Formação da Colônia Porto Novo (Extremo Oeste Catarinense). **Esboços, histórias em contextos globais**. Florianópolis, vol. 8, n. 8, p. 16-28, 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, J. C., VALENTINI, D. J., ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul.** Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho.** Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

GÊNERO, CRIME E VIOLÊNCIA: AS MULHERES NAS FONTES CRIMINAIS (SÃO LEOPOLDO, SÉCULO XIX)

Caroline von Mühlen[1]

1 Introdução: as fontes e suas potencialidades

O estudo sobre o crime, a violência e as classes populares nem sempre despertou o interesse e a dedicação dos pesquisadores, ao longo da história. A análise da criminalidade só encontrou espaço para florescer com a estruturação da história social e a história "a partir de baixo" desde meados dos anos 1960. Desse modo, recuperar os diversos aspectos da vida cotidiana dos indivíduos e grupos no mundo, da marginalidade, da violência, do crime passou a ser visto com outro olhar pelos pesquisadores, em decorrência de uma renovação historiográfica e a aproximação entre a História e a Antropologia, voltada mais para o social. A aproximação entre a História e a Antropologia permitiu a história da criminalidade seguir duas vertentes de análise e metodologia: acerca da análise, uma vertente voltada para o estudo institucional e a segunda preocupada em desvelar os aspectos sociais (hábitos, valores, relações interpessoais); metodologicamente, pesquisadores preocupados em realizar uma análise serial e quantitativa das fontes e outra voltada para o estudo de casos.[2] Assim, temáticas ligadas à pobreza, à marginalização, à criminalidade[3] fomentaram o surgimento de uma diversidade de estudos durante os séculos XVIII e XIX, primeiramente, nos países europeus. Essa renovação historiográfica também permitiu resgatar arquivos e fontes até então esquecidos.

Marcos Luiz Bretas lembra que os estudos sobre crime e violência, bem como sobre do uso de processos criminais no Brasil são recentes e escassos, possivelmente em decorrência das divergências apontadas por Sidney Chalhoub, acerca do ceticismo.

[1] Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Atualmente é professora de História e Geografia no Colégio Sinodal (Unidade de Portão – Ensino Fundamental II e Ensino Médio. E-mail: carolinevm7@gmail.com. Mais informações em: http://lattes.cnpq.br/5432386994202218.

[2] Ver: Ladurie (1975); Revel (1998, 15-38); Bensa (1998, p. 39-76).

[3] Influenciada pelo racionalismo iluminista, pelo positivismo comtiano e pela antropologia criminal, a criminalidade passou a ser vista, pelos principais criminalistas do período, como um grande problema social que necessitava de medidas drásticas, pois o objetivo era manter a ordem e o bem-estar da sociedade. Ver Maia; Neto; Costa; Bretas (2009, p. 9-34).

Somente após 1980,[4] os historiadores e pesquisadores passaram a utilizar mais sistematicamente as fontes criminais e policiais em seus estudos, tentando, cada vez mais, compreender a produção dessas fontes, o lugar da violência e do crime na sociedade, além de observar as práticas e representações em torno dos atos de violência e dos delitos, bem como as formas de normatização e punição destes comportamentos.

No âmbito internacional, entretanto, a história do crime e da justiça criminal já se encontra consolidada. Inúmeras publicações em revistas especializadas e a aglutinação de pesquisadores em grupos de trabalho acerca da criminalidade permitiram a consolidação dessa temática. De um lado, temos pesquisas e pesquisadores preocupados em analisar a criminalidade em sua longa duração e em processos macrossociais, enquanto outros pesquisadores buscam ater-se ao estudo das instituições penais e judiciais para explicar a criminalidade (CARNEIRO, 2008, p. 24). Autores como Edward Thompson, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Norbert Elias, Michelle Perrot, Natalie Davis tiveram papel marcante e influência nesse campo. O filósofo Michel Foucault, autor de *Vigiar e punir*, traduzido para o português em 1977, por exemplo, foi um dos pensadores que mais influenciou a historiografia brasileira e os posteriores estudos sobre as prisões.

Os processos criminais constituem a principal fonte utilizada nesse artigo, pois, como afirma Boris Fausto, através da análise desse tipo de fonte seria possível "apreender regularidades que permitam perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma penal", contudo "se apreendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento". Ou seja, apesar da interferência de inúmeras vozes na organização desse feixe discursivo, é possível, através da análise do processo criminal, historicizar o modo de vida, de trabalho, de festejar, de brigar e reivindicar os direitos de distintas classes sociais.

Esse tipo de fonte deve ser entendida como um "conjunto dos atos praticados para que o Juiz possa emitir uma decisão segundo as ordens determinadas pela lei" (BAJER, 2002, p.9). Compõe-se de um "intricado mosaico" de peças judiciárias, usando uma expressão de Paulo Moreira, através do qual a Justiça busca reconstituir um acontecimento (crime), enquadrando-o ao Código Criminal vigente à época e após seguir

[4] Keila Grinberg delimita a década de 1980 como marco inicial do uso de fontes judiciais por historiadores e antropólogos. Com isso, segundo a autora "não que processos judiciais não tenham sido usados anteriormente, principalmente como base documental para trabalhos sobre criminologia", mas foi a partir desta década que os pesquisadores da História Colonial à República passaram a usar mais sistematicamente os arquivos do judiciário (GRINBERG, 2012, p. 125).

os trâmites legais, absolver ou condenar o(s) réu(s).[5] Os autos, como bem lembra Boris Fausto, traduzem "o crime e a batalha que se instaura para punir, graduar a pena ou absolver" (FAUSTO, 1984, p. 21). Dessa forma, quando "os atos se transformam em autos" e "os fatos em versões" perde-se o acesso ao acontecido, em decorrência do debate que se instaura entre os atores jurídicos (médicos, oficiais de justiça, intérpretes, policiais, juízes, escrivães, advogados, testemunhas, jurados) ou "manipuladores técnicos",[6] onde cada um manipula os fatos de acordo com o seu ponto de vista (CORREA, 1983, p. 25).

Assim, a partir da leitura dos processos criminais, é possível perceber a mediação dos "manipuladores técnicos" e a interferência desses agentes judiciais nas relações e disputas de poder travadas entre as partes envolvidas, reconstituindo-se, pois, "um modelo de culpa e um modelo de inocência" (SILVA, 2004, p. 56). Corroborando com essa premissa de que "os atos se transformam em autos", Yvonne Maggie afirma que "o juiz julga o que está nos autos e não o que se passou na verdade. Portanto, o que não está nos autos não pode ser levado em consideração". Assim, "o que está no processo está no mundo, isto é, os princípios que regulam e norteiam o discurso dos juízes são também princípios ordenadores de discursos da sociedade de um modo geral" (MAGGIE, 1992, p. 21).

As potencialidades de pesquisa que esse tipo de fonte fornece, é proporcional aos cuidados que ela exige. Embora estejamos cientes das especificidades e dos cuidados que as fontes judiciais necessitam, acreditamos ser possível encontrar pistas, indícios e sinais para estudar a vida cotidiana dos dominados, pois, como afirma Arlette Farge (2009, p. 80), "fragmentos de vida, disputas em retalhos expostas ali desordenadamente, refletindo ao mesmo tempo o desafio e a miséria humana" emergem do arquivo judiciário.

O ponto de partida foi o levantamento dos processos criminais localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A partir da leitura dos processos localizados histórias eram contadas, recontadas e até modificadas, permitindo acessar, através das queixas e dos depoimentos aspectos do cotidiano de homens e

[5] "Como a justiça criminal não apenas julga os atos, mas também se preocupa, de maneira central, com a motivação e a intencionalidade dos atores (...), as explicações e desculpas dos envolvidos e as versões das testemunhas necessariamente entram nos processos, mesmo quando distorcidas por categorias, preconceitos e estratégias dos operadores da Justiça. Nos garranchos de processos antigos, encontram-se analfabetos discutindo suas interpretações de eventos e imputando motivos aos outros" (MONSMA, 2005, p. 163-164).

[6] Categoria criada pela autora Mariza Corrêa para definir os profissionais do sistema jurídico e policial que tinham a função de ordenar a realidade conforme as representações sociais propostas pela máquina judicial (CORRÊA, 1983).

mulheres, de distintos s*tatus,* nacionalidades, idades e religiosidades. A historiografia mais recente vem mostrando uma relação muito próxima entre as práticas criminosas e o cotidiano social dos indivíduos. Nesse sentido, os processos criminais permitiriam resgatar o cotidiano de um grupo específico ou variado e como afirma Paulo Moreira, foram utilizados nesta pesquisa como "um *pretexto* para algumas considerações sobre a história social" de São Leopoldo e de seus personagens na segunda metade do século XIX (MOREIRA, 2010, p. 32).

2 Gênero, crime e violência: as mulheres nas fontes criminais

Os estudos historiográficos sobre criminalidade, violência e funcionamento do aparato jurídico-policial no Brasil ainda são recentes e escassos, como identificou Marcos Luiz Bretas da Fonseca. As pesquisas de historiadores e antropólogos brasileiros, como por exemplo, Boris Fausto (1984), Sidney Chalhoub (2001), Marcos Bretas (1997), Marisa Corrêa (1983), Yvonne Maggie (1988), Carlos Antônio Costa Ribeiro (1995) vêm se destacando desde a década de 80, e influenciando novas pesquisas. Todavia, se associarmos essas temáticas ao uso empírico das fontes do judiciário com o estudo da imigração, em especial, a imigração alemã em São Leopoldo/RS, veremos que existe uma enorme lacuna e silêncios.[7] Dessa forma, pesquisas que utilizaram os processos criminais como fonte primordial para entender as experiências de sociabilidade de trabalhadores e o cotidiano de habitantes do Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora e Santa Maria/RS foram utilizadas para pensar a utilização e as especificidades desse tipo de fonte, e, principalmente, para estabelecer um diálogo com os dados encontrados nos processos criminais de São Leopoldo. Além de lançar luzes sobre os crimes e a violência praticada na Vila de São Leopoldo, o objetivo deste artigo é atentar para a presença feminina nos processos criminais, analisando o perfil social dessas mulheres, como elas eram tratadas pela Justiça e quais as penas imputadas pela Justiça local.

Em 10 de maio de 1866, o Promotor Público da 1ª Vara Crime, Eugênio Pinto Cardoso Malheiros, "usando do direito que lhe confere a lei", denunciou o preto Bento, escravo de D. Ana Atanásia, moradora em Lages, Santa Catarina. Segundo a petição de

[7] Localizamos somente o artigo intitulado *"Alemães no Rio Grande do Sul no Período imperial: réus e vítimas*", da autora Helga Iracema Landgraf Piccolo, cujo objetivo era apontar os problemas que os alemães e descendentes tiveram que enfrentar no Rio Grande do Sul. Além de processos criminais e documentação policial, a autora utiliza também a imprensa e a correspondência enviada pelo Governo Provincial ao Ministério da Justiça. Ao longo do texto, alguns processos criminais são utilizados com "intuito basicamente informativo" (PICCOLO, 1998, p. 137).

denúncia do promotor, o escravo Bento foi acusado de fazer "proposições desonestas" a Ana Maria Gerling e sua filha enquanto cortavam os juncos nos fundos do terreno de sua casa, localizada no 1º distrito de São Leopoldo, às margens do Rio dos Sinos. Ao recusar e repelir a atitude do preto Bento, Ana Maria e sua filha foram agredidas, sofrendo ferimentos e contusões, conforme descritos no exame de auto de corpo de delito. Na ocasião da agressão, dia 10 de abril do mesmo ano, terça-feira, o escravo Bento encontrava-se em São Leopoldo, porque acompanhava o seu "senhor moço" a conduzir uma tropa.[8]

As vítimas Ana Maria Gerling e sua filha, "mansa e pacífica", estavam cortando os juncos nos fundos da sua propriedade, quando foram agredidas pelo réu "sem o menor motivo, de forma frívola ou motivo reprovado". Descrever a vítima dessa forma foi uma estratégia utilizada para mostrar que elas seguiam os padrões e papéis socialmente exigidos pela sociedade da época. Por fim, o texto relacionava o evento com o artigo do Código vigente à época, solicitava a condenação do agressor ao grau (mínimo, médio, máximo) da pena, e arrolava as testemunhas que deveriam ser inquiridas. O ato cometido pelo réu Bento (escravo de D. Ana Atanásia) foi considerado criminoso pelo Promotor Público, e, por isso, devia ser "punido com o máximo das penas declaradas no artigo 201 combinado com o artigo 60 do Código Criminal [...] circunstâncias agravantes do artigo 16 §§4º e 6º do dito Código". A queixa apresentada pelo Promotor foi aceita pelo Juiz da Comarca, dando-se assim prosseguimento à investigação dos fatos e à ação penal. Pronunciado, o réu foi julgado pelos Jurados, que o condenaram à pena citada na petição judicial, um ano de prisão, multa correspondente e 120 açoites.[9]

A partir do exemplo acima e conforme os dados compilados na tabela abaixo, a maioria dos processos criminais levados ao Tribunal do Júri era referente à acusação de crimes contra a pessoa. Esse tipo de crime corresponde a quase 90% da nossa amostra. Os crimes contra a pessoa ou "crimes de sangue", como define Carlos Antônio Costa Ribeiro, correspondem principalmente aos homicídios, às tentativas de homicídios e aos ferimentos ou à agressão física. As provas daquilo que ocorreu eram observadas em feridas e marcas no corpo da própria vítima, sendo estas descritas nos laudos médicos e periciais (exame de auto de corpo de delito), inclusas no processo criminal.

Tabela 1 - Crimes julgados pelo tribunal do júri, 1846 a 1871

[8] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 87, maço 04, estante 77, 1867.
[9] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 87, maço 4, estante 77, 1867.

Crime	Quantidade	Porcentagem (%)
Contra a pessoa	87	89,7%
Contra a propriedade	8	8,2%
Contra a ordem pública	2	2,1%
Outros	-	-
Total	97	100%

Fonte: APERS, Processo-crime, 1846 a 1871.

Vejamos, então, os dados coletados acerca do perfil social dos sujeitos históricos. Dos 157 indivíduos identificados como réus nos processos criminais, há uma clara predominância quase absoluta de homens, caracterizando-se como um fenômeno quase exclusivamente masculino. Deivy Carneiro (2008, p. 147) afirma que entre os pesquisadores acostumados com a temática da criminalidade ao redor do mundo, não é surpreendente constatar a predominância de indivíduos do sexo masculino arrolados como réus nos diversos tipos de processos criminais (por exemplo, homicídio, tentativa de homicídio, agressão física e ferimentos, calúnia e injúria, furto). Boris Fausto (1984, p. 70), neste mesmo sentido, observa que as mulheres cometiam menos crimes, tornando o índice de criminalidade feminina mais reduzido e compatível com os dados apresentados por outros autores que estudam o fenômeno da criminalidade, em outros países.[10] Na média para todo o período por que se estende a nossa pesquisa, 97,4% dos indivíduos eram homens, enquanto somente 2,6% dos réus eram do sexo feminino, isto é, correspondendo a apenas quatro mulheres para o período de vinte e cinco anos, aproximando-se, assim, das constatações apresentadas pelos demais autores. A existência de poucos processos criminais contra mulheres, conforme exposto na tabela abaixo, permite sugerir algumas suposições relacionadas ao gênero: a) refletir acerca do comportamento do sistema jurídico e policial que dispensava um tratamento diferenciado a elas (inimputável); b) revelar uma concepção jurídica que visava a proteger a mulher, quando esta fosse indiciada; c) expor a mulher à sociedade como um ser mais frágil

[10] Ao analisar as histórias de perdão na França do século XVI, Natalie Z. Davis encontrou 4 mil remissões, sendo que apenas 1% delas foram enviadas por mulheres. Segundo a mesma autora, "Christine de Pizan estava certa em suas observações: no período medieval, no Antigo Regime, e hoje, as mulheres constituem um segmento muito menor que os homens nos processos crimes violentos. Estudos quantitativos de indiciamentos ou recursos em casos de homicídio na França e na Inglaterra em várias épocas, desde o século XIII até o século XVIII, mostram que as ocorrências que envolvem mulheres variam entre 7,3% e 11,7% do total. Mas na França do século XVI elas constituem uma parcela ainda menor que obtêm cartas de perdão por seus crimes", isto porque os principais crimes associados a mulheres (bruxaria e infanticídio) não eram perdoáveis (DAVIS, 2001, p. 127).

fisicamente do que o homem, e por isso não poderia ser responsabilizada pela sua conduta e por seus atos; d) indicar que as mulheres se envolvessem em menos conflitos e desentendimentos, se comparadas aos homens, ou o modo de agir e a reação delas diante das situações podia ser diferente da dos homens (CARVALHO, 2005, p. 93; CARNEIRO, 2008, p. 147).

Tabela 2 – Sexo dos réus, São Leopoldo, 1846-1871

Sexo do réu	Quantidade	Porcentagem (%)
Masculino	153	97,4%
Feminino	4	2,6%
Total	**157**	**100%**

Fonte: APERS, Processo-crime, 1846 a 1871.

Ao analisar os quatro processos criminais, atentamos primeiramente para o fato de as quatro mulheres que aparecem como rés nos processos não ocuparam essa posição sozinhas, mas sim ao lado de homens, com os quais mantinham algum tipo de relacionamento, isto é, ou como irmã ou esposa. Naquilo que tange ao tipo de crime, três casos referem-se a crimes contra a pessoa e um crime contra a propriedade, denunciados como ofensas físicas e ferimentos (1), homicídios (2) e ajuntamento ilícito (1). A origem de dois crimes estava relacionada à explosão súbita de descontentamento da vítima ao revidar algum tipo de agressão, sendo que um estava relacionado à honra ou tentativa de abuso, e outro a problemas com o trancamento de um caminho. Já nos outros dois processos criminais, as partes possuíam divergências há mais tempo.

Ainda sobre os quatro casos envolvendo mulheres como rés, cabe fazer algumas ressalvas acerca do comportamento do aparato jurídico-policial. Já mencionamos anteriormente que as mulheres não ocuparam essa posição sozinhas, mas sim acompanhadas por homens, na categoria de irmão ou esposo. Mesmo se tratando de poucos casos, podemos confirmar que as mulheres eram tratadas de forma diferente que os homens, pelas autoridades. Catharina Müller, por exemplo, não foi pronunciada pelo crime de homicídio que ocorreu no dia 11 de fevereiro de 1862. Nessa ocasião, o colono alemão Carlos José Welzbacher, 51 anos de idade, casado, lavrador e morador na Freguesia do Forromeco[11] realizava o casamento de sua filha. Naquele dia de festa, inúmeras pessoas estavam presentes na residência, quando, por volta das quatro horas da

[11] Freguesia pertencente ao 5º distrito de São Leopoldo, denominado Santa Maria da Soledade. APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 40, maço 2, estante 77, 1862.

tarde, houve um desentendimento entre a vítima Pedro Conrad e os réus Gustavo Rodolfo Eduardo Kobold, Conrado Müller e a sua irmã Catharina Müller, resultando na morte da vítima no dia seguinte, por volta das onze horas da manhã, e ferimentos graves em Adolfo Gleinbling. A viúva de Pedro Conrad alega que o motivo da divergência se devia a uma dívida que o marido possuía com o pai de Conrado e Catharina Müller. O réu Gustavo Kobold, um dia antes do homicídio, foi enviado pela família Müller à casa de Pedro Conrad para cobrar a dívida no valor de 8$500 mil réis, referente à compra de um porco, não sendo entregue por Joana Berving o valor. Alega ainda que foi agredida por Catharina Müller, além de ser injuriada com palavras "mulher à toa" e "puta". Catharina não foi pronunciada, e os demais foram absolvidos.[12]

Em um processo crime de homicídio ocorrido no dia 26 de maio de 1870, no local denominado Santa Cristina do Pinhal, os réus Narciso Pereira Dias e Emília Maria da Conceição foram acusados pela morte de sua escrava Generosa. A ré Emília M. da Conceição, diferentemente do caso anterior, foi pronunciada pela Justiça, porém seu julgamento ocorreu separadamente ao do marido (absolvido em 2.3.1872), sendo absolvida em sessão de 16 de junho de 1879, portanto vários anos após o crime de homicídio.[13] Esse também foi o caso da ré Ana Maria Scherer, esposa de Jacob Eisenbarth. Além da ré e seu esposo, Ernesto Germano Döbler, João Scherer, João Lufts, Miguel Scherer e Jacob Fötzenner foram acusados por cometer o crime de ajuntamento ilícito. O fato ocorreu no dia 8 de dezembro de 1862, na colônia de Santa Maria da Soledade, quando as autoridades locais investigavam o trancamento de um caminho. Chegando à propriedade de Ana Maria e Jacob Eisenbarth, as autoridades foram impedidas de realizar a investigação e destruir as cancelas e porteiras que impediam a passagem de pessoas pela sua propriedade, pois os réus, conjuntamente, munidos de paus, porretes, facão e pedras praticaram atos de violência contra as autoridades. Os homens foram julgados pelo tribunal, e absolvidos em 28 de junho de 1864, enquanto Ana Maria Scherer foi absolvida, separadamente, em sessão de 26 de novembro do mesmo ano.[14] Apenas a ré Bárbara Kirsch foi pronunciada, julgada e absolvida na mesma sessão em que o irmão Miguel Kirsch. Ambos foram acusados por provocar ofensas físicas e

[12] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 40, maço 2, estante 77, 1862.
[13] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 103, maço 5, estante 77, 1870.
[14] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 55, maço 3, estante 77, 1863.

ferimentos na vítima Daniel Kirsch, no dia 26 de maio de 1867, durante um baile público no 5º distrito de São Leopoldo.[15]

Desde o século passado, inúmeros trabalhos vêm demonstrando que os delitos femininos não eram frequentes (comparando com os delitos masculinos), e quando ocorriam, geralmente podiam ser classificados como crimes de pequena escala, sem empregar muita violência. Outros supõem a relação entre a criminalidade, o papel da mulher e sua inserção em sociedade. Nesse sentido, em decorrência do papel predominantemente doméstico atribuído às mulheres, alguns crimes poderiam ser cometidos em casa, permanecendo, assim, ocultos na esfera privada sem serem relatados à justiça. Mas somente quando uma mulher não seguia os padrões de comportamento ditados e esperados pela sociedade, esta deveria dar satisfação à justiça acerca da sua conduta.[16] Boris Fausto (1984, p. 71), baseando-se no estudo de Otto Pollak, fala de uma criminalidade feminina "mascarada", "argumentando que as mulheres são mais capazes que os homens de disfarçar a extensão de seus crimes, dada a existência privatizada da maioria das mulheres".

Seria ingenuidade pensar que as mulheres cometessem menos delitos, pois, como bem lembra Paulo Moreira, "as mulheres tinham um campo de manobra maior em relação às autoridades do que os homens. Quando presas, dependendo da transgressão cometida, gozavam de uma certa impunidade, e quando ofendidas, sendo seu agressor um homem, eram também beneficiadas". O mesmo autor destaca ainda que no cotidiano de enfrentamentos entre homens e mulheres em Porto Alegre, "as mulheres mostraram-se especializadas em 'expor ao público' seus adversários", sendo que nessa troca de agressões diversas, os homens geralmente eram indiciados como réus. Assim, os exemplos citados acima ajudam a demonstrar que o sexo feminino era visto pelas autoridades locais com outros olhos, sendo muitas vezes despronunciadas ao longo do processo e/ou absolvidas do crime.

---

[15] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 82, maço 4, estante 77, 1867.

[16] Deivy Carneiro (2008: 148) cita alguns estudos que relacionam a questão da criminalidade e o gênero feminino. FLOWERS, Ronald Barri. *Women and Criminality: the woman as victim, offender and practitioner.* New York: Greenwood Press, 1987. EMSLEY, Clive: *Crime and Society in England, 1750-1900.* London: Longman, 1996. POLLACK, Otto. The Criminality of Women. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1950. Apud: GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed editora, 4ª edição, 2005.

Naquilo que tange às vítimas, os dados apresentam uma pequena alteração, primeiramente em relação ao número de vítimas arroladas nos processos criminais (111 vítimas e 157 réus) e acerca do sexo delas.

Tabela 3 – Sexo das vítimas, São Leopoldo, 1846-1871

Sexo do réu	Quantidade	Porcentagem (%)
Masculino	90	81,1%
Feminino	21	18,9%
Total	111	100%

Fonte: APERS, Processo-crime, 1846 a 1871.

Se compararmos o número de mulheres nas duas tabelas acima (tabela 2 e 3), podemos observar uma presença maior de mulheres como vítimas (12 de origem alemã e 9 nacionais). Os crimes levados a julgamento, tendo mulheres como vítimas, referem-se a crimes que envolviam agressão física e ferimentos (9), homicídios (6), tentativa de homicídio (1), crimes de dano (2), estupro (1), abuso de autoridade contra mulheres (2), na maioria das vezes, perpetrados pelos próprios companheiros. Também observamos que os tipos de relacionamentos entre agressor e vítima eram diversos, mas geralmente se conheciam, prevalecendo, todavia, conflitos entre parentes (cônjuges, irmãos, pai e filha). Tal constatação permite entender por que a maioria dos crimes perpetrados contra mulheres ocorria no espaço privado (17) e isolado (3). É importante lembrar que muitos crimes contra mulheres não foram denunciados, investigados e nem sequer tornaram-se processos criminais.

A vítima Cristina Mensch, por exemplo, supostamente assassinada pelo seu próprio marido, foi sepultada pelo mesmo em sua colônia por "não poder levar o corpo ao cemitério"[17] devido à distância e às péssimas condições das estradas do interior (intransitáveis). Informações sobre o caso envolvendo o assassinato de Cristina só chegaram à Justiça vários dias após o ocorrido. O réu Adão Mensch (35 anos de idade, lavrador, viúvo), residente na Colônia de Santa Maria da Soledade, entre o Arroio Forromeco e a dos Franceses, no dia 8 de fevereiro 1863 (domingo à noite), "sem razão alguma conhecida, bárbara e brutalmente" espancou sua mulher Cristina Mensch, fazendo-lhe inúmeros ferimentos, dos quais veio a falecer no dia 13 de fevereiro, sendo sepultada no dia seguinte. De acordo com o Subdelegado de Polícia, o Tenente Coronel Antônio José da Silva Guimarães Filho, o réu compareceu à mesma subdelegacia no dia

[17] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 50, maço 2, estante 77, 1863.

14 de fevereiro para informar que sua esposa havia falecido em decorrência de uma enfermidade (não declarada no pedido), e solicitou para sepultá-la em sua colônia, sendo, pois, autorizado pelo mesmo subdelegado. Apenas no dia 20 de fevereiro, após uma denúncia, o mesmo subdelegado de polícia solicitou que o Inspetor de Quarteirão, Antônio Andrioly remetesse Adão Mensch preso à cadeia civil de São Leopoldo por suspeita de haver espancado sua esposa. Também solicitou que o inspetor de quarteirão, juntamente com cinco testemunhas, fosse até o local onde Cristina Mensch foi enterrada para realizar a exumação do corpo e o exame de auto de corpo de delito.

Das oito testemunhas chamadas para depor sobre o caso, a maioria eram vizinhas da família, e apenas informaram que "ouviram dizer" que a vítima estava há muito tempo doente, mas não sabiam o motivo do falecimento. Três testemunhas alegaram que a vítima possuía uma ferida na cabeça, uma mancha roxa entre os olhos e que do nariz saía sangue e vermes. A testemunha Catarina Maria Geis, vizinha da família, confirma que no dia 10 de fevereiro (terça-feira) foi procurada pela filha da vítima para ir até sua casa "tendo ela ido achou a mulher na cama, bastante ensanguentada, correndo-lhe sangue do nariz e boca, contando que seu marido lhe tinha dado muita pancada e que por isso ela necessitava morrer", fato efetivamente ocorrido na sexta-feira, dia 13 de fevereiro. Tanto Catarina Maria Geis, quanto a filha Frederica Mensch afirmaram que a vítima Cristina Mensch nunca esteve doente, como declarou o réu em seu interrogatório, tendo falecido das pancadas e não da suposta enfermidade. O réu, por sua vez, respondeu que nunca deu pancadas em sua mulher e "só que algumas vezes quando se incomodava com ela lhe pegava pelo braço e ponha fora da porta até a noite".

Para o Conselho de Jurados, tal atitude foi considerada correta e legítima, pois por unanimidade de votos não foi possível provar que Adão Mensch foi o responsável pela morte de sua esposa.[18] Esse fato também chama atenção para a questão de defesa de um sistema de normas visto como universal e absoluto, no qual os julgamentos visavam a reafirmar as normas dominantes, onde as pessoas envolvidas nos crimes eram julgadas não pelo ato criminoso em si, mas pela adequação dos comportamentos às regras de conduta consideradas corretas e legítimas (CHALHOUB, 2001, p. 180).

Esse caso e os demais utilizados ao longo deste artigo, embora tenham ocorrido em contextos diferentes, apontam para um elemento em comum: a dominação masculina

[18] APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 50, maço 2, estante 77, 1863.

sobre as mulheres. Pierre Bourdieu (2002, p. 22), na obra *A dominação masculina,* define-a como

> a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*.

Segundo o autor, a dominação do sexo masculino sobre o feminino, bem como a distinção entre os sexos são concepções que foram construídas cultural e socialmente ao longo da nossa sociedade, sendo incorporadas às estruturas sociais e cognitivas dos indivíduos e nos *habitus* dos agentes históricos. Assim, o modelo ideal de mulher, de acordo com Sidney Chalhoub (2001, p. 180), é a de mãe, dócil, submissa, fiel e dedicada ao marido, enquanto o homem devia ser trabalhador e sustentar a sua família.

3 Considerações finais

Mesmo existindo na Vila e Cidade de São Leopoldo um Tribunal do Júri e autoridades policiais responsáveis pela manutenção da ordem, verificamos que a violência foi à estratégia e mecanismo utilizado com mais frequência por indivíduos de origem alemã, seus descendentes e nacionais para a resolução de conflitos interpessoais. As desavenças e conflitos cotidianos que resultaram em agressões físicas e verbais, ferimentos, tentativas de homicídios e homicídios, entre vizinhos, parentes, amigos ou familiares, foram resolvidos em situações de ataque repentino de descontentamento ou conflitos diretos, de emboscadas ou crimes premeditados. Dessa maneira, ao invés de buscar a medição da justiça, os indivíduos adotaram a violência como prática de justiça local para resguardar e restaurar a honra pessoal e/ou familiar, tornando ineficaz o arbítrio da justiça.

Os processos criminais, principal fonte primária utilizada neste artigo, não podem ser utilizados como espelho da criminalidade, pois se trata apenas de fragmentos e amostras da realidade social das partes envolvidas (réus, vítimas e testemunhas) e da sociedade em que se inserem. Assim, o resultado dos dados expostos ao longo deste artigo não é um reflexo dos crimes cometidos em sua totalidade, mas sim o resultado dos processos que chegaram à Justiça e se encontram no APERS. E foi através dessa fonte documental que extraímos as informações para construir o perfil social dos réus, das vítimas e testemunhas, com a intenção de compreender quem eram os atores sociais envolvidos em crimes contra a pessoa, contra a propriedade e contra a ordem pública, e

elucidar aspectos importantes acerca do contexto em que estavam inseridos esses indivíduos, qual seja, São Leopoldo na segunda metade do século XIX.

Fontes primárias

APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 87, maço 04, estante 77, 1867.

APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 40, maço 2, estante 77, 1862.

APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 103, maço 5, estante 77, 1870.

APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 55, maço 3, estante 77, 1863.

APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 82, maço 4, estante 77, 1867.

APERS, Processo crime, Tribunal do Júri, número 50, maço 2, estante 77, 1863.

Referências

BAJER, Paula. **Processo penal e cidadania.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 39-76.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. As empadas do confeiteiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. **Acervo.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2002, p. 7-22.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. IN: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, n.32, 1991.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos verbais em uma cidade em transformação:** justiça, cotidiano e os usos sociais da linguagem em Juiz de Fora (1854-1941). Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em História) --Instituto Federal de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência:** uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921). Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em História) --Instituto Federal de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Fredrik Barth, Criminalidade e Justiça: algumas possibilidades metodológicas e conceituais para o estudo de processos criminais. **Revista Espaço Acadêmico,** n. 50, julho/2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Marisa. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão** e seus narradores na França do Século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Odiosos homicídios: o Processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo.** São Leopoldo: Oikos, 2010.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 41º edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKI, Carla Bassanezi, DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes.** 1ª ed, 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

HOBSBAWN, Eric. A história de Baixo para Cima. In: HOBSBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LADURIE, E. Le Roy. "De la crise ultime à la vraie croissance 1660-1789. Violence, délinquence, contestation" in: DUBY, Georges. **Histoire de la France Rurale**. Tomo 2. Paris, Ed. Seuil, 1975.

MAGGIE, Yvonne. **O medo do feitiço – relações entre magia e poder na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado em História) -- Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luiz. Introdução: História e historiografia das prisões. In: MAIA, Clarissa Nunes [et al.]. **História das prisões**. Volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 9-34.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Anais:** produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013, p. 17-31.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Entre o deboche e a rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Traído por uma mulher malvada, assim como Judas vendeu a Cristo: o abominável José Ramos e a História social de Porto Alegre. In: ELMIR, Cláudio Pereira, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Odiosos homicídios**: o Processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo. São Leopoldo: Oikos, 2010.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 163-164.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PICCOLO, Helga I. L. Alemães no Rio Grande do Sul no período imperial: réus e vítimas. In: RAMBO, Arthur B. **Anais** do IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 1998, p. 136-176.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 247-261.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 15-38.

ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Revista Patrimônio e Memória.** UNESP-FCLAs-CEDAP, v. 5, b. 2, dez. 2009.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

THOMPSON. E. P. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes:** a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia. **Os alemães no sul do Brasil.** Canoas: Ed. da ULBRA, 1994, p. 55-64.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19. São Paulo: EDUSC, 2004.

VENDRAME, Maíra Inês. Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do sul do Brasil. In: **Métis: história & cultura,** v. 12, n. 23, p. 218-232. Jan/jun, 2013.

UM ELO DE IDENTIDADE: A RELIGIOSIDADE DOS IMIGRANTES UCRANIANOS EM PRUDENTÓPOLIS

Henrique Schlumberger Vitchmichen[1]

Tiago Boruch[2]

1 Introdução

Para compreendermos os aspectos simbólicos e religiosos presentes em Prudentópolis ainda atualmente, é essencial nos voltarmos também para as levas imigracionistas que chegariam ao Brasil a partir de finais do século XIX e como esses imigrantes iriam trazer consigo todo um conjunto de práticas ritualísticas e culturais que se mostrariam necessários em seus primeiros anos de assentamento e principalmente em seu processo de identificação e assimilação de mundo através de todo um aparato cultural, assim como nos fala Maria Inêz Skavronski (2015, p. 16):

> O rito, entendido como uma forma de expressar a religiosidade desse grupo étnico através da linguagem, de símbolos, de crenças e de bençãos particularizadas apresenta uma dimensão religiosa por assumir um caráter simbólico e transcendental e também por reafirmar a identidade étnica de seus participantes por ser uma ação, um momento comunicativo e constitutivo de uma visão de mundo.

Nesse sentido é preciso compreender como o fenômeno imigracionista afeta a realidade do imigrante e sua autocompreensão de si e de mundo, à medida que o ato de partir não significa apenas um desapego material, mas sim um desprendimento de realidade, de forma que o sujeito deixa para trás o seu espaço de nascença, vivência, e consequentemente, boa parte do que contribuiu para sua formação identitária. Dessa maneira abre-se um lócus que nos leva a refletir que, qualquer espécie de vestígio deixado pelo ser humano pode nos revelar como viveram o seu tempo. A religiosidade pode nos mostrar as transformações ocorridas durante determinada época, bem como traços deixados por representantes de uma cultura específica, nesse caso os imigrantes ucranianos.

Ao nos referirmos à cultura, pensamos em vários aspectos para definir, e quando esse conceito vem ligado a uma determinada etnia, logo pensamos em fatores como:

[1] Graduado em história pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, atualmente mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma Universidade. E-mail: henrique-sv@hotmail.com.

[2] Mestre em história pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), atualmente doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: boruch.tiago@gmail.com.

língua, costumes, tradições, culinária, folclore, música e artes em geral. São significações produzidas por uma rede de fatores.

Conforme, Denys Cuche (2002, p. 45):

> Cada cultura é dotada de um "estilo" particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira. Este estilo, este "espírito" próprio a cada cultura influiu sobre o comportamento dos indivíduos.

O que Cuche nos fala é que a cultura se refere à capacidade de o homem adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem. O termo identidade pode, então, ser utilizado para expressar, de certa forma, uma singularidade construída na relação com outros homens. O sociólogo Stuart Hall, ao definir o conceito de identidades culturais, nos apresenta que são "aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais" (HALL, 2011, p. 8).

Pensamos então como a identidade dos imigrantes está ligado a religião e as suas práticas, o que nos leva a alguns questionamentos. Como a identidade do imigrante ucraniano interferiu na sua adaptação no Paraná? De que maneira o sentido de pertencimento está condicionado as práticas religiosas? Como a religiosidade ucraniana atua no cotidiano imigrante?

Dessa forma buscaremos através dos conceitos de identidade, representações e religiosidade, um norte para pensarmos tais questões e novas possibilidades. Segundo Roger Chartier (2011, p. 20):

> Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns "representantes" (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, "presentificam" a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder.

É nesse sentido que aqui buscaremos explorar como a religiosidade ucraniana que se assentou em Prudentópolis sobretudo com a presença da Igreja e de missionários, e as práticas e representações dos colonos contribuíram assim para a sua assimilação dentro

do território brasileiro, transformando-se com o passar dos anos, mas sem perder o pertencimento da comunidade ucraniana ao que se refere a identidade.

2 A imigração ucraniana

Em fins do século XIX o Brasil desenvolveu uma forte política imigracionista, buscando entre um de seus objetivos a atração de mão de obra para trabalhar e colonizar o território, dentre eles, o Estado do Paraná, emancipado em 1853. Com isso, um dos países a receber oferta da coroa que prometeria terras produtivas e inexploradas seria justamente a Ucrânia, que na época se encontrava dividida sobretudo entre o império russo e Austro-húngaro. Nessa conjuntura em que a população, sobretudo os rutenos da Galicia Ocidental,[3] procuravam uma alternativa para escapar de sua condição de pobreza, muitos desses sujeitos iriam iniciar sua jornada ao novo continente, e assim buscavam um novo começo para suas vidas, com toda assistência do estado brasileiro, e o acesso a uma terra própria. Em contrapartida a entrada desses imigrantes no território paranaense representaria a oportunidade não apenas de angariar mão de obra para a terra, mas nessa esteira, era reclamado como uma maneira de modernizar o território através do abastecimento agrícola, e de trazer visibilidade ao alto grau de miscigenação do estado do Paraná, o que segundo Santos (2017, p. 74):

> Os imigrantes europeus são apresentados como uma alternativa que solucionaria o problema de "escassez" de produtos agrícolas, agrupamentos de pequenas propriedades, formados por imigrantes e nacionais, geralmente, com o objetivo de produzis alimentos para subsistência [...] Neste ponto da narrativa – fim do século XIX e início do século XX – variedade étnica passa a ser considerada como maior característica da população paranaense. Negros e índios somem da narrativa, ao passo que os imigrantes passam a ser o seu centro.

As levas imigracionistas ucranianas que chegariam ao Brasil em fins do século XIX inicialmente seriam alocadas em sua grande maioria na Ilha das Flores, localizada no atual Estado do Rio de Janeiro. Segundo Guérios (2012) além de um recorrente longo tempo de espera para que as autoridades brasileiras designassem os sujeitos as áreas de colonização indicadas, um dos principais problemas que os colonos encontraram de início no Brasil seria o surto de doenças provocadas pelo grande acúmulo de pessoas vivendo

[3] Nesse contexto a maioria da porção oriental do território ucraniano ficou sob cuidado da Rússia, sendo que a parte ocidental recairia sob fisco do Império Austro-húngaro, dito isso, a maioria dos imigrantes que chegariam ao Brasil e subsequentemente fundariam o município de Prudentópolis, seriam oriundos do território da Galicia ocidental, tal comunidade étnica por sua vez, era frequentemente denominada de rutenos.

em barracas improvisadas e muitas vezes insalubres. No entanto, o espectro das doenças e da fome não foram questões isoladas desse primeiro momento. Em diversas colônias, mesmo Prudentópolis, os colonos iriam se deparar com um terreno inóspito e pouco produtivo, o que nos primeiros anos iria resultar em momentos dramáticos entre as famílias, que ao contrário do esperado, também não contariam com o auxílio do estado brasileiro, mas sim sua ausência. Um fato notório e relevante para compreendermos toda a carga dramática desses anos iniciais de assentamento, este que inclusive iria afastar muitas das pessoas de todo o seu universo simbólico e religioso. Segundo Guérios (2007, p. 136):

> Assim, frente às dificuldades encontradas ao chegar ao Paraná, vários rutenos afastaram-se cada vez mais das práticas cotidianas a que estavam habituados. Sem encontrar-se, sem reunir-se e sem organizar-se em grupos, isolados frente às dificuldades do imenso trabalho de limpeza de seus lotes para plantio, enfrentando a fome, as doenças e a morte de seus familiares, eles seguiam um caminho de transformação social radical.

A partir das dificuldades apontadas, que perpassavam não apenas uma questão material, mas uma perspectiva religiosa, uma das estratégias organizadas pelos colonos foi inicialmente de protocolar um pedido juntamente as autoridades brasileiras, para que o governo permitisse a entrada de padres e missionários ucranianos no território brasileiro, com a função de auxiliar o assentamento e continuidade dos trabalhos nas colônias, de acordo com Oksana Boruszenko[4] (1969, p. 423) quando fala sobre os primeiros assentamentos, a autora nos ensina que:

> Nesta fase a Igreja teve importante papel na conservação das suas tradições. Em uma segunda etapa da imigração ucraniana, melhoraram as condições de manutenção e reavivamento das tradições culturais ucranianas. À vinda de imigrantes de nível de instrução mais avançada que atuaram neste sentido, propiciou o início de um movimento para a sobrevivência da identidade dos ucranianos.

Sobre a vinda de missionários ucranianos ao Paraná, e sobretudo sua atuação na colônia de São João de Capanema (futuramente o município de Prudentópolis), precisamos inicialmente estabelecer algumas questões. Primeiramente, devemos nos atentar a majoritária presença do rito greco-católico em Prudentópolis e como a igreja conseguiu promover um espaço de cooptação e mediação cultural dentre a comunidade.

[4] Boruszenko destaca pelo menos 3 fases importantes das levas imigracionistas ucranianas ao Brasil. A primeira leva se daria a partir de 1895, quando especialmente por questões internas da Ucrânia, as pessoas buscavam sair do país, a segunda seria a partir da Primeira Guerra Mundial, por questões políticas, e a última se daria no pós-Segunda Guerra, quando refugiados políticos, prisioneiros de guerra, entre outros, iriam chegar ao Paraná.

A seguir é necessário comentarmos também sobre os dissensos apresentados nas décadas iniciais de colonização, ou seja, os embates ideológicos e políticos que perpassaram a colônia, principalmente através dos embates entre a igreja e os leigos da *intelligentsia*[5] ucraniana.

Quando em finais do século XIX os padres ucranianos chegaram ao Brasil após solicitação dos colonos, as atividades basicamente se desdobraram através de projetos educacionais e letramento, ou seja, partindo da ideia de que grande parte das pessoas que ali estavam não eram alfabetizadas, ficou a cargo dos eruditos religiosos a educação comunitária. Nos seus primeiros anos uma das formas que os padres acharam de ao mesmo tempo em que auxiliavam na educação, pudessem promover a cultura e religiosidade, era a distribuição de folhetins aos colonos, estes que em sua maioria eram escritos em idioma ucraniano e contavam com calendários litúrgicos, relembrando as pessoas de seus deveres paroquiais. Em fato, a presença da religião naquele meio foi como já discorremos, uma espécie de "porto seguro" para as pessoas, pois o distanciamento cultural a que elas estavam sujeitas levava consequentemente a um deslocamento de todo seu universo identitário, e a partir do momento em que a presença religiosa se confirmou, os moradores passaram a obter não apenas melhores condições materiais, mas sim espirituais. Levando em conta atividades despendidas com fervor e que contavam com a presença de boa parte dos moradores, como a construção de capelas, a comunidade além de dispender de um senso de pertencimento e unidade, contava com um alívio espiritual, pois se na medida que o afastamento de seus ritos traz a possibilidade de danação da alma, a reconciliação do sujeito com esses mecanismos traz a possibilidade de redenção celestial.

Contudo, apesar de a igreja ter atuado como uma instância mediadora para com a comunidade em seus anos iniciais, fator que ainda atualmente persiste no município de certa forma, não foram eles os únicos agentes que buscavam consolidar seus projetos entre as comunidades ucraniano-brasileiras. O grupo que mais disputou espaço com a igreja até a década de 20 fora a chamada *intelligentsia* ucraniana*,* que destarte os objetivos religiosos do clero, buscava inflamar o nacionalismo e o letramento dos colonos. Dessa forma, podemos dizer grosso modo, que tais intelectuais buscavam mais atender as causas nacionalistas da Ucrânia, do que verdadeiramente promover o apelo religioso. Um dos

[5] A *intelligentsia* ucraniana fora basicamente atuante durante o século XIX a partir de clubes de leitura que buscavam, através de textos e erudição, promover a cultura e a formação de um imaginário nacionalista ucraniano.

produtos diretos dessas disputas por hegemonia foi a criação da imprensa ucraniano-brasileira, que inicialmente seria originada a partir do *Zoriá* em Curitiba. Esse primeiro jornal teria sido o único a cargo inteiramente da *intelligentsia*, mesmo que em seus períodos iniciais contasse com financiamento da Igreja. Após desentendimentos entre as partes o primeiro periódico é encerrado e sob inteira direção da igreja, dá lugar ao *Prápor* em 1910 e em seguida ao *Prácia.* Símbolo da imprensa ucraniano-brasileira, contando com uma trajetória centenária, fundado em 1912, e atualmente redigido em Prudentópolis, o *Prácia* pode ser considerado uma das grandes instancias mediadoras entre padres e comunidade, auxiliando tanto nas "funções" religiosas da comunidade, como na identidade dos sujeitos. Por fim, devemos esclarecer que se a legitimidade da Igreja fora disputada até meados de 1920, tendo sua última expressão com a *Karmanchtchêna*[6], após isso, ela se manteve como instituição hegemônica em Prudentópolis e na maioria das colônias paranaenses até os dias atuais.

3 Identidade e religião: o pertencimento ucraniano

Quando falamos sobre identidade logo buscamos envolver relações que nos levam ao pertencimento com uma cultura. As relações identitárias são construções em volta de fatores e aspectos, que levam o sujeito ao encontro daquilo que lhe pertence. Na visão de Stuart Hall a identidade do sujeito é um complemento adquirido através das relações sociais e culturais de cada grupo. Segundo Hall (2009, p. 110): "A unidade, a homogeneidade interna, que o termo 'identidade' assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe 'falta'".

A partir das palavras de Hall pensamos como a comunidade de imigrantes ucranianos tinha a necessidade de afirmação em torno da religião, visto que seus ritos, práticas e toda simbologia representada pela religiosidade, está diretamente ligada com o pertencimento a identidade em se dizer ucraniano. O que percebemos é que através das práticas religiosas da comunidade e de cada pessoa, encontra-se uma fuga daquilo que lhe

[6] Em 1920 a igreja convida o poeta e nacionalista Petró Karmans'kei para assumir a redação do jornal *Prácia,* logo porém, fica evidente que os intuitos nacionalistas que Karmans'kei transpõe ao jornal, divergem radicalmente dos rumos desejados pela igreja, logo Petró é afastado do jornal e parte para União da Vitória, onde em 1924 fundaria o *Chliborob,* periódico em que durante anos iniciais serviria entre outras coisas, para atacar os padres e a instituição greco-católica de Prudentópolis, acusando-os de entre outras questões, desvios de verba e imoralidade.

pertence, em outras palavras não basta apenas se dizer ucraniano ou descendente, mas sim fazer parte e colocar em prática.

A necessidade religiosa dos imigrantes, se deve as dificuldades encontradas em solo brasileiro, as comunidades instaladas em Prudentópolis em sua grande maioria foram direcionadas para zonas não exploradas e inóspitas, o que aumentava a dificuldade de adaptação dos ucranianos. A religiosidade causa ainda sentimento de pertença aos descendentes ucranianos que mantem práticas e ritos de seus antepassados. Muitas comunidades de imigrantes ucranianos se moldavam conforme a religiosidade, o que, segundo Batista e Martins (2013, p. 53), sintetiza a essência da religião no aspecto cultural dos imigrantes:

> A religião é essencial para o povo ucraniano visto que evidencia sua cultura e para eles manter a sua devoção é fazer com que perpetuem sua língua, costumes e até mesmo a união de seus descendentes. Haja vista, que também é uma maneira de reformular a sociedade. Os primeiros ucranianos a chegarem ao Brasil, tiveram que se reorganizar e se unir para trazer os padres para suas colônias. Dessa forma, a estrutura das comunidades foi se moldando à medida que ia se restabelecendo a doutrina religiosa.

Com as comunidades se estabelecendo em torno da Igreja, o lado espiritual dos imigrantes tornou-se uma forma de resistência e de imposição da sua cultura em território paranaense. Destaca-se entre os imigrantes a manutenção da religiosidade e das práticas, elementos subjetivos que reforçam os laços da comunidade, preservando a língua e os costumes dos ucranianos. A busca pela representação do imaginário ucraniano está relacionada à identidade cultural ucraniana principalmente na cidade de Prudentópolis, entre a comunidade ucraniana, os laços culturais são preservados e abastecem as gerações que mantém os costumes principalmente os que envolvem a religião.

Fredrik Barth (1998) afirma ser, “o próprio indivíduo que procura juntar-se aos seus semelhantes e por isso é ele quem determina a sua identidade, pois a partir de suas crenças e valores se insere em um determinado grupo social, que reconhece e é por ele reconhecido”. Fica expresso o sentimento pelo reconhecimento dos antepassados, pela cultura e identidade. Essa identidade dos imigrantes ucranianos em Prudentópolis se deve pela construção em torno do seu meio, familiar ou social. Segundo Hall (2000, p. 109) “as identidades são construídas dentro e não fora dos discursos”.

E com essas questões percebemos que os imigrantes ucranianos em Prudentópolis sempre buscaram de um certo modo manter a identidade da comunidade com a igreja, desde o início com a dependência dos sacerdotes, encontramos discursos que são construídos em busca da manutenção e afirmação ucraniana em solo brasileiro. Para

muitos desses ascendentes eslavos, tal dependência refere-se ao pertencimento e aquilo que fora enraizado, manter as tradições, os ritos e as práticas religiosas é também uma maneira de se preservar aquilo que foi edificado entre as gerações.

A fé dos imigrantes está visível, mesmo sofrendo mudanças ao longo dos anos sempre se manteve como a base e o elo identitário da comunidade, visto que todas as identidades se transformam e se adaptam com as mudanças. Para Bourdieu (2004), "o espaço social é determinado por estruturas sociais objetivas", ou seja, por uma multiplicidade de campos sociais, independente da consciência e da vontade dos indivíduos, mas que são capazes de orientar suas práticas e representações. Ou seja, a identidade ucraniana representada na religiosidade se dá pela visão de mundo, de pensar, de agir e de perceber o ciclo cultural no cotidiano dos imigrantes ou para ela própria na sua condição social.

4 Entre ritos e práticas: a Páscoa como exemplo do elo de identidade

Como já expressamos ao longo do artigo, as práticas e ritos de uma determinada comunidade auxiliam para o entendimento e assimilação de mundo por parte dos sujeitos. No caso em específico dos ucranianos, as expressões ritualísticas que envolvem a comunidade, são mais do que apenas celebrações eventuais, formas de envolver a comunidade em torno de uma causa ou sentimento comum, logo, tal sentimento é continuamente preservado através dos momentos de sociabilidade da mesma forma. Além disso, as expressões tidas como uma tradição ucraniana, também podem manter presente no imaginário social prudentopolitano um elo para com a Ucrânia e suas tradições ancestrais, nesta perspectiva, observamos que dentro do município abordado, muitas vezes mesmo que o morador local não tenha tido um contato material com a realidade ucraniana, o senso de pertencimento da pessoa a um contexto próximo a ela ainda assim é um fator relevante em sua trajetória.

Por fim, antes de abordarmos mais a fundo uma das maiores e mais conhecidas expressões culturais de Prudentópolis, a tradicional Páscoa ucraniana, devemos ter em mente que as perspectivas geracionais acerca dessa questão podem também influir na visão que os morados detêm acerca do assunto, assim como em seus engajamentos acerca desses ritos, porém não pretendemos nos aprofundar em tais questões geracionais, mas segundo Nadalin (2004, p. 81) apenas reforçar que:

> Dito de outra maneira, a visão que cada indivíduo tem do mundo depende não só do lugar social que ele ocupa, da forma como ele se insere na sociedade

> organizada, mas também do referencial que tem do passado, função também do seu amadurecimento psico-biológico e educacional, ou seja, *da sua idade*.

Acerca da Páscoa ucraniana e os ritos que a precedem, Skavronski (2015, p. 98) elucida a questão quando reitera que "sendo considerada a maior festa cristã, a Páscoa para os fiéis da Igreja Greco Católica Ucraniana é precedida de várias celebrações e rituais específicos para essa festa litúrgica". Vemos então que as tradições estão intrinsicamente em conjunto com a religiosidade ucraniana, e mais do que apenas uma data comemorativa, precede a ela uma série de outras práticas. Um destes momentos pode ser exemplificado através da tradicional *benção dos ramos,* onde se recorda a entrada de Jesus na cidade de Jerusalém, através do comparecimento dos fiéis as igrejas ligadas a Paróquia São Josafat, onde os ramos levados são devidamente abençoados pelos padres. Ainda segundo a autora, as suas origens estão ligadas ao domingo da *Verbá,* que em território ucraniano se consistia em um culto as árvores que prenunciavam o fim do inverno. Na sequência das práticas típicas temos ainda a benção dos alimentos, ocorrida aos sábados de Aleluia, e que objetiva o benzimento dos itens que serão consumidos na data de Páscoa, assim como retrata Skavronski (2015, p. 101):

> No Sábado Santo, como os fiéis o denominam, as famílias descendentes de ucranianos preparam os alimentos que serão consumidos na manhã do Domingo de Páscoa. Esses alimentos, arrumados em cestas geralmente ornamentadas com flores e pêssankas são cobertas com toalhas bordadas com a saudação na língua ucraniana: Xrestós Voskrés – Cristo Ressuscitou, representando o significado dessa festa cristã".

Posteriormente a isso, os alimentos então são abençoados pelos padres e guardados para o consumo das famílias no dia posterior aos ritos. Dito isso, procuramos brevemente por esse meio explicitar um dos ritos tradicionais dos ucraniano-brasileiros, porém, outros, como as bençãos de flores[7] e as tradições de casamento são exemplos da manifestação cultural ucraniana.

Por fim, cabe nos atentarmos que como pudemos observar, as práticas ucranianas estão frequentemente ligadas a questões da natureza, assim o benzimento de ramos e flores por exemplo, são presença marcada no calendário local. Tal fato não é fator isolado da etnia aqui abordada, mas no caso dos ucranianos, além de se entrelaçar com questões precedentes ao Brasil, tomaram novos significados a partir do assentamento dos sujeitos nas colônias, dado as dificuldades iniciais para com a sobrevivência das pessoas nos

[7] A benção de flores ocorre nas vésperas da Festa Cristã de Assunção de Maria Santíssima, quando os fiéis benzem suas flores e ramos, e em seguida depositam em suas casas para proteção.

locais a que foram designados, portanto, a ligação entre os colonos e a terra seria uma constante. Afora isso, a dinâmica entre natureza e religiosidade, nas palavras de Skavronski (2015, p. 81) servem ainda para dar um sentido ao cotidiano do sujeito através de um senso de pertença do praticante: “Assim, os ritos e a natureza se fundem para dar significado a existência humana, e essa significação do rito para quem participa dele, é diferenciada em relação a quem o observa”.

5 Considerações finais

Ao longo do artigo proposto, trabalharmos a partir da presença religiosa em Prudentópolis, para isso, coube nos debruçarmos também acerca de aspectos ritualísticos e práticas culturais presentes no município. Para exemplificarmos a questão utilizamos aqui as celebrações da Páscoa ucraniana, que diferentemente das festividades brasileiras para a data, contam com todo um arcabouço ritualístico específico da comunidade étnica aqui em análise. Porém, ainda mais do que analisar uma prática isolada, procuramos por meio dos escritos destacar a importância do elo religioso para a formação e manutenção das identidades imigrantes ucranianas no Brasil. Para isso, consideramos necessário o reforço também do contexto que levou a partida dos sujeitos, e principalmente, sua assimilação em meio a realidade brasileira.

Tal compreensão nos é fundamental para conseguirmos processar o papel da religiosidade na vida e cotidiano das colônias em seu início. Assim, partindo do pressuposto de que a religiosidade, como já discorremos, busca dar sentido a vida do imigrante, podemos conceber a ideia de que em um momento dramático para a sobrevivência das pessoas em um contexto e solo impróprio, distantes de todo um universo simbólico e idiomático, e percebendo a ausência do estado brasileiro nos locais, a religiosidade ucraniana impulsionada a partir de 1896 com a entrada desses missionários foi fator preponderante para as famílias alojadas, pois não apenas as atividades religiosas como as primeiras construções de igrejas contavam com atividades conjuntas. Assim pensamos a religiosidade ao ponto de ser uma condução da comunidade ucraniana, de forma que os imigrantes precisassem da religião como elemento primordial para sua vida no novo território. A manutenção das práticas, dos ritos e dos elementos culturais ucranianos através da religião, permite que o elo continue em meio as transformações identitárias através dos anos. Para Ortiz (2008), a cultura é vista amplamente e composta por elementos materiais e imateriais de um povo, transmitidos ou compartilhados, dessa forma a religiosidade como elemento cultural dos imigrantes torna-se uma referência para

toda a comunidade e é compartilhada com as gerações, mantendo assim os aspectos culturais ucranianos. Já nos falava Hall (1997), nossas identidades culturais refletem as experiências históricas em comum, e dessa maneira representamos o universo dos imigrantes e descendentes ucranianos através do apego a religião e sustentação dos ritos, práticas e símbolos como um plano identitário que transpõem os anos e reverencia toda a cultura da comunidade.

Referências

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade,** SP: UNESP, 1998.

BATISTA, Marinalva dos Reis; MARTINS, Bruna Morante Lacerda. **A religiosidade dos ucranianos na cidade de Mamborê – Paraná.** In: Anais do II Simpósio de estudos urbanos, a dinâmica das cidades e a produção do espaço. 2013, Campo Mourão: Unespar, 2013. p. 1-19.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos sociais da ciência.** Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1967, Porto Alegre. **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História.** Colonização e migração. São Paulo: [FFCL]-USP, p. 423-439, 1969.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista *Fronteiras,*** Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./ dez. 2011.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Estado do Paran**á. 292 f. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia), Rio de Janeiro: UFRJ.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná:** memória, identidade e religião. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Cultura, Mídia e Educação - Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 22, n. 2, p 15-46, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia:** elementos para um diálogo. 1ª edição. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

ORTIZ, Renato. Cultura e Desenvolvimento. Salvador: **Políticas Culturais em Revista**, 1(1), p. 122-128, 2008. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3194/2304.

SANTOS, Raiane Clair Ramirez dos. **"Mosaico Étnico":** Uma análise de discursos que constroem classificações para a população do Paraná (1953-2015). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2017.

SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. **Rezar e benzer:** Rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2015.

A GERMANIDADE ENTRE CULTOS E PRISÕES: REPRESSÃO POLICIAL E CONFLITOS DIPLOMÁTICOS NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA (1942-1945)

Ana Lena Grosse[1]

Dimy José Moreira Dornelles[2]

1 Estado Novo, nacionalização e II Guerra

A Campanha de Nacionalização se caracteriza como um dos aspectos mais importantes do regime estadonovista (1937-1945) pois, ao visar sua própria consolidação, o Estado apresentava-se como mentor na construção da nação e do nacionalismo brasileiro, tendo nessas duas questões a base discursiva e legitimadora de seu autoritarismo.

Nesse sentido, como afirma Andrea Helena Petry (2003, p. 49), "no Estado Novo, foi arquitetado o ideário de uma identidade nacional, que deveria ter uma única língua (a portuguesa), uma única pátria (a brasileira) e uma cultura (a descendente dos três povos: lusos, negros e índios)". Segue afirmando que "[o] brasileiro desejado era aquele que amasse uma única pátria, o Brasil, que trabalhasse para enriquecer a Nação, que se comunicasse em português, que fizesse parte de organizações estritamente nacionais, que utilizasse apenas a bandeira brasileira" (2003. p. 58). Apesar de muitas vezes associado às ideologias dos regimes fascistas, dos quais foram contemporâneos, para René E. Gertz,

> O Estado Novo tem características próprias e mesmo que seus ideólogos tenham buscado inspiração nas ideologias autoritárias e com isso se aproximem do fascismo, a base ideológica do Estado Novo não pode ser simplesmente identificada com essas correntes genericamente qualificadas de 'fascistas' (1994, p. 21).

As discussões sobre a identidade nacional do brasileiro passavam também pelas questões raciais das origens da nação, que vinham sendo debatidas desde o final do século XIX, mas que nesse momento eram pensadas pelos intelectuais que formavam o grupo de "ideólogos do regime". Além da propaganda como arma da nacionalização executada

[1] Graduanda do curso Licenciatura em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – campus São Leopoldo. Bolsista PIBIC\CNPq vinculada ao Centro de Estudos Internacionais de História das Mobilidades, Diásporas e Migrações (CEMIDI), do PPGH\UNISINOS. E-mail: analena98@hotmail.com.

[2] Graduando do curso Licenciatura em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – campus São Leopoldo. Bolsista Pratic Unisinos vinculado ao Centro de Estudos Internacionais de História das Mobilidades, Diásporas e Migrações (CEMIDI), do PPGH\UNISINOS. E-mail: dimydornelles@gmail.com.

por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), detentor do monopólio dos meios de comunicação, e a construção do mito de Vargas e de outros exemplos nacionais, coube também a esses intelectuais pensarem as questões relativas à imigração, resultando em ações governamentais como a proibição da circulação de imprensa em língua estrangeira, a criação de escolas públicas em áreas de preponderância imigrante, incorporação de filhos de estrangeiros no exército, além de promoção de solenidades cívicas em zonas de colonização, buscando superar a vasta rede escolar privada nas comunidades imigrantes e a organização das comunidades ao redor de suas igrejas e escolas, em volta das lideranças dos pastores e professores.

Nesse sentido, no caso do Rio Grande do Sul, como afirma Tiago Weizenmann, "de maneira geral [...] as implicações referentes à implantação do Estado Novo foram sentidas na sociedade, na política, na administração, na economia, na educação, na saúde, na imprensa e na cultura, assim como nos demais estados brasileiros" (2008, p. 38). Como exemplo, tomando por base as políticas de nacionalização das décadas de 1930 e 1940, um dos aspectos mais importantes no que diz respeito à imigração alemã, são as relações do governo Vargas com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil que, por ser uma igreja germânica e tendo sua origem no Brasil vinculada à vinda de imigrantes alemães, era considerada pelo governo federal um "entreposto cultural do nazismo" (DREHER, 1994, p. 89). Por essa razão, muitos de seus pastores foram presos durante o período por se recusarem a realizar os cultos, ou dar aulas, em outra língua que não o alemão, contrariando o projeto de construção da "Nação Brasileira".

Essa situação agravou-se ainda mais profundamente com o corte das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, a partir de janeiro de 1942, fato que aumentou o número de perseguições e prisões de cidadãos alemães e descendentes de antigos imigrantes de origem germânica. No entanto, como adverte Gertz, "[...] cabe lembrar que 1942 é apenas a data de início da fase mais aguda e violenta da 'nacionalização', a qual na verdade começou muito antes, quando as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha ainda eram amistosas" (1994, p. 21).

Até 1941, a Alemanha foi grande parceira econômica do Brasil comprando os principais produtos exportados pela agroindústria brasileira e vendendo o que o Brasil mais desejava naquele momento, ou seja, equipamentos para a indústria siderúrgica e equipamentos militares. No entanto, como afirma Petry, "mesmo estando o Brasil da época sob um regime autoritário, Vargas teve dificuldades em sustentar as relações

comerciais, haja vista que, com as atividades dos nazistas no Brasil, muitos passaram a acreditar na existência de um plano alemão de ocupação da região sul" (2003, p. 47).

Em diálogo com Petry, Ana Paula Iervolino afirma que com a entrada do Brasil na Guerra, "imigrantes provenientes de países que se tornaram inimigos do Brasil [...] e seus descendentes passaram a ser apontados como suspeitos de espionagem. Velhos mitos de um perigo alemão [...] foram retomados nos veículos de comunicação em geral" (2012, p. 231), contribuindo para o fortalecimento de teorias da conspiração presentes no imaginário da época de que os imigrantes alemães e seus descendentes agiam de forma secreta e articulada para anexar a região sul do Brasil aos domínios alemães. Conforme Taís Campelo Lucas,

> Ajustado ao nacionalismo professado pelo Estado Novo, o coronel do Exército Oswaldo Cordeiro de Farias assumiu a interventoria do estado em 4 de março de 1938 imbuído do espírito de eliminação das atividades nazistas, cujo foco voltava-se às zonas de concentração de alemães, entendidas como áreas de infiltração. [...] Com o início da Segunda Guerra Mundial, percebe-se como as ações repressivas que, de início, atingiram as lideranças partidárias, passaram a incluir como suspeitos todos os membros da comunidade alemã, tanto os cidadãos nascidos no Reich quanto teuto-descendentes (2014, p. 185).

É nesse contexto, diante de um "perigo alemão", que surgem os agentes da política de nacionalização, na qual "indivíduos de confiança foram dispostos nas secretarias, de modo a garantir a eficiência de políticas públicas, ligadas à estrutura ideológica do regime estadonovista" (WEIZENMANN, 2008, p. 38). Representante do poder federal no Rio Grande do Sul, o interventor Cordeiro de Farias e seus colaboradores estruturaram a campanha de nacionalização com dois enfoques, o educativo e o repressivo.

Entre os principais agentes podemos destacar José Conceição Pereira Coelho de Souza, Secretário de Educação e de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, cujas "medidas tinham um enfoque mais ameno e de mudança na mentalidade da sociedade" (PETRY, 2003, p. 131), além de Plínio Brasil Milano, Delegado de Ordem Política e Social, e Aurélio da Silva Py, Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943, tendo sido encarregado pelo governo de Getúlio Vargas da tarefa de investigar as atividades de grupos alemães suspeitos de ligação com o governo nazista alemão. Aurélio da Silva Py instituiu medidas repressivas aos grupos sociais "perigosos" à realidade nacional. Como exemplo dessas medidas, Iervolino aponta que,

> Clubes e associações tidos como nazistas foram fechados, restrições foram impostas às escolas, pessoas flagradas utilizando o idioma alemão foram punidas com prisões e humilhações públicas, aparelhos de rádio, livros,

> símbolos, quadros e outros objetos interpretados como "prova" de espionagem contra o Brasil foram confiscados (2011, p. 231).

A ação repressiva chefiada por Py pode ser dividida, conforme Petry, em três fases:

> de 1937 a início de janeiro de 1942, foram atitudes discretas sem muita divulgação; entre janeiro e agosto de 1942, sistematizou-se um maior controle da população e divulgaram-se algumas ações, principalmente as realizadas com elementos de participação comprovada com movimentos ligados a entidades do exterior; a partir de agosto de 1942, as atitudes repressivas foram executadas com toda a intensidade, pois estava declarada a guerra aos países do Eixo (2003, p. 131).

Taís Campelo Lucas (2014) afirma a existência de um elevado grau de autonomia policial frente aos assuntos repressivos da nacionalização, "na qual o órgão repressivo era quem determinava os procedimentos adotados pelo país em matéria relativa aos acordos internacionais [...]". Ainda, a autora afirma que embora tais ações não entrassem em conflito com o posicionamento pró-americano adotado pelo Itamaraty, "a subversão da hierarquia entre as instâncias de poder no Interior do Estado Novo é um elemento que convida à reflexão". Para além, Lucas afirma que no Rio Grande do Sul, berço político de Getúlio Vargas, a atuação do Dops foi muito além da repressão e cerceamento ao Partido Nazista e seus militantes, pois destaca-se a perseguição às lideranças nazistas que em período anterior construíam vínculo político com o ex-interventor do Estado, Flores da Cunha, que se tornara um importante opositor do regime de Vargas. Portanto, no caso do Rio Grande do Sul, as ações da polícia indicam motivações maiores do que a já complexa campanha de Nacionalização, como o uso da polícia para a garantia da influência política de Getúlio Vargas no estado.

Com a entrada do Brasil na Guerra em 1942, as relações entre nacionais e estrangeiros descambaram para uma maior perseguição, muito menos velada do que a que ocorria anteriormente. Com a declaração de guerra e o corte das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, o serviço consular alemão foi encerrado, ficando sob responsabilidade da Espanha, então neutra no conflito, os cuidados para com os alemães e descendentes de alemães em terras brasileiras. Assim, ao assumir as responsabilidades diplomáticas alemãs no Brasil, a embaixada espanhola no país criou o serviço de *Proteción de Intereses Alemanes* e tornou-se tutora do patrimônio da diplomacia alemã, responsabilizando-se por bens materiais, como imóveis e mobiliários, e questões financeiras, como contas bancárias e pagamento de aluguéis aos que exerceram cargos dentro da diplomacia alemã no Brasil e, principalmente, ao atendimento das diversas

demandas dos cidadãos alemães. Entre fevereiro de 1942 e maio de 1945, o atendimento aos cidadãos alemães no Brasil tornou-se a principal atividade da diplomacia hispânica em terras brasileiras, resultando no acúmulo de milhares de páginas de documentos recebidos, enviados e coletados. A declaração de guerra, mais do que aumentar o número de presos políticos e acirrar os ânimos, também marcou a mudança no perfil dos presos políticos, tornando-se cada vez mais amplo o grupo de indivíduos levados às colônias penais e casas de correção.

A documentação referente ao serviço de *Proteción de Intereses Alemanes* concentra em seus arquivos recibos, documentos de solicitação e comprovação de auxílio financeiro, telegramas, testemunhos de presos, laudos de prisão, processos, auxílios jurídicos, inventários e livros-caixa dos consulados e vice-consulados alemães, entre outros. Com relação à atuação dos diversos setores da via repressiva do Estado Novo, há uma vasta documentação que nos permite refletir acerca dos limites de ação das autoridades brasileiras e dos consulados a partir das relações diplomáticas. Algumas pastas já investigadas apresentam trocas de correspondências sobre assuntos diversos entre o Cônsul espanhol em Porto Alegre, Federico Gabaldón, e distintas autoridades brasileiras, efetuadas entre 1942 e 1943. Entre essas autoridades estão o então Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Miguel Tostes, o Diretor de Presídios, Plauto Azevedo, o Delegado de Ordem Política e Social, Plínio Brasil Milano, entre outros. Esses documentos correspondem aos assuntos referentes às políticas de nacionalização, evidenciando as cobranças diplomáticas acerca de possíveis abusos cometidos contra os súditos alemães por parte das autoridades brasileiras. Ainda, há parte da documentação que explicita as ações referentes a defesa dos interesses básicos dos familiares e dos próprios detidos.

2 Germanidade, Igreja e Polícia

Nas comunidades teuto-brasileiras, que eram, em grande parte, comunidades luteranas, tinha-se como principais lideranças seus pastores, responsáveis tanto pela vida espiritual quanto pela educação dessas comunidades. Pela falta de uma instituição de ensino para formação de pastores, além do Instituto Pré-Teológico, que preparava os jovens para aprofundarem seus estudos na Alemanha, muitos pastores vinham da Alemanha para trabalhos voluntários dentro das comunidades luteranas no Brasil, principalmente na região sul.

Por conta disso, muitos desses pastores vindos da Alemanha não falavam o português, ou falavam muito mal, e por isso usavam o alemão em suas aulas e cultos, já que, nas comunidades, cotidianamente também se utilizava a língua alemã.

A partir de 1942, com o fim das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, e a escalada dos conflitos da Segunda Guerra Mundial, que culminou na entrada do Brasil na guerra ao lado das forças aliadas, as perseguições aos teuto-brasileiros aumentaram, sendo justificadas por uma caça a adeptos do nacional-socialismo dentro dessas comunidades. Conforme Martin Dreher,

> Logo após o rompimento das relações diplomáticas, saiu um decreto do Chefe de Polícia de Porto Alegre que limitou consideravelmente a atividade dos pastores alemães do Sínodo. Foram proibidas entre outras coisas: viagens de estrangeiros de uma localidade a outra sem autorização da polícia, reuniões de estrangeiros em casas particulares, distribuição de escritos em língua alemã, cantos de hinos alemães, uso da língua alemã em locais públicos. Além disso, deveria ser aprisionado todo aquele que publicamente manifestasse sua simpatia por uma das potências do Eixo. Livros e outro material de propaganda que viesse a ser encontrado em livrarias e casas particulares deveria ser queimado (2003, p. 150).

Dentro do Sínodo Riograndense, durante os anos da guerra, existia um grupo, liderado pelo pastor Hermann Dohms, então presidente do Sínodo, que defendia a germanidade, ou seja, a manutenção da cultura alemã, principalmente por meio da língua alemã e da religião cristã, nesse caso a religião luterana. Por conta dessa defesa feita para manter a cultura alemã viva no Brasil, muitos pastores e intelectuais foram taxados de serem adeptos do nacional-socialismo.

A partir da documentação do Serviço de *Proteción de Intereses Alemanes*, produzida pelo Consulado da Espanha no Brasil, que assumiu a responsabilidade pelos teuto-brasileiros após o fim das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha e o fechamento do Consulado alemão no país latino-americano, temos acesso a diversos casos de pastores luteranos que foram presos ou interrogados por serem pegos falando em alemão ou por manterem objetos considerados suspeitos pelos agentes da repressão, como livros na língua germânica.

É necessário analisar, em primeiro lugar, o que é, ou era, para esses pastores a germanidade. Ela pode ser definida como

> A ideia de conservação de caracteres culturais, raciais e sociais dos grupos de origem germânica, estando essa corrente de pensamento designada pelos seus defensores através dos termos: *Deutschtum, Volkstum, Deutschumpflege e Deutschbrasilianertum* (GRÜTZMANN, 1999, p. 66).

A partir da caracterização do que é germanidade, ou germanismo, podemos começar a compreender como ela estava presente na vida das comunidades teuto-brasileiras no período da Segunda Guerra Mundial. De acordo com João Klug,

> é sabido que sociedades diferentes em contato, se transformam e nesta transformação, perdem alguns elementos culturais mas incorporam outros. Foi neste confronto com a sociedade hospedeira [...] que foram construindo sua identidade alemã (2006, p. 340).

Ou seja, o contato direto entre diferentes culturas faz com que elas se alterem e, dessa forma, fazem surgir uma nova. Porém, durante esse processo de miscigenação cultural, surgem vozes que, apesar de crerem ser importante a adaptação ao novo país e às estruturas sociais e culturais já estabelecidas, acreditam que é importante manter alguns aspectos de sua cultura natal viva, como é o caso da língua.

É durante esse processo, de dúvida entre aderir à cultura brasileira e à língua portuguesa ou permanecer fiel às suas raízes, ou seja, às tradições alemãs trazidas ao Brasil pelos primeiros imigrantes, que se fortalecem os conflitos entre comunidades teuto-brasileiras e Estado Novo. Enquanto a política de Getúlio Vargas defendia a criação de uma identidade nacional brasileira, e esperava adesão da população, as comunidades teuto-brasileiras se mantinham nesse dilema de aderir ao projeto do governo ou se manter fiel às suas origens e manter sua cultura viva em um novo país.

O Sínodo Riograndense se dividiu. De acordo com Dreher (2003, p. 123), já nos anos de 1930, o Sínodo se dividiu em três principais grupos:

> Um deles, o mais numeroso, abrangia dois terços dos pastores, denominava-se de Pastorado Nacional-Socialista e dava-se, concomitantemente, o nome de "Teuto-Cristãos do Brasil"; os outros dois grupos eram a Igreja Confessante, liderada por Gustav Reusch – ela viria a crescer nos próximos anos –, e o grupo que se reunia em torno do Pastor Hermann Dohms, Diretor do Instituto Pré-Teológico, cujo objetivo era o de manter neutralidade no *Kirchenkampf*.

Essa divisão atingiu não somente o corpo ministerial do Sínodo Riograndense, mas chegou à direção da Igreja que, por se manterem fiéis a Dohms, tentavam manter os membros do grupo Teuto-Cristãos do Brasil fora dos cargos de direção. Da mesma forma que a divisão entre aderir ou não ao nacional-socialismo gerava confusão na direção do Sínodo, nos anos de 1940, com o fim das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, os agentes da polícia política do Estado Novo também não possuíam as ferramentas necessárias para fazer a diferenciação entre a defesa da germanidade e a adesão ao nacional-socialismo.

Além disso, como um dos principais motivos das prisões de teuto-brasileiros, tanto pastores, professores, quanto membros dessas comunidades, era o uso da língua alemã, isso exigiria um conhecimento da língua por parte dos agentes da repressão, para conseguirem fazer a diferenciação entre uma conversa cotidiana e uma defesa feroz e ardente das políticas do partido nacional-socialista na Alemanha, o que em muitos casos não era a realidade.

Aurélio da Silva Py elaborou dois relatórios referentes às suas investigações e ações executadas no período em que esteve à frente da chefia de polícia, tendo ambos sido publicados posteriormente na forma de livros, O nazismo no Rio Grande do Sul (1° e 2° relatórios publicados em 1940 e 1942), além do livro A 5a coluna no Brasil (1942).

Acreditamos que as informações contidas nos relatórios e no livro de Py podem fornecer-nos elementos para investigar não somente a ação da Polícia Política no período, mas principalmente buscar compreender como essa instituição via a si mesma quanto ao seu papel na estrutura política do Estado Novo. Mais do que isso, pode nos permitir compreender como a má compreensão por parte das autoridades policiais, intencional ou não, sobre o que configurava a "germanidade" foi importante para a construção de uma narrativa que justificava as ações policiais e angariava prestígio político aos agentes da nacionalização naquele contexto autoritário.

Ao confrontarmos a narrativa criada a partir do uso impreciso do conceito de germanidade apresentado nos relatórios de Py com a documentação diplomática referente ao *Serviço de Proteción de Intereses Alemanes*, queremos analisar como tais narrativas se apresentavam na prática, quando submetidas a processos burocráticos e hierárquicos. Ou seja, o que pretendemos é comparar o discurso adotado pela polícia a partir de suas próprias exposições e as práticas efetivamente adotadas em função dos limites diplomáticos, a partir das discussões sobre os aspectos políticos e ideológicos presentes na campanha de Nacionalização. Conforme Weizenmann (2008, p. 16),

> A Segunda Guerra Mundial trouxe consequências no campo diplomático do país, com a declaração de guerra aos países do Eixo e o alinhamento aos Estados Unidos, mas também no campo de atuação policial, neste caso, à repressão direcionada aos "súditos do Eixo", aos agentes quinta-colunistas presentes no Brasil. Juntamente com a política de nacionalização, implantada no Brasil em áreas de imigração a partir de 1938, a perseguição generalizou-se não somente a imigrantes alemães, mas às comunidades teuto-brasileiras, tratadas como locais produtores e defensores do germanismo e do nazismo, o que caracterizava um perigo à brasilidade e à soberania da nação.

Tomando por base as políticas de nacionalização das décadas de 1930 e 1940, temos analisado as relações do governo Vargas com a Igreja Evangélica de Confissão

Luterana no Brasil que, por ser uma igreja germânica e tendo sua origem no Brasil vinculada à vinda de imigrantes alemães, era considerada pelo governo federal um "entreposto cultural do nazismo" (DREHER, 1994, p. 89). Por essa razão, muitos de seus pastores foram presos durante o período por se recusarem a realizar os cultos, ou dar aulas, em outra língua que não o alemão. Pretendemos analisar as trajetórias de pastores luteranos, vindos da Alemanha, considerados como propagadores do nazismo entre os alemães, levando em consideração o já citado desencontro entre as concepções de germanidade correntes entre os intelectuais de origem alemã de um lado, e entre as autoridades brasileiras de outro. Os seguintes trechos, retirados das obras de Aurélio da Silva Py, nos permitem visualizar a problemática. Em "O Nazismo no Rio Grande do Sul", Py (1940, p. 157) escreve o seguinte:

> É sabido que uma das vigas mestras do Partido Nacional Socialista é a Igreja Evangélica Alemã. E seu papel principal é o verdadeiro sustentáculo do Partido no estrangeiro. [...] O lar, como a Igreja, encerra o segredo que mantém acesa a chama do germanismo, que êles alimentam com tamanho ardôr. O pastor protestante, da há muito, foi transformado em tribuno político, prégando muito mais pelo Fuehrer que pelo próprio Deus. A Igreja misturou os princípios religiosos com postulados de natureza estritamente política, permitindo entremeiar o evangelho com o programa do N. S. D. A. P.

Já no livro "A 5ª Coluna no Brasil", o Chefe de Polícia defende a tese que

> Paralelamente com a expansão da propaganda nazista, tomou incremento a difusão das ideias raciais alemãs no Rio Grande do Sul. As palavras 'judeu', 'mulato' e 'negro' começaram a surgir, em sentido depreciativo ou insultuoso, com estranha frequência em certas rodas de conversação. Nestas, quasi sempre, havia um alemão. Eram frutos venenosos da teoria da superioridade da raça 'ariana', que germinava em território brasileiro, onde não houve jamais questões raciais. O racismo em nosso Estado entrara francamente para o terreno prático, conforme o provam documentos cuja cópia e tradução abaixo seguem [...]" (PY, 1942, p. 76).

Os trechos acima citados, retirados dos relatórios escritos pelo Chefe de Polícia, deixam clara a incompreensão dos agentes do Estado quanto ao que realmente significava o germanismo para as comunidades teuto-brasileiras. Apesar de as discussões ficarem restritas aos pastores e aos intelectuais dessas comunidades, seus membros viviam esse conceito na prática. De acordo com Imgart Grützmann (1999, p. 67),

> a ideologia étnica estrutura o seu ideário com base em conceitos romântico-idealistas, privilegiando, no seu conjunto, componentes como povo, língua, raça, sangue e *Heimat*, reunidos sob a dominação de *Deutschtum* e/ou *Volkstum*, ou seja, os elementos definidores da identidade alemã.

Assim, para se pensar em germanismo nas comunidades teuto-brasileiras, devemos pensar na importância que tinha o sangue e a *Heimat*, a partir da língua alemã e

da religião cristã, que são, em conjunto, os elementos principais da identidade alemã, trazidos ao Brasil junto com os imigrantes, e que formam o povo alemão, que pode ser "concebido como uma grande família, uma comunidade baseada na descendência e ligada essencialmente por laços culturais e raciais, cuja existência independe da vinculação a um território político determinado". (GRÜTZMANN, 1999, p. 69).

Ou seja, para eles, alemão seria todo aquele com sangue alemão e conhecedor da língua, independentemente do local de moradia do indivíduo. Dessa forma, os teuto-brasileiros eram considerados como parte do povo alemão, devido à sua ligação sanguínea com a pátria mãe. Mas isso não era impeditivo para serem fiéis ao Brasil, como afirma Klug (2006, p. 343):

> Assim, ser teuto-brasileiro representava falar alemão como língua materna, mas aprender o português para fins econômicos/comerciais. Ter sangue alemão (*jus sanguinis*), ser 'de origem', mas ser politicamente leal ao Brasil (*jus soli*). Assim, afirmava-se a compatibilidade entre etnicidade e cidadania, 'reificando identidades *hifenizadas*' (Seyferth 2000:94). No entanto, mesmo sendo o *jus soli* o princípio maior da cidadania brasileira, em relação aos teuto-brasileiros, este fundamento não possibilitou o acesso pleno à categoria de cidadão.

Já a língua é de extrema relevância para a germanidade já que "ela é o espelho e a transmissora da essência alemã, sendo vista como um autêntico repositório do caráter nacional" (GRUTZMANN, 1999, p. 80). Dessa forma, é ela que garantiria que a cultura alemã se manteria viva nas comunidades estabelecidas no Brasil. Ainda,

> Ao estabelecer a língua nacional como um fator determinante da nacionalidade e a guardiã do caráter nacional, o germanismo ancora essa noção na premissa romântica, defendida por Herder, de que o idioma corporifica a alma de um povo (GRÜTZMANN, 1999, p. 80-81).

A religião, como outro pilar do germanismo, pode ser caracterizada a partir do binômio alemão-evangélico e da ligação histórica que existe entre o povo alemão e a religião cristã, já que

> A ligação histórica do povo alemão está marcada por um conteúdo sagrado que acompanha o destino de seus integrantes desde os primórdios de sua existência. Com base na concepção do mito ariano, Oberacker afirma que os germanos, além de sua pureza racial e nobreza, possuem como característica original a religiosidade, fervorosa e de cunho intimista (GRÜTZMANN, 1999, p. 86).

Para completar a base do germanismo, temos ainda a *Heimat*, ou seja, a terra natal e ''a relação que o indivíduo possui com o espaço de origem, pois a essência e a constituição da *Heimat* não se esgotam na definição jurídica, constituindo um complexo

em que o ser humano está inserido pela sua própria condição essencial" (GRÜTZMANN, 1999, p. 72).

Para compreendermos o que era a germanidade para as comunidades teuto-brasileiras, é preciso ter em mente a importância que a língua alemã, a religião cristã, a terra natal e o sangue tinham para os teuto-brasileiros. A germanidade faz parte da comunidade, é parte integrante de quem eles são e na formação da identidade deles, como teuto-brasileiros, ou seja, como pessoas com nacionalidade hifenizada.

Considerações finais

A partir das questões apresentadas acima, pretendemos, no desenrolar de nossa pesquisa, aprofundar questões iniciadas por pesquisadores que vêm trabalhando com os temas vinculados à Nacionalização, Estado Novo, o contexto brasileiro na II Guerra Mundial e a história do Sínodo Rio-Grandense. Embora muitos trabalhos importantes já tenham sido produzidos nos últimos, ao menos, 30 anos, temos como novidade a possibilidade de trabalhar com fontes volumosas que pesquisadores anteriores não puderam contar, comparando-as com outras documentações e bibliografia já existente. Ao compararmos a narrativa criada por meio das obras do Chefe de Polícia do período 1938-1943 com a documentação produzida pelo Consulado Espanhol, uma documentação que revela hierarquias e processos burocráticos, poderemos trazer luz ao período e analisar os acontecimentos passados a partir de uma nova perspectiva.

A pergunta fundamental é: como a Polícia, a partir da narrativa por ela mesmo construída, pode subverter o conceito de germanidade estimulando confusões e receios quanto ao "perigo alemão"? O que pretendemos trazer de novo é a análise dos desencontros das perspectivas dos dois grupos aqui citados, os alemães, tendo como ponto de referência os pastores luteranos, e o Estado, tendo como referência a Polícia. As narrativas e estratégias utilizadas por esses distintos atores merecem maiores pesquisas, pois quando as analisamos isoladamente não conseguimos ter clareza quanto ao que estava mais próximo de corresponder à realidade, pois ambas as narrativas, dos perseguidos e dos que estavam a defender-se do invasor, distanciam-se dos fatos, moldando a realidade aos próprios interesses. Todos eram nazistas em potencial, de um lado. Ninguém jamais teve nenhuma relação com o nazismo e a polícia perseguiu todo mundo, de outro. Continuemos nossas pesquisas...

Referências

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade:** estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 2. ed. rev. e amp. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2003.

GERTZ, René. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma Época. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994, p. 13-26.

GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul:** a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Tese de Doutoramento.

KLUG, João. A imigração alemã e a construção de uma identidade teuto-brasileira no sul do Brasil. In: WEHR, Ingrid (ed.). **Un continente en movimiento:** migraciones en América Latina. Madrid: Iberoamericana, 2006.

LUCAS, Taís Campelo. Cortando as Asas do Nazismo: a Dops-RS contra os "Súditos do Eixo". In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Érica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira. (Orgs.). **Presos Políticos e Perseguidos Estrangeiros na Era Vargas.** 1. Ed. Rio De Janeiro: Mauad X : Faperj, 2014, p. 179-195.

IERVOLINO, Ana Paula. **A participação de teuto-brasileiros na FEB (1944-1945)**: memória e identidade. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.

IERVOLINO, Ana. **Nazismo no Sul do Brasil**: discurso de autoridades policiais. In: FERNANDES, Evandro, NEUMANN, Rosane Márcia e WEBER, Roswithia. *Imigração:* diálogos e novas abordagens. São Leopoldo: Editora Oikos, 2012. p. 229-236.

PETRY, Andrea Helena. **"É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno, coeso e forte, o Brasil do brasileiro!..."**: campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

PY, Aurélio da Silva. **A 5a coluna no Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1942.

PY, Aurélio Da Silva**. O nazismo no Rio Grande do Sul** (1º e 2º relatórios). S.i.: s.e., [1940] e [1942].

WEIZENMANN, Tiago**. Cortando as Asas do Nazismo**: representação e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944). Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

IMIGRAÇÃO SENEGALESA:O IMPACTO DAS REDES DE ACOLHIMENTO

Vania B.M.Herédia[1]
Julia Z Jaeger[2]

1 introdução

O Núcleo de Pesquisa de Estudos Migratórios da Universidade de Caxias do Sul está presente desde 1993 acompanhando o desdobramento dos fenômenos migratórios no decorrer desses anos e atualmente tem como foco o estudo de migrações internacionais no município de Caxias do Sul. A pesquisa conta com parceria do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) por meio do acesso aos dados quantitativos daqueles que foram registrados na instituição.

Por meio dos dados disponibilizados pelo CAM é possível identificar o perfil da migração senegalesa como laboral, ou seja, é uma migração que nasce da busca de trabalho fora do contexto de origem. Constata-se que essa migração tem como finalidade melhorar as condições de vida daqueles que partem e da família que permanece no Senegal.

As características do imigrante senegalês, em sua maioria, são homens jovens, com escolaridade média, de religião islâmica. A cidade de Caxias do Sul é conhecida por ser um polo industrial. Atualmente, além de polo metalmecânico, é um dos polos de serviços mais importantes do Sul do Brasil, o que atrai migrantes de vários países.

A pesquisa utiliza o método crítico (BECKER, 1997, p. 323) e entende que a migração é "um mecanismo de deslocamento que reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico". Trata também o processo migratório como parte do sistema econômico que pressiona que alguns se mobilizem em busca de alternativas de sobrevivência. Nesse contexto, vê como o sistema capitalista central joga para o periférico as questões relacionadas a divisão do trabalho, como elemento que impulsiona a mobilidade. Becker explicita que "a migração tornou-

[1] Doutora em História pela Universidade de Gênova e Professora Titular na UCS. Coordena o Núcleo de Pesquisa Estudos Migratórios da UCS: http://lattes.cnpq.br/2028194865995189. E-mail: vbmhered@ucs.br.
[2] Estudante de graduação em Serviço Social na Universidade de Caxias do Sul e bolsista de iniciação científica PROBIC-FAPERGS: http://lattes.cnpq.br/3289688920268883. E-mail: jzjaeger@ucs.br.

se interessante mecanismo na expansão do capitalismo monopolista nas realidades então chamadas periféricas" (1997, p. 334).

O presente estudo traz para a discussão algumas dificuldades identificadas na chegada dos migrantes a cidade, cujos dados ajudam a problematizar como a migração é recebida e como aqueles que recebem falam da migração. Uma parte do estudo mostra quem são os senegaleses que chegaram à cidade de Caxias do Sul em 2019, e outra trata de como algumas instituições veem o acolhimento desses migrantes e a importância da rede que os acolhe.

2 A imigração senegalesa em Caxias do Sul

O município de Caxias do Sul possui uma história muito reconhecida voltada ao mundo do trabalho, vinculada a presença de um dos principais polos industriais do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade tem sido destino de migrações internas ao longo da sua história e a partir de 2010, tem recebido fluxos de migrações internacionais, entre eles senegaleses, haitianos, ganeses e atualmente venezuelanos

Os senegaleses são oriundos da República do Senegal, um estado da África Ocidental que é dividido em 10 regiões tendo como capital a cidade de Dakar. É um país majoritariamente islâmico, tendo como língua oficial o francês, mas também apresentam outras línguas nacionais, sendo o principal o idioma *Wolof*. A apresentação de diferentes idiomas se dá principalmente pela divisão de região e pelos inúmeros grupos étnicos (alguns exemplos seriam os *uólofe*, *serere* e *fulbé*).

2.1 Quem é o imigrante senegalês?

A entrada da migração senegalesa no município de Caxias do Sul se deu início no ano de 2012, com um forte incremento em 2014, tendo apresentado diminuições consideráveis a partir de 2017. Segundo dados dos registros fornecidos pelo CAM, de 2014-2019, o imigrante senegalês é majoritariamente do sexo masculino, jovem, com escolaridade média, de religião muçulmana. As tabelas a seguir explicitam as principais variáveis que foram utilizadas para caracterizar esse tipo de migração.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual de sexo dos senegaleses cadastrados no banco de dados do CAM (2014 -2019).

SEXO	**Frequência**	
	Absoluta	Percentual
Masculino	2630	97,8%

Feminino	40	1,5%
Não Informado	18	0,7%
TOTAL	2688	100%

Fonte: Pesquisa Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

A migração senegalesa é predominantemente masculina como está registrado na tabela 1. Dos que frequentaram o Centro de Atendimento ao Migrante, 97,8% são homens e apenas 1,5% de mulheres. A migração senegalesa tem tido essa característica em que quem migra normalmente é o homem e o mesmo se encarrega de enviar recursos para a família que permanece no país de origem.

Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual da faixa etária dos senegaleses cadastrados no banco de dados do CAM (2014-2019).

Faixa Etária	**Frequência**	
	Absoluta	Percentual
0 a 20	80	2,98%
21 a 30	1387	51,60%
31 a 40	1022	38,02%
41 a 50	161	5,99%
Mais de 51	34	1,26%
Não Informado	4	0,15%
Total	2688	100%

Fonte: Pesquisa Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

A tabela 2 apresenta dados sobre a faixa etária dos senegaleses registrados no CAM no período de 20014-2019, evidenciando uma predominância de jovens entre 21 a 30 anos, ou seja, 51,60% e de 38,02 de 31-40 anos. Esses dados indicam que os mais jovens migram para sustentar os mais velhos que permanecem no país de origem. É oportuno destacar que para o mundo do trabalho, há uma certa preferência pela mão de obra mais jovem em detrimento das demais faixas etárias. Nesse sentido, os estudos de Sayad (1998) apontam que mesmo considerando a mão de obra migrante provisória é ela que tem sido utilizada em muitos serviços. Sayad comenta que

> a sociedade de imigração que, embora tenha definido para o trabalhador imigrante um estatuto que o instala na provisoriedade enquanto estrangeiro (de

> direito, mesmo se não o é sempre, ou, se o é pouco, de fato) e que, assim, nega-lhe todo direito a uma presença reconhecida como permanente (1998, p. 46).

Chama a atenção que pessoas consideradas migrantes idosos são quase inexistentes nesse grupo migratório, o que confirma a premissa que quem migra são aqueles que tem potencial de empregabilidade e que são considerados como chama Ambrosini (1999) "invasores uteis", mão de obra necessária para realizar trabalho precário que os da sociedade que recebe não realiza mais.

Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual da escolaridade dos senegaleses cadastrados no banco de dados do CAM (2014 a 2019).

GRAU DE INSTRUÇÃO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Alfabetizado (a)	54	2,01%
Analfabeto (a)	136	5,06%
Ensino Fundamental incompleto	863	32,11%
Ensino Fundamental completo	352	13,10%
Ensino Médio incompleto	166	6,18%
Ensino Médio completo	341	12,69%
Ensino Superior incompleto	53	1,97%
Ensino Superior completo	42	1,56%
Não Informado	681	25,33%
Total	2688	100%

Fonte: Pesquisa Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

A escolaridade é um fator importante na inserção no mercado de trabalho. Constata-se que a mão de obra migrante que possui ensino fundamental incompleto se coloca no mercado de trabalho, em muitas situações, de precariedade e de informalidade do trabalho. É uma mão de obra que utiliza sua escolaridade em seu benefício. Muitos, mesmo tendo apenas o ensino fundamental incompleto, falam mais de uma língua, o que demonstra que possuem experiências de vida e que a migração foi uma alternativa de busca de trabalho fora do país. A educação no Senegal é obrigatória a partir dos sete anos de idade e "tem como objetivo desenvolver as capacidades intelectuais da criança" (HEREDIA, PANDOLFI, 2015, p. 102), no sentido de estimular o raciocínio lógico, criativo, matemático e a busca de comunicação.

Tabela 4 – Distribuição absoluta e percentual do estado civil dos senegaleses cadastrados no banco de dados do CAM (2014 -2019).

ESTADO CIVIL	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Solteiro (a)	1247	46,39%
Divorciado (a)	28	1,04%
Casado (a)	916	34,08%
Viúvo (a)	1	0,04%
Não informado	496	18,45%
Total	2688	100%

Fonte: Pesquisa Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

Quanto ao estado civil, 46,39% são solteiros, 34,08% são casados, o número de viúvos é muito reduzido e o de divorciados é de 1,04%. Os dados mostram que um número considerável de migrantes é casado, mesmo não sendo predominante, evidencia a importância do casamento na família senegalesa. Essa família é constituída pela parentela que inclui além do núcleo básico, pais, irmãos, os tios, sobrinhos e os avós, tornando um número expressivo de membros. Além desse aspecto, é necessário destacar que a poligamia é aceita no Senegal o que implica que um homem possa ter vários casamentos desde que consiga manter o grupo.

Tabela 5– Distribuição absoluta e percentual da situação de trabalho dos senegaleses cadastrados no banco de dados do CAM (2014- 2019).

SITUAÇÃO DE TRABALHO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Empregado(a) regular	604	22,47%
Empregado(a) Irregular	7	0,26%
Desempregado(a)	1280	47,62%
Empregado em experiência	3	0,11%
Estudante	1	0,04%
Autônomo(a) formal	31	1,15%
Autônomo(a) informal	55	2,05%
Aposentado(a)	1	0,04%
Auxílio doença	2	0,07%
Trabalhos temporários	3	0,11%
Não informado	701	26,08%
TOTAL	2688	100%

Fonte: Pesquisa Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas. Universidade de Caxias do Sul, 2019. Banco de Informações: Centro de Atendimento ao Migrante, Caxias do Sul. Elaboração dos dados: Julia Zeilmann Jaeger (Probic/Fapergs).

A tabela 5 apresenta um dado importante para migrantes recém chegados a cidade, ou seja, que estão em busca de trabalho, ou seja estão desempregados (47,62%). O que chama a atenção é o número de migrantes que está empregado, e que busca o Centro de Atendimento ao Migrante para ajuda. Nesse sentido, os estudos realizados por Tedesco e Grzybovski (2011) mostram que muitos senegaleses foram agenciados para o trabalho em frigoríficos. Por meio de outros estudos como o de Moccelin (2015) também se encontra o registro de que muitos senegaleses atuam no comércio ambulante, o que tem sido uma alternativa de sustento, conforme práticas culturais de seu país de origem.

3 A hospitalidade em Caxias do Sul

A pesquisa buscou entender como se dá a hospitalidade no município de Caxias do Sul com a chegada de imigrantes internacionais. É importante considerar que a cidade tenha sua história vinculada a processos migratórios do século XIX que foram determinantes na ocupação do território que formou essa região. Além da ocupação do território pelos italianos na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, teve um fluxo constante de migrações internas que foram decisivas na formação da mão de obra para o polo industrial na região. As migrações, portanto, no município sempre foram muito bem aceitas pela sociedade uma vez que havia necessidade de mão de obra de fora. Entretanto, a partir da chegada de migrantes oriundos do continente africano, houve reações distintas na cidade que são importantes analisar como dificuldades de acolhimento.

A hospitalidade pode ser entendida como a relação com o lugar e a relação com o outro o "acolher alguém de forma hospitaleira significa abrir o espaço próprio sem reservas ou desconfianças" (BAPTISTA, 2008 p. 8), permitindo que o outro mantenha a sua individualidade e se sinta aceito da forma que ele é. No entanto, a hospitalidade não é um conceito que se retém apenas ao acolhimento de um indivíduo ao outro, mas também abrange a integração do indivíduo dentro do funcionamento do município, ou seja, o acesso aos diferentes serviços, espaços de lazer e a construção de políticas que visem responder às demandas surgidas pelo fenômeno migratório.

A ideia de hospitalidade não é algo novo, devido a isso é possível encontrar diferentes perspectivas referente ao seu conceito. Kant (1989) parte de uma ideia condicional da hospitalidade, baseando-se na tolerância mútua por existir em um mesmo espaço, alegando que seja um direito cosmopolita à hospitalidade, identificando como um

fator jurídico e limitado. Derrida se opõe a ideia de uma hospitalidade baseada em tolerância, argumentando que

> Se alguém acha que estou sendo hospitaleiro porque sou tolerante, é porque eu desejo limitar minha acolhida, reter o poder e manter o controle sobre os limites do meu "lar", minha soberania, o meu "eu posso" (meu território, minha casa, minha língua, minha cultura, minha religião etc.) (DERRIDA, 2004, p. 137).

Dessa forma, Derrida (2004, p. 139) conceitua a hospitalidade a partir de uma concepção incondicional, e afirma que

> Sem essa ideia de hospitalidade pura (uma ideia que é também à sua própria maneira de experiência), não teríamos sequer a ideia do outro, a alteridade do outro, ou seja, de alguém que entra em nossas vidas sem ter sido convidado. Não teríamos sequer a ideia de amor ou de convivência com o outro de um modo que não seja parte de alguma totalidade ou conjunto. A hospitalidade incondicional, que não é nem jurídica nem política, ainda assim é a condição do político e do jurídico.

Nesse contexto de migrações contínuas, a capacidade de hospitalidade do município mostra suas contradições. Instituições que colaboram para a inserção daquele que vêm de fora e instituições que resistem a legitimar tal processo. Os indícios do não entendimento dos motivos da imigração senegalesa na cidade foram registradas em inúmeras situações em que os mesmos sofreram discriminação por parte da sociedade. Entretanto, os imigrantes senegaleses possuem uma cultura de resistência e souberam se organizar enquanto grupo se fortalecendo, sendo solidários entre eles e com os demais migrantes. Um dos aspectos que colaborou foi a rede formada entre eles que acolhe os recém-chegados, numa demonstração do espírito de solidariedade que existe entre eles.

3.1 Dificuldades encontradas pelos imigrantes senegaleses

Uma das dificuldades que os imigrantes senegaleses enfrentam é o processo da regulamentação da documentação, que é essencial para uma integração socioeconômica segura, visto que quando essa não é realizada, o imigrante se torna ainda mais exposto à situações exploratórias, de vulnerabilidade que podem causar violação de seus direitos fundamentais.

O processo de regulamentação é realizado pela Polícia Federal (PF), que muitas vezes acaba não tendo como atender demanda imposta pelo fato de nem todos os municípios terem postos da Polícia federal que providenciem a documentação. Em Caxias do Sul, o CAM conseguiu realizar uma parceria com a PF, até mesmo disponibilizando advogados voluntários que auxiliam na aceleração desse processo. Entretanto, a situação da pandemia trouxe muitos desafios, principalmente com o não atendimento regular da

PF, o que aumentou a demanda que já estava reprimida. É importante lembrar que a partir de 2017, o número de senegaleses diminui, o que registra o conhecimento da crise que o Brasil já enfrentava no Governo Temer.

Várias foram os obstáculos registrados na pesquisa. Além dos já citados, uma das dificuldades localizadas no acolhimento foi o despreparo do Estado brasileiro em acolher imigrantes internacionais, que evidencia os limites de atendimento aos migrantes quanto ao acesso às políticas públicas. Muitas demandas, ao invés de serem solucionadas pelo poder público, são repassadas e transferidas para entidades da sociedade civil, realizando o acolhimento dos imigrantes, apesar dos limites que possuem.

Outra dificuldade em relação a hospitalidade em relação aos migrantes internacionais evidencia os desafios que eles enfrentam no processo de inserção na cidade. Uma das barreiras encontradas foi o idioma. Nesse sentido, a dificuldade do imigrante se comunicar e ser entendido em instituições distintas as quais necessitava para seu inserimento foi determinante. Costa e Gonçalves apontam (2016 p. 108):

> Sem qualquer proximidade com a língua portuguesa – e também com grandes chances de não dominar outras línguas que poderiam facilitar a comunicação, como a espanhola ou a inglesa –, o migrante se vê em uma situação de desinformação, incerteza e inacessibilidade. Vale lembrar que, na maioria das vezes, é esse o caso dos migrantes hipossuficientes, que precisam arranjar o mais rápido possível habitação e fonte de renda.

Os preconceitos e a discriminação por raça também são um dos enfrentamentos que os imigrantes sofrem e afetam o fato de se sentirem acolhidos. O relato a seguir traz uma narrativa das diferenças que o migrante identifica quando sente que é discriminado pela cor:

> [...] na verdade, eu prefiro sempre contar o lado positivo das coisas né, [...] falar coisas ruins eu acho que só vai piorar. [...] Já passei por muitas coisas ruins desde que cheguei aqui no Brasil. Tem hora que eu penso em voltar para meu país. Mas se você olhar para o lado positivo, você acaba aguentando mais um pouco [...]. Eu sou um ser humano, certo? Cada ser humano é diferente do outro. Mas no Brasil [...] ser negro é difícil, mesmo sendo imigrante. Não querem saber de você, [...] mas eu prefiro sempre tentar adaptar-me à cultura deles, mas eu vivo a minha cultura por dentro, que não vou mudar, porque eu acho que é melhor para mim, é isso (GUEYE, 2018 *apud* MENDES; CÁ, 2020).

Dessa forma, percebe-se que esses desafios enfrentados pelos imigrantes demonstram fragilidades no processo de acolhimento, no sentido de sentirem discriminação racial, diferenças sociais e dificuldades de aceitação. Essas situações não

acontecem apenas no município de Caxias do Sul, como também em outras partes do país. O relato a seguir fala de ataques constantes, xingamentos, humilhações.

> [...] inúmeros os obstáculos e desafios que esses sujeitos enfrentam cotidianamente, como questões relacionadas à regulamentação da condição jurídica, dificuldades com o idioma, dificuldades de inserção no mercado de trabalho (que mais embaraça o processo de integração), isso sem mencionar os constantes ataques racistas, xenófobas e discriminatórios dos quais são alvo frequentemente (MENDES; CÁ, 2020).

4 As redes de acolhimento

O conceito de rede pode ser entendido como "complexos de laços interpessoais que ligam migrantes anteriores e não – migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade" (TRUZZI, 2008, p.203 apud MASSEY, 1988, p.396). A rede é um fator importante na escolha do território em que o indivíduo migra, e pode se desenvolver por meio de contatos entre eles, com outros migrantes que informam as condições referente a integração no mercado de trabalho, a forma de recepção e outras informações que auxiliam o processo de inserção no local escolhido.

Kelly (1995) também conceitua a rede como:

> agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (1995, p. 219 *apud* TRUZZI, 2008).

Dessa forma, a rede se mostra um instrumento de disseminamento de informações e condicionante de comportamento, trazendo a perspectiva do migrante como um "agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora" (TRUZZI, 2008 p. 207).

O papel das redes se mostra primordial para a adaptação e segurança dos migrantes, principalmente porque conta com elas para dispor de informações necessárias para a inserção inicial. De acordo com Camello[3] (2021), a rede de acolhimento é uma característica específica entre os senegaleses, pelo menos no município de Caxias do Sul, que reflete uma cultura de solidariedade, onde mesmo que haja as diferenças entre eles

[3] Entrevista realizada com Juliana Camello, ex-gestora social do CAM (2018-2020) no mês de maio de 2021. A entrevistada também foi mediadora cultural no CAM entre 2015-2017.

(diferentes grupos étnicos), nunca se ignoram e fazem o possível para ajudar uns aos outros, alegando que "Se por acaso um senegalês não tivesse um lugar para dormir e encontrasse outro senegalês, ele teria uma casa para ficar" (SIC).

A rede de senegaleses no município de Caxias do Sul é formada por laços comunitários que colaboram para o acolhimento de migrantes que provêm do Senegal. Em Caxias do Sul, o presidente dessa rede se chama Billy, Abdou Lahat Ndiaye, que fundou a Associação de Senegaleses. Relata que "começou acolhendo as pessoas, alugando casas para quem não tinha aonde ir. Hoje tenho uma loja de roupas onde eles podem também fazer ligações internacionais e enviar dinheiro às famílias".[4]

O crescimento da Associação dos Senegaleses oportunizou a reunião dos imigrantes instalados na região com objetivo de preservar hábitos culturais da terra de origem, o que possibilitou a realização de festas tradicionais, momentos de lazer, de confraternização e espaços de práticas religiosas, como o *Daira*. Observa-se que em muitos desses encontros, abertos para aqueles que querem conhecer a cultura senegalesa, foi uma forma que a Associação dos Senegaleses encontrou para divulgar a cultura e mostrar como alguns hábitos culturais são próprios da cultura senegalesa.

5 Considerações finais

A cidade de Caxias do Sul recebeu um número considerável de imigrantes senegaleses. A primeira parte desse estudo ressaltou que, entre 2014-2019, a cidade de Caxias do Sul teve o registro de 2.688 senegaleses. O registro refere-se aqueles que buscaram o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Os dados evidenciam que os migrantes senegaleses que chegaram a Caxias do Sul são predominantemente homens, jovens, solteiros e casados, de escolaridade média e de religião islâmica. Nos estudos realizados pelo Núcleo, a cidade de Caxias do Sul tem atraído migrações internacionais desde 2010, uma vez que é um polo industrial e um polo de serviços que tem expressão na economia do Estado e do país. Constata-se nesse estudo que o número de senegaleses cresceu até 2017, quando registra uma diminuição destes que procuravam a cidade em busca de trabalho. A diminuição do número de imigrantes senegaleses a partir de 2017 é reflexo da crise que o Brasil passou e das da mobilidade que esse grupo passa quando não

[4] Billi fundou associação de senegaleses na cidade de Caxias do Sul. É o primeiro imigrante a receber o Prêmio Caxias pelo reconhecimento que a cidade tem em relação ao seu trabalho na Associação. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2019/11 /senegales-que-fundou-associacao-na-cidade-e-o-primeiro-imigrante-a-receber-o-premio-caxias-11889224.html. Acesso em: 30 abr. 2021.

consegue trabalho numa cidade. Muitos senegaleses procuraram outras cidades e outros estados quando o número de desempregados aumentou na região.

Registra-se que algumas instituições privadas como o Centro de Atendimento ao Migrante, a diocese de Caxias do Sul e algumas entidades particulares foram sensíveis como redes de acolhimento. Entretanto, as redes de acolhimento, organizadas pelos próprios senegaleses foi muito eficiente e se mostraram solidárias, se tornando um dos poucos espaços em que pudessem recorrer. As redes serviram como suporte, que apesar de necessário e trazer melhorias para a vida dos imigrantes, não são oficiais e nem respaldadas pela sociedade que os recebe.

Referências

BAPTISTA, Isabel. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares. In**: Revista Hospitalidade**. Ano V, número 2, dez.2008. Disponível em: https://www.revhosp.org/hospitalidade/issue/view/21. Acesso em: 1. mai. 2021.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas***:* percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, P. C.; GONÇALVES, B. H. V. Trabalho e migração no Brasil: perspectivas atuais do contexto migratório-laboral. In: GRUPO DE ASSESSORIA A IMIGRANTES E A REFUGIADOS. **Múltiplos olhares:** migração e refúgio a partir da extensão universitária. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016. p. 103-114.

DERRIDA, Jacques. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos. Um diálogo com Jacques Derrida. In: BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror**: diálogos com Habermas e Derrida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

HEREDIA, V.B.M.; PANDOLFI, Bruna. Migrações internacionais: o caso dos senegelses em Caxias do Sul. In: HEREDIA, Vania B.M.(Org.) **Migrações Internacionais:** o caso dos senegaleses no Sul do Brasil. Caxias do Sul: Ed. Quatrilho, 2015.

Jornal Pioneiro. Disponível em: http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2019/11/senegales-que-fundou-ssociacao-na-cidade-e-o-primeiro-imigrante-a-receber-o-premio-caxias-11889224.html. Acesso em: 30 abr. 2021.

KELLY, P.F. 1995. In: TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**. vol.20, n.1. São Paulo, 2008.

MOCELLIN, Maria Clara. Senegaleses na região central do Rio Grande do Siul:deslocamentos, trabalho, redes familiares e religiosas. In: HEREDIA, Vania B.M. (Org.). **Migrações Internacionais**: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil. Caxias do Sul: Ed. Quatrilho, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. Prefácio. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denize. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. **Revista Espaço Pedagógico,** Passo Fundo, v. 18, n. 2, p. 336-355, jul/dez 2011. Disponível em: http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/view/2433. Acesso em: 02 mai. 2021.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**.vol. 20, n. 1. São Paulo, 2008.

UEBEL R.R.G; BRÍGIDO E.V; RIBEIRO V.E.A. Evolução da governança migratória no Brasil: desafios teóricos, mudanças normativas e ecos sociais de sentimentos xenofóbicos. **Idéias**, Campinas, SP. 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8658545. Acesso em: 30 abr. 2021.

POLÍTICA DE ESQUECIMENTO E A OCUPAÇÃO "VILA DOS SONHOS"

Leonardo Souza das Neves[1]

1 Introdução

> Tira essa pata do meu barraco. Eu tenho nervos, eu não sou de aço. É isso mesmo a nossa herança? Esse trabuco, minhas crianças? Eu sinto asco da tua farda. Me diz se dorme quando o dia acaba. Eu só queria saber. Como segue essa cena depois que eu desligo a TV. Novela da vida real que não paga cachê (MULAMBA, 2019).[2]

A pesquisa apresentada encontra-se em fase inicial e tem como partida os atravessamentos, inquietações das experiências que foram vivenciadas por corpos pretos e LGBTQIA+ na Ocupação Vila dos Sonhos localizada no antigo Hospital de Infectologia São Sebastião no Complexo do Caju, uma das favelas da cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Os questionamentos sobre as opressões e marginalizações por meio do racismo, preconceito social, LGBTIfobia e territorialidade, foram ao encontro da pesquisa por meio das redes estabelecidas no espaço acadêmico. Desta forma, foi realizada uma reflexão sobre a realidade em que estava inserido e identifiquei algumas marcas que os corpos que ocupam este território trazem ao longo desses anos. Tais enfrentamentos sempre fizeram parte da minha vida, porém somente nas redes estabelecidas na universidade obtive referências para a iniciar a (re)construção de uma consciência das múltiplas identidades. E como determinados grupos sociais realizam a marginalização/objetificação/exotificação dos corpos pretos, LGBTQIA+ e/ou favelados.

> Um corpo nunca é um corpo por si mesmo, mas um corpo vivo, um corpo que age entre coisas e outros corpos, um corpo visto pelos outros. Isto poderia parecer que um corpo visto pelos outros seria visto como um objeto, como uma coisa, mas este não é o caso. Um corpo como uma coisa, como pura corporalidade, é sem vida; é um cadáver no mundo (GORDON, 1999, p. 35).

Partindo desse lugar de fala (RIBEIRO, 2017), o trabalho aqui apresentado tenta iniciar um diálogo sobre as políticas de memórias e os esquecimentos de determinados espaços na cidade do Rio de Janeiro, particularmente a Ocupação Vila dos Sonhos. Fazendo um levantamento de fontes e das pesquisas realizadas em torno do antigo Hospital de Infectologia São Sebastião, partindo disso, rememoramos quais são as

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd/UERJ) e integrante do Grupo de Estudos História da Educação e Religião (GeherRio). Endereço eletrônico: lenardosouzadasneves@gmail.com.

[2] MULAMBA. Vila Vintém. Altafonte Music Distribution. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=46M0JhXq28w. Acesso em: 15 mar. 2021.

narrativas dos sujeitos que moram nestes espaços, com o propósito de saber quais são as razões e desde quando estão nesta ocupação. E iniciar uma reflexão sobre práticas de controle/silenciamento das identidades e corporeidades por meio da interseccionalidade (CONRADO et al., 2012) (pretos, favelados, LGBTQIA+) acontece perante as políticas de esquecimento diante do Estado na Ocupação do antigo Hospital de Infectologia São Sebastião – Complexo do Caju. Baseando-se nestas *experiênciasvivências* tentaremos historicizar o Complexo do Caju e a construção da Ocupação, percebendo e refletindo como os corpos dos sujeitos e sujeitas que compõem essa Ocupação percebem, (re/des)constroem e interagem com esse território. E para alcançar tais objetivos fundamentamos em Eckert e Rocha:

> Após cada mergulho no trabalho de campo, retornando ao seu cotidiano de antropólogo, o etnógrafo necessita proceder a escrita de seus diários de campo. Os diários íntimos dos antropólogos trazem farta bibliografia sobre os medos, os receios, os preconceitos, as dúvidas e as perturbações que o moveram no interior de uma cultura como forma de compreensão da sociedade por ele investigada. Trata-se de anotações diárias do que o(a) antropólogo(a) vê e ouve entre as pessoas com que ele compartilha um certo tempo de suas vidas cotidianas (2008, p. 14, 15).

Entendo essa pesquisa como um símbolo de resistência e (re)existência de pessoas que, assim como eu, foram silenciadas e esquecidas por muito tempo e tivemos nossos corpos subalternizados/objetificados. Reconheço-me nas palavras de Velho (2013, p. 94): "a antropologia, tradicionalmente, tem estudado os 'outros' e eu me propus estudar 'nós'."

2 Favela: orgulho e lazer

> Meus ouvidos foram blindados para a tragédia do mundo. O noticiário relata o caos que rege a plataforma dos degenerados. Meus ouvidos foram blindados para as lágrimas do céu que varrem a cura desta terra. Meus ouvidos foram blindados para os raios de tua voz que alimentam o breu desta cidade. Meus ouvidos se blindaram contra todos os berros e gemidos. Pegaram um passaporte e foram se abrigar em outro habitar (OUVIDOS BLINDADOS, HUGO PAZ, 2012).

A normalização das agressões de diferentes formas de violência pode criar blindagens, como Hugo Paz afirma em seu poema. Contra todos os ataques que sofremos, infelizmente às vezes essa blindagem nos impede de ouvir as aflições, os gritos, as falas de outros sujeitos que também estão passando por diversas agressões. Por isso, a importância do aprender a olhar, de estranhar.

> A diversidade - exatamente a condição que poderia propiciar o enriquecimento das relações humanas - não é olhada, apreendida como estratégia ou meio de

> realização de cada um e da humanidade como um todo. O que se busca, a todo o custo, é a padronização, o enquadramento em uma norma, obedecendo a critérios que só são preenchidos por uma minoria, uma classe ou grupo dominante. E esta classe utiliza todos os meios – dentre os quais se destaca a escola, um espaço contraditório – para transformar em hegemônico o seu projeto (BIANCHETTI, 2002, p. 5).

O diverso, o diferente, o que foge da dita "normalidade" é visto com estranheza. E todas e quaisquer pessoas, inclusive eu, que não estejam neste padrão imposto são olhadas, geralmente, com olhares de indiferença, (in)tolerância, preconceitos, antipatia, indiferença (BIANCHETTI, 2002). Mudar de calçada quando um grupo de rapazes negros está à sua frente, não ajudar uma mulher agredida por seu parceiro são apenas alguns exemplos que já presenciei de (não) olhares. As favelas e os favelados também são exemplos disso. É para eles que olharemos neste capítulo buscando um outro ângulo de observação.

2.1 Cortiço: "nasci do limbo e bailei pra essa cidade"

A "normalização" dos olhares para com a favela que leva a cristalização de representações, é uma construção histórica, política, econômica e cultural. Tais olhares podem ser observados no século XIX desde os antigos Cortiços, que foram antecessores das primeiras favelas. Os olhares higienistas foram oriundos dos médicos, engenheiros e jornalistas da época. Define-os:

> Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era o local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada " classe perigosa". Definido como um verdadeiro "inferno social", o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos das cidades (VALLADARES, 2005, p. 24).

Na estrutura econômica, política e social da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, "capital do Brasil de 1763 a 1960 e a cidade mais populosa do país durante quase todo esse período" (ABREU, 2013, p. 16), não pode ser ignorada a formação desses espaços de moradia por toda a cidade e a disputa de classes que se reflete na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano e o direito à habitação.

Neste mesmo período, a pobreza urbana tornou-se um problema para as classes dominantes em diversos lugares no mundo, inclusive no Rio de Janeiro. Uma mobilização nacional foi iniciada para "combater a pobreza e a miséria", principalmente na capital,

por vários especialistas ligados à imprensa, literatura, engenharia, medicina, direito e instituições filantrópicas.

Na literatura, o romance “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo, publicado em 1890, descreve essa forma de habitação como uma “construção de casinhas de madeiras, tão engenhosamente construídas", como o caso do grande cortiço de São Romão. Azevedo quando conta parte da história da Dona Rita - a Mulata - afirma que são “diversos os moradores do cortiço, jornaleiros de baixo salário, pobre gente miserável, que mal podia matar a fome com o que ganhava. Ainda assim não havia entre eles um só triste" (AZEVEDO, 1890, p. 35).

O Estado e a classe dominante foram, assim, utilizando diversos discursos e narrativas de diferentes áreas que contribuíram para a construção do perfil dos moradores do cortiço, criando assim um estereótipo dos sujeitos que habitavam naqueles espaços, tornando-os inimigos de uma sociedade saudável e limpa.

As estratégias que foram elaboradas tinham como objetivo atacar os espaços de pobreza, logo, os cortiços do Rio. Os cortiços eram lugares necessários para as populações mais pobres da cidade, pois como não tinham nenhum poder de mobilidade, dependiam da localização central dos cortiços para sobreviver já que era na região central que trabalhavam. O perfil dos moradores desses espaços, era de sujeitos das zonas rurais, pessoas que foram escravizadas e libertas, que não tinham ganho fixo e precisavam procurar por trabalho diariamente. Portanto, esses moradores eram pobres e em sua maioria negros.

Apoiados em um discurso eurocêntrico, racista, misógino, machista, heteronormativo, típico do período, os especialistas que foram convidados pela administração do prefeito Barata Ribeiro, em 1893, declararam guerra aos cortiços. A administração e uma parte da população da capital o apoiaram nessa decisão e com isso foram criadas leis para proibir a construção de novos cortiços, com regulamentação municipal, segundo Backheuser (1906, p. 105-106):

> Construção prohibida pela Prefeitura. É uma habitação collectiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construcção ligeira, algumas vezes installados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difficil accesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pateo, área ou corredor, com apparelho sanitário e lavanderia commum. Também se considera cortiço um prédio de construcção antiga, onde clandestinamente são construídas divisões de madeira (construcção prohibida pela Prefeitura), formando quartos ou cubículos, sem mobília, que muitas vezes se extendem aos sótãos, forros, porões, cozinhas, despensas, banheiros, etc e habitados geralmente por individuos de classe pobre e com nome de casa alugar commodos, sem direcção, onde tambem há lavandeira e apparelhos

> sanitários internos ou externos, em numero insufficiente não havendo banheiros e cozinhas (*apud* VALLADARES, 2005, p. 24).

O cortiço Cabeça de Porco, um dos mais conhecidos que foi destruído em 1893 pelo Prefeito Barata Ribeiro, tinha as mesmas estruturas de barracos e residências precárias iguais às apresentadas anteriormente no Morro da Providência. E essas "reformas urbanas" usavam nomes impactantes para essas habitações como lepra estética, anti-higiênica, como foi o caso da reforma Pereira Passos no início do século XX (VALLADARES, 2005). Tratava-se, de fato, da expulsão e higienização dos pobres e pretos dos centros urbanos, uma das diversas tentativas de exclusão dos sujeitos que não se enquadram.

Portanto os cortiços antes de serem destruídos pelas reformas de "urbanização, revitalização e modernização" da cidade do Rio de Janeiro (em outras palavras a higienização da população preta e pobre do centro do Rio), tinham as mesmas estruturas que as primeiras favelas nas cidades. Segundo Valladares (2005, p. 24) "... os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de hábitat pode ser considerado o 'germe' da favela."

2.2 "No princípio criou-se"... O morro da favella: o mito da criação

As imagens, como representações da favela e de sua origem, foram construídas, e até hoje de alguma forma permaneceram nas expressões de jornalistas, escritores e reformadores sociais no começo do século XX. Tais imagens e descrições cristalizaram-se em estereótipos construídos por uma classe dominante sobre os sujeitos que são favelados.

Na aniquilação dos cortiços, como vimos no tópico acima, e com a chegada das companhias que lutaram na guerra de Canudos, o Morro da Favella começa a ser ocupado por essas pessoas. Os soldados que lutaram na guerra de Canudos que se estabeleceram ali aguardando que o Ministério da Guerra pagasse, com atraso, pelos anos de combates. Segundo Valladares (2005), a essa população juntou-se também os antigos moradores dos cortiços que tinham sido destruídos e pessoas que moravam nas Zonas Oeste e Norte, e na Baixada Fluminense que mudaram para o centro do Rio de Janeiro com objetivo de conseguir emprego e/ou de ficarem mais perto dele. Logo esses sujeitos iniciaram uma movimentação de construção de residências feitas de madeiras, chamadas de barracos.

O Morro da Favela, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se

multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005, p. 26).

Nos espaços geográficos da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, já existia o Morro da Providência datado de 1897. Ao longo do texto será utilizado a nomenclatura "Morro da Favella" quando me referir ao Morro da Providência, porque o nome favela se torna genérico em toda localidade periférica, com determinado tipo de construção e com sua população de maioria negra, só no início do século XX. A categoria de habitação “favela” foi criada posteriormente ao fenômeno da existência das favelas. Segundo ABREU e VAZ (1991), o Morro Santo Antônio tinha uma situação similar ao Morro da Favella em 1898, pois passou pelo mesmo processo de ocupação de soldados que esperavam seus pagamentos, de antigos moradores dos cortiços e de pessoas que se mudaram para Centro por conta do trabalho.

Para Valladares, o mito da invenção da favela se deu em duas direções: 1ª) a presença dos guerrilheiros de Canudos, como foi abordado no início deste tópico; e 2ª) em função da planta favella que é encontrada como parte da vegetação e dá nome ao Morro da Favella localizado no município de Monte Santo no Estado da Bahia. Posteriormente, a todos esses processos no início do século XX foi criado a categoria de favela como tipos de moradias residenciais e organização urbana. Entretanto, a favela é antecessora da própria categoria.

> A Quinta do Caju, a Mangueira e a Serra Morena também datam do século XIX e são todas anteriores ao Morro da Favella. O povoamento de tais zonas começou em 1881, nada provando que tenha resultado de uma ocupação ilegal. Tanto na Quinta do Caju quanto na Mangueira, os primeiros habitantes não parecem originários do mundo rural brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado (VALLADARES, 2005, p. 26).

E como podemos observar a favela já tem mais de um século na história do Rio de Janeiro. “Favela” passou a ser sinônimo de morro, pois as favelas encontravam-se nos morros.

Portanto, as favelas existem desde o final do século XIX e deste então os seus moradores são acusados de vadiagem, falta de “educação”, escandalosos, sem modos de comportar nos lugares, ladrões, traficantes, dentre outras coisas que a classe hegemônica utiliza para nos rotular. Essa é a imagem que iremos partir para desconstruir e, então, reconstruir outras imagens, por sermos sujeitos múltiplos e plurais.

2.3 “Todo mundo devia nessa história se ligar”: Complexo do Caju uma análise histórico-social

Partindo de uma pesquisa bibliográfica em plataformas de pesquisa, ou seja, nas plataformas Sucupira, ANPEd, Google Acadêmico e SciELO, foram constatados uma monografia (SOUZA, 2017) e duas dissertações (ANDRADE, 2006; ALVES, 2007), sobre o Bairro do Caju e não sobre o complexo, ambas com temáticas das ciências sociais. Também foram encontrados alguns trabalhos utilizando o Caju em algumas citações, a maioria deles abordando questões sociais, questões ambientais, direito e economia.

O Caju foi durante muito tempo considerado um bairro nobre pelas classes dominantes, por compor a antiga Fazenda Real de São Cristóvão e ser então a Imperial Quinta do Caju de responsabilidade da Companhia de Jesus. No século XVIII, os jesuítas foram expulsos do país e as terras foram loteadas à Coroa portuguesa. Segundo Alves (2006, p. 23),

> O Caju era então uma aprazível ponta de terra que avançava na Baía de Guanabara e possuía belíssimas praias, ladeadas por inúmeros cajueiros, que acabaram por nomear o bairro. A pureza cristalina das águas e a proteção das sombras dos cajueiros faziam do local um lugar adequado para o banho de mar e o repouso. A história do bairro revela o mesmo como um local outrora tranquilo, de clima ameno, favorecido pelo contorno privilegiado da Baía da Guanabara, numa área de abundante vegetação. Era, além disso, o local de praias mais próximo do Centro da cidade e, por isso, tornou-se uma espécie de balneário da elite da época: ricos comerciantes e famílias abastadas. Estes construíram aí suas chácaras de veraneio. O Caju, que então era um balneário, a partir da vinda de D. João VI, em 1808, passou a ser identificado como um balneário real.

Nas narrativas ditas tradicionais, ou seja, hegemônicas, afirmam que o bairro do Caju “com o advento da República e posteriormente com a Reforma Passos, o Caju começou a perder sua característica residencial” (ALVES, 2007, p. 24). Todavia, diversas pessoas estavam estabelecendo moradias de ocupações (barracos), por conta da construção da Estrada de Ferro Rio D’Ouro na Ponta do Caju, ao longo de toda a linha férrea e por conta da chegada dos pescadores que aí se instalaram no final do século XIX e início do XX. Então fica a questão: uma outra população carrega consigo uma forma de habitação não residencial? Tendo origem nessas pessoas que foram esquecidas ao longo da história única (ADICHIE, 2009), venho trazer um olhar diferente para esse complexo. Um olhar de um morador, de uma pessoa que é nascida e criada nesse espaço que outrora “perdeu sua característica residencial”.

O chamado Complexo do Caju tem como composição nove favelas: Parque São Sebastião (PSS), Quinta do Caju, Parque Nossa Senhora da Penha (Manilha), Ocupação

Vila dos Sonhos (antigo Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião), Clemente Ferreira, Parque Boa Esperança (9 Galo ou 950), Parque Conquista (Chatuba), Parque Alegria (PA) e Ladeira dos Funcionários.

Se no passado o Caju foi uma região cobiçada pelas classes dominantes, mesmo integrando a região portuária da cidade, recentemente o prefeito Eduardo Paes, retirou o Bairro e o Complexo do Caju como zona portuária por conta do projeto "Porto Maravilha" em 2011, e passou a ser considerado Zona Norte do Rio de Janeiro.

O projeto iria trazer melhorias para as favelas que estão nessa região, pois a proposta era recuperar áreas degradadas, executar projetos de infraestrutura e recuperação social e ambiental. Como o plano era para os Jogos Olímpicos de 2016 e as reformas no complexo do Caju não seriam vistas e usufruídas pelo turista do evento de porte mundial, somente os moradores seriam beneficiados, o prefeito decidiu retirar o Complexo do Projeto. "Enfim, aumenta o número de pessoas invisíveis em cidades invisíveis. Invisíveis aos olhos do Estado e alheios ao mercado formal, tornam-se figurantes em um filme em que os protagonistas não querem ser reconhecidos." (OJIMA, 2007, p.346) E é este não-olhar das políticas públicas e dos direitos básicos que os moradores do Complexo do Caju e das demais favelas do Rio de Janeiro recebem. Somos sujeitos invisíveis diante do Poder público.

2.4 Ocupação do antigo hospital São Sebastião: uma terra esquecida por deus e por todos



Figura 1 - Ocupação Vila dos Sonhos
Fonte: Márcio Alves / O Globo
(Link:https://oglobo.globo.com/rio/abandonado-pelo-estado-antigo-hospital-no-caju-tem-terreno-loteado-predio-invadido-5375933)

No Parque São Sebastião era localizado o antigo Instituto Estadual de Infectologia São Sebastião, no Caju, que foi inaugurado com pompa e circunstância por D. Pedro II em 1889, criado para atender os doentes das inúmeras epidemias que varriam o Rio no fim do século XIX. O prédio onde funcionava, no Caju, e que já teve 500 leitos, foi desativado em 2008. No mesmo ano em que o hospital foi desativado, teve início, em dezembro, um projeto de lei de Segurança Pública para as favelas da cidade do Rio de Janeiro, o Programa de Polícia Pacificadora (UPPs), com a ocupação de diversas favelas entre 2008 e 2014. De acordo com o site UPP-RJ, do governo do Estado do Rio de Janeiro:

> A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs – planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional – foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública. O Programa engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada e tem como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população. A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades.

No decorrer da aplicação desse programa de Segurança Pública, diversas famílias, que eram residentes/moradores das favelas ocupadas pelas UPPs, realizaram uma migração para vários municípios do estado do Rio de Janeiro, um desses lugares que recebeu um aumento significativo de moradores foi o Complexo do Caju, em especial o antigo Hospital São Sebastião que se tornou uma Ocupação.

Os moradores dessa ocupação são sujeitos que migraram por conta das Políticas Públicas de Segurança Pública que realizaram expulsões em diversas favelas de famílias que supostamente tinham pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Nesse processo de implementação das UPP's no Complexo do Caju, ocorreu o surgimento da Ocupação Vila dos Sonhos.

O estado do Rio de Janeiro é composto por diversas favelas, da zona norte à zona sul. E cada favela é composta por pessoas com suas múltiplas identidades, que têm diversos posicionamentos políticos, credos, cores, memórias, histórias, tristezas, alegrias, amores, paixões e ódios. Esses espaços/sujeitos são plurais e não apresentam uma única cultura. E a partir desses múltiplos lugares/sujeitos, que compõem a cidade do Rio de

Janeiro, quero que nossas histórias sejam contadas, narradas, discutidas e visibilizadas também nos espaços acadêmicos. Por isso, esse trabalho foi pensado como uma ferramenta para narrar/construir/amplificar uma história da Ocupação do antigo Hospital São Sebastião, localizada no Complexo do Caju e de seus sujeitos.

No Caju, como em outras favelas, há pouca presença de equipamentos públicos e do Estado. Algumas dessas lacunas são preenchidas por diversas instituições, porém foi observado que a principal na ocupação do antigo Hospital São Sebastião são as igrejas protestantes. Essas igrejas ofereciam reforço escolar, assistência social - alimentação (refeições e cestas básicas) e vestimenta, cursos profissionalizantes e orientação vocacional, além de proporcionar novas experiências (através de passeios, visitas a museus, viagens etc.) para crianças e jovens dessa favela.

Os moradores dessa Ocupação são entendidos como em suas identidades sociais com suas múltiplas faces (MUNANGA; GOMES, 1994). "Nenhuma identidade é construída no isolamento" (GOMES, 2005, p. 42), elas são barganhadas por meio do diálogo, no decorrer de toda a nossa vida, com os outros. E as construções das múltiplas identidades, externas (sociais) ou internas (pessoais), são forjadas por meio das interações e diálogos abertos com os diversos grupos. Se, por um lado, há um reconhecimento do auxílio prestado, a formatação dos corpos (disciplina) é um dos instrumentos que o Estado utiliza como ferramenta.

> A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares (FOUCAULT, 2010, p. 106).

E a partir dessas dinâmicas sociais, apagamento histórico como observado ao longo do trabalho entendemos que as memórias e as histórias desses moradores são fundamentais para entender as relações neste espaço estabelecida.

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Portanto, a pesquisa apresentada que entende os corpos, favela e ocupação na construção de território e memória, passa pelas minhas experiênciasvivências. Conta, de certa forma, a memória do meu corpo, com suas marcas e feridas, alegrias e aflições, conquistas e seus custos. Logo, a pesquisa também passa pelo que vi, ouvi, vivi e passei,

ou seja, minha escrevivência segundo Evaristo (2017): “A nossa “escrevivência” conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande” (p. 15).

3 Considerações finais

A autora Scholastique Mukasonga narra em seu livro Baratas, o genocídio que aconteceu em Ruanda por meio de uma Guerra Civil, entre 1990 e 1994, a história do povo tutsis que foi marginalizado e constantemente agredido pelo governo de Ruanda. “Eles nos chamavam de inyenzis, as baratas. A partir de então, em Nyamata, seríamos todos baratas. Eu era uma inyenzi” (MUKASONGA, 2018, p. 47). E assim foram considerados baratas, insetos! Não eram mais seres humanos, logo não tinha problema em torturá-los, matá-los, aniquilá-los.

O processo de desumanização de um grupo de pessoas por causa da sua etnia/raça, territorialidade, orientação sexual, gênero e identidade de gênero, pode ser percebido até hoje em todos os lugares do Brasil, principalmente, nas favelas.

E mesmo que nos vejam como apenas “inyenzi, uma pequena serpente, uma pequena barata” (MUKASONGA, 2018, p. 48), devemos manter a esperança de que existem dias melhores.

> Eu não caminharei com medo. Não vão me ver no desespero. Nossa voz vai ecoar em cada beco. Nossa história é resistência salve o povo preto. Preto é apagado na história. Mas traz na memória os dias de rei. Fulni-ô ainda em conflito. Hoje morrem a tiros. Grito pra ninguém. Conta pra pagar. Banco pra dever. Sistema carcerário quer prender você. Escola sem partido SUS vai suspender. Não vai se aposentar trabalha até morrer. Vamos derrubar. Vamos derrubar o governo (DORALYCE, 2020).

Forjamos nas palavras de Doralyce (2020), não caminharemos com medo. Seremos quem somos. E queremos que os nossos corpos sejam totalmente válidos, cada um do seu jeito. E continuaremos nos protegendo e aos nossos amigos e familiares. Portanto, procuro mostrar um pouco de como nós, os sujeitos que moram em favelas, resistimos e ressignificamos esses espaços que são marginalizados pela sociedade. Nele criamos nossas culturas, nossas práticas, construímos cada casa, cada barraco com nossas próprias mãos. Somos nós que diariamente somos ameaçados pela força policial. São os nossos irmãos, filhos, netos, sobrinhos que são abatidos pela polícia como animais indo para o matadouro. E continuaremos (re)escrevemos nossas histórias.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPP, 4ª edição - 4ª Reimpressão 2013.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia Das Letras, 2009.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço.** Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional Departamento Nacional do Livro. 1890.

BIANCHETTI, L. Um olhar sobre a diferença: as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado e suas decorrências. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, v. 8, n. 1, p. 1 - 8, 2002.

BONILHA, Tamyris Proença; SOLIGO, Angela Fátima. O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira. **Revista iberoamericana de educação**. vol. 68, núm. 2, p. 31-48 2015.

BURDICK, John. As redes religiosas nas favelas. In.: VITAL DA CUNHA, Christina (Org). **Oração de traficante:** uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015 pag 185 – 230.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** 1. ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2012.

CONRADO, Mônica Prates; [et al]. **Intersecções entre raça, gênero, sexualidade, meio ambiente e políticas públicas**. Belém, 2012.

EVARISTO, Conceição. Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra. [Entrevista concedida a] Juliana Domingos de Lima.‘ Nexo Jornal. 26 de maio de 2017. Disponível: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99. Acesso em: 10 mar. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **“Por que Fanon? Por que agora?”**: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. São Carlos: UFSCar, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009b.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns Termos E Conceitos Presentes No Debate Sobre Relações Raciais No Brasil**: Uma Breve Discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação – 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003

GORDON, Lewis. **Bad faith and antiblack racism.** New York: Humanity Books, 1999.

hooks, bell. Love as the practice of freedom. (O amor como a prática da liberdade) In: **Outlaw Culture.** Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243-250.

Abreu JÚNIOR, Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-Posições,** v.16, n. I (46), jan/abr. 2005.

LARAIA, R. B. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATA, Sérgio da. **História & Religião.** Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas.** São Paulo: Editora Nós, 2018

MULAMBA. Vila Vintém. Altafonte Music Distribution. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=46M0JhXq28w. Acesso em: 15 mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção:** uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187

NASCIMENTO, Silvia. "**Complexo do branco salvador"**: Guia pede para turistas pararem de pagar mico em fotos na África. Mundo Negro. 18/12/2017. Disponível em: https://mundonegro.inf.br/complexo-do-branco-salvador-guia-pede-para-turistas-parar em-de-pagar-mico-em-fotos-na-africa/ Acesso: 08/06/2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, (10). dez. p. 07-28. 1993.

OLIVEIRA, Aercio.[Entrevista concedida a] Isabella Oliveira e Gilka Resende. Bairro Caju foi excluído de plano de habitação de interesse social do Porto do Rio. FASE. 01/10/2015. Disponível em: https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/bairro-caju-excluido-de-plano-de-habitacao-para-zona-portuaria-do-rio/#:~:text=Porto%20do%20Rio-,Bairro%20Caju%20foi%20exclu%C3%ADdo%20de%20plano%20de%20habita%C3%A7%C3%A3o,social%20do%20Porto%20do%20Rio&text=O%20prefeito%20do%20Rio%20de,de%20Interesse%20Social%20do%20Porto. Acesso em: 10 ago. 2019.

OJIMA, R. As cidades invisíveis: a favela como desafio para urbanização mundial. **R. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 345-347, jul./dez. 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas *In:* PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Orgs). **Ciências Humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

PAZ, Hugo. **Para desenhar outros fatos**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle. In.: **A invenção da favela***:* do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005. Cap 1.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. Ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro-RJ: Zahar. 2013.

4 Migrações e Política

A *ALLGEMEINER ARBEITER-VEREIN* E OS ESPAÇOS DE MOBILIZAÇÃO DOS SOCIALDEMOCRATAS ALEMÃES EM PORTO ALEGRE (1892-1928)

Frederico Duarte Bartz[1]

1 Introdução

A *Allgemeiner Arbeiter-Verein* (Associação Geral dos Trabalhadores) era a associação que reunia os operários de língua e cultura alemã de Porto Alegre sob a orientação da socialdemocracia durante a Primeira República.[2] O período em que a *Allgemeiner* foi ativa, entre 1892 e 1928, coincidiu com a expansão das atividades industriais, comerciais e de transporte; também coincidiu com uma grande expansão populacional, especialmente da classe trabalhadora, que ocupou o centro da cidade e os seus arrabaldes (SOUZA; MÜLLER, 1997, p. 77-99). Essa classe trabalhadora era múltipla, composta por sujeitos de diversas origens, que se encontraram nessa cidade que se expandia e se reestruturava.

Entre esses que chegavam estavam homens e mulheres vindos da Europa ou das colônias que circundavam a capital; em meio a esses imigrantes e seus descendentes, se encontrava um grande número de pessoas de língua alemã, cuja origem remontava tanto à recém unificada Alemanha, quanto à Áustria e outros países próximos. Muitos desses adventícios se dirigiam para as zonas industriais ao norte de Porto Alegre como comerciantes, industriais, mas também como proletários, constituindo uma significativa comunidade operária de origem germânica (MATTAR, 2010, p. 51-58).

Esse período também foi o momento em que se intensificaram os conflitos sociais, em que a luta de classes se tornou mais presente, assim como a organização dos trabalhadores: a Primeira República foi marcada pela ascensão de um movimento operário organizado e combativo (BATALHA, 2003, p. 172). Essas organizações operárias ocuparam determinados espaços da cidade, onde se desenvolveram suas reuniões, seus protestos e manifestações públicas. A ação organizada da classe

[1] Mestre e Doutor em História pela UFRGS. Técnico em Assuntos Educacionais na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. E-mail: frederico.duartebartz@gmail.com.

[2] O fator de agregação da *Allgemeiner* transcende uma vinculação apenas com o Império Alemão, abarcando também operários de outras origens que compartilhavam uma mesma identidade cultural germânica (*Deutschtum*). Sobre o conceito de *Deutschum* e sua validade para o movimento operário, ver: Gertz (1998, p. 34-35).

trabalhadora transformou as diferentes regiões da cidade em seu território, que é o espaço modificado pela ação dos grupos sociais (PAULA, 2015, p. 31-41; VIEIRA, 2017, p. 34-49). Esse espaço de mobilização configurou a territorialidade do movimento operário, pois os militantes dotaram esses lugares de sentido com as suas ações de solidariedade e resistência.

No restante desse artigo vou analisar como a *Allgemeiner Arbeiter-Verein* ajudou a transformar uma região de Porto Alegre onde viviam uma importante comunidade operária de origem alemã (o Arrabalde da Floresta e seus arredores), em um dos principais territórios do movimento operário na capital do estado.

2 A *Allgemeiner-Arbeiter Verein* e sua territorialidade

2.1 A Formação Da *Allgemeiner* e sua territorialidade no momento de expansão do movimento socialdemocrata (1892 - 1905)

O surgimento da *Allgemeiner Arbeiter-Verein* em 1892 está diretamente ligado a um movimento mais amplo da classe trabalhadora da capital de se distanciar dos partidos burgueses, especialmente dos grupos republicanos, para buscar a construção de associações com caráter mais classista (PETERSEN, 2010, p. 83-134). No caso dos imigrantes alemães, alguns já haviam tido contato com organizações socialdemocratas na Europa e procuraram difundir seus princípios no Rio Grande do Sul. A sociedade recebeu seu nome de uma das principais associações operárias da Alemanha, fundada em Leipzig, no Reino da Saxônia, por Ferdinand Lassalle em 1863, sendo uma das origens do atual Partido Social-Democrata (SPD) (BEER, 1968, p. 522-524). A associação porto-alegrense foi uma das mais importantes difusoras das ideias e práticas socialistas entre a classe trabalhadora da capital entre o final do século XIX e o início do século XX.

A fundação da *Allgemeiner* se deu no dia 21 de fevereiro de 1892, no Salão Preussler, na Rua Dr. Flores, n. 32ª (post. 108)[3] em uma reunião com mais de 150 pessoas (*Deutsche Zeitung*. Porto Alegre, 23/2/1892, p. 2-3). A Rua Dr. Flores era uma das principais artérias onde se reuniam as organizações de trabalhadores da capital, podendo ser considerada o "coração" do movimento operário na cidade. Em março foram debatidos os seus estatutos e eleita a sua diretoria, coordenada por Franz Göerisch e

[3] Os números entre parênteses (post.), indicam os números posteriores às modificações realizadas pela intendência municipal a partir de 1927, que correspondem à localização contemporânea. Essas mudanças foram publicadas sistematicamente no jornal *A Federação,* de Porto Alegre, entre o segundo semestre de 1927 e o primeiro semestre de 1928.

Wilhelm Koch. Uma lista para novas adesões ficou a cargo de Fritz Kraus, no Hotel Germânia, na Voluntários da Pátria, n. 227 (post. 733) (*Deutsche Zeitung*. Porto Alegre, 1/3/1892, p.3 e 8/3/1892, p. 2). Em meados de julho a Associação passou a ocupar uma sede própria na Rua da Aurora, n. 37 (Rua Dr. Barros Cassal, n. 123), onde foi instalada uma escola para operários em agosto daquele ano (*Deutsche Zeitung*. Porto Alegre, 2/8/1892, p. 3).

É importante atentar para o fato que o Salão Preussler era um dos locais de reunião mais importantes do movimento operário em Porto Alegre e a região onde a *Allgemeiner* vai se localizar, na Rua da Aurora, estava associada com o avanço da industrialização, que tinha na área compreendida entre a Voluntários da Pátria e o Arrabalde da Floresta seu principal eixo de expansão (BARTZ, 2019, p. 246). Se percebe desde cedo a necessidade de a associação estar próxima dos locais onde a classe trabalhadora vivia e trabalhava, configurando esses espaços como um território de mobilização operária.

A disputa entre grupos políticos da elite estadual e a Revolução Federalista que se seguiu em 1893, tiveram impacto no desenvolvimento do movimento operário na capital, desorganizando-o. A partir de 1895, com o fim do conflito, o movimento começou a retomar seu fôlego com a fundação da Liga Operária Internacional, da qual participaram alguns membros da *Allgemeiner* (PETERSEN, 2001, p. 97-101). Nesse período as duas organizações passaram a ocupar a mesma sede, o Salão Internacional na Rua Ramiro Barcelos, n.126 (post.389), próximo da antiga Estrada da Floresta (*Kozeritz Deutscher Volkskalendar für Brasilien.* Porto Alegre, 1895, p. 229).

Essa mudança para o Arrabalde da Floresta é muito importante, pois significava estender seu campo de ação para uma região da cidade onde estavam sendo levantadas grandes fábricas e onde vivia o proletariado fabril, além do fato dessa região ser marcada pela presença de operários de origem alemã, pelo menos desde a segunda metade do século XIX (GANS, 2004, p. 36). Pode-se dizer que a *Allgemeiner* se instalava no coração da área por onde se dava o avanço industrial (SOUSA; MULLER, 1997, p. 77-99), próximo das Cervejarias Bopp e Becker, da Fábrica de Sabões Voigt, da Fábrica de Móveis de Arbós e Salvador e da Fundição Bertschinger.

Além das fábricas, também é importante citar a proximidade da Estação Ferroviária (no final da Rua da Conceição) e dos trapiches do Rio Guaíba ao longo da Voluntários da Pátria. O acesso às regiões coloniais do entorno de Porto Alegre por meio dessas vias de transporte era estratégico como fonte de matérias primas para a indústria da cidade, mas podemos pensar que era estratégico também para os militantes socialistas,

que podiam manter vínculos com imigrantes e colonos que se direcionavam para a cidade e escolhiam a região industrial como local moradia, inserindo-os em um círculo de sociabilidade (PESAVENTO, 1985, p. 30-35; FORTES, 2001, p. 128). Sobre esses contatos, existem testemunhos de visitas regulares de militantes socialistas de Porto Alegre à São Leopoldo, que era a porta de entrada das colônias alemãs.

Os anos finais da década de 1890 foram marcados pela expansão da mobilização socialdemocrata, com a *Allgemeiner Arbeiter-Verein* e a Liga Operária Internacional sendo responsáveis pelas atividades do 1º de Maio de 1897, servindo de base para a organização do Partido Socialista naquele mesmo ano e sendo fundamentais para a convocação do Primeiro Congresso Operário Regional de 1898 (PETERSEN, 2001, p. 97-119). O percurso de 1º de Maio é bastante significativo dessa presença territorial dos militantes socialdemocratas, pois o trajeto percorreu o Arrabalde da Floresta pelas Ruas Cristóvão Colombo, Ramiro Barcelos e Voluntários da Pátria. Também é significativo pela presença feminina nas atividades relacionadas com a data, que ocorreram durante dois dias seguidos, onde se destacaram os discursos de duas operárias, Elisa Sonnenstrahl e Leopoldina Schacherslehner, que dirigiram suas palavras para as mulheres operárias, cuja presença nas fábricas era cada vez mais relevante (*Gazetinha.* Porto Alegre, 1/5/1897, p. 1-3; 3/5/1897, p. 3 e 6/5/1897, p. 1-2).

2.2 A *Allgemeiner* e sua territorialidade no contexto da greve geral de 1906 e da fundação da FORGS (1906 - 1910)

As disputas internas entre diferentes grupos socialistas acabaram por atrapalhar o desenvolvimento de um trabalho organizativo mais consistente, provocando uma crise no movimento operário local a partir de 1898. Ocorreu uma cisão na Liga Operária Internacional, inclusive com sua mudança para a região da Cidade Baixa e o afastamento entre dois núcleos socialdemocratas. A mobilização vai ser retomada apenas a partir dos primeiros anos do século XX, com a fundação da União Operária Internacional em 1902, a formação do Partido Operário e do jornal *A Democracia*, no ano de 1905 (PETERSEN, 2001, p. 120-124 e p. 151-166).

Nesse período a *Allgemeiner* mudou sua sede primeiramente para a Rua Voluntários da Pátria, n. 279 (post. 865), em 1905 e no ano de 1906, no mesmo logradouro, para o n. 367 (post. 1209) (*A Democracia.* Porto Alegre, 2/7/1905, p. 1 e 9/12/1906, p. 3); é importante citar que esses endereços eram compartilhados com a União Metalúrgica. Essa associação reunia os trabalhadores de fundições, estaleiros e fábricas

afins, possuindo uma ligação muito forte com a *Allgemeiner*: surgida em 1905, todas as suas diretorias até o ano de 1910 foram compostas por militantes de origem germânica.

Além de compartilhar uma mesma base entre os operários teutos, essas duas associações compartilhavam também diversos nomes em suas direções, como Wilhelm Koch, Adolpho Brandt e Joseph Zeller Rethaler (MARÇAL, 1985, p. 48-49). Aqui se pode perceber também uma lógica territorial, pois os endereços que abrigavam as duas entidades ficavam próximos de fundições, estaleiros e fábricas de objetos de metal (Becker, Berta, Bins, Pontas de Paris, F. Bertschinger), onde trabalhavam seus associados. Outro elemento é a proximidade espacial de outras associações operárias, que tinham no Arrabalde da Floresta o seu principal ponto de concentração.

Entre setembro e outubro de 1906 eclodiu a Greve Geral, paralisando a cidade de Porto Alegre e mostrando publicamente a força da classe trabalhadora organizada. A "Greve dos 21 Dias" foi um momento importante para a formação de uma identidade de classe para um contingente de trabalhadores que sofriam as transformações aceleradas da produção artesanal para a industrial; também foi um momento em que as solidariedades étnicas, que muitas vezes aproximavam patrões e empregados, foram suplantadas por antagonismos de caráter classista (BAK, 2003, p. 218-220). Nessa "parede" a *Allgemeiner* atuou como uma das principais forças do movimento, com Wilhelm Koch e Joseph Zeller Rethaller surgindo como dois de seus principais dirigentes. A Greve Geral também expôs uma série de preconceitos contra os estrangeiros, como no caso de ataques xenofóbicos publicados pela imprensa e que atingiam os socialistas alemães (PETERSEN, 2001, p. 196-197).

A Greve de 1906 teve como um dos principais resultados a formação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), no qual a *Allgemeiner* teve um papel de destaque. Em 1906, a associação alemã havia mudado sua sede para a Voluntários da Pátria, n. 367 (post. 1209), no Restaurante Cristmann; esse também foi o local escolhido para a prestação de contas do movimento grevista, que deveria ser feita por Rudolph Pflugrath (que era Tesoureiro da *Allgemeiner*), como representante do Comitê Provisório da FORGS (*A Democracia.* Porto Alegre, 9/12/1906, p. 4). Quando a Federação foi definitivamente instalada, em março de 1907, nomes como Wilhelm Koch e Adolpho Brandt passaram a ocupar postos de destaque, respectivamente como Tesoureiro e Presidente (*A Democracia.* Porto Alegre, 24/3/1907, p. 4).

As atividades da FORGS, assim como de muitas outras associações operárias, eram realizadas no Salão da Rua Ramiro Barcelos, n. 128 (post. 393) (*A Democracia.*

Porto Alegre, 24/3/1907, p. 1 e 4). A partir de 1908, algumas atividades coletivas das associações, como as reuniões relativas à organização do 1º de maio, aparecem nucleadas no Chalet do Clube de Imprensa Operária ou Chalet da Classe Operária, que se localizava na Rua Tiradentes, n. 37ª (post. 331) (*Correio do Povo*. Porto Alegre, 1/5/1908, p. 1; 30/3/1909, p. 1 e 1/5/1909, p. 1). Esses dois endereços estavam situados no Arrabalde da Floresta, que se consolidava como território da socialdemocracia em Porto Alegre.

Se essa conjuntura marcou um grande protagonismo dos socialdemocratas na capital do Rio Grande do Sul, também foi o começo de atritos cada vez maiores com os anarquistas, um grupo de militantes que discordavam da orientação ideológica dos socialistas, que criticavam a luta parlamentar e os esforços para organizar um partido político. A Greve Geral já havia demonstrado sinais de discordância entre diferentes setores do movimento operário, mas foi a partir de 1907 que se intensificou uma longa disputa entre anarquistas e socialistas, que vai resultar na perda de hegemonia na Federação Operária dos socialdemocratas em favor dos libertários depois de 1911 (BILHÃO, 1999, p. 67-99).

As divergências ideológicas algumas vezes ganhavam caráter étnico, como durante a Greve de 1906, em que os operários de origem alemã foram identificados como socialistas disciplinados e os poloneses e italianos como anarquistas intransigentes (SCHIMIDT, 2005, p. 41-47). No final da década, a União Metalúrgica, uma das principais bases da *Allgemeiner*, passou a sofrer críticas por conta de seu exclusivismo étnico, pois até o ano de 1909 ela era composta apenas de operários alemães, austríacos e russos, sendo o alemão sua língua de comunicação; por pressão de um grupo de serralheiros e fundidores seus estatutos foram reformulados para contemplar uma maior pluralidade, o que resultou na perda de hegemonia germânica dentro da associação (*Correio do Povo.* Porto Alegre, 22/8/1909. p. 2 e 12/9/1909, p. 2).

Essa é uma conjuntura em que o movimento operário de Porto Alegre se tornou mais cosmopolita, mais diversos em termos étnicos e isso também acompanhou uma mudança ideológica em direção ao anarquismo. O crescimento da influência libertária vai atingir as organizações socialistas, e, entre essas, a *Allgemeiner Arbeiter-Verein*, que vai perder a posição de vanguarda do movimento nos primeiros anos da década seguinte.

2.3 A *Allgemeiner* e sua territorialidade no momento de crise da socialdemocracia, no período das grandes greves e sua posterior dispersão (1911 - 1928)

Em 1911, a Federação Operária do Rio Grande do Sul passou a estar sob a hegemonia dos militantes anarquistas, que defendiam o sindicalismo revolucionário como

meio de ação sindical (BILHÃO, 1999, p. 77-98). Essa mudança de orientação foi precedida por um deslocamento territorial, pois a partir de fevereiro de 1911 a FORGS alugou uma sede própria no Arrabalde do Bonfim, na Rua Santo Antônio, n. 157 (post. 804), que se tornou também a sede da maior parte das suas filiadas (*Correio do Povo*. Porto Alegre, 17/2/1911, p. 1).

Em 1912, quatro entidades de orientação socialdemocrata não compartilhavam o mesmo local de reuniões da FORGS, a União dos Correeiros, a União dos Trabalhadores em Madeira, a *Towarzystwo Naprzod* e a *Allgemeiner Arbeiter-Verein*; entre essas, as três últimas tinham suas sedes na região da Floresta e as duas últimas representavam os socialistas poloneses e alemães (*A Voz do Trabalhador.* Porto Alegre, 11/08/1912, p. 4). Isso parece significar que mesmo depois das mudanças ocorridas na virada da década, essa região da cidade continuava identificada com uma tradição socialdemocrata que tinha suas bases em comunidades de operários imigrantes ou seus descendentes.

Durante os anos 1910, pode-se afirmar que a *Allgemeiner* perdeu influência junto ao restante do movimento operário, por conta do recuo da socialdemocracia. Mesmo assim, nos primeiros anos da década a entidade continuava sendo importante, figurando em quarto lugar no número de associados entre as filiadas à FORGS em 1914 (PETERSEN, 2001, p. 307-310). Nessa época, a associação vai ocupar duas sedes no Arrabalde da Floresta, na Rua Comendador Azevedo, n. 12 (post. 518) e n.26 (post. 444) (*A Voz do Trabalhador.* Porto Alegre, 11/08/1912, p. 4 e *Correio do Povo.* Porto Alegre, 8/1/1915, p. 2). Esse último local também era sede do Bürgerklub, uma sociedade beneficente voltada para alemães e descendentes que havia sido fundada em 1883, e que promovia festas, bailes e atividades esportivas.

A nova localização em uma sociedade recreativa, assim como a retração das lutas sindicais, contribuiu para tornar a *Allgemeiner Arbeiter-Verein* mais próxima de um clube social do que uma entidade política. Foi assim que o militante anarquista Friedrich Kniestedt a caracterizou quando chegou em Porto Alegre em 1917, ocasião em que se filiou à entidade socialista, por ser ela a única associação de operários alemães da cidade; nos anos seguintes ele se tornaria uma de suas principais lideranças, mesmo sendo um militante libertário (KNIESTEDT, 1989, p. 122-130). A chegada de Kniestedt tornou a ação da *Allgemeiner* muito mais dinâmica, voltando a estar no centro do movimento operário da capital no período das grandes greves entre 1917 e 1919.

Foi na sede do Bürgerklub em que foi lançada a União Geral do Trabalhadores em junho de 1918, uma entidade alternativa à FORGS que permitiu aos anarquistas retomar

o controle da Federação depois de um breve interregno reformista (*O Exemplo.* Porto Alegre, 16/6/1918, p. 3). O local de reuniões da *Allgemeiner* também foi palco dos primeiros debates sobre a Revolução Alemã em Porto Alegre, coordenados por Kniestedt em abril de 1919 (*O Syndicalista.* Porto Alegre, 1/4/1919, p. 4). Não parece fora de contexto pensar que a ação radical dos membros da *Allgemeiner* tenha contribuído para tornar o Arrabalde da Floresta novamente um território central para o movimento operário, pois em junho de 1919 a própria Federação Operária mudaria sua sede para a esquina da Comendador Azevedo com a Rua São Carlos, quase ao lado da associação alemã (*O Syndicalista.* Porto Alegre, 17/6/1919, p. 3).

Se podemos pensar no impacto territorial da aproximação dos socialdemocratas com as pautas anarquistas, também é necessário levar em conta outras relações contraditórias que se desdobravam naquele território. Em 1918, os socialistas alemães fizeram um grande protesto contra o envio de voluntários poloneses para a Guerra Mundial, durante uma homenagem prestada pela Sociedade Tadeusz Kosciusko que era (literalmente) vizinha ao Bürgerklub (KNIESTEDT, 1989, p. 122-130). Dessa forma, temos uma situação de vizinhança entre uma Federação Operária hegemonizada por anarquistas, uma sociedade beneficente de nacionalistas poloneses e uma associação de socialistas alemães, mostrando como as relações estabelecidas entre sociedades operárias em seus territórios são permeadas por contradições que incluem aspectos de conflito e solidariedade.

No início de 1920, Friedrich Kniestedt rompeu com a *Allgemeiner*, fundando a *Sozialistischer Deutscher Arbeiter-Verein* (Associação dos Trabalhadores Socialistas Alemães) de orientação anarquista. Os comunistas também fundaram uma célula do Partido Comunista Alemão (KPD) em Porto Alegre, no ano de 1922, o que provocou uma divisão ainda maior entre os operários teutos (GERTZ, 1985, p. 77-78). Apesar desse cenário (e talvez por conta dele), foi convocado o primeiro Congresso dos Trabalhadores Socialistas Alemães no Brasil, que se realizou na sede da FORGS em maio de 1923, com a participação da *Allgemeiner Arbeiter-Verein* (*Der Freie Arbeiter.* Porto Alegre, 9/6/1923, p. 2-3; 23/6/1923, p. 2-3 e 14/7/1923, p. 2).

Nessa época, durante os anos 1920, as reuniões dos socialdemocratas passaram a se realizar no Salão Hoffmann, na Rua do Parque, n.74 (post. 310), no Arrabalde dos Navegantes, região para onde se deslocava a grande indústria e a vida social do proletariado fabril. Ao longo dos anos 1920, a *Allgemeiner* diminuiu sua presença nos periódicos operários e suas ações ficaram mais esparsas. O aparecimento de novos grupos

políticos tirou o papel de referência central da associação entre os operários de origem germânica, fator que havia sido fundamental para o seu ressurgimento depois de 1917.

As últimas atividades públicas da associação parecem ter ocorrido durante o ano de 1928, como a palestra do líder socialista austríaco Max Winter em fevereiro e o comício de 1º de maio promovido por um grupo socialdemocrata em frente à Intendência Municipal (*Der Freie Arbeiter.* Porto Alegre, 25/2/1928, p. 3 e 15/6/1928, p. 4). Durante os anos 1930, a associação não constava como uma das entidades com atuação junto aos antinazistas, cujas ações eram divulgadas pelo jornal *Aktion*, como era o caso da *Allgemeiner* de São Paulo, o que talvez indique seu desaparecimento em Porto Alegre (*Aktion.* Porto Alegre, 15/10/1934, p. 4).

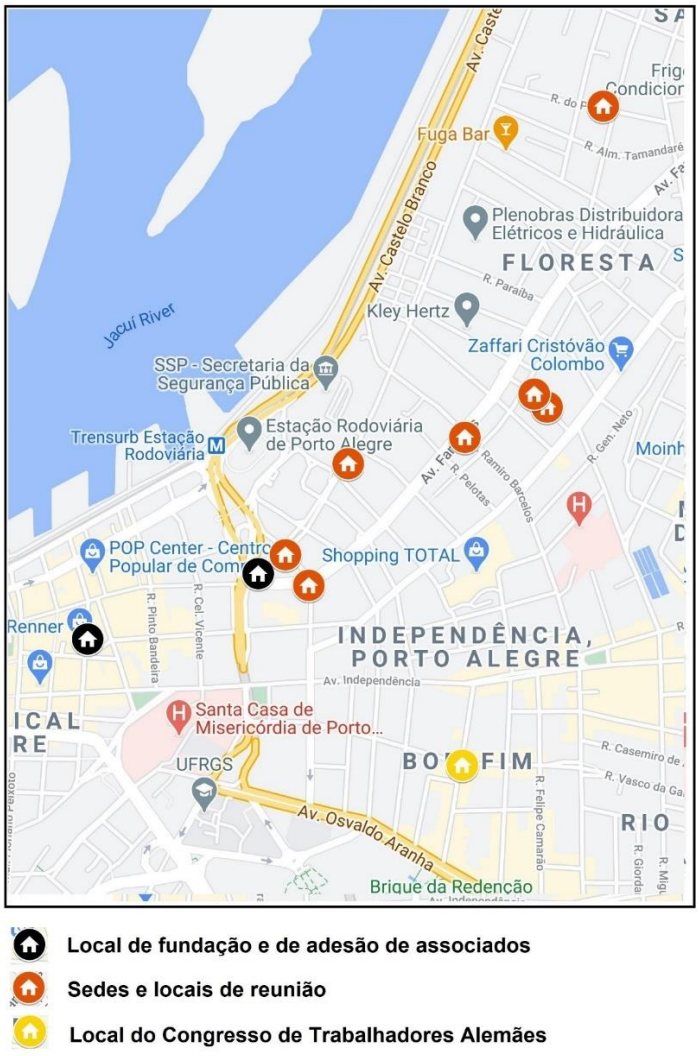


Figura 1 - Sedes e locais de organização da Allgemeiner Arbeiter-Verein em Porto Alegre (1892-1928).
Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir do Google My Maps.

3 Considerações Finais

A ação territorial da *Allgemeiner*, ao longo de seus 36 anos de atuação se deu em uma região da cidade (Arrabalde da Floresta e Voluntários da Pátria), que foi marcado pela presença de imigrantes alemães e pela expansão do primeiro impulso industrial da cidade. Mais do que uma região com forte presença de imigrantes alemães, era uma região habitada por operários e operárias de origem alemã, e esse caráter de classe marcou a vinculação territorial da *Allgemeiner* no período estudado.

Depois que a socialdemocracia perdeu a proeminência no movimento operário (1911), outros territórios passaram a ser centrais para a mobilização de classe (Bonfim, Navegantes, Colônia Africana), mas a *Allgemeiner* continuou desenvolvendo suas ações na mesma região ou próxima dela, identificando sua presença política com o Arrabalde da Floresta, criando uma tradição de militância socialista naquela região da cidade.

Jornais Consultados

A Democracia. Porto Alegre, 1905 - 1907.

Aktion. Porto Alegre, 1934.

A Voz do Trabalhador. Porto Alegre, 1912.

Correio do Povo. Porto Alegre, 1908 - 1915.

Der Freie Arbeiter. Porto Alegre 1923 - 1928.

Deutsche Zeitung. Porto Alegre, 1892.

Gazetinha. Porto Alegre, 1896 – 1897.

Kozeritz Deutscher Volkskalendar für Brasilien. Porto Alegre, 1895.

O Exemplo. Porto Alegre, 1918.

O Syndicalista. Porto Alegre, 1919.

Bibliografia

BARTZ, Frederico Duarte. História da Classe Trabalhadora, Memória e Patrimônio: algumas considerações sobre a situação de Porto Alegre. In: MARCHI, D. M.; KNACK, E. R. J.; POLONI, R. J. S. (Org.). **Memória e Patrimônio:** tramas do contemporâneo. Porto Alegre: Casaletras, 2019.

BEER, Max**. História do Socialismo e das Lutas Sociais.** Da antiguidade aos tempos modernos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho:** uma história do proletariado porto-alegrense (1898-1920). Londrina: EDUEL, 2008.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito:** a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GANS, Magda Roswita**. Presença teuta em Porto Alegre no século XIX**. *1850-1889.* Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH-RS, 2004.

GERTZ, Rene Ernani. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. **Revista Brasileira de História,** São Paulo: ANPUH, vol. 6, n. 11, 1985/1986.

KNIESTEDT, Friedrich. **Memórias de um imigrante anarquista**. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989.

MARÇAL, João Batista. **Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul:** origens do sindicalismo rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1985.

MATTAR, Leila Nesralla. **A Modernidade de Porto Alegre**: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais na área do 4º Distrito. Porto Alegre: PPG em História da PUCRS, 2010 (Tese de Doutorado).

PAULA, Amir El Hakim de. **A relação entre o Estado e sindicato sob a perspectiva territorial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **"Que a União Operária Seja Nossa Pátria!".** História das lutas dos operários gaúchos para construírem suas organizações. Porto Alegre/Santa Maria: Editora da UFRGS/Editora da UFSM, 2001.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Doris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1880-1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre: PPG em Geografia da UFRGS, 2017.

ENTRE A REGIÃO FRONTEIRIÇA PLATINA E A EUROPA: POLÍTICA, GUERRA E MIGRAÇÕES NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895).

Monica Rossato[1]

1 Introdução

A transição da Monarquia para a República foi marcada por um processo de transformação das instituições e das pessoas que ocupavam a arena política. Na edificação da República, várias personalidades foram afastadas da política nacional, por seus estreitos vínculos com a Monarquia. Entre os que saíram do Brasil, de maneira forçada pelo próprio governo provisório de Deodoro da Fonseca, estava o político fronteiriço Gaspar Silveira Martins que, na companhia de sua família, embarcou rumo à Europa para juntar-se à colônia brasileira em Paris.

Esse artigo versa sobre essa migração de Gaspar Silveira Martins e sua família entre a sua região de origem, a fronteira platina, e a Europa em momentos que antecederam e durante a Revolução Federalista (1893-1895). Além disso, buscamos refletir sobre as migrações dos federalistas e seus aliados entre a região fronteiriça platina em tempos de Revolução, após o retorno de Silveira Martins do continente Europeu. O estabelecimento na Europa apresentou-se como um elo entre as duas regiões e o estabelecimento de vínculos para a organização do conflito armado que opôs grupos políticos identificados aos antigos liberais e conservadores, ao Partido Federalista e dissidentes republicanos contra os membros do Partido Republicano Rio-Grandense que ocupavam o poder no estado do Rio Grande do Sul.

O presente tema desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica e documental. As correspondências apresentam-se como documentos relevantes em relação às alianças com indivíduos e com poderes locais, podendo revelar as práticas de escrita de si e evidenciar como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo (GOMES, 2004, p. 13). As cartas possibilitam ao historiador "espiar por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas na sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na

[1] Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Professora de História da rede pública de ensino do Município de Nova Palma. E-mail: monyrossato@gmail.com.

qual o publico e o privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva" (MALATIAN, 2013, p. 200).

Esse tema, insere-se no projeto "Guarda chuva" intitulado História da América Platina e os processos de construção e de consolidação dos estados nacionais no século XIX e no início do século XX, e que contou também com o auxílio de Bolsa Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (Edital 019/2016/CAPES), na qual possibilitou-nos o contato com fontes históricas desse período e da Revolução Federalista no exterior.

2 Os vínculos entre a região fronteiriça platina e a Europa: a organização da Revolução Federalista (1893-1895)

Até o momento de mudança de regime político no Brasil em 1889, Gaspar Silveira Martins foi um dos políticos que alcançou os mais importantes cargos do Império, como um dos homens de confiança do Imperador D. Pedro II. Na troca de Gabinete em 1889, Silveira Martins que se encontrava no Rio Grande do Sul, foi chamado para ocupar o cargo no governo. Sabendo de sua atitude, Deodoro da Fonseca com quem Silveira Martins nutria desavenças políticas e pessoais, edita um decreto de desterro e exilio da família imperial e de outras personalidades políticas pondo fim a Monarquia e instaurando um Governo Provisório republicano.

A retirada de Silveira Martins pra a Europa foi uma estratégia de Deodoro da Fonseca e da República em retirar do seu território personalidades que tinham uma representação ligada à Monarquia e à região fronteiriça platina. A capacidade de mobilização fronteiriça em momentos de crises e rupturas constitucionais favoreceria a articulação de Silveira Martins a outros estancieiros e seus bandos armados a zona de fronteira, território próximo ao limite entre Rio Grande do Sul e Uruguai. Assim, a Europa passou a ser o local de morada de Silveira Martins e sua família durante o desterro político imposto pelo Deodoro da Fonseca, juntando-se a outros políticos exilados e a família imperial.

O exílio na Europa de D. Pedro II, sua família, e de políticos que seguiram seus rastros, entre eles, Gaspar Silveira Martins, significou um momento de intercambio político e cultural, que o fez, ao retornar para o Rio Grande do Sul, tomar posição ativa na arena política republicana. Na Europa, Silveira Martins havia mantido contato com personalidades como Leroy Beaulieu, Ernesto Renan, Almirante Jurien de La Graviere, Giovanni Bovio, François Jourde, Bismarck, Rio Branco, Eduardo Prado, José Carlos

Rodrigues, Quintino Bocayuva, Eça de Queiroz, D. Pedro II, Afonso Celso Figueiredo, Rui Barbosa, entre outros, políticos influentes de países europeus e brasileiros.[2] As viagens realizadas por inúmeros países, bem como o estudo das mais diferentes realidades e organizações estatais, contribuíram em sua experiência histórica política de intercâmbio de ideias e projetos, pensados e, com objetivo de ser colocado em prática na Revolução Federalista que seu partido e aliados levaram a cabo.

Na Europa, Silveira Martins esteve na Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Polônia, Itália, Portugal, lugares em que pode construir contatos com filósofos, literatos e políticos (Jacques, s/d). Um dos trabalhos que trazem indícios sobre os contatos de Silveira Martins na Europa veio de seu filho, José Julio da Silveira Martins, que morou na Europa com seu pai e teve uma inserção política posterior na República brasileira:

> Em Paris, Silveira Martins morou com a família na Rua Marboeuf n. 4 transferindo depois residência para a Rue Blanchet. Frequentava com assiduidade bibliotecas e museus, comparecia as sessões na câmara e no senado sendo alvo das maiores distinções nos meios sociais e políticos da Cidade-Luz. Um de seus amigos prediletos era François Jourde que era ministro das Finanças nos dias da Communa vindo a falecer em 1893. Silveira Martins tinha grande admiração por esse político francês, com quem tinha tantos pontos de contato. Tornou-se grande amigo de Renan (MARTINS, 1929, p. 365).

Silveira Martins circulou entre a elite política francesa e brasileira no exterior. Ao lado de D. Pedro II, seus contatos e encontros com personalidades políticas eram favorecidos pela presença do monarca. O Imperador foi uma figura importante e presente no cenário internacional por suas viagens e seus encontros com personalidades importantes (FAGUNDES, 2012), com contatos internacionais relacionados a Silveira Martins.

Em telegrama de Londres publicado no *Jornal do Brasil*, comentou-se do banquete brasileiro em comemoração a Lei Áurea, que reuniu, entre outros, o Sr. Conselheiro Dantas, Joaquim Nabuco e Silveira Martins.[3] Ainda em Londres, esteve procurando seu amigo, o correspondente José Carlos Rodrigues[4] e para a Itália, viajou

[2] Cf. Monica Rossato e Maria Medianeira Padoin (2016, 139-159).
[3] TELEGRAMMAS. Londres, 13 maio. *Jornal do Brasil*, 14 mai. 1891, p. 1. Periódico encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
[4] MARTINS, Gaspar Silveira. Carta a José Carlos Rodrigues, lamentando não o haver encontrado na residência. Londres, 19 abr. 1890. Manuscritos. Coleção José Carlos Rodrigues. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

para uma conferência com Bovio.[5] Também a casa de Eduardo Prado na Europa, era local de encontro e reuniões entre políticos brasileiros como Ferreira Viana, Silveira Martins, Lafayette, Diogo Velho, Rodrigues Horta, entre outros (BRANDÃO, 1927). Os contatos com seu companheiro de partido, Afonso Celso Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto também foram frequentes, além da família real portuguesa que havia se mudado para a Europa, estando com D. Pedro II em Lisboa, Paris e Alemanha. Na Alemanha, D. Pedro II recebeu a visita do conselheiro Silveira Martins, Ferreira Viana e Pires Brandão, em que o primeiro foi convidado pelo ex-imperador para assistir a um concerto na cidade (BRAGANÇA, 2014).

Na Europa, Silveira Martins e sua família vivenciaram atividades culturais, políticas e de amizade em encontros, viagens, jantares junto à colônia brasileira no exterior. Soma-se a isso o contexto presenciado pela Europa, nesse período, com o triunfo das revoluções liberais, da expansão capitalista, das aspirações nacionalistas, da formação da classe operária e dos progressos científicos e tecnológicos. O liberalismo político e econômico desfrutado pelas elites gerou reinvindicações democráticas e correntes socialistas, ideias que circulavam no período (BERSTEIN; MILZA, 1997).

Esses contatos podem ter sido construídos não somente no momento em que Silveira Martins encontrava-se na Europa durante seu exílio, mas anteriormente, em viagens, encontros, leituras e correspondências e a participação maçônica[6] ao longo de sua trajetória política no Império brasileiro em cargos da Corte. As próprias relações familiares também podem ser pensadas no processo de aproximação junto ao mundo europeu, pois seu concunhado, Lafayette Rodrigues Pereira tinha residência em Lisboa (Portugal), onde hospedou a família de Silveira Martins[7] demonstrando a inserção de Silveira Martins junto a essa família portuguesa, através de seu matrimônio com Adelaide de Freitas Coutinho, contribuindo na extensão dos laços e vínculos de amizade com indivíduos da Europa. E em Paris, encontrava-se seu primo irmão José Luis Martins (CARVALHO, 1937), para onde Silveira Martins viajou com sua família, após a ter esperado em Lisboa (ROSSATO, 2016).

---

[5] SILVEIRA MARTINS. *O Brasil*, 15 fev. 1891, p. 2. Periódico encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

[6] Membro da maçonaria, Gaspar Silveira Martins recebeu o título de Grão-Mestre da Ordem Maçônica do Grande Oriente Brasileiro, no Rio de Janeiro, grau máximo no interior desta organização secreta. Fonte: Certidão de Gaspar Silveira Martins como Grão-Mestre da Ordem. Grande Oriente Brasileiro, 1883. Fonte: Acervo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), Porto Alegre, RS.

[7] SILVEIRA MARTINS. *O Pharol*, 16 fev. 1890. Periódico encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Foi em Paris que a família permaneceu a maior parte do tempo durante o exílio. Mesmo após o retorno de Silveira Martins ao Brasil em fins de 1891, sua esposa Adelaide e a filha Gasparina permaneceram em Paris. Os demais filhos do casal permaneceram em trânsito na região fronteiriça platina, entre o Brasil e a Europa. Prova disso foi o fato de Silveira Martins ter um neto nascido em Paris em 1894, Carlos da Silveira Martins Ramos, que assumiu o cargo de secretário de diplomacia no exterior,[8] indicando a inserção da família na Europa. Na Europa, suas relações com D. Pedro II intensificaram-se no ano de 1891, quando as visitas e os encontros entre eles, juntamente com outros políticos, haviam se tornado mais frequentes, possibilitando um possível arranjo para que um herdeiro da Monarquia assumisse os negócios políticos no Brasil.

Na Europa, ele manteve os informantes Eduardo Prado e José Carlos Rodrigues em seu rol de vínculos antes e durante a Revolução Federalista (1893-1895). Além disso, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil suspeitava que a Silveira Martins estava adquirindo empréstimos estrangeiros junto à bancos alemães, para quando retornasse ao Brasil, pegar em armas contra a República em um esforço de atrelá-lo à instabilização da instituição criada após o fim da Monarquia (ROSSATO, 2020).

A questão é que nas correspondências do período, especialmente durante a Revolução (1893-1895) fica clara a atuação de Silveira Martins na aquisição de armamentos, cavalos, recursos e demais materiais necessários ao mantimento das tropas na guerra como erva, roupas, e comida, contando para isso com o auxílio de empréstimos e auxílio financeiro de simpatizantes federalistas, entre eles na Europa. Os mais íntimos, chamavam a residência de Silveira Martins de "Itamaraty" pela articulação e mobilização de recursos e pessoas para o conflito.[9] Assim, mantinha-se ligado a correspondentes e informantes na Europa e na região fronteiriça platina.

Sua permanência na Europa, entre o início de 1890 ao fim de 1891, visava também a sua articulação em torno de uma possível Revolução, quando retornasse ao Brasil. Com o fim da Monarquia e o retorno de Silveira Martins do exílio europeu, os integrantes dos extintos partidos Liberal e Conservador mais os dissidentes republicanos criaram o Partido Federalista na cidade de Bagé (RS) no ano de 1892. Este passou a opor-se e confrontar-se ao governo republicano de inspiração positivista, no comando de Júlio de

[8] RAMOS, Carlos da Silveira Martins. Ministério das Relações Exteriores. Almanaque do pessoal para 1940, p. 270. Rio de Janeiro: Jornal do Commércio, 1940. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
[9] TAVARES, Francisco da Silva. Correspondência, 13 ago. 1893 (In: TAVARES, 2004, p. 132).

Castilhos. O Partido Federalista reuniu entre seus líderes, o político liberal Silveira Martins e o antigo conservador e republicano adesista, João Nunes da Silva Tavares. Anteriormente, existiram outras duas organizações partidárias que tentaram reunir liberais, conservadores e dissidentes republicanos: a União Nacional e o Partido Republicano Federal, ambos de duração efêmera, em que seus elementos migraram ao que passou a ser chamado Partido Federalista (GUTFREIND, 1979, p. 78-86).

O Partido Federalista agregou lideranças locais fronteiriças que fizeram parte da elite política provincial no Império e que, na passagem para a República, reivindicaram uma maior participação e inserção política, levando-os a contestar um modelo de estado federalista republicano instituído a nível federal e local, com a promulgação das Constituições Federal e Estadual de 1891, levando em conta que elas mesmas apresentaram posicionamentos divergentes em relação a várias matérias e atribuições competentes aos entes federados.

Diante desse cenário de mudanças na forma de governo, o sul do Brasil tradicional baluarte de resistência aos poderes centralizadores e em períodos de redefinições dos poderes centrais, envolveu-se em um movimento que questionou não só o poder central, mas também a reorganização dos poderes do Estado do Rio Grande do Sul que, sob influência do Partido Republicano Riograndense (PRR) de inspiração positivista, protagonizou um governo de estilo autoritário e centralizado no executivo com limitação ao legislativo. Cabe elencarmos aqui o caso concreto da Revolução Federalista (1893-1895), como movimento que irrompeu na região sul do Brasil, Uruguai e Argentina a partir de uma parcela da elite que, alijada do poder, mantinha seu status de dominação política, e questionou dentro de suas correntes, o modelo de federalismo implantado com a República brasileira a partir da Constituição nacional e Constituição estadual de 1891, imbuída de elementos históricos da cultura política em âmbito platino.

Frente à deposição dos elementos alinhados ao governo anterior, a subida de Júlio de Castilhos ao poder no Rio Grande do Sul em janeiro de 1893 marcou um período de intensas agitações políticas, de derrubada das antigas hostes liberais, conservadoras e dissidentes do PRR que se mantinham em cargos e, de certa maneira, que se posicionavam a favor do Partido Federalista e/ou contrários à política castilhista.

Nesse sentido, frente a essa conformação política que havia sido implementada e que se buscava consolidar, um número crescente de emigrados avançava sobre a linha de fronteira, em busca de exílio no Uruguai. Eram eles denominados de – exiliados políticos conforme a denominação da época, em que os jornais assim noticiavam, em virtude das

circunstâncias políticas do Estado do Rio Grande do Sul, com a subida de Júlio de Castilhos e com as consequentes perseguições às antigas lideranças que não haviam aderido ao republicanismo de seu governo, contando também com a ajuda e o apoio do governo federal de Floriano Peixoto. Muitos deles possuíam propriedades e famílias no Uruguai, para onde assentavam morada, proporcionada pela situação de fronteira do Rio Grande do Sul.

A situação dos emigrados políticos no Uruguai e na Argentina agravou-se e repercutiu de maneira mais sistemática, quando da junção dos movimentos armados da Marinha, sob os comandos de Custódio de Mello e Saldanha da Gama, com os federalistas no sul do Brasil. Em setembro de 1893, a esquadra da Marinha que bloqueou a baía de Guanabara no Rio de Janeiro, para a entrada de navios estrangeiros, levou o então Presidente Floriano Peixoto a pedir ajuda aos Estados Unidos e a entrar em conflito diplomático com Portugal, que ofereceu ajuda aos revoltosos. Ao mesmo tempo, as tropas federalistas avançavam em território brasileiro, tomando Desterro e Paraná sob seu comando, com objetivo de implantar uma Junta Governativa revolucionária, sob a denominação de Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, que agiria como um governo de certa autonomia, com busca de reconhecimento externo. Para isso, contavam com elementos da Armada para a aquisição de força e resistência, como Custódio de Melo e Saldanha da Gama, aliados aos federalistas e a Gaspar Silveira Martins.

Nesse projeto, a ideia de separação do Rio Grande do Sul estava em voga, especialmente quando se demonstraram as divergências entre os federalistas e seus vínculos com a Argentina e com o Uruguai. O conhecimento deles acerca das relações comerciais e de contrabando foram demonstrados por Costa (2013), e seus possíveis vínculos com a União Cívica Radical e seu chefe, Leandro Além, foram referenciados por Manuel Galvez (1942) e por Reckziegel (2015). No Uruguai, o governo brasileiro interditou a circulação de líderes federalistas na fronteira (Silveira Martins e Joca Tavares) e sugeriu a criação de um consulado brasileiro em Rivera, local estratégico dos federalistas, como um mecanismo de afirmação e de controle estatal brasileiro.

Tais relações em seus diferentes âmbitos visavam à preparação de um terreno para levar a Revolução a outros Estados da Federação, no sentido de estimular revoluções por outras partes do país, a fim de com isso ser adquirida força para a derrubada de Floriano Peixoto. Nesse viés, com apoio da Armada, um governo provisório em Desterro foi organizado, sendo que, para Silveira Martins e para o Partido Federalista, ele devia tornar-

se uma Junta Governativa com capacidade de reconhecimento externo frente ao Centro político do Rio de Janeiro.

Além desses vínculos, constatamos as redes de informações dos federalistas que circularam pela região através de jornalistas e periodistas responsáveis por publicarem entrevistas e notícias vinculadas aos campos de batalha, à organização de tropas, às migrações da população e dos chefes federalistas pela fronteira e às deserções, com vistas a desenvolver a opinião pública uruguaia e argentina em torno da causa dos federalistas.

Além disso, notícias da Revolução chegavam aos jornais europeus por meio dos periódicos de Montevidéu, Buenos Aires e Rio de Janeiro por meio da agência francesa de telégrafos *Havas*. Na França, o periódico *Le Temps* realizava muitas publicações que eram, por sua vez, publicadas em periódicos portugueses como *Diário Popular* e *O Século*, o que contribuiu para a ideia de que a Revolução extrapolou a esfera local, tornando-se uma questão nacional e internacional em que, para isso, corroboraram a atuação de Silveira Martins e outras lideranças que a ele se juntaram antes e durante a Revolução Federalista.

Assim, o terreno para a Revolução Federalista começou a ser preparado antes de 1893, tendo raízes históricas e heranças deixadas pela Revolução Farroupilha (1835-1845), presentes na memória do próprio envolvimento das famílias dos federalistas. O federalismo, os vínculos com o Uruguai, Argentina e Europa, as migrações, a maçonaria bem como com as ideias mazzinianas deixadas por Giuseppe Garibaldi pela região também marcaram presença na Revolução Federalista, como parte integrante da cultura política fronteiriça e da formação de suas lideranças.

3 Considerações Finais

Neste texto, elencamos a base fronteiriça nas trajetórias de Gaspar Silveira Martins e o envolvimento deste personagem na Revolução Federalista traz para o centro de análise as especificidades das experiências construídas por ele no âmbito local/fronteiriço e como esta região fronteiriça patina constrói uma elite política que a mobiliza na implementação de seus projetos.

Da mesma maneira percebemos como a República foi recebida pela elite federalista na região fronteiriça platina, fazendo-a pegar em armas sob a liderança de Silveira Martins a fim de reivindicar a reforma constitucional (Estado nacional forte e unido) e a maior autonomia das localidades frente às intransigências e excesso de poder nas mãos do Executivo Estadual. Para isso, o Uruguai e Argentina foram espaços de

circulação de membros federalistas e da Marinha interessados em levar adiante esse projeto, contrários aos excessos e interferências do governo Federal junto ao Executivo Estadual.

Uma elite articulada internacionalmente, por seus vínculos de relações de poder e de propriedades, que incluíam ideias e projetos políticos a serem pensados e propostos para a organização do Estado Nacional brasileiro. Foi o que observamos na trajetória de Silveira Martins, a organização e mobilização de uma base de alianças e de suas redes que compartilhavam e aderiram à causa federalista.

Assim, ao acompanharmos o percurso individual evidenciamos outras possibilidades de compreensão do passado e as especificidades de suas experiências e relações de poder internacionais, e que busca não se restringir a uma história de análise de discursos e linguagens das ideias de um partido. Nesse intuito, as pesquisas sobre Silveira Martins auxiliam na observação do processo histórico da sociedade fronteiriça e que, por suas trajetórias de experiências, caminhos e interrelação com outros sujeitos, bem como as escolhas tomadas trazem outros significados para as compreensões de fronteira, de política e de sociedade do século XIX e contribuem para o aprofundamento da temática no âmbito da história política.

Referências

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **História do século XIX.** Lisboa: Publicações Europa- América Ltda, 1997. 444 p.

BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, 2014. **Dom Pedro II na Alemanha:** uma amizade tradicional. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

RANDÃO, Soares. O Imperador em Baden-Baden e a visita de Silveira Martins. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Tomo 98, Vol. 152. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

CERTIDÃO de Gaspar Silveira Martins como Grão-Mestre da Ordem. Grande Oriente Brasileiro, 1883. Fonte: Acervo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), Porto Alegre, RS.

COSTA, Marcus Vinicius da. **Nação, Contrabando e Alianças Políticas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na Segunda Metade Do Século XIX:** Relações Transfronteiriças Entre as Comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 2013.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. **Do Exílio ao Panteão:** D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) republicano(s). Tese (Doutoramento em História) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

GALVEZ, Manuel. **Vida de Aparício Saravia:** El gaúcho de la libertad. Buenos Aires: Editorial TOR, 1942.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVEA, M. F. S. (Org). **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul:** 1889-1896. A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, RS, 1979.

JACQUES, Paulino. **Gaspar Silveira Martins**: o condestável da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, [19--].

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Gaspar Silveira. Carta a José Carlos Rodrigues, lamentando não o haver encontrado na residência. Londres, 19 abr. 1890. Manuscritos. Coleção José Carlos Rodrigues. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MARTINS, José Júlio Silveira. **Silveira Martins.** Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1929. 419 p.

RAMOS, Carlos da Silveira Martins. Ministério das Relações Exteriores. Almanaque do pessoal para 1940, p. 270. Rio de Janeiro: Jornal do Commércio, 1940. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal:** vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). 2. Ed. Passo Fundo: Editora UPF, 2015.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteiriça platina:** família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - UFSM, Santa Maria, RS, 2014.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895):** que federalismo é esse?. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria Medianeira. A Trajetória De Gaspar Silveira Martins: Relações de Poder entre a Região Fronteiriça Platina e a Europa. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, 151(dezembro de 2016), 139-159.

SILVEIRA MARTINS. **O Brasil**, 15 fev. 1891, p. 2. Periódico encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SILVEIRA MARTINS. **O Pharol**, 16 fev. 1890. Periódico encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

TELEGRAMMAS. Londres, 13 maio. **Jornal do Brasil**, 14 mai. 1891, p. 1. Periódico encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

TAVARES, Francisco da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seeling. Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória. Tomo I, 2004, p. 132.

MIGRAÇÕES POLÍTICAS: EXÍLIO LIBERAL E EXILADOS NA EUROPA E NO BRASIL (1820-1840)

Luiz Gustavo Martins da Silva[1]

1 Introdução

O tema da pesquisa que estou desenvolvendo desde o último ano é do exílio político, fenômeno que emergiu num contexto contrarrevolucionário no início do século XIX, em espaços geográficos situados no sul da Europa: Portugal, Espanha, Nápoles e Piemont. No entanto, ressalta-se que em cada um desses lugares a contrarrevolução apresentou características específicas.

Em Portugal, houve duas manifestações do exílio político, assunto particular deste texto. A primeira, expressou-se entre 1823 e 1826 com o movimento da Vila-Francada. A segunda, deveu-se ao golpe de Estado do Rei Dom Miguel, em 1828. Esse exílio liberal adquiriu dimensões múltiplas: intelectual, cultural, social e política. Alcançando proporções transnacional e trans-imperial, o fenômeno compreendeu a Península Ibérica, a França, a Inglaterra e o Império do Brasil.

O reinado de Dom Miguel ligado ao contexto brasileiro de 1828 a 1834 ainda é pouco recorrente na historiografia portuguesa,[2] e só recentemente o assunto tem sido especialidade de historiadores brasileiros (ALVES, 2020); (GONÇALVES, 2012); (GUIMARÃES, 2016); (SILVA, 2019). O exílio português, cuja origem deveu-se ao miguelismo,[3] em confluência com o Brasil, também não recebeu interesse nas historiografias brasileira e estrangeira. Trata-se de uma pesquisa de História política e transatlântica, que contribuirá com os estudos sobre a formação dos Estados nacionais da época contemporânea, principalmente a do Brasil.[4]

Com este texto, busco abordar o tema do exílio político e resgatar a trajetória de sujeitos históricos demonstrando que eles desempenharam papéis importantes nas

---

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. A pesquisa conta com o financiamento da CAPES. Agradeço também à UFOP pelo apoio nas etapas da pesquisa. E-mail: luiz.martins@aluno.ufop.edu.br.

[2] Destaco dois trabalhos das recentes histórias de Portugal: o de José Jobson de Arruda com José Manuel Tengarrinha (1999) e o de Isabel Lustosa (2021).

3 O termo miguelismo denomina os partidários da legitimidade de Dom Miguel - bibliografia recomendada (LOUSADA, 1987). Àqueles que se opuseram a Carta Constitucional em Portugal eram intitulados como miguelistas, ultras, realistas etc.

[4] Constata-se que o exílio e as experiências dos exilados aproximam a história política e social do Brasil à de Portugal, logo após à Independência de 1820 e na conjuntura da ascensão e do regime de Dom Miguel, bem como no período que se seguiu à Abdicação de Dom Pedro I, até os anos de 1840.

chamadas “revoluções atlânticas”, figuras que atuaram politicamente na Europa e no Brasil e tiveram importância no Império: Joaquim José da Silva Maia, negociante e jornalista, Emílio Joaquim da Silva Maia, professor e médico, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, militar e estadista; exilaram-se no Brasil em razão das perseguições de Dom Miguel em Portugal.

Este artigo está estruturado em três seções: na primeira, apresentei algumas informações acerca da trajetória dos exilados - formação, dados familiares, atuações etc. -, destacando a importância do método da micro-história. Na segunda, abordei o tema do exílio, articulando-o com o contexto de outros países da Europa, amparando-me no estudo da história conectada.[5] Na terceira e última seção, demonstrei aspectos da atuação dos exilados antimiguelistas no Brasil.

2 Desenvolvimento

2.1 Breve trajetória dos exilados

A trajetória de Joaquim José da Silva Maia recentemente tem despertado maior interesse. Nota-se que ele tenha sido interpretado com equívocos e seu projeto político encoberto por parte das produções historiográficas (ALVES, 2020).[6] Natural da cidade do Porto, nascido em 3 de dezembro de 1776, Joaquim Maia era filho de Dona Clara Josefa Bernardina e de Francisco José da Silva Maia. Aos 20 anos de idade, emigrou-se de Portugal para a capitania da Bahia, estabelecendo-se em vila de Cachoeira, em 1796.

Por ausência de fontes, não se sabe a respeito de sua formação intelectual, mas evidencia-se que ao morar em Salvador, em Taboão, a partir de 1808, estudara “economia política” (LUSTOSA, 2021, p. 204). Ali, casou-se com Joaquina Rosa da Costa com quem teve duas filhas e um filho, e iniciou suas atividades no comércio ao matricular-se na Real Junta de Comércio em 9 de julho de 1811. Já era proprietário de duas embarcações nesse período, o sumaca *Voador* e o bergantim *Nelson*.

Ao que parece, Joaquim Maia tornou-se Vernerável da Humanidade, loja maçônica localizada na Água Brusca, em Salvador, fundada em 10 de agosto de 1808 e encerrada suas atividades em 1817. A sua associação com a maçonaria foi feita por José Agostinho de Macedo, padre que se tornou o principal jornalista da contrarrevolução

[5] Este trabalho ampara-se nos estudos – bibliografia recomendada - de Sanjay Subrahmanyam (2005), Caroline Douki e Philippe Minard (2017) sobre história global e conectada e a possibilidade da transição entre o macro e micro; diacônico e sincrônico.

[6] Joaquim Maia foi lido e acusado de ter sido um áulico, conservador, absolutista e reacionário. Uma pesquisa que tem problematizado essas leituras é a de Walquíria Alves, que compõe a bibliografia.

miguelista, em cartas a Joaquim José Pedro Lopes, impressas em Lisboa, em 1827 (MAGALHÃES, 2017).[7]

Constam nos periódicos *Idade d'Ouro do Brasil* e *Gazeta do Rio de Janeiro* registros das embarcações de Joaquim Maia, o que demonstra uma atuação significativa no comércio exterior de 1810 a 1818. Entre os produtos transportados, incluíam-se desde gênero alimentício como açúcar, carne seca, bacalhau e farinha de trigo, a outros tipos de bens; aguardente, couros, prata etc. Sua rota regular era o eixo Buenos Aires e Rio Grande de S. Pedro do Sul, com atracação e desembarque na Bahia e, além disso, seus negócios expandiam-se para a África e Europa.[8]

Ao longo da vida em Salvador, Joaquim Maia integrou o grupo de comerciantes portugueses, *praístas*, sendo figura importante entre eles, sobretudo quando esses se tornaram base de apoio ao general Inácio Luís Madeira de Mello na guerra da Independência na Bahia (1822-1823). Com a adesão dessa província às Cortes de Lisboa, em 10 de fevereiro de 1821, Joaquim Maia tornou-se procurador do Senado da Câmara de Salvador e, no mês seguinte, publicou o *Semanário Cívico*, no qual elaborava críticas ao governo de Dom Pedro e se mostrava contrário à proposta de separação do Centro-sul.

Em 1822, entrou em circulação o *Sentinella Bahiense*, periódico em que ele também fora redator, voltado para assuntos da província. Encerrou a atividade desse jornal nesse ano, ao mesmo tempo, em que prosseguia com o *Semanário*, cuja duração deu-se até 19 de julho de 1823. O comerciante, agora, jornalista defendia através das páginas desse seu periódico uma monarquia constitucional, representativa em Portugal e Brasil, desde que amparada nas Cortes de Lisboa: esse foi seu projeto de um Império luso-brasileiro com a manutenção das relações bilaterais de comércio, vencido com a Independência oficializada em 1822.

Assim é que, ao emigrar-se do Brasil para Portugal, com passagem pelo Maranhão e dito ter aí jurado a Independência e obtido o passaporte de cidadão brasileiro, chegou à cidade do Porto em 01 de janeiro de 1824 e pôde atuar na impressa com o *Imparcial*, publicado entre 1826 e 1828, em que defendia a Carta constitucional de 1826, outorgada ao Reino por Dom Pedro. Por isso, foi preso em 27 de março de 1828. Iniciada a

[7] Para uma visão mais detalhada a respeito do primeiro Grande Oriente Brasileiro, instalado em Salvador, cujos associados exerceram significativa influência nas estruturas políticas e culturais da colônia, vê-se em Pablo Magalhães.

[8] Há que ressaltar que Joaquim Maia envolveu-se com os negócios de grosso trato, sendo o comércio de escravos o mais lucrativo, além de ter sido contrário à abolição do tráfico, conforme destacaram Alves (2020) e Lustosa (2021).

Revolução, nesse mesmo ano, escapou-se da cadeia da Relação do Porto, e exilou-se com o Exército constitucional na Espanha, Inglaterra, França, Bélgica, desembarcando no Rio de Janeiro, em 1829, com seu Emílio Maia.

Emílio Joaquim da Silva Maria foi bacharel em filosofia natural, médico, professor e escritor de várias produções científicas[9]. Nascido em 1808, na Bahia, era filho de Dona Joaquina da Rosa Costa e do português Joaquim José da Silva Maia, referido acima. Até seus 16 anos, Emílio Maia viveu em Salvador e com a mudança de sua família para Portugal, em 1823, interrompeu seus estudos no Brasil, e lá ingressou, no ano seguinte, no curso de Filosofia Natural, onde obteve o título de bacharel em 1824.

A respeito da vida de Emílio Maia, menciona-se que ele regressou ao Brasil em 1829, porém não se enfatiza que nesse retorno ele fora um exilado político. Período importante de sua trajetória, pois revela-nos o contexto autoritário do regime de Dom Miguel. Contrário ao Rei, engajou-se no Corpo de Voluntários Acadêmicos e exilou-se com o Exército liberal na Europa, desembarcando no Brasil, em 1829.

Ao permanecer meses no Império, o exilado depois emigrou para a Europa e prosseguindo com seus estudos, obteve dois novos títulos: bacharel em Ciências Físicas e Matemática e, em 1833, o de doutor em Medicina pela Faculdade de Paris com a tese "Ensaio sobre os perigos da amamentação por babás" (BLAKE, 1883, p. 272).[10]

Ao voltar para o Brasil no período Regencial, em 1834, Emílio Maia permaneceu no país e viveu parte desse período e pouco mais de duas décadas do Segundo Reinado; seu falecimento é registrado em 1859. Uma vez no Império, casou-se com Ana Rita da Silva Maia com quem teve duas filhas e quatro filhos.[11]

Emílio Maia foi um cidadão brasileiro que contribuiu com a construção do Império ao atuar na criação e edição de sociedades e periódicos científicos. Tornou-se membro titular da Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Foi professor catedrático do Colégio Pedro II, onde atuava como Médico também, desde 1838. Diretor da seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional em 1842, acumulando o cargo de

[9] A variedade dos escritos de Emílio Maia no formato de notas, ensaios, manuais, memórias, biografias etc. indica como ele foi um intelectual. Publicou sobre o desmatamento no Rio de Janeiro, alertando também para os prejuízos dos aterramentos dos mangueais; estudos acerca de temas da medicina, zoologia e botânica, com destaque para a descrição de alguns beija-flores; escreveu uma espécie de biografia de José Bonifácio de Andrada e Silva; reflexões sobre a história do Museu Nacional e das sociedades científicas de sua época etc.

[10] Tradução minha para: *Essai sur les dangers de l'allaitement par les nourrices.* Não recuperei fontes que comprovam sua atuação na guerra civil portuguesa durante 1832 e 1834.

[11] Para uma visão mais detalhada do inventário *post mortem* de Emílio Maia, vê-se em Garcia (2004).

secretário. Também foi sócio fundador, membro da seção de história e secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),[12] e integrou como membro fundador a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Entre 1834 e 1840, foi redator da *Revista Médica Fluminense*, publicando várias notas. Também redigiu os *Annaes Brasilienses de Medicina*, que sucedeu à revista, bem como a revista *Minerva Brasiliense* e *O Guanabara* entre 1849 e 1850. A atuação de Emílio Maia na redação dessas revistas foi decisória para o início de seus trabalhos na Sociedade Vellosiana de 1850, voltada exclusivamente às Ciências Naturais, contribuindo com os estudos sobre a Geografia Zoológica. Seu ensaio de 1852 acerca do tema é talvez o de "maior conteúdo em ciências naturais" (KURY, 1998 apud FIGUEIREDO; ABSOLON; GALLO, 2017, p. 261).

Quanto a Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, não há informações se teria residido no Brasil antes de 1828. Nasceu em 26 de setembro de 1795, em Santarém, Portugal. Filho de Dona Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godolfim e Faustino José Lopes de Figueiredo. Bernardo Figueiredo teve quatorze irmãos. Foi militar, político e estadista e ocupou vários ministérios.[13]

Acompanhar sua trajetória permite compreender o processo de implantação e consolidação do Liberalismo em Portugal. Na carreira militar, alistou-se com 14 anos de idade, no regimento de Cavalaria, nº. 11, em Queluz, Portugal. Comprometeu-se com a Guerra Peninsular entre 1807 e 1814 e a Revolução Liberal de 1820.

A partir daí participou de diversas batalhas até o fim das guerras da Península. Em outubro de 1815, recebeu licença militar e dedicou-se aos estudos matemáticos na Academia Real da Marinha, depois frequentou a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e a Escola do Exército. Além disso, cursou Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra entre 1818 e 1820.

Antes do início da Revolução de 1820 em Portugal, o alferes foi promovido a capitão, assumindo o comando da primeira campanha do seu regimento em julho de 1820 e, em 15 de setembro do mesmo ano, desenvolveu ativa participação ao lado do movimento liberal, em Lisboa, e em apoio ao de 24 de agosto no Porto.

---

[12] Para o IHGB, Emílio Maia ofereceu os manuscritos de seu pai, na forma de *Memórias*, citada na bibliografia.

[13] Ministro da Marinha e do Reino; governador de Peniche; ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e de Obras Públicas; e presidiu o Conselho Ultramarino, criado em 1851. Agraciado com os títulos nobiliárquicos de 1º Barão (1833), 1º Visconde (1834) e 1º Marquês de Sá da Bandeira (1864).

Com a proclamação das instituições liberais em Nápoles, Itália, solicitou licença ao governo para servir e defender a causa italiana. Não obtendo sucesso, sua autorização para estudar em Paris lhe foi concedida.[14] Ali, Bernardo Figueiredo fez cursos na Universidade, no Museu de História Natural e do Conservatória das Artes e Ofícios.

O seu retorno para Lisboa deu-se em maio de 1823, momento em que combateu a contrarrevolução da Vila-Francada, integrando-se no regimento nº. 18 de Infantaria. Ainda em 1823, prosseguiu com seus estudos em Paris fazendo viagens à Bélgica e à Suíça. Foi promovido da arma de cavalaria em 1825 para a de engenharia e com sua nova carreira iniciou estudos sobre estradas, obras hidráulicas, pontes etc., na Grã-Bretanha, em Londres.

De Londres para Portugal, em 1826, e já integrante do Estado Maio de Saldanha, Bernardo Figueiredo combateu os miguelistas contrários à outorga da Carta Constitucional de 1826 por Dom Pedro. No ano seguinte, destacou-se na Revolução do Porto de 1828 contra a instalação do governo de Dom Miguel.

Exilou-se com o Exército constitucional na Galiza, Corunha, Portsmouth, Londres, Plymouth, Falmouth – onde se reuniu com o marquês de Palmela, depois com o visconde de Itabaiana, ministro plenipotenciário do Brasil, afim discutir e buscar um destino aos exilados portugueses que se encontravam em Londres, Inglaterra.

Em 08 de setembro de 1828, destinou-se para o Rio de Janeiro no paquete *The Marchioness of Queensberry*, desembarcando na província de Pernambuco em 27 de outubro do mesmo ano. Chegou à Bahia em 01 de novembro e ao Rio de Janeiro em 10 do mesmo mês, registrando sua estadia no Império por cerca de quatro meses – fevereiro de 1829 retornou para a Inglaterra na fragata *Isabel* cumprindo ainda períodos de exílio.

Neste artigo, baseio-me em linhas teóricas da micro-história (BOURDIEU, 2006); (DOSSE, 2009); (KARSBURG, 2015). A discussão acerca de biografias e trajetórias é ampla e complexa. O renovado modo de se realizar biografia a partir dos anos de 1980 visa problematizar as histórias particulares dos sujeitos de forma não isolada da história geral, sendo estudadas em suas redes de relações; tentativa que procuro realizar na atual pesquisa.

A partir desse gênero de escrita reitera-se que a vida deles é marcada por indeterminismos ligados às situações políticas, econômicas, religiosas etc. O uso do termo

[14] Bernardo Figueiredo não chegou ao reino de Nápoles devido à intervenção contrarrevolucionária austríaca que pôs fim ao regime liberal.

trajetória ao diferenciar-se do de biografia "não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes procura centrar as análises num período determinado" (KARSBURG, 2015, p.34). Por essa razão, parece-me que o termo trajetória é o mais adequado na pesquisa.

Assim, entre os homens que se exilaram no Império do Brasil a partir de 1828 por causa da contrarrevolução miguelista - assunto abordado na seção seguinte - dois deles já residiam no país entre os anos finais do século XVIII e início do XIX. Joaquim José da Silva Maia e Emílio Joaquim da Silva Maia moravam na capitania da Bahia entre 1796 e 1823, e após viverem cerca de cinco anos em Portugal, chegaram no Brasil como exilados políticos, em 1829.

A presença de Bernardo Figueiredo no Brasil, ainda que curta, aponta para relações de proximidade com Dom Pedro I através do envio de correspondências[15]. Por tudo isso, uma distinção entre os três sujeitos fez-se necessária, pois, ao contrário de Bernardo Figueiredo, as trajetórias de Joaquim Maia e Emílio Maia estiveram inseridas no contexto do Império luso-brasileiro e certos eventos dessa época impactaram na vida de ambos.[16]

2.1.1 Exílio e o contexto sul da Europa

Ao tratar do tema do exílio político é necessário que se compreenda o contexto anterior ao surgimento do fenômeno. As revoluções liberais e constitucionalistas ocorridas no sul da Europa aspiravam os desígnios do Liberalismo e da Revolução Francesa de 1789.[17] Na Espanha, deu-se a Revolução de Cádiz em 1810 e, na sequência, a Carta Constitucional foi implementada, em agosto de 1812.

Ao ser restabelecida entre 1820 e 1823, a Carta de Cádiz configurou o *turning point* no cenário europeu, impactando em outros espaços. Em Portugal, Nápoles e Piemont, a revolução espanhola inspirou movimentos semelhantes. Segundo Juan Luis Simal, com a Carta de 1812 da Espanha, instalaram-se nessas regiões regimes constitucionais como programa político:

---

[15] Uma delas foi a exposição sobre os serviços prestados por Sá da Bandeira a causa constitucional entre 1826 e 1828, onde relatou que em 10 de dezembro, na região do Alentejo, carregou Francisco de Sá Nogueira, seu irmão, ferido e morto; seu outro irmão J. de S. N., teria se vingado, acutilando e matando a agressor.

[16] Como a transmigração da Corte Portuguesa e a abertura dos portos, em 1808, o Tratado de Comércio com a Inglaterra de 1810, a Revolução Pernambucana de 1817, a Independência de 1820 e a guerra civil na Bahia (1822-1823), bem como a outorga da Constituição brasileira de 1824.

[17] Um estudo que tem contribuído para o entendimento desse contexto europeu é o de Juan Luis Simal (2012).

> No reino das duas Secílias, reproduzindo o modelo espanhol, um grupo de carbonários e de militares se pronunciaram a favor de uma constituição em 2 de julho de 1820 […] Em Nápoles, a constituição gaditana era o texto legal que melhor se adaptava as aspirações de diversos grupos políticos locais, tanto conservadores como jacobinos e herdeiros do bonapartismo (SIMAL, 2012, p. 9).[18]

A Revolução Liberal de Portugal, deu-se em 1820, e promulgou-se a Constituição Portuguesa em 1821, "tributária da Carta de Cádiz e do discurso revolucionário da França de 1789 e 1791" (LYNCH, 2009, p. 145).[19] Assim é que o chamado vintismo marcou a primeira experiência liberal em Portugal frente à sociedade de Antigo Regime.

Após a derrota do Imperador francês Napoleão Bonaparte, em 1815, as Santas Alianças a partir dos Congressos de Viena (1814-1815), de Aix-la-Chapelle (1818) e de Verona (1822) tiveram o objetivo claro da comum aversão ao Liberalismo e da manutenção da forma e sistema de governo do Absolutismo monárquico.

O fenômeno do exílio político não pode ser compreendido sem que se leve em conta as conexões dos eventos revolucionários e contrarrevolucionários. A história e as experiências revolucionárias e constitucionalistas de Espanha, Portugal, Nápoles e Piemont estiveram conectadas e não se restringiram ao cenário da Europa.

A oposição a nível europeu à contrarrevolução mobilizou forças e interesses revolucionários e reformistas, que veriam nos avanços liberais os retrocessos reacionários. O exílio ocupou um lugar central na formação e extensão do Liberalismo, favorecendo o aprofundamento de laços ideológicos e a "criação definitiva de uma causa comum internacionalista liberal" (SIMAL, 2012, p. 2).

Assim, entre 1814 e 1834, observa-se que esse exílio de modo geral esteve interrelacionado e constituiu uma identidade liberal associada ao fenômeno. O exílio adquiriu dimensões transatlântica, ou, globais, expandindo-se em outros contextos geográficos, como nas Américas, principalmente no Brasil, e no norte da África. Juan Simal ao se referir às intervenções contrarrevolucionárias após à extensão dos princípios revolucionários, iniciados na Espanha, para o sul da Europa, destacou que:

---

[18] Tradução minha para: "*En el reino de las Dos Sicilias, reproduciendo el modelo español, un grupo de carbonarios y de militares se pronunciaron a favor de una constitución el 2 de julio de 1820 (...) En Nápoles, la constitución gaditana era el texto legal que mejor se adaptaba a las aspiraciones de diversos grupos políticos locales, tanto conservadores como jacobinos y herederos del bonapartismo*".

[19] Há pesquisas recentes que possibilitam compreender as formas de adoção e adaptação local do constitucionalismo gaditano na conjuntura crítica que marcou o processo de desagregação dos impérios ibéricos e propiciam clareza para as particularidades do constitucionalismo inaugurado pela Revolução de Cádiz na sua versão peninsular e brasileira e hispano-americana.

> […] milhares de constitucionais de distintas nacionalidades saíram a caminho do exílio e do re-exílio. Se dispersaram pela Europa, América e África, dando forma a uma diáspora liberal internacional de dimensões globais no que emigrados espanhóis, portugueses, franceses, piamonteses e napolitanos mantiveram relações entre si e com simpatizantes nos países de acolhimento que contribuíram a criar redes pessoais de dimensão internacional. Pelo volume de refugiados acolhidos, Grã-Bretanha e França destacaram como países receptores (SIMAL, 2012, p. 23).[20]

No caso de Portugal, os períodos que a Constituição esteve suspensa revelam a emergência do exílio de 1823 a 1826 e de 1828 a 1834.[21] No primeiro momento, deu-se em razão dos movimentos contrarrevolucionários da Vila-Francada, em 1823, e da Abrilada, em 1824. Figuras como João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, entre outros, seguiram para o exílio. No segundo período, foi desencadeado pelo golpe de Estado de Dom Miguel. Quando na época era Infante, Dom Miguel iniciou sua aparição na cena política ao liderar e envolver-se nesses movimentos contrarrevolucionários.

Ao retornar de Viena (Áustria) para Lisboa em fevereiro de 1828, ele afastou-se dos acordos cumpridos com seu irmão Dom Pedro IV, I do Brasil, de juramento da Carta Constitucional e do consórcio com sua sobrinha, a Princesa Maria da Glória. Negociações desencadeadas com a morte de seu pai, Dom João VI, em março de 1826. O Infante, por sua parte, buscou articular com a nobreza titulada e camponeses pobres, mobilizados pelo Clero e pelas milícias, que o apresentaram como rei absoluto, em 11 de julho de 1828, convocando os três Estados do Reino, algo que não se fazia desde as Cortes de Lamego de 1641.

A resistência ao golpe e instalação do regime de Dom Miguel deu-se de imediato na cidade do Porto. Do movimento na Revolução de 1828, mobilizado pelo Exército constitucional, reprimido pelos miguelistas, milhares de pessoas retiraram-se para a Espanha adentrando o território da Galiza. Assim, pode-se indagar que o fenômeno do exílio daí decorrido originou-se de uma violência, perpetrada pelo Estado miguelista.

---

[20] Tradução minha para: "*miles de constitucionales de distintas nacionalidades salieron camino del exilio o el re-exilio. Se desperdigaron por Europa, América y África, dando forma a una diáspora liberal internacional de dimensiones globales en la que emigrados españoles, portugueses, franceses, piamonteses y napolitanos mantuvieron relaciones entre sí y con simpatizantes en los países de acogida que contribuyeron a crear redes personales de dimensión internacional. Por el volumen de refugiados acogidos, Gran Bretaña y Francia destacaron como países receptores*".

[21] As experiências constitucionais foram efêmeras no país entre 1821-1823 e 1826-1828. Dom Pedro outorgou, em 1826, a Carta constitucional brasileira de 1824, em Portugal, tendo ali sido adaptada. A Carta garantia direitos civis e políticos dos indivíduos perante a lei, e reconhecia os poderes Legislativo, Moderador, Executivo e Judiciário. Porém, não agradou os partidários de Dom Miguel, pois viam seus privilégios ameaçados.

Cerca de doze mil pessoas, entre militares, religiosos e civis, temendo a repressão, acompanharam o referido Exército em 3 de julho de 1828.

No poder, Dom Miguel não mediu esforços para reprimir os opositores de seu governo. Os registros contra a repressão são diversos, incluindo desde memórias, diários, cartas e periódicos, produzidos pelos liberais e exilados. A maioria dessas tipologias constitui o arcabouço das fontes da minha pesquisa.

A documentação da repressão também é composta por tipos variados, entre os quais leis, decretos, alvarás, provisões, processos políticos.[22] Tais processos são essenciais para o estudo da revolução e da contrarrevolução miguelista e a partir deles é possível "reconstruir a trajetória dos *presos políticos* — designação que consta nos processos — brasileiros e estrangeiros, presos e processados, em Lisboa, entre 1828 e 1833" (GONÇALVES, 2019, p. 372). A repressão do regime não poupou os estrangeiros, a exemplos dos italianos, com destaque para o caso dos caldeireiros da Basilicata (CASSINO, 2015).

O exílio liberal português decorreu da contrarrevolução e do miguelismo no país e integrou-se ao cenário contrarrevolucionário mais amplo no sul do continente europeu. Vinculou-se às experiências da Espanha e do reino das duas Sicílias. Em ambas as regiões, constata-se a circulação de exilados liberais: portugueses em território espanhol e vice-versa, bem como italianos em Portugal, perseguidos pelos miguelistas.

O exílio internacional na resistência a Dom Miguel constituiu-se também na sociedade secreta da Assembleia de Constitucionais Europeus, com a participação de várias "nacionalidades". Militantes liberais que registraram suas atuações através da imprensa periódica, da elaboração de folhetos, da publicação de obras, possibilitando o estabelecimento de sociabilidades.

2.1.2 Exílio e o contexto do Brasil Imperial

Com base nos estudos de Andréa Lisly Gonçalves (2012), observa-se que a categoria "Império luso-brasileiro" também auxilia no entendimento da atuação dos exilados no Brasil. Um exemplo é o caso de Joaquim Maia que defendera seu projeto de Império luso-brasileiro, em que se manteria a união das relações bilaterais e de negócio

[22] Os Processos políticos do reinado de Dom Miguel encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Num universo de cerca de mil quatrocentos e dois processos, apenas treze estão disponíveis para acesso na plataforma digital do ANTT.

entre Portugal e Brasil. A abertura dos portos às Nações em 1808 e o Tratado de Comércio com a Inglaterra de 1810 impactaram nos seus interesses comerciais.

As trajetórias dos três exilados citados acima revelam a dimensão transatlântica do exílio português, originado pelo reinado de Dom Miguel. Exilados que, uma vez no Império, passaram a defender a Carta Portuguesa de 1826, a monarquia constitucional, o Liberalismo, as ideias liberais e o governo de Dona Maria da Glória. Porém, cada um deles possuía suas singularidades e expressavam-se de acordo com as circunstâncias dentro do contexto americano, diferente de Portugal e do sul da Europa.

No Rio de Janeiro, fazia-se um intenso debate na Câmara dos Deputados sobre o acolhimento e o auxílio aos exilados.[23] O fato de Dom Pedro se preocupar com a causa portuguesa fazia parte da agenda política de Deputados e Senadores. Argumentava-se que o Imperador atribuíra maior atenção aos problemas de Portugal desfavorecendo os problemas brasileiros – com destaque para a Guerra da Cisplatina e a Confederação do Equador - e que a vinda dos exilados para o Império poderia ameaçar a Independência.

Com a chegada dos exilados, o governo de Dom Pedro I, que passava por declínio desde 1826, sofrera forte interferência da imprensa liberal do Rio e de outras províncias.[24] As disputas identitárias entre "ser português" ou "ser brasileiro" eram manifestadas cada vez mais nas páginas dos periódicos. A nacionalidade portuguesa do Imperador tornava-se alvo de questionamento, assim como a dos exilados, acusados, além disso, de absolutistas e inimigos da Independência.

Joaquim José da Silva Maia tornou-se o exilado principal das críticas da imprensa, até porque, passou a redigir *O Brasileiro Imparcial*, em 1830, no qual defendia os exilados e o seu projeto político, já adaptado às circunstâncias da época. A sua atuação anterior na Bahia foi sempre reiterada nos periódicos, pelo fato de sua adesão às Cortes de Lisboa. Considerado contrário à separação, mais um entre os "áulicos", o que não se sustentava.

Pouco menos de dois anos após à chegada dos exilados portugueses, o cenário internacional continuou a impactar o governo de Dom Pedro. A revolução constitucionalista de julho de 1830 na França foi estimulada pela imprensa de oposição ao Imperador, associando a sua imagem à do francês Carlos X (LUSTOSA, 2015). Cada

[23] As atas do final da primeira (1826-1829) e início da segunda legislatura (1830-1833) são essenciais para compreender como o tema da vinda dos exilados foram mobilizados pelos Deputados e Senadores da época. A ementa aprovada pela Câmera decidiu-se pelo não acolhimento aos exilados.
[24] São os casos dos periódicos *A Aurora Fluminense* (1827-1835), de Evaristo da Veiga; *A Ástrea* (1826-1832), de Vieira Souto; o *Farol Maranhense* (1827-1831) de José Cândido de Morais e Silva.

vez mais, Dom Pedro era acusado de ter sido pouco liberal. Após sua abdicação, em 1831, migrou-se para Portugal com passagem pela Ilha Terceira na defesa dos direitos de sua filha, Maria da Glória, ao trono, e da causa portuguesa.

Na guerra civil contra os miguelistas, entre 1832 e 1834, Dom Pedro e Bernardo Figueiredo estiveram próximos também. O exilado foi um grande estrategista não só nesse momento, mas mesmo quando residiu no Rio em 1829, advertindo o Imperador sobre os meios que julgava necessário para pôr fim ao governo de Dom Miguel. Ao fim da guerra, em 1834, Dom Pedro o nomeou par do Reino, cujas ações voltaram-se contra os miguelistas no Algarve, Alentejo e Faro.[25] Debilitado da guerra, Dom Pedro faleceu em Portugal sem ter conhecimento da consolidação do Liberalismo nesse país e do desenrolar dos eventos no Império sucedidos à sua abdicação.

3 Considerações Finais

Os dados sobre os exilados indicam que dois deles nasceram em Portugal, sendo singular o caso de Joaquim Maia, que obteve passaporte de cidadão "brasileiro", e ao exilar-se no Brasil, em 1829, declarava-se como tal. Já Emílio Maia era natural do Brasil. Suas formações na Europa possibilitam compreender que integravam um círculo de intelectuais.

A comparação em matéria de exílio político e migrações, no início do século XIX, deveu-se às contrarrevoluções europeias, cuja finalidade era a manutenção da Antiga Ordem absolutista, ratificada nas Santas Alianças. Os exilados liberais, sobretudo os portugueses atuavam na contramão desses movimentos e, portanto, na defesa e continuidade dos ideais revolucionários e constitucionalistas.

Para a história de um Império e dos Estados Nacionais, em especial o Estado brasileiro em construção à época, tendo como fio condutor a trajetória de um indivíduo, ou um grupo de exilados, imigrantes, é possível transitar entre escalas macro e micro; entre o diacrônico e o sincrônico. Ao exilar-se devido às repressões miguelistas, esses sujeitos circulavam ideias, projetos políticos, escritos etc., em ambientes geográficos diversos, no Mediterrâneo e no Atlântico, tencionando o espaço público.

[25] Em 10 de dezembro de 1836, como lê-se em Tengarrinha (1976), Sá da Bandeira referendou decreto da abolição do tráfico da escravatura, iniciando medidas a favor dos escravos, no intuito de abolir a escravidão.

Referências

ALVES, W. de R. T. Política e historiografia na Independência [...]. **XXV Encontro Estadual de História.** História, desigualdade e diferenças. ANPUH-SP/PUC-SP, 2020, 1-17p. Disponível: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1595329069_ARQUIVO_940e1e9325d9889ba9fa247f505ccd38.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

ARRUDA, J.; TENGARRINHA, J. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

BLAKE, A. V. A. S. **Diccionario Bibliographico Brazileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, 1883. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681. Acesso em: 03 mar. 2021, p. 271-274.

CASSINO, C. **Portugal e Itália**: emigração, nação e memória (1800-1832). Orientador: Sérgio Campos Matos. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

DOSSE, F. **O desafio biográfico**: Escrever uma vida. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, F. A. **Circulações internacionais e liberalismo.** O exílio liberal português, 1828-1832. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto Universitário de Lisboa, 2015.

FIGUEIREDO, F *et al*. Emilio Joaquim da Silva Maia (1808-1859) e o seu ensaio sobre "Geographia Zoológica". **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 251-274, 2017.

GARCIA, L. M. C. Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual do Império do Brasil", Império do Brasil. **Revista do IHGB**, vol. 437, p. 67-153. Disponível em: https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-437/item/108090-em%C3%ADlio-joaquim-da-silva-maia-um-intelectual-no-imporiodo-brasil.html. Acesso em: 03 abr. 2021.

GONÇALVES, A. L. Liberalismo e irreligião no reinado de d. Miguel: o caso do pernambucano José Faustino Gomes (Portugal, 1828-1834). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 368-393, 2019.

GONÇALVES, A. L. Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX. **História da Historiografia**, Ouro Preto. p. 32-55, 2012.

GUIMARÃES, N. C. **O movimento miguelista nas páginas d'Aurora Fluminense** (1828-1834). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

KARSBURG, A. de O. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, M. I. *et al*. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p-32-52.

LUSTOSA, I. Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista. **Revista de História das Ideias**. v. 39. 2ª série, 201-221, 2021. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/8907. Acesso em: 16 jun. 2021.

LUSTOSA, I. Notícias de Paris: a abdicação de Carlos X e o Brasil, **Revista do IHGB**, a. 176, 2015, p. 61-86. Disponível em: https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-466/item/108119-noticias-de-paris-a-abdicacao-de-carlos-x-e-o-brasil.html. Acesso em: 02 junho 2021.

LYNCH, C. E. C. Liberal/Liberalismo. In: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 141-160.

MAGALHÃES, P. A. I. A cabala macônica do Brasil: o primeiro Grande Oriente Brasileiro (Bahia e Pernambuco, 1802-1820). **Revista do IAHGP**, Recife, n. 70, p. 73-137, 2017.

MAIA, E. J. da S. **Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica**. Rio de Janeiro: Tipografia Austral, n. 13, v. 1, 1844.

SIMAL, L. J. **Liberalismo internacional y exilio en Europa, 1814-1834**. Madrid: Biblioteca Instituto Universitario José Ortega y Gasset c/ Fortuny 53, 28010, 2012a.

SILVA, L. G. da. S. **Entre penas e impressos:** aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837). Orientador: Andréa Lisly Gonçalves. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

TENGARRINHA, J. **Diário da Guerra Civil (1826-1832)**. Recolha, posfácio e notas. Lisboa: Coleção Seara Nova, S. A. R. L, 1976.

5 Migrações, Economia e Sociedade

ALEMÃES EM MINAS GERAIS: CONTRIBUIÇÕES DA COLÔNIA DOM PEDRO II NA INDUSTRIALIZAÇÃO E NA VIDA SOCIAL DE JUIZ DE FORA

Rita de Cássia Lara Couto[1]

1 Introdução

O ano de 2021 pode ser considerado como uma significativa data para Juiz de Fora, pois comemoram-se os 160 anos de inauguração da Estrada União e Indústria, via aberta pela Companhia União e Industria para ligar a cidade mineira à Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, facilitando o escoamento da produção cafeeira. A empresa foi também responsável pela formação da Colônia Alemã Dom Pedro II e pela contratação dos imigrantes alemães e tiroleses, primeiro grande fluxo de estrangeiros recebido na cidade.

O presente trabalho propõe avaliar a presença destes colonos germânicos e a influência do núcleo colonial na formação social e urbana juiz-forana. Além disso, pretende-se demonstrar a força da participação dos imigrantes alemães no processo de industrialização local e a relevância de seus empreendimentos, que culminaram na criação de indústrias pioneiras em Minas Gerais e consolidaram Juiz de Fora como a maior economia mineira até a década de 1930. Assim, este artigo é um convite para um olhar sobre a história juiz-forana a partir das principais contribuições da Colônia Alemã Dom Pedro II.

2 Juiz de Fora e a imigração germânica

A ocupação do território da cidade de Juiz de Fora tem início no século XVIII, com a abertura do Caminho Novo, primeiro acesso direto do Rio de Janeiro à zona de mineração em Minas Gerais. O responsável pela pioneira tarefa foi Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes Leme que havia acompanhado o pai na expedição em busca de esmeraldas e metais preciosos em solo mineiro.

[1] Jornalista, escritora e pesquisadora, formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), atual presidente do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly (ITBWD), membro da Comissão de Bens Culturais da Arquidiocese de Juiz de Fora e do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. E-mail: ritacouto@gmail.com.

Para alcançar seu objetivo, o caminho aberto por Rodrigues Paes teve que vencer a Serra da Mantiqueira, embrenhando-se pela mata atlântica. Após um ano e meio de serviço em relevo fortemente acidentado, a picada entre o Rio de Janeiro e Borda do Campo (região de Barbacena, MG) estava aberta e, ao longo do trajeto, foram instalados registros para cobranças de tributos daqueles que adentravam as terras mineiras. Além disso, o governo português passou a conceder sesmarias "com a finalidade principal de alimentar funcionários e soldados em trânsito, viajantes, escravos e muares que iam e vinham para as minas e, secundariamente, para povoar a região" (LESSA, 1985, p. 22).

Em 1713, Luís Fortes Bustamante e Sá comprou de João de Oliveira, Secretário do Governador da Capitania, a sesmaria que lhe havia sido concedida pela Coroa. Bustamante e Sá era bacharel em Direito e exercia o cargo de juiz de fora no Rio de Janeiro. Suas terras ao longo do Caminho Novo passaram a ser conhecidas como Fazenda (ou Roça) do Juiz de Fora, em clara referência à profissão do novo proprietário e à provável forma como os viajantes e os moradores locais o chamavam.

Apesar da região ser oficialmente ocupada desde o início do século XVIII, somente na década de 1840 foi de fato povoada, com o surgimento da pequena localidade denominada Santo Antônio do Juiz de Fora, que permaneceu como Distrito de Barbacena até ser elevada à condição de vila em 31 de maio de 1850. Em 1856 o vilarejo foi elevado à categoria de cidade, com o nome de Cidade do Paraibuna e somente em 1865 passou a denominar-se Cidade de Juiz de Fora, resgatando o nome original pelo qual a região era conhecida desde 1713.

2.1 A Colônia Alemã Dom Pedro II

2.1.1 A Companhia União e Indústria e a contratação dos imigrantes germânicos

Como apresentado anteriormente, em 1853 Juiz de Fora ainda era uma pequena vila. Na área urbana, sua população era, aproximadamente, de 600 moradores. Foi neste local, aparentemente pouco promissor, que o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage instalou a sede da Companhia União e Indústria. A empresa recebeu do Governo Imperial, por meio do Decreto Imperial nº 1031, de 07 de agosto de 1852, o privilégio exclusivo para construir e explorar, durante 50 anos, dois ramais de estradas, ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro, e também para estabelecer uma colônia de imigrantes.

O decreto imperial previa, entre outras, as seguintes atribuições:

> Condição 1ª O Empresario Mariano Procopio Ferreira Lage se obriga a incorporar dentro de hum anno, huma Companhia com a denominação de - União e Industria - a qual terá por objecto:

> 1º Construir, melhorar e conservar, á sua propria custa, duas linhas de estrada, que começando nos pontos mais apropriados, á margem do Rio Parahyba, desde a Villa deste nome até o Porto novo do Cunha, se dirijão, huma até a barra do Rio das Velhas, passando pela Cidade de Barbacena, e com hum ramal desta Cidade para a de São João d'EI-Rei; outra pelo Municipio do Mar de Hespanha com direcção á Cidade do Ouro Preto; devendo ambas offerecer, em qualquer estação do anno, commodo e seguro transito para carros de quatro rodas, carruagens e diligencias. (...)
> Condição 22ª O Governo concederá aos colonos introduzidos no Paiz para o serviço da Companhia terrenos devolutos na Provincia de Minas Geraes, onde os houver, com preferencia nas margens do Rio de S. Francisco, ou de seus Confluentes, proporcionadamente ao numero dos mesmos colonos, sendo a despeza da demarcação e divisão feita á custa da Companhia. (DECRETO nº 1031, de 07 de agosto de 1852).

No ano de 1856 chegaram a Juiz de Fora os primeiros alemães contratados por Mariano Procópio para trabalharem nas oficinas da Companhia. Eram 20 artífices, ou seja, profissionais especializados que, com seu conhecimento e mão de obra qualificada, enriqueceram sensivelmente o desempenho da empresa.

A formação da colônia alemã teve início em 25 de abril de 1857, quando a Companhia União e Indústria assinou com o Governo Imperial, por intermédio da Repartição Geral das Terras Públicas, o contrato para introdução e estabelecimento de colonos estrangeiros.

Para instalar os alemães, Mariano Procópio adquiriu uma grande extensão de terras, que hoje compreendem toda a região oeste da cidade de Juiz de Fora.

A previsão, de acordo com o contrato assinado com o Governo Imperial, era que em três anos a Companhia contratasse cerca de 400 famílias, num total de duas mil pessoas. No primeiro ano, a partir de 1º julho de 1857, deveriam ser estabelecidas as cem primeiras famílias (aproximadamente 500 pessoas).

Em dezembro de 1857, Mariano Procópio enviou um agente à Alemanha, que assinou um contrato com Dr. F. Schmidt, encarregando-o de contratar os primeiros imigrantes. No entanto, um número maior de colonos foi engajado e enviado para Juiz de Fora entre os meses de abril e junho de 1858.

De acordo com o relatório apresentado por Mariano Procópio aos acionistas (FERREIRA LAGE, 1858, p. 10-12), para dar início à Colônia Alemã D. Pedro II, o agenciador Dr. Schmidt informou que enviaria 800 colonos, ao invés dos 500 previstos pelo contrato firmado com o Governo Imperial para o primeiro ano. Avisada com antecedência, a Companhia União e Indústria havia se preparado para receber 300 imigrantes a mais. No entanto, Schmidt, mais uma vez, não cumpriu o acordo e, entre

maio e o início do mês de agosto de 1858, remeteu 1175 alemães e tiroleses com destino a Juiz de Fora, a bordo de cinco barcas: *Tell*, *Rhein*, *Gundela*, *Gessner* e *Osnabrück*.

Pouco mais tarde, outros 20 germânicos contratados pela Companhia chegaram a Juiz de Fora, a bordo das barcas *Caesar*, *Erbprinz Friedrich August*, *Antilope* e *Elise*, totalizando 1195 colonos. Apesar disso, nunca foi alcançado o número total de imigrantes indicado pelo contrato assinado com a Repartição Geral das Terras Públicas, que previa o engajamento de dois mil indivíduos. Dentre os colonos da Companhia União e Indústria, 277 pessoas não eram, de fato, alemãs, mas sim originárias do Tirol (atualmente um estado da Áustria) e este grupo configura a primeira imigração tirolesa para o Brasil.

É válido ressaltar que todos os chefes das famílias alemãs e tirolesas, antes de saírem do porto de Hamburgo, assinaram um contrato de trabalho com a Companhia União e Indústria. As condições oferecidas a eles eram diferentes daquelas ofertadas por outras colônias no Brasil que, em variados casos, praticavam o sistema de parceria, no qual um fazendeiro custeava o transporte dos imigrantes até sua propriedade. Ali os colonos estrangeiros cultivavam café e gêneros de subsistência e entregavam ao proprietário das terras boa parte da colheita, como forma de pagamento pelas despesas da viagem, que eram acrescidas de exorbitantes juros. Essa prática permitia que, muitas vezes, o colono vivesse em situação semelhante a de escravo e não alcançasse autonomia financeira.

Já o contrato assinado pelos imigrantes da Colônia Alemã Dom Pedro II garantia a eles direitos e deveres. Estavam previstos o tamanho e o peso das bagagens, além dos valores das despesas da viagem, que poderiam ser adiantados pela Companhia União e Indústria ao contratado, com prazo para pagamento de quatro anos sem juros. Além disso, o documento assegurava que a empresa providenciaria trabalho ao colono e à sua família, mediante um salário diário para adultos nunca inferior a 1$500, e ofereceria gratuitamente habitação conveniente durante um ano. Estavam indicadas também as dimensões dos terrenos que seriam vendidos sem juros aos imigrantes, assim como a forma de pagamento pelas terras. Este acordo era escrito em alemão e português e trazia as assinaturas da pessoa contratada, do representante da Companhia União e Indústria e do representante do Cônsul Geral do Império Brasileiro em Hamburgo (COUTO, 2018, p. 27-32). Após a assinatura dos contratos, os alemães e os tiroleses se preparavam para o embarque, que ocorria nos dias que estavam determinados no parágrafo primeiro do documento, de acordo com data de partida prevista para cada embarcação.

Após enfrentarem a longa viagem[2] pelo oceano Atlântico a bordo das cinco barcas, os imigrantes desembarcaram no Rio de Janeiro. Pouco depois, deixaram a cidade através do Porto Mauá, localizado na Baía de Guanabara, e seguiram pelo trem da "Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis", popularmente denominada como "Estrada de Ferro Mauá", até Raiz da Serra da Estrela, de onde partiram a pé e em carroças em direção à Juiz de Fora, passando por Petrópolis, seguindo já pela Estrada União e Indústria, cujas obras haviam sido iniciadas em 1856.

Ao chegarem a Juiz de Fora (na época denominada Cidade do Parahybuna), os alemães e os tiroleses foram bem recebidos pela população local, que os acolheu na entrada da cidade. Os imigrantes haviam enfeitado as carroças com flores e cantavam, dando vivas ao Brasil, à nova colônia e a Mariano Procópio (CORREIO, 1858, p. 2).

Da mesma maneira, a Câmara Municipal também se manifestou favorável à chegada dos imigrantes e seus vereadores dirigiram um ofício com felicitações a Mariano Procópio Ferreira Lage, diretor da Companhia União e Indústria.

> Illm. Sr. - A camara municipal desta cidade em sessão periodica, reconhecendo os altos serviços que V.S. principiou e continuará a prestar a este municipio com a introducção de colonos proprietarios, resolveu fazer o presente officio tendo a honra de dirigir a V.S. para felicita-lo e agradecer em nome de seus municipes tão relevantes serviços; não desconhecendo por forma alguma os tropeços e difficuldades que V.S. tem encontrado, mas que tem vencido por amor do paiz que tem a gloria de o contar entre seus filhos (CORREIO, 1858, p. 2).

Além da receptividade dos moradores e da Câmara Municipal da Cidade do Parahybuna (hoje Juiz de Fora), os alemães e os tiroleses encontraram na nova Pátria o apoio da Companhia União e Indústria, conforme previsto no contrato assinado antes de partirem de Hamburgo. A empresa providenciou acomodações apropriadas, apesar dos terrenos, chamados prazos, ainda não estarem demarcados para serem vendidos aos colonos (FERREIRA LAGE, 1858, p. 11, 12). De acordo com o contrato firmado com os imigrantes, a Companhia tinha até um ano, a partir da chegada dos colonos, para marcar e vender as terras.

Muitos alemães e tiroleses, após a chegada a Juiz de Fora, escreveram correspondências aos seus familiares que ficaram na terra natal, dando notícias a respeito da viagem e da vida no Brasil. Em uma de suas cartas, o imigrante Anton Plattner, natural de Zirl, Tirol, informa a respeito dos trabalhos desenvolvidos pelos colonos, da medição

[2] Os veleiros nos quais imigraram os colonos de Juiz de Fora levaram entre 48 e 78 dias na viagem entre Hamburgo e porto do Rio de Janeiro (COUTO, 2018, p. 32-35).

dos terrenos e das condições da colônia. Transcrevemos a seguir um trecho desta missiva, no qual o autor afirma que a Companhia União e Indústria cumpria com exatidão as cláusulas do contrato assinado com os imigrantes em Hamburgo.

> Quanto às coisas mais importantes, posso eu dizer o seguinte: quanto à Companhia, manteve esta tudo exato, assim como no contrato que foi fechado em Hamburgo. As pessoas têm, juntamente com os mantimentos, dinheiro e diferentes equipamentos. A fome ninguém tem que temer; pelo contrário, nossa gente tem, na maioria das vezes, se alimentado demais. O único porém é que deve-se viver com alimentos bem diferentes, que consistem em feijão preto, arroz, toucinho e farinha de milho grossa – por agora estes são os principais alimentos no Brasil, tanto que são o que se pode plantar (COUTO, 2018, p. 43).

Em 1859, as terras[3] compradas por Mariano Procópio para a instalação da Colônia Alemã Dom Pedro II foram demarcadas e divididas em prazos, cada um medindo 20 mil braças quadradas, ou seja, 96.800 m², que equivalem a dois alqueires mineiros. Cada área demarcada recebia uma numeração e os colonos podiam adquirir um ou mais terrenos. Como exemplo, citamos três imigrantes: o alemão Sebastian Kunz comprou o prazo 108; Peter Anton Frees era proprietário do número 107 e o tirolês David Larcher adquiriu os prazos 157 e 158 (COUTO, 2018, p. 53).

A dimensão mínima de cada lote estava prevista no parágrafo 7º do contrato assinado entre os imigrantes e a Companhia União e Indústria em Hamburgo. O documento garantia também que os terrenos seriam vendidos como propriedades livres e o pagamento poderia ser feito em até quatro anos.

Após a compra das terras, os colonos davam início à derrubada da mata para construir sua moradia e cultivar o solo. A madeira das árvores, além de ser vendida como lenha na cidade, era também utilizada na construção de suas casas provisórias, que eram mais simples e posteriormente foram substituídas por residências feitas com tijolos maciços aparentes, cobertas com telhas de barro e com janelas e portas de madeira. Atualmente, poucos exemplares destas tradicionais residências resistem, bravamente, à forte especulação imobiliária na área da antiga Colônia Alemã Dom Pedro II.

2.1.2 O Imperador visita a colônia alemã

Em 23 de junho de 1861, pouco mais de cinco anos após o início das obras, foi inaugurada a Estrada União e Indústria. Naquele dia, a família imperial e sua comitiva

[3] As terras que formavam a colônia alemã abrangem hoje toda a região oeste (Cidade Alta) de Juiz de Fora.

partiram de Petrópolis em cinco diligências com destino a Juiz de Fora, realizando a viagem inaugural da primeira via macadamizada da América do Sul.

Dois dias depois, em 25 de junho de 1861, o Imperador, a Imperatriz, as Princesas e toda a comitiva fizeram uma visita à Colônia Alemã Dom Pedro II. O grupo partiu da residência do empresário Mariano Procópio por volta das 8h30 e retornou somente após as 17 horas. A cavalo e em uma diligência, a Família Imperial visitou o prazo 107, pertencente a Pedro Antônio Frees. O almoço foi servido na mata, em local especialmente preparado para receber os ilustres visitantes. Duas companhias de caçadores - uma tirolesa e uma alemã - deram uma salva de 21 tiros e a "banda da colônia" animou todo o festejo. Às 14h30, o grupo partiu rumo ao "Alto do Imperador", o ponto com maior altitude de onde se podia admirar o município e outras cidades e, depois das 17 horas, retornaram à propriedade de Mariano Procópio.

Em seu diário pessoal, Dom Pedro II fez apontamentos sobre a visita, dos quais transcrevemos alguns trechos:

> Depois, parti a cavalo para a colônia. (...) A cultura é na maior parte de horta, havendo contudo milharais, feijoais, e algum fumo, que prospera, podendo este gênero e talvez também a vinha assegurar um futuro brilhante à colônia.
> Entrei no terreno de um colono, que cria abelhas e ele disse-me que se julgava muito feliz, agradando-me o aspecto em geral dos colonos. (...) As terras dos colonos começam nos vales, alguns dos quais muitos pitorescos e todos têm água, sendo a que bebi excelente.
> Almocei numa linda floresta, onde abundam os palmitos e durante a comida e em outras ocasiões tocou a música alemã, achando-se os tiroleses uniformizados de blusa e com seus chapéus à Garibaldi e espingardas, sob o comando de outros dois em trajes verdadeiros tiroleses armados de sabre e um deles de calção e meia. Disseram-se de modo a crê-lo que um tinha no cinturão uma chapa onde se dizia que queriam prata e não dinheiro de papel. Deram tiros e vi um alvo furado e com a legenda liberdade. O reboliço de gente entre os palmitos era sobremodo agradável à vista.
> Estive no cimo da montanha, para que olha esta casa e que se chama Alto do Imperador. Pode-se estudar daí parte da orografia das duas províncias do Rio de Janeiro e Minas e o engenheiro da parte da estrada aquém do Paraíba, Keller tinha traçado num círculo de papel, colocado nesse cimo, a direção das principais povoações das duas províncias, segundo seu rumo (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL, 25 jun. 1861, p. 9-14).

2.2 Presença alemã na industrialização de Juiz de Fora

Dentre os imigrantes contratados pela Companhia União e Indústria, muitos se dedicavam à agricultura, mas quase metade do grupo possuía variadas profissões, como marceneiro; médico prático; guia de carruagem (cocheiro); curtidor de couro; construtor de estradas; carpinteiro; alfaiate; barbeiro; açougueiro; confeiteiro; produtor de sabão; limpador de chaminé; tecelão; oleiro; fundidor de metais; entalhador; construtor de

carruagens; fabricantes de cigarros, de pregos, de rodas e de cerveja; torneiro de madeira, moleiro, entre outras especializações.

Além disso, atraídas pela presença dos conterrâneos que viviam na Colônia D. Pedro II, outras famílias alemãs, que já haviam imigrado para o Brasil e residiam em diversos núcleos coloniais (como Petrópolis e outras cidades fluminenses), transferiram residência para Juiz de Fora. Em sua maioria, os chefes destas famílias também possuíam habilidades profissionais especializadas.

Assim, a partir do início da década de 1860, com a inauguração da Estrada União e Indústria e o término dos contratos de trabalho firmados com a empresa de Mariano Procópio, os profissionais germânicos se viram impulsionados a criar seus próprios empreendimentos industriais e estabelecimentos comerciais.

De acordo com Domingos Giroletti (1980, p. 147, apud OLIVEIRA, 1987, p. 84), "além de conhecimentos de agricultura, os imigrantes alemães dominavam uma gama de técnicas artesanais e manufatureiras relativamente diversificadas, que variavam desde a transformação de alimentos até a fundição de ferro.".

O historiador Newton Barbosa de Castro (1987, p. 66-67) igualmente recorre a Giroletti para apresentar as seguintes hipóteses sobre a procedência do capital das primeiras empresas:

> a) De pequenas oficinas de origem familiar ou individual. Resultaria de poupança de salários da Companhia, especialmente os artífices. (...)
> b) Oriundo da associação de duas ou mais pessoas com conhecimentos técnicos. (...)
> c) Dissolução de firmas anteriores, como é o caso dos irmãos Otto, que dissolveram a firma conjunta indo estabelecer-se separadamente, tendo Romão Otto fundado uma nova oficina mecânica com fundição de ferro e bronze, onde foram fabricados os primeiros tornos mecânicos do Brasil.
> d) Acumulação pelo comércio, como foi o caso de Antônio Meurer.

Citamos como exemplo o caso do imigrante Heinrich Griese que, com o fim do contrato de trabalho com a Companhia União e Indústria, passou ao trabalho autônomo, conforme relato de Albino Esteves:

> No dia 14 de outubro de 1855, em Hamburgo, foi contractado pela Companhia União e Indústria, que estava então em plena florescência, a fim de vir exercer o cargo de mestre de segeiros nas officinas da mesma Companhia, nesta cidade. Tendo sido o seu contracto (...) por dois annos, findo este prazo montou o Sr. Griese em 1858 uma fábrica de carros e carroças; organisou uma empresa de transporte, por meio de carroças entre Petrópolis e esta cidade, abrindo ao mesmo tempo uma casa de negócio no Morro Gratidão. Mais tarde, em 1882, estabeleceu-se com importante casa commercial em Mariano Procópio, nas proximidades da estação onde, ainda hoje, é uma das principaes do bairro. Além de negociante, é o Sr. Griese proprietário e capitalista (1915, p. 169).

Na década de 1870, o engenheiro James William Wells viajou por Minas Gerais com uma equipe organizada pela *Public Works Construction Company*, de Londres, contratada pelo governo imperial para traçar o itinerário do trecho final da Estrada de Ferro Pedro II, com a proposta de levar os trilhos pelos vales dos rios Paraopeba e São Francisco até Pirapora, ligando a ferrovia à navegação do grande rio. Em 1873 Wells esteve pela segunda vez em Juiz de Fora e registrou suas impressões sobre a cidade e sobre a colônia alemã.

> Eu já estivera nessas paragens três anos antes, e assim, não estranhei a aparência inusitada de Juiz de Fora tanto quanto o meu companheiro de viagem, pois quem quer que a veja pela primeira vez fica muito impressionado com o aspecto organizado e próspero de tudo lá. Boas ruas cercadas de palmeiras, sebes aparadas e cercas bem feitas; chalés bem construídos de aparência suíça; o hotel cômodo e asseado, expressamente planejado e construído para esse propósito; numerosas carroças de quatro rodas à beira das ruas; as pessoas, na sua maioria colonos alemães, são avermelhadas de tez, e vestem-se com asseio. (...)
> Desde a visita do Capitão Burton[4] em 1867, houve evidentes sinais de progresso, as construções aumentaram, mais armazéns e algumas fábricas se estabeleceram, especialmente as dedicadas à fabricação da cerveja nacional pela qual Juiz de Fora é famosa. E uma bebida leve e saudável. Uma planta indígena silvestre é usada como substituto do lúpulo em sua manufatura, a Carqueja composta (*Baccharis, Nardum rusticum, Mart*.); ela tem longas folhas triangulares com brotos esbranquiçados nos ângulos; é um *bitter* aromático e antifebril, e uma das plantas mais comuns em Minas Gerais (WELLS, 1995, p. 67-68).

Interessante observar que, dentre os "sinais de progresso" apontados por Wells, destacam-se os estabelecimentos dedicados à "fabricação da cerveja nacional pelo qual Juiz de Fora é conhecida". A cidade chegou a possuir nove cervejarias em funcionamento simultâneo e seus produtos, reconhecidos pela boa qualidade, eram vendidos em toda Minas Gerais e em outros estados brasileiros. A primeira destas fábricas de cerveja - também pioneira em solo mineiro - foi instalada na Colônia Dom Pedro II em 1861 e pertencia ao imigrante alemão Sebastian Kunz.

Apresentamos a seguir uma relação com 32 empreendimentos industriais e estabelecimentos comerciais (Tabela 1), criados em Juiz de Fora pelos imigrantes germânicos a partir de 1860. Trata-se de uma pequena amostra por nós exposta apenas a

[4] Wells refere-se ao viajante, escritor e cônsul inglês Richard Burton, que visitou Juiz de Fora em junho de 1867 e escreveu sobre a cidade em seu livro *Explorations of the highlands of the Brazil with a full account of the gold and diamonds mines*, publicado pela primeira vez em 1869 (na edição brasileira a obra recebeu o título "Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho").

fim de demonstrar a variedade de atividades desenvolvidas pelos alemães e tiroleses na cidade.

Tabela 1 – Alguns empreendimentos fundados por imigrantes germânicos a partir de 1860 em Juiz de Fora.

Empreendimento	Proprietário(s)
Fábrica de seges e oficina de carros	Francisco José Kascher
Oficina a vapor para construção de carros, trolys e carroças	Faulhaber & Abrard
Oficina a vapor de carros e carroças	Alfeld & Alfeld
Oficina de pintura de carros e casas, vidros, espelhos, molduras, lanternas para carros, ferragens para arreios e carros, cal e cimento	Henrique Surerus e Irmão
Oficina de seleiro e correeiro	Essinger & Waltemberg
Fábrica de selins	Guilherme Bartels
Oficina de seleiro, armazém de secos e molhados, armarinho, louça, ferragens e gêneros do país	Christiano Gerheim
Oficina de serralheiro	Degwert & Fassheber
Fábrica de máquinas para indústria e lavoura, fundição de ferro e bronze	George Grande
Oficinas de máquinas e fundição de ferro e bronze	Schubert, Irmão & Haas
Fábrica de máquinas, fundição de ferro e bronze, oficina de carros e carroças	F. Kascher & Irmão
Fábrica de tecidos de malha Surerus	Henrique Surerus & Irmão
Fiação e tecelagem de malha	Antônio Meurer
Fábrica de tecidos de malha Stiebler	Carlos Stiebler
Loja de alfaiate	Jacob Honório Limp
Padaria Alemã	Max Welmer
Secos, molhados, ferragens, louça, fazendas e armarinho	Jacob Hees
Fábrica de cerveja Dois Leões	Carlos Stiebler
Fábrica de cerveja Barbante	Sebastian Kunz
Fábrica de cerveja Winter	Frederico Winter
Fábrica de cerveja Tapera	Pedro Schubert
Fábrica de cerveja e águas minerais Borboleta	Scoralick & Irmão
Fábrica de cerveja nacional e águas gasosas	José Weiss
Fábrica de cerveja e águas minerais Estrela	Guilherme Griese
Imparcial Fábrica de Cerveja e águas minerais Kremer & C.[5]	Augusto Kremer & C.
Fábrica de cerveja e águas minerais Poço Rico	Freesz & Irmão
Destilaria a vapor	Pedro Schubert
Curtume Krambeck	João Wriedt, Peter Giese e Detlef Krambeck
Fábrica de balas e caramelos	Christiano Horn
Fábrica de balas A Suíça	Augusto Degwert
Fábrica de balas A Petropolitana	Otto Loefler
Fábrica de balas e caramelos	Frederico Plöterle

[5] Posteriormente, esta fábrica teve seu nome alterado para Cervejaria Germânia. Com o advento da I Guerra Mundial, foi renomeada como Americana.

Fonte: Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

No ano de 1886, foi realizada a primeira Exposição Industrial de Juiz de Fora, que contou com onze seções nas quais, além de produtos agrícolas, foram expostos tecidos, bordados, confecções, calçados, móveis, selas e arreios, cervejas e outras bebidas, produtos químicos e farmacêuticos, tabacaria, artefatos de ferro e aço, couro e madeira, máquinas, carros, troles e carroças (OLIVEIRA, 1987, p. 86).

Se em 1861, quando entrou em ação a [estrada] "União e Indústria", Juiz de Fora era o terceiro município em arrecadação tributária de Minas Gerais, em 1870 já se colocara em primeiro lugar na sua contribuição para o erário provincial.

> A cidade crescia. Sua população ganhara outra fisionomia. Aquela *urbs* de gente rural assumia o aspecto de um burgo comercial e industrial. (...) Em 1877, eram 872 as casas residenciais aqui existentes, o que autoriza a estimativa de uma população de cerca de 5 mil habitantes. Em 1885, essa população já ascendera a 17.622 habitantes. Desenvolviam-se as atividades culturais, multiplicavam-se os jornais (OLIVEIRA, 1987, p. 86-87).

Toda esta atividade fabril atraiu outros empreendedores, que escolheram instalar em Juiz de Fora seus negócios, muitos deles pioneiros em Minas Gerais e no Brasil, consolidando, assim, o perfil industrial e precursor da cidade, que passaria a ser conhecida como Manchester Mineira. Para corroborar este fato, dentre dezenas de nomes, citamos a presença de Bernardo Mascarenhas na cidade.

Empresário de sucesso no setor têxtil, Mascarenhas escolheu investir em Juiz de Fora e em 1888 instalou na cidade a Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas. Para movimentar os teares, decidiu instalar no rio Paraibuna uma usina para geração de energia hidroelétrica, que foi inaugurada em 1889 e fez com que Juiz de Fora fosse a pioneira da hidroeletricidade na América do Sul (OLIVEIRA, 1987, p. 83). Como as turbinas produziam mais energia do que a fábrica necessitava, Bernardo Mascarenhas firmou um contrato com a Câmara Municipal e as ruas da cidade passaram a ser iluminadas com energia elétrica.

> A eleição de Juiz de Fora por Bernardo Mascarenhas não resultou de mero capricho. Podia ele ter escolhido outras cidades para investir o capital que retirara da sociedade que tivera com os irmãos na [Companhia de Fiação e Tecidos] Cedro-Cachoeira. [...] Mas elegeu Juiz de Fora. É que aqui se iniciara já o processo industrial.
> Não fora a iniciativa de Bernardo Mascarenhas e o grande êxito que ela alcançou, mudando o rumo da economia juiz-forana, aquela primeira fase, - que vai de 1860 a 1890 – a das pequenas e médias indústrias lançadas pelos colonos alemães e pelos pioneiros brasileiros, não teria surtido o efeito superior ao que se conseguira até o final do século XIX (OLIVEIRA, 1987, p. 84 e 91).

Em 1908, Juiz de Fora possuía o maior número de estabelecimentos da indústria têxtil mineira: sete fábricas com 226 teares e 767 operários (SINGER, 1968, p. 223). Consultando dados obtidos no censo, Paul Singer indica que em 1920 Juiz de Fora ainda possuía um parque industrial muito superior e permanecia como o município mais industrializado de Minas Gerais, com uma produção anual no valor de 33 mil contos e 4.953 empregados. Belo Horizonte, por sua vez, ocupava o terceiro lugar, com apenas 18 mil contos de produção e 2.223 operários. Somente no início da década de 1940 a capital assume a hegemonia industrial do estado mineiro (SINGER, 1968, p. 236-253).

2.3 Contribuições para a vida social juiz-forana

Outra característica da colonização alemã que legou profundas e profícuas marcas em Juiz de Fora foi a tendência a se unir em sociedades ou associações com fins econômicos, esportivos, recreativos, culturais, beneficentes e de socorro mútuo.

De acordo com Luiz José Stehling, a primeira sociedade de Juiz de Fora e de Minas Gerais foi a *Deutscher Kranken Unterstutzungs Verein* – Sociedade Alemã de Beneficência, fundada em 26 de maio de 1872 por Augusto Kremer, Henrique Griese, Jacob Hees, Nicolau Scoralick, Julio Waltemberg, João Hees, Frederico Dose, Valentim Mechler, Henrique Loewenstein, George Becker e Antonio Scoralick (1979, p. 330). Sua missão era oferecer auxílio médico, farmacêutico e financeiro aos associados, que deviam ser alemães ou teuto-descendentes. Durante a I Guerra Mundial, após perseguições, foi obrigada a mudar seu nome para Sociedade de Beneficência Mariano Procópio, pois o Brasil se posicionara contra a Alemanha.

Em 1894, foi fundada, por dissidentes desta primeira associação, a Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã, cujos sócios poderiam ser de qualquer nacionalidade. Oferecia socorros médicos, funerais e farmacêuticos e também durante a guerra, em 1917, teve seu nome alterado para Sociedade Brasileira de Beneficência.

Os germânicos também foram responsáveis pela fundação, em 1909, do *Turnerschaft* (STEHLING, 1979, p. 334-335). Com o lema "corpo são, mente sã", os rapazes se exercitavam com aparelhos de ginástica e outros jogos. No ano de 1917, quando o Brasil declara guerra à Alemanha, o clube mudou seu nome para Club Ginástico Juiz de Fora. Alguns anos depois foi criado o *Kegel Club* – Clube do Jogo da Bola (espécie de boliche) – entre os descendentes dos colonos luteranos. Também foi iniciativa germânica a criação do Clube de Tênis Dom Pedro II, que ainda se mantém em funcionamento.

Além dos clubes e associações, a colônia chegou a ter seis bandas de música (STEHLING, 1979, p. 299-300): Banda Tirolesa – conjunto típico dos Alpes que se apresentou com sucesso à Família Imperial em visita à Juiz de Fora; Banda da Companhia União e Indústria; Banda Alemã – surgiu com a extinção da Banda da Companhia e era composta pelos mesmos membros; Banda Faulhaber – participou da festa dos 25 anos da Colônia; Banda de São Pedro e Banda da Borboleta.

Importante destacar que muitas das cervejarias alemãs da cidade possuíam seus parques de recreação, nos quais a sociedade juizforana se divertia frequentemente. No *Biergarten* da Fábrica de Cervejas José Weiss, onde gerações se divertiram, pois funcionou por mais de cem anos, foi instalada a primeira roda-gigante da cidade. No Recreio da Cervejaria Dois Leões Carlos Stiebler abriu o primeiro rinque de patinação de Juiz de Fora. Em 1928, no parque da Cervejaria Americana (antiga Kremer/Germânia), o presidente do Brasil Washington Luís foi recebido em festivo almoço, ladeado por autoridades locais e estaduais.

No início do período republicano, foi instalado em Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, o Vice-Consulado Alemão. Em, 1904, o grande número de germânicos e descendentes em Juiz de Fora permitiu que o órgão fosse transferido para a cidade (STEHLING, 1979, p. 327). George Francisco Grande foi nomeado vice-cônsul e exerceu essa função até 1917, quando a instituição foi fechada devido a I Guerra Mundial.

3 Considerações finais

Conforme pudemos constatar ao longo deste trabalho, a criação da Companhia União e Indústria por Mariano Procópio Ferreira Lage, a abertura da estrada ligando Juiz de Fora ao estado do Rio de Janeiro, facilitando o escoamento da produção cafeeira regional e a implantação da Colônia Alemã Dom Pedro II em 1858 foram fundamentais no processo de desenvolvimento da cidade, então recém criada.

A presença da figura estrangeira deixou marcas indeléveis em Juiz de Fora, tanto no aspecto cultural, quanto no econômico e no social. Os principais locais de divertimento da população juiz-forana eram os parques das cervejarias alemãs, nos quais aconteceram importantes eventos e estiveram presentes autoridades nacionais. Dos clubes e associações criados pelos germânicos, encontra-se ainda em funcionamento o Clube de Tênis D. Pedro II.

Na configuração urbana de Juiz de Fora, a área ocupada pela Colônia Alemã Dom Pedro II constitui hoje toda a região oeste da cidade e algumas residências tradicionais,

com suas peculiares e marcantes características arquitetônicas, ainda estão preservadas, apesar de toda a especulação imobiliária.

A análise aponta que os imigrantes germânicos, especialmente os alemães, representaram importante contingente inicial de mão de obra especializada e seus estabelecimentos industriais foram pioneiros no município e, em muitos casos, no estado de Minas Gerais. Esta atividade industrial precursora contribuiu, de forma efetiva, para a criação da infraestrutura técnica, que abriu caminho para o estabelecimento de outras fábricas e investimentos na cidade, como foi o caso da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, que culminou na criação da usina hidroelétrica de Marmelos, a primeira do gênero na América do Sul. Dessa maneira, pode-se afirmar que o imigrante alemão prestou valiosa contribuição ao processo de industrialização de Juiz de Fora, especialmente em seus primórdios.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL. **Diário de D. Pedro II**, vol. 8, 1861, 23p.

CASTRO, Newton Barbosa de. A contribuição dos imigrantes alemães a industrialização de Juiz de Fora. In: **História econômica de Juiz de Fora (subsídios)**. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987. p. 61-69.

CORREIO Mercantil, e Instructivo, Político, Universal. Rio de Janeiro, ano XV, n. 232, 27 agosto 1858, p. 2

COUTO, Rita. **São Pedro:** o coração da colônia alemã de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar Editora, 2018.

Coleção de Leis do Império do Brasil. DECRETO nº 1031, de 07 de agosto de 1852. Concede a Mariano Procopio Ferreira Lage privilégio exclusivo pelo tempo de cincoenta annos, a fim de incorporar huma companhia para construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas na Provincia de Minas Geraes.

ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal Barbosa (Org.). **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas: 1915.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros – do Caminho Novo à Proclamação**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

OLIVEIRA, Almir de. O advento da energia elétrica em Juiz de Fora. In: **História econômica de Juiz de Fora (subsídios)**. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987. p. 82-92.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

FERREIRA LAGE, Mariano Procópio. **Relatório** apresentado à Assemblea Geral dos Accionistas da Companhia União e Industria em 5 de outubro de 1858

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães**. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 1979.

WELLS, James W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil** – do Rio de Janeiro ao Maranhão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, v. 1.

PERFIS E CAMPOS DE ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO SETOR PRIVADO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO SUL E SUDESTE DO BRASIL (1850 – 1914)

Patrícia Bosenbecker[1]

1 Introdução

O processo de imigração/colonização com imigrantes europeus que se desenvolveu no Brasil foi promovido por uma política colonizadora fomentada pelo Estado Nacional, mas também incentivada pelo setor privado, ou seja, se, por um lado, o Estado brasileiro produziu uma colonização dirigida (ROCHE, 1969), por outro, uma série de empresários se destacou no processo de recrutamento, transporte e instalação em terras brasileiras de grandes contingentes migrantes, de variadas nacionalidades e etnias, especialmente nos estados ao sul do país, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas também no sudeste, em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esse processo foi fomentado pela Lei de Terras de 1850, que modelou a colonização privada especialmente na região sul brasileira (SEYFERTH, 2002), fixando imigrantes em assentamentos agrícolas, como pequenos proprietários. Já em São Paulo, o cenário se alterava em certa medida, pois grande parte dos imigrantes desse processo deviam se instalar em fazendas como trabalhadores rurais, mesmo que muitos desses imigrantes pretendessem ou adquirissem a propriedade de terras em algum momento posterior, como demostrou Petrone (1982).

Ao longo desse processo imigratório, recrutamento, condução e instalação dos migrantes foram etapas que exigiram grande organização do governo brasileiro e também de empresas privadas. Nessas etapas (recrutamento, condução e instalação dos migrantes) surgiram vários profissionais especializados, como por exemplo, os agentes ou recrutadores, especializados em "agenciar" os imigrantes, quase sempre com grande propaganda, parte produzida pelo próprio Estado brasileiro, e reproduzida na Europa com o intuito de atrair grupos específicos de migrantes, no processo que chamaremos engajamento de imigrantes.

[1] Doutora em Sociologia/UFRGS e mestre em história/UFRGS. O trabalho aqui apresentado é oriundo do projeto de pós-doutoramento, desenvolvido no Departamento/PPG de Sociologia/UFSCar, intitulado *Empresários do setor de imigração: engajadores e colonizadores no processo de colonização/imigração no Brasil (1850 – 1914)*, processo nº 2018/00335-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: pbosenbecker@hotmail.com.

Outro grupo importante no processo são os empresários ou fazendeiros que chamaremos de colonizadores. Esses colonizadores são responsáveis pela criação de colônias, de pequeno, médio ou grande porte, tanto em terras concedidas ou compradas do Estado, as chamadas terras devolutas, ou em fazendas e datas de terras, que eram então medidas, demarcadas e loteadas para receberem os imigrantes, aqui designados de colonos. Tal processo de colonização, em tese, incluía o processo de regularização dos lotes. Ao fundo do processo, um grande escopo de irregularidades fundiárias, que começavam inclusive pela grilagem ou outros tipos de posse irregular de terras. Tal processo de exploração agrária era lucrativo e despertou o interesse de inúmeros fazendeiros e comerciantes.

Tais colonizadores ou mesmo aqueles que eram empresários de origem estrangeira ou brasileira que se especializaram no agenciamento e transporte de imigrantes, tornaram-se o que chamaremos de empresários do setor da imigração e contribuíram sensivelmente para o desenvolvimento de vários setores da economia nacional, bem como lucravam com seus próprios interesses e empreendimentos, colônias ou fábricas, e tem papel ainda pouco discutido na história da imigração de europeus para o Brasil.

Em projeto de pesquisa desenvolvido na UFSCar, que busca entender o papel desses empresários do setor da imigração na história brasileira, propusemos investigar o perfil, os campos de atuação e as principais configurações desses indivíduos, em termos econômicos, refletindo sobre sua abrangência e influência sociopolítica em âmbito nacional. Assim, pretendemos apresentar nesse trabalho, os resultados gerais preliminares de pesquisa e as principais características do processo estudado.

2 A colônia em análise

Para que pudéssemos empreender nossa pesquisa, foi necessário primeiramente avaliar o processo de colonização a partir da criação das colônias agrícolas, única forma de encontrarmos os fundadores dos empreendimentos e, com base nesses dados, organizar a coleta mais específica sobre o perfil dos empresários do setor. Nosso intuito era, assim, encontrarmos *os fundadores* dos empreendimentos, excluindo, portanto, proprietários que compraram colônias já existentes, mesmo que com pouca estrutura ou parcialmente colonizada. Entretanto, a pesquisa sobre as colônias e sua fundação foi mais difícil do que esperado, perpassando uma longa lista de problemas (veja, entre outros, GIRON; BERGAMASCHI, 1996). Também a partir da identificação das colônias e de seus proprietários foi possível organizar uma listagem de transportadores, recrutadores e

outros nomes envolvidos no que chamamos setor privado da imigração/colonização. Trataremos, a seguir, dos principais problemas encontrados durante a pesquisa.

Primeiramente, os problemas ocorrem no início da compilação de colônias, porque basicamente não existe uma compilação de dados completa sobre as colônias em geral, é possível, evidentemente, encontrar listagens diversas e produzir um cruzamento dos dados. Contudo, as listagens existem de forma muito variadas, como: colônias fundadas pelo Primeiro Reinado, colônias imperiais, colônias de imigrantes italianos, ou alemães, ou poloneses, colônias das províncias ou estados da federação, colônias do governo central (início da República), mas nenhuma dessas listas apresenta um panorama geral das colônias. Tanto é que por vezes, especialmente, nas publicações oficiais (ou dos Estados), as colônias listadas não correspondem às colônias em geral de determinado estado federativo, mas sim às colônias fundadas pelo respectivo Estado. Outro problema constatado é quando as colônias foram encampadas pelo Estado, mas seu fundador havia sido um fazendeiro ou empresário, que não são citados pelas fontes de pesquisa.

Assim, uma grande questão que precisa ser delimitada é definir o que é uma colônia. No nosso entendimento, colônia seria um empreendimento que visa o loteamento de terras, antes fazendas ou terras devolutas, seja do estado ou de fazendeiros/proprietários particulares que visa o assentamento de imigrantes em pequenos lotes, que podem ser individuais – ou por família, como é mais comum – ou podem ser espaços destinados ao cultivo, enquanto as moradias são organizadas num tipo de vila ou aglomeração, no interior da colônia. Eu utilizei anteriormente o verbo seria, justamente porque não é exatamente isso que ocorre nos dados até aqui coletados.

Primeiro, existe a venda de pequenos lotes de terras, ou loteamento de terras, para imigrantes, que são recrutados pelo Estado ou por particulares, ou engajados, o que inclui a organização do empreendimento, com medições, demarcações, regularizações fundiárias, ou seja, uma colônia oficialmente fundada e reconhecida, ou autorizada pelo Estado, com sistema de transporte, instalação de comércios, igrejas, etc, ou da constituição da infraestrutura local. Esta colônia é o empreendimento exemplar que buscamos no projeto, por agregar o maior escopo de etapas do processo de colonização. Contudo, o que mais foi encontrado é o loteamento de terras, a fundação e autorização para o funcionamento da colônia, mas sem recrutamento de imigrantes, e apenas a venda de terras para descendentes de imigrantes ou migrantes que estavam descontentes no lugar em que foram primeiramente instalados. Este aspecto é fundamental para a pesquisa aqui pretendida, porque efetivamente separa os empresários fundadores de colônias em dois

grupos: recrutadores de imigrantes e loteadores de terras (sem recrutamento de imigrantes). Essa categoria é importante porque influi diretamente no significado do que seja uma logística privada de colonização.

O terceiro conjunto de problemas se refere aos fazendeiros que vendem terras, sem autorização para criar colônias e sem recrutar imigrantes. Esse grupo é na maioria dos casos formados por fazendeiros, com terras regularizadas, ou donos de propriedades em disputa, que habitam extensões de terras vizinhas a empreendimentos coloniais, em geral, de propriedade do Estado. É um tipo importante de empresário do setor de imigração, porque lucra substancialmente com a venda de terras, mas não integra o escopo de colonizadores/fundadores de colônias, muito menos coordena ou execute um sistema privado de colonização/imigração. Embora, possamos evidenciar alguns exemplos, esse grupo é excluído dos resultados aqui apresentados.

Um quarto grupo, também excluído da análise, é o grupo de fazendeiros que vende terras para o Estado para a construção de colônias do governo. Um exemplo dessa prática ocorreu com o Dr. Francisco de Paula Toledo, membro da Sociedade Taubateana de Imigração. Fazendeiro, advogado, com ampla participação política, atuou na região de Taubaté, em São Paulo. No seio da sociedade local de apoio a imigração e na Câmara Municipal de Taubaté discutiu-se a melhor forma de incentivar a imigração na região. O Dr. Paula Toledo acreditava que a formação de colônias pelo Estado era o meio mais eficaz de atrair e assentar imigrantes enquanto o grupo liderado pelo Dr. José Francisco Monteiro (Visconde de Tremembé) acreditava que os núcleos particulares eram a melhor forma de conduzir o processo. Embora o Visconde de Tremembé fosse o presidente da sociedade de imigração local e tivesse o apoio da maior parte dos vereadores, Paula Toledo consegui instalar um núcleo oficial em suas terras, dando origem ao núcleo oficial de Quiririm, em 1889, a partir de um contrato com o Governo, no qual cedia as terras, enquanto o governo engajava os imigrantes (DI LORENZO, 2002).

Os últimos dois grupos a que referimentos estão previamente excluídos da análise do projeto, uma vez que vendem terras lucrando com uma política de colonização que é oriunda do Estado e, assim, embora integrem o escopo amplo da colonização no país, conforme o período analisado, não necessariamente podem ser considerados como empresários do setor de imigração, o que requer algum tipo de investimento logístico na imigração, o que não é o caso. Tais grupos carecem, contudo, de uma análise mais elabora sobre o seu papel, especialmente, porque boa parte deles são políticos locais, com informações privilegiadas sobre a colonização nas suas referidas localidades. Há ainda

um quinto grupo: aqueles que fazem parte de associações de auxílio a imigração, como Sociedade Central de Imigração, com sede no Rio de Janeiro, ou a Sociedade Promotora, de São Paulo. Sobre tais empresários trataremos posteriormente.

Outro problema encontrado, que atinge toda a dinâmica do projeto, é a divergência de dados. Tanto em aspectos mais corriqueiros, como erros na data da fundação ou no nome do empreendimento, quanto em erros que podem de maneira mais efetiva prejudicar a formação do banco de dados proposto, como, por exemplo, divergências entre quem seriam os fundadores, ou entre os sócios de uma empresa que havia organizado o empreendimento colonial. Tais problemas foram comuns nos dados copilados e derivam das próprias disputas pela memória e história das localidades, bem como dos conflitos políticos envolvendo os nomes dos fundadores, e, talvez mais importante no trabalho aqui desenvolvido, expõe disputadas étnicas pelo capital social de determinado fundador, de origem estrangeira, em comparação a outro fundador, geralmente, de origem brasileira.

Um dos exemplos mais interessantes é da colônia Alto Jacuí, ou Tapera e Não me Toque, no Rio Grande do Sul. O proprietário das terras e fundador dos núcleos (que formavam uma grande área dividida por um rio), em 1897, foi o coronel Gervásio Luccas Annes, um fazendeiro brasileiro, formado em direito e com atuação política destacada, que se associou a dois agrimensores, ou topógrafos, que também atuavam em outras colônias vendendo lotes para descendentes de imigrantes: José Baggio, que atuava no lado italiano, e Albert Schmitt, que atuava no lado alemão da colônia. Gervário era herdeiro de estancieiros renomados, mas foi deixado de lado pelos memorialistas, que enaltecem Schmitt, proprietário da empresa Schmitt, Opitz e Cia. A empresa de Schmitt teve vários nomes ao longo do tempo e atuou em várias colônias, uma vez que sua empresa era responsável pelo "projeto de colonização", ou seja, demarcação dos lotes e venda para descendentes de imigrantes (MASSMANN, 2014).

Outro problema que integra o conjunto problemático de dados divergentes é a "confusão" entre nomes de fundadores entre pai e filho, tio e sobrinho, irmão e sobrinho. Por vezes, foi encontrado o fundador descrito como família, seguida de um sobrenome, sendo que quem é efetivamente o empresário não está claro. O exemplo aqui são as colônias da família Torres, construídos ao lado da colônia estatal de Tomas Coelho. Ao examinar a biografia dos membros da família é possível concluir que o empreendimento pode ter sido do pai, dos irmãos em conjunto ou de apenas um dos irmãos, que também trabalhava como engenheiro na colonização do Paraná. Como, então, identificar o fundador? Infelizmente, a bibliografia disponível não responde essas questões.

Por fim, nesse quesito ainda existiram as chamadas colônias espontâneas, isto é, colônias formadas pelos próprios imigrantes que "fugiam" dos seus núcleos de instalação inicial, pelos mais diversos motivos (abandono da colônia pelo Estado ou proprietário, catástrofes naturais – como enchentes, por exemplo, terras improdutivas, rixas ou disputas com outros colonos ou com os proprietários de terras ao redor, insatisfação com a colônia, etc). Alguns imigrantes se uniam e compravam terras de um ou mais fazendeiros nas proximidades ou, por vezes, em outras regiões.

3 O banco de dados

A partir de uma listagem dos empreendimentos construídos no período, passamos a coletar dados dos empresários, utilizando um formulário, dividido entre dados pessoais do empresário, como filiação, origem, ocupação, incluindo atuação política, e formação; passando por dados dos negócios, início dos investimentos em imigração ou colonização, empresas ou sociedades, campo de atuação dos negócios e detalhes sobre final das empresas (encampadas, vendidas, repassadas a herdeiros); e, por fim, dados sobre os empreendimentos (nome, data da fundação, tamanho, possível número de imigrantes inseridos).

Primeiramente, é preciso discutir os aspectos conceituais da classificação dos dados e de sua disposição. Estamos usando o nome de empreendimentos para todos os negócios que envolveram a criação de colônias agrícolas ou núcleos coloniais, colônias em fazendas, cidades pontos de distribuição – em geral, centros de distribuição dos estados/províncias, que foram fundadas por um empresário, por companhias ou empresas, por associações, ou por um dos níveis do Estado (municipal, estadual ou provincial) e aquelas fundadas pelo governo nacional (imperial ou republicano). Restam ainda as colônias espontâneas, que são os empreendimentos criados por iniciativa dos próprios imigrantes, e as linhas ou subdivisões que integram uma colônia maior, mas que para alguns autores são entendidas como elementos diferentes e apresentadas como novo empreendimento.

Após a coleta de dados foi possível observar que alguns itens do formulário de coleta não foram preenchidos como se esperava, restando vários itens que no escopo do cenário avaliado perderam representativa. Por exemplo, raramente há informações sobre cor dos indivíduos, bem como há poucas mulheres como empresárias do setor de imigração. Datas de nascimento ou falecimento nem sempre foram encontradas em sua totalidade, por vezes apenas conseguimos uma delas. O item "idade do empresário no

início do empreendimento" ficou prejudicado por vários motivos diferentes: na maioria das vezes, o empresário começava seu trabalho no setor antes da fundação oficial dos seus negócios, outras vezes, sua atuação no setor era parte de uma empresa já estabelecida ou transformada e ampliada para agregar a imigração, outras vezes o empresário já fazia parte de negócios do tipo, em data imprecisa, mas começou a usar seu nome apenas tempos depois de sua atuação ter se consolidado.

Também há poucos dados sobre a continuidade dos negócios nas mãos de descendentes e o trabalho de parentelas no empreendimento, o que não quer dizer que tais não existissem, uma vez que, como é reconhecido pela literatura, os parentes estão sempre envolvidos nos negócios, seja como representantes, caixeiros, sócios ou braço mais "político" da família, contudo, os dados e informações disponíveis nem sempre são claros sobre quem exatamente participa e ocupando qual posição. O item "Contribuições para a imigração no BR – conforme bibliografia" foi preenchido em geral quando se trata de grandes empresários, sendo poucas informações mais detalhadas em pequenos e médios empreendedores.

No que tange as informações das empresas (criadas ou mantidas pelos empresários para atuar no setor) a situação é ainda pior em termos de dados coletados. Primeiramente, nem sempre ocorre a formação de uma empresa, uma vez que os negócios de determinado empresário ficavam concentrados em seu próprio nome, podendo ou não ocorrer a fundação ou adaptação de uma empresa. Por sua vez, é praticamente impossível obter informações sobre capitais investidos ou capitais sociais das empresas. Esse tipo de informação apenas está disponível quando se tratam de empresas com ligações internacionais, ou seja, grandes empresas ou corporações, com amplo escopo de atuação econômica. No que compete aos sócios, raros foram os contratos encontrados, ou informações sobre o teor dos mesmos, sendo muito comum que os acordos fossem por pequenos períodos de tempo.

Nesse sentido, informações mais interessantes ao projeto foram encontradas em: Tipo de empresa; etapas de atuação; final da empresa; benefícios concedidos pelo Estado e Contratos com o Estado, sendo que os dois últimos podiam ter sido mesclados em um único item, que poderemos chamar de "relação com o Estado". Já no que compete ao empreendimento em si, dados como a classificação do tipo de empreendimento e sua localização (região, microrregião e estado da federação) contribuem para distribuição e catalogação dos dados, o mesmo ocorrendo com as palavras-chaves no cabeçalho do

formulário de coleta. Também ressaltamos o item "fontes", como forma de coleta de material no intuito de gerar um conjunto de fontes de pesquisa utilizadas no projeto.

Como mencionamos, em uma tabela preliminar, denominada "lista de colônias", buscamos listar todas as colônias agrícolas, núcleos coloniais e colônias em fazendas, sejam do Estado ou privadas, fundadas no período aqui pesquisado. Tal tabela serviu de base para a etapa de compilação dos dados dos empresários. Obtivemos os seguintes dados:[2] 4 empreendimentos duplicados, 9 "colônias espontâneas", 8 empreendimentos que apresentam dados divergentes sobre a fundação e foram classificados como "divergências", 22 empreendimentos sem informações, 36 linhas (que integram uma colônia maior, grande parte das vezes, estatal), 270 colônias estatais, 448 empreendimentos privados, e 42 cidades (que parecem ser centros de distribuição de imigrantes que se estabeleceram como imigrantes para trabalhar nas fazendas de café). Podemos retirar da contagem as linhas, por já estarem contidas em um empreendimento maior, as duplicadas e as cidades (centros de distribuição), tendo a soma de 757 empreendimentos. Deixando apenas os empreendimentos estatais e privados somamos 718 empreendimentos.

Com relação aos dados relativos aos empresários do setor de imigração, precisamos, em fase inicial, retirar as linhas coloniais, os novos empreendimentos, as expansões por compras de terras, as trocas de nome das empresas, sociedades, disputas entre "fundadores", e todo um escopo de problemas, para finalmente listar os empresários. Por exemplo, havia cinco grandes empresas que tiveram vários empreendimentos criados tanto no período avaliado como posteriormente, bem como duas empresas que não apresentavam informações que auxiliassem a determinação do número exato de empreendimentos criados no período. Também se registrou um conjunto de fazendeiros que recebeu os imigrantes em seus próprios nomes, mas, conforme os dados, parecem ter distribuídos os imigrantes como trabalhadores em várias fazendas de sua propriedade e até de sua parentela.

Com todos os ajustes e a coleta dos dados obtivemos informações para 213 empresários, que mantiveram, pelo menos, 218 empreendimentos (que precisam ser acrescidos de múltiplos empreendimentos, criados por grandes empresas, em número

[2] Todos os dados apresentados a seguir são preliminares, podendo ocorrer futuras variações, seja por pequenas correções ou revisões no Banco de Dados dos Empresários do Setor de Imigração e Colonização, seja por eventuais acréscimos. Apesar destas possíveis variações, acreditamos que os resultados aqui apresentados não devem sofrer alterações significativas, que comprometam o desenho dos resultados do projeto.

ainda impreciso). Correlacionando a lista de colônias com os empreendimentos da tabela específica dos empresários, que é mais detalhada, notamos que até o momento faltam dados sobre 35% dos empreendimentos do setor privado de imigração. Isso ocorre porque para cerca de 10% dos empreendimentos privados não há nenhuma informação sobre o proprietário, para outros 3% há divergências sobre o proprietário do estabelecimento. Assim, com as análises mais específicas realizadas, foi possível abranger mais de 50% dos empreendimentos da "lista de colônias". Do conjunto analisado, cerca de 58% dos empresários são do escopo colonização (criadores de colônias) e 42% são fazendeiros que receberam imigrantes como trabalhadores em suas fazendas (com ou sem a criação de uma área de estabelecimento de imigrantes).

Em termos de um perfil geral dos empresários, em análise preliminar realizada podemos observar alguns dados relevantes para origens, ocupações e atividades políticas, conforme os dados a seguir, começando pela origem dos empresários. Surpreende a avassaladora vantagem de brasileiros, bem como o número de empresários de origem brasileira, mas que são filhos de imigrantes, como pode ser visualizado na Figura 1, a seguir. Nota-se que há 24% de estrangeiros, divididos entre estrangeiros, estrangeiros que se naturalizaram brasileiros e estrangeiros com pelo menos um dos pais brasileiros. Do número total de estrangeiros pode-se afirmar que 20% deles se naturalizaram.

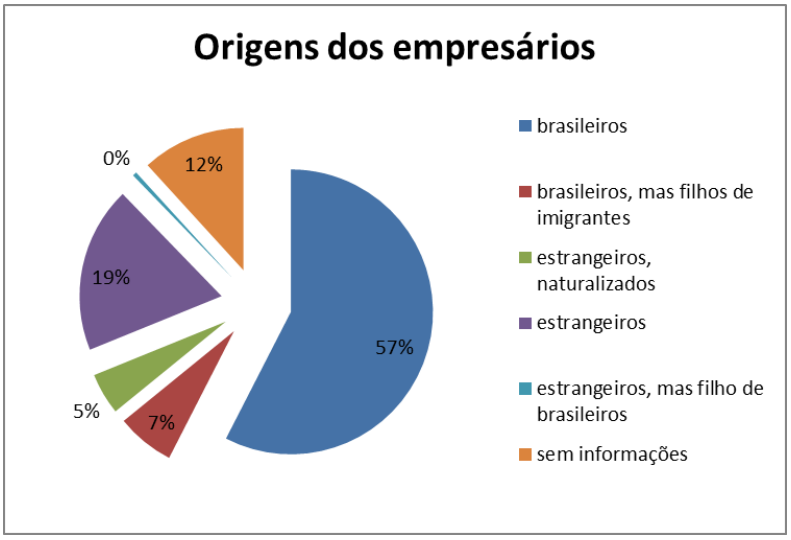


Figura 1 – Origem dos empresários.

Os empresários do setor de imigração possuem ocupações muito distintas: a grande maioria está ligada a atividades relacionadas à terra, ou seja, são fazendeiros, pecuaristas ou proprietários de terras, conforme mostra a Figura 2. Ressalta-se o representativo número de profissionais liberais, grupo no qual se destacam advogados,

médicos e engenheiros, nessa ordem. No mesmo grupo, cerca de 30% dos indivíduos possuem mais de uma atividade, complementando atividades comerciais ou profissionais com rendas originadas da terra. No item atividades profissionais ligadas à terra encontram-se agrônomos, agrimensores e engenheiros florestais.

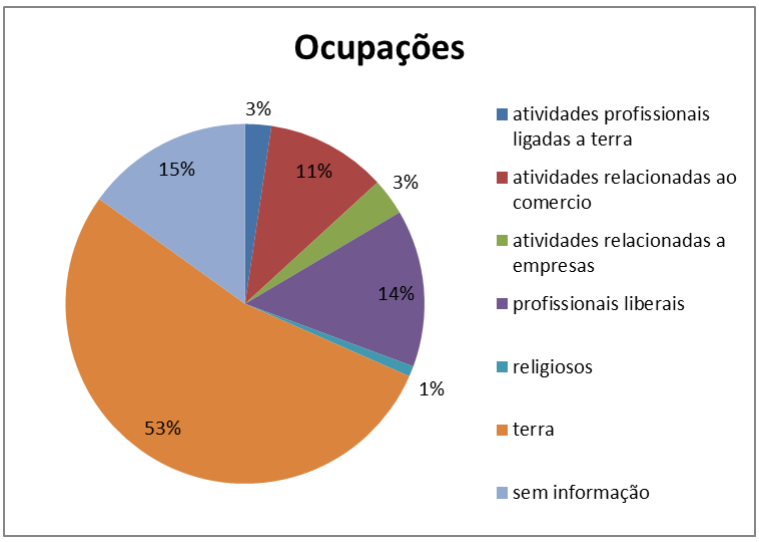


Figura 2 – Ocupações e atividades do empresariado.

Com relação às atividades políticas, dividimos as categorias entre: várias atividades e cargos políticos, que significava uma atividade política variada e mais ampla, boa parte dela desenvolvida em níveis nacional e regionais; participou de atividade políticas locais, quando restritas aos municípios; não tem atividade política, comprovadamente conforme coleta de dados; prestígio político, quando além de cargos políticos, foi possível identificar grande influência política, incluindo influência em decisões relativas ao processo imigratório; e outros, que reuniu: anarquistas, membros da família imperial brasileira, indivíduos com filiação partidária, mas sem campo de atuação político identificável, bem como indivíduos que exerceram algum pequeno tipo de atividade política. Comprovamos que 25% dos empresários foram filiados a um partido político e desenvolveu atividades políticas. Os dados foram distribuídos conforme a Figura 3, logo a seguir.

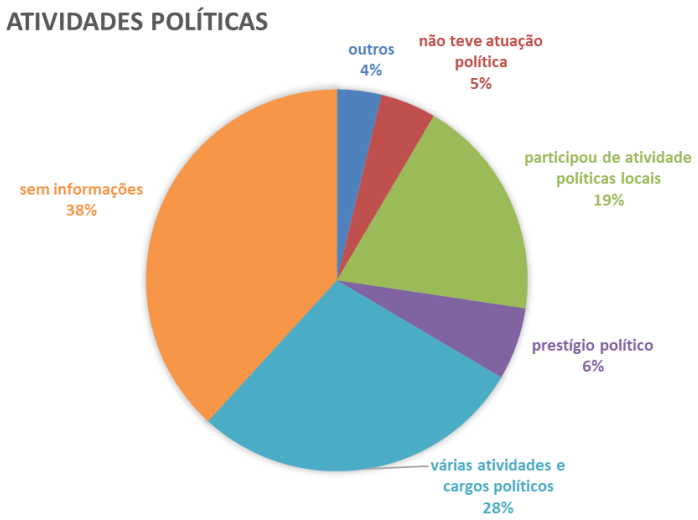


Figura 3 – Desenvolvimento de atividades políticas.

Por outro lado, 41% dos empresários catalogados no banco de dados tinha algum tipo de distinção, tais como títulos de nobreza, patentes militares ou condecorações e distinções, como comendas, por exemplo, todas do período do Império. Também mantivemos consulados e legações estrangeiras como posições de distinção. Incluindo postos eletivos do Império, como Delegado ou Subdelegados de polícia e Juízes de Paz (avaliadas como posições de distinção na sociedade), temos 43% dos empresários que aparecem com pelo menos um posto distintivo.

Um dos pontos importantes que pode ser apresentado pelo banco de dados é a informação sobre as formas de recrutamento de imigrantes. Infelizmente, para muitos empresários não fica claro qual a logística de imigração utilizada (29%). Contudo, quando se trata de empresários engajadores de imigrantes, a literatura ou até mesmo os jornais da época, até de forma exaustiva, asseguram a "importação" de imigrantes como grande feito empresarial, o que significa que quando ocorre engajamento, o mesmo é apresentado com caráter de distinção para determinada firma, empresa ou empresário.

O projeto não analisa especificamente os tipos de recrutamento interno, ou seja, grupos de empresários que mantêm intermediários ou recrutadores internos que percorrem outras colônias ou até mesmo centros de distribuição dos Estados no intuito de recrutar migrantes (já estabelecidos em outras colônias) para os seus empreendimentos. Tal tipo de recrutamento interno parece ser o mais comum. Alguns dos empresários que são considerados recrutadores também mantiveram intermediadores ou recrutadores internos. Em termos gerais podemos apresentar os seguintes números: 37% dos

empresários são engajadores e 32% dos empresários são recrutadores (aqueles que não possuem dados que apontem ser engajadores), conforme a Figura 4, a seguir.



Figura 4 – Engajadores de imigrantes.

4 Considerações finais

Tratamos neste texto dos resultados preliminares de trabalho de pós-doutoramento que investigou os perfis dos empresários do setor de imigração e colonização. Primeiramente, buscamos mostrar os métodos que proporcionaram a construção do Banco de dados dos Empresários do setor de imigração. Dessa forma, discutimos o conceito de colônia que adotamos, numa releitura para o processo de imigração e colonização privada, tratando todas as formas de colônia como empreendimentos. Reportamos inúmeros problemas na coleta de dados, tais como as divergências entre nomes de proprietários, dificuldades para localizar os fundadores dos empreendimentos, listagens parciais dos núcleos, nomes duplicados, entre outros.

Ressaltamos ainda a formação do banco do banco de dados, especialmente envolvendo as informações sobre os proprietários, especialmente sobre origem, profissões e atuação política, e sobre as empresas, com importantes dados sobre tipos de empresa, etapas (no processo de imigração) nas quais atuaram, sobre o final da empresa e, finalmente, os benefícios ou concessões e contratos obtidos junto ao Estado.

Por fim, destacamos quatro pontos principais obtidos a partir do banco de dados. O primeiro, refere-se a esmagadora maioria de brasileiros como fundadores de empreendimentos, 57% do perfil avaliado. Embora, 24% dos empresários tivesse origem estrangeira, 20% destes se naturalizaram. O segundo ponto destacado, apresenta as

ocupações dos empresários. Sem surpresas a maioria estava ligada a atividades fundiárias, 55% dos empresários avaliados, e a atividades profissionais ligadas a terra, 15% do total.

Um terceiro ponto importante sobre os empresários do setor é referente as atuações políticas. Apenas 5% dos empresários, comprovadamente, não tiveram algum tipo de atuação política. Do total, ressaltamos que 28% possuíram várias atividades e cargos e 19% tinham atividades políticas restritas aos seus locais de residência. O último dado, atividades políticas locais, é extremamente relevante, uma vez que era justamente pelas câmaras municipais e organizações locais que passavam informações privilegiadas sobre imigração e, especialmente, sobre as terras que seriam destinadas a projetos de colonização estatal.

O último ponto é um panorama sobre o recrutamento de imigrantes pelo setor privado. Os dados apontam para um majoritário predomínio do recrutamento interno como logística de recrutamento para os empreendimentos, pois apenas 37% dos empresários aparecem como engajadores, isto é, recrutadores de imigrantes em países de destino. Embora preliminares estes dados são importantes e contribuem substancialmente com a discussão sobre colonização privada no país.

Referências

DI LORENZO, Ana Lucia. **Italianos em Taubaté**. O núcleo colonial do Quiririm, 1890/1920. Dissertação (Mestrado em História Econômica). São Paulo: USP, 2002. 120 p.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

MASSMANN, Bárbara Tereza. A empresa colonizadora Schmitt & Cia e seu complexo colonial 1897-1923. In: RAMOS, Eloisa H. C. da Luz; ARENDT, Isabel C.; WITT, Marcos A. (orgs.) **Festas, comemorações e rememorações na imigração.** São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 1338-1353.

PETRONE, Maria T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **MANA**, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e política imigratória no Brasil imperial. IN: SALLES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. **Políticas migratórias**: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar/Editora Sumaré, 2002. p. 79-110.

SWAIN, Tânia Navarro**. Fronteiras do Paraná:** da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine (org.). Fronteiras. Brasília/Paris: EDUNB/Orstom, 1988, p. 19-37.

POLÍTICA REPUBLICANA E COLONIZAÇÃO: *A EMPRESA COLONIZADORA SERAFIM FAGUNDES & CIA* E A COMPRA DE TERRAS PÚBLICAS NA REGIÃO DO PLANALTO RIO-GRANDENSE, 1904

João Sand[1]

1 Introdução

O excedente populacional das *Colônias velhas* do Rio Grande do Sul, fez com que migrassem para a região do Planalto Rio-grandense, nas *Colônias novas* fundadas pelo poder público ou por iniciativa particular (empresas ou sujeitos), a partir da última década do século XIX e início do século XX, período inicial do governo republicano, o que fez com que a terra tivesse uma valorização no seu preço. Reduzindo a escala de análise, estuda-se como se deu o processo de compra e vendas de terras públicas e/ou privadas, para fins de colonização por empresas particulares na região do Planalto Rio-grandense, especificamente no complexo colonial da *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA*, no município de Cruz Alta. Dá-se enfoque ao processo de compra de terras públicas pela Colonizadora,[2] busca-se tentar compreender como se deu esse processo e a existência de interesses políticos por detrás da compra e da colonização da Colônia General Osório.[3]

A Colônia General Osório, fundada em 1898-1899, situada no município de Cruz Alta, na região do Alto Jacuí, no Planalto Rio-grandense, compreenderia o hoje espaço dos municípios de Ibirubá, Alfredo Brenner (Distrito de Ibirubá) e Quinze de Novembro. Inicialmente, a Colônia pertencia ao 3º Distrito de Cruz Alta, denominado Santa Clara do Ingaí e, em 1914, tornou-se o 7º Distrito de Cruz Alta. Em 1938, pelo Decreto-lei estadual nº 7.199, de 31-03-1938, passou a chamar-se de General Câmara e, em 1939, o nome foi novamente alterado, conforme decreto estadual nº 7.842, de 30/06/1939, para Ibirubá.[4]

---

[1] Acadêmico do curso de Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Pesquisador do Núcleo de Estudos de História da Imigração (NEHI). E-mail: joaovsand@gmail.com.

[2] Utilizara-se o termo Colonizadora para se referir a *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA*.

[3] Utilizando o método de designação dos termos de Marcos Antônio Witt (2013), o termo "Colônia" quando escrito em maiúsculo se refere ao empreendimento agrícola onde os (i)migrantes adquiriram terras e foram assentados, já "colônia" com a escrita em minúsculo, se refere ao lote adquirido pelo colono, a sua propriedade onde criou raízes. Sendo que em uma Colônia havia muitas colônias.

[4] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Utiliza-se como fonte principal o acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), dando destaque ao processo de Registro Torrens[5] realizado pela Colonizadora junto a Comarca de Cruz Alta, entre 1904-1905. Este trabalho em termos teórico-metodológicos dialoga com a micro-história italiana, jogo de escalas e ao método do indiciário, pautando-se em autores como Carlos Ginzburg e Giovanni Levi, atrelada ao estudo das redes sociais dos sujeitos, neste caso os proprietários de terras das regiões de Cruz Alta e Passo Fundo.

2 Cruz Alta e o início da colonização

Compreender a formação de empreendimentos de colonização públicos e privados no Planalto Rio-grandense requer, antes de tudo, entender como se deu a formação da propriedade da terra nessa região, em especial como se constituiu a formação latifundiária em Cruz Alta.

Durante o século XIX, após a conquista das Missões, instalaram-se nessa região grandes latifúndios de criação de gado, ocupando as áreas de campo. Ainda no final do século XVIII, a região serviu como Pouso dos Tropeiros oriundos das fronteiras que passavam pela região, e muitos passaram a residir nas proximidades criando em 1821 a primeira vila serrana do Divino Espírito Santo da Cruz Alta e, em 1834, é elevada a município. Dentre os pioneiros de Cruz Alta, Zarth destaca a presença de militares entre os latifundiários.

> É notória a presença de militares estancieiros na nominata inaugural da câmara municipal de Cruz Alta, primeira da região. Um dos vereadores (a título de exemplo), o alferes Athanagildo Pinto Martins, mais tarde coronel, foi um dos pioneiros na criação de gado (ZARTH, 1997).

As redes sociais destes militares que se tornaram estancieiros vão constituir, através dos casamentos entre essas famílias, as bases das lideranças políticas e militares de Cruz Alta. Essas alianças vão assegurar a manutenção da terra e os domínios territoriais familiares. Através de heranças, doações e vendas, as propriedades se fragmentavam entre os filhos, mas continuavam pertencendo ao núcleo familiar.

[5] O Registro Torrens é uma modalidade de sistema registrário de propriedade imóvel rural criado em 1858 na Austrália, e passou a ser conhecido pelo nome de seu idealizador, o irlandês Robert Richard Torrens. No Brasil, foi adotado no início do período republicano, com a edição do Decreto 451-B, de 31 de maio de 1890. O Registro Torrens torna a propriedade da terra incontestável, sob a garantia do Estado. A respeito do tema, ver Sanches (2008).

Gradualmente, as terras devolutas do Planalto Rio-grandense foram ocupadas, de um lado, de forma mansa e pacífica por pequenos lavradores nacionais, e outro lado, a por meio de legitimação de posse pelos grandes estancieiros (cf. ZARTH, 1997; NEUMANN, 2009). Todavia, no decorrer do século XIX havia o interesse pela instalação de Colônias na região. Zarth lembra que a intenção de se realizar a colonização estrangeira foi manifestava oficialmente, por exemplo,

> [...] em 1877 a câmara de Cruz Alta, o centro político e econômico regional, solicitava a vinda de colonos imigrantes e oferecia gratuitamente 115 lotes aos colonos que quisessem se estabelecer às margens do rio Ijuí, afluente do Uruguai (ZARTH, 1997).

O pedido foi negado pelo Ministério da Agricultura, que alegou que a região não possuía condições para a criação de Colônias. A colonização no Planalto iniciou-se somente com o advento da República, com a fundação da Colônia Ijuí, em 1890, uma Colônia mista de investimento público. Com a construção do trecho da ferrovia São Paulo – Rio Grande, entre Santa Maria e Cruz Alta, em 1894, a região que antes era isolada do resto do Rio Grande do Sul, e consequentemente do Brasil, recebeu olhares de sujeitos que, sozinhos ou em sociedade com outros, viam a oportunidade de lucrar através da colonização de terras, que foi se valorizando cada vez mais.

Com a vinda de colonos estimulados pelas iniciativas oficiais da fundação de Colônias como as de Ijuí e Guarani, as terras próximas a esses núcleos oficiais passaram a ser objeto de comercialização pelos proprietários de grandes áreas de mata virgem, que as dividiam em pequenos lotes, seguindo o padrão da colonização oficial (cerca de 25 hectares) (ZARTH, 1997).

A constituição de uma firma social para fins de colonização se insere num contexto de demandas por terras, tendo em vista o excedente populacional ocorrido nas *Colônias velhas*, gerando a escassez de terras no mercado e o aumento do preço das mesmas. Esse processo migratório em direção ao Planalto Rio-grandense impulsionou a criação de Colônias por empresas privadas e de sujeitos particulares, processo esse denominado por Roche (1969) como *enxamagem*.[6]

O processo de formação de Colônias particulares (empresas e sujeitos) se dava por aquisição das terras de proprietários da região ou de propriedade do Estado do Rio

[6] Esse termo faz referência ao processo de migração de um grande número de abelhas, que acompanham uma rainha para fundarem uma colmeia em outro lugar.

Grande do Sul, ou no caso de sujeitos particulares, de dividirem suas próprias propriedades em lotes coloniais, vendendo a colonos (i)migrantes.

Estes investimentos de colonização particulares poderiam ser de capital nacional, como é o caso da *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA*, onde três sujeitos constituíram uma firma social; ou poderiam ser de capital de origem internacional, como é o caso da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, que adquiriu terras de particulares e frações do Governo do Estado, a fim de fundar nas terras situadas em Cruz Alta, a Colônia Neu-Württemberg, em 1898.

Fundada em 1898, com registro legal em Porto Alegre, mas de capital estrangeiro com sede formal em Leipzig, Alemanha, a Colonizadora Meyer, de propriedade do intelectual Dr. Herrmann Meyer, sócio proprietário do Instituto Bibliográfico de Leipzig, passou por várias reestruturações jurídicas, e atuou no comércio de terras e colonização de 1897 a 1932, quando encerrou oficialmente as suas atividades (NEUMANN, 2014).

Note-se que o estabelecimento de empreendimentos de colonização era também uma demanda da municipalidade de Cruz Alta, carente de produção de subsistência para abastecimento do núcleo urbano. Esse processo de colonização gerou uma elevação do preço da terra, Zarth destaca que no período imediatamente anterior ao da criação de núcleos coloniais e da construção da ferrovia, a terra de cultura ou de matos tinha um preço irrisório, a partir desses eventos os seus preços cresceram enormemente. Em 1901, na Colônia de Cadeado, um hectare valia cerca de quatorze mil réis; em Ijuí, Colônia próxima, em 1913 os preços atingiam a média de cinquenta mil réis o hectare; em 1926, os números indicam valores de 15 mil e 214 mil réis na Colônia General Osório, com condições idênticas às daquelas (ZARTH, 1997).

Percebendo isso, os sócios da Colonizadora adquiriram partes de terras de proprietários de terras na margem esquerda do rio Jacuí, entre 1898 e 1899, dividiram em lotes que variavam de Rs.200$000 até Rs.500$000. A venda foi feita para colonos oriundos de Santa Cruz, Estrela, Rio Pardo, Cachoeira, etc. Mais tarde, em 1904, a Colonizadora adquiriu terras devolutas do governo do Estado do Rio Grande do Sul, processo esse que será analisado agora.

3 Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & Cia e a compra de terras públicas

Com o advento da República, no Rio Grande do Sul assumiu o governo castilhista-borgista, vinculado ao Partido Republicado Rio-grandense, carregando os ideais positivistas de Augusto Comte. O município de Cruz Alta possuía bases fortes alicerçadas

no conservadorismo, herdado de um dos primeiros moradores e líder local Vidal José do Pillar, mas sempre esteve sob o controle do Partido Liberal. O Clube Republicano Cruz-altense foi fundado em 25 de junho de 1881, contando com a presença de 26 cidadãos sob a presidência de Venâncio Ayres, no escritório do jornal *A Descentralização* (CAVALARI, 2004).

Em Cruz Alta, o Clube Republicano não desempenhou, até onde se conseguiu analisar, um papel importante até a Proclamação da República, em 1889. Com a consolidação de Júlio de Castilhos como liderança republicana no Rio Grande do Sul, preparava-se as novas bases políticas do estado, nesse sentido era de interesse que os representantes de Júlio de Castilhos ampliassem suas influências em todos os setores da sociedade. Em Cruz Alta, consolidava-se as bases do castilhismo e do republicanismo.

Com o governo republicano, a imigração e colonização que antes eram subsidiadas pelo Império Brasileiro, deixaram de existir, passando a responsabilidade para os Estados. No Rio Grande do Sul, o governo estadual reservou para si as terras devolutas, incentivou a imigração espontânea e a formação de Colônias particulares mistas, seja em termos étnicos ou religiosos. Para administrar as questões ligadas a terra, criou-se a Diretoria de Terras e Colonização.

Uma das temáticas centrais das discussões do governo Castilhista-borgista no Rio Grande do Sul, via Diretoria de Terras e Colonização, refere-se à regularização da propriedade da terra e à resolução da intrusão, via colonização. Como zona privilegiada e central das políticas públicas, estava a região do Planalto Rio-Grandense, onde as Colônias públicas e privadas se multiplicavam, bem como as disputas pela propriedade da terra e o número de intrusos, categoria esta que abrangia todos aqueles que não detinham o título legal de propriedade de terras (NEUMANN, 2019, p. 86).

A imigração para o governo do PRR deveria ser espontânea e dirigida, os imigrantes seriam atraídos para o Rio Grande do Sul por conta do excelente clima e solo existentes no estado, com essas condições os colonos alcançariam o bem-estar.

O colono aqui transforma-se logo em pequeno proprietário agrícola, sente imediato bem-estar em sua modesta propriedade, adquire condições de fixidez normal, radica-se afetuosamente ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão para a família e a prosperidade doméstica como pronto resultado do seu trabalho honesto e frutífero, adapta-se facilmente aos nossos hábitos, familiariza-se em pouco tempo com a nossa língua, procura, enfim, nacionalizar-se sem nenhum constrangimento, acatando as leis e autoridades com uma reverência inalterável, associando-se às nossas alegrias e às nossas

mágoas como se tivesse nascido nesta terra privilegiada (RIO GRANDE DO SUL, 1896, p. 24-25).

A região Norte do Rio Grande do Sul, foi escolhida para receber o excedente populacional das *Colônias velhas*, região que era marcada por uma numerosa presença de lavradores nacionais, indígenas, extensos latifúndios, e vastas terras devolutas. Essa medida serviu como estratégia para pressionar a legitimação de posses, delimitando as terras públicas e áreas indígenas, despejando os ditos "intrusos", resultando na formação da pequena propriedade em contraposição ao latifúndio (NEUMANN, 2017; 2019). Cruz Alta inserida nesse processo de colonização pública e privada, dava muito valor as suas Colônias, uma vez que a economia vinha delas. O incentivo a colonização e a presença de colonos para a região Norte era vista como sinônimo de progresso, aquele que levava a modernização para uma região que antes, era isolada do resto do Rio Grande do Sul.

Em meio a esse cenário de colonização das terras do Planalto, fundou-se a Colônia General Osório, um empreendimento realizado pela *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA*, que tinha como sócios o ex-Intendente Municipal e membro do Partido Republicado Riograndense (PRR) de Cruz Alta, Coronel Serafim Fagundes da Fonseca, o advogado e ex-deputado estadual pelo Partido Liberal, Diniz Dias Filho, o qual designou-se a gerência da empresa, e seu irmão o comerciante José Annes Dias.

Essa Colonizadora tinha como objetivos a compra e venda de terras para colonização, bem como o comércio de madeiras e de produtos industriais e manufaturados. Para fundar a Colônia, a Colonizadora adquiriu porções de terras de proprietários de Passo Fundo e Cruz Alta, além de 124.211.728 m², aproximados 12.421 hectares do Estado do Rio Grande do Sul.[7]

A compra de terras públicas ocorreu em 19 de março de 1904, em Porto Alegre, na ocasião a Colonizadora foi representada pelo gerente Diniz Dias Filho, e Fazenda do Estado, era representada por seu Procurador Fiscal e Diretor do Contencioso Doutor Antonio Marinho Loureiro Chaves.[8] O valor pago pela compra foi Rs. 62:206$364,

[7] Escritura de venda de terras de cultura que faz o Governo do Estado a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cartório do Notariado de Porto Alegre, livro nº114, folhas 37 a 38. 19/03/1904. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

[8] Escritura de venda de terras de cultura que faz o Governo do Estado a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cartório do Notariado de Porto Alegre, livro nº114, folha 19. 19/03/1904. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

parcelado em quatro vezes, sendo pago uma parcela de Rs. 15:526$466 no ato da compra, outras duas parcelas foram feitas nos dias 18 de julho de 1904 e 18 de novembro de 1904.[9] A respeito da última parcela, não se possui informações de quando ela foi paga, tendo em vista a morte do sócio Serafim Fagundes da Fonseca em junho de 1904, fazendo com que a empresa entrasse em liquidação.



Figura 1 – Mapa da Colônia General Osório.
Fonte: Criações Butzke.

A Federação publicou em 2 de junho de 1904, dois telegramas recebidos de Cruz Alta, um de João Maia, e outro do sócio Diniz Dias Filho, os quais anunciavam a morte de Serafim Fagundes da Fonseca.

> Ontem à noite faleceu o coronel Serafim Fagundes da Fonseca, vice intendente em exercício, prestigioso chefe no importante distrito Vallos. A República perde um abnegado servidor paz, e da guerra. Cidade consternada. Suspensas aulas 24 horas.[10]
> Meu presado amigo e prestigioso chefe republicano Serafim Fagundes da Fonseca, acaba de falecer. Pêsames.[11]

[9] Escritura de venda de terras de cultura que faz o Governo do Estado a Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cartório do Notariado de Porto Alegre, livro nº114, folhas 25 e 26. 19/03/1904. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.
[10] *A Federação*, 2 jun. 1904.
[11] *A Federação*, 2 jun. 1904.

A partir desses dois telegramas enviados *A Federação*, percebe-se que Serafim Fagundes era um sujeito de extrema importância junto ao PRR de Cruz Alta. O Coronel possuía algumas moradias na cidade de Cruz Alta; possuía terras no povoado de Santa Maria e Cadeado; mas a maioria de suas terras se localizavam no 3º distrito de Cruz Alta, denominado Vallos, o mesmo distrito que a Colônia General Osório foi fundada, uma parte de suas propriedades era arrendada, mas a maior parte era destinada a criação de animais, sendo que possuía 52 rezes de criar, 12 cavalos, 12 bois mansos, 350 ovelhas, 8 éguas, 1 reprodutor fino, 1 dito fino, 1 potrilho e 5 mulas redomonas.[12]

Percebe-se que Serafim Fagundes era proprietário de terra, e que por conta de suas terras serem localizadas justamente no Distrito do Vallos, e também por ser o chefe republicano deste distrito, o sujeito possuía grande influência na área e conhecia os demais proprietários e as condições que elas estavam, isto é, se haviam construções, plantações ou criação de animais.

Com a Colônia General Osório já fundada e já recebendo algumas famílias de migrantes vindos de Santa Cruz, Estrela, Cachoeira, Rio Pardo, etc., a *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA* negociou com o governo do estado para adquirir 124.211.728 m², 12.421 hectares, de terras devolutas próximas a Colônia. Sobre a venda de terras públicas, era previsto pelo Decreto nº 313, de 4 de julho de 1900,

> Art. 40 – Os adquirentes de terras do Estado, situadas fora das zonas colonizadas e não contiguas a estas, ficarão obrigados a inscreve-las sob o regimen do Registro Torrens dentro do praso que lhes for marcado no acto da alienação, sob pena de nulidade desta, sendo o preço neste caso restituído pela Fazenda do Estado, com deducção de 25%.
> Feita a inscripção, os compradores deverão exhibir o título do registro afim de fazer-se na Secretaria de Obras Públicas a conveniente annotação.[13]

Como a Colonizadora inscreveu a compra das terras no Registro Torrens pressupõe-se que elas sejam afastadas da sede e das demais linhas já ocupadas da Colônia General Osório. Outra questão que se pode levantar é referente a influência que o Cel. Serafim Fagundes da Fonseca e sua intercessão junto ao general Firmino de Paula, chefe republicano de Cruz Alta, para que a compra das terras públicas fosse possível. Levando em consideração que as Colônias eram importantes zonas de votos para o PRR, essa prática de intercessão também ocorreu com a *Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer*, onde

[12] Inventário de Serafim Fagundes da Fonseca. 16 de nov. de 1904. Cruz Alta. N 46, M 3, E, 64. APERS.
[13] *A Federação*. 7 de jul. 1900.

> A necessidade de cooptar os colonos para as fileiras do partido era evidente, mas sob a tutela de qual coronel era algo a ser pensado, tendo em vista que a maior área de terras da *Colonizadora Meyer* estava localizada em Palmeira. Antecipando-se, o general Firmino de Paula, chefe republicano de Cruz Alta e de toda a região serrana, articulou seus pontos de apoio no local (NEUMANN, 2014, p.484 – grifo no original).

O interesse no desenvolvimento da Colônia e no bem-estar dos colonos garantiria a reeleição de Firmino de Paula Filho, a construção de pontes, abertura e melhoramento estradas, bem como a instalação de escolas custeadas pelo município estava dentro dessa política de desenvolvimento em prol de votos futuros. O interesse no desenvolvimento da Colônia também era interesse da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, que em seu contrato de sociedade previa em sua terceira clausula.

A sociedade tem como principal objecto, a compra e venda de terras para a colonização, commercio de madeiras e produtos do solo, brutos ou manufaturados, afim com a cultura de qualquer espécie ou variedade, ou outra qualquer indústria, extrativa ou manufatureira, e bem afim o commercio em suas variadas manifestações, e em geral tudo quanto até aqui ou de futuro gira sob a firma "Serafim Fagundes e Companhia".[14]

Além da venda de terras, a Colonizadora vendia madeiras e produtos para o plantio, para que os colonos pudessem de início já desenvolver sua propriedade. A Colônia também possuía antes da chegada dos colonos, algumas casas de madeira que foram adquiridas junto com a propriedade de Cesário Portes Pimentel, engenho de serrar madeira, moinho com todos os seus acessórios, cercados para lavouras.[15]

A garantia por parte da Colonizadora e por parte do município de Cruz Alta, asseguraria os votos do PRR até 1923. Sérgio da Costa Franco mostra que, em 1905, Cruz Alta possuía 1.079 republicanos, esses conforme Neumann (2014) estavam em sua maioria concentrados na zona colonial, ao contrário da zona urbana do município, dessa forma os investimentos eram sempre maiores nas zonas coloniais – construção de pontes, estradas, escolas – do que na urbana. Não se deve pensar que os colonos não estavam ligados as questões políticas, conforme Neumann (2014), durante o século XIX não participavam de forma partidária, mas se organizavam e reivindicavam seus direitos. "Já no século XX, além dessa política desses colonos, inseridos na República Velha, dava-se

[14] Contrato de Sociedade da Colonizadora Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, em 01/10/1898. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

[15] Escritura pública de venda de um sítio – Primeiro Cartório do Notariado da cidade de Cruz Alta, livro n° 41, folhas 77 a 89. 02 de mai. De 1899. Pública Forma de translado de escritura de compra e venda. Documento do Registro Torrens da Comarca de Cruz Alta. Requerente: Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA. Cruz Alta, Cartório do Civil e Crime, 1905, N 3749, M 120, E 63. APERS.

dentro de um jogo de barganha. Não ocupavam postos de comando, mas faziam a sua política de outra forma" (NEUMANN, 2014, p.486).

Ao analisar a Colônia Neu-Württemberg, a autora constatou que essas articulações estavam presentes, levando em consideração que a maioria dos habitantes era oriundo das colônias velhas, portanto já estava inserido dentro dessa lógica do jogo de barganha (NEUMANN, 2014). Da mesma forma observa-se esse tipo de articulação na Colônia General Osório onde, em 1906, o alemão luterano Carlos Karnopp já era correligionário e líder do PRR na Colônia, onde articulava junto aos republicanos na cidade de Cruz Alta.[16]

Com a evolução econômica e política gradual da Colônia General Osório, pelo Ato Municipal n.º 7, de 07-05-1914, a Colônia que até então pertencia ao 3º Distrito de Cruz Alta, foi elevada à categoria de Distrito.

> A solenidade de instalação desse distrito foi festiva, demonstrando a população daquela zona o maior regozijo. Acompanhado pelo senhor Major Salathiel Soares de Barros, digno conselheiro municipal, Dr. Eurybiades Dutra Villa, deputado Estadual e capitão Amado Lacroix, vice-presidente do "Centro Republicano", parti da cidade no dia 3 de maio, pelas 6 horas da manhã, para fazer a instalação do novo distrito, sendo recebido de modo mais entusiástico pela população daquela próspera e futurosa colônia. Estavam presentes os cidadãos major Julio Theodorico da Rosa, sub-intendente e sub-delegado de polícia do 3º distrito, Alberto Veek, juiz Distrital, Alberto Adam, pastor da Igreja Lutherana, representantes das sociedades locais, escolas industrialistas, comerciantes e agricultores, às 17 horas, no salão de honra da "Bailante Roberto Blasi", foi lavrada a Ata pelo cidadão Ulysses Eugênio da Rosa, que foi assinada por todos os presentes. Ficou assim preenchida uma das mais antigas e justas aspirações da população ordeira e laboriosa daquela colônia (REVISTA IBIRUBÁ..., 1990, p. 09).

A presença de Firmino de Paula e de outros membros do Clube Republicano Cruz-altense demonstra a importância que a Colônia possuía para Cruz Alta. Um projeto de asseguramento de votos que talvez tenha sido ideia também de Serafim Fagundes, cooptar os colonos foi uma preocupação das lideranças políticas.

4 Considerações finais

A Colônia General Osório foi uma zona de votos ao Partido Republicano Rio-grandense de Cruz Alta, recebendo investimentos na sua infraestrutura – construção de estradas e pontes, e abertura de escolas – que garantissem o bem-estar dos colonos. Há a possibilidade da *Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA*, por meio de seu sócio

[16] *A Federação*. 23 de jul. de 1906.

o Cel. Serafim Fagundes da Fonseca, ter intermediado junto a Firmino de Paula, importante chefe republicano de Cruz Alta e da região serrana, para a compra de terras públicas próximas a Colônia. A Colonizadora através da venda de produtos de construção civil e produtos manufaturados, em paralelo o município de Cruz Alta, chefiado pelo PRR, com as construções de obras públicas, apostariam seu futuro político através do bem estar dos colonos. É possível perceber que tanto a Colônia General Osório, quanto a Colônia Neu-Württemberg eram zonas eleitorais de grande importância, por isso as lideranças locais barganhavam junto a municipalidade por melhorias nas Colônias.

Referências

CAVALARI, Rossano Viero**. A gênese da Cruz Alta**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. t. 1. v. 3. p. 129-170.

NEUMANN, Rosane M. Colonos: os "heróis do trabalho". In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane M. (Org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 484-492.

NEUMANN, Rosane Márcia. Colonizadora Meyer e Empresa Chapecó-Pepery: inferfaces. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, v. 3. p. 170-194.

NEUMANN, Rosane Márcia. Colonizadora Meyer: impasses na compra e registro de propriedade da posse boi preto e Colônia erval seco. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p.83-96, jul./dez. 2014.

NEUMANN, Rosane Marcia. Estado, colonização e intrusos no Planalto Rio-Grandense na Primeira República. In: RENK, Arlene; TEDESCO, João Carlos; WINCKLER, Silvana. **Estado, configuração da terra e conflitos agrários:** norte do RS e oeste de SC. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2019.

NEUMANN, Rosane Marcia. Terras e colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo. In.: MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (Org.). **História do mundo rural:** o sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017, p. 112-138.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932. 1. ed. São Leopoldo: Oikos/ UNISINOS, 2016. v. 1. 703p.

REVISTA IBIRUBÁ. **Pólo regional de integração**: ano 35. Rio Grande do Sul. Edição 1990.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

WITT, Marcos Antônio. Os Registros Paroquiais da Lei de Terras como fonte de pesquisa para a história da imigração. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, Colônias e colonizadoras:** aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013, v. 3. p. 41-52.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho:** 1850-1920. Ijuí: EdiUNIJUÍ, 1997.

SANTA ROSA E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO MISTA (1914)

Kalinka de Oliveira Schmitz[1]

1 Introdução

Desde que se iniciou a imigração e colonização para o Rio Grande do Sul, na segunda década do século XIX, ocorreram várias alterações nesses projetos. Os indivíduos envolvidos também foram se alterando, principalmente numa questão quantitativa, com períodos em que predominava determinada etnia que migrava para o Estado, que seguia recebendo as demais etnias, ainda que em menor número. A imigração e a colonização serviriam para diferentes interesses dos governantes.

Dentre os argumentos utilizados para a defesa da imigração e seu fortalecimento, estava o discurso de que era necessário trazer indivíduos que fossem ordeiros e trabalhadores, de maneira que pudessem contribuir de fato para o desenvolvimento da economia brasileira. É consequência disso a predileção por imigrantes europeus não ibéricos, que melhor se encaixariam no parâmetro estabelecido pelos defensores da imigração. Outro fator importante para tal, era a expectativa que esses indivíduos trouxessem consigo técnicas modernas de produção agrícola, para que aumentasse a circulação de alimentos no mercado interno brasileiro (CHRISTILLINO, 2010), que sofria com carestias e alta dos preços devido a pouca oferta.

A questão alimentícia era resultado do fato de que a maior parte da produção de alimentos era voltada para subsistência, dentro das grandes propriedades monocultoras, além da utilização de terras menos férteis para a produção de alimentos, uma vez que as terras mais férteis eram utilizadas para a produção de monoculturas que seriam posteriormente exportadas (LINHARES; TEIXEIRA, 2009). Os imigrantes que viriam, tomariam então, um espaço que os nacionais não teriam capacidade de ocupar, que era o de abastecer a população. Essa ideia deve ser debatida, principalmente se levarmos em consideração que os saberes que os imigrantes poderiam possuir, se referiam a condições climáticas e a cultivares que não necessariamente encontrariam no Brasil, fazendo necessário se adaptar a novos conhecimentos e a outros tipos de produtos.

A chegada de grande número de pessoas acabaria por aumentar rapidamente, ainda que de maneira artificial a população nacional, e consequentemente dos Estados

[1] Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, bolsista CAPES.

que seriam os receptores das levas de imigrantes que buscavam novas oportunidades no outro lado do Atlântico, e que acabavam escolhendo o Brasil como destino. Após várias décadas de imigração e do aumento artificial da população brasileira, a população colonial chegou a um estágio onde seu aumento era exponencial e poderia ser utilizado para o restante da colonização das terras rio-grandenses.

Os projetos coloniais para onde esses imigrantes eram direcionados também sofreram alterações, sendo adaptados conforme acrescia o conhecimento e a experiência sobre como seria a melhor maneira de trabalhar nesses projetos. Ainda que tenha havido projetos particulares para além dos públicos na colonização durante o período imperial brasileiro, estes eram em menor número; conforme o desenvolvimento da colonização e a rápida valorização do preço da terra de regiões circunvizinhas à projetos de colonização com bom desenvolvimento, cada vez mais a atenção de particulares se voltou para esse nicho de negócio.

2 A imigração e colonização ao longo da Primeira República

A colonização desenvolvida ao longo do período da Primeira República no Rio Grande do Sul foi diferente daquela realizada até então pelos poderes públicos, visto as influências e novas ideias que cercavam o governo estadual e aqueles que estavam à sua frente. O pensamento positivista era seguido por grande parte daqueles que compunham o governo perrepista àquela época, podendo-se destacar o diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves, positivista religioso, que imprimiu sobre seu trabalho à frente desse órgão governamental, características desse pensamento. A própria ideia de organização agrária e fortalecimento das zonas coloniais, para além de base política, eram pensadas e realizadas visando ao fim, o desenvolvimento do Estado, pautado pelo mote positivista de ordem e progresso.

Procurando organizar os trabalhos envolvendo terras e colonização no Estado, o governo cria então a Diretoria de Terras e Colonização (DTC) e suas sucursais, as Comissões de Terras e Colonização (CTC), que eram as pontas do governo e que realizavam o trabalho mais próximo dos interessados pela reorganização da propriedade da terra, nas regiões distantes da capital Porto Alegre. As CTCs não foram criadas todas de uma vez, elas iam sendo criadas conforme a colonização se expandia no Planalto, por vezes se adiantando a chegada de colonos, de maneira a conseguir realizar alguma organização do espaço agrário que deveria receber os colonos/imigrantes, além do acompanhamento dos trabalhos colonizatórios envolvendo particulares.

Através da análise da documentação produzida pelos funcionários das CTCs, onde demonstram que a criação dessas comissões se dava em locais onde estava ocorrendo ou ocorreria a colonização, e a preparação da região para a chegada de colonos (Santa Rosa), de maneira que a presença do Estado não ocorrera de maneira tardia, como Nascimento (2007) pontua em sua tese. Por outro lado, Marcio Both da Silva contesta essa visão, afirmando que

> ao contrário de ser 'tardia', a intervenção do Estado acompanhou o próprio ritmo do processo, acentuou-se na medida em que os espaços foram sendo incorporados, bem como foi proporcional à capacidade administrativa de um governo recém-formado em um regime ainda não suficientemente consolidado (SILVA, 2011, p. 237-238).

Concordamos então com Silva, pois como o autor coloca em seu livro *Babel do Novo Mundo – povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)* (2011), basta analisar a documentação que tais órgão produziam para observar a preocupação do governo em estar acompanhando de perto esse processo que consideravam tão importante para o desenvolvimento do Estado. E a criação da CTC de Santa Rosa explicita esse acompanhamento próximo, uma vez que ela é criada após a criação da colônia e o bom desenvolvimento inicial que ela estava tendo. Quando criada, ela era atendida pela CTC de Palmeira, mas conforme aumentava a sua importância, ganhou uma comissão própria.

Uma das características da colonização pública no novo regime político era a heterogeneidade incentivada na conformação étnica de seus núcleos coloniais, em consonância com os ideais da formação da sociedade brasileira, com também os imigrantes sendo totalmente absorvidos à essa sociedade, ao invés de formarem nichos étnicos com outras famílias de sua etnia, o que geraria uma dificuldade na integração com a sociedade que os recebera.

Contudo, essa forma de pensar e colocar em prática a colonização acabava por desagradar parcelas de imigrantes, que buscavam nas suas redes de sociabilidade socioculturais, apoio para enfrentar as adversidades encontradas na fixação num novo espaço totalmente diferente daquele ao qual estavam habituados na Europa. Nessa linha de pensamento crítico aos projetos de colonização mista, estava Theodor Amstad, que em seu livro *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924* (2005), escrevera que ainda que a colonização governamental pudesse oferecer vantagens para os recém-imigrados, havia também desvantagens em integrar tais projetos.

Ou seja, por mais que inicialmente os colonos imigrantes pudessem contar com suporte público – dinheiro, ferramentas, alimentos e animais –, o que poderia estimular os colonos, que teriam também longos prazos para saldar as dívidas contraídas, essas facilidades não foram mantidas. E para piorar, na visão do autor, havia "mistura étnica e confessional se constitui num dos grandes males das atuais colonizações do governo" (CEM ANOS, 2005). A proposta de colonização mista desagradava os colonos alemães, que buscariam então sair dessas colônias, ou nem adquirir lotes em núcleos com tal proposta, preferindo a colonização particular que observaria uma colonização étnica e confessionalmente identificada.

Tal posicionamento contrário à proposta de colonização mista e de defesa de uma homogeneidade étnica acaba por seguir uma linha de pensamento de superioridade do elemento imigrante, principalmente o alemão, que poderiam entregar muito mais caso pudessem manter suas especificidades socioculturais, mantendo relações com os seus.

Discursos enaltecendo os imigrantes em detrimento dos nacionais, eram observados na década de 1890 em Cruz Alta. Neumann destaca nesse sentido que "nos discursos da época, o lavrador nacional era apresentado como o símbolo do atraso, necessitando de ajuda, e o imigrante representava o símbolo do progresso" (2016, p. 54). Pensamentos como esses persistem ao longo dos diferentes momentos da colonização no Rio Grande do Sul, sendo deixado de lado paulatinamente pelas políticas públicas voltadas para a colonização, por mais que enfrentassem resistência de colonos e lideranças étnicas.

Essa preocupação com as condições de manter a germanidade dos imigrantes/colonos, se opunha à ideia governamental de fortalecimento da sociedade brasileira e do sentimento de pertencimento nacional. Esse balanço de interesses no desenvolvimento da colonização estadual se tonifica principalmente quando a colonização está próxima de sua saturação no Estado, e tem seu início no Estado vizinho de Santa Catarina, nos primeiros anos do século XX.

Esse é um período em que os núcleos que ainda tinham espaço para absorver o contingente populacional colonial dentro do Rio Grande do Sul são os projetos públicos com a proposta heterogênea, justamente o que desagradava uma parcela das famílias que poderia adquirir terras ali. Por outro lado, a colonização que estava tendo início no Estado vizinho, de iniciativa particular no oeste catarinense, possuía um caráter étnico, o que se transformava em grande atrativo para famílias colonas do Rio Grande do Sul; assim, a

migração interestadual se iniciava ante a atenção dos funcionários de Comissões de Terras e Colonização próximas ao rio Uruguai.

É nesse momento em que os antes marginalizados nacionais em zonas de colonização, passam a ser mais bem considerados; além de ser um momento em que, no Rio Grande do Sul, se fortalece a ideia de que esse grupo poderia agregar tanto quanto os imigrantes e seus descendentes ao desenvolvimento estadual pretendido, eles seriam fundamentais para a assimilação do elemento estrangeiro à sociedade brasileira, onde persistiam as tentativas de formação de nichos étnicos dentro dessa sociedade receptora. Expulsos constantemente para o assentamento de imigrantes e colonos de origem europeia por boa parte do período de colonização no Rio Grande do Sul, por não serem considerados capazes de utilizar corretamente as terras ocupadas, e principalmente, por não terem condições financeiras de adquirir oficialmente a área que ocupavam.

A partir da instauração da Primeira República, novas constatações floresceram e se fortaleceram. Dentre elas a constatação da necessidade de manejar a população colonial de maneira que fosse plenamente absorvida pela população brasileira, sem os riscos de influências de países estrangeiros dentro do Brasil. Ainda, o governo estadual precisava lidar com as consequências das políticas agrárias e de colonização do período imperial, que naquele momento se convertera no grave problema de intrusagem, fator complicador para a colonização no Planalto rio-grandense.

Desse modo, a colonização mista foi a maneira encontrada para resolver essas questões, pois contribuiria, em tese, para um maior contato de colonos com elementos tipicamente brasileiros, e conseguiria também resolver a questão das ocupações irregulares que atrapalhavam o desenvolvimento da colonização em áreas não totalmente livres.

A colonização no Planalto rio-grandense contaria então, com a presença de colonos descendentes de imigrantes, que faziam parte do processo denominado por Roche (1969) de enxamagem, que seria o deslocamento do excedente populacional da região das colônias velhas em busca de novas terras para adquirir e se manter na agricultura. Mesmo sendo expressivo o percentual dessa população nesse processo, as colônias criadas nessa região contavam, ainda que em menor número, com imigrantes.

Dentro da colonização pública mista, poderia haver variações. Dos dois principais núcleos públicos criados ao longo das primeiras décadas do século XX, a primeira, Erechim (1908), se destaca com uma preponderância de imigrantes/colonos de diferentes etnias, e em menor expressão, nacionais. Santa Rosa, 1914, objeto deste artigo, se

distingue nesse quesito, com uma preponderância de nacionais em sua formação, ainda que contasse com a chegada e instalação de colonos e imigrantes, como nos outros núcleos públicos do Planalto.

2.1 Santa Rosa e o projeto de colonização mista

Com o processo de colonização marginalizando a população nacional que não possuía condições de arcar com a regularização de seus lotes, esse grupo se via na necessidade de migrar, em busca de novas terras onde pudessem se instalar e passar a viver. Tal movimento se dirigia para zonas ainda não visadas pela colonização, mas que acabariam por sê-lo, o que geraria um novo ciclo, tal como vinha ocorrendo. Santa Rosa fora o primeiro núcleo que passou a praticar efetivamente a proposta de proteção aos nacionais, que posteriormente seria replicado por outras Comissão de Terras e Colonização.

O caráter misto na colonização pública pode ser observado nas colônias Ijuí (1890) e Guarita (1891), contrastando com colônias étnicas criadas por particulares, como Neu-Württemberg (1898). Mas é a partir da virada para o século XX que o caráter misto se fortalece, com a política de proteção aos nacionais, quando se passa cada vez mais a observar o grave problema da intrusão, e a necessidade de se colocar um fim nele.

Dos projetos públicos criados nas primeiras décadas do século XX, Santa Rosa é o projeto caracterizado principalmente pela presença de nacionais, por mais que tenha recebido também colonos e imigrantes de diferentes etnias. O sucesso desse núcleo na aplicação da política de proteção aos nacionais é observado nos números iniciais de lotes medidos/regularizados, resultados justamente da incorporação de posses até então irregulares, que foram abarcadas no projeto colonial do Estado (SCHMITZ, 2019). Sobre os nacionais que passariam a compor a população de Santa Rosa, Roche (1969) afirma que dentre eles, estariam aqueles que seriam os responsáveis por devastarem as matas da Colônia Guarani. Assim, o autor destaca que a iniciativa de incorporar esse grupo em projetos de colonização iria também contribuir para que novas terras deixassem de ser exauridas antes da chegada dos colonos.

Um fator que também pode ter contribuído as diferenças na preponderância ou de nacionais (no caso de Santa Rosa) ou de colonos e imigrantes (caso de Erechim) é o contexto mundial daqueles anos. Por mais que já houvesse tensões internacionais quando Erechim fora criada, a I Guerra Mundial eclodiu no período próximo à criação de Santa

Rosa; os anos de guerra impactaram nos deslocamentos internacionais, bem como as relações internacionais travadas entre os países, incidindo diretamente sobre a imigração.

Ainda, as tensões pré-eclosão da Grande Guerra podem ter contribuído para a saída de pessoas da Europa, que se sentiam perseguidas ou temerosas do que poderia acontecer; dessa situação podem ter fortalecido a chegada de um maior número de imigrantes em Erechim, de diferentes etnias. Dessa situação de movimentações pré-guerra, seguiu-se um período em que sair da Europa não era tão fácil, o que resultaria num menor número de imigrantes chegando nas zonas de colonização, como a de Santa Rosa.

Ocorre que, pelo papel que essa colônia desempenharia, justamente sobre um grupo populacional nativo, que não precisava realizar o esforço que os imigrantes dispendiam para atravessar o Atlântico, não foi tão sentido a possível diminuição da entrada de estrangeiros na colônia. Convém destacar, contudo, que não quer dizer que Santa Rosa não recebeu imigrantes, eles apenas não foram predominantes na composição populacional da colônia.

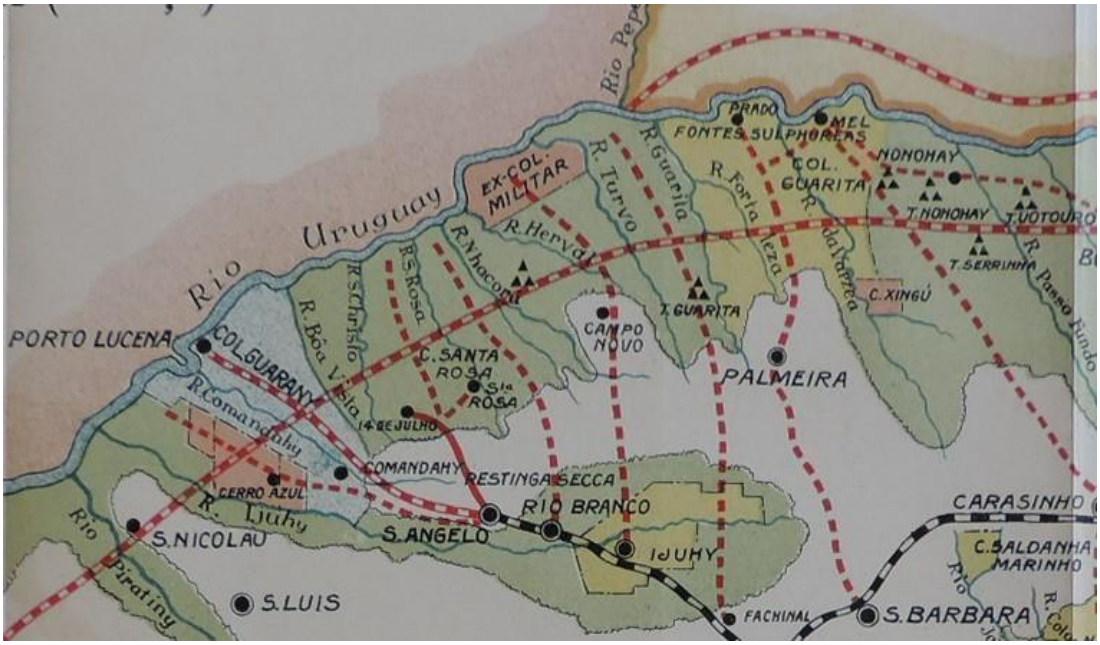
De maneira a visualizar os deslocamentos internos para colonizar zonas cada vez mais distantes dos primeiros núcleos, como São Leopoldo, fundada em 1824, o mapa a seguir mostra a região onde a Colônia Santa Rosa se localiza. Isso porque a colonização iniciada com os imigrantes alemães teve seu começo próximo a capital, o que facilitaria o escoamento de produção e o deslocamento de pessoas e informações; ter acesso garantido a centros maiores era condição necessária para que um núcleo colonial pudesse se desenvolver de maneira satisfatória. Levando isso em consideração, é natural que a expansão da zona colonial se desse de maneira gradual, de forma que os novos núcleos tivessem acesso a infraestruturas de transporte, e contato com centro maior, que suprisse as necessidades que poderiam ocorrer.

Também por isso é que núcleos criados muito distantes de centros maiores, como a Colônia Militar do Alto Uruguai, criada ainda em 1879, não conseguiram se desenvolver. Esse núcleo em questão se localizava na fronteira com a Argentina, num período em que não havia estradas de rodagem que garantissem ligação satisfatória com centros que lhes desse suporte. Esse núcleo passaria a ser responsabilidade do Estado a partir de 07 de janeiro de 1912; no relatório que trata dessa questão, é destacado que ainda que houvesse mais de mil habitantes vivendo na ex-colônia militar, não se aconselhava voltar à carga da colonização nesse núcleo naquele momento, visto a necessidade de

primeiro construir uma estrada de rodagem que ligasse esse núcleo à estrada de ferro Cruz Alta – Foz do Ijuí.[2]

O salto para o Planalto, que marca a segunda fase na colonização estadual, categorizada por Roche (1969), ainda que tenha se iniciado ainda nos últimos anos do século XIX, alcança as matas próximas ao rio Uruguai a partir da década de 1910. É a partir de então que o Estado oferece condições de infraestrutura para que projetos criados nessa região consigam se desenvolver.

Mapa 1 – Região da Colônia Santa Rosa, 1917 (recorte).



Fonte: Schema (sic) de um plano geral de viação (esboço) na zona norte do Rio Grande do Sul (zona de colonização atual e futura), organizado por Carlos Torres Gonçalves. 1917. Fonte: Relatório Secretária das Obras Públicas, 1917.

Nesse mapa podemos visualizar além da localização da Colônia Santa Rosa, a sua disposição próxima de outros núcleos coloniais, tanto públicos quanto de particulares, e como os núcleos públicos possuíam maior extensão territorial se compararmos com as Colônias Cerro Azul e Novo Xingu, projetos particulares. Ainda, é possível observar a viação que pretendia-se implementar nessa região, fosse através de viação férrea ou de estradas de rodagem, cumprindo assim, aquilo que se considerava básico para que ocorresse o bom desenvolvimento de colônias nessa região.

[2] PAROBÉ, João J. Pereira. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao exmo. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, João J. Pereira Parobé. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913.

Como exemplo principal nessa relação de infraestrutura de transporte e colonização, está a Colônia Erechim, outro projeto público, e que, muito por conta de sua proximidade com a estrada de ferro que transpassava seu território e da estação dela, teve tal crescimento que se emancipou em pouco tempo, tornando-se município apenas dez anos após a sua criação.

E ainda que não seja objetivo direto deste artigo, vale destacar a presença de vários toldos indígenas na região, demonstração de que tal área já era deveras ocupada, e que a criação de tais toldos foi uma maneira de o governo reduzir a circulação indígena, os sedentarizando, de maneira a liberar espaço para colonizar.

O rompimento desse processo de desocupação-ocupação (JACOMELLI, 2004), ocorre com o projeto de proteção aos nacionais organizado pela Diretoria de Terras e Colonização e seu diretor, Carlos Torres Gonçalves, sendo o resultado da mudança de entendimento sobre a população de nacionais que viviam no Rio Grande do Sul. Ou seja, para o processo de ocupação (colonização com colonos) ocorrer, não seria mais necessário expulsar quem já vivia na região pretendida para colonização; o processo de desocupação levava ao aldeamento dos indígenas em toldos delimitados e os caboclos seriam expulsos das terras ocupadas.

A autora, contudo, ao discutir esse processo, dá conta que os nacionais seriam expulsos, forçados a migrar em busca de novas áreas. Mas a partir da criação do projeto de proteção aos nacionais, eles deixam de ser expulsos, e passam a serem ou integrados com suas posses regularizadas em núcleos próximos, ou lhes era ofertado a possibilidade de adquirir um novo lote em colônia pública, abandonando sua posse, mas garantindo a fixação em outro lugar de maneira já legalizada.

Antes evadidos de suas posses, muitas vezes ocupadas desde muito tempo pelo simples fato de não terem meios de a manterem de forma legal, e vítimas dos interesses dos grandes proprietários em aumentar suas propriedades para o uso em projetos de colonização e do seu rápido lucro, passaram a serem atendidos em núcleos juntamente com colonos e imigrantes. Essa mudança no tratamento que recebiam dos agentes do governo, que os atendiam e regularizavam suas posses – no caso de Santa Rosa –, fazia com que famílias de nacionais de outras regiões procurassem a comissão responsável por tais núcleos para a aquisição de lotes, encerrando a reprodução dos problemas de intrusagem, que tanto preocupavam o governo.

Para que isso acontecesse, o acesso aos lotes coloniais era diferente do praticado com os colonos. Enquanto esses segundos pagavam os lotes em dinheiro, em várias

parcelas, através da dívida colonial, os nacionais, que não possuíam o aporte financeiro necessário para tal investimento, lhes era dado a possibilidade de pagamento com a prestação de serviço em obras públicas, como a construção e manutenção de estradas de rodagem, pontes e outros, quando determinados dias de serviço pagavam determinado valor do lote.

Através desse acordo, ambas as partes se beneficiavam. O nacional conseguiria se tornar proprietário legal da terra que ocupava, ou de um novo lote; o governo, por seu turno, poupava gastos com a mão de obra em serviços essenciais, precisando gastar apenas com os materiais necessários para a realização do trabalho em questão.

Os projetos públicos de colonização, que possuíam maior extensão territorial que os projetos particulares por não precisarem adquirir terras para tal, acabavam crescendo ainda mais com a regularização dos nacionais que ocupassem terras próximas. A incorporação dessas posses inflava números de Santa Rosa, fosse de número de lotes ou de população total da colônia. Breno Sponchiado (2000) destaca que quando do momento da criação da colônia, já havia na região cerca de 547 famílias de nacionais, perfazendo um número de 3.000 pessoas.

A esse grande número de famílias de nacionais que já habitavam a região, e que foram sendo incorporadas ao projeto de colonização público, acrescenta-se famílias desse grupo que se deslocavam para a região de Santa Rosa, indo diretamente ao encontro dos funcionários da CTC local para adquirir um lote já regularizado. Tal situação – nacionais indo de encontro a funcionários do governo – só foi possível após a percepção de que aqueles funcionários da comissão não iriam expulsar sumariamente quem ali já se encontrava, para que depois fossem assentados colonos/imigrantes no lugar. Essa nova confiança que surgia acabava por impedir que novas áreas próximas fossem intrusadas, numa demonstração de como esse problema poderia ser combatido.

3 Considerações finais

A colonização mista e a política de proteção aos nacionais foram as maneiras pelas quais o governo rio-grandense trabalhou para que concomitante à organização fundiária e a colonização, o problema de intrusagem, que vinha desde muito tempo incomodando as autoridades, pudesse ser resolvido.

Mas para que tal problema pudesse ser solucionado, destaca-se os trabalhos prévios das Comissões de Terras e Colonização, antes da chegada efetiva da colonização na região, de maneira que conseguisse “preparar o terreno” e esperar os colonos, de

maneira que o processo colonizatório ocorresse sem grandes percalços. Da forma como foi realizado previamente a regularização dos nacionais na colônia Santa Rosa, não havia sobreposição de problemas ou trabalhos que ocupariam muito tempo dos funcionários das CTCs, e que atrapalharia outras demandas.

Ainda que o caráter misto na colonização pública já pudesse ser observado nas Colônias criadas ainda na década de 1890, e na Colônia Erechim, iniciada em 1908, ela atinge outro patamar com a criação da Colônia Santa Rosa, por ser ali que se inicia efetivamente a inclusão de posseiros nacionais que vivessem próximos aos núcleos, e que seria aplicado em outras CTCs progressivamente. Esse fato pode, juntamente com influências do contexto global tenso que desencadearia a Primeira Guerra Mundial, explicar o porquê que a colonização mista em Erechim e Santa Rosa foram distintas, por exemplo.

Santa Rosa então, possui importante papel dentro do projeto de colonização mista; é nesse núcleo que se inicia efetivamente a inserção do nacional no processo colonizatório que ocorria, com a possibilidade pagamento dos lotes de maneiras outras que não a financeira, facilitando o acesso a um lote de terras regularizado. A mudança no entendimento sobre o papel desse elemento na colonização estadual permitiu que essa população pobre conseguisse a segurança de não ter mais que migrar conforme o avanço da colonização, sendo incorporada de vez nesse processo.

Referências

CEM ANOS de germanidade no Rio Grande do Sul, São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850- 1880). 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

JACOMELLI, Jussara. **A Atuação da Comissão de Terras e Colonização no projeto de ocupação da Região da Grande Palmeira/RS***:* 1917-1930. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2004.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **Derrubando florestas, plantando povoados***:* A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura***:* o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos. 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. **Caboclos, indígenas e colonos**: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928). 2019. p. 181. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

SILVA, Marcio Both da. **Babel do novo mundo** – povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925). Guarapuava: Unicentro; Niterói, UFF, 2011.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. 2000.. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WELCH, Clifford A. (coord.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. v. 1.

NOTAS INICIAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO PASTOR HERMANN BUCHLI E OUTRAS LIDERANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE IMIGRANTES DA REGIÃO SERRANA DO RIO GRANDE DO SUL (1900-1940)

Paulo Adam[1]

1 Introdução

De modo geral, a memória, e o imaginário, das diversas comunidades de imigrantes espalhadas pelo sul do Brasil registram uma trajetória de luta com toda a sorte de dificuldades materiais e espirituais. O associativismo, presente entre os colonos teuto brasileiros desde os primórdios nas colônias velhas, foi acionado na região serrana do Rio Grande do Sul tanto em face das carências estruturais da nova região, como para dar conta das necessidades de cunho cultural. Frente à ausência do Estado e uma infraestrutura bastante precária era de praxe entre os colonos a busca de alternativas para seus problemas de forma mais autônoma, quer individualmente, quer articulando seus laços associativos. Ou seja, o esforço organizativo dos colonos ia suprindo as carências. Isto é particularmente notável no caso das escolas, cuja falta levou a um movimento generalizado de formação de sociedades escolares, mas as iniciativas de auto-organização dos colonos se estendiam de acordo com os problemas que se apresentavam. Assim sendo, em 1912 os colonos do então 3º distrito de Ijuí, colônia publica fundada em 1890 no planalto do Rio Grande do Sul, resolvem instituir um carteiro particular incumbido de ir a vila em busca das correspondências e de distribuí-las nas linhas, sendo atribuída a função a um dos colonos que era remunerado num valor anual pelo trabalho.[2] Noutra ocasião, quando os colonos do Fachinal (parte leste de Ijuí, atualmente Ajuricaba, Ramada e adjacências) se veem apertados para saldar a dívida colonial, ou seja, o pagamento dos lotes, por conta das más colheitas, cerca de 80 deles se reúnem na propriedade de Francisco Prauchner para organizar um abaixo-assinado a ser enviado ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, em que solicitaram uma prorrogação do prazo.[3] Mais adiante, na década de 20, frente ao que parecia uma necessidade de promover um avanço cultural e tecnológico, e para isso buscando a introdução de novos métodos

[1] Doutor em História, pesquisa temas da história social e regional como imigração e colonização, história rural e o universo colonial da região serrana do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Membro do Núcleo de Estudos de História da Imigração (NEHI). É professor no Instituto Federal Farroupilha/IFFAR – Campus Panambi. E-mail: pauloadam2@gmail.com.
[2] Jornal *Die Serra Post* de 19.04.1912. Versão traduzida. MADP.
[3] Jornal *Die Serra Post* de 26.06.1912. Versão traduzida. MADP.

de produção e a formação de técnicos mais qualificados, uma incipiente União Colonial do Cadeado (hoje Augusto Pestana), deu largada a iniciativa da formação de uma estação experimental voltada para o desenvolvimento agrícola e que veio a ser conhecida como Colônia Modelo, efetivamente criada em 12 de setembro de 1928.[4] Esta organização seria "custeada pelos agricultores" ainda que se buscasse também o patrocínio e a subvenção da Intendência Municipal.[5]

Quando o cenário político do Rio Grande do Sul entra em um período turbulento nos anos de 1890, e depois em 1923 e 1924, a articulação dos colonos em prol da defesa de suas vidas e seus bens, organizados em núcleos de autodefesa, fez brotar uma variante bastante específica de associativismo, as *Selbstschutzvereine*, ou Sociedades de Autodefesa (ADAM, 2021). Mas para além disso, foi comum na região todo o tipo de associações para dar conta das necessidades materiais e culturais desta população migrante, notadamente no campo educacional, religioso, da produção e do lazer.

Neste contexto, em que o enfrentamento da penúria material ocorreu ao lado, e não isento de contradições, da construção cultural de identidades sociais, étnicas e religiosas, foi de importância crucial a atuação de um bom número de lideranças, exercendo múltiplos papéis, como articuladores ou organizadores, ou como formuladores de ideias, práticas e iniciativas, e cujo trabalho constitui-se em vetor na materialização de um sem-número de iniciativas comunitárias e associativas. Destes, foram apartados para análise alguns sujeitos, principalmente o Pastor Hermann Buchli, além do Pastor Hermann Faulhaber, o Padre Lassberg e o jornalista Robert Löw, com intuito de serem estudados como forma de obtenção de alguma claridade sobre este processo.

2 Líderes e intelectuais étnicos na região serrana do Rio Grande do Sul

Existem diversas formas de conceituar e categorizar as lideranças que emergem entre os imigrantes[6]. Mas conforme o historiador Xosé Manoel Núñes Seixas (2006, p. 23), também há "um certo consenso epistemológico em identificar (...) a natureza da liderança com o exercício de funções diretivas em instituições [ou organizações] étnicas".

Em seu escrito, sistematizando um pouco do estado da arte acerca da questão das lideranças em meio as populações de migrantes na América, Seixas (2006, p. 21-23)

[4] Jornal *Correio Serrano* de 18.09.1930. MADP.
[5] Jornal *Correio Serrano* de 03.04.1930. MADP.
[6] Cumpre informar que parte desta discussão foi realizada por ocasião de um estudo anterior: Adam, 2021.

retoma os estudiosos W. F. Whyte, G. Myrdal e J. Higham e as suas formulações em torno da liderança étnica. Para Whyte, a característica mais importante do líder seria a capacidade de atuar em meio ao grupo, tomando as decisões mais adequadas nos momentos nevrálgicos, sendo que os melhores líderes seriam naturalmente os profissionais liberais e os comerciantes, não tanto por estarem experimentados na tomada de decisões, mas porque romperam o processo de guetização a que estão submetidos muitos grupos e possuíam uma influência que era maior externa do que internamente.

Para Myrdal constitui-se como um líder todo aquela pessoa que experimentara uma ascensão social, tornando-se 'notável'. Diferencia ainda a liderança em dois tipos básicos: de acomodação e de protesto. Os do primeiro tipo atuariam numa maior adaptação do grupo a ordem existente, enquanto os de protesto buscariam uma transformação da organização social, como forma de romper os limites ao seu grupo. Higham identifica como líderes todos aqueles que exercem uma influência decisiva sobre seus conterrâneos imigrados em um contexto de questões comuns. Mas elabora uma tipologia mais complexa da liderança tomando a hierarquia interna dos grupos imigrantes, em três formas: a liderança recebida (investida), a interna e a de projeção. A recebida seria bastante comum nos tempos primordiais da instalação das comunidades coloniais, quando seu processo de estruturação ainda estava engatinhando e as lideranças eram em geral as que vinham da sociedade matriz, não por acaso com grande importância para o clero, pastores e padres que vinham junto ou foram enviados em seguida. Ou seja, a legitimação da liderança é externa. Por sua vez, lideranças internas são aquelas forjadas no processo de instalação na nova terra. Desfrutando inicialmente das mesmas condições que seus pares, após terem alcançado formas de ascensão social e tornarem-se portadores das demandas dos seus grupos, convertem-se em seus representantes tanto interna como externamente.

Aos líderes internos cumprem quatro papéis: o primeiro, de proporcionar bens e serviços de natureza econômica ou cultural (religiosos principalmente, mas não só) por vias formais e organizadas (formas associativas) ou mesmo informais; o segundo, servir de catalisadores das necessidades de sociabilidade e expressão dos grupos, atuando na constituição de espaços e organismos formais desta expressão (como uma imprensa) ou informais; o terceiro, atuar no estabelecimento ou manutenção de laços com a sociedade matriz, atuando na formação de círculos formais ou informais para a estruturação destes laços; e o quarto papel seria de atuar no desenvolvimento do grupo de pertencimento colaborando na sua constituição como coletividade étnica, cuidando do seu prestígio e

respeitabilidade externa. Por fim, a liderança de projeção se refere aqueles indivíduos que surgiram no grupo, mas que desenvolvem uma trajetória para além dele, mantendo uma relação mais simbólica do que efetiva. Assim sendo, Seixas considera que a tipologia de Higham, mais complexa e operacional, é de fato a mais utilizada na interpretação dos processos de imigração e colonização por sua grande aplicabilidade na multiplicidade de contextos históricos formados na América.

Mais recentemente, o estudo de Regina Weber (2014, p. 714),[7] chama a atenção para "um gênero de lideranças étnicas que tem papel tanto na formulação simbólica do grupo, quanto na defesa de interesses e direitos". Inicialmente, trata de duas figuras teóricas: do líder étnico enquanto dirigente, ou notável, e do líder étnico enquanto agente ou mediador, noção também próxima de intelectual étnico. Vários são os estudos que bem exemplificam os dirigentes étnicos geralmente como figuras escoradas no poder econômico ou político, imigrantes que triunfaram em seus negócios e partir desta situação econômica, são prestigiados e reconhecidos enquanto líderes de organizações étnicas. São situações em que a reputação pública era uma consequência senão do enriquecimento, ao menos de uma certa estabilidade financeira e um lugar social consolidado.

Diferentemente, os agentes étnicos se tornam referência não tanto por suas qualidades econômicas, posses, negócios, ou mesmo proeminência política, dada pela ascensão a cargos públicos, mas por seu trabalho de promoção dos grupos dos quais são egressos. Um aspecto que talvez seja meio comum a todos, o acesso a um nível de educação um pouco maior que seus pares acompanhado de um bom trânsito no universo mais letrado. Numa aproximação com Bourdieu (1989, p. 161), o agente atua no processo de fabricação do sujeito coletivo que ocorre na esfera cultural, uma ficção social, construída por "um imenso trabalho histórico de invenção teórica e prática". Numa aproximação com Gramsci (1995, p. 3), e o seu conceito de intelectual orgânico, a função destes agentes é dar ao grupo "homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político". Thompson (1987, p. 343) também reflete sobre a importância de intelectuais e uma cultura intelectual dentro dos grupos como forma de sedimentar os processos de sua construção. Assim, este estudioso atribui qualidades intelectuais não só a pensadores originais ancorados em metodologias científicas e reconhecidos no meio acadêmico, mas aqueles capazes "de

[7] Na sequência, apropriou-se bastante da discussão de Weber. Como havia acesso as obras originais dos autores mencionados, foram assim referenciados, mas cumpre informar que foram citados pelo texto da professora Regina Weber.

articular experiências diferentes, dando-lhes uma síntese que é expressa em um discurso comum que é reconhecido por aqueles aos quais se destina" (WEBER, 2014, p. 715).

Por fim, é bastante pertinente a observação de Seixas (2006, p. 33) de que os líderes étnicos atuaram em campos 'pluri-funcionais' e/ou 'multi-organizativos', ou seja, um mesmo sujeito atua, concomitantemente ou em tempos diferentes, desempenhando papéis sociais, culturais ou políticos. Trazendo para o contexto em estudo, é possível perceber que as lideranças que atuaram diversas organizações associativas que pipocaram na antiga região serrana do Rio Grande do Sul podem ser pensados em alguma variante de liderança étnica, e dependendo das condições, do lugar e do tempo, são encontrados desempenhando algum dos papéis de liderança ou mesmo intelectuais étnicos. Muitos, talvez a maioria, são dirigentes étnicos, cujo prestígio está visivelmente alicerçado no progresso econômico ou na ocupação de uma função pública. Na região colonial, principalmente comerciantes, alguns envolvidos em alguns incipientes empreendimentos industriais, como as refinarias de banha, ou ainda os chamados colonos fortes, possuidores de bons ou vários pedaços de terra. Interessante observar aqueles envolvidos no empreendimento da colonização, campo de boa proeminência econômica e social senão política, mas também lugar de exercício de uma liderança recebida bastante peculiar. Mas os mais importantes talvez tenham sido os agentes ou intelectuais étnicos. Estes conjugam práticas ('ações') com o universo da representação e do simbólico, "fundamentam, reforçam e propagam identidades étnicas", e são também "personagens presentes em entidades associativas ou grupos de mobilização, responsáveis também pela expressão verbal da visão simbólica que delineia o que se supõe seja o conjunto abrangido por estas representações" (WEBER, 2014, p. 727-728).

Isto posto, passar-se-á a descrever um pouco da trajetória dos quatro personagens mencionados. Destes, um leigo, advogado formado, Robert Löw, fez do jornalismo o seu campo de atuação profissional, ainda que o comércio também fizesse parte de suas atividades. Os outros três são religiosos, mas dois, o Padre Max von Lassberg e o Pastor Hermann Buchli, de fato atuaram exclusivamente neste campo como sua ocupação profissional, enquanto Hermann Faulhaber, formado em instituições de ensino confessionais na Alemanha, e tendo atuado como ministro religioso naquele país e no Brasil, ao mesmo tempo que mantinha um trabalho no magistério, acabou abandonando a função sacerdotal quando aceitou o cargo de diretor de uma empresa colonizadora. Mas em todos os casos, estes sujeitos não ficaram de forma alguma circunscritos aos limites de seu exercício profissional. Foram líderes comunitários.

Max von Lassberg, padre jesuíta, nasceu em 13 de fevereiro de 1857 no então Reino da Baviera, que hoje constitui a Alemanha, e foi enviado para a Missão do Sul do Brasil onde chegou em 1886. Lassberg demonstrou grande interesse pelos assuntos religiosos e foi ordenado padre jesuíta no ano de 1888, na cidade de Montevidéu no Uruguai. Outros inúmeros religiosos vieram para o Brasil no período de que vai da segunda metade do século XIX até o primeiro terço do século XX, entre eles os padres Theodor Amstad, que chegou em 1887, e Johanes Rick, chegado em 1902. Estes três, considerando o universo de confessionalidade católica, por seu envolvimento com a problemática social e econômica da região colonial, são também conhecidos como *'pater colunoran'*, ou 'pais da colônia'. Como sacerdote, Lassberg participou ativamente da vida da comunidade teuto brasileira católica, na qual atuou como guia espiritual e mentor. Acabou conhecido no meio colonial e tornou-se uma referência para os imigrantes alemães no Brasil.

Na primeira metade do século XX, Lassberg foi particularmente notado por seu envolvimento na implantação e consolidação de projetos de colonização, tendo colaborado para a implantação das colônias de Serro Azul no Rio Grande do Sul, sob os auspícios da *Bauernverein*, Porto Novo em Santa Catarina, mais precisamente em 10 de abril de 1926, já no contexto da *Volksverein*, e San Alberto e Puerto Rico na Argentina (LASSBERG, 2002). As colônias velhas do Rio Grande do Sul viviam um processo de contínua migração levando boa parte dos colonos a partirem em busca por mais terras a medida que as suas degradavam e não podiam arcar com o sustento de uma população crescente. O processo de marcha para o planalto, exacerbada pela febre da emigração, como a chamou Amstad (1999, p. 131), pode ter contribuído na percepção de que a igreja, e não só a católica, deveria, de alguma forma, acompanhar este processo, que de certa forma constituía uma questão social, para não perder sua proeminência. A bastante conhecida história contada pelo jesuíta Lassberg (2002), desalentado frente ao fato de que um paroquiano seu deixara de comparecer a missa para acompanhar o enterro de um vizinho protestante, sinaliza a preocupação da Igreja, e talvez não só da católica, com a questão da manutenção de laços religiosos na região colonial. Interessante contrastar a reflexão de Umann (1981, p. 61), quanto a importância dos laços de vizinhança: "não se perguntava pela crença que cada um professava, se católico, protestante ou livre pensador. Éramos colegas de profissão, e nos auxiliávamos onde e quando necessário".

Hermann Buchli foi um pastor do então Sínodo Riograndense que atuou no sul do Brasil do início do século até 1940, ano em que faleceu. Dele pouco se sabe e não parece

ter sido objeto de algum estudo mais aprofundado. O arquivo histórico da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), sucedânea do Sínodo, guarda duas pastas com o nome de Buchli, cujo conteúdo permaneceu inexplorado. Quando da Revolução de 30 teria sido um dos três pastores do Sínodo Riograndense que embarcaram junto com as tropas revolucionárias que partiam do estado rumo à capital (GERTZ, 2002, p. 88).

É incerta a chegada de Buchli ao Brasil, mas em 1902 é possível encontrá-lo trabalhando em Santa Catarina, onde, entre 1902 e 1905, foi o primeiro pastor a atender as comunidades teuto-brasileiros protestantes na região de Criciúma (STOER, *s/n*). Em 1905, transferiu-se para a região de Cachoeira, no Rio Grande do Sul, ali permanecendo ao menos até 1917. Em 1926 está em Sarandi, na região do planalto, trabalhando como titular do Pastorado da Colonização e Imigração, permanecendo na região até 1940. A exemplo dos católicos, a instituição deste pastorado foi a estratégia adotada pelo Sínodo Riograndense para acompanhar os seus membros no processo de diáspora que os teuto brasileiros viviam desde o final do século XIX em busca por terras, de modo que decidiu acompanhá-la primeiro com pastores itinerantes (WITT, 1996) e criando um pastorado da colonização num segundo momento, sediado em Montenegro e posteriormente em Sarandi (DREHER, 1981). Não parece ser um disparate apontar que o trabalho neste pastorado, com suas especificidades, punha Buchli no trato de diversos aspectos da problemática social e econômica da colônia e não por acaso na recém-constituída Liga das Uniões Coloniais Riograndenses, formada em 1928 na cidade de Santa Maria para defender os interesses dos colonos, o pastor exercerá por dois mandatos o cargo de secretário.

Uma figura proeminente dentre os colonos do planalto era o imigrante Robert Löw, tanto por sua elevada escolarização como pela produção de um material reflexivo que ganhou publicidade por meio dos veículos de imprensa de sua propriedade – os jornais *Serra Post* e *Correio Serrano*. Löw nasceu em 1872 na cidade de Praga, então parte da Áustria, e faleceu em Ijuí no ano de 1943. Formando-se em Direito pela Imperial Universidade Alemã de Praga, deixou a Europa em 1900 e migrou para o Brasil. Perambulando pelo Rio Grande do Sul, esteve em vários lugares, como Pirapó, e exerceu diversas ocupações, quase sempre no jornalismo, ainda que tenha logrado obter a habilitação para o exercício da advocacia em terras brasileiras. Por dois anos dirigiu em Porto Alegre o '*Koseritz Deutsche Zeitung*', jornal outrora fundado por Carlos Von Koseritz. Em 1911 Löw fundou seu próprio jornal, sediado em Cruz Alta, o *Die Serra Post*, voltado para a população migrante de fala alemã, transferindo-o em 1912 para Ijuí,

onde o instalou junto a Praça da República, com uma livraria e uma tipografia anexas. Em 1914 Robert Löw viajou para a Europa com o intuito de comprar equipamentos gráficos, mas por conta da Primeira Guerra Mundial, lá permaneceu 5 anos, sendo convocado para o exército austro-húngaro. Neste período o jornal permaneceu com a esposa, Júlia Löw, e o gerente, que movidos pelas restrições linguísticas durante o conflito, decidiram publicá-lo em português, com o nome de Correio Serrano. De volta ao Brasil, Robert Löw manteve os dois jornais. Ainda que em 1928 seu filho, Ulrich Löw, tenha assumido a direção dos jornais, Roberto Löw continuou muitos anos como editor e escrevendo artigos nos dois jornais e no *Serra Post Kalendar,* um anuário com informações diversificadas, mas com importante aporte de conteúdo local, discutindo a problemática local (BINDÉ, 2012, p. 150-153.).

Robert Löw foi ativo no associativismo. Antes de radicar-se em Ijuí, estivera envolvido no desenvolvimento da *Bauernverein*, na qual palestrara em alguns dos seus congressos, em geral versando sobre o desenvolvimento agrário e agrícola (RAMBO, 1988, p. 118-150). Este envolvimento continuou em Ijuí, onde atuou na formação e desenvolvimento de muitas organizações locais. Presidiu, por exemplo, ainda 1912, a criação da Sociedade Escolar Alemã, que assumiu a antiga escola paroquial mantida pela comunidade evangélica luterana, da qual fazia parte, e colaborou também na organização de um hospital comunitário. Particularmente, o desenvolvimento agrícola da região do planalto desde logo tomou a atenção de Robert Löw, a exemplo de outros articulistas do *Serra Post*. Isto é perceptível pela sua participação na formação de duas outras importantes entidades destinadas a alavancar o progresso nesta área: uma sociedade agrícola, chamada de *Bauernhilfe* e uma estação experimental agrícola, a já referida Colônia Modelo.

Em 1923, Löw, que combatera na Primeira Guerra Mundial no exército austro-húngaro, compõe a diretoria da organização de autodefesa da Vila Ijuí na função de secretário. Portanto, não é nada estranho constatar que havia algum tipo de articulação que passava, no caso de Ijuí, pelo *Serra Post.* Pelo menos em 11 de janeiro de 1924 o jornal publicava a solicitação dos *Selbstschutz* de Ramada e Linha 16 no intuito de que o jornal se empenhasse em juntar e disponibilizar endereços das outras organizações, informações que serviriam "para tratar de uma eventual união das organizações de autodefesa".[8] Assim sendo, além do seu proprietário integrar a diretoria da autodefesa da

[8] Jornal *Die Serra Post* de 11.01.1924. MADP.

Vila, a redação do veículo de imprensa funcionava para dar fluxo na troca de materiais e informações entre as organizações do município e, talvez, com as de fora dele.

Hermann Faulhaber foi contratado pela Colonizadora Meyer, juntamente com sua esposa Marie Faulhaber, para atuar na dupla função de pastor e professor na principal colônia da empresa, Neu-Württemberg (hoje Panambi). Encerrado o termo inicial, Faulhaber foi guindado pela Colonizadora, no ano de 1909, para a função de Diretor da Colônia, na qual permaneceu até sua morte, ocorrida em 1926. Conforme Eugen Leitzke (*s.n.*) Hermann Faulhaber, para atender a incipiente comunidade, tanto como pastor e depois como diretor da colônia, foi um incentivador do associativismo. Neste intento, encontrou receptividade num movimento existente entre os colonos, e convergindo o apoio da colonizadora e o incentivo do pastor, uma associação de agricultores surgiu em 1º de março de 1903, conforme registrou o próprio Hermann Faulhaber: "após o culto, no prédio da escola, realizou-se uma assembleia com a finalidade de fundar um *Bauernverein*" (LEITZKE, *s.n.*).

Neumann (2018, p. 200), evidencia bem o papel de liderança exercido por Faulhaber no âmbito da Colônia por conta da função que ocupava:

> é o personagem central da colônia, responsável pela sua administração e o intermediário direto entre os colonos e o governo, nas colônias públicas; e nas colônias particulares, entre os colonos e a empresa de colonização; os colonos e o representante da colonizadora frente ao Estado; e, em se tratando de imigrantes, o consulado. Cabe ainda ao diretor organizar o cotidiano da colônia, resolver as pendências com/e entre os colonos, apaziguar conflitos familiares, atritos entre vizinhos; resolver questões de divisas e medições das terras, negociar dívidas, responder processos judiciais; contratar ou demitir pastor, padre, professor, médico, agrimensor; equilibrar os interesses da empresa de colonização ou do Estado com as demandas dos colonos. Enfim, as tarefas atribuídas ao diretor eram múltiplas, mas, em síntese, consistiam em manter e restabelecer a ordem, visando o bom andamento da implantação da colônia e o seu desenvolvimento.

Esta liderança acabava não se limitando ao espaço da colônia particular que dirigia, mas se via ampliada ao contexto colonial do entorno próximo e mais distante:

> Ocupar a função de diretor, por outro lado, representava status social, pois lhe concedia uma posição de poder, ampliava os seus espaços de circulação e suas redes sociais. Conhecer as leis, os contratos de compra e venda de terras, intermediar a venda da produção, negociar com as autoridades governamentais, colocava-o em uma situação chave na colônia. O prestígio e as redes sociais tecidas extrapolavam os limites da colônia, e o nome do diretor tornava-se a referência ou mesmo nomeava o projeto da colônia (NEUMANN, 2018, p. 201).

Segundo o estudo de Rosane Neumann (2016, p. 176) também demonstra, outro aspecto do trabalho de Faulhaber foi o empenho pela rede escolar da colônia, também

organizada associativamente. Ainda que a implantação de uma escola estivesse nos planos da colonizadora, a presença de Faulhaber mostrou-se crucial na dinamização de um pequeno sistema escolar que na década de 20 alcançava seis sociedades escolares atendendo uma frequência de mais ou menos 470 alunos e contando com a atuação de 9 professores. Destas escolas, a maior era a da vila Elsenau (sede da colônia), com 157 alunos e com 4 professores, e que também supervisionava pedagogicamente as demais. Em 1920, as sociedades formaram a Junta Escolar de Neu-Württemberg, ou o *Deutschebrasilianischer Schulverband Neu-Württemberg* como também era conhecido e juntas, naquele ano, computavam 277 colonos associados. Durante muitos anos esta rede se manteve funcionando com os recursos dos colonos, mediante a taxa escolar, a subvenção da colonizadora, o maior montante na verdade dos seus recursos, e algumas verbas enviadas pelo Império Alemão, que apesar da 1ª Guerra, ainda chegaram em 1918 e 1919, para serem utilizadas na construção de prédios escolares.[9] Mas estas duas últimas fontes foram paulatinamente diminuindo e as taxas cobradas dos associados precisaram ser majoradas. Faulhaber foi o responsável pedagógico da *Stadtplatzschule* (a escola da sede da colônia) e das escolas que se espalhavam pelo interior e dentre suas iniciativas esteve a introdução do português no currículo da escola da sede. Atuando na elaboração de material didático, confeccionou também um manual para uso nas escolas primárias. Acumulando a direção da Colonizadora, a função de professor e a presidência da Sociedade Escolar por todo o período, era ágil em encaminhar problemas e soluções, assim como acomodar decisões e ações entre as duas organizações.

Em 1912 foi fundada a Liga das Sociedades Escolares Alemãs-Evangélicas da Serra, ou *Verband der Deutsch-Evangelischen Schulen auf der Serra*, ou mais simplesmente Associação Escolar da Serra. A assembleia que decidiu pela sua fundação, ocorreu em 16 e 17 de novembro, na sede da Associação Agrícola (provavelmente a *Gemeinnützige Landwirtchaftliche Verein*, futura Sociedade Ginástica de Ijuí - SOGI*)*, e contou com a presença de representantes de 20 sociedades escolares de boa parte da região do planalto. Das figuras de influência que se podem ser citados neste empreendimento estão, dentre outros, Hermann Faulhaber e Robert Löw.

A amizade de Hermann Faulhaber e Robert Löw possibilitou a troca de experiências e gêneros, como insumos médicos, em várias ocasiões, como naquela em que a falta de soro antidiftérico, usado no combate a difteria, doença mortal na época, se

[9] Livro de Atas da Sociedade Escolar de Neu-Württemberg. MAHP.

fez notar em Ijuí. Uma criança de seis acometida pela difteria foi salva em abril de 1912 pela aplicação do remédio, que chegara em Ijuí pelas mãos de Robert Löw, que o recebera de Hermann Faulhaber. Faulhaber, face um surto de difteria na colônia vizinha, comprara uma boa quantidade do soro, e o tendo sobrando, cedera um tubo a Löw.

É inquestionável que Faulhaber ocupou um papel de destaque dentro do projeto da colonização e da germanidade, ainda que tenha atuado de forma discreta e mais nos bastidores. Por outro lado, não era um grande orador, nem um intelectual atuando em formulações teóricas, mas destacava-se como "articulador de base para a execução deste projeto maior (NEUMANN, 2016, p. 178-179). Era, portanto, mais um organizador prático do que um formulador.

Em face do acontecimento da falta de soro antidiftérico, Robert Löw escreveu um artigo tecendo comparações entre as duas colônias e questionava como era possível que a então pequena colônia de Neu-Württemberg estivesse suprida de vários itens, como o referido medicamento, enquanto este inexistia em Ijuí. Respondendo a própria pergunta, Löw afirma que a diferença estava no empenho dos colonos locais, que cooperavam uns com os outros e por meio de sua associação, supriam a pequena localidade daqueles instrumentos necessários, como o de um hospital, que provavelmente construiriam sem demora. Termina exortando os colonos locais para o cumprimento daquilo que categorizou como 'suas obrigações sociais'.[10]

Na década de trinta, quando os problemas da agricultura colonial começam a aparecer, e suas consequências se fazem sentir no tecido social da região, Löw escreveu algumas ponderações nas páginas do Correio Serrano. Numa delas salienta que "[...] não estará demais insistir nesta tecla, é que nossos agricultores deverão, cada vez mais, procurar perfeccionar as culturas, oferecendo produtos de alta qualidade e adequados, de forma a usufruir deles o máximo de rendimento de numerário". Continuava a reflexão afirmando que "advém a necessidade de que os nossos colonos estejam aparelhados [...] cumprindo-lhes primar na seleção das sementes e nos cuidados indispensáveis que devem ser dispensados as culturas".[11] Em outro artigo apontava que a solução para o brete da economia colonial, pouco desenvolvida e dependente de um ou dois produtos, sem um deles a banha de porco, estava na diversificação e na qualificação técnica: "a luta pela vida e a consequente luta pelos mercados, é cada vez mais ativa. O porvir não deve nos

[10] Jornal *Die Serra Post* de 12.04.1912. MADP.
[11] Jornal *Correio Serrano* de 16.06.1934. MADP.

encontrar dedicados exclusivamente a um ou dois produtos".[12] E completava sua análise salientando que em matéria de cultivo, "estamos atrasados, não só na falta de técnica dos nossos produtores, senão, e principalmente na pouca variedade". Lista, então, alguns produtos que poderiam ser cultivados pelos colonos, de modo a auferir "melhores proventos": os feijões branco, cavalo e mulatinho, além do preto, as ervilhas, as favas, que obtém "preços bem remuneradores".

A centralidade da ação da Colônia Modelo, organização que mereceu a atenção de Roberto Löw na sua formação e desenvolvimento, em torno da suinocultura rendeu ainda em 1934 uma forte crítica nas páginas do Correio Serrano. Não querendo pôr em "dúvida os excelentes serviços prestados por aquela organização na melhoria dos rebanhos vacuns e suínos", inclusive reconhecendo que a "distribuição de animais caprichosamente selecionados entre os colonos produtores de banha e leite, tem produzido excelentes resultados", o articulista, provavelmente o próprio Löw, aponta que os setores em que "a ação da colônia modelo tem sido lenta, não correspondendo, ao que parece, as suas verdadeiras finalidades, é na agricultura e na avicultura". Neste sentido, cobra da entidade um trabalho mais forte na questão dos grãos "com o fim de vendê-los por preços razoáveis aos colonos", e a realização de "estudos experimentais sobre cereais e gramíneas", e o mesmo em relação a avicultura, "procurando introduzir no município raças apuradas e que mais se adaptem a produção de ovos e carne". Provavelmente tendo claro o desembocar da crise da banha, o articulista recomendava à Colônia Modelo "dedicar maior atenção aos demais ramos das indústrias rurais".[13]

Como é sabido, Lassberg percorreu grandes distancias no lombo de mula para atender as suas comunidades, sendo ainda lembrado como apreciador da natureza e preocupado com as transformações que a ocupação humana, já na primeira metade do século XX, vinham ocasionando na região serrana (LASSBERG, 2002; JUNGBLUTT, 2018). Sem descartar um uso racional dos recursos naturais, Lassberg se via ressentido com uma ocupação predatória em que as comunidades acabavam por desconsiderar os benefícios que o ambiente oferecia, notadamente as florestas em prol de um uso econômico de curtíssimo prazo, mas insustentável no médio e longo. Algumas destas preocupações transparecem nas suas palestras nos congressos da *Bauernverein* – Associação Riograndense de Agricultores, como nesta transcrição: "demonstra a ciência,

[12] Jornal *Correio Serrano*. Edição de 05.12.1934. MADP.
[13] Jornal *Correio Serrano*. Edição de 21.02.1934. MADP.

esse tipo de cobertura vegetal favorece sobremodo a pureza do ar, a regularidade das chuvas, o controle do granizo, a conservação do clima, o equilíbrio, do calor e do frio, a formação de fontes e de mananciais de água, a proteção contra enchentes e a inestimável riqueza que uma floresta representa quando racionalmente explorada e utilizada" (RAMBO, 1988, p. 176-177).

Como é sabido, Lassberg percorreu grandes distancias no lombo de mula para atender as suas comunidades, sendo ainda lembrado como apreciador da natureza e preocupado com as transformações que a ocupação humana, já na primeira metade do século XX, vinham ocasionando na região serrana (LASSBERG, 2002; JUNGBLUTT, 2018). Sem descartar um uso racional dos recursos naturais, Lassberg se via ressentido com uma ocupação predatória em que as comunidades acabavam por desconsiderar os benefícios que o ambiente oferecia, notadamente as florestas em prol de um uso econômico de curtíssimo prazo, mas insustentável no médio e longo. Algumas destas preocupações transparecem nas suas palestras nos congressos da *Bauernverein* – Associação Riograndense de Agricultores, como nesta transcrição: "demonstra a ciência, esse tipo de cobertura vegetal favorece sobremodo a pureza do ar, a regularidade das chuvas, o controle do granizo, a conservação do clima, o equilíbrio, do calor e do frio, a formação de fontes e de mananciais de água, a proteção contra enchentes e a inestimável riqueza que uma floresta representa quando racionalmente explorada e utilizada" (RAMBO, 1988, p. 176-177.

Nos anos trinta, um cenário de esgotamento do solo era visível e uma crise econômica não causa surpresa se colocado em paralelo ao diagnóstico de Lassberg: "Muitos colonos derrubaram a mata sem nenhuma medida, para em seguida se verem forçados e irem embora por causa da fertilidade do solo. A terra foi devastada e uma floresta, no sentido legítimo do termo, não se recompõe espontaneamente" (RAMBO, 1988, p. 178).

Dois textos permitem perceber como algumas das preocupações de Hermann Buchli transcendiam um cunho meramente religioso e passaram a abarcar questões de natureza mais social e econômica. Num deles, '*Kirche und soziale Nöte*', que de maneira simples poder-se-ia traduzir como 'igreja e a questão social', Buchli reflete sobre a incômoda situação que se veria uma igreja que passasse pelo mundo sem sentir alguma reação em face da "miséria terrena e pela preocupação de seus escravos", e por isso, "ficaria profundamente envergonhada do bom samaritano" (BUCHLI, 1936, p. 92-93). Assim, Buchli parece entender que a existência da Igreja se dava de forma indissociável

das questões materiais que influenciavam a vida dos seus membros, no caso os colonos teuto brasileiros. E referência uma série de iniciativas que marcaram a existência do Sínodo Riograndense no sentido de prover aos seus membros mais do que conforto espiritual, mas articulá-los na consecução de iniciativas que supriam estas carências efetivas, materiais, organizativas e econômicas. Na sua visão, e sem dúvida relacionado ao pastorado do qual era titular, o trabalho da igreja também devia se conectar com a instalação de escolas, de hospitais e asilos além de "uma boa terra com um futuro econômico".

Nos anos trinta, confrontados por uma crise econômica que ganha corpo na queda do preço da banha, um movimento associativo dos colonos articulado na União Colonial vai apostar no cooperativismo e numa organização de nuances classistas como a forma de escapar do embretamento que a economia colonial se via colocada. Neste movimento Buchli se irmana e atua como um dos seus articuladores, além de explicar aos leitores do *Jahrweiser*, em sua maioria colonos evangélico-luteranos, os motivos e os fins da nova organização:

> A angústia da época nos uniu na Liga. A crise econômica em todo o mundo também está ameaçando seriamente a vida econômica de nossa zona de colônia. A luta pela existência está ficando mais feroz. Grupos de interesse, chamados de trustes, estão se formando por toda parte, que zelam por seus próprios interesses com perseverança implacável, sem perguntar se estão privando os outros dos frutos de seu trabalho. É por isso que a população da colônia também deve formar uma frente defensiva que seja abatida para poder perseguir com sucesso seus interesses. As principais tarefas que a atual conjuntura econômica nos impõe, só podemos resolver juntos. Existem perigos para a agricultura e a pecuária, que só podemos combater com forças combinadas (BUCHLI, 1932, p. 113).

Frente a desafios práticos de organização social, o sacerdote, naquele momento, não parece ter dúvidas: "O navio de nossa vida econômica navega com ventos adversos. Vamos esperar até a tempestade chegar?" (BUCHLI, 1932, p. 115).

3 Considerações finais

Ainda que o contexto de espaço – a grande região serrana do Rio Grande do Sul, e de tempo – a primeira metade do século XX, remeta a elementos comuns, e semelhanças possam ser apontadas, o papel de liderança exercido por estes quatro sujeitos, tomados para análise com certo grau de aleatoriedade, não se enquadra em modelo único. A atuação de cada um apresenta especificidades em vários aspectos. Foram, conforme avalia Seixas (2006, p. 33), 'pluri-funcionais' e/ou 'multi-organizativos'.

Embora existam umas quantas nuances quanto as suas motivações, os resultados alcançados não estejam no escopo desta análise, e a perspectiva de abordagem seja própria de cada um, parece ser possível apontar dois elementos que parecem permear a ação dos quatro: estão todos envolvidos com a concretização de um sistema mais comunitário e com esforços organizativos com fins materiais e econômicos a alicerçar esta perspectiva.

Referências

ADAM, Paulo Rogério Friedrichs. ***Selbstschutz:*** associativismo colonial e a experiência da autodefesa nas colônias teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul (1890-1930). Passo Fundo: Acervus, 2021.

BINDÉ, Ademar Campos. **Ijuí – histórias revividas:** 100 anos de emancipação. Espumoso: Gráfica Líder, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

BUCHLI, Hermann**.** Die Liga das Uniões Coloniais Riograndenses. In: **Kalender für die Deutschen Evangelische Gemeinden in Brasilien.** 1932. p. 113-115.

BUCHLI, Hermann. Kirche und soziale Nöte. In: **Kalender für de Deutschen Evangelische Gemeinden in Brasilien.** São Leopoldo: Rotermund, 1936. p. 88-93.

DREHER, Martin. A Igreja no Brasil diante do problema social do pequeno agricultor e do operário: uma perspectiva histórica. In: **Estudos Teológicos**. São Leopoldo: Faculdade de Teologia, 1981. p. 119-135.

FISCHER, Martin. Dr. Robert Löw. Lebens – und charakterbild eines deutschen Journalisten in brasilien. In: **Serra-Post Kalender**, 1973. p. 33-81.

FISCHER, Martin. Fünzig Jahre im Dienst der Allgemeinheit. Zum Goldenen Jubiläum des Verlages Ülrich Löw – Ijuí. In: **Serra-Post Kalendar**, 1961. P. 61-75.

GRAMSCI, Antonio. **Os intectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GERTZ, René. **O aviador e o carroceiro.** Política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

JUNGBLUTT, Roque. **Max von Lassberg:** vida, obra, tributos. São Leopoldo: EST, 2018.

LASSBERG, Pe. Max von. **Reminiscências.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

LEITZKE, Eugen. **Cooperativismo em Neu-Württemberg.** Panambi: texto datilografado, (s./n.). MAHP.

NEUMANN, Rosane Márcia. O diretor da colônia e a colonização: a atuação de Hermann Faulhaber no Sul do Brasil. **Revista de História Regional**, 23(2): p. 199-220, 2018. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura:** O projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

RAMBO, Arthur Blásio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. São Leopoldo: Eduni-Sul, 1988.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñes. Modelos de liderazgo em comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los espanholes em América (1870-1940). In: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina. **De Europa a las Américas. Dirigentes e liderazgos (1880-1960)**. Buenos Aires: Biblos, 2006. p. 17-42.

STOER, Hermann. **Crônica da Paróquia de Santa Isabel, a mais antiga Colônia Alemã - Evangélica em Santa Catarina**. Tradução de Felícia Emma Hatzk Schütz. Manuscrito.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. III. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio.** Introdução, tradução e notas de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST, 1981.

WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. **Diálogos**. v. 18, n, 2. Mai./ago. 2014. p. 703-733.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização:** a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

O COOPERATIVISMO NO OESTE PAULISTA E A INFLUÊNCIA ALEMÃ: A COOPERATIVA RIOGRANDENSE E AS TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS

Luis de Castro Campos Jr.[1]

1 Introdução

Este artigo foi desenvolvido como parte de uma pesquisa buscando compreender o cooperativismo em sua dimensão regional. Tal estudo envolve de forma geral o processo de imigração com a chegada da alemães e mais tarde de italianos para a Região conhecida por Alta Sorocabana de Assis.

Há o interesse em analisar como que a presença de imigrantes e o nascimento de cooperativas se desenvolveram enquanto parte de um processo de mudanças inserido pela penetração das relações capitalistas na agricultura brasileira sobretudo nos anos 1960 e 1970.

O estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla enfocando também as origens do cooperativismo brasileiro e seu desenvolvimento no contexto paulista.

No caso específico da Colônia Riograndense seu processo de fundação e afirmação enquanto espaço marcado pela presença de descendentes alemães foi se originando na ocupação gradativa de grupos provenientes do Sul do Brasil e de países como Alemanha e Suíça, além de outras regiões como Espírito Santo.

Alguns autores já haviam estudado de forma específica a Cooperativa Riograndense com contribuições provenientes da Geografia enfatizando a ocupação do solo e as mudanças espaciais, frutos da ação humana. Também os apontamentos de Felix sobre a questão linguística e questões de aculturação foram imprescindíveis para se compreender o modo como as famílias alemãs se organizaram e conviveram em primeiro momento em um novo contexto.

As atividades de transformação do terreno, e início de plantações apresentaram elevado grau de dificuldade para os primeiros habitantes em uma região que houve predomínio de pequenas e médias propriedades.

Após o surgimento das primeiras casas e a necessidade de união para vencer as grandes dificuldades que se apresentaram foram elementos catalisadores para o trabalho cooperativo que trouxe a afirmação e a prosperidade para os colonos que resistiram e

[1] Professor Associado A - CCHE – UENP Campus Jacarezinho/PR. Doutor em História – FCL Unesp. Campus de Assis.

ficaram na região contribuindo também para uma nova conformação das atividades econômicas, sociais e políticas.

2 Uma cooperativa de imigrantes alemães

A Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense teve sua fundação ligada aos primeiros movimentos de colonização originados por Michel Lamb que comprou terras de Cupertino de Castro, representante de uma empresa especializada no desbravamento da região onde se encontra o município de Maracaí. Neste período as empresas responsáveis pela venda de glebas proliferaram não só na região citada como também em direção a Presidente Prudente e ao extremo oeste paulista.

A área loteada pertencia à fazenda Capivara de propriedade do Capitão Alfredo Marcondes de Oliveira que a comprou dos sucessores de José Teodoro de Souza, desbravador de terras no Oeste Paulista. Antunes era da cidade de Guaratinguetá no vale do Rio Paraíba e encarregou seu sobrinho Cupertino Oliveira de Castro para dirigir os negócios e a venda de terras aos imigrantes alemães.

O Capitão Antunes celebrou com os alemães Otto Iserhagem e Júlio Malves um contrato de promessa de venda e compra e loteamento de quase metade da fazenda. Cupertino, seu sobrinho seria o administrador dos negócios da própria fazenda. O contrato deveria durar 2 anos. O negócio com os alemães foi efetuado e os lotes vendidos no sul do Brasil, no Espírito Santo e até na Alemanha. Os vendedores imobiliários eram donos da Empresa Isernhagem & Cia. Desde então estava formado o embrião de uma colônia de imigrantes e migrantes alemães" (FELIX, 1990, p. 32).

A negociação das terras teve como mediador um imigrante alemão gaúcho, Michel Lamb que foi um dos pioneiros da então colônia que começava a se formar. Esta foi uma das características da Colônia Riograndense: sua espontaneidade. Ela não foi patrocinada por nenhum órgão governamental. Não passou por um processo de planejamento e nem foi orientada pelas autoridades da época. A formação de tal colônia deve-se mais à iniciativa de um grande proprietário que loteou sua gleba vendendo posteriormente aos imigrantes que tinham interesse em povoar a área.

Michel Lamb se instalou na "Água do Macaco" após retornar do Rio Grande do Sul, em 28 de agosto de 1922. A partir de 1923, novos grupos de agricultores e pioneiros começavam a chegar na região, provenientes do Espírito Santo, da Região Sul e de outros estados brasileiros.

As primeiras plantações cultivadas e colhidas pelos colonos pioneiros, foram mandioca, milho o feijão. Mas havia o grande problema da comercialização das safras. E foi aí que surgiu a ideia de se fundar uma cooperativa o que acabou se concretizando cinco anos após a morte de Michel Lamb, que foi um baluarte na fixação e bem-estar das famílias que aqui aportaram, além de precursor do progresso da futura Colônia Riograndense (Revista Especial de Fundação da Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense, 1989, p. 7).

Lamb já tinha percebido a importância das atividades associativas, mas morreu antes de colocar seu plano em prática. Em 1939, um grupo de treze colonos fundou a Cooperativa Teuto-Brasileira e neste estava Gustavo Balduíno, irmão de Lamb que se tornou o primeiro presidente da então cooperativa que nascia.

Em 1930 alguns produtores iniciaram a criação de suínos obtendo resultados satisfatórios com a comercialização na cidade Assis e no distrito de Cardoso de Almeida, buscando vender seu produto na cidade de São Paulo.

A cooperativa Teuto-Brasileira foi fundada com o objetivo de viabilizar o trabalho de comercialização da produção distribuindo o resultado a seus associados. Também aglutinou os primeiros colonizadores em torno do desbravamento e transformações da região.

A mesma denominação foi mantida até 1945, quando então a razão social foi transformada para Cooperativa Mista de Assis Ltda dotada de escritório, armazém desvio ferroviário para acelerar o escoamento da produção. Eram nesta época 350 famílias de gaúchos, capixabas, suíços e alemães, responsáveis pela produção e comercialização anual de 6.000 cabeças de suínos além de várias toneladas de alfafa (Revista Especial de Fundação da Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense, 1989, p. 8).

Entre 1956 e 1964 foi construído o primeiro mercado, visando o abastecimento dos associados, como também a primeira casa que abrigou a família do gerente. Embora tal mercado fosse direcionado ao consumo dos integrantes da colônia, ele apareceu como um indicador do processo de capitalização presente na região, que apresentava ainda um povoamento incipiente.

A mecanização da cooperativa que ia se estruturando foi iniciada com a chegada dos primeiros tratores e caminhões, sendo necessário a instalação da um posto de combustíveis na área em que a as atividades apresentavam intensa movimentação. Em função do trânsito elevado de tratores e caminhões na época das colheitas e da

necessidade de transporte para os centros consumidores a obtenção de autonomia visando abastecimento se transformou em um imperativo a ser seguido.

Em 1964, ocorreu nova alteração na razão social da cooperativa que passou a ser denominada “Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense”. O presidente que estava à sua frente foi Alberto Scherr.

O processo de ocupação da área onde se situa a Cooperativa Riograndense foi lento e difícil. Muitos colonos morreram na conquista e tratamento do solo devido às doenças transmitidas por mosquitos (como a febre amarela) e outros tipos de insetos. Como esse setor do Vale do Paranapanema apresentava uma mata densa, as dificuldades encontradas pelos imigrantes foram constantes.

Os problemas de ocupação do espaço recém-conquistado já eram sentidos na chegada do imigrante que contava apenas com sua família, tendo pouco relacionamento com a vizinhança que também estava se estabelecendo no local. A construção dos primeiros “ranchos” era realizada no sistema de mutirão entre os moradores pioneiros.

O recém-chegado necessitava abrigar sua família o mais rápido possível, garantindo-lhe segurança e possibilidade de poder contar com mais um, nas tarefas da vida no sertão distante bem como institivamente a “necessidade de convívio social” (ABIB, 1991, p. 16).

A derrubada da mata era um grande obstáculo para os alemães recém-chegados. O representante de uma empresa de colonização, Cupertino de Castro, era quem fazia a conexão do imigrante ainda não habituado as novas condições que enfrentaria, com os caboclos da região.

Os movimentos pioneiros de ocupação da terra onde se instalaria a Colônia Riograndense ocorreram a partir de 1920. A preocupação do colono nesse período foi em se fixar a terra construindo casas, já que seu trabalho estava ligado diretamente à lavoura e demais atividades do setor primário. A fixação no local indicava a posse da terra nos movimentos iniciais de povoamento da região estudada.

Abertas a clareira e a picada, terminava aquele contrato de trabalho. A construção da casa e das outras dependências ficava agora a cargo do colono e sua família. O dinheiro que trazia era quase nada. Não podia se dar ao luxo de pagar a empreiteiros para auxiliá-lo nas outras tarefas (ABIB, 1991, p. 161).

Os problemas que se apresentaram para os imigrantes agricultores, como as pragas na plantação, somados à dificuldade de aquisição de sementes, instrumentos agrícolas e outros produtos ligados às atividades na lavoura, foram fatores que aceleraram a

introdução das práticas cooperativas. Também o elevado custo para a compra de implementos agrícolas, se constituiu em dificuldades iniciais para os agricultores.

As pragas e moléstias comuns às atividades desenvolvidas na época, conduziram a busca de novas opções, e os associados da Riograndense, iniciaram o cultivo do algodão em escala comercial. Esta cultura, porém, não resistia aos intensos ataques de pragas, que em 1968 e 1969 atingiram limites insuportáveis (Relatório: Cooperativa Mista Colônia Riograndense, 1981-1983. p. 3).

Os imigrantes trouxeram também uma herança cultural herdada de seus antepassados na Europa, onde o cooperativismo se desenvolveu amplamente. As dificuldades encontradas em 1920 contribuíram de forma decisiva para os primeiros movimentos em prol da criação de uma cooperativa em 1939.

A Cooperativa Riograndense surgiu então como solução, possível, como um espaço privilegiado para a reprodução de vários grupos de plantadores, em função de seu objetivo, propiciando a seus associados certos bens e serviços num modelo organizacional democrático. Estes conferem à cooperativa um caráter específico e novo no Vale do Paranapanema (ABIB, 1991, p. 178).

As primeiras atividades agrícolas da Colônia Riograndense visavam apenas a uma produção voltada para o consumo próprio dos agricultores. A ideia de comercialização dos principais produtos foi se desenvolvendo de forma gradativa.

Estes imigrantes que iniciaram o povoamento da colônia em 1920 chegaram ao Vale do Paranapanema vindos de diferentes regiões como no caso de Ernest Wrede que fez parte da administração nos primeiros anos da Cooperativa Teuto-Brasileira fundada em 1939.

O Sr Ernesto Wrede natural de Santa Jetiba, no Espírito Santo, onde nasceu em 1907, e veio para a Colônia Riograndense com o pai Henrich em 1925, chegando de trem até Cardoso de Almeida e depois a pé até Maracaí e até a futura Colônia Riograndense. Com seu pai ajudou a construir a casa do sítio capixaba onde morou até falecer (Revista Especial de Fundação da Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense, 1989, p. 7).

A alfafa foi um dos produtos comercializados na Colônia Riograndense e de maior expressão nos primeiros movimentos da agricultura local. No caso de Ernesto Wrede, como dos demais colonos, a alfafa era colhida nove vezes ao ano e transportada até a Cardoso de Almeida, estação da Estrada de Ferro Sorocabana, de onde iria para os centros

consumidores como São Paulo e Rio de Janeiro. O transporte dos produtos resultantes da atividade agrícola era feio por meio de animais com destino à estação ferroviária citada.

A Estrada de Ferro Sorocabana chegou até a cidade de Assis em 1917 sendo prolongada aos demais municípios que faziam parte de seu traçado original como Paraguaçu Paulista. A pequena estação de Cardoso de Almeida ficou situada entre Assis e Paraguaçu, e nela os colonos despachavam a produção para os principais centros consumidores. Com a comercialização de grãos, como trigo e soja, a ferrovia continuou sendo o meio de transporte mais adequado para o escoamento das grandes safras que a Cooperativa Riograndense alcançaria a partir dos anos 1970.

O município de Maracaí ficou fora do traçado da Estrada de Ferro Sorocabana e isso influenciou o crescimento da cidade. Paraguaçu Paulista já apresentou maior movimento em seu comércio alcançando melhor posição e influência na Alta Sorocabana de Assis.

As dificuldades no transporte se constituíram em grande obstáculo para os agricultores até mesmo para a obtenção de produtos alimentícios como sal e gordura. Alguns dos pioneiros vieram do sul do Brasil, e a exemplo de Michel Lamb, enfrentaram dificuldades na locomoção até a colônia que estava iniciando suas atividades. Dentre eles estava Alfredo Elsner.

Ele chegou do sul de trem, numa viagem que demorou quase uma semana. Depois pegou um pé de bode (automóvel da época) para chegar até Maracaí demorando oito horas, para vencer um percurso numa viagem que mais parecia uma aventura, a partir de Cardoso de Almeida. Mas o pior, conta seu Alfredo, foi chegar até o bairro do pau queimado, onde morava seu sogro Otto Koch. Como não havia estradas o caminho era por picadas a pé ou no lombo do burro" (Revista Especial de Fundação da Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense, 1989, p. 7).

Era comum no início das atividades dos colonos o trabalho mais coletivo, seja na construção de casas, ou no auxílio às plantações que eram efetuadas nesta região.

Um dos membros mais velhos da cooperativa, José Fetter, veio para a Colônia Riograndense em 1933, e teve a ajuda de Ernesto Wrede e Michel Lamb no cultivo da alfafa em uma área inicial de dez alqueires.

O espaço começava assim a sofrer modificações com a chegada de imigrantes alemães e as terras férteis passaram a apresentar um valor maior destacando sua atividade aos poucos. A Colônia Riograndense mostrava um desenvolvimento acentuado a partir de 1930, coincidindo com o momento em que a acumulação de capital passou a ser uma

realidade no setor industrial. O auge da cooperativa, em 1970, deu-se quando a agricultura foi assumindo uma roupagem empresarial visando as necessidades da agroindústria.

As modificações espaciais no Vale do Paranapanema foram se tornando intensas à medida que ocorria o parcelamento das propriedades, fruto da ocupação da área, em um tipo de capitalismo na agricultura paulista devido à importância que as terras assumiam como fator essencial na aquisição de capital e em sua reprodução.

Milton Santos, um dos geógrafos brasileiros que mais aprofundou a nível teórico e prático, a vertente crítica, conceitua o espaço como um fato social, produto da ação humana uma natureza socializada, que por sua vez interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída na medida que é instância de determinação na história a ser construída (SANTOS, 1978, p. 138).

O trabalho árduo iniciado pelos colonos alemães resultou na criação de uma cooperativa que proporcionou algumas melhorias aos produtores. De forma gradativa a pequena cooperativa foi apresentando um crescimento transformando-se em uma nova roupagem empresarial e se estruturando para o beneficiamento de seus produtos através de uma maior racionalização segundo os ditames do capitalismo na agricultura.

A primeira denominação da cooperativa Riograndense, foi Teuto-Brasileira e seu conselho de administração pioneiro teve a seguinte constituição: Gustavo Balduíno Lamb (presidente), Gustavo Augusto Diesel (secretário), Emil Bruno Pol (gerente) e os seguintes conselheiros fiscais: Alvísio Nicolau Galas, Ernesto Wrede e Afonso Assmam tendo como suplentes José Fetter, Germano Weischeimer e Alfredo Elsner. Tal conselho iniciou suas atividades em 1939 atravessando as dificuldades que o cooperativismo em seus primeiros movimentos na região do Vale do Paranapanema em sua porção paulista lhe impunha.

Nesta região com uma mata densa os colonos alemães em sua maioria, encontraram no associativismo o caminho para contornar os dilemas e custos da colonização. Com isso a Cooperativa foi se tornando uma das soluções para o desenvolvimento regional e a fixação de novas famílias, uma vez que as condições de vida delineavam novas possibilidades de sucesso.

A empresa cooperativa tem as seguintes características: é uma associação de pessoas que, pela supressão de intermediários, procura assegurar aos seus membros o fornecimento de coisas e serviços úteis, pelos preços mais baixos possíveis. Não tem em vista o lucro, mas a maior repartição de vantagens entre os seus associados. As suas

funções não são só econômicas, mas também de solidariedade entre seus membros (GALVES, 1986, p. 135).

O cooperativismo de uma maneira geral, tem como ideal, a implantação de uma nova ordem econômica, abolindo a tese do lucro e lutando de forma idealista por um "reino de uma ordem social mais humana" (GALVES, 1986, p. 135).

As cooperativas agrícolas segundo Aguiar, desempenham uma função especial que é aumentar a produtividade da população rural, sem a qual está não teria condições de atingir um certo grau de desenvolvimento agrário e nem de abastecer de gêneros alimentícios os grandes centros urbanos e de matérias primas as indústrias do ramo (AGUIAR, 1980, p. 117).

A doutrina cooperativista enfatiza os grupamentos cooperativos e tem como objetivo viabilizar a possibilidade de reorganização da sociedade econômica como um todo. Esta doutrina na verdade forneceu a base para as ações dos cooperados além de influenciar a organização do trabalho conjunto.

O período em que ocorreu a fundação da cooperativa Riograndense foi marcado por profunda transformação na economia brasileira, de forma específica no ambiente rural. Um dos principais obstáculos foi a ação de atravessadores em produtos como alfafa e algodão influenciando em seu preço.

Com o processo de modernização ocorrido nos anos 1960 a Cooperativa Riograndense teve de se adaptar conseguindo com isso um notável desenvolvimento bem diferente em relação aos seus primeiros movimentos de fundação. A antiga agricultura que visava a comercialização em pequena escala foi substituída por uma atividade buscando maior acúmulo de capital devido em parte aos incentivos do governo federal quanto as lavouras de maior valor comercia como as de trigo de soja.

Quando em 1964 ocorreu a mudança de sua razão social havia uma crescente capitalização na agricultura brasileira com a presença de novos insumos. O Estado de São Paulo foi beneficiado acompanhando tais mudanças.

A comunidade alemã teve por base o cultivo intensivo do solo com novas tecnologias e máquinas, diferente de suas atividades iniciais quando os pioneiros encontraram o solo envolto em densa mata e tiveram de adentrar seu interior preparando a área para a agricultura em uma etapa posterior.

O trabalho da derrubada da mata não importava em nenhuma técnica sofisticada. Os colonos adotaram os procedimentos brasileiros mais comuns que consistiam na derrubada das árvores, nas roçada dos arbustos, e na época por volta de agosto e setembro,

a queimada. Limpo o solo iniciava-se o plantio e cultivo dos produtos primários de subsistência: milho, feijão, mandioca e outros produtos para uso caseiro, não faltavam, entretanto, os criames de suínos, e a seguir de bovinos" (FELIX, 1990, p. 55).

A expansão cafeeira deu-se com maior velocidade nos anos 1920 em direção ao "oeste Novo" de São Paulo. O crescimento foi assegurado pela política de defesa do produto. Houve maior intensidade de seu cultivo na Alta Sorocabana de Presidente Prudente e na Alta Paulista, onde cidades como Marília surgiram despontando-se mais tarde como importantes polo de atração e desenvolvimento.

Juntamente com o café foram cultivados na região outros produtos como algodão. Essa nova investida na expansão da economia cafeeira avançando para o Oeste do Estado se fez em condições diferentes dos períodos anteriores. As dificuldades no âmbito internacional obrigaram a uma racionalização maior da expansão cafeeira (CORRÊA, 1988, p. 67).

O algodão foi cultivado na região e se constituiu como base à economia dos colonos alemães. Entretanto, em 1970, foi paulatinamente substituído pelas culturas de soja e trigo. A partir do momento em que ocorreu tal mudança, a Cooperativa Riograndense tomou um novo impulso e apresentou grande incremento ao privilegiar culturas agrícolas de maior valor comercial.

O funcionamento pleno da Estrada de Ferro Sorocabana, de Porto Epitácio à São Paulo possibilitou o crescimento econômico da região, intensificando a produção do café. Incentivou igualmente o surgimento de outras lavouras como, por exemplo, a do algodão cultivada principalmente nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Ourinhos. De início a lavoura de algodão desenvolveu-se em pequenas propriedades e em grande parte com o concurso da mão-de-obra imigrante" (CORRÊA, 1988, p. 67).

A região do Vale do Paranapanema também foi alvo de geadas, que atingiram de forma intensa as lavouras de café. Isto fez com que os produtores da região procurassem outras lavouras que lhes proporcionassem melhores rendimentos e que não sofressem os mesmos efeitos devastadores originários das condições climáticas locais.

A lavoura de alfafa, dessa forma, surgiu como opção para os produtores concentrando sua produção em um primeiro momento. No caso dos colonos alemães gaúchos, estes tinham grande experiência em seu cultivo, que predominou na colônia a partir de 1920.

Foram esses descendentes de alemães os responsáveis pela introdução da alfafa na região. Em menos de dez anos, ela estava tomada pela citada cultura. A Colônia

Riograndense ostentou o título de maior produtora a nível nacional conforme pôde ser verificado na parte referente à Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense. A produção era absorvida quase na totalidade pela cavalaria oficial do governo (FELIX, 1990, p. 56).

O meio de transporte para escoamento da alfafa foi o ferroviário que se constituiu em um importante fator de desenvolvimento regional. Segundo Dióres S. Abreu, a ferrovia foi determinante na economia cafeeira, agindo como sustentáculo de sua estrutura.

Ela significou o transporte rápido, seguro e barato para o café; a comunicação fácil com os centros grandes. No caso do extremo Oeste de São Paulo somam-se outras circunstâncias. A ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores às glebas, favoreceu a penetração, os loteamentos e a ocupação, o aproveitamento do solo (ABREU, 1972, p. 38).

A importância da ferrovia como meio de transporte ajuda a compreender a razão pela qual os colonos incluíram a cidade de Assis como parte da Cooperativa Riograndense. A cidade de Maracaí que mais próxima ficou fora do traçado da ferrovia. Além disso houve o episódio que resultou no despejo de alemães que viviam já fazenda Barraco, e suas relações com Maracaí não eram muito amistosas.

As empresas que já experimentavam a influência das relações capitalistas explorando a agricultura no Vale do Paranapanema se dividiram em dois grupos importantes. O primeiro ligado à cultura canavieira foi influenciado pelo conglomerado Rezende Barbosa. O segundo grupo já tinha maior relação com imigrantes alemães e depois em Pedrinhas Paulista, com os italianos crescia com um direcionamento de sua produção priorizando as culturas de trigo e soja com apoio de seus associados nas assembleias das cooperativas.

Já em suas primeiras atividades, os associados da Cooperativa Teuto-Brasileira frequentavam reuniões na cooperativa central em plena capital paulista. Seu contato com outros grupos ajudou na articulação em favor de uma cooperativa agora em sua região de atuação.

Nos anos 1970 houve maior prioridade dos militares em fornecer subsídios para culturas de grande valor comercial na agricultura. A cana-de-açúcar foi uma delas e para que seu plantio foi amplamente difundido já que o governo federal criou o Proalcool, dando condições para que a agroindústria nesse setor se consolidasse.

De forma similar ocorreu com as culturas de soja e trigo que receberam aportes e financiamentos para seu crescimento. Tal fator foi importante para a consolidação da Cooperativa Riograndense assumindo maior formatação de cunho capitalista. Como direcionamento das plantações em direção ao binômio trigo-soja, essa cooperativa conseguiu recursos para se estruturar influenciando também a economia regional.

Dessa maneira a cooperativa idealizada por Michel Lamb mostrou maior vigor a partir de 1964 se transformando em grande unidade capitalista com disputas internas concorridas, mas em alguns momentos dotada de uma mentalidade empresarial que buscava se adaptar agora às novas culturas adotando o uso de novos insumos para se manter no mercado regional e nacional.

3 Considerações Finais

Os colonos alemães vieram de várias partes do Brasil com maior predominância da região sul. O pioneiro, Michel Lamb se deslocou do Rio Grande do sul e tal fator trouxe contribuições para o desenvolvimento da futura cooperativa porque permitiu o contato entre aqueles que iam nascendo nos entornos da nova colônia com outras regiões brasileiras que sofreram influência alemã.

No caso específico da Colônia Riograndense, os colonos passaram a se ocupar com as lavouras de alfafa e depois de algodão. Em uma etapa posterior se preocuparam com soja e trigo, de maior valor comercial e que recebiam subsídios do governo federal.

A Cooperativa Riograndense apresentou um desenvolvimento notável no período em que a agricultura brasileira sofreu modificações adotando um padrão agrário "moderno". A modernização generalizada se espalhou por todas as regiões do país com maior aplicação de insumos químicos, aumento do uso da forma mecânica e melhores insumos biológicos.

As modificações também foram sentidas no plano regional e as cooperativas tiveram um papel importante dando sustentação à cadeia agroindustrial que se dinamizou a partir de 1970 e necessitava de matérias primas para seu funcionamento. A estrutura já vinha sendo implementada em meados dos anos 1960 atingindo seu auge com o desenvolvimento da agroindústria quando ocorre a fusão entre indústria e agricultura com objetivos bem definidos.

A Cooperativa Riograndense apresentou um bom desenvolvimento, estabelecendo-se como importante componente na economia do Vale do Paranapanema quando passou a armazenar a produção de seus associados necessária a agroindústria

girando em torno do trigo e da soja. Enquanto o primeiro era direcionado aos grandes moinhos na fabricação de farinha, a soja era mais específica na indústria de óleos.

As antigas culturas voltadas mais a subsistência foram substituídas por aquelas destinadas a produção agroindustrial visando o mercado interno e a exportação. Do trabalho dos primeiros associados surgiu uma cooperativa que apresentou seu auge entre os anos 1970. Encerrou suas atividades em meados dos anos 90 provocando a saída de seus associados para outras cooperativas da região.

Referências

ABIB, Ruth G. O. **Sementes na Terra Roxa.** A Colônia Riograndense, Um Caso de Imigração Alemã no Vale do Paranapanema. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1991.

ABREU, Dióres. **Formação História de uma Cidade Pioneira Paulista:** Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

CAMPOS JR. Luis de Castro. **O Cooperativismo no Vale do Paranapanema.** Estudo das Cooperativas: Riograndense, Agropecuária de Pedrinhas e Coopermota (1980-1995). Marília: Unimar. São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

CORREA, Anna Maria Martinêz. **Poder Local e Representatividade Político-Partidáriano Vale do Paranapanema: 1920-1930**. 1998. Tese (Livre Docência em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.

FELIX, José Luis. **Colônia Riograndense:** Problemas de Aculturação e de Língua. 1990. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1990.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS**. Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista:** 1975-1989. São Paulo: Seade, 1989.

AGUIAR, Felipe Meira. **Teoria e Prática do Crédito Rural.** São Paulo: Universidade e Empresa, 1980.

GALVES, Carlos**. Manual de Economia Política Atual**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980.

Revista Especial do Cinquentenário de Fundação da Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense. Maracaí: Cooperativa Agrícola Mista da Colônia Riograndense, 1989.

Relatório. Maracaí: Cooperativa Mista da Colônia Riograndense, 1981-1983.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVEIRA. Rosa Maria G. Região e História: Questão de Método. In: SILVA, Marcos (org.). **República em Migalhas.** São Paulo: Marco Zero/CNPq. 1990.

AGRICULTURA FAMILIAR: RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE E COMPLEXIDADE

Indaia Dias Lopes[1]

1 Introdução

Os estudos sobre a agricultura familiar revelam que esta é uma forma social reconhecida e legitimada em uma parcela significativa dos países desenvolvidos que possuem uma estrutura agrária composta por um número expressivo de explorações, cujo trabalho dos membros da família não só é majoritário como também possui poder de decisão (SCHNEIDER, 2003).

No Brasil, a agricultura familiar possui importante papel para as diferentes regiões, perpassando aspectos econômicos, produtivos, produção de ecossistemas e dinâmicas sociais e culturais. Em regiões onde há o predomínio dos modos de produção familiar e camponês, em comparação a locais onde a agricultura patronal é predominante, identifica-se significativos avanços em termos de capital social e desenvolvimento territorial (STROPASOLAS, 2017).

Em sociedades mais avançadas, como na Europa Ocidental, no Japão, nos Estados Unidos e no Canadá, a agricultura não estava assentada em grandes extensões territoriais e trabalho assalariado em grande escala, tal como no Brasil, mas sim em unidades familiares de produção (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005).

Em quase todos os países capitalistas, mantiveram-se formas de produção assentadas na pequena produção e o apoio a esse modelo revela que é possível o desenvolvimento dessa forma de produção com a lógica predominante no sistema capitalista (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2014).

No Brasil, a agricultura familiar corresponde a 77% dos estabelecimentos agropecuários e ocupa 80,9 milhões de hectares de área, representando 23% do total de estabelecimentos rurais do país. Tal segmento contribui para a agropecuária do país com 23% de toda a produção agropecuária (IBGE, 2019), refletindo assim a importância desta categoria social.

[1] Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF). Contato: indaia_lopes@yahoo.com.br.

O conceito de agricultura familiar representa um importante avanço para este segmento e o reconhecimento por parte do Estado com a implementação de uma legislação própria[2]. Porém, requer um significativo esforço, pois esta terminologia abarca inúmeras identidades e atores sociais presentes no meio rural, tais como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, assalariados rurais, dentre outros, que vêm buscando conquistar seu espaço e a utilização de uma terminologia abrangente também pode prejudicar a visibilidade desses sujeitos (BERGAMASCO; DELGADO, 2017).

Há um longo período existe uma controvérsia em torno da definição de agricultor familiar, a qual está longe de ser resolvida na literatura. Portanto, justifica-se a importância desse trabalho e reitera-se que os conceitos, a discussão e as reflexões apresentados nesse estudo buscam identificar elementos que auxiliem na compreensão da diversidade e da complexidade que esta definição possui (SCHNEIDER, 2016a).

Diversos estudos (LAMARCHE, 1993; 1998; WANDERLEY, 2009; MOTTA, 2010; SCHNEIDER, 2016; DELGADO; BERGAMASCO, 2017) vêm discutindo e abordando os diferentes conceitos sobre o agricultor familiar e a importância desta categoria social para o desenvolvimento da agricultura brasileira e para o abastecimento de alimentos no país. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é de discorrer sobre o conceito de agricultura familiar e as abordagens realizadas acerca desta terminologia a partir de diferentes autores, contribuindo para a historiografia acerca desta temática e para o avanço das discussões já empreendidas por outros estudos. Busca-se também identificar as principais mudanças vivenciadas por esta categoria social.

Este trabalho faz parte da tese da autora e foi organizado com os resultados preliminares da etapa teórico-conceitual do estudo. Quanto ao nível do estudo, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos e legislação. Os resultados obtidos foram analisados a partir da literatura especializada sobre a temática.

2 Reconhecimento, diversidade e complexidade da agricultura familiar

A agricultura familiar abarca significativa diversidade de identidades e características. Esta seção busca refletir sobre este conceito, buscando identificar, a partir de diferentes autores, as terminologias utilizadas, as características, as mudanças que

[2] Para fins de política pública para a agricultura familiar, a Lei nº 11.326/2006 contempla a definição de agricultor familiar (BRASIL, 2006).

ocorreram ao longo da história. Inicialmente, aborda-se o conceito de camponês e de campesinato, após, o conceito de colono, e, encerrando a seção, o conceito de agricultor familiar.

2.1 As diferentes abordagens sobre o campesinato

Em seus estudos sobre o camponês na França e na Alemanha no século XIX, Engels (1981) discute questões relacionadas ao problema do campesinato. A população camponesa a que o autor se refere, caracterizava-se por elementos distintos, que variavam de acordo com as peculiaridades de cada região. Para o autor, o pequeno camponês é caracterizado como: "... o proprietário ou arrendatário – principalmente o primeiro – de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que possa sustentá-lo e aos familiares" (ENGELS, 1981, p. 62).

Engels (1981) acreditava que o pequeno camponês, devido as mudanças que ocorriam na Europa no período supracitado, estavam destinados a desaparecer. Diversos estudos desenvolvidos com origem em teorias marxistas, principalmente na década de 1970 e 1980, baseavam-se também em aspectos negativos da pequena produção e acreditavam que esse modelo de produção estava em vias de desaparecer com o avanço do capitalismo no meio rural (PICOLOTTO, 2014).

O termo camponês necessita um enorme esforço de conceituação, visto que há uma ampla bibliografia sobre esta temática. Existe uma vertente da literatura que compreende o fenômeno do campesinato como algo datado historicamente e determinado em função da localização geográfica, citando como exemplo o agricultor parcelar europeu (MOTTA, 2010). Por outro lado, outra parcela da literatura defendia que ocorreria o fim do camponês com avanço do capitalismo, como exposto pelo autor supracitado, ocorrendo a divisão das classes rurais em proletários e burgueses. O campesinato não desapareceu e, segundo Motta (2010), esta categoria ainda persiste nas sociedades modernas.

Considerando a diversidade de definições acerca do camponês, é possível elencar algumas características comuns e que estão interligadas. O camponês é o sujeito que possui uma parcela de terra para produzir e, tal produção é assentada na força de trabalho da família. Assim, a unidade camponesa, sendo familiar, é também unidade de produção e de consumo. Nesse sentido, alguns autores utilizam um ou alguns desses elementos, adicionando ou extraindo outros também (MOTTA, 2010).

Para Wanderley (2009, p. 40), a centralidade da família também é considerada como característica principal do campesinato, o qual é "entendido como uma forma social particular de organização da produção, o campesinato tem como base a unidade de produção gerida pela família".

Discorrendo sobre a concentração de terra na história agrária brasileira, Guimarães (1982, p. 99) explica que:

> O campesinato brasileiro, como classe, formou-se posteriormente à implantação do sistema latifundiário, às vezes com o seu consentimento, como no caso dos núcleos coloniais; às vezes à sua revelia, como no caso das posses; às vezes por sua iniciativa e conveniência, como irá acontecer, já no presente século, em São Paulo. Aí, foram os próprios fazendeiros de café que, numa tentativa de evitar as fugas de colonos, durante a virada do século, instalaram uns poucos grupos de proprietários, na intenção de que se formassem com eles uma força de reserva para os trabalhos ocasionais da lavoura. "É preciso fixar o imigrante ao solo – dizia o relatório do Ministro da Agricultura em 1901 – mas é preciso fazer isto de modo a deixá-lo à disposição da grande lavoura quando ela tiver necessidade de seus braços".

Segundo Wanderley (1996, p. 12), historicamente o campesinato brasileiro é marcado pela luta dos camponeses para ter acesso ao mercado e por diversas derrotas nos embates vivenciados. Para a autora, um dos aspectos mais relevantes da luta dos camponeses brasileiros situa-se no esforço realizado para constituir um "lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores".

Seyferth (2011, p. 400) observa que os termos campesinato e camponês são indispensáveis, uteis, porém difíceis de conceituar tendo em vista a diversidade do universo empírico em que estão inseridas. Assim, a autora destaca que:

> ... a economia camponesa não pode ser vista apenas como resquício de um passado pré-capitalista, conforme o postulado de pesquisadores que preferiram situar o "verdadeiro" camponês no sistema de servidão medieval. A multiplicidade dos dados empíricos mostra que ela se insere no sistema mundial de modo específico e a partir de suas próprias demandas.

Existe uma diversidade de terminologias que identificam o campesinato brasileiro, tais como: "bóias-frias", trabalhador rural, agricultor familiar e também termos com maior historicidade, como: caboclo, meeiro, foreiro, sitiante e, mais recentemente, além dos "sem-terra", surgiram os quilombolas. Além disso, é necessário considerar também aqueles que se enquadram no conceito de trabalhador-camponês, o que pode ser verificado em muitas regiões no Sul do Brasil. Este trabalhador-camponês pode ser

caracterizado por deter uma pequena parcela de terra, associado ao trabalho assalariado com deslocamento temporário ou diário (SEYFERTH, 2011).

Há, contudo, na percepção de Carrara (2008), uma característica fundamental ao modo de produção camponês e que deve ser considerada ao analisar este conceito, que reside no baixo nível técnico do modo material de produção. Para este autor, o campesinato é um modo de produção específico e sua produção visa o autoconsumo, o que, devido a suas características, se encontra em vias de extinção e está em desconformidade ao pretendido pela Via Campesina.[3]

Ao elencar algumas características do modelo camponês, Lamarche (1998) define essas unidades de produção como semi-autárquicas, fundamentalmente assentadas na família, ademais, tais produtores consideram-se independentes. Conforme o autor, é importante destacar que unidades de produção camponesas não são sinônimo de unidades de produção de subsistência, mesmo essa função estando presente nesse modelo.

2.2 De colono à agricultor familiar

O Brasil é um país caracterizado por significativas diferenças regionais, que estão diretamente relacionadas ao processo de ocupação do seu território. Dessa forma, ao discorrer sobre o conceito de agricultor familiar, torna-se importante abordar as especificidades regionais do Sul do Brasil e a sua forma de ocupação.

Na região Sul do Brasil, ocorreu a formação de um campesinato com características próprias, que contribuíram para a construção de uma identidade camponesa nessa região. O Sul do Brasil recebeu um elevado contingente de imigrantes europeus no século XIX e início do século XX, vindos de diferentes países. Estes sujeitos mantiveram e reproduziram neste novo espaço muitos traços de sua cultura, mas também adquiriram novos hábitos a partir da convivência com outras etnias (VANDERLINDE, 2004).

No Sul do Brasil, o agricultor familiar se identifica com a autodenominação de colono. Conforme Márcia Motta (2010, p. 102), o colono é:

> [...] membro de uma colônia, pequeno proprietário, trabalhador agrícola, principalmente imigrante ou descendente deste. É um camponês típico, caracterizado pela pequena propriedade rural e que se dedica à produção familiar de subsistência e de mercado, normalmente sem utilização de mão de

[3] A Via Campesina é um movimento camponês importante no cenário mundial recente e vêm ganhando destaque pelas suas propostas alinhadas principalmente com as temáticas da reforma agrária, soberania alimentar, questões relacionadas a gênero, biodiversidade, direitos humanos e agricultura camponesa sustentável (RIBEIRO, 2013).

> obra externa ao grupo familiar. Eram eles que, embora conduzidos e acompanhados, que realizaram, em última instância, a tarefa de colonizar.

Os imigrantes – alemães e italianos –, no decorrer do século XIX e até meados do século XX, partiam da Europa como camponeses – *bauer* e *contadini*, respectivamente – atrelados ao trabalho agrícola. Chegados ao Sul do Brasil, foram instalados em núcleos, denominados de colônias, e gradualmente, assumiram a identidade comum pela qual eram designados – colonos ou *kolonist* –, como uma oposição ao lavrador nacional,[4] introduzindo um sistema de produção colonial, baseado no pequeno lote rural, trabalho familiar, produção de subsistência, com a comercialização do excedente, organizados em linhas ou picadas coloniais (ROCHE, 1969). Essa estrutura, com algumas variações, predominou nas colônias velhas alemãs e italianas,[5] e foi reproduzida nas colônias novas, na mesorregião noroeste (GIRON; CORSETTI, 1990).

Na prática cotidiana, prevalece o termo colono associado a agricultura familiar, cuja diferenciação ou oposição em relação ao grande proprietário se dá pela designação recente de empresário rural. Nota-se que a base produtiva permanece sendo a camponesa, contudo, a cada época, por demandas legais, identidades múltiplas e relações de alteridade, a terminologia empregada é atualizada, motivada pelas diferentes condições culturais, econômicas e sociais (THOMPSON, 1998).

O termo colono foi utilizado em um período significativo do século XIX para se referir ao imigrante, e, posteriormente, sendo "apropriado como categoria de identidade *etnizada* de acordo com a procedência nacional" (SEYFERTH, 2011, p. 405). Assim, conforme Seyferth (2011), a categoria agricultura familiar, vastamente utilizada tanto no meio acadêmico quanto das políticas públicas brasileiras, ampara o modelo de colonização europeia, tal como ocorreu no Sul do Brasil.

Desde que os imigrantes europeus chegaram ao Sul do Brasil, até o início da modernização da agricultura, esses agricultores tinham práticas bastante diversificadas e produziam vários tipos de produtos em suas pequenas propriedades. O excedente desta produção podia ser comercializado em regiões que tinham interesse nesses produtos,

---

[4] Zarth (1997) considera que no sul do Brasil caboclo não pode ser confundido com camponês. Para este autor, o caboclo é o lavrador nacional, que possui um modo de vida diferenciado, semelhante ao dos indígenas.

[5] Os imigrantes, ao estabeleceram-se nas terras concedidas pelo governo brasileiro, primeiramente foram agricultores e artesãos rurais, como lhes havia sido solicitado, chamados dessa forma de *colonos*. O *colono*, explica Roche (1969), era o homem que estava ligado a terra que explorava.

portanto, percebia-se relativa subordinação destes agricultores ao capital (STOFFEL, 2013).

Com o processo de modernização da agricultura e com políticas públicas direcionadas aos grandes proprietários de terra e com a exclusão dos pequenos agricultores desse processo, muitas propriedades foram modernizadas e ocorreu um movimento de êxodo rural. Mesmo assim, historicamente houve grande participação da agricultura familiar na mão de obra ocupada na agricultura dessa região (STOFFEL, 2013).

Reitera-se que, em período mais recente, há momentos em que o termo colono é utilizado de maneira negativa, onde expressa ausência de conhecimento acerca de determinado assunto ou objeto técnico, mas, em maior grau, esse termo está relacionado com as agroindústrias (TEDESCO, 1998).

2.3 Agricultura familiar: a elaboração de um conceito

Diversos autores vêm discutindo e conceituando o termo "agricultura familiar". Pautada em alguns desses estudos e na legislação brasileira, esta seção se propõe a refletir acerca deste termo, contribuindo para o entendimento sobre esta categoria social e o seu papel na sociedade. Assim, a partir do exposto, elaborou-se o Quadro 1 apresentando a definição de diferentes autores para essa expressão.

Quadro 1 – Definição de diferentes autores para a expressão agricultura familiar.

Autor	Definição
Lamarche (1993)	[...] a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.
Wanderley (2001)	A agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.
Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006)	De acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que exerce atividades no meio rural, cumprindo simultaneamente os requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento [...];IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Motta (2010)	O termo agricultura familiar se referia a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob o uso intensificado de instrumentos de trabalho concebidos sob a lógica da produção industrial. A autora ainda destaca que a agricultura familiar é compreendida enquanto a formas de organização da produção, onde a família detém os meios de produção e, concomitantemente executa as atividades produtivas.
Feíto (2016)	A agricultura familiar é um tipo de produção onde a unidade de produção e a unidade familiar estão fisicamente interligadas, tendo na agricultura a principal fonte de renda e onde a força de trabalho é predominantemente familiar.
Schneider (2016b)	Unidades de trabalho e produção, que em geral trabalham em um pequeno pedaço de terra, quase sempre de propriedade privada (embora não necessariamente), por meio da qual retiram o essencial para alimentar a própria família, mas também para vender, comprar, intercambiar e acumular.

Fonte: Elaboração pela autora a partir de Lamarche (1993); Wanderley (2001); Brasil (2006); Motta (2010); Feíto (2016); Schneider (2016b).

As definições de agricultura familiar apresentadas no Quadro 1 evidenciam os esforços e o destaque dos estudos rurais em conceituar a agricultura familiar. Dessa forma, reconhece-se o agricultor familiar enquanto um segmento ou uma categoria social caracterizada pela interligação entre unidade familiar e unidade de produção, do qual a principal fonte de renda provém do trabalho na agricultura.

Existe uma extensa bibliografia sobre esta temática, porém, conforme Motta (2010) aponta, é necessário considerar as inúmeras significações que esta terminologia possui, e que remete a uma diversidade de situações históricas e socioeconômicas.

Lamarche (1993) entende que as formas de exploração camponesas são familiares, porém, não se pode considerar todas as formas de exploração familiares como camponesas. Ao realizar um estudo comparado em diferentes países (LAMARCHE, 1993; 1998), o autor identificou que, por exemplo, na França, as explorações familiares são originárias do modelo camponês, enquanto na região de Zaghouan, na Tunísia, as explorações originam-se de um modelo pautado na produção mercantil, com mão-de-obra externa à família. Por outro lado, o referido autor identificou que no Sul do Brasil, mais especificamente na região de Ijuí,[6] como resultado do modelo de colonização ocidental diferente, a sociedade agrária atual fundamenta-se no modelo camponês, tal como ocorre em Quebec[7] ou Saskatchewan.[8]

[6] O município de Ijuí está localizado na região noroeste do Estado do RS, foi fundado no ano de 1890 com a denominação de Colônia de Ijuhí, recebendo imigrantes de diferentes países (IBGE, s/d).
[7] Quebec localiza-se no Canadá, na América do Norte.
[8] Saskatchewan também se localiza no Canadá.

Em relação às generalizações dos conceitos de camponeses e agricultores familiares, Schneider (2010, p. 111) argumenta que:

> [...] para efeito de sua compreensão teórica e conceitual é preciso distinguir camponeses de agricultores familiares e mostrar que suas características, seu modo de existência e sua forma de reprodução obedecem a características socioculturais e a uma racionalidade econômica que não são análogas. Embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentadas em relações de parentesco, entre outras, o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho, ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba.

Mesmo com uma legislação específica que a define, como a Lei nº 11.326/2006, deve-se considerar que a agricultura familiar brasileira contempla diversas tipologias de famílias, contextos sociais nos quais estão inseridos, diferentes histórias e origens. Se tomarmos o país como um todo, encontraremos um número grande de agricultores familiares, com diferentes terminologias que os identificam: colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho (SCHNEIDER, 2010).

Sob outra perspetiva, para compreender a diversidade das formas de produção da agricultura familiar, Ploeg (2006) sustenta que existem duas formações sociais desta categoria, as quais ele intitula de: forma camponesa e forma empresarial. Para este autor, as principais diferenças entre estas duas formas sociais de agricultura familiar estão nas formas em que a produção, a distribuição e a apropriação de valor estão estruturadas.

O termo agricultura familiar amplia o grupo de sujeitos que se enquadram nesta categoria e permite que se retire a associação de ineficiência e pobreza a esse grupo, ou seja, não é possível afirmar que um agricultor familiar é sempre pequeno produtor e pobre (SCHNEIDER, 2016a).

Ao estudar a agricultura familiar, cabe ressaltar que, em oposição à essa terminologia, utiliza-se o termo agricultura patronal ou não-familiar. Conforme Stoffel (2013), a agricultura patronal caracteriza-se por alguns aspectos: a produção é desenvolvida em áreas maiores, a mão de obra é contratada e assalariada, há a utilização de máquinas e equipamentos concomitante a um número reduzido de empregados.

O processo de reconhecimento desta categoria social que iniciou no Brasil na década de 1990,[9] repercutiu nos outros países da região nos anos 2000, e em alguns locais as iniciativas brasileiras de políticas públicas foram utilizadas como modelo a ser seguido (SCHNEIDER, 2016a).

Feíto (2016) realizou um estudo acerca dos agricultores familiares do partido de *La Matanza,*[10] de *La Província* de Buenos Aires. Para esta autora, a agricultura familiar é um tipo de produção onde a unidade de produção e a unidade familiar estão fisicamente interligadas, tendo na agricultura a principal fonte de renda e onde a força de trabalho é predominantemente familiar.

Na Argentina, a principal organização de agricultores familiares é a *Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar (FONAF)*. Para esta organização, a agricultura familiar é compreendida como uma forma de vida e uma questão cultural, que busca, mediante condições dignas, a reprodução social da família. O trabalho é desenvolvido pelos membros da família e ela detém os meios de produção, transmitindo em seu interior as práticas, os valores, as experiências (FEÍTO, 2016).

Ao retomar os traços característicos da cultura plebeia no século XVIII, Thompson (1998, p. 18) relata que, na sociedade rural e em áreas manufatureiras, os ofícios que não eram aprendidos formalmente, bem como a transmissão das experiências sociais e dos saberes coletivos comuns, eram reproduzidos através das gerações, transmitidos oralmente e, ao passo que o processo de alfabetização ia aumentando, também ganharam espaço os produtos impressos. Para este autor, "as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes". Dadas as peculiaridades de cada período histórico, assim como também ocorria com a sociedade rural relatada por Thompson (1998) na Inglaterra, na agricultura familiar as práticas, os valores e as experiências também são transmitidos entre as gerações.

A agricultura familiar desempenha um importante papel em todo o mundo, contribuindo para a redução da fome e da pobreza rural através da produção e do desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Buscando reconhecer e apoiar a agricultura familiar, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) propôs no ano 2011 instituir 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar

[9] Até a década de 1990, essa categoria social não era reconhecida pelo Estado brasileiro, mesmo contemplando uma importante parcela de agricultores que vivia em situação precária no meio rural.
[10] *La Matanza* é um dos distritos da província de Buenos Aires e abarca 16 municípios.

(AIAF), ou *International Year of Family Farming (IYFF*[11]*).* Deste modo, para os propósitos do AIAF, a FAO buscou algumas características para definir a agricultura familiar:

> A agricultura familiar (que inclui todas as atividades agrícolas de base familiar) é um meio de organizar a produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoral e aquicultura, que é gerenciada e operada por uma família e depende predominantemente do trabalho familiar, incluindo mulheres e homens. A família e a fazenda estão ligadas, co-evoluem e combinam funções econômicas, ambientais, sociais e culturais.

No nível nacional, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, a Agricultura Familiar (AF) é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos. Nesse contexto, o desenvolvimento de modalidades viáveis de agricultura familiar é essencial para a consecução do desenvolvimento sustentável nos sistemas de produção agrícola, florestal e pesqueiro (FAO, 2013, p. 1).

Esta iniciativa da FAO representa o reconhecimento e a importância desta categoria social enquanto produtora de alimentos e destacando suas potencialidades para a segurança alimentar e também para eliminar a pobreza mundial. Neste contexto, o Brasil ocupa papel de destaque enquanto formulador de políticas públicas (GRISA, 2017) para a agricultura familiar.

A agricultura familiar diversificada oferece oportunidades para que se estabeleçam relações produtivas e comerciais, no âmbito regional, direcionados a produção, distribuição e consumo de alimentos diferenciados. Neste sentido, Renato Maluf ressalta que é importante a elaboração de ações públicas voltadas à promoção da produção e do consumo de alimentos regionais de qualidade, sob a forma de programas do governo e projetos que envolvam organizações não governamentais e entidades representativas dos agricultores e dos consumidores (MALUF, 2004).

Em síntese, mesmo existindo uma vasta bibliografia sobre esta temática, conforme demonstrado até aqui, é necessário considerar as inúmeras significações que esta terminologia possui, que remetem a uma diversidade de situações e contextos históricos e socioeconômicos (MOTTA, 2010) e que podem ser observadas no meio rural, nas diferentes regiões e nos resultados alcançados com a implementação de políticas públicas.

---

[11] A iniciativa em lançar um ano dedicado à agricultura familiar, em âmbito mundial, surgiu no ano de 2008, no Fórum Mundial Rural (WRF), que contou com a colaboração de mais de 350 organizações, 60 países e cinco continentes. Assim, em 2011 a FAO propôs que as Nações Unidas declarassem em 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar (FAO, 2013).

3 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo discorrer sobre o conceito de agricultura familiar a partir da perspectiva de diferentes autores. Considera-se neste trabalho a agricultura familiar como uma categoria social a qual possui raízes camponesas, mas entendida no Sul do Brasil como o colono. O colono vem da Europa, com a identidade do camponês e, no Sul do Brasil, assume a identidade de colono em oposição ao lavrador nacional. Do ano de 2006[12] em diante, com a consolidação das políticas públicas para esta categoria social, ele assume a identidade de agricultor familiar.

Diante das definições e conceitos apresentados a partir de diferentes autores, tanto sobre o campesinato quanto sobre a agricultura familiar, cabe destacar que as mudanças que ocorreram nas formas de vida e de organização camponesa não deixaram de lado as formas sociais até então predominantes. Conforme Tedesco (2006, p. 19), há "um sistema de valores, códigos, crenças e regras formando um *habitus* mutável, nem sempre no sentido linear evolucionista de aperfeiçoamento que articula a relação entre agricultura familiar e modernização social e técnica". Assim, pressupõe-se que há na agricultura familiar características, códigos e valores que são transmitidos ao longo das gerações, mas também novas formas que são incorporadas e que contribuem para a construção do futuro e para se adaptar aos novos processos sociais.

A partir da literatura utilizada entende-se a agricultura familiar como uma prática que o colono tinha, que o camponês assume e o agricultor familiar também, dada as diferentes condições culturais, econômicas e sociais de cada período histórico. A terminologia agricultura familiar se consolidou no Brasil a partir da criação de políticas públicas e abarca uma diversidade de identidades, que vai desde os sem-terra, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, dentre outros.

A partir do exposto, a discussão realizada neste trabalho não tem como objetivo criar tipologias ou estabelecer conceitos definitivos e limites entre as definições de camponês, colono e agricultor familiar, mas sim, de retomar o debate realizado a partir de diferentes autores acerca destes conceitos e de pensar historicamente nas mudanças que estes sujeitos vivenciaram e as formas como buscaram se adaptar a realidade social e econômica. Esse estudo permite considerar que a agricultura familiar, possui duas

[12] No ano de 2006 foi implementada a Lei nº 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais, definindo o que se considera por agricultor familiar.

grandes vertentes: uma que concebe a terra como modo de vida e dela retira seu sustento e sua subsistência, se aproximando do conceito de camponês; e, a outra, que considera a terra como forma de acumulação de capital e se caracteriza por formas mais modernas de exploração da terra.

A importância deste estudo reside em demonstrar que há uma complexidade e uma diversidade, intrínseca à agricultura familiar, em parte, oriunda do processo de ocupação do território brasileiro, que resultou em diferenciações regionais. As abordagens apresentadas nesse trabalho permitem apresentar elementos que auxiliam na compreensão das mudanças que ocorreram ao longo da trajetória dessa categoria social.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia***,* v. 22, n. 1, p. 53-66, 2005.

BERGAMASCO, Maria Sonia Pessoa Pereira; DELGADO, Guilherme Costa. Apresentação. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura familiar brasileira***:* desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 9-11.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 09 jan. 2020.

CARRARA, Angelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias de (Orgs.). **História agrária***:* propriedade e conflito. Guarapuava: Unicentro, 2008, p. 17-40.

ENGELS, Friedrich. O problema do camponês na França e na Alemanha. [Tradução de Sandra Brizolla]. *In:* GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 59-80.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **International year of family farming 2014**. Master plan. 2013, p. 1. Disponível em: http:// www.fao.org/fileadmin/user_upload/iyff/docs/FinalMasterPlanIYFF. Acesso em: 07 jan. 2020.

FEÍTO, María Carolina. Modalidades de intervención social para agricultores familiares periurbanos de La Matanza, provincia de Buenos Aires, Argentina. **Estudios Rurales**, v. 5, n. 10, p. 1-20, 2016.

GRISA, Catia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 292-313.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, A. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao "*family farming*" americano? **Revista de Economia e Sociologia Rural***,* v. 52, n. 1, p. 85-104, 2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 299.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ijuí. Rio Grande do Sul – RS. **Histórico**. IBGE, s/d. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ijui/historico. Acesso em: 17 mai. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário:** resultados definitivos 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096. Acesso em: 16 jan. 2020.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar***:* comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar***:* comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MALUF, Renato Sergio Jamil. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 72-75.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 63-84, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

PLOEG. Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, Sergio (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15-58, 2006.

RIBEIRO, Leandro Nieves. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato. **Revista Nera**, v. 16, n. 23, p. 167-170, 2013.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris***,* v. 4, n. 1, p. 111, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016a.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016b, p. 95.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana***,* n. 17, v. 2, p. 400, 2011.

STOFFEL, Janete. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região sul do Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Tecendo os fios condutores de um debate: que desafios, perspectivas e proposições para as agriculturas de base familiar e camponesa do Brasil? *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura familiar brasileira***:* desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 436-472.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família***: ethos* e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

TEDESCO, João Carlos. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar***:* velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: UPF, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf. Acesso em: 04 abr. 2018, p. 12.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In*: GIARRACA, Norma (Compiladora). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2001, p. 31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 40.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

UM NÚCLEO CABOCLO NA SERRA DO BOTUCARAÍ- RS

Jane Cunha Pinto[1]

1 Introdução

Este artigo pauta-se no objetivo de entender os processos que ocasionaram a ocupação dos caboclos na Região Alto da Serra do Botucaraí e especialmente no município de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, buscamos desmistificar quem eram estes sujeitos sociais, como está constituída sua relação com a terra e sua organização socioeconômica.

Reflete-se de que forma houve a ocupação histórica da região pelos caboclos, em torno da sua origem, da fixação na terra e das variáveis que se constituíram ao longo do tempo decorrentes desta ocupação, sejam aquelas relacionadas aos índices oficiais, seja aquela que demonstra as estratégias que os caboclos locais utilizam a fim de garantir a sua sobrevivência.

2 O caboclo e sua representação

A expressão "caboclo" é utilizada de maneira geral em todos os estados do Brasil, embora assuma diferentes concepções de acordo com o espaço territorial. No entanto, a palavra "caboclo" designa o homem ligado a terra, com uma condição específica de sobrevivência, normalmente associado à produção de subsistência e com uma condição econômica considerada precária.

Outras formas de nomear o caboclo o relacionam ao campesinato, como uma forma histórica de oposição ao vocábulo colono, este dirigido aos imigrantes italianos e alemães em sua maioria, que aportaram no Brasil e acabaram por se constituir, em alguns estados, no maior contingente populacional.

A palavra possui uma farta gama de significados e pode designar o brasileiro miscigenado do branco descendente de portugueses com o indígena; do branco descendente de portugueses com o negro ou; do indígena com o negro. A tipificação étnica, no entanto, não é a única existente no que se refere ao caboclo, pois o vocábulo também está relacionado com a cultura assumida por este agrupamento social. E esta nem sempre obedece aos paradigmas étnicos, sendo multifacetada, não homogênea e

[1] Mestranda em História Regional, pela Universidade de Passo Fundo. E-mail: janesun@uol.com.br.

apresentando variáveis difíceis de quantificar com precisão, o que gera certa confusão quanto aos usos da palavra.

Alguns autores preferem utilizar o termo "brasileiro" em detrimento de caboclo, já que esse último vem, invariavelmente, associado ao conteúdo discriminatório. Este é o caso de Renk (1997, p. 14, apud MARTINS; WELTER, 2006, p. 142), que justifica sua opção ao considerar que para o caboclo, "*brasileiro* é sua autoidentificação", ao mesmo tempo em que não possui a carga de objeção que carrega o outro vocábulo. Por outro lado, alguns autores acreditam que a utilização do termo caboclo serve como um reforço positivo de reconhecimento, de fortalecimento de grupo e por isso seu uso deve ser incentivado (MARTINS; WELTER, 2006).

Presente no imaginário coletivo brasileiro, a representação imagética que se construiu sobre o caboclo ao longo do tempo o situa como o indivíduo permanente cansado, sentado na soleira da porta de sua pequena casa de barro, picando fumo e de pés no chão. No sul do país, associa-se o caboclo ao morador de casebres de madeira rudimentares, em poucas condições de limpeza, muitos filhos e larga ignorância. Esta visão não é muito diferente daquela construída por Monteiro Lobato (1882-1948) em sua obra e amplamente divulgado através do personagem Jeca Tatu, o qual vem caracterizando, ao longo do tempo, as piores qualidades do brasileiro.

Para Márcio Both da Silva (2016, p. 109), os termos relacionados ao caboclo, que em certas situações parecem adequados, tornam-se escorregadios ao se pensar em outras, pois "alguns tem significado regional bastante preciso (caipira para sudeste e cabra para o nordeste), portanto é difícil aplicá-los fora do seu contexto". A expressão caboclo é utilizada de forma pejorativa, principalmente nos três estados do sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pelas populações de descendentes de imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães, em relação às demais composições sociais.

No Estado do Rio Grande do Sul, algumas denominações foram sendo construídas e sendo autoatribuídas pelos próprios caboclos, pelos órgãos oficiais ou pela própria literatura acadêmica ao tratar do tema. Entre estas, as que permaneceram de forma muito presente junto à população dizem respeito à atividade do caboclo. No século XIX e século XX a utilização da denominação "lavrador" para identificar o caboclo foi uma constante tanto por parte dos camponeses como por parte dos órgãos oficiais do estado.

Por sua vez, os trabalhos acadêmicos muitas vezes utilizam a terminologia "lavrador pobre", "nacionais" ou "homens livres pobres". O historiador Paulo Zarth (2002), em sua obra, adota a terminologia "lavradores nacionais pobres". Atualmente, a

expressão “lavrador” tem sido substituída por outras, como agricultor, camponês, caipira e até mesmo colono, entre outras variações.

Sob o prisma cultural, as relações de proximidade que o caboclo estabelece com a terra; as expressões de sua fé e religiosidade; os laços familiares, de compadrio e de solidariedade dentro da sua comunidade; entre tantas outras formas que identificam este seguimento de indivíduos, compõe um rico mosaico cultural. Por outro lado, esta riqueza cultural não é uma unanimidade. Alguns autores, principalmente do período em que vigorou mais fortemente a doutrina positivista no Brasil, entendem que o caboclo, não é apenas pobre no aspecto econômico, mas também no aspecto cultural.

O pesquisador Paulo Zarth (2002) diz que muitos pesquisadores atribuíram aos lavradores nacionais livres concepções preconceituosas, que os definiam como indivíduos vivendo de forma isolada, à margem da sociedade, a qual chegou-se até a designar como homens dispensáveis.

À essa pobreza cultural também estariam atreladas situações de violência, já que a preguiça ou vadiagem, os maus hábitos, a falta de educação, são motivos que descambam para as práticas violentas. Both da Silva (2016), no entanto, salienta que esta caracterização da violência relacionada mais fortemente aos caboclos pobres, carece de comprovação, visto que sempre existiu falta de registros fidedignos neste sentido, ao mesmo tempo em que sendo os estratos mais fragilizados da população, também são mais facilmente atribuídos de culpabilidade.

Ainda afirma Both da Silva, que a violência pode estar associada a ausência do Estado, a qual abre brechas para que os conflitos sejam resolvidos entre as próprias pessoas. Neste sentido, valores como honra e coragem são muito caros ao universo caboclo e as “questões de honra” assumem uma dimensão supervalorizada em relação a outras culturas. Soma-se a isso, a violência utilizada como resistência social, que serve, entre outros motivos, para expor as mazelas a que a população está submetida (2016, p. 183).

Os estigmas que acompanham o caboclo, se por um lado o situam em um paradigma de violência e subversão, por outro lado preservam a imagem idílica do indivíduo hospitaleiro e manso. Convivem de forma ambígua a visão do homem simples, que acolhe os visitantes, servindo melhor o outro do que a si próprio e ao mesmo tempo, do homem valente e corajoso, que não foge de uma luta, mas que também pode evoluir rapidamente para a irracionalidade. Estas complexidades culturais constituem-se em

representações regionais do caboclo presentes em todos os espaços do território nacional e conforme a cultura presente localmente, podem perder ou ganhar força (PINTO, 2021).

Tedesco (2014, p. 95) afirma que a cultura cabocla tem "sua ênfase na particularidade do contato, acesso e cultivo da terra, bem como em sua concepção em torno da propriedade privada da terra". Ao não se enquadrar nos moldes do capitalismo, torna-se um indesejável, ao mesmo tempo em que ocupa o espaço que poderia ser de outro grupo mais produtivo, e acaba por tornar-se um excluído dos projetos oficiais.

2.1 Caboclos do Rio Grande do Sul

A história dos caboclos no Estado mais meridional do Brasil apresenta muitas contradições e pouca profundidade, sendo uma cultura que ao longo do tempo por não gozar do mesmo *status* de outros agrupamentos homogeneizados principalmente do ponto de vista étnico, acabou relegada ao ostracismo.

Por ser um território em que a imigração europeia, principalmente de italianos e alemães, imigrantes que foram desejados pelos órgãos oficiais e pelos mandatários do poder, gozam de uma reputação bem consolidada de pioneirismo, empreendedorismo e utilidade para o estado, em contraposição ao modo como se enxerga o caboclo.

O mesmo conceito não é referendado com relação ao caboclo presente no Estado. A sua história é pouco conhecida, muito mais restrita aos espaços acadêmicos da atualidade. Neste sentido, a história dos caboclos carece dos perpetuadores de memória. Por ser uma história de despossuídos e de fracassos, contendas e expulsões, não apresenta o mesmo apelo que a "heroica jornada" dos imigrantes brancos da Europa não ibérica para o novo mundo selvagem e inculto (PINTO, 2021).

Conforme o historiador Paulo Zarth (2002), em meados do século XIX, todos os campos pastoris, com suas áreas de campos nativos privilegiados, estavam ocupados em sua maioria pelos grandes latifúndios já consolidados, os quais desde sempre representavam um impeditivo ao desenvolvimento da agricultura de subsistência. E, para completar, uma classe militar e política instalada no poder. Neste contexto, o caboclo sobrevive como empregado nestes latifúndios, podendo ser utilizado em um momento, mas descartado no seguinte, à vontade dos proprietários.

Na medida em que a propriedades dos latifúndios estavam demarcados, ao caboclo restou a busca por novas terras, onde pudesse manter sua forma usual de sobrevivência por subsistência. Neste sentido, as áreas de matas tornaram-se os espaços a serem

buscados pelos caboclos para garantir o seu pequeno quinhão, o qual acreditavam estava garantido pela posse que faziam da terra.

Devido a essa busca ou desbravamento das terras até então virgens, ao caboclo é creditado a liderança da "frente da frente" da exploração, inicialmente sendo eles o que efetivamente desbravaram os sertões (POLI, 2014, p. 165), abrindo caminhos, enfrentando o pior antes dos novos imigrantes o fazerem. Ao ocorrer a entrada da imigração no Brasil, esta granjeou inúmeros subsídios que tornaram a colonização das terras mais facilitada. A partir disso, as empresas colonizadoras criaram estratégias de ocupação dessas terras, restando ao contingente de caboclos que estava de posse das áreas de matas vender suas propriedades por um preço muitas vezes irrisório ou, em se negando a fazê-lo, serem expulsos sumariamente para alojar as famílias de colonos que chegavam.

Conforme Poli (2014), a propriedade da terra era difícil de ser conseguida, principalmente pelos entraves burocráticos e poucos tinham conhecimento cultural para enfrentar e superar as exigências dessa estrutura. O caboclo não teve oportunidade para se estudar e sua filosofia de vida contrastava com a ótica capitalista, à qual não conseguia se adaptar. Assim, as colonizadoras que adquiriam as terras não queriam ter em suas áreas os chamados "intrusos", pois poderia comprometer a comercialização das terras (POLI, 2014).

2.2 Propriedade e colonização da Região Alto da Serra do Botucaraí

Na região do Alto da Serra do Botucaraí, anteriormente município de Soledade, poucas sesmarias foram distribuídas, ainda que o seu território seja amplo. De acordo com as pesquisas conduzidas por Eifert (2017, p. 40), chegou-se a um levantamento de "dez sesmarias concedidas na região de Soledade e localizadas próximas umas das outras". Assim, pode-se afirmar que é uma região onde há muita concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Com as melhores terras já ocupadas, aos caboclos restou tomar posse de terras devolutas, as quais, com o advento da Lei de Terras, acabou por perder.

A Lei de Terras de 1850 alterou profundamente a legislação brasileira relativa à propriedade rural, sendo a primeira lei agrária nacional. Esteve em funcionamento entre os anos de 1850 até 1889 e serviu, ainda que com falhas, ao seu propósito, pois até a segunda metade do século XIX era impossível ter certeza sobre os limites das propriedades, já que não se sabia onde iniciavam e onde terminavam os limites públicos e particulares das terras brasileiras (BOTH, 2016). A Lei de Terras objetivava disciplinar

a apropriação territorial, colocando impeditivos para os apossamentos, ao mesmo tempo em que serviria para discriminar, medir e vender as terras devolutas (ORTIZ, 2006).

As áreas das quais se foi tomando posse foram legitimadas a partir da Lei de Terras de 1850 e seu regulamento de 30/01/1854. A legitimação acontecia no registro paroquial da Igreja Católica para os posseiros que tivessem comprovada a existência de cultura na terra. Já as posses de terras públicas eram feitas junto ao Governo, com a condição de as medir, dividir e demarcar perante um juiz comissário. Até 1850 havia grandes extensões de terras devolutas em Soledade, situação que permaneceu até a virada do século XX, acredita-se que por desinformação ou por falta de recursos para que os posseiros promovessem a legitimação.

Uma das falhas apontadas pelos pesquisadores do mundo rural brasileiro refere-se ao fato da Lei estar eivada de vícios, pois foi elaborada e executada por um grupo de pessoas que possuíam interesse nas questões envolvendo a ocupação da terra, como sesmeiros e posseiros. Outra questão, referia-se a intenção de dificultar o acesso fácil à terra, a fim de, mediante a extinção do tráfico negreiro, ter disponível mão de obra para o funcionamento das fazendas (BOTH, 2016).

Quanto às terras já possuídas, a Lei determinava que fossem regularizadas, medidas e demarcadas, até a emissão de títulos legítimos de propriedade. Quanto às terras devolutas, estas foram definidas por exclusão, sendo aquelas que não estavam sob uso público, ou domínio particular. Estas poderiam ser vendidas pelo governo, que com os recursos oriundos, fariam novas demarcações e importariam colonos livres (PINTO, 2021).

Em 1854 houve o decreto que mandava executar a Lei de Terras, efetivamente. A partir de então, obrigou-se a fazer o registro das possessões, respeitando-se trâmites e prazos, sob pena de haver sanções. O registro era feito através dos vigários das freguesias, o qual passou a ser chamado de Registro Paroquial de Terras, porém, sem exatidão.

Nos primeiros anos da República, o governo criou a Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização, com o Ato n.º 15 de 31 de janeiro de 1895, como forma de organizar a Secretaria de Obras Públicas, com a finalidade de administrar as Comissões de Terras espalhadas pelo estado. Mais tarde ocorreu um desmembramento nesse órgão público, tornando-se então a Diretoria de Terras e Colonização, sob a liderança de Carlos Torres Gonçalves, praticante do positivismo religioso que buscava pôr em prática as suas ideias através do órgão público (SCHMITZ; NUNES, 2018).

Em 1908, foi constituída a Comissão de Terras de Soledade (CTC), que tinha como objetivo demarcar e dividir as terras públicas do município e de outros, como Rio Pardo, Cachoeira e Lajeado. Neste sentido, era responsável por formar novas colônias, abrir estradas, regularizar a situação jurídica das posses e abrir novas frentes de ocupação das terras.

Os registros da entrada dos colonos alemães no território Soledadense iniciam a partir de 1857. No início do século XX essa composição mudou definitivamente com a entrada de italianos, principalmente no que atualmente se conhece pelos municípios de Itapuca, Guaporé, Anta Gorda, Espumoso e Sobradinho. Alemães se concentraram em Tunas, Arroio do Tigre e nas divisas com Santa Cruz do Sul. Este afluxo de imigrantes transformou o perfil de ocupação regional, transformando o território de ocupação cabocla em uma ocupação desejada de europeus não ibéricos.

Durante este período a matriz econômica do município permaneceu com a produção de gado vacum, o fumo, a erva-mate e a banha. O território Soledadense, repleto de matas de araucária, foi alvo da exploração predatória, servindo durante anos para a exploração, venda a nacionais e exportação de madeira. Atualmente, praticamente é inexistente a floresta de araucária. Ainda assim, a expectativa de desenvolvimento estava nos núcleos colonizadores, de onde se acreditava viria a maior prosperidade para o município.

O século XX viu o extenso território do município de Soledade, assim como aconteceu com outros, desmembrar-se em vários pequenos municípios. Principiou em 1927, com a emancipação de Sobradinho, seu mais próspero distrito. Um dado sugestivo com relação ao município é que mesmo com a perda de Sobradinho, em 1940 a população de Soledade era de 70.279 habitantes; em 1950, saltou para 95.869, um expressivo aumento de 37% em dez anos. É então que as emancipações retiram uma parte significativa de sua população e de sua economia.

Espumoso emancipa-se em 1955; Maurício Cardoso e Arvorezinha em 1959; Camargo torna-se distrito de Marau; na década de 60, Barros Cassal, Fontoura Xavier e São José do Herval conseguem sua independência; e Tunas, incorpora-se a Arroio do Tigre. De uma população de quase 100 mil habitantes, atualmente o município não possui mais que 31 mil pessoas.

A região do Alto da Serra do Botucaraí, compreende atualmente dezesseis municípios, sendo eles: Alto Alegre, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Itapuca, Jacuizinho, Lagoão, Mormaço, Soledade,

Victor Graeff, São José do Herval, Nicolau Vergueiro e Tio Hugo. Este vasto território, com algumas poucas alterações, pode-se dizer que compunha o município de Soledade até meados dos anos sessenta, quando aconteceu a última emancipação.

2.3 Fontoura Xavier: Um espaço de ocupação cabocla

A trajetória de Fontoura Xavier se confunde com a de Soledade, pois durante a maior parte da sua história era parte do território de Soledade. No passado, foi um dos seus principais distritos, nomeado Rincão de Nossa Senhora, o qual apresenta muito claramente o final da área de campos nativos, característico do bioma pampa e o início da região de matas no Rio Grande do Sul.

O território onde hoje está situado o município foi no século XVII visitada pelos jesuítas, sendo que o Padre João Soares, em 1633, fundou a 15ª Redução Jesuíta (BORGES, 2010). Esta redução, como as demais, foi completamente destruída pelos Bandeirantes Paulistas na busca por escravos indígenas. A prova material dessa redução é a pedra marco divisor de ervais dos jesuítas, patrimônio histórico preservado do município.

Com o desenvolvimento de núcleos populacionais em diversos locais do Rio Grande do Sul, surgiram as rotas comerciais pelas quais transitavam tropas muares cuja finalidade era transportar mercadorias abastecendo outras regiões do estado. Ao longo destas rotas estabeleciam-se locais para pernoite dos tropeiros, os quais nada mais eram que albergues rústicos providos com cercados para as tropas. Nesses pousos, foram surgindo pequenos núcleos populacionais, em espaços até então não colonizados. Acredita-se que alguns desses grupos instalaram-se na beira da estrada onde havia a circulação das tropas, a qual cortava a encosta do planalto norte-rio-grandense, ligando o Vale do Taquari ao atual município de Soledade, impulsionando a formação de vilas. Um desses núcleos originou o povoado de Guamirim, o qual recebeu esta denominação em função da expressiva quantidade de árvores de guamirim em seu território, e que atualmente corresponde ao município de Fontoura Xavier.

A vila agrupava as edificações voltadas ao comércio e era ocupada pelos indivíduos que detinham maior potencial econômico. As famílias mais humildes residiam no interior do município, ocupando-se da agricultura de subsistência que, posteriormente, migrou para o modelo produtivo baseado na fumicultura.

Sua população é predominantemente de etnia portuguesa, porém entre os seus habitantes também existem alemães, italianos, alguns poucos descendentes dos nativos autóctones e de descendentes dos cativos africanos.

A área territorial de Fontoura Xavier compreende 583,465 km^2, para uma população em 2010, de 10.719 pessoas, com uma taxa de densidade demográfica de 18,37% (IBGE, 2021). Do total da população, cerca de 60%, vivem no meio rural, o qual concentra em média cinco pessoas por família, superando a estatística do grupo familiar urbano.

De modo geral, os índices de analfabetismo estão diminuindo no país e no Estado do RS não foi diferente. O Brasil apresentava em 2010, uma taxa de analfabetismo de 9,6%, enquanto o Estado, 4,3%. Neste sentido, a região Alto da Serra do Botucaraí centraliza um dos seus maiores problemas, pois contabilizou 10,8% de analfabetos, um índice comparativamente maior do que o do país (FEE, 2017).

Especificamente Fontoura Xavier ocupa o penúltimo lugar no quesito analfabetismo, estando à frente somente de outro município da sua própria região, Lagoão. Este *déficit* tem permanecido praticamente inalterado nos últimos anos. A diminuição da população do município, bem como o envelhecimento de sua população.

A economia do município baseia-se principalmente nos produtos agropecuários, como erva-mate, fumo, madeira, ovos, frango de corte, lenha, soja e bovinocultura. Também, em menor escala feijão, milho, suinocultura, leite e pedras preciosas.

Alguns indicadores possuem destaque, como a extração de madeiras em toras, da qual é o sétimo maior produtor do Estado. Ainda, conforme os dados apurados pelo IBGE, em 2019 era o quinto maior produtor de erva mate do RS.

Com relação à sua povoação, a grande maioria é constituída por indivíduos descendentes de lusitano portugueses. Há sinais da presença de miscigenações entre as diferentes etnias que compõe o município, sendo que estas em sua maioria permanecem mantendo o modo de vida caboclo.

Como mais de 60% da população ainda vive no meio rural, o *ethos* camponês encontra-se muito bem preservado. Em parte, isto acontece devido à peculiar geografia do município, a qual não permitiu a instalação de grandes latifúndios, seja de criação de gado, seja de plantação de soja.

Dessa maneira, o município se caracteriza pela presença dos minifúndios, em áreas de terreno acidentado, com presença de montanhas, bem como cobertura de florestas na maior parte das propriedades. Nestas florestas, há a presença de animais silvestres e de árvores nativas importantes econômica e culturalmente para os caboclos sulinos, como é o caso da araucária por exemplo.

Na questão da atividade econômica adotada, preponderam as plantações de subsistência, principalmente milho, feijão, mandioca, batata, bata doce e verduras. O pinhão está largamente presente tanto para consumo das famílias quanto para agregar renda.

A renda principal das propriedades advém do plantio de fumo, em vinculação com as fumageiras, principalmente do município de Santa Cruz do Sul, e que permite a manutenção das famílias. O plantio de erva-mate é tido como uma economia fundamental para os agricultores e é também chamado de poupança verde, pois permite podas regulares de três em três anos, que contribuem definitivamente para a renda do pequeno agricultor.

Utilizam muitas vezes uma estratégia adicional para aumento da renda, saindo "para fora" para trabalhar. Assim, uma grande parte da população masculina de Fontoura Xavier busca em empresas, principalmente do setor de construção civil empregar-se a fim de obter os direitos trabalhistas, também somar tempo de serviço para se aposentar, mas principalmente ter um salário para sustentar a família, no período em que não conseguem produzir excedente para a venda dos produtos agrícolas, o que geralmente acontece, pois as propriedades são pequenas.

Mantem fortemente presente os hábitos religiosos, vinculados a igreja católica, mas também de forma pessoa, familiar ou individualizada. São hábitos passados de geração em geração e que se encontram plenamente preservados.

3 Considerações finais

O caboclo foi primeiramente empregado dos grandes latifúndios pastoris da região de Soledade. Após a sua expulsão das áreas em que era posseiro, tornou-se um desbravador dos espaços mais inóspitas da região Alto da Serra do Botucaraí. Estando na área de frente da exploração acabou por preparar terreno para as outras etnias que vieram a se instalar na região.

A população cabocla que está fixada na zona rural de Fontoura Xavier, a qual é composta de pequenos agricultores, a maior parte de origem portuguesa lusitana ou miscigenada, tem como característica a agricultura em pequenas porções de terras, o plantio para subsistência e a busca de atividades que produzam o sustento de suas famílias, inclusive o trabalho sazonal ou permanente em empresas de fora do município.

Assim, pode-se afirmar que a comunidade de Fontoura Xavier, constitui-se em sua maioria em um grupo com características socioeconômicas atreladas à cultura

cabocla, interagindo de diferentes formas com o espaço ao seu redor, preservando seu ethos camponês o que tradicionalmente representa o seu modo de vida.

Referências

BORGES, Paulo Diógenes Quevedo; Pederiva, Maristela Pozza; De Mamann, Alberto José. **Plano estratégico de desenvolvimento da região do Alto da Serra do Botucaraí**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.

EIFERT, Maria Beatriz Chini. **Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)**. Cruz Alta: Editora Gaya, 2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Soledade na história**. Porto Alegre: CORAG, 1975.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fontoura-xavier/panorama.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. **Cultura cabocla:** uma identidade cultural em construção no mundo rural. Campinas, Temáticas, jan/dez. 2006. DOI 10.20396/temáticas.v14i27/28.13636.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes**: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade-1850-1889). Dissertação (Mestrado em Históra) UPF, Passo Fundo, 2006.

ORTIZ, Mirian da Silva. **Fontoura Xavier: resgatando as origens**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2008.

PESSOA, M. L. (Org.). Educação no RS. In: _____. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/demografia/educacao-no-rs/. Acesso em: 12 mar. de 2021.

PINTO, Jane Cunha. **Um núcleo caboclo na Serra do Botucaraí – RS**. Dissertação não publicada (Mestrado em História), UPF, Passo Fundo, 2021.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira; NUNES, Rosani Maria Martinelli. **Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira:** atuação nos toldos indígenas sob suas jurisdições. Ágora. Santa Cruz do Sul, v.20, n.01, p. 05-15, jan./jun. 2018.

SILVA, Marcio Antonio Both da. **Caboclos e colonos**: encontros, ocupações e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

TEDESCO, João Carlos. Os "Tendeiros da Serra do Botucaraí": Estratégias mercantis e culturais no meio rural do centro-norte do RS. **Sociais e humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 02, mai/ago 2014, p. 91 – 109.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: O Rio Grande do Sul agrário do século XX. Ijuí: EdiUNIJUÍ, 2002.

25ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - SOLEDADE. **Diagnóstico da Educação Básica**. Estado do RS: 2012.

"DE MALA E CUIA": EMIGRAÇÃO DE RIO-GRANDENSES AO PARAGUAI (1970 - 1980)

Vanucia Gnoatto[1]

"Si DIOS hizo tierra más
lindas que Paraguay puede
guardarlas para él, porque
yo me voy es a Paraguay".
(Fala do pai de Noeli Pasuch Rambo)

1 Introdução

O presente artigo busca analisar a emigração de rio-grandenses entre as décadas de 1970 a 1980 ao Paraguai[2], visando mostrar a atuação das redes sociais, constituídas por conhecidos e familiares para a aquisição de terras e posterior emigração dessas famílias de pequenos agricultores que encontravam dificuldades para se manterem com poucas terras na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e que, atraídas pelas falas e propagandas desses contatos que conheciam o Paraguai, optaram por vender as propriedades no Rio Grande do Sul para emigrar e recomeçar as suas vidas no país vizinho, que se apresentava como um lugar cheio de promessas de um futuro melhor. Em alguns casos, houve uma emigração por etapas onde o esposo e filhos mais velhos emigravam antes para realizar as benfeitorias na nova propriedade e já em outros a ânsia pelo novo levava a emigração sem uma preparação prévia.

Metodologicamente, buscou-se analisar entrevistas semiestruturadas, a partir de pontos- chaves ligadas à emigração desses sujeitos. Nas narrativas dos imigrantes, percebem-se algumas especificidades que, conforme Thompson, 'evocam os "imaginários culturais" sobre os futuros locais de destino e explicam como estes imaginários são produzidos, disseminados, recebidos e usados' (THOMPSON, 2002, p. 345). Quando se analisa as narrativas dos imigrantes, percebe-se que estas descrevem o processo de aprendizagem no local de destino, os choques entre os antigos e novos costumes e a construção de novas compreensões do self e da sociedade, destacando a natureza inconstante e os significados complexos da identidade na vivência dos imigrantes.

[1] Mestra, graduada e doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo. Professora da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: vanuciagnoatto@gmail.com.
[2] O recorte ora apresentado faz parte da dissertação de mestrado em História, intitulada: Migrações, trajetórias e retornos: imigrantes brasileiros no Paraguai (1970 - 2018).

O trabalho com as entrevistas é um trabalho com memórias, de um passado com seus momentos felizes, do qual se tem facilidade de falar e outro de momentos mais difíceis, traumáticos, do qual pouco ou nada de fala. A memória é uma construção pessoal e também social. Para Menezes, como construção social, a memória "é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional". Ele acrescenta que "a memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para a classificação e para o intercambio social" (MENEZES, 1992, p. 22).

As narrativas que foram selecionadas são de membros de cinco famílias numerosas que realizam o deslocamento e se estabeleceram no Paraguai. A primeira fala é a da Maria Petter, que partiu com filhos e marido de Roque Gonzáles para a colônia na época de Santa Rosa del Monday. A segunda, de Nelci Barcelos, que partiu adolescente com muita resistência, com pais e irmãos, de Saltinho para a mesma colônia na qual emigrou a Maria. A terceira fala é sobre a emigração de Noeli Pasuch, que partiu de Três Passos ainda adolescente com seus pais e irmãos para colônia de Santa Rosa del Monday. A quarta fala é de Jacó Weller, que partiu de Cerro Largo para na época colônia de Santa Rita com toda a família. E, por último, a narrativa de Valdemar Kovalski, que partiu com a esposa e seus dez filhos para a colônia na época de Raul Peña.

O que essas cinco narrativas têm em comum? A busca pela propriedade da terra, pertencer a famílias numerosas e o fato de terem partido do Rio Grande do Sul para o Paraguai. Quanto a este último ponto, gostar-se-ia de ressaltar neste trabalho que houve situações de diversas trajetórias realizadas ainda no interior brasileiro anteriores a emigração ao Paraguai por muitos migrantes. O que difere do grupo que será estudado aqui, que adquiriu terras no Paraguai por meio de contatos que já haviam realizado a emigração e que tinham conhecimento e partiram direto ou em etapas para as colônias, que atualmente são distritos, localizados ao sul do departamento de Alto Paraná, Paraguai.

2 Emigração ao Paraguai

A emigração de brasileiros ao Paraguai aconteceu em um contexto em que a geopolítica dos dois países buscava a ocupação dos espaços fronteiriços dos mesmos e que realizaram uma política de aproximação entre os dois países, com acordos e construções, como no caso da Itaipu. Algo que beneficiava aos dois países, pois diminuía a influência da Argentina na região da Bacia do Prata. Essa política levou a que as fronteiras do Paraguai estivessem abertas a emigração de brasileiros para a região

fronteiriça ao leste, primeiramente em departamentos de Alto Paraná, *Amambay* e *Canindeyú*.

Esses emigrantes migraram para ocupar as terras, visando o desenvolvimento econômico da região como parte da estratégia política do governo paraguaio. Para Sales (1996), "a política explícita da era Stroessner para favorecer a ocupação territorial, de forma a promover o desenvolvimento agrícola foi a abertura aos países vizinhos, sobretudo o Brasil**"**. Outro aspecto favorável a aquisição de terras no Paraguai foi a pouca rigidez da legislação daquele país para a aquisição de terras por estrangeiros (SALES, 1996, p. 88).

O processo migratório de brasileiros ao Paraguai é bastante plural na questão social, econômica e étnica e acontece de forma intensa em vários momentos do século XX. Bárbara (2005) classifica o processo migratório de brasileiros para o Paraguai em três períodos históricos. O primeiro, na década de 1960, constituído por imigrantes originários do norte e nordeste do Brasil. Posseiros, que passaram pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Prepararam o terreno para a expansão da fronteira agrícola capitalista. O segundo ocorreu na década de 1970, onde o Paraguai recebeu muitos camponeses que migraram do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foram atraídos pelo preço da terra, que chegava a ser cinco vezes mais em conta que no Brasil, e pela existência de terras bastante férteis. Já o terceiro movimento migratório intensifica-se na década de 80 com retorno de milhares de famílias brasileiras.

No Brasil, mais especificamente nas regiões sul e sudeste, acompanha-se o surgimento do processo de modernização agrícola que trouxe a mecanização, a utilização de diversos insumos agrícolas, visando o aumento da produção e a diminuição dos custos, o que de fato aconteceu. Porém, uma grande parcela de pequenos agricultores e trabalhadores do campo que não tinham como se manter e utilizar desse pacote tecnológico que veio com a política de modernização agrícola e optaram por emigrar ao Paraguai.

Conforme Sales (1996), na década de 1970, no estado do Rio Grande do Sul, a ocupação do território se deu no mesmo tempo em que aconteceu a modernização agrícola, o que ocorre em grandes proporções. Aliada a isso, a dinâmica de subdivisão de herança da pequena propriedade, num período de fim de fronteiras agrícolas no interior desse estado, impulsionou a itinerância para os outros estados e para o Paraguai.

Ao analisar-se a emigração de europeus ao Brasil, percebe-se como a busca pela propriedade da terra era fator determinante para a emigração. Segundo Neumann, "para

o imigrante, a propriedade da terra era muito importante. Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. A ligação do imigrante com a terra era indiscutível" (NEUMANN, 2008, p. 128). Entre os imigrantes descendentes de europeus, tanto nas migrações para e no Brasil e depois para o Paraguai, percebe-se uma ânsia em serem proprietários de terras, e esse desejo, por muitas vezes, leva a desapegar da casa paterna ou de outras propriedades e ir em busca de mais terras, estes, por vezes, se possuem um lote querem dois, três. No caso dos entrevistados, também se percebe a existência de um apego a propriedade da terra, o que de fato os leva a optar por buscar ofertas melhores e em grandes quantidades por um preço acessível, algo que para pequenos agricultores com pouco capital e bastantes filhos em uma realidade de escassez de ofertas de terras a opção mais viável era a aquisição de terras no Paraguai.

O que oportunizaria também a esses pais adquirirem propriedades para os filhos. Algo que não conseguiriam no Rio Grande do Sul. Com relação a isso, Sales afirma que "Tomando apenas o preço da terra em decorrência de políticas agrárias como motor para movimento migratório, pode perceber-se que, no Brasil, o tipo de modernização da agricultura, implementado a partir dos governos militares e no decorrer da década de 1970 e 1980, elevou substancialmente o preço da terra. Essa situação teve um peso decisivo na migração para os centros urbanos e para a região de fronteira agrícola" (SALES, 1996, p. 88).

Nos movimentos migratórios para o país vizinho, as redes sociais tiveram muita influência. Essas, tanto familiares como migratórias, eram constituídas por migrantes que já haviam migrado e faziam propagandas sobre as oportunidades favoráveis em novas terras ou dependendo do vínculo entre os possíveis migrantes auxiliavam na migração. Quanto à importância delas, Fazito (2005) defende que só o desejo de migrar por si só não leva a pessoa a migrar. O sujeito deve estar em condições ou em uma posição estrutural que torna possível a migração. Essa posição somente é alcançada se está inserido em redes. Ainda referente à constituição das redes sociais, elas se formam por intermédio

> de ações coletivas a partir da interação de rede, desde as redes mais "próximas" formadas no cotidiano, as redes primárias, até as redes secundárias, aquelas formadas em função da distância e/ou em função da ausência vinculadas a amizade, parentesco, religião, vizinhança, por exemplo (WARREN apud MONDARDO, 2010, p. 102).

Nos seus estudos com imigrantes italianos, Truzzi percebeu que existia, a partir do final do século XIX, na Itália, uma cultura ou tradição de emigração, o que, por sua

vez, facilitou a migração para o Brasil. Esta acontecia na forma de uma emigração em cadeia, em que familiares, conterrâneos e agentes de propaganda, funcionavam como uma corrente que transmitia informações e alimentava o deslocamento. Nesse sentido, o emigrante atuava no interior de redes de relações pessoais, de forma individual, ou no núcleo familiar, sendo visto com um agente racional que buscava seus objetivos e movimentava recursos relacionais para escolher o seu destino e se inserir no mercado de trabalho no local de destino, sendo visto como "agente mobilizador do capital social" (TRUZZI, 2008, p. 203 -207).

2.1 Emigrações de famílias rio-grandenses e as suas redes e estratégias

Entre os imigrantes brasileiros que entraram no Paraguai também se percebe a existência do "agente mobilizador do capital social". Ao se certificar da veracidade das informações sobre as terras do Paraguai e adquirir as suas terras, alguns imigrantes começam a propagandear entre os seus parentes e conterrâneos a oferta de terras neste país, promovendo e faturando com viagem de possíveis compradores de terra e trabalhando como vendedor das colonizadoras.

Foi o caso de migrantes que deixaram o Rio Grande do Sul, como Afonso Petter, esposo de Maria Petter, natural de Santa Cruz do Sul, que migrou para Roque Gonzáles, em 1941, em busca de terras melhores. Este, num primeiro momento, havia sido informado pelo funcionário do banco de que "no Paraguai para o colono seria melhor", ou seja, a possibilidade de permanecer e crescer como proprietário de terras seria melhor e, por isso,

> Ele veio pra cá [refere-se ao Paraguai] olhar e já se agradou. Tem um monte de gente que mora no Paraguai que ele trouxe lá dos nossos lados [Roque Gonzáles]. Ele tinha uma combi de lotação, daí ele trazia o pessoal, e como ele fazia várias viagens, foi até vendedor da Santa Rosa, da colonizadora, daí arrumava negócio e ele mesmo ajudava o vendedor vender as terras pra colonizar Santa Rosa [*del Monday*] (Maria Petter, Santa Terezinha de Itaipu, 13 jan. 2019).

Ainda conforme o relato da esposa, as viagens que ele fazia ao Paraguai estavam a serviço de realizar as benfeitorias na nova propriedade adquirida. O que leva a constatar que a emigração fora feita em etapas. No caso desse imigrante, percebe-se também que possuía recursos financeiros para realizar as viagens e encontrou uma forma de se beneficiar financeiramente na medida em que fazia contatos com seus conterrâneos sobre a oferta de terras no Paraguai.

Um dos contatos que teve o intermédio de Afonso Petter foi o do pai de Nelci Barcellos, em Saltinho, RS. Ele, no ano de 1984, tendo conhecimento sobre a oferta de terras no Paraguai, por meio de conhecidos que já haviam migrado, e após oferecer em uma conversa informal certa quantia ao corretor, se esse trouxesse um comprador para as suas terras, logo recebe uma proposta de compra e fecha negócio, sem ao menos conhecer as terras no Paraguai e sem a aprovação do restante da família. Ainda, o mesmo, necessitando de recursos para migrar e se estabelecer no país vizinho, acabou perdendo muito dinheiro na venda de bens que a família possuía na antiga propriedade, pois havia realizado a venda em prestações que não foram saldadas pelos devedores. Nelci segue o relato dizendo que:

> Por causa que veio uns lá que queriam vender terra, uns amigo dele que vieram do Paraguai, daí davam de corretor de terra, né, e daí foram lá influenciar para ele vender a terra, e ele aceitou na hora, não pensou duas vezes, aceitou na hora e já viemos. Foi bem rapidinho, foi rápido, era horrível, terrível, ninguém queria sair de lá. Na viagem inteira a gente se planejava pra fugir do pai no mesmo caminhão, os mais velhos[filhos]. [...]. Na viagem estragou o caminhão, bateu a camionete e fiquemos na metade do caminho, nos parentes lá em Giruá, fiquemos mais de uma semana lá, depois continuemos, mas foi terrível! (Nelci Barcelos, Foz do Iguaçu, 16 jan. 2019).

A "febre da migração", que levava muitos brasileiros a buscarem o "El Dourado" nas terras paraguaias, fez com que eles, como no caso acima citado, sem ao menos calcularem as vantagens e desvantagens dessa migração, como no caso assim citado por Nelci, fracassassem em sua decisão e perdessem o pouco que possuíam. A informante acima citada, que na época tinha quatorze anos, também percebeu desde o começo que a migração da família fora muito precipitada e desnecessária.

A tentação pelas terras paraguaias, pelo que elas poderiam possibilitar a esses agricultores, surgiu como uma luz diante da realidade em que muitos viviam no sul. A falta de perspectivas de superação das crises econômicas enfrentadas pelas famílias leva com que busquem em novos horizontes aquilo que não conseguem mais nas terras de origem. Motivado pela propaganda feita por um ex-vizinho referente às terras do Paraguai, o pai de Noeli Maria Pasuch Rambo vai pessoalmente averiguar a informação. E, após confirmá-las, decide migrar com a família no ano de 1979,

> *momento en el cual por la crisis financiera de esos años, gran inflación de los productos y poca producción en el campo, llevó a colapsar los comercios (que siempre se manejaban a crédito) y al no haber giro de dinero no pudo cobrar yendo a la bancarrota. Esto obligó a Papá, a buscar nuevas perspectivas y en la época el lugar que se mencionaba que tenía buen desarrollo, era uno llamado "Chapadão dos Gaúchos"[1] en Mato Grosso; hacia donde él se dirigió para confirmar estas informaciones, pero camino allí para en el estado de*

> *Paraná para visitar a un ex vecino, y este le informo que la gente estaba migrando hacia Paraguay donde había buena oferta de tierras, baratas y productivas. Allí cambio el rumbo y en vez de continuar hacia Mato Grosso vino Paraguay a confirmar esta otra nueva información. Llegando aquí encontró una tierra buena, llena de bosque, con gran potencial y por sobre todo barato. Así que volvió a Três Passos y lanzó esta expresión: "Si DIOS hizo tierra más lindas que Paraguay puede guardarlas para él, porque yo me voy es a Paraguay". Dicho esto vendió lo que tenía, pagó las cuentas dejando todo saldado, le sobro un poco de dinero y las fichas de sus deudores, las cuales nunca pudo rescatar, y salieron hacia Paraguay* (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).[3]

O pai de Noeli, em sua busca por superar as dificuldades financeiras da família, guia-se por informações de oportunidades e busca averiguar as mesmas para só depois migrar. Aqui um detalhe interessante é de que ele fica sabendo da oferta de terras no Mato Grosso, porém, após visitar um ex-vizinho no qual com certeza tinha uma confiança e saber da oferta de terras no Paraguai, acolhe a informação, verifica e após realiza a compra das terras. Nesse caso, o pai de Noeli soube calcular e refletir para poder fazer a melhor escolha para a família. Ao se referir a essa atitude adotada pelos migrantes, Soares cita a definição de Durham, que afirma quanto às redes sociais que o migrante

> segue as rotas que foram seguidas por parentes e amigos antes dele. Vai com conhecidos, ou à procura de conhecidos, que sabe estar em tal ou qual lugar. Os lugares que ele conhece são aqueles que fazem parte da experiência passada da sua comunidade e são relações pessoais que servem de ponto de apoio à movimentação espacial. A não ser excepcionalmente, o emigrante não se aventura no desconhecido, mas se orienta por notícias, por informações, por relações (DURHAM, 1984; p. 138 apud SOARES, 2002, p. 18).

Na fala do pai de Noeli, também se percebem as expectativas criadas por ele sobre as terras do Paraguai. Em suas análises, Pedone percebe que "os migrantes constroem socialmente representações sobre diferentes lugares de destino, sobre as potencialidades de trabalho e sobre as vantagens que esses lugares oferecem para homens e mulheres" (PEDONE, 2003, p. 109).

---

[3] Momento em que, devido à crise financeira daqueles anos, grande inflação de produtos e pouca produção no campo levou ao colapso de lojas (que sempre eram feitos a crédito) e como não havia transferência de dinheiro, ele não podia ser pago indo à falência. Isso forçou papai a procurar por novas perspectivas e na época o local que foi citado tinha bom desenvolvimento, era chamado "Chapadão dos Gaúchos" em Mato Grosso; onde ele foi para confirmar esta informação, mas ele caminhou. Daí ele foi para o Paraná para visitar um ex-vizinho, e este avisou que as pessoas estavam migrando para o Paraguai, onde havia uma boa oferta de terra, barata e produtiva. Daí mudou o curso e, em vez de continuar para o Mato Grosso, veio ao Paraguai para confirmar esta outra nova em formação. Chegando aqui encontrou um bom terreno, cheio de mata, com grande potencial e acima de tudo barato. Então ele voltou para Três Passos e lançou esta expressão: "Se DEUS fez a terra mais bonita do que o Paraguai pode guardar para ele, porque vou para o Paraguai ". Dito isso, ele vendeu o que ele tinha, ele pagou as contas deixando tudo resolvido, ele tinha um pouco de dinheiro sobrando e as fichas de seus devedores, que ele nunca foi capaz de resgatar, e saiu para Paraguai (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 de setembro de 2016).

Sobre as estratégias utilizadas pelos imigrantes no Paraguai, Souchaud afirma que, para a região, a princípio, chegavam os homens sozinhos, acompanhados às vezes de amigos ou parentes. Os brasileiros vinham para estes lugares informados por um rumor espalhado que dizia *"del otro lado de la frontera, las tierras abundantes y fértiles se ofrecen a las personas de buena voluntad"*.[4] Assim, depois de realizar certa averiguação, a família se unia de forma completa formando uma importante mão de obra (SOUCHAUD, 2007, p. 125).

Essa migração realizada em etapas foi feita pela família de Noeli. O seu pai e irmão migraram para trabalhar nas terras adquiridas enquanto a outra parte da família permaneceu na espera das condições favoráveis para migrar para as novas terras. Nesse momento, eles contaram com a ajuda e acolhida dos vizinhos que, também, por sua vez, já haviam emigrado do Brasil. Assim, a mesma descreve este momento:

> *Papá con el poco dinero que sobró después de pagar sus cuentas, vino a Paraguay a comprar tierras, y adquirió 12 hectáreas en lo que hoy es conocido como Curupayty (en la época Colonia de Formosa, perteneciente al Municipio de Santa Rosa del Monday, Alto Paraná, Paraguay), las compró del Señor Geraldo de Oliveira. Mientras Mamá que estaba embarazada y los hermanos quedamos en Tres Passos, aun viviendo un tiempo más. Luego de adquirir las tierras Papá volvió y junto con los dos hermanos varones volvieron a Paraguay para iniciar los trabajos, siendo acogidos por un vecino de tierras quien les brindó apoyo y solo un tiempo después si se hizo el viaje definitivo, esperando el nacimiento del nuevo bebey cuando cumplió un mes, dejamos Brasil y vinimos a Paraguay. Aquí llegamos a vivir de alquiler en la villa de Formosa, mientras que se plantaban las tierras adquiridas que eran a unos 3kms de la vivienda* (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).[5]

A mesma experiência, mas com algumas particularidades, foi feita pela família do ex-vereador de Santa Rita, Jacó Weller. Com poucas terras, recursos financeiros e uma família numerosa, pois já contava com filhos casados, o pai de Jacó, como muitos pais de família preocupados com o futuro dos filhos, fora atraído pelos convites de conhecidos e vizinhos que já haviam migrado ao Paraguai. Ele, ao conhecer as mesmas, adquiriu terras com a finalidade de destiná-las aos filhos e suas futuras famílias.

---

[4] Do outro lado da fronteira, as terras abundantes e férteis são oferecidas a pessoas de boa vontade.

[5] Papai, com o pouco dinheiro que sobrou, depois de pagar suas contas, veio ao Paraguai para comprar terras e adquiriu 12 hectares no que é agora conhecido como Curupayty (na época de Colônia de Formosa, pertencente ao Município de Santa Rosa del Monday, Alto Paraná, Paraguai), que foi terra comprada do Señor Geraldo de Oliveira. Enquanto a mãe, que estava grávida, e os irmãos ficaram em Três Passos vivendo um tempo a mais. Depois de adquirir as terras, papai voltou e junto com os dois irmãos homens voltaram ao Paraguai para iniciar a obra, sendo acolhidos por um vizinho de terra que os apoiou e só por um tempo depois a viagem final foi feita, se esperou primeiro o nascimento do novo bebê e, quando ele tinha um mês, saímos do Brasil e viemos para o Paraguai. Aqui viemos morar para alugar na cidade de Formosa, enquanto plantou as terras adquiridas que ficavam a cerca de 3 km de casa (Noeli Maria Pasuch Rambo, Santa Rita, 07 set. 2016).

> O pai se agradou e adquiriu uma propriedade em [19]73. Posteriormente, em outra viagem de reconhecimento e pagamento das terras adquiridas, aumentou a compra, mas como era um mundo desconhecido, só em [19]76 eu me animei a conhecer esse novo país, me agradei, decidi enfrentar essa nova realidade. Derrubei mato acompanhado do pai, plantamos e fizemos barracão, e em [19]77, já fizemos colheita. Casei-me no Rio Grande do Sul [...] e, em 07/07/1977, o pai tendo vendido a sua propriedade, decidimos mudar todos e viemos em quinze pessoas a esse novo país (Jacó Weler, Santa Rita, 17 jan. 2019).

A estratégia utilizada pelo pai de Jacó garantiu a propriedade de terras para os filhos, algo que no sul do Brasil estava cada vez mais escasso, e justamente por isso mais caro. Muitos pais de família se utilizaram dessa estratégia também adquirindo muitas vezes terra em mato que era mais em conta. No caso acima, houve toda uma articulação em novas terras antes da migração com o envolvimento da família. Porém, havia famílias que possuíam crianças, o que tornava a emigração um desafio maior.

Em um sábado de tardezinha, chegou-se à casa de Valdemar Kovalski e Josefa P. Kovalski, em Raul Penã. Os mesmos estavam na espera e com muito entusiasmo narraram as suas trajetórias ainda dentro de Guarani das Missões, no RS, onde realizaram seis mudanças no interior do município, em busca de terras melhores e em grande quantidade, pois a família estava cada vez mais numerosa. Insatisfeitos com a realidade em que viviam, decidiram conhecer novos horizontes. E, por meio de um corretor, foram conhecer as tão faladas terras paraguaias.

> Apareceu um corretor vendendo terra, ele não era vendedor, ele trazia as pessoas que compravam terras no Paraguai e daí nós viemos, mas na primeira vez eu vi que lá em Campo 9 e Campo 8 era terra mista, terra branca, aí nós voltamos [...], daí nós não queria aquelas terras porque nós tinha medo de terra branca. Daí na outra viagem, no outro mês, nós viemos aqui, entramos pela balsa 26, daí [...] eu vi terra colorada, e comprei duas colônias, daí compramos, puro mato. E viemos com a mudança no dia 22 de setembro de 1977 (Valdemar Kovalski, Raul Penã, 26 jul. 2018).

O casal nos descreve ainda a sua trajetória para o Paraguai, realizada com os dez filhos dentro de uma caminhoneta Rural *Willys* com muitos detalhes. A ajuda que tiveram dos familiares pelo caminho, como a hospedagem e mantimentos, no estado do Paraná, no caminho para o Paraguai, e os primeiros tempos em novas terras. Na medida em que um dos dois ia relatando o outro ia complementando, ou discordando, revelando assim o quanto a memória é uma construção social.

Na fala do entrevistado, percebe-se que havia um esquema de compra e venda de terras, com a visita de um corretor no Rio Grande do Sul e até a uma ou mais viagens para esses agricultores ao Paraguai. Para Valdemar Kovalski e família, a aquisição de mais

terras e melhores em Raul Peña foi o que os levou a se fixarem em um local, pois já haviam realizado várias migrações em busca de terras, em Guarani das Missões, RS. Estes, que neste município possuíam 12 hectares, no ano de 1977 adquiriram uma área de 24,2 hectares, no Paraguai. O exemplo do casal mostra que esses imigrantes conseguiram mais terras no Paraguai. Algo que na região onde viviam seria muito difícil devido aos custos e à pouca oferta.

Para esses agricultores, o Paraguai surgiu como uma possibilidade concreta de ampliar a propriedade da terra ou de ser proprietário ou, por fim, poder ter a possibilidade de conceder terras aos filhos, já que esses agricultores vinham de uma cultura familiar que, ao se casarem e constituírem famílias, recebiam terras de seus pais.

3 Considerações finais

Conclui-se que o Paraguai, país vizinho, implementou uma política de ocupação e colonização da região leste, na fronteira com o Brasil, e como resultado de outras parcerias entre os dois países, ampliou a propaganda no Brasil motivando assim a migração de brasileiros. A oferta de terras por preços atrativos carregou elevado número de colonos rio-grandenses rumo ao Paraguai. Partindo de uma área rural do país para outra área rural no leste do Paraguai, foram motivados essencialmente pela busca da propriedade de terras.

Nas trajetórias migratórias analisadas, percebe-se, além da decisão pessoal entre partir ou ficar, a atração exercida e facilidades propostas pelo Estado, fomentando políticas de colonização e acesso à propriedade agrária, com fins econômicos, como a ocupação de espaços estratégicos, como as zonas de fronteira e a produção agrícola vinculada à modernização da agricultura. O projeto migratório fazia parte do cotidiano das famílias analisadas que, diante da possibilidade de obter terras melhores por preços menores, não hesitavam em se despedir dos familiares e amigos e, assim, recomeçar em outro lugar.

A migração, impulsionada por motivações econômicas e familiares, na grande maioria das vezes acontecia de forma articulada por meio de redes pessoais de contatos, redes familiares, redes sociais constituídas por vizinhos, conhecidos e redes migratórias, que realizavam propaganda, ofereciam oportunidades e tornavam o processo migratório menos custoso. As redes familiares, por sua vez, entre os entrevistados, possibilitavam a migração de mais indivíduos que se encontravam em antigas terras.

Conforme os relatos, nota-se que as redes sociais foram um dos fatores fundamentais para a aquisição de terras e emigração das famílias analisadas. Em um contexto em que havia muitas dificuldades para se manterem no interior desses municípios, com poucos recursos financeiros e terras para essas famílias bastante numerosas, a opção para ser ou continuar sendo proprietário de terra naquele contexto foi o Paraguai.

Referências

BÁRBARA, Marcelo Santa. Brasiguaios: território e jogo de identidades. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.333-346.

FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais e Migração. Dois aspectos fundamentais do "retorno". **RBCS** - vol. 25 n° 72, 2010.

Jacó Weller, ex-vereador de Santa Rita, PY, natural de Cerro Largo, RS, entrevista concedida em Foz do Iguaçu, 17/01/2019.

Maria Petter, natural de Santa Cruz do Sul, RS, residente em Santa Terezinha de Itaipu, entrevista concedida em 13/01/2019.

MONDARDO, Marcos Leandro. Por um pedaço de chão. A diáspora gaúcha e catarinense para o Paraná e a construção do território rede. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, n°66, janeiro – junho, p.101 -114, 2010.

Nelci Barcelos, cuidadora de idosos, natural de Saltinho, RS, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 16/01/2019.

NEUMANN, Rosane. A iniciativa privada na colonização do noroeste do Rio Grande do Sul: a Colonizadora Meyer. In: SIDEKUM, Antônio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT Isabel Cristina (Orgs.). **Campos múltiplos:** identidade, cultura e história. *Festschrift* em homenagem ao prof. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia; Oikos, 2008, p.123 -140.

Noeli Maria Pasuch Rambo, cozinheira e dona de buffe, natural de Humaitá RS, residente em Santa Rita. Entrevista recebida em 07/09/2016.

PEDONE, Claudia. "**Tu siempre jalas a los tuyos":** cadenas y redes migratórias de las familias ecutorianas hacia España. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona: Barcelona, 2003.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Rev. Brasileira de Estudos Pop.,** Campinas, v. 1, n. 13, p.87-98, mar. 1996.

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. Tese (Doutorado em Demografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA/ ADEPO, 2007.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 22, n. 44, p.341-364, 2002. FapUNIFESP (SciELO).

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v.20.n.1, 2008, p. 199 - 218.

Valdemar Kovalski, natural de Guarani das Missões, RS, residente em Raul Penã, entrevista concedida em 26/07/2018.

IRAÍ, A MENINA DOS OLHOS DE TORRES GONÇALVES: DA COLONIZAÇÃO AO PROCESSO DE REVIDICAÇÃO INDÍGENA DE 1980

Alana da Silva Follador[1]

1 Introdução

Atualmente no Brasil existem diversos conflitos envolvendo indígenas e agricultores em torno do direito à posse e à propriedade da terra. Em cada região do país esses conflitos se apresentam de formas distintas, muitas vezes deixando apenas o âmbito jurídico e passando a confrontos físicos que, por vezes, resultam em consequências graves.

Na região norte do Rio Grande do Sul, atualmente existem 11 áreas indígenas em disputa, envolvendo 16 municípios, com a presença de conflitos entre indígenas e agricultores (BREITENBACH; TROAIN, 2014). A solicitação de demarcação de terras não busca garantir aos indígenas somente sua subsistência, mas busca também a preservação de uma memória coletiva, de um modo de vida que lhes é tradicional, bem como a conservação dos grupos e a preservação de sua cultura.

No Rio Grande do Sul, os conflitos se localizam em áreas que, em diferentes momentos da história, o Estado assegurou direitos sobre um mesmo território a diferentes grupos sociais, ora fomentando a ocupação, ora destituindo e removendo a legitimidade outrora concedida.

O presente trabalho busca compreender qual foi o processo de colonização do município de Iraí na região norte do estado do Rio Grande do Sul e relacionar com o processo de luta pela demarcação de terras da área indígena de Iraí Rio do Mel, que teve seu início em 1984. A partir de uma retomada histórica das políticas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, para o processo de colonização e formação do Balneário Osvaldo Cruz de águas termais. Assim como a análise da participação de Torres Gonçalves da consolidação da exploração turista da região. Visa-se compreender como se deu a organização do movimento indígena ao longo da década de 1980 e os fatores que influenciaram no processo de reivindicação de demarcação da área.

O caso do Rio do Mel é representativo nesse processo histórico, pois vem a ser uma luta anterior a Constituição 1988, culminante de ações do movimento de expulsão

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. alanafollador99@gmail.com.

de não- indígenas presentes na área da reserva florestal de Nonoai do ano de 1978. Outro ponto de destaque é o fato de ser uma das poucas solicitações de demarcação de terras, em particular da parte norte do Rio Grande do Sul, que houve a resolução favorável aos indígenas.

O trabalho em questão tem como objetivos compreender quais foram os fatores que impulsionaram o processo de colonização de Iraí no Norte do Rio Grande do Sul e analisar de que maneira a reivindicação de Iraí Rio do Mel compôs o cenário de luta indígena regional anterior a carta magna de 1988. Assim, identificando o que a luta indígena representou para o processo de empoderamento indígena e o que se manifesta nas atuais demandas.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram utilizadas a análise de fontes documentais encontradas online no Museu do Índio do Rio de Janeiro e nos arquivos da FUNAI de Passo Fundo/RS, documentos como, atas, ofícios, o laudo antropológico de Iraí, fotografias, plantas cartográficas, notícias do jornal *Zero Hora* e da revista *Veja* do período da década de 1980.

Também será realizada a leitura de bibliografias sobre a história de Iraí encontradas na biblioteca do Município de Iraí e de dissertações de mestrado que fazem uma análise da temática indígena dessa mesma localidade. Além da leitura de vários autores de referência sobre a temática indígena, colonização, estrutura fundiária e migratória.

A escolha por analisar o processo que levou a demarcação da área Indígena de Iraí foi feita pelo fato dela se diferenciar das demais solicitações de demarcação de terra da região norte do Rio Grande do Sul, por se tratar de uma região de exploração turista formada por Torres Gonçalves, além de ocorrer em período que teria como possíveis influências os conflitos em Nonoai em 1978, o que fez com que a demanda fosse anterior a Constituição de 1988. Importante destacar que, através dessa análise, buscaremos evidenciar quais foram os fatores que influenciaram no processo de colonização e posteriormente de reivindicação e demarcação da área indígena.

2 Iraí: a menina dos olhos de Torres Gonçalves

As fontes de águas termias do município de Iraí teriam sido descobertas durante a Revolta Federalista de 1893. Domingo Galvão, numa marcha em busca de refúgio, seguido por várias pessoas, atravessou a selva e se fixou nas proximidades da região em busca de alimento e caça, ali teria encontrado as fontes de Iraí (FICHER, 1954).

Ao final da revolta em 1895, muitos dos que se refugiaram, retornaram com suas famílias, e o local ficou conhecido como “Barreira do Mel”. A região fornecia água para o banho e para o consumo, assim como as matas ofereciam caça e alimentos para a coleta. Ao longo do tempo, os moradores dessa região começaram a reconhecer os benefícios das águas do Rio do Mel.

Em 1911 chegaram os primeiros colonizadores provenientes de Caxias do Sul e Guaporé, eram de descendência italiana e se fixaram nas proximidades de Lajeado Grande. Iraí era distrito de Palmeira das Missões, onde o governo tinha como organizador da Diretoria de Terra e Colonização (DTC) Frederico Westphalen. No ano de 1917, Westphalen enviou para a localidade Antônio Vilanova, que deveria desbravar as matas e iniciar a construção da rodovia que ligaria o Rio do Mel a Palmeira das Missões, com a estação férrea de Santa Bárbara do Sul.

Em 1917, Torres Gonçalves o Engenheiro Diretor da Diretoria de Terras e Colonização realizou o primeiro estudo a respeito das águas do Rio do Mel, em busca de suas propriedades, e a partir disso em 1919 se iniciou a construção do primeiro hotel nas proximidades da fonte, por Nestor Westphalen.

Assim o processo de venda de terras pela DTC na região aumentou e a construção de outros hotéis também começaram (FICHER,1954). Devido a isso se teve um aumento significativo da população. O governo do Estado mandou para a região, em 1920, Euclides Couto para iniciar a construção de um balneário provisório devido à crescente demanda de pessoas em busca de cura nas águas do Rio do Mel.

Tal Balneário foi idealizado e planejado por Torres Gonçalves, que tinha muito apreço pelas fontes termais de Iraí, pois conhecia bem seu potencial curativo, turístico e econômico, benéfico para o Estado de diversas formas, promovendo desse modo o primeiro projeto também da cidade de Iraí, que veio a se tornar a segunda cidade do Brasil com projeto de encanamento de água e esgoto em 1924.

Em julho de 1926, foi assinado um contrato de exploração e engarrafamento das águas de Iraí entre Vicente de Paula Dutra e Valzumiro Pereira Dutra, posteriormente, se formou a sociedade “Dutra, Westphalen &Cia” (GRASSI, 1992, p. 47).

É importante destacar que boa parte da mão da obra utilizada na construção dos hotéis próximos ao Balneário Osvaldo Cruz, segundo entrevista concedida à pesquisadora LAC (2005, p. 70), era de indígenas.

O desenvolvimento da região foi tão evidente que, em 1928, o então presidente da província, Getúlio Vargas, se hospedou em Iraí e, posteriormente, em abril de 1929,

visitou Iraí novamente acompanhado do presidente do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, com 38 o objetivo de se reunir com médicos e engenheiros para estudar obras na defesa das fontes das águas minerais contra possíveis contaminações exteriores e para analisar as obras necessárias para o abastecimento de água e rede de esgoto.

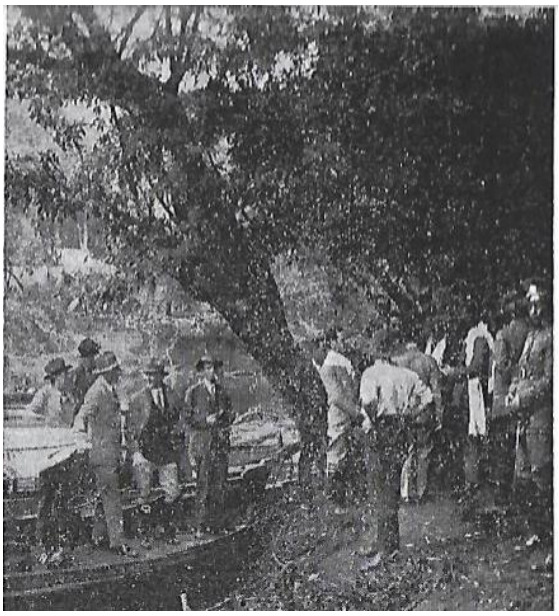


Figura 1 - Abril de 1929, visita do presidente da província Getúlio Vargas e do presidente do estado de Santa Catarina Adolfo Konder.
Fonte: FICHER, Martin. Iraí cidade saúde. Ijuí, 1954, p. 20.

Em 1938 foi nomeado prefeito de Iraí Álvaro Rodrigues Leitão, sob sua administração iniciou-se um projeto de urbanização e saneamento básico na cidade. Também foi responsável 39 pela implementação das questões de limpeza urbana da então conhecida "cidade de saúde". Durante sua gestão, o comércio também se intensificou, isso, além de ser responsável pela construção do hospital e a expansão do sistema de educação do município.

Ao longo das décadas de 1930,1940 e 1950, a renda gerada pelo Balneário Osvaldo Cruz era a principal fonte da cidade. Mas o grande símbolo do progresso do município de Iraí foi a inauguração do Cassino Guarani em 1941. Após sua construção, a circulação e a presença de turistas de veraneio aumentaram enormemente. Em 1942, companhias aéreas organizavam voos para Iraí (ROSSONI, 2001).



Figura 2 - Inauguração do aeroporto de Iraí em 23 de dezembro de 1956.
Fonte: Acervo municipal.

A construção de um aeroporto em Iraí ocorreu 1956 e sua construção foi realizada na então a área pertencente a floresta do município de Iraí. Outro destaque bastante relevante é que a presença kaingang na região era vista como um atrativo turístico, pois você poderia conhecer de perto um indígena kaingang. A mão de obra indígena também era bastante utilizada nos hotéis e na parte agrícola do município, além da venda de artesanatos como fonte de renda.

De modo geral, o surgimento e o desenvolvimento no município de Iraí deu-se em torno da exploração turística das águas termais do Rio do Mel. Exploração que possibilitou o desenvolvimento econômico do município e seu crescimento. Como já mencionado, a construção do Balneário em 1920 contou com a mão de obra indígena. Ebling (1985) destaca que os Kaingang de Iraí também trabalharam para os agricultores da região e para os hotéis, assim era possível a sobrevivência, além da venda de artesanatos no entorno do balneário.

2.1 O processo de reivindicação indígena de Iraí

A área indígena de Iraí localiza-se à margem esquerda do rio do Mel, a poucos metros do Balneário Oswaldo Cruz de Águas Termais, a 200 metros da cidade. Em 1984, quando a demanda foi realizada, os indígenas possuíam um hectare de terra, onde habitavam 98 pessoas. A reivindicação dos indígenas Kaingang tratava-se de um território de 275a 362,4 hectares de terra, localizado na área do Parque Florestal de Iraí. A requerimento surgiu da necessidade de sobrevivência do grupo, com área para plantio e de subsistência, além da conservação histórico-cultural do local.

O grupo, em 1985, era composto por 25 famílias, tendo um total de 98 indígenas, numa área de um hectare. Desse total, 64 eram nascidos no próprio toldo de Iraí, descendentes, filhos e netos das primeiras famílias que se fixaram na região nas décadas de 1930,40 e 50. Sete famílias vieram do aldeamento da Guarita e os demais do aldeamento de Nonoai, o que aconteceu por volta de 1940, quando o estado expulsou os indígenas para a criação da Reserva Florestal de Nonoai.

A presença dos indígenas Kaingang em Iraí é milenar, como em toda a região norte do Rio Grande do Sul, que traz consigo inúmeros registros da sua presença, como artefatos, imagens, relatos registrados na bibliografia do município, além de materiais de divulgação da própria cidade, cartões postais e panfletos amplamente distribuídos à comunidade.

A bibliografia sobre a formação histórica de Iraí, ao mesmo tempo em que evidencia a presença de Kaingang na localidade, os tem como barreiras do progresso. O folhetim Caminhos que levam a Iraí, citado por Ebling (1985), relata que as rodovias teriam sido criadas para substituir de forma definitiva as aldeias indígenas pelo império dos seres civilizados, permitindo assim, o avanço da economia. As estradas, nesse sentido, seriam sinônimo do espírito de progresso. Podemos observar que o discurso utilizado no folhetim tenta atribuir como obstáculo à modernidade a presença indígena, expressando o pensamento positivista na busca pelo civilizado.

Iraí, durante o século XIX, pertencia ao aldeamento de Nonoai, assim demarcado pelo governo provincial em 1856. Posteriormente, em 1910, com o grande processo de colonização, os aldeamentos do século XIX foram reduzidos, “reserva-se” 75 hectares de terra por família indígena. Contudo, Iraí era, nesse período, um local de difícil acesso, não havia conhecimento sobre a localidade, e aos indígenas ali presentes não lhes foi “reservado” uma parcelada terra. Esse isolamento manteve-se até a década de 1930, até que, a partir de 1932, a presença de colonos na área se intensificou.

A solicitação de demarcação de terras de Iraí surgiu a partir do abandono da comunidade indígena de Iraí pelo órgão responsável do seu suporte, ou seja, a Funai. Quando em 1985 se iniciou o processo de reivindicação, a construção do laudo antropológico indicou e salientou elementos e conflitos, problemas que se desenvolveram nessa região devido à falta de auxílio.

A Prefeitura de Iraí proibia a ampliação de alguns metros para o plantio dos Kaingang, e ao longo das décadas de 1950,60,70 e 80, muitos não-índios que habitavam

a terra em regime de comodato, foram removidos para permitir uma maior preservação da localidade e a exploração do turismo.

É importante salientar que a lei que estabeleceu a criação do Parque Florestal de Iraí é datada do dia 20 de julho de 1979. Esta lei foi criada um ano após o processo de reivindicação de terras ocorrido em Nonoai em 1978, quando os indígenas organizaram-se e expulsaram de suas terras os não-indígenas.

Esse cenário fez com que a Prefeitura de Iraí tomasse providências para evitar que tal processo de reivindicação ocorresse, e que os Kaingang, que habitavam a localidade do município, ocupassem a área da reserva florestal.

Foi demarcado, de acordo com a lei nº 921/79, um total de 362,4 hectares que abrangiam a área reservada ao aeroporto, as fontes termais têm uma área chamada de Bosque Sagrado onde situa-se o Balneário Osvaldo Cruz. Esta lei deixa claro a tentativa de banir a presença indígena Kaingang nas imediações do Balneário Osvaldo Cruz e no município, evidenciando que a presença indígena não era bem-vinda na localidade.

Destaca-se que a lei não permite a exploração da fauna e da flora da floresta, assim, impedindo a retirada de matéria-prima para a criação dos artesanatos que eram vendidos pelos Kaingang de Iraí como forma de sobrevivência.

Os Kaingang de Iraí tinham muitas dificuldades em manter algumas tradições milenares devido ao pouco espaço, mesmo assim, elementos característicos como a língua, eram de conhecimento de todo o grupo, além da alimentação, conhecimentos sobre ervas, cantos, histórias, mitos e lendas que continuavam sendo perpetrados. Destaca-se a 46 preservação da mata na localidade feita pelos próprios indígenas, sendo que as áreas desmatadas na região foram responsabilidade de não índios.

Torna-se importante destacar, um outro fator que no ano de 1985 fez com que o processo de reivindicação pela demarcação área de ocupação tradicional indígena de Iraí ganhasse força.

O Governo Federal, com o objetivo de promover a reforma agrária, para assim assentar diversas famílias de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul, planejava transformar 18 áreas de reserva florestal e reservas indígenas em terras para os agricultores.

O Parque Florestal de Iraí, segundo reportagem datada do dia 27 de junho de 1985 do jornal Zero Hora,[2] salienta que planejava-se assentar 130 famílias no parque de Iraí e

[2] Fonte: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/81961.

que o Incra iria ficar responsável por essa tarefa. No entanto, o governo do Estado foi contra o projeto, pois aumentaria as tenções e os conflitos envolvendo os indígenas que teriam que ser realocados para outras áreas.

Com isso, o então prefeito de Iraí, Urival de Pigatto, fez declarações públicas afirmando que as áreas indicadas e ocupadas pelos indígenas Kaingang, eram áreas pertencentes a cidade de Iraí, e que os indígenas só permaneciam no hectare de terra que tinham, pois, a prefeitura permitia isso.

Quando se iniciam os estudos de demarcação se acirrou a tensão entre indígenas e o município de Iraí, que salientava, que eles não eram bem-vindos naquela área e não eram vistos como proprietários daquelas terras apesar de possuírem vínculo com a terra, e estarem presentes na região desde o século XVIII.

Apesar das diversas formas de contestar a presença indígena em Iraí, a legitimidade histórica, a relação com a terra, o vínculo cultural e o modo de vida indígena, o processo de demarcação teve continuidade.

E os indígenas Kaingang de Iraí, pressionavam tanto a Funai quanto o Governo Federal para acelerar o processo de demarcação. Em ofício dirigido ao presidente da Funai, ao ministro do interior, e o ministro da reforma agrária, o então cacique de Iraí, Augusto da Silva, após reunião com lideranças da comunidade, afirma preocupação com a demora para o encaminhamento do processo e com a presença de posseiros na reserva florestal, e cobra medidas por parte do Incra para resolver a situação dos não-indígenas.

Em 1987, apesar do processo conflituoso para demarcação da área indígena, já havia sido feita uma portaria e uma declaração do Ministério da Justiça autorizando a delimitação física da área indígena, para assim se iniciar o processo de ocupação da área pelas famílias indígenas.

Como forma de apurar o processo de demarcação das terras, os indígenas de Iraí, cansados de esperar medidas por parte do Ministério Público e da FUNAI no dia 26 de agosto de 1992, iniciaram o processo de demarcação provisória das terras, invadindo o aeroporto do município e expulsando cerca de 40 famílias de posseiros que estavam nas terras demarcadas aos indígenas. Os indígenas aguardavam somente a legitimação dos 275 hectares que foram demarcados, tarefa essa que deveria ser feita pela Funai.

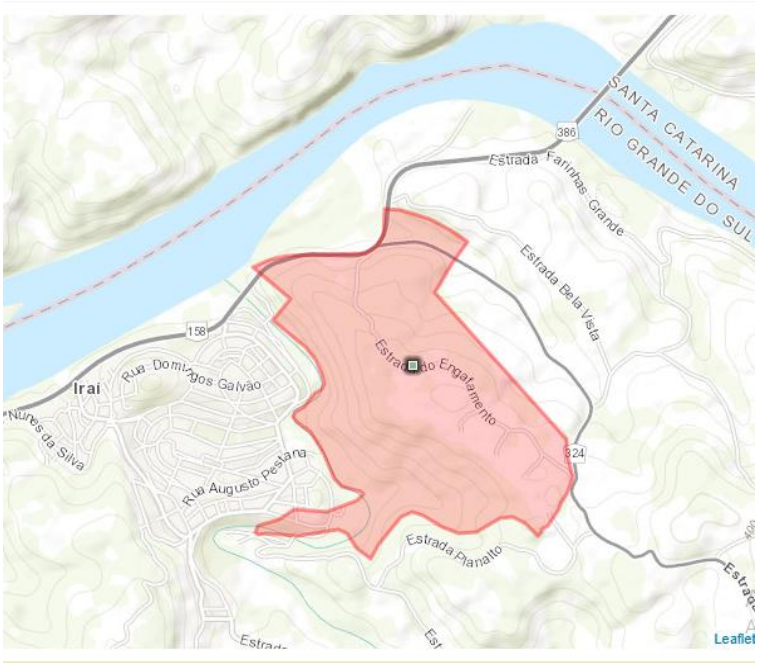


Figura 3 - Área da demarcação da terra indígena de Iraí Rio do Mel, declarada em 1992.
Fonte: Terras Indígenas no Brasil.

As famílias que foram expulsas foram obrigadas a irem para uma periferia de Iraí, após a conclusão do processo de demarcação, que ocorreu em 1993, as famílias foram indenizadas pelo Estado.

Após a intervenção feita pelos próprios índios, de expulsar os posseiros de suas terras, movimento semelhante ao ocorrido em Nonoai, em 1978, como forma de reivindicar o processo de demarcação de suas terras, foi que, em outubro de 1992, a Funai concluiu o processo de demarcação da área indígena de Nonoai, oficializando a demanda dos 275 hectares as famílias Kaingang.

3 Considerações finais

A solicitação de demarcação de terras indígenas de Iraí, buscava garantir a subsistência, a preservação da cultura coletiva e do modo de vida tradicional indígena, assim como, a conservação do grupo e a resguardo da história.

O processo de demarcação de terras indígenas de Iraí Rio do Mel teve início em 1984 e foi finalizado em 1993.No entanto, a ocupação territorial por parte dos indígenas na região norte do Rio Grande do Sul é tradicional e não se tratava apenas dos 275 hectares conquistados no processo de demarcação de Iraí.

Analisando as políticas públicas criadas pelo governo na esfera estadual e federal durante o século XIX e XX salientou-se a atuação do Serviço de Proteção ao Índio e o

alcance das políticas de administração dos aldeamentos do século XIX e dos toldos do século XX.

Destaca-se que atual localidade da comunidade indígena Kaingang de Iraí, em meados do século XIX, pertencia ao aldeamento de Nonoai, o maior aldeamento da província. Os aldeamentos foram um modo que o governo imperial encontrou para conter os ataques de indígenas as colônias que se formavam na região sul, numa tentativa de fazer a ocupação das fronteiras.

Os aldeamentos no século XIX foram reduzidos e sofreram também com a intrusão de posseiros e colonos, reduzindo ainda mais as áreas pertencentes aos indígenas e aumentando os conflitos. No início do século XX, novamente, foram tomadas medidas numa tentativa de conter esses confrontos e centralizar a presença desses indígenas em determinadas regiões, sendo assim, com a política de toldos indígenas, foram criados 11 toldos na região Norte do Estado do Rio grande do Sul.

O antigo território de Nonoai, que havia sido demarcado no século XIX, em 42 mil hectares de terra, em 1940 após uma parte da área ter sido explorada e transformada em área de reserva florestal, foi reduzida para 14.910 hectares de terra. Com processo de esgotamento das fronteiras agrícolas do Estado, as reservas indígenas passaram a ser ocupadas por colonos sem-terra e loteadas e colonizadas pelo próprio governo. Essa medida foi uma forma de tentar reduzir as tensões sociais existentes.

Torna-se importante salientar que os indígenas da localidade de Iraí acabaram sendo esquecidos pelos órgãos responsáveis, e ficaram sem o contato e a proteção que deveria receber desses, até por volta de 1920, quando se inicia o processo de colonização e exploração das águas minerais de Iraí.

Torres Gonçalves veio ser um dos grandes idealizadores de Iraí, favorecendo um processo de colonização e a fundação de um município que veio a se tornar um dos primeiros do país com rede de água e esgoto idealizadas desde o seu projeto.

A presença de Torres Gonçalves fez com que o município se tornasse um grande destaque de exploração turística e econômica do Norte do Rio Grande do Sul, no entanto não se levou em consideração a presença indígena na localidade anterior até mesmo do processo de colonização iniciado pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado.

Através desse trabalho buscou-se compreender quais foram os fatores que impulsionaram tanto o processo de colonização quanto futuramente o processo de demarcação e da luta indígena pela terra que levou a vitória dos kaingang de Iraí assim

salientando como se desenvolveu esse processo de empoderamento indígena que ocorreu após o evento de 1978 em Nonoai.

Referências

BREITENBACH, Raquel; TROAIN, Alessandra. Conflito agrário entre índios e agricultores familiares do norte do Rio Grande Do Sul – Brasil. **Revista da Universidade do Rio Verde**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p.547-559, 30 jul.2014. Semestral. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1391/pdf_137. Acesso em: 16 jun. 2019.

EBLING, P.E.R; MANCION, J.J; FERRAREZE, A.J. **Relatório antropológico de identificação da área indígena dos kaingang de Iraí**. Porto Alegre, 1984.

FICHER, Martin. **Iraí cidade saúde.** Ijuí, 1954.

LAC, F. **O turismo e os kaingang na terra indígena de Iraí/RS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ROSSONI, S. **O cassino Guarani:** histórias, memórias e personagens Iraí – RS (1940-1994). Dissertação (Mestrado em História) - Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

TERRAS Indígenas no Brasil. Terra Indígena Kaingang de Iraí. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3713. Acesso em: 8 maio. 2020.

TRABALHO E MIGRAÇÃO NO BRASIL RECENTE: A EXPERIÊNCIA DE AMBULANTES NORDESTINOS NO OESTE DO PARANÁ

Emeson Tavares da Silva[1]

1 Introdução

É comum observarmos pelas ruas de diversas cidades brasileiras vendedores ambulantes que comercializam objetos oriundos de tecelagens nordestinas. Objetos estes que se distinguem entre redes, tapetes, mantas de sofá, roupas de cama, toalhas de mesa e panos de prato. A venda se dá no deslocamento a pé pela cidade, proporcionando a comercialização de pessoa a pessoa, de porta em porta. As mercadorias são transportadas através de um carrinho de mão onde são empilhadas e ficam à mostra, ou carregadas no ombro. Esses vendedores ambulantes, chamados aqui de redeiros, são os mesmos que migraram da Paraíba para o oeste do Paraná vendendo esses mesmos objetos em cidade a cidade.

Migrar de um Estado para outro do mesmo país, deixando suas raízes para trás, podem definir o migrante, um sujeito que resolve aventurar-se em um novo lugar, na sedução do estranho e por diversas motivações – econômicas, políticas, sociais ou culturais. Em muitos casos, a migração pode ser pensada como uma estratégia de sobrevivência e o sujeito é um viajante que leva consigo todo seu arcabouço cultural do qual não consegue se desprender, lembrando-o de onde vem.

Neste novo lugar, o trabalhador ambulante nordestino é o migrante que não era mais, pois passou por mudanças após migrar e agora é o estrangeiro, o alienígena, o estranho, o outsider, o "diferentão", e tantas outras adjetivações positivas ou pejorativas, que servem para delimitar as diferenças, pois, se a migração aparece como estratégia de sobrevivência para o migrante, para os nativos este deslocamento humano pode parecer uma ameaça de invasão e dominação.

Desta feita, o objetivo deste texto é investigar as experiências vividas pelos trabalhadores migrantes nordestinos que realizam o comércio ambulante na cidade de Cascavel, no oeste do estado do Paraná. Essa investigação foi feita a partir da produção de entrevistas orais produzidas com esses trabalhadores. Pretendemos, por meio das memórias, trajetórias e viveres desses sujeitos, refletir como, ao narrarem suas trajetórias,

[1] Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR) E-mail: etavares@unicentro.br.

atribuem significado ao ser da cidade, ao ser trabalhador ambulante, ao praticar o comércio ambulante, ao ser migrante e diferente na cidade de Cascavel-PR.

2 A experiência dos trabalhadores ambulantes

Para os trabalhadores ambulantes a irregularidade da vida é uma marca constante da sua trajetória. Quando se trata no caso de um trabalhador ambulante migrante de uma região geograficamente diferente do lugar que migrou maior ainda pode ser a irregularidade da vida e do trabalho. Ao analisar as entrevistas de Antônio Alves da Silva e Carlos Norberto de Assis acerca de como relatam a vida e os hábitos culturais dos redeiros podemos ler os sentidos e significados que atribuem ao trabalho ambulante e ao viver na cidade.

As trajetórias de Antônio Alves e Carlos Norberto são representativas para compreender os sentidos e os significados do trabalho ambulante dos redeiros no Oeste do Paraná. Trabalhadores recentes e alguns mais antigos que vieram e trouxeram outros posteriormente, constituindo nesse espaço o lugar da multiplicidade.

Antônio Alves da Silva, conhecido como Toim de Zé, mora em Cascavel há menos de 1 ano. Ele tem 24 anos e é oriundo da cidade de São Bento na Paraíba, o comércio ambulante em Cascavel marca, para ele, a primeira oportunidade que teve de trabalhar:

> (...) Foi a primeira vez que eu viajei pra fora da Paraíba e também foi o meu primeiro trabalho. Lá na Paraíba eu já tinha vendido alguma coisinha, mas não era um lance como o de agora. Agora eu tenho esses troços pra vender, né. Eu tenho uma obrigação. É meu serviço. Trabalho o dia todim vendendo os troços(...) (Entrevista Antônio Alves da Silva, 23/09/2013).

Os troços que Toim de Zé se refere trata-se da mercadoria que ele comercializa: redes, tapetes, panos de pratos, carteiras, cintos e alguns outros importados. Esses produtos são oriundos da Paraíba, uma coisa ou outra que é de procedência paraguaia.

Para Toim a venda dessas mercadorias é seu serviço, sua obrigação ou em outras palavras “ele tem o que fazer”, exerce, portanto, um trabalho. É a obrigação que dar o sentido para o trabalho nas falas deste trabalhador:

> Imagina se eu não tivesse esse serviço, né, eu ia viver de quê lá em São Bento? Esse trabalho é o meu ganha pão, é do que eu tiro o meu sustento(...)Trabalho pra mim é isso. É o meu ganha pão(...) Saio vendendo de casa em casa os troço e no final do mês eu tenho um trocado(...) É disso que eu vivo. É essa minha obrigação. É disso que eu trabalho (Entrevista Antônio Alves da Silva, 23/09/2013).

O salário deste trabalhador ou o trocado como Toim se refere é determinado pela quantidade de vendas:

> Eu ganho em média uns R$ 200,00 por semana. Claro, né, que depende da quantidade de mercadoria que eu vender, mais é nessa faixa ai. E é livre. Eu não tenho despesa com mais nada. A casa eu num pago, a comida também não. Só algumas vezes que eu compro, mas não é direto não. Então é um trocadim bom que dar pra gente guardar um pouco e quem tem família ainda manda pra ela (...) Eu quando vou pra casa sempre tem um dinheirinho pra mainha (...) (Entrevista Carlos Norberto de Assis, 11/03/2014).

Neste caso no somatório proporcional ao mês, este trabalhador consegue, em média, um salário mínimo de pagamento que para ele parece ser compensador porque não tem outros gastos. Gastos que talvez tivessem mais em São Bento desenvolvendo outras atividades ou na mesma e assim, teriam os gastos de casa. Vale salientar que Toim já vivia fazendo esse trabalho desde antes de ir a Cascavel. Sua função sempre foi essa de vendedor ambulante e sempre ganhou desta forma.

Os outros gastos que Toim se refere são pagos pelo seu patrão ou aliciador que tem como função além de fornecer mercadorias, conceder moradia e alimentação.

Essa renda é praticamente a que Carlos Norberto de Assis também recebe:

> Dar eu pra tirar uns mil real por mês. Eu vendo muito. Não paro e nem tenho preguiça. Vendo mermo. Saio de manhã e só volto de noite. Ai eu consigo vender até uma porção. (...) é um dinheirim bom, visse. Porque não é todo trabaio que paga isso né. Ainda mais pra gente que não tem estudo e não sabe fazer outra coisa(...) (Entrevista Carlos Norberto de Assis, 11/03/2014).

Carlos Norberto ou Carlinhos como é conhecido tinha quando entrevistado 42 anos e destes pelo menos uns 25 anos trabalhava como vendedor ambulante no início só na cidade de São Bento e região e depois ganhou o Brasil. Foi apenas alfabetizado e não seguiu nos estudos na busca de se aperfeiçoar e conseguir um outro trabalho. Tem 3 filhos, 1 deles, o mais velho que tinha 21 anos também trabalhava na mesma função de Carlinhos e que complementava a renda da família que era composta além desses três filhos também pela sua esposa:

> Eu ganho uns mil e também tenho um filho que trabalha vendendo também. Então a gente dois se junta e dar pra mandar dinheiro pra casa, pra mãe dele, né. (...) e assim a gente vai vivendo(...) Tem mês que a gente consegue um trocado até bom, tem mês que não é muito bom, mas a gente vamo levando..[...] Eu vendo mais que ele. Porque eu também já tenho costume, né. Esses meninos mais novo não sabe ainda vender como a gente mais velho (Entrevista Carlos Norberto de Assis, 11/03/2014).

A irregularidade do valor do salário é uma constante. Medida aqui pela quantidade de vendas que esses trabalhadores venham a fazer. Aliás, esta é uma característica desse

tipo de trabalho que muitos destes trabalhadores vivenciam que aliado a condição de não ter se aperfeiçoado, ter estudado e buscado uma qualificação para o mercado de trabalho se ver na necessidade de se manter nessas condições.

2.1 Jornada de trabalho

Além da questão salarial perguntei sobre a jornada de trabalho desses trabalhadores, Toim me deu o seguinte depoimento:

> Eu não tenho hora para parar e nem para começar. Trabalho de domingo a domingo, de feriado a feriado. As vezes a gente paramo algum final de semana, mas não é todo [...] Quem vai dizer o ritmo do trabalho da gente é o povo, o tempo, né. Porque aqui tu sabe que é frio, né e ninguém vai ta na rua no frio ou chuveno. Mas a gente vamo sempre. A gente nunca sabemo o horário de acabar. É uma incerteza todo dia. Se o movimento tiver bom a gente vamo vendendo e se não a gente vem simbora pra casa [...] Tem gente que tem seus horários (...) tem menino aqui que trabalha só de manhã [...] acorda cedim e trabalha até o horário do almoço (...) Tem gente que vai vender só depois do almoço até anoitecer e tem gente que fica o dia todo. Tem gente que trabalha uns 6 horas outros 12 horas. Vamo de acordo com as vendas, se tiver boa a gente vamo ficando. O ruim é que a gente tem que vender pra garantir o sustento e se não vender é terrível (Entrevista Antônio Alves da Silva, 23/09/2013).

A jornada de trabalho varia entre seis e doze horas, podendo estender-se ao período noturno para alguns. Ainda que haja uma rotina de horários que se busca seguir todos os dias, há variações determinadas, em geral, pelas condições climáticas que por sua vez influem no movimento das vendas. O fluxo de vendas não é regular. Além das variações climáticas, não há horários previsíveis de maior ou menor fluxo de clientela. Esta imprevisibilidade gera tensão, pois nunca se sabe ao certo se é hora de encerrar ou se vale a pena ficar mais um pouco. A consequente instabilidade em relação aos rendimentos traz insegurança quanto ao pagamento das dívidas junto a fornecedores, ampliada pela presença da deficiência que se constitui em obstáculo e razão de resistência por parte dos fornecedores para a oferecer crédito.

O "Calçadão de Cascavel", como o centro da cidade não se refere apenas a um arranjo físico espacial de apropriação coletiva, com características próprias decorrentes de sua situação jurídica, urbanística e técnica: é também um espaço social que possibilita determinadas práticas sociais, econômicas e políticas, em que ocorrem processos mais abrangentes em virtude de particularidades e singularidades existentes na cidade. A rua, desta feita, não é simplesmente um lugar de passagem e circulação, é também o lugar do encontro, do movimento, que é apropriado pelos indivíduos de acordo com suas necessidades e interesses.

Assim, esse local ora é visto como local de lazer, ora como local de subsistência, onde os indivíduos realizam suas experiências e reproduzem seus interesses, como e. Estas diferentes percepções são resultado dos usos que os diferentes sujeitos realizam do espaço, assim para o vendedor Toim:

> A rua, aqui no calçadão é onde tudo acontece. Tem mais gente, tem sombra, tem lugar pra sentar quando a gente ta cansado, tem essas lanchonete onde a gente come e mermo quando a gente ta sentado ta vendendo. Agora mermo óh é onde estão esses professores da greve [...] aqui a gente encontra todo mundo, quem eu quero eu vejo aqui [...] as escolas trazem as crianças pra cá, tem essa escola ai perto. Tem muita gente, tem essas loja que todo mundo vem pra cá e qualquer hora. Às vezes também tem a fiscalização [...] (Entrevista Antônio Alves da Silva, 23/09/2013).

Toim me concedeu essa entrevista sentado em um dos bancos do "Calçadão", no centro de Cascavel. Para ele, o centro de Cascavel funciona como um espaço de comércio devido, sobretudo, ao grande fluxo de pessoas que por ali trafegam diariamente. O grande fluxo de pessoas e a dinamicidade das atividades desenvolvidas neste espaço ganham força em sua narrativa, pois para ele que acabou de chegar esse pode ser o lugar em que se sente bem recepcionado na cidade, afinal é nesse lugar que ele encontra pessoas para o seu e do seu trabalho e que passa boa parte do seu tempo.

É neste espaço que este cria suas vivências, experiências e faz uso do cotidiano e formas de subsistência que esse trabalhador constrói a cidade, inventando e reinventando espacialidades e temporalidades.[2]

No espaço público da cidade contemporânea parece que os modos de consumo são os elementos determinantes, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que tem uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização desses espaços como se percebe em Cascavel. O vendedor Carlinhos, me fala que:

> Todos os dias eu tô aqui na rua pra vender essas coisas e posso dizer que não tá fácil! Mas eu vou fazendo uns bicos aqui e ali e aos poucos a gente vai fazendo um dinheirinho, né? Apesar de muita gente preferir comprar na loja, tem muita gente que gosta de comprar aqui com a gente e sempre passa por aqui pra ver o que eu tenho de novo, aí leva! E aqui é muito bom o lugar (Entrevista Carlos Norberto de Assis, 11/03/2014).

Pela narrativa de Carlinhos o centro é um local de comercialização. É onde ele vende suas mercadorias composta por cintos, carteiras, tapetes e alguns materiais

[2] Sobre essa questão se faz mister destacar o entendimento a partir da obra de, Déa Ribeiro Fenelon (1999). Dar voz e visualidade a essa multiplicidade de perspectivas significa perceber o espaço público na inteireza da sua inteligibilidade forjada pelas experiências sociais.

importados. Este centro que ele se refere é o Calçadão que representa quase 2km de áreas do comércio na cidade de Cascavel. É lugar dele fazer suas vendas e mesmo timidamente evidencia um certo conflito com os lojistas.

Sabendo conversamos com alguns nativos da cidade para tentar entender se eles frequentam o centro com a finalidade de compra de mercadorias, se são conscientes que o centro da cidade presta este serviço e se há um conflito entre os lojistas.

A professora Marlene Vieira, moradora de Cascavel, em entrevista quando perguntado onde ela costuma ir à cidade ele me fala que "eu prefiro mil vezes ir ao shopping e comprar as coisas lá do que ir no centro, muito movimento e aqueles vendedores nos abordando no meio da rua. Todo mundo vai lá. Eu não gosto" (Entrevista Marlene Vieira, 03/03/2014).

Neste caso, para Marlene o centro não é um lugar bom para se frequentar justamente pela quantidade de gente que por lá trafega, ela, portanto, concorda com Carlinhos no sentido de que o centro é muito movimentado e por isso prefere o comércio do shopping.

Essa evidência aponta para o que Paulo da Costa Gomes em "A condição urbana. Ensaios de Geopolítica da Cidade", defende que a situação dos espaços públicos na atualidade apresenta dois resultados. No primeiro, o uso dos espaços públicos se reduz, a área de sociabilidade tem uma pequena extensão, onde a convivência passa a ser apenas com os semelhantes. Esta situação corrobora para esclarecer por que os shoppings centers estão constantemente lotados. O segundo resultado desse processo é que, ao abdicar dos espaços comuns e renunciar em partilhar um território coletivo de vida social, nasce o fenômeno da ocupação dos espaços públicos apenas pelos pobres (GOMES, 2002).

A condição necessária para a constituição da venda na rua diz respeito a "aparente" facilidade de acesso e os trabalhadores tornam-se sujeitos na construção de suas práticas sociais, buscando se apropriarem e conquistando o seu direito na e com a cidade.

2.2 Embates com a legislação local: o trabalhador ambulante migrante é assistido pela lei?

Em Cascavel existiu a Lei No. 6147/2012 que dizia o seguinte sobre o entendimento do que é comércio ambulante:

> Art. 1º Considera-se comércio ambulante a atividade temporária de venda a varejo, de mercadorias, sem vinculação com terceiros [sem vínculos com empresa], sendo esta pessoa jurídica e/ou física em locais e horários previamente determinados pelo município.

> Parágrafo Único - É proibido o exercício do comércio ambulante fora dos horários e locais demarcados pelo município. [...] (CASCAVEL, 2012).

Entretanto, este último parágrafo não havia sido regulamentado, com o estabelecimento de que não havia um horário e nem um local pré-estabelecido onde o trabalhador exerça sua função. Também não deixa claro quem são esses ambulantes e os veem de forma genérica.

> Art. 6º Os Ambulantes deverão portar a Licença, ou sua cópia autenticada, quando for o caso, bem como apresentar crachá, com foto, e nome, quando em exercício de sua atividade.
> § 1º A Falta deste documento Licença, Crachá, implicará em sanções prevista nesta Lei;
> § 2º A reincidência, implicará em cassação da Licença; [...] (CASCAVEl, 2012).

A questão que se coloca no advento desse parágrafo é que se não há uma regulamentação em prática e nem há por parte do Poder Executivo uma política que distribua esses documentos aos ambulantes. Então como eles poderiam utilizar?

Sobre o desenvolvimento da atividade a lei assegura o seguinte:

> Art. 10. O Exercício da Atividade Ambulante dependerá de Autorização, "Licença" expedida pela Secretaria de Finanças, após análise e parecer da Comissão Permanente de Licença para Atividades Ambulantes - COPLAA.
> § 1º O pedido será efetuado junto a Secretaria de Finanças, no Setor de Alvará, por via de requerimento assinado pelo requerente, no qual deverá preencher compondo este com a seguinte documentação:
> I – Nome
> II - Endereço da Residência;
> III - Indicação das mercadorias objeto da autorização;
> IV - Indicação do horário;
> V - Documento de Identidade;
> VI - CPF;
> VII - Comprovante de Endereço;
> VIII - Endereço identificado o local onde será ocupado pelo ambulante, com identificação:
> a) Das ruas, em quais as ruas irá se estabelecer, Identificando as duas ruas e Bairro;
> b) Local em frente a terreno, em frente a edificação, na calçada, no estacionamento (via pública); [...] (CASCAVEL, 2012).

Como o ponto VIII do parágrafo 1º deste artigo assegurava, o ambulante passaria a ter um espaço fixo. Aspecto este que se tornou uma política dos municípios brasileiros na tentativa de organização do espaço público das cidades.

Claudia Montessoro (2006) coloca que a partir da expansão dos vendedores ambulantes cria-se um estabelecimento para que estes possam se organizar espacialmente, como os camelódromos ou shoppings populares que de acordo com ela são conceituados como centro comercial dos ambulantes, tornando-os fixos. Ainda de

acordo com essa autora, pelo fato desses trabalhadores ficarem nas vias públicas (praças e calçadas), sempre foram vistos como uma anomalia do ponto de vista do planejamento da cidade.

No conjunto de narrativas dos trabalhadores que fiz Marcos da Silva, o Maluco, recordou que:

> O governo tudo inventa pra tentar tirar a gente, mas a gente num sai. Tem essa lei aqui que tá só no papel [...] Não serve. Eles inventa isso só porque não outra coisa pra inventar. Se essa lei ai fosse válida a gente já tinha um cantinho pra vender e não fica nesse desmantelo. Uma hora é uma coisa, outra hora é outra [...] (Entrevista Marcos da Silva. 08/04/2014).

Maluco evidencia que a lei não é cumprida. Pelo que se vê parecia bem pontual o artigo 10 desta lei de 2012. Desta feita, uma lei pode representar um projeto do poder político ou mesmo ser uma estrutura, que são o resultado das ações humanas, e as ações se realizam no seio da sociedade, sendo até capaz de modificá-la a partir de certo nível de tensão e com isso vêm à mudança no social e no histórico quando de fato ela sai do papel.

Sobre essa questão e o entendimento de Leis, E. P.Thompson ao analisar a sociedade inglesa do século XVIII, percebeu a Lei como uma arena onde convergiam reivindicações e tensões diversas, sendo fundamental o conhecimento das tradições para o entendimento do seu processo de construção. O registro dos costumes e das tradições de uma dada sociedade podem evidenciar demandas sociais ou mesmo o repúdio da sociedade a determinadas leis oficializadas pelo governo. Daí, os embates entre o direito oficial e o direito costumeiro registrarem diferentes formulações sobre a Lei: uma pode sair predominante, tornar-se oficial, mas isso não significa que ela seja passivamente aceita ou incorporada pela maioria da sociedade. Mais do que isso: a Lei passa a ser entendida não como uma determinação por escrito da classe dominante no seu exercício de dominação, mas como fruto de lutas, embates e conflitos entre os diversos segmentos sociais, fundamentalmente, entre os interesses de dominados e dominadores.

Neste sentido, Thompson admite que a" Lei jamais pode ser julgada neutra ou imparcial, pois ela carrega em si a relação de dominação de classe: (...) a maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência" (THOMPSON, 1987, p. 338).

Portanto, como o lugar da luta de classes, a Lei evidenciada na narrativa de Maluco e na compreensão de E. P. Thompson demarca uma ação conflituosa na sociedade.

Mas pelo que parece, essa lei de Cascavel não foi posta em prática ou foi objeto de transgressão por parte dos sujeitos que ela regulamentaria a ponto de, em 2014 ser criada uma lei complementar que assegurasse e cobrasse do executivo uma maior fiscalização e uma política para os trabalhadores ambulantes.

De autoria dos vereadores Robertinho Magalhães (PMN), Luiz Frare (PDT), Paulo Bebber (PR) e Marcos Rios (Solidariedade) que a época eram vereadores da base aliada do governo municipal, a nova lei, ou lei complementar, rotulada de a "Lei dos Ambulantes" regulamentou o comércio de ambulantes na cidade e passou a definir a atividade como lícita e com a proposta de estabelecer limites mais rigorosos. A mesma estabeleceu que: [...]Art.2º. Para efeitos desta Lei considera-se comércio ambulante a atividade temporária, lícita, varejista e geradora de renda, exercida por pessoa jurídica ou física, de forma móvel ou itinerante mediante licença expedida pela Secretaria Municipal de Finanças [...] (CASCAVEL, 2014).

Essa atividade passa a se configurar enquanto tal e definida o que é diferentemente da lei anterior que não deixava claro do que se tratava além de estabelecer o comércio ambulante como atividade lícita. Este estabelecimento, a meu ver, indicou uma disputa de interesses e poder em relação a economia local. A promulgação da mesma, ao colocar em vigor estes trabalhadores no campo das atividades reconhecidas pelo estado criou formas de regulamentá-las segundo as normas do mercado.

2.1 Trabalhadores migrantes x nativos

Os trabalhadores ambulantes teriam uma licença da prefeitura que prevê que para trabalhar, esses trabalhadores precisariam passar na prefeitura para serem liberados à prática. Há certa cooperação comercial nesse sentido na medida em que parece que há uma permissão por parte dos comerciantes para que a venda dos produtos desses ambulantes seja efetivada, uma vez que eles estão por toda parte, inclusive em frente às lojas. Permissão esta que não é tão amistosa como chamarei atenção adiante. O espaço utilizado pelos ambulantes facilita a transação comercial dos produtos. A visualização e a diversidade de produtos dos ambulantes no mesmo espaço é um grande atrativo para os que trafegam pelo centro.

> Eu sempre passo pelo centro e sempre vejo uma coisa ou outra que estou precisando comprar, seja pra comer ou pra levar pra casa mesmo. Nem sempre a gente acha bons preços nas lojas e por isso o jeito é comprar por aqui mesmo. E acho importante que esses ambulantes estejam por aqui [...] (Entrevista Solange Diel, 08/04/2014).

Esse é um relato da dona de casa Solange Diel, cliente do vendedor Antônio Carlos, que estava comprando panos de prato quando eu decidi conversar com ela. Em outra entrevista o microempresário cascavelense Zacarias Azevedo, transeunte e esporádico cliente do comércio ambulante me diz o seguinte:

> De vez em quando eu compro muita coisa por aqui mesmo com eles, e eles têm um bom papo, são pessoas batalhadoras, merecem mais incentivo, né? As vezes tem muita gente por aqui, atrapalha um pouco a passagem das pessoas, mas, é tranquilo. Se eles estão ganhando a vida honestamente, tem mais é que continuar mesmo (Entrevista Zacarias Azevedo, 08/04/2014).

Apesar de alguns moradores da cidade optarem pela compra em lojas como já mencionei aqui, o comércio realizado pelos vendedores ambulantes, vem de encontro aos interesses da população que busca ali, uma opção comercial aos preços altos que podem ser oferecidos no comercio tradicional. Neste aspecto, veem na presença dos ambulantes uma possibilidade de negociar e conseguir obter menores preços. Neste sentido, as relações comerciais que transcorrem neste espaço, inserem-se nas relações comerciais do sistema capitalista. Essa inserção se dar até de forma impositiva: Na medida em que, impulsionados pelo aumento de preços e os custos mais elevados dos produtos nas lojas, os clientes compram dos ambulantes porque há possibilidades de mais negociações.

Depois de dialogar com dona Solange e Zacarias sobre o que eles acham dessa prática de comércio ambulante, conversei, ainda, com Rodolfo Bortoloto, vendedor de uma loja de calçados no Calçadão de Cascavel. Na ocasião perguntei o que ela achava do comércio ambulante e da lei dos ambulantes:

> O que a prefeitura está fazendo para cadastrar e organizar os ambulantes e, depois, o centro é muito bom, eu acho! Se cada um tiver seu espaço garantido, sua segurança etc, então vai ficar bom pra gente que compra e pra eles pra ganhar o sustento deles em paz. Eu conheço alguns desses caras que vendem esses cintos e carteiras pelas ruas, sempre encontro por aqui um bando (...) Eu acho muito sofrido, eles estão muito vulnerável, é um trabalho incerto (Entrevista Rodolfo Bortoloto, 08/04/2014).

Parece que a relação destes moradores e ambulantes nem sempre foi pacífica, em certos pontos da cidade os transeuntes têm encontrado dificuldades de circular, dado o grande número de ambulantes que ocupam o centro.

Dentre as vulnerabilidades que envolvem o trabalho ambulante, as que são mais apontadas por grupos que dividem o espaço da área central com vendedores ambulantes como o entrevistado Rodolfo Bertoloto chamou atenção são, a ocupação de áreas

públicas, a ausência de notas fiscais nas mercadorias comercializadas ou o fato trabalharem com mercadorias consideradas "piratas".

No caso da mercadoria dos redeiros o fornecimento é dado sem notas fiscais, o artesanato é oriundo da Paraíba e os custos são determinados pela manutenção e deslocamento da mercadoria. Ao entrevistar Carlos Normando, o Carlinhos, ele destacou esta questão. Informou-me que até existe a possibilidade de compra com nota, mas não é economicamente importante, pois a própria prefeitura do município de São Bento não cobra como já mencionei no primeiro capítulo desta tese. Sobre este assunto ele destacou o seguinte:

> Essa nossas mercadorias a maioria vem da Paraíba(...) De São Bento e lá mermo a gente não precisa dessas nota. (...) no caso das rede e desses tapete(...) Pros cintos e essas carteiras tem loja lá para a gente comprar com nota, mas a gente não compra, que por exemplo: a gente vai lá é mais caro. Lá na Paraíba, pirataria é dez, aí chega na loja com nota ela é vinte. E aqui a gente vai vender por cinquenta? Não é lojista! Aqui não tem loja! (Entrevista Carlos Norberto de Assis, 11/03/2014).

A declaração de Carlinhos corrobora com a relação que Fernando Rabossi estabelece, em sua tese "Nas ruas de Ciudade Del Leste: Vidas e Vendas num mercado de fronteiras" que "a possibilidade de conseguir produtos que não se encontram ou cujos preços são menores que noutro lugar sempre foi um dos motores do comercio, das grandes viagens e das caravanas" (RABOSSI, 2004, p.12). No caso dos ambulantes nordestinos isso se acentua na medida em que não há necessidade de todos os trabalhadores irem, mas alguns vão e trazem as mercadorias para os demais. O que ainda ajuda no custeio de tais mercadorias.

> As viagens para a Paraíba em busca de mercadorias oferecem uma gama de possibilidades. Eles podem comprar tanto com nota, como sem. Além de comprar uma mercadoria com preço mais baixo do que na sua cidade de origem. Esta condição faz com que o vendedor ambulante possa oferecer produtos mais baratos em relação ao oferecido nas lojas. Com relação a este aspecto Carlinhos declarou o seguinte: "O lojista fica impricando com a gente, porque a gente vende tudo mais barato. Eu tenho um cinto, e tem uma loja que vende, aí eu boto mais baratim mermo e eles não leva vantagem, que eu vendo dois ou três por dia e ele vende duas por semana, entendesse?!" (Entrevista Carlos Norberto de Assis, 11/03/2014).

Estas questões colocadas por Carlinhos tem uma série de implicações para a condição jurídica dos ambulantes, o que faz com que eles sejam alvos de uma série de ações policiais. Estas ações são algumas vulnerabilidades presentes na fala dos meus entrevistados. É um medo que envolve o trabalho do vendedor ambulante. Pude notar isto em demasia em meu trabalho, embora os sujeitos de minha pesquisa não sejam presa fácil

para a fiscalização, pois os mais perseguidos são os vendedores de CDs e DVDs. Estes têm um lucro excessivo sob a mercadoria, pois na maioria das vezes, é produzida por eles.

No tocante a comercialização das mercadorias sem nota, ou consideradas piratas, existem uma série de implicações que responsabilizam o vendedor ambulante judicialmente por estar violando o Código de Propriedade Industrial.[3] A lei protege o registro de patentes e marcas de bens móveis. A violação desta lei é uma das vulnerabilidades que o vendedor ambulante enfrenta na carreira, pois está constantemente sofrendo apreensões das mercadorias e até mesmo levado à delegacia para prestar depoimento sobre a posse da mercadoria ilegal.

As características apontadas nos parágrafos que precedem, referentes às vulnerabilidades do trabalho desses redeiros, favorecem a estigmatização destes na cidade, pois essas são colocadas como principais defeitos dos vendedores ambulantes, por comerciantes e alguns setores da mídia. Elias (2000) destaca a realidade de uma pequena cidade onde grupos sofrem uma série de estigmas. Na relação do considerado estigmatizado, colocado como outsiders e estabelecidos, ocorre a sócio-dinâmica da estigmatização. A citação que segue destaca como ocorre tal relação:

> (...) o grupo estabelecido, tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsiders* as características ruins de sua porção pior de sua maneira anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais nômico ou normativo na minoria de seus melhores membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é bom. e que o outro é .ruim (ELIAS, 2000, p. 22-23).

As evidências apontam para um conflito entre os comerciantes lojistas como já mencionei e aqui reitero, que se consideram legalmente estabelecidos e os vendedores ambulantes, os outsiders, que são representados como invasores. Assim há uma corroboração a citação acima, pois os lojistas insistem em colocar as vulnerabilidades jurídicas dos ambulantes, que é um fato, como uma característica do grupo de forma geral.

3 Considerações finais

A configuração de um espaço próprio, mesmo que em condições ilegais ou semilegais ou marginais como a dos vendedores ambulantes tem implicações mais complexas na cadeia institucional- mercadológica. Adentra-se no campo da lei, do uso e

[3] Lei nº. 9.279, de14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial.

do valor do solo, das regulamentações e normas técnicas como já mencionei e que de maneira geral, exigem um capital inacessível a grande parte da população, o que muitas vezes podem ser inviabilizadas essas práticas pelas vias legais, talvez por isso Maluco goste de sua aparente invisibilidade por parte do poder público e na sua mobilidade pela cidade vão emergindo artimanhas que desviam dos mecanismos de controle com seu saber-fazer que sabe aproveitar as ocasiões, lançar mão de disfarces e quando necessário ganhar certa invisibilidade.

Assim, ao se apropriar dos espaços públicos, a cidade aparece para Maluco como produto apropriado de formas diferentes por seus habitantes, mostrando que é um espaço contraditório, lugar dos conflitos permanentes, renovados, lugar do silêncio e dos gritos: "o conflito não aparece sempre nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito" (LEFEBVRE, 1991, p.87).

No que diz respeito à participação do poder legislativo de Cascavel, observa-se um conjunto de frentes de intervenção que revelam a sua dinâmica contraditória. Ao mesmo tempo em que assume funções de regulador do comércio de rua, incorporando parte das reivindicações dos trabalhadores, também responde demandas dos lojistas. Os trabalhadores que resistem e lutam para assegurar seu espaço de trabalho, e consequentemente de sobrevivência, enquanto os segmentos dos lojistas reivindicam ações enérgicas para “resolver”, fiscalizar, normatizar esta situação considerada como um "grave problema" que afeta diretamente a economia formal da cidade.

Uma coisa que parece agravar mais é a falta de oportunidade no mercado formal de trabalho (aquele de carteira assinada e assegurado o direito do trabalhador) é a baixa escolaridade e a reestruturação econômica que resulta na diminuição e na eliminação de postos de trabalho.

A esfera política reconhece a existência destes trabalhadores e as disputas pelos espaços que eles ocupam, ao mesmo tempo que tenta delimitar um espaço de viabilidade de comercio destes ambulantes, reconhece, de certa forma, a condição deles de trabalhador e que estes necessitam sobreviver e porque estes se mantem nestes espaços e mediante suas condições sociais e econômicas não teriam outras alternativas que se apresentassem a estes sujeitos para que não fossem um vendedor ambulante.

Mas, todavia, isso não implica dizer que estes trabalhadores seriam inseridos e aceitos na cidade de forma tão ajustada. Sobreviver na rua subverte as leis e os padrões formais do mercado na sociedade capitalista, esta apropriação dos espaços públicos pelo

trabalhador ambulante altera usos esperados com um contra uso que é estabelecido por disputas/tensões/resistências pelo direito ao trabalho.

Referências

CASCAVEL. Câmara Municipal. Lei No. 6147/2012, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta o comércio ambulante e atividades afins, denominada de lei dos ambulantes, e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-ordinaria/2012/614/6147/lei-ordinaria-n-6147-2012-regulamenta-o-comercio-ambulante-e-atividades-afins-denominada-de-lei-dos-ambulantes-e-da-outras-providencias. Acesso em: 05 mai. 2014.

CASCAVEL. Câmara Municipal. Lei Complementar No. 78/2014, de 27 de agosto de 2014. REGULAMENTA O COMÉRCIO AMBULANTE NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/lei-complementar/2014/7/78/lei-complementar-n-78-2014-regulamenta-o-comercio-ambulante-no-municipio-de-cascavel-e-da-outras-providencias. Acesso em: 28 set. 2015.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**. Ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Centralidade urbana e comércio informal**: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO. 2006. 332 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad Del Este**: Vidas e vendas num mercado de fronteiras. Tese de doutorado em Antropologia – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2004

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ENTREVISTAS

Entrevista Rodolfo Bortoloto, 08/04/2014

Entrevista Solange Diel, 08/04/2014

Entrevista Marcos da Silva

Entrevista Marlene Vieira, 03/03/2014

Entrevista Carlos Norberto de Assis, 11/03/2014

Entrevista Zacarias Azevedo, 08/04/2014

Entrevista Antônio Alves da Silva, 23/09/2013

6 Migrações, Literatura e Imprensa

DO HOLOCAUSTO À DITADURA: A NARRATIVA CONTEMPORÂNEA *K.: RELATO DE UMA BUSCA* COMO RECEPTÁCULO DAS MIGRAÇÕES E PERSEGUIÇÕES TRAUMÁTICAS

Airton Pott[1]
Ivânia Campigotto Aquino [2]
Mariane Rocha Silveira [3]

1 Introdução

É importante compreender sobre o holocausto e a ditadura militar brasileira, períodos e acontecimentos históricos tão turbulentos na vida de milhares de pessoas, isto se, na verdade, não forem incontáveis. Ainda mais por serem elementos essenciais para nossos estudos analíticos fundamentados em uma obra literária que contém estes dois períodos históricos em diversos trechos ao longo de seu enredo – enquanto a ditadura militar brasileira é o período e o cenário de grande parte do enredo, o holocausto e muitos de seus episódios são (re)lembrados pelo protagonista de *K.: relato de uma busca*, escrito por Bernardo Kucinski.

Para compreender sobre os períodos históricos envolvidos na obra de Kucinski e também sobre a trajetória migratória da personagem principal, recorre-se aos estudos teóricos de Ricoeur (2007), Gagnebin (1999, 2006), Seligmann-Silva (2000) e Figueiredo

[1] É doutorando, bolsista Capes, em Letras pela Universidade de Passo Fundo. Possui mestrado em Letras pela Universidade de Passo Fundo, especialização em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela UNIASSELVI; em Docência no Ensino Superior pela UNIASSELVI; e em Metodologias para a EaD pela UNIASSELVI; graduado em Letras Espanhol pela Universidade Federal de Pelotas e em Letras – Português e Suas Respectivas Literaturas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. É professor efetivo na rede municipal de Condor, RS, e na rede estadual de ensino do RS, atuando 20 horas na Secretaria Municipal de educação de Condor / RS. Endereço eletrônico: airton_pott@yahoo.com.br.
[2] Possui graduação em Curso de Letras pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em Letras – Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutorado e Pós-doutorado em Letras – Estudos de Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora Titular III da Universidade de Passo Fundo, atuando no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras, e professora efetiva da rede municipal de ensino de Passo Fundo, atuando na Secretaria Municipal de Educação. Endereço eletrônico: ivania@upf.br.
[3] Doutoranda em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Mestre em Letras – Estudos Literários pela Universidade de Passo Fundo (UPF; Especialista em Ensino e Aprendizagem de Língua Espanhola pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Especialista em Tradução de Espanhol pela Universidade Gama Filho (UGF), Graduada em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Professora de Língua Espanhola, Literatura e Leitura e Produção Textual na Universidade de Passo Fundo (UPF); Professora de Redação no Centro de Ensino Médio Integrado UPF; Bolsista Capes. Endereço eletrônico: marianesilveira@upf.br.

(2017), que fundamentam teorias a respeito da história e da memória, principalmente a períodos históricos e traumáticos, como o holocausto na Europa e a ditadura militar brasileira, os quais fundamentam-se à luz dos estudos de Finkelstein (2001), Rees (2018) e Fico (2004).

Com tal aparato teórico, objetiva-se estudar sobre a migração de um sobrevivente do holocausto que fugiu para o Brasil, onde, anos depois, defrontou-se com a ditadura militar. Pensando nas execuções do holocausto, seria impossível fazer um extermínio em massa em apenas uma noite, por exemplo, às escondidas no estilo da ditadura militar, sem que os demais não percebessem? Por isso, o que depois ficou conhecido como holocausto assustava uma imensidão de pessoas em tempo real. Enquanto na ditadura militar, devido aos acontecimentos pelos "porões e pelos escombros", muito do que aconteceu no Brasil nas décadas de 1960 a 1980 foi revelado apenas após este período, e há quem alegue que muito ainda não foi descoberto. Logo, estudar e compreender sobre estes episódios é necessário e se constituem como atividades que nunca cessam.

2 Holocausto: traumáticas execuções em massa

"Devemos lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado" (GAGNEBIN, 2006, p. 103) é algo que tem se tornado muito relevante também para literários, e não somente para historiadores como Gagnebin (2006), que acrescenta ao fato de "não lembrar por lembrar" do passado o fato de que "a exigência de não-esquecimento não é um apelo a comemorações solenes; é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir" (GAGNEBIN, 2006, p. 103). Tão logo, a literatura tornou-se um espaço para que as exigências do não-esquecimento de atrocidades acontecidas em períodos históricos, a exemplo da ditadura militar e o holocausto, tornassem-se possível no âmbito literário.

Ao realizar estudos sobre o holocausto, Finkelstein (2001, p. 10) assevera que "[...] os judeus ficaram traumatizados com o holocausto nazista e, portanto, reprimiram sua memória. Na verdade, nada comprova tal conclusão. Alguns sobreviventes, sem dúvida, preferiram, por essa razão, deixar de falar sobre o que aconteceu não só na época como nos últimos anos.". Muitos não queriam falar provavelmente por medo e/ou ameaças, ou então por preferirem esquecer mesmo os episódios embainhados em massacre em massa, e tudo mais que está relacionado ao holocausto e, neste contexto, Rees (2018, p. 154) aborda Auschwitz, o mais famoso campo de concentração:

> A guerra também levou a uma expansão geral do sistema de campos de concentração, com a abertura de novos campos pelos nazistas no território ocupado. Em 2 de setembro de 1939, um dia após a invasão da Polônia pelos alemães, foi criado um campo de concentração na cidade de Sztutowo (Stutthof para os alemães), perto de Danzig. Mas foi só na primavera alemã de 1940 que se iniciaram os preparativos para abrir, em solo polonês, o campo mais conhecido de todo o sistema nazista – Auschwitz.

Nos solos dos campos de concentração, como o de Auschwitz, milhares de judeus tiveram suas vidas cessadas, o que também se ratifica nas palavras de Rees (2018, p. 190), quando afirma que "Os judeus ficaram horas aguardando sob um calor escaldante, até receberem ordens, um grupo por vez, de tirar a roupa. Tinham então os seus pertences roubados e em seguida eram obrigados a marchar até uma vala aberta, onde eram executados a tiros.". Neste contexto, é natural que um cenário traumático se instaurasse aos judeus.

Diante disso, vale-se do conceito de trauma elaborado por Gagnebin (2006, p. 110): "O trauma é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito.". Entretanto, equivoca-se quem pensa que o trauma, no cenário do holocausto, era vivenciado apenas pelos judeus e demais vítimas perseguidas no período. Também os matadores nazistas ficavam traumatizados, o que se confirma na declaração a seguir a respeito da câmera de gás ter sido uma forma para contornar o problema do medo e do trauma daqueles que tinham de matar friamente milhares de pessoas:

> A van de gás móvel havia sido uma maneira de contornar esse "problema", mas sua capacidade física era limitada. O que os nazistas precisavam era de um método barato e simples de assassínio em massa que poupasse os matadores do estresse psicológico causado por terem de olhar nos olhos de suas vítimas. Nesse contexto, há uma concepção falsa, mas bastante disseminada, de que as câmaras de gás emergiram como o método de execução preferido do Holocausto simplesmente pelo desejo que os nazistas tinham de matar judeus em grande número (REES, 2018, p. 195).

Entretanto, esse desejo dos nazistas quererem matar os judeus em grande número deveria ter uma razão mais forte, que por sinal, é evidenciado por Rees (2018, p. 26) em seus estudos como forma de adiantamento antes de expor o genocídio nazista: "Os judeus, portanto, eram o obstáculo para uma Alemanha na qual todos estivessem unidos no ideal nazista de um mundo sem classes. Eram os judeus que impediam os alemães de serem felizes e prósperos.". Sendo assim, essa visão a respeito dos judeus representou o que veio a desencadear na perseguição destes no abominável Holocausto, que visava erradicar a "raça" judaica, já que, para grande parte dos não-judeus, eles – os judeus – eram o centro

do problema por pensarem e agirem diferente e, assim, não permitir o processo da Alemanha.

Diante do exposto, "Dois dogmas principais sustentam a estrutura do Holocausto: (1) O Holocausto marca categoricamente um acontecimento histórico único. (2) O Holocausto marca o clímax do ódio irracional e eterno dos não-judeus pelos judeus." (REES, 2018, p. 28). Logo, aquele dogma é consequência deste, isto é, o holocausto tornou-se um acontecimento histórico único (e a este adjetivo está implícita a concepção "terrível" /"catastrófico"), que é consequência principalmente do fato dos não-judeus (nazistas) odiarem os judeus. Estes, após anos de perseguição e várias formas de tentativas de extermínios, tornaram-se sobreviventes do holocausto. Segundo Rees (2018, p. 54),

> Nos últimos anos, a expressão "sobrevivente do Holocausto" tem sido redefinida para designar não apenas aqueles que sofreram, mas também os que conseguiram fugir dos nazistas. Inclui, por exemplo, mais de 100.000 judeus poloneses que encontraram refúgio na União Soviética, depois da invasão da Polônia pelos nazistas.

Todas as atrocidades mortificadoras em massa no holocausto deveriam ter sido externadas pelos sobreviventes. Entretanto, muitos "preferiam falar exaustivamente e, quando tinham chance, não paravam. O problema é que os americanos não queriam ouvir.". "A razão verdadeira para o silêncio público sobre o extermínio nazista era a política conformista da liderança judaica americana e o clima político do pós-guerra na América" (FINKELSTEIN, 2001, p. 10).

Dado o exposto, os judeus estavam divididos – havia as organizações judaicas americanas que apoiavam os EUA, enquanto os vistos como de esquerda, ou comunistas, eram contra à aliança aos Estados Unidos contra a União Soviética, o que resultou em exclusão destes por parte dos judeus americanos. Ao mesmo tempo em que os judeus eram excluídos e perseguidos, também havia o grupo dos comunistas e socialistas, conforme é ressaltado a seguir:

> Muitos alemães também se sentiam confortáveis, porque os grupos visados pelos nazistas pareciam estar claramente definidos – não só os judeus, mas os comunistas e socialistas também. Portanto, se você não era judeu, nem comunista, nem socialista, se não questionasse o novo regime de nenhuma outra forma, se em vez disso fosse um alemão bom, coerente, que desejava um novo início, então era não só quase certo que estaria a salvo de perseguições, como perfeitamente possível que desse apoio ao que os nazistas estavam fazendo (REES, 2018, p. 70).

Em outras palavras, era cômodo, quando não pertencente(s) àquele(s) grupo(s) perseguido(s) ou atingido(s), apoiar os nazistas ou então não se manifestar, o que também

pode ser associado à ditadura militar brasileira, pois o comunista era perseguido e torturado por militares. Logo, é mais fácil e cômodo não se manifestar contra o governo, mesmo que não seja o que o cidadão acredita.

Em virtude deste contexto, estes acontecimentos históricos estão sendo resgatados em narrativas, o que remete à indagação de Gagnebin (1999, p. 63): "Como descrever esta atividade narradora que salvaria o passado, mas saberia resistir à tentação de preencher suas faltas e de sufocar seus silêncios?". A esta questão inquietante ainda acrescenta outra, sobre "Qual seria esta narração salvadora que preservaria, não obstante, a irredutibilidade do passado, que saberia deixá-lo inacabado, assim como, igualmente, saberia respeitar a imprevisibilidade do presente?".

3 Ditadura Militar: (des)ocultamento do sumidouro de pessoas

Enquanto "os nazistas não escondiam os campos de concentração. Sua existência era bem conhecida, e os jornais de todo o mundo traziam histórias a esse respeito." (REES, 2018, p. 68), na ditadura militar os comunistas eram perseguidos, torturados e desaparecidos, à socapa, isto é, na calada, e muitas vezes eram implantadas pistas falsas sobre o paradeiro das vítimas ou até mesmo da causa da morte de muitos. Conforme Fico (2004, p. 87), "O silêncio também foi a forma pela qual a ditadura militar tentou ocultar, durante algum tempo, a existência da censura na imprensa.".

Se for pensar em números, é impossível fazer algo como os campos de concentração de forma oculta ao mundo, devido ao seu tamanho, às proporções e ao contexto. Ao contrário da ditadura militar, que é desconhecida e/ou ignorada até hoje por milhares de pessoas que viveram nas décadas de 1960 a 1980, pelo fato cauteloso com que comunistas e militares agiam – os comunistas não podiam se manifestar devido à força dos militares e os militares tinham de agir com cautela a fim de evitar uma rebelião nacional. Estes embates entre militantes e militares no período da ditadura militar era ocultado, ou seja,

> Os acontecimentos político-militares de 1964 haviam siderado os jornalistas, como costuma acontecer até hoje, quando as páginas de política dos jornais quase sempre se restringem ao acompanhamento dos gestos e opiniões dos mandantes do momento dos poderes Executivo e Legislativo. Naquela ocasião, mais do que isso, havia o componente explosivo da conspiração e da ação militar, pequeno espetáculo de "batalha" que raramente tivemos na história do Brasil, por conta disso tida como incruenta (FICO, 2004, p. 27).

Diante desse paralelismo entre o período do regime militar e os dias de hoje feito por Fico (2004), percebe-se a repressão sofrida pelos jornalistas, bem como pelos demais

intelectuais, pelos militares, ou seja, estes queriam ter controle de todas as situações sem que houvesse disseminação de tais fatos para a sociedade. Logo, era uma "batalha" às escuras, isto é, os militantes, que se manifestavam contra os interesses do governo, estavam condicionados a serem perseguidos, torturados e inclusive mortos, sem que os reais fatos de tais barbáries fossem revelados, pois era algo terrível demais para não ser feita uma tentativa de seu ocultamento.

Neste cenário da ditadura militar, "foram poucos os militares que denunciaram a tortura, contrapondo-se fracamente ao que, afinal de contas é um dos crimes em geral considerados como imprescritíveis e de lesa-humanidade" (FICO, 2004, p. 83). Além disso, o fato de haver pouca informação divulgada e difundida em meio à sociedade está o fato de que "os protagonistas do golpe de 64 e da ditadura militar cercaram-se dos devidos cuidados diante da óbvia necessidade de manterem sigilo sobre boa parte de seus atos. Os documentos diretamente emanados dos governos militares [...] eram escassos" (FICO, 2004, p. 21).

A respeito da tentativa de manter no anonimato da sociedade as perseguições do regime militar sob aqueles conhecidos como militantes ou comunistas, também Figueiredo (2017, p. 14) ratifica que "o golpe de 1964 foi um atentado à legalidade e à constituição, instaurando um regime de exceção, em que as liberdades democráticas eram tolhidas por um regime opressor.". Neste sentido, a ditadura militar foi um período histórico marcado por embates entre militares e aqueles que eram contra o regime do governo e então lutavam pelos seus ideais. Em outras palavras, "foi contra a falta de liberdade que muitos lutaram" (FIGUEIREDO, 2017, p. 14).

A liberdade pela qual os militantes lutavam não era com relação a uma prisão de celas e grades ou de masmorras em arquipélagos, mas sim para terem liberdade de expressão, de conquistarem seus espaços na sociedade da forma que eles julgavam justa e ideal. Consoante Figueiredo (2017, p. 15), "homens e mulheres, a grande maioria muito jovens, foram barbaramente torturados, alguns foram mortos, em nome da democracia, quando o regime era tudo menos democrático."

Entretanto, os embates travados não eram em forma de extermínio em massa visível e de conhecimento a todos, muito pelo contrário. Conforme Fico (2004, p. 15), "já são bastante conhecidos os episódios que marcaram o golpe de 1964, que não se caracterizou por combates cruentos, mas, ao contrário, por lances burlescos, sendo talvez o mais notável o fato de ter-se iniciado contra a vontade daqueles que o tramavam.". Tais confrontos, às surdinas, eram marcados pela "*independência* com que trabalhavam,

tomando a iniciativa de investigar, prender e torturar este ou aquele indivíduo, pressupunha exatamente estas etapas: investigação, prisão e tortura para obter revelações rapidamente" (FICO, 2004, p. 83. Grifos do autor).

Ainda, Figueiredo (2017, p. 13) reforça que "o trabalho de investigação e divulgação do que ocorreu nos porões da ditadura é um dever de memória em relação às vítimas e seus familiares e à sociedade em geral". Ao fazer tal reverberação, a autora reporta as questões históricas aqui levantadas para o âmbito da história, da memória e da necessidade de ambas não serem esquecidas, principalmente as que estiverem ligadas a períodos traumáticos, como o holocausto e da ditadura militar. E, neste sentido, recorre-se aos estudos de historiadores a respeito de tal(is) assunto(s). Ricoeur (2007, p. 392), por exemplo, defende a ideia de que

> De fato, se os fatos são indeléveis, se não podemos mais desfazer o que foi feito, nem fazer com que aquilo que aconteceu não tenha ocorrido, em compensação, o sentido do que aconteceu não é determinado de uma vez por todas; além de os acontecimentos do passado poderem ser contados e interpretados de outra forma, a carga moral vinculada à relação de dívida para com o passado pode ser tornar mais pesada ou mais leve.

Com base na afirmação de Ricoeur (2007), entende-se que acontecimentos e episódios de períodos do passado, a exemplo do holocausto e da ditadura, podem ser contados e/ou interpretados de diversas formas. O fato de poderem ser contados conforme o olhar do autor e recebidos sob diferentes perspectivas e interpretações fez com que a literatura abrisse espaço nos últimos anos para estas representações. Com relação a isso, Seligmann-Silva (2000, p. 85) corrobora que "A representação extremamente realista é possível: a questão é saber se ela é desejável e com que *voz* ela deve se dar; se ela nos auxilia no "trabalho do trauma" que tem como finalidade a integração da cena de modo articulado e não mais patológico na nossa vida".

Ao pesquisar sobre o processo de rememoração de episódios traumáticos do período da ditadura militar, Figueiredo (2017, p. 45) ressalta que "nos últimos cinquenta anos, dos primeiros dias após o golpe de 1º de abril de 1964 até o presente, escritores têm produzido todo tipo de texto, mas, sobretudo, narrativas, de cunho ficcional ou não ficcional, sobre os desmandos da ditadura". Ao fato de a literatura ter se tornado o espaço para autores escreverem sobre os fatos acontecidos na realidade do passado, mesmo devido ao contexto ficcional, a autora acrescenta que "Esse material pode ser, também, considerado como arquivo, pois ele faz o inventário das feridas e das cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros" (FIGUEIREDO, 2017, p.

45). Associada à concepção de arquivo e inventário, levantada anteriormente, está a ponderação de Gagnebin (2006, p. 39), inspirada também nas palavras nietzscheanas:

> Por que fazemos questão de estabelecer a história verdadeira de uma nação, de um grupo, de uma personalidade? Para esboçar uma definição daquilo que, neste contexto, chamamos de verdadeiro, não devemos analisar primeiramente essa preocupação, esse cuidado, essa "vontade de verdade" (Nietzsche) que nos move? Entendo com isso que a verdade do passado remete mais a uma ética da ação presente que a uma problemática da adequação (pretensamente científica) entre "palavras" e "fatos".

Pensando em períodos históricos como o holocausto e a ditadura militar, é complexo, complicado, difícil e até mesmo impossível representar toda a verdade destes tempos passados pelo fato de que "não se pode imaginar a restituição de "toda a verdade" do acontecimento, porque o acontecimento pertence ao domínio do vivido e a escrita literária pertence ao domínio da linguagem" (FIGUEIREDO, 2017, p. 123). Neste sentido, a literatura possui um caráter de representação da verdade por meio das palavras exaladas pelo autor e recepcionadas por diferentes leitores. Tão logo,

> Não se pode confundir o que se passa na vida real de cada um de nós com o que se lê num livro, são universos diferentes, com códigos diferentes, pois a realidade nos escapa sempre. Em outras palavras, a literatura sempre lidou com a verossimilhança, não com a verdade, mesmo se o autor se inspira nos fatos de sua vida (FIGUEIREDO, 2017, p. 123).

O fato de a literatura possuir caráter explícito quando ao seu papel de representar, de forma verossímil, a realidade faz com que ela seja um espaço possível para autores exporem suas angústias e seus traumas vividos no passado e, portanto, a literatura torna, muitas vezes, as dimensões da realidade e da ficção indistinguíveis uma da outra, ao mesmo tempo em que elas são necessárias entre si. Sendo assim, ao se deparar com uma literatura inspirada em fatos reais de períodos passados, sabe-se "que alguma coisa se passou, que alguma coisa teve lugar, a qual nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas. Chamemos de fidelidade essa busca de verdade" (RICOEUR, 2007, p. 70).

O resgate dos episódios do passado e, consequentemente, a busca de verdade incitam o conceito de testemunho, que implica em presenciar ou pelo menos saber que algo se passou em determinado lugar, espaço. Nesta perspectiva, entra-se em conformidade com o conceito de testemunho defendido por Seligmann-Silva (2000, p. 82, grifos do autor): "o testemunho é, via de regra, fruto de uma contemplação: a testemunha é sempre ocular. Testemunha-se sempre um evento". Logo, o fato de

testemunhar algo do passado por intermédio da literatura tem sido recorrente por inúmeros leitores. Segundo Gagnebin (1999, p. 89),

> Certamente, o passado já se foi e, por isso, não pode ser reencontrado "fora do tempo", numa beleza ideal que a arte teria por tarefa traduzir; mas ele não permanece definitivamente estanque, irremediavelmente dobrado sobre si mesmo; depende de ação presente penetrar sua opacidade e retomar o fio de uma história que havia se exaurido.

No entanto, os massacres que marcaram o holocausto e a tortura sofrida pelas vítimas da ditadura militar, pela voz e visão delas e de seus familiares é algo que precisa ser externado e revelado por meio de escombros literários. Textos literários que possuem como cenário períodos sombrios como o do holocausto e da militar tendem a informar, mesmo que por meio do contexto ficcional da literatura, aquilo que não é de conhecimento aprofundado para muitos, pelo menos não tanto quanto o que foram estes episódios históricos para as pessoas diretamente, bem como de seus familiares e amigos. Dessa forma, muitos livros de ficção sobre esses períodos históricos ganham ênfase, já que tratam dessas temáticas pelas entranhas familiares das vítimas, ou seja, mostram o holocausto e a ditadura como uma separadora de famílias.

4 K.: relato de uma busca e sua(s) função(os) social(is) rememoradora(s)

K.: *relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, é um romance literário contemporâneo publicado pela primeira vez em 2011 que ganhou considerável espaço na sociedade e nos estudos acadêmicos e possui a ditadura militar como pano de fundo para as diversas histórias narradas ao longo de suas páginas e de seus capítulos. Apesar do fato de inúmeros capítulos serem narrados por personagens, que, aliás, muitas delas não aparecem nos demais, a história que predomina é narrada por um narrador em terceira pessoa e tem como personagem principal alguém que não tem seu nome revelado, pois é apenas denominado de K.

K. é um judeu, migrante da Polônia, que presenciou o Holocausto e aqui no Brasil se depara com o cenário da ditadura militar anos depois. K. casa-se e se torna pai de dois filhos – um de cada gênero. A filha acaba desaparecendo e K. acredita que ela tenha desaparecido devido à ditadura militar. Então, o protagonista trava uma incansável e incessável busca pela sua filha, o que origina o título do livro: K.: relato de uma busca.

Durante a busca pela filha, K. depara-se com inúmeras situações e, conforme apresentam relações ou recordações, ele se lembra de sua vida na Polônia e demais países da Europa, onde viveu em meio ao holocausto. Sendo assim, K. representa inúmeros

migrantes do cenário e episódio do holocausto e que, por azar do destino, depararam-se, anos depois, com a ditadura militar brasileira. Neste sentido, K.: relato de uma busca possibilita estudos acerca de um personagem judeu, migrante da Europa, onde viveu o holocausto, e que chega ao Brasil, constitui uma família e se torna jornalista, mas que acaba se inserindo em outro contexto traumático, o da ditadura militar brasileira.

Tendo vivido vários anos na Europa e vivenciado o holocausto, K. relembra, no Brasil, sobre sua vida de outrora ao longo da busca pela sua filha e, em meio a tantas outras temáticas encontradas ao longo dos capítulos de K.: relato de uma busca, aparece o cenário da migração que está presente na obra por meio das lembranças do migrante judeu K. conforme se depara com situações, objetos e lugares que permitem e instigam o personagem a realizar as comparações entre o presente que está vivendo e o passado do que viveu na Europa, mas não esqueceu, a exemplo de quando escuta o rabino:

> K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os *goim* de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas (KUCINSKI, 2016, p. 25).

Na cena citada, K. está indignado com o fato de o rabino não concordar em realizar o *kadish*, ritual judeu de passagem do falecido porque, em verdade, não havia um corpo de fato, pelo menos não encontrado. Diante de tal situação, K. se indigna com a falta de consideração do rabino diante do caso da filha desaparecida e que, ao que tudo indica, foi morta pelo regime militar. Então, K. compara este episódio com o holocausto, quando houve execuções em massa, mas, pelo menos, os mortos eram registrados ou pelo menos se sabia onde estavam enterrados. Logicamente, K. não diminui a dor sentida por aqueles, mas a sua dor é mais forte ainda justamente por não saber onde sua filha está, o que caracteriza a sua agonia da incerteza e o sumidouro de pessoas que demarcou a ditadura militar.

Depois de várias tentativas de encontrar sua filha, também não nominada ao longo da narrativa, K. encontra uma forma de realizar a *matzeivá*, que é a lápide onde está enterrado o falecido judeu: "Desolado pela falta da *matzeivá*, ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide em forma de livro. Um livro in memoriam. Isso também se fazia de vez em quando na Polônia, embora sem substituir a *matzeivá*" (KUCINSKI, 2016, p. 77-78).

Além de jornalista, K. também é estudioso da língua iídiche, língua derivada do alto alemão e falada pelos judeus, e menciona sobre ela em vários momentos. Por exemplo, quando se refere ao impacto do holocausto sob a língua iídiche: "Embora só nos últimos cem anos tenha surgido uma verdadeira literatura iídiche, a língua mesmo já tem mais de mil anos e antes do holocausto era falada por mais de dez milhões de pessoas" (KUCINSKI, 2016, p. 127). Como pode ser percebido, em K.: relato de uma busca, o holocausto aparece como o principal culpado pela tentativa de extermínio e apagamento dos judeus e consequentemente das culturas e das línguas destes, como é o caso do iídiche, língua judaica de K. Essas e outras consequências fazem Kucinski colocar com certa frequência informações sobre o holocausto, que, é comparado por ele em outro momento da narrativa ao compará-lo com o que aconteceu com a filha do protagonista K. no Brasil no período da ditadura militar:

> Avrum o admoestara por comparar o que aconteceu com sua filha ao Holocausto, nada se compara ao Holocausto, disse; chegou a se levantar, tão aborrecido ficou. O Holocausto é um e único, o mal absoluto. Com isso K. concordou, mas retrucou que para ele a tragédia da filha era a continuação do Holocausto (KUCINSKI, 2016, p. 32).

A partir do trecho mencionado, percebe-se que alguém com nome Ayrum ficou indignado com o fato de K. comparar o holocausto, algo único por ser o mal absoluto, ao que aconteceu a sua filha. Conforme a sequência do fragmento, K. acaba concordando, entretanto reforça que, para ele, o desaparecimento da sua filha em meados da ditadura militar brasileira era a continuação do holocausto, pois o sofrimento e a dor eram algo em comum entre as vítimas torturadas, perseguidas e/ou mortas e seus familiares.

Trechos como o mencionado anteriormente confirmam uma dor similar vivida pelo migrante K. em acontecimentos históricos diferentes – o holocausto na Europa e a ditadura militar no Brasil. Ao peregrinar pelos espaços brasileiros atrás de pistas e escombros, ele sofre e vai comparando esta dor àquilo vivido no holocausto, estabelecendo relações entre estes diferentes períodos e espaços. Isso também ocorre quando K. sai do IML porque foi realizar o reconhecimento de um corpo que poderia ser sua filha: "K. saiu do IML aliviado; mantinha-se a esperança de encontrá-la viva. Mas as fotografias do álbum dos indigentes e desconhecidos o deprimiram. Nem na época da guerra na Polônia deparara com rostos tão maltratados e olhos tão arregalados de pavor" (KUCINSKI, 2016, p. 22).

Ao considerar o trecho acima, verifica-se que K. reconheceu que o corpo no IML não era de sua filha e, ao sair do local, o personagem ainda está horrorizado com as

fotografias dos corpos que encontrou lá, reforçando que o que mais lhe assustou foi o fato de que o estado destes corpos era algo pior (o que é marcado pela palavra "nem") do que aquilo que havia acontecido na guerra da Polônia, no contexto do holocausto. Tal estado deprimente de K. deu-se porque os rostos dos indigentes e desconhecidos revelavam maltratados e pavor, isto nas fotografias. Além do mais, fotografias vem à tona em outro momento da narrativa por meio de K., mas em um contexto familiar:

> K. trouxera da Europa um álbum de retratos naqueles tons marrons enevoados de sépia que emanavam certa magia. Retratos dos pais, do tio Beni, que depois foi lutar no Exército Vermelho, dos irmãos em Berlim, da velha casa em que moravam em Wloclawek. E as fotografias dos amigos literatos, o grupo todo reunido, em Varsóvia (KUCINSKI, 2016, p. 111-112).

Ao considerar o trecho acima, percebe-se que K. trouxe consigo um álbum de fotografias dos pais, dos irmãos, do tio, da casa em que moravam, e também, inclusive, de amigos do meio literário. Logo, estas fotografias marcam seu passado na Europa em um período bem anterior, em que não tinha filhos. Entretanto, o fato de ele não mencionar, nem neste momento e nem em outro, sobre fotos da família no Brasil, reforçam o vazio e o sofrimento que o desaparecimento de sua filha deixou no período de perseguições, sumidouro de pessoas e ocultamento de fatos, que, conforme trecho a seguir, ocorreu no período do fascismo, como, anos depois, na ditadura militar:

> É verdade que quando chegou ao Brasil em 1935, fugido da polícia polaca, os patrícios o alertaram contra os espias de Getúlio, zei zainen umetum, eles estão em toda a parte, advertiram em iídiche. Mas isso foi na época do fascismo. E eis os espias de novo em toda a parte (KUCINSKI, 2016, p. 32).

Além do contexto de perseguição e espionagem revelada no fragmento acima, também há o uso da língua iídiche por meio de uma frase de alerta e uma informação que demarca o ano em que K. veio ao Brasil, 1935, fugido da polícia da Polônia. Tal informação é deveras importante não apenas por demarcar o ano em que K. veio ao Brasil, mas o fato de sua fuga representar a migração (forçada ou não) de inúmeros moradores de diferentes países europeus em meio ao contexto do holocausto.

As execuções em massa no período do holocausto, associadas aos quase seis milhões de mortos e os campos de extermínio são alguns dos tristes fatos que fizeram com que muitos tentassem migrar para outros lugares, deixando vida e família para trás, enterrados. O fato de conseguirem fugir de "inanição, deportação e assassínio" faz com que estes sejam considerados sobreviventes, palavra que causa impactos a teóricos e

também a Kucinski (2016, p. 154), em sua obra K.: relato de uma busca: “Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia”.

O trecho acima revela novamente o contexto de sofrimento e de dor, agora pela explicitação da palavra melancolia. Kucinski ressalta que o sobrevivente de acontecimentos históricos está passível de consequências sobretudo psicológicas aos envolvidos e “Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; [...] K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto.” (KUCINSKI, 2016, p. 154). Após ressaltar o porquê de não ter revelado tais atrocidades aos filhos, Kucinski, em K.: relato de uma busca, passa a adotar um tom mais reflexivo nas próximas linhas, resgatando o que, para ele, é ser sobrevivente:

> O sobrevivente só vive o presente por algum tempo, vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado. Por que eu sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio do sobrevivente, décadas depois dos fatos (KUCINSKI, 2016, p. 154).

No trecho acima, da narrativa K.: relato de uma busca, há fortes marcas de um personagem que está traumatizado devido aos episódios vividos ao longo de sua vida. Tal estado de espírito é revelado principalmente pelas expressões “demônios do passado” e “transtorno tardio”. Neste contexto, ampara-se nas teorias aqui abordadas, a exemplo da concepção de trauma, conceito de Gagnebin (2006), também resgatado por Seligmann-Silva (2000, p. 84): “O que é o trauma? O trauma é justamente uma ferida na memória.”.

Sendo assim, ao pensar nas vítimas da ditadura e do holocausto, muito trauma foi e ainda é vivido, muitas feridas incicatrizáveis, sejam as visíveis, sejam as psicológicas. E K., personagem migrante da Europa para o Brasil, fugiu do holocausto, mas não conseguiu esquecer o que viveu na Polônia e demais países europeus por onde passou, sendo que trauma, dor e sofrimento migraram junto com ele para as terras brasileiras, onde acumulou mais episódios incongruentes, estes marcados principalmente pelo desaparecimento da filha no período da ditadura militar e a incessante busca de K. por ela ou, ao menos, sobre o que lhe aconteceu. Logo. K. é representante de uma classe de migrantes, familiares testemunhadores e sobreviventes traumatizados.

Considerações finais

Diante das análises realizadas acerca da obra K.: relato de uma busca, com ênfase nos embates dos episódios históricos – holocausto e ditadura militar –, averígua-se que

K. representa inúmeros migrantes vítimas de períodos históricos sangrentos e, portanto, ele se torna uma testemunha, conforme se ampara nos conceitos de Ricoeur (2007) e Seligmann-Silva (2000). Neste sentido, ressalva-se que K., ao presenciar e vivenciar o holocausto e a ditadura militar, torna-se uma testemunha ocular destes períodos do passado e, por meio da história de sua narração, perpassada a leitores, seus receptores, faz com que seu conteúdo não seja apenas um arquivo com informações sobre o passado, mas também seja uma forma de alertar para o presente e para o futuro, a fim de que algo semelhante seja evitado.

Neste contexto, na tentativa de responder às perguntas de Gagnebin (1999), as quais já foram mencionadas no corpo do desenvolvimento, ressalta-se que pode não haver atividade narradora que salva o passado, tampouco apaga o que aconteceu. Porém, a literatura tornou-se espaço para que as memórias e as lembranças fossem ali registradas para que consigam ser recebidas por leitores e, assim, também passarem a ser de conhecimento destes, marcando o caráter de rememoração por meio do texto.

Tão logo, a literatura possibilita aos autores que passem para o mundo ficcional, inspirado em fatos reais, os acontecimentos do passado e, assim, possam ser feitas tentativas de sufocamento de seus silêncios, seus traumas e preencherem a falta que sentem de alguém e/ou de algo. Portanto, a literatura passou a ser refúgio para muitos e se relaciona ao que Gagnebin (1999, p. 92) frisa: "[...] também é o fio da linguagem, às vezes entrecortado, às vezes rompido, o fio da história que nós narramos uns aos outros, a história que lembramos, também a que esquecemos e a que, tateantes, enunciamos hoje".

Enfim, "O autor ficcionaliza alguns episódios reais, muda os nomes, transforma o passado vivido em texto, contribuindo, assim, para formar este imenso arquivo que constitui a literatura que tematiza a ditadura" (FIGUEIREDO, 2017, p. 143). Esta afirmação, resultante dos estudos da pesquisadora a respeito da ditadura, também pode ser estendida ao holocausto, o que instiga citar Rees (2018, p. 128), que afirma o seguinte com relação a algo ocorrido neste período: "Não há cifras precisas sobre quantos judeus morreram naquela noite – com certeza foram mais de noventa. Cerca de 30 mil judeus foram presos e levados a campos de concentração.".

Em virtude aos fatos, percebe-se que o holocausto foi um período de execuções em massa, a ditadura militar um sumidouro de pessoas, K. migrou de um período traumático a outro e K. relato de uma busca tornou-se um receptáculo e uma tentativa de desocultamento destas migrações e perseguições traumáticas.

Referências

FICO, Carlos. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017.

FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do holocausto:** reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus. Tradução de Vera Gertel. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. Disponível em: http://resistir.info/livros/filkenstein_pt.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin.** 2. ed. São Paulo: perspectiva, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **K.:** relato de uma busca. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

REES, Laurence. **O Holocausto:** uma nova história. Tradução de Luis Reyes Gil. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2018. Disponível em: https://groups.google.com/g/armazem18/c/mj4lJhzTLUE. Acesso em: 27 mar. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSK, Arthur. SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

UNIVERSO JUDAICO EM O EXÉRCITO DE UM HOMEM SÓ

Tiago Miguel Stieven[1]
Patrícia dos Santos Muller[2]
Dra. Ivânia Campigotto Aquino[3]

1 Introdução

Moacyr Scliar escreveu *O exército de um homem só* que foi publicada em 1973. Nessa obra, tem-se a construção de uma atmosfera judaica, na qual estão imersos personagens, tradições, costumes etc. que se encontram intimamente relacionados com o fenômeno da imigração judaica no Brasil. Importante salientar que esta temática não se restringe à obra que se constitui objeto de análise deste artigo, mas se estende a outras narrativas do autor.

A análise da temática da imigração judaica será investigada neste artigo sob a ótica da identidade, indagando se a percepção identitária presente na narrativa de Scliar estrutura-se tão somente como uma questão hereditária ou como um conceito mais amplo, que se caracteriza pelo aspecto da transitoriedade e que dialoga com outros contextos. Além disso, procurar-se-á investigar como ocorre a representação do processo de aculturação dos imigrantes judeus ao entrarem em contato com a cultura brasileira, no bairro do Bom Fim em Porto Alegre, espaço no qual se desenrola a narrativa do Capitão Birobidjan.

É notório e sabido que a construção da nação brasileira se deu mediante um processo complexo, eis que diversos grupos emigraram de inúmeros países, o que, no entendimento de Seyferth (1997) influenciou na formação das identidades desses grupos. Some-se a isso o fato de que essa ocorrência da imigração nos faz considerar a própria identidade nacional absorvendo a história da imigração, a qual se desenrolou a partir do final do século XIX e na qual também figura o grupo de imigrantes judeus e seus descendentes.

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Bolsista Institucional UPF. Secretário Adjunto de Educação Passo Fundo/RS. E-mail: tiagomstieven@gmail.com.
[2] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. E-mail: 17623@upf.br.
[3] Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Pesquisadora. Coordenadora da Área de Língua Portuguesa do Curso de Letras. Orientadora deste trabalho. E-mail: ivania@upf.br.

O presente estudo adota o conceito de representação elaborado por Chartier (1988, p. 20) que a define como "instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem capaz de o reconstruir em memória e o de figurar tal como ele é". Nessa seara, há que se ter em mente o diálogo travado entre dois campos do conhecimento – História e Literatura –, que para Pesavento (2003, p. 32) constituem-se em "formas distintas, porém próximas, de dizer a realidade, lhe atribuir/desvelar sentidos, e hoje se pode ver que estão mais próximas do que nunca". Assim, caso o historiador esteja em busca das distintas representações sociais engendradas pelo homem no decorrer do tempo, como um modo de percepção do mundo sob o prisma do imaginário social, a Literatura apresenta-se como a fonte exemplar.

A Literatura e a História consistem em formas de registro da memória coletiva e individual de determinada época. Dizendo em outras palavras, um registro das relações sociais e dos jogos de poder pertencentes à vida humana (ARENDT; CONFORTO, 2004). Nesse sentido, Borges (2010, p. 99) esclarece que esse registro possibilitado pela História e pela Literatura é "uma prova, [...] uma leitura das dimensões da experiência social e da invenção desse social, sendo fonte [...] das práticas sociais, de modo geral".

Por fim, destaca-se que a Literatura se configura como meio privilegiado de registro das percepções de mundo do autor. Dessa maneira, revisitar a obra de um autor torna-se uma atividade frutífera, pois é possível aferir múltiplos significados e realizar múltiplas leituras a partir do mundo ficcionalizado. É o que ocorre em *O exército de um homem só*, especialmente quanto à temática da imigração judaica, e que se pretende demonstrar neste artigo.

2 Nova Birobidjan: enredo de um sonho judeu

O exército de um homem só narra os acontecimentos e inúmeros percalços vividos pelo protagonista – Mayer Guinzburg, mais tarde denominado de Capitão Birobidjan –, no empreendimento de concretizar sua obsessão, qual seja, implantar uma colônia agrícola cujos fundamentos norteadores encontrariam respaldo na ideologia proletária da União Soviética. Além disso, o modelo adotado por Mayer era o da sociedade que se almejava para a região judaica de Birobidjan e que fora instalada por Stalin em 1934 no território transiberiano.

Mayer Guinzburg era um judeu visionário que chegou ao Brasil ainda criança, vindo em um navio da Rússia. No ano de 1917, com sua família e outros imigrantes judeus, fixa residência em Porto Alegre, mais especificamente no bairro do Bom Fim.

Instigado pela ideologia marxista, o protagonista almeja fundar a Nova Birobidjan. Esse sonho o acompanha desde a sua juventude, seduzindo-o por toda a sua existência, estabelecendo-se como sua causa de viver e também sua loucura. Já na infância, Mayer apresenta sinais de rebeldia. Assim, procura colocar em prática suas concepções e ideias de uma nova sociedade juntamente com seus amigos marxistas, os quais desistem de tais projetos tão logo alcançam a maturidade. Entretanto, Mayer segue ferrenhamente com seu projeto de estabelecer a nova sociedade, envolvendo-se em uma sequência de acontecimentos hilários e cômicos.

Diante disso, Mayer adormece sua ideia de estabelecer a Nova Birobidjan. Retorna para casa e procura mudar seus ideais. Volta-se para o comércio através da fundação da empresa denominada "Maykir", por meio da qual conquista riqueza e prestígio perante a sociedade. Não contente, acaba envolvendo-se com uma amante e separa-se de sua esposa, levando a empresa à falência. Arruinado e sozinho, passa a viver em uma pensão, sendo sustentado por seu filho. Nesse espaço da pensão, Mayer continua a alimentar seu ideal de fundar a Nova Birobidjan e passa a expressar suas ideias para os demais moradores que não demonstram interesse algum ao que escutam. Envolve-se em um conflito com os outros moradores da pensão por manifestar seus planos e, em função disso, tem um ataque cardíaco, quando então é socorrido, fato que nos é narrado no início da obra.

O enredo de *O exército de um homem só* se desenrola de forma a ratificar a obstinação de Mayer em estabelecer a Nova Birobidjan que, apesar de tudo e de todos, continua lutando e empenhando-se por seus ideais, nos quais, em seus devaneios, imagina-se e intitula-se o Capitão Birobidjan, líder do exército de um homem só. Nessa perspectiva, fica evidente o jogo entre ficção e realidade, eis que Scliar para construir sua narrativa vale-se de dados históricos mesclando-os com a ficção para, desse modo, estabelecer o plano narrativo.

3 Representação do judeu em O exército de um homem só

Antes de analisarmos a narrativa de *O exército de um homem só* é importante ter em mente alguns conceitos que nortearão este trabalho. O primeiro deles é o da memória que pode ser individual ou coletiva. A individual considera as vivências do indivíduo em representações de certas circunstâncias vividas, enquanto a coletiva está relacionada com os grupos dos quais o sujeito faz parte. Nessa compreensão, Halbwachs (2013, p. 61) afirma que "a representação das coisas evocadas pela memória individual não é mais do

que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas".

Nesse sentido, a memória está associada intrinsecamente à elaboração de sentimentos de pertença a determinado grupo e, por sua vez, a uma identidade. Dessa maneira, a memória para o povo judeu funda-se como componente imprescindível, o que ocorre em virtude da história de sucessivos deslocamentos territoriais que foram frequentes ao povo judeu devido às perseguições e expulsões sofridas por esse povo. Isso fez com que a transmissão da memória se transformasse no elo entre os imigrantes judeus. Em outras palavras, a memória tornou-se responsável pelo sentimento de unidade e pertença a esse povo.

Outro conceito fundamental ao debate é o de testemunho. Gagnebin (2006, p. 57), ao referir-se a esse tema, esclarece ser necessário um alargamento do conceito, visto que

> [...] testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *bistor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.

Nessa perspectiva, Pollak (1992) ao abordar a questão do testemunho, o compreende como uma espécie de memória vivida por tabela, esclarecendo que também pode ser vislumbrado pelo ângulo de que não é preciso o responsável pelo testemunho ter participado dos fatos para que seja compreendido como tal. Nessa lógica, o testemunho passa a ser de uma memória coletiva de um evento perturbador ou de suma importância para o coletivo. Ou seja, trata-se de um evento que tenha deixado vestígios profundos, movimentos migratórios, lugares de memória, entre outros. O texto literário possibilita ao historiador ter "diante de si registros concretos da experiência humana, que podem ser analisados como testemunhos da ação humana sobre eventos situados no passado" (ARENDT; CONFORTO, 2004, p. 72). Em se tratando da imigração judaica, a obra em análise pode ser compreendida como testemunho do autor e de sua produção literária, a qual se constitui em incontestável testemunho do interior da comunidade judaica que se estabeleceu no bairro do Bom Fim em Porto Alegre.

As memórias sensíveis são aquelas que carregam em si inúmeras informações delicadas, as quais se encontram impregnadas de características humanas que possibilitam compreender muito acerca da história de uma pessoa ou até mesmo de um

grupo. Desse modo, na obra em questão, a memória se apresenta como elemento fundamental e estruturante para o processo de dialética do resgate. Dessa forma, percebe-se que Mayer Guinzburg está sentenciado ao eterno recomeço e à constante frustração, já que cada ação que efetua delineia a mesma fraqueza. Além disso, Mayer apresenta-se durante todo o desenrolar da narrativa de modo mecanizado, isto é, imutavelmente repete as mesmas palavras e ações, acabando por atrofiar-se. Não apresenta nenhuma evolução, eis que se solidificou em sua obstinação de implantar a Nova Birobidjan e fracassou na mecânica recorrência dos mesmos movimentos.

Rouanet (1981, p. 103) assegura que não existe "fronteira entre o sonho individual e o coletivo, como não há fronteira entre o homem e o mundo: há uma identidade perdida, há um desencontro, há uma procura em que as coisas são culpadas como o homem, ou mais, e o sonho constitui uma forma de alucinar a reconciliação". Essa assertiva se reflete na narrativa em análise na sua estrutura, já que o primeiro capítulo é o primeiro e o último ao mesmo tempo. Novamente, observa-se a repetição presente aqui. Veja-se que até mesmo o espaço da narrativa se torna um espaço circular, no qual a personagem vaga incessantemente entre o devaneio da conquista e a perda propriamente dita.

O aspecto da mesmice também está presente no espaço narrativo. Mesmo que as ações narrativas aconteçam com mudanças de espaços, o que se pode verificar é um único e mesmo espaço que se expande e oculta os demais espaços, isto é, o espaço da obstinação de Mayer Guinzburg. Mayer contagia o espaço que está ao seu redor, convertendo qualquer que seja ele, em cenários iguais, em Novas Birobidjans. A constante mesmice é reiterada através do jogo de espelhamento, o qual consiste no fato de que ocorre uma variação da mesma repetição, ou seja, Nova Birobidjan e Maykir funcionam como duplo – direito e avesso – da mesma forma como ocorre com o Capitão Birobidjan e Mayer que são o mesmo e também o outro.

No que se refere à estrutura de *O exército de um homem só*, note-se que o texto literário se encontra organizado em capítulos que se reportam a um ano determinado ou a um agrupamento de anos, do que se pode deduzir tratar de menção a acontecimentos históricos, políticos, culturais etc. Nesse entendimento, observa-se que a narrativa tem início em 1970, após retrocede a 1928, 1916, 1919, 1929, 1930, 1933 e assim sucessivamente até finalizar com o retorno a 1970. No decorrer do tempo, que vem expresso por meio dos anos, Mayer sofre diversas transformações em sua forma de pensar e agir, construindo e descontruindo identidades que, na maioria das vezes, apresentam-se contraditórias.

O judaísmo tem suas origens há cerca de quatro mil anos, no território que compreende a Terra de Israel, a qual também fora denominada de Terra Prometida, Canaã ou Palestina. A origem patriarcal, para Sender (2001), surge no período compreendido entre os séculos XX e IX a. C. com o estabelecimento do grupo familiar de Abraão e Sara e vai se perpetuando com os demais grupos familiares que se desdobram do primeiro, a saber, Isaac e Rebeca; Jacó, Léa e Rachel e assim sucessivamente. No século XIII a. C., Moisés escreve a Torá, entregando um exemplar para cada uma das doze tribos do povo de Israel e um exemplar foi conservado na Arca da Aliança. Desde as origens do judaísmo é perceptível a forte relação que estabelece com os elementos bíblicos. Essa relação aparece expressa em *O exército de um homem só* em diversos momentos, que passamos a elucidar. Assim, Mayer Guinzburg constitui sua empresa de construção civil e cada edifício construído pela Maykir recebe o nome de reis, profetas maiores, ou ainda outros nomes que tenham origem bíblica como, por exemplo, Edifício Isaías, Edifício Rei Davi, Edifício Jeremias, Edifício Ezequiel etc. Igualmente, fica evidente que o texto literário representa o judeu religioso por meio dos elementos, dos componentes das práticas religiosas, tais como, frequentar a sinagoga, frequentar as festividades de *Rosh Hashaná* e *Yom Kipur*, ler a Torá e a *Mishná*.

Outro momento em que as práticas religiosas são representadas na obra em análise se dá quando temos a narrativa a cena em que Mayer é forçado a ler e a estudar a Torá com seu pai todas as noites (SCLIAR, 2019, p. 34-35). Adicionalmente, a obra narra um costume judeu, qual seja, o de que "depois do jantar reúnem-se em torno a uma fogueira e cantam: a princípio, hinos belicosos, e depois melancólicas canções em iídiche" (SCLIAR, 2019, p. 39). Com isso, fica claro a concepção de que as práticas religiosas, bem como o idioma são compreendidos culturalmente como elementos que caracterizam a pertença ao grupo.

A circuncisão, prática tipicamente judaica, que possui o condão de ser um "sinal da aliança sagrada" firmada entre Deus e o povo judeu, assinalada pela dispersão de sangue e pelo banho ritual, denominado de imersão nas águas de uma *micvá,* que assume o sentido de renascimento, também se encontra retratada na obra. Tanto a circuncisão quanto o banho ritual podem ser caracterizados, conforme Schochet (1987, p. 20) como atos que "são de natureza ritual, eles são absolutamente essenciais, e sem eles não existe a conversão". Veja-se como o tema da circuncisão aparece expresso em *O exército de um homem só*:

> - Quem te disse que eu sou judeu? – berrou o Capitão, levantando-se também. Ela riu.
> - Pensa que eu não vi o teu troço cortado?
> - E daí? – disse Birobidjan com desprezo. – Isto é uma prática supersticiosa. Foi feita contra minha vontade. Eu, na verdade, sou ateu.
> Pôs-se a caminhar de um lado para outro, nervoso; de repente parou e voltou-se para ela:
> - Fica decretado que em Nova Birobidjan não há religiões. A religião é o ópio do povo. E não se fala mais neste assunto (SCLIAR, 2019, p. 99).

No recorte narrativo acima, o Capitão Birobidjan se depara com o dilema levantado por Santinha, personagem não judia, que constatou que Mayer era judeu em virtude da circuncisão, um sinal físico. Todavia, na compreensão de Mayer o fato de estar circuncidado não o caracterizaria como judeu, eis que em seu entendimento, ser judeu requer o exercício das práticas religiosas e, diante disso, ele se entendida como ateu. Ocorre que no desenrolar da narrativa, quando enfrenta dificuldades familiares, Mayer Guinzburg acaba se voltando para a religiosidade. Tal contradição é perceptível quando de seu diálogo com Geórgia, sua amente judia, ao sentir dores no peito, em função de problemas cardíacos que vinha apresentando (SCLIAR, 2019, p. 124-125). Diante dessa situação, verifica-se que Mayer, nascido de ventre judeu, vive um dilema de aceitação do judaísmo, de aceitar-se como judeu.

O autor de *O exército de um homem só* – Moacyr Scliar – de descendência judia, ao manifestar-se acerca do que efetivamente entende por ser judeu, assim se expressou:

> [...] sou parte de uma longa corrente humana formada desde os tempos bíblicos até nossos dias, a corrente do Judaísmo. [...] A condição judaica não depende de uma análise de DNA. Resulta de um sentimento de pertença. Reconheço-me nos milhões de seres humanos com quem partilho tal condição; sofri com aqueles que foram perseguidos, morri com aqueles que foram exterminados, mas orgulho-me daqueles que deram a sua contribuição à humanidade, nas artes, nas ciências, na literatura, na política. Não acredito que alguém possa ser indiferente ao seu judaísmo, nem mesmo num país como o Brasil, em que identidades frequentemente se desfazem naquilo que é chamado de geleia geral. A marca judaica pode tornar-se tênue, mas não se desfaz (SCLIAR, 2000, p. 25-26).

Da manifestação de Scliar, fica evidente que o pertencimento a determinado grupo com um sentimento, um modo de ser, uma identidade compartilhada não é resultante de apenas um fator. Ou seja, a língua, os rituais, as práticas religiosas se apresentam como tão somente uma fração do que efetivamente significa ser judeu. Denominar-se judeu trata-se de uma questão mais ampla, de identidade que não impossibilita a convivência com e em outros grupos sociais. Nessa lógica, Hall (2006, p. 13) assevera que a identidade

> [...] é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são

> unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Nesse deslinde, contata-se que a identidade é fortalecida e mantida por meio da união religiosa, bem como através das redes sólidas formadas por entidades assistenciais, cemitérios, instituições, clubes, cooperativas, etc. Em *O exército de um homem só*, por exemplo, a sinagoga fica situada na Rua Henrique Dias, conforme se observa da passagem em que Mayer "desce correndo a Rua Felipe Camarão em direção à Henrique Dias, [...] os velhos judeus que vão à sinagoga olham-no com suspeita" (SCLIAR, 2019, p. 27). Desse modo, manifesta-se a verossimilhança no que diz respeito à localização de umas das sinagogas situadas no bairro do Bom Fim em Porto Alegre, a saber, a sinagoga denominada Centro Israelita, estabelecida na Rua Henrique Dias, número 73. Outrossim, as personagens rezam em suas casas ou na sinagoga, além de que o pai de Mayer ambiciona que ele venha a se tornar um rabino:

> [...] o sonho de nosso pai era ser rabino; não o conseguira, naturalmente, mas era um crente fervoroso. Ia todos os dias à sinagoga; guardava cuidadosamente o sábado; e jejuava várias vezes por ano [...]. Mayer, meu filho, por que me atormentas? Sabes que minha maior alegria é que fosses um rabino, um sábio, respeitado… Teus livros estão todos empoeirados… (SCLIAR, 2019, p. 32; 41).

Mayer participava do *shabat* na sinagoga, além de jejuar nos dias considerados santos, como, por exemplo, no *Pesach* e *Iom Kipur*. O *Pesach* constitui-se em uma das festas judaicas que, diversamente dos Cristãos, não celebra a ressureição de Jesus, mas sim a passagem da escravidão para a libertação, isto é, a passagem dos judeus da escravidão do Egito para a libertação em busca da Terra Prometida. Waldman (2003, p. 129) assegura que entre as tradições judaicas da Europa Oriental e os conflitos homogeneizantes do Brasil, o personagem Mayer Guinzburg opta em "pôr suas origens entre parênteses" para escalar posições de maior destaque nas camadas sociais. Todavia, essa atitude acaba por gerar sempre um sentimento de perda e uma consequente crise identitária pela alternativa descartada, pelo distanciamento da cultura de sua origem, o que, por sua vez, nos conduz ao tema melindroso da "assimilação".

James Banks *apud* Regina Igel (1997, p. 129-134) distingue "assimilação" de "aculturação". Dessa forma, a "assimilação" é o abandono integral da identidade e da cultura de origem em detrimento da sociedade que acolhe o imigrante. De outro lado, a "aculturação" consiste na fusão de características culturais de diferentes grupos, comumente, predominando os atributos do grupo hegemônico. Sob essa perspectiva, é

possível afirmar que o personagem Mayer sofre um processo de "aculturação", ao menos até que seja forçado a decidir marcar seus atos e atitudes pelos arquétipos de sociabilidade distintivamente brasileiros.

Nesse contexto, resta fundamental dizer que todo esse processo, frequente não apenas aos imigrantes judeus, mas praticamente a todos os demais, produz marcas no sentimento identitário de cada imigrante. A identidade judaica entra em negociação permanente com a brasileira, com suas festividades, seus costumes, sua religião, seus hábitos e, inclusive, com a educação ministrada nas escolas, considerando os filhos de imigrantes que não tiveram acesso à formação em escolas judaicas. Mesmo com as inúmeras e salientes diferenças internas entre os judeus, a incorporação à sociedade brasileira colaborou sobremaneira para padronizar a identidade judaica, em virtude de aprenderem a falar a mesma língua, dos filhos dos imigrantes judeus estudarem nas mesmas escolas que os brasileiros, além de terem apreendido os mesmos hábitos no decorrer do tempo (BARTEL, 2015). Logo, nota-se a existência de uma comunidade judaico-brasileira, isto é, de uma identidade modificada.

O exército de um homem só retrata a negligência de Mayer Guinzburg em relação à religião judaica e às tradições de família em benefício da ideologia socialista, porém, contraditoriamente, o personagem "batiza" os prédios que sua empresa – Maykir – constrói com nomes de origem bíblica. Desse modo, essa "mutabilidade" de Mayer reflete e possibilita uma aspiração por alterações e adaptações de sua identidade ao ambiente em que vive.

Nesse cenário, nos romances produzidos por Scliar e, especificamente, em *O exército de um homem só*, fica perceptível a representação dos personagens protagonistas no sentido de não buscar um lugar para estar no mundo, uma vez que este lugar já foi encontrado, no caso, o Brasil. Desse modo, a busca dessas personagens se dá no sentido de procurar o seu lugar neste mundo, isto é, uma forma apropriada e coerente de pensar e agir frente à sociedade à qual, na condição de imigrante, se encontram em processo de integração e de enraizamento.

O espaço no qual se desenvolve grande parte da narrativa de *O exército de um homem só*, como visto, é o bairro do Bom Fim em Porto Alegre. Embora esse espaço proporcione continuidade à tradição judaica vivida na Europa, favorece significativamente a convergência com a cultura brasileira, a introdução e a elevação da comunidade de imigrantes judeus de Porto Alegre. Assim, nos dizeres de Waldman (2012, p. 14), "entre a tradição, a inserção no país e os olhos voltados para Israel, o lugar

do judeu é intersticial". Observe-se que a vida que se passa no interior dos bairros judaicos brasileiros, considerando o processo de adaptação dos imigrantes, vai adquirindo novos contornos. Além disso, o autor do romance consegue criar uma atmosfera, utilizando-se do cenário e dos judeus como personagens principais da narrativa, na qual produz um efeito de realidade. Ou seja, a verossimilhança está presente na obra quando da caracterização tanto do espaço como das personagens.

A combinação dos elementos estruturais da narrativa é que assegura a unidade da obra *O exército de um homem só*. Mesmo sendo um recurso de linguagem, as repetições constantes fornecem forma à obra. No concernente ao espaço central em que se desenrola a narrativa – Beco do Salso –, verifica-se que este também aparece repetidas vezes. A cada aparição, esse espaço abarca o estado de vida e de espírito de Mayer em suas diversas idas e vindas ao Beco. O protagonista se apropria e reconfigura esse espaço que, no primeiro momento da narrativa, é o palco de reuniões políticas e de diversões na juventude de Mayer, local onde desenvolve seus devaneios; num segundo momento, o espaço passa a desempenhar a função de clube da Construtora Maykir de propriedade do protagonista, caracterizando, dessa maneira, um signo que indica prosperidade; e, por último, abriga o lar de idosos, no qual Mayer passa a viver. Nesses três momentos, o espaço adequa-se conforme as fases de vida do protagonista.

Mayer converte-se em uma personagem cômica, já que os imigrantes de sua comunidade se amoldaram ao novo país, bem como elaboraram normas próprias de conduta, porém, ele continua preso à promessa de felicidade em um mundo utópico, no qual pudesse usufruir da propriedade, da igualdade social e da prosperidade. Todos se acomodam à nova vida do imigrante judeu, apenas Mayer permanece encarcerado à vida anterior à imigração.

Ao leitor do romance é ofertada uma variada gama de situações, desde a descrição inicial de Mayer, que abarcam personagens, linguagem, ações etc., que despertam o riso e, simultaneamente, aguçam um acentuado senso de reflexão sobre a utopia almejada pelo protagonista. Dessa forma, ele encena o representante de um grande número de pessoas que estiveram voltadas à militância político-ideológica no período compreendido entre as décadas de 1960 a 1980, bem como que se esmeraram pela construção de uma nova sociedade.

O protagonista por meio de seu duplo – Capitão Birobidjan – acredita em sua aptidão para liderar a rebelião e estabelecer a colônia socialista, seu motivo de viver e seu ideal. Seu empenho se intensifica, de modo que se torna "possuído" pela ideia de instituir

a nova sociedade comunista, a tal forma que suas ações, seus pensamentos, seus esforços não se destinam a outro ponto que não seja para a formação dessa comunidade. Mayer está fascinado pela vontade de viver nessa sociedade que entende mais justa e fraterna, porém, esse mundo é fantasiado. Nada mais ao seu redor lhe desperta o interesse. Todo o seu ser pende para esse devaneio, eis que se encontra tomado por essa ideia fixa. Dessa maneira, torna-se um Quixote, transitando nos espaços ficcionais como um fantasma, visto que grande parte das ações de Mayer se desdobram na sua fantasia.

Em *O exército de um homem só*, onde as demais personagens nada enxergam, Mayer Guinzburg avista "homenzinhos" que escutam seus inflamados discursos, como Dom Quixote enxergava gigantes ao invés dos moinhos de vento e travava fervorosas batalhas com eles. O aspecto quixotesco de Mayer reside no fato em querer efetivar o que leu acerca da Nova Birobidjan localizada na União Soviética, assim como Quixote deseja vivenciar o que leu nos romances de cavalaria. Em seu duplo – Mayer Guinzburg/Capitão Birobidjan – está condensado o conflito, a dialeticidade, a dualidade que constitui o homem.

O protagonista encarna o que Said (2005, p. 67) nomeia de "dupla identidade", isto é, "[o exilado que] vê as coisas tanto em termos do que deixou para trás como em termos do que de fato acontece aqui e agora; [que] nunca vê as coisas de maneira separada ou isolada". Some-se a isso, o fato de que Mayer está destituído de três categorias de identidade, quais sejam, a do nome próprio, a religiosa e a nacional e, dessa forma, estando separado da convivência com a família, a fragmentação e o itinerário de Mayer no decorrer da obra apresentam-se bastante coerentes e coesos. Realidade e ilusão na narrativa de *O exército de um homem só* se mesclam, tornando-se "face de uma mesma moeda" e, nesse jogo entre ambas, mesmo sabendo falsos os raciocínios, rimos, porém, tendo conhecimento de que seria possível os tomar por verídicos, caso os tivéssemos ouvido em sonho. Isso pode ser observado em relação aos devaneios da nova sociedade que norteia a vida de Mayer, aos seus discursos inflamados que se apresentam como "verdadeiras" pregações ideológicas no Palácio da Cultura, bem como em relação às suas confusões com os animais no sítio.

A Palestina é considerada pelos judeus como Terra Santa, pois compreendem que Deus os elegeu como seu povo e concedeu-lhes a Terra Prometida. Logo, a Palestina no contexto do judaísmo é um território de peregrinações. É nela que fica localizado o Muro das Lamentações, o qual é para os judeus um espaço sagrado. Por conseguinte, pode-se estabelecer uma associação com a Nova Birobidjan retratada ficcionalmente, a qual

Mayer almejava implantar no bairro do Bom Fim. Essa "Birobidjan" retratada ficcionalmente em *O exército de um homem só* pode ser entendida como uma alusão à criação do Estado de Israel na Palestina. A tomada de conhecimento por parte de Mayer Guinzburg da criação do Estado de Israel resultou na consistência de um sonho que ele nutria, havia tentado concretizar e não tinha logrado êxito, segundo expressa a passagem: "Birobidjan. Um dia os judeus do Bom Fim reconheceriam a importância deste nome. Birobidjan: a redenção do povo judeu, o fim das peregrinações. Birobidjan!" (SCLIAR, 2019, p. 24).

Em *O exército de um homem só*, por meio do lugar utópico de Mayer, é demarcada e arquitetada a existência de demais lugares e seus atributos. Nesse sentido, no detalhamento descritivo da Nova Birobidjan, de seus prováveis habitantes e de suas particularidades de interação socioeconômica, é possível constatar referências a dois outros lugares judaicos e sua impossibilidade de repetição na diáspora brasileira, quais sejam, a Rússia Soviética e o *Kibutz* israelense. Obstados pelo regime stalinista de imigrarem para a Palestina, os judeus soviéticos do começo do século XX miravam em Birobidjan uma possibilidade singular para a continuidade e desenvolvimento de sua cultura e do idioma iídiche.

Verifica-se na obra uma característica marcante que também estará presente em romances posteriores de Moacyr Scliar, isto é, o direcionamento permanente das narrativas à história, especialmente, à história contemporânea que forneceu estímulo ao movimento migratório. Destarte, a emigração dos personagens para o Brasil se dá em função de acontecimentos históricos que fizeram surgir a ameaça de perseguições aos judeus. Na obra, a Revolução Russa de 1917 manifesta-se como um dos motivos para a emigração.

Os fatos narrados são apresentados como se fossem reais, eis que são datados e demarcados no tempo e no espaço resgatáveis historicamente, o que demonstra o propósito de descrever uma situação "real" vivida por um homem distinto, com existência determinada em espaço e tempo definidos. Percebe-se que o autor ao narrar os fatos do romance *O exército de um homem só* possui o objetivo de singularizar a experiência da personagem – nomeada e situada no espaço e no tempo –, transformando a experiência narrada em única e distintiva de um indivíduo. Do ponto de vista estrutural da narrativa, ao utilizar-se desse recurso, o narrador resgata parte da história da imigração judaica no Brasil, bem como parte da história da imigração judaica no mundo. Esse processo conduz a uma fluidificação das particularidades e individualidades das personagens da narrativa

nos acontecimentos históricos, que passam a ser compreendidas como exemplos de experiências universais.

Cândido (1976, p. 04), em sua obra *Literatura e sociedade*, assegura que "o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno". Nessa perspectiva, além de frases prontas, nota-se que o comportamento do protagonista Mayer Guinzburg é estereotipado; apresenta-se implacável nas normas que ele mesmo prescreveu e às quais deve obedecer independentemente de qualquer coisa. Mayer não se permite nenhuma concessão para flexibilização das regras que se impôs e, em momento algum, relativiza seus pontos de vista. Muito pelo contrário, procura sempre os absolutizar. Assim, em face de qualquer sujeito ou argumento, o Capitão Birobidjan se persuade de que "algumas guerras a gente luta sozinho". Surge dessa compreensão o título do romance. Um Dom Quixote contemporâneo que desconsidera contraditoriamente a sociedade para estabelecer uma nova sociedade – Nova Birobidjan. Por fim, termina, de forma irônica, por estabelecer uma sociedade definitivamente sem classes: a sociedade de um homem só.

4 Considerações finais

Ao findar este artigo importante fazer algumas considerações que entendo não se esgotarem em si mesmas. Dessa maneira, ao abordar a temática da imigração judaica, Scliar tencionava mais do que somente descrever a sua trajetória em uma narrativa ficcional destituída de qualquer compromisso. Apropria-se plenamente de sua identidade judaica, o que se torna condição determinante para que sua escrita seja conjecturada como fonte histórica expressiva para o movimento migratório. Pode-se, dessa forma, considerar que a denominada literatura de imigração configura um olhar que vislumbra uma realidade nova. Ou seja, possibilita a abertura para o outro, para o diálogo da Literatura com a História, eis que ela se estrutura pela linguagem em que a paródia, o dialogismo, a polifonia, a ironia, a intertextualidade se entrelaçam complementando-se. Nessa compreensão, essa literatura vem sendo, no entendimento de Pesavento (1996, p. 109), examinada em muitas pesquisas pela possibilidade que carrega em seu bojo de trazer à baila elementos concernentes à memória, à identidade, ao testemunho, à sensibilidade "inestimável para o historiador e que lhe fornecerá subsídios que ele não encontrará facilmente em outras fontes".

Nesse sentido, o romance *O exército de um homem só* pode ser considerado como um testemunho expressivo do processo de imigração judaica, aspecto comprovado pela memória ainda viva e latente desses imigrantes. Também, pelo fato de descrever esse processo em um tempo não tão longínquo da contemporaneidade, a narrativa passa a ser reputada como uma fonte para a História. Na análise da obra, verificou-se que o imigrante judeu é representado pelo viés religioso, eis que o autor se vale de diversos elementos e temas que compõem o universo religioso, tais como, as sinagogas, as tribos, a circuncisão, a conversão, o livro sagrado (Torá), a realização de festividades típicas do judeu – *Pesach, Rosh Hashana* e *Iom Kipur* –, a cerimônia de casamento na sinagoga etc.; elementos e temas esses que possibilitam a verossimilhança com os textos bíblicos. Nessa ótica, Pesavento (2008, p. 41) pondera que "a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele", isto é, ela "se insere em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade".

Essencialmente, a unificação dos temas representados em *O exército de um homem só* se dá pela mesma perspectiva de elementos que tenham a função de servir como paradigma e estímulo na busca de prováveis soluções para os conflitos e problemas de adaptação cultural, física, e identitária dos imigrantes judeus no Brasil. Na obra em estudo, percebe-se como elementos constituintes e estruturantes do romance, a emulação, a replicação, a mesclagem, a aproximação, bem como a convergência de tempos, espaços e identidades judaicas. Nesse interregno, não obstante a narrativa se desenrolar nos dias atuais, no bairro do Bom Fim em Porto Alegre, imagens de outros tempos, espaços e identidades de judeus reverberam por toda a tessitura da obra por meio de recursos metonímicos, miméticos e metafóricos.

Nota-se que, por meio do recurso comparativo e embasado em documentações, os judeus estão representados com essas duas categorias, bem como que a narrativa está impregnada de historicidade, visto que muitos elementos dialogam com a História e, dessa forma, possibilitam elucidar como o imigrante judeu é percebido pela Literatura. Nesse cenário, a Literatura converte-se em espaço que não comporta mais concepções simplistas acerca das expressões de nacionalidade, transformando-se em espaço mais diversificado. Assim, *O exército de um homem só* apresenta um cenário que conecta a vida cotidiana do imigrante judeu não somente à História do Brasil, mas à História da própria humanidade.

Por fim, importa dizer que o imigrante judeu aparece representado como sujeito histórico na obra literária de Moacyr Scliar. A narrativa literária de *O exército de um*

homem só pode ser compreendia como a manifestação da memória coletiva e de elementos identitários da comunidade judaica. Quer seja pelas personagens, quer seja pela leitura das representações e sentidos contidos no texto, é possível constatar e assimilar a percepção de mundo dos judeus, seu posicionamento frente às mais variadas situações e acontecimentos sejam eles de caráter cultural, familiar, religioso e, também, até mesmo face o restante da sociedade. Provisoriamente, pode-se considerar que ao associar a vida dos personagens à História do Brasil, estabelece-se a conexão da identidade judaica à identidade nacional e, dessa forma, é possível identificar um novo grupo: o dos judeus-brasileiros.

Referências

ARENDT, João Cláudio; CONFORTO, Marília. Cruzamentos: a representação da história no texto literário. In: BATTISTI, Elisa; CHAVES, Flávio Loureiro (org.). **Cultura Regional:** língua, história, literatura. Caxias do Sul: Educs, 2004.

BARTEL, Carlos Eduardo. **O movimento sionista e a comunidade judaica brasileira** (1901-1956). Curitiba: Prismas, 2015.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 1, n. 3, p. 94-109, jun. 2010.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Ed. 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IGEL, Regina. **Imigrantes Judeus/Escritores Brasileiros:** o componente judaico na literatura brasileira. São Paulo: Perspectiva, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto O alienista, de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 16, nº 31 e 32, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** São Paulo: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROUANET, S. P. **Édipo e o Anjo:** itinerários freudianos em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1981.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHOCHET. Rabino Jacob Immanuel. **Quem é judeu?** New York: Shofar Association of America, Inc., 1987.

SCLIAR, Moacyr & SOUZA, Márcio. **Entre Moisés e Macunaíma:** os judeus que descobriram o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SCLIAR, Moacyr. **O exército de um homem só.** Porto Alegre: L&PM Editora, 2019.

SENDER, Tova. **Iniciação ao judaísmo.** Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 2001.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana Estudos de Antropologia Social.** Vol. 3, n. 1, p. 1-23, 1997.

WALDMAN, Berta. **Entre Passos e Rastros:** presença judaica na literatura brasileira contemporânea. São Paulo: Perspectiva, 2003.

WALDMAN, Berta. Os caminhos da ficção de Moacyr Scliar. **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, v. 6, n. 11, out. 2012. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/3069/3023. Acesso em: 29 abr. 2021.

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO

Gláucia Elisa Zinani Rodrigues[1]

1 Introdução

Este artigo objetiva-se a trazer aspectos da trajetória de vida do advogado da *Jewish Colonization Association,*[2] ex-vereador em Erechim/RS, um dos fundadores do clube *Lions* Clube de Erechim, dirigente do clube esportivo Ypiranga Futebol Clube, assessor jurídico da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-Campus de Erechim e da Companhia Telefônica erechinense, e escritor satírico de renome nacional, das quais suas obras são; o livro de contos *Minha morte e outras vidas* (1958), e os quatro romances; *Gatos à Paisana* (1962) *Cogumelos de Outono* (1972) *Cágada (ou a história de um município a passo de)* (1974) e *Furúnculo* (1994) - póstumo, através da pesquisa de Vera Beatriz Sass.

O conceito de trajetória para Schmidt (1996, p. 50), "passa necessariamente pela análise do cotidiano. Esta permite ao pesquisador atingir uma das principais metas das novas biografias: resgatar o personagem enfocado em suas múltiplas facetas, como um "homem inteiro", seguindo na mesma linha, sobre o conceito,

> [...] deve considerar a articulação do contexto entre a trajetória social, trajetória individual e familiar do usuário, levando em conta a totalidade das dimensões em que esse indivíduo se constitui. As trajetórias sociais de cada indivíduo trazem imbricados processos de construção e desconstrução de poderes que se entrecruzam configurando mudanças de relações, conforme (GONÇALVES; LISBOA, 2005, p. 88).

Dessa forma, busca-se trazer a trajetória individual, familiar e social deste homem, que representa uma perspectiva colocada frente à construção do conhecimento social.

---

[1] Mestra em História pela Universidade de Passo Fundo (2019), defendeu a dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do Rio Grande do Sul: Cágada e O exército de um homem só*, sob orientação da Dra. Rosane Marcia Neumann, bolsista FUPF. Doutoranda em História pela UPF, orientação da Dra. Gizele Zanotto, bolsista FUPF (2020). E-mail: professoraglauciazinani@gmail.com.

[2] A *Jewish Colonization Association* (JCA ou ICA, Associação de Colonização Judaica) criada em 11 de setembro de 1891 por Moritz Hirsch, com propósito de facilitar a emigração em massa de judeus da Rússia e outros países do Leste Europeu, assentando-os em colônias agrícolas em terras por ela adquiridas, particularmente na América do Norte e na Argentina e no Brasil, especificamente, em Erechim surgiu a Colônia Quatro Irmãos, na qual Mársico atuou como advogado, por volta dos anos 50 e 60.

2 A trajetória de vida de Gladstone Osório Mársico

Gladstone Osório Mársico foi um escritor, profissional liberal que atuou na política local da cidade de Erechim, localizada ao norte do Rio Grande do Sul, nasceu em 5 de abril de 1927, no município de Erechim, na localidade hoje pertencente ao município de Viadutos.[3]

Os pais de Gladstone "se chamavam Maria Carolina Osório Mársico, Fábio Sebastião Mársico, eram filhos de imigrantes italianos" (LEHMANN, 2019). Naturais de São José, município de Santa Catarina. Após o casamento, o casal transferiu residência para Viadutos, onde nasceram os filhos; o primogênito Gladstone (1927), a musicista Leda Osório Mársico[4] (1928), Lígia Mársico (1930) e Gilberto Mársico (1933), advogado. Mais tarde, residindo no centro de Erechim seu pai: "Fábio Mársico trabalhou como contador e posteriormente proprietário da farmácia Erechim e da fábrica de Café Rio Azul" (MÁRSICO, 2018a).

O envolvimento de Gladstone Mársico com o mundo das letras foi precoce, inicialmente estudou em Erechim no Colégio Medianeira, no qual participava do Coro Orfeônico do Colégio Marista Medianeira no ano de 1937, com seus colegas; Rubem Franco, Oswaldo Engel, Luiz Denardim, Honorino Badalotti, Mario Guimarrães, Rubens Franco, Yedo Costamilan, José Fasolo, Elfi Tosetto, Nelson Costamilan, Luiz Hoffmann, conforme jornal *A Voz Da Serra*, (5 e 7 de abril de 2000, p. 6), na reportagem *Cantinho da Saudade*.

Na Figira 1, Mársico é o quarto menino vestindo roupa preta, na primeira fila de baixo para cima, da esquerda para direita, com seus colegas no Colégio Marista Medianeira em Erechim.

---

[3] Viadutos é um município do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, emancipado em 18 de fevereiro de 1959, Mársico nasceu em 1927, Viadutos era distrito de Erechim, por isso Mársico as vezes é tratado como escritor erechinense.

[4] Publicou a obra *O Canto na escola de 1º grau***.** Brasília: Ministério da Educação e cultura, Departamento de documentação e divulgação, 1978.



Figura 1 - Coral Orfeônico do Colégio Marista Medianeira de 1937/1938.
Fonte: A Voz Da Serra. Cantinho da Saudade. 5 e 7 abr. 2000, p. 6.

Logo em seguida, foi estudar no Colégio Catarinense, situado em Florianópolis e aos 11 anos, fundou um jornal feito a carimbo e distribuiu aos seus colegas do Colégio Catarinense. Posteriormente, em Porto Alegre, enquanto estudante no Colégio Rosário, produziu o primeiro jornal, feito a mimeógrafo. A família também propiciou uma formação musical aos filhos: Leda e Lígia estudavam piano e canto, e Gladstone tocava violino. "Apresentaram-se no auditório da Rádio Erechim, e numa outra ocasião, no Teatro São Pedro em Porto Alegre com outros corais, acompanhados pelo pianista Oswaldo Elemar Engel" (MÁRSICO, 2018a). A família custeou as faculdades dos filhos: "Leda e Lígia cursaram as faculdades de Pedagogia e Música e jornalismo respectivamente, enquanto Gladstone, a de direito" (MÁRSICO, 2018a).

Ainda na capital, cursou Ciências Jurídicas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, iniciando o curso em 1946. Enquanto universitário, envolveu-se em uma querela na universidade em 1948, em razão do conteúdo humorístico do seu jornal, chamado *Anzol.* O fato foi narrado em sua obra *Gatos à paisana* (1962):

> Graças a este [jornal], pela sua irreverência quase foi expulso no terceiro ano, respondendo a processo administrativo pelo conselho da congregação, onde pontificavam lentes da envergadura cultural de Ruy Cirne Lima e Camilo Martins Costa. Conseguiu escapar-se por um golpe de espírito. Baseou a sua defesa na tese de que, se fosse condenado por seus mestres, estaria provado que eram maus professores, porque não o haviam ensinado a ser um bom advogado (MÁRSICO, 1962, s/p).

Em 1950 concluiu o curso de Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.[5] Em 1952 casou-se com Yvonne Salomoni, a filha ressalta: "meus avós maternos se chamavam Rosinha Dappio Salamoni e Ângelo Salamoni, ela era imigrante, chegou ao Brasil da Itália com 9 anos de idade, ele era filho de imigrantes italianos" (LEHMANN, 2019). O casal teve três filhos: Rosângela nascida em 1953, Fabíola em 1954 e Gladstone Márcico Filho em 1955.

Erechim era uma pequena cidade, e Gladstone participava e frequentava cinema e bares, o último endereço de Márcico situava-se na Rua Portugal, nº 119, no centro de Erechim. Na década de 50, em parceria com seu sócio, o advogado João Caruso, e posteriormente, seu irmão Gilberto Márcico, mantiveram juntos um escritório de advocacia situado na Rua Torres Gonçalves, 155. Ainda nos anos 50, Márcico e seu irmão compraram o escritório de advocacia de Dr. Caruso, que ingressou como deputado estadual.[6] Conforme Gritti (1995, p. 110), "Márcico desempenhou cargo de advogado da ICA no ano de 1962".

Gladstone e sua esposa ajudavam juridicamente a Sociedade de Amparo às crianças – SAMI, e atuou como sócio fundador da *Associação Internacional de Lions Clube de Erechim*, na gestão de 1964-1965, quando foram realizadas várias campanhas sociais e em benefício ao município. "Procurou com seu espírito alegre, descontraído e possuidor de grande cultura como advogado e professor, incentivar o espírito de companheirismo no Clube e aproximar o *Lions* Centro da comunidade erechinense" (SMANIOTTO, 1998, p. 50). Sobre sua atuação de advogado em Erechim, um dos clientes, que atuava como gerente da Caixa Econômica Federal, ressalta,

> [...] quando fui para lá Erechim [reside em Getúlio Vargas], que foi mais que eu o conheci, em 63 em diante. E antes eu conhecia porque morava perto do meu primo, mas não tanta amizade que depois criei como, quando fui para dar trabalho para ele [Gladstone]. Cobrança de quem não pagava [clientes da Caixa Econômica Federal] e outro tipo de processo que eu tinha para resolver eu corria lá com ele e dizia: olha tem isso aqui, peraí, que já te dou o negócio. E depois eu pagava ou a caixa pagava.
> Entrevistador: E então ele era o seu advogado?
> Entrevistado: Era advogado meu e da caixa.
> Entrevistador: Ele também tinha ficado com a clientela do João Caruso, depois que ele foi deputado?
> Entrevistado: Sim ele ficou com a clientela, porque no começo ele trabalhou com o Caruso um pouco. Quando ele foi pra lá que ele ficou mais com a coisa.
> Entrevistador: E ele era uma pessoa acessível, conversava assim?

[5] Na área jurídica, em meados de 1954, publicou na Revista Jurídica, de Porto Alegre, um trabalho de natureza processo civil, sob o título: *Da citação nos interditos possessórios.*
[6] Ata da Câmara de Vereadores de Erechim, s/d fev. 1956. s/p.

> Entrevistado: Extraordinário. Tu podia ir lá com o problema pior que tu tinha, ele dava um jeito, diz me olha: volta aqui depois da manhã que te dou o resultado. E os juízes respeitavam ele, os outros advogados também respeitavam, no tribunal ele falava muito bem.
> Entrevistador: E ele falava, qual que era a expressão dele assim para conversar?
> Entrevistado: É ótimo. É o cara que tu simpatiza já de começo, com ele, que ele não sabia ofender ninguém.
> Entrevistador: Ele era culto para conversar?
> Entrevistado: Bah…cultura tremenda, aquele lá lia mesmo. Ele me dizia sempre Richetti tu tem que ler. Eu dizia, quando dar eu leio. Ele dizia não, não tem que ler mais.
> Entrevistador: E o que mais você lembra dele, do jeito das características dele?
> Entrevistado: Ele era mais alto do que eu, um cara que sempre se vestia muito bem, gravata, e em todas as festividades ele tava lá, sendo convidado, sempre (RICHETTI, 2018).

Nota-se que Máralém de ser um homem extremamente culto, mantinha amizade com os escritores; Érico Veríssimo, Carlos Nejar, Josué Guimarães, dentre outros e investia na compra de livros, que segundo a filha de Márquivo em casa tinha 10.000 volumes" (LEHMANN, 2019).

Márfundou um jornal de cunho trabalhista intitulado, *Jornal 24 de agosto*, em parceria com Paulo Emílio Nunes Garcia e seu tio Francisco Rosa Osório.[7]Na rádio ZYF-7 é emitido um de seus artigos, intitulado *O voto,*[8] na qual revela sua performance política, quanto ao repúdio a corrupção na compra de votos em campanhas eleitorais:

> Saibamos usar o voto como uma ordem silenciosa de nossa consciência. Votamos no candidato e não na legenda que o exorno. Sejamos livres. Não capitulemos ante a imposição de um partido. Primeiro a Pátria, depois o ideal partidário. Temos o direito de escolha. Façamo-la como nos aprouver, levados sempre pelo desejo do bem servir a coletividade, pois aos mentores desta, confiamos a vigilância e o destino da nossa peregrinação social.

Na sua trajetória de vida, além de profissional liberal, atuou na vida pública do município de Erechim como vereador no período de 1956-1959 sendo o mais bem votado. Participou da solenidade na Prefeitura Municipal de Erechim, em 21 de outubro de 1956, da chegada por meio do aeroporto erechinense Comandante Kraemer do Exmo. Dr. Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira[9], juntamente com Hildo Menegatti, Assis Chateaubriand, e o deputado João Caruso.

Na Figura o cartaz, meio de divulgação de campanha eleitoral da época.

---

[7] Em 24/08/1954, data de falecimento do presidente da República Getúlio Vargas, que foi emitido pela rádio ZYF-7, o texto de Márintitulado *Último Adeus*.
MÁRSICO. Gladstone Osório. *O voto*. Rádio ZYF-7. s/d/s/a.
[9] Jornal A voz da serra. *Programa oficial de recepção e homenagens ao Exmo. Sr Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Dr. Presidente da República*. 21 out. 1956.



Figura 2 - Para vereador Gladstone Osório Márcico.
Fonte: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Márcico.

No Jornal *A Voz da Serra*, em edição especial 30 de abril de 1958, traz o Relatório da Câmara Legislativa de Erechim, na qual traz que Gladstone elaborou mais de 30 projetos de lei aprovados[10] e fez parte das de comissões emancipatórias dos municípios

[10] 1º Projeto de Lei abrindo Crédito Especial para a compra e aplicação de vacinas "salk". 2º Requerimento pleiteando a instalação de uma residência do "DAER" nesta cidade. 3º Requerimento pedindo ao Governo da União a abertura da Engenharia Administrativa na Escola de Iniciação Agrícola para gerenciar a agronomia pública Municipal. 4º Requerimento congratulando-se com a vitória de Maria José Cardoso, MISS Brasil. 5º Requerimento do Hospital de Quatro Irmãos, pleiteando isenção pagamento impostos municipais. 6º Requerimento pedindo uma comissão de uma comissão de vereadores para a revisão do Código Tributário e Fiscal do Município de Erechim. 7º Projeto de Lei autorizando o poder executivo a doação de terrenos para a Escola Agrícola em Jacutinga e sua transferência ao Estado. 8ª Requerimento pleiteando a construção do prédio destinado ao Grupo Escolar em Jacutinga. 9º Requerimento pleiteando extensão de rede elétrica ao Km 10, o primeiro distrito deste Município. 10º Requerimento pleiteando Inquérito para averiguar o que ocorre com a concessão de um terreno, de domínio da municipalidade ao cidadão Lionello Gelsomino, nesta cidade. 11º Requerimento congratulando-se com a passagem de mais um aniversário natalício do Senhor Aldo A. Castro. 12º Requerimento pleiteando asfaltamento de pista aeroporto local. 13º Requerimento tratando da provável entrega do governo da união das rodovias "Erechim -Getúlio Vargas" e "Erechim -Gaurama". 14º Projeto de Lei dispondo sobre o calçamento de Ruas da cidade. 15º Requerimento tratando do não pagamento pelo Ministério da Agricultura de salários aos operários da Escola de Iniciação Agrícola. 16º Requerimento protestando contra a atitude do Senhor Prefeito Municipal e da Câmara Municipal de Passo Fundo no caso da construção da Ponte sobre o Rio Uruguai. 17º Requerimento pleiteando junto ao Sr. Rubem Berta, diretor da VARIG, seja aeroporto local incluído no plano de cobertura de pistas com placas metálicas importadas das bases americanas, na África. 18º Projeto de Lei instituindo o prêmio literário "Professor Carlos Mantovani" e abrindo um crédito de Cr$ 20.0000.00. 19º Requerimento pleiteando a criação nesta cidade de um Escritório Regional de Urbanismo, da Secretaria das Obras Públicas do Rio Grande do Sul. 20º Requerimento pleiteando a construção nesta cidade do prédio para a agência da "Caixa Econômica Federal". 21º Projeto de Lei criando a Companhia Telefônica Municipal. 22º Requerimento tratando dos gastos feitos, nas Oficinas Mecânicas e postos de gasolina locais, pelo ex-diretor da Escola de Iniciação Agrícola, agrônomo Pinheiro Machado. 23º

de Jacutinga e Campinas do Sul, no excerto *Manifesto Público* do jornal *A Voz da Serra,* no domingo de 25/02/1958, mostra a participação de Mársico e do deputado Aldo Arioli numa reunião emancipatória (A VOZ DA SERRA, 1968).

Já na Literatura iniciou sua trajetória em 1958, com a publicação do livro de contos intitulado *Minha morte e outras vidas*, prefaciado e elogiado pelo escritor Darcy Azambuja. Em 1962 publicou *Gatos à Paisana*, e no mesmo ano, em abril, no 56º aniversário de Erechim, foi homenageado na Feira do Livro, realizada durante a Semana do Município - Biênio da Colonização e Imigração.

Mársico recebeu prêmios[11] e cartas de admiradores, numa destas correspondências de 23/06/1975, postada por alunos do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre conta a realização de um trabalho escolar, sobre a obra *Cágada*. Na carta os alunos desejam que Mársico "se destaque cada vez mais na literatura brasileira, que realmente está necessitando de grandes escritores como o senhor" (MÁRSICO, 1975, s/p).

A sua obra de maior destaque foi o romance *Cogumelos de Outono*, em 1972, o crítico literário Temístocles Linhares, em sua obra *História Crítica do Romance Brasileiro* (1987, s/p), considerou *Cogumelos de Outono* "o maior romance satírico jamais escrito entre nós". Em outra crítica, publicada na revista *Veja*, sessão de Literatura, sob o título *À espera do Führer* (edição nº 187, de 5 de abril de 1972, p. 88), considerou Gladstone Mársico o "melhor talento satírico da nova literatura brasileira". Na correspondência de 13/04/1975, que Mársico envia para Carlos Jorge Appel, revela que,

> [...] ontem, estiveram aqui em Erechim dois repórteres da *Veja* para, dentre outras coisas (reportagem sobre soja etc.) me transmitirem um convite da direção central para ser um contratado da Editora Abril. Quer dizer; a *Abril* pretende lançar uma revista para combater o status da Editora Três, a ser denominada *O Homem*, e quer que eu escreva uma sessão permanente de duas a três páginas (semi-contas-sátiro-eróticas) e contos, uns doze por ano, mais ou menos. Pelos semi eu receberia uns mil e quinhentos mensais e pelos contos, conforme as páginas, de três a cinco mil cruzeiros. Contrato exclusivo. Senti uma tremedeira nas pernas, a tentação foi grande, mas me aguentei. Pedi prazo para pensar. [...]. Honestamente não posso aceitar a oferta agora. Estou num

requerimento contendo apelo às professoras Maria José Carvalhosa e Elina Hornes para permanecerem em Erechim. 24º Requerimento pleiteando, junto ao governo da União, uma verba de Cr$…10.000.000,00 destinada ao asfaltamento da pista do aeroporto local. 25º Requerimento pleiteando a dispensa de multa aos eleitores que deixaram de votar nas últimas eleições. 26º Requerimento solicitando uma "reunião extraordinária" do Legislativo. 27º Requerimento pleiteando a criação, em nossa cidade, duma junta de conciliação e julgamento. 28º Requerimento pleiteando seja o "Bar" do aeroporto local explorado, em caráter precário, pela municipalidade. 29º Requerimento pleiteando o reaparecimento dos serviços da Delegacia de Polícia local. Jornal A Voz da Serra. Relatório da Câmara Legislativa. 30 abr. 1958.

[11] Em 2 julho de 1972 recebeu da Biblioteca Pública de Erechim o prêmio Jubileu de Prata, em 2 julho de 1972, conferindo-o membro do Círculo dos amigos da Biblioteca, pelos serviços prestados à entidade.

> acúmulo de trabalho tremendo, escrevendo o *Forúnculo* [última obra, publicado *post mortem*] nas horas que sobram [...] (MÁRSICO, 1975a).

Aqui, Márwhile recebeu um convite de trabalho pela Editora *Abril* para escrever na revista *Veja*, mas o recusou, em função do excesso de trabalho e da vontade de empenhar-se na escrita da obra *Forúnculo*. Logo na sequência, em 1974, publicou *Cágada (ou a história de um município a passo de),* sua última obra em vida, tratando da imigração judaica no norte do Estado, especificamente na colônia de Quatro Irmãos. O jornal *A Voz da Serra*, do domingo de 30 de março de 1975, na reportagem *Da mulher para a mulher*, listou Gladstone Osório Márwhile como um dos dez homens mais elegantes do ano de 1974, em Erechim (A VOZ DA SERRA, 1975, p. 75). Em 15 de outubro de 1975 recebeu o prêmio de Cidadão Benemérito[12], numa solenidade realizada Câmara Municipal de Vereadores, com a presença de autoridades, políticos e outras pessoas da sociedade.

Faleceu em 25 de abril de 1976, logo após a morte, surgiram homenagens de colegas vereadores e do meio jurídico, dentre os quais destaca-se, *Um erechinense de exceção* de autoria do amigo e confidente, Danton Hartmann, publicado em 1976, salienta que Márwhile: "Prestou relevantes serviços públicos, quer como mentor intelectual da Criação da Telefônica Municipal, obra pioneira na época […], advogado ímpar, com trabalhos publicados em revistas especializadas em Direito, exerceu o sacerdócio profissional" (MÁRSICO, 1976, s/p).

Em 1994, foi publicado o romance *Furúnculo*, que faz uma sátira ao poder judiciário sendo uma obra póstuma publicada por Vera Beatriz Sass[13], que ao longo de sua vida incentivou a leitura das obras de Márwhile e como professora na Universidade Regional Integrada orientava seus alunos do Curso de Letras a realizarem trabalhos de conclusão de curso, cujo tema era o estudo da obra de Márwhile, aqui escrevo como uma de suas orientandas. Além disso, a professora Vera preocupou-se em resgatar documentos de Márwhile para o acervo na Biblioteca Pública Dr. Gladstone Osório Márwhile.

Pelo viés científico o trabalho de Márwhile foi estudo, primeiramente em 1994, na dissertação de mestrado da Professora Dra. em Letras, Vera Beatriz Sass, com a obra: *O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Márwhile*, encontra-se uma análise de como Márwhile faz o uso da sátira em suas obras, partindo do referencial teórico da picaresca

[12] Cidadão Benemérito. *A Voz da Serra*, 19 out. 1975. Ano 46, nº 151. Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font, Erechim.
[13] Em 24 de outubro de 2007, foi realizada em Erechim a X Feira do Livro, no qual a patrona foi Vera Beatriz Sass e o escritor homenageado Gladstone Osório Márwhile *post mortem.*

clássica espanhola, e da influência da picaresca no Modernismo Brasileiro. Em 2009, foi fruto da dissertação de mestrado do Professor Mestre em Letras Adilson Barbosa, com *Cágada: riso, humor e representação*, que analisou o romance *Cágada*, sob a perspectiva do humor e dos ativadores de comicidade, mostrando como Máralém usou a sátira para ridicularizar dois contextos históricos diferentes: a colonização judaica no Rio Grande do Sul e o Golpe militar de 1964. Em 2017, Daniele Rosa Monteiro, produziu *Patrimônio documental: um estudo sobre a preservação do arquivo pessoal do Dr. Gladstone Osório Máralém*, recuperou os documentos da trajetória de vida do escritor Gladstone Osório Mársico, representada por seu acervo pessoal, localizado na Biblioteca pública municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

A biblioteca situa-se na Av. Pedro Pinto de Souza, 100 - Centro, Erechim - RS, 99700-000, e disponibiliza o site http://biblioteca.erechim.rs.gov.br, que contém o acervo de obras disponíveis para uso local e empréstimos para a população da região do Alto Uruguai, além disso, conta com uma parte documental do escritor.

3 Considerações finais

O estudo atingiu seus objetivos porque trouxe a trajetória de vida de Gladstone Osório, este artigo, faz parte da dissertação, *A representação do imigrante judeu na literatura do RS: Cágada e O exército de um homem só*, produzida na Universidade de Passo Fundo no ano de 2019, pela mestra bolsista FUPF em História, Gláucia Elisa Zinani Rodrigues, sob orientação da Dra. Rosane Márcia Neumann, tratando a obra *Cágada* como fonte histórica, trata-se de um estudo comparativo dos espaços e seus sujeitos, da Fazenda Quatro Irmãos e do bairro porto-alegrense Bom-Fim.

Pode-se concluir que pesquisar a trajetória de vida de Máralém têm a contribuir ao processo de entendimento da colonização e imigração erechinense, visto que Mársico muito contribuiu para a cidade Erechim, ora por meio da sua participação na política ora pela sua escrita satírica na literatura, por isso o conjunto de sua produção literária é uma fonte de acesso para futuros debates sobre a relação entre Literatura e História.

Referências

ALUNOS DO COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS. **Correspondência de 23 jun. 1975**. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Máralém.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico. Disponível em: http://biblioteca.erechim.rs.gov.br/. Acesso em: 21 mai. 2021.

BARBOSA. Adilson. **Comicidade e riso em Cágada, de Gladstone Osório Márs**ico. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 5, n. 8, mar. 2011.

GLADSTONE OSÓRIO MÁRSICO. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gladstone_Os%C3%B3rio_M%C3%A1rsico. Acesso em 21 mai. 2021.

GRITTI. Silvana Maria. **A intertextualidade em Cágada**. Erechim. Revista Perspectiva URI Erechim, p. 110, 1995.

JORNAL A VOZ DA SERRA. **Da mulher para a mulher**. 30 mar. 1975.

_____. **Cantinho da Saudade**. 5 e 7 abr. 2000, p. 6.

_____. **Cidadão Benemérito**.19 out. 1975. Ano 46, nº 151.

_____. **Programa oficial de recepção e homenagens ao Exmo. Sr Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Dr. Presidente da República**. 21 out. 1956.

_____. **Sede do Festival de Coral.** 13 mar. 1976.

_____. **Lions Clube**. 30 mar. 1976.

_____. **Destaques em foco.** 23 abr.1976.

_____. **Aprovada a criação da Companhia Telefônica Municipal**. 05 fev. 1958 Ano XXIX.

_____. **Relatório da Câmara Legislativa.** 30 abr. 1958.

_____. **Diálogos Secretos.** 06 jul. 1956. Ano XXVII, nº 147, p. S/N.

_____. **Manifesto Público**. 03 abr. 1968.

_____. **56ª aniversário de Erechim.** Abr. 1962.

JORNAL CORREIO DO POVO. **Gladstone Osório Márs**ico**.** p. 4. 24 dez.1977.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. **Erechim resgata a memória de Gladstone Osório Márs**ico. 22 abr. 1989.

LEHMANN, Rosangela Márs**ico**. Suíça, cidade Meggen, (entrevista via Facebook) 15 jan. 2019. Possui 65 anos de idade, filha de Gladstone Osório Márs**ico**.

MÁRSICO, Gladstone Osório. **Discurso para formandas do Ginásio São José.** Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Márs**ico**.

_____. **Gladstone Osório Márs**ico. 1976 s/p. Fonte: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Márs**ico**.

_____. **Último Adeus.** Rádio ZYF-7. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Márs**ico**.

_____. **Correspondência para Paulo Hecker Filho**. 06 dez. 1974b. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Márs**ico**.

_____. **Correspondência a Carlos Jorge Appel**. 15 jul. 1974c. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Gladstone Osório Márs**ico**.

_____. **Aristides Agostinho Zambonatto escreve para Gladstone Osório Márs**ico. 1976 s/p. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Márs**ico**.

_____. **O voto**. Rádio ZYF-7. s/d/s/a.

_____. **Documento Câmara eclesiástica de Erechim.** 23 dez. 1971. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Máralém.

_____. **Correspondência para Carlos Jorge Appel**. 13 abr.1975a. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Máralém.

_____. **Danton Hartmann escreve: Um erechinense de exceção**. 1976, s/p. Acervo: Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Máralém.

LINHARES, Temístocles. **História Crítica do Romance Brasileiro.** Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.

MÁRSICO. Gladstone Osório. **Gatos à Paisana**. Porto Alegre. Sulina, 1962.

_____. **Cogumelos de Outono**. Porto Alegre: Movimento, 1972.

MÁRSICO, Gaby Garbin, Erechim, 05 set. 2018b. Professora aposentada, colunista do jornal *Bom dia* de Erechim, publicou o livro *Mulher Ladainha*, cunhada de Gladstone Osório Máralém.

MÁRSICO. Gilberto. Erechim, 05 set. 2018a. Advogado aposentado, irmão de Gladstone Osório Mársico.

MONTEIRO, Daniele Rosa. Patrimônio documental: um estudo sobre a preservação do arquivo pessoal do Dr. Gladstone Osório Mársico.

PREFEITURA DE ERECHIM. **10ª Feira do Livro de Erechim inicia na quarta-feira**. Disponível em: http://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/1094/22-10-2007/10-feira-do-livro-de-erechim-inicia-na-quarta-feira. Acesso em: 23 ago.2018.

RICHETTI, Euclydes. Getúlio Vargas, 15 out. 2018. Gerente da caixa econômica federal de Erechim aposentado, idade 86 anos, cliente de Gladstone Osório Mársico.

SASS, Vera Beatriz. **O satírico e o picaresco em Gladstone Osório Márs**ico. Porto Alegre: IEL: Movimento, 1994.

SMANIOTTO, Maria Lúcia Carraro. **Associação Internacional de Lions Clubes.** Erechim: EDELBRA, 1998.

VEJA. **Sessão de Literatura**. **À espera do Führer** (edição nº 187, de 5 de abril de 1972, p. 88).

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim**. Erechim RS: EDELBRA, 2000.

Locais de Pesquisa

Arquivo Histórico Municipal Dr. Juarez Miguel Illa Font.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Gladstone Osório Mársico.

O PRIMEIRO NATAL NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO: A IMIGRAÇÃO AÇORIANA NO CONTO DE LUIZ ANTONIO DE ASSIS BRASIL

Edemilson Antônio Brambilla[1]

Ivânia Campigotto Aquino[2]

1 Introdução

Um dos principais traços característicos das criações ficcionais do escritor sul-rio-grandense Luiz Antonio de Assis Brasil é a representação literária da imigração e colonização da região Sul do Brasil. Sob essa perspectiva, a postura adotada pelo autor visa retratar a região sulina sob a ótica do estrangeiro, que passa a habitar o Estado e vê-se envolto nas mais diversas questões políticas, sociais e culturais que o cercam. Por ser descendente de imigrantes açorianos, o escritor faz da estetização dos conflitos sociais e dos desafios enfrentados por esse grupo étnico na formação do Estado sul-rio-grandense uma temática recorrente em sua literatura, constituindo-se, dessa forma, como um intérprete dos processos migratórios. Em *O códice e o cinzel* (2007), documentário que aborda sua vida e obra, Assis Brasil comenta essa estreita ligação com os açores afirmando:

> Eu tenho uma grande felicidade de ter antepassados, tanto de pai como de mãe, lá dos Açores. E isso ficou muito claro para mim quando eu fui a primeira vez aos Açores, quando o avião pousou no aeroporto de Ponta Delgada, eu me senti voltando depois de 250 anos. E lá vivem pessoas de grande sensibilidade. Eu tenho grandes amigos como se fossem meus irmãos e eu volto para lá com muitíssima frequência. E quero poder sempre fazer isso. Então, os Açores, realmente, são a minha segunda Pátria. Eu me sinto perfeitamente em casa lá e isso aconteceu desde a primeira viagem e permanece até hoje.

Já em sua obra de estreia, denominada *Um Quarto de Légua em Quadro*, publicada em 1976, a figurativização dos primórdios da presença açoriana no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina é tema principal. De acordo com Mutter (2008, p. 10) (2017), nessa obra "o romancista gaúcho foi um dos primeiros a recusar a reflexão sobre o presente encapsulado pelos problemas políticos e pensar a história mais remota. Uma opção que busca as origens e por isso faculta a revisão do passado para melhor compreender o presente". Soma-se isso uma importante gama de trabalhos teóricos nos

[1] Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL/UPF). Contato: edemilson.brambilla@gmail.com.

[2] Docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL/UPF). Contato: ivania@upf.br.

quais o autor se ocupou em estudar a presença desse imigrante dos Açores no cenário do Rio Grande do Sul e em Estado vizinhos. Sobre isso, pode-se destacar textos como: o ensaio crítico intitulado *A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia* (1999); e os livros: *Escritos açorianos: a viagem de retorno – tópicos acerca da narrativa açoriana pós-25 de abril* (Lisboa, 2003), e *Mar horizonte: literaturas insulares lusófonas* (2007), cujos textos, organizados e escritos por Luiz Antonio de Assis Brasil e demais pesquisadores da imigração açoriana, discutem amplamente essa perspectiva temática, especialmente considerando abordagens que enfoquem a presença açoriana na região Sul brasileira.

Sob essa perspectiva, o trabalho ora proposto busca evidenciar a representação do imigrante dos Açores no conto assisiano *O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752*, publicado em 1994, na coletânea de contos *Amigos secretos*. Nessa narrativa, encontram-se elementos que possibilitam uma reflexão sobre a influência do imaginário açoriano na construção da cultura e da vida social no espaço gaúcho, sendo evidenciado o olhar estrangeiro sobre o Rio Grande do Sul. Tem-se, assim, um retrato bastante verossímil da realidade encontrada pelo grupo no território sulino, especialmente porque, nesse conto, Assis Brasil ficcionaliza a história social dos imigrantes, criando uma versão possível do primeiro Natal que passaram na nova terra.

Desse modo, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira: após este percurso introdutório, discutimos a presenta da imigração açoriana no Estado do Rio Grande do Sul, considerando tanto uma abordagem sócio-histórica desse movimento migratório, quanto sua consequente representação literária. Em seguida, abordamos a representação desse indivíduo imigrante no conto assisiano supracitado, atentando para como o autor aborda os desafios, a cultura e a vida social desse grupo étnico ao buscar sua adaptação no cenário sul-rio-grandense do século XVIII.

2 A imigração açoriana para o Rio Grande de São Pedro

A chegada de portugueses para território brasileiro sempre esteve vinculada aos projetos expansionistas da coroa portuguesa. Com a vinda dos imigrantes oriundos da Ilha dos Açores não foi diferente, uma vez que o governo português mobilizou diversas estratégias geopolíticas com o intuito de expandir o domínio do império lusitano, tanto no aspecto territorial quanto populacional. De acordo com Torres (2004), em 31 de agosto de 1746, foi publicado, nas Ilhas dos Açores, um edital5 que abria inscrições para os casais que almejassem transferir-se para o Brasil. Por esse documento, o Rei acenava com

uma serie de privilégios e regalias aos que quisessem lançar-se na aventura da imigração. Entre esses privilégios, incluía-se o transporte até o local de origem por conta da Fazenda Real. O critério básico para inscrição era uma idade limite de 40 anos para os homens, e de 30, para as mulheres.

Ainda conforme Torres (2004), quando desembarcassem no Brasil, as mulheres que tivessem idade superior a 12 anos e inferior a 20, casadas ou solteiras, receberiam uma ajuda de custo individual de 2$400 reis. Os casais receberiam 1$000 por cada filho. Os artífices receberiam 7$200 de ajuda. Ao chegarem ao local de povoamento, receberiam "uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com uma lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua". Enquanto preparavam as terras para o cultivo agrícola, esperando as primeiras colheitas, seriam sustentados pela Fazenda Real. Cultivadores de trigo, de cevada, de legumes, de vinho, de frutas, de hortaliças, criadores de ovelhas e de gado, agricultores, os açorianos eram pequenos agricultores ou pequenos proprietários. Agricultores de tradição, entre eles, os homens se distinguiam quase que exclusivamente pela sua maior ou menor riqueza agrícola. A opulência era avaliada pela quantidade de trigo que recebiam dos seus rendeiros. No Sul do Brasil, a formação pecuarista definia a riqueza num mercado fundado no gado, e que teve como referência histórica o território da antiga Colônia do Sacramento do Rio da Prata, cuja economia baseava-se na criação de gado e aproveitamento e comercio de couros. Dessa atividade econômica, participavam os portugueses da Colônia do Sacramento, espanhóis de Buenos Aires, Santa Fe e Corrientes.

Ainda nesse sentido, Laytano (1983, p. 21-22) afirma que esses casais açorianos foram trazidos para povoarem a capitania, e fundaram uma agricultura intensiva, sendo arranchados em regiões que determinaram quase sempre o nascimento de cidades ou foram colocados ao derredor de incipientes centros urbanos, como em Rio Pardo e Rio Grande. Vieram diretamente do arquipélago, da Colônia do Sacramento e de Santa Catarina, o que precisa ser distinguido. Mas encontram logo na pecuária uma atração lucrativa melhor do que na agricultura, pois as safras de trigo, que eram as principais, nem sempre correspondiam ao sacrifício que faziam. Não se afirme que todo o ilhéu se transformasse em fazendeiro, entretanto, lutou para o conseguir. E certo que os açorianos, como casais de número, quando chegaram não receberam as sesmarias, mas sim datas de terras que era, apenas, de 272 hectares quando a sesmaria tinha 13.010 hectares. Visando-

se a agricultura, trataram as autoridades de organizar e dividir a propriedade, entretanto, a gente açoriana foi, com o decorrer do tempo, também o estancieiro da campanha gaúcha.

O depoimento supracitado aponta para um importante aspecto que acompanhou toda a vinda açoriana para o território sul-rio-grandense: a dualidade entre o universo prometido pelos governantes e sonhado pelo povo da Ilha portuguesa, e a realidade encontrada por esse grupo étnico ao instalar-se nos Estados brasileiros, em completo desacordo com a perspectiva promissora esperada.

Ainda que outros Estados brasileiros, como Santa Catarina, já contassem com a presença açoriana, estes só chegarem de modo maciço ao território gaúcho no ano de 1752, vindos pelo porto do Rio Grande de São Pedro. Com a chegada desses imigrantes, automaticamente se teve um intenso intercâmbio cultural com os habitantes que aqui estavam, e a influência lusitana fez-se sentir em vários aspectos daquela vida comunitária. Essa presença lusitana fez com que houvesse, segundo Torres (2001; 2004), um impacto direto no surgimento de inúmeras cidades gaúchas, e difundiu entre os munícipes o linguajar, os hábitos alimentares, o exercício agrícola, e as particularidades arquitetônica próprias do povo luso-açoriano.

Se a marca da vinda desses povos pôde ser diretamente constatada na arquitetura social do período, é a partir disso que o universo literário, de um modo especial, passou a se ocupar de sua representação em narrativas ficcionais. O autor analisado neste estudo, por exemplo, valeu-se das questões que envolvem a presença desses imigrantes em território sul-rio-grandense para construir muitas de suas narrativas ficcionais. Luiz Antonio de Assis Brasil, por ser descendente direto desses grupos colonizadores, dedica boa parte de sua produção intelectual, seja ela ficcional ou não-ficcional, a abordagens que retratem os desafios, anseios e angústias que assolam a vinda açoriana da Ilha dos Açores, em território português, para o Brasil, em especial para o Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Assis Brasil (1999), a situação de imigrante acabou caracterizando diretamente esses grupos que chegaram ao Rio Grande do Sul em meados do século XVIII. Por isso, o autor aponta algumas características peculiares da literatura que versa sobre esse modo de vida açoriano, sua condição de imigrante, e o local ocupado por esse sujeito, envolto entre o saudosismo pela terra mãe, e a difícil realidade encontrada no novo mundo. A esse saudosismo, o autor denomina *açorianidade*, ou seja, o orgulho sentido por esses indivíduos na sua condição de ilhéu, que faz com que o açoriano reivindique para si uma outra escala de valores éticos e sociais, distinta do Continente e,

quiçá, melhor. Seria incorreto, segundo ele, chamar de *bairrismo* a esse sentimento, pois o transcende em muitos aspectos: enquanto o *bairrismo* considera *o outro* como a síntese dos males e estabelece uma visão dicotômica da realidade nacional, o *açorianismo* não aparta o açoriano da comunidade portuguesa − mas o identifica perante os seus patrícios ocidentais.

Unida a esta ideia da *açorianidade*, e quase se confundindo com ela, Assis Brasil (1999, p. 211) situa a questão da *consciência insular*, que ultrapassa o estritamente literário. É um sentimento que se expressa pela distância, pela nostalgia, pela contemplação melancólica da paisagem, dos garajaus que voltam todo o ano, da bruma que tudo obscurece, do mar quase sempre crespo, das tempestades, das nuvens densas e baixas do inverno, do *azorean torpor*; significa uma espécie de resignação às inclemências e dificuldades da vida insular, algo indizível, mas profundamente experimentado.

A esse respeito, Assis Brasil (1999) ainda postula que, é evidente que não estamos tratando de *regionalismo*, tenha ele o conceito que tiver; aqui se configura uma outra atitude, não passadista nem refratária às mudanças; é uma perspectiva lúcida, de conhecimento crítico da realidade, sem os equívocos a que o regionalismo chegou não apenas nos Açores. Nesse aspecto, a questão das origens é fundamental: o Arquipélago formou-se por erupções vulcânicas oriundas do subsolo oceânico (o que, aliás, é causa de inúmeros episódios tectônicos, como o de primeiro de janeiro de 1980, que destruiu a cidade de Angra do Heroísmo, ou o vulcão dos Capelinhos, no Faial) e essa origem com forte conotação de lenda gerou narrativas que igualmente criam, sob a luz da ironia, suas próprias lendas.

No caso específico das temáticas presentes nas narrativas açorianas, Assis Brasil (1999) aponta que é curioso notar que essas narrativas mais focam os sentimentos e efeitos relativos às partidas e chegadas do que propriamente a experiência emigrante. É que nas ilhas, onde o tempo e o espaço se condensam, intensificando formas de estar e sentir, tal realidade impõe-se não tanto como fenômeno social em si, mas antes como marca de uma condição existencial de forte sofrimento, emoção e perspectiva universal.

Esses e outros aspectos constituem, para Luiz Antonio de Assis Brasil e demais teóricos que estudam a cultura e a imigração açoriana, o sujeito oriundo dos Açores e seu consequente agir em sociedade. O que buscamos, portanto, na seção subsequente, é discutir como essas características se refletem no universo literário, em especial no conto

assisiano intitulado *O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752* (1994), cuja narrativa parece abordar vários aspectos que foram expostos nesta seção.

3 Retratos da imigração no conto assisiano

Publicada em 1994, pela editora Artes e Ofícios, a coletânea de contos *Amigos Secretos* têm sua origem vinculada à realização da Feira do livro de Porto Alegre daquele mesmo ano. Escrito de forma conjunta por vários autores gaúchos, dentre os quais podemos citar Moacyr Scliar, Sérgio Faraco, Luiz Antonio de Assis Brasil, Charles Kiefer e Luiz Fernando Verissimo, a obra foi motivada pelo encontro anual desses amigos escritores no referido evento, e pelo anseio coletivo de construir um livro totalmente composto por narrativas curtas.

Este estudo, de um modo mais específico, volta-se à análise de um dos contos presentes nessa obra, intitulado *O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752*, escrito por Luiz Antonio de Assis Brasil. O título do conto, em si, já faz referência direta ao ano de 1752, tido como o referencial cronológico que assinala a chegada maciça de imigrantes açorianos ao Estado do Rio Grande do Sul. Como se viu na seção anterior, a presença açoriana na região é anterior ao ano de 1752 − especialmente no Estado catarinense −, mas é a partir desse ano que se tem a chegada desses imigrantes vindos de Portugal diretamente para o Rio Grande do Sul.

Narrado por um personagem cuja identidade não nos é revelada, o conto assisiano apresenta as aflições de um imigrante açoriano, pai de família, que descreve como está sendo o primeiro Natal da sua família depois da vinda da Ilha dos Açores, em Portugal, para ocupar a região interiorana do Rio Grande do Sul. A narrativa inicia com o personagem-narrador dirigindo-se à esposa, chamada Joana, para revelar sua aflição perante a realidade vivenciada na noite natalina, vejamos:

> ─ Peço perdão por te acordar, Joana. É que estou aflito, preciso conversar com alguém. Pelo que eu sei, é noite de Natal. Nem parece, Joana. Hoje nos levantamos como se fosse um dia comum, e nem te lembraste de fazer massa sovada, nem licor de café. Muito longe daqui, em Viamão, devem estar rezando missa e nós aqui neste fim de mundo, sem lapinha, sem devoção. Estamos ficando igual a esses gaúchos sem alma, igual a esses índios que a gente vê revirando campo, tudo descrente e bandido, tudo mal-encarado (ASSIS BRASIL, 1994, p. 41).

Como se percebe, o personagem encara a noite natalina com grande nostalgia, merecedora de um comportamento típico, oriundo do ambiente cultural do qual este indivíduo integrava antes de migrar para o cenário sulino. Ainda ficam evidentes, em

trechos como: *Estamos ficando igual a esses gaúchos sem alma, igual a esses índios que a gente vê revirando campo, tudo descrente e bandido, tudo mal-encarado*, o descontentamento por parte do personagem com a formação cultural e com a maneira como os habitantes sul-rio-grandenses se portavam perante à data natalina.

A nostalgia e o saudosismo com relação a terra natal ficam ainda mais evidentes em outra passagem do conto assisano, onde o personagem-narrador expressa seu desejo de que o filho jamais se comporte como os gaúchos, alheios à memória coletiva de seu povo. Vejamos como isso é retratado no conto assisiano:

> Há pouco, quando tu dormias o Antoninho também dormia, fui para frente da casa e fiquei olhando para o céu. E vi uma estrela grande quase em cima da minha cabeça, brilhando, brilhando. E fiz um desejo, de que o Antoninho cresça bem forte, e que nunca seja igual a esses gaúchos, e que guarde a devoção como a gente igualmente guardava em nossa Ilha nos Açores. E que a mulher dele possa um dia sovar massa e botar a tigela de trigo ao lado da lapinha de Nosso Senhor Jesus Cristo (ASSIS BRASIL, 1994, p. 41-42).

Vejamos outro exemplo em que aparecem retratadas a saudade e a nostalgia da terra natal, vinculadas à imensa dificuldade de adaptação no cenário sul-rio-grandense:

> Ah, Joana, que saudades da Ilha. O campo afora me deixa triste, porque nunca vi tanta terra, mais do que as pessoas precisam para seu sustento próprio. E fiquei pensando: olha eu aqui, com esse mundo de terra, não era o que a gente queria, quando se estava lá? Era, pois. E mesmo assim, um sentimento me aperta o coração, porque ficou lá atrás, num lugar que a gente sabe que nunca mais vai voltar, porque é tão longe que as festas, os rojões, o baile e a procissão, tudo ficou perdido. E o Natal, no que virou o Natal? É um dia que, se eu não me lembrasse, ia até pegar na enxada. Mas hoje não peguei na enxada (ASSIS BRASIL, 1994, p. 42).

Nota-se que o personagem assisiano trata das questões que norteiam a vida de sua família e seu povo para o Brasil, e toma o Natal como uma metáfora, já que, faz-se sempre uma comparação entre a comemoração natalina estando no Rio Grande do Sul, com a maneira que a família passava o Natal na Ilha dos Açores. Enquanto em Portugal a data era envolta em grandes comemorações, apesar das dificuldades, no Rio Grande do Sul a data passa praticamente despercebida por todos. Apesar dessas particularidades, e das dificuldades enfrentadas, o personagem-narrador tenta esquecer tais aspectos negativos, e busca encontrar motivos para comemorar o Natal na nova terra. Vejamos como isso se apresenta no conto assisiano:

> Vou fazer de conta que é mesmo Natal, e que amanhã, em vez do pedaço de carme salgada, essa coisa nojenta, a gente vai comer leitão assado no forno e que, em vez da água do poço, a gente vai beber vinha de cheiro. E que a nossa casa vai-se encher dos vizinhos e dos amigos e dos compadres, e que o senhor vigário vem dar uma chegada para provar nossa sopa de couves e nossos figos

> passados, e as nozes. E que vai ter dança no quintal. Tudo como na Ilha, Joana (ASSIS BRASIL, 1994, p. 42).

Em outros trechos, também é possível perceber a oscilação do personagem-narrador entre a saudade que este sente de sua terra natal, e as dificuldades, os desafios encontrados ao ocuparem essa nova terra. Isso nos mostra como a narrativa construída por Luiz Antonio de Assis Brasil aborda tanto os conflitos de ordem política e social vividos por esses imigrantes ao desembarcarem em terras brasileiras, mas retrata também os conflitos inerentes ao próprio sujeito, que se vê deslocado e em dissonância com o espaço em que habita.

No trecho a seguir, por exemplo, o personagem nos fornece um panorama bastante significativo dos desafios pelos quais esses imigrantes passaram para ocupar as terras sul-rio-grandenses, seja na dificuldade da longa viagem marítima, na escassez alimentícia, ou nas promessas não cumpridas, feitas pelos governantes aos imigrantes que iriam viajar para outros territórios, uma vez que, com o intuito de convencê-los a aderir ao plano colonizador, era prática corriqueira a promessa, feita pelos governos vigentes, de auxílio aos imigrantes em sua adaptação na nova terra, seja por meio do fornecimento de ferramentas de trabalho variadas, de animais, ou mesmo uma quantidade significativa de extensão territorial. Essas promessas, no entanto, não se cumpriam, o que acabava deixando os imigrantes à própria sorte ao chegarem em seu destino. Vejamos como isso é representado no conto assisiano:

> Vou tentar esquecer do longo mar tenebroso que atravessamos, e toda a fome que temos passado, e a falta dos animais que nos prometeram, dos arados que disseram que iam nos dar, das injustiças, da falta dos vizinhos. Aqui somos ricos, Joana. Toda essa terra é nossa. Na Ilha a gente seria fidalgo, daqueles com solar e vinhedos, e que passavam arrogantes por nós, e que a gente tinha que dobrar o joelho e tirar o chapéu. Aqui somos ricos, mas toda essa terra não pode dar um Natal que seja. Posso ir para o meio do campo e abrir os pulmões, gritando *sou rico, sou rico!*, mas e a alma? e o Natal? (ASSIS BRASIL, 1994, p. 42).

Cumpre destacar também o fato de que, mesmo com a sensação de deslocamento e não-pertencimento por parte do personagem, este reconhece que, na prática, não poderia estar reclamando, uma vez que, na busca por melhores condições de vida, a vinda de Portugal para o Brasil esteve envolta em uma sensação de que, de fato, agora a família estava rica e em boas condições de vida, em um ambiente propício para a felicidade. Na sequência da narrativa, o personagem faz, novamente, apelo à religiosidade para afirmar seu descontentamento em ver-se na situação de imigrante em uma terra tão distante e

incivilizada como a rio-grandense. Vejamos como Assis Brasil nos mostra isso em sua narrativa ficcional:

> O Menino Deus não nasceu no meio do campo, mas num estábulo, um lugar bem pequeno, mas que era quente como o bafo dos bois e das mulas. Sabe, Joana, Ele nasceu num lugar que bem podia ser nossa casa na Ilha. Ele nunca iria nascer aqui. Deus não conhece essa parte do mundo. Engraçado, eu te falando essas coisas todas de saudade, como se eu tivesse mesmo triste. Hoje é dia de Natal, e o Menino Jesus nasceu nesta madrugada lá em Belém. Eu não deveria estar me queixando tanto da vida. Mas é que dói muito aqui dentro da alma, passar esta noite sem que nada me lembre, sem festa, sem fogos, sem pão de milho. Não estou triste, não, Joana. Só que não trabalhei, hoje. Eu respeito o dia do Senhor. Se esses malditos pagãos não conhecem o Salvador, eu vou orar por eles, pode ser que Deus um dia faça com que eles vejam a Luz verdadeira que vem do céu (ASSIS BRASIL, 1994, p. 42-43).

Percebe-se que, através de uma escrita ligada à terra, à emigração, ao mar, ao apelo religioso, ao modo de vida açoriano − especialmente ao vivo na Ilha, em Portugal −, tem-se, de acordo com os estudos de Cabral (2010), uma importante ferramenta de expressão das injustiças e mazelas enfrentadas pelos imigrantes açorianos ao partirem de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, um drama vivido por milhões de portugueses que, um dia, partiram em busca da felicidade em terras distantes, e que encontraram apenas a miséria, a exploração e o racismo oriundos da sociedade em que passaram a integrar.

3 Considerações finais

Como se pôde perceber, no conto construído por Luiz Antonio de Assis Brasil, há sempre o retrato das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes açorianos nesse novo território, considerado por esses grupos como sendo demasiadamente arcaico e ultrapassado, em contraste direto com a realidade vivida por esses indivíduos da Ilha dos Açores, em Portugal. Além disso, em todo o conto de Luiz Antonio de Assis Brasil, há uma polarização entre a saudade que o personagem-narrador sente do lar e a realidade vivenciada no novo mundo, onde o Natal acaba funcionando como uma metáfora para aquilo que esses imigrantes esperavam encontrar na nova terra, e aquilo que eles de fato encontraram. É como se o personagem assisiano não estivesse feliz em estar aqui, mas não tivesse outra escolha, afinal, em muitos aspectos, a nova realidade se mostrava bem mais promissora do que àquela deixada para trás em território português.

Essas angústias e dualidades são amplamente representadas na narrativa construída por Assis Brasil, como se o próprio autor as tivesse vivido ou experienciado de alguma forma. Em *O códice e o cinzel* (2007), Vamberto Freitas, ao interpretar a escrita

de Luiz Antonio de Assis Brasil e sua proximidade com a vida e a cultura açoriana, afirma que, especificamente no caso de Assis Brasil:

> [...] não se trata de um olhar exterior sobre os açores, de um olhar distante. Trata-se de um olhar em casa. A única distância aqui é que Assis Brasil está mais ou menos a 11 mil quilômetros de distância. Mas quando ele chega cá, quando participa no nosso mundo cultural, creio que ninguém o pensa como vindo do exterior, faz parte de nós, é nosso, é um estudioso nosso! Que ainda por cima se identifica como açoriano. A única diferença entre Assis Brasil e nós será, eventualmente, um sotaque, sequer já nem tanto.

O fato é que o escritor Luiz Antonio de Assis Brasil parece conseguir representar como poucos os mais variados conflitos políticos, sociais e culturais ligados ao povo açoriano e à imigração destes para fora do território português. Isso se deve, em grande parte, à sua descendência açoriana, mas também parece ser originada de uma importante sensibilidade assisiana para com os conflitos e dilemas do humano

Referências

ASSIS BRASIL, L. A. A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 3, 1999, p. 204-223. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/49018. Acesso em: 05 maio 2021.

ASSIS BRASIL, L. A. O primeiro Natal no Continente de São Pedro ou 1752. *In*: CUNHA, M. C. **Amigos secretos**, 1994, p. 39-44.

ASSIS BRASIL, L. A. **Um quarto de légua em quadro**. 3.ed. Porto Alegre: Movimento, 1983. 190p.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio. A Narrativa Acoriana Pos-25 de Abril. **ORGANON**, v. 8, n.21, p. 71-79, 1994.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio. **Escritos açorianos:** a viagem de regresso. 1. ed. Lisboa: Salamandra, 2003. v. 1. 173p.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio; TUTIKIAN, Jane. (Orgs.). **Mar horizonte**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 1, 2007.

CABRAL, M. M. S. **O conto literário de temática açoriana:** a ilha, o mar e a emigração. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade de Aveiro, 2010. 377p. Disponível em: https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3963/1/Tese%20Doutoramento.pdf. Acesso em: 03 maio 2021.

LAYTANO, Dante. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 21-22.

MACHADO, Douglas. **Luiz Antonio de Assis Brasil:** o códice e o cinzel. Documentário. Duração: 143min. 2007.

MUTTER, D. T. **Imagens do século XIX na ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 233p.Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14750. Acesso em: 25 jun. 2021.

MUTTER, D. T. **Um romancista ao sul:** a ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil. Porto Alegre: BesouroBox, 2017.

TORRES, Luiz Henrique. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). **Biblos**, Rio Grande, 16: 177-189, 2004. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/421. Acesso em: 25 jun. 2021.

TORRES, Luiz Henrique. **Câmara Municipal do Rio Grande** – berço do parlamento gaúcho. Rio Grande: Salisgraf, 2001.

A IMIGRAÇÃO, O MACARRONISMO E O IRREVERENTE JUÓ BANANÈRE

Beatriz Rodrigues[1]

1 Introdução

A produção cafeeira da década de 1870 impulsionou economicamente a província de São Paulo, consolidando o status dos fazendeiros locais e a concentração demográfica na região. Em meio aos últimos anos do século XIX, sua população passou de 800 mil habitantes para cerca de 2.300.000. Crescimento que se deve, dentre outros fatores – tais como, o colapso do tráfico de escravos africanos – ao incremento dos fluxos de imigrantes e trabalhadores livres. Advindos de diversos lugares do globo, muitos desses indivíduos de origem italiana, portuguesa, espanhola, japonesa, libanesa etc., assentaram-se na cidade de São Paulo, formando bairros e comunidades urbanas (ENDERS, 2012, p. 163).

Essas mudanças constituíram, tanto o cenário para a difusão de visões positivas em torno da ideia de progresso e de *melhoramento* social por meio do *embranquecimento* da população, como de um sentimento de pessimismo arraigado à noção de que a chegada de imigrantes, com seus novos valores e tradições, promovia o descontrole e o desequilíbrio social. Em São Paulo, essas transformações culturais impactaram o aspecto linguístico, dando a ele uma feição estrangeirada (SCHWARCZ, In: SCHWARCZ, 2012, p. 36 e 42).

Desse modo, a linguagem da região funciona como um marcador social importante que assinala a emergência de sociabilidades e visões de mundo. O som das ruas paulistanas, composto pela mistura do português com as línguas dos imigrantes se somava a novas concepções de vida urbana cuja experiência deu lugar a novos tipos de expressão/escrita. Ao mesmo tempo em que a linguagem produzida no seio da sociedade paulistana refletia a cidade que, aos poucos, surgia a partir desses entrecruzamentos, ela suscitava expressões sociais e infligia aos indivíduos maneiras peculiares de vivenciar a realidade.

A expansão e diversificação da imprensa configuram aspectos intimamente relacionados a esse processo de transformação da vida urbana. Embora temas variados fossem debatidos ao longo do século XIX, é fato que, até o início da República, as

[1] Doutora em História e Cultura Social pela UNESP e atua como docente do Departamento de História da UEM. E-mail: bia_sic@hotmail.com.

questões políticas se mostravam mais proeminentes. Com o crescimento da cidade, temas da vida mundana ganharam destaque. Ademais, novos métodos de impressão possibilitaram o aumento das tiragens, a combinação de textos e imagens, a melhora na qualidade e o barateamento das folhas. O serviço dos correios e telégrafos e o desenvolvimento das linhas férreas agilizaram o processo de divulgação da notícia e melhoraram o serviço de entrega das assinaturas (CRUZ, 1997, p. 21).

Surgia uma gama variada de revistas: literárias, humorísticas, comerciais, doutrinárias, infantis, de variedades, dentre muitas outras.[2] Mais de seiscentas publicações começaram a circular pelo entorno de São Paulo (LUCA, 2013, p. 20). Aproximando-se do público leitor, suas páginas ofereciam atualidades diversas: cultura, política, esporte, além de seções especializadas, como moda, cozinha etc. Seu acabamento mais apurado e o tratamento literário mais simples das matérias, de fácil acesso ao público em geral, implicava em uma ampliação da população envolvida pelo escopo da cultura letrada.[3]

Em meio a essas mudanças uma nova maneira de se expressar emergiu nas revistas e periódicos: a publicação de cartas caipiras. As cartas em dialeto caipira trouxeram a oralidade do habitante do campo para dentro das revistas a partir de uma ortografia quase fonética. Elas eram irreverentes e o linguajar do matuto concedia um tom de leveza para as publicações. Há que se lembrar de que o tema principal desses textos era o cotidiano da cidade de São Paulo e que tais correspondências representavam um código alternativo de absorção e transmissão da realidade cotidiana.

Por meio do humor, um recurso que, do ponto de vista estético, possui certa função transgressora, os escritores dissiparam a fala do caipira pelas páginas impressas. Sobre esse contexto, Paula Janovitch (2006, p.107) afirmou que a linguagem dialetal utilizada nessas cartas se aproximava dos entretenimentos da cidade, tais como o teatro de costumes, os vaudevilles e os cafés-concertos. Muitas vezes, as mesmas pessoas que escreviam para os periódicos, encenavam apresentações incrementadas pelo dialeto

[2] É, sobretudo a partir de 1910 que estas publicações passaram efetivamente a receber o nome de revista e construíram ligações diretas com o mercado, assumindo-se enquanto empreendimentos comerciais, com estruturas de financiamento e produção bem mais profissionalizadas. Faziam parte desta produção mais estruturada: *O Pirralho, A Cigarra, A Revista Feminina, A Vida Moderna*, dentre muitas outras (CRUZ, 1997, p.21-26).

[3] O índice de analfabetismo ainda era muito alto no final do século XIX. Segundo estimativas oficiais, ela chegava a 84% da população nacional e a literatura praticamente não possuía leitores e consumidores para seus produtos, tendo em vista o alto valor dos livros, especialmente para os trabalhadores assalariados. A literatura era uma verdadeira "missão", para utilizar o termo de Nicolau Sevcenko (2003).

caipira e, além disso, havia uma versatilidade de produtores e escritores que poderiam ser ao mesmo tempo, cenógrafos, ilustradores e tipógrafos. O que era encenado no teatro se transpunha para as colunas dos semanários e vice-versa.

Outros grupos sociais além dos caipiras emergiram nas páginas impressas durante esse período. É possível afirmar que diferentes estratos populacionais disputavam espaço em meio a uma gama crescente de modos de expressão: negros libertos, estrangeiros, letrados, coronéis etc. É nesta conjuntura marcada por tensões que textos produzidos a partir de elementos próprios à linguagem dos imigrantes, passam a ser publicados com bastante intensidade pela imprensa.

Em função dessas referências históricas, esse trabalho se volta para alguns dos textos escritos por Juó Bananère. Pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, um dos diversos sujeitos letrados que se encontravam inseridos nesse contexto de transformações e que, a partir dos meios impressos, produziu extenso material grafado em uma mistura intencional de italiano e português, designada através do termo "macarrônico".

No que diz respeito à linguagem macarrônica, é difícil caracterizá-la a partir de uma norma ou definição, já que nesse período, não era incomum encontrarmos, em uma mesma página, vocábulos que são escritos de diferentes formas. O próprio português parecia carecer da ausência de regras. Palavras eram criadas e deformadas constantemente. Além disso, sentidos inesperados eram atribuídos com frequência. O léxico da língua escrita era muitas vezes alterado através de erros de concordância, o que levava a própria sintaxe a sofrer modificações.

Dito isso, a expressão "macarrônica" evoca uma série de sentidos e definições contemporaneamente. Alguns a utilizam para referir-se ao modo de expressão de alguém que não sabe articular os elementos de determinada língua: "fulano falou em um inglês macarrônico". Há ainda quem disponha dela como recurso para aludir a maneiras de falar marcadas pela coloquialidade. O Aurélio, por exemplo, afirma que o termo é usado tanto para designar a língua falada de forma errônea, ou uma composição literária mal executada (latim macarrônico, poesia macarrônica), como pode significar elementos de tom irônico, burlesco e jocoso.[4]

[4]Além destas associações, é comum também que a linguagem macarrônica seja associada exclusivamente ao italiano. Isto acontece porque os primeiros textos em macarrônico foram construídos nesta língua e porque existe certa assimilação do termo a cultura italiana, conhecida pela popularização do macarrão. A linguagem macarrônica brasileira compunha-se, portanto, pela mistura do português com outra língua distinta. Era veiculada pela imprensa e representava o linguajar dos imigrantes que vieram ao país.

Distante dessas impressões que caracterizam o "macarronismo" como uma "falha" ou equívoco linguístico, Otto Maria Carpeaux argumenta que não se pode encarar esse fenômeno propriamente como um dialeto, mas, antes como uma técnica literária calcada na ironia e no humor. Desse modo, segundo a apreciação do crítico, a atividade poética de Juó Bananère estabelece, por meio de paródias, uma dinâmica crítica com a elite política e social paulistana. Tal percepção parece bastante promissora e será explorada nesse trabalho, uma vez que traz elementos pertinentes para entender a relação desses escritos com o fundo social local, o qual se encontrava profundamente marcado pelas correntes imigratórias.

2 Macarronismo, imigração e norma culta

Como dito anteriormente, por meio do arrefecimento de padrões formais e eruditos, as marcas da oralidade das ruas de São Paulo foram sendo, progressivamente, incorporadas a diversas publicações. Nesse sentido, a linguagem dos escritores macarrônicos sinalizava para uma literatura que se pretendia popular. Parecia haver um embate velado entre o linguajar praticado no cotidiano das feiras e vendas de esquinas e o linguajar técnico/acadêmico, pomposo e sisudo, propalado, sobretudo, por políticos e literatos.

De acordo com Tânia de Luca (1999, 243-244), havia mesmo alguns defensores da aplicação estrita dos cânones gramaticais cuja posição se mostrava avessa a tudo que se afastasse da linguagem culta. Por outro lado, muitos intelectuais advogavam posição inversa, pregando uma reforma da língua cujas balizas estavam norteadas pelo afastamento entre o português "brasileiro" e o português "de Portugal"; pelo combate ao formalismo e ao academicismo; e pela legitimidade dos brasileirismos e das construções populares.

O poeta Amadeu Amaral se estabeleceu como um desses defensores da escrita "brasileira", pregando vasta revisão das regulamentações que recaíam sobre os sinais ortográficos. Para o escritor, a necessidade dessas mudanças residia na provável sistematização linguística que sua reforma motivaria, uma vez que permitiria uma aproximação radical com o que "era falado nas ruas" (AMARAL, 1924, p. 61-77). Diante disso, a questão ortográfica ganhava ares de urgência, visto que o Brasil continuava a ser o único país do "mundo civilizado" em que "cada um escrevia como lhe parecia", onde nem sequer, nas escolas oficiais, se observava um sistema ortográfico único (AMARAL, 1924).

Com efeito, praticamente inexistiam normas ortográficas. O que acarretava uma multiplicidade de grafias possíveis para se representar a mesma palavra. Essa situação levou à produção de um projeto de simplificação ortográfica apresentado à Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1907, pelo servidor público, jornalista e poeta: Medeiros e Albuquerque. Embora suas ideias tenham sido bastante discutidas, não contaram com consenso suficiente para garantir implementação.

De todo modo, em 1915, a ABL acabaria adotando a reforma ortográfica colocada em prática, alguns anos antes, por Portugal cujas mudanças buscavam aproximar a escrita da fala através da eliminação de consoantes não vocalizadas, como o "p" de optimo e o "s" de sciencia. Não obstante, tal atitude gerou diversas polêmicas, pois houve quem entendesse que, dessa maneira, se colocava em xeque a autonomia nacional. Além disso, a forma de aplicação da reforma, elitizada e desprovida de um processo de consulta abrangente, também motivou críticas entre diversos setores da população (LUCA, 1999). Assim não é de se admirar que, passados quatro anos, a reforma tenha sido revogada, deixando o país, novamente, desprovido de normatização linguística.[5]

Um canal recorrente para a discussão desse caótico quadro linguístico nacional se encontrava estabelecido nas crônicas publicas pela imprensa da época. Nesse meio, vários autores se mostravam preocupados em desvendar os responsáveis pela "corrupção" da língua portuguesa. Um dos cronistas do periódico *A Paulicéia Moderna* (1916), por exemplo, afirmava que a influência estrangeira era um dos maiores responsáveis pela "degeneração" sofrida pela língua:

> [...] os estrangeiros que para aqui vêm, quer para fazer fortuna, quer não, pela necessidade que têm de pôr-se em contato com os naturaes da terra, aprendem o portuguez a seu modo, geralmente nas camadas mais baixas do povo, e não tardam a engrossar a corrente deturpadora do nosso idioma [...] (A nossa língua, 1916, não paginado.).

A partir de uma ênfase um tanto distinta, outro cronista cuja opinião veio a estampar as páginas da revista *A Cigarra*, argumentava que as origens do problema não residiam exatamente em uma suposta influência dos imigrantes, visto que, apesar do franco aumento populacional e da disseminação do italiano se encontrar "tão vulgarizada na capital e no Interior", o certo é que "poucos vocábulos e formas idiomaticas entraram na linguagem popular". Para esse autor, a deformação da linguagem provinha, na verdade,

[5] É apenas no ano de 1931 que a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa firmaram um acordo para unificar a língua.

dos vícios e do mau uso vocabular praticado pelas camadas mais baixas da população, pois "para falar a verdade, a língua pura, ou mais ou menos pura, é privativa da classe culta e usada hoje por pouquíssimos escriptores, por poetas principalmente" (Chronica, 1925, não paginado).

Como se percebe, as modificações na linguagem iam muito além de uma questão puramente linguística na medida em que aspectos relacionados aos costumes e a concepções de vida eram postos em reflexão, especialmente pela imprensa. De acordo com o escritor supracitado, a própria condição financeira de um indivíduo estava atrelada ao modo de falar e escrever, de modo que se pôde atribuir à camada mais humilde da população a causa da decadência do português falado no Brasil.

Contemporaneamente a esses debates acadêmicos, pomposos e muito sisudos, dar-se à produção dos textos de Juó Bananère. Diferentemente do estilo rebuscado que se praticavam nos discursos da ABL, sua forma de escrita debochada buscava representar as peculiaridades dos falantes iletrados de São Paulo. Além disso, a linguagem estropiada de Bananère, por diversas vezes "zombava" de modelos de escrita que, à semelhança daqueles sugeridos pelas tentativas de reforma linguística, se autodefiniam como "modernos" na medida em que buscavam aproximar o registro escrito das formas faladas. Como pode se perceber, por exemplo, no seguinte trecho:

> [...] a artugrafia muderna é uma maneira di screvê, chi a genti escrive uguali como dice. Per imsempio: - si a genti dice Capitó, screvi Kapitó; si si dice Alengaro, si screvi Lenkaro; si si dice dice, non si dice dice, ma si dice ditche [...] (BANANÉRE, 1912, não paginado.)

Um dos alvos ilustres de Bananère era Olavo Bilac. Apesar de seu sucesso retumbante, muitos escritores criticavam-no pela maneira rebuscada com que escrevia. Embora a repreensão se direcionasse ao estilo individual do escritor, o que se ironizava, na verdade, eram as linhas de força mais gerais na qual ele estava inserido, no caso: o parnasianismo. O parnasianismo era ridicularizado, pois embora os poemas ligados ao movimento fossem permeados por versos de reconhecido valor estético, eram também considerados portadores de um academicismo exacerbado, artificial e idealista. Juó Bananére, por exemplo, criou diversas paródias dos poemas de Bilac. A título de demonstração, verifiquemos o início do poema *Via Láctea*:

> Ora (direis), ouvir estrelas! Certo
> Perdeste o senso! E eu vos direi, no entanto
> Que, para ouvi-las, muita vez desperto
> E abro as janelas, pálido de espanto...(BANANÈRE APUD. SALIBA, p. 217)

E a versão *Uvi Strella*, de Bananére:

> Che scuttá strella, né meia strella!
> Vucê stá maluco! E io ti diró intanto
> Chi prá scuitalas moltas veiz levanto,
> I vô dá uma spiada na gianella (BANANÈRE, Op. Cit.).

O sentido da crítica de Bananère é difícil de captar. Nesse sentido, houve quem tentasse enquadrá-lo como uma espécie de antecessor do movimento modernista. Para Benedito Antunes (1998, p. 33), por exemplo, suas crônicas "prepararam terreno para o movimento, ridicularizando muito dos valores formais em que repousava então a nossa literatura". Por sua vez, Otto Maria Carpeaux referiu-se a Bananére como a primeira voz da "democracia paulista", justamente por legitimar de alguma maneira a voz das minorias. De acordo com o autor, ao ridicularizar os poetas parnasianos, Bananére desmoralizava a expressão literária da classe dominante, da velha oligarquia dos "cartolas" (s.d. p. 252).

De forma divergente, Elias Thomé Saliba (Op. Cit., p. 156) argumenta que há uma distância entre o modernismo e essas produções humorísticas do início do século XX. Visto que essas últimas possuíam um caráter anárquico, antiprogramático e desmobilizador. Para o autor em questão: "Os humoristas não possuíam respostas estéticas definidas nem programáticas, não perfilavam difusa opção política, nem se congregavam em coteries e igrejinhas, quase podemos vê-los como aqueles 'literatos ambulantes" (SALIBA, 2000, p. 47).

É interessante recordar também que, de partida, antes do franco engajamento no debate em torno da noção de nacionalidade, o modernismo esteve fortemente ligado ao futurismo. De acordo com Annateresa Fabris (1994, p. 08) os modernistas adotaram estratégias na busca de um "começo", de um evento primordial que justificasse o caráter único de São Paulo no cenário brasileiro. O grupo teria estabelecido junto ao marco da Semana de Arte Moderna, certos "símbolos destruidores do passado", avessos às "imagens mais vistosas da modernidade". Esse procedimento teria dado vida a uma espécie de "mito tecnizado", próprio ao movimento.

É fato que a "geração futurista" não costuma aparecer, em livros didáticos ou manuais, de forma vinculada ao modernismo. Isto se deve ao afastamento paulatino vivenciado por essas tradições seletivas. Com o tempo, o propósito do grupo que tomou pra si a bandeira e o epíteto modernista, passou a estar cada vez mais ligado à construção de uma arte propriamente brasileira, supostamente capaz de pensar o "Brasil real" (FABRIS, 1994, p 285). De todo modo, o breve período de aproximação com os ideais

futuristas, seguido pelo posterior processo de distanciamento iniciado em 22, poderia nos ajudar a conjecturar um movimento de afastamento semelhante, no que diz respeito a essa produção humorística que circulava em periódicos durante o início do século passado.

Com efeito, esse procedimento exigiria cuidados, pois, se existe de fato, alguma proximidade entre os dois segmentos – em especial a relação entre escrita e cotidiano – seus aspectos temáticos ou ideológicos nem sempre encontram consensos. Com efeito, ainda que o fascínio pelo novo e pelo progresso constituísse uma espécie de horizonte comum a quase todas as produções do período, os escritos de Juó Bananère rejeitavam perspectivas demasiado positivas em torno do "moderno" e do "civilizado". Seu trabalho se situa, portanto, na contramão de determinados ideais centrais aos futuristas. Além do mais, apesar da utilização da linguagem do habitante do campo, esses escritos não buscavam retratar a realidade do país, nem ambicionavam representar, ou discutir, a nacionalidade – embora estas questões apareçam nas entrelinhas das cartas – como parte significativa dos escritores modernistas fizeram.

No tocante a isso, parece certo que o conjunto dessa literatura humorística veiculada pela imprensa, se constituiu a partir da experiência dos que se encontram na "fronteira". A esse respeito, Juó Bananére, à sua maneira, traça um panorama da imigração, que, em suas palavras, é "una porcheria". Destacando as mazelas do sistema e os personagens envolvidos, tal como o "Lacarafo" – na realidade, Antônio Naccarato, delegado da polícia de São Paulo naqueles tempos – o autor traçava um divertido panorama da situação (sempre tensa) dos imigrantes italianos:

> Istu affare da migraçó stá proprio una porcheria. Ninguê si compreende. A gente sái da Italia dovetê u ré, a vamiglia, o Giolittiecc, ecc. E dove non tê né o Lacarafo e né o Capitó i intós'imbarga ingoppa o navilio pur causa divigná afazé a América. Aora, quando a genti vê xigado in Santose, inveiz faiz a pesta bobóniga, a bescigga, a vebre marella ecc. Disposa a genti vê p'raspetoria da migraçó, dove a genti apanha una sóva tuttos didimanhá cidinho p'ra si alivanta. Illos manda a genti lavá a gaza, dá dimangiá p'ro gaxoro, butá acua p'ras galligna ecc. Quando illo sté cavado imprego p'ra genti, a genti vá p'ra facenda garpiná o gaffé, garpina, garpina, i quano vê o fí do meiz, buta uno puntapé p'ra genti i non apaga nada. Ma che figlio da mánia![…] (BANANÈRE, 1913, não paginado).

Nesse passo, alguns escritores, como o próprio Bananère, acabaram por renegar o mundo do academicismo, buscando códigos alternativos de expressão e contestando as formas de institucionalização da linguagem. Há nesse sentido, uma interessante seção publicada em *O Pirralho*, intitulada "cartas de um caipira". Nela, o narrador ironiza a prática de metrificação dos versos, método típico dos poetas parnasianos. Em um dos

textos, aparece referência a certo Jota-jota que, tudo indica, se tratar de José Joaquim de Carvalho, fundador da Academia Paulista de Letras. A crítica é sarcástica e dirige-se justamente à utilização das regras e "medidas": "o Jota-jota disse gue pra fazê verso na mididapercizava de um appareio, e me deu um quadradinho cunprido de botá in riba do Papé pra num passa do cumprimento. Elle falô que o aparcio é invenção dele e eu iêmando o retrato" (MÊMO, 1911, não paginado). No final, ainda se publicava a seguinte imagem que tinha, como objetivo, demonstrar o método em questão:

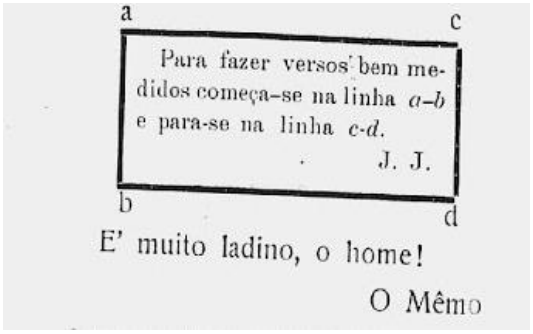


Figura 1 – Medindo versos. Cartas de um caipira. *O Pirralho*, n. 50, 20 Jul. 1912, não paginado.

Nesse panorama, a Academia Paulista de Letras, instituição literária fundada em 1909, tornava-se alvo de discussões nos periódicos da cidade.[6] Desde seus primórdios, a Academia suscitava polêmicas. A rejeição à instituição estava ligada a alguns fatores principais. Em primeiro lugar, há que se pensar que a Academia selecionava alguns escritores em detrimento de outros, colocando uma pequena parcela em posição de superioridade. Além disso, exigia-se um perfil de escritor para que se pudesse inseri-lo no meio político e cultural da primeira República, o que quase sempre significava afastá-los da boemia. Para muitos, a Academia era um cenáculo elitista, que embora constituído por intelectuais de respeito, estava impregnada de discursos vazios, de pouco sentido para a população em geral. As críticas brotavam nos periódicos e abaixo se transcreve um texto irônico, proferido por Juó Bananére que se encaixa nesse contexto:

> Che influenza podi tê a Gademia Baolista di Letteras inzima a literatura baolista? Uh! Porca miséria! una influenza indisgraziata, pur causa che faiz uma diviso intro os pissaolo chi non sabe lê niscrive, cioé, os analfabeto, i o pissaole chi sabe lê e scrive, cioé, os arfabeto. Na Gademia, só entra os anarfabeto. (BANANÉRE, 1913, não paginado)

[6] A Academia tinha por objetivo preservar a literatura paulista, assim como a língua portuguesa. Responsável pelas obras de valor histórico e literário do Estado de São Paulo era composta, assim como a Academia Brasileira de Letras, de 40 membros, personalidades de grande expressão da vida literária do Estado.

Ao lado dos textos, foram publicadas diversas imagens que expressavam o descontentamento e ironizavam o papel da Academia Paulista. A charge reproduzida abaixo, por exemplo, refere-se a um concurso lançado, pelo periódico *O Pirralho*, em 1911. Sob o título "Um caso de literatura paulista", o irreverente periódico solicitava que os leitores enviassem um texto para a imagem de Cornélio Pires, autor de diversas cartas em dialeto caipira. A charge é de Voltolino, o personagem de Lemmo Lemmi, que foi o caricaturista mais frequente e um dos mais brilhantes de *O Pirralho*, contribuindo com seu trabalho durante praticamente toda a existência do semanário. Eis a charge:

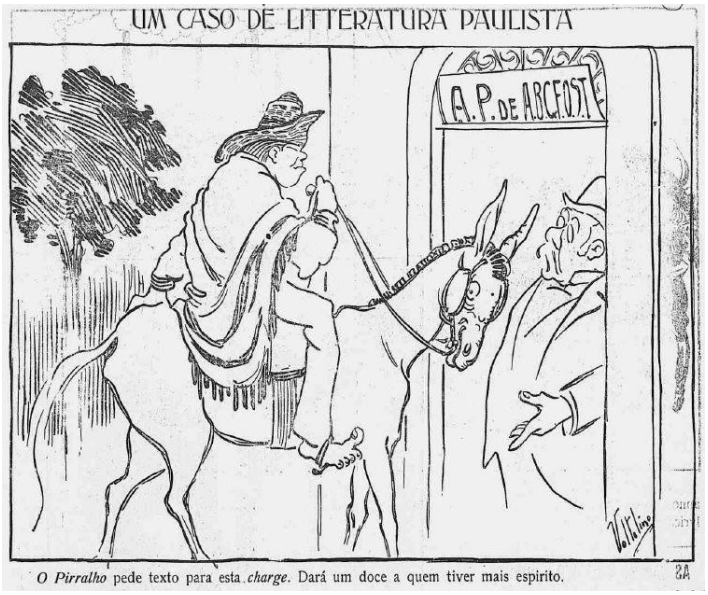


Figura 2 – Um caso de literatura paulista por Voltolino. *O Pirralho*, n. 04, 02 set. 1911, não paginado.

3 Considerações finais

Wilson Martins identificou a literatura dialetal de Bananére como uma espécie sutil de regionalismo urbano. Para ele, na verdade "esse era o novo regionalismo", pautado no molde "urbano da grande cidade industrial, fundamentalmente marcada, se não submergida, pelas ondas sucessivas de imigração italiana" (1996. p. 111 e 173). Tomando a deixa de Wilson Martins, talvez seja possível conjecturar um regionalismo para Bananère. Desde que, a partir dessa etiqueta, não se pretenda argumentar que determinados escritos simbolizam uma região de origem ou identificam uma cultura particular. Trata-se, muito mais de uma variedade social do viver urbano. Assim, embora se utilizasse da fala oral do imigrante italiano, seus temas principais eram a cidade, suas novidades e problemas; é o mundo urbano em toda sua complexidade que interessava a Bananère.

De acordo com Marcia Abreu, para que determinada obra seja considerada "Grande Literatura" ela precisa ser reconhecida e legitimada por diversas instâncias: "a universidade, os suplementos culturais dos grandes jornais, as revistas especializadas, os livros didáticos, as histórias literárias etc.". Dito isso, "o que torna um texto *literário* não são suas características internas, e sim o espaço que lhe é destinado pela crítica e, sobretudo, pela escola no conjunto de bens simbólicos" (ABREU, 2006, p. 40). Em uma conjuntura em que essas estruturas apenas esboçavam as capacidades que tem hoje, alguns escritores, como Juó Bananère, acabaram por renegar o mundo do academicismo, buscando códigos alternativos de expressão e contestando o processo de institucionalização que linguagem estava sofrendo.

As estratégias textuais de Juó contudo, operavam ainda com elementos próprios da paródia e da sátira cujas funções pragmáticas parecem se conformar à ridicularização de determinados indivíduos social e politicamente reconhecidos. Assim, posto que seus trabalhos detêm um viés notadamente crítico e contestador, também é certo que sua abordagem reforça determinadas posições e reitera estereótipos problemáticos. Pois, ao parodiar textos bastante conhecidos, o status das obras referenciadas segue inalterado a despeito da exposição exagerada de suas falhas e problemas, uma vez que elas continuam a ocupar o lugar de modelos paradigmáticos. Ademais, outro elemento de zombaria muito recorrente, é o gesto imitativo de se colocar sob o ponto de vista de um imigrante italiano, um "carcamano interesseiro, inculto e mal educado" cujo domínio da norma, por mais que se mostre débil, não é sequer notado (por ele mesmo) como empecilho para suas elocubrações em torno da cultura brasileira (CAPELA, 1996, p. 143 e 151).

É possível conjecturar, no entanto, que a linguagem macarrônica e o dialeto caipira legitimaram outros falares e outras culturas na mídia impressa. Sem dúvida, o fato de que exprimiram a heterogeneidade da cultura paulistana por meio da linguagem constitui uma das marcas mais importantes desta produção.

Referências

ANTUNES, Benedito. **JuóBananére: As cartas d'abaixo o pigues**. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.

ABREU, Márcia. **Cultura letrada***:* literatura e leitura. São Paulo: Ed.UNESP, 2006.

AMARAL, Amadeu. Comédia Ortográfica. In: **O elogio à mediocridade** (estudos e notas de literatura). São Paulo: Nova Era, 1924.

A nossa língua**. Paulicéia Moderna**, São Paulo, n. 03, 24 dez. 1916.

BANANÉRE, Juó. As cartas s'abax'o Pigues. **O Pirralho.** São Paulo, n. 49. 13 Jul. 1912.

BANANÉRE, Juó. O Rigalegio. **O Pirralho**, São Paulo, n. 119, 29 nov. 1913.

CAPELA, Carlos Eduardo. S. O diálogo Plural de Juó Bananére. **Travessia** (Revista de literatura), n.31, ago. 95/jul.96, Florianópolis: UFSC.

CARPEAUX, Otto Maria. Uma voz da democracia paulista. In: **Reflexo e Realidade**. Rio de Janeiro: Fontana, s.d.

CHALMERS, Vera. **3 linhas e 4 verdades.** São Paulo: Livraria duas Cidades, 1976.

Chronica. *A cigarra*, São Paulo, n. 257, jul. 1925.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Revista***:* Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedade Paulistana (1870-1930). São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

ENDERS, Armelle. **A nova História do Brasil.** Tradução Marisa Motta. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

FABRIS, Annateresa. **O Futurismo Paulista***:* Hipóteses para o Estudo da Chegada da Vanguarda ao Brasil. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994.

Nossa língua. **Paulicéia Moderna,** São Paulo, n. 03, 24 dez. 1916.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. Volume. VI (1915-1933), 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

Mêmo, O. Cartas de um caipira. **O Pirralho**, São Paulo, n. 50, 20 jul. 1911.

SALIBA, E. T. **Raízes do Riso.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **Abertura para o mundo** 1889- 1930 (Col. História do Brasil Nação). Rio de Janeiro, Objetiva, 2012.

"O ESPÍRITO DO HERÓI FUNDADOR": ANÁLISE DA FUNDAÇÃO DE SERRO AZUL DESCRITA NO DIÁRIO *REMINISCÊNCIAS*

Vanessa Taís Fritzen[1]

1 Introdução

A migração faz parte da trajetória humana. Nas mais distintas épocas e espaços, fatores diversos impulsionaram os deslocamentos populacionais, ora de curta distância, ora distâncias mais longas e, com o incremento das tecnologias de navegação, as e/imigrações transoceânicas tornaram-se comuns.

O século XIX, até meados do século XX, registrou o auge das migrações transoceânicas, partindo de diferentes países europeus com destino à América, caracterizadas como "migrações históricas". Nesse fluxo, insere-se a imigração alemã no Brasil. Já no estado do Rio Grande do Sul, os primeiros imigrantes de origem alemã chegaram em 1824, tendo por destino a colônia de São Leopoldo, no vale do rio Sinos, expandindo-se posteriormente pelo vale dos rios Caí e Taquari. Essa região inicial de colonização integra as hoje denominadas "colônias velhas".

As discussões em torno da localização da colônia São Leopoldo apontam como fatores a proximidade com rios navegáveis, que permitiam a circulação dos imigrantes e o escoamento da produção, além da proximidade com a capital, servindo a produção agrícola para abastecer esse centro urbano (ROCHE, 1969).

A historiografia que estuda os fluxos migratórios da Europa para a Brasil, em boa parte, concentra-se no século XIX, dentro da política do Império de D. Pedro II de imigração subvencionada e dirigida, destinada principalmente à lavoura cafeeira em São Paulo e, minoritariamente, às colônias na região Sul (FAUSTO, 2000). Outra parte de estudos tem o enfoque sobre as migrações nas primeiras décadas do século XX, encontrando novos fluxos migratórios, locais de origem e de destino, voltado à imigração espontânea (NEUMANN, 2016). É nesta segunda opção que a fundação e colonização da colônia Serro Azul se enquadra, uma colônia particular e confessional, fruto da i/migração espontânea.

A formação de colônias por empresas de colonização particulares contribuiu para a valorização e especulação fundiária, impulsionando o fluxo migratório para o interior

[1] Acadêmica do sétimo nível do curso de Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq. E-mail: 174274@upf.br.

do Estado, especialmente o Planalto Rio-grandense, com a multiplicação de colônias e da densidade demográfica.

O território que deu origem à Colônia Serro Azul, fundada em 1902 pela *Bauerverein* (Confederação de lavradores rio-grandense ou Associação de Agricultores; que possuía interesse em uma expansão da colonização étnica alemã) no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencia à Colônia Guarany, a qual se estendia do município de Santo Ângelo até o município de São Luiz Gonzaga, onde existiam pequenos núcleos de imigrantes.

A trajetória de gestação da colônia teve início em 1900, com a proposta da construção de uma linha férrea pela companhia ferroviária alemã *Nordwest Bahn-Gesellschaft*, que tinha o intuito de interligar os municípios de São Luiz Gonzaga e Tupanciretã, passando pela então Colônia Guarany, despertando os olhares para as terras da região. O projeto da ferrovia acabou fracassando e o então diretor da companhia, Dr. Horst Hoffmann, negociou as terras já demarcadas em troca dos trabalhos realizados para construção dos trilhos que nunca chegaram, com a *Bauerverein* (Associação de Agricultores), que se comprometeu a orientar a colonização das terras nos 10 anos seguintes (NEUMANN, 2016; DEWES, 1966).

Foram nesses 10 anos que, sob liderança do Pe. Max von Lassberg estruturou-se dentro do território da Colônia Guarany a Colônia Serro Azul, oferecendo um espaço principalmente para migrantes católicos oriundos em sua maioria das Colônias Velhas, que buscavam novas terras e confiaram na orientação da *Bauerverein* para colonizá-las. A Associação de Agricultores comprou estas terras e revendeu aos compradores, tendo em vista que a direção da empresa ferroviária não se envolveu com a referida colonização. Logo, a Associação de Agricultores liderada pelos padres jesuítas, assumiu e organizou a colonização desse espaço. Lassberg descreve essa e outras trajetórias em seu diário, buscando registrar as histórias e detalhes de sua vida e viagens, servindo assim para ajudar na compreensão da colonização de Serro Azul.

A constituição de Serro Azul de deu de maneira tradicional aos outros municípios de origem étnica alemã fundados na época. Onde se tem a Igreja Católica no centro junto a praça, rodeada pelos bairros urbanos e posteriormente as áreas rurais, configuração que se mantém no centro urbano de Cerro Largo.

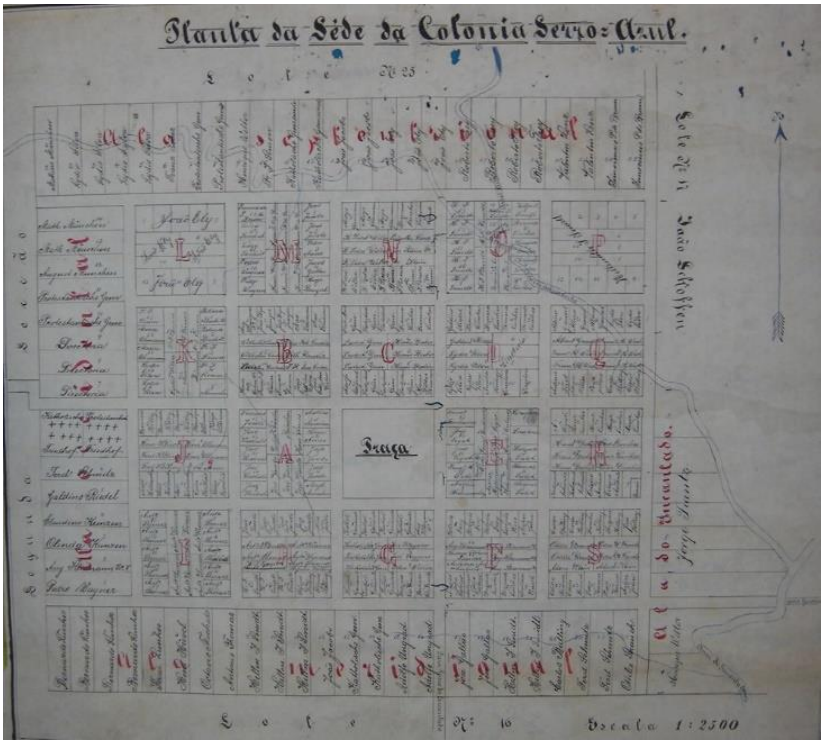


Figura 1 – Planta da Sede da Colônia Serro Azul.
Fonte: Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

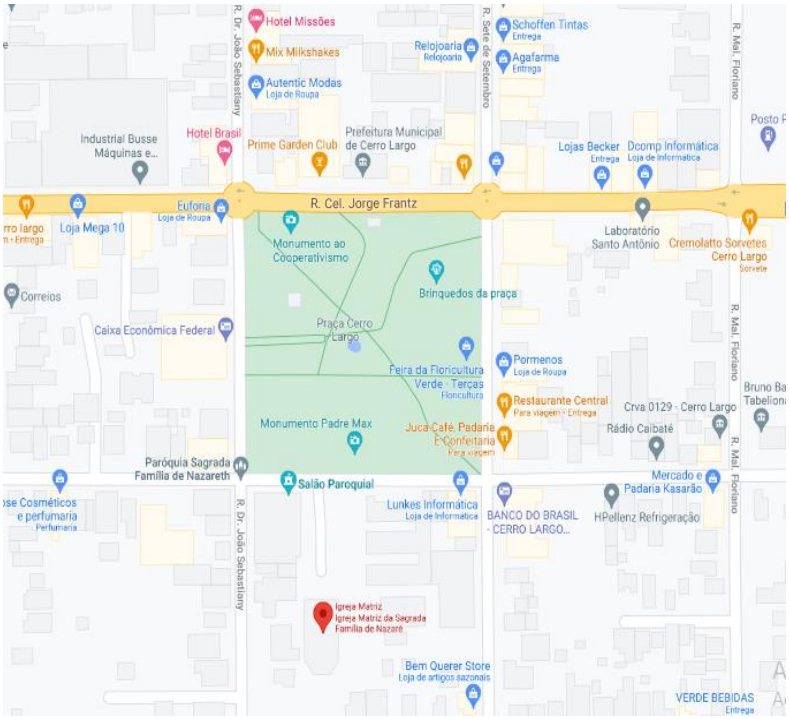


Figura 2 – Centro urbano de Cerro Largo.
Fonte: Google Maps.

2 O diário

O registro do processo de colonização empreendido pela Associação de Agricultores escrito pelo padre Lassberg intitulado “Reminiscências”, traz aspectos sobre os processos cotidianos da formação da Colônia Serro Azul e das demais viagens de Lassberg. Registra no seu diário a sua vida e sua opinião sobre as situações vivenciadas, evidenciando assim não apenas os seus, mas também os questionamentos das pessoas com quem convivia.



Lassberg nasceu na Alemanha e ingressou ainda jovem para a escola Jesuítica e em 1886 imigra para o Brasil em missão de auxiliar nas colônias alemãs da região sul do país. Passa alguns anos nas Colônias Velhas, mas logo passou a percorrer grande parte do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina se tornando um consolidador dos projetos de novas fronteiras de colonização. Trabalhou e dedicou a sua vida a sua missão até o seu falecimento em 1944 na Colônia Serro Azul, a qual passou a considerar sua casa depois de anos envolvido com a sua colonização.

Três eixos são norteadores para compreender quem e o que Lassberg defendia, “Religião, Estado, Idioma”. A religião traz o peso da missão e do estudo como padre jesuíta, visto que a congregação prezava muito pela educação e pelo ensino de seus envolvidos. Assim, Lassberg no decorrer de seu relato, revela a sua visão religiosa católica, ovacionando a missão de colonizar de modo que respeitem a vontade de seu Deus e que sigam as premissas da religião católica. Relata por diversas vezes o encontro com outros padres, e traz notícias de cunho internacional, como a fala de um papa, mostrando assim como possuía uma visão ampla sobre a Igreja.

Estado e idioma se fazem presentes principalmente na crítica de Lassberg à políticas nacionalistas que impediam o uso da língua alemã. Ele defende intensamente que o idioma alemão precisa ser preservado e que ele é o elo que une os imigrantes no exterior em uma identidade comum. Tem-se então a premissa de que os três eixos devem estar articulados entre si, a Igreja como sendo a guia espiritual e necessária para que aja uma união comunitária, vinculada com o idioma, criando um vínculo comum entre as comunidades que estavam se formando. E o Estado como regente que deveria se preocupar em receber bem os imigrantes e descendentes que estão construindo nessas terras, sem menosprezar as diferenças.

Observa-se que Lassberg estava em sintonia com os discursos da época, baseados no nacionalismo, articulando o idioma a construção do estado-nação, por outro lado, no Brasil, está-se no início da República, onde a separação entre Estado e Igreja está se estabelecendo, ponto ao mesmo tempo, o governo Republicano positivista no Rio Grande do Sul defende a colonização espontânea e a formação de colônias mistas[2].

2.1 A análise de discurso

Optou-se então por analisar o diário de Lassberg na perspectiva teórica Análise de Discurso. A análise de discurso, segundo Eni Orlandi, trata-se de uma metodologia que busca entender as ideologias presentes no interior do discurso, compreendendo aquilo que não é dito, mas, que está presente nas entre linhas. Traz o interdiscurso, ou seja, as vozes dos terceiros que se fazem presentes e se conectam com a identidade do autor.

Lassberg não está sozinho no mundo assim, antes de escrever, ele já possuía uma identidade pré-moldada baseada nas suas vivências sociais, essas vivências são retratadas no seu discurso, como por exemplo, a sua formação jesuítica que lhe trouxe a compreensão do mundo voltada para as ideias da Igreja Católica (PÊCHEUX, 2017).

Eni Orlandi afirma que o discurso é um meio de fazer a língua funcionar, é a palavra em movimento mostrando que a linguagem não é neutra, ela sempre traz um discurso em sua escrita resta ao leitor identificar as condições de produção desse discurso, onde, quando, por que, por quem e para quem foi escrito aquele texto. Isso levanta os questionamentos do porquê do Pe. Lassberg se expressar através deste diário, o que levou ele a escrever e decidir relatar a sua vida?

[2] Ver: Silva (2013).

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 1999, p. 13).

O discurso também carrega relações de poder imaginário, ou seja, deve-se levar em consideração a posição da qual o sujeito que escreve está inserido na sua sociedade. Lassberg por ser padre tem assim uma posição de poder hierárquico em relações aos fiéis de sua igreja. Fazendo assim com que a sua escrita e o seu discurso tenham um valor significativo para aqueles que estão lendo, já que vem de uma figura religiosa, diferenciando assim a escrita de Lassberg de outro sujeito do mesmo contexto que fosse escrever.

Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz o homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e ~~a~~ da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 1999, p.13).

Há nesse contexto também a importância da escrita para o imigrante. Esse imigrante deixa sua terra natal em busca de uma nova vida, quebrando os vínculos físicos, mas não os vínculos emocionais com aqueles que deixou para traz. Fazendo da escrita uma maneira de deixar marcas, se comunicar e não deixar a distância quebrar os vínculos emocionais (ALHEIT, 2019). Assim, ao escrever as suas memórias em um diário, Lassberg busca registrar sua trajetória, lembrando também da sua terra natal e do que levou ele a emigrar, criando assim um vínculo com o leitor que se identifica com a trajetória retratada. Ou ainda, que talvez o padre nem tivesse a intenção de tornar públicas as suas memórias, mas sim apenas registrar os momentos vividos.

Vale ressaltar o que o analista de discurso não irá procurar uma verdade definitiva na obra analisada, mas sim, especular e interpretar hipóteses, construindo uma análise que carrega as suas interpretações definidas a partir do ponto de procura, não impedindo que

haja outras interpretações da mesma obra, sendo elas diferentes ou semelhantes, uma não deslegitimando a outra.

2.1.1 Analisando trechos da obra

Como já citado anteriormente, a Análise de Discurso busca encontrar os significados e as ideologias presentes no discurso da obra analisada. Em *Reminiscências* é possível identificar principalmente o discurso religioso, vinculado com a etnicidade alemã, a junção desses dois faz com que a obra se torne uma espécie de manual de como o e/imigrante colono deveria se comportar e de quais práticas que trariam bons resultados. A escrita é em primeira pessoa e com isso traz um relato íntimo que faz com que o leitor se identifique com a pessoa que está falando e com isso o discurso retratado tem um efeito de representatividade, importante para entender o porquê se tem na figura de Lassberg uma construção de uma representação de "herói fundador".

No início do livro, Lassberg traz relatos de sua adolescência, relações familiares, como por que entrou no seminário, os passos que o levaram a emigrar, como foi a sua chegada no Brasil, sua passagem pelas Colônias Velhas (região do Vale do Rio dos Sinos) e posteriormente começa a contar a sua trajetória para Colônias Novas, momento que começa a falar sobre Serro Azul. Mesmo pensando em uma colônia específica, "os ensinamentos e dicas" podem ser considerados em outras colonizações, visto que Lassberg não se prende apenas a Serro Azul, mas amplia as suas viagens por diversas regiões difundindo assim seus pensamentos e construindo seu modo de analisar o mundo.

O que Lassberg coloca como sendo comum para uma boa colonização está vinculado com a fidelidade da etnicidade alemã católica, traçando a importância da família e da cultura para que se possa construir uma comunidade capaz de prosperar.

As energias do corpo e do espírito têm a sua origem na família. É sobre ela que se edificam as nossas comunidades, as nossas colônias, tanto as antigas como as novas. Nela, desenvolvem-se o espírito de ordem, a laboriosidade, o espírito de obediência, a honestidade (a probidade) dos costumes, a piedade. Sobre a família repousa o bem-estar do Estado e da Igreja. Explica-se, assim, os esforços constantes dos inimigos do gênero humano de dessacralizar a família e abalar seus fundamentos e envenená-la mesmo antes do casamento" (LASSBERG, 2002, p. 99).[3]

[3]As citações são todas retiradas da versão traduzida para o português, feita por Arthur Blasio Rambo e publicada pela Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2002.

Nesse trecho se percebe o que foi mencionado anteriormente sobre o convívio entre Estado e Igreja, colocando os dois como pilares para que as famílias possam estabelecer um bem-estar e fazer as colônias se desenvolver. Também a difusão do discurso sobre a importância de estruturar uma família, escolher bons casamentos e educar seus filhos para que sigam os mesmos valores. Esses casamentos deveriam ser entre fiéis da mesma igreja, ou seja, católicos. Mesmo que em alguns trechos Lassberg afirme que não tem preconceito contra outras religiões e que se deve conviver em harmonia, é no seu discurso que se percebe que isso não é colocado verdadeiramente em prática.

Um exemplo é um caso relatado sobre uma jovem que se apaixonou por um moço protestante. Eles decidiram que queriam se casar, mas a família da moça, contrária, ficou desesperada, pois isso iria manchar profundamente a reputação de todos. Lassberg conclui a história com: "[...] a moça conservava um pouco mais de espírito cristão do que aquele rapaz. Deu fim ao namoro, restabelece-se sem demora, casou como convém e ficou grata aos pais, que com sua firmeza a salvaram" (LASSBERG, 2002, p. 107).

Percebe-se a afirmação que a salvação foi possível pois a moça se casou "como se convém", ou seja, com um católico. Há então a dualidade dos registros, por um lado a defesa de que se deve respeitar os diferentes, mas por outro a de que esse respeito é algo distante, que não se mistura. Dualidade essa que perpassa diversas passagens da obra, como quando Lassberg afirma que sua Igreja não separa, mas "une todos numa família de Deus", então se essa união é defendida, por que os casamentos com protestantes eram recriminados? Não seria essa também uma forma de preconceito e exclusão, tal como se aquela que está sendo criticada?

> O que será da nossa identidade étnica, caso não seja cultivada e enobrecida pela religião? Imediatamente irá degenerar no nacionalismo abjeto e pagão, aquele ódio racional e das classes que atiça hoje os povos uns contra os outros. A nossa Igreja, pelo contrário, nivela as contradições, une os povos numa família de Deus, para que cada nação e cada Estado una as forças, para garantir, em meio ao respeito mútuo, as bênçãos para si próprios e o mundo (LASSBERG, 2002, p. 101).

Isso se fez presente também na propaganda de colonização, ou seja, no processo de venda dos lotes de terras da colônia Serro Azul, um dos argumentos para convencer os colonos, era de que essa seria uma colônia étnica confessional católica. Essa proposta também vai ser questionada, visto que a terra precisava ser vendida, já que a Confederação de lavradores rio-grandenses (*Bauernverein*) (que recebeu a concessão de venda do Dr. Horst Hoffmann, mas anteriormente as terras estavam sob nomeação do Dr.

Hermann Meyer que era procurador da ferrovia) havia se comprometido a vender as terras em um prazo de 10 anos.

A escritura de venda ao Dr. Hermann Meyer é de 25 de agosto de 1903, dando-se o prazo de 10 anos para o pagamento integral das terras, expirando o qual reverterão ao domínio do Estado as glebas ou lotes que não estiverem pagos integralmente, perdendo além disto o concessionário o à restituição de quaisquer quantias dadas em conta do respectivo pagamento (NEUMANN, 2016, p. 73).

Tem-se então um conflito de interesses, por um lado a necessidade de vender, por outro o desejo de construir uma colônia católica. Esse embate é relatado por Lassberg, que se coloca como comprometido em cumprir aquilo que foi prometido, principalmente porque ele está diretamente ligado com os colonos que seguiram as suas promessas e assim é quem recebe as insatisfações.

Para aquela colônia, prometera-se o assentamento separado por nacionalidade e confissão. Os encarregados subalternos diretamente responsáveis pela venda, porém, não se importavam com isso. Chegou a um ponto em que as famílias católicas estiveram a ponto de mudar-se para outro local, porque nada queriam saber daquela confusão. “Mudei me para cá exatamente por causa da promessa de uma colônia uniforme. Caso eu for enganado, volto para o local donde sai. Tinha boa terra, bons vizinhos e me entendia bem com todos. O que me fez partir foi exclusivamente o fato de haver uma grande mistura de católicos com protestantes.” Tais declamações eu escutava abertamente. Não poupei esforços e insisti que as promessas publicamente feitas fossem compridas. De alguns dos funcionários ouvi belas palavras e nenhuma ação, de outros a resposta: “qual o que, colonizar é um negócio. Quem vem e paga recebe seu lote”. No fim, contudo, o principal foi salvo com apoio das instâncias superiores, enquanto ainda foi possível (LASSBERG, 2002, p. 121).

O simbolismo católico também está incrustado na ideia de trabalho. Para Lassberg o trabalho era o essencial para que a colônia prosperasse e fosse abençoada com bons resultados. Assim menospreza aqueles que optavam por festejar ao invés de produzir. Relata casos em que ao passar por regiões que classifica como “aqueles que ainda não conhecem Deus ou religião” e se deparava com bebedeiras desenfreadas e a falta de comprometimento com o trabalho. Isso era cuidadosamente evitado na medida do possível em Serro Azul, garantindo que era de comum acordo que não iram perder seu tempo com festividades durante os dias de trabalho.

Mais ou menos um ano depois da fundação de Serro Azul alguém foi examinar a região e contrariado torceu o nariz. “Aqui não acontece nada. Não há hotel, não há lugar de diversão, nem sequer um bilhar. E eu que estou acostumado a conversa à noite e tomar a minha cerveja”, e assim por diante. Depois, para a satisfação de todos, foi novamente embora (LASSBERG, 2002, p. 128).

Percebe-se também como Lassberg era conectado com as famílias de colonos, visto que esses confiavam nas instruções do padre e assim se mantinham fiéis aos dogmas católicos, e segundo seu discurso, sendo abençoados por meio de filhos saudáveis e em grande número.

> E entre nós, como andam as coisas? Até agora, de modo geral, bem. A prova está numa comparação com outros povos, na espantosa benção de filhos, que observamos em quase todo a colônia. Para mim é sempre uma benção de grande alegria quando homens e mulheres que, como crianças, instruí no catecismo, cujos matrimônios abençoei no altar, me apresentam seus dez ou quatorze filhos saudáveis. Os oito fundadores de Serro Azul, que em novembro de 1927 que passou se deixaram fotografar em minha companhia, tiveram até então 81 filhos, 102 netos e dois bisnetos! (LASSBERG, 2002, p. 100).

Os mencionados oito fundadores de Serro Azul, foram os que acompanharam Lassberg na primeira viagem as terras e assim iniciaram o processo de povoamento. Seus nomes (Arlindo Schneider, Arthur Berwanger, Guido Steffens, Gomercindo Sperb, Jacob R. Haupenthal, Otto Flach, João Edmundo München e Ney Antunes Maciel) são lembrados e ovacionados ainda atualmente, principalmente no município de Cerro Largo, que representa grande parte das terras que antes eram denominadas de Serro Azul, seja em nome de ruas, escolas ou edifícios. Mas no centro da cidade, na praça central tem-se o busto de Lassberg retratado por meio de uma estátua, sendo denominado como



Figura 4 - Placa anexada a estátua de Pe. Lassberg.
Fonte: Portal das Missões.

“fundador de Cerro Largo” ressaltando assim como foi emblemática a presença do padre jesuíta como figura central na simbologia e na construção da identidade, não apenas dos primeiros colonizadores, mas também na sua posterioridade.

Como já mencionado anteriormente, as críticas de Lassberg as campanhas nacionalistas são frequentes no decorrer da obra. Enfatizando o discurso de que o e/imigrante deveria se manter fiel ao seu direito de falar o idioma alemão, que era esse um dos fatores que os colocava como fortes e perseverantes em sua missão de construir boas comunidades, seja onde estiveram.

> O que nos habilita, como nos habilitou a continuar a realizar coisas grandes? É a perseverança na fidelidade à etnicidade alemã, [...] Eles permaneceram fiéis à índole alemã e exatamente foi esta a sua força, que foi de proveito e impulsionou o comércio. O que acontece é que não raras vezes se confunde “nacionalizar” com uniformizar mediante a miscigenação e a anulação das diferenças. Por acaso somos menos brasileiros porque falamos alemão, o que aliás ninguém pode nos proibir (LASSBERG, 2002, p. 96).

Nota-se que esse discurso de liberdade cultural está diretamente ligado a religião, o que leva a crer que Lassberg o utilizava em suas pregações podendo-se pensar nesse diário como uma espécie de “sermão da missa”, onde o padre faz a sua reflexão sobre a bíblia, repassando aos seus fiéis os caminhos da palavra de Deus. Palavra essa que também se faz presente nos escritos de Reminiscências, onde por diversas vezes Lassberg faz comparações e reflexões sobre algumas passagens bíblicas.

> Tudo que dissemos até aqui não nos garante a força, está construído sem consistência sobre a areia, caso não edifiquemos sobre o fundamento posto por Deus: sobre Cristo a pedra angular e sobre Pedro a rocha. Retornem a Cristo! Clamam os papas. Os homens o repudiaram, estudam reformas, estudam máquinas, produtos e comércio, formulam mil leis e propostas de economia. E contudo em que lastimável confusão se encontra o mundo. Vale lembrar! Se Deus não edifica a casa, é vão o esforço dos que edificam! É preciso que fundamentamos todos os problemas culturais, caso queiramos que tenham valor, em Jesus Cristo e na sua Igreja Católica (LASSBERG, 2002, p. 101).

Fica evidente que Lassberg estava envolvido em várias instâncias da colônia, ao perceber que suas críticas vão além da religião e da língua, mas também nas maneiras que se estabeleciam as relações comerciais. No trecho abaixo Lassberg utiliza-se de várias páginas para criticar e responder as desculpas que circulavam, segundo ele, para justificar a preguiça e a falta de vontade de trabalhar de alguns colonos.

> [...] evidentemente não dizem: "Sou preguiçoso demais ou aqui eu não sirvo para nada", mas procuram outras desculpas. [...] Inúmeras vezes o vivenciamos, de modo especial nos começos de Serro Azul. "A administração não presta. As condições do contrato de compra são duras demais." Evidentemente para preguiçosos. [...] Além do mais há certos indivíduos que

> julgam bastar sentar-se atrás de um balcão e engordar. É um equívoco radical. Exatamente nas colônias novas, desconhecidas, é preciso ter habilidade para fazer-se conhecido e procurar contatos e estabelecer relações comerciais. Todo comercio é regido pela lei da oferta e da procura. Ambas precisam ser afinadas e colocadas no rumo certo. É possível colocar minha com os macacos no mato, mas nada se recebe em troca. São estas algumas das desculpas que circulam por aí para justificar a própria preguiça (LASSBERG, 2002, p. 129-130).

O padre salienta que pelo curto período de colonização era óbvio que o comércio ainda não estaria em pleno funcionamento nas colônias novas visto que ainda não se havia estabelecido grandes povoados e que o aumento tanto da quantidade de alimentos como da venda dos mesmos se estabeleceria com o tempo. Mas que nem o tempo seria capaz de ajudar aqueles que apenas arrumavam desculpas ao invés de se esforçar e trabalhar. O padre coloca que é aquele que não quer produzir, ou seja, que espera que as coisas aconteçam de maneiras fáceis é ignorante e ainda não entendeu o significado da existência humana.

3 Considerações Finais

Conclui-se então por meio desta análise que ao buscar compreender o discurso presente na obra *Reminiscências*, é possível perceber como se construiu a ideia do "Herói fundador" presente na figura de Lassberg. Ao apresentar sua visão de mundo não apenas nesse diário, mas também em seu cotidiano como figura religiosa, Lassberg constrói no imaginário dos colonos a figura de um e/imigrante ideal, alemão, católico, que constitui família, que se baseia no trabalho, e que se mantém fiel às suas origens culturais.

Não se faz necessário dizer isto nessas exatas palavras, ou seja, não se precisa descrever o e/imigrante ideal com exatidão pois a sua definição está presente no discurso da obra, sendo essa a finalidade ao sinalizar tal discurso, perceber as ideologias e significados que estão sendo falados/escritos. A construção desse imaginário perpassa gerações e de alguma forma chega atualidade onde ainda se comemora as datas de fundação, as figuras centrais e demais marcos. A praça central de Cerro Azul é um exemplo disso, é a constituição do centro da cidade de segue os padrões estabelecidos no início de sua colonização, com o edifício da Igreja Católica no centro da cidade e ao seu redor as quadras centrais e posteriormente dos bairros que compõem o restante do município (Figuras 1 e 2). A representação Lassberg traz consigo as narrativas que constroem a identidade desses primeiros moradores de Serro Azul, mostrando assim como um discurso se mantém vivo ao longo do tempo e há necessidade de compreender onde, como e por que tais identidades foram criadas.

Referências

ALHEIT, Peter. Migração e biografia: aspectos históricos de um relacionamento emocionante. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 165-178, 2019.

DEWES, José Miguel. **A história de Cerro Largo***,* Editora Alvorada, Porto Alegre, 1966.

DREHER, Martin N. 190 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças. 3. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin N; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Imigração e imprensa**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

LASSBERG, Max Von. **Reminiscências**. Trad: RAMBO, Arthur Blásio. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2002.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos, Ed. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 13° Edição, Pontes Editores. Campinas, SP. 2020

PATTI, Ane Ribeiro; SOUSA, Lucília Maria Abrahão; GARCIA, Dantielli Assumpção. **Pelos entremeios da análise do discurso:** nos fios de Michel Pêcheux. Rev. psicol. polít. [online]. 2017, vol.17, n.39, pp. 220-231.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Pontes Editores. 4° Edição. São Paulo, 2017.

PÊCHEUX, M. **Les Vérités de la Palice**, Mapero, Paris. Trad.bras. Semantica e Discurso, ORLANDI, Eni P. Editora Unicamp. 1975.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

"ESCREVO PARA PEDIR..." CARTAS À CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL[1]

Rosane Marcia Neumann[2]

Marlise Regina Meyrer[3]

> Pensemos em cartas — em como chegam na hora do café da manhã e à noite, com seus selos amarelos e os verdes, imortalizados pelo carimbo postal — pois ver o nosso próprio envelope na mesa de outra pessoa é entender com que rapidez nossos textos nos deixam e se tornam alheios. O poder da mente de abandonar o corpo é fato óbvio, e talvez tenhamos medo, ou ódio, ou desejemos aniquilar esse fantasma de nós mesmos jazendo ali na mesa. Ainda assim, há cartas que simplesmente dizem sobre tal jantar às sete; outras encomendam carvão; ou marcam encontros. A mão que as escreveu é quase imperceptível — quanto mais a voz ou a expressão do olhar. Ah, mas quando o carteiro bate e a carta chega, o milagre parece sempre repetido — a linguagem que tenta falar. Veneráveis são as cartas, infinitamente audaciosas, desamparadas e perdidas (O Quarto de Jacob, Virginia Woolf).

1 Depois da guerra, os escombros e a carestia

A rendição da Alemanha, em 7 de maio de 1945, marcou o fim do conflito armado da II Guerra Mundial em território europeu. Todavia, os vestígios da guerra permaneceram impregnados no cotidiano da população desses territórios, materializados nos escombros, nas cidades em ruínas, na chegada dos "deslocados de guerra", somada à carestia de mantimentos, vestuário e calçados, resultando em um cenário de caos, fome e pobreza. A situação geral foi agravada pelo inverno rigoroso de fins de 1946 e início de 1947, conhecido como "inverno da fome".

O trabalho de reconstrução da Europa, especialmente no território da Alemanha, dividido em quatro zonas de ocupação – Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética – foi lento e gradual.[4] São conhecidas as imagens fotográficas das "mulheres

---

[1] O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa de pós-doutorado intitulado "Cartas de famílias à Cruz Vermelha Brasileira, filial Porto Alegre, no pós-II Guerra Mundial", em andamento junto ao PPGH/PUCRS. A primeira fase da pesquisa contou com a participação de João Vitor Sand Theisen e Vanessa Taís Fritzen, bolsistas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, graduandos em História/UPF.

[2] Professora visitante no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio Grande/FURG. Realiza estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Pós-doutorado em História/*LAI/Freie Universität*, Berlim/Alemanha. Doutora em História/PUCRS. E-mail: rosaneneumann@gmail.com.

[3] Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Doutora em História/PUCRS. E-mail: marlise.meyrer@pucrs.br.

[4] Os aliados ocidentais – Estados Unidos, França e Reino Unido – decidiram, em 20 de junho de 1948, implantar uma reforma monetária e criar um Estado provisório sob seu controle. O Plano Marshall, capitaneado pelos EUA, disponibilizou 1,4 bilhão de dólares de 1948 a 1952. Já em 23 de maio de 1949, os aliados ocidentais promulgaram a Lei Fundamental, dando origem à República Federal da Alemanha

dos escombros" (*Trümmerfrauen),* trabalhando na reconstrução de Berlim *em junho de 1945*, uma campanha da época visando construir um modelo de mulher alemã ideal, frente a ausência da força de trabalho masculina, abatida na guerra ou levada como prisioneiros.[5] Além da proeminência das mulheres na reconstrução em Berlim, elas foram protagonistas em outras partes do território alemão.

Nesse cenário de pós-guerra, as entidades internacionais filantrópicas desempenharam um papel importante. Dentre elas, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, fundado durante a Conferência Internacional realizada em Genebra, Suíça, de 26 a 29 de outubro de 1863, que reuniu representantes e delegados de diferentes países. A entidade formalizou as ideias propostas por Henry Dunant (1828-1910), que propôs a criação de uma sociedade de socorro que buscasse atender as vítimas de conflitos armados e auxiliar na comunicação de refugiados e imigrantes, logo, esse foi o início dos trabalhos humanitários da Cruz Vermelha.[6] O Comitê trabalha em conjunto com as demais sedes da Cruz Vermelha espalhadas pelo mundo e procura estabelecer relações com o máximo de lugares e pessoas voluntárias possíveis, visando responder aos inúmeros pedidos de ajuda no socorro aos feridos em campos de batalha, na liberação de prisioneiros de guerra e auxílio às vítimas de desastres naturais. Autodenomina-se como uma "organização neutra, imparcial e independente".[7]

(RFA), com capital em Bonn. A União Soviética, em outubro de 1949, fundou a República Democrática Alemã (RDA), tendo Berlim Oriental como capital. A divisão da Alemanha foi o marco divisório de dois blocos e sistemas político-econômicos antagônicos liderados pelos EUA, de um lado, e pela União Soviética, de outro, no decorrer da Guerra Fria, perdurando tal divisão até a queda do Muro de Berlim, em 1990. (*A Divisão da Alemanha – de 1945 a 1989*. Data: 05/04/2013. Disponível em: https://p.dw.com/p/41Pl. Acesso em: 3 mai. 2021).

[5] Gábor Halász (gh). *1945: Mulheres começam a reconstruir Berlim após a guerra*. Disponível em: https://p.dw.com/p/2NHh. Acesso em: 3 mai. 2021.

[6] Após o estabelecimento da Convenção de Genebra, as primeiras sociedades nacionais foram fundadas na Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Oldemburgo, Prússia e Wittemberg. Em 1876, o comitê adotou o nome "Comitê Internacional da Cruz Vermelha" (CICV), que é até o presente sua designação oficial. Cinco anos depois, a Cruz Vermelha dos Estados Unidos foi fundada. Em 1906, a Convenção de Genebra de 1864 foi revisada pela primeira vez, e outra revisão foi efetuada em 1929. m 12 de agosto de 1949, revisões das duas Convenções de Genebra foram adotadas. Uma convenção adicional, "para a Ameliação das Condições de Membros de Forças Navais Feridos, Doentes e Naufragados", foi aprovada como o sucessor das Convenções de Haia de 1899 e 1907. Após a Convenção de 1949, a Convenção de Genebra de 1929 passou a ser considerada a terceira, visto que as duas Convenções de Haia passaram a ser consideradas a segunda. Por causa da Segunda Guerra Mundial, na Quarta Convenção de Genebra foi estabelecido a "Proteção de Pessoas Civis em Tempos de Guerra". Protocolos adicionais foram aprovados em 8 de junho de 1977, para fazerem com que os protocolos da Quarta Convenção fossem válidos em guerras civis. No presente, as quatro convenções, e seus protocolos adicionais, contém mais de 600 artigos, em comparação com os 10 artigos da Primeira Convenção, de 1864. (*Das DRK von den Anfängen bis heute*. https://www.drk.de/das-drk/geschichte/das-drk-von-den-anfaengen-bis-heute. Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV. Disponível em: https://www.icrc.org/pt. Acesso em: 3 mai. 2021)

[7] Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV. Disponível em: https://www.icrc.org/pt. Acesso em: 3 mai. 2021.

No Brasil, a Cruz Vermelha Brasileira – CVB – iniciou os seus trabalhos em 1908, tendo como primeiro presidente o sanitarista Oswaldo Cruz. Apresenta-se como uma sociedade de socorro voluntário, autônoma, recebendo recursos do poder público, instituições e indivíduos. O registro e o reconhecimento da entidade no âmbito nacional e internacional se deram nos anos de 1910 e 1912, já a I Grande Guerra (1914-1918) foi um fator de impulso para sua consolidação no país, com filiais espalhadas em todo território nacional – hoje, somam 18 filiais.[8] A filial no Rio Grande do Sul foi fundada em 1940, com ramificações em sete filiais municipais, a saber: São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Caxias do Sul, Tramandaí, Bento Gonçalves, Montenegro e Santa Maria.[9]

2 Cartas: um face-a-face

Analisa-se aqui a correspondência recebida pela Cruz Vermelha Brasileira Filial Rio Grande do Sul – CVB-RS –, com sede em Porto Alegre, de meados da década de 1940 a meados da década de 1950. Parte-se do pressuposto de que no contexto pós-II Guerra Mundial, a Cruz Vermelha, como entidade internacional e supranacional, canalizou duas funções centrais: a primeira, assistencialista, arrecadando donativos de mantimentos a serem destinados aos sobreviventes da guerra, localizados em territórios afetados pelo conflito; a segunda, localizar, a pedido de familiares, pessoas desaparecidas no decorrer do conflito ou cujos laços familiares se perderam. Utilizam-se as cartas como fontes de pesquisa, entendendo-as como "escritas de si", fruto de um contexto de pós-guerra, cujas narrativas individuais e/ou familiares buscam auxílio material, à primeira vista, mas subjetivamente também um ouvinte/receptor, confiando a sua história privada à Cruz Vermelha (ALVES, 2003; BLAS, 2004; MATOS; TRUZZI, 2015; GOMES, 2004; CUNHA, 2018; ALHEIT, 2019).

Nesse rol de escritos, as cartas situam-se no âmbito do uso do privado, o qual o historiador, por muito tempo, receou adentrar. Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador "espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva" (MALATIAN, 2009,

[8] Cruz Vermelha Brasileira. Disponível em: http://www.cruzvermelha.org.br/pb/institucional/historia-da-cvb/. Acesso em: 2 out. 2020.

[9] Cruz Vermelha no Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.cruzvermelhasm.org.br/cv/?page_id=671/. Acesso em: 2 out. 2020.

p. 200). Esses arquivos, de acordo com Michele Perrot (2009, p. 11), são marcados pela assimetria e irregularidade, no quesito temporalidade, gênero, disponibilidade, conservação. Embora produto do privado, essas escritas de si são um espelho do real, pois são filtradas

> pelas regras de boas maneiras e de apresentação de uma imagem pessoal que regem a natureza de sua comunicação e o estatuto de sua ficção. Não há nada menos espontâneo do que uma carta; nada menos transparente do que uma autobiografia, feita para ocultar tanto quanto para revelar. Mas essas sutis manipulações do esconder/mostrar nos levam, pelo menos, à entrada da fortaleza (PERROT, 2009, p. 11).

Logo, as cartas reúnem em sua narrativa fatos e experiências heterogêneas. O sujeito ao escrever uma carta, constrói uma representação de si mesmo e do seu espaço. Essa representação não é estática, mas relacional, adaptando-se às diferentes situações. No entanto, a narrativa esboçada na carta precisa ser plausível aos olhos de seu leitor, para ter credibilidade (MALATIAN, 2009). Michel Foucault (1992, p. 6) argumenta que "a carta enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe." A correspondência é

> algo mais do que um adestramento de si próprio pela escrita, por intermédio dos conselhos e opiniões que se dão ao outro: ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A carta faz o escritor "presente" àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física (FOUCAULT, 1992, p. 7-8).

Nessa perspectiva, escrever uma carta, entendida como um estilo epistolar, é

> "mostrar-se", dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face (FOUCAULT, 1992, p. 8).

Em contextos migratórios, esses "fios de papel" assumem um lugar central, pois a carta traz em seu conteúdo os sentimentos de seu autor, como produto do deslocamento e afastamento. Os emigrantes, muitas vezes, passariam a vida inteira na tentativa de juntar as pontas daqueles fios, aquelas ligações familiares, identitárias e comunitárias que se romperam no cais do porto à hora da partida. As cartas são, justamente, o testemunho deste esforço, desta tarefa (quase) impossível: a busca constante para reconstruir, ou

manter inalterado, através da escrita, aquilo que a emigração havia irremediavelmente interrompido ou modificado (CROCI, 2008, p. 17).

A carta, como fruto deste esforço de superar as distâncias, possibilita compreender fragmentos do cotidiano desse sujeito, as transformações sociais, culturais e identitárias; nelas são registrados seus projetos, sucessos financeiros, suas dificuldades, e seus sentimentos no novo lar ou pátria. Os deslocamentos incentivaram a escrita e a leitura nos imigrantes, sendo o único meio de manter contato com sua terra natal. De certa forma, a distância "democratizou" a escrita e a leitura. Todavia, nem todos os imigrantes escrevem, por razões diversas, seja pelo analfabetismo, pela falta de recursos, pela distância de centros urbanos; seja pelo rompimento dos laços entre o sujeito e seus familiares – recomeçar do zero em outro local –, ou ainda, em situações de migrações não documentadas. As cartas são produtos do íntimo, do doméstico, do privado, uma troca de informações entre indivíduos, mas, também são públicas e coletivas, visto que muitas vezes são lidas ou escritas por terceiros, são transcritas ou datilografadas, traduzidas, manipuladas ou censuradas. Além disso, muitos imigrantes devido à falta de recursos buscavam entidades públicas ou privadas para encaminhar suas cartas, ou para reencontrar seu familiar para restabelecer o contato.

Portanto, as cartas de (i)migrantes, embora pouco numerosas, justamente em razão de sua circulação no âmbito do privado, nos permitem ver e conhecer o espaço percorrido e os sujeitos envolvidos sob outro ângulo, aproximando-nos de uma imagem do cotidiano do imigrante, o que escreve e o que deixa de escrever, o registro de suas experiências, o que permite compreender e situar os laços familiares e as redes sociais, bem como sua trajetória. No ato da escrita, a carta tem como objetivo encontrar seu destinatário, que vai ser seu guardião – no nosso caso, a Cruz Vermelha e, por meio dessa instituição, é possível traçar a trajetória percorrida por essas cartas, e a possibilidade de ter chegado ao seu destino, com a resolução da demanda.

3 Escrevo para pedir...

A Cruz Vermelha Internacional, no decorrer da primeira metade do século XX, tornou-se uma referência nos campos de guerra, tanto no atendimento aos feridos, em seus hospitais de campanha, quanto na assistência humanitária às populações envolvidas e atingidas pelo conflito, na reconstrução do pós-guerra. Como já apontado, sua estrutura de atendimento espalhou-se por vários países, impulsionada pelas guerras mundiais, formando uma rede complexa, com vários órgãos especializados, e um circuito de

informações eficiente. Soma-se a isso o papel social que a entidade exerceu, especialmente junto a classe média, para qual engajar-se em uma missão humanitária na CICV representava *status*. Sobre esta questão, José Eicholz (2018) afirma que não há caridade sem prestígio social, em geral adquirido com a publicização das ações beneficentes, sendo entidades como a Cruz Vermelha o principal suporte para essas ações e seu reconhecimento.

No período pós-II Guerra Mundial, a Cruz Vermelha foi acionada em diferentes situações, como um canal de convergência e mediação para suas necessidades proeminentes. Situa-se nesse contexto a produção e circulação do conjunto de cartas enviadas à Cruz Vermelha Brasileira, filial em Porto Alegre, entre 1946 e 1956, conservadas no arquivo particular da instituição. Cabe sublinhar que se trata de um acervo de cerca de 200 cartas, cuja origem nacional dos remetentes e as demandas são múltiplas. Predominam as correspondências provenientes do território da Alemanha e do Leste europeu, muitos deles, deslocados de guerra. Quanto as demandas, vão desde a solicitação de mantimentos e vestuário, localização de familiares, pedidos de imigração/emigração, até cartas de agradecimento, pedidos de informações, cartas para serem enviadas a familiares, somados a ofícios diversos, trocados entre as diferentes instâncias da entidade e suas filiais.

Nesse aspecto, o acervo de cartas é heterogêneo e complexo, se comparado ao conjunto de 41 cartas, guardadas em um arquivo particular em Blumenau, Santa Catarina. Essas cartas, objeto de estudo de Méri Frotscher (2015; 2018; 2019), apresentam demandas variadas, e se dirigem ao Prefeito/Prefeitura Municipal de Blumenau (SC). Segundo a autora (2015), as cartas-pedido (*Bittfriefe*) dirigidas entre 1946 e 1948 à Prefeitura Municipal de Blumenau, assumem um caráter testemunhal que permitem analisar como "pessoas comuns" vivenciaram o pós-guerra na Alemanha, ou seja, como a guerra, encerrada em 8 de maio de 1945, foi incorporada e afetou o cotidiano desses sujeitos. Entende as cartas como práticas de escrita de pessoas comuns, por meio das quais solicitam mantimentos, vestuário e intermediação para e/imigrar. Percebe que nessas missivas, as estratégias de convencimento acionadas são várias, prevalecendo o componente étnico. Em outro estudo, aborda nesse conjunto de cartas o "jogo de gênero", entendido como o papel social atribuído e aceito socialmente para a atuação masculina e feminina, e nessa perspectiva, quais os elementos acionados por homens e mulheres para sensibilizar e convencer seu interlocutor (FROTSCHER, 2019). Em outro artigo, aborda

os pedidos de imigrantes em potencial, que buscam informações sobre ocupação profissional em Blumenau, com o propósito de emigrar (FROTSCHER, 2018).

Uma primeira aproximação e mapeamento das cartas dirigidas à CVB-RS, sobressai uma estratégia comum, ou seja, na ausência de outro canal, esses sujeitos procuram, como última instância, um agente supranacional, que julgam capaz de escutá-los e atender suas demandas.

A leitura atenta dessas cartas, na maioria escrita em língua alemã, e sua interpretação, requer "olhos de madeira", ou seja, o devido distanciamento e estranhamento, para compreendê-las no tempo e espaço (GINZBURG, 2001), como narrativas autobiográficas, que refletem um fragmento do real, mas não dão conta do todo. Cada carta enviada para além-mar, e que chega ao seu destino, carrega consigo uma história de vida e uma expectativa, e dá a ver um fragmento de seu pequeno universo particular.

Uma leitura parcial das cartas recebidas pela CVB-RS, permite agrupá-las em três temáticas predominantes: cartas-pedido (*Bittfriefe*), divididas em pedidos por mantimentos, vestuário e calçados, enquadrando-se na frente de assistência social da entidade; pedidos para localização de prisioneiros de guerra e familiares, informações para emigrar e documentos, em sintonia com a frente de investigação supranacional e infiltrada em diferentes espaços, mantida pelo CICV; cartas de gratidão, em menor quantidade, que agradecem seus benfeitores.

3.1 Cartas pedido: busca por familiares

No cenário pós-II Guerra Mundial, o CICV mediou um fluxo transnacional de cartas e informações, remetidas de diferentes lugares do continente europeu, para distintos receptores na América, Ásia e África. No final da guerra, 179 delegados da CICV haviam conduzido 12.750 visitas a campos de prisioneiros de guerra em 41 países. A Agência Central de Informação sobre Prisioneiros de Guerra (*Zentralauskunftsstelle für Kriegsgefangene*) possuía cerca de três mil empregados, com o índice de prisioneiros contendo 45 milhões de registros e 120 milhões de mensagens foram trocadas pela Agência. Na Alemanha, a Cruz Vermelha Alemã atuava desde 1870, mantendo seus trabalhos durante a I e II Guerra Mundiais. Em razão do elevado número de refugiados e soldados desaparecidos, institui um serviço de rastreamento. Já em maio de 1945, foi fundado em Flensburg o serviço de busca sob o nome de Cruz Vermelha Alemã, Agência de Refugiados, Departamento de Investigação, índice de pesquisa Central. Em setembro

de 1945, a sede desse serviço foi transferida para Hamburgo, na Zona Central de Hamburgo, mantendo suas atividades. No mesmo período, iniciou um serviço de busca em Munique, a sede da zona no setor americano. Por sua vez, a Cruz Vermelha da Baviera iniciou essa função em agosto de 1945.[10]

Para a fundação da República Federal da Alemanha em fevereiro de 1950, o Governo Federal da Alemanha Ocidental emitiu a Chamada para o Registro de Prisioneiros de Guerra e desaparecidos. Cerca de 1,7 milhão de soldados, civis e crianças foram dados como desaparecidos ou presos. O Serviço de Rastreamento da Cruz Vermelha manteve-se, e foi elaborada a *Central Index Name*, com um índice de mais de 50 milhões de cartões com nomes.

No período do final da guerra até maio de 1950, cerca de 14 milhões de pedidos de busca foram registrados. Nos anos seguintes, os registros foram organizados, bem como mantiveram-se as pesquisas em busca de desaparecidos. A RDC e a Cruz Vermelha Soviética concordaram em prestar assistência mútua em serviços de busca em 1957. No final da década de 1980, o Serviço de Rastreamento da RDC recebeu quase meio milhão de informações da Cruz Vermelha da URSS. Em dezembro de 1957 o serviço de busca começou a imprimir listas de pessoas desaparecidas com 225 volumes individuais (199 em membros da Wehrmacht e 26 em civis), que continham dados pessoais de 1,52 milhão de pessoas desaparecidas com 900.000 imagens. Um total de 118.400 volumes foram feitos. Com essas listas de imagens, o serviço de pesquisa DRK realizou um total de 2,65 milhões de pesquisas de retorno até 1964. Na década de 1970, o trabalho avançou em Munique, onde as crianças separadas de seus pais partem em busca deles.[11]

Essa parceria da Cruz Vermelha com os órgãos de busca e sua infiltração em diferentes redes e países, permitiu contribuir no rastreio desses desaparecidos, constituindo seu próprio arquivo de informações e um Serviço Internacional de Busca.[12] Por outro lado, dá a ver indivíduos e famílias em movimento, cujas migrações se dão em espaços regionais, bem como transnacionais. O trabalho articulado e transnacional do CICV permite pensar aqui em uma história conectada, dentro de uma dinâmica global.

---

[10] A Cruz Vermelha nas Guerras Mundiais. https://zheit.com.br/post/a-cruz-vermelha-nas-guerras-mundiais; https://www.drk-suchdienst.de/wie-wir-helfen/suchen/zweiter-weltkrieg/vermisstenbildlisten-online.

[11] Deutsches Rotes Kreuz. https://www.drk-suchdienst.de/wie-wir-helfen/suchen/zweiter-weltkrieg/vermisstenbildlisten-online/; Museu da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho Internacional. https://www.redcrossmuseum.ch/de/ausstellungen/dauerausstellung/.

[12] Museu da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho Internacional. https://www.redcrossmuseum.ch/de/ausstellungen/dauerausstellung.

As buscas por famílias levavam os agentes da CVB-RS a acionar os cônsules dos diferentes países. Em 4 de outubro de 1950, em ofício ao Cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre, solicitava que ele investigasse em Filadélfia "sobre o paradeiro da pessoa cujo formulário anexamos ao presente". Explicava que "tratando-se de família de um imigrante, estamos certos de que esse emérito Consulado Americano colaborará com a missão da Cruz Vermelha que nos foi confiada".[13] A ausência do formulário impede saber mais dados sobre a família, mas torna visível as redes acionadas nessas buscas e a troca de informações.

Em ofício de 12 de agosto de 1954 à Central no Rio de Janeiro, na condição de Diretor da Secção de Correspondência Estrangeira da Filial da Cruz Vermelha em Porto Alegre, solicitava ajuda:

> necessitando entrar em contato com familiares seus residentes na Bessarábia, procurou-nos o Sr. Deomid Makedonski, domiciliado nesta Capital desde o ano 1926, de nacionalidade búlgara e que mantinha correspondência com sua filha CONSTANTINA MAKEDONSKI, através do consulado russo de Porto Alegre. Entretanto, sobrevindo o afastamento do referido corpo consular de nossa capital, após o término da guerra, perdeu por completo o contato com seus parentes, na Europa.
> À presente anexamos uma carta do referido senhor, endereçada a sua filha, no endereço antigo, isto é, no último endereço de suas correspondências, lá pelo ano de 1946-1947.
> Agradeceríamos mui reconhecidos de V.S., através do Órgão Central obtivesse notícias da Sra. Constantina e fizesse chegar às suas mãos a carta que lhe envia seu pai, e que acompanha a presente. [Há uma anotação a caneta, que a carta está acompanhada de uma fotografia].[14]

Conforme entendimento da Central da CVB, enviar a referida carta pelo CICV era a forma mais segura, na certeza de que seria entregue à sua destinatária.[15] Em novembro, o ofício da CVB enviava "a ficha acompanhada de uma fotografia para ser entregue ao Senhor Constantino[a] Makedonsky residente na Rússia em resposta a envida por Deonid Makedonsky, certamente por intermédio desta Filial, o qual reside à Avenida Farrapos n. 3384 – nesta cidade."[16] A investigação, nesse caso, não obteve êxito, sendo a

[13] Ofício n. 135. Porto Alegre, 4/10/1950. José Barros, Secretário Geral Interino Cruz Vermelha/Filial Porto Alegre a Cônsul Norte-americano, Porto Alegre/RS. Pasta 1. Arquivo da Cruz Vermelha – Filial Rio Grande do Sul, Porto Alegre – ACV-RS/POA.
[14] Ofício n. 36/954. Porto Alegre, 12/08/1954. José Barros, Diretor da Seção de Correspondências Est. [Cruz Vermelha/Filial Porto Alegre] a Secretário do Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira, Rio. Pasta 1. ACV-RS/POA.
[15] Ofício n. 236. Rio de Janeiro, 19/08/1954. Herminia Faria Fernandes Lima, Secretário Geral em exercício [Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira, a José Barros, Diretor da Seção de Correspondências da Filial da Cruz Vermelha Brasileira Filial Porto Alegre. Pasta 1. ACV-RS/POA.
[16] Ofício n. 326. Rio de Janeiro, 9/11/1954. Herminia Faria Fernandes Lima, Secretário Geral em exercício [Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira, a Wanda Crespo, Secretária Geral da Filial da Cruz Vermelha Brasileira Filial Porto Alegre. Pasta 1. ACV-RS/POA.

correspondência devolvida ao emitente. Outras demandas, com o mesmo conteúdo, foram encaminhadas pela Secção de Correspondência estrangeira, informando o último endereço conhecido. Percebe-se que na maioria dos casos, a comunicação foi interrompida entre 1946 e 1948.[17] Em outra situação inversa, envolvendo Slavka Doneva Petrow, residente à Rua Lom, n. 1 – vh B, Sofia – Bulgária, escreveu uma mensagem ao seu irmão, Dimiter Petrow, residente na rua Caçapava n. 272, bairro Petrópolis, Porto Alegre, em resposta a uma investigação realizada pela Cruz Vermelha Internacional, a seu pedido. Todavia, ao realizar pessoalmente a entrega, o funcionário da CVB-RS foi informado que ele havia se mudado. Assim, solicitava o auxílio da Central da CVB a fim de encaminhar a carta ao seu destino, a Rua Milton Prado, n. 118, no município de São Roque, no estado de São Paulo.[18]

Os pedidos de informações também fornecem pistas sobre as zonas fechadas à atuação da CVI, como consta em resposta a uma correspondência: "com referência ao seu pedido de pedir informações na Cruz Vermelha Russa sobre o Sr. Bernardo Antoni, Roden, apenas podemos dizer, que na Rússia a Cruz Vermelha ainda está impedida de funcionar."[19]

Em ofício, cujo assunto era "Pesquisa de deslocados de Guerra – Caso Genovefa Pietrowiski", procurada por sua irmã, Alexandra Pietrowiski. Para dar andamento às buscas, solicitava a mediação da Central da CVB "junto ao *Comité International de la Croix-Rouge, Agence Centrale des Prisonniers de Guerre*, notícias sobre o paradeiro de Genovefa Pietrowiski, irmã de nossa solicitante". Informava em seguida os dados fornecidos pela irmã: Genovefa Pietrowiski era filha de Jan Pietrowiski e de Helena Pietrowiski, nascida em 16 de junho de 1922, em Malogoszoz, Polônia, onde residia no endereço Skorkow, Kieloe, Polônia.

> Por ocasião da última conflagração mundial, Genovefa foi levada para a Alemanha, em 1939, para os campos de trabalhos forçados, aldeia de Loche, em Hiede-Holstein. Desde então, nunca mais se comunicou com seus parentes que foram forçados a emigrar para diversos pontos, tendo alguns deles, e entre

[17] Ofício n. 18/954. Porto Alegre, 22/11/1954. José Barros, Chefe do Bureau de Correspondências Estrangeira da Cruz Vermelha Brasileira Filial Rio Grande do Sul a Exma. Sra. Chefe do Bureau de Correspondência Estrangeira do Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira, Rio. Pasta 1. ACV-RS/POA.
[18] Ofício. Rio de Janeiro, 19/07/1955. Gen. Dr. Benjamin Gonçalves, Secretário Geral [Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira], a José Barros, Chefe do Bureau de Correspondências Estrangeira da Cruz Vermelha Brasileira Filial Rio Grande do Sul. Pasta 1. ACV-RS/POA; Ofício. Porto Alegre, 28/07/1955. José Barros, Diretor da Secretaria da Cruz Vermelha Brasileira, Filial no Estado do Rio Grande do Sul a Dimiter Petrow, São Roque, São Paulo. Pasta 1. ACV-RS/POA.
[19] Ofício. Porto Alegre, 6/07/1947. Luiza Barnewitz Müller, Tesoureira [Cruz Vermelha/Filial Porto Alegre] a Rev. Pe. Franz Huemmler, Vigário Ibirubá – via Cruz Alta. Pasta 1. ACV-RS/POA.

> estes sua irmã Alexandra Pietrowiski, aportado ao Brasil. Segundo notícias recebidas por outros deslocados de guerra, Genovefa casou-se na Alemanha, em 1946, com um polonês também expatriado, colega de infortúnios. [20]

A Agência Central de Prisioneiros de Guerra efetuou as buscas, que foram infrutíferas.[21] Para além de encontrar ou não o familiar extraviado, essas trajetórias de vida evidenciam famílias desarticuladas em virtude da guerra, onde cada membro, quando não enviado para um campo de concentração, busca estratégias de sobrevivência, que incluem o deslocamento/migração para outros países. Por outro lado, evidencia uma rede de comunicação subterrânea mantida entre familiares, conhecidos, grupos de origem étnicas, redes estas acessadas por familiares e a própria CVI. Sobressai, ainda, o lado subjetivo dessas famílias, que mesmo passados mais de uma década da última notícia do familiar, persistem na busca, alimentando a esperança de reatar os fios familiares desfeitos.

3.2 Estamos passando fome

Como pano de fundo das *Notbrief* – carta de emergência –, estava o cenário de destruição do pós-guerra, somado à carestia e pobreza, agravada com a chegada dos deslocados de guerra e i/migrantes, a redução do território, precarizando as condições de moradia, abastecimento de energia e alimentação da população. A situação foi agravada entre 1946 e 1948, devido à crise de abastecimento na Alemanha, decorrente do "inverno da fome", que se estendeu de fins de 1946 e início de 1947.

O final da Segunda Guerra Mundial colocou novamente em pauta a problemática dos deslocamentos populacionais. A da realocação de populações tornadas, em muitos casos, apátridas, ou daqueles que mudaram (voluntária ou compulsoriamente) de nacionalidade por essas mudanças. Em 1945, cerca de dois terços dos alemães não estavam em suas casas, ou estavam tentando retornar a elas, em razão de evacuações, fugas e expulsões, e envio de soldados para prisões de guerra em outros países. O censo de outubro de 1946 indicava que, além dos residentes e evacuados, quase dez milhões de expulsos e refugiados alemães oriundos dos territórios do Leste, da Hungria, Iugoslávia,

---

[20] Ofício n. 144/BI. Porto Alegre, 1º/09/1955. José Barros, Diretor da Secretaria da Cruz Vermelha Filial Porto Alegre, ao Dr. Benjamin Gonsalves, Secretário Geral do Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira, Rio de Janeiro. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[21] Ofício CCP. 97240/sk. Genève, 13/04/1956. *Comité International de la Croix-Rouge, Agence Centrale des Prisonniers de Guerre* à Cruz Vermelha Brasileira, Rio de Janeiro [recebido por Aracy Ferreira, Diretora da Secretaria]. Pasta 1. ACV-RS/POA.

Tchecoslováquia e Romênia estavam vivendo nas quatro zonas de ocupação da Alemanha (SALLES, 2013; FROTSCHER, 2015).

A CVI desempenhava o papel de mediadora transnacional das cartas, inserida em uma complexa rede de investigação, produção e distribuição de informações, além de assistência. Já os remetentes das cartas justificavam "seu atrevimento", ora acionando o pertencimento étnico além-mar, ora a parentela, ora o grupo religioso.

Os autores das cartas manifestam uma situação de constrangimento e humilhação. Utilizam-se desse expediente para narrar a um outro – um estranho – a sua tragédia, na expectativa de serem ouvidos e atendidos. Um exemplo é a carta de Marta Geske, de Elsdorf, zona britânica, na Alemanha, de 1947:

> Permita-me fazer um grande pedido a você. Sou refugiada do Leste/oriental [Ostplüchtling] e perdi tudo, já fazem quase 3 anos que trabalho com meus filhos e ainda não tenho um formulário de inscrição[Bezugschein]. Sou viúva e tenho uma filha e um filho, cuja preocupação de mãe recai sobre mim. Eu dobro minhas mãos em desespero e dirijo minha oração a Deus. Portanto, hoje, na minha grande necessidade, apelo a você e à sua congregação/comunidade, para me confortar e me ajudar. Que o bom Deus o recompense por tudo, porque é muito difícil para nós, pobres refugiados do Oriente, implorar e suplicar, alguém que não tem lar [Heimat]. Deixo já meus melhores agradecimentos e que Deus retribua [a quem me ajudar].[22]

Além dos aspectos já apontados, os autores das cartas ressaltam o fato da perda de seus bens e sua *Heimat*, tanto no sentido de seu lar quanto de sua pátria, encontrando-se em um entrelugar, onde não desfruta de plena cidadania. Soma-se ainda a carestia e falta de recursos para sustentar a família. Um relatório enviado de um acampamento de deslocados de guerra na Dinamarca detalha a situação:

> Muitos se atiraram no mar dos navios bombardeados envoltos em chamas com este frio do mês de abril. Muitos outros andam de lugar em lugar estes dois últimos anos. As crianças vestem roupas muito pequenas para sua idade, sapatos completamente gastos. Muitas pessoas não mudam de roupas há quase ano e meio, tende de dormir com roupa que trazem durante o dia. Que será deles quando surgir o inverno! Muitos não têm, nem sequer, meias nos pés. A falta de linha e lã para cerzir é enorme. Uma criança e seu avô só tinham uma camisa e uma calça para ambos, de modo que o avô tinha que ficar de cama quando a criança ia à aula. As meninas andam com vestidos tão curtos e apertados, quase lhes tolhendo os movimentos. Roupa velha tão gasta que ninguém a usaria, ninguém a poderia usar; meias velhas rasgadas e roupas de malha que se podem desmanchar a fim de usar a lã para fazer coisas novas; nossa sapataria faz um par de sapatos novos; roupa branca velha mesmo rasgada, toalhas velhas, tudo, tudo será recebido com alegria e gratidão. Podemos aproveitar tudo se nos mandarem também linha para coser e botões

[22] Correspondência. Elsdorf, 15/8/1947. Marta Geske (Elsdorf 58, In Bremewörde. Bez. Stade Hanover – Zona da Inglaterra a Cruz Vermelha/ Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

> usados. (Grimme, acampamento Kloevermarkan, Kopenhague [Dinamarca]).[23]

O cenário pós-guerra mobilizou entidades de assistência internacional, empenhados em arrecadar mantimentos, vestuário e calçados, a serem encaminhados às populações carentes e deslocados de guerra. A presença de significativo número de alemães e descendentes em outros países, mobilizados pelo pertencimento étnico, redes afetivas e familiares, levou também à realização de campanhas de donativos e organização de redes, muitas vezes em parceria com a Cruz Vermelha Internacional, para remessa e distribuição dos donativos na Europa. Em 1946, nos Estados Unidos foi criada a CARE – *Cooperative for American Remittances to Europe,* enquanto no mesmo ano, no Rio Grande do Sul foi criada a campanha *SOS Europa Faminta*, com sede em Porto Alegre, articulada ao Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF (FERNANDES, 2005; 2013).

A logística para arrecadação de donativos no Rio Grande do Sul envolvia as instituições religiosas, bem como as redes familiares, afetivas e étnicas. As arrecadações eram encaminhas à Porto Alegre, de onde seguiam até o Porto de Rio Grande e, posteriormente, para Hamburgo, na Alemanha, de onde eram redistribuídos. Os navios com os carregamentos partiam a cada dois meses. Essa logística de arrecadação e redistribuição era mediada pela CVI, já no caso dos pacotes enviados a endereços particulares as despesas eram custeadas pelo remetente.

O transporte a longa distância e internacional seguia os protocolos para tal fim, para garantir a entrega dos pacotes sem avarias.

> Os pacotes devem ter o peso de 5 kg com invólucro branco (de pano) no qual deve escrever o endereço a tinta e bem legível, assim como o nome do remetente. Quanto ao que deve remeter será: de 1 a 2 kg de café, banha, açúcar, arroz, sabão, chá, chocolate, cereais, conservas enlatadas, féculas alimentícias, todas as espécies de alimentos, com exceção de: azeite, banha de coco, fumo e artigos de borracha. Devo dizer que cada um destes alimentos não deve exceder a 1 kg. Além disso poderá enviar também fazendas, roupas novas e usadas, calçados, couro etc. Peço o obséquio de remeter os pacotes a domicílio. A taxa é de Cr$ 50,00 por cada pacote de 5 kg. Ficará ao critério de V.S. remeter um ou mais pacotes ao mesmo endereço.[24]

Os pacotes poderiam ser encaminhados até a sede da entidade via correio, viação férrea ou entregues diretamente. Sobre os tecidos de algodão para envolver os pacotes,

---

[23] "Extraído de '*Es spricht die Dankbarkeit*'" (Fala a Gratidão). [1946-1947]. Pasta 1. ACV-RS/POA.
[24] Orientações. Porto Alegre, 26/06/1948. Luiza B. Müller, Tesoureira. Cruz Vermelha Brasileira Filial Rio Grande do Sul. Pasta 1. ACV-RS/POA.

pensava-se no seu reaproveitamento, para confeccionar "roupas interiores ou roupas brancas". Sobre o envio de banha, sugeria-se enlatar e soldar a lata, para evitar acidentes. Era ainda proibido empacotar produto inflamável como álcool, éter, fósforo etc., cartas, retratos, listas etc. Segundo os dados da instituição, dentre os produtos mais despachados, estavam: carnes em conserva, aveia, maizena, bacon Swift, *Corned-Beef*, linguiça em banha, presunto enlatado, café em grão, chocolate, chá preto, lentilhas, roupas de toda sorte, calçados, pulôveres, meias etc. Por exemplo, um carregamento da Cruz Vermelha Brasileira Rio-grandense Porto Alegre e do Comitê de Socorro à Europa Faminta, com 4.525 toneladas de víveres e roupas, seguiria no vapor "Cuiabá" até Hamburgo, na Alemanha, com partida em dezembro de 1946, "destinado a socorrer os Brasileiros – repatriados famintos – e suas famílias (cerca de dez mil pessoas)".[25]

Outro carregamento de "auxílios de guerra" da CVB-RS, a seguir no navio "*Kronpezessin Margareta*", na primeira quinzena de janeiro de 1947, do porto do Rio Grande direto à Europa, teve atraso na liberação da carga. Para agilizar a documentação nos "canais competentes no Rio de Janeiro", a direção da entidade solicitou a intervenção do Coronel Guilherme Gaelzer Neto.[26] Tratava-se de um carregamento de 1.825.000 kg de víveres e 1.175.000 kg roupas usadas, somando 3.000.000 kg. Em dois meses, as entidades assistenciais arrecadaram no Estado e enviaram 7.525 toneladas de víveres e roupas à Europa faminta, especialmente a Alemanha.[27]

Se, por um lado havia controle quanto ao envio de pacotes, por outro lado, controlava-se a entrega e recebimento dessas doações. Os ruídos de desvio de doações motivaram a escrita de um ofício à secretaria geral da Cruz Vermelha Alemã, em Berlim, no qual o Coronel Gaelzer Neto, como Delegado da CVB-RS, questionava:

> gostaria de lhe perguntar se é verdade que os "pacotes de amor" [Liebesgabenpakete] que enviamos para endereços individuais na Alemanha são violados em Berlim e entregues a outras pessoas carentes.

[25] Ofício. Processo n. 2627 do Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1946. Coronel Gaelzer Netto ao Ministério da Fazenda. Cruz Vermelha Brasileira Rio-grandense Porto Alegre e Comitê de Socorro à Europa Faminta – S.E.F. Colégio Anchieta Porto Alegre. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[26] Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959) foi membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), intendente municipal de São Leopoldo (1902-1916) e diretor do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial Brasil-Alemanha (1936-1959). Depois de abandonar a vida política, Gaelzer Netto instalou-se no Rio de Janeiro, onde ocupou diversos cargos junto ao governo federal e se dedicou às relações internacionais. Nessa condição, auxiliava a CVB-RS (FERNNADES, 2015).

[27] Ofício. Porto Alegre, 17/12/1946. Odila Gay da Fonseca, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira Filial no Rio Grande do Sul ao Coronel Gaelzer Netto, Rio de Janeiro. Pasta 1. ACV-RS/POA; Ofício – Lista em anexo, assinada por Luiza Barnewitz Müller, Tesoureira. Porto Alegre, 17/12/1946. Odila Gay da Fonseca, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira Filial no Rio Grande do Sul ao Coronel Gaelzer Netto, Rio de Janeiro. Pasta 1. ACV-RS/POA.

> Espero que os direitos de nossa Cruz Vermelha Brasileira (Cruz Vermelha Brasileira F. R. G. S.) não sejam violados na Europa, de modo que nossa grande ação para o público em geral, das crianças e idosos dos diferentes países europeus, que acabamos de iniciar no Sul do Brasil, não seja prejudicada pela desconfiança.[28]

Portanto, mobilizar uma população no exterior em prol de uma causa humanitária, muitos movidos pela pertença étnica, pressupunha um pacto de confiança mútua, mediada pela CVB-RS, da seriedade envolvida na arrecadação e distribuição dos donativos. A ingerência externa, possivelmente denunciada por familiares cujos pacotes não chegaram ao seu destino, poderia desmobilizar toda atividade de assistência e comprometer a sobrevivência de milhares de famílias.

3.3 Com gratidão

Os beneficiados com as doações, em algumas situações, enviavam uma carta de agradecimento à Cruz Vermelha. Tais missivas, como já apontado, para além de agradecer os donativos, reiteravam a necessidade de novas doações, justificando tal necessidade expondo sua condição de vida naquele momento. Entre os documentos da Cruz Vermelha, Filial Porto Alegre, consta um intitulado "Extraído de '*Es spricht die Dankbarkeit*'" (Fala a Gratidão), que compila fragmentos de cartas cujo teor são as falas de gratidão. A Irmã Theodosia, de Paderborn – localizada na região administrativa de Detmold, no estado de Renânia do Norte-Vestfália – agradecia o recebimento de

> linha para nossa sala de costura. A nossa admiração e surpresa não tinham fim, sempre de novo admiramos os belos e grandes carreteis. Todos estão contentíssimos e cheios de gratidão porque podemos costurar para eles. São todas famílias que perderam seu lar pelas bombas aéreas. E, além disso, os inúmeros fugitivos do oriente, que pedem roupas usadas.[29]

Outros dois fragmentos de cartas se referiam às remessas chegadas em fevereiro e março de 1947 à Alemanha, na zona de ocupação Britânica, remetidas por familiar residente em Porto Alegre.

> No dia 17 de fevereiro eu peguei os 3 maravilhosos pacotes que você mandou para mim e para nossa mãe, em Goettingen, junto a Cáritas. Tenho certeza de que você não pode imaginar a alegria da [nossa] mãe e minha alegria por todas as coisas bonitas. Tudo chegou sem danos e em boas condições. A maioria das coisas que só sabemos [lembramos ainda] pelo nome, tais como café, chá e cacau; primeiro dei uma olhada nos maravilhosos cigarros; eles são um verdadeiro deleite em comparação com os nossos; e há muito poucos deles

[28] Ofício n. 150. Porto Alegre, 21/02/1947. Coronel Gaelzer Netto, Delegado da Cruz Vermelha Filial no Rio Grande do Sul ao Deutsche Rotes Kreuz, Generalsekrariat, Berlin W 10, Germany. Pasta 1. ACV-RS/POA.
[29] "Extraído de '*Es spricht die Dankbarkeit*'" (Fala a Gratidão) [1946-1947]. Pasta 1. ACV-RS/POA.

> aqui. A mãe faz um pouco de café, chá ou cacau todos os dias, e então ela sempre fala com muito carinho de seus filhos distantes.[30]

A carta, trocada entre familiares, afastados pela e/imigração, indica para o momento em que aqueles que optaram por permanecer na Alemanha recorrem aos seus familiares no além-mar, no caso, Porto Alegre, em busca de auxílio para sobreviver. A escassez de produtos básicos é mencionada indiretamente. Embora as regras para remeter os pacotes de mantimentos fossem rígidas, as famílias enviavam alguns "agrados", como cigarros, "um verdadeiro deleite", comparados aos disponíveis nas zonas de deslocados. Outro familiar beneficiado escreveu:

> Há alguns dias, a Cáritas nos enviou seus 3 pacotes. Chegaram sem danos e com conteúdo completo. E quão amorosa e atenciosamente você colocou tudo [nos pacotes]. Você me deu uma alegria com isso, neste tempo tão sem alegria. Que coisas maravilhosas, como elas nos animam. O avô e nossa pequena Maria apreciaram os figos; o resto de nós só colhemos amostras, e eu faço cacau para o avô e a Maria quase todas as noites, o que é um prazer indescritível depois de um tempo tão longo de privação. O café, o chá e o açúcar não são mais iguarias conhecidas de toda a família, - mas apenas o sabão para lavanderia e toalete, esses artigos quase perdemos completamente, especialmente nesta excelente qualidade, – lã de algodão, tecido para ataduras, etc., precisávamos tanto de tudo, a lã de algodão estava completamente ausente. A linha de costura o veio mesmo a tempo, você deve saber que estas coisas estão muito raras ou mesmo inexistentes. Também roupas e calçados não estão à venda. [31]

Sobressai a demanda por linha de costura e tecidos de algodão, bem como calçados. Outros imigrantes residentes no Estado solicitavam informações sobre o envio de pacotes aos seus familiares remanescentes. Por exemplo, Carlos Neuhoff, residente em Santa Maria, explicava que tinha "uma filha, de nome Maria Bick, atualmente residindo em Hohensolms, Kreis-Wetzlar – Rheinland – Alemanha, zona ocupada pelos Americanos e desejava mandar para a mesma os seguintes: mel de abelhas enlatado, banha de porco e frutas secas, de cada produto um quilo, tudo muito bem acondicionado e sem perigo de derrame, o que vai mais como remédio".[32] Em resposta, era informado que o pacote deveria estar na entidade até 25 de maio de 1947, para ser incluído na próxima remessa.[33]

---

[30] "Extraído de '*Es spricht die Dankbarkeit*'" (Fala a Gratidão). Trechos de cartas recebidas por J. Merten, Rua Azenha 1395, Porto Alegre, de seu irmão de Goettingen, Alemanha, datada de 10/03/1947 – Zona de ocupação Britânica. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[31] "Extraído de '*Es spricht die Dankbarkeit*'" (Fala a Gratidão). Trechos de cartas recebidas por J. Merten, Rua Azenha 1395, Porto Alegre, de um familiar de Braunschweig, Alemanha, datada de 25/03/1947 – Zona de ocupação Britânica. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[32] Correspondência. Estação Boca do Monte, Distrito de Santa Maria 5/05/1947. Carlos Neuhoff a Cruz Vermelha/ Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[33] Correspondência. Porto Alegre, 15/05/1947. Luiza Barnewitz Mueller (tesoureira), Cruz Vermelha Filial Porto Alegre, a Carlos Neuhoff. Estação Boca do Monte, Distrito de Santa Maria. Pasta 1. ACV-RS/POA.

O Padre Franz Hümmler, vigário em Ibirubá, leu nos jornais de Porto Alegre sobre a ajuda enviada à Europa, e seu interesse em contribuir, pois "tenho na Westfalia umas sobrinhas, que me pediram roupa. Com muito gosto mandaria, disposto pagar o que custar", escolhendo a entidade para mediar o envio. Evidencia seu contato com esses familiares distantes, primeiro ao enunciar o pedido, que partiu das sobrinhas, e posteriormente, ao detalhar "pedi as medidas etc. da roupa, e espero, que seja possível mandar algo". Por fim, descrevia rapidamente a situação da família em questão: "o pai destas sobrinhas ou está morto ou preso na Rússia, a mãe morrei tuberculosa. Até agora todas as tentativas de receber notícias do meu cunhado foram de valde. Talvez podia-se experimentar, daqui pedir informações na Cruz Vermelha Russa: trata-se de Bernardo Antoni, natural de Roden, bei Grüne, Iserlohn/Westfalia, Alemanha".[34]

Dentre as cartas, há uma narrativa de um fato mais inusitado: a carta de J. Baruch à sua benfeitora, Sioma Breitman, de 6 de setembro de 1946, remetida desde Amsterdam, Holanda, redigida em língua portuguesa.[35] Na leitura da carta, há indícios que vão remontando a trajetória de vida de J. Baruch. No início da carta, há indícios de se tratar de judeus: "da comissão judaica para Amsterdam eu recebi esta semana um pequeno casado contendo seu endereço e eu suponho que a Sra. mandou este casaco à Europa para ser entregue a um judeu. Deixe-me primeiro agradecer o auxílio que deu mandando isto para a Europa". Em seguida, o remetente confia à sua leitora sua história na condição de judeu em Amsterdam.

> Eu não fui deportado durante a guerra, bem que toda minha família fosse. Eu fui escondido com amigos cristãos e tomei parte no movimento subterrâneo na Holanda e, mais tarde em 1944 na França. Depois da guerra eu recomecei meus estudos. Eu estudava medicina, espero terminar em três meses o meu curso de medicina. Infelizmente, como outros judeus, perdi tudo quanto eu possuía antes da guerra: mobília, roupa, livros, instrumentos etc. Sem dúvida a Sra. leu a respeito da situação na Europa. Deixe-me dizer-lhe que aqui na Holanda há agora 25.000 judeus, antes da guerra 140.000. O governo holandês sempre foi correto e amigo dos judeus, e o é agora de novo, mas a propaganda de Hitler deixou seus vestígios e agora há antissemitismo, desconhecido na Holanda antes da guerra.
>
> Amsterdam agora não tem mais sua grande população judaica, nós todos perdemos nossos amigos e parte de nossa família ou toda ela. É muito difícil começar a vida de novo, especialmente quando não se tem dinheiro. Eu tenho agora 28 anos e breve serei médico e então há novas dificuldades para começar a clinicar sem dinheiro ou material.

[34] Ofício. Ibirubá – via Cruz Alta, 25/06/1947. Rev. Pe. Franz Huemmler, Vigário à Diretoria Cruz Vermelha Filial Porto Alegre. Pasta 1. ACV-RS/POA.

[35] Correspondência. Amsterdam, Holanda 6/9/1946. J. Baruch (Joh. Verhulsroad 40, Amsterdam 7, Holanda) a Sioma Breitman via Cruz Vermelha/ Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 1. ACV-RS/POA.

> Muitas vezes eu pensei em deixar a Holanda e ir para um outro país. Palestina está agora fechada e é difícil obter a licença para exercer a profissão de médico em outros países.
> Porém em primeiro lugar vou terminar meus estudos e iniciar minha carreira como médico. Talvez haja lá [Brasil] alguns médicos judeus que possuem livros em inglês, francês, ou alemão ou instrumentos que podem dispensar. Eu ficaria muito agradecido se recebesse livros, instrumentos ou outras coisas que podiam ser de utilidade para mim para começar minha carreira.
> A situação geral na Holanda está melhorando. A situação alimentícia não é boa; não há café, cacau, açúcar, carne, chocolate, doces, porém, pão e batatas se encontram, de maneira que não se passa fome. Há muito poucos charutos e cigarros e é singular que durante e depois da guerra todos queiram fumar. Roupas estão ruins, assim como sapatos, e muito caras e raras. Se houver outra vez possibilidade de mandar alguma coisa por um comitê judaico lhe ficaremos muito agradecidos.
> Minha mãe esteve em *Theresienstadt* e outro campo de concentração durante dois anos e cinco meses. Eu arranjei documentos falsos para ela, de modo que ela não foi mandada para a Polônia.
> Eu termino agradecendo de novo e terei prazer receber outras notícias suas.

Esta carta foi o gatilho para a reflexão aqui proposta. Ela é ao mesmo tempo uma carta-pedido, uma carta de gratidão e uma narrativa de si e do contexto trágico da Guerra e do pós-guerra. Por meio dela, podemos "espiar" aquele cotidiano do pós-guerra, os valores, anseios e expectativas dos sujeitos comuns. Ela também é uma narrativa das experiências singulares vividas durante a Guerra. Da mesma forma, a carta nos informa sobre a circulação transnacional dessas narrativas, aqui mediada pela Cruz Vermelha, mas que colocou em relação direta um doador e um receptor não só de bens materiais, mas também de informações.

4 Considerações finais

Portanto, ao analisar quem são os remetentes e as narrativas de suas trajetórias de vida, ou seja, texto e contexto, nos deparamos com pessoas que recorreram à Cruz Vermelha, muitas vezes, como último recurso, como estratégia de sobrevivência possível diante do contexto. Narrativas que denotam sentimentos, de carestia, de humilhação ou de constrangimento diante da nova situação de dependência.

As cartas direcionadas para América também falam dos processos migratórios anteriores às Guerras, na medida em que muitos dos apelos são feitos aos parentes que migraram. É um apelo indireto aos que "se deram bem" e foram poupados da guerra. Acionam-se as redes de contatos prováveis, que possam servir como pontes para reorganização da vida.

Ao refletir sobre essas cartas escritas no contexto traumático do pós-guerra, estamos tratando de temas sensíveis, que podem ser descritos como eventos, muitas vezes, traumáticos do passado recente – guerras, ditaduras, preconceitos, feminicídio etc.

–, ou seja, "[...] histórias sensíveis que envolvem a violação de direitos humanos e permanecem latentes na atualidade por sua carga singular, política e ideológica" (ANDRADE; GIL; BALESTRA, 2018, p. 7).

Vera Carnovale pondera que "a dor do outro não nos é alheia. [...] procura-se fazer algo com ela, mesmo que não seja mais do que pensá-la, contá-la para os outros...". Para ela, "o desafio é fazer algo com essa dor, [...] dar sentido a ela, restituir sua dimensão coletiva, descontextualizando-a, reintegrando-a à história em que a experiência dolorosa teve lugar (ANDRADE; GIL; BALESTRA, 2018. p. 191, 192). Parafraseando a declaração de Vera Carnovale, aplicada às cartas,

> isso que ocorreu com [J. Baruch, Marta Geske, Genovefa Pietrowiski] [...] mas na realidade ocorreu a muitos, e tem uma trama histórica que envolve muito mais. Então a questão não é esses [sujeitos] e sua dor, senão a história dessa experiência, suas condições e possibilidades. A história desestigmatiza porque a vida de cada um é única, singular, irrepetível, forma parte do que definitivamente é a história de uma experiência coletiva (ANDRADE; GIL; BALESTRA, 2018, p. 192).

Enfim, essas experiências coletivas ou individuais acionam a identidade étnico-nacional, a identidade religiosa; o imaginário dos remetentes sobre o Rio Grande do Sul S e seus habitantes, ao mesmo tempo em que buscam retomar laços com familiares distantes e/ou estabelecer novos laços com base, muitas vezes, em valores compartilhados. Nesse processo, as pessoas comuns que escrevem adotam diferentes estratégias para conquistar seu leitor. Enfim, "veneráveis são as cartas, infinitamente audaciosas, desamparadas e perdidas".

Referências

Arquivo da Cruz Vermelha Brasileira, filial Rio Grande do Sul/Porto Alegre - ACV-RS/POA.

ALHEIT, Peter. Migração e biografia: aspectos históricos de um relacionamento emocionante. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 165-178, 2019.

ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 155-184 – 2003.

BLAS, Verónica Sierra. "Puentes de papel": apuntes sobre las escrituras de la emigración. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 121-147, jul./dez. 2004.

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. **Locus**, Revista de História. Juiz de Fora, Ed.UFJF, vol. 14, n. 2 jul-dez., p.13-39, 2008.

Cruz Vermelha Brasileira. Disponível em: http://www.cruzvermelha.org.br/pb/institucional/historia-da-cvb/. Acesso em: 2 out. 2020.

Cruz Vermelha no Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.cruzvermelhasm.org.br/cv/?page_id=671/. Acesso em: 2 out. 2020.

CUNHA, J. L. Escrever histórias para convencer os outros: memórias, diários e cartas de imigrantes. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 3, n. 7, p. 235-256, 26 abr. 2018.

EICHOLZ, José. Elites locais e caridade: alguns apontamentos sobre as práticas caritativas na cidade de Pelotas – RS (1880-1920). Encontro Estadual de História ANPUHRS, 14, 2018, Porto Alegre, PUCRS. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531142769_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2018.pdf.

FERNANDES, Evandro. Organização e articulação do Comitê de Socorro à Europa Faminta — SEF (1946- 1949). **História Unisinos**, v. 17, n. 2, p. 97-111, 2013.

FERNANDES, Evandro. **S.O.S. Europa faminta**: Comitê de Socorro à Europa Faminta — SEF. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Evandro. **Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959):** o Kaiser dos trópicos. Tese (Doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. _____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

FROTSCHER, Méri. "A miséria me obriga a escrever ao senhor": a escrita de si em cartas de alemães ao prefeito de Blumenau-SC (1946-1948). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 137-176. maio/ago. 2015.

FROTSCHER, Méri. "Uma cinzenta falta de esperança paira sobre todos nós": uma análise de cartas de mulheres e homens com intenção de emigrar da Alemanha para o Brasil (1946-1950). **Revista História.** (São Paulo), n.177, a07317, 2018.

FROTSCHER, Méri. "Vou tentar ajudar minha família escrevendo essa carta": jogos de gênero em cartas enviadas da Alemanha para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 111-135, jan./abr. 2019.

GIL, Carmem Zeli de Vargas, ANDRADE, Juliana Alves de e BALESTRA, Juliana Pirola. Entrevista – Vera Carnovale: A dor do outro como tema nas aulas de história. **Revista História Hoje**, vol. 7, nº 13, p. 179-203, 2018.

GINZBURG. Carlo**. Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 195-221.

MATOS, Maria Izilda S.; TRUZZI, Oswaldo M. S. Presença na ausência: cartas na imigração e cartas de chamada. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 338-47, set./dez., 2015.

PERROT, Michele. Introdução. In.: **História da Vida Privada** - da Revolução Francesa à Primeira Guerra. *Vol. 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair da Cruz; PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013.

TEMÁTICAS PREDOMINANTES EM UM CONJUNTO DE CARTAS DE UMA FAMÍLIA DE DESCENDENTES POMERANOS

Matheus Lucas Esteves [1]

Vania Grim Thies [2]

1 Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar um conjunto de cartas recebidas por um grupo familiar de descendência pomerana residente em Morro Redondo,[3] na época 8º distrito de Pelotas, Rio Grande do Sul, por outros familiares residentes no município de Santa Helena,[4] no Paraná, entre o período de 1960 e 1979. Tais cartas começaram a ser recebidas quando parte dos integrantes da família que moravam no município de Morro Redondo deslocaram-se para o município de Santa Helena para morar, sendo o único meio de comunicação com os familiares que permaneceram no Rio Grande do Sul, o envio e recebimento de cartas. Neste trabalho busca-se discutir as temáticas predominantes em onze cartas que fazem parte desse conjunto, com o intuito de identificar quais temas aparecem com mais regularidade e se tal frequência pode ser relacionada direta ou indiretamente com a realidade cultural que viveram esses familiares. O conjunto de cartas faz parte de um dos acervos do centro de memória e pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares (Hisales),[5] da Faculdade de Educação (FaE), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Tal conjunto conta com um total de oito cartas escritas em língua alemã e três cartas escritas em língua

[1] Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: matheus2007.esteves@gmail.com.

[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPEL). E-mail: vaniagrim@gmail.com.

[3] Morro Redondo pertencia ao município de Pelotas. Foi criado em 12 de maio de 1988, sob a lei nº 8.633, tendo a sua emancipação decretada em 1989. Está localizado na região Sul do Rio Grande do Sul, distante 285 km da capital do Estado e a 42 km do município polo da região, que é Pelotas.

[4] O Município de Santa Helena teve origem em um projeto da colonizadora Madalosso, de Erechim - RS, às margens do rio Paraná. Criado através da Lei Estadual nº 5.497, de 03 de fevereiro de 1967, e instalado em 29 de dezembro de 1968, foi desmembrado de Medianeira e Marechal Cândido Rondon.

[5] O Hisales - História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares – é um centro de memória e pesquisa, constituído como órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que contempla ações de ensino, pesquisa e extensão. Sua política principal é fazer a guarda e a preservação da memória e da história da escola e realizar pesquisas. Trata-se de um arquivo especializado nas temáticas da alfabetização, leitura, escrita e dos livros escolares, constituído de diferentes acervos. O Hisales é, também, um grupo de pesquisa cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq desde 2006. O Hisales está localizado no Campus II – UFPel, Rua Almirante Barroso, 1202 - Sala 101 H, CEP 96.010-280 - Pelotas/RS. Mais informações sobre os acervos, ações de ensino, pesquisa e extensão, podem ser conferidas via internet, no site (www.ufpel.edu.br/fae/hisales/), nas rede sociais (Facebook e Instagram: @hisales.ufpel) e por e-mail (grupohisales@gmail.com).

portuguesa. A doação dos materiais foi realizada pela família receptora das cartas, no entanto, neste momento, ainda não foi possível localizar as cartas enviadas. No Hisales, além dessas cartas, há outros materiais escolares[6] e não escolares utilizados pela família que faz a doação. Além disso, há outros arquivos pessoais que estão sob a guarda da família.

Em relação às cartas, conforme afirmam Horta, Dias e Cordeiro (2018), o processo de utilização desses documentos como fontes de informação remonta a meados do século XIX, quando profissionais como historiadores, sociólogos e antropólogos passam a que tratam a correspondência como documento, fonte de informação repleta de informações culturais, políticas e sociais.

Considera-se importante o trabalho com as cartas, pois estas são uma importante fonte documental no campo de estudo da história da educação e da cultura escrita, apresentando diferentes perspectivas e pontos de vista de indivíduos que viveram em realidades passadas, contrastando com circunstâncias sociais e políticas em um contexto histórico. A partir das escritas pessoais, como as cartas e os diários, é possível compreender pela concepção de pessoas comuns (CASTILLO GOMEZ, 2003) como as ideologias e realidades eram diferentes das que temos atualmente. Trata-se de perspectivas e fatos muitas vezes inexplorados para fins de pesquisa e que, quando percebidos e valorizados, tornam possível identificar um processo de evolução do sistema ao longo do tempo.

Castillo Gomez (2003) denomina as pessoas comuns do seguinte modo:

> Gente común, como también tiende a decirse para incluir a los individuos de la clase media, poco o escasamente alfabetizados. En consecuencia se trata de personas que no son profesionaes del escribir en ninguna de las posibilidades que ello pueda adoptar: la oficial administrativa, la científico-académica o la propiamente literaria; sino de gentes que se aproximan al mundo de lo escrito por otras razones estrictamente personales (CASTILLO GOMEZ, 2003 p. 228).

Tal conceito pode ser problematizado para denominar os autores das cartas: eram agricultores com pouca escolarização, sem completar o ensino primário, usando a escrita para as questões do cotidiano, à exemplo das cartas, e para outros registros domésticos. As cartas são arquivos pessoais que, na maioria das vezes guardadas juntamente com

[6] Dois cadernos de alfabetização dos anos de 1937 e 1938 (século XX), uma cartilha em língua alemã e um caderno de contas utilizado fora do contexto escolar.

outros materiais, possuem valor único e são uma fonte de pesquisa de extrema importância, conforme afirma Baumann (2011):

> Os arquivos pessoais e de família representam uma fonte de pesquisa única capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo. Os avanços de estudos teóricos e metodológicos da arquivologia sobre os arquivos pessoais transformaram esses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores, que a cada dia se debruçam sobre o estudo de documentos de personalidades do mundo da cultura, da filosofia e das artes (BAUMANN, 2011, p. 24).

É importante afirmar que as práticas epistolares estão relacionadas com as cartas, mas não significam necessariamente a mesma coisa. As práticas epistolares são caracterizadas por apresentar em sua escrita o gênero epistolar. Sobre o diálogo que se apresenta nas cartas, que pode ser identificado como epistolar, Tin afirma:

> A carta mantém certa semelhança com o diálogo, ao pressupor um interlocutor presente em ausência, que é o destinatário, além de guardar, por vezes, traços do diálogo, como a coloquialidade e a informalidade. Essa proximidade com o diálogo parece estar na raiz do gênero epistolar, e desde os mais remotos tempos a carta é definida como uma "conversa escrita" (TIN, 2005, p. 9).

As cartas que serão investigadas apresentam questões que ponderam bastante a respeito da cultura dos descendentes pomeranos, refletindo em alguns recortes como era a sua vivência, desde seus antepassados até a época em que as cartas foram escritas. As cartas apresentam como essa comunicação entre os familiares se estabelecia, como era a vida, os costumes e como essa cultura vinha sobrevivendo no seu contexto familiar. É possível inferir que as questões agrícolas e o cultivo de terra são pontos fortes que se configuravam como um dos propósitos desses povos, pois tal temática aparece na maioria das cartas do conjunto.

Para contextualizar os descendentes pomeranos[7] e a vivência nas comunidades, é importante compreender quem são eles. Os pomeranos são imigrantes de descendência alemã oriundos da região chamada Pomerânia. São considerados um grupo étnico com características próprias e peculiares, mantendo língua e costumes diferenciados de outros grupos étnicos alemães (WEIDUSCHADT, TAMBARA, 2014). Outro fator importante de ser considerado é sobre os desafios que eles enfrentaram após a saída de seu país de origem, e as adversidades relacionadas à língua com que se depararam ao longo da sua vivência. Os pomeranos se estabeleceram no Brasil a partir da segunda metade do século

[7] É importante enfatizar que os indivíduos que receberam as cartas, que são destacados nesse trabalho, não são considerados pomeranos em sua totalidade, mas sim descendentes dos primeiros pomeranos que chegaram ao Brasil no século XIX.

XIX, nos estados de Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina. Durante a primeira metade do século XX, mais precisamente a partir do ano de 1938, foi implantada no Brasil uma Campanha da Nacionalização no governo de Getúlio Vargas, que impedia que outras línguas fossem faladas em público sem ser o Português. Foi então que começou um intenso movimento de repressão em relação à cultura e a língua desses indivíduos, que tiveram que se adaptar nos diferentes espaços para que não sofressem consequências.

Sobre o uso da língua portuguesa pelos descendentes pomeranos após a implantação da Campanha da Nacionalização, Bahia (2001) afirma:

> O uso crescente da língua portuguesa se deu de fato no momento da Campanha de Nacionalização, implementada pelo governo de Getúlio Vargas entre 1938 e 1945. Nesse período, houve repressão à publicação e ao ensino da língua alemã, proibição de falar outra língua em público, fechamento de instituições e associações comunitárias e culturais, perseguição aos membros das igrejas luteranas e destruição de propriedades. Muitos pastores foram presos e proibidos de atuarem em suas atividades religiosas. De acordo com o depoimento de alguns pastores, muitos passaram a se dedicar às atividades agrícolas como forma de não serem perseguidos e de manterem a sua sobrevivência e de suas famílias (BAHIA, 2001).

Com isso, uma série de mudanças ocorreu no modo de vida dessas comunidades desde então, pois sua língua acabou se tornando restrita apenas ao ambiente familiar e a locais de convívio com outros descendentes. A língua portuguesa foi crescendo cada vez mais e se tornando parte da vivência dos pomeranos, que em muitos casos acabaram por abandonar quase que por completo sua língua de origem, seus hábitos e sua cultura, para garantir, num primeiro momento, a sua própria sobrevivência.

2 Cultura escrita e sua relação com as cartas

O tópico em destaque neste trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida no mestrado em Educação (PPGE/UFPEL), ainda em fase inicial, que tem como objetivo compreender qual o sentido da cultura escrita nessa comunidade familiar que recebeu as cartas, e que tipo de relações eles estabeleciam com a escrita, na posição de indivíduos pertencentes predominantemente a uma cultura oral. Segundo Graff (1994), a inserção da escrita em culturas nativas orais tende a causar profundas transformações sociais, religiosas, ideológicas, políticas, econômicas e culturais. Muitos estudiosos defendem a premissa de que a cultura escrita teria substituído totalmente a cultura oral, assim como defendem que a cultura escrita se configura como algo sempre positivo, e atribuem à cultura oral apenas pontos negativos e inferiores. Indo contra essas concepções, Street

(1995) não considera a escrita como um divisor de águas entre dois tipos completamente diferentes de culturas: para ele, o oral e o escrito coexistem incessantemente, havendo um trânsito contínuo entre esses dois modos de expressão.

O conceito de cultura escrita de Galvão (2010) será usado para o embasamento e elaboração da escrita. Segundo a autora:

> Cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade. Essa definição baseia-se na acepção antropológica de cultura, considerada como toda e qualquer produção material e simbólica, criada a partir do contato dos seres humanos com a natureza, com os outros seres humanos e com os próprios artefatos, criados a partir dessas relações (GALVÃO, 2010).

Considera-se importante a identificação dos reflexos da cultura escrita em um grupo social que é marcado por forte presença da oralidade, como é o caso da população de descendência pomerana. Partindo do pressuposto de que a pesquisa com fontes documentais é capaz de configurar toda ou parte da realidade de um grupo social e espaço temporal, pretende-se, por meio da análise e leitura do conteúdo dessas cartas, mapear a história e trajetória de vida desses indivíduos dentro do seu ciclo social, assim como compreender que tipo de relação eles estabeleciam com a leitura, a escrita e o mundo letrado. Para isso, é necessário tentar compreender todo o contexto social da época em que esse material foi concebido, levando em conta diversos elementos que sejam capazes de estruturar e construir a percepção da realidade em que esses indivíduos e essa população estavam inseridos.

Em complemento ao conceito de cultura escrita, é importante também apresentar neste trabalho o conceito de escritas ordinárias, tendo em vista que nos últimos anos tem crescido as buscas e a visibilidade para o potencial desse tipo de registro. Conforme afirma Fabre (1993), as escritas ordinárias, ou sem qualidades, são aquelas realizadas pelas pessoas comuns e que se opõem aos escritos prestigiados, elaborados com vontade específica de ‘fazer uma obra’ para ser impressa.

Na mesma linha, Cunha define as escritas ordinárias como uma importante fonte documental:

> [...] uma vez que o ato de valorizar as ações da experiência privada, a partir da junção de fragmentos e do recolhimento de vestígios e indícios, tem sido um instigante desafio para o historiador, e esta prática criou condições para que o ínfimo, o esquecível, o indiferente detalhe fosse, enfim, redescoberto, visitado, legitimado como fonte e acontecimento na pesquisa histórica (CUNHA, 2007).

As escritas ordinárias ou escritas pessoais (VIÑAO, 2000) não são encontradas somente nas cartas, mas também nos diários íntimos, nos cadernos escolares, em cadernos de poesia, entre outros. Todos esses materiais são capazes de apresentar um determinado tipo de cultura escrita, simbolizando o seu valor e significado para aqueles que os detêm.

Em relação ao conjunto de cartas utilizado neste trabalho, é válido afirmar que tal conjunto conta somente com as cartas que foram recebidas pelos integrantes familiares que residiam em Morro Redondo/RS na época. As cartas enviadas não constam no conjunto, portanto não é possível afirmar se essas cartas recebidas foram, de fato, respondidas. Analisando o tempo entre o recebimento das cartas, que é bastante longo, é possível supôr que algumas das cartas recebidas podem ter se perdido ao longo do tempo durante sua conservação entre os familiares.

Realizamos uma análise no conteúdo das cartas, além da tradução de algumas delas pelo fato de estarem escritas na língua alemã.

2.1 Materialidade e características das cartas

Este conjunto de cartas que compõe o acervo do Hisales pode ser encontrado tanto em documento físico como também digitalizado. A digitalização atualmente caracteriza um dos meios mais eficientes para a salvaguarda de documentos escritos do gênero memorialístico,[8] pois estes, dependendo de seu material e período de existência, muitas vezes apresentam condições precárias.

No caso das cartas, é muito comum que os indivíduos portadores desses documentos os mantenham por décadas guardados em caixas ou baús, muitas vezes em lugares com extrema umidade ou condições que comprometem a composição do material em que elas foram escritas. Assim, Santos e Silveira (2015) ressaltam a importância do processo de digitalização para esse tipo de documento:

> Muitos materiais especiais encontram-se fragilizados, impossibilitados de serem consultados manualmente, resultando em um movimento de ampla digitalização de seus suportes, a fim de disponibilizar o acesso a este conhecimento registrado. Desse modo, o acesso à informação existente no material histórico seria permitido quantas vezes fossem necessárias, sem danificar o suporte original (SANTOS; SILVEIRA, 2015, p. 2).

Assim, quando esse material chega até um centro de memória, seja por doação ou não, ele necessita de imediato de uma intervenção que garanta a manutenção desses dados

[8] Segundo Costa (2017), o gênero memorialístico insere-se no estatuto de textos referenciais que relatam a trajetória de uma vida, são documentos que "servem", inicialmente, à história.

e informações por muitos anos, o que recai em sua conservação física. A digitalização então se consagra como uma das primeiras intervenções para garantir de que esses documentos estarão bem acondicionados. Contudo, para que esse processo seja possível, é necessário também obter a autorização dos indivíduos que detêm a autoridade desse material (emissor/receptor), caso eles estejam vivos.

Partindo para as características do material analisado, as cartas aqui destacadas foram escritas nas línguas portuguesa e alemã, como já mencionado. O uso da língua alemã se deve ao fato de que antes mesmo da imigração para outros países a língua pomerana já era pouco usada na Alemanha. Segundo Schaeffer e Meireles:

> O Pomerano passou a ser considerado como uma língua moribunda na Europa após a II Guerra Mundial e, aos poucos, foi deixada de lado pelos nativos já que era uma língua sem prestígio social e o alemão, a língua prestigiada. Por isso, muitas famílias deixaram de falar o pomerano e de ensinar aos seus filhos, fato que contribuiu para a extinção do pomerano na Europa (SCHAEFFER; MEIRELES, 2011, p. 2).

No Brasil a língua pomerana sobrevive até os dias de hoje, porém vale ressaltar que ainda hoje a comunidade pomerana, por não ter a sua língua configurada no sistema de escrita, é marcada fortemente pela oralidade. Pretende-se também analisar as estruturas e materialidade das cartas, considerando que tais tópicos podem apresentar muito da realidade de um grupo social ou indivíduo, assim como também de uma determinada época e cultura.

Nas cartas escritas em alemão é perceptível, em alguns recortes do texto, a presença de palavras escritas em português. Foi uma maneira de comunicação estabelecida que, de certa forma, era compreendida dentro do meio social que viviam os remetentes e destinatários desse material. A língua portuguesa nessas comunidades, e consequentemente nas famílias, também era pouco falada, pelo menos na primeira metade do século XX. Ainda hoje, em comunidades específicas, nota-se pouco a presença do português na comunicação oral desses povos. Bahia (2001) afirma que a língua portuguesa, nesse contexto, é usada nas situações formais como nas questões de cidadania, no ensino escolar, nas instituições locais como prefeitura, fórum, casas comerciais e bancos, e também, com relativa frequência, no atual ensino confirmatório, para demarcar a diferença entre pomerano e brasileiro.

Para melhor aprofundamento dos temas presentes no material, foi necessário realizar a tradução das cartas[9] escritas em alemão com o intuito de compreender os diálogos estabelecidos. Ao obter o primeiro contato com o conjunto de cartas que será utilizado para este estudo, foi possível perceber que seria necessário dispor esses dados em quadros para poder ter uma visão ampla do conjunto em si, assim como do conteúdo presente nesses documentos. Para que isso se tornasse mais evidente, foram construídos dois quadros: o primeiro referente ao conjunto de cartas, delimitando as cartas que foram escritas em português e as cartas que foram escritas em alemão, e o segundo quadro referente aos assuntos que eram abordados no conteúdo dessas cartas.

O intuito de analisar e categorizar os assuntos presentes nesses documentos é estabelecer uma maior compreensão sobre a relação entre os integrantes dessa família, o ambiente em que viviam e também o em que passaram a viver. No Quadro 01, a seguir, temos uma visão do número de cartas escritas junto com suas respectivas datas e torna-se possível fazer um levantamento a respeito das línguas utilizadas nelas:

Quadro 01 - Quadro com o número de cartas, língua utilizada na escrita e datas.

Dados gerais das cartas				
Cartas	Língua		Data de escrita	Cidade de onde foi enviada
	Alemã	Portuguesa		
Carta 1	x		21/08/1960	Santa Helena
Carta 2	X		19/04/1963	Santa Helena
Carta 2	X		19/04/1964	Santa Helena
Carta 4	X		13/11/1964	Santa Helena
Carta 5	X		30/04/1965	Santa Helena
Carta 6	X		05/11/1970	Santa Helena
Carta 7		x	26/06/1971	Santa Helena
Carta 8	X		26/11/1971	Santa Helena
Carta 9		x	18/02/1972	Santa Helena
Carta 10	X		01/03/1977	Santa Helena
Carta 11		x	13/03/1979	Marechal Candido Rondon
Total	8	3		

[9] Para este primeiro momento, foi utilizado o aplicativo iTranslate[9] para fazer a tradução desse material. Porém, entende-se que se tratando de documentos com uma vasta riqueza e delicadeza de informações, como é o caso das cartas que compõem esse conjunto, será mais válido contar com o auxílio de um tradutor profissional que compreenda a língua alemã, para que seja possível apurar com maior precisão a veracidade das informações expostas no conteúdo das cartas.

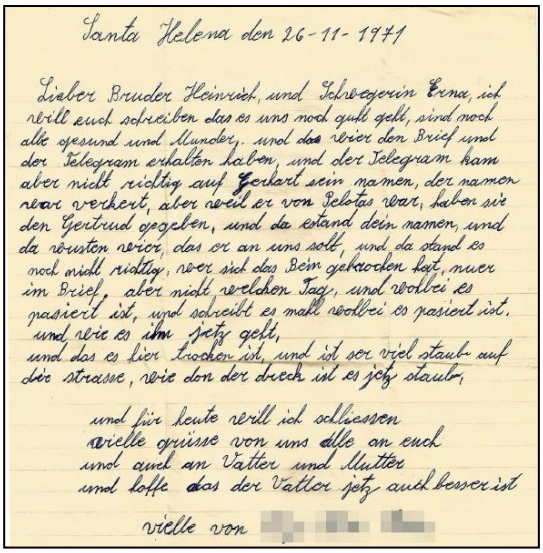
Fonte: Produção dos autores.

Com este quadro, a linha do tempo de recebimento das cartas torna-se mais visível. As cartas foram numeradas de 1 a 11, de acordo com a ordem de data. Como pesquisadores da História da Educação, nos perguntamos se existe alguma razão para algumas datas entre as cartas serem tão distantes uma da outra. Como já afirmado anteriormente, é possível perceber que existe um grande espaço entre o recebimento de algumas cartas, nota-se, por exemplo, que entre a carta 1 e a carta 2 existe um período de três anos, assim como entre as cartas 5 e 6, e cartas 9 e 10, existe um período de cinco anos entre elas. Não é possível precisar se essa margem de tempo significativa era algo realmente equivalente a situação daquela época, se realmente existiu um grande espaço sem comunicação entre as duas partes da família ou se de fato alguns documentos se perderam ao longo do tempo. É preciso ressaltar que a guarda dos materiais nos arquivos pessoais, para o caso antes da doação ao Hisales, pode ter sido realizada por mais de uma pessoa da família, o que consequentemente pode ter influência na preservação deles.

Atentar para estrutura e o material de que foram construídas essas cartas, toda a configuração para sua elaboração, também é uma forma de tentar compreender um pouco a respeito dos recursos disponíveis na época, as normas de escrita que eram consideradas, situando esse material no tempo e no que era compreendido como práticas epistolares. Segundo Gastaud (2011), as materialidades das cartas têm implicações: o papel, o envelope, a pena/caneta - os instrumentos da escrita; o lugar de escrever, a distribuição do escrito na página, a ordem em que os assuntos aparecem, o estilo adotado, os espaços em branco, as normas epistolares seguidas (ou não). Tudo isso provoca efeitos sobre os missivistas,[10] quem escreve, e quem recebe que, por sua vez, lê e escreve em resposta.

As cartas do conjunto geralmente apresentam, no topo, o nome da cidade de onde era enviada junto com a data de envio. No corpo do texto, o diálogo iniciava com saudações aos seus entes queridos, seguido do assunto principal da carta e, ao fim, uma despedida junto com a identificação do remetente. A escrita presente em todas elas era em letra cursiva. Podemos verificar a estrutura de uma das cartas do conjunto na imagem a seguir:

[10] Pessoa que leva ou escreve missivas, cartas.



Santa Helena den 26-11-1971

Lieber Bruder Heinrich, und Schwegerin Erna, ich
will euch schreiben das es uns noch gut geht, sind noch
alle gesund und Munter, und das wier den Brief und
der Telegram erhalten haben, und der Telegram ham
aber nicht richtig auf Gerhart sein namen, der namen
war verkert, aber weil er von Teletas war, haben sie
den Gertrud gegeben, und da estand dein namen, und
da wusten wier, das er an uns solt, und da stand es
noch nicht richtig, wer sich das Beim gekrochen hat, nuer
im Brief, aber nicht welchen Tag, und wolbei es
pasiert ist, und schreibt es mahl wolbei es pasiert ist.
und wie es ihm jetz geht,
und das es hier trochen ist, und ist sor viel staub auf
der strasse, wie don der drech ist es jetz staub,

und für heute will ich schliessen
vielle grüsse von uns alle an euch
und auch an Vatter und Mutter
und hoffe das der Vatter jetz auch besser ist

vielle von [redacted]

Figura 1 - Carta 8 do conjunto (1971).
Fonte: Acervo do Hisales.

Conforme veremos na próxima seção, as questões relacionadas ao trabalho agrícola aparecem na maioria das cartas. Nelas, é relatado a respeito do plantio e cultivo de vegetais na nova cidade onde passaram a viver. Além disso, as questões familiares aparecem em boa parte das cartas também. Nelas, apresentam-se relatos de como está decorrendo a vivência deles, falam sobre os integrantes da família, tanto os que ficaram no Rio Grande do Sul como também sobre os que se mudaram para o Paraná; sobre a saudade que sentem dos familiares distantes e os planos para o futuro, como visitas, casamentos, etc. Na seção seguinte, será visto de maneira ampla sobre as temáticas que eram mais recorrentes no conteúdo das cartas, sinalizando possíveis causas para tais prioridades.

2.1.1 Temáticas e assuntos presentes nas cartas

Partindo para os assuntos presentes nas cartas, para compor a escrita deste trabalho foi desenvolvida a tradução das cartas, como mencionado anteriormente, com o intuito de se apropriar da realidade desses indivíduos e, dessa maneira, revelar as circunstâncias da vivência que eles partilhavam entre si.

Para melhor desenvolver e categorizar os elementos presentes nas cartas, foi construído um segundo quadro (Quadro 02) com oito critérios que representam os principais assuntos que foram identificados no conteúdo das cartas:

Quadro 02 - Quadro com os principais temas das cartas.

Categorização dos assuntos presentes nas cartas								
	Notícias sobre os familiares	Colheita, plantio e comercio de animais	Religião e igrejas	Obstáculos gerais na vida em um novo município	Visitas	Convite de casamento	Condições geográficas locais	Clube de Mulheres
Carta 1	X			X			X	
Carta 2	X	X			X		X	
Carta 3	X	X						
Carta 4	X	X	X	X	X		X	
Carta 5	X		X					X
Carta 6	X	X						
Carta 7	X	X			X		X	
Carta 8	X						X	
Carta 9	X	X					X	
Carta 10	X							
Carta 11	X				X	X		
Total	11	6	2	2	4	1	6	1

Fonte: Produção dos Autores.

Observou-se que esse conjunto de cartas apresenta um assunto em comum, que é o fato de os familiares solicitarem notícias dos seus entes queridos e ao mesmo tempo situá-los sobre sua nova vida, em um novo estado brasileiro, em outra região e município. Portanto, todas as cartas iniciam com esse intuito. Além disso, percebeu-se também no conteúdo das cartas que existe uma significativa presença da religiosidade nos registros, quando se referem às variações do luteranismo[11] existentes no município de Santa Helena/PR. Nas cartas, eles reforçam que estão frequentando a Igreja Luterana do Brasil. O que chama atenção nesse dado é também o fato do termo "Igreja Luterana do Brasil" se destacar, por estar grafado em português em uma das cartas escritas em alemão. A igreja luterana é uma instituição social organizada bastante presente na cultura e vivência dos povos de descendência pomerana.

[11] Há diferentes segmentos do luteranismo entre os pomeranos: Sínodo de Missouri, atualmente chamada de Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB); Sínodo Riograndense, atualmente chamado de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB); e ainda, Igreja Evangélica de Confissão Luterana Independente (IECLI).

Outro ponto importante presente no conteúdo das cartas é a questão do cultivo de terras e do plantio. Nas cartas já traduzidas até o momento, assim como nas cartas em português, há registro sobre o plantio e colheita, sobre as condições da terra para plantar, o que é mais adequado plantar e quanto conseguem colher do que eles plantam. O fato dessa temática aparecer com frequência nas cartas pode ser justificado, também, pelo fato de que durante os anos em que foram escritas, entre 1960 e 1970, instalou-se a nível global um período que ficou conhecido historicamente como "Revolução Verde". Nessa época, houve uma modernização na agricultura em escala global, marcada por inúmeras inovações tecnológicas no meio agrícola que proporcionaram o surgimento de uma agricultura intensiva. Sobre a Revolução Verde, Octaviano define:

> Conceitualmente, a Revolução Verde é considerada como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas (OCTAVIANO, 2010, p. 1).

Além disso, Alves e Tedesco (2015) afirmam que até o início da década de 1970, a mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul produzia sozinha praticamente toda a soja do país, tendo a grande região centro-oeste paranaense como rival a partir da década de 1970. Essa grande região paranaense foi colonizada em grande parte por agricultores oriundos da mesorregião noroeste sul-rio-grandense, que levaram consigo esse modelo para o oeste paranaense e catarinense. Os pesquisadores Kiihl e Calvo (2008) afirmam que:

> O estado do Rio Grande do Sul não foi somente o berço do cultivo da soja no Brasil, mas também o da formação de uma legião de sojicultores que, rapidamente, migraram para outros estados da Nação em busca de terras mais baratas para o cultivo da espécie" (KIIHL, CALVO, 2008, p. 203).

Portanto, é possível que tal fenômeno histórico possa ter impactado de alguma maneira no movimento de parte da família para o estado do Paraná, a fim de melhores condições econômicas.

Na estrutura das cartas, outro aspecto em evidência é a questão da preocupação que remetentes tinham de que essas cartas enviadas fossem recebidas, lidas e respondidas dentro do possível. É perceptível isso nos trechos em que eles detalham as datas em que as cartas foram enviadas, e relatam se receberam e quais cartas receberam. Já em alguns momentos questionam a demora em obter resposta ou até a ausência delas, nos casos em que enviaram duas cartas consecutivas (é possível visualizar que foram cartas

consecutivas pelo fato de que aparecem nas cartas questionamentos sobre o motivo de não terem recebido resposta da carta anterior).

3 Considerações finais

As cartas desvelam diálogos recorrentes sobre os temas familiares e o trabalho nas plantações das famílias, dados nos documentos. Dessa forma, é importante compreender o contexto histórico e social da época, assim como a rotina e cultura dos autores das cartas, buscando compreender também a existência recorrente das temáticas nesse conjunto de correspondências. Até o presente momento da pesquisa, é possível perceber que a família responsável pelas cartas possuía um forte vínculo com seus entes queridos que permaneceram morando no município de Morro Redondo/RS. Durante anos esse contato através de cartas se estabeleceu entre eles, e durante muito tempo foi útil e satisfatoriamente preciso. Nas cartas é possível perceber a grande organização dos responsáveis por sua escrita, a respeito da numeração e data de cada carta, pois ao início de cada uma eles enfatizavam o recebimento ou não de cada carta, que sempre era datada e enumerada. Mesmo que, aparentemente, por alguns anos essa prática possa ter se tornado menos frequente, foi uma prática que durante muitos anos cumpriu com o seu objetivo de manter os laços de afeto entre estes dois grupos familiares que tinham que enfrentar os obstáculos impostos pela distância. Nessas cartas são retratados assuntos como a saudade dos seus familiares, as lembranças e os acontecimentos gerais que ocorrem em suas vidas. É possível acompanhar a construção da vida desses indivíduos ao longo dos anos, através das linhas dessas importantes escritas epistolares. Os assuntos mais frequentes nas cartas, como é o caso do plantio e cultivo, podem justificar-se pela própria cultura local das famílias destacadas, pois estas nasceram em um ambiente onde desde sempre estabeleceram esse contato com a terra e natureza, levando em conta sua descendência. Essa realidade os fez desde cedo compreender e se apropriar desses saberes advindos dos mais experientes de sua comunidade, para que posteriormente pudessem utilizar desse conhecimento para o seu próprio sustento e dos descendentes que ainda viriam. Outro ponto interessante é o fato de que o uso da língua alemã nunca deixou de aparecer na escrita desse conjunto de cartas, por mais que esses familiares tivessem nascido e ainda atualmente morassem no Brasil, eles sempre valorizaram suas origens, costumes e cultura da população a qual descendem. Esse também é um conhecimento passado de geração para geração como forma de manter viva essa identidade que ainda hoje é extremamente forte quando ouvimos falar a respeito dos descendentes germânicos.

Referências

ALVES, C; TEDESCO, J. C. A Revolução Verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste Rio Grande do Sul - 1960/1970. **Teoria e Evidência Econômica** (UPF), v. 45, p. 257-281, 2015.

BAHIA, J. D. V. . A lei da vida: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. **Educação e Pesquisa** (USP) , São Paulo, v. 27, p. 1-198, 2001.

BAUMANN, Eneida Santana. **O Arquivo da Família Calmon à Luz da Arquivologia Contemporânea.** Salvador, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, 2011.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Das mãos ao arquivo. A propósito das escritas das pessoas comuns**. Percursos, Florianópolis, v. 4, n.**1**, p. 223-250, jul. 2003.

COSTA. J.C. O Gênero Memorialístico na literatura e na cultura: Reconstrução da Experiência Humana. Guará, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 50-64, jan./jun. 2017.

CUNHA, M. T. S. . Do Baú ao Arquivo: Escritas de si, escritas do outro. **Patrimônio e Memória** (UNESP. Online) , v. 3, p. 1-18, 2007.

FABRE, Daniel. ***Par écrit***. *Ethinologie des écritures quotidiennes*. Paris: Editions de la Maison des Sciences del' Homme, 1993.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes. CARVALHO. Gilcinei (orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GASTAUD, C. R. . Escrever cartas: as materialidades das correspondências. In: **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Anpuh, 2011. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p. 1-15.

GRAFF, Harvey J. **Os labirintos da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HORTA, N. M. ; DIAS, D. A.; CORDEIRO, L. C. Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação. **Perspectivas em Ciência da Informação** (Online), 2018.

KIIHL, R. A.; CALVO, E. S. A soja no Brasil: mais de 100 anos de história, quatro décadas de sucesso. In: ALBUQUERQUE, Ana Christina Sagebin; SILVA, Aliomar Gabriel da. **Agricultura tropical**: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília: Embrapa, 2008. p. 189-276.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência** [online]. 2010.

SANTOS, Luciana de Souza dos; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **A representação documentária de coleções especiais:** breves considerações sobre os acervos do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017627/3e70f60d973a1f7fc2a48455cbaaca4f/. Acesso em: 11 ago. 2017

SCHAEFFER, S.C.B.; MEIRELES, A. R. Estrutura silábica da língua de imigração pomerana: análises preliminares. In: **Anais** do Congresso Nacional de Estudos Linguísticos - CONEL, Vitória ES, 2011. v. 01.

STREET, Brian V. **Social literacies**: critical approaches to literacy in development, ethnography and education. London and New York: Longman, 1995.

TIN, Emerson**. Cartas e Literatura: reflexões sobre a pesquisa do gênero epistolar**. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/Emerson02.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

VIÑAO, F. A modo de prologo: Refugios del yo, refúgios de otros. In.: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S. (Orgs.). **Refúgios do eu**: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000.

WEIDUSCHADT, Patrícia; TAMBARA, Elomar; Cultura escolar através da memória dos pomeranos na cidade de Pelotas, RS (1920-1930). **Cadernos de História da Educação**. Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 687- 704, 2014.

7 Migrações Atuais, Exilados e Refugiados

VIDAS ENTRELAÇADAS: A MIGRAÇÃO HAITIANA NA CIDADE DE CAXIAS DO SUL

Débora Kieling Pavan [1]
Vania Beatriz Merlotti Herédia [2]

1 Introdução

O Núcleo de Estudos Migratórios da Universidade de Caxias do Sul (UCS) acompanha as mudanças nos fluxos migratórios na cidade de Caxias do Sul, desde 1993, quando teve - início uma parceria com o CAM, localizado na Associação Educativa São Carlos, em Caxias do Sul. Este estudo é derivado do projeto de pesquisa MIGRAIV – Migrações no Século XXI: Desafios e Perspectivas, que objetiva identificar o perfil dos migrantes haitianos que chegaram em Caxias do Sul, no período de 2016-2019 e entender as características da chegada de haitianos na cidade. Nesse sentido, a migração haitiana permanece como tema de discussão teórica e prática, visto sua significância na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados apresentados permitem compreender características e especificidades dessa migração e diferenças em relação aos fluxos migratórios que chegam ao Município, bem como o percurso da inserção dos mesmos na comunidade.

A cidade de Caxias do Sul tem recebido migrantes desde sua ocupação territorial no século XIX. Conhecida como sede da colonização italiana no Rio Grande do Sul, tornou-se uma cidade industrial, o que fez com que migrações dos mais distintos tipos procurassem o Município para trabalhar. Caxias do Sul teve, no último censo demográfico (IBGE, 2010), o registro de dispor de uma população de mais de 470 mil habitantes, sendo que desses a maioria vive na cidade. Considerada uma das cidades médias do País, Caxias do Sul tem, na formação histórica, uma forte característica, seja a de ser marcada por processos migratórios e de concentrar um polo de atividades secundárias e terciárias.

[1] Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS. Bolsista de Iniciação Científica Pibic/CNPq. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9594454961633291. E-mail: dkpavan1@ucs.br.
[2] Doutora em História das Américas pela Università degli Studi di Genova (1992). Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul. Coordenadora do Núcleo de Estudos Migratórios da UCS, Caxias do Sul – RS. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2028194865995189. E-mail: vbmhered@ucs.br.

Alguns estudos argumentam que seu sucesso se atribui à política de ocupação promovida pelo Governo Imperial no século XIX quando estimulou a vinda de emigrantes europeus para o Brasil que estivessem interessados no acesso à terra, na formação de núcleos coloniais e no trabalho livre.

> A Região de Colonização Italiana (RCI) no Sul do Brasil, desde a ocupação de seu território, ainda no século XIX, destinado pelo governo imperial à formação de núcleos coloniais oficiais, reflete a presença de fluxos migratórios contínuos que buscaram essas terras com o objetivo de se fixarem nelas, de gerarem riqueza pelo trabalho familiar e de se tornarem proprietários (HERÉDIA, 2011, p. 67).

A expansão das atividades agrícolas e extrativas, nesse período, dá força à consolidação do comércio e à posterior transformação das oficinas locais em indústrias, fazendo com que o Município se destaque na região da Serra gaúcha. Reconhecido como o segundo maior polo industrial metalomecânico do Brasil é, portanto, visto como referência de oportunidades e tem seu desenvolvimento marcado pela abrangência de mão de obra de fora: primeiramente, dos próprios distritos rurais do Município, depois, de outras cidades, de outros Estados do Brasil e, por fim, de outros países.

É no século XXI, principalmente a partir de 2010, que se configura uma transformação dos fluxos migratórios recebidos na cidade, antes demarcados por migrações internas. As migrações internacionais na cidade se destacam, principalmente pela chegada de latinos, haitianos, senegaleses, ganeses, venezuelanos e outros em menor proporção.

A migração haitiana tem se caracterizado por dois tipos de fluxo: um diz respeito à migração qualificada que costuma dirigir-se ao Canadá, e outro se refere ao deslocamento de trabalhadores manuais cuja força de trabalho é barata, com destino a outras ilhas caribenhas, aos Estados Unidos e, recentemente, ao Brasil (SEGUY, 2014 *apud* MEJÍA; CAZAROTTO; ROGERIO, 2018, p. 177).

No Haiti,

> o termo refugiado, em créole refijye, está associado aos boat people, referindo-se aos compatriotas que viajavam desde as décadas de 1970, clandestinamente para os Estados Unidos, particularmente Miami em embarcações precárias. [...] Geralmente não é considerado uma pessoa com prestígio diante da sociedade, por isso, algumas pessoas se sentem incomodadas ao serem identificadas como refugiadas porque dá a ideia de serem fugitivas, e isso, do ponto de vista deles, fere o seu orgulho, a honra e o respeito diante da sociedade, diferentemente do uso do termo diáspora que serve para indicar o migrante haitiano residente no exterior que volta temporariamente ao Haiti, exibindo dinheiro e objetos, demonstrando o sucesso da viagem. Geralmente, os haitianos gostam de serem associados e de se autodesignaram como diáspora e não como refugiado, a não

> ser por questões estratégicas, burocráticas e jurídicas das políticas migratórias nos países estrangeiros (HANDERSON, 2015, p. 35).

Os autores que sustentam teoricamente este estudo são: Sayad (1998), Baeninger e Peres (2017), Hall (2003), Handerson (2015), Herédia (2011, 2017), Mejía e Cazarotto (2017), Uebel (2016). A abordagem metodológica é crítica, demarcada a partir de Becker (1997). A autora defende o enfoque histórico-estrutural das migrações, ao contrário do que pregava a escola neoclássica, para a qual o ato de migrar era concebido como um ato individual não determinado por fatores externos. Ao empregar um novo enfoque, também chamado de neomarxista, ela privilegia como categoria de análise os grupos sociais e enfatiza a visão de processo, em que a migração é entendida como "mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico" (BECKER, 1997, p. 323).

O estudo é quanti-qualitativo, com natureza exploratória e está estruturado do seguinte modo: primeiramente, foram feitas identificações e considerações acerca do perfil do migrante haitiano por meio de dados quantitativos e, partindo desse ponto, se estabelece uma relação entre esses migrantes e as imbricações familiares na mobilidade haitiana. A amostra é constituída por 1916 migrantes haitianos cadastrados no banco de dados do CAM entre 2016 e 2019. Além dos dados quantitativos, foram utilizadas entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa e registros feitos pela imprensa local, de forma a contextualizar as discussões acerca da relação migrante-família. As entrevistas foram realizadas no período pré-pandêmico.

2 Quem são os haitianos?

A partir dos dados cadastrais do CAM, no período de 2016-2019, foi elaborado um panorama do perfil do migrante haitiano. A amostra é constituída, majoritariamente, por homens, jovens, solteiros e com escolaridade média. Essas características corroboram o perfil do imigrante que circula no imaginário social como sendo o ideal (MOROKVASIC, 2002 *apud* BAENINGER; PERES, 2017), um homem jovem e solteiro, considerado pela família como o mais capaz de iniciar o processo de migração e de enfrentar as adversidades, com maior chance de obter sucesso na migração. No registro de gênero dessa série, o número de mulheres (26,5%) é mais reduzido do que o de homens (65,9%), o que evidencia que, na migração haitiana, o número de mulheres é mais elevado

do que o de outras etnias, mas ainda a migração tem como maioria pessoas do sexo masculino.[3]

Chama a atenção que a presença feminina é maior que a encontrada em outros grupos étnicos, demarcando uma característica da migração haitiana que, conforme Baeninger e Peres (2017, p. 134), representa "um dos aspectos que consideramos cruciais dessa migração de crise: a crescente importância da presença e permanência das mulheres nos fluxos migratórios". Essa característica demonstra a intenção das famílias haitianas de se manter no Brasil, visto que, muitas vezes, não possuem perspectivas de retorno definitivo ao Haiti.

Mejía e Cazarotto afirmam que,

> nas últimas décadas, mais de um quarto da população haitiana emigra, porque a solidariedade e o auxílio humanitário internacional que o Haiti recebe – devido à crise econômica, política e ambiental que acomete o país –, não contribuíram para melhorar suas condições de vida (2017, p. 171).

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual da idade dos haitianos cadastrados no banco de dados do CAM, no período de 2016-2019.

Idade	Frequência	
	Absoluta	Percentual (%)
De 0 a 10 anos	89	4,7
De 11 a 20 anos	121	6,3
De 21 a 30 anos	668	34,9
De 31 a 40 anos	736	38,4
De 41 a 50 anos	244	12,7
Mais de 50 anos	58	3
TOTAL	1916	100

Fonte: Pesquisa "Migrações no século XXI: desafios e perspectivas", Caxias do Sul – RS, 2021. Banco de dados do CAM. Elaboração: Débora Kieling Pavan (Pibic/CNPq).

As Tabelas 1 e 2 evidenciam que 73,3% dos haitianos têm idade entre 21 e 40 anos, e 62,3% são solteiros. Esses dados podem ser explicados segundo a literatura acerca da migração (SAYAD, 1998) que, normalmente, são os mais jovens que migram, pois possuem maior disponibilidade para o trabalho. Uebel (2016) argumenta que, primeiramente, migravam homens jovens e solteiros ou pais de família que buscavam se inserir no mercado de trabalho brasileiro. Com o estabelecimento de redes, os

[3] Fonte: O número de homens registrado é de 65,9%, o de mulheres, (26,55) e o de não informados é de 7,6%. Pesquisa "Migrações no século XXI: desafios e perspectivas", Caxias do Sul – RS, 2021. Banco de dados do CAM. Elaboração: Débora Kieling Pavan (Pibic/CNPq).

deslocamentos apresentam características mais diversificadas, com a presença de crianças, adolescentes, idosos e mulheres.

Para os haitianos a família é um elemento estruturante do processo migratório e, normalmente, há o envio de ajuda monetária àqueles que ficaram ou o reencontro por meio de reunião familiar, também chamada de reunificação familiar. Essa característica também marca a dificuldade de permanência no Haiti, uma vez que não se espera uma retomada de crescimento no país em médio ou longo prazo (PIORE, 1979 *apud* UEBEL, 2016).

Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual do estado civil dos haitianos cadastrados no banco de dados do CAM, no período de 2016-2019.

ESTADO CIVIL	Frequência	
	Absoluta	Percentual (%)
Solteiro	1.194	62,3
Casado	632	33
Separado	15	0,8
Viúvo	7	0,4
Não Informado	68	3,5
TOTAL	1.916	100

Fonte: Pesquisa "Migrações no século XXI: desafios e perspectivas", Caxias do Sul – RS, 2021. Banco de dados do CAM. Elaboração: Débora Kieling Pavan (Pibic/CNPq).

Conforme Tabela 3, a escolaridade é um dado importante para entender o ingresso em postos de trabalho semiqualificados e também informais. Além disso, os haitianos têm dificuldades de habilitar seus diplomas trazidos do Haiti. Algumas das ocupações desses migrantes, retiradas do banco de dados do CAM, são: de agricultor, auxiliar de produção, servente de obras, vendedor, encanador, mecânico, esteticista, entre outros. A Tabela 3 ainda indica que os haitianos ocupam postos de trabalho nos quais existe dificuldade de ocupação por parte de nativos, o que representa postos marcados pela insalubridade e precarização. A análise dos dados revela que a escolaridade dos haitianos é mais elevada que a de outras etnias, sendo um percentual bastante significativo que tem Ensino Médio completo ou incompleto.

Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual da escolaridade dos haitianos cadastrados no banco de dados do CAM, no período de 2016-2019.

ESCOLARIDADE	Frequência	
	Absoluta	Percentual (%)
Analfabeto	25	1,3
Alfabetizado	22	1,1

Ensino Fundamental incompleto	324	16,9
Ensino Fundamental completo	205	10,7
Ensino Médio incompleto	535	27,9
Ensino Médio completo	392	20,5
Ensino Superior incompleto	54	2,8
Ensino Superior completo	51	2,7
Não informado	308	16,1
TOTAL	1916	100

Fonte: Pesquisa "Migrações no século XXI: desafios e perspectivas", Caxias do Sul – RS, 2021. Banco de dados do CAM. Elaboração: Débora Kieling Pavan (Pibic/CNPq).

Quanto à Tabela 4, os dados permitem complementar a perspectiva de escolaridade em relação à situação de trabalho em que se encontram esses imigrantes. A migração haitiana para o Brasil, marcadamente laboral, surge pela busca de melhores condições de sustento das famílias que ficam no Haiti ou para construir um projeto de vida familiar fora do país de origem. Todavia, como indicado abaixo, mais da metade dos haitianos que procuraram o CAM estão desempregados, apontando para a dificuldade de inserção laboral desses na cidade e na região e, se houver inserção, para trabalhos precários e sem direitos trabalhistas.

Nesse contexto, as barreiras linguísticas, raciais e xenofóbicas fazem com que esses sejam facilmente explorados pelo capital, bem como que sua inclusão em outros espaços (como o da saúde, da educação, do lazer) também não seja efetiva. Dado importante que consta também da Tabela 4 é que o CAM é um centro de referência ao migrante e, consequentemente, é um lugar de encaminhamentos e informações. Então, buscar orientação no CAM é comum na região até porque, por muitos anos, o CAM ofereceu cursos de capacitação para imigrantes na região.

Tabela 4 – Distribuição absoluta e percentual da situação de trabalho dos haitianos cadastrados no banco de dados do CAM, no período de 2016-2019.

SITUAÇÃO DE TRABALHO	Frequência	
	Absoluta	Percentual (%)
Desempregado (a)	1057	55,2
Empregado (a)	564	29,4
Aposentado (a)	2	0,1
Não informado	293	15,3
TOTAL	1916	100

Fonte: Pesquisa "Migrações no século XXI: desafios e perspectivas", Caxias do Sul – RS, 2021. Banco de dados do CAM. Elaboração: Débora Kieling Pavan (Pibic/CNPq).

Segundo Herédia e Klipp (2017, p. 573), referindo-se ao estudo feito sobre haitianos em 2016, “as migrações recentes preferem as cidades médias, ao invés das regiões metropolitanas onde já há concentração de força de trabalho”. Contudo, também referem a frustração das expectativas criadas, já que “[...] nem todos que vieram para o Sul do Brasil encontraram aquilo que esperavam, e o trabalho desejado foi uma forte decepção para muitos”.

3 A (im)possibilidade de um encontro da família: a questão da transnacionalidade

> Há uma relação estreita entre as pessoas que partem e as que ficam. Isso incide especialmente nas relações diferenciais entre os maridos que viajam e as mulheres que ficam e vice-versa; entre pais e filhos, tios e sobrinhos. A mobilidade molda as relações internas da família num contexto de circulação. Desde cedo as crianças convivem com a mobilidade dos seus colegas da escola ou dos seus bairros, partindo ou viajando. A mobilidade é constitutiva do cotidiano haitiano (HANDERSON, 2015, p. 186).

Handerson (2015) enfatiza a dimensão estrutural da migração no universo haitiano. A partir dessa ênfase, é possível compreender a dinâmica do migrante e da família transnacional, dado que não se pode conceber a diáspora haitiana sem a célula familiar, que motiva e organiza a viagem. Ao mesmo tempo que é um sonho se tornar *diaspora* – aquele que viaja ao Exterior, volta ao Haiti, mas retorna ao Exterior – e exibir objetos que demonstram o sucesso da mobilidade – como *lajan diaspora* (dinheiro diáspora), *kay diaspora* (casa diáspora) – essa também implica cumprir com as obrigações em relação àqueles que ficam no Haiti. Muito mais do que enviar dinheiro, é esperado que o viajante mande buscar algum membro da família, o que representa honrar a família diante da comunidade.

A nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) revogou o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980), apresentando um novo paradigma em contraposição às disposições antigas que se referiam à época da ditadura militar no Brasil. Ela foi criada de forma a atender às normas internacionais e constitucionais protecionistas a respeito dos direitos humanos e fundamentais, tendo em vista a dignidade da pessoa humana, e se tornando uma lei inovadora e de referência para outros países. Apresenta a reunião familiar como direito e princípio da política migratória brasileira, concedendo visto e autorização de residência para esse fim. O Decreto n. 9.199/2017, em seu art. 153 (BRASIL, 2017), que regulamenta a Lei de Migração, reza o seguinte:

> Art. 153. A autorização de residência para fins de reunião familiar será concedida ao imigrante:

> I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma, nos termos do ordenamento jurídico brasileiro;
> II - filho de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência;
> III - que tenha filho brasileiro;
> IV - que tenha filho imigrante beneficiário de autorização de residência;
> V - ascendente até o segundo grau de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência;
> VI - descendente até o segundo grau de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência;
> VII - irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou
> VIII - que tenha brasileiro sob a sua tutela, curatela ou guarda.

No entanto, aquilo que era para ser uma garantia pode encontrar diversos obstáculos, como em relação aos trâmites legais e aos gastos para trazer familiares ao Brasil. Também as expectativas criadas pela diáspora tanto de ordem psicológica individual ou coletiva, quanto de ordem social e política do Haiti – sendo que parte importante do Produto Interno Bruto (PIB) do país provém da mobilidade – podem acabar não se concretizando. O que era para ser a busca por um novo projeto de vida familiar acaba se tornando uma trajetória desgastante e angustiante para muitos migrantes e suas famílias.

A imagem do Brasil, nesse aspecto, apresenta ambiguidade. Handerson (2015, p. 80) escreveu: "Se para alguns o país era *peyi blan*, para outros não era considerado como tal. Quem não via o Brasil como *peyi blan* eram aqueles que se decepcionaram, ao chegar aqui, porque não encontraram *lajan diaspora*". Segundo o autor, o conceito *peyi blan* designa os países tidos como desenvolvidos, como a França, o Canadá e os Estados Unidos, destinos cobiçados pelos migrantes haitianos. Paralelamente, aquela concepção de que a sociedade brasileira seria miscigenada, acolhedora e pluricultural também é quebrada, conforme os haitianos vivenciam a realidade do Brasil. Cleda[4] veio ao Brasil, mas não encontrou as condições de vida que lhe foram sinalizadas:

> Assim, quando ouviu alguém vendendo a promessa de trabalho bem remunerado, oferecido aos montes no Brasil, Cleda vendeu tudo o que tinha e comprou o bilhete. Após oito meses aqui, ainda não encontrou nada. Correu atrás de toda vaga encontrada em classificados, sugeridas por organizações, em agências de emprego, mas a resposta sempre é a mesma: há vaga, mas não para haitianos. O contato com a família tem ficado cada vez mais raro. Ligações telefônicas saem caro e internet não é de fácil acesso no Haiti. Vencendo as dificuldades com o português, ela conta que tem um tio em Santa Catarina e está tentando juntar R$130 reais para pagar a passagem de ônibus

[4] CANOFRE, F. Mulheres invisíveis: não tem vaga para haitiana, só para brasileira. **Sul21**, Porto Alegre, 17 nov. 2015. Disponível em: https://www.sul21.com.br/areazero/2015/11/mulheres-invisiveis-nao-tem-vaga-para-haitiana-so-para-brasileira/. Acesso em: 18 mar. 2021.

> de Caxias a Brusque. “Se eu conseguir chegar lá, ele me ajuda. Mas como vou fazer se não tenho nem para comer?” (CANOFRE, 2015).

Nesse relato, pode-se perceber o grande impasse em que a imigrante se encontra, ao relatar dificuldades em manter contato com sua rede familiar tanto no Brasil quanto no Haiti. Contar com um parente no Brasil, no caso o seu tio, pode ter ancorado sua escolha por esse país de destino, posto que possuir redes de mobilidade – sejam elas familiares, sejam elas de amizade ou solidariedade – são uma vantagem e estratégia importante no processo migratório. A contradição é que, pelo fato de não conseguir se inserir no mercado de trabalho brasileiro e, consequentemente, não possuir recursos financeiros, não consegue ajudar a família no Haiti com a remessa de dinheiro, nem receber a ajuda necessária que o seu tio poderia oferecer a ela em Santa Catarina.

As redes de mobilidade também se dão de forma virtual, já que

> a viagem envolve vários agentes próximos, mas fisicamente distantes. O sucesso da viagem depende de várias redes de “contribuintes” que colaboram material, física ou ainda espiritualmente. Tais participações passam a constituir o solo emocional, psicológico e psíquico do viajante. A viagem reforça, reorganiza as redes sociais e familiares. Se, de um lado, o viajante se beneficia de vários apoios materiais, emocionais e espirituais, do outro, tais apoios tornam-se uma pressão social sem precedente (HANDERSON, 2015, p. 186).

À vista disso, a modalidade virtual ou a distância de um encontro com a família poderia ser um recurso de aproximação desses sujeitos fisicamente distantes, o qual ajudaria tanto os que migram quanto os que ficam para dar uma continuidade à relação, enviar e receber notícias, compartilhar seu sofrimento, tomar decisões em família e receber a proteção e o cuidado afetivo que revigora a mobilidade e a esperança de reencontro. Todavia, Cleda e Monette (no relato que segue) manifestam problemas para obter acesso até a esse tipo de contato, seja pelo custo de chamadas e *internet* aqui, no Brasil, seja pela disponibilidade de *internet* e energia no Haiti. Essa carência afetiva é agravada pelo fato de muitos migrantes carregarem, também, a pressão por manterem sua reputação perante a comunidade haitiana e por cumprirem com sua responsabilidade perante os seus familiares – que investiram neles – acerca do possível envio de recursos financeiros para o Haiti.

> Ela tenta conversar com os filhos todos os dias, por WhatsApp, mas em meio às condições ainda mais duras na ilha, no subúrbio de Croix des Bouquets, a 12 km de distância da capital Porto Príncipe, onde as crianças vivem, nem sempre há luz para carregar a bateria do telefone. Os créditos para comprar poucos minutos de internet também são caros. [...] “Ele me ligou: mãe, tu não vai me buscar? Eu me sinto muito mal, eu fico emocionada. Ontem mesmo aconteceu uma situação que eu chorei, chorei. É muito complicado.” A situação a que ela se refere foi um golpe que lhe custou R$ 2 mil. Monette

> confiou em um homem indicado pelo primo para fazer o passaporte dos filhos o mais rápido possível. Nove meses depois, o homem avisou que não seria possível fazer os documentos das crianças, parou de atender ao telefone e sumiu com o dinheiro dela (CANOFRE, 2017).[5]

Tanto a fala de Monette[6] quanto à de outro haitiano entrevistado,[7] abordam a ânsia pela reunificação familiar. A experiência de Monette, na tentativa de conseguir passaporte para os filhos, é frustrada e veio acompanhada de perda financeira. Foi somente em novembro de 2018 que Monette conseguiu reunir os quatro filhos em Caxias do Sul, depois de cinco anos de espera. Ela conseguiu o dinheiro para as passagens e os documentos por meio de uma vaquinha criada por um grupo de voluntários (FRONZA, 2018). Ele, por sua vez, também recebeu contribuições para reunir a família na cidade:

> Quando tem festa (na igreja) todo mundo está comiendo e eu estava pensando em minha família na República Dominicana. Aqui tem comida demais e não tem como guardar um plato para dar ao meu filho, por isso tenho vergonha. Aí quando ele me convidou eu disse: "Eu não vou, todo mundo tem filho, brincam com o filho, e eu não tenho. Me sinto mal, preciso da minha família." Daí começou a fazer uma campanha, [...] e me ajuda a arrumar um dinheiro (Haitiano entrevistado pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS, 2019).

Quem o apoiou no processo de reunificação familiar foi a rede afetiva formada por meio da Igreja que ele frequentava em Caxias do Sul. No Haiti, as práticas religiosas predominantes são o cristianismo, fruto da colonização europeia, e o *voodoo,* que mescla crenças africanas com elementos cristãos.

Nesse sentido,

> a religião, um dos pilares do cotidiano no país de origem, adquire nova significação no contexto da instalação no estrangeiro, onde a inserção social é difícil e o desafio da adaptação não é livre de consequências psicológicas sobre os indivíduos. Considerando a extensão e a reprodução de redes de troca e de solidariedade, as igrejas ocupam uma função notável no sentido de manter a ligação simbólica com o Haiti (AUDEBERT, 2012) e os haitianos (AUDEBERT, 2012 apud MEJÍA; CAZAROTTO, 2017, p. 187).

A construção de redes de apoio e fraternidade no país de destino – por meio dos espaços religiosos, laborais, educativos, entre outros – é, portanto, uma importante fonte de amparo emocional ante a nova realidade que é apresentada aos migrantes. Claude precisou ficar afastado de Lucienne por três anos, até obter uma quantia para que pudesse

---

[5] Disponível em: https://www.sul21.com.br/areazero/2017/01/depois-de-3-anos-longe-dos-filhos-haitiana-lanca-vaquinha-para-traze-los-ao-brasil/. Acesso em: 18 mar. 2021.

[6] **Sul21**, em 2017. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2018/11/apos-cinco-anos-separados-monette-chega-a-caxias-com-filhos-que-moravam-no-haiti-10654413.html. Acesso em: 18 mar. 2021.

[7] Haitiano entrevistado pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS em 2019.

trazê-la ao Brasil. O relato, a seguir, mostra como a acolhida na cidade também pode servir de suporte às relações familiares em solo brasileiro:

> Já que eles não tinham condições de fazer uma festa, os alunos resolveram promover uma confraternização-surpresa no intervalo do curso. [...] "Fiquei muito feliz em ver a união dessa turma. Todos se organizaram para fazer uma bela surpresa aos recém-casados. Tiveram balões, bolo e um cartaz desejando felicidades ao casal. Desejamos todo amor do mundo a eles", disse. Claude chegou no Brasil em 2015 e sua mulher veio somente neste ano. No período em que ficaram afastados, Claude trabalhou para mandar dinheiro ao Haiti para que Lucienne pudesse vir ao Brasil. Hoje o casal faz o curso de Corte e Costura no Banco do Vestuário com o objetivo de conseguir trabalho formal no setor têxtil após a capacitação (TEIXEIRA, 2018).

Esses relatos também corroboram os dados de Uebel (2016) no que tange às gerações de imigrantes, sendo que a reunificação familiar foi uma forma de os primeiros migrantes trazerem seus familiares ao Brasil, depois de se estabelecerem e conseguirem recursos para esse segundo movimento. Porém, enquanto isso não acontece, espera-se que o migrante gerencie e custeie as crises normativas e não normativas da família no país de origem. Richman (2005 *apud* HANDERSON, 2015, p. 188) enfatiza que "durante suas longas ausências, espera-se dos migrantes que, 'assumam a responsabilidade' pelas crises na vida da unidade familiar. Eles são chamados a transferir recursos para financiar tratamentos para a aflição [...], funerais e outros ritos mortuários [...]". A história desse haitiano elucida a organização usada por muitas famílias:

> Morador de Caxias do Sul, o haitiano Robens Joseph, 27 anos, pede ajuda. A casa onde seus pais e sete irmãos seus moram em Les Cayes, no Haiti, foi uma das centenas atingidas pelo furacão Matthew, que devastou o país caribenho e deixou mais de mil mortos na última semana. Vivendo na Serra há menos de um ano, Joseph trabalha em uma empresa de segurança, mas com o que recebe não consegue enviar ajuda. [...] "Demorei seis meses para arrumar trabalho, mas ganho R$800 e só consigo pagar aluguel. Não tenho condições de ajudar a minha família que ficou no Haiti. Estamos precisando de ajuda. O vento levou todas as telhas e muita coisa estragou", diz o haitiano (HAITIANO, 2016).

Com esse alicerce de enfoque relacional da diáspora haitiana, é possível compreender a ressignificação que o conceito *diáspora* dá ao nacionalismo e ao transnacionalismo, cujo termo trata "de outros pertencimentos para além do território, mas dando sentido às redes solidárias, famílias ampliadas ou estendidas, redes afetivas, dentre outras" (HANDERSON, 2015, p. 390).

Esse enfoque relacional também está presente em Sayad (1998), que destaca que os deslocamentos não são apenas operados no espaço físico, mas também no espaço qualificado social, política, econômica e culturalmente e também na perspectiva de Hall

(2003, p. 66), apoiada na identidade cultural e nas relações de poder, em que as tradições são "transformadas em resposta às experiências migratórias. Ha notável variação, [...] entre as diferentes comunidades ou no interior delas — entre as distintas nacionalidades e grupos linguísticos, no seio dos credos religiosos, entre homens e mulheres ou gerações".

4 Considerações Finais

A cidade de Caxias do Sul, com sua vocação industrial, desenvolvida historicamente, atrai migrantes dos níveis regional, nacional e internacional. A cidade, na última década, se tornou um local de referência para a mobilidade internacional de haitianos. O estabelecimento de redes de contatos na cidade, quer por laços fraternos, quer por laços familiares, também contribui para a escolha de Caxias do Sul como local de destino.

O estudo demarca o perfil dos imigrantes haitianos durante os anos de 2016 a 2019, enfatizando a forma como os dados quantitativos refletem as estratégias utilizadas durante o processo migratório e as características contextuais e culturais do grupo haitiano, como o envio de recursos e a reunificação familiar, ambas as questões aprofundadas na análise de entrevistas com os haitianos. A família representa uma peça central, pois

> é um povo (haitiano) à procura sempre de um bem-estar, um lavi miyò (uma vida melhor), uma vida diferente, que não está relacionada apenas ao econômico. Está à procura de um bem-estar para ele, para a família que deixou para trás e os futuros familiares, mesmo não tendo cônjuges, filhos, mas já pensa neles. Em outras palavras, está à procura de um bem-estar da sociedade haitiana. [...] (Pierre, maio de 2013, Cayenne) (HANDERSON, 2015, p. 247).

Assim, dentro de um cenário de deslocamentos, a criação e a sustentação de redes afetivas e familiares permite uma conexão identitária, emocional e de suporte diante das dificuldades e vulnerabilidades que permeiam o contexto migratório, possibilitando estimular a autonomia desses sujeitos em (i)mobilidade, ou seja, tanto o migrante quanto a família transnacional. Mejía *et al.* (2018, p.190) afirmam que um dos "objetivos dos migrantes que estudam é promover a reunião de membros mais próximos da família como filhos e cônjuges que ficam no país de origem". Mejía *et al.* descrevem o processo de inserção dos imigrantes em cidade do interior gaúcho, processo semelhante ao de Caxias do Sul. "Uma das primeiras investidas dos migrantes é conseguir trabalho para arrecadar recursos que possibilitem a sobrevivência da família que se encontra no Brasil e no

Exterior, enviando remessas de recursos para suprir as necessidades básicas" (Mejía *et al.,* 2018, p. 190).

A escolha por Caxias do Sul é justificada pela busca de trabalho. A cidade sempre absorveu grupos de migrantes internos e externos e é conhecida pelo seu polo industrial. Outra questão que aparece de forma visível é que os primeiros que chegaram na cidade, inclusive antes do terremoto de 2010, recomendavam o Brasil aos que estavam no Haiti como um lugar próspero e de muito trabalho. Nesses relatos aparece a questão da transnacionalidade conforme cita Handerson (2015), que frisa que o transnacionalismo haitiano é um "nacionalismo a longa distância" pelo fato de que sempre há a preocupação com aqueles que ficam e que poderiam também migrar. Mesmo com experiências de muito sofrimento e dificuldades, registram que, no Brasil, existe possibilidade de trabalho diferentemente do país de origem.

Referências

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. *In:* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. **Decreto n. 9.199**, de 20 de dezembro de 2017. Regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm. Acesso em: 1º abr. 2021.

CANOFRE, F. Mulheres invisíveis: não tem vaga para haitiana, só para brasileira. **Sul21**, Porto Alegre, 17 nov. 2015. Disponível em: https://www.sul21.com.br/areazero/2015/11/mulheres-invisiveis-nao-tem-vaga-para-haitiana-so-para-brasileira/. Acesso em: 18 mar. 2021.

CANOFRE, F. Depois de três anos longe dos filhos, haitiana lança 'vaquinha' para trazê-los ao Brasil. **Sul21**, Porto Alegre, 14 jan. 2017. Disponível em: https://www.sul21.com.br/areazero/2017/01/depois-de-3-anos-longe-dos-filhos-haitiana-lanca-vaquinha-para-traze-los-ao-brasil/. Acesso em: 18 mar. 2021.

FRONZA, R. Após cinco anos separados, Monette chega a Caxias com filhos que moravam no Haiti. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 30 nov. 2018. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2018/11/apos-cinco-anos-separados-monette-chega-a-caxias-com-filhos-que-moravam-no-haiti-10654413.html. Acesso em: 18 mar. 2021.

HAITIANO morador de Caxias pede ajuda para família que teve casa atingida pelo furacão Matthew. **Pioneiro**, Caxias do Sul, 10 out. 2016. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/noticia/2016/10/haitiano-morador-de-caxias-

pede-ajuda-para-familia-que-teve-casa-atingida-pelo-furacao-matthew-7741046.html. Acesso em: 18 mar. 2021.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Org. De Liv Sovik. Trad. de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HANDERSON, J. **Diáspora:** as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://laemiceppac.files.wordpress.com/2015/06/tese-de-joseph-handerson.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

HERÉDIA, V. B. M. Migrações internas e suas dinâmicas: o caso de Caxias do Sul. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo Santos. **Mobilidade humana e dinâmicas migratórias.** Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

HERÉDIA, V. B. M.; KLIPP, I. Quem são os migrantes provenientes da conhecida "Pérola das Antilhas" – o Haiti, na cidade média de Caxias do Sul, a "Pérola das Colônias", no Sul do Brasil? *In*: SOARES, L. M. P. C.; GULLO, M. C. R.; VIANNA, S. L. G. V. (org.). **A economia e o turismo compartilhando soluções**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2017. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-a-economia.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama. Acesso em: 03 mai. 2021.

MEJÍA, M. R. G.; CAZAROTTO, R. T. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. **Repocs**, v. 14, n. 27, p. 171-190, jan./jun. 2017. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/6452/4117#. Acesso em: 22 mar. 2021.

MEJÍA, M. R. G.; CAZAROTTO, R. T.; ROGERIO M. S. O direito à cidade de migrantes contemporâneos: o caso de Lajeado – Rio Grande do Sul – Brasil. *In:* MEJÍA, M. R. G. (org.). **Migrações e direitos humanos:** problemática socioambiental. Lajeado: Editora da Univates, 2018.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

TEIXEIRA, M. Casal de haitianos ganha festa surpresa de casamento durante aula, em Caxias. Leouve, Bento Gonçalves, 19 out. 2018. Disponível em: https://leouve.com.br/ultimas/casal-de-haitianos-ganha-festa-surpresa-de-casamento-durante-aula-em-caxias. Acesso em: 18 mar. 2021.

UEBEL, R. R. G. A mudança da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n. 47, p. 22-43, jan./jun. 2016. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/9562/5996. Acesso em: 22 mar. 2021.

IMIGRANTES CONTEMPORÂNEOS NO VALE DO PARANHANA/RS: A INSERÇÃO SOCIOCULTURAL DE HAITIANOS NO MUNICÍPIO DE IGREJINHA/RS

Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli[1]

1 Introdução

Na história do Brasil é possível verificar a ocorrência de diversos fluxos migratórios que trouxeram ao país diferentes grupos étnicos que ajudaram a formar a cultura brasileira. Por muito tempo, valorizaram-se determinados grupos étnicos, sobretudo os que vieram do continente europeu, em detrimento de outros, como os africanos por exemplo. Apesar de marcar fortemente a história do Brasil, os fluxos migratórios não são fenômenos do passado, pois na contemporaneidade observamos novos sujeitos que emigram de seus países de origem para se estabelecer no Brasil. Estes novos migrantes têm sido vistos, em alguns momentos e por parte da sociedade brasileira, como problema (FRAZÃO, 2017).

Apesar de desafiadores, os fluxos migratórios são garantidos pela legislação brasileira. Pensando na relevância que a academia científica tem dado à temática nos últimos anos, acredita-se que seja importante elucidar o entendimento legal dado à questão no Brasil. A chamada Lei de Migração (Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017) tem no Art°. 1 o seguinte objetivo: "esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante" (BRASIL, 2017).

A mesma Lei ainda define como imigrante a "[...] pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil" (BRASIL, 2017). A Lei n° 13.445/2017 traz inúmeras garantias aos imigrantes residentes no Brasil, entre elas a inclusão social, laboral e produtiva dos imigrantes (BRASIL, 2017). Na maioria das vezes ocorre uma inserção laboral do imigrante, entretanto, o sujeito imigrante encontra-se, em muitos casos, em situação de vulnerabilidade diante dos muitos desafios impostos no novo país e isso acarreta ao trabalhador imigrante o acesso a trabalhos perigosos ou mal remunerados (COLOMBO, 2015).

[1] Licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Mestrando em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Bolsista CAPES. E-mail: gabrielbortoloti@sou.faccat.br.

Além da questão do acesso ao mundo do trabalho, a Lei n° 13.445/2017 garante aos imigrantes os "direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos" (BRASIL, 2017). Pensando na esfera sociocultural desses sujeitos e do grupo ao qual fazem parte, o presente artigo tem como objetivo apresentar um projeto de pesquisa que será realizado em uma dissertação de mestrado em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objetivo geral do projeto é compreender como ocorre a inserção sociocultural entre imigrantes haitianos no município de Igrejinha/RS. Para isso, o presente artigo apresenta de forma sucinta alguns aspectos já desenvolvidos no projeto de dissertação.

2 Apresentação da pesquisa

A seguir serão os discutidos os critérios utilizados levados em consideração para a elaboração do projeto de pesquisa e que servirão de base para a realização deste trabalho através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara.

2.1 Justificativa da Pesquisa

Como citado na seção anterior, este trabalho tem como objetivo apresentar um projeto de dissertação de mestrado que será desenvolvido no próximo ano e que discutirá a inserção sociocultural dos imigrantes haitianos no município de Igrejinha/RS. Quanto à imigração haitiana ao Rio Grande do Sul são importantes alguns esclarecimentos.

Segundo Uebel e Rückert (2017), a imigração de haitianos ao Brasil teve início após o terremoto que atingiu o Haiti em 2010. O Haiti entrou em uma grave crise social e econômica, e isso influenciou muitas pessoas a se deslocarem. A partir de 2013, aumenta a entrada de haitianos no Rio Grande do Sul. Segundo os autores, é possível perceber duas "gerações" de imigrantes haitianos. A primeira geração de haitianos deslocou-se logo após o terremoto de 2010 e

> [...] não tinha como destino final - ou objetivo principal - o Rio Grande do Sul e era predominantemente constituída por homens, solteiros e pais de família desacompanhados, que vislumbravam apenas a chegada ao Brasil e inserção no mercado laboral (UEBEL; RÜCKERT, 2017, p. 101).

Sobre a segunda geração de imigrantes haitianos, os autores destacam que ela,

> [...] possui um caráter distinto da primeira, ao passo em que estabelecidas as redes com os primeiros emigrados, retoma após 2013 um forte fluxo já

> destinado ao Rio Grande do Sul ou com a expectativa de se deslocar até um dos estados da Região Sul do Brasil. Nesta geração também incluem-se mulheres, imigrantes mais velhos, famílias completas com crianças ou com graus de instrução mais variados (UEBEL, RÜCKERT, 2017, p. 101).

Apesar de diferentes gerações, os autores destacam que a busca por melhores condições de trabalho e a perspectiva de uma vida melhor foram os principais motivos que levaram essas pessoas a emigrarem (UEBEL, RÜCKERT, 2017).

Neste contexto de fluxos migratórios ao Rio Grande do Sul, pode-se situar o município de Igrejinha. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Igrejinha está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. O município se localiza no Vale do Paranhana, distante cerca de 85 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A área territorial do município é de 136,784 km² e a população estimada em 2020 é de 37.340 pessoas. O município de Igrejinha possui uma história relacionada à imigração alemã ao Rio Grande do Sul. Habitado inicialmente por povos indígenas caigangues, o território que hoje compreende o território de Igrejinha foi, no século XIX, parte da Colônia Mundo Novo. A colônia Mundo Novo foi um empreendimento que começou a receber imigrantes vindos da Alemanha ou da então Colônia São Leopoldo a partir de 1846 (FERNANDES, 2011). Esse passado marcado pela presença da imigração alemã influenciou a cultura da região, que até hoje possui considerável número de descendentes de imigrantes alemães.

O município de Igrejinha recebeu imigrantes haitianos a partir de 2012 e o fluxo durou até 2014. Os imigrantes haitianos chegaram ao município através de um programa social do governo do Estado e receberam da Administração Municipal uma área não gratuita para moradia e também emprego (GEVEHR, 2018). Os imigrantes haitianos encontraram no município inserção laboral e apesar do fluxo atualmente estar interrompido, acredita-se que seja necessário verificar de que forma ocorre a inserção sociocultural desse grupo em um município fortemente marcado por uma identidade étnica, neste caso, a germânica.

2.2 Objetivos e Problema de Pesquisa

Como citado anteriormente, a entrada de imigrantes tem aumentado nos últimos anos no Brasil. No caso específico dos haitianos, o principal fator que motiva os deslocamentos é a busca por uma melhor condição de vida e a inserção laboral. Após o estabelecimento dessas populações no Brasil, se faz necessário compreender a inserção sociocultural desses sujeitos, por isso, o presente trabalho tem como problemática: como ocorre a inserção sociocultural de um grupo de imigrantes haitianos no município de

Igrejinha/RS, espaço geográfico fortemente marcado por uma identidade étnica germânica relacionada à formação histórica da região?

O objetivo principal do estudo será compreender como ocorre a inserção sociocultural dos imigrantes haitianos em Igrejinha/RS. Entre os objetivos específicos pode-se citar: 1) compreender o fluxo migratório haitiano para o município de Igrejinha/RS e a incorporação desse contingente populacional na região; 2) caracterizar o grupo de migrantes haitianos quanto à sua identidade cultural e étnica, compreendendo a dinâmica de organização social e as manifestações culturais desse grupo, tanto entre si quanto com a população local; 3) verificar a presença de atitudes racistas e xenófobas percebidas pelos migrantes haitianos em Igrejinha/RS.

2.3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se caracteriza como um Estudo de Caso e possui caráter qualitativo. Como procedimento metodológico serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os imigrantes haitianos e também com representantes do Poder Público Municipal. Além de entrevistas, serão realizadas análises da legislação municipal que se refere à chegada e permanência dos imigrantes haitianos no município e também será feita uma análise em jornais locais e em mídias digitais para verificar quais notícias estão sendo veiculadas sobre a inserção desse grupo em Igrejinha/RS.

2.4 Resultados Parciais

O projeto ainda está em fase de construção, mas até o momento já foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema das migrações contemporâneas no Brasil, sobretudo, ao que se refere à inserção sociocultural dessas populações. Foram analisados 27 artigos que discutem essas questões e que estão disponíveis em base de dados na internet (Periódicos CAPES e Scielo), sendo eles:

Tabela 01 – Visão geral dos artigos analisados na revisão sistemática da literatura realizada.

Ano	Autor	País de publicação
2010	Silva, E. C. C.; Ramos, D. L. P.	Brasil
2010	Padilla, B.	Espanha
2010	Goshima, P.N.	Peru
2012	Matsue, R. Y.	Brasil
2013	Magliano, M. J.	México
2014	Aguiar, M.E.; Mota, A.	Brasil
2015	Wenczenovicz, T.J.; Espiuca, R.A.	Brasil
2015	Valderrama, C.J.G.; Martínez, M.M.	Colômbia
2016	Cogo, D.; Silva, T.	Brasil
2016	Wagner, M. W.	México

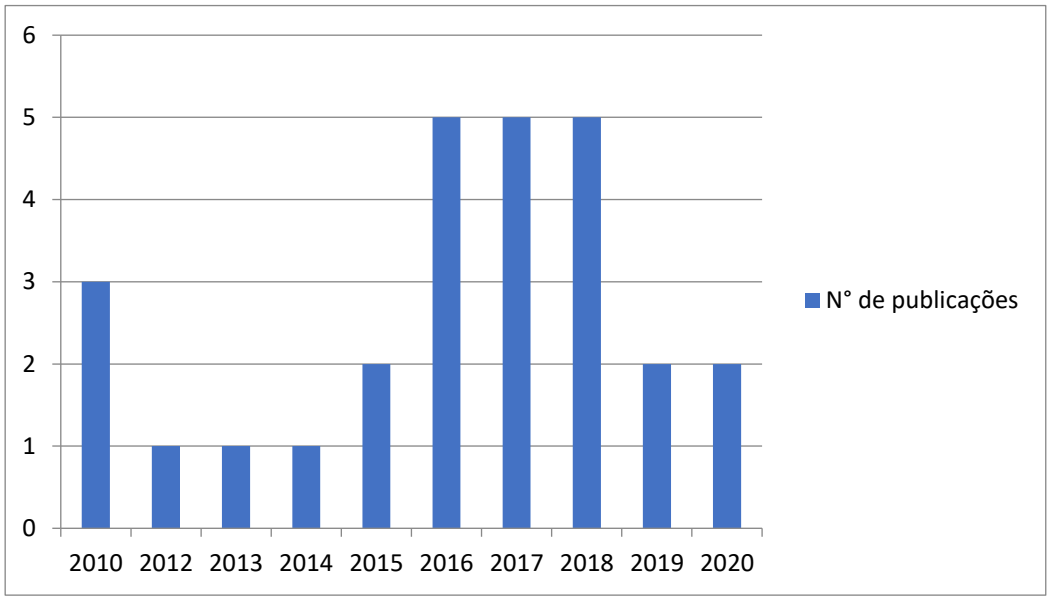
2016	Pompeu, G.V.M.; Freitas, A.C.P.; Silva, H.S.V.	Brasil
2016	Pires, T.R.O.; Berner, V.O.B.; França, J.M.	Brasil
2016	Somoza, M.G.; Valcarcel, M.S.	Colômbia
2017	Pedraza, V.H.R.; Romero, D.R.; Gutiérrez, J.G.R.	México
2017	Souza, C. M.	Brasil
2017	Dias, A.L.K.; Pinto, J. P.	Brasil
2017	Reverol, C.M.L.	Colômbia
2017	Pinto, A.L.S.O.; Bertotti, B.M.M.A.; Ferraz, M.O.K.	Brasil
2018	Brignol, L.D.; Costa, N.D.	Equador
2018	Souza, J. C. P.; Calegare, M. G. A.	Colômbia
2018	Perin, L.N.; Raddatz, V.L.S.	Equador
2018	Rodríguez, P.G.; Tourinho, L.O.S.; Sotero, A.P.S.	Brasil
2018	Cogo, D.	Equador
2019	Araújo, K.A.; Almeida, L.P.	França
2019	Brunnet, A. (et al)	Portugal
2020	Guizardi, M. L.; Mardones, P.	México
2020	Magliano, M.J.; Perissinotti, M.V.	Chile

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A maior parte dos artigos foram publicados nos anos de 2016 (5 publicações), 2017 (5 publicações) e 2018 (5 publicações), o que representa 55,5% das publicações levantadas para essa revisão. Apesar disso, é importante destacar que tanto no período anterior quanto no posterior desses anos de maior produção, as publicações sobre a temática prosseguiram, o que demonstra interesse por parte da academia científica em pesquisar o assunto.

O gráfico 01 mostra o número de publicações selecionadas por ano de publicação, desde 2010 até 2020.

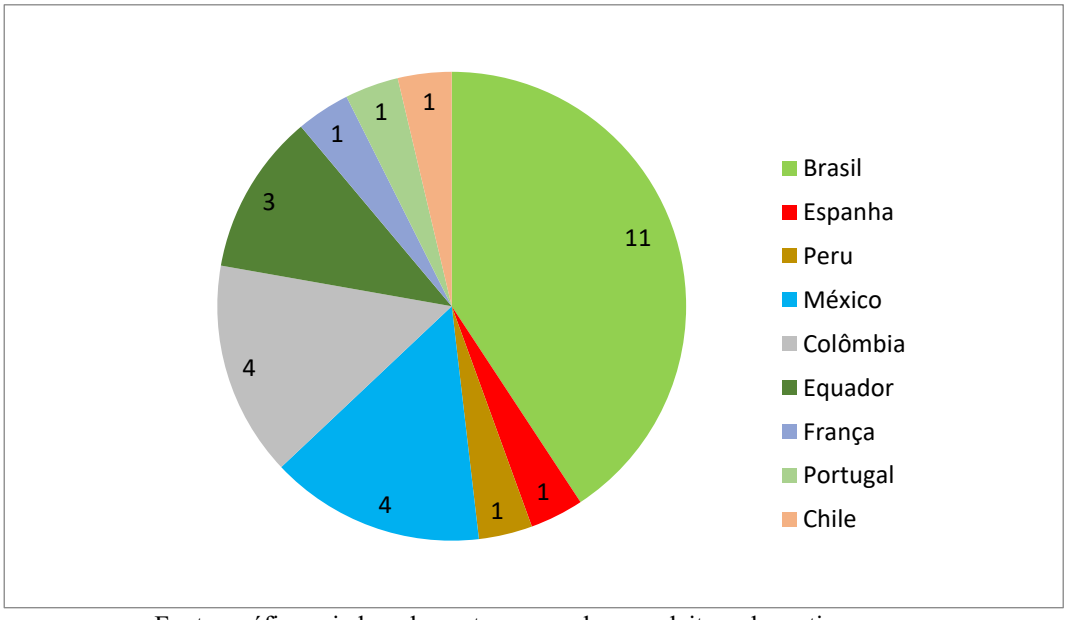
Gráfico 1 – Número de publicações por ano (2010-2020).



Fonte: gráfico criado pelo autor com base na leitura dos artigos.

O gráfico 2 mostra o número de publicações por país. É importante destacar que nesse gráfico utilizou-se como critério o país em que se localiza o periódico científico que publicou as pesquisas levantadas. A nacionalidade dos autores ou o idioma em que foi publicada a pesquisa não foram considerados para a criação desse gráfico.

Gráfico 2 – Número de publicações por país.



Fonte: gráfico criado pelos autores com base na leitura dos artigos.

Como pode ser observado no gráfico 2, o país com o maior número de publicações levantadas e utilizadas nessa revisão é o Brasil (com 11 publicações ou 40,7% do total de

publicações levantadas). Em seguida, México e Colômbia (4 publicações cada um ou 14,8% do total de publicações levantadas) e o terceiro país com mais publicações utilizadas nessa revisão é o Equador (3 publicações ou 11,1% do total de publicações levantadas).

Os movimentos migratórios contemporâneos, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, tornaram-se um assunto que possibilita uma gama diversificada de análises e pesquisas. Na presente revisão da literatura, foram levantados 27 artigos científicos que discutem temas relacionados aos Estudos Culturais entre os migrantes contemporâneos. Nessas 27 produções foi possível perceber ao menos 7 grandes assuntos pesquisados: as práticas sociais e culturais entre migrantes; o acesso à saúde por migrantes; xenofobia e preconceito; a midiatização dos fluxos migratórios; gênero e migração; migração e legislação; e os impactos dos movimentos migratórios. Cada um dos assuntos será analisado nessa seção.

As práticas sociais e culturais entre os migrantes e também com a comunidade local na qual esses grupos se inserem é algo que chama a atenção. Wagner (2016), que analisou as práticas socioculturais de migrantes brasileiros no nordeste da província de Misiones na Argentina, evidenciou que essas relações com a comunidade local envolveram aproximações e resistências e, apesar dos brasileiros não terem conseguido "acessar" completamente a cultura local, houve certo contato. Muitos desafios se impõem diante dessa aproximação sociocultural entre um grupo de migrantes e a comunidade local. Souza e Calegare (2018), que analisaram a inserção social de famílias refugiadas colombianas em Manaus, verificaram que mesmo com apoio da pastoral do migrante, o idioma, o trabalho, a habitação e os conflitos familiares são questões que interferem nessa inserção. Apesar das dificuldades, os autores concluíram que as práticas culturais auxiliam na preservação da identidade entre os colombianos e para a aproximação entre eles, mesmo causando certo estranhamento na população local.

Sem dúvida alguma, certas entidades contribuem na inserção sociocultural dos migrantes. Além da pastoral do migrante citada anteriormente, instituições religiosas podem formar redes de apoio para esses grupos. Matsue (2012) verificou que migrantes brasileiros encontraram em um grupo religioso católico uma rede de apoio social que os ajudaram a lidar com o sentimento de vulnerabilidade no Japão. É fato que a religiosidade pode ser um instrumento de aproximação entre pessoas, visto que é um traço cultural. No caso de movimentos migratórios, a religiosidade pode influenciar diretamente as redes de apoio construídas e também as práticas culturais adotadas. Rodriguez, Tourinho e Sotero

(2018), em sua análise sobre a reconstrução identitária de uma comunidade xiita em Buenos Aires, verificaram que a reivindicação de ícones e signos e o posicionamento político de determinadas pautas faz parte da própria identidade desse grupo. Segundo os autores, isso causa tensão, mas devido à diversidade religiosa na região há certo favorecimento desses discursos. É importante destacar que não é apenas através da religiosidade que se formam redes de apoio entre as populações migrantes. Goshima (2010), que analisou uma comunidade de peruanos no Japão, verificou que esse grupo não possuía relacionamentos sólidos com a comunidade local e, devido a isso, os migrantes acabaram compensando esse distanciamento através das relações familiares, tornando os filhos os principais informantes sobre o sistema educacional japonês.

As redes sociais estabelecidas entre migrantes podem caracterizar determinados fluxos migratórios por muito tempo. Padilla (2010) em seu estudo sobre a migração latino-americana para Portugal verificou que a migração de brasileiros para Portugal é histórica e as redes sociais desempenham papel determinante na inserção dos brasileiros na sociedade portuguesa. De acordo com a autora, as redes sociais possuem múltiplas facetas que incluem questões de gênero, de identidade e de formalidade/informalidade.

Além de sociabilidades e expressões culturais, a inserção laboral é um importante tema relacionado às práticas sociais dos migrantes. Souza (2017), que analisou a vida de uma migrante laboral em São Paulo, verificou que quando o sujeito migra na condição de migrante laboral, há uma forte busca do direito à cidade e aos direitos humanos por esse sujeito. Sem dúvida, o migrante laboral se vê muitas vezes em uma situação desafiadora junto à sociedade que se inseriu. Wenczenovicz e Espiuca (2015), que pesquisaram a integração de um grupo de migrantes haitianos no norte do Rio Grande do Sul, concluíram que quando o sujeito migrante é identificado apenas por etnia e pelo trabalho em que se inseriu, isso pode causar uma identificação negativa por parte da sociedade receptora, sobretudo, no que diz respeito às diferenças de tratamento e violação de direitos básicos. Apesar de todas essas dificuldades, muitos migrantes acabam por optar por viver em um novo país. Pedraza, Romero e Gutiérrez (2017), que analisaram a situação de menores que se tornaram migrantes junto com suas famílias nos Estados Unidos e que devido à crise financeira de 2008 e à política anti-imigratória do país acabaram se estabelecendo no norte do México, verificaram que a interação dos menores migrantes nos EUA foi fraca, porém há entre eles certo pessimismo em relação ao trabalho no México, sendo assim, a maioria pretende voltar aos Estados Unidos.

Quando se fala em expressões socioculturais entre migrantes procura-se também compreender esse fenômeno a partir de uma perspectiva de gênero. Foi possível perceber o interesse da comunidade científica pelo tema a partir do levantamento realizado para esse artigo de revisão. Magliano (2013), em sua análise sobre a migração contemporânea de bolivianas para Córdoba na Argentina, verificou que as mulheres possuem papel determinante na consolidação do projeto migratório do grupo, pois geralmente elas são vistas como símbolo de luta e força, ou seja, como suporte para a família deslocada. Pensando na relação entre migrantes e sociedade receptora foi possível perceber, a partir do estudo de Valderrama e Martínez (2015), que analisaram os mecanismos de governamentalidade que auxiliam na "inserção" de mulheres migrantes na Espanha, que essa relação é marcada por nível socioeconômico, por etnia/nacionalidade e também pelo gênero. De acordo com os autores, os mecanismos utilizados dão uma ideia de reeducação para que a inclusão social aconteça, ou seja, utiliza-se uma postura hegemônica frente a essas migrantes e muitas vezes o que ocorre é uma inclusão nas bordas do sistema. No caso específico do Brasil, Araújo e Almeida (2019) destacam que entre as migrantes haitianas residentes em Campo Grande – MS, foi possível perceber questões patriarcais que incentivaram o fluxo migratório, entretanto, a partir do choque cultural houve certa alteração de dinâmicas sociais familiares entre os migrantes, o que possibilitou maior autonomia para as mulheres.

Os artigos analisados e discutidos até o momento já evidenciaram que a questão sociocultural pode influenciar diretamente na integração de diferentes grupos de migrantes. Quanto ao acesso à saúde, sobretudo no Brasil, essas questões também são determinantes. Duas pesquisas realizadas sobre a integração entre profissionais da saúde e migrantes em São Paulo (AGUIAR E MOTA, 2014; SILVA E RAMOS, 2010), evidenciaram que os profissionais da saúde tentam criar estratégias de aproximações com os pacientes migrantes, mesmo diante de muitas dificuldades. Apesar disso, os estudos comprovaram que para uma maior universalização do SUS, deveriam existir mais políticas públicas sobre o tema.

O acesso a serviços de saúde por migrantes é uma questão que circunda os direitos dessas populações. Algumas pesquisas levantadas nessa revisão apontam para essa perspectiva. Perin e Raddatz (2018) discutem o direito à solidariedade e à empatia como essenciais para a efetivação dos Direitos Humanos relacionados às migrações. Para os autores, essa efetivação ocorre através de um Estado Cidadão que compreende os fluxos migratórios como um direito natural. Pires, Berner e França (2016) vêm na mesma linha,

destacando que diante de privações de direitos e de práticas violentas, os Direitos Humanos tornam-se um espaço de resistências.

Quanto a outros direitos básicos, como o voto, alguns países da América do Sul como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai, entre outros, concedem esse direito aos estrangeiros. De forma contrária, motivados pela defesa de interesses e instituições nacionais, países como México, Costa Rica, Panamá, Cuba, El Salvador, entre outros, não concedem. No Brasil, o tema segue em pauta desde 1999 (POMPEU; FREITAS; SILVA, 2016). Quanto aos direitos culturais dos refugiados no Brasil, a pesquisa realizada por Pinto, Bertotti e Ferraz (2017), evidenciou que apesar do Brasil possuir extensa legislação que assegura os direitos culturais dos refugiados, na prática isso se mostra insuficiente. Apesar do Brasil se mostrar um país com ótima receptividade para imigrantes, dados e estatísticas têm mostrado que muitas vezes eles são marginalizados e excluídos. Nesse sentido, podem-se destacar os próprios testes de língua para migrantes no Brasil. Dias e Pinto (2017), que analisaram esses testes, verificaram que a utilização do ensino de português para estrangeiros se dá como em uma "vitrine de cultura brasileira globalizada", ou seja, como estratégia de mercado, produzindo certa discrepância entre língua oficial e nação, produzindo favorecimento de certos grupos migrantes mais "desejáveis" que outros.

Todas essas questões trazem consequências, tanto para os migrantes quanto para as sociedades receptoras. Reverol (2017) verificou que a perda de três aspectos da vida de migrantes venezuelanos (o mundo de vida ou espaço cultural, o diálogo intersubjetivo e o significado de si mesmo) cria entre eles um sentimento de desproteção, deslegitimação pessoal, além de os tornarem marginalizados, influenciando em baixa contribuição à sociedade receptora. Brunnet et al. (2019), a partir da análise de um grupo de haitianos que migraram ao Brasil entre 2010 e 2016, percebeu que aqueles que vivenciaram uma aculturação assimilacionista tiveram níveis mais baixos de ansiedade, e por outro lado, os que tiveram posturas separacionista tiveram índices maiores de depressão. Brunnet et al. (2019) destaca que as estratégias de aculturação foram influenciadas por questões sociodemográficas, como tempo de migração e trabalho exercido. Magliano e Perissinotti (2020), ao analisarem a presença de migrantes sul-americanos na Argentina, perceberam que é muito presente ainda um pensamento estatal que relaciona os fluxos migratórios aos problemas habitacionais. Isso gera formas de segregação espacial e a existência de um "urbanismo subalterno" que orienta o estilo de vida dessas comunidades de migrantes.

Um dos grandes problemas observados nos últimos tempos com a chegada dos fluxos migratórios contemporâneos foi o aumento da xenofobia, ou seja, aversão àquele que é estrangeiro. Rodríguez, Tourinho e Sotero (2018) destacam que os migrantes e refugiados acabam sendo alvo de um discurso polarizado, cujo objetivo é colocá-los como inimigos da sociedade receptora, ao menos temporariamente. Isso causa marginalização nos grupos migratórios e distancia a aplicabilidade dos direitos humanos. Guizardi e Mardones (2020), que analisaram os impactos sociais dos discursos de ódio em Foz do Iguaçu – PR, perceberam que os discursos xenofóbicos no Brasil se tornaram oficiais e que na cidade em questão a xenofobia é ainda mais forte por ser uma cidade fronteiriça e com presença militar. O estudo também observou que as mulheres migrantes são as mais propensas à discursos xenofóbicos.

Questões socioculturais, de gênero, dos direitos de populações migrantes, dos impactos desses fluxos e também casos de xenofobia chegam ao conhecimento de diferentes pessoas através da midiatização sobre o assunto. A forma que essa midiatização ocorre pode demonstrar nuances importantes do entendimento e da compreensão de uma sociedade sobre os fluxos migratórios e, por isso, a pesquisa científica se interessa em analisá-la. Brignol e Costa (2018) verificaram que a migração senegalesa ao Brasil ainda é mostrada pelas mídias como muito associada ao vitimismo, naturalizando assim as diferenças. Cogo e Silva (2016), que analisaram a migração haitiana ao Brasil verificaram que os migrantes inicialmente eram mostrados como que em uma "fuga" e depois foram mostrados a partir do conceito de "invasão haitiana". As autoras ainda perceberam que houve um questionamento por parte da mídia relacionado às políticas migratórias do Brasil e ao reconhecimento do migrante haitiano enquanto cidadão no país. Cogo (2018) em outra pesquisa analisou as narrativas de um espaço de mídia criada por migrantes haitianos no Brasil. A autora percebeu que os migrantes haitianos percebem as especificidades que as relações raciais possuem no Brasil e que isso impacta diretamente no modo de enfrentamento ao racismo e o entendimento dos fluxos migratórios no país.

A análise dos artigos evidenciou que os migrantes, de uma forma geral, enfrentam dificuldades para uma inserção sociocultural no país que os acolhe. Geralmente, ocorre uma inserção laboral, porém a integração sociocultural é dificultada por fatores como o idioma, a diferença cultural, a religiosidade, a falta de políticas públicas que a incentivem, o racismo e a xenofobia, etc. Apesar disso, a falta de integração com o local, incentiva entre as populações migrantes um sentimento de identidade que favorece o contato e as redes de apoio entre os seus.

Quanto às produções científicas sobre o tema, foi possível perceber que poucos são os trabalhos no Brasil que discutem a inserção sociocultural dos migrantes contemporâneos, além disso, a maioria dos trabalhos que se propuseram a isso focaram em regiões fronteiriças ou em grandes metrópoles, que naturalmente já possuem uma "cultura" diversificada. Como a entrada de estrangeiros no Brasil foi grande nos últimos anos e as migrações internas desses grupos constantes, acredita-se que seja necessário maior estudo sobre a temática, visto que, devido ao extenso território nacional cada região possui especificidades que podem influenciar na integração ou não dos migrantes contemporâneos no país.

3 Considerações Finais

O presente artigo teve como finalidade apresentar um projeto de pesquisa qualitativo que será desenvolvido em uma dissertação de mestrado no ano de 2021 através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

O objetivo principal da pesquisa será compreender como ocorre a inserção sociocultural de imigrantes haitianos no município de Igrejinha/RS. Para alcançar esse objetivo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os próprios imigrantes e também com os representantes do Poder Público Municipal. Além disso, será analisada a legislação municipal sobre o tema e a circulação de notícias na mídia local que abordem a inserção sociocultural dessa população.

Até o momento o projeto está em fase de estruturação e foi realizada uma revisão sistemática da literatura (e alguns resultados obtidos com ela foram apresentados nesse artigo) sobre o assunto que evidenciou a necessidade de verificar como se dá essa inserção sociocultural em municípios com uma identidade étnica marcante, como é o caso de Igrejinha/RS.

Referências

AGUIAR, Marcia Ernani de; MOTA, André. O Programa Saúde da Família no bairro do Bom Retiro, SP, Brasil: a comunicação entre bolivianos e trabalhadores de saúde. **Interface** (Botucatu). 2014; 18(50):493-506.

ARAÚJO, Krisley Amorim de; ALMEIDA, Luciane Pinho de. Discutindo gênero e cultura: um estudo sobre mulheres haitianas em Campo Grande-MS, Brasil. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**. nº 6, 2019.

BRASIL. Lei n° 13.445/17, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 22 de out. 2020.

BRIGNOL, Liliane Dutra; COSTA, Nathália Drey. A saga e o sofrimento do outro senegalês: a construção do racismo em representações midiáticas da migração. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**. nº 138, agosto-noviembre 2018 (Sección Monográfico, pp. 131-147).

BRUNNET, Alice et al. Acculturation, anxiety and depression among haitian immigrants in southern Brazil. **Psicologia, Saúde & Doenças**. 2019, 20(2), 491-502.

COGO, Denise. O Haiti é aqui: mídia, imigração haitiana e racismo no Brasil. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**. nº 139, diciembre 2018 - marzo 2019 (Sección Informe, pp. 427-448).

COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Rev Famecos** (Online). Porto Alegre, v. 23, n. 1, janeiro, fevereiro, março e abril de 2016.

COLOMBO, Marcelo. A vulnerabilidade do migrante trabalhador como instrumento para o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

DIAS, Ana Luiza Krüger; PINTO, Joana Plaza. **Ideologias linguísticas e regimes de testes de língua para migrantes no Brasil**. RBLA. Belo Horizonte, v. 17, n.1, p. 61-81, 2017.

FERNANDES, Doris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: história do século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva et al (Org.). **Caminhando pela cidade**: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

FRAZÃO, Samira Moratti. Política (i)migratória brasileira e a construção de um perfil de imigrante desejado: lugar de memória e impasses. **ANTÍTESES**. v. 10, n. 20, p. 1103-1128, jun/dez. 2017.

GEVEHR, Daniel Luciano. **Processos migratórios no cenário contemporâneo do Vale do Paranhana (RS):** trajetórias, inserção social, processos midiáticos e acesso à rede de atenção à saúde. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites /default/files/Mesa%20Redonda%201%20-%20Prof.%20Dr.%20Daniel%20Luciano% 20Gevehr.pdf. 2018.

GOSHIMA, Patricia Nakamura. El fortalecimiento de los lazos familiares como contrapeso a la ausencia de relaciones sociales con la comunidad: el caso de las familias migrantes peruanas en Japón. **Educación**. Vol. XIX, N° 36, marzo 2010, pp. 43-60.

GUIZARDI, Menara Lube; MARDONES, Pablo. Las configuraciones locales de odio. Discursos antimigratorios y prácticas xenofóbicas en Foz de Iguazú, Brasil. **Estudios Fronterizos**. vol. 21, 2020, e045.

IBGE. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/igrejinha/panorama. Acesso em 30. set. 2020.

MAGLIANO, María José. Los significados de vivir múltiples presencias: Mujeres bolivianas en Argentina. **Migraciones Internacionales**. vol. 7, núm. 1, enero-junio de 2013.

MAGLIANO, María José; PERISSINOTTI, María Victoria**. La periferia autoconstruida**: migraciones, informalidad y segregación urbana en Argentina. EURE. vol. 46, nº 138, mayo 2020, p. 5-23.

MATSUE, Regina Yoshie. "Sentir-se em casa longe de casa": vulnerabilidade, religiosidade e apoio social entre os migrantes brasileiros no Japão. **Ciência & Saúde Coletiva**. 17 (5): 1135-1142, 2012.

PADILLA, Beatriz. **Migraciones trasatlánticas y globalización**: brasileños en tierras lusas y el poder de las redes sociales. América Latina Hoy. 55, 2010, pp. 85-114.

PEDRAZA, Victor Hugo Rentería; ROMERO, David Rocha; GUTIÉRREZ, José Guadalupe Rodríguez. Asimilación e integración social: un estudio de caso en menores migrantes de retorno asentados en ciudades fronterizas del norte de México. **Región y sociedad**. año xxix, no. 69, 2017.

PERIN, Luana Nascimento; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. Direitos Humanos e Migrações: o exercício da solidariedade e empatia como perspectiva de um Estado cidadão. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**. nº 138, agosto-noviembre 2018 (Sección Monográfico, pp. 35-51).

PINTO, Amanda Luiza da Silva Oliveira; BERTOTTI, Bárbara Marianna de Mendonça A.; FERRAZ, Miriam Olivia Knopik. Cultural rights of refugees in Brazil: in search of an effective protection. **Direito e Desenvolvimento**. João Pessoa, v. 8, nº 1, p. 129-146.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; BERNER, Vanessa Oliveira Batista; FRANÇA, Julia Monteath. Os estudantes africanos no Brasil na perspectiva da Teoria Crítica dos Direitos Humanos. **Quaestio Iuris**. vol. 09, nº. 02, Rio de Janeiro, 2016. pp. 757-787.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio; FREITAS, Ana Carla Pinheiro; SILVA, Henrique dos Santos Vasconcelos. A inserção do direito ao voto do estrangeiro na América Latina. **Revista de Direito Brasileira**. São Paulo/SP, v. 15, n. 6, p. 61-82, set./dez. 2016.

REVEROL, Catalina María Labarca. Pérdida de significados en el emigrante venezolano. **Boletín Científico Sapiens Reserch**. vol. 7 (2), 2017, p. 3-12.

RODRÍGUEZ, Pedro Garrido; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; SOTERO, Ana Paula da Silva. El discurso de cualificación de los refugiados y migrantes como enemigos: de las crisis migratorias contemporáneas a la creación de una conjectura de inseguridad social. **Revista de Direito Brasileira**. São Paulo/SP, v. 21, n. 8, p. 361-384, set./dez. 2018.

SILVA, Elaine Cristina Camillo da; RAMOS, Dalton Luiz de Paula. Interação transcultural nos serviços de saúde. **Acta Bioethica**. 2010; 16 (2): 180-190.

SOMOZA, Mari-Sol García; VALCARCEL, Mayra Soledad. Íconos, sentidos e identidades en movimiento: estrategias, prácticas y discursos en una comunidad musulmana de la Ciudad de Buenos Aires. **Revista de Estudios Sociales**. nº. 56, abril-junio, p. 51-66.

SOUZA, Claudia Moraes. "Sob a maldição de Caim": história de vida nas imigrações contemporâneas em São Paulo. **Revista de Direito Brasileira**. São Paulo/SP, v. 17. n. 7, p. 154 – 164, mai./ago. 2017.

SOUZA, Julio César Pinto de; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Inserción Social de los Refugiados Colombianos en Manaos, Brasil. **Universitas Psychologica**. 17 (4), xx-xx.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Haitianos no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do fenômeno imigratório contemporâneo. In: **PÉRIPLOS**, v. 1, nº 1, 2017.

VALDERRAMA, Caterine Joanna Galaz; MARTÍNEZ, Marisela Montenegro. Gubernamentalidad y relaciones de inclusión/ exclusión: los dispositivos de intervención social dirigidos a mujeres inmigradas en España. **Universitas Psychologica**. v. 14, nº 5, octubre-diciembre, 2015.

WAGNER, Mariana Winikor. Vivir la frontera. Prácticas sociales y culturales desde los márgenes. **Estudios Fronterizos. nueva época**, 17 (34) julio-diciembre de 2016, pp. 100-116.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina; ESPIUCA, Rodrigo dos Anjos. Trabalhadores migrantes no norte do Rio Grande do Sul (Brasil): integração e (des) respeito aos direitos da personalidade. **Revista de Direito Brasileira**. ano 5, vol. 11, 2015.

A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM CONCÓRDIA/SC: AS DIFICULDADES DE SER IMIGRANTE NEGRO ENTRE DESCENDENTES DE ALEMÃES E ITALIANOS

Jordan Brasil dos Santos[1]

1 Introdução

A chegada massiva dos imigrantes haitianos no Brasil ocorre a partir dos anos de 2010, num primeiro momento com estudantes que vinham para aperfeiçoar seus estudos e posteriormente com pessoas fugindo da fome. Nesse mesmo período o Haiti enfrentava uma das maiores dificuldades de sua história moderna, o terremoto de 2010. Esse terremoto destruiu quase todo o Haiti fazendo com que sua população tivesse que encontrar novos lugares para trabalhar e estudar, "o terremoto lá destruiu tudo, escola, hospital, não tem nada lá, nem água potável, comida, casa, por isso todo o haitiano procurava um lugar para viver melhor e trabalhar" (BORNOT, 2019, p. 1).

Os haitianos, em sua grande maioria, entraram no Brasil via o estado do Acre. Houve também entrada de haitianos via aeroportos e por outras regiões de fronteiras. É importante notar que a imigração haitiana para o Brasil faz parte do processo de imigração que os haitianos vivenciaram ao longo de sua história, o primeiro movimento migratório foi em direção a República Dominicana do final do Século XIX até meados dos anos de 1930, depois foi o ciclo de migração para Cuba entre os anos de 1915 e 1930, e a partir de 1960 aconteceu a migração com destino aos Estado Unidos. Com as restrições de entradas de imigrantes nos Estado Unidos e França colocaram o Brasil na rota dos imigrantes haitianos (BAENINGER; PERES, 2017).

O objetivo principal desse trabalho é analisar a forma como a cidade do oeste de SC, Concórdia, acolheu os haitianos e como as diversas formas de preconceitos foram reveladas com a chegada dos haitianos. A justificativa que norteia o trabalho é de que os haitianos vieram com inúmeras necessidades para o Brasil, e ainda tiveram que enfrentar o racismo estrutural que está impregnado na sociedade concordiense. A metodologia utilizada é a história oral, através da entrevista do presidente da Associação dos Haitianos de Concórdia. Essa metodologia da história oral, é para alguns historiadores mais que uma metodologia é uma forma de se aproximar da realidade objetiva e subjetiva das

[1] Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) http://lattes.cnpq.br/3732312844705816.

organizações sociais contemporâneas, é um aporte conceitual que nos "permite compreender a realidade social, para poder então, transformá-la" (VOMMARO, 2012, p, 321).

2 A imigração haitiana

A tabela 01 mostra o número de autorizações concedidas para os haitianos entre os anos de 2011 e 2017. Nessa tabela tem um ponto a ser destacado que é o ano de 2016, pois os dados não foram informados pelo Conselho Nacional de Imigração. A República do Haiti foi um dos países que mais pediu autorizações para entrar e fixar no Brasil para trabalhar como fica evidente:

Tabela 1 – Número de autorizações concedidas, segundo principais países, Brasil 2011-2017.

PAISES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
SENEGAL	1	0	88	320	345	226	2285
REPÚBLICA DO HAITI	708	4825	2069	1890	34773	0	1244
GANA	0	0	3	140	5	397	682
TOGO	0	0	0	0	1	1	81

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados do Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho, 2011-2017 *APUD* TONHATI, MACEDO, QUINTINO (2018, p. 47).

Já na tabela 02 tem-se a divisão por sexo dos imigrantes que entraram de forma legal no Brasil entre 2010 e 2017. Percebe-se que a República do Haiti contribuiu com 21,3% do número total de registros para imigrantes e desse total de haitianos e haitianas que fizeram a solicitação 67,7% são homens e 32,3% são mulheres. Esses dados mostram duas alternativas: de que os homens foram os que mais saíram do Haiti em busca de uma vida melhor ou ainda que existem mais mulheres haitianas de forma ilegal no Brasil e que não aparecem nas estatísticas oficiais do estado brasileiro.

Tabela 2 – Número de registros para migrantes de longo termo, por ano de entrada e sexo, segundo principais países de nascimento, Brasil 2010-2017.

Principais países de nascimento						
	Total	% TOTAL	Homens	% Homens	Mulheres	% Mulheres
Total	449.174	100%	282.860	63%	166.314	37%
REPÚBLICA DO HAITI	95.497	21,3%	64.628	67,7%	30.869	32,3%
BOLIVIA	44.041	9,8%	24.092	54,7%	19.949	45,3%
COLOMBIA	28.991	6,5%	19.101	65,9%	9.890	34,1%
ARGENTINA	22.055	4,9%	13.043	59,1%	9.012	40,9%
CUBA	21.825	4,9%	9.126	41,8%	12.699	58,2%
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	20.804	4,6%	10.293	49,5%	10.511	50,5%

PARAGUAI	16.693	3,7%	8.811	52,8%	7.882	47,2%
PORTUGAL	16.389	3,6%	12.115	73,9%	4.274	26,1%
PERU	16.225	3,6%	9.612	59,2%	6.613	40,8%
VENEZUELA	14.166	3,2%	7.711	54,4%	6.455	45,6%
ITALIA	13.130	2,9%	10.575	80,5%	2.555	19,5%
ESPANHA	9.669	2,2%	6.875	71,1%	2.794	28,9%
URUGUAI	9.651	2,1%	5.952	61,7%	3.699	38,3%
Outros países	120.036	27%	80.926	67,4%	39.110	32,6%
Não Informado	2	0,0004%	0	0,0%	2	100%

Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados do Departamento de Polícia Federal, Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), 2018, Apud OLIVEIRA (2018, p. 66).

Faria (2015) afirma que um dos fatores que facilitou a vinda para o Brasil foi a falta de exigência de visto e também a facilidade de entrada nas fronteiras do Peru e Bolívia, muito dessa imigração foi incentivada e operada pelos coiotes, que são traficantes de pessoas.

> A vinda para o Brasil foi também estimulada pela falta da exigência de vistos para ingresso no Equador, rota de trânsito usada para acesso ao país, assim como em decorrência do controle precário nas fronteiras do Peru e da Bolívia. Verificaram-se, assim, fortes correntes migratórias de nacionais haitianos para o Brasil, várias organizadas por operadores do tráfico de migrantes (‘coiotes’). A maior intensidade de fluxo destinou-se à região Norte, sobretudo Acre e Amazonas, o que exerceu forte pressão sobre a infraestrutura de pequenas cidades daqueles estados, como Brasileia (AC), com 20.237 habitantes, Epitaciolândia (AC), com 15.126 habitantes, e Tabatinga (AM), com 52.279 habitantes, à época (FARIA, 2015, p. 86).

Muitos conseguiam chegar caminhando em Basileia e Epitaciolândia, ambas no Acre. Como o estado do Acre não conseguiria dar suporte para todos os estrangeiros que estavam adentrando, era necessário que a União agisse em prol desses imigrantes que estavam em solo brasileiro. Para isso, o Governo Brasileiro, precisou fornecer o visto para aqueles que não conseguiam via Porto Príncipe e entravam no Brasil, a partir de 2010, pelas fronteiras de forma ilegal. A legalidade dessas pessoas garantiria a manutenção da dignidade humana, como é explicitado na fala do Bornot:

> A gente ia pela rota, existia várias rotas, de São Domingo para o Acre, mas passava por muitos países antes de chegar aqui, eu entrei no Brasil pelo Acre em 2013. Entrei no Brasil de forma **ilegal**, sem visto, sem nada, quando cheguei no Acre fiquei lá para fazer o CPF e carteira de trabalho e depois saímos de lá. Do Acre eu fui direto para Chapecó porque tinha parentes lá e fiquei só 2 meses [...] (BORNOT, 2019, p. 1, grifo nosso).

Esses imigrantes começaram a ser distribuídos pelo país. Muitos foram para o sudeste em busca de empregos e outros tantos vieram para o Sul, especialmente para o Oeste de Santa Catarina. Segundo dados do Cavalcanti, Brasil e Dutra (2018) o estado de

Santa Catarina é um dos que mais contratou imigrantes entre os anos de 2017 e 2018. Entre os anos de 2010 e 2017 foram 76.183 carteiras de trabalho emitidas para imigrantes haitianos. Ainda de acordo com os dados as mulheres são menos da metade das contratações entre 2016 e 2017, foram aproximadamente admitidos 31.000 homens e 9.000 mulheres no mesmo período. Percebe-se que Santa Catarina está na liderança dos estados que mais teve saldo positivo nas contratações.

3 Acolhendo com desconfiança

O atual Oeste Catarinense foi colonizado a partir da segunda metade do século XX, por imigrantes e migrantes descendentes de europeus, advindos das chamadas Colônias Velhas no Rio Grande do Sul. Sua grande maioria eram alemães e italianos que trabalharam na nova colônia, construíram estradas, criaram comércios com a exploração primeiramente da madeira e após com a exploração da agricultura com a cultura do milho e mais recente da soja. Um dos setores que foi e continua sendo de suma importância para a região do Alto Uruguai Catarinense é a agroindústria de exportação. A agroindústria é composta pela produção de suínos e aves em forma de parceria com o agricultor e a agricultora.

Uma empresa referência nesse setor é a Sadia, que nasceu na cidade de Concórdia, e com isso fez com que toda a região fosse beneficiada com o desenvolvimento econômico que essa grande empresa proporcionou. O município de Concórdia tem sua história marcada definitivamente pela presença da antiga Sadia, atual BRF (Brasil Foods) que surge da união da Sadia e Perdigão em 2008. O município de Concórdia, atualmente, possui 74.106[2] mil habitantes. O último Censo de 2010 trouxe alguns dados importantes como por exemplo o IDH 0,80. Esse índice mede a qualidade de vida dos indivíduos, quanto mais próximo de 1 mais qualidade de vida os indivíduos possuem. Então, pode-se perceber que apesar das dificuldades, tem-se um município com grande desenvolvimento econômico e humano.

[2] Dados estimados em 2018 pelo IBGE.

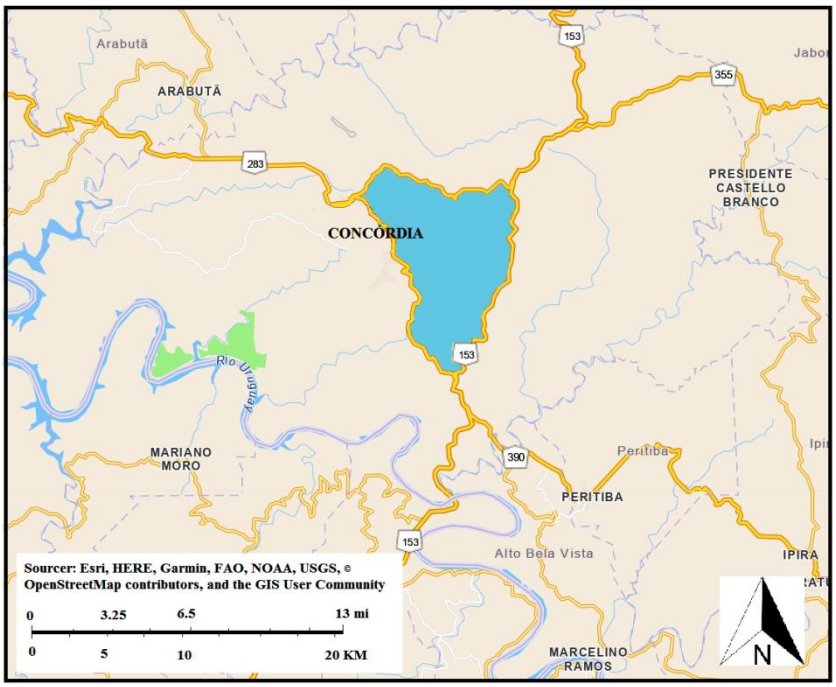


Imagem 1 - Localização de Concórdia/SC.
Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados do IBGE.

A empresa BRF tinha uma demanda em vagas de trabalho e que não era suprida pela população concordiense, nem mesmo nas cidades da região, já que em cidades próximas tem outras agroindústrias, em Seara e Ipumirim por exemplo. Com isso a empresa incentiva a vinda dos imigrantes haitianos para Concórdia, oferecendo-lhe emprego

> Cheguei direto para trabalhar na Aurora em Chapecó. Depois de Chapecó fui trabalhar em Joaçaba na Perdigão e fiquei lá 2 anos e saí de Joaçaba porque chegou uma hora que a Perdigão foi fechada e mudou para Campos Novos e eu não queria ir para lá, aí pedi para ser transferido para Concórdia, na BRF (BORNOT, 2019, p. 1).

Com isso, muitos imigrantes haitianos vieram para Concórdia para recomeçar suas vidas. Mas, esse processo não foi tão pacífico como já se esperava. Algumas pessoas da cidade começaram a se colocar em oposição a chegada dos haitianos. Isso pode ser perfeitamente notado nas caixas de diálogos dos sites das rádios do município de Concórdia, quando divulgam alguma notícia envolvendo haitianos. Abaixo será transcrito alguns desses comentários:

> Esses também foram iludidos pelo governo do PT que prometiam um Brasil melhor para os imigrantes, conseguiram acabar com o emprego dos brasileiros, imaginem pra esse povo. Agora estão aí sem condições de sobrevivência (P. P. [homem] comentando a reportagem de VILAS BOAS, 2016).

> este povão vem a mando da Dilma, e ai vamos ficar tratando [alimentando] e o fim da picada,com meu e seu dinheiro de impostos e só aqui mesmo (P. [homem] comentado a reportagem de BORTOLI, 2016).
>
> Só uma pergunta, para que trazer haitianos se a Dilma disse em campanha que temos 56 milhões de pessoas no bolsa família.Estas pessoas não precisam trabalhar? (M. [mulher] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014b).
>
> Não sou racista. Porque eles são de cor, mas todas vezes que vem alguém de fora, vai ocupar a vaga de alguém de Concórdia.... Os empresários daqui é que são acostumados a pagar pouco aos seus funcionários e receber muito pelo serviço prestado. E quando não consegue um servidor pelo que ele pretende pagar, contrata um de fora e as veses [sic] em condições sub-humanas. Mas isso os homens da lei não vê.... (A. [homem] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014a).

A grande parte da população do município de Concórdia via com desconfiança a presença dos haitianos no município, e isso é claramente demonstrado nas mensagens das reportagens acima. Esses comentários são de homens e mulheres, que por questões éticas. Os nomes foram suprimidos, e não necessariamente, essas pessoas, residem no município, já que a caixa de mensagem é aberta a todos. Mas, provavelmente essas pessoas são residentes no município já que os sites são de rádios locais.

Essa manifestação de xenofobia no município pode ser claramente notada na parada de ônibus pichada com uma frase racista. Conforme a Imagem 1, trazida pela reportagem de Pacheco (2016) no site da Rádio Atual de Concórdia. Na caixa de mensagem dessa reportagem há muitos comentários criticando a pichação, mas ainda há comentários de pessoas tentando justificar o motivo da pichação.



Imagem 2 - Parada de ônibus pichada em Concórdia.
Fonte: Site da Atual, PACHECO (2016).

Percebe-se que apesar de a maioria dos concordienses não desejarem trabalhar na empresa de agroindústria, o grande argumento que foi utilizado por muitos era de que a presença dos haitianos retiraria vagas abertas de trabalho. Outro argumento muito

utilizado foi o fato político, como na época, o Governo Federal era do Partido dos Trabalhadores (PT), muitos se colocaram contrários as políticas de imigração que o governo da presidente Dilma começou a elaborar.

É importante perceber que apesar de não ser explicito existe muito claro a presença do racismo estrutural a qual a sociedade brasileira está firmada. O racismo foi a base para a não aceitação dos haitianos nas cidades brasileiras. Isso é muito claro na fala das pessoas que escreveram nos comentários das reportagens, "o grande problema é que a política migratória no Brasil não se preocupa em fazer uma triagem dos que chegam e há um grande perigo de propagação de enfermidades com estes movimentos." (B. [homem] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014b). Muitas pessoas associaram o fato de os haitianos serem negros com a disseminação de doenças na cidade.

O racismo é explicito também para os próprios haitianos, na fala do Bellegard Louis Bornot, presidente da AHAIC (Associação Haitiana e amigos de imigrantes de Concordia e Região) que está há seis anos no Brasil e quatro anos no munícipio de Concórdia, percebemos os relatos de racismo, interessante notar que até mesmo os próprios haitianos perceberam que o problema do racismo é um problema que afeta a todos os negros e negras, inclusive os brasileiros e brasileiras, como vemos nos relatos abaixo:

> [...] quando cheguei em Concórdia só tinha um problema, o problema do racismo, mas não é grande, mas em todo o lugar tem, eu não vivi mas tem colegas meus que viveram [...] **se você é negro tu vai achar, tu vai encontrar esse problema do racismo, mas não é só com haitianos tem brasileiros negros que enfrentam também esse problema** [...] as **mulheres** enfrentam problemas de **serviço** e de **racismo** [...] (BORNOT, 2019, p. 1, grifo nosso).

O problema é também mais perceptível quando o recorte de gênero entra para o campo de análise. Percebe-se que as mulheres haitianas são as que sofrem duplamente o preconceito, o de ser negra e imigrante. E isso é notado na quantidade de mulheres haitianas desempregadas no município. Conforme a entrevista do Bornot (2019, p. 2) as mulheres "são a maioria dos desempregados entre os haitianos" um dos motivos, segundo ele, é porque "existe uma dificuldade para as empresas contratarem as mulheres porque eles acham que as mulheres podem engravidar" (2019, p. 2).

Além disso, ainda há pessoas que criticavam as empresas, especialmente a BRF, que incentivaram a vinda de haitianos como forma de forçar a baixa dos salários das empresas e também flexibilizando a mão de obra. Abaixo tem-se uma fala de um homem que critica a escolha por haitianos, por parte das empresas, com o fornecimento de muitos

benefícios, que nem sequer existiram, apenas no imaginário e no senso comum de parte da população. O que a empresa forneceu que foi além dos direitos trabalhistas foi um local para residirem pelo período de três meses, para que eles pudessem organizar locais de moradia.

> Não valorizam a nossa gente da qui para trabalha preferem pagar moradia comida e mais auxilios para estranjeiros [sic] sem qualificaçao e o que adianta falarem que ojovem e o futuro se não dão trabalho moradia, vergonha governo e estas emprezas[sic] deveriam valorizar as pessoas pq tiveram origem aqui nao no haiti . puuca[sic] VERGONHA" (J. [homem] comentando a reportagem de FEIJÓ, 2014b).

Ao mesmo tempo em que a cidade acolhe os imigrantes oriundos do Haiti, o imaginário de grande parte da população acreditava que a chegada dessas pessoas provocaria o caos tanto na ordem social estabelecida como na ordem econômica do município. A maior parte dos imigrantes haitianos, que estão no município, procuram trabalho ou estão trabalhando, na maior parte das vezes em locais onde os brasileiros não desejam trabalhar (trabalhos braçais). Não há casos de constantes transgressões dos imigrantes haitianos, há sim casos de ocorrências, mas que são normais em qualquer comunidade humana.

4 Consolidando a nova vida em novas terras

As dificuldades em terras brasileiras foram muitas, desde o enfrentamento ao preconceito racial a alugar casas para morar. Mas, o que são essas dificuldades para quem foi obrigado a sair de seu local de origem em busca de uma vida com dignidade? Para enfrentar as muitas dificuldades que foram postas em novas terras os haitianos sentiram a necessidade de criar uma Associação Haitiana em Concórdia (AHAIC). O principal objetivo dessa associação de acordo com o seu estatuto é:

> II. Incluir os Imigrantes na sociedade catarinense, proporcionando-lhes condições de sustentabilidade e desenvolvimento da cidadania. [...] **IV.** Congregar todos os seus membros, prestigiando datas cívicas e religiosas ao longo do ano como forma de integração, respeitando a origem cultural dos imigrantes e seus tradicionais costumes (ESTATUTO DA AHAIC, 2018, p. 2).

O objetivo da Associação é relacionado a tentativa de algumas melhorias nas condições de vida frente ao poder público. Uma das principais dificuldades foi, no momento da oficialização da Associação, já que a lei brasileira não permite uma associação com somente imigrantes, era necessário ter pessoas brasileiras na diretoria da Associação. Então, com o apoio da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), a

associação consegue ser formalizada. Membros da IEAB fizeram o que era necessário para a oficialização da Associação com apoio jurídico e técnico e inclusive com a possibilidade de utilizar o espaço da Igreja para desenvolverem atividades para a geração de renda. Apesar de formalmente ter na diretoria brasileiros e brasileiras, efetivamente a diretoria é composta por haitianos e haitianas que realizam o trabalho da associação,

> A AHAIC tem um ano, e criamos a AHAIC porque nós queremos ajudar aos haitianos que estão sem emprego, e para a AHAIC ajudar tem que ter apoio, nós estamos procurando apoio para ajudar haitianos que não estão trabalhando, nosso objetivo é ajudar e defender. Nós temos uma instituição que está nos ajudando desde o começo até agora que é a Igreja Anglicana de Concórdia e a Niara nos ajuda bastante. Mas, vai demorar para nós ajudar bem certinho os haitianos, né. A pior dificuldade que os haitianos enfrentam em Concórdia é a falta de serviço, se o haitianos tem serviço ele tem dinheiro para comprar comida, para mandar para o Haiti (BORNOT, 2019, p. 1).

A oficialização foi um evento muito comemorado já que a vida de muitos haitianos e haitianas poderá ser melhorada devido a intervenção da associação. Outro importante parceiro somou-se à causa dos haitianos, a Niara – Organização Negra de Concórdia. A Niara realiza, inúmeras atividades, para os haitianos e com eles, atividades de ajuda das necessidades básicas, mas ajuda para a capacitação e reflexão sobre o ser imigrante. A Niara já é uma referência na luta pela igualdade racial no município e por isso a importância de a AHAIC estar ligada com a Niara. Um fator que é necessário destacar é a ausência de liderança feminina haitiana nas atividades da AHAIC e Niara.

Com a AHAIC os haitianos poderão encontrar uma referência de atuação para a garantia dos direitos dos imigrantes haitianos, em especial, além de pleitear vagas de trabalho conforme publicação na página do Facebook da AHAIC. Percebe-se, conforme afirmado anteriormente, que as empresas estão dando prioridade em contratar homens haitianos e não as mulheres, na foto isso é claramente comprovado. A JBS, com sede em Seara, possibilitou emprego para 20 homens haitianos. Na fala de Bornot (2019) isso é confirmado novamente, as mulheres, novamente afirmado pelo presidente da AHAIC Bornot (2019) são as que mais sofrem, desemprego e preconceito.

> [...] haitiano gosta de trabalhar, se o haitiano recebe bem ele trabalha bem. Hoje tem em Concórdia 1200 mais ou menos e 700 haitianos estão trabalhando e os outros estão desempregados, e as mulheres é pior, porque nenhum lugar quer contratar elas, nem na BRF querem contratar as mulheres, eu não sei exatamente o motivo, dizem que as mulheres vão dar problemas. As mulheres enfrentam problemas de serviço e de racismo (BORNOT, 2019, p. 1).

Além disso, a AHAIC é uma possibilidade de manter viva a cultura de seu povo. Assim como imigrantes de alemães e italianos mantém viva uma cultura própria. Em maio

de 2019, foi realizado o I Almoço com comida típica haitiana, uma possibilidade de concordienses conhecerem a cultura e a comida típica dos haitianos. Também uma forma de arrecadar recursos para que a AHAIC desenvolva ajuda solidária aos mais necessitados. Nas palavras do Bornot (2019, p. 2) percebemos isso: “o almoço haitiano tem por objetivo arrecadar dinheiro para comprar comida e roupas para os haitianos que estão sem emprego, está chegando o inverno e muitos estão em necessidade”.

A presença dos haitianos no Brasil ainda é uma esperança para os que ficaram no país, já que os haitianos enviam mensalmente dinheiro para o Haiti, para familiares, que segundo Bornot (2019) utilizam especialmente para alimentação. Principalmente, aqueles e aquelas que possuem famílias lá no Haiti.

> Todo o mês eu envio dinheiro para o Haiti, o valor muda de acordo com a minha necessidade, não é todo o mês que eu envio o mesmo valor, depende do valor que ganho na empresa. Tem que mandar para eles todos os meses, eles usam o dinheiro para viver, para pagar aluguel, escola, para alimentação também, para fazer tudo, não tem uma coisa específica, todo o haitiano manda dinheiro para lá, aqui tem muitos haitianos que tem filhos lá e tem que enviar dinheiro direto para lá. (BORNOT, 2019, p. 1).

As necessidades daqueles que ficaram no país ainda são muitas. Principalmente nas questões básicas como alimentação, saúde e saneamento básico. As condições de vida, segundo Bornot (2019), são muito difíceis já que as políticas para a reconstrução do Haiti não são eficientes e não melhoram a situação da maioria da população.

5 Considerações finais

Para muitos estar no Brasil é um recomeço, para outros é uma oportunidade de ajudar seu país. Estar no Brasil não foi uma escolha da grande maioria, foi uma necessidade devido as situações difíceis que se somaram no Haiti, que antes do terremoto vivia uma situação política com muitas dificuldades. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos haitianos e haitianas, estar no Brasil e especialmente em Concórdia tem sido uma experiência de conquistas e de diversos apoios. Não se pode negar que assim como existe as pessoas que são contrárias a entradas dos haitianos no estado e município há as que apoiam e colaboram, como no caso da IEAB e da Niara, mas também de outras pessoas e empresas que colaboram anonimamente.

Percebe-se que a presença dos haitianos no Brasil revelou um racismo que estava coberto pelo manto da civilidade. A presença dos haitianos em terras concordiense levantou alguns debates essenciais para a sociedade, os principais foram: o racismo estrutural da sociedade como um todo e a constante presença dos negros e negras pelas

ruas da cidade, de colonização alemã e italiana. Colonização essa que só foi possível porque houve a expulsão do índio e caboclo que aqui viviam.

Os haitianos e haitianas chegaram para balançar algumas bases que antes eram sólidas e inquestionáveis e mostrar que apesar de ser uma cidade construída de imigrantes ainda tem dificuldades com a chegada de irmãos e irmãs de pele escura. A resistência que os mesmos encontram foi a de manter viva a cultura e forma de expressão do povo haitiano em meio aos italianos e alemães.

Referências

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop**., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.

CAVALCANTI, L.; BRASIL, E.; DUTRA, D. A Movimentação dos Trabalhadores imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro. *In:* CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org). **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

FARIA, M. R. F. **Migrações internacionais no plano multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2015.

OLIVEIRA, A. T. R. de. **Movimentação e registro de migrantes no Brasil:** dados do STI e SINCRE. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org) **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

TONHATI, T.; MACEDO, M.; QUINTINO, F. Autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg): Casos omissos e especiais. In*:* CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. (org) **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil**. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

VOMMARO, P. "Que a diferença não se converta em desigualdade": organizações sociais e história oral na Argentina contemporânea. In: MONTENEGRO, A. T.; DUARTE, G. R.; MONTYSUMA, M. F. F.; FROTSCHER, M.; LAVERDI, R. (Orgs.) **História Oral, Desigualdades e diferenças**. Recife: Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

Fontes

AHAIC. Estatudo da Associação Haitiana e Amigos de Imigrantes de Concórdia e Região. Concórdia, 2018.

BORNOT, B. L. Compartilhando minha experiência. [Entrevista Concedida a] Jordan Brasil dos Santos. Concórdia, 10 de junho de 2019.

BORTOLI, L. Haitianos em situação de vulnerabilidade social serão cadastrados. Rádio Rural, 2016. Disponível em: http://www.radiorural.com.br/noticias/20860-haitianos-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-serao-cadastrados. Acesso em: 06 jun. 2019.

FEIJÓ, M. Haitianos chegam a Porto Alegre procurando por Concórdia. Rádio Rural, 2014b. Disponível em: http://www.radiorural.com.br/noticias/14441-haitianos-chegam-a-porto-alegre-procurando-por-concordia-ouca. Acesso em: 06 jun. 2019.

FEIJÓ, M. Não há ocorrências policiais com haitianos em Concórdia. Rádio Rural, 2014a. Disponível em: http://www.radiorural.com.br/noticias/14487-nao-ha-ocorrencias-policiais-com-haitianos-em-concordia. Acesso em 06 de jun. 2019.

PACHECO, A. Intolerância: "Fora Gorilas Haitianos de Concórdia" diz frase escrita em parada de ônibus. Rádio Atual FM, 2016. Disponível: http://www.atualfm.com.br/site/intolerancia-fora-gorilas-haitianos-de-concordia-diz-frase-escrita-em-parada-de-onibus/. Acesso em: 28 jun. 2019.

VILAS BOAS, E. OSCIP quer saber quantos Haitianos estão passando dificuldades. Rádio Rural, 2016. Disponível em: http://www.radiorural.com.br/noticias/20903-oscip-quer-saber-quantos-haitianos-estao-passando-dificuldades. Acesso em: 06 jun. 2019.

IMIGRAÇÃO E REFÚGIO DOS VENEZUELANOS: IMPLICAÇÕES SOCIAIS PARA A FAMÍLIA

Rosangela Maria Hüning[1]

Isabel Rosa Gritti[2]

1 Introdução

No presente trabalho buscaremos entender as implicações sociais à família no que se refere ao processo migratório e de refúgio da Venezuela para o Brasil, em especial, para Oeste de Santa Catarina entre os anos de 2018 e 2020. Temos como direcionamento responder a seguinte questão: Quais as implicações sociais da imigração e refúgio nas relações familiares dos venezuelanos?

O nosso interesse pelo tema migratório, deve-se a própria inserção como Assistente Social junto ao Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial (CRDHIR), vinculado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com predomínio, pela demanda espontânea dos imigrantes, regularização de documentos, orientações e encaminhamentos aos serviços e programas no âmbito das políticas públicas e reunião familiar. Tornando-se necessário o aprofundamento da realidade vivenciada com análises teórico-metodológica e técnica operativas para qualificar e ampliar a atuação profissional.

Levando em conta o proposto neste estudo, bem como a trajetória de quem o escreve, adotamos como base metodológica a História Social, a partir dos estudos de Thompson (2012), tendo como perspectiva o sujeito protagonista da história, indicando as implicações do processo na vida individual e coletiva. Examinamos ainda fontes documentais, como legislações *online* e arquivos pessoais dos imigrantes e refugiados, tendo como intuito a produção deste artigo. Também trabalhamos com a história oral, que visa narrar trajetórias da existência através do tempo, com significados individuais que delineiam as relações sociais, num carácter para além do individual, possibilita ao narrador fazer escolhas sobre o que lhe parece importante relatar. Thompson (1998), em relação a história oral, diz que o entrevistador deve ter habilidade de saber ouvir, com interesse e fidelidade, saber calar e ouvir. Nesta perspectiva, sensível à transcendência da

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGH/UFFS), Campus Chapecó. E-mail: rohuning@gmail.com.

[2] Doutora em História do Brasil e professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó e Erechim. E-mail: isabel.gritti@uffs.edu.br.

narrativa é que ouvimos uma refugiada venezuelana, representada por Flor (nome fictício), mas que pode retratar trajetórias correlatas.

Para compreendermos este contexto da migração, é necessário observarmos a Lei 9474/1997, que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Nesta lei, em seu Art. 1º, indica-se que

> Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Neste sentido, destacamos o Inciso III, que discorre sobre a grave e generalizada violação dos direitos humanos para estes grupos de sujeitos que migram. Quando nos referirmos aos imigrantes, estamos nos ancorando nos termos da lei 13.445/2017, que em seu Art. 1º

> […] dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se: I – (VETADO); II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil (BRASIL, 2017).

Estes documentos apresentados têm como interesse legislar sobre as migrações na realidade brasileira. Notadamente, a partir de 2008, muitos países vêm sofrendo com crises econômicas, intensificando-se na Venezuela por volta de 2015, incidindo em grande fluxo de mobilidade humana daquele país em busca de alternativas de sobrevivência. Diante disto, os países fronteiriços se tornaram prioritários a curto prazo, sendo este o caso do Brasil, que faz divisa com parte do território venezuelano, nos estados do Amazonas e Roraima.

Com vistas à proteção emergencial da população, com grave violação de direitos humanos e o fundado temor de perseguição em seu país, caracterizando condição para refugiar-se, convencionado em Genebra no ano de 1951, muitos indivíduos e grupo familiares se deslocam desprovidos de documentos pessoais, e sobretudo, sem comprovação de escolaridade sua e de seus dependentes.

O Brasil, por ser apoiador das ações humanitárias firmado com a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), vinha desenvolvendo boas

práticas na acolhida humanitária. No entanto, atualmente, com a crise ocasionada pela pandemia da COVID-19, que levou ao fechamento das fronteiras terrestres sob argumento da necessária medida sanitária para contenção da expansão do vírus, estas práticas sofreram interrupções.

Esta condição tem levado expressivo número de venezuelanos a adentrarem no país de forma clandestina, sabendo que os postos de atendimento da Polícia Federal estão fechados em virtude da pandemia. Sem o protocolo de visto para a entrada no país, como refugiado, é declarado indocumentado, em condições irregulares perante o processo migratório, potencializando sua vulnerabilidade.

Visando responder às problematizações presentes nesta introdução, o presente artigo é dividido nos seguintes itens: Contexto e pretextos da Migração; O Trabalho e as Significações; e Do Enredo ao Fato. Por fim, são apresentadas as Considerações finais do trabalho.

2 Contexto e pretextos da migração

A história da humanidade é marcada por processos migratórios. Na atualidade, milhares de imigrantes buscam melhoria de vida em outros países, devido à guerra, fome, crise econômica, catástrofes ambientais, entre outros acontecimentos adversos e difíceis enfrentados em seus próprios países. Assim, é possível afirmar que a população de países mais pobres, submetida aos ditames geopolíticos capitalistas, colocam-se 'forçadas' a optar por migrar na busca de seguranças mínimas, de acesso a direitos humanos e de trabalho.

Voltar a atenção para produzir um estudo sobre as implicações sociais do processo migratório e de refúgio para a família, permite problematizar múltiplas questões inerentes aos aspectos econômicos, sociais, de representações do trabalho, dos vínculos e costumes, os quais incidem na construção e desconstrução de identidades e de relações sociais e se traduzem nos processos migratórios.

Dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), registram os números de imigrantes que deram entrada no Brasil, no período dezembro de 2019 e janeiro de 2020, demonstrando a crescente chegada em especial da população originária da Venezuela. Um dos aspectos que incidem neste resultado é o fato de o Brasil, fazer divisa territorial com a Venezuela, da cidade de Pacaraima (Brasil) com Santa Elena de Uairén (Venezuela). Outro fator relevante, é o potencial mercado de trabalho que o Brasil vem oferecendo aos imigrantes e refugiados. O Relatório do OBMigra (2020), demonstra

que o mercado de trabalho formal passou de 55,1 mil, em 2010, para 147,7 mil em 2019, em grande parte absorvidos pelos frigoríficos, para o abate de suínos, aves da região Sul.

Neste contexto, um dos destinos dos imigrantes e refugiados venezuelanos é a região Oeste do Estado de Santa Catarina, recorte territorial de nosso estudo, por considerar as oportunidades de trabalho e a oferta de vagas para emprego em agroindústrias, configurando-a como polo laboral nesse setor. Sobre isso Radin (2009, p. 721) reforça que

> Na atualidade, o Oeste Catarinense abriga diversas grandes indústrias, surgidas principalmente entre as décadas de 1940 e 1960. Entre elas estão algumas que, já nos anos de 1970-1980, [..] figuravam como empresas grandes e modernas [...] o uso frequente de novas tecnologias, a forma de se relacionar com os fornecedores de matéria-prima, a utilização do sistema de integração entre a indústria e os agricultores, pela relação que estabeleceram com o mercado, dentre outros fatores.

No cenário da imigração laboral, o OBMigra aponta grupos de homens e mulheres imigrantes por faixa-etária. Dos 17.741 imigrantes em janeiro/20, destaca-se que o maior número se concentra na faixa etária entre 25 e 40 anos, com 6.534 (36,82%), seguido do grupo entre 15 e 25 anos, com 4.174 (23,52%), totalizando 60,34% do total e revelando o perfil jovem desses imigrantes para o trabalho. (OBMigra, 2019; 2020). Ainda, segundo o mesmo relatório, em janeiro de 2020 a população de imigrantes venezuelana no Brasil, identificada por sexo, atinge o número de 9.723, sendo 5.069 homens (52,13%) e 4.654 mulheres (47,86%) (OBMigra, 2019; 2020).

Com o agravante da pandemia da COVID-19, a partir de março de 2020, restringiu-se a entrada de imigrantes e refugiados no território nacional. Esta medida, levou a dimensões alarmantes nas vidas dos migrantes e refugiados, refletindo diretamente na organização e planejamento migratório e no reencontro das famílias no processo.

O fechamento das fronteiras, sob argumento das autoridades governamentais, para evitar a proliferação do vírus, impediu a concessão de vistos (OBMigra, 2020). Desta medida é possível deduzir que inúmeras famílias foram afetadas, pois alguns membros já haviam chegado no Brasil antes do fechamento da fronteira e obtido protocolo de visto por refúgio, ao passo que seus familiares, em grande medida dependentes, sem atendimento pela Polícia Federal, não receberam autorização para entrada no país, o que os levou a práticas de travessia clandestina.

As famílias, nestas circunstâncias, sofrem prejuízos consideráveis em sua organização familiar. Um dos danos, de grande relevância é a separação do grupo de

irmãos e dos pais, corroborando para o rompimento de vínculos e potencializando a exposição a várias formas de violência. Isso representa uma grave violação dos direitos humanos, sobretudo de crianças e adolescentes.

O estabelecimento de regras, normativas de discricionaridade dos governos, impedindo o deslocamento e entrada no país, ou o retorno caso tenha saído, vem ocasionando impedimentos civis e legais, pois sem o visto para entrada, fica impedido de confeccionar documentos brasileiros, como CPF, Carteira de trabalho, abertura de conta bancária, e ainda, sujeitos à deportação ao país de origem. Ao passo que, detendo o referido protocolo, estão aptos a confeccionar os documentos brasileiros e concorrer às vagas de emprego e exercer seus direitos de cidadania. No que se refere às relações de trabalho, abordaremos estas questões no próximo item deste estudo.

3 O trabalho e as significações

O trabalho, historicamente, ocupa lugar central na vida dos homens e nas suas relações sociais. Portanto, é constitutivo do 'Ser Social' em que se transformou o homem ao longo da história. Em sua lógica capitalista, diante do universo de múltiplos interesses e das fortes concorrências, Skrzypczak et al. (2020, p. 9), aponta que,

> […] a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como mercadoria, e isto na medida em que, de fato, produz mercadorias em geral.

Reflete-se nesse sentido, sobre as condições dos(as) trabalhadores(as) imigrantes na atualidade, os quais se deslocam, como já dito, deixando as famílias na expectativa de obter trabalho para sua subsistência e de seus familiares que permaneceram no país de origem. Outro elemento importante neste contexto de busca por trabalho e renda é a promoção da (re) união familiar. No entanto, o cotidiano imediato compromete seguir nesse ideário.

De um lado, os imigrantes se deparam com a concorrência acirrada no mercado de trabalho, a desvalorização da sua força de trabalho, a baixa remuneração, o alto custo para sua manutenção, bem como as taxações elevadas para envio de remessas financeiras aos que permaneceram no país de origem. Por outro lado, como já mencionado, enfrentam barreiras relativas à vida civil e a documentações exigidas, em especial, os refugiados.

O histórico e a trajetória das migrações, sobretudo o/a imigrante como trabalhador/a, tem relação com a falta de oportunidade para vender sua força de trabalho no país de origem. Torna-se, portanto

> [...] essencialmente uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito [...] revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser […] o próprio imigrante desaparece, na medida que desaparece o trabalho (SAYAD, 2000, p. 55 apud WINCKLER; PEREIRA; RENK, 2016, p. 201).

Desta forma, vulnerabilizados, ficam reféns das regras do mercado de trabalho capitalista, que são voltadas essencialmente à produtividade e lucratividade, com prioridade aos interesses econômicos e financeiros. Já as relações familiares e individuais do trabalhador de forma geral, e, em especial do imigrante, ficam secundarizadas.

Para Sayad (1998 apud BLAY, 2000), o processo de migração, é um 'processo total', deve ser considerado desde as condições que levam a emigrar, até a maneira de inserção do imigrante no país para onde vai. Contudo, nem sempre isso acontece na totalidade – o/s imigrante/s costumam ser bem-vindos/as para suprir a mão de obra exigida pelo mercado em determinado momento. Dessa forma, passa/m a se "[...] constituir um 'problema' para o país que o utiliza. A necessidade do mercado de trabalho é circunstancial, o 'imigrante' é considerado um ser 'provisório', mesmo que esta provisoriedade dure mais de trinta anos" (BLAY, 2000, p. 1).

Diante dessa fragilidade, as estratégias adotadas para sobrevivência são as mais diversas, com resultados múltiplos, porém não sem muitas contrariedades. Visando contextualizar esta realidade apresentada a partir da literatura e dos documentos obtidos na pesquisa, no próximo item deste artigo buscaremos caracterizar a história vivida por nossa entrevistada.

4 Do enredo ao fato

Neste item iremos abordar as discussões oriundas da pesquisa de campo a partir da história oral. Assim, serão retratados elementos acerca da trajetória de Flor desde o seu deslocamento para o Oeste de Santa Catarina e as implicações vividas desde processo.

Iniciamos dizendo que Flor saiu de Caracas, na Venezuela, no último trimestre de 2017, após ter perdido seu trabalho como agente pública comissionada, não dispondo de nenhuma outra renda que pudesse recorrer. Estava morando de aluguel, após ter vendido a casa de sua propriedade, na qual anteriormente residia com seus três filhos, todos menores de idade. Considerando a falta de perspectiva naquele país, devido a crise

econômica que se agrava a cada dia, com elevação do custo de vida, tornando impossível o seu sustento e dos três filhos, sob sua responsabilidade.

Flor se reuniu com os filhos e anunciou que emigraria para o Brasil em busca de emprego, e posteriormente iria buscá-los, neste ínterim, eles ficariam residindo com sua mãe. Deslocou-se por via terrestre, por meio de transporte coletivo rodoviário e com caronas. Ao chegar na fronteira com o Brasil, em Pacaraima, no estado de Roraima, ainda em 2017, procurou a Unidade de Fronteira da Polícia Federal e solicitou visto de refúgio. Nesta condição, passou a confeccionar os documentos brasileiros para circular no país. Estes documentos podem ser descritos como o Código de Pessoa Física, Carteira de Trabalho e que foram encaminhados por Organizações Não Governamentais (ONGs), que atuam naquela fronteira com ações humanitárias. Exemplos destas ONGs podem ser descrito como a Cáritas, Pastoral do Imigrante, representantes do Acnur, entre outras que compõe uma rede bastante extensa.

Flor refere ter enfrentado muitos desafios ao chegar na fronteira, pois havia muitos imigrantes naquele local, onde seus conterrâneos, no entanto, eram pouco solidários e competitivos. Segundo ela, não havia como acolher a todos imigrantes nos abrigos para passar a noite, estes espaços eram disputadíssimos, tinha que preencher um cadastro e aguardar. Diante disto, dormiu na rua por alguns dias.

Sua meta era adentrar o país o mais rápido possível, pois na fronteira não havia vagas para trabalho. Sem um destino certeiro, solicitou passagem para uma cidade próxima. Conforme a possibilidade de liberação de passagem, deslocava-se na tentativa de encontrar um abrigo e ter a possibilidade de encontrar um trabalho em qualquer área, mesmo tendo formação em nível médio como cuidadora de idosos, agente pública, deduzia que não seria imediata a validação de seus cursos profissionalizantes.

Na constante busca por trabalho, com contatos presenciais e busca *online* pelo *Facebook*, identificou uma possibilidade em uma cidade no estado do Mato Grosso, onde realizou contato com o proprietário e se deslocou até lá. Porém, ao se apresentar para o trabalho em um pequeno restaurante, a esposa do proprietário, não permitiu seu contrato, exigiu que se retirasse imediatamente, tão pouco admitiu a possibilidade de lhe ressarcir o gasto com as passagens.

Recorreu a assistência social daquele local em busca de abrigo e trabalho. Recebeu algumas opções de trabalho, porém, conforme sua avaliação, tratava-se de visível exploração. O mesmo trabalho que deveria desenvolver, no cuidado com um idoso, receberia 50% a menos, do que uma brasileira receberia, não teria folga, pois teria que

“[...] cobrir a folga, da cuidadora brasileira” (FLOR, 2021). Então disse à contratante “[...] eu sou uma imigrante, e não uma burra, pode ficar com sua vaga” (FLOR, 2021).

Denota-se do relato de Flor, que vigora a concepção de exploração do trabalho do imigrante, dada sua vulnerabilidade, pautados no regime escravocrata, de trabalho em troca de comida, sem garantia de direitos trabalhistas, em grande parte na informalidade. Essencialmente as mulheres refugiadas são diretamente submetidas às precarizações das condições de trabalho, sem ter assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários.

Dando prosseguimento a peregrinação, Flor revela que novamente buscou na rede de atendimento social passagem para seu deslocamento, desta vez, obteve para o Rio de Janeiro. Ao chegar, sem abrigo, dormiu no terminal rodoviário por algumas noites. Então, conheceu um artesão, que comercializava sua arte nas ruas. Passaram a se relacionar afetivamente, passaram a morar juntos. Comenta, que “[...] ele é uma pessoa bacana, eu tenho medo de ficar só nas ruas, ser estuprada, ou coisa assim. Me sinto mais segura com ele” (FLOR, 2021).

Flor, consegui um trabalho na área de serviços gerais em um Instituto. Diz que era muito puxado, muitas horas, muito trabalho. Morava distante do trabalho, gastava em torno de 2 horas para cada deslocamento com transporte coletivo e o salário era insuficiente para sua manutenção, não reunia condições de fazer reserva para enviar a família na Venezuela. Pediu demissão e seguiram em viagem, por outras cidades e capitais, vendendo artesanatos, associados a eventuais trabalhos como diaristas, em lanchonetes, bares, em um ano, conheceu 12 estados do Brasil.

Questionada sobre como chegou a Chapecó, informa que visualizarem nas redes sociais do *Facebook*, chamado para trabalho em uma agroindústria da região, então deslocaram-se na expectativa de trabalho. Seu companheiro, brasileiro, conseguiu na primeira seleção, já ela, ficou sem trabalho, realizando várias seleções e entrevistas ao longo de um ano, até que finalmente conseguiu um trabalho em uma agroindústria no estado do Rio Grande do Sul, na qual seu companheiro e um dos filhos, atualmente maior de idade, também trabalham.

O filho de Flor, que também havia permanecido na Venezuela, com os demais, veio ao Brasil no início de 2021, quando as fronteiras já estavam fechadas. Porém já tinha o visto para entrada no Brasil anteriormente ao fechamento da fronteira, providenciado por sua mãe já que era menor de idade. No entanto, sua entrada também foi clandestina, pois a fronteira já estava fechada pela questão epidemiológica. Entrou de forma

clandestina, aproveitando-se, segundo ela, da confusão generalizada que encontrava aquela fronteira no lado brasileiro, com tantas pessoas nas ruas, sem abrigo.

Flor revela que no segundo semestre de 2020, havia retornado a Venezuela, onde permaneceu em torno de 60 dias, para cuidar de sua mãe, que é hipertensa e havia adoecido. Quando sua mãe melhorou, Flor retornou ao Brasil, praticando a denominada migração pendular, quando vai e volta do país de origem. Esta é uma condição que merece regularização, sabendo ser a necessidade de muitos dos imigrantes que se deslocam, como já vimos, deixando familiares, em especial, filhos menores. Os demais, ainda permanecem aos cuidados da família extensa, sob responsabilidade da avó materna, no aguardo da liberação das fronteiras para que a mãe possa mover um pedido de re-união familiar.

O histórico de Flor ilustra um grande número de famílias, na qual a mulher é a provedora do sustento e responsável pela criação dos filhos (UNICEF, 2020). Nesta condição as mulheres têm urgência na inserção laboral, sujeitas à precarização das condições de trabalho, a redução dos direitos trabalhistas e previdenciários. Estes fatos nos permitem refletir sobre diversos aspectos envolvendo a família e suas relações no cuidado com os idosos, crianças e doentes da família. A própria deliberação e estratégia da emigração em busca de oportunidade é vista como uma estratégia para geração de renda.

Atenta para a necessidade de boas ações para fortalecimento da rede de apoio, com vistas ao fortalecimento de vínculos no fluxo de migrantes e refugiados, de forma articulada, com políticas interinstitucionais e internacionais. Desta maneira, assegurar a efetivação dos direitos das pessoas em mobilidade de acessarem as políticas sociais como saúde, educação, trabalho formal, confecção de documentos, assim, possibilitando reagrupamento familiar.

Acrescenta-se ainda a importância do desenvolvimento de política de gênero com vistas a assegurar a mulher, a igualdade de acesso, transferência de renda, trabalho e de segurança, para evitar que seja eventualmente forçada a uma união conjugal para obter certa proteção.

Estas circunstâncias nos remetem a problematizar o *locus* de pertencimento da mulher. Tendo como parâmetro a sociedade machista de cunho patriarcal, este espaço deve ser restrito ao âmbito privado. Paradoxalmente, na contemporaneidade, ocupa papel de provedor das famílias, o que lhe remete a colocar nas disputas no mercado de trabalho no âmbito não mais privado, mas público. Porém, as ruas ainda são espaços

masculinizados, onde as mulheres não têm segurança e plena liberdade para circular, indicando a necessidade da figura masculina como escudo protetor, o que foi evidenciado por Flor em sua narrativa.

Nestes meandros, Perrot (2005), corrobora para análise de elementos relacionados às disputas de poder nos diferentes espaços, identifica a mulher popular como rebelde. Esse comportamento a coloca em patamar diferenciado, voltado aos aspectos da divisão sexual do trabalho e às atividades ditas 'boas para as mulheres'. Nesse sentido, compreendemos a cidade como "[...] espaço social, étnico e sexuado, que demarca o espaço público como masculino e o privado como feminino, ao mesmo tempo que permite algumas transgressões a esse modelo a partir das lutas cotidianas das mulheres" (WOITOWICZ, 2008, p. 255).

A história retratada por Flor, neste contexto de migração, nos ajuda a pensar as relações que são estabelecidas na vida das famílias que precisam se deslocar em busca de melhores condições de vida. No caso de Flor, ela migrou e buscou a partir do seu trabalho a geração de renda para sua sobrevivência, mas também para os seus que estavam na Venezuela através do envio de recursos. A ocupação deste território por ela apresentou muitos aspectos desafiadores e que irão compor sua história, mas que se correlacionam a muitas outras histórias vividas pelos países afora. Neste item, buscamos sistematizar algumas reflexões e análises acerca deste contexto.

5 Considerações finais

Buscamos ao longo deste estudo responder à questão norteadora que nos remete a pensar sobre quais as implicações sociais da imigração e refúgio nas relações familiares dos venezuelanos. Neste sentido, podemos indicar que é possível assegurar a complexidade do processo migratório, as graves violações de direitos humanos pelas quais os imigrantes e refugiados passam desde o momento que decidem emigrar. Da origem até a chegada no local de destino, muitos são os desafios vividos, ainda que amparados por legislações e tratados históricos e contemporâneos.

Na dinâmica de acolhida deste fluxo migratório misto, de imigrantes e refugiados, neste caso tomado por referência os venezuelanos, pode se dizer que há uma rede de proteção socioassistencial organizada e articulada entre a sociedade civil e governo, que efetivamente vem acolhendo esta população. Nesse sentido, Flor nos contou e que também pode ser observado em Relatórios, as diversas e fundamentais ação para acolhida dos imigrantes impetrada pelas Organizações Internacionais para Imigrações (OIM),

representação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a Cáritas, entre outras tantas, que em parceria com o Governo Federal desenvolvem ações humanitárias e encaminhamentos imprescindíveis para acesso aos direitos sociais dos imigrantes.

Além da acolhida imediata, disponibilizando abrigo e alimentação, promovem diferentes modalidades de interiorização, sendo este um Programa do Governo Federal para colocação desta população no mercado de trabalho em outros estados da nação. Demandando uma ampla rede de contatos públicos e privados para realocação dos migrantes, inclusive considerando o potencial para reunificação familiar, ou seja, remanejar os recém-chegados para regiões próximas ou conjuntas com familiares, da mesma forma, os que mantêm vínculos afetivos e sociais.

A rede atua no sentido de dar resposta emergencial à população, em caráter imediato para amenizar a vulnerabilidade da travessia e fronteiras, indicando o brado do fortalecimento dos atores humanitários, não só na fronteira, como em todo território de destino do imigrante. Diante de dados e relatos tão significativos, intenta-se com o alcance das análises sobre contextos e processos migratório e de refúgio contemporâneos, laboral, para o Brasil e as implicações sociais para as relações familiares, contribuir para com a rede de atendimento, no sentido de problematizar questões relativas a esta população, por vezes naturalizadas, e apontar para a necessidade de políticas sociais de âmbito nacional e internacional, que atendam às necessidades humanas desta população.

Porém ainda existem desafio que são enfrentados pelos que migram, mas também pelos que atuam nas instituições. Esta notoriedade coloca em pauta o complexo desafio para o enfrentamento das vulnerabilidades institucionais, políticas, econômicas e sociais, que apontam para emergente implementação de políticas públicas inclusivas de proteção de direitos dos refugiados. Estas políticas públicas podem ser descritas a partir do apoio técnico aos agentes locais, garantia de acesso aos serviços, acesso à renda, educação, seguridade, ampla proteção social à população em mobilidade humana.

Referências

BLAY, Eva Altermann. Imigração ou os paradoxos da alteridade (Resenha da obra de Abdelmalek Sayad). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v, 43, n. 1, 2000.

BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 24 mar. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implantação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 22 jul. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 22 jun. 2021.

Entrevistada Flor. [abr. 2021]. Entrevistadora: Rosangela Maria Hünning. Chapecó, 2021.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS OBMigra. **Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. Relatório Mensal do OBMigra,** v. 1, n. 1, jan. 2020. Brasília: OBMigra, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais. Acesso em: 16 jun. 2021.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS OBMigra. Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. **Relatório Mensal do OBMigra**, v. 0, n. 12, dez. 2019. Brasília: OBMigra, 2019. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais. Acesso em: 16 jun. 2021.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização.** Chapecó: Argos, 2009.

SKRZYPCZAK, Valdir et al. CEJAX - Centro de Educação de Jovens e Adultos de Xaxim -SC: o espaço de alienação para a resistência ou resistência para a alienação no contexto do trabalho na agroindústria. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 74, p. 351-374, jan./abr. 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiariedades dos ingleses e outros artigos.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado:** história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

WINCKLER, Silvana. PEREIRA, Reginaldo. RENK, Arlene. (Org.). **Reflexões sobre cidadania e direitos humanos na Nova Ordem Mundial.** São Leopoldo: Karywa, 2016.

WOITOWICZ, Karina Janz. Ecos de uma história silenciosa das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 253-256, jan./abr. 2008.

REFLEXÕES GEOJURÍDICAS SOBRE AS CRIANÇAS MIGRANTES

Laila Roxina Moliterno Abi Cheble[1]

1 Introdução

Nos últimos anos, os movimentos populacionais têm cobrado maior relevância, pois independentemente das causas da migração é concebido como um fenômeno global[2] e complexo que não reconhece barreiras geográficas e afeta a múltiplos estados. Nesse entendimento, destaca-se uma questão chave, complexa e que nos leva a considerar o exercício duma nova "cidadania metropolitana", nesse cenário global. Conforme assinala Brenner (2013, p. 26), assim como as cidades tradicionais estão se dissolvendo e o processo de urbanização se generaliza, cabe a possibilidade de que uma nova forma de cidadania coletiva modifique o mundo. Nesta perspectiva, cabe situar as crianças migrantes, deslocadas, refugiadas que são insertas em novas dinâmicas urbanas, adota-se a definição de criança (pessoa de até 18 anos) contida na Convenção dos Direitos da Criança, o instrumento com maior aceitação global - 196 ratificações- (ONU, 2015).

Sejam países receptores, de origem ou de trânsito, a migração se posiciona como um *facing issue* que preocupa a comunidade internacional. Apresenta-se assim como uma força "aceleradora, diversificadora e politizada que revolucionou a maneira na qual se definem os Estados-nação e as identidades do grupo"[3] (BORKERT ET AL, 2006). De acordo com Sayad (1998, p.15):

> A imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; nisto, encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço [....] Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente.

Entende-se, assim, que se precisa uma abordagem interdisciplinar da temática, pois se deve compreender a migração como um fenômeno holístico, integral e complexo.

---

[1] Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculada ao Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) sob orientação da Profa. Dra. h.c. Claudia Lima Marques. Bolsista CAPES. Possui graduação em Direito (advogada) pela *Universidad Nacional de Tucumán* (2020) com período sanduíche na UFRGS (2017). Pesquisadora no grupo de pesquisa CNPq "Mercosul, Direito do Consumidor e Globalização". E-mail: lailamoliternoa@gmail.com.

[2] Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/theme/internationalmigration/index.asp. Acesso em: 04 mar. 2021.

[3] No original: "aceleradora, diversificadora y politizada que ha revolucionado la manera en que se definen los Estados-nación y las identidades de grupo…" [Tradução livre da autora].

Note-se que os próprios estados reconheceram a "importância de proteger os direitos humanos das pessoas migrantes, especialmente de mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis, durante cada etapa do processo migratório" (ONU, 2010, p. 6).[4]

Aliás, as principais causas de migração "tanto norte-sul, quanto sul-norte" estão ligadas a privações, restrições ou a não efetividade dos direitos humanos nos países de origem, além de fatores como a pobreza, inequidade, discriminações em razão do gênero (ABRAMOVICH, CERNADAS Y MORLACHETTI, 2011, p. 4).[5]

Note-se que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)[6] quanto o Tribunal Europeo de Direitos Humanos[7] tem reconhecido a situação de especial vulnerabilidade no que se encontram as crianças migrantes, circunstância que deve prevalecer para garantir seus direitos embora a sua residência não seja legal. Nessa linha, a Corte IDH e UNICEF (2019, p.58) tem salientado a o risco de que as crianças envolvidas em processos de mobilidade humana padeçam situações de violência assim como o rol dos Estados como garantes dos direitos desse grupo merecedor de uma proteção reforçada[8]. O presente estudo, adere ao paradigma da proteção integral a infância, que percebe as crianças e adolescentes como sujeitos de diretos. Lembrando que a Convenção dos Direitos das Crianças contém uma série de princípios e obrigações que interessam no presente estudo, tais como: o princípio da não discriminação de todas crianças baixo sua jurisdição (artigo 2), o princípio do melhor interesse da criança (artigo 3), o direito das crianças a participar e ser ouvidas nos processos judiciais no quais sejam parte (artigo 12), o dever de adotar medidas para proteger a esse grupo das diversas formas de violência (artigo 19), o dever de dotar medidas para que as crianças recebam a proteção e a assistência humanitária necessária enquanto peticionam para obter a condição de refugiadas (artigo 22), o direito de gozar do melhor padrão possível de saúde (artigo 24), o direito a um "nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental,

[4] No original: ¨Los Estados Miembros destacaron la importancia de proteger los derechos humanos de los migrantes, en particular las mujeres, los niños y otros grupos vulnerables, durante cada etapa del proceso migratorio¨. [Tradução livre da autora]

[5]Original: "The main causes of migration, both South-South and South-North, are intrinsically linked to human rights deprivations in origin countries, such as poverty, inequalities, gender-based discrimination and lack of opportunities". [Tradução livre da autora].

[6] Veja os casos: "Villagrán Morales et al Vs. Guatemala", "Nagede Dozema et al Vs. Republica Dominicana" (2012), "Familia Pacheco Tineo Vs. Bolivia" (2013).

[7] Veja o caso: Mayeka et. al. Vs. Bélgica (2006) -XI Corte Eur. D.H. 267, 288-89. Disponível em: https://hudoc.echr.coe.int/fre#{%22itemid%22:[%22002-3083%22]}.

[8] Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/sitios/libros/todos/docs/violencias_spa.pdf.

espiritual, moral e social" (artigo 27), o direito ao descanso e ao lazer (artigo 31), entre outros.

Contudo, procura-se refletir sob a importância de uma abordagem interdisciplinar da temática partindo de conceitos geográficos para salientar o necessário diálogo entre o direito e a geografia.

2 Processos migratórios e sua governança

Os processos migratórios estão ligados à própria expansão do capitalismo, "a circulação de capital, mercadorias e pessoas", conforme Baeninger (2020, p. 319), aos processos produtivos e até aos próprios processos de integração regionais (por exemplo, o "Acordo sob residência para nacionais dos países partes do MERCOSUL e de Bolívia e Chile"). Segundo Baeninger (2020, p. 319), a migração gera "um excedente populacional" que tem relação com as necessidades, tanto no país emissor quanto receptor e constitui um novo movimento transnacional, que toma em consideração a divisão do trabalho. Aliás, pensar em migração exige refletir sob a necessidade imperiosa de "dar voz" a todas as pessoas migrantes.

Por sua parte, os processos de urbanização entendidos como a progressiva concentração de "população, atividades econômicas e inovações" mais relevantes em determinado local são: *dinámicos y se mueven al compás de los cambios en los factores tecnológicos, sociales, políticos, económicos o demográficos* (MARTINEZ, 2006, p. 80). Assim, apresentam-se ligados a esse fluxo populacional e ressalta-se, também, a posição que possuem as metrópoles contemporâneas, muitas vezes locais de destino de quem migra, ao tempo que atuam como um s*oporte al fenómeno de globalización y como nudo en las redes de comunicación e información* (MARTINEZ, 2006, p. 83).

Lembrando que os processos migratórios envolvem necessariamente a redistribuição da população mundial e, portanto, exigem que diversos temas sejam incorporados à agenda internacional para uma melhor análise, tais como: processos de reestruturação produtiva e urbana, a configuração do Estado-nação, a relação entre migrações e desenvolvimento e a governança das migrações internacionais (BAENINGER, p. 318). Todo isso, sem desconhecer que a globalização tem sido utilizada para compreender os fluxos migratórios e, que a governança deste fenômeno, implica pensar em termos de "liberdade de movimento" das pessoas migrantes (MARMORA, 2010, p. 77).

Nos últimos anos, as fronteiras já não são consideradas apenas produto das relações sociais senão também as suas produtoras, variáveis importantes para explicar diversos fenômenos contemporâneos (ALMEIDA, 2020, p. 11). Nesse sentido, esses espaços são determinados e influenciados pelas "lutas migrantes", que possuem um papel chave na definição e delimitação de políticas migratórias (DOMENECH; DIAS, 2020, p. 43). Dessa forma, é importante ressaltar que, nos últimos vinte anos, tem se intensificado a "crimigração", ou seja, a "criminalização da migração e securitização de fronteiras em escala global" (DOMENECH; DIAS, 2020, p. 46). Só para ilustrar, um exemplo de política de securitização pode ser observado no DNU 70/2017 da República Argentina, ditado durante o governo do ex-presidente Macri e recentemente derrogado perante o DNU 138/2021 do atual Presidente Fernandez, pois esse decreto modificava a lei n° 25.871 de migrações, vulnerando direitos (a defesa, ao devido processo legal, a unidade familiar etc.) das pessoas migrantes e não encaixando no paradigma de respeito aos direitos humanos e integralidade do fenômeno migratório.

Conforme Mármora (2010), três modelos de governabilidade no que tange às migrações podem ser identificados: um de securitização (que posiciona a migração como parte duma política de segurança nacional, onde o migrante e até sua cultura e identidade são apresentados como uma potencial "ameaça"), uma "de benefícios compartilhados" (que tem como base os tratados internacionais assim como os acordos entre países que fomentam a migração para cobrir determinados trabalhos) e uma de desenvolvimento humano das migrações (a mais "humana" e respeitosa dos direitos humanos das pessoas migrantes, colocando a sua dignidade humana no centro da política migratória a ser construída). Questionar como esses modelos permitem um tratamento respeitoso - ou não - da infância migrante é chave para analisar como são garantidos/vulnerados seus direitos.

Na política migratória da América Latina, destacam-se numerosos convênios bilaterais sob migrações, tais como: a Conferência Sul-Americana de Migração, o "Foro Especializado Migratório do Mercosul" e o "Foro Andino de Migrações" (cujos avanços significaram um posicionamento regional), assim como a construção do Plano Sul-americano de Desenvolvimento Humano das Migrações (PSDHM). Todos eles estão enquadrados dentro duma perspectiva de desenvolvimento humano para as migrações, fato que sem dúvidas repercute nos direitos sociais, civis e políticos que serão garantidos as pessoas migrantes em geral e as crianças em particular assim como a participação que lhes será permitida nesses novos espaços.

3 O direito à cidade como um direito humano

O conceito de Direito à Cidade foi desenvolvido pelo francês Henri Lefebvre (1968) que enfatiza, nesse direito, como a possibilidade e a capacidade dos habitantes, especialmente da classe obreira, de criar e produzir a cidade e os espaços, assim como a participar na vida urbana, priorizando o valor de troca. Isso deve acontecer numa sociedade onde a industrialização tem determinado a produção em massa de mercadorias e acarretado o predomínio do valor de uso. Lefebvre (2001, p. 113) propõe, assim, que "apenas grupos, classes ou frações de classes sociais, capazes de iniciativas revolucionárias, podem se encarregar e levar até a sua plena realização soluções para os problemas urbanos" e só com esse envolvimento a renovação da cidade se tornará efetiva. Neste sentido, o conceito desenvolvido pelo Lefebvre tem um caráter revolucionário utópico, pois ele interpreta que a crise da cidade se deve ao modelo capitalista de produção que condiciona a sociedade industrial (DOS SANTOS GOMES, 2018, p. 493) e que o caminho é o envolvimento dos afetados.

Posteriormente, o conceito foi estudado pelo inglês David Harvey (2012), que destaca que as "cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente" (2012, p. 74). Desse modo, os processos de urbanização encontram-se necessariamente ligados à mobilização dos "excedentes" de capital e mercadorias assim como aos processos de produção. Frise-se que, para o mencionado autor, o direito à cidade apresenta-se "muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade" (2012, p. 74). Assim para Harvey o direito à cidade é um estádio intermédio de um projeto maior, a construção de um mundo não capitalista. Numa releitura posterior, o inglês Edward Soja aponta o direito à cidade sob um olhar "eclético" que procura conciliar ideias Lefrebvrianas como o feminismo e os estudos culturais (MOLANO CAMARGO, 2016, p. 11).

Por sua parte, conforme doutrina Lorenzetti, os direitos humanos resultam da própria condição de ser humano (2001, p. 10). Aliás, a expressão direitos humanos tem vocação universal, apresenta-se vinculada ao direito internacional: "[...] independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos" (SARLET, 2006, p. 35-36).

O Direito à Cidade é "um direito social, ademais de um direito de desfrute individual" (MOLINARO, 2010, p. 164) e presenta-se como um direito humano coletivo

na medida em que todos os habitantes devem ter a possibilidade de participar efetivamente na construção e desfrute do espaço e difuso (mencionado na Carta Mundial pelo Direito à cidade), pois não só envolve as pessoas que moram em elas na atualidade, mas também as futuras gerações. Nessa seara, o direito à cidade implica que as cidades sejam concebidas "como bens comuns" onde todas as pessoas possam acessar a serviços, recursos urbanos, oportunidades, participar na delineação da cidade e desfrutar de seus direitos em condições de igualdade o que inclui as crianças (GLOBAL PLATFORM FOR THE RIGHT TO THE CITY, p. 12). Compreender a cidade como um bem comum leva-nos a garantir uma vida digna a todos os residentes urbanos, para que eles trabalhem em prol da inclusão das pessoas, especialmente vulneráveis: crianças, mulheres, pessoas migrantes, idosos, entre outros.

Igualmente, o direito a cidade não pode ser reduzido a uma dimensão material, ou seja, às estruturas, às ruas e aos edifícios que há em cada cidade; portanto, há três dimensões que o explicam: a material (distribuição dos recursos que respeite a justiça social), a política (implica que as políticas governamentais efetivassem e possibilitassem o exercício da cidadania) e a simbólica (que toma em consideração as diversas identidades e a própria diversidade sociocultural existente). Todas elas são interdependentes e necessárias para que as cidades possibilitem interações, conexões, intercâmbios na vida urbana, assim como a coesão social, o respeito à diferença – tão importante numa sociedade pós-moderna – a não discriminação, a inclusão e até a segurança.

As crianças migrantes, habitantes – temporários ou permanentes – não têm ingerência na configuração dos espaços, os seus direitos são vulnerados das mais variadas formas, e tanto o modelo de governança quanto a política migratória condicionam suas vidas ao tempo, impedindo a sua participação na configuração do espaço que habitam. Nesse sentido, o direito à cidade "vem sendo ditado pelos interesses do capital, apesar de resistências e enfrentamentos na luta pelo direito a ter direitos" (TOURINHO BAPTISTA, 2010, p. 394).

O Direito em estudo foi primeiramente reconhecido na Declaração de Viena (1993), que reforça a sua implementação universal, indivisível e interdependente (características dos direitos humanos). No sistema latino-americano, o Pacto de San Jose de Costa Rica consolida um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais, haja vista que estabelece que eles não derivam do fato de ser nacional de determinado Estado senão, dos atributos da pessoa humana. Note-se também que a garantia de não discriminação (sua proibição), está consagrada em

diversos instrumentos internacionais e seu alcance varia, por exemplo: a Convenção Americana de Direitos Humanos (no seu artigo 24) e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (no seu artigo 26) contemplam cláusulas gerais, que estendem a proibição de discriminação a quaisquer outras matérias (não só aos direitos reconhecidos que incluem uma vida digna); a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (no seu artigo 14) restringe a proibição de discriminação aos próprios direitos estabelecidos no instrumento. Assim, no primeiro desses instrumentos – um dos mais importantes e aceitados na história universal – o direito a não discriminação apresenta-se como uma espécie de "direito a ter direitos" já que consagra uma proteção para todas as pessoas a não serem discriminadas, ou seja, a que suas liberdades e direitos não sejam limitados ou restringidos ilegitimamente (ZEPEDA, 2006, p. 25).

Nesta seara, há outros instrumentos que adotaram medidas para a proteção específicas (em razão da idade, gênero, etnia, condição migratória, saúde) para determinados grupos merecedores de uma proteção reforçada, a saber: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção para a Proteção dos Trabalhadores Migrantes e das suas Famílias e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas deficientes. O fundamento e a necessidade desses instrumentos encontram-se na própria experiência, pois são pessoas pertencentes a grupos que sofreram historicamente "discriminação estrutural ou sistêmica" e se encontram numa situação de vulnerabilidade onde múltiplos obstáculos impedem que seus direitos sejam exercidos e efetivados (COURTIS, 2010, p. 108).

Contudo, o direito à cidade apresenta-se como um "compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas" (INSTITUTO PÓLIS, 2020). Compromisso não só dos Estados, que são os garantes em última instancia dos direitos humanos, mas também dos habitantes, dos ativistas, das ONG, dos acadêmicos, das instituições democráticas que reforçam a ideia e a necessidade de que todas as pessoas participem na construção dos espaços habitados.

Assim, salientam-se seguidamente como as cidades constituem-se o não como espaços de inclusão deste novo grupo migrante.

4 Cidades como “espaços de sedução”

Com independência dos motivos que levam as pessoas a migrar, as grandes cidades apresentam-se como espaços de possibilidades: econômicas, de emprego, sociais. Nas palavras de Portes (2001, p. 116): “*El aire de la ciudad puede hacer libres a hombres y mujeres, pero las ciudades contemporáneas no están en libertad de determinar quién se establecerá o no en ellas*".

Lembre-se que, conforme Jayme (1999, p. 4-9), a pós-modernidade caracterizou-se pelo pluralismo nos modos de vida, pelo direito à diferença, pela tolerância do diferente sem uma pretensão universal, por uma coexistência (multiculturalismo). Nesta sociedade pós-moderna, pretender reduzir a causa das migrações contemporâneas só a motivos econômicos é pouco razoável, pois o processo migratório em se mesmo é muito mais complexo. Nesse raciocínio, o fluxo migratório deveria se dirigir dos países mais pobres aos mais ricos e a evidência demonstra que não acontece desse modo:

> Los países africanos e asiáticos mais pobres - como Sierra Leona, Burkina Faso, Myanmar o Indonesia— no están bien representados entre las principales fuentes de migrantes internacionales hacia Estados Unidos; de manera semejante, países latinoamericanos pobres, como Bolivia, Honduras o Paraguay, envían un número insignificante de migrantes a Francia, Alemania y el Reino Unido (PORTES, 2001, p. 118).

Assim, o fluxo não se rege só por razoes econômicas pois, há outros fatores determinantes: laços históricos, políticos, proximidade física, intervenções ou relações passadas de colonialismo a semicolonialismo.

Partido do doutrinado por Ortigoza (2010) planteia-se que a vida urbana tem mudado a partir do século XX, com as novas formas de comercio incorporadas, as novas tecnologias e os avanços do mundo digital, assim na sociedade urbana há uma forte tendência a mundialização das formas de vida, comportamentos e valores desejáveis (ORTIGOZA, 2010, p. 19). Deste modo, conforme Lencioni “o urbano e o mundial ao se mesclarem um no outro se modificam reciprocamente” configurando um novo espaço urbano (p.46).

Neste sentido, conforme assinala Moura (2010, p. 7) “com o avanço da metropolização, as configurações espaciais (...) vão sofrendo mutações e adquirindo peculiaridades a cada momento”, assim entende-se que as mudanças e mutações transformaram-se na “regra” nas novas metrópoles. Neste ponto, vale a pena salientar a mercantilização do espaço que termina por converter as próprias cidades em

“mercadorias”, lembrando que a história do comercio está muito ligada à história das cidades (ORTIGOZA, 2010, p. 26).

Conforme Ortigoza (2010), a cidade pós-moderna gira em torno “do consumo, jogo e entretenimento”, todos eles em “lugares de hiper-realidade” e de contemplação. Assim, o consumo apresenta-se como uma pressão, um fato determinante tanto na produção quanto na reprodução do espaço urbano ‘(2010, p. 10). Chega-se a afirmar que “o mundo atual é o mundo da mercadoria” (ORTIGOZA, 2010, p. 24), em outras palavras o consumo tornou-se propulsor e impulsor de encontros (de pessoas, bens e serviços) em diferentes espaços (simbólicos, econômicos, físicos). Assim, as próprias cidades tornaram-se objetos de consumo, onde aquele cidadão que tem o poder de compra é também “quem fala mais alto”. Neste ponto, cabe-nos perguntar: qual é, então, o local que resta àquelas crianças migrantes-acompanhadas ou não-, muitas vezes sem recursos econômicos, que nem tem o seu direito garantido a participar na configuração das cidades, nem suas necessidades básicas satisfeitas. Pensar nesse grupo especialmente vulnerável exige reconhecer que para ter garantido o acesso aos bens mínimos e indispensáveis que constituem uma existência digna é imperativo que se ditem políticas sociais inclusivas.

Estes novos espaços “de sedução”, as metrópoles, oferecem inúmeras oportunidades, adaptações, e caracterizam-se pela fluidez e pelo dinamismo, receptivos às tendências mundiais (ORTIGOZA, 2010, p. 209) isso pode ser observado em Buenos Aires, São Paulo, Santiago de Chile, dentre outras cidades de suma importância na região. Aliás, as cidades adquirem uma dupla identidade, não só como uma unidade política organizada (Estado-nação) senão também como um centro de organização que influi na economia mundial, ou seja, essas cidades já não se configuram como “entidades locais e subordinadas” dentro dos Estados (PORTES, p. 125-129). Assim, os riscos nesses “espaços de sedução” incluem a precariedade, a inacessibilidade a espaços públicos e ao transporte, o desenho de um espaço que não os tome em consideração, a falta de emprego, a discriminação em razão de sua origem, costumes, gênero, dentre outros.

Por fim, Portes assinala que o fluxo migratório tenderá a continuar ser encaminhado às cidades fato que vai ocasionar mudanças inevitáveis e transformar os espaços, assim propõe que a opção mais “inteligente” é o ditado de medidas que favoreçam e facilitem a incorporação dessas pessoas ao espaço urbano (PORTES, 2001, p. 125). Isto, lembrando que garantir o direito a cidade desse grupo implica não só uma dimensão material, mas também simbólica (preservar a sua identidade) e política. Em resumo, garantir os direitos das crianças migrantes -sujeitos hipervulneráveis - é um

imperativo ao tempo que se constituem como novos atores globais nos movimentos populacionais.

5 Considerações finais

Ao longo do trabalho demonstrou-se a ligação entre conceitos geográficos e jurídicos e a sua importância na abordagem dos estudos migratórios. Primeiramente, refletiu-se sob a migração como um fenômeno complexo e multicausal e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar ao tempo que se explicitou a situação de vulnerabilidade que caracteriza as crianças envolvidas nestes processos (SANTIAGO, 2020, p. 38). Logo, assinalou-se como a expansão do capitalismo determina e condiciona a cidades e como os modelos de governança das migrações (de securitização, "de benefícios compartilhados" e de desenvolvimento humano das migrações) são chaves na garantia dos direitos das pessoas migrantes.

Aliás, apontou-se o direito à cidade como um direito humano coletivo e difuso, e a importância de que ele seja garantido a todos os habitantes –incluídas as crianças migrantes em especial situação de vulnerabilidade–. Nessa seara, salientou-se a que o direito à cidade implica que as cidades sejam concebidas "como bens comuns" e a importância do compromisso ético-político efetivo. Destacaram-se alguns instrumentos internacionais como, a Declaração de Viena, que consagram dito direito e a garantia de não discriminação as pessoas migrantes contida no Pacto de San Jose de Costa Rica e na Convenção Americana de Direitos Humanos, dentre outros.

Por último, apontou-se as cidades como espaços de sedução, de possibilidades e como a capacidade de consumo exclui nas cidades pois, quem tem o poder é "quem fala mais alto". Assim, há fatores ligados as desigualdades socioeconômicas e espaciais que condicionam a existência dos habitantes urbanos em especial das crianças envolvidas nos fluxos migratórios.

Garantir o direito à cidade as crianças – sejam residentes permanentes ou temporais - sob uma base não discriminatória, o que inclui a situação migratória, é sem dúvidas um grande desafio na atualidade. Trabalhar em prol desse compromisso, assim como exigir a sua operatividade é uma tarefa compartilhada entre o Estado e os cidadãos.

Referências

ABRAMOVICH, Victor; CERNADAS, Pablo; MORLACHETTI, Alejandro. **The Rights Of Children, Youth And Women In The Context Of Migration:** Conceptual Basis and Principles for Effective Policies with a Human Rights and Gender Based

Approach. United Nations Children's Fund (UNICEF), New York, 2010. Disponível em: https://www.unicef.org/socialpolicy/files/The_Rights_of_Children_Youth_and_Women_in_the_Context_of_Migration_FINAL.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

ALMEIDA, Jalcione. **Fronteiras, fluxos migratórios e produção da "ilegalidade migrante.** Sociologias, Porto Alegre, ano 22, n. 55, set-dez 2020, p. 9-21. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222020000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mar. 2021. http://doi.org/10.1590/15174522-109104.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século XXI. In: **Metropolização, governança e direito à cidade**: dinâmicas, escalas e estratégias [recurso eletrônico]/orgs. Lucia Bógus, Suzana Pasternak, Luís Felipe Aires Magalhães. - São Paulo: EDUC: PIPEq, 2020. p.317-336.

BRENNER, N. Introduction: urban theory without an outside. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions.** Towards a study of planetary urbanization. Berlin: Jovis, 2013. p. 14-32.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS e FONDO DAS NACOES UNIDAS PARA A INFANCIA (UNICEF). Violencias contra niñas, niños y adolescentes en América Latina y el Caribe, San José:2019, p. 58. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/sitios/libros/todos/docs/violencias_spa.pdf. Acesso em: 1 mai. 2021.

COURTIS, Christian. Dimensiones Conceptuales de la Protección Legal Contra La Discriminacion. **Revista Derecho del Estado***,* 24, 2010, p. 105-142. *HeinOnline*, Disponível em: https://heinonline.org/HOL/P?h=hein.journals/revderest24&i=105. Acesso em: 03 fev. 2021.

DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e "ilegalidade" migrante na América Latina e no Caribe**. Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 55, set-dez 2020, p. 40-73.

DOS SANTOS GOMES, Ana Maria Isar. O direito à cidade sob uma perspectiva jurídico-sociológica. **Revista Direito Getulio Vargas**, MAIO-AGO 2018, SÃO PAULO, v. 14 n. 2, p. 492-512.

HARVEY, David. The right to the city. **Lutas Sociais***,* São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

INSTITUTO PÓLIS. **O que é direito à cidade?** Online, 2020. Disponível em: https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/. Acesso em: 02 mar. 2021.

JAYME, Erik. Visões para uma teoria pós-moderna do direito comparado. **Revista dos Tribunais**, vol. 759/1999, p. 24 – 40, Jan / 1999, DTR\1999\103.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Haciendo realidad los derechos humanos. **Revista de Direito do Consumidor.** vol. 39/200. p. 9 – 31. Jul - Set / 2001 DTR\2001\709.

MÁRMORA, Lelio. Modelos de governabilidade migratória. La Perspectiva Política en América Del Sur. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana***,* Brasília, ano XVIII, n. 35, p. 71-92, jul./dez. 2010.

MARTINEZ TORO, Pedro Martin. La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana. **Cuadernos De Geografía,**

Revista Colombiana De Geografía Vol. 25, n.º 2, BOGOTÁ, 2016, p. 77-105. doi:10.15446/rcdg.v25n2.56907

MOLANO CAMARGO, Frank.El derecho a la ciudad: de Henri Lefebvre a los análisis sobre la ciudad capitalista contemporânea. **FOLIOS** N° 44, 2016, p. 3 -19.

MOLINARO, Carlos Alberto. The Right to the City and the Non-Retrogression Principle. **Direitos Fundamentais & Justica**, 10, 2010, p. 161-179.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

MOURA, Rosa. O complexo diálogo entre o urbano e o regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 4 (2), P. 5-26, primavera de 2016.

ONU. **Informe Migración Internacional y Desarrollo**. Nueva York: Naciones Unidas, 2010. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9736.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2014/9736. Acesso em: 21 fev. 2021.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul**, Cultura Acadêmica, São Paulo,2010.

PEREZ CAMPUZANO, Enrique; SANTOS CERQUERA, Clemencia. Urbanización y migración entre ciudades, 1995-2000: Una análisis multinivel. **Pap. poblac**, Toluca, v. 14, n. 56, p. 173-214, jun. 2008.

PORTES, Alejandro. Inmigración y metrópolis: Reflexiones acerca de La historia urbana. **Migr. Inter**, Tijuana, v. 1, n. 1, p. 111-134, dic. 2001.

SANTIAGO, Rolando Castillo. Migrant Children, a Permanent Violation of Your Rights?. **LEX** -Journal of the Faculty of Law and Political Science / Revista de la Facultad de Derecho y Ciencia Politica, vol. 2020, no. 25, 2020, p. 33-56.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 6. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2006. p. 35 - 36.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

TOURINHO BAPTISTA, Dulce Maria. Direito à cidade? Imigração e habitação no centro da cidade de São Paulo. In: Lucia Bógus, Suzana Pasternak, Luís Felipe Aires Magalhães (orgs). **Metropolização, governança e direito à cidade**: dinâmicas, escalas e estratégias. São Paulo: EDUC/PIPEq, 2020.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012.

YUNI, José; URBANO, Claudio. **Técnicas para investigar:** recursos metodológicos para la preparación de um proyecto de investigación. 2. ed. Cordoba: Brujas. 2006 ISBN:987-591-019-8.

ZEPEDA, Jesús Rodríguez. **Un Marco Teórico Para La Discriminación**. Colección Estudios, núm. 2, 2006 México. Disponível em: http://www.conapred.org.mx/documentos_cedoc/marco%20teorico%20para%20la%20discriminacion-Ax.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.

POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS BRASILEIRAS EM MEIO À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: O DESMONTE DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS E IMIGRANTES

Victória Antônia Tadiello Passarela[1]
Vania Beatriz Merlotti Herédia (UCS)

1 Introdução

O Brasil é um país reconhecido, internacionalmente – e principalmente na América Latina –, pelo seu pioneirismo no que concerne à proteção dos refugiados, seja em função da Lei n° 9.474/97, que "define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951", seja por ser signatário de vários tratados internacionais que visam à proteção da pessoa humana (BRASIL, 1997, não paginado).

Todavia, esse cenário favorável, o de recebimento e reconhecimento do *status* de refugiado aos indivíduos que chegam no país e realizam a solicitação, sofreu mudanças no ano de 2020 quando apresentou-se a problemática de contenção da disseminação do Covid-19. No ano em questão, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou a pandemia do novo coronavírus, ensejando, assim, que os países começassem a tomar medidas preventivas, fato que levou o Governo brasileiro a editar normativas no intento de diminuir sua propagação (MOREIRA; PINHEIRO, 2020).

As portarias interministeriais, arquitetadas pelo Governo durante a pandemia da Covid-19, focaram em restrições excepcionais no que tange à entrada de estrangeiros no território nacional, das quais são exemplos a Portaria nº 615, de 11 de dezembro de 2020 e a n° 652, de 25 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021). Contudo, as punições cabíveis, na hipótese de descumprimento das disposições das portarias, representam um anacronismo relativo à proteção dos direitos humanos no âmbito internacional: a possibilidade do indivíduo ser deportado e a de ocorrer a inabilitação do seu pedido de refúgio.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo identificar como as atuais circunstâncias cederam palco ao desmonte das medidas protetivas dos fluxos imigratórios, bem como analisar a trajetória das políticas imigratórias brasileiras anteriores ao ano de 2020 e, também, em relação ao retrocesso ocorrido nesse ano de enfrentamento da pandemia, tendo em vista a necessidade de compreender como as ações

[1] Bolsista (PIBIC-CNPq) no curso de Direito da UCS no projeto "Migrações no Século XXI: desafios e perspectivas", apoio UCS. E-mail: vatpassarela@ucs.br.

contrárias às diretrizes internacionais têm sido uma constante nos últimos anos, fato que contribui diretamente para a análise das migrações no século XXI. Assim, são analisados princípios do direito internacional que visam garantir a proteção da pessoa humana em qualquer âmbito e circunstância: o princípio da vedação do retrocesso e o princípio do *non-refoulement* (não devolução).

Ainda, o estudo fez uso do método crítico que, de acordo com Becker (1997), defende que a migração não é um mero fenômeno individual, mas sim algo que decorre das estruturas sociais. Sendo assim, a pesquisa é de natureza exploratória e os dados utilizados foram disponibilizados pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) e pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Foram realizadas, também, análises de bibliografias, artigos, leis/portarias e reportagens, tendo como ponto de partida panoramas teóricos críticos. Desse modo, o levantamento bibliográfico, no intento de analisar o estado da arte do refúgio, consubstanciou-se em obras tais como as de Mazzuoli (2020) e Minchola (2020), para embasar a perspectiva jurídica; Sayad (1998), o qual foi usado para dar embasamento ao relato do ponto de vista sociológico; e Sassen (2016), no intento de analisar a crise humanitária pela lógica das expulsões.

Assim, tendo como expostas as discussões fundamentais, o trabalho foi dividido em duas partes. A primeira envolve a discussão sobre o desmantelamento das políticas imigratórias brasileiras que, por anos, evoluíram no sentido de concretizar a disposição constitucional de que todos são iguais perante a lei.[2] Já na segunda parte, traz-se à tona o debate sobre como houve o aumento da situação de vulnerabilidade dos refugiados e imigrantes em função das medidas tomadas no contexto da pandemia. E, por fim, nas considerações finais, foi formulada uma breve discussão sobre a imprescindibilidade de olhar para os fluxos imigratórios em consonância com os avanços da esfera internacional.

2 Política imigratória brasileira

Por muitos anos restou consolidado o pensamento de que – tanto no Brasil, quanto no mundo –, se o imigrante não adentra o território nacional para servir como mão de obra barata, ele é reificado ao ponto de ser visto como algo que atrapalha o desenvolvimento e crescimento do país, ou que será um potencial ameaça do ponto de

[2] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) (BRASIL, 1988, não paginado).

vista securitizador. Contudo, a evolução do DIDH (Direito Internacional dos Direitos Humanos) no pós-Guerra, principalmente no que tange à flexibilização do conceito de soberania nacional,[3] fez com que o indivíduo se tornasse não apenas *objeto* do Direito Internacional Público, mas também seu *sujeito*, isto é, o vínculo se transformou de *Estado* para *Estado* ao ponto de permitir a inclusão do indivíduo nas relações internacionais, tendo em vista o reconhecimento da primordialidade da pessoa humana.

Nesse contexto, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil agiu em consonância com esses princípios voltados à proteção da pessoa humana: ratificou tratados internacionais, promulgou a Lei dos Refugiados em 1997 e, mais recentemente, a Lei da Migração, em 2017 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1997; BRASIL, 2017). No entanto, o cenário favorável e protagonista em relação aos direitos imigratórios passou a ser palco de retrocessos no momento em que a presidência é assumida por um indivíduo com opiniões expressamente contrárias à recepção de imigrantes e à temática de proteção dos direitos humanos.

A hostilidade ao fenômeno imigratório, pelo Governo Bolsonaro, começou ainda no ano de 2018, quando o presidente eleito fez declarações discriminatórias em relação à Lei de Migração, tais como "ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa", momento em que também anunciou que iria deixar o Pacto de Migração – fato que se concretizou em 2019 –, ao qual o país tinha aderido no final do Governo de Michel Temer, com a afirmação de que "imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país" (MAIA, 2018, não paginado; BBC, 2019). Porém, conforme aduz Mazzuoli (2020, p. 617), o Brasil "deixou de ser país de imigração e passou a ser país de emigração", fazendo com que a saída desse Pacto, que traz diretrizes para o acolhimento dos mais diversos fluxos migratórios - inclusive no que concerne a brasileiros no exterior -, apenas demonstre o desconhecimento e o descaso com a própria nação.

Nesse sentido, Minchola (2020, p. 54) explica que o arcabouço jurídico que antecedeu a Lei de Migração é marcado "por mecanismos de seleção e exclusão de

[3] Fragoso (2019, p. 26) explica que "a soberania pode ser definida como a existência de uma autoridade suprema sobre determinado território. Os Estados, sujeitos de direito internacional público, são iguais em relação a suas soberanias." Ainda, o autor argumenta que o conceito de uma soberania absoluta se relativizou e se flexibilizou a partir do momento em que os Estados perceberam o risco representado pelas guerras ocorridas no século XX, e como isso colocava em pauta a existência da espécie humana em si: "observa-se que a soberania vem evoluindo ao longo das últimas décadas no sentido de limitar sua condição outrora absoluta no cenário internacional" (FRAGOSO, 2019, p. 32).

imigrantes, atravessados por critérios discriminatórios e pela associação dos estrangeiros à ameaça, seja da ordem de segurança pública, política, nacional ou econômica", isto é, o cenário instaurado na política imigratória brasileira a partir do ano de 2019 nada mais faz do que apelar a ideais que – em tese – haviam sido sobrepujados.

A Lei de Migração, promulgada em 2017,

> (...) substitui o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei n° 6.815/80) com visão garantista e protetora e voltada à compreensão do estrangeiro como ser dotado de dignidade e direitos, contrariamente do que fazia nosso direito anterior, que encarava a imigração como questão de segurança nacional (MAZZUOLI, 2020, p. 647).

Em contrapartida a esses avanços, como medidas excepcionais, o Governo brasileiro editou – e tem editado – portarias interministeriais que disciplinam sobre a restrição de entrada no País de estrangeiros no intento de conter a disseminação do novo coronavírus. E, se as disposições ali transcritas vierem a ser transgredidas, o agente infrator será responsabilizado civil, administrativa e penalmente; repatriado ou deportado imediatamente; e terá seu pedido de refúgio inabilitado (BRASIL, 2021). Entretanto, essas ditas punições, além de não possuírem base jurídica, vão de encontro a dispositivos consolidados na Lei do Refúgio, e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, que é a expressa proibição de deportar[4] um indivíduo, também conhecida como princípio do *non-refoulement*:

> Art. 7º O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.
>
> § 1º **Em hipótese alguma será efetuada sua deportação** para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. (BRASIL, 1997, não paginado, grifo nosso).

A Lei em questão também estipula, em seu art. 8°, que o "ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes" (BRASIL, 1997, não paginado). Desse modo, a hipótese de

[4] A *deportação* consiste na retirada compulsória do estrangeiro do território nacional, fundamentada no fato de sua irregular *entrada* (geralmente clandestina) ou *permanência* no país. Frise-se que a deportação só tem lugar *depois* que o estrangeiro ingressou no país, não se confundindo com o *impedimento de ingresso* (...), no qual o estrangeiro não chega efetivamente *entrar* no território nacional, não passando da barreira policial da fronteira, porto ou aeroporto. (MAZZUOLI, 2020, p. 658, grifos do autor).

ocorrer a inabilitação do pedido de refúgio, além de ser de inédita na legislação brasileira, instaura a problemática da insegurança jurídica, pois os indivíduos ficam restringidos ao acesso de seus direitos e ao acesso ao devido processo legal, não menosprezando, é claro, o escancarado retrocesso perante as disposições da Lei do Refúgio,[5] tendo em vista que, mesmo que o ingresso não siga os parâmetros dispostos nas legislação, a Polícia Federal não tem o poder de impedir que o refugiado solicite reconhecimento de seu status no Brasil.

Sendo assim, tem-se presenciado uma regressão no âmbito dos direitos humanos,[6] em contraposição à premissa de que eles

> (...) devem sempre (e cada vez mais) agregar algo de novo e melhor ao ser humano, não podendo o Estado proteger menos do que já protegia anteriormente. Em outros termos, os Estados estão proibidos de retroceder em matéria de proteção dos direitos humanos. Assim, se uma norma posterior revoga ou nulifica uma norma anterior mais benéfica, essa norma posterior é inválida por violar o princípio internacional da vedação do retrocesso (...) (MAZZUOLI, 2020, p. 756, grifos do autor).

Essa crise humanitária presente no Brasil apenas serve para demonstrar o quanto o atual discurso imigratório está em completa discrepância com as ações empreendidas no âmbito do DIDH, pois desde a instauração do TPI (Tribunal Penal Internacional),[7] que teve como um dos seus precedentes históricos a Segunda Guerra Mundial e o ideal de que ações como as que ali decorreram não poderiam acontecer novamente, tem-se batalhado para garantir a todos os indivíduos uma proteção internacional que não os relegue à situações similares. A única diferença da "Era Hitler", discutida por Mazzuoli (2020), é que, atualmente, as vítimas desse descaso político não encontrarão seu fim em campos de concentração, mas sim na espera por leitos de UTI, ou na fronteira de um país que as

---

[5] Mazzuoli (2020, p. 767) argumenta que "(...) os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil têm índole e nível constitucionais, além de aplicação imediata, não podendo ser revogados por lei ordinária posterior."

[6] (...) são titulares dos direitos humanos todas as pessoas, o que significa que basta ter a condição de "ser humano" para que se possa invocar a proteção desses mesmos direitos, tanto no plano interno como no plano internacional, independentemente de circunstâncias de sexo, raça, credo religioso, afinidade política, status social, econômico, cultural etc. Dizer que os direitos humanos são universais significa que não se requer outra condição além da de ser pessoa humana para que tenham assegurados todos os direitos que as ordens interna e internacional consagram a todos os indivíduos de maneira indiscriminada; (...). (MAZZUOLI, 2020, p. 755, grifos do autor).

[7] Criado pelo Estatuto de Roma de 1998, o qual foi ratificado pelo Brasil em 20/06/2002, o Tribunal Penal Internacional veio no intuito de que fosse constituído um "tribunal internacional com jurisdição criminal permanente, dotada de personalidade jurídica própria" (MAZZUOLI, 2020, p. 888). Nesse sentido, ele é o único órgão jurisdicional com alcance universal, o que lhe permite demandar até mesmo de Estados que não fazem parte do Estatuto, pois "o funcionamento do Tribunal realiza-se com *independência* de qualquer ingerência externa ou do Direito interno de qualquer Estado" (MAZZUOLI, 2020, p. 891, grifos do autor).

relega à vulnerabilidade em um cenário que, para proteger um, é imperioso proteger todos, independentemente de sua nacionalidade ou origem.

> O que fez a "Era Hitler" foi condicionar a titularidade de direitos dos seres humanos ao fato de pertencerem a determinada raça, qual seja, a "raça pura" ariana, atingindo-se, com isso, toda e qualquer pessoa destituída dessa condição. Assim, por faltar-lhes um vínculo com uma ordem jurídica nacional, acabaram não encontrando lugar (qualquer lugar) num mundo como o do Século XX, totalmente organizado e ocupado politicamente. Consequentemente, tais vítimas do regime nazista (displaced people) acabaram tornando-se - de facto e de jure - desnecessárias porque indesejáveis erga omnes, não encontrando outro destino senão a própria morte nos campos de concentração (MAZZUOLI, 2020, p. 883).

Assim, é imprescindível trazer a reflexão de que o papel da legislação não pode estar voltado a instaurar cenários caóticos que não deem respostas e apenas causem conflitos, mas ela deve, sim, se ajustar aos fluxos migratórios, e não o contrário (MINCHOLA, 2020). E, nesse sentido, a atual polarização presente no cotidiano do brasileiro, fragiliza e aumenta essa situação de vulnerabilidade dos imigrantes e refugiados, tendo em vista que, além do fato de que os solicitantes de refúgio precisam enfrentar uma demora excessiva na análise do seu processo, pois dados do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) demonstram que muitas solicitações têm levado em torno de cinco anos para obterem um resultado – circunstância que diverge da sistemática estabelecida pela Lei do Refúgio[8] –, eles ainda precisam enfrentar as instabilidades causadas pelas medidas governamentais, que nada fizeram além de instaurar uma insegurança jurídica sem parâmetros para esses sujeitos.

Dados recentes divulgados pela Polícia Federal apontam que, em 2020, o número de deportações foi de 2.901, isto é, um aumento de 5.708% comparado ao ano de 2019, em função das portarias interministeriais aqui debatidas (SOUSA; LEITE, 2021). No entanto, a situação de negligência para com os refugiados não tem sido presenciada somente nas fronteiras, pelo fato de que o início do ano de 2021 expôs os resultados da política omissa do Governo no momento em que a fila de refugiados, que aguardavam a regularização de sua documentação, chegou a 20 mil apenas no estado de São Paulo (CBN, 2021). A desídia frente a esses serviços atingiu, também, os indivíduos que estavam no aguardo de sua Carteira de Registro Nacional Migratório, documento equivalente ao Registro de Nascimento para os estrangeiros (CBN, 2021).

[8] Art. 47. Os processos de reconhecimento da condição de refugiado serão gratuitos e terão **caráter urgente**. (BRASIL, 1997, não paginado, grifo nosso).

Posto isso, consagrou-se no Brasil o que Uebel e Raldi (2019) defenderam - embasados na Teoria Pós-Moderna de Relações Internacionais -, no sentido de que a agenda migratória estaria caminhando para invocar e dar embasamento a ideais de identidade brasileira, exclusão e soberania.

> Essa correlação de forças identitárias e soberanas, ao cabo, permitirá a ocorrência de episódios de exclusão e normalização do discurso anti-imigração no Brasil contemporâneo, colocando os novos imigrantes, desde o seu ingresso no território nacional, em uma categorização de "invasores",[9] "ilegais", "clandestinos" ou "indesejados", de acordo com o discurso de cada comunidade que os receberá (UEBEL; RALDI, 2019, p. 22).

Dessa forma, como afirma Minchola (2020, p. 69), é necessário que haja um rompimento com o estigma patológico construído ao redor dos imigrantes, no intento de que seja possível pensar "na mobilidade humana como uma prática comum à humanidade e para pensar em pessoas para além da pertença à nacionalidade". Para que isso aconteça, será necessário evoluir não só no aspecto das políticas públicas, mas também no desenvolvimento da concepção da alteridade, no intuito de estabelecer um olhar para o *outro* que seja capaz de reconhecê-lo como sujeito de direitos, conforme em seguida será discutido.

3 O anacronismo da exclusão e da estigmatização de refugiados e imigrantes no século XXI

Pensar nos refugiados sempre foi um fator capaz de causar inquietação, pois, como afirma Haddad (2008, p. 8), eles são "o lembrete humano das falhas da sociedade moderna internacional".[10] No entanto, a sua individualidade não se retém a esse aspecto e se expande ao nível de que, como todos seres humanos, também são sujeitos do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o que implica afirmar que são indivíduos tão merecedores de ter uma vida digna quanto qualquer cidadão de qualquer país.

Nesse contexto, no ano de 2020, quando o mundo fecha suas fronteiras para barrar a entrada do novo coronavírus, ele também as fecha para os sujeitos que se deslocam. Como trazido acima, as portarias interministeriais e as políticas imigratórias brasileiras

[9] O conceito de "invasores úteis" foi utilizado na obra de Maurizio Ambrosini. Esse sociólogo italiano publica em 1999 uma obra chamada '*Utili Invasori.L'inserimento degli immigrati nel mercato del lavoro italiano*', publicado pela Franco Angeli.

[10] No original: "Refugees represent a permanent feature of the international landscape. They are the human reminder of the failings of modern international society" (HADDAD, 2008, p. 3).

problematizaram imensamente esses fluxos ao lhes impor barreiras inéditas e que vão de encontro a legislações e princípios consagrados tanto nacional, como internacionalmente.

Sayad (1998, p. 20-21) expõe como essas ações e discursos contrários aos fluxos imigratórios tratam não do *outro*, mas sim do *eu*:

> E, sem dúvida, os discursos atuais sobre a imigração, que são chamados de "apaixonados" e que tratam, na verdade, não dos "outros", da alteridade, mas de si, da identidade do eu - esta é uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração: fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros -, devem uma parte importante da dramaticidade (desejada ou não) que os caracteriza ao sentimento de que **a imigração, em sua forma atual, constitui uma provação para a ordem nacional, uma espécie de desafio para o conservadorismo social e político que os dominantes desejam manter** e, mais amplamente, todos aqueles que têm interesse (e com frequência interesses simbólicos mais do que interesses materiais) na manutenção do statu quo (SAYAD, 1998, p. 20-21, grifo nosso).

Sendo assim, é possível observar que a sociedade receptora, dos imigrantes e refugiados, sempre optou por se abster de reconhecer[11] esses sujeitos em função de que, antes de chegarem na fronteira nacional, eles não "existiam" (SAYAD, 1998). Todavia, a sistemática das expulsões que, hoje em dia, está cada vez mais presente no mundo, faz com que seja inviável elaborar uma política de negacionismo em torno dessa situação, pois enquanto houver construção de barreiras políticas e continuamente sejam elaboradas definições de quem faz parte do estado e sobre quem é um *outsider*, sempre existirão refugiados e imigrantes (HADDAD, 2008).[12]

Sassen (2016a) expõe a problemática das expulsões de seres humanos a partir de análises que permitem que seja constatado que não se trata de um fenômeno oriundo da consequência de um acontecimento isolado, mas que na realidade são frutos de algo intencionalmente causado. A autora explica como o capital financeiro, que poderia ser transformado em um instrumento a ser utilizado em prol do desenvolvimento da sociedade como, por exemplo, no investimento em construção de pontes, fábricas etc., acaba se transmutando em um fator destrutivo e gerador de desigualdades extremas que vem para "expulsar pobres e vulneráveis de terras, empregos e casas, e para expulsar pedaços da biosfera de seu espaço vital" (SASSEN, 2016a, p. 13).

---

[11] Reconhecer o *outro* em sua alteridade trata-se de um processo complexo: "A capacidade de reconhecer e tornar-se reconhecido é gerada por um discurso normativo cuja temporalidade não é a mesma da perspectiva de primeira pessoa. Essa temporalidade do discurso desorienta nossa própria perspectiva. Portanto, segue-se que só podemos reconhecer e ser reconhecidos sob a condição de experimentarmos uma descentralização e "fracassar" na tentativa de alcançar nossa identidade pessoa" (BUTLER, 2019, p. 60).

[12] No original: "As long as there are political borders constructing separate states and creating clear definitions of insiders and outsiders, there will be refugees" (HADDAD, 2008, p. 7).

Por conseguinte, os discursos que tentam mascarar a realidade, ao afirmar que há integração dos Estados, desprezam as adversidades instauradas por essas expulsões, pois o que acontece na realidade é que "são criados mecanismos de controle mais intensos por parte dos Estados nacionais para barrar a entrada indesejada de pessoas" (LEVEL; SILVA; MAGALHÃES, 2020, p. 117). Sendo assim, refugiados e imigrantes que buscam uma alternativa de sobrevivência, pelo fato de que seu país veio a se tornar, para eles, um ambiente inóspito para a construção de uma vida digna, são justamente essas pessoas indesejadas e, como exposto acima, a política imigratória brasileira tem retrocedido na direção de controlar e restringir esses fluxos de forma anacrônica, pois completamente discrepante das tendências de proteção da pessoa humana no âmbito internacional.

Ainda, Sassen (2016b) traz que as dinâmicas migratórias representam não uma falha que necessita ser corrigida e estancada, mas sim que instauram uma nova ordem que deve ser observada estrategicamente:

> In being extreme and in telling us something about the areas they are escaping, they bring to the fore larger histories and geographies than whatever might be the immediate and most visible causes for flight; (...). They often point to longer histories of oppression and exploitation of a country's population and the destruction of local economies. Much of it is indirectly or directly enabled by predatory local elites and often severely misguided "development programs." In short, many of the longer-term dynamics in place are themselves destructive. **These dynamics do not indicate a lack of order. They are the new order. And this suggests that the departures will continue** (SASSEN, 2016b, p. 223).

Nessa perspectiva, a Figura 1 abaixo, demonstra que a quantidade de seres humanos em situação de refúgio, e apátridas, se manteve na média de 30 a 40 milhões por décadas e, nos últimos anos, apenas tem aumentado. A problemática da pandemia tem dificultado a contabilização de informações referente a essas dinâmicas, fazendo com que apenas possam ser observadas as dificuldades impostas a esses indivíduos, não sendo possível mensurar de modo quantitativo o impacto nas suas vidas. No entanto, além de a tendência caminhar no sentido de intensificação e aumento desses números, tal como levantado por Sassen (2016b), deve ser ressaltado que "as pessoas refugiadas não são as causas da pandemia e sofrem de forma intensificada as consequências da circulação do novo coronavírus" (PACHIONI, 2020, p. 55).

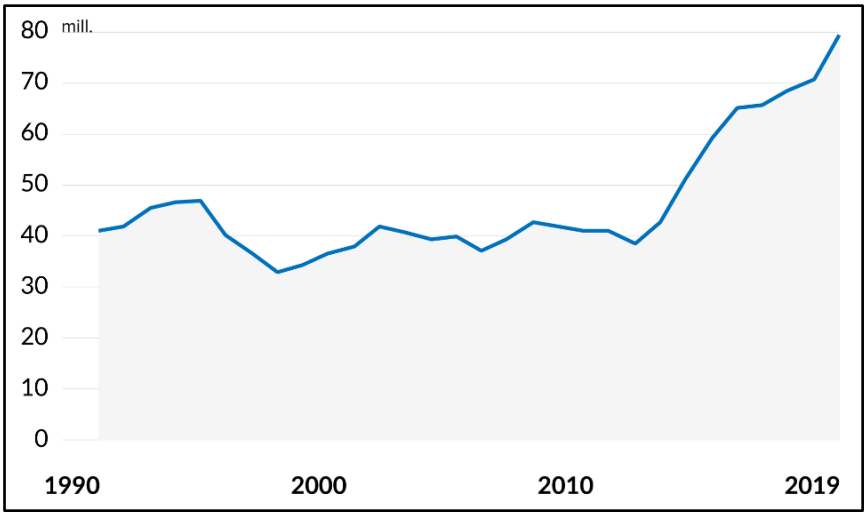


Figura 1 – Número de pessoas deslocadas forçadamente até o final de 2019.
Fonte: ACNUR, 2020.

Assim, tendo em mente que esses fluxos imigratórios não tiveram fim com a pandemia – e nem terão após –, a comunidade que os recebe precisa renunciar aos ideais de dominação, nacionalismo, superioridade, individualismo e estigmatização para que esses indivíduos encontrem espaços de legitimidade nas relações sociais (TEDESCO, 2016). E, Butler (2019), ao discorrer sobre as implicâncias da violência ética, explica que é justamente nos momentos em que aquilo que está em nossa frente é diferente da nossa própria e exclusiva realidade, que devemos nos arriscar e desconstituir-nos de nossas crenças e estigmas em favor do *outro*, pois somente assim somos capazes de reconhecer que não somos autossuficientes e que ser vinculado e reivindicado pelo que não faz parte de nós é o que nos faz seres humanos.

Desse modo, como ponto de partida para que ocorra a efetiva inclusão desses indivíduos, isto é para que se evite a sua exclusão e estigmatização, é necessário pensar cada vez mais em políticas públicas de integração, tendo em vista que, tal como explica Moreira (2012), a legislação nacional falhou no quesito de inserir diretrizes que guiassem o processo de integração local dos refugiados, sendo que muitas dessas iniciativas restaram delegadas à sociedade civil, a qual também lida com a problemática do desconhecimento referente à realidade desses sujeitos. Em suma, muitas são as medidas a serem tomadas tanto para combater os presentes retrocessos, quanto para que seja possível que os imigrantes sejam inseridos de fato na comunidade.

4 Considerações Finais

Os muros que foram construídos para os refugiados e os imigrantes devem ser desfeitos, para que esses seres humanos possam ser de fato vistos como os sujeitos de direitos que são e receberem um tratamento digno, no intuito de que a sua diversidade e heterogeneidade sejam acolhidas, ensejando na demanda fundamental de que o *outro* seja identificado e incorporado na comunidade (VILLAMAR; RIBEIRO, 2020).

Desde o momento em que surgiu a necessidade de imigrar e de se refugiar para manutenção da própria sobrevivência, seja por motivos econômicos, seja por motivos de segurança, os Estados receptores sempre estiveram em busca de um discurso que justificasse a não acolhida desses sujeitos. Anteriormente, a segurança nacional era defendida sob o argumento de que estrangeiros poderiam ser ameaças à ordem e à soberania e, embora ideais como esses ainda não tenham cessado de existir, atualmente utiliza-se o discurso de que imigrantes e refugiados não devem adentrar as fronteiras brasileiras por serem um fator que poderia agravar a crise sanitária existente no país. Contudo, ao agir dessa maneira, o Estado brasileiro despreza a assertiva de que, conforme afirma o Secretário-Geral das Nações Unidas: "Ninguém está seguro até que todos estejam seguros" (PACHIONI, 2020, p. 55).

Portanto, em um mundo globalizado como o que vivemos, no qual as fronteiras na esfera econômica praticamente inexistem, questiona-se como ainda é possível que sejam impostas barreiras a seres humanos e às suas culturas somente pelo imaginário de que o diferente poderia consistir em uma ameaça (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2015). E, também, no decorrer dos tempos, sempre se buscou um discurso passível de legitimar o levantamento de barreiras perante os fluxos imigratórios: antigamente havia a questão da segurança nacional colacionada pelo Estatuto do Estrangeiro de 1980; hoje em dia, temos o vírus; e qual será, pois, a narrativa a ser construída amanhã?

Referências

ACNUR. **Dados sobre refúgio**. 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/. Acesso em: 25 fev. 2021.

BBC. **BBC News: em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU**. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/08/em-comunicado-a-diplomatas-governo-bolsonaro-confirma-saida-de-pacto-de-migracao-da-onu.ghtml. Acesso em: 01 mar. 2021.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319 - 367

0BRASIL. Constituição (1988). Constituição de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 jul. 2020.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm. Acesso em: 04 mar. 2021.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 03 fev. 2021.

_____. Portaria nº 615, de 11 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-615-de-11-de-dezembro-de-2020-293755847. Acesso em: 03 fev. 2021.

_____. Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-652-de-25-de-janeiro-de-2021-300740786. Acesso em: 03 fev. 2021.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RANINCHESKI, Sonia; CAPISTRANO, Daniel. O conteúdo da globalização para os latino-americanos: uma análise a partir da Pesquisa Mundial de Valores–WVS, **Temas y debates**, v. 19, n. 29, p. 53-76, 2015.

CBN. **Fila de refugiados aguardando regularização de documentos chega a 20 mil em SP**. 2021. Disponível em: https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/330026/fila-de-refugiados-aguardando-regularizacao-de-doc.htm. Acesso em: 04 mar. 2021.

FRAGOSO, Sílvio. **Ordem pública no Mercosul e na União Europeia**: critérios de aplicação. Curitiba: Juruá, 2019.

HADDAD, Emma. **The refugee in international society**: between sovereigns. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MAIA, Gustavo. **Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em "barrar certo tipo de gente".** 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm. Acesso em: 04 mar. 2021.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. **O que é a imigração internacional?** Uma análise do processo de elaboração da Nova Lei de Migração brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Santa Maria, RS, 2020.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. **G1: OMS declara pandemia de coronavírus**. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml. Acesso em: 03 fev. 2021.

MOREIRA, Julia Bertino. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. 377f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2012.

PACHIONI, Miguel (Coord.). **Cobertura jornalística humanitária**: guia do ACNUR para profissionais e estudantes. 1. ed. São Paulo: ACNUR, 2020.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016a.

SASSEN, Saskia. A Massive Loss of Habitat: New Drivers for Migration. **Sociology of Development**, v. 2, n. 2, p. 204-233, 2016b.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SOUSA, Viviane; LEITE, Isabela. G1 e GloboNews. **Deportações de estrangeiros crescem 5.708% no Brasil em 2020**. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/21/deportacoes-de-estrangeiros-crescem-5708percent-no-brasil-em-2020.ghtml. Acesso em: 02 abr. 2021.

TEDESCO, João Carlos. O estrangeiro/imigrante na modernidade: horizonte de tensões externas e internas. Síntese de algumas concepções de Simmel, Elias/Scotson e Freud. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 47, n. 2, p. 287-312, jul./dez., 2016.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RALDI, Amanda. Política externa migratória brasileira e a teoria pós-moderna de relações internacionais: novos conceitos e novas tendências de pesquisa. In: SEMINÁRIO DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS, 6., 2019, Rio de Janeiro. **Anais** [...] . Rio de Janeiro: Niem, 2019. p. 1-26.

VILLAMAR, María del Carmen Villarreal; RIBEIRO, Gisele Maria Almeida. Abdelmalek Sayad e o pioneirismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios. DIAS, Gustavo *et al*. (Org). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: EDUC, 2020. p. 37-64.

8 Imigração, Colonização e Ambiente

"A FUMAÇA MATA ATÉ O DIABO": ASPECTOS DE CONTATO COM A BIODIVERSIDADE DURANTE A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO SUL DO BRASIL, SÉCULO XIX

Adriano Sequeira Avello[1]

1 Introdução

Em data incerta do século XIX, na região da Colônia alemã do Pinhal, o colono Martin Zimmerman conhecido como "Martin tigreiro" caçava com o filho uma onça. Ensinava o filho que a melhor forma de atacar e eliminar a fera era com fogo e fumaça. Esse relato ilustra e dá a tônica de como ocorreu o contato entre colonos alemães e teuto-brasileiros e a floresta subtropical no sul do Brasil. A imigração alemã para o Brasil, iniciada a partir de 1824, que se destinou em maior quantidade de imigrantes sobretudo para o sul do Brasil nos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul promoveram um contato do imigrante recém chegado com a biodiversidade do seu "novo mundo".

Para analisar esses contrastes desse contato da colonização se partiu de uma revisão historiográfica de estudos sobres aspectos ambientais dedicado, em sua maioria, a imigração e colonização alemã (BUBLITZ, CORREA, 2006; BUBLITZ, 2010; RELLY, 2013; MINUZZI, 2017; BLUME, 2010). Agrega-se ao debate a pesquisa específica da Colônia do Pinhal, uma colonização particular alemã por pequenas propriedades realizada a partir 1857, na região central do Rio Grande do Sul, atual município de Itaara/RS (AVELLO, 2018).

Portanto, pretende-se apresentar aspectos de contato do imigrante tornando-se colono através do assentamento nas florestas subtropicais a partir da colonização alemã̃ no sul do Brasil durante a segunda metade do século XIX. E demonstrar os modos de ser e fazer dos colonos para assentar suas colônias, isto é, a dominação da biodiversidade que levaram não só́ ao desgaste do solo como também a destruição da fauna e da flora. As fontes que são utilizadas para tais objetivos são relatos de viajantes (AVÉ-LALLEMANT, [1858] 1980), memórias de colonos (UMANN, 1981) e a *Revista*

1 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), graduado em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela mesma instituição. Atualmente é professor da rede de ensino público do Rio Grande do Sul. E-mail: adrianos.avello@gmail.com.

Comemorativa do Centenário de Santa Maria (1914). Para análise metodológica, pensaremos o deslocamento interno da migração dos colonos para áreas de colonização pela *examagem* (ROCHE, 1969) e *ecological push* (BUBLITZ; CORREA, 2006) e o encontro do colono com a fauna e flora através do *desmatamento civilizador* (BUBLITZ, 2010).

2 "Ali ressoa o machado na floresta": o assentamento dos colonos

O cenário social é do colono alemão chegando na floresta subtropical adentrando na mata para instalação das habitações e limpeza da área escolhida para fazer o cultivo das culturas.

Quando os imigrantes se somaram à população em Santa Maria, mais precisamente para Serra Geral no centro da província pela migração interna e espontânea com os projetos familiares próprios, sem auxílio do governo imperial, como outros tiveram na Colônia de Santo Leopoldo, vieram para o Pinhal em busca de novas e melhores oportunidades de sobrevivência na terra.

Impelido a dar continuidade a "dinâmica do modelo agrícola baseado na pequena propriedade" estava sempre em busca de "novas fronteiras agrícolas" (DREHER, 2014, p. 191), isto é, a enxamagem funcionando a partir *ecological push*:

> A alta taxa de fertilidade das famílias, o baixo nível tecnológico de sua agricultura e a fronteira agrícola em movimento eram alguns fatores que contribuíram para enxamagem. Porém, o rápido esgotamento do solo após as queimadas e a policultura intensiva nas propriedades coloniais podem ser vistos como um ecological push para a migração interna rumo às florestas (BUBLITZ; CORREA, 2006, p. 111).

O agricultor trabalhava na propriedade com a esposa e os filhos, o que renderia um bom desempenho da agricultura, mas a cada geração da família a divisão das terras para os filhos diminuiria a propriedade inviabilizando a sobrevivência pela terra. Direcionando a família para uma constante busca por novas oportunidades.

Em 1858, depois de passar o dia conhecendo o Pinhal e ali pernoitar o viajante Avé-Lallemant retrata esse ambiente na Colônia:

> O alarido dos macacos na mata próxima, a gritaria geral dos papagaios, galos a cantar, cães a ladrar e porcos a grunhir, enfim, toda a desarmonia da vida alemã numa colônia na selva brasileira despertou-me na manhã seguinte, com a qual começou a Semana Santa (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 222).

A visita do viajante europeu ao Pinhal nos orienta até aquela época. Naquele ano, a Colônia do Pinhal já estava com as bases de assentamento coloniais instaladas. Devido

a cada família alemã e teuto-brasileira que se deslocou espontaneamente pela estrada do Pinhal, até as suas terras precisaram (re)fazer o processo de colonização: limpar o terreno, construir a habitação e iniciar a roça.

Ao seguirem pela estrada do Pinhal com as carretas, de duas ou quatro rodas puxadas por bois, levando a esposa e as crianças pequenas, o homem a cavalo e a pé os filhos mais moços no trecho mais íngreme da estrada entre os campestres do Perau e o Pinhal ao olharem para baixo fitaram o mesmo cenário que Avé-Lallemant:

> Da crista da serra goza-se maravilhosa vista. Sobre belos vales e desfiladeiros descortina-se a aprazível Santa Maria e, mais ao longe, através dos imensos campos da Província, cujas ondulações, vistas do alto, quase desaparecem e se transformam numa planície aparentemente perfeita, em que se alternam os pastos e as matas. Apenas desviamos a vista do belo quadro - [...] e prosseguimos o caminho nas alturas, deixando para trás, de ambos os lados, as matas que ficam em baixo – mal temos a impressão de nos acharmos numa montanha, mas antes a de que nos achamos num planalto, cujo solo é bastante desigual, porém não muito mais do que a natureza dos campos e coxilhas lá embaixo (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 218).

Nas escarpas do planalto central a paisagem é realmente marcante por ser o encontro de dois biomas, o Pampa e a Mata Atlântica, e pela altitude frente a depressão central intensificam o contraste como demonstra João Davi Minuzzi a partir da pesquisa em História Ambiental (MINUZZI, 2017). Enveredando por esta linha teórica, também nos pautamos pelas contribuições de Juliana Bublitz acerca da devastação ambiental causada pela colonização alemã e italiana, no Rio Grande do Sul, porque:

> De um modo geral, a implantação das colônias novas seguiu a mesma lógica de constituição dos antigos núcleos coloniais da Província, nos quais se dava preferência para áreas localizadas às margens de rios e cobertas por grandes florestas. Além disso, o combustível do avanço até o limite da fronteira verde no Rio Grande do Sul foi a crença, generalizada entre os colonos, de que as melhores terras para agricultura eram as de mata – devidamente abatida e queimada (BUBLITZ, 2010, p. 178).

No Pinhal, a derrubada da mata não exigiu dos alemães maiores atenções quanto a abertura de caminhos pela floresta - a picada (Schneise) ou Pikade, forma alemanizada e, regionalmente conhecida por Linha, Lajeado ou Travessão. A picada era abertura inicial através da floresta para penetração até os lotes coloniais. E acabou por se constituir numa forma de organização social que deu origem a pequenos municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados (DREHER, 2014, p. 314).

Com facões, foices, machados, em duplas ou em mutirões, os alemães abriam as matas. Os trabalhos iniciavam cedo do dia e terminavam cedo, pouco depois do meio da tarde, pois a mata fechada tende a esconder o sol, mais facilmente adiantando o entardecer

e encurtando o dia de serviço. Visto que havia a estrada do Pinhal que oferecia o trânsito de tropas, então, as picadas abertas pelos alemães em meio a mata deveriam ser de curta e média extensão, apenas, para ligar a estrada do Pinhal e os lotes. Pois, os Autos de Medição nas terras do Pinhal não sinalizam picadas além da estrada do Pinhal fato que se deve, talvez, a simplicidade das demais picadas construídas.

Em Picada, Felipe Essig, no vale do Taquari, hoje município Travesseiro/RS, como explica Eduardo Relly, houve necessidade de iniciar abertura um longo caminho na mata formando-se a picada teuto-brasileira. Fazendo uso do capital social, arcabouço de experiências históricas de cooperação legados pelo enraizamento de costumes e tradições de aldeias da Renânia, no séc. XIX, os imigrantes organizaram as suas moradias às margens de ambos os lados da picada. E, ademais, tiveram contato com saberes técnicos de habitantes nacionais (RELLY, 2013).

Similar modelo organizativo de povoamento da Picada Essig, usufruindo de capital social, ocorreu no vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, que remetia a colonização da região montanhosa com a Floresta Negra do leste da Alemanha no fim da Idade Média. Assim, explana Giralda Seyferth, no vale do Itajaí pela picada principal, "o eixo do sistema colonial" (SEYFERTH, 1974, p. 45) o agrimensor demarcava os lotes acompanhando o curso do rio devido ao terreno montanhoso e a cobertura florestal. Demarcados os lotes e as linhas coloniais, nome referido às picadas principais, as famílias eram assentadas nos lotes, marcados paralelamente em direção aos vales, o que acarretou no impedimento da expansão agrícola para o interior.

A partir das picadas fora organizada a vida social das colônias teutas-brasileiras no sul do Brasil, pois:

> A picada que, inicialmente, nada mais era que trilha de acesso a uma propriedade, passou a ser, em pouco tempo, orientadora e organizadora de vida comunal, geograficamente identificável. Era unidade humana, na qual se encontrava templo (católico ou luterano, as confissões religiosas às quais pertenciam imigrantes alemães), a escola (tradição trazida pelos imigrantes e que teria importância fundamental para o desenvolvimento do Brasil meridional), o cemitério (espaço de reverência a mortos e de preservação de memória comunal), a residência do professor ou do padre/pastor, o salão de festas comunitárias (também designado de sociedade ou clube). Cada picada abrigava uma casa comercial, entreposto para o qual eram vendidos os excedentes de produção e através do qual se adquiriam bens não produzidos na comunidade. A casa comercial, muitas vezes conhecida por "venda", era a porta de comunicação da picada com o mundo exterior (DREHER, 2014, p. 305).

Apesar dos colonos do Pinhal não terem construído a sua própria principal picada, a estrada do Pinhal acabou por constituir-se numa picada teuto-brasileira assumindo essa

função de eixo do sistema colonial, haja vista as diversas características que alocou nas suas margens.

O contato com a biodiversidade da floresta infligia ao colono um sentimento de derrota que não o permitia visualizar um horizonte de sobrevivência no ambiente. Causando uma prostração psicológica de medo no colono que habitava ou trabalhava nas matas devido a distância de milhas até o próximo vizinho (RELLY, 2013, p. 132). A maneira encontrada para vencer a escuridão na floresta foi levar a luz: na forma derrubada de um trecho específico da mata (clareiras) para permitir maior quantidade de raios de sol, ou usando o fogo. Dessa maneira a fronteira verde sucumbe diante do desmatamento civilizador (BUBLITZ, 2010). Que ocorria sobretudo após a marcha pela picada até o lote de terras, ainda coberto pela floresta virgem, a chegada no lugar (in)esperado reserva uma imagem na qual Jean Roche nos convida a um esforço imaginativo:

> O comboio de mulas era dividido. As bagagens haviam sido amontoadas à beira da picada. Esta era a única brecha aberta na mata, apenas um túnel de três ou quatro metros de largura, onde tropeçavam nas raízes e nos cepos, onde, se feriam no fio das hastes cortadas acima do solo. De um a outro lado, elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque enlaçavam-se os cipós. Era a obscuridade misteriosa, a umidade sufocante do dia, a ameaça confusa da noite, a angústia e o desespero (ROCHE, 1969, p. 52).

As incertezas e inquietudes que assolavam os colonos nos primeiros meses iam do dia até a noite. Desbravar a mataria consistia não só num trabalho árduo como perigoso aos mais desatentos ou inexperientes. Como relembra Josef Umann, que imigrou 1877 para Linha Cecília, município de Venâncio Aires/RS:

> É bem verdade que muitos de nós nos primeiros tempos estávamos bastante desiludidos ante os fatos desconhecidos e rudes que aconteciam a escura floresta virgem com suas árvores e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo, abrindo caminho com facão, exigia de nós um serviço árduo e não habituado (UMANN, 1981, p. 54-55).

Não era apenas derrubar as árvores, cortar os galhos, roçar os arbustos e arrastar as madeiras. Precisava-se de cuidados para não haver acidentes. A queda mal calculada de um tronco poderia facilmente esmagá-lo ou a alguém próximo (BLUME, 2010, p. 52-53). O acidente através da queda de uma árvore antes de cultivar as terras considerava-se um acidente doméstico, explica Sandro Blume. Como o autor nos apresenta pelo necrológio do jornal *Deutsches Volksblat* o infortúnio que acometera uma colona em 25 de novembro de 1899, em Neu-Harmonia:

> Participamos a todos nossos parentes e pessoas amigas, a dolorosa notícia de que Deus chamou para junto de si nossa amada mãe e esposa, Katharina Anschau nascida Müller, em 20 de Novembro, na idade de 40 anos, chamada para a eternidade de forma inesperada. Foi atingida por uma árvore que caía, ao lado da mata, resultando tão gravemente ferida e agonizando por apenas quinze minutos, já se foi. A falecida viveu por 24 anos em feliz matrimônio e deixa 13 filhos e dois netos. Todos nós agradecemos de coração a todas as pessoas que nos reconfortaram e estavam ao nosso lado nesta hora de aflição (BLUME, 2010, p. 154).

Essa dificuldade no arroteamento das áreas florestais necessitando diferentes técnicas de derrubadas de acordo com as espécies de madeiras dos trabalhadores destaca Relly, ceifou a vida de Johann Brod, em Arroio do Meio, em 1911:

> O Hannes e o Kreitzpath, que por essa época morava com o tio, foram derrubar uma árvore. Otto acompanhou-os. Derrubei muito mato e sei: para tombar uma árvore, abre-se com o machado, um entalhe profundo do lado para onde ela deve cair. Depois, com a serra, corta-se o tronco do outro lado, um pouco acima, para que, ao quebrar, ele se incline na direção desejada. Eles erraram ao entalhar o tronco apenas superficialmente. Era um angico bem copado e coberto de enorme cipoal. Quando a serra alcançou o meio do tronco, em vez de este quebrar na altura do entalhe e tombar na direção imaginada, inclinou-se para o outro lado, preso aos cipós, e abriu-se e rachou de baixo para cima. Com o peso da copada, quebrou e projetou-se de ponta para baixo, para o lado em que estavam os tios. Tio Peter e Otto conseguiram esquivar-se mas o Hannes tropeçou e foi colhido pelo tronco na altura da bacia. Foi esmagado e quase enterrado no chão [...] a bacia e a perna estavam esmigalhadas (BERSH *apud* RELLY, 2013, p. 118).

Um falquejo errado com machado ou facão, poderia amputar-lhe um membro. Uma roçada descuidada das capoeiras e cipós poderia facilitar uma picada de cobra, serpente ou escorpião (BLUME, 2010, p. 199). Além das corriqueiras e indesejadas picadas de insetos e até mesmo o (im)provável confronto com onças compõe os perigos da vida na mata. "A onça malhada, sempre em espreita, matava não só cães, tão necessários aos colonos, mas carregava nas costas mesmo o boi gordo ou um cavalo forte", contava o alemão Carl Seidler, em 1827, sobre a Colônia alemã de Torres, durante a sua estada na Província (SEIDLER *apud* BUBLITZ; CORREA, 2006, p. 59). Ou atacava mesmo os colonos enquanto dormiam, relatava Avé-Lallemant: "à noite despertou um velho seleiro com forte pressão na cabeça: era a pata de uma onça!" (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 188). Nas colônias a espingarda era fiel companheira para o que aparecesse de caça ou animais leves. No entanto, nem todos os colonos tinham entre seus pertences a arma, a pólvora e o chumbo, como é possível perceber na historiografia de colonização alemã. Na Colônia do Pinhal, em data incerta o colono Martin Zimmermann, o qual apresentaremos mais completamente a frente, era exímio caçador de onças (ditos *tigres*) com arma de fogo, mas naquele dia usou outros meios:

> Uma vez caçando uma daquellas feras, teve o desgosto de vel-a entocar. Não desanimou, porém: fez a boca da grota uma fogueira e esperou. Quando suppoz que o animal estava morto, chamou um filho e, dando-lhe umm laço, disse: - Entra e laça o bicho pelo pescoço. D'ahi a segundos voltava o filho trazendo a fera de rastro; estava deveras morta! A fumaça mata até o diabo, disse o caçador ao filho, ajudando a leval-la para casa (REVISTA, 1914, s.p.).

Porém, Bublitz comenta que, já em 1858, quando Avé-Lallemant visitava as colônias alemãs viu "muito mais raramente" onças, e conclui que os 34 anos de existência da Colônia de São Leopoldo resultavam em "34 anos de caçadas e queimadas ininterruptas, que certamente contribuíram para a matança dos animais e também para que muitos deles se refugiassem mais longe na floresta, onde estariam a salvo, mas por pouco tempo" (BUBLITZ, 2010, p. 91).

Mesmo considerando a rusticidade das pessoas do século XIX, isto é, simplicidade diante dos modos de vida, não podemos desconsiderar a fragilidade da vida frente aos muitos perigos. As dificuldades de cuidados em caso de ferimentos que podiam facilmente desenvolver uma doença e levar à morte não era uma fatalidade que incidia apenas aos colonos alemães, mas a toda uma população que estivesse à mercê da própria sorte. Desassistidos de uma medicina, e uma saúde pública, em vias de formação durante o século XIX. A maneira predominante de se encontrar salvamento em Picada Felipe Essig, entre 1857 e 1920, fora por práticas de curandeirismo e magia trazidas como patrimônio cultural da Europa fundidas com os conhecimentos dos nativos (RELLY, 2013, p. 127).

Em 1863, para os colonos do Pinhal e demais moradores dos arrabaldes da Colônia em caso de enfermidades, emergência de risco de morte, a possibilidade de cura mais próxima seria descer a estrada do Pinhal até Santa Maria ou chamar para que viesse até o enfermo, as curandeiras da região ou algum notável local reconhecido como médico.

Da chegada no lugar a escolha da área para arrotear, derrubar a floresta pelo ferro do machado, tudo precisa ser feito às pressas porque os víveres que trazem consigo são escassos e é mister construir um abrigo para evitar a(s) noite(s) ao relento do mato. Deste modo, "nos aconselhou desmatarmos primeiramente uma pequena roça, queimar e limpá-la e construir uma choupana provisória na qual moraríamos temporariamente", descreve Umann, "até abrir um roçado maior, no qual escolheríamos o melhor lugar par construir uma habitação mais condizente" (UMANN, 1981, p. 53). O mesmo imigrante detalha passo-a-passo a realização das primeiras tarefas:

> Assim que procedi à queimada, tratei de erguer uma pequena choupana, em minha própria terra. A primeira noite que lá passamos, eu conseguira fechar

> melhor um canto apenas da nova morada, para que o vento e chuva não nos molestassem tanto. Com dobrada razão podia cantar: 'Espaço há na choupana mais pequena...' etc., pois, afora o telhado que nos abrigava precariamente contra a chuva, o espaço ia até o infinito. A cobertura não abrigava a mim e a minha família, mas também cão e gato se alojaram aí, e ainda um certo número de galináceos, que se acocoraram nas vigas enquanto não houvesse um galinheiro para eles. Indiferente a meu sono, em plena madrugada me irritava com seu 'Kikeriki' (UMANN, 1981, p. 53-54).

As primeiras habitações no lote rural tendiam a ser precárias devido ao improviso porque o restante do tempo o "neo-colono atirava-se de corpo e alma a lavoura: desmatamento – coivara – semeadura – colheita" (FLORES, 1983, p. 130). A forte descrição de Umann demonstra as características frágeis da moradia, o espaço restrito para se habitar, pouco protegida das intempéries e sem local próprio para os animais.

Assim era a choupana, habitação inicial, coberta por folhas de jerivá, palmeira nativa da mata Atlântica, e com as paredes de barro chamada pelos colonos de Lehmhütte (rancho de barro) (CUNHA, 1988, p. 141-142). Os abrigos feitos pelos imigrantes no início da formação das colônias em São Leopoldo tinham esta configuração de rancho de barro:

> Quatro postes fincados no chão, paredes de ramos de árvore, cobertas de barro amassado, algumas aberturas para janelas, outra maior para a porta o telhado coberto de capim, e a casa estava pronta. Os pregos eram substituídos por cipós. O chão era de barro batido, sem assoalho de madeira. No teto não havia forro propriamente, apenas vigas suportando a tosca cumieira, coberta de capim (MORAES *apud* FLORES, 1983, p. 128).

A insalubridade das moradias não as tornava um refúgio, pois frequentemente permitia o acesso não só de animais como também de insetos dos mais variados como: pernilongos, barbeiros, carrapatos, taturanas, aranhas e cobras. Atormentavam a noite das famílias. O fogo aceso durante a noite oferecia um pouco de segurança enquanto cozia os alimentos, aquecia do frio e espantava os mosquitos e demais animais noturnos (RELLY, 2013, p. 125). "Lenha para o fogo havia o suficiente, uma bela chaleira nova para ferver água, também, mas como eu iria cozinhar sem fogão?" explicava Emilie Henrichs, no seu primeiro dia como mulher de colono, no vale do Itajaí: "Meu marido tinha o segredo: enfiou dois galhos em forma de garfo na terra, um terceiro enviesado por cima e nessa armação pendurou a chaleira" (RENAUX, 1995, p. 79-80). Na mobília da choupana, por muitas vezes, os tocos serviam de cadeira, um baú ou um tronco pouco aplainado servia de mesa, folhas de palmito amaciavam o chão duro para o sono que restabeleceria as forças para o dia seguinte de nova aventura (FLORES, 1983, p. 128).

Nem sempre as habitações permaneceram como choupanas no lote colonial. Há a existência de três etapas sucessivas da moradia na arquitetura da casa do imigrante, na qual gradativamente as famílias colonas atingiam condições econômicas melhores iam modificando as instalações domésticas (WEIMER, 1987, p. 95-117). A primeira etapa provisória com qualquer material disponível, a segunda etapa um pouco elaborada com barro e/ou madeira com razoável acabamento e a terceira etapa mais elaborada ou complexa na arquitetura variando e combinando materiais (madeiras, pedras, tijolos). Pois, convém atentar para o destaque que Flores faz: "A morada era a expressão e a medida da situação econômica que" cada família "alcançara [...] na qual todos se nivelaram na pequena propriedade" (FLORES, 1983, p. 145).

Embora alguns alemães tivessem na Alemanha o contato com a vegetação. Envolvimento com o mundo rural, caçando na floresta e plantando nas suas proximidades. Nada se igualava ao calor intenso e umidade subtropical, as chuvas torrenciais, a amplitude térmica em apenas um dia e a mata Atlântica inóspita. A cada migração interna para outras terras de mato era um novo recomeço. Sobre quem não pairaria o desejo de retornar a Europa? Ainda mais se algum infortúnio lhes abatesse. Umann confirma que: "Muitos teriam regressado à pátria, se tivessem tido meios para tal. Mas essa hipótese estava fora de cogitação, e por isso só restava pegar no duro" (UMANN, 1981, p. 55).

3 "Ali o fogo da lavoura corrói matas": semeando a terra

Desde a imigração das antigas colônias, ao leste, ao centro da província, na região de Santa Maria onde há a Serra Geral do Pinhal, o deslocamento até o local da colônia comprada e assentamento da família toda a alimentação é mantida com víveres trazidos. O início nas matas como verificamos é dedicado ao assentamento com alguns dias destinados para desbravamento com machado, limpeza das capoeiras, galhos e troncos, concomitante, a construção da choupana e as plantações. Como estas primeiras semanas e meses foram dedicados a organização na pequena propriedade a alimentação que já é precária fica comprometida beirando a miséria.

No caso das Colônias Privadas de particulares a situação é agravada porque não existe o subsídio do Governo Imperial nas Colônias Oficiais, nos primeiros tempos de colonização, com auxílio de ferramentas e dinheiro (para compra de mantimentos, sal, pólvora e algum tecido). As dificuldades alimentares para os imigrantes recém-chegados eram penosas nos dez primeiros anos das colônias que na Colônia de São Leopoldo, no período de 1825 a 1830, os colonos à espera de resultados das plantações se tornavam

totalmente dependentes do recebimento de $160 réis, no primeiro ano, e $80, no segundo ano, de subsídios dados pelo governo para subsistência familiar (BUBLITZ, 2010, p. 87-88). Diferentemente daqueles "que se dirigiam às colônias provinciais ou privadas" que "precisavam prover seu sustento e o de seus familiares pelos próprios meios" (UMANN, 1980, p. 48).

E, mesmo, nestas "os relatórios oficiais escondem a dura realidade dos recém-chegados que parecem não contar com a suficiente solidariedade dos colonos estabelecidos há mais tempo", assim, explica Cunha sobre um ofício datado em 24 de outubro de 1853 do diretor João Martin Buff da Colônia de Santa Cruz, que enviou "uma petição de cem colonos da picada Rio Pardinho" que "necessitam de pelo menos um ano de subsídios oficiais para se arranjarem" porque "vivem de esmolas, e já tendo vendido seus trastes e roupas demoram em se acostumar com o trabalho na mata" (CUNHA, 1988, p. 105-106).

Situações desoladoras ocorreram porque o colono "geralmente está desprovido de dinheiro e munido de poucos e impráticos (sic) conselhos de trabalho, em vasto círculo apenas poucos moradores, de sorte que mesmo por dinheiro não se encontra os meios necessários à sobrevivência (UMANN, 1980, p. 62). Mesmo que haja ênfase "o uso da moeda é limitado", frisa Cunha, "e parece ser maior no primeiro ano de estabelecimento de cada unidade, quando ainda não existe a produção e os alimentos precisam ser comprados de comerciantes" (CUNHA, 1988, p. 140-141).

Diante das condições que se encontravam, explica Bublitz, que muitos colonos não se furtaram de invadir o matagal em busca de frutas e animais, "munidos de espingardas e facões, os colonos passaram a organizar caçadas floresta adentro, atirando em qualquer coisa que se mexesse", assim "em grupo, os homens se embrenhavam na mata atrás de carne para o almoço e jantar, muitas vezes com a ajuda de conhecedores da região, como caixeiros viajantes e tropeiros" (BUBLITZ, 2010, p. 88).

Nas caçadas entre as presas abatidas estavam jaguatiricas, veados, marrecos e perdizes as quais eram ostentadas pelos caçadores, inclusive uma criança segurando uma espingarda, em fotografias na zona de colonização em Santa Cruz (BUBLITZ, 2010, p. 89-90). A autora dimensiona as proporções do desequilíbrio ambiental que a colonização alemã causou, principalmente na fauna, ressaltando que:

> A caça generalizada e intermitente afetou a reprodução de espécies locais, causando até mesmo a extinção de algumas delas, como a onça, e não se restringiu aos primeiros anos das colônias. Se muitos animais eram mortos por razões alimentícias, outros padeciam por invadir e muitas vezes destruir as

> plantações dos colonos. Esse foi o caso, por exemplo, da anta e do bugio, considerados inimigos dos milharais. Outras espécies também ficaram ameaçadas ou chegaram mesmo à extinção por motivos indiretos. Desmatamento, pecuária, lavoura e habitações humanas provocaram alterações no ecossistema, comprometendo a preservação da fauna e da flora locais (BUBLITZ, 2010, p. 88).

Para alguns imigrantes dos Pinhal foi, na verdade, um recomeço nas matas, pois já traziam consigo um primeiro contato de colonização nas florestas subtropicais. Daquelas dificuldades enfrentadas nas colônias de onde saíram devem ter convertido em experiência para a nova colonização. Entretanto, isso não evita os rigores do recomeço na mata do Pinhal, mas, ao menos em tese, os pormenoriza. Numa situação de escassez de alimentos, como fizeram seus conterrâneos nas outras colônias, os colonos do Pinhal devem ter reagido da mesma maneira, ou seja, não se furtariam em prover suas mesas com os animais da fauna da serra no Pinhal.

A pequena propriedade de mão de obra familiar que se caracterizou pela policultura teve um sistema de plantio rudimentar. A forma dos imigrantes alemães interagirem com a terra no cultivo das plantações não inseriu nenhum método agrícola europeu. Pelo contrário, o imigrante adaptou a técnica tradicional de plantação usada pelos nacionais: o sistema de coivara. A coivara consiste na derrubada prévia da vegetação de porte mais fino do terreno ateando-se fogo, ao mesmo tempo, que as chamas ardem as ramagens, galhos e raízes, as cinzas sobrepostas ao solo são absorvidas naturalmente como adubo.

Aparentemente apesar de simples o sistema exige um manejo adequado do sistema que envolve atenção com uma breve secagem da folhagem verde, orientação do vento e a umidade do ar. Se a vegetação ainda estiver verdoenga haverá não só a dificuldade na continuidade do fogo como também uma queima superficial. Um período de seca é o mais apropriado para a queimada com um vento que espalhe bem as chamas. Contudo, se área arroteada for próxima a choupana, o vento forte para uma direção indesejável poderá ocorrer um desastre sob o casebre. Do contrário um tempo seco tendendo para o úmido pode haver uma precipitação ao longo do(s) dia(s) e a chuva não permitirá o prosseguimento da queimada. Uma vez que as estações, o clima, as fases da lua, isto é, a

natureza em si, são os únicos norteadores da vida camponesa no mundo rural da colonização (GRÜTZMANN, 2004, p. 48-90).[2]

"A técnica agrícola dos colonos alemães" para preparar a terra, a roça, descreve Roche consiste em quatro operações: derrubada, queimada, plantação e capina (ROCHE,1969, p. 286). A derrubada da mata e secagem da vegetação e, se necessário, novo corte da vegetação secundária. Seguido da queimada dos galhos amontoados e troncos caídos. A plantação ou as sementeiras, procedimento mais simples, na qual sob a camada de cinzas a pouca profundidade do solo são depositados os grãos, tubérculos ou a planta da mandioca, a cana-de-açúcar, o fumo. E a capina, ato de capinar, é o preparo da terra, montar uma segunda cava as culturas quando o solo após a queimada não está frouxo suficiente para semear contendo muitas raízes.

Nas áreas florestais Leo Waibel distinguiu três principais técnicas de preparo da terra que formariam estágios do desenvolvimento da paisagem agrícola: o sistema da primitiva rotação de terras, sistema de rotação de terras melhorada e rotação de culturas combinadas com a criação de gado (WAIBEL, 1949, p. 159-222). Tanto Roche e Seyferth consideram a subdivisão entre sistema de rotação de terras primitivas e melhorada como não relevante, porque a rotação melhorada ocorreu logo em seguida ao início das colônias sem apresentar avanço nenhum na técnica agrícola, além do arado (ROCHE, 1969; SEYFERTH, 1974).

Então, ao esboçar como o colono avança mata adentro na Colônia de Santa de Cruz, quando Avé-Lallemant também sintetiza de que modo a agricultura foi iniciada em toda a colonização alemã no Rio Grande do Sul, ao afirmar: "Ali ressoa o machado na floresta, ali o fogo da lavoura corrói matas até então indômitas" (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 169).

4 Considerações finais

A colonização alemã no sul do Brasil pode ser entendida por diferentes temáticas estudos e, nesse sentido, que tentamos oferecer esse entendimento, sucinto, sobre meio ambiente. O desenvolvimento socioeconômico especificamente de muitas colônias alemães no Rio Grande do Sul bem como a própria contribuição cultural para sociedade

[2] Nas áreas de colonização alemã na América do Sul e no Rio Grande do Sul, iniciou a circulação em 1855 até 1941, de um impresso de formato específico – *Kalender* (almanaque ou anuário). Na evolução e propagação da imprensa o almanaque (*Kalender* ou *Jahrweiser*) iria orientar a vida nas colônias com um tipo de produção cultural impressa, uma brochura anual, com linguagem verbal e não-verbal, com objetivo informativo, de entretenimento e formação de leitores.

sul-rio-grandense foi sempre muito notória oportunizando diversas pesquisas. Embora se pesquisa-se muitos os resultados como demonstramos pouco a historiografia debruçou-se sobre as consequências. Estas as quais decorrentes daquele desenvolvimento econômico, não se trata de julgar, longe disto, mas de compreender os diversos efeitos produzidos por uma colonização que para sobreviver fez com que o imigrante se transforma em colono no contato com a terra ressignificando seus modos de ser e fazer.

Os imigrantes alemães ao chegarem nos seus lotes se deparam com a natureza não só exuberante, mas também misteriosa e assustadora dada a sua diversidade e imensidão. Tão logo, os colonos se confrontaram nas matas da floresta subtropical tentando dominá-las pelo desmatamento civilizador, fazendo-se colonos. E, por vezes, morrendo diante do embate com a mata e animais. Aliado na dominação da fauna e da flora fora a pólvora e fogo, os quais cumpriam duplo papel de limpar rapidamente a vegetação para roça ao passo que protegia da aproximação dos animais, espantando-os para longe aqueles animais que haviam sobrevivido as caçadas, nas dificuldades alimentares.

Em suma, das queimadas à matança de animais se alavancou a colonização alemã provocando uma devastação. Infelizmente, não sabemos se haveria maneira diferente ou menos pior de fazer, sabemos que está não será maneira correta a ser feita. Pois, a mesma colonização que promoveu desenvolvimento econômico, concomitantemente, um desequilíbrio do ecossistema também contribuiu para destruição da biodiversidade no sul do Brasil.

Referências

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858).** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

AVELLO, Adriano. **À sombra do sucesso: dinâmica social numa colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal – Itaara/RS, 1857-1894).** 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio. **Terra de promissão**: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul. Passo fundo: Editora: UPF; Santa Cruz: Edunisc, 2006.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical:** uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul. 2010**.** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BLUME, Sandro. **Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul:** recortes do cotidiano. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881.** 1988. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

DREHER, Martin N. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul**: esquecimentos e lembranças. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin N. Considerações sobre a história da família imigrante. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (Orgs.). **História da família no Brasil Meridional:** temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2014, p. 291-316.

GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (*Kalender*) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). **Imigração & imprensa.** Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 48-90.

LISBOA, Karen Macknow. Aproximações teóricas e de métodos: a literatura de viagem. In: ____. **Mundo novo mesmo mundo:** viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec- Fapesp, 2011, p. 82-89.

MINUZZI, João Davi. **Uma impressão a cada viagem:** percepção da natureza do pampa na visão de viajantes europeus, 1818-1858. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade – imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920).** 2013. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013.

RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história:** o papel da mulher no vale do Itajaí 1850-1950. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

REVISTA Comemorativa do centenário de Santa Maria, 1914.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul.** Vol. I e II. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Editora Movimento/SAB, 1974.

UMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio.** Introdução, tradução e notas de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST. 1981.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia,** Ano XI, Abril-Junho, n. 2, p. 159-222, 1949.

ENTRE PRESTÍGIO, ADEQUAÇÃO E LEALDADE: A LÍNGUA COMO MEIO DE APROPRIAÇÃO DO NOVO MUNDO PELOS IMIGRANTES ALEMÃES NO SÉCULO XIX

Claudia Fernanda Pavan[1]

1 Introdução

Neste artigo, a fim de demonstrar o profundo vínculo entre as noções de prestígio, adequação e lealdade bem como sua influência na trajetória linguística, social e histórica dos imigrantes alemães no Brasil ao longo do século XIX, parte-se de perspectivas teóricas da sociolinguística e da história bem como do levantamento bibliográfico e da análise de materiais que compõem o banco de dados do projeto ALMA-Histórico.

O ALMA-Histórico integra o projeto ALMA-H (Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: *Hunsrückisch*)[2] e é constituído por dados de língua escrita, em especial um acervo de cerca de mil cartas privadas, escritas em comunidades de língua alemã em diferentes períodos históricos desde 1824, quando se iniciou a imigração para o sul do Brasil (ALTENHOFEN; MORELLO ET AL., 2018; ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018).

As cartas que fazem parte do acervo do ALMA-Histórico representam testemunhos valiosos do olhar dos imigrantes sobre os acontecimentos que marcaram suas vidas naquela época. Nelas os imigrantes compartilham suas opiniões, emoções e frustrações bem como detalhes próprios do seu novo lar. As cartas trocadas entre os imigrantes e seus entes queridos são, ao mesmo tempo, documentos inestimáveis para o estudo da mudança e variação linguística que passaram a ocorrer a partir do contato das variedades de alemão faladas pelos imigrantes com as variedades linguísticas do novo meio.

[1] Doutoranda em Sociolinguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Contato: claudia.pavan@ufrgs.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7105-8029.

[2] O projeto ALMA-H é coordenado pelo Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen pelo Prof. Dr. Harald Thun e contou, entre 2008 e 2012, com o apoio financeiro da Fundação Alexander von Humboldt. Trata-se de uma parceria interinstitucinal entre o Instituto de Letras/Setor de alemão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto de Romanística da Universidade de Kiel. O projeto tem por objetivo descrever a variação e a mudança linguística do Hunsrückisch bem como das demais variedades do alemão em contato com o português e demais línguas na Bacia do Prata, a partir de uma perspectiva macrolinguística e pluridimensional, considerando diferentes dimensões de análise, entre as quais as dimensões diatópica, diastrática, diageracional, diassexual e diarreligiosa.

Assim, a partir da pesquisa bibliográfica e de cartas que, em sua maioria, integram o banco de dados do ALMA-Histórico e foram publicadas em 2018 no livro *Cartas de imigrantes de fala alemã: pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil*, procura-se analisar as noções de prestígio, adequação e lealdade e ilustrar seu entrelaçamento com a vida dos imigrantes alemães no Brasil ao longo do século XIX bem como seus reflexos sobre a língua como meio de apropriação do Novo Mundo.

Este artigo compõe-se desta introdução e outras quatro seções. Nesta introdução são apresentados os objetivos, as perspectivas teóricas nas quais o trabalho está baseado, os procedimentos metodológicos e o corpus de estudo adotados bem como a estrutura do trabalho. A segunda seção trata do contexto histórico, linguístico e social que marcava a vida dos primeiros imigrantes alemães chegados ao Brasil. A terceira seção discute a inter-relação entre lealdade linguística e a necessidade de adequação ao novo meio: desconhecido, estranho e, por vezes, intimidador. A quarta seção aborda o prestígio social e linguístico, com base sobretudo no complexo do cavalo (WILLEMS, 1944, 1946). A quinta seção trata da relação entre a língua e a subsistência dos teuto-brasileiros. A sexta seção apresenta as conclusões finais do artigo.

2 Contexto do período inicial da imigração alemã no Brasil

Para os imigrantes alemães no século XIX, o Novo Mundo apresenta um ambiente bastante diferente daquele do continente europeu, com o qual estavam acostumados. Nas cartas que trocam com seus familiares e amigos, os principais temas são exatamente aqueles voltados às novidades do Novo Mundo, do novo ambiente: a viagem, a chegada, a descrição da colônia[3] de cada um bem como detalhes sobre os animais e as plantas encontradas no novo ambiente, as novas formas de cultivo da terra e de criação de animais, o clima, as comidas, a geografia. Além disso, os imigrantes se preocupavam em dar detalhes bem-informados sobre o novo ambiente para os conterrâneos que também estavam considerando a emigração para o Brasil. O seguinte excerto de uma carta escrita em 1858, ilustra essa preocupação:

> Vocês provavelmente já comentaram diversas vezes que minha carta demora a chegar. Peço desculpas por não ter escrito antes, mas primeiro queria

[3] Enquanto em alemão, a palavra *Kolonie* designa a possessão territorial ou a aglomeração de estrangeiros de uma dada nacionalidade no exterior, no Brasil, designa a propriedade ou o lote do colono ou ainda uma região habitada por colonos (OBERACKER JR., 1957). Matzke (2020) também faz referência ao sentido do termo *Kolonie* na época da imigração alemã, observando que se trata de um termo utilizado para designar os assentamentos de imigrantes, cujo sentido está ancorado no uso linguístico do português falado no Brasil.

> conhecer cada pedaço desta terra para poder enviar informações fidedignas. Coisas estranhas se apresentam ao imigrante a princípio, pois é uma terra cheia de morros e colinas, coisas com as quais não se está acostumado na Alemanha. [*Ihr werdet vieleicht schon öfter gesagt haben das daß Schreiben euch zu lange ausbleibe aber, ich bite um verzeiung den ich konte mich nicht eher dazufinden den ich wolte zuerst wissen wie es in allen Stücken in diesen Lande aus sähe damit ich ware auskunft erteilen könte. Sonderbares bietet sich den einwanderer zuerst der da sihet man das ganze Land von lauter Gebirge und Bergen, welches man in Deutschland ja nicht gewohnt ist*] (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 119).[4]

Os imigrantes, por um lado, impressionavam-se com a vastidão de suas novas terras, por outro, tinham dificuldade de compreender e aceitar a forma pouco natural da divisão retangular feita pelos agrimensores e faziam o possível para deixá-las mais orgânicas, mais semelhantes às terras que haviam deixado para trás. Ainda que a propriedade privada representasse uma impossibilidade de organizar a vida com base nos modelos dos vilarejos alemães, os imigrantes, na tentativa de preservar sua identidade, buscavam replicar seus vilarejos, definindo, assim, sua vizinhança (WEIMER, 1988).

> Cada vizinhança era composta pelos moradores de uma picada, cujas propriedades ficavam entre dois fenômenos topográficos distintos, como riachos, morros, vales e assim por diante. Esses colonos estavam ligados por um sistema de direitos e deveres que seria inconcebível sem a experiência prévia de viver em um vilarejo fechado. Nenhum estranho suspeitaria da existência de ligações tão fortes entre uma vizinhança tão dispersa (WEIMER, 1988, p. 114).

No excerto acima, Weimer (1988) faz referência à organização das comunidades em picadas. O termo "picada" se referia inicialmente às trilhas no meio da mata abertas a facão pelos colonos alemães: "de trilha aberta a facão no meio da floresta, picada passou a ser o centro da vida social da localidade, isto é, um sinônimo para 'lugar, localidade'" (DREHER, 2005 apud ALTENHOFEN; MORELLO, 2018, p. 151).

Em relação às línguas de imigração alemã, diferentes variedades linguísticas têm contato entre si e com o português local já nesse período. A Alemanha, como país politicamente unificado, só viria a existir a partir de 1871, até então, tratava-se de uma região de pequenos reinos, independentes uns dos outros. Por isso é grande, até hoje, a diversidade de variedades do alemão faladas naquele país e, consequentemente, trazidas para o Brasil com os imigrantes.

[4] As cartas em Altenhofen; Steffen; Thun (2018) foram transcritas com base nos princípios da transcrição diplomática, ou seja, respeitando exatamente tanto a grafia quanto os aspectos referentes à forma do texto original. Nos excertos das cartas que aparecem neste trabalho, manteve-se a grafia original, a forma, contudo, foi adaptada.

Segundo Altenhofen (2019), atualmente é possível identificar pelo menos 14 variedades de línguas alemãs no Brasil – o que, de certa forma, representa o resultado da lealdade dos alemães às variedades linguísticas da matriz de origem. Ainda que as variedades alemãs atuais não devam "necessariamente ser entendidas como a "língua de origem", mas sim como "o alemão de hoje do respectivo grupo de imigrantes" [...], ou seja, o resultado do que "sobrou" após uma longa história de migração e contato" (ALTENHOFEN, 2019, p. 535).[5]

Apesar do valor que atribuíam à sua identidade, sua cultura e sua língua, os imigrantes consideravam importante aprender a língua portuguesa, que representava a língua de prestígio, mas também de acolhimento. A adequação ao novo meio é necessária e desejada, mesmo que acompanhada de incertezas e desafios impostos pelas singularidades do novo ambiente:

> Infelizmente, tivemos até agora mais chuva do que sol, pois, no verão, as tempestades ocorrem diariamente e são assustadoras: depois de cada relâmpago, há um estrondo tão violento que se tem a impressão de que um prédio de madeira está desmoronando e isso é seguido por trovoadas que parecem como uns 100 timpanistas no telhado. Quem não ouve pessoalmente, não consegue fazer uma ideia clara da situação [*Leider haben wir bis jetzt mehr naßes als trocknes Wetter gehabt, da im Sommer täglich Gewitter kommen, u[nd] diß in einem fürchterlichen Grade, nach jedem Blitz knattert es so gewaltig daß man denkt ein hölzernes Gebäude stürzt zusammen, u[nd] darauf folgt ein Donnerschlag daß man glaubt es seien 100 Paukenschläger auf dem Dache. Wer es nicht selbst hört; kann sich keinen deutlichen Begriff davon machen*] (MATZKE, 2020, p. 113).

Nesse contexto, surge a necessidade de designar elementos ainda desconhecidos ou com os quais tivessem menos contato anteriormente: "o meio físico diferia profundamente do meio ambiente europeu e impunha, paralelamente a outras mudanças culturais, a aquisição de uma terminologia que preenchesse as lacunas existentes no equipamento linguístico trazido dos países de língua germânica" (WILLEMS, 1946, p. 277). Assim, por um lado, foram criadas novas palavras (neologismos) com material linguístico do alemão; por outro, o contato com os novos vizinhos lusofalantes oferece material linguístico, muitas vezes assimilado às próprias regras gramaticais e de pronúncia do alemão.

[5] Do alemão: "*sind nicht unbedingt als „ursprüngliche Herkunftssprache" zu verstehen, sondern eher als „das heutige Deutsch der jeweiligen Einwanderungsgruppe" [...], also das Ergebnis von dem, was nach einer langen Migrations- und Kontaktgeschichte noch „übrig blieb*".

3 Lealdade linguística e adequação ao novo meio

No novo meio, inicia-se um movimento de conciliação entre a lealdade à língua – que, afinal, representa um dos mais fortes elos de conexão dos imigrantes e seus descendentes com a terra natal – e a adequação a esse novo meio que eles desejam transformar em seu novo lar e ao qual, portanto, precisam adaptar-se. Isso explica, por exemplo, neologismos como *Keesboom* / *Keesbaum* (pt. Umbu - bot. *Spondias tuberosa*), *Scheereschliffer* (pt. Tesourinha – pássaro cuja cauda lembra uma tesoura), *Dreckbauer* (pt. João-de-barro) (STEFFEN; ALTENHOFEN, 2014; ALTENHOFEN; MORELLO, 2018).

A Tesourinha é um pássaro típico do continente sul e centro-americano e pode ser encontrada ainda na Argentina, no Paraguai, no norte no Caribe e no sul do México. Contudo, são mais numerosas especialmente na região sul do Brasil, embora durante o inverno migrem para a região norte, principalmente na Amazônia, retornando ao sul somente ao fim dessa estação. A designação dada pelos teuto-brasileiros, *Scheereschliffer*, significa 'afiador de tesouras'. É interessante notar que há registros desse termo em textos e dicionários alemães do século XIX. O mesmo se refere, porém, a uma espécie de cigarra, comum à região do Rheinland-Pfalz que aparece frequentemente nos vinhedos da região próxima à fronteira prussiana e cujo canto se assemelha ao som de um afiador de tesouras (ZIMMERMANN, 1914).

O João-de-barro é um dos pássaros mais populares das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil, mas também está presente em áreas não florestadas de estados como Goiás, Piauí e Alagoas. Como é de conhecimento geral, o pássaro tem esse nome por construir ninhos de barro em postes, porteiras, galhos de árvores e até mesmo beirais de janelas. O nome dado pelos imigrantes alemães, *Dreckbauer*, tem o sentido de 'aquele que constrói com barro'.

O Umbu (*phytolacea dioica*) é uma árvore nativa do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma árvore de porte grande e folhas largas, famosa nas histórias e lendas gaúchas pela sombra que oferece. Sua madeira, contudo, é muito porosa, apodrece facilmente, "é farelenta, quebradiça, de pouca duração, parece feita de uma casca em cima da outra" (JAEKEL, 2021). A porosidade dessa árvore explica, assim, o nome que lhe foi dado pelos imigrantes alemães, *Kessboom* [árvore de queijo], pois faz lembrar os buracos de um queijo.

As palavras apresentadas acima são apenas alguns exemplos dos neologismos criados pelos imigrantes alemães e, como se pode ver, estão relacionadas a elementos naturais muito comuns nas regiões por eles ocupadas. Há muitos outros neologismos, como, por exemplo: *Tannenzapfen* (Pinhão), *Sandhase* (Preá), *Wassehuhn* (Saracura), *Batatenblume* (Dália), *Sandfloh* (bicho-do-pé).

4 Prestígio e o complexo do cavalo

Outro elemento que se une à equação formada pela lealdade e pela adequação é o prestígio. Segundo Willems (1944), o prestígio representava, para os imigrantes alemães, um elemento decisivo no processo de adequação linguística. Willems observa que os primeiros alemães que emigraram para o Brasil vinham, em sua grande maioria, das camadas mais pobres da população rural e viam no empréstimo de certos valores culturais do país de acolhida a possibilidade de ascensão social.

Willems (1944) exemplifica a dinâmica dos empréstimos linguísticos entre o português e o alemão através do complexo do cavalo, salientando que a adoção desse complexo pelos colonos alemães não se deu apenas com base no prestígio da cultura gaúcha em relação a outras culturas regionais brasileiras, mas também a associações que a maioria dos alemães faz em relação ao cavalo de sela, trazidas de sua própria cultura, na qual os trabalhadores do campo ou pequenos proprietários não possuem cavalos de sela, este representa "um dos mais caros luxos das classes altas. Possuir um puro-sangue ou criar um puro-sangue para corridas é sempre um meio de melhorar ou manter uma posição social de prestígio relativamente alto" (WILLEMS, 1944, p. 155).

Em cartas trocadas nesse período entre os imigrantes e seus familiares e amigos que ficaram na terra natal, o apreço pelo cavalo também é documentado, como ilustra o seguinte excerto:

> [U]m dia vou te emprestar minha sela lateral para que também possas conhecer o prazer de cavalgar [...]. [*nun werde ich Dir meinen Dammensattel einmal borgen, damit Du auch das schöne Vergnügen des Reitens kennen lernst* [...]] (MATZKE, 2020, p. 198).

Dessa forma, os imigrantes adotam muitos valores culturais e ambientais relacionados à posse e à criação de cavalos: a vantagem de cavalos marchadores, que oferecem ao cavaleiro maior conforto mesmo em longos trajetos; a vestimenta dos gaúchos: chapéu, lenço, bombacha; os tipos de sela e de equipamentos de montaria; os cuidados com os animais; o uso do laço e das boleadeiras.

Além da questão do prestígio social, o complexo do cavalo ilustra o prestígio linguístico:

> Uma das características mais significativas do processo de aculturação é o fato de o complexo do cavalo, com as características e complexos a ele relacionadas, ter sido assumido pelos alemães-brasileiros, juntamente com o vocabulário correspondente em português. Aqui, como em outros lugares, em condições semelhantes, "as palavras tomadas emprestadas são adotadas devido à sua associação com características que também são tomadas emprestadas da cultura material ou imaterial"." Contudo, há, é claro, uma diferença entre o empréstimo de palavras que não têm equivalentes na língua adotada e aqueles que têm termos sinônimos. Quando os teuto-brasileiros adotaram, por exemplo, todo o vocabulário relacionado à fauna e à flora subtropicais do sul do Brasil, ou quando introduziram junto com novos dispositivos técnicos as palavras em português correspondentes, esse tipo de empréstimo linguístico representa uma resposta a determinadas necessidades culturais. Contudo, no sul do Brasil, os colonos de ascendência alemã adotaram um número considerável de palavras que existiam nos dialetos alemães que trouxeram da terra natal. Isso aconteceu também com referência à maioria das palavras associadas ao complexo do cavalo. Existem fortes evidências de que os colonos desejavam adotar o maior número possível de palavras em português, porque o uso dessa língua contribuía para quebrar o isolamento cultural e facilitar seus esforços em busca de um melhor status (WILLEMS, 1944, p. 157-158).[6]

Assim, a busca por esse melhor status e o desejo de adequação ao novo ambiente explicam a adoção de palavras da língua portuguesa local, embora existissem termos para designar todos os elementos relacionados ao complexo do cavalo na língua alemã, como ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Palavras referentes ao complexo do cavalo.

Português	Alemão – variedades brasileiras	Alemão – variedade standard
Broca	Brok	Hufrehe
Cabresto	Kabrest, gabrest, kaprest	Halfter
Carreira	Karére, Karéie	Pferderennen
Chicote	Sikót	Peitsche
Chucro	Súker	Wildpferd
Égua	Égva	Stute
Empacador	Pakadór	störrisches Pferd

[6] Do inglês: "*One of the most significant features of the acculturation process is the fact that the horse complex with its more or less closely connected traits and trait complexes was taken over by the German-Brazilians together with the corresponding Portuguese vocabulary. Here as elsewhere under similar conditions "words which are borrowed are adopted because of their association with borrowed traits of material or non-material culture." However there is, of course, a difference between borrowing of words which have no equivalents in the adopting language and those which have synonymous terms. When German-Brazilians adopted, for instance, the whole vocabulary connected with the subtropical fauna and flora of Southern Brazil, or when they introduced along with new technical devices the corresponding Portuguese words, this kind of linguistic borrowing represents an answer to certain cultural needs. But in Southern Brazil, the settlers of German descent adopted a considerable number of words which existed in the German dialects they brought over from the homeland. This happened also with reference to most of the words associated with the horse cbmplex. There is strong evidence that the settlers wished to adopt the largest possible number of Portuguese words because the use of this language contributed to break down cultural isolation and to make the struggle for status much easier.*"

Garupa	Garúp	Kruppe
Malacara	Markáre	Pferd mit weißer Stirn
Matungo	Matunge	Altes Pferd
Pasto	Bast, Past	Weide
Pelego	Pelég, Peléger	Schafsfell
Potreiro	Potrér	Gehege
Rédea	Rédie, Relin	Zügel
Selim	Salín	Sattel
Tropeiro	Tropéro	Mann, der eine Pferdeherde führt

Fonte: de autoria própria com base em Willems, 1944.

Em outra oportunidade, no livro Aculturação dos alemães no Brasil, Willems (1946) apresenta uma lista de palavras do português adotadas pelos imigrantes alemães e observa que das 99 palavras utilizadas para denominar animais domésticos, a grande maioria está relacionada ao cavalo e aos equipamentos de montaria. Willems observa ainda que "é digno de nota que, salvo pouquíssimas exceções, o vocabulário alemão concernente ao cavalo se perdeu nas comunidades puramente rurais" (WILLEMS, 1946, p. 302). Além disso, já desde cedo, os imigrantes alemães percebem como a criação de animais é essencial para a sobrevivência e subsistência da vida nas colônias (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018). Assim, adotam também termos relacionados aos animais domésticos:

> **Potreiro** [...] é um campo para o gado, em volta dele se faz uma cerca e são colocadas estacas que deixam a cerca firme e robusta para que nenhum animal possa sair. O gado fica nesse potreiro o ano todo, dia e noite, e vem como no estábulo e isso é muito melhor para o gado [...] no inverno, acrescenta-se um pouco de **milho** e **abóbora** [...] Para os porcos, constrói-se um cercado [...], só que não é chamado de cercado, mas de **curral**. Os porcos ficam nesse **curral** dia e noite. [**Patrer** [...]ist eine Weide für das Fieh da wird ein Zaun darum gemacht und es werden Pfähle aufgestelt und es kompt den der is durch zuliegen und so wird der Zaun fest und stark das kein Fieh heraus kan in solche **Patrer** geht das Fieh die das ganze Jahr Tag und Nacht und kommen wie auf den Stall und das ist ja viel beser für das Fieh [...] im Winter wird etwas **Milge** und **Poben** zugefüttert [...]. Für die Schweine wird ein Hoff gemacht [...] aber man nent ihn nicht Hoff sondern **Korahl** in diesen **Korahl** gehen die Schweine Tag und Nacht] (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 120).

O próprio autor esclarece, nesse excerto, a adoção e o sentido das palavras Patrer e Korahl, variantes germanizadas de "potreiro" e "curral" respectivamente, salientando que esses são os termos utilizados no novo meio.[7] Nota-se, porém, que não explica a adoção de Poben e Milge, como se assumisse que seus interlocutores estão familiarizados com essas palavras.

[7] O excerto apresentado foi retirado de uma carta escrita em Teotônia (RS), em 1858.

5 A língua e sua importância para a subsistência dos imigrantes

Como ilustra o excerto da carta reproduzido na seção anterior, verifica-se a adoção de palavras da língua portuguesa, relacionadas ao cultivo da terra, para nomear elementos já presentes na cultura de origem. É o caso de milho e suas variantes (Al.: Mais): *Miljehitt* 'paiol', *Miljemehl* 'farinha de milho', *Puffmilje* 'milho pipoca', *Miljestick* 'plantação de milho', '*Miljeloob* 'palha de milho', *Futtermilje* (espécie de sorgo, utilizado na alimentação animal), *Miljebock* 'caruncho do milho', entre outras. Altenhofen, Steffen e Thun (2018, p. 310) salientam que "trata-se de um dos empréstimos do português com maior número de palavras compostas derivadas"[8] – o que atesta a importância dessa cultura para a subsistência dos teuto-brasileiros.

A cultura do milho, embora originária das Américas, havia sido introduzida na Europa no início do século XVI por espanhóis e portugueses, ainda que a literatura sobre o cultivo e uso desse grão seja esparsa até a primeira metade do século XVII (BARGHINI, 2004). Barghini ressalta que, entre as plantas trazidas pelos viajantes para o Velho Mundo, o milho tinha especial destaque,

> não só por sua fácil adaptação agrícola (possibilidade de ser cultivada em clima temperado), mas porque era um alimento por excelência, similar ao trigo. [...] ele foi aceito imediatamente como planta de horta e, em pouco menos de um século, transformou-se em cultivo intensivo (BARGHINI, 2004, p. 89).

No território alemão, o cultivo de variedades de milho é registrado a partir do século XVIII, principalmente em regiões com clima mais favorável próximas ao Reno e a Baden (RELLY, 2020; SCHNABEL ET AL, 2009). Mesmo não se tratando de uma cultura de todo desconhecida, os imigrantes alemães no Brasil precisavam assimilar e desenvolver novas formas de cultivo, adequadas ao novo ambiente (RELLY, 2020) – o que valia à pena, dada a resistência e versatilidade dessa planta:

> nada se perde da própria planta: a parte lenhosa, que resta depois da debulha da espiga serve para fazer fogo, as folhas secas dão a forragem e a palha, as mais finas, as que estão em volta da espiga, são utilizadas para encher os colchões e até para enrolar os cigarros à moda gaúcha, quanto às folhas grossas e aos caules, são enterrados para proteger o solo contra a erosão (ROCHE, 1969, p. 256).

[8] Situação semelhante, ainda que não igualmente produtiva, verifica-se no que se refere ao vocabulário adotado para abóbora (Al.: *Kürbis*): *Bower* / *Poben* 'abóbora', *Halsbower* 'abóbora' de pescoço', *Bowerschmier* 'chimia de abóbora', *Kochbower* 'abóbora para cozinhar', entre outras (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018; TAVARES DE BARROS, 2020).

Além disso, a cultura do trigo, com a qual tinham maior familiaridade em sua terra natal, representou grandes dificuldades e desafios para os imigrantes na nova terra. As plantações de trigo sofriam com as oscilações climáticas, com o excesso de chuva, com pragas e doenças – como a ferrugem (CUNHA, 1988; BUBLITZ, 2011). Cunha relata ainda outros problemas que contribuíram para o fracasso do cultivo de trigo no sul do Brasil, entre os quais estão a criação de gado, graças ao desenvolvimento das charqueadas e "a concorrência americana que põe fim à produção gaúcha de trigo e transforma o próprio Rio Grande do Sul em consumidor de seu cereal e de sua farinha" (CUNHA, 1988, p. 47).

As tentativas de fazer com que o cultivo do trigo prosperasse também estão, até certa medida, vinculadas à questão do prestígio. Segundo Roche (1969, p. 245), "o trigo foi cultivado, em primeiro lugar, pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição, comendo pão branco", já que a grande maioria dos imigrantes alemães que se encontravam no Brasil consumiam, em sua terra natal, pão de centeio, pois o pão feito com farinha de trigo representava – assim como o cavalo – um artigo de luxo na sua terra natal.

Assim, a noção de prestígio se entrelaça com questões relativas ao meio, aos valores e à própria cultura dos teuto-brasileiros. Vale lembrar que a origem do termo "cultura" está relacionada ao cultivo agrícola. Em situações de migração, esse entrelaçamento homem-meio se intensifica, uma vez que os imigrantes sentem a necessidade de recriar espaços familiares e fazem isso através de sua bagagem cultural, de seus valores e de suas crenças, combinando-os a novos valores, a novas crenças e novos aspectos culturais dos quais se apropriam no novo meio.

6 Considerações finais

Neste artigo, procurou-se mostrar a íntima conexão entre as noções de lealdade, adequação e prestígio e sua influência sobre a língua dos imigrantes alemães no Brasil. Nesse contexto, a criação de palavras (neologismos) com material da língua alemã pode ser interpretada como uma forma de conciliar a lealdade à língua da terra natal e a necessidade de denominar sobretudo elementos naturais desconhecidos ou inexistentes no seu ambiente de origem, mas que passaram a fazer parte da rotina dessas pessoas no Novo Mundo. Um mundo estranho e desconhecido, mas do qual precisavam apropriar-se para poder sobreviver e prosperar.

Além dos neologismos, os imigrantes adotaram palavras da língua portuguesa não apenas para preencher "lacunas em seu equipamento linguístico", como sugere Willems (1946), mas por decidirem que a adoção de certos termos na nova língua lhes era, de alguma forma, vantajosa, como ilustra o complexo do cavalo (WILLEMS, 1944, 1946).

Percebe-se, assim, que as adequações, criações e decisões linguísticas feitas pelos colonos alemães e motivadas pela vida no novo meio apontam para habilidades linguísticas criativas e complexas e mostram o êxito da comunidades teuto-brasileiras na apropriação do novo meio.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo. Stützung des Spracherhalts bei deutschsprachigen Minderheiten: Brasilien. In: Ammon, Ulrich; Schmidt, Gabriele (Eds.). **Förderung der deutschen Sprache weltweit.** Vorschläge, Ansätze und Konzepte. Berlin, Boston: De Gruyter, 2019, p. 531-551.

ALTENHOFEN, Cléo; MORELLO, Rosângela et al. **Hunsrückisch**: Inventário de uma Língua do Brasil. Florianópolis: Ed. Garapuvu, 2018.

ALTENHOFEN, Cléo V.; STEFFEN, Joachim; THUN, Harald. **Cartas de imigrantes de fala alemã:** pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.

BARGHINI, Alessandro. O milho na América do Sul pré-colombiana: uma história natural. Pesquisas. **Antropologia 61**, 2004.

BUBLITZ, Juliana. História ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul: O avanço na mata, o significado da floresta e as mudanças no ecossistema. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 2, 2011, p. 239-267.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os Colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 1849-1881. 1988.

JAEKEL, Roger. Lenda do Umbu. In: **Portal das missões**, c2021. Disponível em: https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1757/a-lenda-do-umbu.html. Acesso em: 30 de abril de 2021.

MATZKE, Judith. **Von Glauchau nach Brasilien**. Auswandererbriefe von Ida und Ottokar Dörffel (1854-1906). Halle/Saale: Mitteldeutscher Verlag, 2018.

OBERACKER JR, Carlos H. Transformações da língua alemã no Brasil. **Revista de antropologia**, 1957, p. 1-36.

RELLY, Eduardo. Memórias do Urwald no Brasil meridional: negociações e riscos da colonização florestal teuto-brasileira. **Mouseion**, n. 27, 2017.

RELLY, Eduardo. A agricultura e floresta dos alemães no Brasil: mobilidade, conhecimentos e transfers no Urwald (século XIX). **Estudos Ibero-Americanos** 46.1, 2020.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o RS**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHNABLE, Patrick et al. The B73 maize genome: complexity, diversity, and dynamics. **Science**, v. 326, n. 5956, 2009.

TAVARES DE BARROS, Fernando H. As denominações das abóboras no Hunsrückisch sul-americano. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 23, n. 4, p. 980-1004, 2020.

WEIMER, G. Hunsrücker in Süd-Brasilien oder Wo ist das deutsche Dorf geblieben? In: **Landeskundliche Vierteljahrsblätter**, Trier, n. 34, 1988, p. 109-118.

WILLEMS, E. Acculturation and the horse complex among German-Brazilians. **American Anthropologist** N. S., New York, v. 46, n. 2, 1944, p. 153-161.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

ZIMMERMANN, Walter. **Tiernamen in badischen Volksmunde**,1914. Disponível em: https://www.zobodat.at/pdf/Mitt-Bad-Landesver-Natkde-Natschutz-Freiburg_NF_1_ 0077-0092.pdf. Acesso em: 03 mai. 2021.

"ÁRDUOS E INCESSANTES TRABALHOS POR BANHADOS, LAGOAS E RIOS": AS INTERVENÇÕES NO MEIO AMBIENTE PARA A COMUNICAÇÃO ENTRE O LITORAL NORTE E PORTO ALEGRE (1900-1920)

Dalva Reinheimer[1]

1 Introdução

A historiografia aponta o ano de 1898 como uma etapa marcante na história política da república rio-grandense. Após o governo de Júlio de Castilhos, iniciou-se o governo de Borges de Medeiros, eleito pelo Partido Republicano Riograndense – PRR, um período conhecido como a "era borgista", que se caracterizou pela filosofia positivista aplicada na condução política. Esse período, que foi até 1928, interrompido de 1908 a 1913 pelo governo de Carlos Barbosa, corresponde à consolidação definitiva da república, marcado pela estabilidade política, ameaçada somente pela Revolução de 23. Essa estabilidade política e social, juntamente com o crescimento da pauta de exportações atraiu recursos financeiros estrangeiros e novos empreendimentos se iniciaram. A maioria deles se deu no setor de transportes, o mais deficitário do estado. Borges possuía apoio na Assembleia dos Representantes, total influência na política dos municípios e controle partidário localizados em nível dos distritos eleitorais. Esses aspectos influíram na aplicação das verbas para os projetos e obras no estado.

Entre os projetos que obtiveram a atenção do governo e cujas obras se intensificaram, estavam os estudos para estabelecer ligação entre Conceição do Arroio (Osório) e Torres, para complementar a obra principal que seria a construção do *Canal de Ligação Porto Alegre-Torres.* Para viabilizar essa obra de vulto, tendo em vista que se tratava das primeiras décadas do século XX, foram propostas e ativadas interferências no ambiente natural, as quais abrangiam lagoas, dunas, espaços alagadiços e banhados. Junto com a peculiar geografia, o litoral norte gaúcho apresenta períodos climáticos bem específicos por estações, assim a ação humana para transformar esse ambiente exigiria conhecimento técnico e altos investimentos financeiros. Além dos elementos naturais, o que chama a atenção no desenvolvimento desse projeto foi a disputa entre duas pastas do governo para efetivar a obra. Salientamos que a ligação entre Porto Alegre visava à

[1] Professora Doutora em História. Professora das Faculdades Integradas de Taquara. Membro do Instituto Histórico São Leopoldo. Desenvolve pesquisa em História regional, História política e meio ambiente.

ligação com Torres, no intuito de estreitar o caminho entre a capital gaúcha à cidade de Laguna, no litoral catarinense, para acessar o centro do país e estabelecer ainda uma ligação comercial com as áreas de colonização alemã de Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara, nas proximidades da cidade de Torres, sendo essa razão o nosso objeto de estudo (REINHEIMER, 2010).

Neste artigo, buscamos verificar como ocorreu o andamento dessa obra por quase três décadas, a qual acirrou a disputa entre diretorias ligadas ao gabinete do governo do Estado. Porém havia uma outra disputa que estava sendo travada conjuntamente: entre a ação humana e a natureza. Essas disputas foram além do discurso sociedade-natureza, mas apresentou uma verdadeira problemática relacional entre economia, política e meio ambiente. No presente estudo, pensamos a área que compreende desde Porto Alegre a Torres como uma região construída a partir das interações sociais que a definem no espaço e no tempo e não como uma totalidade pré-existente ou baseada em limitações de homogeneidade. Chartier (2001) explica essa relação pelas conexões históricas que se estabelece com a população, as culturas, as economias e os poderes, nas quais se torna visível a circulação de homens e produtos. Podemos ver essa simbiose, mas em constante mudança, pelas ações da população, como seus deslocamentos; pela economia, com destaque para a produção agrícola, que se torna objeto de interesse dos governantes; pela presença opulenta da natureza, que se interpõe constantemente às iniciativas de controle e manejo.

Embora recente, a história ambiental nos traz luz para uma investigação sobre as relações que até bem pouco tempo davam conta apenas dos elementos sociais e estruturais. A presença de um elemento natural, sob uma perspectiva histórica, permite-nos revisar tanto os fatos e suas interações como, e principalmente, as consequências vistas como um processo dinâmico (NODARI; KLUG, 2012). O que pretendemos, neste estudo, é demonstrar que o espaço natural age como uma força e altera os processos estruturados política e economicamente. Esse é o caso deste recorte que apresentamos. Este artigo é um recorte de um amplo trabalho de pesquisa sobre a navegação fluvial no Rio Grande do Sul no século XX (REINHEIMER, 2010). As fontes verificadas para aquela pesquisa e que retomamos aqui foram os Relatórios e Memorandos da Secretária Estado dos Negócios das Obras Públicas. Alguns desses serão citados diretamente no texto e outros foram incorporados na bibliografia utilizada para contextualização. O cruzamento das informações das fontes primárias e da historiografia sobre o período com os pressupostos da história ambiental constituem o presente trabalho.

2 As colônias de imigração alemã no litoral norte gaúcho e a ligação com Porto Alegre

As colônias de imigrantes alemães no litoral norte do Rio Grande do Sul tiveram seu início em 1826, quando, na localidade conhecida como Ponta das Torres, foram estabelecidos 421 colonos. Destes, 237 eram de religião protestante e 184 professavam a fé católica. Esse fato gerou desentendimentos entre os colonos bem como as dificuldades de atender às suas necessidades de culto. Assim o grupo foi divido. Às margens do rio Mampituba, foram estabelecidos os católicos; às margens do rio Três Forquilhas, os protestantes. Posteriormente, os católicos foram deslocados para a costa da Lagoa do Forno e da Lagoa do Jacaré e formaram a colônia de São Pedro. Mais tarde, essa colônia foi denominada de São Pedro de Alcântara.

Seguindo o contexto da imigração e colonização por imigrantes europeus do século XIX, os colonos receberam pequenas propriedades e utilizavam a mão de obra familiar. Majoritariamente se dedicaram à agricultura. Com o aumento da produção, ocorreu o crescimento do comércio. Alguns se estabeleceram com "vendas" na localidade, mas tanto os pequenos comerciantes como os agricultores necessitavam de meios de transporte para compra e venda do excedente e dos produtos oriundos de outras localidades (WITT, 2008).

A situação de meios de locomoção e transporte era precária em todo o Rio Grande do Sul ao longo do século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX. Os próprios colonos estabelecidos nos vales dos rios a partir de 1824 organizaram as empresas de navegação fluvial e foram os responsáveis pela demanda do setor. Nesse panorama, a região do litoral norte sofria com mais intensidade a falta de comunicação com outras regiões do estado, o que embargava o seu desenvolvimento. A resposta também veio dos colonos, que cedo começaram a participar da navegação lacustre que já existia e colaboraram com o comércio entre São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas com Conceição do Arroio.

Esse comércio foi o responsável pelo desenvolvimento econômico. Conceição do Arroio já era, em 1920, um centro comercial para a região. Recebia os produtos das colônias de Torres, de Três Forquilhas e de Dom Pedro de Alcântara, o que justificou a atenção do governo do Estado, que investiu em trabalhos buscando a melhoria das comunicações. Nesse processo, a busca era ainda estabelecer a comunicação com Porto Alegre. A capital era o principal centro consumidor e polarizava a recepção e o comércio das áreas adjacentes dos vales dos rios, os quais se interligavam com o lago Guaíba.

A produção de frutas, pescado, farinha de mandioca, aguardente, melado, açúcar e de produtos do artesanato em madeira e palha crescia no litoral norte, apresentando, no início do século XX, um potencial para a exportação. O que faltava era uma infraestrutura pra o transporte. Esse quadro econômico e geográfico chamou a atenção das autoridades, as quais iniciaram os trabalhos para integrar a área de Porto Alegre com o litoral norte. É o que vemos representado na Figura 1.

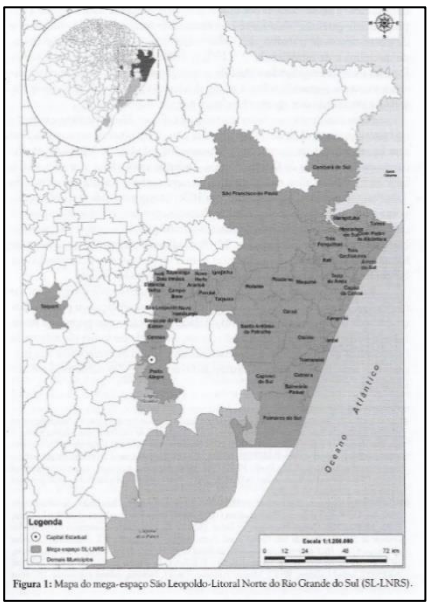


Figura 1 - Quadro econômico e geográfico dos vales e da capital do RS no início do Século XX.
Fonte: WITT, 2008, p. 13.

3 As políticas públicas no início do século XX e um obstáculo: o meio ambiente

O plano do governo do Rio Grande do Sul com a realização da obra do "canal de Porto Alegre a Torres" estava inserido em um projeto mais ambicioso que se delineava desde 1893. Naquele ano, o governo do Estado de Santa Catarina apresentou a intenção de efetivar uma ligação hidroviária entre Laguna, em Santa Catarina, e o rio Mampituba, na divisa daquele estado com o Rio Grande do Sul. Porém, desde a época do governo Imperial, havia planos de estabelecer um porto em Torres. Esse projeto Laguna/Torres nunca foi totalmente abandonado. A Lei n° 957, de 30 de dezembro de 1902, autorizou o Governo Federal a abrir concorrência para a exploração do porto de Torres. Com a possibilidade da ligação Porto Alegre-Torres, os governos dos dois Estados tratavam de definir as obras que cabiam a cada um. No Rio Grande do Sul, o governo ensejava o projeto "Grande canal Porto Alegre-Laguna" (SILVA, s/d).

Após o decreto do Plano Geral de Viação do Rio Grande do Sul, em 1913, o referido projeto começou a se delinear. A ligação de Porto Alegre a Torres deveria ocorrer pela navegação lacustre e fluvial. Na parte do litoral norte, as obras deveriam iniciar com

a canalização entre a lagoa dos Patos e o rio Mampituba, divisa com o estado de Santa Catarina. A partir desse projeto, conhecemos um dos personagens desse contexto, o engenheiro Costa Gama. Era chefe da 2ª secção da Diretoria de Viação, foi designado, em 1913, para iniciar os estudos em Conceição do Arroio (Osório), a fim de encaminhar os serviços necessários para a liberação da navegação via lacustre. Em 1913, já existia uma rodovia ligando a Capital à localidade de Conceição do Arroio por meio das terras de Viamão. A preferência pela via lacustre justificava-se pelo longo tempo que demandou a construção da rodovia e os incidentes ocorridos durante a realização dessa obra. As obras só ocorriam na estação seca – de outubro a março. Quando as atividades eram retomadas em abril, a estrada praticamente havia desaparecido em meio à areia que se acumulava e à vegetação que crescia abundantemente. Além disso, devido ao aproveitamento das condições naturais, presença de lagoas e canais naturais chamados de sangradouros, a via lacustre apresentava-se como sendo a forma de comunicação mais barata para a região. Colaborava ainda o fato de existir uma navegação realizada por empresas particulares na Lagoa dos Patos e nas lagoas do litoral norte. Assim o governo desejava usar essa *expertisse* para integrar todo o ambiente do litoral norte à capital. Além disso, encarregar-se-ia de realizar a infraestrutura, enquanto a atividade econômica ficaria sob encargo da iniciativa privada, o que era um dos fundamentos da proposta positivista de administração.

Os estudos topográficos da área por onde deveria passar a via lacustre do "Canal de Porto Alegre a Torres" realmente se iniciaram imediatamente à chegada do responsável pela obra, o citado engenheiro Costa Gama. A parte compreendida entre Conceição do Arroio e Torres era considerada sem muitos problemas, uma vez que as lagoas se interligavam naturalmente. Essa via de navegação já era utilizada há muito tempo pelo comércio local e foi melhorada com a participação dos colonizadores alemães naquela região, que criaram pequenas empresas de uma ou duas embarcações. Mesmo com muitas dificuldades naturais, como o desnível de uma lagoa para outra, poucos ancoradouros, vegetação rasteira e baixa profundidade na maior parte dos trechos, ocorria um comércio facilitado devido a essa navegação.

Os problemas maiores residiam no trecho entre Conceição do Arroio e Porto Alegre. A Secretaria dos negócios das obras públicas buscava a alternativa mais viável, do ponto de vista técnico e financeiro, para a construção de uma via complementar à hidrovia. Nesse ponto, também havia discordância entre o diretor da 2ª secção de viação, Costa Gama, e o diretor de viação fluvial, Faria Santos, sendo este o segundo personagem.

Farias Santos acompanhou todo o governo de Borges de Medeiros e caracterizava-se como um ferrenho defensor do Positivismo. Entendia que cabia ao Estado criar e gerir toda a infraestrutura para que os particulares gerassem a riqueza e o desenvolvimento. Não admitia a interferência de uma esfera na outra. Público e privado tinham, no seu entendimento, seus papéis bem definidos. Costa Gama defendia a privatização de algumas obras após a conclusão para exploração de particulares e a retirada do Estado para não interferir na economia.

Quanto aos projetos, Costa Gama era de opinião de que, sendo a distância, por chão, de 120 km entre Conceição do Arroio e Porto Alegre, o mais viável seria a construção de uma via férrea entre as lagoas, complementando a navegação. Já o diretor Faria Santos entendia que deveria ser utilizada a rodovia Porto Alegre-Santo Antônio da Patrulha, estendendo-a até Conceição do Arroio. Havia, ainda, segundo o diretor, outra possibilidade. Essa seria a estrada de rodagem que já existia entre Santo Antônio da Patrulha e Taquara, cidade que possuía uma ligação com Porto Alegre pela via férrea desde 1903. Costa Gama defendia seu projeto, enfatizando os poucos trechos que teria a via férrea naquela região e que a obra poderia ser concedida a empresas particulares, desobrigando o Tesouro do Estado de gastos nesse investimento. A empresa concessionária, por sua vez, usufruiria dos lucros provenientes dos transportes. Faria Santos, contudo, era totalmente contrário a essa possibilidade de concessão de serviços públicos à iniciativa privada. Assim, ainda em 1913, foi dada continuidade à construção da estrada de rodagem que, saindo de Santo Antônio da Patrulha e costeando a serra à margem oriental da lagoa dos Barros, chegaria a Conceição do Arroio.

Para concretizar o projeto de ligação da Capital com o litoral norte e com Santa Catarina, foram realizados diversos trabalhos de dragagem dos canais que interligavam as lagoas entre Conceição do Arroio e Torres. Enquanto isso, técnicos, sob o comando de Costa Gama, ocupavam-se de estudar a via de comunicação hidroviária que seria utilizada entre Conceição do Arroio e Porto Alegre. Havia duas possibilidades: a partir do rio Capivari ou do rio Gravataí. Era necessário averiguar qual das vias seria a mais econômica no transporte de cargas pesadas e qual das duas regiões teria uma melhor resposta para o desenvolvimento geral do Estado.

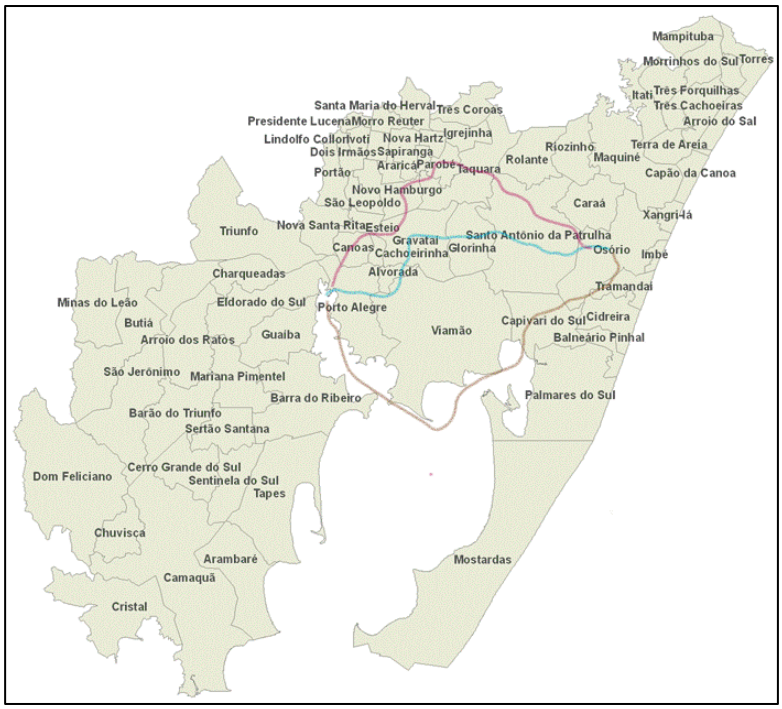


Figura 2 - Rota das alternativas da ligação Porto Alegre com o litoral norte gaúcho, Conceição do Arrio – Osório.
Fonte: adaptação da autora, 2021.
Legenda: Lilás: Via Porto Alegre a Osório passando por Taquara.
Azul: via Porto Alegre a Osório passando por Gravataí
Marrom: via Palmares do Sul pela navegação lagoa dos Patos e lago Guaíba.

O engenheiro Costa Gama optou, após estudos e excursões na área, pela abertura do canal pelo rio Capivari. O plano era fazer a canalização das águas Patos-Mampituba, via Capivari e lagoa dos Barros. Da Vila Capivari, seguiria uma estrada terrestre até Palmares do Sul, onde foi levantado um pequeno porto. A partir desse ponto, estabelecer-se-ia a ligação pelo rio Guaíba com Porto Alegre. Segundo Costa Gama, o trajeto pelo rio Gravataí era mais longo e, por isso, mais oneroso. Já o trecho pelo Capivari era mais curto em tempo de travessia e não oneraria o tesouro do Estado. Porém, em suas exposições, o engenheiro chamou a atenção das autoridades para a situação daquela região, que, segundo ele, era a mais abandonada em termos de vias de comunicação em comparação a outras do estado[2], faltando esse meio para se desenvolver, pois apresentava uma grande riqueza natural[3].

Faria Santos, por sua vez, também apresentou ao governo do Estado um relatório apontando as vantagens da realização do canal Porto Alegre-Conceição do Arroio, tendo em vista a ligação com Torre e Laguna. O diretor elegeu a via pelo Gravataí como a

[2] Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, op. cit., 1913.
[3] Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, op. cit., 1913.

melhor opção. Segundo ele, a indicação era também confirmada por outros engenheiros. Apesar de mais longo, era o mais viável, pois atravessava uma região mais próspera e daria retorno mais rápido à economia do estado. No mesmo relatório, ele descrevia o trecho, que, no seu entender, era o melhor para a execução da estrada de rodagem entre Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio e também solicitava melhoramentos na estrada que ligava Santo Antônio a Taquara[4].

Faria Santos vinha desenvolvendo esse projeto desde o governo de Carlos Barbosa (1908-1913), ao qual já havia apresentado os esboços. Costa Gama já conhecia o projeto do diretor quando foi encarregado dos estudos naquela área. Mas a apresentação de dois projetos pelos engenheiros da mesma secretaria demonstrava novamente as divergências ocorridas dentro do governo, bem como o estado natural em que o espaço se encontrava. Ambos destacavam as condições naturais que deveriam ser vencidas. Dedicavam estudos e pessoal especializado para verificar as condições em diferentes épocas do ano com o objetivo de manejar essas condições em favor de seus projetos. Isso levou a um conhecimento da natureza da região com especificidades que até então passavam despercebidas. Porém havia a certeza de que todas as dificuldades seriam retiradas, e o projeto teria êxito.

Em 1911, o Relatório da diretoria de Viação apontou que em muito havia melhorado a situação da comunicação entre Conceição do Arroio e Torres, permitindo a navegação por 90 km após algumas melhorias feitas pela diretoria de viação. O problema, no entanto, ainda residia no percurso entre Conceição do Arroio e a Capital. Para o diretor Faria Santos, era inaceitável que, depois das melhorias feitas nas vias de transporte para o litoral norte, as cargas tivessem que prosseguir por 120 km por estradas terrestres. O diretor retomou seus argumentos de 1907 e 1908 para encaminhar os projetos da ligação Porto Alegre-Torres a partir do rio Gravataí[5].

Nos estudos de 1914, o diretor de viação fluvial demonstrou as dificuldades de navegação desde o porto de Palmares a Porto Alegre, contrariando os argumentos de Costa Gama. As viagens nesse trecho só poderiam ser feitas em pequenas embarcações, devido aos trechos de águas baixas encontrados. Em algumas situações climáticas, os barcos de pequeno calado não podiam navegar em função dos ventos que “levantavam um mar demasiado grosso”. Outras vezes, era a própria barra, em Palmares, que

[4] Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, op. cit., 1908.
[5] Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, op. cit., 1911.

dificultava a navegação. Por isso, afirmava o diretor, as viagens entre Conceição do Arroio e a capital continuavam sendo feitas pela estrada de Viamão, que era "[...] uma péssima estrada de 120 km de extensão, de difícil trânsito na estação chuvosa, em que mais de 20 km ficam submersos, e na época da seca longos areais a cobrem em grande parte" (Relatório, 1915, p. 154). Apontava, além disso, que "grande quantidade de produtos do litoral norte deixava de chegar à Capital por falta de transporte adequado, principalmente o pescado". Nessa época, também já chamava atenção o transporte de passageiros de Porto Alegre para as praias de banho. Esse se juntava aos argumentos para a melhoria das comunicações de Porto Alegre a Tramandaí[6].

A partir de 1915, intensificaram-se os serviços de melhoramentos no rio Gravataí, com vistas à concretização das obras do Canal Porto Alegre-Torres.

Porém, os trabalhos relativos à concretização do canal Porto Alegre a Torres ou Porto Alegre a Laguna pela via Palmares, como previam o projeto de Costa Gama, também tinham prosseguimento. Para isso, foi autorizada a construção da estrada de ferro desde a lagoa Pinguela, em Conceição do Arroio, até Palmares. Segundo Silva, "Apesar da pouca extensão da linha de ferro de 60 cm de bitola e potência limitada das locomotivas, ela foi valorizada devido às dificuldades que padeciam as populações [...] atingindo comerciantes e viajantes desde Torres até Palmares". Em março de 1920, foram iniciadas as obras e, em 1921, já ocorriam as instalações das primeiras estações, bem como outras obras auxiliares, como casa das máquinas, casas de moradia para os trabalhadores e prédios que serviam de oficinas. A inauguração da via férrea ocorreu no dia 15 de novembro de 1921. Nesse ato, esteve presente o Presidente do Estado, Borges de Medeiros (SILVA, s.d, p. 85).

No ano da inauguração da via férrea no litoral norte, os transportes ferroviários já estavam sob a administração do Estado - Encampação em 1919. Nesse período. o governo procurava recuperar seu prestígio político, que se encontrava bastante abalado com a insurgência de setores insatisfeitos, principalmente na zona sul do estado. A alternativa de Borges, além de atender às reivindicações dos pecuaristas, foi a busca de apoio em todos os setores sociais, segmentos econômicos e nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul. As medidas tomadas em relação ao litoral norte incluíam-se nessa política.

Apesar de já ser efetiva uma navegação lacustre entre Conceição do Arroio e Torres, esta exigia um montante de trabalhos pesados que requeriam estudos em função

[6] Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, op. cit., 1915.

da natureza climática, hidrográfica e geológica da região. Os trabalhos intensificavam-se nas estações secas e praticamente paravam na época das chuvas. A vegetação que havia sido retirada voltava às margens das lagoas e a areia cobriam novamente os quilômetros das estradas de acesso. Muitas vezes, os materiais que ficavam depositados nas proximidades das obras estavam cobertos pela areia ou pela água. A natureza não dava trégua.



Figura 3 - Mapa via lacustre e terrestre entre Osório e Três Forquilhas.
Fonte: TRESPACH, 2016, s.p.[7]

A principal obra seria o aprofundamento dos canais, permitindo a navegação para embarcações de calado superior a 1,2m, melhorando o comércio dos produtos agrícolas e do pescado. Mesmo sendo os canais (chamados sangradouros, ou seja, canais naturais) interligados pelas lagoas no trecho citado, esses deveriam ser nivelados para terem todos a mesma vazão de água e permitir a navegação em todo o percurso na mesma embarcação. Além disso, eram feitos revestimentos de grama, plantio de salsos, construídas cercas de taquara, entre outros serviços. Todos eram realizados pela força humana. Os técnicos consideravam como trabalho principal e mais difícil o aprofundamento constante dos canais, feitos a pá, exigindo a formação de turmas de trabalho. O governo chegou a abrir concorrência pública para a realização da canalização entre as lagoas Pinguela e Peixoto em Conceição do Arroio. Logo depois, o edital da concorrência foi anulado e foram empregados nesse serviço, primeiramente, 40 praças da Brigada Militar e depois os presos

[7] Como a imagem original, extraída da Internet, não apresentava paginação, não foi possível, neste trabalho, indicar a página da citação direta (N. A.).

vindos da casa de detenção de Porto Alegre.[8] Em 1920, foi aberto um novo edital de concorrência para aquele trabalho, pois os soldados e os civis não o completaram a tempo das necessidades que a navegação exigia. O único concorrente assumiu os trabalhos, mas abandonou-o, pois não conseguiu cumprir a cota estabelecida, as chuvas e as inundações no inverno, como o acúmulo de areia no verão, não permitiam o avanço dos trechos finalizados. Era um constante refazer. A situação agravava-se, o que levou o Estado a se responsabilizar pela execução das atividades.[9]

Ao mesmo tempo em que eram realizadas essas obras, continuavam os trabalhos no trecho entre Gravataí e Porto Alegre, havendo o inconveniente de transferência de técnicos entre um serviço e outro, dificultando o andamento. Havia também o desfalque em cargos, desde engenheiros até auxiliares. O chefe de pessoal queixava-se: "Estamos desfalcados de pessoal e se não preenchermos os claros o serviço será sacrificadíssimo com árduos e incessantes trabalhos por banhados, lagoas e rios": Ele se referia ao trecho do banhado do "*Xico lomam*". Descrevia as horas empenhadas em abrir valas com serviço braçal, nas quais os trabalhadores permaneciam dentro do lodo formado pelo tipo de serviço e as condições naturais dos terrenos. As remunerações eram parcas, e isso, segundo o relato, não era apenas prejudicial ao interesse particular de cada um, mas prejudicava, deveras, o interesse público, uma vez que levava à falta de funcionários de graduação superior e prática, sendo os serviços desenvolvidos pelos auxiliares.[10]

Assim as três obras visando à ligação entre Porto Alegre e o litoral norte foram sendo executadas de forma pesada e morosa ao mesmo tempo. Pequenos trechos foram realizados e adaptaram-se às condições naturais, servindo ao propósito de beneficiar o escoamento da produção agrícola e do pescado. A estrada de rodagem entre Osório e Santo Antônio da Patrulha e deste município para Taquara efetivou-se ao longo do

---

[8] Relatório apresentado ao Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros pelo secretário Protásio Alves da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas em de 14 set. 1917, p. 252-65. Relatório anual apresentado ao cidadão Dr. J.L. Faria Santos, M.D Diretor de Viação Fluvial do Estado, por Octavio Rodrigues da Silva, encarregado do serviço. Conceição do Arroio, 30 de junho de 1917. (Documentos avulsos). Pasta Canal de Porto Alegre a Torres. D.E.P.R.C - gabinete de planejamento Biblioteca da SPH.

[9] Relatório apresentado ao Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros pelo secretário Protásio Alves da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 06 agosto de 1920. Sobre os trabalhos propriamente com depoimentos de antigos moradores e funcionários ver: SILVA op. cit., p. 81-2. Constantino Gayesky foi o único concorrente à empreitada.

[10] Canal de Porto Alegre a Torres – Estudos. Relatório da Secção "A" apresentado pelo engenheiro Eduardo Augusto de Mattos, Chefe da Secção, Relatório da Secção "B" apresentado pelo engenheiro Godolphim Torres Ramos, chefe da secção e Relatório da secção "C", apresentado pelo engenheiro Ivo Pinto Ribeiro, chefe da secção de pessoal. Conceição do Arroio, junho de 1920. (Documentos avulsos). Pasta Canal de Porto Alegre a Torres. D.E.P.R.C - gabinete de planejamento Biblioteca da SPH.

período da pesquisa, mas passou por diversos traçados tentando driblar morros que já eram utilizados para extração de arenito e basalto. Por fim, esses caminhos permaneceram, mas não serviram para estabelecer a finalidade proposta de fazer a ligação direta de Osório com a capital.

Quanto ao projeto pela via de Gravataí, ocorriam constantes oscilações do terreno, doenças entre os trabalhadores e falta de equipamento adequado ao tipo de solo, ou seja, um banhado. Quando uma etapa de serviço era finalizada, a anterior já estava tomada pelas águas e pela vegetação típicas do banhado. As cheias do rio Gravataí e as cachoeiras próximas a Porto Alegre eram outros entraves. Na década de 1940, partes do percurso foram ocupada por lavouras de arroz. Assim o projeto foi definitivamente abandonado na saída de Farias Santos por falecimento e pela alternância no posto de governador do estado. Na década de 1940, a estrada de rodagem complementou a via lacustre, porém o comércio entre a capital e as áreas da colonização alemã de Torres não haviam desenvolvido todo seu potencial.

4 Considerações finais

Ao analisar a historiografia e a documentação, fica claro que, apesar de todos os inconvenientes intrínsecos às condições naturais e técnicas de uma obra deste vulto - que envolviam o transporte fluvial, lacustre, rodoviário e a estrada de ferro-, as condições de navegação entre Conceição do Arroio e Torres obtiveram algumas melhorias e foi praticada mesmo depois da metade do século XX. Quanto à ligação entre Osório e Porto Alegre intentada no início do século XX, ficam evidentes os esforços e os investimentos em tempo e erário por parte do governo, que colocava as questões econômicas como política pública. Mesmo as populações descendentes da colonização alemã, que tinham na produção agrícola a sua forma de subsistência, não ficaram sem a atenção do governo Borges, o qual pretendia estabelecer na prática o Plano Geral de Viação no Estado. Porém, em meio aos insucessos da empreitada, os próprios agricultores e pequenos empresários da navegação criaram suas formas de efetivar o comercio regional.

As questões ambientais não eram citadas como um elemento do contexto para o equilíbrio da vida nos lugares estudados, mas normalmente como um empecilho a ser vencido para oportunizar uma melhoria na qualidade de vida das populações o que, segundo a postura Positivista, só seria alcançado com o desenvolvimento econômico. Nos relatórios, também não há observações sobre a fauna local, mesmo se tratando de obras em meio a um grande banhado, sobre morros e adentrando na vegetação litorânea. O que

se percebe é que ocorreu uma relação entre a economia e a política, como era a prática do governo estadual da época, porém essa interface dependia do meio ambiente, o que se demonstra pelas incessantes tentativas de adequá-lo às necessidades de uma pauta político-econômica.

Fica perceptível que o objetivo era manejar e moldar o ambiente natural. Contudo é notável a opulência daquele ambiente. As condições da geografia, de vegetação, da hidrografia e do clima mostraram-se indomáveis e não se dobraram aos meios utilizados para o fim que a ação humana objetivava. O peso da cultura do homem agricultor e pescador foi mais eficiente nesse processo e definiu a identidade daquelas populações em um ambiente social e natural do qual tiraram seu sustento e foram criando suas próprias formas de crescimento desvinculada dos grandes projetos e da própria capital. Somente nos anos de 1960 a ligação estava consolidada entre Torres e Porto Alegre. Finalizado o período de nossa análise, percebemos que, na problemática da relação economia e espaço natural, não houve uma supremacia do homem. Isso ocorreu pela falta de conhecimento teórico e mesmo empírico que, por vezes, depreciou as condições naturais, e pela falta de tecnologia para intervir, ou, talvez, pelas próprias imposições das forças da natureza que em muitos lugares e épocas surpreende com sua recuperação.

Referências

CHARTIER, Roger. A consciência e a globalização. **Annales HSS**, Paris, v. 121, n 1, 2001.

NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João. **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

REINHEIMER, Dalva N. **A navegação fluvial na República Velha Gaúcha**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SILVA, Marina Raymundo da. **Ligação Lacustre Osório-Torres**. Cópia heliográfica. Osório: Biblioteca Pública Municipal Fernandes Bastos, [s.d].

TRESPACH, Rodrigo. **Um passeio pelas lagoas do litoral gaúcho, em 1891**. 2016. Disponível em: http://www.rodrigotrespach.com/2016/06/24/um-passeio-pelas-lagoas-do-litoral-gaucho-em-1891/. Acesso em: 29 abr. 2021.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**. Estratégias políticas, imigração alemã, rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Arquivos consultados

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS

Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul, Biblioteca Solar dos Câmara – ALE – SC

Biblioteca Pública do Estado – Setor Rio Grande do Sul – BPE-RS

Fundação de Economia e Estatística – FEE – Porto Alegre.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Arquivo Borges de Medeiros – IHGRS

Junta Comercial de Porto Alegre – Palácio do Comércio – JCPOA/PC

Superintendência dos Portos e Hidrovias – antigo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – DEPRC – Biblioteca SPH

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – MCH

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – MHVSL – São Leopoldo

Museu Histórico Municipal Adelmo Trott – MHMAT – Taquara

Museu Histórico Municipal Costa e Silva – MHMCS – Taquari



Pero en la muchedumbre de las aves
rectas a su destino
una bandada y otra dibujaban
victorias
triangulares
unidas por la voz de un solo vuelo,
por la unidad del fuego,
por la sangre,
por la sed, por el hambre,
por el frío,
por el precario día que lloraba
antes de ser tragado por la noche,
por la erótica urgencia de la vida:
[...]
Ahora cruzan, pueblan la distancia
moviendo apenas en la luz las alas
como si en un latido las unieran,
vuelan sin desprenderse
del cuerpo
migratorio
que en tierra se divide
y se dispersa.

Migración, Pablo Neruda

ISBN 978-65-5974-015-4

Apoio:

IHSL Instituto Histórico de São Leopoldo

IHGVT Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari

A caminho dos 200 anos Migrações Alemãs para o Brasil

GT Estudos Étnicos e Migrações ANPUH-RS